UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

GUSTAVO FRANCISCO TEIXEIRA PRIETO

RENTISMO À BRASILEIRA, UMA VIA DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA:
GRILAGEM, PRODUÇÃO DO CAPITAL E FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE
PRIVADA DA TERRA

v. I

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2016

GUSTAVO FRANCISCO TEIXEIRA PRIETO

Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista:
grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra

v. I

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Área de concentração: Geografia Humana

Versão corrigida

De Acordo: _____
Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo
2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P948r Prieto, Gustavo Francisco Teixeira
 Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento
 capitalista: grilagem, produção do capital e formação
 da propriedade privada da terra / Gustavo Francisco
 Teixeira Prieto ; orientador Ariovaldo Umbelino de
 Oliveira. - São Paulo, 2016.
 742 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Geografia. Área de concentração:
 Geografia Humana.

 1. grilagem de terra. 2. propriedade privada. 3.
 desapropriação. 4. formação territorial. 5. rentismo.
 I. Oliveira, Ariovaldo Umbelino de , orient. II.
 Título.

Nome: PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira

Título: Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Para Delucinda, minha mãe, que me ensinou a plantar na terra e a lutar como
condição de existência.
Para as camponesas e camponeses posseiros que cultivam a terra e me mobilizam
a lutar como um imperativo de resistência.
Para Elisa, que semeia o amor e dá sentido à vida e às utopias.*

AGRADECIMENTOS

Domingo em Guaratiba era dia de festa: manhã de capinar ou plantar na terra, frango caipira assado no forno, Candeia, João Gilberto, Piaf e Piazzola na vitrola. Na fronteira entre o campo e a cidade, onde rural e urbano se relacionam contraditoriamente, tive uma infância de subir em pé de tamarindo, ouvir sobre um Cristo comunista e brigar na eterna rivalidade caseira entre Botafogo e Fluminense. Entre as muitas risadas e as lágrimas ocasionais em terra de avós camponeses imigrados de Portugal que araram o chão carioca para produzir hortaliça, cuidar de cabras e até fazer vinho, essa tese tem um quê de memória em sua gênese. Agradeço à Delucinda Teixeira, minha mãe, pela firmeza no fazer e na prática, mulher cujo “princípio é a ação”; ao Flávio Prieto, meu pai, pela força da palavra, homem de muita intensidade com as letras; e à Bárbara Prieto, minha irmã, o vigor da emoção em ato.

Da gênese aos fundamentos dessa tese estão os professores, mestres na acepção mais concreta da palavra, que foram sempre essenciais. Sem dúvida, o mais determinante, meu orientador, é Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Além da admiração profunda, agradeço pela generosidade e cuidado nas sugestões decisivas para a construção da tese, pelos ensinamentos cotidianos e pela inspiração como professor e intelectual. Ariovaldo me ensinou o rigor teórico-metodológico associado ao compromisso social, realizando em sua produção o que orienta. Expressão mais marcante de coerência e consistência.

No *séjour* parisiense agradeço a acolhida, as discussões desafiadoras e os questionamentos que mobilizaram (e inquietaram) constantemente a escrita do conjunto do texto possibilitada por Michael Löwy, também referência como pensador e marxista.

E agradeço à professora Satie Mizubuti, que como tutora do PET-Geografia/UFF mobilizava no grupo para além da necessária indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão na universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, a discussão livre, rigorosa e de multiplicidade de perspectivas teóricas e políticas fundamentais para a produção intelectual.

Sou grato também aos professores Ruy Moreira, orientador de um trabalho final de graduação que tangenciava as discussões sobre Rosa Luxemburg, mas que nunca se realizou; e Vanderli Custódio, que me abriu portas e estimulou a encontrar as primeiras chaves de discussão sobre a produção e a reprodução do capital no mestrado em Geografia Humana na FFLCH/USP.

Nas discussões sobre momentos da tese agradeço encarecidamente ao Bernardo Ricupero as instigantes reflexões sobre o pensamento social e político brasileiro, à Jorun Poettering que me desafiou a retomar as discussões do mestrado em articulação com a apropriação privada da terra e das águas e à Marta Inês M. Marques e José Gilberto de

Souza que compuseram a banca de qualificação e posteriormente o júri da presente tese com questões consistentes e inquietantes, trago comigo o ressoar de suas proposições.

As contribuições generosas de Marcia Motta e Zilda na arguição da tese suscitaram discussões densas sobre as relações inexoráveis entre espaço, tempo e sociedade necessários a crítica da Economia Política do desenvolvimento territorial do capitalismo e suas contradições. Sou grato a ambas pelas proposições.

Aos companheiros de trajetória acadêmica com quem partilho as angústias do rentismo à brasileira, a construção das utopias e a vida cotidiana recheada de risadas. Gostaria de agradecer fundamentalmente aos companheiros do assim chamado *Grupinho* (o grupo de estudos d'O capital). Nossas reuniões semanais, nas tardes e noites de sexta-feira na FFLCH, durante cinco anos e a partir da metodologia de leitura compartilhada, foram momentos de estudos que auxiliaram parte substancial da tese e da consistência teórica, sempre incompleta, da análise marxiana. Léa Malina e Elisa Verdi foram as companheiras centrais dessa aventura nas entranhas, carne e vísceras do texto de Marx. Agradeço com amor às duas. Natalia Freire, Eduardo Carlini, João Rodrigues e Juliana Bruce nos acompanharam no livro I. Daniel Sanfelici, Cesar Simoni e Fernando Sarti nos descaminhos do livro II e Fernanda Silva no livro III. Regados a muitas discussões, revisões e uma necessária cervejinha posterior, esse estudo deu sentido à perspectiva de formação ampla na pós-graduação. Certamente, nessas linhas tortas há muito de nossos debates e de vocês.

O PET-Geografia durante a graduação também foi essencial para a formação crítica, densa e de excelência nas calorosas tardes niteroienses, não sendo possível sem a intensidade dos companheiros que trago comigo até hoje: Paulo Henrique Amorim, Camilla Pinto, Cristiane Passos, Ivia Fonseca e Thabata Fonseca.

Os amigos de repúblicas, casas provisórias-definitivas e do CRUSP confirmam o apontamento benjaminiano de que habitar é deixar rastros: agradeço a Wanderson Corrêa, Paulo Favero, Carolina de Paula, Pedro Damião, Renata Silveira, Jackeline Severina, Ligia Luchesi e Ana Paula Salviatti pelo carinho e acolhida nos turbulentos e mais desterritorializados momentos.

Em Paris, junto aos imigrantes cambojanos e entre grupos de estudos, greves, bibliotecas, atentados, cafés e *apéros*, agradeço aos indefectíveis Gabriel Rocha Gaspar e Vanessa Oliveira, que proporcionaram o reconfortante aconchego tropicalista. A Romain Rodrigues, Marion Lotin, Jorge Torres, Patricia Guerrero e Michael Spanu a generosidade luso-franco-cubano-mexicana. *Comme d'habitude, merci mes frères!*

Aos companheiros no compromisso de uma Educação desalienadora e de uma Geografia Radical que levo sempre com respeito e referência. Agradeço aos colegas professores Maíra Marques, Cesar Takemoto, Renata Pedrosa, Pedro Ravelli, Lucas

Marchezin, Cristina Maher, Angela Kim, Douglas Anfra, Danilo Nakamura, Rosa Rosa Gomes, Angelica Valença, Francisco Bodião, Fermín Darmirdjian, Ana Carolina Bodião, André Descrovi, Lucas de Oliveira, Sonia Ferraz, Marisol Barenco e Maria Lucia Oliveira. E agradeço aos amigos geógrafos Mendel Aleluia, Danee Eldochy, Karen Heberle, Renata Sampaio, Diogo Labiak, Anuar Abussamra, Diogo Marciano, André Baldraia, José Raimundo Júnior, Anaclara Volpi, Marcela Dias, André Aquino, Paula Camargo, Carolina Mendes, Lidice Cabral, Maíra Pinheiro e Camila Faria.

Andrea Teixeira, minha irmã querida, Amauri Vieira e Guilherme, meus cunhados, e Gianluca, meu sobrinho um beijo enorme de agradecimento. Para Anita Prieto (*in memoriam*), que adoraria ler toda essa prosa, um afago de coração. Para Maria do Carmo Verdi e Luís Cesar Verdi, meus sogros, um obrigado gigantesco por todo amor.

Os meus alunos durante os anos do doutorado foram os primeiros a discutir e problematizar partes dessa tese. Com a insurgência indomada da adolescência colocaram questões e mobilizaram discussões e reescritas do texto. Ensinando aprendi. E sigo aprendendo.

Aos camponeses posseiros em luta pela terra, aos camponeses do Assentamento Carlos Lamarca, aos acampados de Itapetininga e aos Guarani de São Paulo o carinho e a admiração nas resistências, conquistas e retomadas de terras produzindo frações do território da utopia. Seguiremos.

Por fim, à Elisa, companheira de vida, que conhece cada fração desse trabalho, cada nota de rodapé e cada inquietação mais avassaladora e angústia mais intensa. Como a brisa fresca de outono no Rio ela chegou radiante e intensa, e permanece. Amar é admirar; construção simultânea de si e do outro. Partilhar é, assim, verbo maior. Aprendi tudo isso com Elisa, e tanto mais que não cabe no poema. Com ela sonho o impossível, tenho fome de viver e descanso. Juntos. Por tudo e mais um bocado lhe agradeço.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa de doutorado no país e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela bolsa de doutorado-sanduíche no exterior (PDSE-CAPES).

A dialética histórica move-se precisamente por meio de contradições, e para cada necessidade no mundo, estabelece também o seu contrário.
Rosa Luxemburg, *A crise da social-democracia* (1916)

9. — *E Sem falou a voz de seu coração, dizendo: "Meu pai tem a sua família; cada um de nós tem a sua família; a terra é de sobra; podíamos viver em tendas separadas. Cada um de nós fará o que lhe parecer melhor: e plantará, caçará, ou lavrará a madeira, ou fiará o linho."*
10. — *E respondeu Jafé: — "Acho bem lembrada a idéia de Sem; podemos viver em tendas separadas. A arca vai descer ao cabeço de uma montanha; meu pai e Cam descerão para o lado do nascente; eu e Sem para o lado do poente, Sem ocupará duzentos côvados de terra, eu outros duzentos."*
11. — *Mas dizendo Sem: — "Acho pouco duzentos côvados" —, retorquiu Jafé: "Pois sejam quinhentos cada um. Entre a minha terra e a tua haverá um rio, que as divida no meio, para se não confundir a propriedade. Eu fico na margem esquerda e tu na margem direita;*
12. — *"E a minha terra se chamará a terra de Jafé, e a tua se chamará a terra de Sem; e iremos às tendas um do outro, e partiremos o pão da alegria e da concórdia."*
13. — *E tendo Sem aprovado a divisão, perguntou a Jafé: "Mas o rio? A quem pertencerá a água do rio, a corrente?"*
- Machado de Assis, *Na Arca: três capítulos inéditos do Gênesis, Papéis avulsos* (1882)

RESUMO

PRIETO, G. F. T. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista:** grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. 2016. 742f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016

A presente tese de doutorado objetiva compreender a relação entre a constituição da propriedade privada capitalista da terra, que se fundamenta na grilagem de terras, e a desapropriação capitalista como forma de reprodução da aliança entre terra e capital no Brasil, buscando analisar as especificidades da formação territorial brasileira a partir da formação da propriedade privada da terra. A formação territorial brasileira foi produzida como uma via de desenvolvimento capitalista que reproduz determinados fundamentos do processo de produção e acumulação capitalista geral, constituindo assim um desenvolvimento desigual e contraditório. Tal formação é produzida por uma especificidade *sui generis*: a formação da propriedade privada da terra se fundamenta na reprodução da grilagem de terra em todos os momentos da história brasileira, produzindo e reproduzindo também a classe dos grandes proprietários de terra e seu poder político, social e econômico. A estrutura fundiária brasileira e sua expressão territorial peremptória, o latifúndio, conforma-se em mecanismos jurídicos, sociais, econômicos e políticos advindos de uma reprodução contínua da acumulação originária do capital. Ou seja, constata-se a permanência da produção (não capitalista) de capital no capitalismo brasileiro. A apropriação privada de terras públicas e as formas de instituir e burlar leis, a realização de pactos e alianças territoriais e econômicas entre classes sociais burguesas, a consolidação de interesses políticos a partir do domínio (ou do consentimento do domínio a classes aliadas) do Estado revelam que o capitalismo no Brasil apresenta uma via específica, a qual denomina-se nesta tese de *rentismo à brasileira*. Para tanto, empreende-se a análise da reprodução de classes capitalistas a partir da teoria do território, uma revisão bibliográfica das teorias marxistas sobre a questão agrária e as vias de desenvolvimento do capitalismo no campo na Europa, um retorno à história da formação da propriedade privada da terra no Brasil e aos fundamentos da concentração fundiária, além do estudo de casos de desapropriação de terras como um negócio capitalista em seu duplo caráter: garantia absolutizada da propriedade privada e instrumento de especulação.

Palavras-chave: grilagem de terra; propriedade privada; desapropriação; formação territorial; rentismo

ABSTRACT

PRIETO, G. F. T. **Brazilian rentism, a capitalist development path:** public land fraud, capital production and the formation of land's private property. 2016. 742f. Thesis (Doctorate in Human Geography) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016

This thesis aims to understand the relationship between the constitution of capitalist private ownership of land, which is based on public land fraud, and capitalist expropriation as a mean of reproduction of the alliance between land and capital in Brazil, analyzing the Brazilian territory's specific formation stating the importance of the private ownership of land. The Brazilian territorial formation was produced as a capitalist development path that reproduces certain grounds of the production and general capitalist accumulation process, thus constituting an uneven and contradictory development. This formation is produced by a *sui generis* specificity: the formation of the private ownership of land is based on the reproduction of public land fraud through all Brazilian history, producing and also reproducing the class of large landowners and their political, social and economic power. Brazil's agrarian structure and its peremptory territorial expression, *latifundia*, conforms itself in legal, social, economic and political mechanisms arising from a continuous reproduction of the original accumulation of capital. In other words, there has been the production of the remaining (non-capitalist) capital in Brazilian capitalism. The private appropriation of public lands and the different ways of creating and circumvent laws, the territorial and economic alliances between bourgeois social classes, the consolidation of political interests from the domain (or the consent of the articulated domain by these classes) of the State, all reveal that capitalism in Brazil has a specific path, which is called in this thesis Brazilian rentism. Therefore, we undertake the analysis of the reproduction of capitalist classes based on the theory of the territory, a literature review of Marxist theories on the agrarian question and capitalism developing in the field in Europe, a return to the history of private property of land's formation in Brazil and the foundations of land concentration and the study of cases of land expropriation as a capitalist business in its dual character: made absolute guarantee of private property and speculation instrument.

Key words: public land fraud; private property; expropriation; territory formation; rentism.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Castelo Branco (1964 – 1966)	65
MAPA 2: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Castelo Branco (1964-1966)	66
MAPA 3: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Médici (1970-1973)	67
MAPA 4: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Médici (1970-1973)	68
MAPA 5: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Geisel (1974-1987)	69
MAPA 6: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Geisel (1974-1978)	70
MAPA 7: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Figueiredo (1979-1984)	71
MAPA 8: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Figueiredo (1979-1984)	72
MAPA 9: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Sarney (1985-1989)	88
MAPA 10: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Sarney (1985-1989)	89
MAPA 11: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Collor (1990-1992)	120
MAPA 12: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Collor (1990-1992)	121
MAPA 13: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Itamar Franco (1993-1994)	124
MAPA 14: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Itamar Franco (1993-1994)	125
MAPA 15: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo FHC I (1995-1998)	146
MAPA 16: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo FHC I (1995-1998)	147
MAPA 17: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo FHC II (1999-2002) ...	165
MAPA 18: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo FHC II (1999-2002)	166
MAPA 19: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Lula I (2003-2006)	196
MAPA 20: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Lula I (2003-2006)	197
MAPA 21: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Lula II (2007-2010)	207
MAPA 22: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Lula II (2007-2010)	208
MAPA 23: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Dilma Rouseff (2011-2014)	217
MAPA 24: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Dilma Rouseff (2011-2014)	218
MAPA 25: Formação territorial e dinâmicas de expansão da fronteira no Brasil	462

MAPA 26: Economia e território no século XIX	524
--	-----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Número total de estabelecimentos no campo entre 1940 e 1985	61
TABELA 2: Quantidade de camponeses desaparecidos, presos, torturados e mortos durante a ditadura civil-militar, por unidade da federação:	74
TABELA 3: Quantidade de advogados, que atuavam em defesa dos trabalhadores, vítimas da repressão, por unidade da federação.....	75
TABELA 4: Estrutura fundiária brasileira entre 1975 e 1985	101
TABELA 5: Conflitos no campo entre 1985 e 1988	103
TABELA 6: Empresas industriais e financeiras proprietárias de terra	105
na década de 1980	105
TABELA 7: Evolução da concentração da propriedade da terra no Brasil, por imóveis (2003-2010)	209
TABELA 8: Áreas adquiridas em processos de desapropriação com indícios de grilagem de terra, alguns casos selecionados no Estado do Amazonas.....	614
TABELA 9: Terras públicas alienadas a preços simbólicos a particulares e, posteriormente, desapropriadas pelo INCRA (valores atualizados)	637

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (governo Sarney, 1985-1989)	87
GRÁFICO 2: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (governo Collor e Itamar, 1990-1994)	123
GRÁFICO 3: Brasil – Assentamentos rurais 1995 a 2000	144
GRÁFICO 4: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (FHC I, 1995-1998)	145
GRÁFICO 5: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (governo FHC II, 1999-2002)	164
GRÁFICO 6: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (governo Lula I, 2003-2006)	195
GRÁFICO 7: Gastos com assentamentos, em reais (2001–2011)	201
GRÁFICO 8: Área (ha) desapropriada para fins de reforma agrária, por governo (1985-2014)	204
GRÁFICO 9: Área (ha) total incorporada para fins de reforma agrária, por governo (1985-2014)	205
GRÁFICO 10: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (Lula II, 2007-2010).....	206
GRÁFICO 11: Quantidade de imóveis rurais desapropriados por decretos presidenciais (1985-2015)	212

GRÁFICO 12: Total de área (ha) desapropriada no Brasil entre 1964 e 2014	215
GRÁFICO 13: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (Dilma I, 2011-2014) ...	216

LISTA DE SIGLAS

ABC – região da metrópole de São Paulo que corresponde aos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema.

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACB – Ação Católica Brasileira

ACRISSUL – Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul

ACM – Antônio Carlos Magalhães

ADM - Archer Daniel Midland

AKK – A Acumulação do Capital

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

AP – Ação Popular

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BBC - British Broadcasting Corporation

BC – Banco Central

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CEB – Comunidade Eclesial de Base

CETERP – Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto

CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos

CIBRAZEN – Companhia Brasileira de Armazéns

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CMP – Central dos Movimentos Populares

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNB – Construindo um Novo Brasil

CNBB - Confederação dos Bispos do Brasil

CNRA - Campanha Nacional pela Reforma Agrária

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CONCLAP – Conselho Superior das Classes Produtoras
CTRIN/DTRIG – Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil/Departamento do Trigo na Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB)
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM – Democratas
DS – Democracia Socialista
EIA/RIMA – Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESG – Escola Superior de Guerra
FAO – Organização Mundial para a Alimentação e Agricultura
FENAPEC – Frente Nacional da Pecuária
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
GEE – Grau de Eficiência da Exploração
GRET – Grupo de Trabalhos sobre o Estatuto da Terra
GUT – Grau de Utilização da Terra
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IED – Investimento Externo Direto
IEP – Introdução à Economia Política
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
INTER – Instituto Jurídico de Terras Rurais
ITERAIMA – Instituto de Terras de Roraima
ITERPA – Instituto de Terras do Pará

IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
ISA – Instituto Sócioambiental
ITERAM – Instituto de Terras e Colonização do Amazonas
ITR – Imposto Territorial Rural
JECB – Juventude Estudantil Católica do Brasil
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
KPD – Partido Comunista da Alemanha
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MARA – Ministério da Agricultura e Reforma Agrária
MATOPIBA – Delimitação regional entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP – Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEP – Nova Política Econômica
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OGM – Organismos Geneticamente Modificados
ONG – Organização Não Governamental
OTM – Organismos Transgenicamente Modificados
PA – Projeto de Assentamento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PEN – Partido Ecológico Nacional
PENSA – Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial

PF – Polícia Federal

PFL – Partido da Frente Liberal

PGR – Procuradoria Geral da República

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PIN – Plano de Integração Nacional

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POSDR – Partido Socialdemocrata Russo

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PTR – Partido Trabalhista Renovador

PURR - Pacto de Unidade e Resposta Rural

PV – Partido Verde

SD – Solidariedade

SDKPiL – Partido Socialdemocrata do Reino da Polônia e Lituânia

SINDPFA – Sindicato Nacional dos Peritos Federais Agrários

SNI – Serviço Nacional de Informação
SPD – Partido Socialdemocrata da Alemanha
SIPRA – Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
SBPC – Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência
SR – Superintendência Regional
SRB – Sociedade Rural Brasileira
STF – Superior Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
STN - Secretaria do Tesouro Nacional
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUPRA – Superintendência da Política Agrária
TCU – Tribunal de Contas da União
TDA – Título da Dívida Agrária
TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília
TFP – Tradição, Família e Propriedade.
TFR – Tribunal Federal de Recursos
UDN – União Democrática Nacional
UDR – União Democrática Ruralista
UNAICA – Unidade Agroindustrial Caxangá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1. O PARTIDO DOS TRABALHADORES, A QUESTÃO AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA E A REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO RENTISTA À BRASILEIRA	36
1.1. Lula lá: rompimento com o rentismo?	36
1.2. O Partido dos Trabalhadores, a defesa radical da reforma agrária e a crítica estrutural do rentismo à brasileira (1979-1989)	39
1.2.1. Uma novidade: os fundamentos da autoemancipação de classe nas bases sociais do PT e a radicalidade da reforma agrária nos fundamentos do partido (1979-1981)	39
1.2.2. Terra, trabalho e liberdade: oposição política aos fundamentos do rentismo à brasileira e oposição à ditadura civil-militar (1982- 1985)	55
1.2.3. Sarney, a transição civil da ditadura civil-militar: uma demonstração do poder do capitalismo rentista (I PNRA, proteção ao latifúndio e a indústria da superextração renda da terra) - 1985 à 1989	81
1.2.4. A Constituinte e as eleições de 1989: a proposta petista de uma reforma agrária antilatifundiária	94
1.3. Passagens: uma virada reformista (1989-1991)	106
1.4. Partido dos Trabalhadores, a defesa reformista da reforma agrária e a crítica estatista do rentismo à brasileira (1991-2002)	110
1.4.1. Os fundamentos do reformismo petista para o campo (I): moderação do discurso sobre a questão agrária, ascensão do conceito de agricultura familiar e o afastamento relativo da noção de reforma agrária antilatifundiária (1991-1994)	110
1.4.1.1. Collor e Itamar: o ensaio do desmache do Estado, o desmonte das políticas agrícolas e o domínio ruralista da reforma agrária	115
1.4.1.2. Modernização do campo, agricultura familiar e questionamento da reforma agrária como política de desconcentração fundiária: a ascensão de um modo neoliberal de pensar sobre a questão agrária	126
1.4.2. Os fundamentos do reformismo petista para o campo (II): a ênfase estatista sobre a questão agrária, a consolidação das noções de agricultura familiar e da pluriatividade e a reforma agrária dentro da ordem burguesa (1994-2002)	136
1.4.2.1. O governo FHC I: doutrina neoliberal, violência e repressão social no campo e a pressão social pela reforma agrária	136
1.4.2.2. Modo petista de governar, conciliar as classes e conquistar o poder político nacional: a reforma agrária dentro da ordem e a pluriatividade do homem do campo	148
1.4.2.3. O governo FHC II e a volta dos que não foram: crise cambial, os fundamentos da aliança entre agricultura e capital financeiro e a produção da economia do agronegócio	159

1.4.2.4. A radicalidade apenas como referência: uma reforma agrária da emancipação do agricultor familiar, um desenvolvimento rural harmônico e a oposição aos grupos atrasados do campo	167
1.5. Passagens: uma virada rentista (2002)	174
1.6. O Partido dos Trabalhadores e a reprodução do rentismo à brasileira no século XXI	185
1.6.1. O primeiro governo Lula, a formação da <i>esquerda rentista</i> : a ortodoxia econômica, a reprodução da economia do agronegócio e a não-reforma agrária (2003-2006)	185
1.6.2. O segundo governo Lula: a contrarreforma agrária (2007-2010)	198
1.6.3. O primeiro governo de Dilma Rousseff: a supressão da reforma agrária como questão política, a negação da questão agrária e os limites do assim chamado neodesenvolvimentismo (2011-2014)	209
1.6.4. O segundo governo Dilma Rousseff: o discurso da inexistência do latifúndio, a ausência de recursos financeiros para reforma agrária e o ajuste fiscal (2015-2016)	219
 2. CAPITALISMO RENTISTA À BRASILEIRA: PRESSUPOSTOS MARXISTAS	 227
2.1. Território como expressão concreta da luta de classes: discussões conceituais para a compreensão do capitalismo rentista	227
2.2. Aliança entre terra e capital no capitalismo rentista à brasileira: a inversão do modelo “clássico”	243
 3. UNIVERSAL OU DESIGUAL E CONTRADITÓRIO? AS ANÁLISES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A QUESTÃO AGRÁRIA EM MARX, NOS NARODNIKI RUSSOS, EM LENIN E EM LUXEMBURG	 250
3.1. A questão agrária, a formação da propriedade privada e o desenvolvimento do capitalismo nos primeiros escritos de Marx	251
3.1.1. Renânia, um exemplo da instituição jurídica da propriedade privada capitalista no direito moderno e a criminalização do direito consuetudinário no campo	252
3.2. O desenvolvimento do capitalismo inglês ou o assim chamado modelo “clássico”: as particularidades da Inglaterra na formação da propriedade privada e no desenvolvimento do capitalismo	266
3.2.1. A form(ul)ação do modelo clássico, a partir do seu avesso: Índia e China - de “revolução social” à barbárie imperial inglesa	266
3.2.2. A ferro e fogo, cercando e colonizando: a acumulação originária do capital na Inglaterra	275
3.3. Rússia, uma abertura da história: campesinato, múltiplas formas de desenvolvimento da sociedade e propriedade privada - o diálogo do Marx tardio com os narodniki	301

3.4. O desenvolvimento irregular da Rússia: práxis narodniki, campesinato e questão agrária	309
3.4.1. Pensamento, ação e esquecimento de uma tradição revolucionária: os narodniki revolucionários na Rússia	316
3.4.1.1. Os tchaikovstys e a “ida ao povo”: dos livros ao campo	326
3.4.1.2. Terra e Liberdade: partido político revolucionário e necessidades urgentes do povo	332
3.4.1.3. A Vontade do Povo: desenvolvimento irregular, socialismo e revolução	338
3.5. Lenin e as vias de desenvolvimento do capitalismo: a extinção do campesinato e a expansão do capitalismo no campo	344
3.6. Rosa Luxemburg: a reprodução de relações não-capitalistas de produção na produção e reprodução do capital	362
3.6.1. Rosa Luxemburg leitora e prolongadora de Marx: a busca pelos discursos marxistas e geográficos da obra luxemburguiana	368
3.6.2. Rosa Luxemburg leitora de Marx: a totalidade como método	370
3.6.3. Crítica à economia política da expansão permanente do capital: Rosa Luxemburg e a análise da produção não capitalista do capital (entre barbárie e resistências)	376
3.6.3.1. Os camponeses	396
3.6.3.2. Comunismo primitivo	407
3.6.4. Rosa Luxemburg prolongadora de Marx: a acumulação originária como movimento inerente e contínuo do capitalismo	425
3.7. Críticas luxemburguistas às teses leninistas	430
3.7.1. Limites do leninismo para a compreensão do campo brasileiro	430
3.7.2. A noção de via prussiana e sua transposição para o Brasil	433
4. 500 ANOS DE GRILAGEM DE TERRAS: A FORMAÇÃO TERRITORIAL E A PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL	442
4.1. Sesmarias, grilos e posses: as estratégias de consolidação da terra como reserva patrimonial	451
4.2. Constituição de 1824, os fundamentos da propriedade absoluta e a Lei de Terras de 1850, a primeira legalização da grilagem de terras no Brasil (terra como reserva de valor e reserva patrimonial)	482
4.2.1. Propriedade privada capitalista e a desapropriação capitalista da terra: gênese e fundamentos no século XIX	482
4.2.2. Esbulhos dos aldeamentos indígenas e conflitos contra posseiros	490
4.2.3. O primeiro projeto de Lei de Terras: Wakefield à brasileira	493
4.2.4. Lei de Terras: marco jurídico de legalização da grilagem na consolidação do Estado-nação	497
4.3. Antessala da legalização da grilagem de 1931: A Primeira República	520

4.4. Uma função social para a propriedade privada da terra: da função social da terra à função social da propriedade nas Constituições brasileiras do século XX – gênese e fundamentos	538
4.4.1. Fundamentos da assim chamada função social da propriedade	538
4.4.2. Constituições de 1934 e 1937: a gênese da função social da propriedade, da “justa” indenização e da limitação do usucapião	543
4.4.3. Constituição de 1946: a gênese da desapropriação para fins de reforma agrária e a questão da justa indenização, prévia e em dinheiro	549
4.4.4. Reforma agrária e luta de classes: reformas de base, lutas camponesas e a questão da desapropriação na década de 1960	552
4.5. Cercamento jurídico, repressivo e militar da terra: a realização da grilagem legalizada e a instituição dos títulos da dívida agrária na ditadura civil-militar (1964-1985)	559
4.5.1. Os fundamentos de uma aliança econômica entre terra e capital na ditadura civil-militar	559
4.5.2. Estatuto da Terra e Constituições de 1967 e 1969: “a reforma agrária dos militares” e a institucionalização dos títulos da dívida agrária (TDA)	561
4.5.3. Grilagem legalizada da ditadura civil-militar brasileira: a convivência estatal da apropriação privada de terras públicas e a demarcação da fronteira entre legal e ilegal pelos grileiros	578
4.6. Constituição de 1988: a reprodução jurídica e constitucional do poder político da aliança entre os proprietários de terra e os proprietários de capital	582

5. DESAPROPRIAÇÃO E SUPERINDENIZAÇÕES: FACES DO RENTISMO À BRASILEIRA **592**

5.1. Desapropriação: um grande negócio	592
5.2. A reprodução legislativa e jurídica das superindenizações e o duplo caráter da desapropriação capitalista da terra (garantia <i>absolutizada</i> da propriedade privada e instrumento de especulação)	594
5.3. Desapropriação de terras griladas	610
5.4. Desapropriação de terras alvos de especulação imobiliária e a superprecificação de imóveis rurais tomados como urbanos	628
5.5. Desapropriação de terras adquiridas a preço simbólico e a produção de perícias forjadas	636
5.6. Desapropriação de terras inviáveis para a reforma agrária	643
5.7. Superindenização de benfeitorias, indenização de “cobertura florística” e articulações do público e privado para garantia de vultosas indenizações	645

5.8. A maior indenização por desapropriação da história brasileira, relações entre grilagem de terra e o capital bancário	651
5.9. O pagamento de juros compensatórios e a produção de um mercado secundário de TDAs	653
5.10. Desapropriação como reforma agrária às avessas: a negação dos direitos dos posseiros, a reafirmação do latifúndio e a “desapropriação fictícia”	656
5.11. Grilagem de terras indígenas e tentativa de instituição de novos processos de desapropriação capitalista da terra	658
5.12. Rentismo à brasileira e desapropriação capitalista da terra	666
CONSIDERAÇÕES FINAIS	668
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	676
Documentos	719
Reportagens	729

INTRODUÇÃO

GRILAGEM, PRODUÇÃO NÃO CAPITALISTA DO CAPITAL E FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA E DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA COMO FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA

De omnibus dubitandum

A presente tese de doutorado foi atravessada por três momentos que articuladamente produziram a ruptura institucional e a conjuntura do golpe parlamentar que nos encontramos no final de 2016.

A sistematização das primeiras reflexões contidas no trabalho foi realizada em 2013 em meio às assim chamadas jornadas de junho, em que um espectro de contestação política tomou de assalto as ruas brasileiras, inicialmente com uma pauta concreta no horizonte de expectativa: a necessidade de passe livre para a plena realização da vida cotidiana e do direito à cidade. As massas se encontravam no centro das reivindicações. Entretanto, um conjunto difuso de pautas demonstrava que havia algo se desmanchando no ar; brotava a centelha do novo. Mas não era o socialismo.

Uma parte significativa do Relatório de Qualificação que fundamentou a tese em tela foi redigido no decorrer das eleições presidenciais de 2014, e se concretizou, à época, em um enorme desafio. Fundamentalmente porque as análises e críticas tecidas em relação à reprodução do caráter rentista do capitalismo brasileiro iam de encontro ao que os três principais candidatos à presidência (Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva) constantemente afirmavam em debates, discussões na imprensa, nas ruas e nas redes sociais. A inquietação foi profunda também para a concentração do pesquisador, pois inúmeras vezes a vontade mais urgente era contribuir com os acalorados debates políticos e discutir as convergências e divergências dos projetos para o Brasil. Busquei, naqueles momentos de angústia, canalizar minhas reflexões para uma contribuição crítica sobre a formação territorial brasileira demonstrando nas discussões acadêmicas, que estavam tecidas naquele Relatório, o posicionamento teórico, de método e ideológico no entendimento sobre a formação do Brasil e a

reposição contemporânea de um conjunto de desigualdades produzidas ao longo da história brasileira.

Em 2016, após um ano de estágio de pesquisa na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, na França, sobre os fundamentos do capitalismo rentista e a obra de Rosa Luxemburg, retornei ao Brasil. Entre a ascensão do discurso conservador em todas as esferas da vida pública, a realização de mais um megaevento esportivo, o aumento da violência no campo, a manutenção do etnocídio e genocídio de povos indígenas, caminhamos a passos largos para uma desintegração social. A barbárie como fundamento e condição de um país que realizou sua formação territorial pela multiplicidade de golpes de Estado e por um arranjo capitalista com a centralidade na apropriação privada do patrimônio público encontrou-se novamente com seu passado travestido de “ponte para o futuro”. A aliança entre terra e capital se expressou em ato e se corporificou para uma turba fardada de verde-e-amarelo que assistia em Carnaval, e absorta pelo espetáculo, a assim chamada votação do impeachment. Em cena, proprietários de terra e proprietários de capital tomavam novamente para si o comando direto do Estado capitalista e dispensavam o serviço cumprido pela esquerda rentista.

Nas ruas do Brasil tropical, entretanto, as lutas no campo e na cidade se reorganizam mais uma vez para uma quarta-feira de cinzas que parece jamais acabar. Soam assim, o alarme de emergência e tentam puxar o freio de mão do trem suicida da civilização capitalista, antes que seja tarde. A ruptura institucional brasileira, rentista em seu fundamento, parlamentar e jurídica em aparência, realizada também alhures (vide Paraguai e Honduras) é de fato, uma nova forma de golpe de Estado. Sigamos atentos e fortes.

Enfim, no rentismo à brasileira não há “construção interrompida”, mas o moto-contínuo da produção do capital e a reprodução contraditória das classes capitalistas. Em meio a esse turbilhão, concluí e defendi a tese.

A pesquisa de doutorado surgiu, inicialmente, das inquietações suscitadas durante a disciplina *Agricultura e Capitalismo no Brasil*, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (FFLCH-USP), ministrada pelo professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira no ano de 2010. Fundamentalmente, no transcorrer

da disciplina, instigou-nos a problemática da formação do capitalismo rentista no Brasil, especialmente as estratégias de grilagem de terra associadas à questão da desapropriação capitalista da terra consubstanciadas na figura jurídica dos títulos da dívida agrária (TDA). Assim, preparei uma monografia de conclusão da disciplina¹ com o intuito de discutir o contexto do surgimento de tais títulos, seus vínculos com a grilagem de terra e a consolidação de um mercado de TDAs. A partir dessa reflexão mais vertical sobre o tema, surgiu o desafio teórico de uma análise mais aprofundada sobre a questão, buscando compreendê-la de maneira mais ampla².

Durante a elaboração do projeto para seleção no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana no ano de 2012³, através do qual me tornei orientando do professor Ariovaldo, deparei-me com um conjunto de debates que me fizeram enveredar por uma trama teórica que resultou na articulação entre Geografia Agrária, Geografia Econômica e Geografia Política com a finalidade de estabelecer diálogos com as produções da teoria do território e com a construção de uma crítica à Economia Política dos sentidos do capitalismo rentista no Brasil. Buscou-se, dessa forma, identificar e compreender alguns dos fundamentos que articulam as questões econômicas, políticas e agrárias nas relações entre grilagem, formação da propriedade privada e desapropriação de terras a partir do método materialista dialético e da teoria marxiana do movimento progressivo-regressivo de análise da história, sempre lembrando-nos o que Martins (1997) já afirmava: o tempo da questão agrária brasileira é longo e contraditório. Nessa empreitada, visando o entendimento da formação territorial do Brasil, surgiram importantes reflexões suscitadas pela leitura de obras do Direito Agrário, do Pensamento Social e Político Brasileiro, da História Agrária e da Sociologia Rural, na busca pela gênese e, sobretudo, pelos fundamentos do capitalismo brasileiro.

Assim, buscamos estabelecer uma contribuição às interpretações teóricas que verificam que no Brasil há uma alta concentração fundiária nas mãos de uma

¹ A monografia intitulava-se *Título da dívida agrária e processo de constituição da desapropriação capitalista da terra no Brasil – um breve ensaio*.

² Naquele momento já se esboçava o entendimento de que para a reflexão acerca dos TDAs seria fundamental relacioná-los ao processo de formação da propriedade privada da terra no Brasil.

³ Naquele ano me encontrava também fortemente mobilizado pelas inquietações suscitadas pelas discussões finais da dissertação de mestrado, intitulada *A sede do capital: o abastecimento de água em favelas da periferia da cidade do Rio de Janeiro*, que envolviam as contradições da formação da propriedade privada da terra em favelas da cidade do Rio de Janeiro e a passagem contraditória do campo para a cidade no assim chamado “sertão carioca”.

diminuta quantidade de grandes proprietários que a utilizam como reserva de valor e como reserva patrimonial; e também empreender uma crítica às transposições teóricas mecânicas das análises sobre o capitalismo europeu, nas quais predomina a reprodução do capital, para o entendimento do campo brasileiro, que se fundamenta na reprodução do processo não-capitalista de produção do capital. Diante disso, a tese em tela busca dialogar com as análises realizadas por Oliveira (1996c; 1997; 2004; 2007; 2010a; 2010b; 2011a), Martins ([1979] 1996; 1980; 1981; 1989; 1994; [1996] 2012; 1997), Marés (1999; 2003), Motta (1998; 2001; 2008; 2012) e Silva (1997; 2007; 2008) e suas conclusões - estabelecidas a partir de pontos de vista diferentes, mas todas no interior do marxismo - de que a elite agrária brasileira é mais rentista que produtiva e que o processo de constituição da propriedade privada capitalista da terra se realiza a partir da apropriação privada e ilegal de terras devolutas.

Nesse sentido, partindo das contradições da questão agrária contemporânea e da reflexão sobre os conteúdos rentistas do capitalismo brasileiro, manifestados pela relação dialética entre os bloqueios no acesso à terra aos camponeses (materializados nos constantes empecilhos criados para a efetivação da reforma agrária); a formação da propriedade capitalista da terra a partir da grilagem; e a desapropriação capitalista da terra como forma de proteção absolutizada à propriedade privada, é que essa tese de doutorado busca aprofundar algumas interpretações. Tem-se o intuito de demonstrar que a formação territorial brasileira se assenta nas ações do Estado capitalista que reproduz a aliança entre proprietários de terra e proprietários de capital, produzindo uma forma específica de desenvolvimento capitalista - um rentismo à brasileira.

Nesta tese desenvolvemos a hipótese de que os conteúdos rentistas da questão agrária brasileira, quais sejam, a estrutura fundiária concentrada associada à mecanismos jurídicos de legalização (e legitimação) da grilagem de terra, estão articulados com incisivos processos de combate à função social da terra, os quais podem ser interpretados como a continuidade de formas violentas de acumulação originária de capital atualizados no século XXI, com especificidades que demonstram peremptoriamente a barbárie moderna na/da produção não capitalista do capital. Ou seja, compreendemos que existem dinâmicas territoriais do capitalismo rentista à brasileira, possibilitadas pela aliança entre capitalistas e proprietários de terra, que se fundamentam na apropriação privada da terra por meio

da grilagem, e para a qual a expansão do capitalismo necessita contraditoriamente de relações não-capitalistas para se produzir e se reproduzir, recolocando o debate sobre a expansão das fronteiras e a produção do território capitalista no centro das discussões sobre a formação territorial brasileira. Diante disso, ressalta-se enfaticamente que esse processo se realiza com e a partir do Estado.

Nosso objetivo na tese de doutorado é compreender os imbricamentos entre a constituição da propriedade privada capitalista da terra, que se fundamenta na grilagem de terras, e a desapropriação capitalista como forma de reprodução da aliança entre terra e capital no Brasil, buscando analisar as especificidades da formação territorial brasileira a partir da análise sobre a formação da propriedade privada da terra.

Constatamos, assim, que a desapropriação é uma das formas capitalistas de sujeição da terra ao capital, visto que esta não é uma penalização aos latifundiários improdutivos que não cumprem a função social da terra, mas sim a garantia de retorno econômico lucrativo através de títulos da dívida agrária (mecanismo jurídico de indenização da propriedade e forma de pagamento da renda fundiária ao proprietário de terra). Isto é, a desapropriação capitalista da terra é um mecanismo constitucional de preservação do direito absoluto à propriedade privada e à reprodução da utilização da terra como reserva de valor e como reserva patrimonial. As múltiplas estratégias utilizadas pelos proprietários de terra, como o recebimento de indenização por terras griladas, superprecificação em perícias judiciais, juros indenizatórios e compensatórios exorbitantes e utilização do INCRA para especulação de terras (através de perícias judiciais e laudos manipulados e/ou forjados), demonstram as dinâmicas territoriais da acumulação do capital, ou seja, as facetas da barbárie moderna e capitalista no campo, no qual os camponeses estão convivendo, resistindo e se reproduzindo⁴.

Conclui-se desse movimento que o processo de acumulação originária do capital e o processo de produção do capital são fundamentais para a expansão

⁴ No caso das terras indígenas, após séculos de extermínio e expropriação dos modos comunitários de produção por latifundiário-grileiros, a Constituição Federal de 1988 dispõe que a apropriação por meio de grilagem de terras e os títulos expedidos sobre elas são nulos e extintos, isto é, se realiza quando da demarcação de terras indígenas uma expropriação às avessas daqueles que se apossaram ou foram titulados na área. Entretanto, o Congresso Nacional, com explícito interesse da bancada ruralista e dos grandes proprietários de terra aos quais representam, objetiva a partir de uma Proposta de Emenda à Constituição, já aprovada no Senado Federal em 2015 e em tramitação na Câmara dos Deputados, o pagamento de indenizações, ou seja de extração da renda da terra, e alteração constitucional da expropriação às avessas para a desapropriação capitalista da terra.

capitalista e para a formação territorial capitalista, que permanecem no século XXI com tenacidade e violência ainda mais incisivas, gerando conflitos, lutas e resistências.

Para o aprofundamento da discussão acerca da desapropriação de terras, especialmente a desapropriação para fins de reforma agrária - que é um mecanismo significativo para problematizar a contundente concentração fundiária brasileira -, deve ser questionado simultaneamente como se formou o território brasileiro e a propriedade privada capitalista da terra no Brasil. Estas discussões, no entendimento de método desse trabalho, não podem centrar-se exclusivamente na evolução do mecanismo jurídico da desapropriação, ou apenas na história das formas de indenização presentes na Constituição, ou mesmo na evolução dos “custos da reforma agrária”. Mas sim buscar, nos fundamentos da formação territorial, as razões da enorme concentração fundiária brasileira que fazem com que seja necessária a desapropriação. E, ao mesmo tempo, compreender como em um processo de aparente punição ao latifúndio a desapropriação se transforma em um negócio capitalista, produzido a partir de reprodução de relações não-capitalistas para a apropriação de renda territorial capitalizada.

Enfatiza-se que no Brasil as terras são de origem pública e que o processo de formação territorial se constitui fundamentado na apropriação privada de terras devolutas, isto é, a grilagem é mediação central da formação da propriedade privada capitalista da terra, produzindo um *rentismo à brasileira*.

Para o entendimento desses conteúdos rentistas compreendemos que a contribuição de Rosa Luxemburg é central, especificamente nas suas teses sobre a relação dialética entre as condições históricas da acumulação do capital e a reprodução de relações sociais não-capitalistas de produção⁵. Os desdobramentos luxemburguianos são decisivos para o estabelecimento de uma análise que verifique como a lógica do desenvolvimento capitalista moderno permanece calcada na aliança entre capitalistas e proprietários de terra, movimento contraditório da forma rentista do capital, que se reproduz como conteúdo da acumulação capitalista no

⁵ Interessante frisar, buscando a argumentação nos termos de Rosa Luxemburg ([1913] 1985, p. 245), que “não há razão alguma que nos obrigue a admitir que todos os meios de produção exigidos e os meios de consumo resultantes devam ser fabricados de modo capitalista. Essa hipótese existe de fato, e serve de base aos esquemas de acumulação de Marx; não corresponde, porém, nem à práxis cotidiana, nem à história do capital, nem mesmo ao caráter específico desse modo de produção”.

Brasil, reafirmando a barbárie e a violência constantemente repostas pela produção e reprodução do capital. Retomar o pensamento de Rosa Luxemburg e suas contribuições acerca das dinâmicas territoriais da acumulação do capital, prolongando suas reflexões e atualizando-as, nos parece diante disso necessário e urgente. Nosso objetivo não é a realização de uma transposição da obra de Rosa Luxemburg para análise da formação territorial brasileira e da questão agrária, mas sim compreender, a partir das reflexões suscitadas pela leitura de parte de sua obra, os fundamentos das dinâmicas do capitalismo e a reprodução das relações não-capitalistas como partes constitutivas da produção e reprodução do capital. Argumentação potente, nos pressupostos dessa tese, para compreender o papel da grilagem de terra como mecanismo de produção do capital para a reprodução social das classes capitalistas (proprietários de capital, proprietários de força de trabalho e proprietários de terra).

Entretanto, antes de apresentar mais esmiuçadamente as discussões luxemburguianas e as diferenças entre as formas de desenvolvimento do capitalismo na Europa e no Brasil, iniciamos no primeiro capítulo com uma análise sobre a conjuntura da questão agrária brasileira e a reprodução do capitalismo rentista no final do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, tomando as transformações políticas do Partido dos Trabalhadores (PT) como eixo de reflexão deste primeiro momento da exposição, no capítulo 1 denominado ***O Partido dos Trabalhadores, a questão agrária contemporânea e a reprodução do rentismo à brasileira***. Busca-se, com essa análise, partir do presente para, assim, retomar na longa trajetória a gênese e os fundamentos da formação territorial brasileira, sobretudo as barreiras impostas aos processos de desapropriação de terras e o poder dos proprietários de terra na imposição política da manutenção da estrutura fundiária concentrada no Brasil.

Verificamos, nessa análise, a passagem de um partido que, ao longo da década de 1980, defendia radicalmente a reforma agrária e a superação da concentração fundiária no Brasil criticando e se opondo politicamente ao rentismo à brasileira para aquele que, na década de 1990, já conivente com a ordem capitalista, realiza uma defesa reformista da reforma agrária se atrelando a um vocabulário (e a um modo capitalista de pensar) neoliberal de defesa da assim chamada *agricultura familiar* e da *pluriatividade do homem do campo*. Na década de 2000, o PT conformou-se em mais um bastião político da reprodução do capitalismo rentista: os

movimentos de não-reforma agrária, contrarreforma agrária e supressão da reforma agrária como pauta política, respectivamente nos dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, são reveladores de uma esquerda funcional à manutenção da produção do capital e da reprodução das classes burguesas: uma esquerda rentista. Frente à constatação de que o PT é protagonista da reprodução do rentismo à brasileira no século XXI, partimos para a exposição dos fundamentos dessa reprodução, buscando-os tanto na teoria – os seus fundamentos marxistas – quanto na prática – a aliança entre proprietários de terra e proprietários de capital.

No capítulo 2, denominado ***Capitalismo rentista à brasileira: pressupostos marxistas***, busca-se esclarecer as razões da escolha do materialismo dialético como método adotado pela pesquisa, que se referencia, substancialmente, nas obras de Karl Marx e de Rosa Luxemburg para o desenvolvimento da hipótese da tese. Objetiva-se esclarecer que a corrente teórica da Geografia Agrária, na qual nos situamos, é aquela que analisa o processo contraditório (portanto heterogêneo) da generalização progressiva das relações de produção especificamente capitalistas e que constata também que há um desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, que pode ser percebido por uma diversidade de processos produtivos, nos quais as relações de produção especificamente capitalistas se desenvolvem mais em algumas regiões e frações do território do que em outros. (OLIVEIRA, 2004; 2007; 2010a; MARTINS, [1979] 1996; 1980; 1981; 1989; 1994; TAVARES DOS SANTOS, 1981). Tal combinação entre relações especificamente capitalistas e não-capitalistas - longe de ser uma debilidade do processo de acumulação do capital - pode ser analisada como a forma própria de se realizar a reprodução ampliada do capital, ou seja, a unidade dialética entre trabalho assalariado, expansão do latifúndio e territorialização do monopólio capitalista com relações de produção e frações do território: unidade camponesa, trabalho familiar camponês e resistências de modos comunitários de produção (OLIVEIRA, 2010).

Assim, compreende-se que o capital se move para se reproduzir, mas para tal é fundamental, lógica e historicamente, que este seja produzido, conforme argumentam Martins (1981) e Oliveira (1997). E é dessa lógica contraditória que se opõem simultaneamente na formação territorial brasileira grileiros e posseiros, colonizadores e colonos, os brancos da sociedade nacional e os indígenas, e dessas lutas se produz o território como expressão concreta, de certo por ser síntese de

múltiplas determinações, da luta de classes e de diferentes modos de produção (o capitalista e os comunitários).

Em seguida, no capítulo 3, ***Universal ou desigual e contraditório? As análises sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e a questão agrária em Marx, nos narodniki russos, em Lenin e em Luxemburg*** objetiva-se discutir as interpretações dos autores supracitados sobre os fundamentos da acumulação originária do capital e da formação da propriedade privada capitalista da terra. Argumentamos neste capítulo que a produção dessa forma de propriedade é determinante para a produção e reprodução do capital, e assim reveladora das diferentes vias de desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Para realizar tal investigação, retornamos a alguns momentos das obras de Karl Marx, dos militantes narodniki revolucionários, de Vladimir I. Lenin e de Rosa Luxemburg e os comentadores de suas obras para verificar as análises indissociáveis, mas diferentes em seus fundamentos, entre os processos de produção e reprodução do capitalismo e de formação das classes capitalistas; a questão da acumulação originária de capital; a formação da propriedade privada a partir de seus fundamentos; as vias de desenvolvimento capitalista e as múltiplas formas de transição ao modo capitalista de produção. Foram realizadas breves reflexões sobre as formações territoriais da Renânia, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Prússia e da Rússia como momentos fundamentais da explicação das obras e dos autores trabalhados, sendo igualmente importante articular a produção intelectual e a ação militante dos pensadores analisados que se debruçaram sobre as múltiplas formas de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Busca-se, com isso, diante das interpretações de Marx acerca da formação da propriedade privada da terra na Renânia, do desenvolvimento da acumulação originária do capital na Inglaterra e suas reflexões sobre a China, a Índia, a Irlanda e a Escócia e o entendimento marxiano sobre a questão russa no diálogo com os narodniki revolucionários, verificar como o autor fundamentou historicamente as diferenças entre produção e reprodução do capital, a gênese do capitalismo inglês tomado como *modelo clássico* demonstrando suas especificidades e a abertura de seu materialismo dialético no entendimento do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo russo.

Sobre a Rússia, discutimos a noção de *desenvolvimento irregular* produzida nos escritos teóricos e políticos dos narodniki revolucionários e desdobramos a

importância da inquietação quanto à possibilidade de um desenvolvimento que não seguisse a trilha aparentemente inexorável do desenvolvimento capitalista. Realizamos também a leitura das interpretações de Lenin sobre a questão da comuna rural russa e das vias prussiana e americana de desenvolvimento do capitalismo, observando a potência e os limites de sua análise sobre o campesinato e a questão agrária. Além disso, busca-se verificar atentamente as críticas que Rosa Luxemburg realiza sobre essa interpretação de Lenin.

Aprofundei uma análise esmiuçada de determinados momentos da obra de Rosa Luxemburg no decorrer desse capítulo, ressaltando sua compreensão fulcral da reprodução das relações não-capitalistas de produção no desenvolvimento do capitalismo, o que na interpretação dessa tese é argumento essencial para o entendimento da formação territorial brasileira e da via de desenvolvimento capitalista específica do Brasil. Assim, objetivamos também nesse capítulo contribuir a partir da Geografia Agrária com o prolongamento do pensamento luxemburguiano.

Além disso, realizamos no capítulo uma crítica à transposição mecânica do entendimento da via prussiana e da leitura da questão agrária russa para o Brasil partindo das críticas de viés luxemburguista à tais interpretações.

No capítulo 4, ***500 anos de grilagem: a formação territorial e a propriedade privada da terra no Brasil***, empreendemos uma minuciosa análise da formação territorial brasileira e do papel da grilagem de terras nessa formação. Objetiva-se com esse capítulo observar, no retorno à história brasileira, as relações entre grilagem, formação da propriedade e dos proprietários de terra e os fundamentos de uma proteção absolutizada da propriedade privada por meio da desapropriação capitalista da terra como elementos indissociáveis da formação do território brasileiro. O capítulo realiza uma análise das políticas fundiárias brasileiras desde o momento da criação da Lei de Sesmarias em Portugal em 1375, lei que é transplantada para a colônia, até a Constituição Federal de 1988. Assim, o foco da discussão é uma análise do papel das políticas, sobretudo agrárias e fundiárias, desenvolvidas pelo Estado.

Nossa tarefa nesse capítulo é também descortinar, a partir da Geografia, o processo de formação da propriedade privada da terra no Brasil, ou melhor, a formação da grilagem das terras brasileiras. Buscamos compreender a formação da propriedade privada da terra a partir da Geografia Agrária, especialmente referenciando-nos em autores que entendem o processo de reprodução de relações

não-capitalistas de produção como contradição essencial no desenvolvimento do capitalismo, o que envolve fundamentalmente analisar a propriedade privada como relação social. O estudo da propriedade privada sob tais premissas tem como fundamento a desnaturalização dos processos de concentração e apropriação da terra no sentido de desbravar o debate assaz polêmico da questão agrária, no que tange especialmente à formação da propriedade privada da terra. Essa mirada nos parece essencial, visto que os fundamentos da sujeição da renda da terra em países de passado colonial, tais como o Brasil, substanciam o caráter rentista do capitalismo que se formou no país, o que repõe necessariamente entre suas contradições principais as formas da apropriação privada da terra. Isto quer dizer que, no Brasil, a concentração da propriedade privada da terra atua como processo de concentração da riqueza e, portanto, de capital (OLIVEIRA, 2007), funcionando como processo de concentração de poder e simultaneamente da política.

O capitalismo está em constante expansão, pois esta é sua forma específica de reprodução crescente e ampliada no tempo e no espaço. Martins (1981) ressalta que a tendência do capital é a expansão progressiva em todos os ramos e em todos os setores da produção no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. Essa reprodução só não poderá se realizar se diante dela se levantar um obstáculo que a impeça de circular e dominar livremente. A terra é esse obstáculo, que só é transposto por meio do pagamento do capitalista ao proprietário de terras. Ou seja, funciona, nos termos de Martins (1981), como uma licença para a exploração capitalista da terra. Apesar de não possuir valor, pois a terra é um bem natural, finito e que não é fruto do trabalho humano e muito menos de trabalho apropriado pelo capital, a terra é transformada pelo capital em mercadoria, podendo assim ser comprada, vendida ou mesmo alugada (MARTINS, 1981). Duas conclusões fundamentais são apresentadas por Martins (1981) e são essenciais para o desenvolvimento de nossa análise: a terra não é capital e há uma contraposição fulcral que antepõe terra e capital. Tais fundamentos pressupõem que a terra funciona como equivalente de capital.

A formação territorial brasileira deriva da forma através da qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração (OLIVEIRA, 2010a). A funcionalidade da propriedade fundiária como ferramenta singular (e originária) de confirmação pela via rentista se explicita. É essa a singularidade do Estado brasileiro que o distingue dos países centrais e que se expressa na aliança terra-capital

(MARTINS, 1981). Tal aliança, de acordo com Paulino e Almeida (2010), resulta num deslocamento da potência dinamizadora da economia, da produção para a propriedade privada da terra. Reforça-se, dessa forma, o caráter rentista do capitalismo brasileiro, isto é, o rentismo substancia-se no lucro extraordinário que se pode extrair da terra. Tal lucro, conforme argumentam Oliveira (2007) e Oliveira e Faria (2009), pode ser decorrente da venda da terra, visto que a terra se tornou no modo capitalista de produção um equivalente de mercadoria (MARTINS, [1979] 1996, OLIVEIRA, 2007; 2010a). Esse lucro advém também das diferentes formas de renda fundiária capitalista provenientes da terra dedicada à agricultura ou pecuária. Nesse caso, tem-se claro que este lucro extraordinário é decorrente da exploração do trabalho de quem não tem terra. Lucro este que pode se tornar ainda maior quando da superexploração do trabalho assalariado ou do trabalho análogo à escravidão (OLIVEIRA; FARIA, 2009).

Destaca-se ainda uma característica fulcral da concentração de riqueza. Esta se eleva ainda mais quando o assim chamado proprietário de terra apropria-se dela sem despendar dinheiro algum em sua dominação, através do processo de grilagem: o grileiro cerca a terra pública e passa a auferir renda fundiária da mesma, podendo vendê-la ou ter acesso à incentivos fiscais, créditos, utilizá-la para arrendamentos, hipotecas, expropriar posseiros e indígenas, se valer da violência do Estado ou mesmo privada.

Analisando a formação da propriedade privada no Brasil constata-se um movimento de relações entre grilagem, produção do capital e produção da classe de proprietários de terra. O fundamento da propriedade privada capitalista da terra é a grilagem e conforma uma via de desenvolvimento capitalista brasileiro.

Assim, analisamos como a aliança entre Estado e grandes proprietários de terra produziu sua condição de classe a partir da dominação de terras públicas, isto é, a grilagem como fundamento da propriedade privada da terra e como elemento central da formação territorial brasileira. Nessa aliança econômica e política, a desapropriação de terras é uma faceta que confirma a propriedade como abstração jurídica absoluta e simultaneamente como forma concreta excludente de parte significativa da população, pois obriga o Estado ao pagamento da renda da terra pela condição desta ter sido monopolizada em determinado período.

Finalmente, no capítulo 5, denominado ***Desapropriação e superindenizações: uma face rentista do capitalismo brasileiro***, apresento

alguns casos de superindenizações e as múltiplas estratégias utilizadas pelos proprietários de terras em explícita associação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para a superprecificação de terras e a vultosa extração de renda fundiária em processos de desapropriação capitalista da terra.

Nosso objetivo é evidenciar que o latifundiário não está interessado na terra, mas sim na renda da terra. A terra não é utilizada no Brasil pelos grandes proprietários de terra, não é de fato produtiva e é em sua maioria descumpridora dos termos da função social. O caráter especulativo na extração da renda da terra está, portanto, no centro da questão. A desapropriação de terra em sua formulação capitalista e em seu caráter de proteção absolutizada e especulativa transformou-se em um grande negócio. As indenizações em processos de desapropriação constituem-se em verdadeira premiação para aqueles que infringem a Constituição. Além disso, a partir da grilagem de terras esses latifundiários realizam um duplo saque do aparelho de Estado e de toda a sociedade, visto que a União paga, em TDAs, pela desapropriação da terra nua, que foi apropriada privadamente por meios ilegais.

A reforma agrária, entretanto, não pode ser confundida com a desapropriação, apesar da desapropriação ser um instrumento fundamental para a reforma agrária e para a desconcentração fundiária. O que argumenta-se aqui é que essa forma de desapropriação, tal como está estabelecida na jurisprudência e mediada pela proteção absolutizada dos proprietários de terra e da grilagem de terra, se fundamenta na manutenção da produção do capital e na permanência do processo de acumulação originária do capital. É pois uma outra faceta rentista do capitalismo. A expansão de relações capitalistas de produção e a reprodução de relações não-capitalistas de produção, nesse processo, são marcas indeléveis do rentismo à brasileira, sendo essa a via de desenvolvimento capitalista que produz e reproduz sua especificidade assentada na forma com que foi produzida a propriedade privada da terra no Brasil.

Sendo, assim, partamos das contradições do presente.

1. O PARTIDO DOS TRABALHADORES, A QUESTÃO AGRÁRIA CONTEMPORÂNEA E A REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO RENTISTA À BRASILEIRA

Quando certa manhã Gregor Samsa acordou de sonhos intranquilos, encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso.
 Franz Kafka, *A metamorfose* (1915)

1.1. LULA LÁ: ROMPIMENTO COM O RENTISMO?

No dia 27 de outubro de 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito à presidência da República. No segundo turno do pleito eleitoral obteve mais de 53 milhões de votos, tornando-se, à época, o presidente mais votado da história do Brasil. Lula vencera as eleições em praticamente todas as unidades da federação (exceto em Alagoas) e obteve no escrutínio 61,27% dos votos válidos derrotando o candidato da situação, apoiado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, José Serra (PSDB). Lula após quatro eleições presidenciais, enfim, chegou lá.

Havia enorme expectativa na sociedade brasileira durante o ano de 2002 quanto à possibilidade de vitória de Lula na disputa eleitoral até a confirmação do resultado final⁶. Pela primeira vez na história do Brasil um partido forjado na luta dos

⁶ Consideramos interessante analisar essa expectativa a partir de dois breves exemplos. O primeiro na revista *Veja* - representante midiático das elites brasileiras e um "partido neoliberal" na expressão de Silva (2005) - e outro no *Jornal Sem Terra* - porta-voz dos camponeses organizados no MST. *Veja* anunciava na capa de 4 de setembro de 2001 a manchete "Lula Light", e enfatizava em sua reportagem as tensões e desconfianças quanto às propostas do PT e de Lula: "O sonho do PT, em resumo, é administrar um país em que o governo faça investimentos maciços em áreas sociais, conceda subsídios a setores que julgue necessário estimular e, ao mesmo tempo, tenha contas equilibradas; e um país que seja atraente para os investidores estrangeiros. *Não dá para fazer tudo isso ao mesmo tempo. A conta não fecha.* (...) O mundo real tem suas complicações, que os petistas não parecem perceber quando fazem chover suas críticas sobre os administradores do governo tucano" (SECCO; VALENTE, 2001, p. 43, sem grifos no original). Em 23 de outubro de 2002, menos de uma semana antes do segundo turno das eleições presidenciais, quando a eleição de Lula se tornava cada vez real, a tensão dessa possibilidade se revelava na seguinte argumentação do editorial de *Veja*: "O partido de Lula evitou a manobra clássica feita pelas esquerdas européias, por exemplo, de, ao migrar para o centro do espectro ideológico, *fazer autocrítica e expurgar os extremistas.* A reportagem apresenta os custos que essa opção pode vir a trazer para Lula *caso ele seja eleito. E revela sua estratégia para evitar que os radicais atrapalhem seu governo*" (VEJA, 2002, p. 9, sem grifos no original). O medo da possível radicalidade de determinadas tendências do partido, mesmo com as amostras do "núcleo duro" petista de reprodução dos compromissos com a doutrina neoliberal durante a década de 1990 pareciam, ao menos, preocupar *Veja* e sua ortodoxa editoria. Já o *Jornal Sem Terra* trazia na manchete de novembro de 2002 a expectativa de mudanças sociais reais, especialmente frente à urgência da reforma agrária se explicitava em manchete: "Povo vota em mudanças e elege Lula presidente – *Um novo Brasil está nascendo*". (*Jornal Sem Terra*. São Paulo, novembro de 2002, ano XXI, n. 225, sem grifo no original). Em dezembro de 2002, a expectativa aparecia novamente em palavra de ordem: "Hora de arregaçar as mangas!" (*Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 2002, ano XXI, n. 226, p. 1-2). No começo de 2003 novamente a esperança, já enfatizava certo temor frente ao conjunto de alianças e pactos firmados e às primeiras medidas do

trabalhadores com clara identificação com os setores populares e militância histórica de esquerda chegava ao cargo mais alto do poder político nacional tendo na direção um filho de camponeses nordestinos⁷ e liderança sindical de gigantescas mobilizações sociais desde o final da década de 1970. Além disso, o Partido dos Trabalhadores apresentou, em diversos momentos, uma preocupação frente à enorme concentração fundiária, aos latifúndios improdutivos e à questão da reforma agrária⁸, o que produziu a expectativa de uma reforma agrária ampla e um combate aos fundamentos do capitalismo rentista no Brasil.

No discurso da vitória na Avenida Paulista, lugar importante de manifestações políticas na cidade de São Paulo, diante de uma multidão de militantes, o presidente eleito enfatizou que seu governo seria de toda a sociedade brasileira: do proletário, do trabalhador rural e do empresário⁹.

governo do PT: “Lula precisa ser firme: vamos organizar o povo para a luta” (Jornal Sem Terra. São Paulo, fev/mar de 2003, n. XXI, n. 227, p. 2).

⁷ No caderno temático *Questão Agrária*, parte componente do programa de governo da campanha presidencial nas eleições de 1989, que tinha como lema “Terra, trabalho e alimentos”, Lula da Silva ([1989] 2016, p. 2) retoma sua trajetória: “Sou o penúltimo de uma série de oito filhos de um casal de camponeses pernambucanos. Passei minha primeira infância ajudando a plantar feijão, milho e mandioca em oito hectares de terra. A vida era dura. Como é comum acontecer, o primeiro a sair foi o chefe da família, abrindo caminho. Em 1952, embarcamos todos num pau-de-arara, para uma viagem de 13 dias que nos levaria a São Paulo, onde meu pai conseguira emprego, carregando café no porto de Santos. Sobrevivi. Com oito anos de idade, passei a vender laranja e tapioca na estação das barcas. Fui ajudante de tinturaria. Depois, para a maior emoção de minha mãe, tirei o diploma de torneiro-mecânico. Operário, ingressei na indústria e o resto da história vocês conhecem”.

⁸ Conforme enfatiza Oliveira (2009a) retomando uma entrevista de Lula à revista *Caros Amigos* de novembro de 2000: “Não se justifica num país, por maior que seja, ter alguém com mais de 30 mil alqueires de terra! Dois milhões de hectares de terras! Isto não tem justificativa em nenhum lugar do mundo! Só no Brasil. Porque temos um Presidente covarde, que fica na dependência de contemplar uma bancada ruralista a troco de alguns votos”. Interessante retomar também que durante a campanha eleitoral de 1994 em encontro com assentados da reforma agrária, Lula afirmava que “se for eleito, resolverei o problema da reforma agrária com uma canetada” (CPT, 2015).

⁹ Uma outra classe para quem os governos petistas fariam dadivosas concessões ao longo das décadas de 2000 e 2010, não só pela governabilidade, mas como um dos pilares de sustentação econômica (e em certa medida ideológica) das políticas implementadas foram os grandes proprietários de terra. Para citar apenas dois exemplos evidentes de que essa classe se encontra(va) no centro da conciliação de classe petista: o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017 anunciado pela ministra da Agricultura do segundo governo de Dilma Rousseff, Katia Abreu, em 04 de maio de 2016 garantia a destinação de R\$202,88 bilhões de reais em créditos voltados especialmente para a agricultura capitalista. De acordo com os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2016) os recursos públicos fornecidos em créditos agrícolas aumentaram 89% entre 2011 e 2016 contabilizando R\$ 905,1 bilhões destinados pelo Estado para o agronegócio no acumulado do período. Outro dado impressionante, demonstrado por Oliveira (2015) a partir das estatísticas cadastrais do INCRA, revela que no período entre 2003 e 2015 ocorreu incremento de 97,7 milhões de hectares aos latifúndios no Brasil. Somente durante os dois mandatos de Lula da Silva a área dos latifúndios cresceu 62,8%, praticamente “o dobro da ditadura civil-militar e cinco vezes mais do que no governo FHC” (OLIVEIRA, 2015, p. 32).

Quero dizer para vocês que este resultado eleitoral me obriga a afirmar que embora tenha sido eleito pelo meu partido e pelos aliados do PCdoB, do PL, do PCB e do PMN, a partir do dia 1º de janeiro, eu serei presidente de 175 milhões de brasileiros. Quero dizer para vocês que a responsabilidade de governar é muito grande. Eu e minha equipe iremos governar esse País, mas não seria exagero dizer pra vocês que apenas um presidente, o seu vice e a nossa equipe não será suficiente para que a gente governe o Brasil com os seus problemas, portanto *nós vamos convocar toda a sociedade brasileira, todos os homens e mulheres de bem desse País, todos os empresários, todos os sindicalistas, todos os intelectuais, todos os trabalhadores rurais, toda a sociedade brasileira, enfim, para que a gente possa construir um País mais justo, mais fraterno e mais solidário* (FOLHA DE SÃO PAULO, 2002, s/p, sem grifo no original).

Entretanto, desde que assumiu o governo em janeiro de 2003, Lula praticou uma ortodoxa política econômica de inclinação inequivocamente neoliberal, confirmando o que muitos esperavam, alguns com alívio, outros com angústia¹⁰ (PAULANI, 2008). Na avaliação de Boito Júnior (2005), os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal implementada sobremaneira pelos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). E mais, se serviram dela para a condução da política econômica, a partir da abertura comercial, da desregulamentação financeira, dos processos de privatização e amplas concessões à iniciativa privada, do ajuste fiscal e da manutenção de alto superávit primário, da redução de parte dos direitos sociais plenos, da desregulamentação do mercado de trabalho e da desindexação dos salários. Além da reprodução da economia do

¹⁰ É necessário realizar uma diferenciação entre essas duas perspectivas de entendimento do movimento de aproximação entre o governo Lula e o neoliberalismo (PAULANI, 2008). Autores como Venturi (2010) e Singer (2012), em certa medida Borges Neto (2003), Salama (2003) e Anderson (2011) aproximam-se de um grupo de análise que observa o caráter contraditório do governo, mas pontuam que o resultado dos dois mandatos de Lula a frente do Executivo formaram a síntese contraditória possível do contexto em que o governo estava inserido. O espectro de interpretação de tais autores é que a administração federal petista implementou, simultaneamente, políticas que beneficiam o capital e que promoveram a inclusão dos mais pobres, melhorando relativamente a situação da classe trabalhadora. Oliveira (2006a; 2008; 2010b; 2015), Paulani (2008), Oliveira (2010), Boito Junior (2005), dentre outros, analisam mais criticamente o governo Lula e o PT. Tais autores percebem que desde o primeiro ano do governo Lula ou mesmo desde o programa de governo de 2002 (e a famigerada Carta ao povo brasileiro) o PT não pretende revolucionar a sociedade. Na verdade, já durante a década de 1990 o pragmatismo eleitoral e a conquista do poder eram determinantes das práticas políticas do partido, conforme argumentamos. Há então uma transformação no PT no que tange à reformulação das características históricas de um partido radical de esquerda para uma aliança com as frações de classe de proprietários de capitais e grandes proprietários de terra conformando uma “esquerda do capital” (COELHO, 1998). O PT se dispôs, então, a qualquer ação (e jogo político) para manter uma política econômica ortodoxa, reformista neoliberal (e contrarreformista no que tange à questão agrária) e conciliadora de classes sociais no Brasil, buscando eclipsar esses fundamentos através de políticas assistencialistas (com base em formas contraditórias de clientelismo social), de expansão do consumo e bancarização das políticas voltadas para as classes sociais mais pauperizadas.

agronegócio e da não-reforma agrária. Tudo isso apenas no primeiro mandato de Lula da Silva.

Essas políticas neoliberais que se materializaram nas medidas políticas iniciais do governo e que permaneceram ao longo dos quatro governos petistas revelaram um profundo transformismo do PT, das proposições para a formação do partido, no final da década de 1970, até a conquista do poder político nacional, e um compromisso assumido com o capitalismo rentista e com a reprodução social das classes burguesas. Os movimentos de não realização de reforma agrária no primeiro mandato de Lula da Silva (2003-2006), a contrarreforma agrária no segundo mandato (2007-2010) e o processo de verdadeira anulação da questão agrária como questão política nos governos de Dilma Rousseff (2011-2016) ensejam uma ampla análise do Partido dos Trabalhadores, desde a sua formação, articulado à questão agrária no Brasil.

Em outras palavras, partiremos da questão política do presente e do passado recente para a partir dele mobilizar o conjunto de discussões acerca do rentismo à brasileira e sua reprodução. Assim, na busca pelo entendimento desse *aggiornamento* e do transformismo petista é que realizamos um retorno à história associando as transformações dos programas políticos petistas (com especial atenção às suas análises sobre o campo) em paralelo com as modificações da questão agrária brasileira para compreender a força do pacto territorial das classes burguesas e a reprodução contemporânea do rentismo à brasileira.

1.2. O PARTIDO DOS TRABALHADORES, A DEFESA RADICAL DA REFORMA AGRÁRIA E A CRÍTICA ESTRUTURAL DO *RENTISMO À BRASILEIRA* (1979-1989)

1.2.1. Uma novidade: os fundamentos da autoemancipação de classe nas bases sociais do PT e a radicalidade da reforma agrária nos fundamentos do partido (1979-1980)

A fundação do Partido dos Trabalhadores se articula com a emergência das lutas sociais e políticas que recrudesceram na sociedade brasileira durante a década de 1970 e no início da década de 1980. Relaciona-se diretamente, na formação territorial brasileira, com a ascensão de movimentos sócioterritoriais, associações populares de reivindicação por direitos, organizações sindicais e greves no campo e

na cidade, todos movimentos contestatórios à ordem política, econômica e social imposta pela ditadura civil-militar (SADER, 1988; MENEGUELLO, 1989; VOIGT, 1990; BERBEL, 1991; KECK, [1991] 2011; KUCINSKI, 2001; MARTINEZ, 2007; SECCO, 2011).

Costa (2011) salienta que o PT foi fundado em um momento da conjuntura nacional em que a ditadura perdia o apoio de muitos dos que a haviam sustentado. O contexto era de ausência de liberdade parlamentar, incisivas perseguições, torturas e mortes de militantes (sobretudo) de esquerda, recorrentes alterações da legislação política e eleitoral por parte dos militares, endêmica corrupção do aparelho de Estado ditatorial, desvio de recursos e verbas públicas e endividamento estatal, aumento da concentração fundiária, uma ampla violência e repressão no campo e uma enorme concentração industrial no Centro-Sul brasileiro com a produção de uma urbanização periférica e precária profundamente espoliadora para a massa de camponeses que se deslocou e/ou foi expropriada para as cidades. No entanto, conjuntamente e dialeticamente, se efetivava também o renascimento do movimento operário e a ascensão de lutas, organizações e movimentos camponeses.

Conforme ressaltam Meneghello (1989), Keck ([1991] 2011) Petit (1996) e Codato (2005), nesse contexto a transição democrática foi profundamente lenta, realizando-se entre as primeiras medidas de liberalização gradual da ditadura pelo general-presidente Ernesto Geisel em 1974 até as eleições presidenciais diretas de 1989¹¹. Keck ([1992] 2011) ressalta o duplo caráter desse processo altamente conservador: primeiro, as formas tradicionais de predomínio das frações de classes sociais burguesas - que dominam, monopolizam e/ou se aliam para produzir, a partir de seus interesses, a formação territorial brasileira - foram mantidas e mesmo reforçadas; segundo, surgiram novas formas de organização social e política que

¹¹ Meneghello (1989) argumenta que a singularidade do processo de transição brasileira frente a alguns países da América Latina, no que se refere à transformação política, é a longevidade da reintegração de procedimentos democráticos e o conservadorismo do processo de liberalização. Martins (1988) sintetiza essa transição com a expressão *continuismo do autoritarismo*. Ou seja, compreendemos que a “abertura” política brasileira foi realizada buscando conformar um arranjo de frações de classe e um pacto territorial para o novo momento liberal-democrático que se produzia. O papel dos latifundiários na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e fora dela e o “buraco negro” em que foi imersa a reforma agrária (SILVA, 1989) são reveladores do lugar social e político no qual permaneceram os grandes proprietários de terra no nascedouro da assim chamada Nova República. (desdobramos tais discussões no capítulo 4).

objetivavam contestar o *status quo*¹².

Destaca-se também que, em escala mundial, se realizava o desmantelamento do Estado de bem-estar social na Europa, a chegada ao poder de partidos e governos conservadores e ultraconservadores - com destaque para Ronald Reagan (1981-1989) nos EUA e Margaret Thatcher (1979-1990) na Grã Bretanha - e a aplicação da doutrina neoliberal nas regiões de predominância de reprodução do capital após a experiência chilena levada a cabo pelo ditador-presidente Alberto Pinochet (KLEIN, 2008; ANDERSON, 1995; COSTA, 2011). Paralelamente, diversos movimentos populares na América Latina na cidade e, especialmente no campo, surgem e ressurgem resistindo às ditaduras na região, às intervenções econômicas, agrárias e fundiárias dos Estados Unidos, reivindicando direitos historicamente negados e se organizando de formas novas, emergindo outros sujeitos e lutas, até então silenciados¹³.

O PT se forma nessa confluência e a partir dessa confluência contraditória, portando em si as desigualdades de tal contexto histórico. Não buscamos nesta tese verificar as origens do PT, destrinchando minuciosamente o momento genético da construção petista¹⁴, mas sim objetiva-se aqui analisar, no seu contexto de formação e institucionalização política, alguns de seus fundamentos no que tange à questão agrária em suas diferentes problemáticas: o lugar do campesinato e do movimento camponês moderno, a questão da reforma agrária, a grilagem de terra, os confrontos com o latifúndio, a desapropriação agrária e a possibilidade de transformação profunda da concentração fundiária, a fim de entender as razões do movimento molecular de negação, apagamento e, de certa forma, destruição desse importante alicerce do partido ao longo de sua trajetória no poder federal nas décadas de 2000 e 2010. Ou seja, como o PT passou da profunda crítica ao

¹² Enfatiza-se que os fundamentos estabelecidos pela dominância política latifundiária, empresarial e militar da ditadura não se romperam completamente com a transição, vide por exemplo as argumentações contundentes produzidas por Bercovici (2010), Safatle (2010), Telles (2010) e Arantes (2010).

¹³ Para citar alguns exemplos, a revolução sandinista na Nicarágua, em 1979 (com forte impacto nas organizações políticas do campo brasileiro); a guerra civil e as lutas camponesas em El Salvador (a partir de 1979 e que perdurou até 1991); o declínio das ditaduras e a ascensão das organizações sociais e sindicais na Argentina (ditadura entre 1976-1983) e no Uruguai (ditadura entre 1973-1985) dentre outras.

¹⁴ Para os que se interessam pela busca da historicidade do processo de formação do Partido dos Trabalhadores, em diferentes perspectivas, recomendo as leituras de Oliveira (1988), Meneghello (1989), Berbel (1991), Keck ([1992] 2011), Voigt (1990) e Secco (2011).

rentismo à brasileira à sua adesão e aprofundamento.

Certamente as greves operárias no ABC paulista e as resistências e lutas dos operários de fábrica entre 1978 e 1980 foram fundamentais para a criação de um partido que almejava ser popular (BEZERRA, 2014), de trabalhadores (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1985] 2016) e de massa (KECK, [1991] 2011; LULA DA SILVA, [1981] 2016). Entretanto, para além do sindicalismo fabril, destacado por alguns autores como a base preponderante da formação do partido (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2003; OLIVEIRA, 1988; BAUTISTA LUCCA, 2011) e portadores, inclusive, de uma radicalidade intrínseca e de um caráter *sui generis* na história¹⁵, compreendemos que há outros sujeitos e classes sociais que são bases fundamentais do partido no início da década de 1980. As análises que se fundamentam, sobremaneira, na gênese do PT, buscaram realçar em suas interpretações da história petista o papel de liderança do operariado em luta como vanguarda na realização das utopias que o PT portava. Esse novo operariado seria portador também da consciência das classes subalternizadas, o que demonstraria o papel intrinsecamente renovador (e único) desse “novo sindicalismo”¹⁶ que surgia¹⁷.

¹⁵ Reis Filho (2007) e Secco (2011) argumentam criticamente em relação a essa perspectiva. O primeiro afirma que as transformações revolucionárias e radicais que muitos intelectuais e muitos militantes colocavam como inexoráveis ao “novo sindicalismo” que se forjava não se realizaram: “Ao longo dos últimos 30 anos o “novo sindicalismo” pareceu cada vez mais enraizado em velhas tradições, não fosse ele próprio produto de uma cultura política forjada no interior de estruturas sindicais corporativas engendradas ainda nos anos 1940” (REIS FILHO, 2007, p. 30). O segundo argumenta que é importante relativizar o pioneirismo do PT como o primeiro partido de massas do Brasil criado realmente de baixo para cima e diferente de toda a esquerda anterior, como afirmavam alguns documentos de fundação (tais como a Tese de Santo André-Lins e a Declaração Política ambas de 1979, o discurso de Lula da Silva em 1981 na 1ª Convenção Nacional do PT e reiterado por Lula no 1º Encontro do PT em 1991). Secco (2011) realça que novas pesquisas historiográficas demonstram que o PCB - se não foi - esteve muito perto de se constituir como um partido de massa em um de seus períodos de legalidade (1945-1947). Não se trata aqui de diminuir a importância da formação do Partido dos Trabalhadores, mas analisá-lo em perspectiva histórica, dentro dos limites e possibilidades da formação do maior partido de massa produzido no mundo na segunda metade do século XX (ANDERSON, 2011).

¹⁶ Em linhas gerais e a partir da interpretação de Weffort (1978; 1985) e das considerações de Petit (1996), o assim chamado “novo sindicalismo” defendia o dismantelamento da estrutura sindical corporativa e o enraizamento nos locais de trabalho. Seus integrantes optaram por conquistar a direção dos sindicatos oficiais, defendendo o desatrelamento dos sindicatos ao Estado e militando pelo fortalecimento e organização sindical nos locais de trabalho. Outra característica é que o “novo sindicalismo” considerava o MDB e o PTB partidos intraclassistas construídos de cima para baixo (PETIT, 1996). O lugar que funcionava como referência nacional do “novo sindicalismo” era o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, sendo Luiz Inácio Lula da Silva a sua principal liderança política.

Berbel (1991), Voigt (1990) e Reis Filho (2007) destacam ainda que aos operários do ABC paulista (e posteriormente também das indústrias paulistanas) se somaram como bases fundamentais do PT alguns setores progressistas da Igreja Católica e militantes das esquerdas organizadas.

Observa-se, porém, que a territorialização que o partido produziu na década de 1980 revela que o PT apresentava formas diversas de organização política nos distintos estados e regiões do Brasil, o que evidencia o desenvolvimento desigual da formação territorial e das (territorializações das) classes sociais brasileiras. Por exemplo, a partir das análises de Petit (1996), Nunes (2003), Silva (2010), Secco (2011) e Araújo (2012) verificamos que nos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Rondônia e Acre não foi o movimento sindical operário e urbano que construiu o partido, organizando os militantes e formando a estrutura partidária, mas principalmente organizações camponesas, representantes da CPT articulados aos camponeses e sindicatos de trabalhadores rurais que foram decisivos na formação petista.

Secco (2011, p. 27) argumenta que é possível identificar seis grandes bases sociais para a formação do PT:

A primeira foi o chamado novo sindicalismo; a segunda, o movimento popular influenciado pela Igreja Católica; a terceira, políticos já estabelecidos do MDB; a quarta, os intelectuais com origens diversas, como o antigo PSB ou posições liberais radicalizadas; a quinta, militantes de organizações trotskistas; a sexta,

¹⁷ Em 1º de Maio de 1979 foi lançada a Carta de Princípios do Movimento Pró-PT, documento redigido por uma comissão composta essencialmente por sindicalistas: Paulo Skromov (Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Couro e Luva de São Paulo), Jacó Bittar (Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas), Henos Amorina (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco), Robson Camargo (Sindicato dos Artistas de São Paulo) e Wagner Benevides (Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais). Em tal documento argumentava-se: “Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1979 [2016], s/p). Parece interessante que esse trecho seja utilizado tanto para realçar certo papel de vanguardismo proletário quanto para demonstrar que o sindicalismo funcionou como o estopim para a necessidade de organização dos trabalhadores pobres e oprimidos. Compreende-se, no entanto, que o partido encarna ao mesmo tempo referenciais e práticas leninistas assim como determinadas práxis baseadas nos partidos socialdemocratas europeus do século XX, produzindo, de fato, um novo arranjo de convergência das classes sociais subalternizadas no desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no Brasil. Cabe destacar também que há na formação do PT, segundo Löwy (2004), representantes de correntes luxemburgistas da esquerda brasileira, como Mario Pedrosa – um dos fundadores do PT, reivindicando um socialismo democrático, antiburocrático e libertário.

remanescentes da luta armada contra a ditadura (embora seja possível agrupar estes dois últimos).

Ou seja, há um conjunto complexo de contestações e de amplo espectro ideológico nos sujeitos e perspectivas políticas que conformaram a constelação política petista. Rodrigues (2009, p. 3) analisa que

Não há dúvida de que existe, no PT, algo de singular e de inusitado que vem da participação, numa mesma organização partidária, de dirigentes sindicais, militantes socialistas de diferentes filiações ideológicas e militantes católicos de numerosas entidades ligadas à Igreja. No plano organizatório, isso significa a presença concomitante – mas não oficial – de sindicatos e associações de classe, organizações católicas (como as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária, a Comissão Pastoral da Terra, etc.) e de várias pequenas organizações de esquerda (os “grupelhos”, como algumas vezes são pejorativamente chamadas, ou as “tendências”, como são oficialmente designadas). No plano ideológico, resulta daí a mistura, nem sempre harmoniosa, de concepções socialistas democráticas ao lado de outras leninistas e trotskistas, às quais cumpriria acrescentar a influência de um socialismo católico moderado e de um socialismo já não tão moderado da Teologia da Libertação. A tudo isso se deve acrescentar uma dose de nacionalismo terceiro-mundista, outra de antistalinismo e outra de pragmatismo sindical. Desse modo, realmente o PT deve ser entendido como algo novo na história dos partidos brasileiros e dos partidos de esquerda.

Sader (1988), Keck (2011), Voigt (1990), Rodrigues (2003) e Rodrigues (2013) evidenciaram, a partir de diversos matizes, que o PT representou um projeto político articulador que defendia profundas transformações na sociedade e a superação dos diversos entraves da formação territorial brasileira.

Nessa articulação de projetos, uma base fundamental do Partido dos Trabalhadores foi o chamado cristianismo de libertação, tal como enfatiza Löwy (2007, p. 412), o qual pode ser compreendido como um “movimento social” que articula simultaneamente uma “prática social emancipadora, novas formas de práticas religiosas e uma reflexão espiritual”, conformando inclusive uma teologia conhecida como Teologia da Libertação. Os conflitos entre uma parte radicalizada da Igreja e a ditadura civil-militar ao longo da década de 1970 (LÖWY, 2007; MITIDIERO JÚNIOR, 2008) são frutos da produção da nova diretriz desse movimento social, amalgamando “compromisso social” e uma “mística política” (LÖWY, 2007). Uma parte expressiva dos militantes e dirigentes do Partido dos Trabalhadores, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) advém das Comunidades Eclesiais de Base

(CEBs) e pastorais populares¹⁸ (Justiça e Paz, Pastoral da Terra, Pastoral Operária). E, dessas organizações, uma parte dos militantes diretos da luta pela reforma agrária, que a compreendem como elemento essencial da luta social, tornam-se também militantes do PT.

Destaca-se que o cristianismo de libertação fundamentou um processo de engajamento de setores eclesiais na territorialização da Igreja (MITIDIERO JR, 2008), buscando concretizar - e “encarnar” - em perspectivas sociais e teológicas (e na ação territorial, como alerta MITIDIERO JR, 2008) os sujeitos que careciam de fraternidade, igualdade e solidariedade. São eles: os pobres e os oprimidos que seriam, no processo de auto-emancipação, os protagonistas de sua própria libertação. De acordo com Löwy (2007), o movimento social formado pelo cristianismo de libertação tem raízes em setores significativos do clero - padres, freiras, ordens religiosas e bispos -, dos movimentos religiosos leigos, tais como a Ação Católica Brasileira (ACB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Operária Católica (JOC), as comissões pastorais e as CEBs.

Advindos dessa base, podemos observar que estavam presentes na fundação do PT, por exemplo, Plínio de Arruda Sampaio¹⁹, Frei Betto e Irma

¹⁸ De acordo com Petit (1996, p. 81) “dos delegados presentes no Encontro Nacional das CEBs de 1981 que declararam participar de algum partido político, 66% se encontravam no PT. Em dezembro de 1983, no Encontro Nacional da Pastoral Operária, 97% dos delegados manifestaram preferência pelo PT”.

¹⁹ Plínio de Arruda Sampaio militou na Juventude Estudantil Católica do Brasil (JECB) e na JUC (sendo inclusive presidente dessa organização) e também participou ativamente da Ação Popular (AP), organização de esquerda vinculada ao movimento leigo da ACB e foi membro entre 1945 e 1964 do Partido Democrata Cristão (PDC). Kursou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1949-1954) e foi promotor público. Sampaio foi subchefe da Casa Civil e coordenador do Plano de Ação do Governo na administração de Carvalho Pinto. Nesse período, entre 1959 e 1962, participou da elaboração de um dos primeiros projetos de reforma agrária em São Paulo: a Lei de Revisão Agrária. De acordo com Bombardi (2013), a “lei propunha que se assentassem de 500 a 1000 famílias anualmente com cobrança do Imposto Territorial Rural progressivo conforme a extensividade da terra e sua improdutividade. Então quanto maiores e mais improdutivas as terras haveria uma taxa maior do Imposto Territorial Rural” (BOMBARDI, 2013, p. 36-37). A proposta foi solapada posteriormente pelo governador Adhemar de Barros Filho, que ganhou as eleições de 1962 com firme apoio dos latifundiários paulistas (BOMBARDI, 2013). Eleito deputado no ano de 1962, Plínio Sampaio foi membro das comissões de Economia, Política Agrícola e Legislação Social do Congresso Nacional. Foi escolhido como relator do projeto de reforma agrária que integrava as reformas de base do Governo João Goulart. Em 1964, com o golpe civil-militar, estava na primeira lista de cassação de direitos políticos do Ato Institucional nº 1 e foi também demitido do Ministério Público pelo Governador de São Paulo Adhemar de Barros Filho. Se exilou no Chile entre 1964 e 1970 e colaborou com a realização de planos de reforma agrária no país. Foi convidado a prestar assessoria na mesma área para a Organização Mundial para a Alimentação e Agricultura (FAO-ONU/BID). Nos Estados Unidos trabalhou na FAO/BID entre 1970 e 1973 e de acordo com Viana e Pereira Filho (2005) esteve em praticamente todos os países da América Latina, conhecendo a realidade camponesa na região. Em 1976 retornou ao Brasil e se engajou na luta contra a ditadura, inicialmente no MDB e na tentativa de construção de uma alternativa à esquerda dentro do partido.

Passoni, que possuíam uma trajetória no interior do cristianismo de libertação e que defendiam enfaticamente a reforma agrária. Sampaio (2009, s/p), refletindo em retrospectiva sobre a década de 1980, argumentou que

A proposta de reforma agrária deu ensejo a um intenso debate teórico em torno do problema da terra. O golpe de 1964 encerrou o debate, o qual só foi reaberto 20 anos depois, agora sustentado por novas organizações populares e novos partidos de esquerda. Muitos intelectuais – inclusive os que hoje a renegam – encarregaram-se de justificá-la teoricamente. Não se tratava mais da reforma de 1964, porque os militares, nos seus 20 anos de governo, haviam realizado a modernização do campo sem distribuição massiva de terra, porém a um preço social e ecológico altíssimo. Tratava-se de corrigir essas distorções.

Constata-se que essa “correção das distorções” se concretizava, à época, na veiculação pelo Partido dos Trabalhadores de uma reforma agrária radical como uma das possibilidades reais de transformação dos fundamentos territoriais do capitalismo brasileiro.

Conforme salienta Kucinski (2001), as esquerdas brasileiras produziram, a partir de 1978, o PT, a CUT e o MST como organizações populares, articuladas entre si e por um mesmo *ethos* de transformação social e política, sendo o Partido dos Trabalhadores uma espécie de núcleo articulador dessas entidades representativas dos movimentos sociais²⁰. Destaca-se, nesse movimento, a aposta no processo de autoemancipação das classes sociais, em suas especificidades de reprodução social, que concretizavam um projeto em conjunto: questionar e revolucionar os fundamentos das relações sociais e, no caso do território brasileiro, a imposição do questionamento sobre os fundamentos do capitalismo.

Assim, em 1980, se tornou membro fundador do Partido dos Trabalhadores constatando no partido uma “novidade histórica” (SAMPAIO, 2009). Foi deputado federal constituinte e atuante na pauta e defesa de uma ampla reforma agrária durante os debates da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). No início de 2003, foi chamado pelo presidente Lula para coordenar a realização do Plano Nacional de Reforma Agrária. A proposta previa, dentre outras medidas, o assentamento de 1 milhão de famílias, mas não foi colocado em prática sendo a proposta preterida por outra mais “moderada” (ou em outros termos reformista conciliatória). Em 2005 se desfilou do PT e entrou no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), sendo inclusive candidato à presidência da República por esse partido nas eleições de 2010. Plínio de Arruda Sampaio faleceu em julho de 2014, aos 83 anos.

²⁰ Importante frisar, de acordo com a análise de Fernandes (2004, p. 283), que essas organizações se formaram “quase que concomitantemente em espaços políticos diferentes, interativos e autônomos. Cada qual com sua estrutura organizativa e além de suas origens formadas no seio das lutas de classes, tinham em comum pelo menos um princípio: a defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores”. A questão da demarcação de que esses grupos apresentam profundas interações, mas que são produzidos em territórios políticos e trajetórias de luta diferentes e autônomas, é essencial para verificar as diferenças nas lutas proletárias e camponesas, institucionais e institucionalizadas e dos movimentos sócioterritoriais.

Assim, nos termos de Kucinski (2001, p. 35, sem grifo no original)

Foram quadros do PT que criaram em 1983 a Central Única dos Trabalhadores como forma de hegemonizar o movimento sindical, e foi no âmbito da Secretaria Agrária do PT que se manteve aceso o debate da reforma agrária, sob a liderança de José Gomes da Silva, um de seus principais teóricos. *Reforma Agrária tornou-se proposta prioritária do partido*. A maioria dos dirigentes do Movimento dos Sem-Terra, fundado no Rio Grande do Sul em meados da década de 80 por ativistas oriundos da Comissão Pastoral da Terra, da Igreja Católica, são também ativistas do PT.

Kucinski (2001) argumenta que a cultura das CEBs de defesa dos oprimidos e de proteção em momentos de profunda pressão política desenvolveu nos militantes as virtudes da autossuficiência, da participação e da solidariedade, que ajudaram a fundamentar na base social do PT o *ethos* petista que combinava radicalidade, no sentido de rejeição na forma de fazer política e construção concreta de um futuro alternativo, atitudes de compromisso com a integridade de caráter pessoal e militante, e a ética frente ao aparelho do Estado e aos recursos e fundos públicos.

Enfatizamos também outro sujeito ligado ao campesinato e ao sindicalismo rural que é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores: Manoel Conceição²¹, o segundo a ser chamado para a assinatura da ata de filiação ao partido na fundação em 10 de fevereiro de 1980 no Colégio Sion, escola localizada em Higienópolis na cidade de São Paulo. Diversos dos intelectuais que se encontraram na formação e fundação do PT e que se inseriram como militantes do partido ao longo da década de 1980 eram importantes porta-vozes da reforma agrária e da necessidade de profunda transformação na estrutura fundiária brasileira. Isso se verifica, também, na presença de diversos membros religiosos e leigos ligados à CPT na fundação do partido, conforme já ressaltamos.

A questão central é que o cristianismo de libertação, fundamental para a

²¹ Manoel da Conceição, fundador do PT, foi uma imponente liderança da luta camponesa e do sindicalismo rural durante a ditadura civil-militar. Na década de 1960, entre diversas expulsões e reterritorializações na luta pela terra, Conceição se tornou posseiro em Pindaré-Mirim (MA) e trabalhou em fazendas da região. Fundou junto com outros camponeses o primeiro sindicato dos trabalhadores rurais da cidade, que agrupava mais de 4.000 pessoas (SANTOS, 2009). Perseguido durante a ditadura-civil militar Conceição militou na guerrilha rural. Na década de 1970, fez formação política e de táticas de guerrilha na China e conheceu Mao-Tsé Tung. Ao retornar ao Brasil, foi preso, torturado e acusado de subversão e de organização política de camponeses e trabalhadores rurais. Se exilou na Suíça e contribuiu para a crítica e divulgação da barbárie no campo nas ditaduras militares no continente latino-americano. (CONCEIÇÃO, 2005) No retorno ao Brasil foi fundador do PT e participou dos núcleos e secretarias agrárias do partido e da organização política dos trabalhadores rurais no Nordeste. Em 2010, Manoel da Conceição fez greve de fome contra a política de aliança do PT com a família Sarney para as eleições estaduais do Maranhão.

formação do MST e também para a territorialização do PT pelo Brasil, e o próprio PT foram lugares centrais para o restabelecimento da centralidade da pauta política pela reforma agrária no final da década de 1970 e na década de 1980²². Essa retomada se encontra desde a formação do partido e está presente já na Tese de Santo André-Lins²³. Tal documento ressaltava a necessidade de construção de um partido que se expressaria na “independência política dos trabalhadores” e como um “instrumento da luta pela conquista do poder político”. Além disso, a *Tese* criticava partidos como o MDB que com seu caráter interclassista não ocuparia o lugar de ser o porta-voz das lutas dos movimentos, dentre elas os ligados à reforma agrária. Assim, para a formação do PT:

Combinam-se (...) a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E é levando estas discussões para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção desse partido. Crentes que já é hora de o trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas questões que hoje angustiam a população brasileira, como a anistia ampla, geral e irrestrita, a Assembléia Constituinte, democrática, livre e soberana, a reforma agrária e a liberdade partidária. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1979a], 2016, p. 1, sem grifos no original)

A reforma agrária aparece na *Tese* como uma das questões e necessidades mais urgentes da população brasileira. A *Tese*, no entanto, apresenta certo vanguardismo do operariado e do novo sindicalismo nas lutas e na construção do PT, vide, por exemplo, o quarto ponto de sua formulação:

Que este partido seja de *todos os trabalhadores da cidade e do campo*, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, *respeite a democracia operária*, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1979a], 2016, p. 2, sem grifo no original)

Podemos verificar que essa mesma interpretação se apresentava na *Carta de Princípios*, divulgada em 1º de maio de 1979, na qual se constatava a análise do PT como um partido das massas populares, o operariado como classe dirigente da

²² Para uma ampliação das análises sobre a formação do MST, ver Fernandes e Stédile (1996), Fernandes (2000) e seus fundamentos como um movimento camponês moderno em Oliveira (2005).

²³ A Tese de Santo André-Lins foi construída inicialmente como uma resolução no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo realizado em Lins, oeste do estado de São Paulo, em janeiro de 1979 (KECK, [1991] 2011; MARTINEZ, 2007). Ela foi consolidada, posteriormente, pela assessoria de Benedito Marcílio, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Santo André e ligado à corrente Convergência Socialista de fundamentação trotskista (SECCO, 2011).

transformação no campo e na cidade e os trabalhadores como sinônimo de proletariado. Na *Carta*, o PT se apresentava demonstrando, especialmente, seus fortes vínculos com o mundo do trabalho assalariado.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem. *O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada*, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, boias-frias, profissionais liberais, estudantes, etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1979b], 2016, p. 5, sem grifos no original)

Além disso, a *Carta de Princípios* sinalizava proposições de fundamento socialista: “acabar com a exploração do homem pelo homem”, a busca pelo internacionalismo com “a solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1979b], 2016, p. 5) e a necessidade de territorialização do partido com implantação de núcleos de base em “sindicatos, bairros, municípios e regiões” e sua nacionalização.

Em suma, a *Tese de Santo André-Lins*, a *Carta de Princípios* e também a *Declaração Política*²⁴, todas de 1979, foram redigidas, essencialmente por sindicalistas. Esse não é um fato menor. Na análise dessas proposições se constata, peremptoriamente, que no movimento Pró-PT (ou tal como ficou estabelecida a partir de 13 de outubro de 1979, a *Comissão Nacional Provisória*), antes da fundação propriamente dita do partido, havia uma dominância política da interpretação leninista do papel do proletariado como liderança sobre as massas oprimidas e dirigentes do processo de transformação, o campesinato como classe em vias de extinção e a conquista do Estado como momento fundamental para o estabelecimento do “governo dos trabalhadores” (PARTIDO DOS

²⁴ A Declaração Política de 13 de outubro de 1979 redigida em São Bernardo focaliza um contexto amplo de contestação social contra a ditadura civil-militar e a necessidade de construção de canais de reivindicação e lutas populares. “A ideia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base, dos Movimentos contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de intelectuais às associações profissionais; do movimento dos negros ao movimento das mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1979c] 2016, p. 1). A Declaração tem um foco na necessidade de construção do partido e também a urgência da criação da Central Única de Trabalhadores, enfatizando, todavia, a autonomia como condição de produção desse espaço político do movimento social que não deveria ser confundido com o partido.

TRABALHADORES, [1979d] 2016).

Keck ([1991] 2011) aponta também essa direção quando verifica que tais documentos foram produzidos eminentemente por lideranças sindicais urbanas, com ampla maioria de representantes sindicais do Centro-Sul brasileiro. Essas formulações políticas geraram tensões no tipo de proposições partidárias que se instituíam, e podemos inferir, a partir de Keck ([1991] 2011) e Secco (2011), que as reuniões posteriores ao Congresso de Lins foram importantes para modificar a impressão (ou mesmo intenção não plenamente realizada) de que o PT deveria ser um partido operário²⁵.

Com isso, o PT começou a fundamentar, paulatinamente, suas proposições com o objetivo de aglutinar, liderar e centralizar as lutas e reivindicações contra a ditadura civil-militar, pela liberdade política e pela transformação das políticas implementadas pelo aparelho do Estado ditatorial. O partido se apresentava como uma expressão política dos movimentos sociais e da contestação popular. Na *Plataforma Política*, apresentada também em 1979, a questão agrária começava a se explicitar de modo mais consistente na pauta política do partido. Determinados aspectos da questão agrária aparecem, nas proposições da *Plataforma*, na rubrica denominada de questão nacional.

É importante salientar que a *Plataforma*, na interpretação da Comissão Nacional Provisória, seria importante para ser utilizada como um instrumento para a organização do partido e uma forma política de resposta concreta para a luta das classes oprimidas pelos longos anos de ditadura civil-militar. Assim, constata-se no documento:

3. QUESTÃO NACIONAL

- Erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição da terra aos trabalhadores sem terra;
- Título de posse da terra aos posseiros;

²⁵ No 1º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo nos dias 08 e 09 de agosto de 1981, Luiz Inácio Lula da Silva, que se tornou nesse congresso o primeiro presidente do PT, retomava esse quiproquó estabelecendo uma crítica a esse debate: “No início, diziam que éramos um partido dos trabalhadores de macacão, obreirista, limitado, estreito e fechado aos demais setores da sociedade. Se o Partido estava apenas nascendo, como é que esses eternos descrentes na capacidade política dos trabalhadores brasileiros poderiam saber tanto a nosso respeito? O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão. Tínhamos consciência de que, independente do setor social a que pertencessem, os que acreditavam na classe trabalhadora, mais cedo ou mais tarde, estariam ao nosso lado” (LULA DA SILVA, [1981] 2016, p. 2).

- Garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietários rurais, desde a preparação da terra até a distribuição do produto;
- Estímulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietários; (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1979d] 2016, p. 2).

Verificamos que pautas fundamentais da questão agrária na formação territorial brasileira foram explicitadas na *Plataforma*, tais como: a enorme presença de latifúndios improdutivos e a necessidade de sua erradicação, a grilagem de terras públicas e devolutas, a titulação dos posseiros, o financiamento dos processos de produção, distribuição e circulação dos produtos agrícolas dos camponeses e o estímulo ao cooperativismo. É importante destacar, no entanto, que a redação da *Plataforma* e a composição da Comissão Nacional Provisória, que dirigiu o movimento de criação do PT entre 13 de outubro de 1979 e 1º de junho de 1980, contava apenas com a presença de Manoel da Conceição como representante dos sindicatos ligados ao campo.

O *Manifesto* para a fundação do Partido dos Trabalhadores indicava elementos e termos novos referentes à interpretação da questão agrária brasileira:

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, *camponeses*, *trabalhadores rurais*, mulheres, negros, estudantes, *índios* e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1980] 2016, p. 1, sem grifo no original)

O campesinato aparece como um setor explorado em luta e uma fração dos *trabalhadores*, combativo na resistência democrática a ditadura civil-militar. O *Manifesto*, no entanto, diferenciava as lutas realizadas pelos trabalhadores rurais, pelos camponeses e pelos indígenas, o que enfatizava um compromisso mais aberto de diferenciação das lutas, reivindicações e resistências no campo brasileiro.

Além disso, as pautas da luta pela liberdade civil, direito de greve e construção de sindicatos independentes do Estado se encontravam presentes como espinha dorsal da argumentação. Outro momento fundamental do *Manifesto* refere-se à relação que o Partido dos Trabalhadores teria caso assumisse a direção do

Estado.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que *o País só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras*. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, *o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social*. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1980] 2016, p. 3, sem grifo no original)

A direção do aparelho do Estado pelos trabalhadores seria fundamental para a consolidação das reivindicações das massas trabalhadoras, e as estratégias deveriam ser simultaneamente: chegar ao governo e dirigir o Estado para uma profunda modificação econômica e social. Apesar da apresentação ainda difusa da efetivação das proposições, percebe-se que o partido de fato se produzia contra a ordem capitalista estabelecida (MARTINEZ, 2007).

No *Programa do Partido dos Trabalhadores*, a pauta de uma reforma agrária radical se consolidava e se apresentava como uma importante urgência. Foram enfatizados o fim da concentração fundiária, do latifúndio improdutivo e da especulação imobiliária, ou, em outros termos, a crítica a realização da terra como reserva de valor e como reserva patrimonial (MARTINS, [1979] 1996; OLIVEIRA, 2007). O *Programa* defendia ainda o estancamento do processo de expropriação das terras pelas empresas representantes do capital nacional e internacional e a nacionalização de terras.

O PT defenderá uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária. Essa estrutura é pautada na grande empresa capitalista e nos latifúndios, que mantêm as terras improdutivas que servem à especulação imobiliária. Combaterá também o fim da expropriação das terras pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras e incrementará a luta pela nacionalização da terra, permitindo, assim, o aproveitamento dos recursos humanos e das potencialidades econômicas existentes no solo e no subsolo segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1980b] 2016, p. 2, sem grifo no original)

Além disso, o *Programa* propunha uma reforma agrária imediata das terras disponíveis, assim como das terras de propriedade estatal, tais como as terras devolutas, as terras do INCRA e as terras de faixa de fronteira, de uso primordial

para os trabalhadores sem terra que poderiam ocupá-las de modo permanente para a reprodução de suas necessidades e interesses. A reforma agrária deveria vir acompanhada de instrumentos de apoio à produção no campo, respeitando as diferentes regiões e as diferentes categorias camponesas. Nos termos colocados pelo próprio *Programa*:

O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda a terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado – as terras devolutas, as terras do INCRA e as terras de faixa de fronteira –, que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades. Mas, para o PT, não basta a simples distribuição da terra. Como exigência fundamental para o êxito dessa nova política agrária, postula a criação de instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1980b] 2016, p. 2)

As pautas de valorização dos salários no campo e, de fato, a expansão das leis trabalhistas para as áreas rurais brasileiras seriam, no entender do PT, também prementes. Além disso, a discussão sobre ecologia e a preservação das riquezas naturais se consolidavam como pautas importantes no *Programa*.

De imediato, o PT defende a valorização dos salários no meio rural, com a extensão e a adaptação de todos os benefícios conquistados pelo trabalhadores urbanos; defenderá, igualmente, uma justa e adequada remuneração para a pequena produção no campo. O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e, para isto, manterá intransigente posição contra as iniciativas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1980b] 2016, p. 2-3)

A argumentação do *Programa* enfatizava também o amplo processo de transformação de direitos do povo em mercadoria e em fonte de lucro, tais como a alimentação, a educação, a saúde e a cultura, destacando a necessidade de reverter esse processo para a construção do socialismo e de uma democracia plena.

A oposição ao “modelo de desenvolvimento que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1980a] 2016, p. 2), assim como o argumento da “necessidade da conquista do poder político”²⁶, foram duas premissas fundamentais que perpassaram, respectivamente, o *Manifesto de*

²⁶ Presente na tese de Santo André-Lins, a questão da conquista do poder político se apresentava logo no primeiro parágrafo: “Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste País, estará colocada na ordem do dia a luta política e a *necessidade da conquista do poder político*.” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1979a] 2016, p. 1)

Fundação do PT e a Tese de Santo André-Lins e compreendiam duas importantes linhas de argumentação e engajamento político-partidário que produziu o assim chamado “espírito de Sion”²⁷ (SINGER, 2012).

O PT, na década de 1980, programaticamente rejeitava o modelo de desenvolvimento autoritário e a barbárie capitalista concretizada no projeto e na realização da modernização empreendida pelo Estado ditatorial. Empreendeu também contundentes críticas às bases da aliança entre terra e capital reafirmado para desencadear a transição democrática e a condução do aparelho estatal até as eleições diretas, que só se realizaram em 1989.

Entretanto, encontrava-se no horizonte de expectativa petista, em seus fundamentos mais prementes, a conquista do poder político e a necessidade de produção de uma “mudança vinda de baixo”, termo bastante caro para as correntes leninistas que criticavam o desenvolvimento de uma via prussiana (COUTINHO, 2005) ou prussiana-colonial (MAZZEO, 1989) do desenvolvimento do capitalismo à brasileira, com a transformação e o arranjo das elites de modernização e

²⁷ Singer (2012) enfatiza que o Partido dos Trabalhadores apresenta duas almas que convivem no seu interior a partir de 2002. O entendimento de Singer (2012) dialoga com a pista de interpretação deixada por Brandão (1997) sobre as *duas almas* do Partido Comunista Brasileiro, quais sejam, a participação na institucionalidade política e a assimilação da ilegalidade. Certamente, o PT não reproduz essas duas almas pecebistas, mas produz outras: as almas são representadas pelo “espírito de Sion” e o “espírito do Anhembi”. Para além das metáforas teológicas, Singer (2012) apresenta uma contribuição importante, certamente passível de críticas mas potentes interpretativamente, no estabelecimento de síntese de imagens poderosas para a trajetória petista do chão de fábrica, da terra batida e das ocupações de terra aos luxuosos palácios modernistas da capital federal. O espírito de Sion (referência ao Colégio Sion lugar de fundação do PT) se realiza (realizava?) no “caráter radical do partido, que fazia desse elemento diferenciador numa cultura política tingida pela conciliação de elites,(...) o sentido de negar as limitações das fases [políticas brasileira] anteriores” (SINGER, 2012, p. 88). O partido conseguiu se instituir como porta-voz de movimentos sociais que radicalizavam suas pautas por direitos sociais, transformação política e novo direcionamento econômico do Estado. E, a partir da base social construída, da militância partidária e das experiências de participação popular em governos, produziu uma liderança na esquerda brasileira denunciando o pacto das elites na monopolização dos meios de produção, do domínio político na formação territorial e na opressão de sujeitos e direitos conquistados. Tais perspectivas expressam a política do Partido e não são necessariamente compartilhadas por todos os militantes em todos os momentos (vide, por exemplo, as críticas de Coelho (2005), Iasi (2006) e Garcia (2008) na mudança reformista do Partido dos Trabalhadores na década de 1990 e que discutiremos posteriormente). O espírito do Anhembi, concretizado em momento genético na Carta ao Povo Brasileiros de 22 de junho de 2002, apresentou de acordo com Singer (2012) os compromissos com as exigências do capital (preservar o superávit primário, a responsabilidade fiscal e a estabilidade das contas públicas, primordialmente), fundamentado em uma política de aliança com partidos conservadores e o pacto com as elites, apesar de realizações de um programa gradual de reformas. Na análise sobre os governos Lula e Dilma, no que tange à questão agrária, a reforma gradual (SINGER, 2012) pode ser chamada de não-reforma agrária, contrarreforma agrária e negação da necessidade de uma reforma agrária e desconcentração fundiária. Nesse sentido, ao invés de convivência de duas almas em um mesmo corpo, compreendemos que o “espírito do Anhembi” na verdade expurgou o “espírito de Sion”, exorcismo que já se iniciava, inclusive, muito antes de 2002.

desenvolvimento pelo “alto”. O PT se formou na construção de uma “lógica da diferença” (KECK, [1991] 2011) frente aos outros partidos e posicionamentos políticos conservadores e moderados do período. Construiu-se durante a década de 1980 um partido contra a ordem (MARTINEZ, 2007), de firme oposição social (SECCO, 2011) nos descaminhos da transição “lenta, gradual e segura” no Brasil.

1.2.2. Terra, trabalho e liberdade: oposição política aos fundamentos do rentismo à brasileira e oposição à ditadura civil-militar (1982- 1985)

No 1º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em agosto de 1981, o discurso de Lula enfatizava que o partido era uma aglutinação política de diversos espectros político-ideológicos em luta e contestação social que buscava permanecer em diálogo com o povo e verbalizar os anseios daqueles sem vez e sem voz na sociedade brasileira. O Partido se construiria na militância e na fidelidade partidária. Nesse sentido,

o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso programa e ao nosso estatuto. *Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc.* (LULA DA SILVA, [1981] 2016, p. 2, sem grifo no original)

O caráter de construção de base se evidenciaria na busca da diferenciação política do PT em relação aos outros partidos políticos que se consolidavam na sociedade brasileira no início da década de 1980. Assim, para Lula da Silva, o trabalho de base e o compromisso com os *trabalhadores* brasileiros seriam fundamentais nas diferentes frações do territórios em que se inscreve concretamente a luta de classes:

Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, *na luta pela terra*, na periferia que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos a direção de nosso projeto político, que reafirmamos a nossa fidelidade ao trabalhador brasileiro. (LULA DA SILVA, [1981] 2016, p. 3, sem grifo no original)

Uma certa brisa tropical de leninismo aparece na continuação dos argumentos de que “queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho” (LULA DA SILVA, [1981] 2016, p. 2). Fundamental ressaltar que se combinavam nos discursos de Lula (e do conjunto de programas partidários)

diversas perspectivas político-ideológicas, desde um certo apreço pelo partido centralizado e de vanguarda até a luta por reformas radicais protagonizadas pelos sujeitos em luta, tal como inscrito nos partidos socialdemocratas europeus e no socialismo democrático de Rosa Luxemburg.

A reforma agrária aparecia com destaque nesse discurso. A luta dos “lavradores sem terra” em um país de enorme concentração fundiária era enfatizada em fortes tintas:

O Brasil é, certamente, um dos raros países deste continente que jamais conheceu uma reforma agrária. Temos tanta terra e tão poucos proprietários, embora o governo se diga defensor da propriedade... A única reforma agrária que nosso país conheceu foi quando a metrópole portuguesa o dividiu em capitânicas hereditárias. E essa divisão prossegue. A terra passa, hereditariamente, para as mãos de cada vez menos proprietários, com maiores extensões de áreas improdutivas. As multinacionais aceleram a exploração capitalista no campo e reforçam o latifúndio, expulsando milhares de famílias, que já não têm para onde emigrar. Neste país tão grande, o lavrador sem terra já não tem para onde ir. Só lhe resta uma alternativa: lutar! (LULA DA SILVA, [1981] 2016, p. 4, sem grifo no original)

Além disso, em longo trecho do discurso sobre a questão agrária brasileira, Lula da Silva apresentava algumas pautas centrais dos movimentos sócioterritoriais de luta pela terra e a situação do campesinato.

O PT apoia e apoiará sempre a luta pela reforma agrária, pelo direito à terra para quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores com a eliminação dos atravessadores ou intermediários. É por isso que estamos sendo processados na Amazônia; mas os processos não nos assustam. Assustam-nos as milhares de famílias sem o pequeno pedaço de chão de onde extrair os frutos necessários à vida. Assustam-nos os grileiros, os jagunços e os capangas, que são o braço armado, acima da lei, dos que juntam terras como mero capital a ser valorizado pelo tempo e pela economia inflacionária que pesa sobre nós. Temos viajado por todos os recantos deste país. **Consideramos que o problema da terra é, sem dúvida, o mais grave em nossa conjuntura.** É ele que provoca os ciclos migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, os gastos com a importação de produtos, que, em princípio, são típicos do nosso solo. Como os lavradores, estamos cansados de esperar uma solução, e já não acreditamos em estatutos que não saem do papel. Só nos resta apoiar a luta de quem vive da terra, fortalecer o sindicalismo rural, criar condições para maior entrosamento entre cidade e campo. O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra. Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do

campo. Cabe a vocês, companheiros da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los. Somos um partido dos trabalhadores da cidade e do campo. E é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária. (LULA DA SILVA, [1981] 2016, p. 4-5, sem itálico e negrito no original)

Nesse discurso, os fundamentos das contradições do rentismo à brasileira apareciam radicalmente revelados. Para além de certos pressupostos leninistas que surgem com o apoio à sindicalização dos trabalhadores rurais (pauta importante para uma parcela dos trabalhadores no campo), constatamos determinados posicionamentos importantes em defesa das condições de reprodução do campesinato e de sua autoemancipação. Há ainda uma sensibilização sobre a grave e mais aguda questão brasileira, nos termos do PT à época verbalizado por Lula da Silva, que envolviam a terra (e a formação da propriedade privada) e a concentração fundiária no Brasil.

O fato é que a década de 1980 demonstrava a persistência do capitalismo rentista e o PT, ao menos nesse momento, não ficou alheio a esse aspecto central do capitalismo no Brasil.

Importante ressaltar, que na formação territorial brasileira se realiza uma via de desenvolvimento capitalista que reproduz *certos* fundamentos do processo de produção e acumulação capitalista geral, mas tal formação é produzida por uma especificidade *sui generis*: a formação da propriedade privada da terra se fundamenta na reprodução da grilagem de terra em todos os momentos da história brasileira, produzindo e reproduzindo também a classe dos proprietários de terra e seu poder político, social e econômico. A estrutura fundiária brasileira e sua expressão territorial peremptória, o latifúndio, se conforma em mecanismos jurídicos, sociais, econômicos e políticos advindos de uma reprodução (e expansão) contínua da acumulação originária do capital. Ou seja, a permanência da produção de capital no capitalismo brasileiro. A apropriação de terras e as formas de instituir e burlar leis, a realização de pactos e alianças territoriais e econômicas entre classes sociais burguesas, a consolidação de interesses políticos a partir do domínio (ou do consentimento do domínio a classes aliadas) do aparelho do Estado revelam que o capitalismo no Brasil apresenta uma via específica, que denominamos de *rentismo à brasileira*²⁸. É frente a essa conjuntura que o PT da década de 1980 se

²⁸ Aprofundaremos essa discussão ao longo de toda a exposição da tese. Entretanto, para um aprofundamento da discussão teórica reportamos diretamente ao capítulo 2.

opunha.

Em seu discurso de 1981, Luiz Inácio Lula da Silva tangenciava essa questão ao retratar a enorme concentração fundiária, responsável por um dos movimentos de produção do capital (a acumulação originária do capital), quais sejam: a expropriação de *parte* do campesinato (e a impossibilidade da reprodução da família camponesa na terra); a luta de classes no campo e a reivindicação de terra de trabalho como condição necessária para a reprodução social e econômica dos camponeses, em oposição à terra como negócio e seu funcionamento como equivalente de capital; a violência no campo, em especial na Amazônia, um locus privilegiado do processo de internacionalização da economia brasileira e também região estratégica para compreender o pacto territorial das elites aliançadas na dominação do aparelho do Estado para o abocanhamento de frações vultosas de massa de mais valia global durante a ditadura civil-militar; e o duplo caráter da apropriação da terra, ou o seu funcionamento como reserva de valor e via de especulação fundiária, bancária e ativo financeiro como reserva patrimonial.

Assim, na moção *Desemprego*, apresentada e aprovada pelo 1º Congresso do PT, revelava-se a urgência de se alterar profundamente esse arranjo político, social, econômico e territorial que se expressava na ênfase de uma *reforma agrária radical* para conter o desemprego, o arrocho e a precariedade da produção dos territórios periferizados das cidades:

O PT entende que a resposta dos trabalhadores à política recessiva, ao desemprego e às péssimas condições de trabalho é a mobilização e a organização com base na seguinte plataforma: (...)

f) *reforma agrária radical* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1981 [2016], p. 1)

Para a Plataforma Eleitoral da campanha para as eleições de 1982 - a primeira disputa eleitoral da qual o partido participou²⁹ - o lema nacional definido foi “Trabalho, Terra e Liberdade”. O principal alvo político era a ditadura civil-militar e as

²⁹ Reforça-se aqui a perspectiva de Keck ([1991] 2011) e Martinez (2007) de que a “conquista do poder” seria uma etapa fundamental no entendimento do partido para a “grande transformação”. De certo, as bases da conquista envolviam um posicionamento no momento em que o PT estava fazendo campanha para ganhar as eleições, mesmo que estas, devido à permanência da ditadura civil militar, não fossem inteiramente livres. Discordo da interpretação de Souza (2008) de que o PT, nas eleições de 1982, estaria assumindo “parcialmente a importância de governar”. Na verdade, ao estabelecer a necessidade de uma “outra” ou “nova” forma de governar, o PT critica a ordem estabelecida, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a ditadura civil-militar, propondo por fora e contra tal arranjo o estabelecimento de uma alternativa política aos *trabalhadores* que envolvia a conquista do poder político.

forças políticas que ainda se mantinham através da reprodução de práticas clientelísticas e conciliatórias, tráfico de influência e abuso de poder econômico (KECK, [1991] 2011). Além disso, o PT ressaltava que os exploradores e opressores da classe trabalhadora podiam ser encontrados na maioria dos partidos presentes na arena política sendo o PT uma alternativa política diferente, nova e compromissada com as classes sociais subalternizadas.

Nesse sentido, a *liberdade* era entendida a partir da crítica ao processo de transição capitaneado pela própria ditadura civil-militar e a aliança de classes que a mantinha, mas que no contexto de “redemocratização” se rearranjava para capitanear tal processo. O aparato repressivo do Estado e a violência empreendida aos movimentos sócioterritoriais, às organizações políticas e aos proletários e camponeses que se manifestavam criticamente frente à situação política e econômica, eram arbitrariedades cotidianas que se reproduziam evidenciando o engodo promovido pela ditadura (e por esses verdadeiros “tubarões” em termos petistas da época). A manutenção da Lei de Segurança Nacional, da Lei de Greve e dos demais cerceamentos impossibilitavam uma atuação política verdadeiramente livre³⁰. A noção de liberdade se substanciava nas proposições que enfatizavam o compromisso político de combate às múltiplas formas de discriminação étnico-racial, social e de gênero.

As propostas da *Plataforma Eleitoral Nacional* enfatizavam que a liberdade perpassava pelo atendimento médico público e gratuito associado às melhorias de infraestrutura urbana de saneamento básico, combate às péssimas condições de trabalho que produziam inúmeros acidentes e às doenças como produtos “da má alimentação, dos quartos úmidos, da falta de agasalhos e da falta de lazer” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1982a] 2016, p. 4). A liberdade se manifestava na educação e na cultura que não poderia ser transformada em

³⁰ Nos termos da *Plataforma Eleitoral Nacional* do PT para as eleições de 1982: “Nas cidades, a Polícia Militar espanca operários com fome. Nos campos, posseiros são expulsos das suas terras por jagunços, padres são presos porque estão do lado do povo. Os generais continuam controlando a vida do País, como se estivéssemos em guerra e os trabalhadores do campo e da cidade fossem inimigos do Brasil. Os poderosos dizem que tudo mudou, para que tudo continue como antes” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1982a] 2016, p. 1) O conservadorismo do processo de desagregação do governo ditatorial de Figueiredo e dos limites da construção da transição liberal-democrática (CODATO, 2005) são expressos no trecho supracitado. Além disso, enfatiza-se a oposição à violência da “abertura” brasileira na cidade e no campo. A perseguição, expulsão e violência aos posseiros e a prisão de padres – representantes do cristianismo de libertação ligados à CPT – demonstra(va)m a precariedade da noção de liberdade na sociedade brasileira, especialmente no campo.

mercadoria e que funcionava como diferenciação e distinção de classe, um capital simbólico manejado a favor da reprodução das elites brasileiras. Em suma, a liberdade perpassava a produção de sujeitos livres tanto da ditadura civil-militar quanto da opressão do modo capitalista de produção. Socialismo e democracia apareciam, assim, de acordo com a *Plataforma Eleitoral* estabelecida em 1982, como saída para a crise da sociedade brasileira.

A noção de *trabalho* envolvia substancialmente a produção de uma nova política econômica voltada para a estabilidade no emprego, salário-desemprego e a redução da jornada para 40 horas semanais sem a redução do salário. Diretamente relacionado ao tema do trabalho estavam o acesso à moradia e a promoção de programas de casas populares e a posse de terra aos moradores de favelas, revelando o impacto das reivindicações do associativismo de bairro e por direitos urbanos, tal como expresso em Mizubuti (1987) e Sader (1988).

No que tange à noção de *terra*, e verificando as relações entre cidade e campo, o tema da alimentação e combate à fome era recorrente na *Plataforma*, expressando-se na proposta de criação de uma cesta básica que o Estado se encarregaria de distribuir:

Criação de uma cesta básica de alimentos a preço fixo, que o Estado – e não os grandes atacadistas – se encarregaria de comprar no campo e vender na cidade. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1982a] 2016, p. 2)

Além disso, a reforma agrária controlada pelos que na terra trabalham e a profunda modificação da estrutura fundiária eram pressupostos da *Plataforma*:

Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo, não pode mais ser adiada. Temos de garantir a posse da terra a quem nela trabalha, não a latifundiários, grileiros e aproveitadores, que especulam com títulos de propriedades que nem conhecem. *Não podemos mais tolerar a existência de grandes latifundiários e terras devolutas que nada produzem. Devemos lutar pela distribuição das terras devolutas aos pequenos produtores.* Devemos lutar pela intervenção nas grandes empresas agrícolas, de modo a orientar a política agrícola conforme os interesses dos trabalhadores (...). *Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente ao lado dos que trabalham a terra, não este governo comprometido com as multinacionais, os latifundiários, os grileiros e atravessadores.* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1982] 2016, p. 3, sem grifo no original)

Tais diagnósticos e propostas apresentadas pelo PT são observáveis, por exemplo, na interpretação de Oliveira (2013) que constatou que o traço essencial da estrutura fundiária brasileira é o caráter concentrado da terra. Assim, é possível

constatar que após a ditadura civil-militar brasileira a concentração de terras foi ampliada ainda mais significativamente, conforme observa-se na Tabela 1:

TABELA 1: Número total de estabelecimentos no campo entre 1940 e 1985

Classes de área (ha)	Número de estabelecimentos						
	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Total	1.904.508	2.064.642	3.337.769	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.834.779
Menos de 10	654,557	710,934	1.495.020	2.519.630	2.601.860	2.598.019	3.085.841
10 a 100	975,438	1.052.557	1.491.415	1.934.392	1.898.949	2.016.774	2.166.424
100 a 1.000	243,818	268,159	314,746	414,746	446,17	488,521	518,618
1.000 a 10.000	26,539	31,017	30,883	35,425	39,648	45,496	47,931
10.000 e mais	1,273	1,611	1,597	1,449	1,82	2,345	2,174
Área total (ha)							
Menos de 10	2.893.439	3.025.372	5.952.381	9.083.495	8.982.646	9.004.259	10.029.780
10 a 100	33.112.160	35.562.747	47.566.290	60.171.637	60.171.637	64.494.343	69.678.938
100 a 1.000	66.184.999	75.520.717	86.029.455	108.742.676	115.923.043	126.799.188	131.893.557
1.000 a 10.000	62.024.817	73.903.482	71.420.904	80.059.162	89.866.944	104.548.849	108.397.132
10.000 e mais	33.504.832	45.008.788	38.893.112	36.190.429	48.951.812	60.007.780	56.287.168
Total	197.720.247	232.211.106	249.862.142	294.145.466	323.896.082	363.854.421	376.286.577

Fonte: Oliveira (2013, p. 69) a partir de dados do IBGE

Analisando a tabela podemos verificar que, em 1940, os 27.812 estabelecimentos com mais de 1.000 hectares concentravam 95,5 milhões de hectares de um total de 197,7 milhões de hectares registrados: ou seja, 48% do total de terras brasileiras cadastradas estava concentrado em apenas 1,4% dos estabelecimentos. Enquanto isso, os estabelecimentos de menos de 10 ha - mais de 650 mil -, e que representavam 34% dos estabelecimentos, ocupavam uma área de 1,4 % das terras. Somando-se a estes os estabelecimentos de menos de 100 ha, a situação é ainda mais impressionante: 86% dos estabelecimentos, isto é, 1,63 milhão de unidades, detinham 19% das terras (35,9 milhões de hectares).

Verifica-se, tal como Oliveira (2013), que a estrutura fundiária em 1985 revelava, indiscutivelmente, o aumento da concentração de terras. Os 50.105 estabelecimentos com mais de 1.000 ha concentravam 164,6 milhões de hectares de um total de 376,2 milhões registrados. Em outros termos, 0,8% dos estabelecimentos agrícolas monopolizavam aproximadamente 44% do total de terras registradas. A situação dos pequenos estabelecimentos revelava a contra-face da concentração fundiária: os estabelecimentos de menos de 10 ha - mais de 3 milhões - e que representam cerca de 53% do total, ocupavam 2,6% das terras. Novamente, reunidos aos estabelecimentos de menos de 100 ha a situação revela-se ainda mais

trágica, pois os 5,2 milhões de estabelecimentos que representavam 90% do total ocupavam 21% das terras (79,7 milhões de hectares).

Ao verificarmos, a seguir os mapas de áreas dos assentamento por desapropriação e o número de famílias assentadas em áreas desapropriadas pelos governos militares (1964-1985), percebemos que não houve reforma agrária para o campesinato.

O foco central da ditadura civil militar, principalmente na década de 1970, foi associadamente realizar amplos incentivos fiscais para o empresariado realizar projetos agropecuários (com a explícita confirmação da aliança econômica entre terra e capital mediado pelo Estado ou nos termos de Oliveira (2001, p. 186) a transformação dos “capitalistas industriais e urbanos – sobretudo do Centro-Sul do país – em proprietários de terra, em latifundiários”) e a realização de projetos de colonização, ambos na Amazônia Legal (Acre, Rondônia, Roraima, Pará e Mato Grosso com colonização privada). Essa política, alternativa à reforma agrária que se confirmou como verdadeira contrarreforma agrária do Estado autoritário (IANNI, 1979), estimulou uma nova rodada de barbárie no campo brasileiro, explicitada em inúmeros conflitos em território indígenas (com expropriação, genocídio e etnocídio) e amplos processos de grilagem de terras em terras de posseiros (CASALDÁGILA, 1971; OLIVEIRA, 1997; BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). A colonização foi assim, a representação ideológica estabelecida pela ditadura-civil militar como “solução” para a questão agrária com o processo de expansão capitalista para a Amazônia e a reprodução da produção de capital.

Segundo informações oficiais do INCRA (1995) entre 1964 e 1985, foram realizados apenas 48 projetos de assentamento no campo, numa área total de 13,8 milhões de hectares. A maior parte desses projetos teve por fim a colonização. Os assentamentos advindos de processos de desapropriação corresponderam a menos de 4,2 milhões de hectares.

Assim, a utilização da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária foi aplicada marginalmente, confirmando o argumento de que o Estatuto da Terra seria aprovado, mas não aplicado³¹. A desapropriação foi utilizada

³¹ Frase atribuída ao então ministro do Planejamento Roberto Campos que garantiu aos congressistas que a lei seria aprovada, mas não posta em prática. Desenvolveremos uma análise sobre o Estatuto da Terra, a “reforma agrária dos militares” e a grilagem legalizada da ditadura no capítulo 4 e sobre as superindenizações em processos de desapropriação dessas terras concedidas no capítulo 5.

como instrumento apenas pontual como forma de conter a luta do campesinato e dos trabalhadores rurais e as guerrilhas no campo durante a ditadura civil-militar.

De acordo com as informações disponibilizadas no Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária(SIPRA)/INCRA (2014), os dados de famílias assentadas em processos de desapropriação e de área incorporada em processos de reforma agrária com a utilização desse instrumento são absolutamente periféricos. No governo ditatorial de Castello Branco foram publicados apenas três decretos de desapropriação de terras, porém foi realizado efetivamente apenas um projeto de assentamento no estado de Pernambuco como projeto de colonização³². No governo do general-presidente Costa e Silva, foi publicada uma ação desapropriatória, mas não se efetivou nenhum assentamento advindo de desapropriação. No governo Médici, ocorreu a publicação de 41 decretos de desapropriação e a concretização de contraditórios projetos de assentamento/colonização³³. No governo Geisel, foram decretados 15 processos de

³² Foi realizado durante o governo do ditador-presidente Castello Branco o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Caxangá uma das primeiras experiências de reforma agrária desenvolvida pela ditadura civil-militar como tentativa de conter a força dos sindicatos rurais (em luta por direitos trabalhistas e contra violência dos latifundiários e usineiros) e das Ligas Camponesas no campo pernambucano. A usina Caxangá, conhecida à época pela violência perpetrada aos camponesas, possuía uma cadeia privada denominada de benedita (assim como outras usinas pernambucanas) e era conhecida como local de tortura, cárcere privado e repressão de trabalhadores rurais e camponeses (BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014; COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014). A unidade açucareira da Usina Caxangá e os engenhos, no município de Ribeirão foram desapropriadas em 16 abril de 1965 pelo Decreto n. 55.761 (BRASIL, 1965). As terras num total de 19.724 hectares, foram divididas entre 980 parceiros (atualmente 870 pequenos proprietários de acordo com dados do SIPRA/INCRA, 2014) que realizavam a moagem de cana em projeto agroindustrial instalado. A Unidade Agroindustrial Caxangá (UNAICA) desenvolvida em parceria entre INCRA e o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) foi alvo de projeto de privatização realizado no governo Collor, que desmontou uma série de políticas agrárias e agrícolas (conforme discutiremos mais a frente neste capítulo), em processo iniciado em 1990 e concluído em 1991.

³³ De acordo com Pereira (2014) e Cunha (2009) a criação de PICs as margens da rodovia Transamazônica se inseria na estratégia de repressão aos militantes da Guerrilha do Araguaia (e a tentativa de apagamento da memória da luta pela terra). O único projeto em questão de desapropriação (e que permanece como fração do território incorporado ao programa de reforma agrária atualmente) realizado pelo governo do general Médici denomina-se PIC Altamira. A área foi alvo de desapropriação por meio do Decreto n. 68.443 de 29 de março de 1971 que em seu artigo 1º declarava “de interesse social para fins de desapropriação, os imóveis rurais de propriedade particular, situados em polígono compreendido na zona prioritária para fins de reforma agrária” (BRASIL, 1971). Na verdade, se tratava de uma ampla fração do território para a efetivação de projeto de colonização de 6.341.750 ha no trecho paraense da Transamazônica entre Altamira e Itaituba (CUNHA, 2009). Ou seja, foi definida pelo Estado autoritário uma fração do território onde a formação da propriedade estaria limitada à “propriedade familiar”, com menos de 100 ha, sendo que as propriedades privadas que constavam nessa fração do território (e que não detivessem tais características) deveriam ser desapropriadas. Ou seja, não foi realizada a desapropriação de apenas uma propriedade de 1.319.500 hectares, mas de várias propriedades em que são até hoje desconhecidos o volume de recursos públicos destinados ao pagamento de indenizações, nem exatamente aos quais foram pagas indenizações e muito menos sobre a legalidade dos títulos de

desapropriação com a criação de apenas três assentamentos. No governo Figueiredo, há a publicação de 92 decretos de desapropriação e a criação efetiva de 18 assentamentos.

Assim podemos constatar nos Mapas 1 a 8 a seguinte disposição dos dados:

propriedade apresentados no processo de desapropriação da área. Foram criados assim em resoluções de 1972, os PIC Altamira e o PIC Itaituba, que respectivamente, previam o assentamento de 20.515 famílias. No PIC Itaituba, 10.455 e 10.060 no PIC Altamira (CUNHA, 2009). O PIC Altamira, foi o primeiro projeto do Plano de Integração Nacional (PIN) instituído em 1970: sendo que o INCRA quis estabelecer que 75% dos colonos fossem do Nordeste, e 25% do Sul. Na perspectiva da famosa frase “terras sem homens na Amazônia para homens sem terra no Nordeste”, visão que desconsiderava as ocupações de indígenas e posseiros produzindo ideologicamente o discurso da Amazônia como um “vazio demográfico” e, conjuntamente, a perspectiva de que o colonizador sulista seria uma referência positiva para o “indolente nordestino” (MIRANDA, 1989). De acordo com Cunha (2009), desde a década de 1990, essas áreas na Amazônia brasileira são frações do território de fabricação de aumento de índices de reforma agrária, ou nos termos de Oliveira (2006) expressões concretas da “ampliação estatística de assentamentos”. De 1997 a 1999, entre o primeiro e o segundo mandato de FHC e entre 2005 e 2006 no primeiro mandato de Lula da Silva são “criados” respectivamente 31 e 21 projetos de assentamento no assim chamado Polígono Desapropriado de Altamira (CUNHA, 2009). Sendo que o mais alarmante é que parte significativa dos PICs de Altamira e Itaituba foram emancipados pela Secretaria Regional do Incra do Pará (SR-01) entre os anos de 2000 e 2001. Cunha (2009) argumenta que boa parte dos mais de duzentos assentamentos criados pelo governo Lula na região paraense, muitos deles em áreas remotas sem viabilidade de produção agrária, além de instituídos como assentamentos para inflacionar os números da reforma agrária atenderam aos interesses de madeireiros para a exploração dos estoques de madeiras amazônica.

MAPA 1: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Castelo Branco (1964 – 1966)

MAPA 2: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Castelo Branco (1964-1966)

MAPA 3: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Médici (1970-1973)

MAPA 4: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Médici (1970-1973)

MAPA 5: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Geisel (1974-1987)

MAPA 6: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Geisel (1974-1978)

MAPA 7: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Figueiredo (1979-1984)

MAPA 8: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Figueiredo (1979-1984)

Esses processos pontuais de desapropriação associados à grilagem legalizada da ditadura civil-militar e ao aumento da concentração fundiária no campo foram responsáveis diretos da barbárie do processo de produção do capital e de acumulação originária durante o período ditatorial. A violência no campo, abordada em diversos programas políticos do PT na década de 1980 (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1982a] 2016; [1985] 2016; [1989] 2016), se evidencia também nos fragmentos de reconstituição da memória da repressão da ditadura civil-militar. Carneiro e Cioccaria (2010) enfatizam que a violência que atravessou a vida cotidiana dos camponeses na ditadura perdura até a contemporaneidade, pois somente em alguns momentos foi rompido o silêncio em torno dos bárbaros crimes perpetrados contra os camponeses.

Carneiro e Cioccari (2010) justificam esse prisma de análise pelo fato de que um dos aspectos mais significativos da opressão ao campesinato é o esforço deliberado de tentativa de silenciamento e apagamento de sua história e memória, ocultando a barbárie cometida pela ditadura civil-militar no campo brasileiro. Essa imposição do silêncio produz inclusive a negação de redes de solidariedade de outros atentados cometidos contra os direitos humanos no campo, tais como o extermínio de indígenas em projetos de colonização, na criação de grandes obras de infra estrutura e nas expulsões realizadas pela grilagem de terra levadas a cabo pelo Estado autoritário; nos conflitos com camponeses posseiros de ocupação de terras devolutas, os diversos casos de produção e reprodução de trabalho análogo à escravidão no campo e os assassinatos de membros de comissões pastorais que atuavam em defesa de camponeses e indígenas (BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

Nas entrevistas compiladas no relatório *Retrato da Repressão Política no campo Brasil (1962-1985)*, os discursos dos camponeses revelaram que a luta pelo direito à terra desencadeou nos confrontos com os latifundiários e com o aparelho repressivo ditatorial a perda de parte das próprias identidades camponesas, sendo estes sujeitos levados à clandestinidade longe de seus familiares (em exílio inclusive no interior do Brasil), forçados a romperem seus vínculos mais essenciais com a terra ocupada, com a comunidade e com a família. Nos termos de Carneiro e Cioccari (2010, p.13), “Considerados ‘comunistas’ ou ‘subversivos’, seus ‘crimes’ foram uma luta incansável pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais”. Entrementes, o uso do termo *camponês* durante a ditadura civil-militar

poderia ser, inclusive, elemento suficiente para o desencadeamento de prisões, torturas e assassinatos.

A partir dos dados coletados por Tolentino (2013) nas publicações da CPT e do MST da década de 1980 e primeira metade da década de 1990, a soma de camponeses mortos e desaparecidos na ditadura atingia o número de 396 pessoas, sendo 237 mortos e 159 desaparecidos políticos. Toletino (2013, p. 83) afirma que “na segunda metade da década de 1990, os familiares dos mortos e desaparecidos obtiveram novas informações sobre outros 40 casos ainda não reconhecidos pelo Estado, totalizando 436 nomes”.

Os dados de Carneiro e Cioccarri (2010) ampliam quantitativamente essa realidade:

TABELA 2: Quantidade de camponeses desaparecidos, presos, torturados e mortos durante a ditadura civil-militar, por unidade da federação:

Estado	Número de vítimas
Pernambuco	74
Paraíba	15
Ceará	17
Maranhão	73
Bahia	61
Rio Grande do Norte	14
Rio de Janeiro	16
São Paulo	5
Minas Gerais	18
Goiás	37
Mato Grosso	26
Pará	80
Acre	3
Rio Grande do Sul	6
Paraná	19

Total: 464

Fonte: PRIETO, G (org.) dados compilados a partir de CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. **Retrato da repressão política no campo** – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2011.

TABELA 3: Quantidade de advogados, que atuavam em defesa dos camponeses e trabalhadores rurais, vítimas da repressão, por unidade da federação

Estado	Número de vítimas
Pernambuco	3
Paraíba	2
Ceará	2
Maranhão	1
Bahia	5
Rio Grande do Norte	1
Pará	2
Rondônia	1
Mato Grosso do Sul	1

Total: 18

Fonte: PRIETO, G (org.) dados compilados a partir de CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. **Retrato da repressão política no campo** – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2011.

Apesar de ampliar o escopo para o período anterior ao golpe civil-militar, o que permite observar o poder dos proprietários de terra antes mesmo da ruptura institucional empreendida pelo golpe civil-militar, as autoras revelam também a perseguição aos advogados que lutavam pela reforma agrária, conforme observa-se na Tabela 3 e a participação ativa da repressão e do poder das milícias rurais comandadas por latifundiários em denúncias, perseguições, assissanatos e extermínios de camponeses e seus apoiadores.

Segundo o *Relatório Final da Comissão Camponesa da Verdade de 1961 a 1988* entre camponeses e apoiadores mortos e desaparecidos o total de perseguidos pelo aparelho do Estado ou pelo aparato repressivo privado dos latifundiário com a leniência estatal atingiu o número de 1.196 pessoas. Além disso, 663 camponeses foram atingidos por inquéritos policiais militares (IPMs) e processos na justiça militar (COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE, 2014).

De acordo com a argumentação de Tolentino (2013), a identificação dos processos políticos e dos atingidos pela repressão no campo apresenta um duplo caráter que amalgama os interesses privados dos proprietários de terra com o *modus operandi* do Estado ditatorial brasileiro: os crimes realizados no campo tiveram como sujeitos fundamentais, para além do aparelho repressivo que atuou no combate das guerrilhas rurais, os jagunços, capangas, pistoleiros e milícias paramilitares estabelecidas por proprietários de terra, caracterizando-se, portanto,

como crimes cometidos por grupos de extermínio privados, embora contassem com a complacência ou com a deliberada omissão do aparelho do Estado ditatorial (TOLENTINO, 2013). Paralelamente, são crimes ocorridos, na maioria dos casos, em conflitos de terra que evidenciavam a territorialização da barbárie no processo de acumulação do capital, que se realizava na transformação da terra em propriedade privada e em equivalente de capital, necessariamente realizando a violência nas frações do território já ocupados por camponeses-posseiros, indígenas e populações tradicionais. Violência que se reproduz no processo de produção do capital.

Sendo assim, podemos verificar ainda na década de 1980, a partir de Fernandes (2004), a formação e a territorialização do MST como uma força social e política fundamental que, a partir da ação territorial (MITIDIERO JÚNIOR, 2008), contesta radicalmente o pacto territorial de classe no campo brasileiro e a barbárie em curso.

Ressalta-se que parte das proposições do MST se articulavam à defesa radical da reforma agrária sustentada pelo Partido dos Trabalhadores. O PT se incumbiu da ampliação da necessidade de verbalizar as formas de luta realizadas pelos camponeses sem terra, assim como em diálogo com o MST, realizou a desejada ampliação da territorialização política do partido no campo.

Nesse sentido, o contexto entre 1979 e 1985 foi de firme articulação para a consolidação de um movimento social do campo com caráter nacional que organizasse e centralizasse politicamente a luta pela terra frente à barbárie da concentração fundiária ampliada na ditadura civil-militar. Fernandes (2004) argumenta que no período supracitado ocorreram ocupações de terra e resistências contra a expulsão e expropriação de posseiros e de arrendatários em cinco estados do Centro-Sul brasileiro: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Fernandes (2000; 2004) enfatiza também que as experiências dessas lutas foram articuladas pela CPT em julho de 1982, no município de Medianeira (PR), onde se realizou o primeiro encontro de discussão sobre o crescimento da luta e da resistência pela terra no Brasil.

Em setembro de 1982 um novo encontro foi organizado em Goiânia (GO), no qual camponeses de todas as regiões do país formaram uma comissão provisória para a criação de um movimento camponês em escala nacional. Nesse sentido, as bases de territorialização política estavam assentadas para a produção de um novo movimento que articulasse as lutas dispersas pelo país. Em 1983 outros dois

encontros foram realizados até a fundação do MST (FERNANDES, 2000). No ano seguinte, em janeiro de 1984, em Cascavel (PR) foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cujo primeiro lema foi “Terra não se ganha, terra se conquista”. Nesse sentido, a formação do MST estava articulada tanto com o cristianismo de libertação (CPT), quanto com a organização e resistência política dos camponeses no contexto de transição liberal-democrática no país (STÉDILE; FERNANDES, 1996; FERNANDES, 2000). João Pedro Stédile argumentou em entrevista sobre as relações entre o PT e o MST:

Por acreditarmos no caráter classista do PT, ajudamos a fundá-lo em vários lugares. Muitas lideranças que surgiram da luta pela terra passaram a militar no partido, como dirigentes ou como parlamentares. A proposta de reforma agrária do PT também sempre esteve muito próxima à do MST. Algumas vezes, até mais radical. (...) Nunca misturamos as bolas. Eventualmente, em um ou outro lugar em que essa autonomia foi prejudicada, em que pessoas tenham se desviado da luta ou em que o PT não tenha assumido a luta pela terra, isso trouxe prejuízo para os dois lados. Ou o MST fracassou, ou o PT fracassou (STÉDILE; FERNANDES, 1996, p. 36-37).

No caso da reforma agrária observava-se a articulação da proposição política com a organização dos camponeses no campo nas *Teses para a atuação do PT*:

O PT defende as grandes bandeiras nacionais dos trabalhadores brasileiros. A principal reivindicação dos trabalhadores do campo é a posse e o uso da terra. O acesso à terra aos que querem trabalhar nela traduz a aspiração concreta de milhões de trabalhadores, como os congressos de trabalhadores rurais têm reafirmado repetidamente. Nessa perspectiva, o PT apóia a ampliação e o aprofundamento das lutas por uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores. Para nós, reforma agrária significa transformações profundas nas relações de propriedade e de trabalho no campo. Todavia, entendemos também que não basta a divisão da terra. São indispensáveis medidas complementares, como o fornecimento de créditos, tecnologia, transporte, silagem, levando-se em conta as diferentes categorias de trabalhadores rurais brasileiros, como pequenos proprietários, parceiros, posseiros e empregados. Embora a reforma agrária seja [uma] medida de alcance econômico, ela não pode ser vista apenas dessa maneira: é, também, uma perspectiva de mobilização, conscientização e organização dos trabalhadores. Não pode ser vista, ademais, como luta a ser travada unicamente pelos trabalhadores rurais: o PT deve difundir, também nas áreas urbanas, a necessidade de uma reforma do solo, aprofundando o debate, conscientizando o operariado e assegurando integração e unidade entre trabalhadores da cidade e do campo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1984] 2016, p. 9, sem grifos no original)

Ou seja, há uma articulação de radicalidades programáticas em uma via de mão dupla entre o PT e o MST.

Martinez (2007) argumenta que as eleições de 1982 (com o lema *Trabalho, Terra, Liberdade*) possibilitaram ao PT reiterar o compromisso político com a assim chamada construção de um novo governo, baseado na proposição de uma “maneira nova de fazer política”. O saldo eleitoral do partido foi a eleição para a prefeitura da cidade de Diadema, em São Paulo, além de vereadores e deputados estaduais e federais. Entretanto, o resultado foi bastante aquém do esperado no escrutínio (SECCO, 2011), apesar do partido manifestar publicamente a euforia de atingir a marca de um milhão de votos pelo Brasil, a sensação interna foi de derrota (SECCO, 2011; KECK, [1991] 2011).

Assim, após as eleições de 1982 e 1985, o PT passou por algumas reformulações táticas e por transformações políticas. Conforme verifica Keck ([1991] 2011), essa mudança se evidenciava na passagem do partido de expressão dos movimentos para dirigente das lutas sóciopolíticas. O PT buscou também reorientar as energias para a luta popular e evitar os assim chamados desvios eleitorais (KECK, [1991] 2011). De acordo com Keck ([1991] 2011, p. 215-216, sem grifo no original)

O movimento de retorno às origens do partido e a formação da Articulação³⁴ (...) foram tentativas de consolidar a direção do PT nas mãos dos líderes do movimento operário e dos que estes consideravam seus aliados. O desejo de “voltar às bases” significava que o partido deveria orientar suas energias para dar apoio à organização do movimento operário e dos movimentos sociais, como se a campanha eleitoral tivesse representado um desvio dos objetivos normais da atividade partidária.

Em contradição aparente, ao mesmo tempo que se torna necessário o retorno

³⁴ De acordo com Ricci (2015) e Secco (2011), as correntes internas do partido, oficialmente denominadas “tendências”, estiveram presentes desde a fundação do PT como forma de organização que possibilitou aglutinar perspectivas diferentes, lidar politicamente com o alto grau de fragmentação da esquerda brasileira e se diferenciar dos partidos comunistas. A Articulação é uma tendência interna do PT, sendo o grupo simbolicamente liderado por Lula que buscou na década de 1980 dar ao partido um centro político unificador. Segundo Ricci (2015, s/p) é “a tendência dos mais conhecidos líderes petistas, como Lula e José Dirceu, denominada atualmente Construindo um Novo Brasil (CNB)”. O nome *Articulação*, originalmente *Articulação dos 113*, que em 2000 alteraria sua denominação oficial para *Campo Majoritário* e posteriormente *CNB*, nasceu do *Manifesto dos 113* divulgado em 2 de junho de 1983. Em 1983, após a derrota eleitoral de 1982, 113 dirigentes petistas assinaram um manifesto que procurava superar o impasse entre se diluir numa frente liberal, se constituir numa proposta socialista sem trabalhadores ou ser um partido vanguardista (RICCI, 2015). Devido à sua prática de negociação, polarização dos principais representantes políticos, moderação do discurso político e crítica aos posicionamentos políticos mais radicalizados, Secco (2011) considera a *Articulação* como a “direita” do Partido dos Trabalhadores.

às bases, o partido caminhou paulatinamente para a necessidade de construção da institucionalidade (em outros termos, de conquista efetiva de poder político), sendo exemplos desse processo as dificuldades enfrentadas na efetivação da experiência dos núcleos de base e dos conselhos populares (SECCO, 2011) e o sucesso eleitoral do partido nas eleições de 1985 (KECK, [1985] 2011).

Além disso, a participação ativa na campanha das Diretas Já! e na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) revelavam compromissos políticos contrários ao processo de transição liberal-democrático conduzido pela assim chamada Aliança Democrática³⁵. No balanço da atuação na campanha pelas eleições presidenciais diretas o partido se posicionou sobre o processo da seguinte maneira:

O principal saldo da campanha por eleições livres e diretas foi a ampla mobilização de setores populares e dos trabalhadores. Fator de politização, a campanha, ao assumir um caráter de massas, contribuiu para desagregar o PDS e para aprofundar a crise do regime. (...) A campanha das Diretas devolveu à população a autoconfiança em sua capacidade de organização e de luta. A população resgatou, também, formas de ação política direta que o Regime Militar, ao longo de 20 anos de repressão, tentara sufocar, como as passeatas e os comícios de grandes proporções. No entanto, a população mantém viva sua aspiração legítima de conquistar eleições diretas e democracia, como bem mostram todas as pesquisas de opinião e as mobilizações populares, das quais as recentes greves são o melhor exemplo. E está se mobilizando em defesa de interesses sociais e econômicos, cujo atendimento a proposta de pacto social busca adiar, rebaixar e, em muitos casos, negar. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1985] 2016, p. 1)

O PT se manifestava em profunda crítica a eleição indireta de Tancredo Neves como parte integrante da transição lenta, gradual e segura, saída preparada pela ditadura civil-militar que buscava, dentre outros motivos, a impunidade nos crimes cometidos aos borbotões durante o período ditatorial. Além disso, a longevidade do processo, apoiado por ampla maioria dos setores do empresariado e

³⁵ A Aliança Democrática foi um pacto político-ideológico capitaneado pelo PMDB (nova nomenclatura do MDB, o partido de “oposição” autorizado pelo governo ditatorial) e pela Frente Liberal (posteriormente PFL, grupo de dissidentes políticos da ARENA, o partido de governo durante a ditadura) para tentar eleger o presidente nas eleições indiretas de 1985. Tal pacto produziu a chapa Tancredo Neves (presidente) e José Sarney (vice-presidente) em disputa com a candidatura de Paulo Maluf, escolhido do general-presidente Figueiredo indicado para concorrer à presidência pelo PDS (a nova nomenclatura da ARENA). Com a adoecimento e posterior morte de Tancredo, Sarney foi conduzido à presidência da República em 15 de março de 1985 (CODATO, 2005). Sarney, o primeiro presidente civil depois de 21 anos, foi ativo continuador da lenta transição conservadora da ditadura civil-militar brasileira. Esse pacto mais do que apenas um arranjo eleitoral evidenciava uma tentativa de saída consensuada entre as elites e a produção de um novo bloco de poder político entre frações de classe no momento de transição para a democracia no Brasil.

dos latifundiários, forjava em longa duração a produção de um novo arranjo das frações de classes burguesas e proprietários de terra para reiteradamente reforçar o pacto territorial, político, social e econômico de classes no novo momento. De fato, tratava-se de esgarçar o processo para poder, em aliança, forjar politicamente um novo reagrupamento político.

No documento *Contra o continuísmo e o pacto social* o PT reiterava uma crítica contundente ao malufismo (uma das expressões políticas de reprodução civil dos fundamentos ditatoriais) e suas estratégias de corrupção, suborno e tráfico de influência, denunciadas como expressão da velha política do continuísmo das elites no poder para receber a indicação do PDS, partido herdeiro da ARENA. Ressaltava ainda que a plataforma política da Aliança Democrática e seu arranjo de classe que em seus fundamentos ideológicos pouco tinha de oposição à ditadura:

São eles: a eleição de um Congresso de centro-direita em 1986, a quem se entregaria a reforma da Constituição; a aceitação da tutela militar; o compromisso de honrar todos os acordos com o FMI e com o capital financeiro do País e do exterior; *garantia de intocabilidade da propriedade fundiária, mantendo como padrão de política agrária a mera aplicação do Estatuto da Terra*; em resumo, um conjunto de linhas que representam a disposição, já manifestada pelo próprio candidato a presidente, de manter-se fiel aos ideais de 64. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1985] 2016, p. 5, sem grifos no original)

O PT apresentava ainda suas pautas no que concerne à reforma agrária, e explicita novamente uma crítica radicalizada ao rentismo:

Para combater a recessão, a inflação, o desemprego, a concentração de renda, e para retomar o crescimento econômico sobre novas bases, o PT propõe o rompimento dos acordos com o FMI, a suspensão do pagamento da dívida externa e *uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores*. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1985] 2016, p. 10, sem grifo no original)

As urgências da construção do partido eram também demonstradas no documento:

Assim, é necessário que o PT continue desenvolvendo sua política no movimento sindical e popular, dando continuidade às campanhas contra a política econômica recessiva, contra o arrocho e o desemprego, por reforma agrária e por melhores condições de vida e trabalho. É a partir da nossa participação nessas lutas que o PT terá condições de estimular a constituição de frentes e de garantir sua independência em relação à burguesia e ao Estado. As frentes, portanto, nascerão e se fortalecerão através da mobilização e da luta social, e não de simples acordos políticos e programáticos. Elas

deverão se fundamentar na luta contra o pacto social e contra a transição conservadora. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1985] 2016, p. 11)

Assim, em 1985, conforme já destacamos, após a morte de Tancredo Neves, José Sarney assumiu o governo para capitanear a transição civil da ditadura. A longevidade do processo de transição, demonstrada pelo poder político na tríade conservadora ARENA-PDS-PFL, evidenciava rearranjos na política brasileira e revelava que não haveria uma substituição de fato das frações de classe e representantes políticos ligados à ditadura, mas sim uma reacomodação no “universo das elites”, tendo as Forças Armadas passado para o fundo do palco, sem, contudo, perder suas prerrogativas (CODATO, 2005), reforçando o caráter de que a ditadura civil-militar ainda mantinha diversos dos seus fundamentos na formação territorial brasileira. Em suma, é o capitalismo rentista demonstrando sua plasticidade entre diferentes organizações políticas, sejam elas ditatoriais ou democráticas.

1.2.3. Sarney, a transição civil da ditadura civil-militar: uma demonstração do poder do capitalismo rentista (I PNRA, proteção ao latifúndio e a indústria da superextração da renda da terra) - 1985 à 1989

O governo Sarney (1985-1990) se concretizou como expressão acabada do pacto de classe exitoso no controle da transição política no Brasil. Codato (2005) propõe que nos recordemos das palavras de ordem da Aliança Democrática: “conciliação” e “pacto social”, lemas que demonstram que esse arranjo conseguiu neutralizar (ao menos parcialmente), simultaneamente, tanto os ensaios de oposição ao regime ditatorial surgidos na conjuntura 1978-1980 (greves operárias, lutas pela terra e movimentos sociais de base), quanto a famosa campanha pelas eleições diretas para a Presidência da República, em 1984. O resultado, nos termos de Codato (2005), foi o aperfeiçoamento de um regime antipopular, conservador e conciliatório³⁶.

O Governo Sarney, produto desse arranjo e dessas negociações de poder

³⁶ Rosa Luxemburg já afirmava que a conciliação de classe envolve sempre um alijamento das classes sociais subalternizadas dos supostos benefícios da pactuação. Os proletários são alvos da superexploração para a manutenção das bases de sustentação do capitalismo e os camponeses sujeitados na extração da renda camponesa. O lucro extraordinário e a drenagem de renda fundiária permaneceriam intactos no arranjo conciliatório entre as frações de classe burguesa, mesmo que proletários e/ou camponeses fossem aderentes ao pacto das elites. Desdobramos a análise do pensamento de Rosa Luxemburg no capítulo 3.

das elites, fez o esperado por tais frações de classe: conciliou e pactuou auxiliando com as medidas políticas implementadas os blocos capitalistas a se reproduzirem economicamente.

Em contradição aparente, no entanto, estabeleceu como um de seus projetos prioritários a reforma agrária³⁷. Nesse contexto foi produzido o I Plano Nacional de Reforma Agrária, concretizado no Decreto nº 91.766 de 10 de outubro de 1985, que deveria ser aplicado pelo Ministério para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD) em conjunto com o INCRA (BRASIL, 1985).

A proposta do I PNRA foi divulgada durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em maio de 1985, coordenado pela Contag, o que acenava tendencialmente para novas formas de condução da reforma agrária e da política no campo brasileiro (SILVA, 1993). José Gomes da Silva, um dos redatores do Estatuto da Terra e um dos fundadores da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), foi escolhido como presidente do INCRA e estava a frente dos chamados 17 grupos de ação, que contavam com a participação de mais de cem técnicos de todas as regiões do Brasil e que tinham o desafio de esboçar uma proposta de reforma agrária (GOMES DA SILVA, 1993).

De acordo com Mendonça (2010), a proposta apresentada no Congresso da Contag veiculava importantes instrumentos para a efetivação da reforma agrária, sendo o principal deles, fundamental para a obtenção de terras, a implementação de fato da figura jurídica da desapropriação por interesse social, que consiste no direito do Estado (a partir da Constituição de 1988 na obrigação estatal) de desapropriar terras que não cumprissem sua função social. A título de exemplo, a desapropriação de terras improdutivas, que atingia diretamente uma das facetas do rentismo - a utilização da terra para fins de especulação.

A proposta instituíra também, retomando as perspectivas do Estatuto da Terra, o pagamento de TDAs como forma de indenização para as desapropriações, sendo que o pagamento em dinheiro só se aplicaria para as benfeitorias existentes na terra desapropriada (MENDONÇA, 2010). Conforme aponta Mendonça (2010) essa foi

³⁷ De acordo com Oliveira (2001, p. 200) além da pressão social dos movimentos sócioterritoriais, a Igreja cumpriu um papel importante nesse processo: “Como a pressão social vinha aumentando desde o final dos anos 70 e início dos 80, o governo da Nova República aceitou a elaboração do 1º PNRA. Durante a visita que Tancredo Neves fez ao Vaticano, inclusive, a única coisa que o Papa lhe pediu foi a realização da Reforma Agrária. Por esse motivo, Nelson Ribeiro, ligado à Igreja, foi o primeiro ministro da Reforma Agrária”.

uma das questões candentes acerca da reforma agrária no Brasil durante o período de formulação das reformas de base no Governo João Goulart (1961-1964) conforme demonstramos no capítulo 4 da tese. A reforma, porém, apresentava um elemento que acirrou sobremaneira a luta de classes: o fato de prever que a indenização das terras desapropriadas seria feita com base no valor declarado para fins de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), produziria uma desapropriação tida pelos proprietários de terra como sinônimo de penalização. Mendonça (2010) argumenta que a proposta apresentada pela equipe de José Gomes da Silva ia além, pois, diferentemente da implementação da “reforma agrária dos militares” (OLIVEIRA, 1997; 2007), o I PNRA deveria adotar assentamentos em terras devolutas, regularização fundiária de posseiros e desapropriações para a obtenção de terras, prevendo com isso assentar, em 15 anos, 7 milhões de camponeses sem terra de um total estimado à época em 10,5 milhões. No corpus da proposta, segundo Mendonça (2010) estava prevista também a participação das entidades representativas dos camponeses e trabalhadores rurais em todas as fases do processo, inclusive na seleção de áreas prioritárias de reforma agrária e não apenas a efetivação da reforma agrária em áreas de conflito no campo e sem participação popular.

Essa proposta acirrou as lutas de classes no campo brasileiro. O debate sobre o I PNRA fez, inclusive, emergir uma nova entidade patronal ruralista, a UDR³⁸, firmemente interessada no bloqueio de tal proposta. Reuniões, eventos e abaixo-assinados se expandiram velozmente: a Confederação Nacional da Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira, a Associação Brasileira de Criadores de Zebu, a Agropecuária do Nordeste, a Sociedade Nacional de Agricultura se articularam para criticar brutalmente a proposta do MIRAD/Incra, a qual foi profundamente alterada restando pouco das proposições iniciais (MENDONÇA, 2010).

³⁸ Segundo Mendonça (2010) e Costa (2013), a UDR se consolidou em junho de 1985, a partir de reuniões realizadas pelos pecuaristas de Goiás (congregando latifundiários de Goiás, São Paulo e Minas Gerais), que se consideravam “marginalizados” do assim chamado processo de “modernização” da agricultura brasileira e discursavam contra o “perigo vermelho” da reforma agrária proposta. Dois sujeitos centrais no momento de formação dessa entidade patronal foram Plínio Junqueira Júnior, pecuarista com propriedades no Pontal do Paranapanema que foi desapropriada no contexto da reforma agrária paulista realizada pelo governo de Franco Montoro mediante atuação efetiva do então secretário estadual de agricultura José Gomes da Silva; e Ronaldo Ramos Caiado, herdeiro de família tradicional de fazendeiros/políticos em Goiás com atuação fundamental nos lobbies ruralistas durante a ANC e, posteriormente como deputado e atualmente como senador da bancada ruralista (a assim chamada Frente Nacional Agropecuária).

Assim, o compromisso discursivo da Aliança Democrática de realização da reforma agrária se esfacelou imediatamente frente aos interesses do rentismo. Mendonça (2010) enfatiza que a discussão dos proprietários de terra resultou numa ampla recomposição de forças intraclasse e demonstrou a necessidades ideológica de classe, de uma postura política clara e de um posicionamento firme de classe frente ao aparelho do Estado brasileiro, desencadeando no discurso de defesa da “primazia” da política agrícola sobre a política agrária. Além disso, produziu uma reforma agrária de drenagem de recursos públicos para os latifundiários.

Silva (1993), em entrevista, retomou sua percepção sobre esse momento político:

Em 1985, houve a eleição do Tancredo [Neves], e ascensão do [José] Sarney. Meu nome tinha sido apresentado para o Incra, que, na ocasião, estava entre os 14 cargos mais importantes da República. Já havia uma hierarquia. Eu estava na famosa lista da dona Antonia, a secretária do Tancredo Neves. Fui para o Incra com grande expectativa. Como a lei exigia que todo programa de reforma agrária, para ser desencadeado, tivesse um plano aprovado previamente, nós lançamos a preparação do Plano Nacional de Reforma Agrária. Houve uma mobilização da direita, do conservadorismo no campo, criaram a UDR (União Democrática Ruralista) para fazer oposição a essa proposta. Daí em diante os fatos são mais ou menos públicos. Eu acabei caindo, e voltei lá para a luta na Abra. (...) O ministro [o referido ministro era Nélson de Figueiredo Ribeiro ligado aos setores progressistas da Igreja Católica] e eu estávamos preparando dia e noite esse Plano, o Sarney tinha chamado um advogado de grileiros para preparar um outro projeto [o advogado em questão era Fábio Luchesi que defendeu inúmeros latifundiários-grileiros do Pontal do Paranapanema], dentro do palácio. Esse cara estava trabalhando dentro do palácio, convidado pelo governo, para fazer outro decreto, que foi aprovado. Posteriormente, esse mesmo advogado confessou isso e a coisa veio a público. Ele ficou não sei quantos dias no palácio, na sala do gabinete militar, trabalhando para fazer aquilo que o ministro e eu estávamos fazendo.

Assim, o I PNRA aprovado já trazia, no interior de sua redação final (que agradava fortemente os latifundiários reorganizados e ainda mais articulados politicamente), mecanismos jurídicos que eram retrocessos inclusive em relação ao Estatuto da Terra (OLIVEIRA, 2007). Podemos constatar tal interpretação na análise do artigo 2º, parágrafo 2º do Decreto n. 91.766 de 10 de outubro de 1985 que aprovava o PNRA:

§ 2º O Poder Público evitará, sempre que conveniente, a desapropriação dos imóveis rurais que observem os requisitos

estabelecidos no §1º do art. 2º do Estatuto da Terra³⁹, mesmo quando classificados de acordo com o inciso V, do art. 4º do referido diploma legal⁴⁰. (BRASIL, 1985, p. 1)

Dessa forma, o I PNRA anunciava imediatamente a garantia aos grandes proprietários de terra da sua máxima intocabilidade. Além disso, verificava-se a perspectiva de que seriam beneficiadas pelo programa 1,4 milhão de famílias em pouco mais de 43 milhões de hectares, distribuídos regionalmente da seguinte forma:

Na região Norte seriam assentadas 140.000 famílias em 10.080.000 ha; na região Nordeste seriam 630.000 famílias em 18.900.000 ha; na região Centro-Oeste seriam 210.000 famílias em 7.560.000 ha; na região Sudeste seriam 280.000 famílias em 4.370.000 ha; e na região Sul seriam 140.000 famílias em 2.180.000 ha. (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

Oliveira (2007) argumenta que, em 1987, na região Norte apenas 18% das terras previstas tinham sido desapropriadas; no Nordeste, 6%; no Sudeste, 4%; no Sul, 10%; e no Centro-Oeste, 12%. Depois de dois anos, menos de 10% das metas do I PNRA tinham sido implantadas. O poder político dos latifundiários, capitaneados pela UDR, demonstrava a força política no entrave da reforma agrária e da organização política de classe dos grandes proprietários de terra quando os fundamentos do rentismo à brasileira eram ameaçados.

Constatamos que a desapropriação por interesse social foi um instrumento colocado como importante mecanismo jurídico no sentido de garantir e reforçar o direito de propriedade da terra nesse momento de transição (e como veremos também posteriormente) e não como limitação (ou mesmo sanção) da propriedade. A condicionalidade da propriedade privada relacionada diretamente com a função social da terra apresentava, na prática, um hiato, a desapropriação se transformava

³⁹ No Estatuto da Terra: "Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei. § 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam" (BRASIL, 1964).

⁴⁰ No Estatuto da Terra: "V - "Latifúndio", o imóvel rural que: a) exceda a dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural". (BRASIL, 1964).

muito mais em garantia da extração da renda da terra do que como punição ao latifundiário improdutivo⁴¹.

A negociação e o entendimento deveriam ser os instrumentos prioritários segundo apregoava o I PNRA. Entretanto, com a brutal violência contra posseiros, ocupações de terra, reprodução de situações de trabalho análogas à escravidão, a realidade concreta impossibilitava que a prerrogativa jurídica de fato se adequasse à situação social, econômica e política do campo brasileiro. O instrumento da mediação em um panorama de concentração fundiária sem limite constitui-se claramente em um dos descolamentos entre as normativas do Direito e a concretude da formação territorial brasileira.

De acordo com o I PNRA, as desapropriações não poderiam ser realizadas em latifúndios produtivos, empresas rurais e em pequenas e médias propriedades (BRASIL, 1985). Entretanto, conforme argumenta Oliveira (2007), orientados pela UDR os latifundiários desapropriados ingressaram com interpelações judiciais, buscando embargar as desapropriações e conseqüentemente o processo de reforma agrária. Em um contexto de altíssima inflação estavam criadas as bases jurídicas para o pagamento de superindenizações por parte do aparelho do Estado brasileiro e simultaneamente negar o acesso à terra aos camponeses. Assim, esses latifundiários se utilizaram da reforma agrária para abocanhar ainda mais frações da massa de mais valia global. Em outras palavras, para aumentar o preço das indenizações produzindo um verdadeiro negócio de TDAs e especulações com a terra e as benfeitorias.

Oliveira (2013) enfatiza que essas apelações junto ao Poder Judiciário foram travando a implantação do I PNRA e depois de pouco mais de um ano de implantação do Plano, elas já representavam mais de 37% da área total desapropriada no país, ou seja, mais de 596.000 hectares de terra.

Em 1987, Jader Barbalho assumiu o MIRAD. Após centralizar a reforma agrária no interior do ministério para a condução da política de reforma agrária, que antes cabia ao INCRA, Barbalho extinguiu o órgão, criando em substituição o Instituto Jurídico de Terras Rurais (INTER). Além disso, reduziu o número de famílias que seriam beneficiadas para 1 milhão até 1991 (e não mais 1,4 milhão até 1989), e reduziu também a área a ser desapropriada para 30 milhões de hectares

⁴¹ Desenvolveremos essa argumentação nos capítulos 4 e 5.

(OLIVEIRA, 2007).

Outra ação a serviço dos grandes proprietários de terra foi a transferência das faixas de terra das rodovias da Amazônia Legal para os governos estaduais, cedendo com isso as terras públicas para o poder local. Torres (2012) argumenta que a indústria da grilagem de terras que se formou a época da ditadura se reproduziu no processo de revogação dos decretos estaduais na gestão de Barbalho no MIRAD.

Assim, podemos observar no Gráfico 1 a seguir a seguinte incorporação de terras aos programas de reforma agrária:

GRÁFICO 1: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (governo Sarney, 1985-1989)

Fonte: PRIETO, G (org) a partir de SIPRA/INCRA (2014), IBGE (2006) e Atlas da Reforma Agrária no Brasil (2016, inédito)

Verifica-se segundo dados compilados a partir do INCRA e do IBGE no Atlas da Reforma Agrária no Brasil (2016, inédito) e do SIPRA/INCRA (2014) que, durante o governo Sarney, foram assentadas 50.790 famílias e foram incorporadas 2,6 milhões de hectares de área para a reforma agrária a partir de processos de desapropriação de um total de 69.962 famílias assentadas em 4,3 milhões de hectares de área que se explicitam nos Mapas 9 e 10 a seguir:

MAPA 9: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Sarney (1985-1989)

MAPA 10: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Sarney (1985-1989)

A reforma agrária em seu caráter distributivista e desconcentrador apresentava mais um revés na transição civil da ditadura para a assim chamada Nova República visto que a proposta no I PNRA era de assentar 1,4 milhão de famílias, em 43 milhões de hectares entre 1985 e 1989 ficando muito aquém do Plano apresentado. Além disso, as denúncias de grilagem de terra, de desapropriação de terras griladas e da produção de uma verdadeira indústria de superindenizações com TDAs durante a gestão de Jader Barbalho no MIRAD foram práticas costumeiras e reveladoras do aparelhamento do Estado na condução da reforma agrária pelos latifundiários (OLIVEIRA, 2007; PRIETO, 2014).

Tais denúncias recorrentes de grilagem de terra são explicitadas em diversos momentos nos programas partidários petistas durante a década de 1980, por exemplo, nas Teses para a atuação do PT em 1984 registrava-se:

Outra tarefa do governo petista no campo será o combate ao grileiro e ao atravessador das safras. No trajeto entre o campo e a mesa do trabalhador, quem perde é o produtor e o consumidor, e quem lucra é o intermediário e especulador. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1984] 2016, p. 13, sem grifo no original)

Além disso, os assassinatos de Margarida Alves, camponesa e liderança sindical em Alagoa Grande (PB) em 12 de agosto de 1983, Padre Jósimo, militante da Comissão Pastoral da Terra em 10 de maio de 1986 em Imperatriz (MA), Chico Mendes, liderança dos seringueiros acreanos em 22 de dezembro de 1988 em Xapuri (AC) e inúmeros outros suscitaram firme discussão e postura crítica do PT frente a barbárie e o poder dos latifúndios.

No 4º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado em São Paulo entre os dias 30 de maio e 1º de junho de 1986, foi aprovado o *Plano de Ação Política e Organizativa do Partido dos Trabalhadores para o período 1986/1987/1988*. Partindo de uma interpretação da desigualdade regional do capitalismo brasileiro e sua condição subordinada e dependente de inserção no processo de expansão capitalista, o *Plano* observava que o resultado de tal subordinação aos investimentos externos diretos (IED) gerou forte dependência ao mercado externo e um profundo endividamento da economia brasileira.

Para uma compreensão da luta de classes no Brasil da década de 1980, o *Plano* contextualizava a formação das classes sociais capitalistas e o entendimento

do PT sobre o que seria a classe trabalhadora, o que auxilia a compreender como se desenvolveu, nesse momento, a leitura partidária sobre o campesinato no seu projeto político.

De acordo com o *Plano*, os últimos cem anos foram marcados pela conformação de uma *estrutura* de classe capitalista na sociedade brasileira. Entretanto, tal *estrutura* se realizaria diferencialmente na diversidade da formação territorial do país. O documento identificava três grandes classes sociais: a classe burguesa, as classes trabalhadoras e a classe média. As classes burguesas, advindas dos senhores de terra, demonstravam enorme capacidade de integração de diversos setores no seu arranjo político, apesar das disputas intra e interclasse; estas possuíam enorme potencial de articulação, integração e unificação ideológica. A Revolução de 1930, a redemocratização de 1945, a implementação da ditadura civil-militar e a realização da transição conservadora naquele momento demonstrariam essa capacidade de aglutinação político-ideológica.

O *Plano* também substanciava, pela primeira vez de modo mais sistematizado, o entendimento do Partido dos Trabalhadores sobre o que eram as classes trabalhadoras. Na análise petista os trabalhadores eram uma classe formada por três grandes categorias: a classe média, os assalariados urbanos e os assalariados do campo. Os trabalhadores, no entanto, não seriam, até então, tão bem articulados quanto a burguesia, principalmente devido ao desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro. Nos termos do *Plano*:

No campo oposto [ao da classe burguesa], também foram se formando, pouco a pouco e com enormes dificuldades, as classes trabalhadoras no Brasil. Ao contrário da burguesia, porém, as classes trabalhadoras brasileiras ainda não conseguiram integrar e unificar de uma forma satisfatória os seus diversos setores, de origem e história diferenciados, e que têm tido papéis sociais e políticos distintos, em grande parte como resultado do desigual desenvolvimento do capitalismo. É possível conceber as classes trabalhadoras do Brasil de hoje como sendo constituídas de três grandes setores: a classe média (rural e urbana), os assalariados urbanos (com uma fração que se destaca dos demais – a classe operária) e os assalariados do campo. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1986] 2016, p. 2)

Percebe-se, todavia, que não há lugar para o campesinato nessa formulação do Partido dos Trabalhadores.

As dificuldades de compreensão da reprodução do campesinato e sua consciência política praticada na luta cotidiana desafiam os esquematismos e a

análise mecanicista da história. Porém, ao mesmo tempo em que tem dificuldade de inserir o campesinato no seu esquema de interpretação de inspiração leninista, o *Plano* constatava a luta de classes no campo que perpassaria pela questão da contraposição entre a propriedade privada capitalista da terra e a propriedade privada camponesa da terra. Ou seja, a teoria defendida pelo PT negava, mas a realidade concreta confirmava, inclusive nos meandros do próprio texto partidário, a luta pela terra e pela produção da fração do território camponês.

Os camponeses são simultaneamente proprietários da força de trabalho e proprietários dos meios de produção. Como produto concreto de uma relação social e histórica, os camponeses no caso brasileiro lutam para conquistar a terra. Por meio da posse e das ocupações, reivindicam entrar na terra e permanecer nas terras ocupadas/conquistadas. O campesinato é portador de consciência política produzida pelas experiências construídas ao longo da história e articuladas pelos interesses comuns partilhados por diferentes sujeitos e pela oposição aos interesses de outras classes (produzindo simultaneamente a luta de classes, o território e as frações do território). Ao mesmo tempo que se forma pelas relações de produção, o campesinato se materializa na construção da consciência e na luta e se concretiza na produção do território. As frações camponesas dos territórios são produzidas como concretização, pois síntese de múltiplas determinações (produção desenvolvida, correlação de forças na luta de classe, lugar e região de estabelecimento do território, etc.), e a partir de relações de poder se estabelecem reproduzindo relações não-capitalistas de produção contraditoriamente inseridas no interior do modo capitalista de produção⁴².

Assim, os camponeses não são trabalhadores assalariados, mesmo que em determinados momentos específicos possam se assalariar. Ou seja, não entram (ou se resumem) na definição conceitual de proletários (rurais) ou operários (rurais), afinal camponeses não são proletários (apesar de serem *também* trabalhadores). Os camponeses também não são, exclusivamente pela sua condição de pequenos proprietários de terra, membros da classe média. Mas é a partir dessa definição de classe média que o *Plano* colocava o campesinato:

é constituída de uma gama aparentemente heterogênea de tipos sociais, *que vão desde o produtor agrícola individual ou familiar, o micro e o pequeno empresário comercial ou industrial, o trabalhador*

⁴² Desdobramos tais reflexões no capítulo 2.

autônomo, o profissional de nível superior empregado no Estado ou na empresa privada, o trabalhador intelectual das áreas de serviços e comunicações, o trabalhador manual com preparo técnico e salário diferenciado em relação à massa operária, até os estudantes e parte do clero e do pessoal subalterno das Forças Armadas, etc. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1986] 2016, p. 2, grifo nosso)

O *Plano* apresenta, assim, uma dualidade: o produtor agrícola individual ou familiar ao mesmo tempo pertencente à classe média rural poderia também pertencente à classe trabalhadora (como trabalhador sazonal)⁴³. Esse conjunto de esquematismos advém da transposição direta do leninismo e de certas passagens da análise das classes sociais de Marx, argumento que está exposto e desenvolvido no capítulo 3 da presente tese. Nos termos da crítica thompsoniana, o *Plano* apresenta uma “existência real” da classe trabalhadora que poderia ser definida quase matematicamente: uma quantidade de homens que se apresenta numa certa proporção e numa certa relação com os meios de produção (THOMPSON, [1963] 1987). No entanto, as lutas de classe no campo são mais amplas que esse esquematismo.

A violência dos latifundiários se explicitava no *Plano* a partir dos bloqueios ao PNRA:

Para fazer frente a algumas iniciativas ligeiramente reformistas do Governo Sarney, os latifundiários se organizaram, abrindo espaço para a atuação de ultradireita, envolvendo desde os antigos ideólogos da repressão até o mais vil banditismo organizado. Dezenas de organizações patronais foram estruturadas ou rearticuladas nos últimos meses. Os exemplos mais expressivos são: o PURR – Pacto de Unidade e Resposta Rural; a SRB – Sociedade Rural Brasileira; as federações estaduais da agricultura; e a própria CNA – Confederação Nacional da Agricultura. Cabe destacar a atuação da UDR, entidade que nasceu em Goiás, no segundo semestre de 1985, e, em menos de seis meses, conseguiu se expandir para vários outros estados do País, promovendo leilões de animais com o fito de armar milícias rurais para assassinar

⁴³ Acerca dos trabalhadores rurais assalariados o Plano os definia assim: “Ao analisar mais especificamente os trabalhadores assalariados rurais, vê-se que os assalariados do campo diferenciam-se dos urbanos não apenas pelo volume consideravelmente menor que esse contingente ocupa no processo de produção, mas também pelas condições de trabalho, significativamente inferiores às que, em geral, vigem nas cidades. *Além disso, os assalariados rurais também se distinguem de certas camadas da classe média rural, que dispõem de algum tipo de meio de produção, integral ou compartilhadamente.* Muitas vezes, o trabalhador assalariado do campo não se distingue do pequeno ou mesmo médio produtor agrícola, em termos de condição de trabalho e de vida e, dependendo da região do país e das características da produção agrária, o produtor sem terra tem nível de vida mais precário do que o assalariado rural, mesmo temporário. *É comum, em certas regiões do país, a transição sazonal entre um setor e outro, fazendo com que o pequeno produtor se transforme no assalariado do produtor médio ou grande*”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1986] 2016, p. 3, sem grifo no original)

lideranças de trabalhadores e instaurar o terror nas áreas de posse. É importante assinalar as ligações da UDR com setores do aparato repressivo, com as polícias militares, com altos funcionários e governadores de estado e até mesmo com comandantes militares que ocupam cargos em ministérios. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1986] 2016, p. 26)

Ou seja, a violência no campo é fruto de um duplo processo e de uma síntese contraditória entre a modernização da agricultura e das relações capitalistas avançadas e a barbárie da concentração fundiária e do poder político dos latifundiários. Modernidade e barbárie convivem e se reproduzem tendo como fundamento a formação da propriedade privada da terra no Brasil. A defesa da reforma agrária está diretamente relacionada a luta pela fração do território camponês:

A luta pela reforma agrária e por medidas de proteção aos camponeses também ganha destaque em função do congelamento de preços e do problema salarial. Os trabalhadores têm interesse em que a produção de alimentos se eleve, no sentido de golpear a especulação e baratear seus preços. *Para que isso ocorra, uma das condições é dar acesso à terra aos milhões de camponeses sem terra, através da reforma agrária.* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1986] 2016, p. 30, sem grifo no original)

Novamente a contradição aparece: os camponeses são pertencentes à classe média rural? Os camponeses são trabalhadores no sentido estrito que o *Plano* propõe? Não para ambas as questões. E mesmo o próprio Plano se contradiz internamente. Os camponeses são uma classe específica, produzida em si e para si, que encontrou no PT da década de 1980 - partido que defendia uma reforma agrária transformadora da estrutura fundiária (uma “reforma agrária radical”, posteriormente adjetivada de “reforma agrária antilatifundiária”, nos termos do próprio Partido dos Trabalhadores), que alterasse significativamente os fundamentos do rentismo à brasileira e um suporte institucionalizado, político-eleitoral, para as lutas localizadas e regionalizadas, apesar do mecanicismo de parte da reflexão teórica petista. Os limites dessas leituras não aparecem significativamente na década de 1980, mas seriam as bases importantes para o reformismo de viés conciliatório petista para o campo em programas concretizados na década de 1990 e pelo anti e mesmo contrarreformismo, levados a cabo depois da conquista do poder político federal na década de 2000.

1.2.4. A Constituinte e as eleições de 1989: a proposta petista de uma reforma

agrária antilatifundiária

Para continuar a compreender as bases da reforma agrária radical proposta pelo PT na década de 1980 é importante verificar as proposições partidárias realizadas na ANC. O anteprojeto formulado pelo professor e jurista Fabio Konder Comparato, denominado *Muda Brasil! Uma constituição para o desenvolvimento democrático*, solicitado pela Direção Nacional do PT no primeiro semestre de 1985 e entregue para a Comissão Executiva Nacional do Partido em fevereiro de 1986, tinha como focos centrais, principalmente, o estabelecimento da origem popular do poder, o reconhecimento da soberania popular, a ampliação da esfera da iniciativa popular, o processo planejado de transformação global das estruturas socioeconômicas, a planificação de uma democratização substancial da sociedade e a efetiva aplicação na sociedade das normas constitucionais.

Tal anteprojeto, formulado por Comparato (1986) e ampliado com 148 propostas setoriais, foi defendido pelo PT na ANC como uma direção política para a confecção da Constituição, denominada de *O Projeto de Constituição da República Federativa Democrática do Brasil*. No anteprojeto produzido por Comparato (1986), a questão da propriedade privada e da reforma agrária se efetivavam nos seguintes termos:

Regime da propriedade rural

Art. 210 – A terra é capital produtivo, de interesse nacional.

§ 1º. – É garantido o direito individual de propriedade, na forma do disposto no art. 43, sobre os fundos agrícolas diretamente explorados, nas dimensões necessárias à manutenção do agricultor e sua família, conforme definição dos planos de desenvolvimento agropecuário.

§ 2º. – Excetuados os casos previstos no parágrafo anterior, a exploração dos fundos agrícolas far-se-á unicamente por meio de cooperativas de pessoas naturais.

§ 3º. – Para a realização de planos de desenvolvimento agropecuário, a União ou os Estados poderão, ressalvados os casos previstos no paragrafo 1º deste artigo, expropriar imóveis rurais, mediante o pagamento de indenização em dinheiro ou títulos da dívida pública, até o montante do valor cadastral do imóvel para fins tributários.

§ 4º. – Para reprimir a concentração abusiva da propriedade de terras incultas, a lei federal regulará, em processo contraditório, a expropriação sem indenização.

§ 5º. – Salvo para a execução de planos de desenvolvimento agropecuário, é vedada a apropriação privada de terras devolutas,

bem como a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a quinhentos hectares. (COMPARATO, 1986, p. 141)

Na reunião ampliada do Diretório Nacional do PT, realizada nos dias 11 e 12 de abril de 1987 em Cajamar (SP), Garcia (1987) relatava a discussão do anteprojeto de Constituição proposto. No que tange à questão da propriedade no campo e na cidade, se argumentou na reunião sobre a necessidade de articulação do anteprojeto com os dispositivos propostos no Documento Preliminar da Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA)⁴⁴. De acordo com Garcia (1987), a Direção Nacional estabeleceu uma análise de que a Constituição deveria proteger somente a propriedade que cumpre sua função social, estabelecendo-se objetivamente mecanismos constitucionais de desconcentração fundiária que iriam da desapropriação à expropriação das propriedades que não a cumprem

Para a ANC, o PT elegeu dezesseis deputados⁴⁵ em pleito ocorrido em 15 de novembro de 1986. A ANC iniciou-se em 1 de fevereiro de 1987 e se encerrou em 5 de outubro de 1988. O partido criticou a forma com que foi convocada e organizada a ANC. Em outras palavras, o desejo era uma Assembleia Constituinte Exclusiva e não a Constituinte congressional, em que deputados e senadores constituintes atuavam paralelamente às atividades normais do Congresso, o que inviabilizava um aprofundamento do processo de transição em que se discutisse amplamente as bases para o estabelecimento da Constituição e se problematizasse o passado recente (presente) da ditadura civil-militar (GENOÍNO, 1987; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2003;).

Um dos objetivos difundidos pelo PT era a retirada do assim chamado “entulho autoritário”, ou seja, do conjunto de intervenções ditatoriais presentes na Constituição de 1967 que impossibilitavam a realização da transição democrática e

⁴⁴ De acordo Quintans (2009), a CNRA foi criada em abril de 1983 por associações de defesa da Reforma Agrária e organizações de trabalhadores rurais, tais como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Quintans (2009, p. 4) argumenta ainda que “apesar do tema da Reforma Agrária ter recebido emenda popular com mais de 1,2 milhões de assinaturas, os conservadores através de diferentes manobras e argumentos levaram o tema a cair no “buraco negro”, acarretando a aprovação de um texto constitucional muito aquém das propostas defendidas pelos setores pró-Reforma Agrária”. Analisaremos essa questão mais profundamente no capítulo 4.

⁴⁵ Os deputados constituintes petistas foram: Luis Inacio Lula da Silva (SP); José Genoíno Neto (SP); Benedita da Silva (RJ); Eduardo Jorge (SP); Luiz Gushiken (SP); Florestan Fernandes (SP); Victor Buaiz (ES); Irma Passoni (SP); Olívio Dutra (RS); Paulo Delgado (MG); Paulo Paim (RS); Gumercindo Milhomem (SP); Virgílio Guimarães (MG); Vladimir Palmeira (RJ); Plínio de Arruda Sampaio (SP) e João Paulo (MG).

das radicais reformas necessárias para a formação territorial brasileira, como o Estado de sítio, decretos-leis, Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve, mecanismos jurídicos de bloqueio à reforma agrária e legislação sindical, que poderiam ainda ser utilizados contra os próprios deputados constituintes (SAMPAIO, 1987). Destaca-se que o PT participou ativamente e com representantes em todas as 8 comissões constitucionais, nas 15 subcomissões e na Comissão de Sistematização da Constituição Federal. Especificamente sobre a reforma agrária, o tema foi debatido principalmente na Comissão de Ordem Econômica (ARAÚJO, 1987; PILATTI, 2008). A deputada Irma Passoni (tendo Virgílio Guimarães como suplente) desenvolveu sua atividade parlamentar nas Subcomissões da Questão Urbana e Transporte e na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Urbana (PASSONI, 1987; ARAÚJO, 1987).

A interpretação de Passoni sobre a questão da reforma agrária é destacada em entrevista. Sobre a reforma agrária no documento constitucional sistematizado em 1987, ela afirmava que esta estava

(...) aquém do Estatuto da Terra. Do jeito que está o texto, a Reforma Agrária não acontecerá. O substitutivo determina 90 dias de prazo para a imissão na posse da área desapropriada, quando o Estatuto da Terra, do governo Costa e Silva, determinava 48 horas. As desapropriações serão feitas através de decretos do Executivo, o que é um absurdo. Na prática, a Reforma Agrária está sendo transformada em mera colonização, com a contribuição da iniciativa privada. Quer dizer, virou negociata. Pelo substitutivo, os agricultores serão confinados em “vilas”, como reserva de mão de obra barata para os fazendeiros. Os planos plurianuais de política agrícola não preveem a participação dos trabalhadores rurais. Os grandes latifundiários mantêm seus privilégios em matéria de incentivos sociais. Em suma, o substitutivo deixa muito a desejar, embora pelo menos alguns pontos tenham entrado, quando Sarney e a UDR preferiam que não entrasse nada. (PASSONI, 1987, p. 4)

A deputada Benedita da Silva, que participou da Comissão da Ordem Social, especificamente na Subcomissão dos negros, indígenas, deficientes e minorias, ressaltou, em 1987, que para atingir igualdade étnico-racial efetiva seria “preciso recuperar as terras dos antigos quilombos, dentro de uma verdadeira reforma agrária” (SILVA, 1988, p. 4). Destaca-se que um dos elementos importantes da constituinte foi justamente o direito ao território dos povos quilombolas.

Entretanto, o conservadorismo das propostas desencadeadas pelo assim

chamado Centrão⁴⁶ produziu, na interpretação do PT, um projeto que seria encaminhado para a votação com poucos avanços sociais e um conjunto de retrocessos.

Na verdade, o texto do Projeto de Constituição, ressaltados alguns poucos aspectos positivos, tem uma estrutura marcadamente conservadora, principalmente na parte referente à Ordem Econômica: *a Reforma Agrária e a Reforma Urbana são praticamente inviabilizadas*, e a desnacionalização da economia brasileira está presente com muita ênfase. Em relação ao Projeto de Constituição do PT, o Projeto de Constituição da Comissão de Sistematização incorpora um número relativamente pequeno de propostas petistas, com exceção de alguns dispositivos relativos aos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e à Ordem Social. (DALLARI, 1987, p. 7, sem grifo no original)

O PT então encaminhou o voto contrário à proposta do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) à Constituição Federal (mas assinou o texto final) e apresentou suas razões para tal. A questão agrária foi argumento central para o voto estabelecido pela bancada petista:

Depois de vários debates com a participação da bancada, o Diretório Nacional decidiu que o PT deveria votar *não* ao texto global, expressando nosso inconformismo com o seu caráter geral. O voto *não* representa a rejeição do PT aos princípios conservadores inscritos em questões fundamentais. Com relação à reforma agrária, a proibição de desapropriar terras “produtivas” (sem definir o que é produtivo) é pior do que estabeleceu o Estatuto da Terra, do regime militar⁴⁷. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1988, p. 1)

É interessante constatar que, no que tange à questão agrária, para além da importante pressão política exercida pela UDR, o perfil político dos congressistas revelava o poder dos latifundiários: “37,7% deles recebiam a maior parte da sua

⁴⁶ De acordo com Pilatti (2013, s/p) “a excessiva duração dos trabalhos da Comissão de Sistematização (aquela que sintetizava e dava uma forma acabada jurídica as propostas), que reunia menos de um sexto dos constituintes, despertou a insatisfação do chamado “baixo clero”, insatisfação esta que acabou manipulada pelos líderes conservadores na criação do chamado “Centrão”, que alterou o Regimento para permitir que o Plenário apreciasse outro projeto que não o nascido dos trabalhos das subcomissões e comissões temáticas, consolidados pela Comissão de Sistematização num texto mais progressista do que conservador”. Pilatti (2013, s/p) enfatiza que o Centrão, mesmo com um grande número de deputados, não conseguiu impor um completo conservadorismo nas proposições, e o resultado foi o desencadeamento de um longo processo de negociação durante as votações no Plenário, o que permitiu, de acordo com o autor, preservar parte significativa dos conteúdos progressistas do texto constitucional.

⁴⁷ Nos 20 anos da Constituição, em 2008, Lula da Silva, então presidente, avaliando a atuação do PT na ANC e as proposições petistas afirmou em entrevista que: “O PT chegou ao Congresso com uma proposta de Constituição pronta e acabada que, se fosse aprovada, certamente seria muito mais difícil governar do que hoje. *Como um partido de oposição que nunca havia chegado ao poder, tínhamos soluções mágicas para todas as mazelas do país*. Talvez não nos déssemos conta de que, num prazo tão curto de tempo, poderíamos chegar ao governo. E aí teríamos a responsabilidade de colocar em prática tudo o que propúnhamos” (LULA DA SILVA, 2008, s/p, sem grifo no original).

renda do capital (empresários e investidores), 24,9% de funções na administração e gestão de empresas, 36,3% de trabalhos de “colarinho branco” na iniciativa privada ou na Administração Pública, e apenas 1,1% (6 constituintes) eram trabalhadores manuais” (SARMENTO, 2009, p. 15). Desdobrando-se as classes capitalistas, havia predominância dos proprietários de terra (43,1%), seguidos daqueles advindos do capital financeiro/bancário (22,7%), setores industriais (11,8%), comércio e serviços (10,9%), mídia (7,6%) e outros (3,9%) (SARMENTO, 2009).

No balanço sobre a ANC e sobre a Constituição aprovada, o Partido dos Trabalhadores reiterou seu posicionamento de partida que “almeja o socialismo” e rejeita a “ordem burguesa”.

O PT, como partido que almeja o socialismo, é por natureza um partido contrário à ordem burguesa, sustentáculo do capitalismo. Disso decorre que o PT rejeita a Constituição burguesa que vier a ser promulgada, da mesma forma que a Constituição vigente, a qual, ainda por cima, é fruto de uma ditadura militar; por extensão, o PT rejeita a imensa maioria das leis que constituem a institucionalidade que emana da ordem burguesa capitalista, ordem que o partido justamente procura destruir e, no seu lugar, construir uma sociedade socialista. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 1988, p. 15)

A experiência na Constituinte serviu de acúmulo para propor a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva como contrária à ordem estabelecida e aos descaminhos da transição conservadora e realizadora de um pacto (territorial) das classes burguesas (e de proprietários de terra). *Na Carta aberta ao povo brasileiro*, de 1987, a pauta da reforma agrária é reiterada no momento em que se apresenta a candidatura de Lula:

O PT apresenta ao povo brasileiro o seu candidato à Presidência da República: Luiz Inácio Lula da Silva. O PT chama você a participar dessa briga para que a vontade do povo trabalhador possa prevalecer acima dos interesses dos banqueiros, latifundiários, grandes industriais e militares. Nosso povo vive dias difíceis. A inflação reduz o poder de compra dos salários. As medidas do Governo Sarney promovem o desemprego. Não se criam novas oportunidades de trabalho para a juventude. Essa situação tem razões que o PT quer novamente denunciar. O Governo Sarney atendeu às exigências do FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI), bloqueou o caminho da reforma agrária e pratica o arrocho salarial. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1987] 2016, p. 1)

É pertinente destacar que a campanha eleitoral de 1989 e a ascensão de Lula ao segundo turno das eleições se articulou a um conjunto de greves, manifestações e protestos que cresceram desde o fracasso do Plano Cruzado (SECCO, 2011). A eleição de 1989 teve 22 candidatos à presidência e demonstrou, novamente, o

poder político da grande mídia na produção da opinião pública e uma dupla ascensão, tanto de um candidato representante das oligarquias que apresentava o “moderno” projeto de diminuição do Estado e aplicação da doutrina neoliberal associado ao discurso genérico de combate à corrupção, e que foi alçado à principal representante do conservadorismo num exemplo de bonapartismo tropical; quanto da esquerda radical capitaneada pelo projeto político petista. Fundamental constatar que o PT já havia assumido a prefeitura de 36 cidades, dentre elas três importantes capitais (São Paulo, Porto Alegre e Vitória) e começava a implementar formas novas de atuação governamental (com um conjunto de contradições referentes a gestão do aparelho do Estado capitalista), como o orçamento participativo, a prioridade em áreas sociais e a construção de conselhos populares. Sem dúvida, essas administrações evidenciavam enormes tensões, tanto internas ao partido, quanto externas a ele, objetivadas na dificuldade de implementação das propostas e sua viabilização política e orçamentária, na dificuldade de aprovação de emendas e recursos nas Câmaras Municipais, na resistência e no combate de setores conservadores, etc.

Novamente, fazendo um balanço das propostas sobre a questão agrária, uma parte fundamental das proposições da candidatura de Lula foi estabelecida entre 16 e 18 de junho de 1989, no VI Encontro Nacional do partido, mais especificamente nas Bases do Programa de Ação de Governo (PAG). O programa agrário do PAG se estabelecia sobre duas bases: primeiro, nas proposições antilatifundiárias e em defesa da reforma agrária e, segundo, em um modelo de produção agrícola democrático e popular. A situação concreta de aumento da concentração fundiária pela ditadura civil-militar era apresentada no *Caderno Temático Questão Agrária* do PAG a partir da tabela sobre o avanço da concentração fundiária de acordo com dados dos Censo Agropecuários de 1975, 1980 e 1985. O título da tabela revela as inquietações petistas sobre o campo brasileiro e foram sintetizadas na questão dialética: “Como se formou no Brasil essa estranha combinação entre atraso e avanço?”. A monstruosa concentração de terras era interpretado como um dos principais e mais urgentes problemas brasileiros, a qual fazia parte do Programa.

TABELA 4: Estrutura fundiária brasileira entre 1975 e 1985

	1975	1980	1985
Milhões de estabelecimentos com declaração de área	5,0	5,2	5,8
Área total (milhões de ha)	323,1	369,6	376,3
Área ocupada pelos 5% maiores (milhões de ha)	222,0	257,6	260,4
Área ocupada pelos 50% menores (milhões de ha)	8,1	8,9	8,3

Fonte: Partido dos Trabalhadores, [1989b] 2016, p. 4 organizado por Rodolfo Hoffmann a partir dos Censos Agropecuários de 1975, 1980 e 1985

Na avaliação teórica e política do PT sobre os dados sistematizados:

nos censos de 1975, 1980 e 1985, aumenta a área total cadastrada, mas decresce de 2,5% para 2,2% a participação relativa dos 50% menores estabelecimentos rurais. No outro extremo, mantém-se o patamar de quase 70% de área apropriada pelos 5% maiores estabelecimentos. Portanto, as novas terras continuam a ser apropriadas prioritariamente pelos grandes proprietários. Vê-se também que no período 1980/85 o número de propriedades cresceu mais do que a área total, indicando um processo de redivisão e possivelmente uma “minifundização” das pequenas propriedades produtivas. Em 1986, o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Mirad) divulgou novos dados, pelos quais se pode calcular que os 70 maiores latifúndios do país ocupam 6,7% da área total. Continua o processo de concentração. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1989b] 2016, p. 4)

O PT dividia suas propostas entre uma revisão da Constituição Federal de 1988 que na interpretação petista da época limitava a desapropriação para fins de reforma agrária, que não podia ser promovida em relação à propriedade produtiva e aquelas que poderiam ser realizadas sem a necessidade de alteração constitucional. Quanto às propostas que envolviam a revisão da Constituição, o programa estabelecia pautas como a fixação de um limite máximo da propriedade de terras, a regulamentação de arrendamentos, a taxação progressiva dos latifúndios, a regulamentação de bens estatais ociosos e a proibição da aquisição de terras por estrangeiros. Nos termos das *Bases* (posteriormente ampliados no Caderno Temático *Questão Agrária*):

1. *Revisão da Constituição Federal*, na parte que declara a propriedade produtiva como insuscetível de desapropriação. No terreno legislativo, o governo do PT ainda proporá:

a) fixação de um tamanho máximo para as propriedades fundiárias, particulares, considerando um enquadramento modular para cada região, tipo de produção e do conjunto das propriedades de cada proprietário, com a desapropriação das áreas que excedam esse limite;

- b) regulamentação dos contratos de arrendamento por lavradores de terras de grandes propriedades, com a limitação de até 15% do resultado líquido da produção para pagamento devido ao proprietário, sendo as benfeitorias realizadas indenizadas segundo seu valor de mercado;
- c) taxaço progressiva sobre as grandes propriedades rurais e efetiva cobrança do imposto, como forma de combater a concentração fundiária;
- d) regulamentação dos bens vagos arrecadados pelos estados, territórios e Distrito Federal;
- e) proibição da aquisição de terras por pessoas jurídicas estrangeiras. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1989a] 2016, p. 11)

Outra parte da empreitada em caso de vitória eleitoral seria, para além das mudanças constitucionais, um compromisso de realização da reforma agrária a partir da efetivação da desapropriação de imóveis rurais que não cumprissem a função social, o pagamento das indenizações em títulos da dívida agrária (com apuração de que o proprietário não tenha sonegado impostos e a terra não tenha sido apropriada a partir da grilagem para a confirmação do pagamento), desapropriações de terras em áreas de conflito, prioridade em ações desapropriatórias em terras com mais de 50 módulos rurais, a utilização de terras devolutas para a realização da reforma agrária, a arrecadação sem indenização de terras de assassinos e mandantes de assassinato, em caso de conflitos de terra, após decisão judicial final. Configurava-se assim uma política voltada para atender os camponeses sem terra e posseiros, tudo isso em articulação com a apuração dos crimes cometidos contra camponeses e trabalhadores rurais durante a ditadura civil-militar brasileira (e que permaneciam durante a transição civil da ditadura realizada pelo governo Sarney).

Essas considerações são apresentadas a partir da observação dos conflitos no campo, em que a tabela apresentada no Caderno Temático *Questão Agrária* evidenciava esse acirramento:

TABELA 5: Conflitos no campo entre 1985 e 1988

CONFLITOS DE TERRA	1985	1986	1987	1988
Conflitos em curso	636	634	582	621
Pessoas envolvidas	405.456	594.448	667.177	403.733
Hectares em disputa	9.557.902	12.615.947	17.633.879	19.973.897
Número de assassinatos	125	105	109	93
CONFLITOS TRABALHISTAS	1985	1986	1987	1988
Conflitos em curso	76	95	109	59
Pessoas envolvidas	159.185	203.521	317.406	283.780
Hectares em disputa	-	-	303.800	164.400
Número de assassinatos	14	17	24	9
TOTAL	1985	1986	1987	1988
Conflitos em curso	712	729	691	680
Pessoas envolvidas	564.641	797.969	984.583	687.513
Hectares em disputa	9.557.902	12.615.947	17.937.679	20.138.297
Número de assassinatos	139	122	133	102

Fonte: Partido dos Trabalhadores, [1989b] 2016, p. 30 organizado a partir dos dados da Comissão Pastoral da Terra/ Conflitos no campo - 1988.

Na análise teórica e política a impunidade dos latifundiários no Poder Judiciário, as organizações ruralistas e suas milícias privadas e o governo Sarney eram os responsáveis pela manutenção dos conflitos (da luta de classes no campo)⁴⁸.

Nesse sentido, verificamos a radicalidade das propostas para o campo enfatizadas pelo PT com proposições que demonstravam um efetivo compromisso com a reforma agrária antilatifundiária e com modificações que atingiriam diretamente o capitalismo rentista brasileiro:

a- desapropriação de imóveis rurais improdutivos, como tais considerados os que não cumpram a sua função social, ou seja (com base na legislação em vigor), os que não tenham grau de utilização de terra igual ou superior a 80%, grau de eficiência de exploração igual ou superior a 100% e aqueles cujos proprietários não cumprem a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra;

⁴⁸ Nos termos do Caderno Temático Questão Agrária de 1989: "Tanto os dados oficiais do governo como os da Comissão Pastoral da Terra (CPT) demonstram um quadro de violência generalizada: a cada ano, mais de meio milhão de brasileiros se envolvem em conflitos no campo. É também uma violência seletiva: suas principais vítimas são dirigentes sindicais, líderes comunitários, agentes pastorais e advogados, como os nossos companheiros Wilson Pinheiro, Benezinho, Margarida Alves, Eloy Ferreira da Silva, Nativo da Natividade, Roseli Correa da Silva, Raimundo (Gringo) Ferreira Lima, Sebastião Rosa da Paz, Angelo Kretã, Marçal Tupã-Y, Chico Mendes, Eugênio Lyra, os deputados Paulo Fontelles (PCdoB) e João Carlos Batista (PSB), os padres Josimo Tavares e Ezequiel Ramim e muitos outros" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1989b] 2016, p. 30).

- b- pagamento das indenizações em Títulos da Dívida Agrária, com prazo de 20 anos e início do pagamento no 5º ano, ficando o pagamento subordinado à apuração e dedução de débitos do ITR e à pesquisa sobre a legitimidade dos títulos da propriedade;
- c- arrecadação, sem indenização, das terras pertencentes às empresas multinacionais, adquiridas em fraude à legislação que proíbe a sua aquisição;
- d- regularização e solução dos atuais conflitos de terra, com a desapropriação das áreas neles envolvidas;
- e- desapropriações orientadas para propriedades acima de 50 módulos regionais rurais;
- f- reversão ao patrimônio da União, e sua destinação para a reforma agrária, de todas as áreas públicas federais indevidamente regularizadas e/ou licitadas em nome de terceiros, bem como de todas as áreas públicas objeto de doações, vendas e concessões declaradas como irregulares pelo Congresso Nacional;
- g- arrecadação, sem indenização, após julgamento, das terras pertencentes a assassinos de trabalhadores rurais e de mandantes em caso de conflitos pela posse da terra, bem como das terras daqueles proprietários de imóveis que mantêm trabalho escravo no seu interior;
- h- efetuar o levantamento de todas as áreas desapropriadas, objetivando constatar a real situação das mesmas, para definição de novas políticas voltadas para a emancipação política e econômica dos assentados;
- i- comissão para levantar todos os assassinatos cometidos contra os lavradores, levantando os nomes dos mandantes, executores, situação das famílias das vítimas, agilizando os processos de apuração da violência, buscando ainda formas de reparação às famílias vitimadas. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1989a] 2016, p. 11-12)

Assim, nas *Diretrizes para a Elaboração do Programa*, outro documento partidário da época, o PT denunciava a existência de mais de 40 milhões de pessoas vivendo na miséria, defendia a reforma agrária e criticava o crescimento da UDR e a violência contra os movimentos sociais no campo, reforçando a partir das bases de “socialismo” e “democracia” a possibilidade e a necessidade de conquista do poder do Estado por um governo democrático e popular (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1989c] 2016).

Diante disso, a miséria de parte dos camponeses, a ausência de políticas efetivas de uma reforma agrária radical e antilatifundiária e a permanência de milhões de camponeses sem terras eram o resultado de uma concentração fundiária brutal mediada pelo Estado capitalista com a permissividade de reprodução da grilagem de terras públicas. A prova cabal era demonstrada pelo PT a partir das

monstruosas extensões dos latifúndios de propriedade de empresas estrangeiras e nacionais muitas delas ligadas ao capitalismo financeiro, capitalismo industrial e ao empresariado urbano, conforme demonstra a tabela da *Questão Agrária*:

TABELA 6: Empresas industriais e financeiras proprietárias de terra na década de 1980

Nome	Situação	Área (ha)
Manasa/Cifec	Estrangeiro	4.160.000
Aplub	Financeiro	2.279.000
Grupo Antunes-Caemi	Nacional	2.240.000
Grupo Bradesco	Financeiro	893.000
Grupo Klabin	Nacional	523.000
Grupo Votorantin	Nacional	498.000
Eni	Estrangeiro	492.000
Grupo Ometto	Nacional	439.000
Grupo Calcestruzzi	Estrangeiro	368.000
Belgo-mineira	Estrangeiro	288.000
Bamerindus	Financeiro	254.000
Grupo Bueno-Vidigal	Financeiro	241.000
Grupo Camargo-Correa	Nacional	202.000
Grupo Monteiro Aranha	Nacional	190.000
Grupo Dedini	Nacional	180.000
Grupo Andrade Gutierrez	Nacional	168.000
BCN	Financeiro	144.000
Grupo Itamarati	Financeiro	132.000
Safra	Financeiro	108.000
Itaú	Financeiro	107.000

Fonte: Partido dos Trabalhadores, [1989b] 2016, p. 9 a partir de dados organizados pelos Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (INESC).

Nesse sentido, na avaliação teórica e política do Partido dos trabalhadores ([1989b] 2016), essas empresas industriais e financeiras que eram também proprietárias de terra a utilizavam para fins especulativos visto que 80% eram improdutivas ou apresentam baixíssimo grau de utilização, assim era ressaltado na *Questão Agrária*:

A estrutura e a evolução do setor agrícola mais moderno mostram que sua nova dinâmica não pode mais ser compreendida a partir de seus mecanismos internos. Existe hoje uma dinâmica conjunta – financeira, industrial, agrícola e agroindustrial – que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao processo global de acumulação na economia brasileira. Fusões, *holdings* e outros arranjos constituíram grupos econômicos poderosos, cujo interesse pela terra muitas vezes nada tem a ver com sua utilização produtiva. Sozinhas ou de forma associada, as empresas multinacionais se apropriaram de cerca de 36 milhões de hectares, 9,7% do total e quase o dobro da área total em mãos dos pequenos camponeses

brasileiros. São grandes as expectativas de ganhos especulativos. Seis entre as dez maiores empresas privadas nacionais tornaram-se também grandes latifundiárias, a ponto de aparecerem na triagem feita para indicar os 0,1 % maiores proprietários de cada estado. Os bancos Bamerindus, Bradesco e Itaú; as financeiras e seguradoras Bueno-Vidigal, Bozano-Simonsen, Sul-América e Bandeirantes; as indústrias Belgo Mineira, White Martins, Mannesmann e Natron; as empresas imobiliárias Ometto, Ugolini e Fischer – são algumas que têm muita terra, sozinhas ou associações com outras empresas nacionais e estrangeiras. *Para elas, não é terra de trabalho e não tem propriamente valor de uso. É estoque de capital, tanto mais valorizado (em certas regiões) quanto mais vazia a área estiver, pois terra desocupada se negocia com mais rapidez.* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1989b] 2016, p. 8-9, sem grifo no original)

O PT chegou ao 2º turno das eleições com tais propostas radicais ancorados nas transformações urgentes de reconstrução da democracia e se colocando como alternativa política de “socialismo democrático. Em 17 de dezembro de 1989, Lula da Silva (candidato pela Frente Brasil Popular) recebeu pouco mais de 31 milhões de votos, sendo derrotado por Fernando Collor de Melo, que obteve cerca de 35 milhões de votos. Menos do que o necessário para a conquista do poder político, mas muito mais do que o previsto no início da campanha. As pautas políticas radicais estavam no centro dos projetos para o Brasil e o partido se convertia no maior partido de esquerda do país.

A estrela vermelha brilhava.

O balanço da derrota, as mudanças na conjuntura política no final da década de 1980, a ascensão do neoliberalismo e a firme convicção da necessidade de se chegar ao Poder Executivo iniciaram uma mudança programática na década de 1990, que transformaria o PT e definiria a passagem da radicalidade para o reformismo no partido efetivamente explicitado no que se refere à reforma agrária e à crítica ao capitalismo rentista brasileiro.

1.3. PASSAGENS: UMA VIRADA REFORMISTA (1989-1991)

O período entre 1989 e 1991 foi um momento de profundas transformações da sociedade, dos territórios e das regiões em escala mundial, e um divisor de águas para as esquerdas em escala internacional. Para além da queda do Muro de Berlim e da dissolução da União Soviética - e sua espetacularização apologética e midiática com o apregoado fim da história à *la* Fukuyama - constata-se também um movimento de recuo de certas expectativas ante o violento conflito do Estado chinês com os estudantes na Praça Tiananmem em 1989, o esfacelamento dos aparelhos

burocráticos de Estado no Leste Europeu, as derrotas políticas e decepções quanto ao eurocomunismo e a derrota de Daniel Ortega e dos sandinistas nas eleições na Nicarágua em 1990. A produção de uma nova geopolítica surge materializada na suposta inexorabilidade da mundialização do capitalismo e na doutrina neoliberal⁴⁹ sintetizada no princípio ideológico thatcherista *there is no alternative*. A unipolaridade de um mundo aparentemente sem saídas, em um horizonte de expectativas rebaixado às leis de mercado, conformava uma nova agenda política dos/e para os partidos de esquerda.

O PT não passou incólume a esse contexto de mudanças. A derrota por uma pequena margem de votos nas eleições de 1989, a possibilidade de viabilização da vitória eleitoral para a administração do Estado nacional e as transformações do contexto internacional geraram uma atmosfera política de reorganização partidária e, de fato, produziram mudanças significativas no partido.

Coelho (1998) argumenta que se operou, ao longo da década de 1990, uma contundente revisão programática nas teses e nos discursos das principais lideranças do projeto político majoritário do PT, a tendência *Articulação*, que se consagrou ao princípio da viabilização de êxitos eleitorais e à quebra da independência de classe. Se efetivou, assim, um *transformismo* que produziu uma esquerda do capital, isto é, a migração de sujeitos, partes de sindicatos e movimentos sociais das classes subalternas para o campo das classes dominantes, dotando as classes burguesas estruturadas em torno do capital “de uma nova ala esquerda” (COELHO, 1998, p. 513).

Também ressaltando a Articulação como vetor central do *transformismo*

⁴⁹ A leitura estabelecida na tese sobre o neoliberalismo se articula com a interpretação de Anderson (1995). Mais do que um pacote econômico de aplicação de medidas de diminuição do Estado, sobretudo no que se refere à políticas sociais e direitos trabalhistas com maximização da atuação do Estado em políticas que privilegiam determinadas frações de classe capitalista, mais do que privatizações e/ou concessões de frações de empresas e órgãos estatais, mais do que o processo de modernização capitalista com internacionalização da economia e mundialização do capital e mais do que o controle do aparelho do Estado pelo capital financeiro associado com as classes burguesas nacionais, o neoliberalismo se apresenta como uma nova rodada de acumulação originária do capital, a partir de ampla expansão territorial em múltiplas escalas e como movimento ideológico em escala mundial. Trata-se, acompanhando a análise de Anderson (1995), de uma doutrina coerente, autoconsciente, militante, persistente e lucidamente implementada (e ainda em implementação) pelas classes burguesas a fim de transformar o mundo à sua imagem, na ambição de ajuste estrutural do capital em escala global. Seu triunfo propagandístico e sua realização política, econômica e social se efetivaram no Brasil fundamentalmente a partir da década de 1990 nos governos Collor e Itamar, avançando como programa de modernização da sociedade e do território nos governos FHC e se renovando, se atualizando e se aprofundando com o verniz adequado de hegemonia às avessas (OLIVEIRA, 2010) nos governos Lula e Dilma, ganhando novo e brutal fôlego após o golpe parlamentar materializado nas ações da administração de Michel Temer em 2016.

petista, Garcia (2008) afirma que essa corrente majoritária do partido implementou um projeto de conciliação de classes com modificações das bases programáticas e fundamentações teórico-metodológicas concretizadas em uma política conservadora de alianças e em um processo de burocratização do partido, relacionados, simultaneamente, aos “êxitos eleitorais e à integração ao aparelho de Estado burguês” (GARCIA, 2008, p. 67).

De acordo com a análise de Iasi (2006), o PT não nasceu do seio das instituições representativas do Estado, mas foi forjado no chão e na terra fértil da luta de classes. Esse verdadeiro programa de transformações estruturais formulado nos anos 1980 se alterou durante a década de 1990. Iasi (2006) enfatiza que a conjunção de diversos fatores, como a derrota eleitoral para Collor, a reestruturação produtiva do capital e a crise nas experiências de transição socialista ensejaram um processo de inflexão, inicialmente moderado, desde o VII Encontro Nacional do PT em 1990 e que foi aprofundado ao longo do decênio. A diferença sutil, mas cheia de significado, enfatizada em 1990 e também no I Congresso do PT de 1991, sublinhava que os *trabalhadores* deveriam se tornar hegemônicos na sociedade civil e no Estado, mas deixava outros aspectos do projeto socialista, outrora defendidos pelo partido, como “desafios em aberto” (IASI, 2006). O PT se inscrevia, assim, como um partido “dentro das regras do jogo”, ou seja, a radicalidade das proposições anticapitalistas perdia força para o estabelecimento de um programa reformista nos marcos da democracia e do Estado burguês (IASI, 2006). Nesse sentido, na década de 1990 foi produzida a assertiva de que seria possível chegar ao governo mesmo sem a correlação de forças necessária. Todavia, essa prerrogativa conformaria a impossibilidade de realização do programa antilatifundiário, anti-imperialista e antimonopolista do PT estabelecido ao longo dos anos 1980.

Já Martinez (2007) reflete que durante a década de 1990 se forjou a orientação política de um partido não mais “contra a ordem”, mas “dentro da ordem”. A conquista do poder político, especialmente a partir da derrota nas eleições presidenciais de 1994, gerou uma “nova guinada programática” no partido fundamentada numa contundente oposição, no Congresso e na sociedade, às políticas empreendidas por Fernando Henrique Cardoso, além da “retomada do controle da direção partidária pelas correntes empenhadas pela vitória nas urnas e o endurecimento das disputas internas com as correntes de esquerda do partido”

(MARTINEZ, 2007, p. 261).

Singer (2012) destaca que, a partir de 1991, no I Congresso do PT, foi elaborada a estratégia de busca pela ampliação do espaço para a luta institucional frente ao contexto de “descenso dos movimentos sociais” e ao esfacelamento do socialismo soviético e das experiências socialistas do Leste Europeu. O partido buscou a ampliação do espectro ideológico das alianças políticas com a perspectiva de ampliar a atuação institucional do partido. Singer (2012, p. 94) verifica, com isso, a passagem de um partido de tipo ideológico para um “partido responsável que busca maximizar seus votos, mas sem alteração programática”. Ele argumenta que, apesar de realizar concessões eleitorais, o PT permaneceu como um “vetor de polarização” na política e na sociedade.

O prisma de análise de Secco (2011) é potente para a compreensão das múltiplas determinações do reformismo petista baseado em uma “estatização” do partido. Para o autor, o PT se desenvolveu na década de 1990 recrutando quadros cada vez mais entre pessoas profissionalizadas na política e efetivando uma oposição parlamentar. A institucionalização da política nas bases ideológicas majoritárias do partido e na maioria dos programas partidários, a consolidação como alternativa de poder e como a maior oposição institucional brasileira, a busca por estabelecer uma razoabilidade técnica aos programas de governo e o processo de autonomização de Lula e seu círculo próximo em relação ao PT produziram, segundo Secco (2011), ao longo da primeira metade da década de 1990, indícios de um movimento de transformação reformista na oposição ao Estado neoliberal. Essa transformação se caracterizou principalmente em uma firme oposição parlamentar e na busca contundente pela conquista do poder político do aparelho do Estado para a efetivação de reformas econômicas, sociais e políticas.

Em suma, analisando as escolhas de método dos autores supracitados, verifica-se o entendimento gramsciano da noção de transformismo como uma das chaves de interpretação do Partido dos Trabalhadores, conforme argumentam Coelho (2005), Garcia (2008) e Iasi (2016). Já Singer (2012) caminha na interpretação da ciência política marxista italiana observando o partido pela chave de uma transformação que altera sua radicalidade, mas que se mantém como “partido responsável” no espectro da esquerda. Martinez (2007) busca uma historiografia de mudanças nas direções programáticas do partido percebendo seus ajustes de oposição política dentro da ordem capitalista. Secco (2011) retoma a história do PT

e os sujeitos, tendências internas e contexto político que alteram o partido nos anos de 1990. Todavia, os autores referenciados, apesar das divergências político-ideológicas, convergem na interpretação de que na década de 1990 se operou uma mudança no Partido dos Trabalhadores.

A síntese mais evidente é a passagem das orientações políticas que se estabeleciam em aspectos revolucionários para cada vez mais o predomínio de um reformismo efetivado por dentro do aparelho do Estado, baseado na conquista da Presidência da República e na construção de uma representatividade política do conjunto da sociedade brasileira e não mais classista (MARTINEZ, 2007; SECCO, 2011; LOPES, 2014). Os fundamentos e a intensidade dessa transformação são, assim, avaliados nessa etapa da presente tese a partir da questão agrária, enfatizando-se as bases do reformismo estatista petista, o processo de conciliação de classes e moderação do discurso, o distanciamento da crítica radical ao capitalismo rentista e a introdução de novos conteúdos de fundamentação neoliberal sobre o campo e os camponeses no interior dos conteúdos programáticos do PT, dos intelectuais do partido e nos discursos de dirigentes petistas. Tal processo, conforme argumentamos, se realiza durante a década de 1990 e se consolida irremediavelmente nos primeiros anos da década de 2000.

1.4. PARTIDO DOS TRABALHADORES, A DEFESA REFORMISTA DA REFORMA AGRÁRIA E A CRÍTICA ESTATISTA DO RENTISMO À BRASILEIRA (1991-2002)

1.4.1. Os fundamentos do reformismo petista para o campo (I): moderação do discurso sobre a questão agrária, ascensão do conceito de agricultura familiar e o afastamento da noção de reforma agrária antilatifundiária (1991-1994)

No período entre a derrota eleitoral de 1989 e o I Congresso do PT em 1991 ocorreu um acirramento do processo de disputa interna do partido tendo como pano de fundo as preocupações de se repensar o papel da esquerda frente ao contexto internacional em transformação. Guimarães (1990, s/p, sem grifo no original) argumentava:

O fato é que o "futuro" está batendo às nossas portas. O peso das nossas indefinições estratégicas [que] atravessa hoje todos os planos de nossa atividade na luta de classes está rigorosamente expresso nas administrações populares, *cujas intenções políticas*

transformadoras estão soterradas pelo peso das opções administrativistas; fere fundo o movimento sindical dirigido por petistas, que vê seu horizonte economicista e os seus métodos de organização e luta corporativos se tornarem impotentes até para exercer uma ação eficaz de defesa dos salários e empregos; recorta a nossa atividade parlamentar, que se encontra em geral sitiada e autonomizada, incapaz de se ligar organicamente ao movimento real de luta dos trabalhadores. Volta-se, enfim, contra o próprio processo de construção do partido, que acumulou enormes carências organizativas, profundos desequilíbrios entre direção e base, entre crescimento de sua influência e capacidade de organizá-la.

De acordo com Guimarães (1990), para os rumos de um partido que almejava manter-se revolucionário e que apresentava indefinições estratégicas, autonomização parlamentar e distanciamento entre direção e base, uma tarefa fundamental seria realizar-se como um "articulador da pinça", ou seja, dirigir o duplo movimento dos trabalhadores na institucionalidade e nas lutas sociais sobre os centros de dominação burguesa. O estabelecimento da qualidade dessa relação entre a institucionalidade e as lutas sociais deveria estar no centro do debate.

O *Socialismo Petista*, documento consolidado em 1990 no VII Encontro do PT, versava significativamente sobre essa tensão apresentada por Guimarães (1990). Tal programa partidário reafirmava o compromisso do pluralismo ideológico-cultural e enfatizava duas raízes características do partido: o socialismo e a democracia. Devido à reafirmação dos valores democráticos, o documento perfazia críticas ao capitalismo e reafirmava um posicionamento antcapitalista, destacando os limites das experiências socialdemocratas e os "supostos modelos de socialismo real" (de modo mais incisivo em críticas à URSS e ao Leste Europeu e *en passant* pela China). Além disso, estabelecia a liberdade como valor importante do partido⁵⁰. O PT defendia, nesse documento, a democracia econômica organizada a partir da propriedade social dos meios de produção; a superação conjunta tanto da lógica *perversa* do capitalismo quanto do burocratismo autocrático estatal; e, ainda, a recuperação de uma "dimensão ética da política" como "condição essencial para o restabelecimento da unidade entre socialismo e humanismo" (PARTIDO DOS

⁵⁰ Nos termos d'O *Socialismo Petista*: "No plano político, lutamos por um socialismo que deverá não só conservar as liberdades democráticas duramente conquistadas na sociedade capitalista, mas ampliá-las. Liberdades válidas para todos os cidadãos e cujo único limite seja a própria institucionalidade democrática. Liberdade de opinião, de manifestação, de organização civil e político-partidária. Instrumentos de democracia direta, garantida a participação das massas nos vários níveis de direção do processo político e da gestão econômica, deverão conjugar-se com os instrumentos da democracia representativa e com mecanismos ágeis de consulta popular, libertos da coação do capital e dotados de verdadeira capacidade de expressão dos interesses coletivos" (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1990] 2016, p. 6).

TRABALHADORES, [1990] 2016, p. 6).

Verifica-se também que o aspecto institucional se apresentava de modo contundente no documento *Socialismo* do I Congresso do PT (1991). A mobilização direta perpassava múltiplas instâncias (movimentos sociais, proposições parlamentares e as propostas de um governo paralelo⁵¹) que instrumentalizariam a ação partidária:

Finalmente, é essencial indicar a necessidade de retomar a mobilização direta do Partido, para que se possa transformar as demandas dos movimentos sociais, os projetos de nossos parlamentares e as propostas do Governo Paralelo em bandeiras de luta de massa. Temas como política salarial, combate à corrupção, adoção de uma nova política agrária e agrícola, democratização das comunicações, reforma educacional, capacitação tecnológica, nova organização sindical, legislação eleitoral, formas de governo e reforma do Estado não podem ser, num partido como o PT, preocupação exclusiva dos parlamentares, devendo converter-se em pauta de mobilização da ação pública do Partido e do conjunto da militância. Só assim se dará respaldo consequência à ação de nossas bancadas parlamentares, que, na ausência disto, ficam sem meios para quebrar o cerco do governo, do empresariado e dos setores conservadores no Congresso Nacional. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1991a] 2016, p. 2)

Além disso, se apresentava uma leitura de que a conquista do poder político associado ao exercício democrático do poder seria um momento importante da luta pelo socialismo⁵². Assim, “para o PT, socialismo é sinônimo de radicalização da democracia” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1991a] 2016, p. 18). Também se desenhava uma perspectiva reformista dentro dos marcos da democracia e do Estado capitalista para a eliminação da dominação da burguesia monopolista e da socialização “dos grandes meios de produção” sob o controle dos trabalhadores. A

⁵¹ O governo paralelo é uma forma de organização política de oposição crítica à institucionalidade que detém a chefia do governo. É concretizado como um gabinete alternativo, com coordenadorias correlatas ao governo estabelecido que tem como desafio acompanhar o desenvolvimento das políticas públicas formuladas, identificar as principais questões que demandam alterações, criticar e propor alternativas políticas na legislação e no próprio processo de formulação de políticas públicas e estabelecer as proposições de uma política de reformas (MENEGOZZO, 2013). As experiências dos Partidos Trabalhistas inglês e australiano serviram de ponto de partida para o governo paralelo que se desenvolveu entre 1990 e 1992 no Brasil. Após a eleição de Collor e liderado por Lula se organizou um gabinete de governo paralelo que contava com a coordenação, dentre outros, de Antonio Candido (Cultura), Aziz Ab'Saber (Meio Ambiente), José Gomes da Silva (Agricultura e reforma agrária), Luiz Carlos Menezes (Energia) e Marcio Thomaz Bastos (Justiça).

⁵² Nos termos do documento *Socialismo*: “A conquista do poder político é um momento da luta pelo socialismo, mas não garante, por si só, a sua construção. A conquista do poder pode significar a vontade da maioria, mas não é sinônimo de hegemonia política com base no projeto global, e muito menos ideológica e cultural. Sua consolidação virá com o exercício democrático do poder, de modo a compreender as diversas contradições materiais, políticas e ideológicas que permanecerão existindo, mesmo entre os setores sociais revolucionários, além das tradições políticas e culturais da velha sociedade”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1991] 2016, p. 34)

pauta da reforma agrária antilatifundiária aparecia nessa proposição de socialização:

O PT, compreendendo essa realidade nacional, defende, assim, a construção de novos espaços e canais diferenciados de exercício da democracia, de modo que esta seja a mais ampla possível, garanta os interesses em jogo entre as camadas populares e crie condições para a eliminação da dominação política da burguesia monopolista e a construção do socialismo. Uma democracia que articule formas representativas e diretas. E uma transição econômica que, partindo da socialização dos grandes meios de produção, *de uma reforma agrária antilatifundiária sob o controle dos trabalhadores e de um planejamento econômico democrático*, entenda que *o mercado ainda sobreviverá por longo período, porém não mais como força hegemônica na regulação da economia e a serviço da exploração*. (PARTIDO DOS TRABALHADORES [1991a] 2016, p. 34)

Um planejamento econômico democrático que regulasse o mercado seria uma outra tarefa essencial do reformismo que se estabelecia no partido sintetizado no documento *Conjuntura* aprovado também no I Congresso do PT. Além disso, a necessidade de produção de propostas alternativas se inscrevia na “emergência” e nos “efeitos nocivos da política econômica desenvolvida pelo governo Collor” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1991b] 2016, p. 2), sendo as metas do partido a preservação de empregos, a defesa dos salários, a redistribuição de renda, o combate à fome, à miséria e também à corrupção. Um plano de ação do PT deveria estar estruturado em pontos tais como a taxação de grandes fortunas, o controle dos fundos sociais e redirecionamento para investimentos sociais, além de quatro pontos que se referem diretamente à questão agrária, quais sejam:

Política agrícola de emergência; realização da reforma agrária com um plano imediato de assentamento, voltada para a produção de gêneros de primeira necessidade; garantia de preços estáveis para a cesta básica, com isenção dos impostos diretos e abastecimento diretamente do produtor ao consumidor, sem intermediários. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1991b] 2016, p. 2)

Todavia, constatamos a constituição de uma centralidade do aspecto institucional em diversas das proposições que se referem ao entendimento do socialismo, das reformas e da conquista do poder político pelo PT. Mesmo em estratégias que buscariam articular a realidade concreta da formação territorial brasileira e as transformações necessárias da política, da sociedade e da economia, verificamos esse redirecionamento das ações do partido. Assim se consolida o “papel central da disputa pela hegemonia” e a interpretação de que

Até 1987, a disputa pela hegemonia era colocada, basicamente, como uma política de acúmulo de forças, a partir da avaliação de que

não estava na ordem do dia a tomada do poder ou uma crise revolucionária. Depois de 1989, a disputa pela hegemonia passa, necessariamente, a incluir a disputa pelo governo federal em 1994, a gestão das administrações municipais, a luta pela democratização do Estado e por reformas sociais, assim como a organização e o crescimento dos movimentos sociais. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1991a] 2016, p. 23]

Assim, a viabilização do programa de reformas e das propostas políticas petistas para a direção do aparelho do Estado foi alçada como elemento prioritário na “disputa pela hegemonia” e na realização do “socialismo”. Secco (2011) argumenta que o partido buscava, a partir da década de 1990, inclusive com as experiências do Governo Paralelo e da Caravana da Cidadania⁵³, um entendimento mais consistente da formação territorial brasileira, territorializando sua presença política na oposição institucional brasileira e objetivando demonstrar articuladamente um entendimento petista sobre temas centrais para a sociedade, capacidade de diálogo com múltiplas organizações e entidades representativas e competência gerencial para a gestão do poder político nacional⁵⁴. Nesse momento se estabeleceu também como prioridade a divulgação das experiências das prefeituras e governos do PT na publicização do assim chamado modo petista de governar (BITTAR, 1992).

⁵³ Aziz Ab'Saber (1993), que participou da experiência das Caravanas da Cidadania, argumentou que “o conceito da Caravana da Cidadania está assentado no conhecimento de realidades regionais, na percepção e busca de informações sobre as realidades setoriais, saúde pública, saneamento básico, condições socioeconômicas, problemas relacionados com segmentos diferentes da sociedade, os comandantes do processo e, ao mesmo tempo, os fatos que dizem respeito ao tipo de atividade que se projeta sobre o espaço geográfico de cada região. Tudo isso forma um conjunto de conhecimentos de interesse daqueles que têm uma vida política. Essas pessoas precisam conhecer *in situ* as realidades regionais. (...) E, curiosamente, os líderes - eu gosto de apreciá-los - em cada cidade, em função do *élan* da presença popular, foram aperfeiçoando seu discurso e usando o conhecimento que adquiriram ao longo do trecho. Percebi isto tanto em relação à Erundina quanto ao Lula” (AB'SABER, 1993, s/p). Para Secco (2011) a montagem das Caravanas da Cidadania (sendo elas, a Caravana das Secas na região Nordeste, a Caravana das Águas na região da Amazônia Legal, a Caravana do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo e a Caravana do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais) visava descobrir, mapear e articular sujeitos sociais, organizações políticas, movimentos sociais e lideranças locais e regionais buscando territorializar o Partido dos Trabalhadores nas regiões mais pobres do Brasil. Os temas do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar (inclusive o lema Fome Zero) que figuraram nos projetos políticos petistas durante as décadas de 1990 e 2000 foram proposições que emergiram da experiência das Caravanas. Além disso, de acordo com Secco (2011) as Caravanas serviram para uma efetivação de conhecimento concreto das contradições brasileiras e também para a capacitação técnica e gerencial de identificação de problemas e proposições políticas que seriam realizáveis por meio do Estado.

⁵⁴ Em 1995 Lula argumentou sobre essas experiências: “A outra coisa é que no Instituto da Cidadania, que nós estamos pensando em criar, não temos nenhuma pressa e nem data marcada, é uma forma que eu estou tentando colocar em prática de *produzir políticas alternativas, inclusive para o próprio PT*. E essa experiência foi adquirida com o governo paralelo. *Ou seja, nós provamos no governo paralelo que se você tirar determinados projetos do debate eminentemente ideológico, você pode produzir esse projeto [gesticulando], fazer com que esse projeto seja debatido no partido, mas de forma mais elaborada, mais mastigada, e fica muito mais fácil o partido apresentar*” (LULA DA SILVA, 1995, s/p).

A argumentação de Bittar (1991), secretário nacional de assuntos institucionais em 1991, deixava evidente alguns elementos do novo modo petista de pensar:

A proposta do PT para a reforma do Estado na esfera econômica aponta no sentido da democratização e do aumento da eficiência e da eficácia, os quais são objetivos que devem necessariamente se combinar. Isso não exclui a possibilidade de que órgãos ou empresas públicas possam ser extintos ou até mesmo privatizados⁵⁵. Isso, no entanto, não tem nada a ver com a ideia neoliberal do Estado mínimo, mas sim com o princípio de que os recursos públicos devem ser utilizados em função dos interesses da maioria da população (BITTAR, 1991, p. 6).

Com esse conjunto de transformações, posicionamentos dissonantes, fundamentalmente à esquerda, foram expulsos do Partido, tais como as tendências Causa Operária em 1990 e Convergência Socialista em 1992.

O contexto de mudanças sociais entre o fim da década de 1980 e o início da década seguinte apresenta uma outra escala de análise – além da dimensão internacional e daquela interna ao PT, nacional - para a interpretação do reformismo petista: os anos “colloridos” e a chegada ao poder pós-impeachment de Itamar Franco, que impuseram diversos novos desafios ao partido.

1.4.1.1. Collor e Itamar: o ensaio do desmache do Estado, o desmonte das políticas agrícolas e o domínio ruralista da reforma agrária

A partir de 1989 há, sem dúvida, uma ascensão programática no Brasil das proposições neoliberais figuradas inicialmente pelo *marajá kitsch* e presidente deposto Fernando Collor de Melo (OLIVEIRA, 1992). Nas eleições de 1989 sua capacidade de comunicação verborrágica produzida a partir do binômio moralização e modernidade consolidou sua viabilidade eleitoral no jogo político e no pacto de classes das elites brasileiras ao abordar superficialmente direitos sociais, apregoar a abertura do Brasil para uma nova rodada de modernização capitalista e vociferar o combate à corrupção e aos privilégios de um Estado dito inchado, pesado e disfuncional (PICCOLO, 2015). O suposto defensor dos “descamisados” e “descalços” aglutinou rapidamente as direitas políticas e as elites econômicas frente

⁵⁵ Conforme enfatiza Lopes (2014), o coordenador da campanha à presidência em 1989, Walter Pomar, em livro sobre a disputa publicado em 1990 já afirmava que seria possível a privatização de empresas estatais que não fossem estratégicas para o desenvolvimento nacional. Além disso, Walter Pomar afirmava categoricamente que o objetivo da campanha de 1989 era agrupar forças progressistas em um projeto nacional-reformista que tinha como um dos objetivos democratizar o capital a partir da redistribuição de renda e que não era possível escapar ao processo de internacionalização da economia.

à ascensão das candidaturas de esquerda representadas por Lula e Brizola (REIS FILHO, 2007). Collor recebeu também firme apoio, favorecimento político e ampla projeção dos meios de comunicação de massa em sua campanha.

Eleito, Fernando Collor conduziu uma política de estabilização da moeda - os programas Collor I e II - que fracassou e que “provocou a ira de parte da população com o confisco de ativos depositados nas cadernetas de poupança” (SECCO, 2011, p. 156). Sobre os aspectos econômicos de tal política constata-se o direcionamento do aparelho do Estado na aplicação da doutrina neoliberal, no que se refere: aos cortes de gastos estatais, primordialmente de políticas e direitos sociais; à redução drástica do funcionalismo público e de determinadas frações do Estado com as chamadas reformas administrativas; aos cortes nos direitos trabalhistas; e à implementação de uma política macroeconômica marcadamente ortodoxa, baseada na alta dos juros, na restrição ao crédito, na liberalização do câmbio e no endividamento externo visando favorecer a entrada de capitais.

Em campanha, o paladino da moralidade se elegeu pregando a proposta de assentar, durante sua gestão, 500 mil famílias. O discurso adotado era de conciliação entre a reforma agrária e a política agrícola, reiterando a necessidade de uma visão mais *moderna e ampliada* sobre o campo. O programa de governo versava genericamente sobre o estímulo ao desenvolvimento de uma agricultura tecnificada a maneira dos *farmers* americanos no cerrado brasileiro e no Vale do São Francisco (OLIVEIRA, 2007; FUMES; OLIVEIRA, 2009).

Para compor o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (MARA), Collor nomeou inicialmente o então governador distrital biônico Joaquim Roriz. Todavia, sua posse foi apenas uma jogada eleitoral para a viabilização da sua candidatura ao governo do Distrito Federal nas eleições de 1990 (JORNAL DOS SEM TERRAS, 1990)⁵⁶. Posteriormente, assumiu interinamente Bernardo Cabral, que permaneceu

⁵⁶ Joaquim Roriz apresenta uma trajetória política ligada a um conjunto vasto de denúncias de esquemas de grilagem de terra, corrupção e desvio de verbas públicas. Nascido em Luiziana, Roriz foi fundador do PT na cidade em 1980, passado renegado pelo mesmo. Durante a década de 1980 foi deputado federal pelo PMDB (1982), vice-governador de Goiás pela mesma sigla (1986), prefeito-interventor de Goiânia e governador distrital biônico indicado por Sarney, visto que essa unidade da federação não era autônoma até 1991. Como a lei não autorizava reeleições, Roriz foi indicado à ministro da Agricultura por Collor como uma manobra para viabilizar juridicamente sua disputa eleitoral. Assim, permaneceu 14 dias no cargo de ministro do MARA, entre 15 de março e 29 de março de 1990, para burlar a lei. Roriz foi eleito governador pelo Partido Trabalhista Renovador (PTR) entre 1991 e 1994, posteriormente reeleito para mais dois mandatos pelo PMDB (1999-2006) e renunciou para disputar o cargo de senador. Eleito para o Senado Federal, renunciou em 2007 após se envolver em escândalo de esquema de recebimento de propina. Roriz apresenta ainda diversos

no cargo durante três dias, sendo em seguida indicado ao ministério Antônio Cabrera Mano Filho⁵⁷.

Na retórica ministerial do *moderno* ministro de Collor se reiterava a necessidade de realização de “reforma agrária sem caráter ideológico” (CABRERA, 1990, p. 13) como um elemento dentro de uma política agrícola mais ampla. A medida apregoada pelo ministro era de não realizar desapropriações em áreas de conflito fundiário para não estimular a permanência da violência (FUMES; OLIVEIRA, 2009).

Cabrera empreendeu ainda a assim chamada reforma administrativa na aplicação concreta da doutrina neoliberal para a agricultura, produzindo a desmontagem final dos institutos de fomento por produto extinguindo o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), o IBC (Instituto Brasileiro do Café) e o CTRIN-DTRIG (Centro do Trigo Nacional do Banco do Brasil/Departamento do Trigo na Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB), que representavam, para o governo, vestígios da Era Vargas (DELGADO, 2012). Além disso, se operou em sua gestão à frente do MARA a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e foram realizadas transferências para o Ministério da Economia de órgãos como a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Armazéns (CIBRAZEN). E mais, com a reforma administrativa realizada, o governo dissolveu o INCRA, que havia sido recriado após a extinção realizada por Jader Barbalho, entregando a responsabilidade pelos assentamentos da reforma agrária ao Ministério da Agricultura. De acordo com Delgado (2012), as medidas produziram uma ampla diminuição de atuação do

processos que envolvem corrupção, desvio de verbas do Fundo de Amparo aos Trabalhadores (FAT), racismo, superfaturamento em compras de merenda escolar, desvio de recursos públicos, falsidade ideológica e grilagem de terras no Distrito Federal. Parte dessas estratégias de grilagem no DF durante a gestão Roriz são discutidas no capítulo 5.

⁵⁷ Na mesma gramática política de Collor, Cabrera figura as relações contraditórias entre modernidade e atraso: latifundiário (fazendeiro e pecuarista ligado à UDR), de família de colonos espanhóis que enriqueceram em São Paulo, “administrador” de grandes propriedades fundiárias (Fazendas Reunidas), Cabrera é bibliófilo e foi o mais jovem ministro de Estado da história do país assumindo a pasta aos 29 anos. Ele é exaltado pelos ruralistas como “mecenas do campo”, formado em Medicina Veterinária na Unesp Jaboticabal e pós-graduado na *World Buffalo Scientist Community, Food and Agriculture Development*, na Índia (ISTO É – DINHEIRO, 2001). Cabrera é associado à Archer Daniel Midland (ADM), maior produtora de etanol de milho do mundo, com sua usina de açúcar Limeira do Oeste (OLIVEIRA, 2014). Cabe destacar que, em 2008, o Ministério do Trabalho encontrou 184 trabalhadores em situação análoga à escravidão na Fazenda Bela Vista em Limeira do Oeste (MG) de propriedade de Cabrera (SOLANO, 2009; OJEDA, 2013).

MARA na formulação da política agrícola⁵⁸.

Crítico feroz da desapropriação de áreas ocupadas pelos movimentos sócioterritoriais e alinhavado com organizações patronais e com a bancada ruralista no Congresso Nacional, a gestão de Cabrera efetivou a recriação do Conselho Nacional da Agricultura como direcionador da política agrícola brasileira em diálogo com os grandes proprietários fundiários e o empresariado e paralisou o processo de efetivação da reforma agrária, produzindo uma revisão das desapropriações realizadas no Governo Sarney. Cabrera (1990, p.13) afirmou, em entrevista, que o governo “não estava encontrando” os cerca de 4,5 milhões de hectares desapropriados pelo Governo Sarney e que haviam sido gastos US\$ 1 bilhão com processos de desapropriação (cerca de Cr\$ 50 bilhões), e com isso teceu críticas à uma “indústria de invasões” de propriedades privadas no Brasil, responsabilizando o PT, a CUT e o MST. João Pedro Stédile ressaltou o impacto do Governo Collor e da sua política de repressão aos movimentos sociais no campo:

O governo Collor, além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é uma agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batiam mais nas nossas canelas, batiam na cabeça. Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal. (FERNANDES; STEDILE, 1996, p. 69)

Silva (1993), que era o coordenador da equipe de Agricultura e Reforma Agrária do Governo Paralelo, afirmava que a ocupação de terras era um ato político, motivado por níveis extremos de insatisfação que derivavam de um não cumprimento deliberado do governo Collor do dispositivo constitucional referente à obrigatoriedade de realização da reforma agrária. A reforma agrária se consolidava no Governo Collor não como um movimento da ação política, mas como um momento da repressão da polícia.

⁵⁸ Mattei (1990) argumenta, na *Revista Teoria e Debate* ligada ao PT, que a política agrícola de Collor, baseada no crédito rural (em meio a profunda crise econômica), constituía-se no atendimento do governo às reivindicações dos grandes proprietários de terra para o abocanhamento de recursos públicos. Além disso, a política agrícola “collorista” visava, a partir da ideologia da modernização agrária, fortalecer o setor privado, principalmente das agroindústrias, articulando o campo ao projeto neoliberal. Mattei (1990) resalta ainda que, quanto à política agrária, o governo Collor reforçou os mecanismos de concentração do capital no campo através da substituição das formas “tradicionais” (subsídios e incentivos) por novas formas (reclassificação dos produtores, etc.). Assim, os proprietários de terra, através do aparelho do Estado, consolidaram seu poder político de pautar e dirigir as regras da política agrícola brasileira, bloqueando, novamente, a possibilidade de reforma agrária no país.

Assim, segundo a interpretação de Oliveira (2001), durante o governo Collor, a UDR praticamente assumiu o controle da reforma agrária no Brasil. O ministro Antônio Cabrera promoveu o abandono completo da reforma agrária, apregoando *novas* concepções para a realidade no campo: a ausência de necessidade de desapropriação e desconcentração fundiária, o estímulo às parcerias agrícolas com a participação da iniciativa privada no gerenciamento dos recursos públicos voltados para o campo e a realização de assentamentos com a participação do capital privado. Nesse sentido, o *moderno* governo Collor figurava a teatralização da política (RIBEIRO, 2000) por meio do discurso da eficiência e da racionalização dos recursos em meio à crise inflacionária; consolidava reformas neoliberais que serviam para a concentração dos investimentos no campo, fundamentalmente nas grandes propriedades privadas associado ao desmote das políticas agrárias e agrícolas; e realizando exíguos processos de desapropriação no campo.

Nesse sentido, foram assentadas no governo Collor por processo de desapropriação apenas 16.612 famílias e a área incorporada aos projetos de reforma agrária por decretos desapropriatórios foram apenas de 824 mil hectares conforme constatamos nos Mapas 11 e 12 a seguir:

MAPA 11: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Collor (1990-1992)

MAPA 12: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Collor (1990-1992)

Com a cassação/renúncia de Collor de Melo, o vice Itamar Franco assumiu o aparelho do Estado. O governo Itamar foi o produto de uma ampla articulação política (DURAND; ABRUCCIO, 1998; SALLUM JÚNIOR, 1999; OLIVEIRA, 2007) e longe de um enfraquecimento da doutrina neoliberal iniciada por Collor, ocorreu um fortalecimento na aplicação dessa ideologia assentada na continuação da abertura comercial, na repressão aos movimentos sociais e greves e privatização de frações do aparelho do Estado (PAULANI, 2008; SALLUM JÚNIOR, 1999; DELGADO, 2012)⁵⁹. Esse fato concreto demonstra que a doutrina neoliberal era força majoritária no arranjo político que garantiu a assim chamada governabilidade de Itamar Franco. Sallum Júnior (1999, p. 29) salienta que:

Essas condições e alavancas deram especificidade à *fortuna* encontrada por algumas lideranças políticas que, bem situadas no seio do Estado, tiveram *virtù* suficiente para negociar a associação entre partidos de centro e de direita em torno da continuidade das reformas liberais, da estabilização da economia e da tomada do poder político central, corporificando tudo isso no lançamento bem sucedido do Plano Real e na candidatura, afinal vitoriosa, à Presidência da República do seu articulador, o então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Esse arranjo político manteve emperrada a reforma agrária (apesar de certa interlocução entre movimentos sócioterritoriais e o governo, segundo Fernandes (2000) possibilitada pela ação do então presidente do INCRA Osvaldo Russo) . De acordo com os dados divulgados pelo INCRA (1995), menos de 50 mil famílias foram assentadas entre 1990 e 1994. A reforma agrária nesse período alcançaria, assim, pouco mais que a metade da área de terras incorporadas à reforma agrária do que o governo Sarney (OLIVEIRA, 2007).

⁵⁹ No documento *O momento político* apresentado no VIII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, em 1993, a crítica ao governo Itamar se consolidava na seguinte afirmação: “Apesar das críticas à modernidade collorista, dos discursos em defesa dos interesses nacionais e das declarações simpáticas aos sofrimentos dos “homens e mulheres simples”, Itamar vem praticando, no essencial, a mesma política econômica adotada por Collor: altas taxas de juros, privatizações e uma negociação da dívida externa lesivas aos interesses nacionais; políticas internas de incentivo ao grande capital (...) Sob o guarda-chuva do ministério multipartidário, Itamar substitui os gestos concretos por discursos impulsivos e mantém em sua equipe elementos comprometidos com a ditadura e com os desmandos de Collor”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1993] 2016, p. 1)

GRÁFICO 2: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (governo Collor e Itamar, 1990-1994)

Fonte: PRIETO, G (org) a partir de SIPRA/INCRA (2014), IBGE (2006) e Atlas da Reforma Agrária no Brasil (2016, inédito)

Nos dois anos de Governo Itamar a área dos assentamentos advindos de processos de desapropriação foram mais de 384 mil hectares com pouco mais de 9 mil famílias assentadas⁶⁰. Verificamos essa territorialização nos Mapas 13 e 14 a seguir:

⁶⁰ Entre 1990 e 1994 nos governos de Fernando Collor de Melo e Itamar Franco foram assentadas no total 40.712 famílias em cerca de 2,4 milhões de hectares de terra (SIPRA/INCRA, 2014; ATLAS DA REFORMA AGRÁRIA, 2016, inédito; IBGE, 2006).

MAPA 13: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Itamar Franco (1993-1994)

MAPA 14: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Itamar Franco (1993-1994)

Assim, Mattei (2012) argumenta que durante os governos Collor e Itamar (1990-1994), a reforma agrária se encontrou novamente paralisada, sendo principalmente regularizados títulos de posse, implementados programas de arrendamento rural (projetos precários de colonização) e executados alguns planos de assentamentos que atingiram menos de 10% das metas inicialmente previstas para o período⁶¹.

Mesmo com as críticas em relação às (não) políticas agrárias e agrícolas dos governos Collor e Itamar, verificamos que no interior da discussão do Partido dos Trabalhadores, veiculada pela Revista Teoria e Debate⁶², constata-se a ascensão de uma nova interpretação sobre a questão agrária e também sobre os rumos das políticas em relação ao campo. Na busca de soluções e respostas para a questão agrária emergiu no discurso petista elementos do modo capitalista de pensar o campo. Essas *modernas* proposições visavam realizar análises de conjuntura acerca da política agrária (e também agrícola) e tentavam se inscrever, na disputa partidária, como referências para a fundamentação dos programas de governo petista e para ações do partido.

1.4.1.2. Modernização do campo, agricultura familiar e questionamento da reforma agrária como política de desconcentração fundiária: a ascensão de um modo neoliberal de pensar sobre a questão agrária

As análises de Germer (1994), Veiga (1994) e D’Incao (1992) apontam que a reforma agrária, compreendida como uma política de desconcentração fundiária e como meio, condição e produto da crítica ao capitalismo rentista brasileiro, perde força para um debate que refuta a necessidade e a viabilidade de uma reforma agrária distributiva para o campesinato, bem como as discussões sobre a inexorável

⁶¹ No que tange a aspectos jurídicos importantes para a reforma agrária, em 1993, durante o governo Itamar Franco foram aprovadas pelo Congresso Nacional a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que estabelece a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, e a Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993 que caracteriza o assim chamado procedimento contraditório especial de rito sumário para o processo de desapropriação de imóveis rurais por interesse social para fins de reforma agrária.

⁶² Publicação do Partido dos Trabalhadores que serve como uma forma de preparação para o enfrentamento ideológico, visando “instigar o debate e acirrar polêmicas” a partir de uma pluralidade de debates intelectuais, acadêmicos e científicos e fórum de divergências internas sobre as políticas e sobre o próprio partido. A revista Teoria e Debate foi fundada em 1987 e continua a ser publicada até hoje (MENEGOZZO, 2013).

integração entre políticas agrárias e políticas agrícolas para a modernização do campo. Germer (1994) atualiza a discussão leninista para a crítica à reforma agrária direcionada ao campesinato, enquanto Veiga (1994) enfatiza as articulações imprescindíveis entre agricultura familiar e agricultura patronal, e D’Incao (1994) ressalta certo anacronismo da reforma agrária baseada na desconcentração fundiária.

Claus Germer, que pertencia à tendência Articulação de Esquerda, no artigo *Bases do programa agrário* publicado em março de 1994 empreende uma perspectiva leninista na caracterização do seu entendimento sobre o programa democrático-popular do PT e sua aplicação no campo brasileiro. Para o autor, esse programa se realizaria como uma etapa do socialismo que seria atingido “através da intervenção política coletiva dos trabalhadores enquanto classe social” (GERMER, 1994, s/p). Germer (1994) afirmava que o partido deveria enfocar suas proposições em amplas reformas estruturais para dar passos largos rumo ao socialismo, por exemplo, o domínio da estrutura produtiva através da propriedade social. O Partido dos Trabalhadores se realizaria como representante dos explorados do capitalismo brasileiro, dos assalariados do campo e da cidade. Dessa maneira, Germer (1994) propunha uma aliança com os assim chamados setores médios pobres do campo e da cidade para a construção do socialismo. Para o autor, era nessa categoria social que se encontrava o campesinato percebendo-os como fadados ao desaparecimento devido ao processo de diferenciação interna desencadeado pelo avanço do capitalismo no campo.

A perspectiva aventada pelo autor enfatizava que a base social do Partido dos Trabalhadores no campo seria fundamentalmente os assalariados rurais que estariam divididos em dois grandes segmentos: os assalariados plenos e os semi-assalariados, que, na sua interpretação, eram agricultores sem terras. Assim,

A reivindicação em torno da qual todos os assalariados se unem é a reforma agrária, entendida como um processo amplo e rápido de redistribuição da terra e demais meios de produção da agricultura, de modo a transferi-los das mãos dos capitalistas agrários e agroindustriais aos trabalhadores do campo. Esta é a reforma agrária concretamente reivindicada pelo movimento organizado dos trabalhadores rurais. Não se trata, portanto, da reforma agrária na sua versão burguesa, que consiste basicamente na transferência da terra de uma classe senhorial decadente para a burguesia agrária em ascensão, mas de uma reforma agrária inserida em um processo de superação do capitalismo. Neste caso, o desenvolvimento capitalista já promoveu ampla acumulação de capital produtivo

associado às terras agrícolas, não havendo sentido em redistribuir a terra nua isoladamente, principalmente quando inexplorada devido à sua qualidade inferior. Deve-se notar que a chamada "reforma agrária como política social" não constitui reivindicação de nenhum segmento social organizado, mas mera elucubração intelectual que confunde e debilita a luta dos trabalhadores. (GERMER, 1994, s/p)

Os argumentos de Germer (1994) eram peremptórios na reafirmação de que os camponeses estariam destinados à extinção no processo de desenvolvimento do capitalismo. Além disso, o autor estabelecia a crítica leninista que compreende o campesinato como uma classe atrasada e seus defensores como utopistas e fantasiosos de um mundo pregresso (comumente chamados também de “populistas”). Os pequenos agricultores estariam assim destinados à destruição em sua “competição empresarial” com os capitalistas no campo.

É preciso ressaltar que a possibilidade de aliança com os setores médios pobres, na luta pelo socialismo, só pode basear-se no fato de que, no capitalismo, eles estão condenados à extinção. Se não fosse assim, tais setores não teriam motivo para opor-se ao capitalismo. Este fato, curiosamente, é facilmente esquecido. Neste sentido, são inconsequentes as propostas, frequentes no campo da esquerda socialista, que pressupõem ser possível garantir a sobrevivência e revitalização econômica dos pequenos agricultores pobres, no capitalismo, com base na sua suposta capacidade de competir eficazmente com as grandes empresas. Tais propostas baseiam-se em concepções fantasiosas sobre a situação destes produtores e, em geral, refletem não um projeto socialista, mas uma irrealizável utopia baseada na pequena produção familiar e artesanal do passado. (GERMER, 1994, s/p)

Em suma, observa-se a interpretação de que com a modernização e eficácia econômica da agricultura, a reforma agrária deveria ser operacionalizada como parte de um processo amplo de reorganização da produção na agricultura, através do redirecionamento dos mecanismos de sustentação, por parte do Estado, do velho - e atual - padrão de produção para uma nova política agrícola (D'INCAO, 1992). Ou seja, modernizar o campo seria retirar os camponeses do *atraso* do desenvolvimento do capitalismo acelerando as contradições no campo⁶³.

⁶³ Em tempo, as proposições leninistas do Partido dos Trabalhadores aparecem em diversos discursos e documentos petistas, mas não em sua totalidade, durante as décadas de 1980 e 1990. Nas suas proposições sobre o campo, o partido compreendia a reforma agrária tanto como um aspecto radical que objetivava a modernização e o desenvolvimento das forças produtivas, quanto como crítica radical ao capitalismo rentista fundamentado na grilagem de terras, na monstruosa concentração fundiária e na reprodução da barbárie na produção (e acumulação) do capital no campo. É como se leninismo, aspectos da social-democracia europeia e luxemburguismo tensionassem as perspectivas políticas das proposições agrárias do PT ao longo das duas últimas décadas do século XX.

Em 1994, José Eli da Veiga, no artigo *Corrigir o foco da política agrícola*, realizava também crítica às proposições políticas do PT que pautavam, de acordo com sua interpretação, a centralidade da política agrária/agrícola para os camponeses, estabelecendo uma outra interpretação metodológica e propondo uma “correção” no foco das políticas petistas voltadas para o campo. Veiga (1994) criticava o documento produzido pelo Governo Paralelo denominado *Política Agrícola: prioridade para os pequenos agricultores*, o qual seria uma das bases para a elaboração do Programa de Governo do PT para as eleições de 1994. Para o autor, tal material continha equívocos em seu foco de beneficiar os agricultores com menos de 10 módulos, ou seja, principalmente aqueles que possuíam estabelecimentos de até 50 hectares.

No giro sulista da Caravana da Cidadania, Lula não cansou de enfatizar a opção preferencial pelos pequenos agricultores, mesmo quando conversava com enormes fazendeiros. Isso causou certa estranheza entre jornalistas, mas não pode ter surpreendido os militantes. Afinal, faz parte do código genético do PT ficar sempre do lado dos desvalidos e, portanto, dos pequenos. Todavia, quando se discute a linha de atuação de um governo, é necessário perguntar se essa justa solidariedade com os menos favorecidos deve mesmo constituir a viga mestra da futura política agrícola. E a resposta deste artigo é negativa (VEIGA, 1994, s/p).

O eixo da crítica de Veiga (1994) era a suposta confusão de entendimento da realidade do campo. Para o economista, cerca de 3 milhões dos pequenos proprietários de terra seriam na verdade “sub-trabalhadores” com estabelecimentos que funcionavam apenas como “locais de moradia”. Para estes “subtrabalhadores” uma medida eficaz não seria o estabelecimento de política agrícola (baseada em sua interpretação no crédito, no seguro e na extensão rural) mas fundamentalmente políticas de combate à indigência. As políticas agrícolas deveriam recair para os outros 1,6 milhão que possuíam “pequenas unidades produtivas já viabilizadas como empresas” ou que poderiam ser “viabilizadas” com uma incisiva política agrícola proposta por um governo do PT.

Para Veiga (1994) o tamanho da propriedade e a oposição entre “pequenos e grandes” não era a questão mais relevante do “setor agropecuário”. Ele ressaltava que, na verdade, haveria oposição, mas fundamentalmente coexistência entre produções agropecuárias “familiar” e “patronal” e aventava a possibilidade de integração econômica das assim chamadas empresas agrícolas de tipo familiar à uma política agrícola produzida pelo Estado. Em suma, a mudança de foco proposta

por Veiga (1994) relacionava-se a um novo arcabouço de interpretação forjado no momento neoliberal no qual não haveria assim mais viabilidade da produção camponesa, e nem mesmo o termo campesinato seria adequado à contemporaneidade brasileira, visto que os camponeses eram agricultores familiares que deveriam se modernizar e se adequar às novas exigências se desejassem sobreviver na nova conjuntura econômica. A reforma agrária apresentaria um papel menor e não prioritário, sendo que o foco se estabeleceria na política agrícola, sua realização, razoabilidade técnica e burocrática.

As proposições de D'Incao (1992), estabelecidas no artigo *Reforma agrária: um retrocesso programático*, combinadas às argumentações de Veiga (1994), demonstram o poder ideológico dessa nova argumentação difundida no Brasil na década de 1990 e veiculada em *Teoria e Debate*. A socióloga enfatizava que seria premente uma renovação da reflexão sobre a reforma agrária, visto que o fracasso e o caráter perverso da trajetória do projeto político da reforma agrária na “Nova República” poderiam ser explicados pelo “anacronismo” de determinadas formulações sobre o tema.

D'Incao (1992) culpabilizava parte da esquerda e os defensores da tese da reforma agrária como uma proposta de justiça social baseada na desconcentração fundiária e com foco nos camponeses sem terra pela derrota política da questão durante na década de 1980.

A reforma agrária fica implicitamente definida como algo a se realizar à margem do desenvolvimento da agricultura, ou dos processos sociais dominantes. Sem resolver esta ambiguidade, o discurso reformista adentrou os anos 80 desarmado para o enfrentamento dos interesses das forças políticas contra-reformistas - os velhos e os novos proprietários da terra fortalecidos, depois de cerca de vinte anos de protecionismo estatal, pela autoconsciência de sujeitos exclusivos do processo de desenvolvimento da agricultura brasileira. Diante da evidência de uma agricultura já desenvolvida, as forças reformistas contrapunham questões de princípios: reivindicavam a reforma agrária do Estatuto da Terra em nome da democratização do país ou da justiça social para com os "pobres do campo", os grandes perdedores do "milagre econômico" do regime militar. Não apresentavam propostas construídas a partir da análise da relação existente entre a "injustiça social" no campo e a forma pela qual vem se organizando e desenvolvendo a produção na agricultura e na economia brasileira como um todo. Por omissão, acabavam legitimando os processos sociais que reproduzem as tradicionais relações de dominação da sociedade brasileira. (D'INCAO, 1992, s/p)

Para D'Incao (1992) seria fundamental desconstruir a perspectiva de que a

política de reforma agrária seria “incompatível com o desenvolvimento econômico” e que deveria ser realizada “à margem do processo de modernização da agricultura brasileira”. Assim, a autora afirmava que o projeto de reforma agrária veiculado por parte do PT encerraria uma vultosa debilidade não se apresentando como alternativa viável de reorganização produtiva, mas apenas como política social compensatória.

Ela criticava o que chamava de “viés ideológico assistencialista” realizado a partir de um modelo de reforma agrária que não se articulava com a “nova realidade econômica do campo”. D’Incao (1992) defendia a reforma agrária integrada à modernização da agricultura, com inovações técnicas e redirecionada para o processo de integração dos camponeses nesse moderno processo que realizaria as múltiplas possibilidades econômicas e políticas do campesinato.

Diante de tais interpretações veiculadas pelos autores supracitados na revista *Teoria e Debate*, constatamos que com a emergência do neoliberalismo desenvolvem-se modificações em todos os níveis - político, econômico e social – em uma nova rodada de expansão capitalista, baseada em territorializações e busca de “mercados externos” (LUXEMBURG, [1913] 1985), a partir de um movimento de acumulação do capital. Verifica-se, nesse processo, como uma doutrina ideológica produz um novo conjunto de conceitos e noções buscando justificar seu caráter novo, moderno ou ainda pós-moderno (como se encontrava em voga na década de 1990 e 2000). Conforme analisa Oliveira (2007), a intelectualidade não ficou à margem desse processo, e no que tange aos estudos sobre o campo, percebe-se que diversos acadêmicos do “mundo agrário” refutaram a distinção entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa e forjaram “um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente para os mercados mundiais e/ou nacional e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou exportação” (OLIVEIRA, 2007, p. 147). Veiga (1994) e D’Incao (1992) figuram nessa discussão interna do PT demonstrando um processo muito mais amplo sobre os “novos” rumos da questão agrária e da reforma agrária, imersos em uma interpretação de fundamentação neoliberal que se espalhava nas universidades, nas intervenções cotidianas da grande imprensa e nos partidos e programas partidários e mesmo nos movimentos sócioterritoriais.

Os programas políticos do PT não ficaram também alheios a essa nova

gramática neoliberal. No programa de governo de 1994⁶⁴ a questão da reforma agrária apareceu no documento *Bases do Programa de Governo – Lula Presidente, uma revolução democrática para o Brasil*. No item *Um programa para a agricultura brasileira* se estabeleceu a meta de assentar 800 mil famílias durante os quatro anos de governo e propôs-se dentro dos marcos da *razoabilidade técnica* um plano de 15 anos de reforma agrária com a desapropriação como instrumento prioritário para o processo de desconcentração e redistribuição fundiária:

Existem várias propostas de metas de assentar famílias pela reforma agrária. Algumas propõem como público alvo todas as famílias de trabalhadores do campo que não dispõem de terra. São inúmeras também as dificuldades legais e políticas para realizar a reforma. Reconhecendo que este problema ultrapassa o período de um mandato, o governo Lula propõe um plano de 15 anos, procurando assentar no seu mandato 800 mil famílias, ou mais ainda, dependendo necessariamente do grau de organização dos trabalhadores e dos instrumentos institucionais disponíveis. A desapropriação é o principal instrumento a ser utilizado na redistribuição das terras agrícolas. Em princípio, só serão passíveis de desapropriação propriedades superiores a 500 hectares, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste; a 1.000 hectares, no Centro-Oeste, e a 1.500 hectares, na região Norte. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1994a] 2016, p. 194)

A reforma agrária envolveria cinco subprogramas, quais sejam: os *assentamentos*; a partir de desapropriações de áreas aproveitáveis não-exploradas, da negociação de terras de usineiros em troca da quitação de dívidas, das terras de empresas estatais e da penhora de terras de proprietários de terras inadimplentes com bancos estatais e a revisão das terras concedidas durante a ditadura civil-militar conforme dispõe o artigo 51 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988; a *arrecadação de terras públicas* (por meio de discriminação de terras federais e arrecadação de terras griladas, inclusive aquelas objeto de revisão do artigo 51; *arrendamento e parceria* (dentre outras, uma política que desestimulasse a exploração indireta de caráter parasitário e garantisse prazo mínimo de cinco anos para os contratos de arrendamento, parceria e comodato); *tributação de terras agrícolas* com o fim das “amenidades fiscais” para com os latifundiários, adoção do valor da terra nua como base para o lançamento de tributos

⁶⁴ Nas eleições de 1994 o PT compôs aliança com os seguintes partidos: PSB, PCdoB, PPS, PV e PSTU. O Programa de governo apresentado pela campanha de Lula denominava-se *Uma Revolução Democrática no Brasil - Bases do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores*. A assim chamada revolução democrática era tomada como sinônimo do socialismo possível frente à conjuntura da realidade brasileira.

e utilização de alíquotas reais para fortemente progressivas para terras abandonadas; e a *reforma agrária com irrigação para o Nordeste semiárido*.

Porém, nas *Bases do Programa* encontrava-se também o novo vocabulário da discussão sobre o campo, qual seja: o conceito de agricultura familiar, a integração *eficiente* entre política agrícola e política agrária e uma noção difusa de desenvolvimento rural. Essas referências teóricas e políticas se expressavam em dois dos quatro objetivos da reforma agrária do Programa de Governo de Lula em 1994, quais sejam:

- Democratizar a propriedade rural, abrindo a possibilidade de acesso à terra para milhões de famílias de trabalhadores rurais sem terra e pequenos proprietários com área insuficiente para produzir, como forma de desconcentrar a renda e democratizar as relações sociais e de poder no campo;
- Fortalecer a *agricultura familiar* para expandir a produção e a renda, e ampliar a oferta de postos de trabalho no campo; conter o êxodo rural e o impacto das migrações internas sobre a qualidade de vida dos centros urbanos; multiplicar as fontes de abastecimento do mercado interno e desenvolvimento da agroindústria.
- Garantir uma política de segurança alimentar, assegurando a disponibilidade de alimentos a baixos preços, de boa qualidade e em quantidade suficiente para erradicar a fome no país;
- Promover o *desenvolvimento rural*, dando condições para uma agricultura autossustentável que permita a melhoria das condições de vida e de trabalho dos homens e mulheres do campo, tanto nos aspectos econômicos quanto nos sociais e culturais (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1994a] 2016, p. 193).

O programa político petista para as eleições de 1994 apresentava, assim, um novo temário reformista, o que revelava não só a ascensão de novos conceitos (observável em seu *détour* semântico), mas uma alteração dos objetivos da reforma agrária e da crítica ao rentismo no Brasil materializado nesse repertório teórico-político.

O exemplo mais evidente é a substituição da defesa da agricultura camponesa para o fortalecimento da agricultura familiar que, apesar de soarem como expressões sinônimas, de fato não o são. Há por detrás dessas noções teóricas, conforme alerta Bombardi (2003), uma distinção profunda e diametralmente oposta entre duas formas de analisar o campo, a questão agrária, as relações sociais, o modo de vida e a produção econômica. Autores como Wanderley (2003), Abramovay ([1990] 2007) e Veiga (1991) foram os principais autores brasileiros responsáveis pela introdução do conceito de agricultura familiar no Brasil.

Verificando a produção desses autores em um sentido transversal constatamos a preocupação com o grau de dependência dos assim chamados agricultores familiares ao mercado, a identificação da lógica de organização da agricultura familiar no mundo moderno e a integração econômica entre a “agricultura patronal” e a “agricultura familiar”. Fernandes (2004) constata que os teóricos da agricultura familiar apresentam uma série de argumentos e elementos para diferenciar o agricultor familiar do camponês e enfatizam a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias na agricultura.

Essas formulações teóricas se articulavam com o novo PT que se forjava ao longo da década de 1990 e com a sua preocupação de tornar “exequível” e “realizável” as propostas políticas tendo em vista a conquista do poder político e a reorientação das determinações partidárias visando uma “revolução democrática” tomada como sinônimo de socialismo. Essas novas determinações encaminharam o partido, paulatinamente, na direção de uma crítica estatista do capitalismo rentista no qual o Estado encerraria um conjunto de problemas da sociedade.

O PT, ao se estabelecer como o principal “vetor de polarização” institucional e viável eleitoralmente, conformou novos entendimentos e leituras sobre o Brasil e suas questões candentes. A ruptura com a radicalidade das proposições da década de 1980 evidenciava uma outra interpretação sobre o papel do partido, da esquerda e de suas pautas.

Na proposta política para o Nordeste, conforme constatado no caderno temático *O Nordeste e a integração nacional*, o partido colocou como desafio e prioridade principal a “reforma agrária e uma nova política agrícola” e ressaltava:

Se, no Brasil, a reforma agrária é um instrumento importante para alterar o padrão produtivo da agropecuária, abrindo espaço para expandir a produção e promover o desenvolvimento sustentado com base na produção familiar, no Nordeste a reforma agrária é fundamental. *Romper o bloqueio imposto ao aumento da produção pelo latifúndio improdutivo e pelo minifúndio economicamente inviável* é um desafio essencial de qualquer política para o Nordeste. Democratizar o acesso à terra e *fortalecer a agricultura de base familiar* é uma das formas mais baratas de criar empregos estáveis e permanentes, combater a fome e a miséria, elevar os padrões de produtividade, desconcentrar a renda e o poder no Nordeste (um emprego rural criado pelo FNE custa cerca de US\$6.000). O Nordeste deverá ser priorizado no Programa Nacional de Reforma Agrária, absorvendo 320.000 das 800.000 famílias que serão

assentadas nos 4 anos do Governo Lula (40 % da meta nacional) (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1994b] 2016, p. 9).

As referências à política agrícola *viável* e *factível* e o fortalecimento da agricultura familiar se estabeleciam no seio do partido articuladas à necessidade de alteração do “padrão produtivo da agropecuária” e aos desafios impostos tanto pelo “latifúndio improdutivo” quanto pelos “minifúndios inviáveis”. Para além da reforma agrária, o foco se estabelecia também nas políticas agrícolas, fundamentando-se no argumento de que seria importante uma gestão eficiente da produção a partir do Estado, a redução da carga tributária dos pequenos produtores, o estabelecimento de políticas de crédito rural, a efetivação de políticas de comercialização e o apoio técnico aos agricultores (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1994b] 2016). Em suma, as propostas políticas concretizadas no conjunto de Programas de Governo revelam certo distanciamento de um programa efetivamente antilatifundiário. Entretanto, nas fissuras do documento, constata-se que haviam ainda – dialeticamente - tensões frente à situação das lutas de classe no Brasil que seriam parcialmente resolvidas com a “revolução democrática” das reformas estatais propostas pelo PT.

Segundo a leitura de Secco (2011), ao longo da campanha eleitoral de 1994, o PT teve dificuldade para produzir um discurso econômico consistente, visto que o “projeto democrático e popular” que apresentava aparecia como um conjunto de intenções abstratas frente à conjuntura de queda da altíssima inflação, a criação do Plano Real e o contexto de crise. Além disso, Secco (2011) avalia que internamente ao partido as disputas entre as tendências, a Articulação - grupo de Lula que pela primeira vez não dirigia majoritariamente o partido - e uma direção com discurso mais à esquerda, produziram tensões durante a disputa eleitoral que reverberaram na mesma. Os grandes meios de comunicação de massa, sem dúvida, cumpriram um papel na valorização da trajetória de Fernando Henrique Cardoso (como gestor eficiente e articulador do Plano Real) e enfatizaram o discurso de que o PT era um partido de esquerda radical, cindido em facções marxistas que se degladiavam pelo controle do poder político, despreparado para a administração do Estado e politicamente “irresponsável”, ou seja, propondo medidas irrealizáveis (SILVA, 2005). No entanto, Singer (2002) enfatiza que um fator decisivo para o voto em FHC foi o programa de estabilização econômica materializado pelo Plano Real que teve a propriedade de anular outros alinhamentos políticos do eleitorado e convergir

diferentes perspectivas ideológicas, sobretudo, de centro, centro-direita e direita em votos para a candidatura de Fernando Henrique Cardoso.

Em 03 de outubro de 1994, Lula sofreu sua segunda derrota eleitoral no primeiro turno das eleições, obtendo pouco mais de 17 milhões de votos (27% dos votos válidos) contra cerca de 34 milhões de votos (54% dos votos) para Cardoso (PSDB), aliançado com Marco Maciel (PFL-PE). A coalização política (PSDB, PFL e PTB), que garantiu a vitória eleitoral de Cardoso aliançado com forças políticas ligadas ao conservadorismo, ao coronelismo e à política antirreformista, se reforçou com as escolhas para a composição ministerial.

1.4.2. Os fundamentos do reformismo petista para o campo (II): a ênfase estatista sobre a questão agrária, a consolidação da agricultura familiar e da pluriatividade e a reforma agrária dentro da ordem burguesa (1994-2002)

1.4.2.1. O governo FHC I: doutrina neoliberal, violência e repressão social no campo e a pressão social pela reforma agrária

A vitória de FHC nas eleições de 1994 significou a adoção por completo da doutrina neoliberal, iniciada nos governos Collor e Itamar, com um brutal aprofundamento em sua administração. Assim, realizada a estabilização monetária, capitaneada por Fernando Henrique Cardoso, a partir de um processo de renegociação e securitização de dívidas externas e efetivada pelo alto grau de liquidez internacional, o Brasil se encontrava “pronto” para a aplicação incisiva da doutrina neoliberal (PAULANI; PATO, 2005). O eixo de medidas econômicas se assentou na redução do tamanho do Estado por meio de um amplo processo de privatizações, abertura comercial, políticas monetárias e fiscais rígidas e taxas reais de juros elevadas⁶⁵ (PAULANI, 2008).

Os fundamentos das medidas de Cardoso promoveram a quebra dos alicerces jurídicos do Estado nacional-desenvolvimentista, que em parte se encontravam constitucionalizados em 1988 (SALLUM JÚNIOR, 1999; OLIVEIRA,

⁶⁵ Teixeira e Pinto (2012, p. 916) afirmam que “as reformas empreendidas durante os 8 anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) como presidente seguiam nas linhas gerais daquelas preconizadas pelo chamado Consenso de Washington, como a abertura comercial e financeira, as privatizações e as reformas pró-mercado (que eliminaram a capacidade de planejamento e intervenção do Estado na atividade econômica), e a condução ortodoxa da política econômica (juros altos e contenção de gastos correntes)”.

1999). Ou seja, as políticas de Cardoso visaram reduzir drasticamente a participação estatal nas atividades econômicas e dar tratamento igual às empresas de capital nacional e estrangeiro (SALLUM JÚNIOR, 1999; TEIXEIRA; PINTO, 2012). Portanto, a nova rodada de acumulação originária do capital se efetivava de fato no Brasil. De acordo com Paulani (2008, p. 57) essas medidas geraram:

A estagnação econômica, o desemprego recorde, o enorme aumento da vulnerabilidade externa, o retorno do país a posição de uma economia primário-exportadora e a permanência do mesmo padrão distributivo, com inevitável crescimento da pobreza absoluta, da violência e da barbárie nos grandes centros urbanos.

Todavia, essa barbárie não se restringiu às metrópoles e às cidades. Esse processo de acumulação de capital demonstrou sua faceta violenta no campo, afinal a violência é fundamento necessário para o processo de “modernização”. Relembrem-se os massacres de Corumbiara (1995) e de Eldorado dos Carajás (1996), duas expressões indeléveis da barbárie perpetrada pelo aparato repressivo do Estado durante o governo FHC. De acordo com Oliveira (2007, p. 141-142), esses dois massacres representaram a “posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da reforma agrária”. Tal posicionamento de classe se articulava politicamente com o pacto de classe firmado pelo governo com deputados e senadores ruralistas que foram a base de sustentação política fundamental da administração FHC (OLIVEIRA, 2007). A contrapartida de tal apoio, essencial para a aprovação praticamente integral dos projetos de reforma neoliberal apresentados ao Congresso Nacional⁶⁶, foi o desencadeamento de duas práticas políticas: primeiro, em um aspecto social e político, a repressão ostensiva aos movimentos sociais; e segundo, no plano econômico, a prorrogação *ad infinitum* das dívidas dos latifundiários com a União⁶⁷

⁶⁶ A avaliação do PT em um balanço sobre a derrota nas eleições enfatizava o arranjo conservador e o pacto de classe estabelecido pelo governo Cardoso, além de ressaltar a força parlamentar de tal aliança conservadora. O tom de crítica do partido referendava as novas estratégias de *aggiornamento* com ênfase eleitoral, a atuação parlamentar frente à ascensão do neoliberalismo e o bloqueio de reformas estruturais por dentro do Estado: “A nossa derrota e a ascensão da aliança PSDB-PFL quebraram o quase equilíbrio estratégico que dificultava o ajuste neoliberal durante os governos Collor e Itamar. O novo quadro deu mais iniciativa e margem de manobra às forças conservadoras, especialmente na relação com o Legislativo, facilitando reformas antipopulares da Constituição. O governo conta, hoje, com um bloco de mais de 300 deputados e dois terços do Senado, controlando as presidências das duas casas do Congresso. A atual aliança no poder, além de maior iniciativa parlamentar, articula os grandes grupos econômicos, conta com a benevolência do Judiciário e com fortíssimo apoio da mídia” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995a] 2016, p. 1).

⁶⁷ O próprio presidente-sociólogo confirmou esse apoio, textualmente, em seus diários da presidência: “Diga-se de passagem que (...) recebi todo o grupo mais ativo da questão agrária, da

(OLIVEIRA, 2007).

A política agrária se encontrava subsumida na pauta política de reformas neoliberais no início do governo Cardoso⁶⁸. A política fundiária apresentada pela candidatura de FHC inseria a questão de terras nos marcos do assistencialismo neoliberal, tanto que parte do orçamento da reforma agrária estava vinculado ao programa *Comunidade Solidária*⁶⁹. No programa de governo FHC, o candidato se comprometeu com o assentamento de 280 mil famílias até o fim do mandato, 40 mil no primeiro ano, 60 mil no segundo, 80 mil no terceiro e finalmente 100 mil famílias no último ano⁷⁰. A execução da reforma agrária deveria ocorrer nos termos constitucionais baseada na paz e nos preceitos da lei (MÃOS À OBRA, [1994] 2008, p. 45). As nomeações de José Eduardo de Andrade Vieira⁷¹ para o Ministério da

dívida rural, começamos a encaminhar a solução do problema. Esta semana vou meter minha colher torta de novo aí, porque, sejamos claros, temos que pacificar essa área, precisaremos de um plantio grande no decorrer da próxima safra. Essas coisas simbólicas são importantes, evidente que não vamos pagar o atrasado indevido, mas temos que passar a dar um sinal mais claro aos agricultores sobre qual é de fato a política do governo” (CARDOSO [1995] 2015, p. 144). A política do governo foi clara: manter o pacto com as elites proprietárias de terra, arrolar o pagamento das vultosas dívidas dos latifundiários aos cofres públicos e realizar uma incisiva política de criminalização à luta pela terra e a reforma agrária.

⁶⁸ Vale lembrar que no prefácio ao livro *A tragédia da terra*, de Francisco Graziano Neto, que se tornaria o segundo presidente do INCRA durante o primeiro mandato de Cardoso (demitido após o escândalo do grampo da Sivam), Fernando Henrique Cardoso enfatizava a seguinte interpretação elogiosa da obra: “O que este livro mostra é a história de uma ilusão. Ou melhor, de muitas ilusões: nem há no Brasil tanta terra agricultável e disponível como se imagina, nem o latifúndio improdutivo continua a ser a base da produção e mesmo da estrutura da propriedade agrícola brasileira, nem existem tantos ‘sem terra’ ávidos pela posse da terra, como se imagina” (CARDOSO, 1991, p. 10)

⁶⁹ A resolução do X Encontro nacional do PT realizado entre 18 e 20 de agosto de 1995 no SESC em Guarapari (ES) o partido se posicionava criticamente em relação ao Programa *Comunidade Solidária* e enfatizava que: “O 10º Encontro Nacional orienta os governos, os parlamentares e os filiados petistas a combaterem o Programa Comunidade Solidária, a efetivarem uma crítica de fundo, pois, na verdade, traduz-se em instrumento de cooptação política do governo federal, objetiva a subordinação de lideranças e movimentos populares e sociais, pretende submeter tais movimentos a uma condição de adesismo forçado ao Governo FHC e está sendo usado como instrumento de caráter eleitoral” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995b] 2016, p. 1).

⁷⁰ Na proposta de governo de FHC, intitulada *Mãos à obra, Brasil*, constata-se: “Os conflitos agrários existentes no Brasil são consequência de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter. São necessárias, portanto, profundas mudanças no campo. O Governo Fernando Henrique vai enfrentar essa questão, com vontade política e decisão, dentro do estrito respeito à lei. Com o aumento substancial dos assentamentos a cada ano, o objetivo é atingir a cem mil famílias no último ano do governo. Essa é uma meta ao mesmo tempo modesta e audaciosa, já que os assentamentos nunca superaram a marca anual de 20 mil famílias” (MÃOS À OBRA, BRASIL, [1994] 2008, p. 44).

⁷¹ José Eduardo de Andrade Vieira foi pecuarista (herdeiro da fazenda Capela em Joaquim Távora (PR) com 2,6 mil hectares), banqueiro (foi herdeiro e presidente do banco Bamerindus, fundado pelo seu pai Avelino Vieira, prefeito da cidade de Tomazina (PR) por 15 anos, entre 1981 e 1997 quando o banco foi vendido ao HSBC), proprietário do jornal Folha de Londrina, senador (1990-1999), presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ministro da Agricultura nos governos de Itamar Franco entre 1 de setembro de 1993 e 13 de outubro de 1993 (acumulando a gestão deste com o

Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária e Brasília de Araujo Neto⁷² para a presidência do Incra reforçaram a ampla desconfiança de que não havia real vontade política por parte do governo FHC na realização da reforma agrária (CARVALHO FILHO, 1997; FERREIRA *et al.*, 2009). De acordo com Carvalho Filho (1997), o conceito de reforma agrária apresentado pelo programa era estruturado sobre uma perspectiva compensatória sem vislumbrar alterações quanto à concentração fundiária brasileira. Já Comparato (2001) vai além e argumenta que, ao iniciar o seu primeiro governo, Fernando Henrique Cardoso acreditava que esvaziaria o MST e desmobilizaria as lutas no campo realizando apenas alguns assentamentos:

O raciocínio era o seguinte: a média histórica de desapropriações de terra que deram origem a assentamentos para a reforma agrária no Brasil sempre foi muito pequena. De acordo com os dados do governo, era de 12 mil famílias assentadas por ano. Os analistas do governo estimaram ser possível assentar 40 mil famílias em 1995, 60 mil em 1996, 80 mil em 1997 e 100 mil em 1998, totalizando, assim, 280 mil famílias assentadas em quatro anos. Caso esse plano fosse executado com sucesso, de um lado, os movimentos de trabalhadores sem terra se esvaziariam por falta de militantes, e, de outro, a perda de legitimidade que essa questão levantaria na opinião pública, à medida que as reivindicações fossem sendo atendidas. (COMPARATO, 2001, p. 107-108)

A interpretação tecnocrática das lutas e dos movimentos sócio-territoriais atingia com Cardoso níveis estratosféricos, substanciando a compreensão de que havia, de fato, uma visão dualista, elitista, desmobilizadora e neoliberal também em

Ministério da Indústria, Comércio e Turismo) e no governo de FHC de 1 de janeiro de 1995 a 2 de maio de 1996. Faleceu em 2015.

⁷² Brasília de Araújo Neto foi presidente da Sociedade Rural do Paraná, proprietário da fazenda Couro de Boi em Londrina (PR), criador da Agrishow (atualmente a maior feira do agronegócio brasileiro) e integrante da UDR do Paraná. Ao assumir a presidência do INCRA, afirmou: “Não entendo bem da questão fundiária, não me situei bem na questão dos detalhes, mas tenho impressão de que as terras públicas podem ser requisitadas para reforma agrária” (ARAÚJO NETO, 1995). Mais afirmava também: “existem fazendeiros que querem ter suas terras desapropriadas, porque, levando para um lado até imoral, é um bom negócio. Hoje o mercado de terras não é de tanta liquidez e há fazendeiros que podem se beneficiar da desapropriação” (ARAÚJO NETO, 1995). Araújo Neto foi destituído em 1995 e para seu lugar foi nomeado Francisco Graziano Neto, “homem de confiança” da presidência e ligado ao debate da questão agrária (CARVALHO FILHO, 1997). Não custa ressaltar que a tese de Francisco Graziano era de que não haviam latifúndios no Brasil e que tampouco haveria uma grande quantidade de sem-terras, ou nos termos do autor, estava claro que haveria a “falência do pensamento agrário distributivista no Brasil” (GRAZIANO NETO, 1991). A realidade, entretanto, “teimava” em não se adequar aos referenciais teóricos do agrônomo psdbista. Graziano Neto foi demitido pois esteve envolvido diretamente no pedido de grampo telefônico referente ao processo de licitação de compra de equipamentos para o Sistema de Vigilância da Amazônia (no valor de US\$ 1,4 bilhão de dólares). O tráfico de influência ficou conhecido como “grampo da Sivam” e foi o primeiro grande escândalo de corrupção e tráfico de influência no governo FHC (NUNOMURA, 2012).

relação ao campo, baseada na firme recusa de que a reforma agrária pudesse ser um processo moderno de acesso à terra aos camponeses que querem produzir e viver no campo (OLIVEIRA, 2005). Havia uma perspectiva de que a luta pela terra perpassava somente aqueles que se encontravam acampados. De certo, não se encontrava dentro do arranjo teórico-metodológico e político de muitos dos que analisam ou formulam políticas públicas para o campo de que quando os camponeses são assentados a luta não se encerra, visto que a terra conquistada significa, literalmente, o princípio de novas lutas (OLIVEIRA, 2005).

Todavia, na perspectiva do arranjo político que conduziu Cardoso à presidência da República (o verdadeiro atraso travestido de modernidade na lógica de reprodução social das classes burguesas), o campesinato e a luta dos sem terras figuravam um Brasil arcaico que teimava em não querer se urbanizar e que com políticas de assentamento realizada à conta-gotas seriam desmobilizados os acampamentos, as ocupações e as resistências, ou seja, as bases sociais dos movimentos sociais⁷³.

Foram, contudo, as lutas dos movimentos sócioterritoriais, dos camponeses sem terra e dos posseiros no campo a partir de ocupações de latifúndios improdutivos, dos acampamentos à beira de estrada e debaixo da “lona preta”, das marchas nacionais por emprego, justiça e reforma agrária, das romarias e vigílias da terra, das resistências à reintegração de posse e da repercussão nacional e internacional dos massacres perpetrados pelas milícias armadas rurais comandadas por latifundiários e pelo aparato repressivo do Estado que modificaram a situação absolutamente periférica do lugar da questão da terra e da reforma agrária no governo FHC.

Assim, reiteramos que não era a intenção do governo Cardoso realizar efetivamente a reforma agrária - foi a força política dos camponeses, como classe social, que produziu a iniciativa do aparelho do Estado. Foi, de fato, a pressão advinda da luta de classes, da insubordinação e do sangue derramado em conflito que ampliou o número de desapropriações realizadas por FHC em seus mandatos.

⁷³ Entretanto, compreende-se nessa tese que a reforma agrária não se define como um retorno romântico conservador ao passado, mas sim como um encontro romântico revolucionário com o futuro, utopia concreta e em movimento pela conquista da terra, firme posicionamento de classe pela reprodução social e econômica e autoemancipação política contra os fundamentos do rentismo à brasileira. Para além dos movimentos sociais organizados, a luta pela terra é protagonizada pelos posseiros que, na prática política rebelde, se insurge e resiste ao permanecer na terra ocupada.

Mesquita (2008, p. 111) argumenta:

A história tem mostrado que os desterrados e desterritorializados têm-se organizado e têm enfrentado a estrutura secular de dominação e espoliação. Os camponeses têm conseguido romper este cerco e, de certa forma, colocar a questão em evidência, além de provocar a discussão na sociedade. Em certas situações, têm provocado até indignação, que por si só não resolve os problemas, mas pelo menos, é uma forma de provar que algo está errado na condução da política brasileira em geral e em especial, nas políticas agrárias e agrícolas.

Um dia após o massacre de Eldorado dos Carajás⁷⁴, Cardoso relativizou a situação e enfatizou sua perspectiva dualista sobre o Brasil, a questão agrária, a violência no campo e a luta dos movimentos sociais, particularmente do MST: "os sem-terra e a polícia militar são representantes do Brasil arcaico" (COMPARATO, 2001; BERGAMO; CAMAROTTI, 1996). O então presidente do INCRA, Raul Do Valle, em pronunciamento, responsabilizou os próprios militantes do MST assassinados pelo massacre, afirmando que não havia motivos para que o movimento bloqueasse a estrada, visto que o instituto vinha cumprindo o programa de assentamentos na região (ANISTIA INTERNACIONAL, 1998). Todavia, a ampla repercussão internacional sobre o tratamento dado pelo governo brasileiro à concentração fundiária e a violência no campo e a incisiva resposta dos movimentos sociais obrigaram a mudança de tom da presidência, ao menos publicamente (COMPARATO, 2001). No dia 19 de abril, o presidente deixou momentaneamente os rompantes de sociologia funcionalista e afirmou que o massacre era um fato "inaceitável, injustificável e que constrange o país e o presidente da República"

⁷⁴ Em linhas gerais, o massacre de Eldorado dos Carajás, município do Sul do Pará, ocorreu em 17 de abril de 1996 com a morte de 19 sem terras pela ação da polícia militar paraense (outros dois camponeses morreram em decorrência dos ferimentos). O confronto ocorreu na chamada curva do S na referida cidade, quando cerca de 1500 sem terras que estavam acampados se colocaram em marcha como forma de crítica à demora no processo de desapropriação de terras da Fazenda Macaxeira. A polícia militar estava sob o comando do coronel Mario Colares Pantoja (comandante do batalhão de polícia de Marabá), encarregado de "liberar o trecho" da BR-155 que liga a capital do estado, Belém, ao sul paraense. O secretário de Segurança Paulo Sette Câmara autorizou a intervenção policial e repressiva e o governador Almir Gabriel (PSDB) também culpabilizado pela chacina, em defesa no processo de julgamento do massacre, ao ser responsabilizado pelos policiais de que tinha conhecimento da "operação", assim como havia autorizado a "liberação da via", afirmou que "a PM sempre teve autonomia para conduzir as negociações com o MST" (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1999; ANISTIA INTERNACIONAL, 1998). A cúpula do governo e o próprio governador foram isentados do processo no Inquérito Policial Militar. Nos laudos de perícia dos corpos dos camponeses realizados pelo médico legista Nelson Massini verificou-se que a maior parte foi morta com tiros à queima-roupa e outros foram exterminados a golpes de foices e facões (a polícia do município de Paraupabas utilizava armas brancas no momento do massacre). Dos 155 policiais que participaram da operação apenas dois foram condenadas em 2012: o Coronel Pantoja a 228 anos de prisão, que se encontra atualmente em prisão domiciliar e o Major José Maria Pereira de Oliveira.

(ANISTIA INTERNACIONAL, 1998, p. 24).

Com o massacre de Carajás, o então ministro da Agricultura, latifundiário, ligado umbilicalmente ao ruralismo e às entidades patronais dos grandes proprietários de terra, José Eduardo Andrade Vieira, foi demitido. A pasta foi entregue ao PTB, dentro do arranjo de cargos do presidencialismo de coalização brasileiro, no qual a crise é oportunidade para que o fisiologismo atinja o primeiro escalão, assumindo como titular da pasta Arlindo Porto. Além disso, o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária foi desmembrado, sendo criado em 30 de abril de 1996 o Ministério Extraordinário de Política Fundiária (posteriormente Ministério do Desenvolvimento Agrário), com Raul Jungmann como ministro.

Em suma, o massacre de Carajás recolocou a questão da reforma agrária, a violência no campo e a concentração fundiária no centro do debate político nacional. Contudo, a centralidade da reforma agrária foi estabelecida a partir da retomada da noção da política fundiária como atenuadora de conflitos.

Comparato (2001) e Fernandes (2004) argumentam que, após o massacre de Eldorado do Carajás, o governo apresentou políticas de realização de assentamentos rurais, bem como iniciou um processo ainda mais incisivo (e “moderno”) de criminalização dos movimentos sociais no campo, principalmente em relação ao MST. Na avaliação de Comparato (2001), Fernando Henrique Cardoso compreendeu a necessidade de coordenar com uso do aparato militar as ações de enfrentamento aos movimentos sócio-territoriais, a fim de impedir não apenas as ocupações de terra, mas também as ocupações de sedes do Incra nas cidades e as mobilizações realizadas no espaço urbano. O governo constatou, com os sinais trocados, a lógica contraditória da luta no campo que se realiza também nas cidades e metrópoles. Ressalta-se que para coordenar a ação ostensiva de vigilância, negociação e contenção ao MST, o governo entregou ao Gabinete Militar da Presidência, sob a supervisão do general do Exército Alberto Mendes Cardoso, a condução da política repressiva e não mais apenas as polícias militares estaduais.

Outra estratégia frisada por Comparato (2001) foi a reiterada política do governo de descaracterização do MST como movimento social, para enquadrá-lo como um movimento à margem da lei, deslocado da “prática democrática” e do “Estado democrático de direito”. O governo FHC veiculava para a sociedade brasileira a imagem do movimento sócioterritorial como organização criminosa de luta ilegal pela terra, das lideranças dos movimentos sociais como “formação de

quadrilha” e dos camponeses como massas amorfas sem direção política. Silva (2005) complementa que tal ação política foi amplamente articulada às estratégias da grande mídia (revistas *Veja*⁷⁵, *IstoÉ* e *Época* e os jornais *Folha de S. Paulo*, *Estado de São Paulo* e *O Globo*) na veiculação de reportagens, fotografias e entrevistas.

De acordo com Comparato (2001), esse arranjo político possibilitou inclusive que o ministro da Justiça do governo, Iris Rezende, afirmasse em reunião com secretários de segurança de vários estados, que: "polícia e fazendeiros têm de andar de mãos dadas para cumprir mandados judiciais." (VEJA, 1997, s/p).

Analizando as estatísticas sobre violência no campo a partir de dados da CPT sistematizados por Oliveira (2005), verifica-se que no período entre 1993 e 1999 ocorreu um aumento de 361 para 870 conflitos. Reitera-se, contudo, que além desses conflitos (conflitos de terra, trabalho escravo, conflitos trabalhistas, etc.) havia ainda as estratégias supracitadas de repressão, criminalização e descaracterização das lutas no campo. Ou seja, a barbárie se efetivava em combate ideológico das múltiplas determinações da reprodução social do campesinato em conflito permanente com a reprodução social das classes burguesas reafirmando-se como fundamento das lutas de classe no campo brasileiro.

No que se refere à política de reforma agrária, segundo os dados divulgados pelo INCRA e sistematizados por Oliveira (2001), verifica-se que, no primeiro mandato de FHC, foram assentadas 253.793 famílias em 11.724.653 hectares de área destinada a assentamentos rurais. A distribuição anual dos assentamentos

⁷⁵ Silva (2005) enfatiza, em ampla pesquisa doutoral sobre a revista *Veja*, que esta cumpriu papel essencial como um verdadeiro “partido neoliberal” durante a década de 1990. A prática ideológica do semanário foi o de *condutor midiático da doutrina neoliberal no Brasil* que se constituiu na veiculação cotidiana de um programa de contrarreforma moral e intelectual em suas páginas para sociedade. De forma associada, a revista, foi a responsável pela reprodução ideológica da inexistência de alternativas fora da inexorável globalização e do processo de modernização realizado pelo capitalismo neoliberal. Cumpriu também, segundo a análise de Silva (2005), um papel ativo e coercitivo na produção de uma “opinião pública”, um direcionamento da política brasileira, estabelecendo-se como tribuna semanal de cobrança por repressão policial para aqueles que consideravam responsáveis pelo atraso, pela desestabilização da “sociedade” e pela ilegalidade, além de veicular a desmoralização espetacularizada em capas, editoriais e reportagem das ações coletivas dos movimentos sócio-territoriais. Os setores progressistas da Igreja Católica, concretizados no cristianismo de libertação, o PT e o MST foram segundo Silva (2005) o principal alvo de “críticas” e “denúncias” da revista nos anos 1990. Todavia, Silva (2005, p. 585) argumenta que “Mais do que o PT e a Igreja, o alvo prioritário da *Veja* nos anos 1990 foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em todas as suas manifestações e figuras públicas. Nesse caso, não há uma tentativa de cooptação, e diálogo, como se vê com relação ao PT, em que a revista busca em vários momentos apontar linhas de ação. Também não há uma via despolitizadora como a Renovação Carismática colocada em oposição à CNBB. No caso do MST a crítica é permanente”.

pode ser constatado na Gráfico 3 abaixo:

GRÁFICO 3: Brasil – Assentamentos rurais 1995 a 2000

Fonte: OLIVEIRA (org.), a partir de dados da CPT.

Verifica-se que há um crescimento no número de famílias assentadas até 1998, quando se chegou a pouco de mais de 83 mil famílias entretanto conforme veremos mais adiante essa tendência diminui ao longo do segundo mandato de FHC. De acordo com Oliveira (2007) havia uma política declarada de redução dos assentamentos pelo governo Cardoso após a força da luta de classes demonstrada pelos camponeses ao longo dos anos de 1995-1998.

Oliveira (2007) realiza uma ressalva importante, pois nesses dados relativos aos assentamentos realizados no primeiro mandato de Cardoso foram incluídas as regularizações fundiárias (as posses), as terras para remanescentes de quilombos, os assentamentos extrativistas, os projetos Casulo e Cédula Rural, e os projetos de reforma agrária propriamente ditos efetivados a partir de processos de desapropriação de terras. Ou seja, a estratégia de ampliação estatística da reforma agrária fundamentava o discurso de “maior reforma agrária da história brasileira” (CARVALHO FILHO, 2006).

Assim, constatamos que a quantidade de terras incorporada ao programa de reforma agrária a partir de processos de desapropriação foi de 7.796.608 hectares e 187.710 famílias assentadas, conforme explicitado no Gráfico 4 abaixo:

GRÁFICO 4: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (FHC I, 1995-1998)

Fonte: PRIETO, G (org.) a partir de SIPRA/INCRA (2014), IBGE e Atlas da Reforma Agrária no Brasil

A territorialização dos processos de desapropriação de terras se expressa nos mapas da seguinte maneira no Brasil:

MAPA 15: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo FHC I (1995-1998)

MAPA 16: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo FHC I (1995-1998)

Diante disso, constata-se que apesar do aumento do número de processo de desapropriação de terras no primeiro mandato de FHC, a desconcentração fundiária não se realizou. Os dados cadastrais do Incra, em 1998, conforme tabulação de Oliveira (2007) indicavam que 1,6% (57.881) dos imóveis com mais de 1.000 ha, de um total de 3.587.987 imóveis rurais, ocupavam 52,9% (216.824.528 ha) de uma área total de 415.570.812 ha. Enquanto isso, as pequenas propriedades, aquelas com menos de 100 ha, representavam 85,3% dos imóveis rurais (3.061.525) e ocupavam uma superfície de 16,5% (68.674.638 ha). Assim, o índice de Gini, que era de 0,833 em 1992, passou para 0,843 em 1998, aumentando a concentração fundiária no Brasil.

Diante do aumento da concentração fundiária, da violência no campo e de uma política de reforma agrária mitigadora de conflitos produzida no e pelo governo FHC, é importante analisar como o Partido dos Trabalhadores discutiu, problematizou e se posicionou frente à reprodução do capitalismo rentista brasileiro na segunda metade da década de 1990.

1.4.2.2. Modo petista de governar, conciliar as classes e conquistar o poder político nacional: a reforma agrária dentro da ordem e a pluriatividade do homem do campo

O lugar do PT na oposição política se consolidou em confronto com a forma de administração estatal realizada pelo governo FHC. O PT se colocava programaticamente como força política capaz de reformar o Estado, defender a nação e consolidar a democracia popular⁷⁶. Assim, o PT se mostrava como pólo oposto ao neoliberalismo e ao “nacional-desenvolvimentismo caduco” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995a] 2016, p. 3) enfatizando a necessidade de produção de novas estratégias políticas frente ao pacto de classes que sustentava o governo Cardoso. O PT verificava também a urgência de galvanizar em torno do partido as mobilizações populares para que se realizasse uma pressão firme e externa ao “terreno institucional”, visando a modificação da política neoliberal em implementação. A análise de conjuntura produzida pelo PT reforçava,

⁷⁶ Nos termos do documento *Conjuntura Nacional* apresentado no X Encontro do PT, a reflexão política girava em torno do argumento de que: “Ao nos contrapormos, então, às reformas propostas pelo governo, devemos, necessariamente, fazê-lo em nome das reformas concretas que temos apresentado e podemos apresentar”. ([1995a] 2016, p. 5)

articuladamente, a necessidade de controle democrático e popular do Estado e o desenvolvimento econômico a partir de reformas. Entretanto, demonstrava também nos próprios documentos partidários que diversas de suas propostas envolviam a ampla negociação e a conciliação entre as classes capitalistas⁷⁷. No X Encontro do PT em 1995 o documento *PT e os movimentos sociais* consolidou a noção de reforma agrária petista como parte das reformas necessárias para a construção da cidadania.

A exigência da reforma agrária, como condição necessária à construção de uma sociedade democrática no Brasil, constitui-se no eixo central das políticas do PT para o campo. Seja como instrumento ágil de distribuição de renda, de terra, geração de empregos a baixo custo, como política de combate à violência contra os trabalhadores rurais, seja como condição básica de acesso de milhões de trabalhadores ao exercício da cidadania (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995c] 2016, p. 3).

A identificação da reforma agrária como eixo central das políticas petistas para o campo se realizava programaticamente a partir de um conjunto de medidas políticas, tanto internas ao partido quanto no estabelecimento de uma luta institucional a partir de três grandes estratégias: a primeira se referia ao fortalecimento das Secretarias Agrárias, que se estruturariam em ações de combate às políticas agrárias e agrícolas efetivadas pelo governo Cardoso e em oposição aos “concentradores de terra”⁷⁸; a segunda ação seria a defesa da “pequena agricultura familiar”⁷⁹ efetivada na “estratégia da pinça” - a reafirmação das disputas

⁷⁷ No que se refere ao que o partido chamava de nova política econômica com reformas sociais evidenciava-se no documento *Conjuntura Nacional* a necessidade de: “Uma política de renda nacional e negociada entre trabalhadores, governo e empresários, que acione as câmaras setoriais de forma articulada com uma política industrial e agrícola ativa e a utilização de mecanismos de controle e punição de práticas abusivas de remarcação de preços e outros crimes contra a concorrência e a economia popular” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995a] 2016, p. 6). O combate às reformas neoliberais no campo também aparece em uma ampliação dos sujeitos em luta, na difusa categoria “pequenos e médios e empresários do campo” no documento: “Para tanto, a direção do PT e sua militância nos movimentos sociais deverão articular-se com a CUT, Contag, Central dos Movimentos Populares (CMP), MST, OAB, CNBB, ABI, entidades de pequenos e médios empresários do campo e da cidade, buscando unificar suas agendas de luta” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995a] 2016, p. 7).

⁷⁸ Na argumentação petista explicitada no documento: “O PT, através de suas Secretarias Agrárias, manterá sua clara opção pelos excluídos (sem-terra, posseiros, extrativistas, assalariados rurais e pequenos produtores familiares) em sua ação partidária, tanto nas atividades parlamentares como no apoio às lutas sociais. Nossa ação é dirigida contra o governo e, além dele, contra os concentradores de terras, que não produzem, sonegam impostos, devem e caloteiam o Estado e praticam violência contra os trabalhadores rurais. Contra estes devemos centrar nossa ação, através de denúncias, projetos de leis e mobilizações” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995c] 2016, p. 3)

⁷⁹ De acordo com o documento *PT e os movimentos sociais*: “O conjunto de políticas do Governo FHC para a agricultura tem levado à quebra generalizada de vários setores e à destruição pura e

institucionais e o apoio as lutas sociais (GUIMARÃES, 1990) -, tendo em vista conectar os movimentos do “meio rural” com a sociedade civil⁸⁰; e a terceira ação, fundamentalmente parlamentar, se baseava na ampliação da disputa no Congresso Nacional no combate aos interesses políticos dos grandes proprietários de terra⁸¹.

Consideramos que uma das chaves para entender o reformismo do partido na segunda metade da década de 1990 se encontrava na afirmação presente no item *Divulgar os projetos e propostas do PT para transformar o Brasil*, no documento a *Conjuntura Nacional* aprovado no Encontro: “A maioria dos problemas enfrentados pela população brasileira têm solução, mesmo sem a reforma constitucional” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995a] 2016, p. 6). O PT se consolidava simultaneamente como um partido “dentro da ordem” (MARTINEZ, 2007), reformista, em firme oposição ao processo de privatização e ao neoliberalismo em escala nacional e internacional e contundente na proposta de apresentar um contraponto *viável* para a conquista do poder político do Estado nacional⁸².

O reformismo estatista do PT se realizava também a partir da veiculação do modo petista de governar, que se apresentava claramente no item *Governar é preciso* do documento *Conjuntura Nacional*. Essa verdadeira palavra de ordem evidenciava a ênfase partidária na proposta de transformação do Estado e das formas de governo a partir da publicização das práticas administrativas municipais (sobretudo) e estaduais, como forma de projeção do projeto político do PT, que se

simples da pequena agricultura familiar” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995c] 2016, p. 4).

⁸⁰ Segundo a resolução do PT: “O PT convocará sua militância em todos os movimentos com ação no meio rural para, junto com amplos setores da sociedade civil, levantar uma campanha em defesa da pequena agricultura familiar, de revitalização econômica das pequenas e médias cidades baseada na economia agrícola e agroindustrial, como forma de deter o êxodo rural, oferecer novas oportunidades de emprego e evitar a quebra das prefeituras” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995c], p. 4).

⁸¹ Nos termos colocados pelo PT: “O PT, através da Secretaria Agrária Nacional e de sua bancada na Câmara Federal, priorizará o apoio político e orgânico à ação da Comissão da Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados, presidida pelo Partido, como forma de democratizar aquele espaço institucional, tradicionalmente cativo dos interesses dos grandes proprietários de terras, e convertê-lo numa instituição plural, que dê lugar ao debate e torne as decisões relativas aos interesses das maiorias, que de fato produzem os alimentos necessários à sociedade e mantêm a agricultura brasileira” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995c] 2016, p. 4) .

⁸² De acordo com o documento *Conjuntura Nacional*: “O Estado, quando democraticamente controlado, pode impor custos aos capitalistas, para garantir a unidade política da nação, a integração dos vários segmentos sociais no consumo, a construção de um mercado nacional integrado. Tudo isso é hoje questionado pela globalização, pelas investidas contra os “custos do trabalho” e os ‘custos do Estado’” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995a] 2016 p. 10).

encontraria já preparado para a conquista do poder político em nível nacional⁸³.

Entretanto, é indissociável do modo petista de governar a contundente priorização programática das experiências estatistas, tanto parlamentares quanto, principalmente, a veiculação do sucesso de determinadas gestões municipais e estaduais⁸⁴. Coelho (1998) acrescenta que o firme propósito partidário de luta e disputa institucionais ampliou a burocracia partidária e governamental partidária (assessores, funcionários de cargos comissionados e executivos de todos os tipos) e consolidou o afastamento entre tal burocracia e as bases políticas de sustentação do partido.

Além de um processo de burocratização, a flexibilização das posições políticas direcionou o partido para a conciliação de interesses de diversos segmentos e classes sociais - ao menos programaticamente - exteriores ao projeto de *socialismo petista*. É notável, ao longo da década de 1990, a articulação do PT com frações de classe burguesa, com o empresariado e com os grandes proprietários de terra, tendo em vista a governabilidade⁸⁵ (COUTO, 1994; PAULA; SILVA, 2006; CHIOVETTI, 1997).

De acordo com Couto (1994) o caso da experiência do PT em São Paulo revela essa dimensão da necessidade de conciliação no processo de “mudança ambiental” de uma atuação junto aos movimentos sociais para a gestão do aparelho do Estado e representa a síntese contraditória do “desafio de ser governo” na capital

⁸³ Nos termos do documento petista: “Não podemos mais continuar subestimando o papel dos governos petistas. As experiências nas prefeituras já demonstraram o potencial do Modo Petista de Governar. É preciso intensificar as atividades de intercâmbio de experiências, realização de reuniões, seminários, fóruns, encontros entre os petistas que ocupam ou ocuparam postos no Legislativo e no Executivo. É necessário dar maior divulgação às experiências de governo e de ação parlamentar, mostrando que existe um Modo Petista de Governar e de Legislar”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1995a] 2016 p.15).

⁸⁴ Alguns exemplos de políticas veiculadas como características do modo petista de governar foram as experiências de orçamento participativo na prefeitura de Porto Alegre (RS) nas gestões de Olívio Dutra (1989-1992), Raul Pont (1997-2000) e Tarso Genro (1993-1996; 2001-2002); os programas de produção de moradia por mutirão e autogestão da prefeitura de São Paulo (SP) na gestão de Luiza Erundina (1989-1992); bolsas escolares com o pagamento em dinheiro para famílias de baixa renda que mantivessem seus filhos na escola no governo do Distrito Federal durante a gestão de Cristovão Buarque (1995-1998); e a criação de polos agroflorestais na prefeitura de Rio Branco (AC) na gestão de Jorge Viana (1993-1996).

⁸⁵ Em nível nacional o pragmatismo do presidente do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu, que exerceu a presidência do PT entre 1995 e 2002, é reiteradamente enfatizado como o condutor político do *aggiornamento* petista (REIS FILHO, 2007; ANDERSON, 2011; GARCIA, 2008; COELHO, 1998). Dirceu representava uma perspectiva majoritária dentro do PT de moderação do discurso, de conquista do poder político do Estado e de ampliação do espectro político de alianças, o que de fato se consolidou paulatinamente no interior do Partido dos Trabalhadores.

da maior metrópole brasileira⁸⁶.

Um outro elemento importante foi o processo de cooptação política de lideranças dos movimentos sociais e sindicalistas. Com a conquista de governos municipais petistas, na análise interna do partido, a luta de classes e os enfrentamentos políticos locais poderiam ser parcialmente resolvidos através do amplo diálogo. A chegada do PT à prefeitura de Xapuri (AC) com Julio Barbosa de Aquino (1997-2004), por exemplo, e no governo estadual acreano (Jorge Viana, 1999-2006; Binho Marques, 2007-2010 e Tião Viana, 2011 até hoje) reforçam a perspectiva de estratégias de cooptação e conciliação de classes. Mesmo com a ampliação dos espaços de discussão com os movimentos sociais e sindicatos, Paula e Silva (2005) argumentam que a criação de conselhos e fóruns que reuniam fazendeiros, madeireiros, comerciantes, camponeses, índios, trabalhadores urbanos etc., fomentava a produção de estratégias de consenso a partir de políticas e estratégias de “desenvolvimento sustentável” (PAULA; SILVA, 2006).

O PT reduzia progressivamente a rejeição por parte das elites locais (fazendeiros, madeireiros, comerciantes, entre outros), atendia certos interesses dos movimentos seringalistas e também dos proprietários de terra e adotava a *realpolitik* por parte da direção partidária no uso dos meios econômicos disponíveis nas campanhas eleitorais (PAULA; SILVA, 2006). Em Rondônia, nas eleições de 1994, parte dos militantes petistas defendia abertamente a necessidade de realizar alianças entre o PT e o PMDB, o que se consolidou no apoio no segundo turno ao candidato Waldir Raupp. Com a vitória de Raupp, diversos dirigentes petistas rondonienses ocuparam postos na administração estadual. O apoio partidário foi interrompido com o massacre de Corumbiara (CHIOVETTI, 2007)⁸⁷.

⁸⁶ Couto (1994, p. 153-154, sem grifo no original) afirma que “O PT assumiu uma máquina administrativa em petição de miséria. O maior déficit orçamentário da história do município, fornecedores sem receber há meses recusando-se a continuar provendo a administração, equipamentos públicos deteriorados, a tarifa de ônibus defasada pela inflação e assim por diante. A petista que na comemoração da vitória eleitoral anunciava o início da revolução socialista se via, de um momento para outro, diante da necessidade de “arrumar a casa”. *Assumir o comando da Prefeitura de São Paulo significou para esses petistas, fundamentalmente, uma mudança ambiental. De uma atuação junto aos movimentos sociais, reivindicando direitos perante o Estado, em que o Partido se via como o articulador de demandas (partido-movimentista), esses militantes passam a ter de atuar dentro do Estado, não mais encaminhando reivindicações, mas precisando atendê-las. E atender demandas significa também agregar interesses dos mais diversos setores sociais, não somente aqueles que o Partido procurava representar (os trabalhadores, as “classes populares”, os assalariados, etc.)*”.

⁸⁷ Surgem a partir desse período as primeiras grandes denúncias de corrupção, licitações fraudadas e propinas ligadas à concessão de serviços públicos e relacionadas diretamente com as finanças do

O pragmatismo das campanhas eleitorais se tornou também uma outra questão com a profissionalização das disputas eleitorais, com cabos eleitorais profissionalizados e certo refluxo da militância de base fundamentado tanto no enfraquecimento de sindicatos e funcionalismo público relacionado ao neoliberalismo e mundialização do capital com o processo de desconcentração industrial, quanto das transformações políticas do partido (SECCO, 2011). Os descolamentos de uma perspectiva classista apareciam de modo cada vez mais recorrentes e se produzia de fato um *aggiornamento* do PT comparativamente à década de 1980. Assim, o entendimento sobre a questão agrária passa também por um profundo ajuste de contas explicitando o novo PT.

No XI Encontro Nacional do PT realizado no Hotel Glória na cidade do Rio de Janeiro de 29 a 31 de agosto de 1997, a questão da reforma agrária se apresentou sob a rubrica “economia sustentável e solidária”. A definição de economia, substanciada nas *Resoluções Políticas* do Encontro, enfatizava seu papel central na inclusão por meio da produção e do consumo fundamentada em um modelo de desenvolvimento orientado pelo Estado para a produção de bens de consumo de massa e serviços públicos essenciais, que priorizasse as condições básicas da subsistência e da cidadania⁸⁸ (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1997] 2016). O PT reafirmava também seu apoio aos trabalhadores rurais sem terra e seu compromisso com a reforma agrária. Entretanto, observa-se cada vez mais nas resoluções partidárias uma redução do entendimento da radicalidade da reforma agrária, mesmo após os massacres de Corumbiara, Carajás, a violência e repressão nas ocupações e denúncias de grilagem no Pontal do Paranapanema e a retomada da questão agrária como uma das pautas centrais do debate público no Brasil.

Nas *Resoluções Políticas* aprovadas no Encontro uma das perspectivas era o mote “*Da resistência a um governo a um novo governo que rompa com o*

partido e com as campanhas eleitorais em disputa nas prefeituras geridas pelo PT no interior de São Paulo (São José dos Campos e Ribeirão Preto, por exemplo) (REIS FILHO, 2007; SECCO, 2011).

⁸⁸ Nos termos das *Resoluções Políticas*: “Este modelo exige um Estado forte e de ações estratégicas, com capacidade efetiva de arrecadação tributária, financiamento, indução ao investimento, fiscalização e regulação econômica, e que articule distribuição da renda e riqueza com crescimento sustentado. Esta nova economia terá que diversificar as formas de propriedade, valorizar a produção familiar, as experiências de autogestão e o cooperativismo. A reforma agrária e a pequena produção familiar no campo são dimensões estratégicas deste novo caminho para o desenvolvimento. O País não pode continuar concentrando de forma caótica amplas massas despossuídas nos grandes centros urbanos; a reforma agrária é uma urgência histórica” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1997] 2016).

neoliberalismo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1997] 2016, p. 6), apresentando a necessidade de uma transição do neoliberalismo e a urgente “radicalização da democracia”. Entretanto, se consolidava o descolamento entre os documentos programáticos e a *realpolitik* produzida por parte dos militantes, funcionários e dirigentes do partido nas gestões municipais e estaduais, na realização de alianças para promover a governabilidade (no governo do Espírito Santo capitaneado pelo então petista Vitor Buaiz - 1995 à 1998 - foram realizadas alianças com o PMDB e o PSDB e a realização de processo de privatização do serviço de energia elétrica e concessão de rodovias durante sua administração) e lideranças do partido, por exemplo, que se associavam com representantes conservadores na busca por cargos. Raul Pont, então prefeito de Porto Alegre, em artigo na revista *Teoria e Debate* denominado *E agora PT?* estabelece a pergunta que auxilia a compreender o momento político:

Se deixarmos de ser referência de luta, de conquistas parciais, de contraponto político ideológico, e nos afundarmos na institucionalidade com práticas idênticas às dos nossos inimigos, por que as pessoas confiarão em nós? (PONT, 1997, s/p)

Pont (1997) argumentava sobre os equívocos políticos na busca pela governabilidade em um processo de perda das perspectivas de uma coesão programática, da ética interna e da identidade ideológica partidária. Em contraposição, verificava-se que Dirceu (1997), então presidente do partido, argumentava que o XI Encontro do PT deixava evidente o posicionamento de “abertura do partido” que se materializaria em uma perspectiva de ampliar o arco político das alianças eleitorais. Dirceu enfatizou também a necessidade de convergência entre luta social e institucionalização e afirmou que o partido não poderia ser um “gueto” sujeito à cooptação. A única saída contemporânea do PT seria “aceitar essa dupla perspectiva” (DIRCEU, 1997, s/p).

No Encontro Nacional Extraordinário realizado entre os dias 23 e 24 de maio de 1998 na quadra do Sindicato dos Bancários na cidade de São Paulo, o PT além de consolidar a aliança com Leonel Brizola (PDT) e a apresentação pública da Frente União do Povo – Muda Brasil (com PT, PDT, PSB e PCdoB) para as eleições presidenciais, enfatizou em discurso sobre “o fim de um ciclo do governo FHC” e do neoliberalismo após a reafirmação de seu conservadorismo com a aprovação da emenda da reeleição, do uso “autoritário e sistemático” de Medidas Provisórias e propaganda governamental, de um “modelo econômico de inserção subordinada no

mercado internacional” e na fragilização das finanças públicas centralizadas na “âncora cambial e na abertura comercial radical”, sujeito a “ataques especulativos do capital internacional”.

Destacou-se também o contundente endividamento externo com ampla exclusão social e precarização do trabalho, violência e banalização da vida nas metrópoles, sucateamento das universidades e desqualificação e deslegitimação dos movimentos sociais e da oposição. E afirmou-se, no que se refere ao esgarçamento das políticas sociais, que o governo: “tenta disfarçar sua incapacidade em resolver a questão agrária e sua criminoso negligência no enfrentamento da seca no Nordeste, tentando criminalizar os movimentos sociais de protesto, em particular o MST” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1998a] 2016, p. 1).

O *Caderno de Agricultura* da campanha de Lula em 1998, esmiuçava as diretrizes de governo para o “meio rural”. O *Caderno* iniciava suas proposições com uma argumentação conciliatória e uma reafirmação do conceito de agricultura familiar que se encontrava, nesse momento, absolutamente consolidado ao longo de todo o documento:

A agricultura brasileira vem repetindo sucessivos desempenhos medíocres, alcançando, nas melhores safras, 80 milhões de toneladas de grãos. *Não há um programa consistente apoiado num conjunto de medidas que contemple tanto a agricultura familiar, base fundamental da produção de alimentos, como os setores médios e grandes da escala produtiva agrícola, mais voltados para produtos de exportação.* (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1998b] 2016, p. 2, sem grifo no original)

Esse primeiro parágrafo estabelece o tom dos argumentos petistas para a questão agrária, o campo e a produção camponesa (tomada como agricultura familiar). O *Caderno* propunha assim um “novo modelo de desenvolvimento rural sustentável” (PARTIDO DOS TRABALHADORES [1998b] 2016, p. 3), baseado em um “choque de inclusão social e democratização do espaço rural” e na ampla transformação do “meio rural” a partir do aumento da produtividade, do desenvolvimento tecnológico, da promoção da cidadania e da geração de emprego e renda.

Além disso, aventava-se uma “verdadeira reforma agrária combinada com um programa amplo dirigido para a recuperação econômica da atividade agrícola de base familiar” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1998b] 2016, p. 3). A noção de ruptura com o modelo neoliberal e a implantação de um novo modelo nacional e

reformista seria então uma contingência do presente, exemplo do esgotamento do ciclo Cardoso no governo, sendo necessárias políticas voltadas para o “meio rural” como áreas de “convergência e internalização” de um novo “modelo de desenvolvimento rural fundamentado na sustentabilidade”⁸⁹.

Nesse sentido, seria fundamental “o processo de democratização da posse e do uso da terra, o controle dos oligopólios que dominam o conjunto da economia agrícola, tanto seus insumos básicos como a transformação e comercialização de sua produção” (PARTIDO DOS TRABALHADORES [1998b] 2016, p. 3). A meta do programa de governo era o assentamento de 1 milhão de famílias:

Promover o assentamento de no mínimo 1 milhão de famílias sem terra, assegurando-lhes condições para produzir, comercializar e auferir uma renda mínima que permita viver com dignidade em suas terras e progredir econômica e culturalmente; iniciar, de forma efetiva, no primeiro ano de governo, um processo massivo de reforma agrária, combinado com uma reformulação dos instrumentos de política agrícola, de forma a direcionar a intervenção e os recursos públicos em defesa dos pequenos e médios produtores (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1998b] 2016, p. 5]

O imperativo da modernização da “agricultura familiar”, o desenvolvimento de programas voltados para agroindústrias, a agregação de valor dos produtos rurais⁹⁰, a necessidade de integração econômica dos “pequenos produtores rurais” com o mercado, a defesa da “agropecuária nacional” e a dinamização de cidades pequenas e médias como potenciais mercados consumidores dos produtos da agricultura de tipo familiar⁹¹ faziam também parte do discurso petista concretizado nos materiais.

Percebe-se que, nesse momento, a reforma agrária proposta pelas diretrizes de governo era pensada fundamentalmente nos termos estabelecidos pelas novas

⁸⁹ Destaca-se que o discurso ambiental se consolidava enfaticamente na pauta política do partido nos programas eleitorais para as eleições de 1998 (mesmo que já se apresentasse o debate sobre as relações entre a exploração da sociedade capitalista que devastava as classes sociais mais pauperizadas e a natureza na década de 1980): sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e educação ambiental são temas que se apresentam largamente no programa de governo de 1998.

⁹⁰ No *Caderno de Agricultura* se apresentava a seguinte proposta: “a garantia de máxima agregação de valor aos produtos gerados pela agricultura, o que exigirá uma nova concepção de desenvolvimento agroindustrial, no qual os segmentos de base familiar não fiquem reduzidos a condição de fornecedores de produtos para a elaboração final dos oligopólios que controlam os insumos e a comercialização da agropecuária nacional” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1998b] 2016, p. 4)

⁹¹ A partir do programa eleitoral para o campo se evidenciava: “a dinamização econômica das pequenas e médias localidades situadas junto às regiões produtoras agrícolas, como centro de origem e irradiação dos efeitos das medidas ajustadas aos propósitos deste projeto econômico” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1998b] 2016, p. 4)

reflexões sobre o campo (o assim chamado “novo rural brasileiro”), especialmente nos termos do economista da UNICAMP e militante do PT José Graziano da Silva. Para o principal teórico petista de questões relacionadas com o campo, a reforma agrária na década de 1990 não precisaria mais conter um “caráter estritamente agrícola”, visto que os problemas fundamentais da produção e dos preços poderiam “ser resolvidos pelos complexos agroindustriais” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 9). Além disso, a tarefa da reforma agrária seria para Graziano da Silva (1996; 2000) uma política que equacionaria a questão do excedente populacional até que se completasse a tardia “transição demográfica” brasileira. Os novos fundamentos da reforma agrária seriam essenciais no limiar do século XXI, pois permitiriam a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas e teriam a “grande vantagem de necessitar de menos terra”, o que poderia reduzir “os custos por família assentada” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 11). A reforma agrária deveria ser baseada na assim chamada pluriatividade do trabalhador rural - afinal, para Graziano da Silva (2000) o *part-time* seria, de fato, um elemento fundamental para a agricultura moderna brasileira - e geradora de emprego e renda para uma parte significativa da população brasileira sem qualificação profissional que poderia se inserir produtivamente no novo mundo do trabalho.

Essas leituras teóricas e políticas de Graziano da Silva (1996; 2000), Graziano da Silva e Campanhola (2004), Graziano da Silva e Grossi (1998; 2001) e Kageyama e Hoffmann (2004) se consolidaram nas diretrizes de governo do PT de forma contundente assentando-se nas premissas *inexoráveis* de industrialização do campo, de estímulo ao trabalho rural assalariado (e a pluriatividade dos trabalhadores rurais como um dado *indiscutível*) e na *impossibilidade* de reprodução do campesinato no mundo moderno⁹².

O potencial radical da reforma agrária como elemento-chave para a crítica ao capitalismo rentista consolidado pelos fundamentos da formação territorial brasileira assentada na grilagem de terra que produziu uma escorchante concentração fundiária⁹³ e reproduziu social e ideologicamente as classes burguesas no Brasil

⁹² Para uma crítica contundente do novo rural brasileiro e das teses de Graziano da Silva ver Oliveira (2004).

⁹³ A concentração fundiária que se concretiza como relação social fundada no domínio da propriedade privada capitalista da terra por grileiros de terra transformados em classe capitalista, com o devido respaldo do aparelho do Estado (a partir de aparatos jurídicos, repressivos e políticos) é

perde força. Não aparecem mais os debates acerca de uma revisão constitucional frente aos entraves colocados pela frágil definição de terras produtivas, nem um questionamento sobre os fundamentos da estrutura fundiária concentrada brasileira. A opção é pelo pragmatismo de propostas políticas, pela conquista imediata do Estado e pela implementação de reformas políticas, econômicas e sociais a partir do Poder Executivo (MARTINEZ, 2007).

Em suma, a partir do argumento principal do fortalecimento e incentivo à agricultura familiar, as proposições políticas presentes no *Caderno da Agricultura* referem-se ao combate à fome, à geração de emprego e renda no campo, à defesa e dinamização da agricultura nacional, à democratização e à inclusão social no campo. Na mesma toada de “modernização do discurso” petista percebe-se a consolidação da pauta do desenvolvimento sustentável⁹⁴, de políticas voltadas para o desenvolvimento rural e o incentivo à permanência do homem no campo, pesquisa agrícola voltada para os interesses do país e para a democratização do acesso às tecnologias⁹⁵. Ao final das propostas aparece também a necessidade de demarcação de terras indígenas e quilombolas. Enfim, as diretrizes de governo da campanha de Lula em 1998 apresentam o desvanecimento, e poderia se dizer, esgotamento do posicionamento antilatifundiário do PT.

Mesmo com um programa que aventava profundas transformações sociais e políticas, *ma non troppo* no que tange à questão agrária, Lula não conseguiu se eleger. Secco (2011) argumenta que Lula teve que enfrentar um governo que mantinha a moeda forte (com a estabilidade forçada do real frente ao dólar e outras moedas) e que “ainda não sopravam nos ouvidos da multidão as palavras desemprego, dívida pública astronômica, juros altos e privatização”. Esse processo

responsável direto pelos monstruosos dados de violência no campo e a reafirmação cotidiana da terra como reserva de valor e reserva patrimonial.

⁹⁴ De acordo com o *Caderno de Agricultura*: “experiências em todo o mundo e no Brasil demonstram que é possível alcançar elevada produtividade na agricultura, com menores custos e riscos, utilizando um padrão tecnológico que privilegie a utilização sustentável dos recursos naturais renováveis e reduza a dependência dos recursos não renováveis. O governo da Coligação apoiará uma estratégia de transição tecnológica da agricultura familiar com a redução gradativa da utilização de insumos químicos derivados de recursos não renováveis”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1998b] 2016, p. 13).

⁹⁵ Nos termos do *Caderno de Agricultura*: “Investimento em Ciência e Tecnologia visando a geração e adaptação de tecnologias para as especificidades da agricultura familiar e redução dos impactos ambientais da atividade agrícola. Será privilegiada a pesquisa agrônômica voltada para o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis”. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1998b] 2016, p. 11).

se reverteria ao longo dos anos de 1999-2002, período da segunda gestão de Cardoso.

Além disso, FHC ampliou a aliança PSDB-PFL-PTB coligando-se também ao então PPB de Maluf. Balbachevsky e Holzhacker (2004), analisando pesquisas sobre as eleições de 1998, enfatizam que os principais argumentos para o voto em FHC baseavam-se no perfil “realizador” do então presidente, na capacidade de garantir a estabilidade monetária e conduzir politicamente o país em um momento de crise e incertezas econômicas, em associação com o discurso do medo e no propagado despreparo de Lula e ao caráter perigoso das propostas anticapitalistas do PT e da Coligação Unidos pelo Brasil, que não estariam prontos para enfrentar os desafios da crise internacional e colocavam em risco o controle inflacionário (SILVA, 2005).

FHC foi reeleito, novamente no primeiro turno, com quase 36 milhões de votos (53,1% dos votos válidos). Lula ficou novamente no segundo lugar, com pouco mais de 21 milhões de votos (31,7% dos votos válidos). A terceira derrota eleitoral gerou novos *aggiornamentos*.

1.4.2.3. O governo FHC II e a volta dos que não foram: crise cambial, os fundamentos da aliança entre agricultura e capital financeiro e a produção da economia do agronegócio

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso pode ser caracterizado pelos desdobramentos trágicos da gestão macroeconômica dominada pelo fundamentalismo neoliberal e o desmoronamento da imagem presidencial de “gestor eficiente”. O processo de acumulação originária do capital advindo do primeiro mandato, e desdobrado em outros termos no segundo a partir da combinação da privatização de enormes frações estatais - realizada, inclusive, com vultosos investimentos públicos do BNDES (PAULANI, 2008) -, com a ideologia da redução do Estado ao mínimo como gestão eficaz e modernizada da “máquina pública”, com o esfacelamento das políticas de proteção ao trabalhador e o aprofundamento da extração de mais valia dos trabalhadores, com a ampla abertura econômica do mercado interno, o estabelecimento de mecanismo jurídicos e políticos de liberdade para o funcionamento do mercado capitalista e a repressão avassaladora aos movimentos sociais e sindicais de contestação ao neoliberalismo, demonstraram seus efeitos sociais perversos. Para citar alguns dados, no final do mandato a dívida

líquida do setor público se encontrava em 60% do PIB; a taxa de desemprego se encontrava em 12,3% e a taxa de informalidade no mercado de trabalho atingia 56,5% (CARNEIRO, 2002; ANDERSON, 2011; SISCÚ; 2013). A dívida pública, metade da qual avaliada em dólares, tinha dobrado e o déficit no final do mandato de FHC era duas vezes a média da América Latina. As taxas de juros nominais estavam acima dos 20% e a moeda havia perdido metade do seu valor no momento da disputa eleitoral (COUTO; ABRUCIO, 2003)

Além disso, desde 1998, o governo FHC apresentou sistematicamente índices de crescimento econômico abaixo da média mundial e importantes crises no que se refere à dotação e manutenção de infra-estrutura em que o assim chamado “apagão” energético de 2001 - o racionamento de energia elétrica - é o exemplo mais claro do esgotamento da faceta presidencial de eficiência técnica e capacidade de gestão.

É importante, entretanto, nos termos desse capítulo, acompanhar as estratégias do governo Cardoso para o campo brasileiro verificando como após a crise econômica do final de 1998 ocorre uma mudança de estratégia na experiência *ultraneoliberal* do primeiro governo com o retorno da centralidade político-econômica no assim chamado agronegócio (DELGADO, 2012). A precisa definição de Delgado (2012, p. 94) esclarece tal conceito capitalista:

Agronegócio na acepção brasileira do termo é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado.

Ou seja, os grandes proprietários de terra aliançados com o capital agroindustrial retomaram o protagonismo no pacto territorial entre terra e capital, e novamente ganharam o folêgo necessário para a sua reprodução social como classe capitalista.

Delgado (2012) afirma que no segundo mandato de Cardoso se organizou uma tentativa de retomada de um ajuste externo com a consolidação do protagonismo dos grandes proprietários de terra que se realizava a partir da ampliação dos privilégios de classe, respaldados por incentivos estatais de ordem econômica, política e social (trocando em miúdos, com vultosos investimentos financeiros, com o firme apoio político e com a necessária permanência de legitimação ideológica por parte do aparelho do Estado).

Reestabelecendo-se tal processo histórico a partir da hipótese de Delgado (2012), verifica-se que em 1998 a crise de liquidez internacional (produzida em decorrência das amplas quebras nos assim chamados países emergentes, tais como México, mercados asiáticos e Rússia) afetou abruptamente a economia brasileira, provocando enorme fuga de capital e forçando a mudança do regime cambial (DELGADO, 2012)⁹⁶. Desde então, a política do ajuste externo foi alterada pelo governo com a convocação da agricultura capitalista para a exportação de *commodities* a fim de solucionar conjuntural e estruturalmente o déficit em conta-corrente existente⁹⁷ e sanar o desequilíbrio externo. Associativamente recorreu-se aos empréstimos do FMI em três sucessivas operações de socorro em 1999, 2001 e 2003. Nos termos de Delgado (2012, p. 93),

A política de comércio exterior é alterada ao longo do segundo governo e passa a perseguir a estratégia que abandonara em 1994: gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo para suprir o déficit da Conta Corrente. Este por seu turno, se exacerba pela pressão das saídas de capital (capital especulativo que financiava os déficits da conta corrente), antes mesmo que se façam sentir os efeitos da reversão na política de comércio externo. Outra vez (...) os setores primário-exportadores são escalados para gerar esse saldo comercial. Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Isto ocorre depois de forte desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola no período precedente, incluindo crédito, preços de garantia, investimento em pesquisa e investimento em infra-estrutura comercial como (serviços agropecuários, portos, malha viária). Isto tudo, aliado a relativa desvantagem no comércio internacional durante o período do Real sobrevalorizado, adiou o relançamento da modernização técnica, sem reforma, para o início do século XXI.

De acordo com a argumentação de Delgado (2005; 2012), o segundo governo

⁹⁶ Ressalta-se ainda que após vociferar em campanha que não realizaria a mudança de regime cambial, baseado no câmbio sobrevalorizado frente ao dólar e outras moedas que estabilizava os preços internos e pressionava-os para baixo pelo estímulo à concorrência derivada do barateamento das importações que mantinha a estabilidade econômica e a popularidade presidencial, o governo implementou um processo de desvalorização forçada do real. Tal medida desvalorizou a moeda em 50% logo após a reeleição. (PAULANI, 2008; COUTO; ABRUCIO, 2003)

⁹⁷ Na interpretação de Delgado (2012), na década de 1990 se estabeleceu uma ostensiva liberalização dos mercados agrícolas. Ocorreu uma queda nos preços médios das commodities, em termos reais e anuais, com o desmote das políticas agrícolas e comerciais e o regime cambial de semiparidade com o dólar, que desestimulou as exportações e estimulou as importações. Os preços dos imóveis rurais também caíram. Entretanto, como discutimos, o governo FHC garantiu a partir de determinados aspectos político-ideológicos grande parte das frações da classe dos latifundiários no bloco de poder do governo a partir de arrolamento das dívidas agrárias, com a política de repressão aos movimentos sociais e ainda com a valorização dos títulos da dívida agrária para a compra de empresas estatais nos processos de privatização e com a compra de terras de grandes proprietários nos processos de reforma agrária.

FHC recolocou o agronegócio no centro da política, o que pode ser constatado na convergência de cinco grandes eixos político-econômicos de intervenções associadas que revelam a explícita estratégia estatal de produção de uma economia do agronegócio, ou em nossa interpretação, a reprodução do rentismo à brasileira. Assim, de acordo com Delgado (2012), o primeiro eixo foi o estabelecimento de políticas de investimento em infraestrutura territorial a partir dos assim chamados eixos de desenvolvimento concretizados no programa *Brasil em Ação* com políticas que beneficiaram a logística na exportação de *commodities*, ou seja, a distribuição e circulação de mercadorias produzidas pelo agronegócio, bem como a viabilização estatal de ocupação de novos estoques territoriais para a expansão da agricultura capitalista. O segundo eixo referia-se a um desenvolvimentismo voltado para o agronegócio, a partir de um direcionamento explícito dos investimentos públicos de pesquisa agropecuária, manifesto pela reorganização da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em articulação direta com as empresas nacionais e multinacionais do agronegócio e com a possibilidade técnica de expansão territorial das grandes propriedades e também das *commodities*. O terceiro eixo se estabeleceu na reprodução da “frouxidão da regulamentação do mercado de terras” a partir de um baixo controle público das terras devolutas, das terras que não cumpriam a função social e daquelas auto-declaradas produtivas. O quarto se realizou com a mudança na política cambial, que no processo de eliminação da sobrevalorização da moeda tornou o agronegócio competitivo junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico. E o quinto proveio dos volumosos créditos rurais voltados ao agronegócio, associados também com a secutirização e novas rodadas de renegociação do pagamento das dívidas dos latifundiários com a justificativa governamental de que a agricultura cumpria um papel decisivo no processo de estabilização de preços e pela retomada do crescimento econômico do país.

Delgado (2012) enfatizou ainda que tais estratégias conformaram o capitalismo financeiro na agricultura que produz os fundamentos contemporâneos de uma economia do agronegócio que se articula na regulação (e/ou desregulamentação), organização capitalista e provisão estatal dos mercados de terra, créditos e complexos agroindustriais. Se forjou novas bases do pacto territorial rentista entre as assim chamadas cadeias agroindustriais, a grande propriedade fundiária e o Estado na drenagem de investimentos públicos para exportação de

commodities, expansão territorial e acumulação do capital. A produção do capital se encontrava garantida, assim como a reprodução das classes capitalistas.

Nesse sentido, a contrarreforma agrária conduzida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário foi (mais uma) contrapartida política do Estado nessa aliança. Tais políticas se fundamentaram nos engodos da segunda gestão de FHC tais como a criação do ITR progressivo, mas nunca aplicado, a reforma agrária via mercado com o surgimento dos Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra com explícito apoio das políticas fundiárias estimuladas pelo Banco Mundial (OLIVEIRA, 2007). Além disso, Oliveira (2007) argumenta que as medidas jurídicas coercitivas, concretizadas na Medida Provisória 2.109 de 27 de dezembro de 2000 (com força de lei) que proibiu a vistoria por dois anos em imóveis ocupados (e mais dois anos de proibição em caso de nova ocupação)⁹⁸ excluía os apoiadores das ocupações de recebimento de recursos públicos e a Portaria nº 62/MDA de 27 de março de 2001, assinada pelo ministro Raul Jungmann que excluiu os assentados da reforma agrária devido aos “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”⁹⁹ contribuiu para mais uma rodada de barbárie jurídica no campo. Na esteira de tais medidas, o governo realizou

A inscrição para assentamentos da reforma agrária pelo correio, veiculada com propaganda televisiva e impressa afirmando que a “porteira está aberta para a reforma agrária, é só entrar e inscrever-se”, foi outro estelionato das políticas do PSDB de FHC. (OLIVEIRA, 2007, p. 144)

Observa-se também um decréscimo do numero de famílias assentadas ao longo do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. No total do período entre 1999 e 2002 foram assentadas 150.926 famílias, ou seja mais de 100 mil a

⁹⁸ Essa medida provisória alterou o artigo 2º da Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, enfatizando os seguintes parágrafos: “§ 6º O imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado nos dois anos seguintes à desocupação do imóvel. § 7º Na hipótese de reincidência da invasão, computar-se-á em dobro o prazo a que se refere o parágrafo anterior. § 8º A entidade, a organização, a pessoa jurídica, o movimento ou a sociedade de fato que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, auxiliar, colaborar, incentivar, incitar, induzir ou participar de invasão de imóveis rurais ou de bens públicos, ou em conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não receberá, a qualquer título, recursos públicos. § 9º Se, na hipótese do parágrafo anterior, a transferência ou repasse dos recursos públicos já tiverem sido autorizados, assistirá ao Poder Público o direito de retenção, bem assim o de rescisão do contrato, convênio ou instrumento similar.” (BRASIL, 1993)

⁹⁹ Acompanhando a barbárie jurídica realizada pela Medida Provisória, a Portaria nº 62 do Ministério do Desenvolvimento Agrário resolvia: “Art. 2º Os beneficiários assentados em Projetos integrantes do Programa de Reforma Agrária que virem de qualquer modo, participar de esbulho ou invasão de terras de domínio público ou privado, bem como de prédios públicos serão excluídos do programa” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2001).

menos do que no primeiro governo. Dessas cerca de 150 mil famílias, 93.477 foram assentadas em áreas advindas de processos de desapropriação. De um total de aproximadamente 9 milhões de hectares de área total dos assentamentos de reforma agrária menos de 3,5 milhões foram terras incorporadas em ações desapropriatórias. Conforme destacamos no Gráfico 5 e Mapas 17 e 18 a seguir:

GRÁFICO 5: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (governo FHC II, 1999-2002)

Fonte: PRIETO, G (org.) a partir de SIPRA/INCRA (2014), IBGE (2006) e Atlas da Reforma Agrária no Brasil (2016, inédito)

MAPA 17: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo FHC II (1999-2002)

MAPA 18: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo FHC II (1999-2002)

Destacamos que grande parte das políticas para o campo estabelecidas no segundo mandato de FHC podem ser sintetizadas na primazia de investimentos públicos para a conformação de uma economia do agronegócio (DELGADO, 2012), concretamente repressoras da luta pela terra – em termos ideológicos e jurídicos (FERNANDES, 2000) e reprodutora das estratégias de ampliação estatística dos dados da reforma agrária¹⁰⁰ e de fundamentos da contrarreforma agrária¹⁰¹.

O ajuste macroeconômico externo desencadeado pelo governo FHC reprodutor de um pacto territorial da grande propriedade fundiária com as políticas de Estado deixou explícito um processo de acumulação de capital no qual a captura da renda da terra, associada à lucratividade do conjunto dos capitais consorciados no agronegócio (DELGADO, 2012), foi marco fundamental das políticas macroeconômicas que foram posteriormente reproduzidas em larga escala pelo Partido dos Trabalhadores.

1.4.2.4. A radicalidade apenas como referência: uma reforma agrária da emancipação do agricultor familiar, um desenvolvimento rural harmônico e a oposição aos grupos atrasados do campo

Retomando a análise dos programas partidários do PT do final da década de 1990, constata-se que o partido continuava defendendo a necessidade de uma “revolução democrática” para um ‘Brasil livre, justo e solidário’ na qual a reforma agrária se apresentava como uma pauta relacionada ao “desenvolvimento sustentado, descentralizado e harmônico” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1999] 2016, p. 9). Nas *Resoluções do II Congresso Nacional do PT* realizado em Belo Horizonte entre 24 e 28 de novembro de 1999, a reforma agrária se

¹⁰⁰ De acordo Carvalho Filho (2006) há uma reprodução de processos de inflacionamento dos dados e índices de reforma agrária desde a ditadura-civil militar. Assim, para Carvalho Filho (2006, p. 7): “as controvérsias sobre números de reforma agrária. Quem acompanha a política agrária no Brasil deve se lembrar de várias situações em que este fato ocorreu”. A tônica dos discursos governamentais de Figueiredo, Sarney, FHC e Lula era de que estariam realizando cada qual a sua maneira “a maior reforma agrária do mundo”. Entretanto, de acordo com Carvalho Filho (2006) e Oliveira (2007) os dados de assentamento de reforma agrária, que na verdade não o são perpassam por uma ampliação das estatísticas em processos de regularização fundiária, reassentamentos de atingidos por barragens, criação de assentamentos sem condições de produção na terra (ou sem água e infraestrutura necessária para a reprodução social do campesinato), assentamentos criados somente por decreto e nunca de fato realizados, assentamentos em benefícios de grileiros, pecuaristas e madeireiros, reassentamento em área já desapropriada, enfim a taxonomia de inconsistências é vasta (e permanece).

¹⁰¹ Esses fundamentos são em grande medida reproduzido pelos governos petistas na administração do Estado nacional a partir de 2003, conforme argumentamos mais a frente.

estabeleceu como possibilidade de emancipação dos *agricultores familiares* e quebra do poder de grupos *atrasados* no campo. Verificam-se também os contorcionismos argumentativos para não citar termos como latifundiários, grilagem de terra e concentração fundiária, o que revela discussões em torno da questão agrária constantemente conciliatórias entre o “modelo” da agricultura familiar e a necessidade de uma forte economia agrícola voltada para a exportação. Por exemplo:

O novo modelo econômico exige uma reforma agrária, que garanta terra, emprego e financiamento para milhões de trabalhadores rurais, ao mesmo tempo que lhes assegure proteção adequada. *A reforma agrária tem significação social e política – a emancipação de milhões de homens e mulheres e a quebra do poder de grupos agrários atrasados – e importância econômica, posto que a agricultura familiar pode ser um componente fundamental de um projeto de desenvolvimento sustentado, descentralizado e harmônico.* A reforma agrária, junto a uma consistente política agrícola, tem papel central no programa de erradicação da fome e do desemprego no país. O Brasil pode combinar a tarefa de alimentar seu povo com a constituição de forte economia agrícola de exportação. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1999] 2016, p. 9).

Esse discurso conciliador e a oposição política econômica somente contra os assim chamados grupos atrasados do campo e não mais contra o latifúndio dá o tom das propostas apresentadas no II Congresso. Esse discurso, cada vez mais conciliador e moderado, pode ser verificado tanto nas *Resoluções* políticas congressuais como um todo quanto nos diversos textos de importantes dirigentes e militantes do PT veiculados na revista *Teoria e Debate* (na seção preparatória para o Congresso petista denominada *Rumos do PT: PT pra quê?*) como o posicionamento político das tendências internas ao partido. Constata-se que a moderação do discurso político¹⁰² foi praticamente uma regra nas intervenções¹⁰³. Os argumentos

¹⁰² Segundo Cristovam Buarque no artigo *O começo do novo século*: “O PT vai ter que escolher entre continuar sendo o partido predominantemente dos trabalhadores do setor moderno ou ser o partido do povo brasileiro, conduzindo uma revolução nas prioridades dos recursos nacionais. Seremos os iniciadores da transformação da sociedade brasileira, ainda dentro do capitalismo, mas reorientando os destinos do país para resolver os quatro problemas que a elite criou e acirra a cada dia: a soberania, a estabilidade das instituições, a justiça social e a democracia”. (BUARQUE, 1999, s/p)

¹⁰³ Certas exceções dos discursos veiculados em *Teoria e Debate* podem ser percebidos, principalmente no texto *Cenários sobre o Brasil e perspectivas do PT* de Plínio de Arruda Sampaio (1999, s/p) : “Diante dessa realidade, parece óbvio que a luta pela conquista e pelo exercício do poder do Estado desenvolvida pelo PT até agora não pode obedecer aos parâmetros anteriores. Antes, tratava-se de conquistar o poder do Estado burguês para implantar uma política reformista destinada a democratizar a sociedade; agora, se trata de destruir o Estado que aponta para a regressão colonial e construir em seu lugar um novo Estado, fundado no poder das classes populares, para promover a homogeneização social e a ruptura da dependência externa. Os objetivos últimos do partido permanecem os mesmos, mas as táticas e métodos de atuação precisam mudar

de parte expressiva dos dirigentes partidários associavam a necessidade de conciliação de classe¹⁰⁴, a definição de um programa concreto e exequível¹⁰⁵ do PT como partido responsável por impor uma dimensão ética ao reformismo das instituições (e mesmo do capitalismo brasileiro¹⁰⁶), baseado em ações estatais voltadas para a maioria¹⁰⁷ e no pragmatismo eleitoral¹⁰⁸, a partir de uma política de aliança ampla¹⁰⁹ tendo em vista a conquista do poder político¹¹⁰ para a reconstrução

completamente, a fim de se ajustar às exigências da nova forma de luta pela conquista do poder. O PT, tal como está estruturado e operando atualmente, não tem condições de cumprir essa tarefa". E nas proposições de Heloisa Helena e Carlos Henrique Áraabe no artigo *O PT e a crise*: "Para definir novos rumos para o Brasil, devemos retomar a capacidade de propor um programa político e de colocá-lo em movimento, organizando forças em sua elaboração e em sua defesa. Nada mais atual do que resgatar nossas formulações e nossas lutas pela distribuição da renda, da propriedade e do poder. Combinadas, naturalmente (hoje podemos dizer isso quase com naturalidade), com o rompimento da subordinação ao imperialismo" (HELENA; ÁRABE, 1999, s/p).

¹⁰⁴ Nos termos de Luiz Marinho no artigo *Unidade ou unicidade?*: "Lula tem declarado aos quatro ventos sua prioridade para a construção de alianças que permitam vislumbrar a possibilidade de um governo de centro-esquerda no Brasil ainda em nossa geração. Nosso acordo com ele é completo nesse assunto e em muitos outros. E essa aliança não pode se limitar às forças que já estão nesse campo. Daí a necessidade de agir em setores de centro, buscando deslocá-los (...). Mas, para nós, é preciso combinar combatividade e garra com flexibilidade e ampliação. Fomos falar com Olívio Dutra, Itamar, FHC, ACM e Dorneles. Aguardamos a recuperação médica de Covas para botá-lo no centro da dança. Trouxemos para apoiar o movimento Maurício Soares (PSDB), prefeito de São Bernardo, e Gilson Menezes (PSB), prefeito de Diadema, que são nossos adversários no plano partidário. Vamos à Fiesp, à Força Sindical. Iremos ao Edir Macedo e ao padre Marcelo Rossi, se preciso for. Onde houver uma mínima chance de somar forças na busca de qualquer saída para defender o emprego, ali estaremos. E não nos parece que exista uma linha para a mobilização sindical e popular que seja mais acertada do que essa". (MARINHO, 1999, s/p)

¹⁰⁵ De acordo com José Genoíno no artigo *Esquerda sem projeto*: "Definir um programa coerente e exequível, capaz de agregar amplas maiorias sociais e políticas, parece ser o principal desafio a ser enfrentado pelo PT e pela esquerda no período que se inaugura com o segundo mandato de Fernando Henrique". (GENOÍNO, 1999, s/p)

¹⁰⁶ Na argumentação de Milton Temer no texto *PT para quê?*: "Mas o que queremos dizer quando nos apresentamos como "alternativa de poder", expressão tão em moda em alguns dos últimos documentos e discursos de algumas das nossas mais expressivas lideranças? Será que estamos anunciando, aos que combatemos, que não se preocupem? Que o PT, hoje, não pretende mais do que introduzir "ética no capitalismo", como explicitou Cristovam Buarque, em entrevista no período eleitoral?" (TEMER, 1999, s/p)

¹⁰⁷ Nas palavras de Tarso Genro no artigo *Entre a ortodoxia e o democratismo*: "Este partido deve estar apto para promover mudanças na sociedade e no Estado pela via democrática - parlamentar e direta - e igualmente apto para, por meio da mobilização social, alterar a relação de forças entre as classes visando construir um novo Estado". (GENRO, 1999, s/p)

¹⁰⁸ Segundo a análise de José Dirceu na proposição *Colônia ou Nação soberana*: "Aos poucos, fomos assumindo que somos uma instituição política e além de oposição somos governo, que atuamos no social e no institucional. O partido se organizou para disputar eleições e para ser governo, mas não foi capaz de dar prioridade para sua organização de base, nos diretórios, núcleos e setoriais". (DIRCEU, 1999, s/p)

¹⁰⁹ Nos termos de Genro (1999, s/p): "Não é um partido de massas que apenas luta por direitos sociais, mas é um partido que se abre para todos os que querem lutar pela emancipação e por mais igualdade, buscando, desde logo, construir novas instituições de controle social sobre o Estado".

¹¹⁰ Na afirmação de Aloísio Mercadante no texto *Além da resistência*: "O PT não pode mais reduzir sua intervenção ao papel jacobinista que teve no passado. Fomos decisivos na campanha das

da nação¹¹¹.

No Congresso do PT se discutiu novamente o *socialismo petista*. A defesa do “socialismo” foi referendada nas *Resoluções* políticas, mas sua vaga definição se apresentava da seguinte maneira: como “resultado da reorganização da sociedade, da economia e da política” e voltado para as “maiorias sociais”¹¹². Ou seja, o partido não negava explicitamente o socialismo, mas constata-se que se substanciava uma análise de que a assim chamada “revolução democrática”¹¹³, a construção de uma alternativa em um país de “modernização conservadora” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1999] 2016, p. 3) e a “necessidade de uma ruptura com nossa herança de dependência externa, de exclusão social, de autoritarismo e de clientelismo e, simultaneamente, com o neoliberalismo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2001] 2016, p. 38) se estruturavam como os “sinônimos” do socialismo petista¹¹⁴.

O partido atualizou sua noção de socialismo baseando-se fortemente na aderência ao reformismo, com amplo papel nas reformas estatais e com alto nível de confiança na mudança institucional. Ressalta-se ainda que diversos dirigentes, como José Genoíno, afirmavam que o socialismo deveria ser apenas uma “referência” do

diretas, mas o governo saiu do Colégio Eleitoral com Sarney. Tivemos um papel fundamental na CPI do Collor e na mobilização para o impeachment, mas ficamos fora do governo Itamar, que gestou a recomposição neoliberal com FHC. Temos que mobilizar a Nação contra este governo e sua política recessiva e neoliberal, mas nosso maior desafio é disputar a hegemonia e a agenda em direção a um novo modelo de desenvolvimento. O PT precisa ir além do basta FHC e FMI!, precisa governar com criatividade e competência as cidades e os estados onde o povo nos escolheu. O PT precisa recompor o pacto partidário, romper sua vocação de oposição e minoria, disputando a condição de alternativa de governo e poder na sociedade brasileira”. (MERCADANTE, 1999, s/p)

¹¹¹ De acordo com o grupo de economistas petistas (Guido Mantega, Jorge Mattoso, Paul Singer e Reinaldo Gonçalves) que propuseram as pautas centrais para a mudança, as bases para a assim chamada reconstrução da nação seriam: retomar a autonomia econômica e política, a renegociação das dívidas externas, a redistribuição da renda, a reforma financeira, e a reforma tributária (MANTEGA; MATTOSO; SINGER; GONÇALVES, 1999).

¹¹² “Para construir o socialismo, no entanto, é necessário um projeto de reorganização da sociedade, da economia e da política, que responda a uma outra hierarquia de valores, baseada na igualdade, liberdade e solidariedade. O socialismo que queremos – como assinalamos desde a fundação do PT – será construído pelas maiorias sociais neste vasto cenário de lutas. Nesse sentido, reafirmamos as resoluções do VII Encontro Nacional e do Primeiro Congresso do partido” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1999] 2016, p. 3)

¹¹³ De acordo com Secco (2012), na análise sobre a dimensão linguística dos documentos oficiais petistas, as palavras mais fortes não eram “socialismo” ou “revolução” e sim “democracia” e “ética” e, mais tarde, “cidadania”.

¹¹⁴ Nos termos das Resoluções Políticas: “O Programa da Revolução Democrática tem três eixos fundamentais: o social, o democrático e o nacional. Eles se traduzirão em um conjunto de reformas econômicas e políticas radicais a serem realizadas por um novo governo apoiado por ampla coalizão de forças sociais e políticas” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [1999] 2016, p. 5).

partido. Marcelo Déda, então deputado federal e membro da Articulação, afirmou inclusive que deveria ser pensado se o socialismo apresentava validade como projeto futuro da sociedade. Já José Dirceu, à época presidente do partido, argumentava pragmaticamente que “se for para a esquerda apresentar um programa socialista, não vamos derrotar Fernando Henrique” enfatizando que o socialismo não estava na ordem do dia, na pauta de intenções e no horizonte de expectativas daquele momento¹¹⁵.

Segundo Secco (2011) o *aggiornamento* do PT era condição prévia para que Lula da Silva continuasse a busca pela presidência. O processo ocorreu com o enquadramento dos quadros partidários, a “domesticação” dos grupos de esquerda e fortemente baseado na centralização do partido. A transformação petista não se realizou de forma abrupta, mas sim molecular, em que a prática da viabilização do partido como força hegemônica capaz de conquistar o poder político se sobrepôs às determinações programáticas e resoluções político-partidárias. Mesmo demonstrando que o reformismo se impunha nos documentos oficiais, as práticas políticas eram ainda mais radicais no sentido de moderação partidária, ampliação ideológica no espectro de alianças político-eleitorais e articulação com os interesses econômicos, sociais e políticos das classes burguesas e proprietárias de terra¹¹⁶. O PT continuava como vetor de aglutinação política dos interesses das classes assalariadas urbanas e dos movimentos sociais no campo e na cidade, mas os fundamentos dessa articulação se abalavam a cada nova rodada de concessão e conciliação de classes.

Nesse sentido, o PT em seu *aggiornamento* político se esforçou na demonstração de respeito às instituições vigentes e no reformismo capitalista, consolidando-se como partido dentro da ordem burguesa estabelecida. A

¹¹⁵ Em contraposição com as alas da esquerda do Partido dos Trabalhadores, Dirceu afirmava que “Eles ganharam eleições sem apresentar programas socialistas. Apoiaram a candidatura do Lula, que não defendeu um projeto socialista. O que eu falei é o óbvio ululante” (PEIXOTO; ANDRADE, 1999). O argumento de Dirceu revelava o rechaço às críticas aos caminhos de negação de um projeto socialista para a sociedade, assim como demonstrava de modo cada vez mais evidente uma profunda adesão da Direção Executiva Nacional do PT à ordem capitalista mesmo com as críticas profundas ao neoliberalismo e as contradições do modo capitalista de produção dos documentos oficiais e do discurso da “base”.

¹¹⁶ A produção do “PT moderno” foi empreendida especialmente por José Dirceu, que com capacidade de direção conduziu insidiosamente um processo de conformação do PT como partido social-democrata, reformista, integrado dentro da ordem e aberto ao arco de alianças político-eleitorais (SECCO, 2011). Dirceu é interpretado como o grande responsável tanto pela vitória de Lula em 2002 quanto pela produção do “PT moderno” (ANDERSON, 2011).

flexibilização da atuação política, o apregoado fim das “práticas sectárias” nas alianças, o estabelecimento de um novo bloco de forças sociais e políticas e um ritmo de reformas que deveria seguir a “correlação de forças concreta” se efetivaram no XII Encontro Nacional do PT realizado em Olinda (PE) entre 14 e 16 de dezembro de 2001 (MARTINEZ, 2007)¹¹⁷.

A assim chamada priorização do social se apresentava nas *Resoluções do XII Encontro Nacional do PT* articulada à necessidade de construção de um novo “modelo de desenvolvimento econômico nacional”. Diante dessa premissa, a reforma agrária seria um importante instrumento para “elevar o emprego na agricultura com investimento relativamente baixo e com reduzidos gastos de divisas, proporcionando segurança alimentar a trabalhadores sem terra e suas famílias” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2001] 2016, p. 28-29). Além disso, seria necessário um programa de reforma agrária que, “entre outros instrumentos”, deveria ser efetivada a partir da “desapropriação da grande propriedade rural improdutiva, nos termos da Constituição Federal”. Os “outros instrumentos” não são estipulados pelas *Resoluções*, mas afirmava-se no documento que a desconcentração fundiária se efetivaria, fundamentalmente, a partir da desapropriação de propriedades que não cumprissem a função social da terra. Ao menos a desapropriação de terras improdutivas é referendada como proposição política do partido. A ampliação dos direitos sociais no campo se materializavam como inclusão cidadã e efetivação da cidadania no “meio rural” e eram referenciados como elemento essencial para, de fato, se contruir uma nação no Brasil.

Para o partido seria essencial como política para o campo uma estratégia de desenvolvimento agrícola no Brasil com a articulação do Estado com o setor privado

Constatamos assim que as premissas das *Resoluções* políticas do PT se

¹¹⁷ Nos termos das *Resoluções* do XII Encontro Nacional petista: “A constituição de uma base eleitoral mais ampla ainda no primeiro turno dependerá de nossa capacidade de atrair nacionalmente todos os partidos (ou segmentos deles) capazes de defender um programa democrático-popular e de estabelecer alianças regionais sólidas para bater as forças de direita. Ao mesmo tempo, e junto com essa mobilização de partidos e segmentos de partidos, é fundamental realizar uma ampla mobilização social no país capaz de dar respaldo a um programa alternativo ao das forças que atualmente governam o Brasil. Isso exige flexibilidade, abandono de práticas sectárias e, sobretudo, vocação hegemônica. O Partido dos Trabalhadores tem de estar consciente de que o que está em jogo é a criação de um novo bloco de forças sociais e políticas capaz de ganhar as eleições, governar o país e iniciar um programa de reformas que mudará a face do Brasil e terá enorme repercussão internacional, particularmente na América Latina” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2001] 2016, p. 14).

associavam a argumentação sobre o assim chamado novo rural brasileiro, que se realizava na interpretação de José Graziano da Silva e Rodolfo Hoffmann (GRAZIANO DA SILVA *et al.*, 2000), que capitanearam o projeto denominado de Rururbano, ambos militantes do PT. Os referidos economistas estabeleceram a interpretação de que a partir da combinação de trabalho em tempo parcial e baixo rendimento ocorreu no “meio rural” a transformação “das famílias que vivem exclusivamente de atividades agrícolas em pobres”¹¹⁸ (GRAZIANO DA SILVA, 2000) ligados à produção familiar tradicional (em seu esquema(tismo): “conta própria + não remunerados + autoconsumo”). Assim, seria fundamental incorporar a perspectiva de um “desenvolvimento rural realizando um estímulo ao conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural”.

Na interpretação de Oliveira (2004), José Graziano da Silva - o principal assessor de Lula da Silva no que tangia as políticas ligadas ao campo -, de parte expressiva dos sindicalistas que compunham o quadro do PT (representados pela CUT) e mesmo da esquerda partidária, materializada principalmente na corrente Democracia Socialista (DS) de longínqua inspiração leninista e trotskista acreditavam por diferentes razões que a reforma agrária seria desnecessária ou que o meio rural vinha ganhando novas funções – agrícolas e não-agrícolas – e oferecendo novas oportunidades de trabalho e renda para famílias, nas quais a reforma agrária estaria subsumida a um desenvolvimento rururbano, seja pelo seu anacronismo, visto que já haveria passado o tempo da reforma agrária como política de desenvolvimento econômico sendo necessária a mudança de “paradigma”; seja pelo inerente desaparecimento do campesinato (e a impossibilidade de sua reprodução social como classe específica, tornando-se uma categoria dos “trabalhadores”) no processo de modernização do campo. Ressalta-se que essas argumentações, muitas vezes desenvolvidas de modo combinado, se expressam peremptoriamente no programa de governo e durante os anos dos governos petistas. A superação da pauta da reforma agrária se consolida no conjunto de resoluções políticas concretizadas na virada rentista do ano de 2002.

¹¹⁸ Graziano da Silva é ainda mais categórico afirmando que: “Nossos trabalhos têm demonstrado que as atividades agrícolas continuam sendo a única alternativa para uma parte significativa da população rural, especialmente dos mais pobres” (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 43).

1.5. PASSAGENS: UMA VIRADA RENTISTA (2002)

Diversos autores como Secco (2011), Arantes (2004), Singer (2012), Garcia (2008), Martinez (2007), Coelho (1998) e Paulani (2008) afirmam que o ano de 2002 foi fulcral para a consolidação programática de um processo de transformações internas do PT que remonta à derrota de 1989 e às resoluções e políticas implementadas ao longo da década de 1990. De fato, a consolidação de uma esquerda do capital (COELHO, 1998) se expressaria de modo indelével em 2002. A aliança efetivada com o Partido Liberal (PL), partido de centro-direita, a confirmação do senador e industrial mineiro José Alencar como candidato a vice-presidente¹¹⁹, as articulações com a Igreja Universal (nos diálogos articulados pelo deputado federal Bispo Rodrigues, então vice-presidente da legenda e ligado a Edir Macedo) e as tentativas de atrair o PMDB para a aliança a partir do argumento de estabelecimento de diálogo com todas forças políticas que se opunham ao governo FHC (SINGER, 2002) eram a ponta do iceberg eleitoral da consolidação profunda da virada rentista do PT. Apesar de ser apenas a expressão de um processo de transformismo que se realizava desde a década de 1990, a *Carta ao Povo brasileiro*¹²⁰ foi emblemática, pois representou como documento a figuração do compromisso assumido com a economia de mercado, com os “investidores” nacionais e estrangeiros (a burguesia internacional e o empresariado brasileiro) e com os grandes proprietários de terra.

A campanha de Lula devidamente fez as concessões exigidas pelo capital, cujo pavor de um suposto prejuízo de seus interesses e privilégios com a vitória de um partido de esquerda levava à instabilidade dos mercados financeiros (SINGER,

¹¹⁹ De acordo com Singer (2001), José Alencar afirmava através da imprensa que estava à “esquerda de Lula”, que seria favorável a manter Armínio Fraga na Presidência do Banco Central, que o MST era um mal para o país e que considerava o homossexualismo uma forma de violência à natureza humana.

¹²⁰ Mercadante (2010, p. 3) afirma que a *Carta ao Povo Brasileiro*, redigida como documento oficial do PT por ele próprio, Antonio Palocci, Glauco Arbix e Luiz Dulci sob a supervisão de Lula da Silva, demonstrava que “abdicávamos publicamente de uma estratégia de ruptura e assumíamos o compromisso com uma transição progressiva e pactuada para o novo modelo de desenvolvimento”. A *Carta*, para Mercadante (2010), demonstrava o “inegociável” compromisso com a “estabilidade econômica” fundamentado no regime de metas inflacionárias, no câmbio flutuante, no superávit primário e no respeito aos contratos. Mercadante (2010) ressaltava que esta foi uma medida acertada para garantir a “governabilidade” e “administrar politicamente o país” com a minoria no Congresso Nacional. Destaca-se que Paulani (2008) refuta o discurso apresentado de “herança maldita” para a manutenção e implementação do conjunto de medidas econômicas ortodoxas logo no primeiro ano de governo Lula em 2003. Para Anderson (2011), Antonio Palocci foi um dos sujeitos centrais das formulações contidas na *Carta* e também para as negociações petistas com bancos e construtoras durante a campanha. Suas relações com os mais diversos fundos de pensão e sua ortodoxia rígida no cargo fizeram dele a garantia concreta de negócios confidenciais no governo e um “ídolo da imprensa financeira”, no Brasil e no exterior.

2002). Na *Carta*, as reformas propostas pelo governo Lula deveriam ser justas, eficientes e deixariam o país mais competitivo no mercado internacional (LULA DA SILVA, 2002a). As negociações com o capital nacional e internacional e o respeito aos contratos e “obrigações” do país perpassavam todo o discurso enunciado, assim como o amplo diálogo, quando governo e desde a campanha, com todos os segmentos da sociedade na busca por um “novo pacto social”. Demarcando a crise econômica realizada pelo governo FHC, a *Carta* afirmava que havia uma pequena “margem de manobra da política econômica no curto prazo”, garantia ainda a manutenção do superavit primário, o pagamento de débitos externos e a garantia de que iria “honrar os compromissos econômicos” mantendo a estabilidade e o compromisso social.

As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. (LULA DA SILVA, [2002a] 2016, p. 5)

O PT garantia ainda que as reformas, a superação do “modelo econômico” e as mudanças não aconteceriam num “passe de mágica”¹²¹. Afirmava também que a reforma agrária deveria assegurar a “paz no campo” e de que seu governo valorizaria o “agronegócio e a agricultura familiar” (LULA DA SILVA, [2002a] 2016, p. 4). O PT acenava, assim, para os grandes proprietários de terra para a construção do pacto do “projeto nacional alternativo”¹²² (LULA DA SILVA, [2002a] 2016, p. 3). As contradições do projeto de conquista do poder político ficavam cada vez mais evidentes na inflexão para uma agenda conservadora (OLIVEIRA, 2003), no aberto compromisso de manutenção da ortodoxia econômica (PAULANI, 2008), no beijo à cruz da reprodução do estado perpétuo de emergência econômica capitaneada por um partido de esquerda e no endosso à renovação do acordo com o FMI¹²³ (ARANTES, 2004). Tais aspectos evidenciavam o rompimento programático com lutas históricas desenvolvidas e apoiadas pelo partido. O atrelamento à economia do

¹²¹ Na *Carta*: “O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país” (LULA DA SILVA, [2002a] 2016, p. 3).

¹²² Na verdade, garantia que manteria o arranjo econômico, a aliança social e o pacto territorial que produziu a economia do agronegócio.

¹²³ FHC encontrou-se pessoalmente com os quatro principais candidatos das eleições de 2002 (Lula da Silva, José Serra, Anthony Garotinho e Ciro Gomes) para coletar as assinaturas de compromisso com o FMI (CORTES, 2004).

agronegócio, a busca por apoio de classe e a confirmação de que a reprodução do rentismo à brasileira estaria assegurada e se manifestava explicitamente na fala de Antonio Palocci (2002, s/p, sem grifo no original):

Não queremos voltar às velhas práticas de fechamento do mercado. O PT entende que o mundo globalizado é uma realidade, não é uma opção. Mas para trabalhar no mundo globalizado com competitividade, o Brasil precisa favorecer as exportações e construir uma política competitiva de substituição de importações. Para isso são necessários vários elementos: um plano nacional de investimento em ciência e tecnologia, investimento na política industrial, reforma tributária para favorecer a exportação e a produção, uma postura ousada e soberana na disputa do mercado internacional, que considere não só a indústria como também o agronegócio, que tem contribuído de forma decisiva para a balança comercial brasileira. *Em 2001, ano em que a nossa balança comercial foi deficitária em 2,5 bilhões de dólares, o agronegócio exportou 22,7 bilhões e importou 4,6 bilhões. Foi superavitário, portanto, em 18 bilhões. Acreditamos que o Brasil precisa favorecer ainda mais esse segmento para que ele possa fazer mais do que já faz, porque tem potencial para tanto, seus produtos são altamente competitivos no mundo.* Eles só não conseguem mais espaço por força das barreiras comerciais que os países desenvolvidos – EUA, Japão, Europa – colocam. É preciso que o governo aja no sentido de vencer essas barreiras.

Apesar do discurso e da apresentação nos programas partidários da soberania nacional¹²⁴ e da “ruptura necessária”, as cartas e compromissos firmados demonstram uma subordinação ao capitalismo financeiro em todas as áreas, da agricultura aos bancos em escala nacional e internacional. O “novo contrato social” se apresentava com concessões para o período eleitoral e para a futura governabilidade¹²⁵.

Singer (2012) ressalta que as diretrizes da *Carta ao Povo Brasileiro* não eram apenas um programa eleitoral e de campanha. Em julho de 2002, a Direção

¹²⁴ Em entrevista para a revista Teoria e Debate com o título *Um novo contrato social*, Lula da Silva afirmava: “Nós não precisamos provar para nenhum investidor estrangeiro as nossas responsabilidades, porque já demonstramos isso em nossas administrações. É preciso que eles saibam que o PT não governa pouca coisa neste país. Governamos praticamente 50 milhões de brasileiros, em cinco estados da Federação, sete capitais e grande parte das cidades com mais de 200 mil habitantes – e não vamos aceitar que ninguém que viva da especulação venha dizer como é que devemos governar para resolver os problemas do Brasil”. (LULA DA SILVA, 2002c, s/p)

¹²⁵ Nos termos do então candidato Lula da Silva: “(...) de um ponto de vista pragmático, o PT ou qualquer outro partido, da oposição ou da situação, praticamente não tem chances de vencer sozinho as eleições presidenciais. Somente com uma ampla aliança que permita concorrer com grande chance de ganhar e, depois, de governar bem, podemos cumprir de fato as promessas de mudança, que não são poucas”. (LULA DA SILVA, 2002c, s/p). Essa foi a aposta lulista que se implementou ao longo dos mandatos do PT: a ortodoxia da conciliação de classe em praticamente todas as medidas políticas adotadas. O slogan governamental *Brasil, um país de todos* figuraria posteriormente esse argumento.

Nacional do PT, reunida no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, aprovou as propostas centrais apresentadas na Carta confirmando-as como orientações oficiais do partido. Nos termos de Singer (2012, p. 97) “a defesa da ordem viera para ficar, e a direção decidida no Anhembi se tornaria programa permanente”. Era o espírito do Anhembi concretizado programaticamente enterrando as proposições mais radicais daquele já exorcizado espírito de Sion¹²⁶.

No *Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro*, documento apresentado em Brasília em 23 de julho de 2002, buscava-se realçar que o PT se apresentava como “projeto alternativo” que se realizaria a partir do crescimento econômico articulado com as questões sociais. Entretanto, uma nova rodada de concessões se evidencia. O elogio a avançada e competitiva agricultura brasileira surge como mais um aceno aos grandes proprietários de terra¹²⁷. Outra demonstração de virada rentista, na conciliação ampla de classe, é sobre a reforma agrária. O Compromisso afirma que esta seria realizada baseada na paz e na negociação¹²⁸. A produção de infraestrutura e a dotação de apoio técnico à agricultura familiar e empresarial se encontram também presentes¹²⁹, assim como a valorização das “raízes do homem do campo”¹³⁰.

Um outro compromisso estabelecido é o combate à fome e a pobreza que se estruturariam a partir do Programa Fome Zero. De fato, tal como argumenta Oliveira (2006), a reforma agrária estava subordinada à este programa. O projeto se tornaria *viável* pela vontade política na produção de alimentos e no uso da capacidade ociosa da indústria alimentícia, no subsídio para a aquisição de alimentos e no

¹²⁶ A *Carta* era divulgada pela imprensa como sinal explícito do PT para “acalmar” o mercado financeiro (vide as afirmações de Mercadante (2010) e de veículos conectados aos programas neoliberais como a *Veja*). Lula se autorreferia como candidato “da paz e do amor”; os grandes meios de comunicação enfatizavam o “Lula *light*”. Em setores políticos da esquerda radical, a Carta foi apelidada de *Carta aos banqueiros* (ARANTES, 2004).

¹²⁷ Nos termos do *Compromisso*: “A agricultura e a agroindústria brasileiras, espalhadas por 8,5 milhões de quilômetros quadrados, encontram-se entre as mais avançadas e competitivas do mundo” (LULA DA SILVA, [2002b] 2016, p. 2).

¹²⁸ Na proposta do *Compromisso*: “No campo, vamos realizar uma reforma agrária pacífica e negociada, que seja capaz de assentar centenas de milhares de famílias, com isso garantindo-lhes trabalho e sobrevivência digna”. (LULA DA SILVA, [2002b] 2016, p. 5)

¹²⁹ Na argumentação do candidato petista: “Vamos apoiar a agricultura familiar e a empresarial, com assistência técnica e financiamento para o transporte, a armazenagem e a comercialização” (LULA DA SILVA, [2002b] 2016, p. 5).

¹³⁰ E ainda: “Nas pequenas cidades, vamos estimular o empreendedorismo das populações locais, de modo a que abram os seus próprios negócios. Valorizar as raízes do homem do campo em sua própria terra e reverter o esvaziamento do interior será também uma de nossas metas” (LULA DA SILVA, [2002b] 2016, p. 5).

aumento da produção. Assim, o *Compromisso* reforçava, mesmo que de acordo com Oliveira (2003; 2006; 2011a), com todas as evidências contrárias confirmadas, que o agronegócio seria um fundamental produtor de alimentos.

O estímulo à agricultura camponesa, aquela que produz alimentos por excelência, não se encontra explicitada no *Compromisso*¹³¹. Além disso é retomado o ritual de conciliação rentista na ênfase de que o governo Lula preservaria os atuais instrumentos de controle macroeconômicos e a responsabilidade nas mudanças propostas¹³².

Percebe-se, dessa maneira, que a transformação radical não está no horizonte de expectativas e o gradualismo das reformas apresentadas demonstra que mesmo o reformismo adquiriria um sentido molecular, fundamentado em um pacto cada vez mais conservador na viabilização programática para a conquista do poder político.

A “ruptura necessária” com os fundamentos do governo FHC aparece reiteradamente na *Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil*¹³³, apresentada em março de 2002. Mas aparecem apenas como expressão já esvaziada de efetividade¹³⁴ frente à *Carta aos brasileiros*, os Compromissos, as

¹³¹ Na análise do *Compromisso*: “Outro compromisso fundamental será o combate à fome e à pobreza, que atingem 53 milhões de brasileiros. É possível, desde que haja vontade política, fazer crescer em 30% ou até 40% a produção de alimentos apenas pelo uso de capacidade ociosa já instalada na indústria alimentícia. Por isso, lancei o projeto Fome Zero, a proposta mais consistente de combate à fome já elaborada no país. Além de medidas estruturais, o Fome Zero prevê a distribuição de cupons para obtenção de comida subsidiada pelos mais necessitados. O aumento da produção que daí decorrerá, vai trazer de volta, na forma de impostos, uma boa parte do investimento social realizado, além de gerar empregos. Muitos se perguntam de onde virá o dinheiro para a implantação de um programa como esse. Mas os cálculos que realizamos mostram que basta reduzir em alguns pontos percentuais a taxa de juros para obtermos os recursos necessários. Além disso, a transparência e o controle social evitarão o enorme desvio de verba que existe hoje” (LULA DA SILVA, [2002b] 2016, p. 5-6).

¹³² No *Compromisso* proposto pelo PT: “Quando falamos em preservar os atuais instrumentos de controle macroeconômico, queremos reafirmar que, na transição para o novo modelo, não nos faltará responsabilidade. Não se pode resolver em oito dias o que não foi resolvido em oito anos. Mas as mudanças começarão desde o primeiro dia do novo governo” (LULA DA SILVA, [2002b] 2016, p. 5).

¹³³ Nos termos das *Concepções e Diretrizes*: “A implementação de nosso programa de governo para o Brasil, de caráter democrático e popular, representará uma ruptura com o atual modelo econômico, fundado na abertura e na desregulação radicais da economia nacional e na conseqüente subordinação de sua dinâmica aos interesses e humores do capital financeiro globalizado. Trata-se, pois, de propor para o Brasil um novo modelo de desenvolvimento economicamente viável, ecologicamente sustentável e socialmente justo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002a] 2016, p. 2).

¹³⁴ A reportagem do Financial Times, na edição americana de maio de 2002, argumentava que “apesar do palavreado dogmático de vários ativistas, a liderança do PT abandonou boa parte de sua retórica anti-capitalista. E no comando da prefeitura de várias cidades brasileiras o PT provou ter bons administradores” (FINANCIAL TIMES, 2002).

diretrizes de campanha e pelos discursos dos principais coordenadores de campanha¹³⁵, assim como do próprio candidato do partido à presidência.

As diretrizes do Programa de Governo de 2002 publicizadas em julho daquele ano concretizaram o esforço de demonstração do pragmatismo, de respeito à ortodoxia econômica e de garantia da reprodução do rentismo. As concessões não se estabeleciam mais para com as classes burguesas: é fundamentalmente para elas que se apresentavam “a paz e o amor” e “o amor ao livre mercado” do PT modernizado, os aspectos negociados e conciliados eram com o apoio e com as bases de sustentação política do partido de até então. Os vínculos históricos com os trabalhadores assalariados urbanos e com o campesinato apareceram em fragmentos das propostas apresentadas, e mesmo assim mediadas por concessões às classes burguesas nas proposições que seriam específicas para as classes subalternizadas.

Portanto, o estabelecimento de um “novo contrato social” do *Programa* perpassaria pela articulação da sociedade e do Estado para a realização do urgente crescimento econômico. Esse arranjo de um novo modelo de economia pactuado seria de fato, na leitura petista, o único caminho para mudar os rumos do país¹³⁶ e para um desenvolvimento alternativo a fim de “vencer a exclusão social”, para um

¹³⁵ José Dirceu, então presidente do PT, em viagem à Nova York e Washington durante a disputa eleitoral de 2002, se encontrou com os representantes de empresas como Morgan Stanley, Lehmann Brothers, com o presidente do BID e com o principal assessor econômico do então presidente estadunidense George W. Bush, afirmou, em entrevista à BBC, que caso Lula fosse eleito se formaria um governo com amplo apoio do empresariado: “Nós temos um governo (hoje) que não tem um empresário” (RIBEIRO, 2002). Segundo Dirceu foi por esse motivo que o PT escolheu o empresário José Alencar para participar da chapa de Lula como candidato a vice-presidente: “batalhamos, eu e o Lula, pelo Zé Alencar para sinalizar uma aliança com o setor do empresariado produtivo” (RIBEIRO, 2002). José Dirceu afirmava também que “queremos que o governo seja formado por quem dirige grandes empresas, agroindústrias e também quem entende da questão do desemprego, como os trabalhadores” (RIBEIRO, 2002). Já Guido Mantega argumentou sobre a reportagem realizada pelo do jornal Financial Times intitulada *Lula aprende a amar o livre-mercado*: “O *Financial Times* merece a fama que tem, de ser provavelmente o melhor jornal de economia do mundo. A avaliação dele é correta, enquanto a da *Business Week* [a reportagem tinha como título *O esquerdista que assombra os mercados*] é totalmente equivocada. Lula é um líder de esquerda sim, mas não tem nada desse esquerdismo arcaico. É equilibrado, amadurecido, está deixando claras as suas propostas. Temos um compromisso sério com a responsabilidade fiscal, o que pode ser comprovado em outros governos do PT. Estamos empenhados em manter a inflação sob controle, temos o compromisso de manter as regras do jogo, de honrar os contratos. Do esquerdismo mais antigo, temos ainda a preocupação social, tema com o qual os investidores deveriam estar preocupados também” (SALEK, 2002).

¹³⁶ Nas discussões do Programa de Governo 2002 - Lula Presidente: “Para mudar o rumo do Brasil será preciso um esforço conjunto e articulado da sociedade e do Estado. Esse é o único caminho para pôr em prática as medidas voltadas ao crescimento econômico, que é fundamental para reduzir as enormes desigualdades existentes em nosso País” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002b] 2016, p. 2).

fortalecimento do Estado e para a defesa nacional. O Programa de Governo afirmava que apesar de o governo FHC ter contido a inflação¹³⁷, este produziu o aumento da desigualdade, a indigência e a marginalização social, o aumento do desemprego e não efetivou uma ampla viabilização de “incremento das exportações, substituição competitiva das importações e melhorias da infraestrutura”¹³⁸. Diante disso, para “reger a nação” seria imprescindível um pacto entre “governo, empresários e trabalhadores” para o reestabelecimento da confiança dos investidores e do mercado, a retomada da geração de empregos e a diminuição das desigualdades sociais. A responsabilidade fiscal e o compromisso social eram reestabelecidos sistematicamente como referenciais de um futuro governo petista¹³⁹. O Programa ressalta ainda que o fomento ao esforço exportador iria privilegiar o setor sucroenergético para a composição da matriz de energia nacional na busca por “recursos energéticos não poluentes” e no desenvolvimento tecnológico na “era do conhecimento”¹⁴⁰.

O Programa ressaltava também que estimularia o investimento no capital produtivo (para desbaratar os “maus empresários” e os “maus governos”¹⁴¹) e na

¹³⁷ Na análise do Programa: “Nos últimos oito anos, muita coisa mudou no Brasil. A inflação foi contida, mas não foram criadas oportunidades melhores para o povo. Apesar de todas as promessas, o atual governo fracassou ao não criar as condições para o crescimento sustentado do País” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002b] 2016, p. 8).

¹³⁸ Na proposição do Programa: “O objetivo é viabilizar o incremento das exportações, a substituição competitiva de importações e a melhoria da infra-estrutura. Isso deve ser feito tanto por causa da fragilidade das contas externas como porque o Brasil precisa conquistar uma participação mais significativa no comércio mundial, o que o atual governo menosprezou por um longo período” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002b] 2016, p. 11).

¹³⁹ Segundo a proposta programática: “Nosso governo trabalhará também com o princípio da responsabilidade social, que terá objetivos e metas claramente definidos a cada ano. Nessa direção, governos, empresários e trabalhadores terão de levar adiante uma grande mobilização nacional para fazer renascer a confiança de que podemos investir, criar empregos e combater os abismos sociais existentes. O poder público tem responsabilidade especial para reorientar a economia nessa nova direção” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002b] 2016, p. 12).

¹⁴⁰ Na reflexão teórico-política do Programa: “Na era do conhecimento em que vivemos, um país com as dimensões e potencialidades do Brasil não pode abrir mão de desenvolver software, máquinas inteligentes e bens industriais ou agroindustriais de alto valor agregado e elevado conteúdo tecnológico. O Brasil tem uma base única no setor sucroalcooleiro, ainda longe de ter atingido o pleno desenvolvimento como parte da matriz energética nacional. Num momento em que o mundo se empenha em buscar recursos energéticos alternativos e não poluentes, o desenvolvimento tecnológico do complexo alcooleiro pode permitir uma importante base de negócios, de geração de emprego e renda, com uma estrutura de negócios voltada tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002b] 2016, p. 8).

¹⁴¹ Na reflexão programática: “O Brasil precisa de um novo compromisso na produção. Diferentemente do condomínio espúrio entre maus empresários e maus governantes, que infelizmente marcou grande parte da história republicana brasileira, nosso governo será marcado pela

regulação do capital especulativo, evidenciando o compromisso com o capital estrangeiro investido no Brasil¹⁴².

O programa de reformas contaria com um destaque para a realização da reforma tributária, da reforma da Previdência, da reforma trabalhista, da reforma política e da reforma agrária.

A última é entendida como instrumento de inclusão e enfrentamento da crise social¹⁴³, fundamentalmente em um país concentrador de renda (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002a] 2016). Como política pública a reforma agrária seria essencial no “novo pacto social”, visto que garantiria segurança alimentar, geração de emprego e renda e redução do êxodo rural. A reforma agrária contribuiria, assim, na construção da nação e da democracia brasileira. Constata-se que mesmo dentro do item *Reforma Agrária* do Programa as propostas que envolviam a produção de alimentos, já que esta se encontrava subordinada ao Programa Fome Zero, retomam a necessidade de investimentos não só na agricultura familiar, mas também na agricultura organizada em bases empresarias. Além disso, a rotineirização do termo agricultura familiar¹⁴⁴ e as constantes referências à pluriatividade demonstram a influência do pensamento de José Graziano da Silva e o poder desencadeado pela corrente Democracia Socialista como referencial teórico e metodológico fulcral para a reforma agrária que se desejava implementar.

Sobre a questão das *commodities*, o Programa novamente ressaltava a importância do agronegócio como “grande e produtor eficiente de *commodities*

construção de mecanismos apropriados para o debate, a elaboração e a implementação de propostas relevantes para o interesse público” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002b] 2016, p. 14).

¹⁴² De acordo com o *Programa*: “O Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro. Também não pode menosprezar a capacidade da comunidade científica, tecnológica e empresarial brasileira de desenvolver produtos que sejam mundialmente competitivos” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002b] 2016, p. 8-9).

¹⁴³ Acerca especificamente da reforma agrária: “A Reforma Agrária é instrumento indispensável de inclusão social, num País de grave concentração de renda como o nosso. Associada aos demais instrumentos convencionais, incluindo uma política auxiliar de crédito fundiário para regiões e setores específicos, ela é estratégica para enfrentar a crise social e fomentar as cooperativas, a agricultura familiar e a economia solidária” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002a] 2016, p. 21).

¹⁴⁴ Na formulação sobre a agricultura familiar: “A Agricultura Familiar, que segundo relatório do Convênio INCRA/FAO, é responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção agropecuária brasileira, tem um extraordinário papel a desempenhar, principalmente no que se refere à produção de bens agrícolas e alimentares, geração de emprego e renda, preservação da cultura do campo e fortalecimento da identidade da organização social rural. Nesse sentido, será estimulado o crescimento sócio- econômico da Agricultura Familiar, com apoio à comercialização e à agroindustrialização, ampliando e melhorando as condições de acesso à políticas de financiamento estáveis, à assistência técnica e à extensão rural, visando um novo modelo de desenvolvimento rural sustentável” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002b] 2016, p. 9).

agrícolas”, sendo necessário o aumento do processo da agroindustrialização no país. O Programa definitivamente beija a cruz ao reafirmar o agronegócio como setor competitivo e decisivo na geração de superávit comercial¹⁴⁵.

O documento específico para o “meio rural” denominava-se *Vida digna no campo*¹⁴⁶. A apresentação do documento, assinado por Antonio Palocci, apresentava seus fundamentos de que a agricultura seria fulcral para a segurança alimentar, para a geração de emprego e renda e para a redução da dependência externa. Palocci (2002b, p. 3) ressalta ainda que:

A economia rural produz 100 milhões de toneladas de grãos, apesar da total insuficiência de incentivos; absorve para o trabalho 24% da população ocupada do país e gerou um superávit comercial de US\$ 43,6 bilhões, entre 1999 e 2001.

A apresentação do caderno temático *Vida digna no campo* retoma a argumentação de que o Governo Lula iria beneficiar tanto a agricultura empresarial, que seria geradora de “empregos, renda e excedentes exportáveis” (PALOCCI, 2002b, p. 3), quanto a agricultura familiar, que realiza a produção de alimentos, promove a soberania nacional, preserva tradições culturais, “mantém as pessoas em terra natal” e contribuiria potencialmente com a preservação ambiental (PALOCCI, 2002b). A argumentação sobre o campesinato na apresentação do documento, subsumido à condição de agricultura familiar, coloca a classe como uma categoria,

¹⁴⁵ Acerca do agronegócio: “Nessa nova configuração da política econômica e industrial, a agroindústria deverá ter destaque fundamental. Tanto por sua capacidade de responder amplamente ao crescimento da demanda interna como pela sua competitividade mundial e seu papel decisivo na geração de grandes saldos comerciais. (...) A agroindústria é hoje um dos maiores bens do Brasil e deve ser incentivada, inclusive por seu papel estratégico na obtenção de superávits comerciais. Mas não aceitamos a idéia daqueles que acreditam ser suficiente o Brasil firmar-se como grande e eficiente produtor de commodities agrícolas, para serem industrializadas, embaladas e rotuladas em outros países. Nosso governo tratará de estimular a produção voltada para o mercado internacional, sem descuidar da agricultura não diretamente voltada para a exportação, que será fortalecida com a Reforma Agrária e a agricultura familiar. Isso é fundamental para incluir socialmente milhões de brasileiros” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002b] 2016, p. 8-9).

¹⁴⁶ A coordenação da “Comissão de Programa de Governo” foi desenvolvida por Antonio Palocci em substituição à Celso Daniel, então prefeito de Santo André e coordenador da campanha, que fora assassinado em 18 de janeiro de 2002. Os colaboradores para a redação do *Caderno Temático Vida Digna no Campo* foram especificamente: Adão Pretto, Alberto Ercílio Broch, Altemir Antonio Tortelli, Antonio Maciel B. Machado, Arnaldo de Campos, Assis do Couto, Claudemir José Freire, Clayton Campanhola, Darci Frigo, Edson Barbeiro Campos, Elvino Bohn Gass, Eugenio Peixoto, Gerson Teixeira, João Batista Marré, João Grandão, João Luís Homem de Carvalho, José Graziano da Silva, Jose Idival de Souza, Josias Lech, Lenildo Dias de Moraes, Leonardo Tinoco, Luci Choinacki Manoel José dos Santos, Maria Idalina de Santana, Maria Thereza Pedroso, Maya Takagi, Nilson Mourão, Nilton Pinho de Bem, Osvaldo Russo, Padre Roque, Paulo André Argenta, Raimundo Pires da Silva, Rolf Hackbart, Roseli Oliveira, Simão Pedro Chiovetti, Valter Bianchini, Vicente Marques e Walter Belik.

um estamento social, que teimando em não desaparecer frente à modernização da agricultura tornava-se na interpretação política do programa de governo como uma linha auxiliar do desenvolvimento econômico verdadeiramente gerado pelo agronegócio.

Na análise de conjuntura sobre a situação do “meio rural” e da agricultura, o documento realizava críticas ao PRONAF pelo seu baixo número de agricultores familiares atingidos e também à política agrária do governo FHC com sua prática molecular de assentamentos. O documento critica também o objetivo de tentar desregular a política agrária e as ações recorrentes de “intimidação, repressão e desmobilização dos movimentos sociais” a partir de instrumentos jurídicos legais e sob auspício dos meios de comunicação em massa na estigmatização ilegal e ilegítima dos trabalhadores¹⁴⁷.

Além disso, o Programa enfatizava os limites da “modernização tecnológica no campo” que em tese “poderia ser considerada um avanço”, mas que não significou melhoria nas condições de trabalho e renda das “populações rurais brasileiras”. A “precarização rural” seria o resultado de sucessivos governos que adotaram um modelo econômico que produziu sete questões que são consideradas centrais:

- Preços agrícolas em queda e oscilação constante, tanto em função da abertura como da falta de políticas públicas em toda a cadeia de produção;
- Concentração da produção em poucos produtos, principalmente os grãos soja e milho e com pouco processamento, principalmente dos exportáveis;
- Endividamento crescente de praticamente todos os segmentos produtivos relevantes do setor agropecuário.
- Depreciação patrimonial e crise de setores importantes da agricultura, resultado de uma taxa de juros escorchantes;

¹⁴⁷ Sobre a questão agrária em *Vida digna no campo*: “Na temática agrária, após o longo período de imobilismo, o governo FHC passou a implementar uma política celular de assentamentos, tangido pelas pressões dos movimentos sociais organizados e pelos desdobramentos políticos internos e internacionais de Corumbiara e, posteriormente, de Eldorado de Carajás. O fato é que o ‘programa de assentamentos rurais do Governo FHC’ se restringiu, primeiro, ao objetivo (não alcançado) da desregulamentação da política agrária. A resistência política exercida pelas entidades que integram o Fórum Nacional pela Reforma Agrária impediu que isso acontecesse. O governo adotou também um conjunto de ações sistemáticas de intimidação, repressão e de desmobilização dos movimentos sociais organizados traduzidas em medidas legais, normativas e políticas de comunicação de massa tentando estigmatizar como ilegais e ilegítimas as pressões dos trabalhadores” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002c] 2016, p. 9).

- Internacionalização dos setores a jusante e a montante da agricultura brasileira, aumentando a vulnerabilidade externa do país;
- Agravamento da concentração fundiária;
- Empobrecimento dos agricultores, especialmente os familiares em função da queda de renda na atividade. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002c] 2016, p. 10)

A constatação do agravamento da concentração fundiária, a concentração da produção em determinadas *commodities* com baixo processamento e o empobrecimento dos agricultores “especialmente os familiares” vinham acompanhados de um conjunto de interpretações sobre o endividamento de “todos os setores” da agricultura, da persistência da oscilação de preços agrícolas com a “falta de políticas públicas em toda a cadeia de produção”, da “depreciação patrimonial”, das altas “taxas de juros”. Sendo assim, o programa propunha na mesma toada do pacto negociado (sinônimo de concessão para o pacto territorial de classe que reproduz o rentismo no Brasil) a valorização simultânea do abastecimento alimentar da população em quantidade e qualidade, um programa de reforma agrária amplo, a geração de empregos no campo e a preservação e recuperação de “recursos naturais” com a geração de divisas para o país com investimento na produção de alimentos e a exportação de commodities.

Esses objetivos seriam atingidos a partir da promoção e defesa da agricultura nacional, com o fortalecimento da agricultura familiar, a implantação de uma política nacional de reforma agrária, com a geração de emprego e renda de qualidade, com a construção da cidadania no meio rural, com a soberania e segurança alimentar e a construção de políticas territoriais de desenvolvimento sustentável.

No novo modelo de desenvolvimento rural e agrícola, o papel da reforma agrária se consolidaria no combate à pobreza, na dinamização das economias locais e regionais, na efetivação da agricultura familiar e na sua contribuição com as políticas de soberania alimentar. A implantação do PNRA¹⁴⁸ seria estratégica nesse processo. O instrumento da desapropriação por interesse social seria central na arrecadação de terras improdutivas, assim como a implantação de um cadastramento efetivo dos imóveis rurais “onde as terras griladas sejam retornadas

¹⁴⁸ As relações entre reforma agrária e programas econômicos: “O ponto de partida será a realização de um programa efetivo de reforma agrária, contextualizado ao programa econômico sob o controle do Estado, via instrumento de desapropriação, complementado pelos demais instrumentos convencionais, incluindo política auxiliar de crédito fundiário para regiões e setores específicos” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002c] 2016, p. 18).

ao Estado e utilizadas na Política de Reforma Agrária”, bem como conforme os instrumentos legais o confisco de propriedades em que é praticado o trabalho escravo (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002c] 2016, p. 19).

Apesar de defender a mudança na política de priorização da “agricultura intensiva de escala”, o caderno temático *Vida digna no campo* afirmava que iria “fortalecer a agricultura familiar por sua maior capacidade de compatibilizar produção para o auto-consumo e para o mercado, geração de empregos, de melhoria das condições das famílias rurais e de diversificação das atividades” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002c] 2016, p. 12). O programa ressaltava também o compromisso com estímulo às exportações do “conjunto do agronegócio e da agricultura familiar”. Enfatizava que a “agropecuária” brasileira é produtiva¹⁴⁹, faltando principalmente uma recuperação da renda dos agricultores, dando soluções ao endividamento com novas infraestruturas e logística para o desenvolvimento e expansão do setor.

Em suma, a conciliação de classe expressada no *Programa* e nos demais Cadernos Temáticos, a moderação do discurso, o amplo desgaste do governo FHC e seus baixos índices de aprovação associados à uma crise social, à ampla mobilização dos movimentos sociais, das centrais sindicais e de parte da intelectualidade, produziram a chegada do PT ao segundo turno das eleições presidenciais, pela primeira vez na liderança do pleito, bem como a vitória de Lula sobre o candidato do PSDB, José Serra. O PT de fato conquistou o poder político nacional, mas o rentismo à brasileira se encontrava assegurado e não seria radicalmente criticado, nem ao menos reformado, mas de fato reproduzido.

1.6. O PARTIDO DOS TRABALHADORES E A REPRODUÇÃO DO RENTISMO À BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

1.6.1. O primeiro governo Lula, a formação da *esquerda rentista*: a ortodoxia econômica, a reprodução da economia do agronegócio e a não-reforma agrária

¹⁴⁹ A defesa da produtividade do agronegócio no caderno temático pode ser constatada na argumentação que: “O principal problema que limita a expansão de nossa produção agropecuária não é a falta de produção, mas a queda da rentabilidade da agricultura nos últimos anos. Esta queda está relacionada com a contínua redução dos preços internacionais das principais commodities verificada nas últimas décadas e com a política de abertura comercial unilateral da economia brasileira na última década” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002c] 2016, p. 17).

(2003-2006)

Com a chegada ao poder político nacional do Partido dos Trabalhadores, desloca-se o foco de análise do capítulo em tela, e especificamente dos itens a seguir: dos programas, projetos e discursos do interior do partido veiculados por dirigentes, lideranças, intelectuais, correntes internas e militantes de base articulados na oposição política, a interpretação a partir desse momento se detém na compreensão das estratégias de governo da administração federal petista ao longo do período de 2003 à 2016.

Imediatamente após a vitória, a divulgação da composição ministerial ao longo dos meses de outubro à dezembro de 2002 demonstrou, de fato, que o rentismo estava assegurado na sua lógica de reprodução ampliada, articuladamente reproduzindo as relações sociais das classe burguesas em sentido político - e na manutenção do pacto estabelecido com a economia do agronegócio que adquiriu vultosa primazia na fundamentação econômica do PT na gestão nacional do aparelho do Estado -, a reprodução da ortodoxia econômica atrelada ao capital financeiro e a manutenção do processo intenso de acumulação originária do capital.

Para o comando da equipe econômica, Antonio Palocci foi confirmado ainda em 2002 como Ministro da Fazenda. De acordo com Secco (2011), Palocci foi um dos sujeitos expoentes de uma ala do PT que defendeu durante a década de 1990 a doutrina neoliberal e que realizou, inclusive, quando esteve à frente da prefeitura de Ribeirão Preto (SP), processos de privatização ressaltando-os como aspectos inegáveis da “modernização do Estado”¹⁵⁰. Ao longo do seu período no ministério, ele enfatizou sistematicamente o “crescimento espetacular” do agronegócio e a necessidade de mais incentivos à esse setor econômico que seria fundamental para o equilíbrio da balança comercial brasileira.

Junto à Palocci na direção econômica encontrava-se Henrique Meirelles, nomeado à presidência do Banco Central, permanecendo no cargo durante as duas

¹⁵⁰ Antonio Palocci foi prefeito de Ribeirão Preto (SP) entre 1993 e 1996 e 2001 e 2002. Nather (2007) indicou que uma das “marcas” de suas administrações foi o estímulo assertivo na realização de “parcerias publico-privadas” (NATHER, 2007, p. 73) e as profundas ligações da Prefeitura com os proprietários de terra. A assim chamada abertura de capitais das ações da concessionária municipal Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto (Ceterp) pôs à venda pouco mais de 45% das suas ações em agosto de 1995 (com abertura de capital e transformação em sociedade de economia mista). Além disso, a administração de Palocci privatizou o serviço de esgotamento sanitário da cidade. O processo gerou ampla repercussão, com críticas pelo Sindicato dos Telefônicos e pelas tendências da esquerda interna ao PT que classificavam a gestão municipal de Palocci como neoliberal.

gestões de Lula (2003-2010)¹⁵¹. Executivo umbilicalmente ligado ao capitalismo financeiro, Meirelles foi presidente mundial do *BankBoston* entre 1999 e 2002, conduziu o *Global Banking* do *FleetBoston Financial* (junção do *Bank Boston* com *Fleet Financial Group*) e era, naquele momento, o deputado federal mais votado pelo PSDB de Goiás quando escolhido por Lula. Sua indicação demonstrava que a condução da política econômica, efetivamente, não se alteraria em relação as perspectivas mais gerais dos presidentes do BC durante os governos de FHC. Já na sabatina da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (responsável pela aprovação da indicação) realizada em dezembro de 2002, Meirelles afirmava que conduziria a política econômica “sem surpresa e sobressaltos” e que haveria continuidade na economia, seguindo marcos estabelecidos pelo ocupante anterior da presidência do BC, Armínio Fraga. Além disso, afirmava que Lula concordava com a gestão independente do Banco Central e que conduziria rigidamente uma disciplina fiscal e monetária (MEIRELLES, 2002). Meirelles era explicitamente contrário a qualquer ensaio de heterodoxia na economia, fundamentando uma condução política baseada no assim chamado “regime de metas de inflação”, a partir do uso da taxa de juros alta como instrumento de política para combater a inflação (MEIRELLES, 2004). Na retórica do representante do capitalismo financeiro assentado no BC, esse instrumento seria o adotado em todos os “países civilizados”.

Nas profundas ligações da gestão petista com a economia do agronegócio, foram escolhidos para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Luiz Fernando Furlan, presidente do conselho de administração do grupo Sadia (atual *BR Foods*, sigla para *Brasil Foods*, importante representante do agronegócio brasileiro no processo de mundialização da agricultura), acionista e neto do fundador Attilio Fontana da empresa e à época vice-presidente da Fiesp; para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento foi nomeado Roberto Rodrigues, proprietário de terra nas regiões de Ribeirão Preto e no sul do Maranhão¹⁵², produtor de soja, cana e laranja, representante do patronato rural

¹⁵¹ Meirelles foi escolhido novamente em 2016 como nome para “satisfazer o mercado” no governo interino de Michel Temer, ocupando o cargo de Ministro da Fazenda.

¹⁵² Em reportagem, Cardoso e Balmer (2004) argumentam sobre nova frente de expansão capitalista da agricultura na região conhecida como MATOPIBA (fronteira de acumulação originária do capital entre os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) em que Roberto Rodrigues possui propriedade: “O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, é um dos empresários que transferiram parte das suas atividades para o Norte. Ele investiu no cerrado do sul do Maranhão, na região de Balsas. Em 1994, Rodrigues e mais dois sócios venderam três fazendas em Minas Gerais e

tendo sido presidente da Sociedade Rural Brasileira, vice-presidente da Sociedade Nacional da Agricultura, da Organização das Cooperativas do Brasil e da Associação Brasileira de Agribusiness (atualmente Associação Brasileira do Agronegócio). Rodrigues foi também professor do Departamento de Economia Rural da UNESP – Jaboticabal e membro do Conselho do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) da FEA-USP.

Como algumas das medidas conduzidas diretamente pelo aparelho do Estado nessa associação entre grandes proprietários de terra, Estado e capitalismo financeiro, constatamos o *estímulo à expansão da produção e comercialização de transgênicos*, vide a MP 113 relatada por Josias Gomes (PT-BA) de 25 de março de 2003 que autorizava a comercialização da safra sojifeira 2003/2004 para os proprietários de terra que haviam adquirido sementes com organismos geneticamente modificados (BRASIL, 2003a) e a MP 131 de 25 de setembro de 2003, relatada por Paulo Pimenta (PT-RS) conhecida também como Lei dos Transgênicos, que autorizava, além da comercialização, o plantio de soja transgênica para a safra de 2004 (BRASIL, 2003b). Medida em claro alinhamento com a economia do agronegócio que plantara de forma ilegal transgênicos no Brasil¹⁵³. Em 24 de março de 2005, a lei de regulamentação do plantio e da

compraram áreas em São Raimundo das Mangabeiras, onde formaram a fazenda Serra Vermelha. A fazenda passou a ser tocada pelos filhos dos sócios, que não tinham como crescer nas regiões onde seus pais começaram a atividade, São Paulo e Minas Gerais. A Serra Vermelha cresceu e tem 6.500 hectares de lavoura. A maior parte é soja, com 4.700 hectares, além de 350 hectares de arroz e o restante de milho. Rodrigues está animado com o resultado deste ano: "A produtividade vai ser muito boa, acho que vamos fechar com a média de 55 sacas de soja por hectare". Além disso, na fronteira entre Jaboticabal (SP) e Guabira (SP) na região de Ribeirão Preto, Roberto Rodrigues possui a fazenda Santa Izabel de 1,1 mil hectares".

¹⁵³ A empresa Monsanto realizou entre 1998 e 2005 um conjunto de pedidos de autorização para a comercialização em larga escala da sua soja transgênica, a *Roundup ready*. A estratégia empresarial foi patentear novas espécies de sementes transgenicamente modificadas no Brasil e simultaneamente realizar pedidos de autorização judicial para a sua comercialização em diversas instâncias, estaduais e nacionais. A liberalização dos transgênicos contava com apoio de diversas frações dos grandes proprietários de terra no Brasil, vide por exemplo o conjunto de lobbies estabelecidos pela bancada ruralista durante o segundo mandato de FHC e primeiro mandato de Lula, relatados por Menasche (2004). Entretanto, o cultivo de transgênicos no Brasil estava proibido pela sentença da 11ª Vara de Justiça de São Paulo. Tal sentença estabelecia a proibição à União de autorizar o plantio comercial de soja transgênica enquanto não houvesse regulamentação da comercialização de produtos geneticamente modificados e realizar estudo prévio de impacto ambiental (Eia-Rima). Ao mesmo tempo, ocorria contrabando de sementes da Argentina e do Paraguai, a compra ilegal de produção de milho e soja transgênicos de países que já haviam liberado a produção e os cultivos ilegais recebiam certa anuência do aparelho do Estado com a baixíssima fiscalização. Como oposição à proposta de liberalização de transgênico no Brasil se formou a rede *Brasil livre de transgênicos* e a manifestação da SBPC de necessidade de maiores estudos técnicos dos impactos da produção de OTM. O PT afirmava no caderno temático *Vida Digna do Campo* que "Manter a moratória provisória na produção, comercialização e consumo dos produtos transgênicos, sem desprezar os investimentos públicos na

comercialização de transgênicos, denominada de Lei de Biossegurança, foi aprovada sob amplos *lobbies* da bancada ruralista do Congresso Nacional, de empresas transnacionais de biotecnologia (tais como Monsanto, Bayer, Basf e Syngenta, principalmente) e do agronegócio brasileiro com a anuência do governo federal.

Além disso, efetivava-se uma contundente política de *incentivos econômicos para a expansão da agricultura capitalista e para a obtenção de saldos na balança comercial a partir da exportação de commodities*, ou seja, concretizada com o sistemático aumento no volume de créditos rurais, disponibilidade de recursos financeiros (com linhas de financiamento de bancos públicos específicos para o setor), associado à redução das taxas de juros específicas para o agronegócio¹⁵⁴ e sucessivas recomposições da dívida agrária com os bancos. Com a expansão dos mercados chinês e estadunidense, sobretudo entre 2003 e 2008, ocorreu vertiginosa expansão de alguns ramos de produção de commodities, tais como os *feedgrains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina e de aves) e celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais dominam a pauta de exportação da economia brasileira (DELGADO, 2012)¹⁵⁵. Delgado (2012) enfatiza ainda que ocorre a quadruplicação do valor das exportações em dólar: de 50 bilhões no período entre 1995 e 1999 para cerca de 200 bilhões ao final da década de 2000. Os

pesquisa, até a definição do perfil do mercado desses produtos, e o conhecimento científico sobre os seus reais impactos na saúde humana e no meio ambiente” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002c] 2016, p. 22). E também no caderno temático *Fome Zero*: “Coerentemente com o diagnóstico realizado de que o problema da fome do Brasil, hoje, não é a falta de disponibilidade de alimentos, mas o acesso a eles, não concordamos com a justificativa de que a produção de alimentos transgênicos ajude a combater a fome no país. Pelo contrário, a liberação da produção de transgênicos promoverá uma maior dependência dos produtores dessa tecnologia que, além de mais cara, é monopólio de empresas multinacionais (cerca de 90% das variedades em teste no Brasil são patenteadas por apenas seis empresas multinacionais, que estão entre as maiores do mundo). Além disso, agravaria a atual dependência por outras tecnologias associadas, como uso de herbicidas e outros insumos, para os quais essas plantas são resistentes. O cultivo de produtos transgênicos poderá prejudicar o acesso aos mercados externos importantes para o Brasil, que exigem áreas livres de transgênicos e pode promover uma poluição genética com resultados imprevisíveis. Dessa forma, o Projeto Fome Zero apóia as propostas da Campanha Nacional Por um Brasil Livre de Transgênicos, que envolve diversas entidades e ONGs ligadas aos movimentos sociais e ambientais” (PARTIDO DOS TRABALHADORES, [2002d] 2016, p. 87).

¹⁵⁴ O volume de crédito para o setor cresceu cinco vezes do Plano Safra 2002/2003 para o Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015: de R\$ 27,6 bilhões da safra 2002/2003 (estabelecido no último ano do segundo mandato de FHC) para os R\$ 156,1 bilhões da safra 2014/2015, conforme ressalta entusiasticamente a seção Agronegócio do Instituto Lula. Conforme já destacamos no ano de 2016 foram aprovados mais de R\$ 202 bilhões de créditos, voltados especialmente para o agronegócio.

¹⁵⁵ No período entre 2000 e 2008, segundo dados compilados por Delgado (2012), as exportações de commodities tiveram as seguintes taxas médias anuais de crescimento: carne bovina 15%, carne de frango 12%, soja 9,8%, milho 10,6% e o binômio açúcar-álcool 15%.

contundentes saldos comerciais via economia do agronegócio atingidos no governo Lula no período entre 2003 e 2007 explicitam o compromisso político-econômico com a exportação de *commodities* e para a “recomposição das condições de [realização de] renda diferencial extra” (DELGADO, 2012, p. 101).

Há também no governo Lula um estímulo à *fusões, aquisições e associações com “a formação de novos grupos econômicos mundializados” na agricultura* (OLIVEIRA, 2015, p. 238). Ou seja, o processo de mundialização da agricultura que se fundamenta na interpretação de Oliveira (2015) na tríade produção de *commodities*, abertura de capitais e ações nas bolsas de mercadorias e de futuros e na formação das empresas monopolistas mundiais é incentivado pelas medidas políticas adotadas em favor de um “reposicionamento” do agronegócio brasileiro em escala mundial. No Brasil, constata-se que o estímulo ao processo de mundialização da agricultura brasileira com a abertura do capital e o lançamento das ações em bolsa de valores ocorrem, principalmente, nas gestões de Lula e Dilma:

Assim, na BM&FBovespa estão as ações da Duratex S/A (1966), da Suzano Papel e Celulose S/A (1980), da Eucatex S/A Indústria e Comércio (1994), da Cosan S/A (2005), da *Brasilagro – Cia Brasileira de Propriedades Agrícolas* (2006), da Klabin S/A (2006), da Vanguarda Agro S/A (2006), da SLC Agrícola S/A (2007), da JBS S/A (2007), da Marfrig Alimentos S/A (2007), da Minerva S/A (2007), da Cosan LTD (2007), da São Martinho S/A (2007), da Tereos Internacional S/A (2007), da Satipel Industrial S/A (2007), da Fibria Celulose S/A (2009), da BRF S/A (2009) e da Biosev S/A (2013). É necessário destacar que, em 2007, a SLC Agrícola S/A tornou-se a primeira “fazenda” empresa de capital aberto do mundo a colocar ações em bolsas. (OLIVEIRA, 2015, p. 241, sem grifo no original).

Verifica-se também um estímulo iniciado ainda no primeiro governo Lula ao *processo de territorialização dos monopólios, isto é, à expansão do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal, especialmente dos setores sucroenergéticos*¹⁵⁶ (BELLENTANI, 2014) e de celulose, papel e madeira plantada

¹⁵⁶ Na inauguração do Complexo Industrial da Perdigão em Mineiros (GO), o presidente Lula afirmou em março de 2007 que os usineiros antes vistos como vilões agora seriam de fato heróis nacionais devido aos incentivos de modernização para a produção do etanol e da condução das políticas do Estado: “Os usineiros estão virando heróis nacionais porque todo mundo está de olho no álcool combustível, que agora tem uma política séria” (DE GOIS, 2007). O etanol brasileiro foi alardeado como alternativa para a crise energética e fundamental para o combate à poluição ambiental proveniente da queima de combustíveis fósseis. A manutenção de condições degradantes de trabalho (e o descumprimento da função de terra de trabalho), trabalho análogo à escravidão e descumprimento da função ambiental da terra no assim chamado setor sucroenergético foram ressaltados por diversos trabalhos.

que receberam amplo incentivo político e econômico (MALINA, 2013). Além disso, constata-se associadamente o estímulo ao controle monopolístico do território das empresas de comercialização [trading companies] e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que não produzem diretamente no campo, porém, controlam através de mecanismos de subordinação a produção dos camponeses e dos capitalistas produtores do campo, tais como o crescimento de empresas como JBS S/A e a BRF S/A.

O assim chamado pós-neoliberalismo (SADER, 2011) nascia ungido pelo arranjo político, econômico e social de classe que instituiu o neoliberalismo. E mais, a conquista do poder político do PT não significou uma alteração do capitalismo rentista brasileiro e nem um reformismo modificador dos seus fundamentos sociais, políticos e econômicos no campo brasileiro. A reprodução da aliança entre terra e capital pelas administrações federais do aparelho do Estado produziu não somente uma esquerda do capital conforme argumenta Coelho (1998), mas uma esquerda articulada as frações do capitalismo industrial, financeiro e bancário e também ao latifúndio “modernizado” substanciado na economia do agronegócio. Ou seja se produziu na conquista do poder político do PT uma *esquerda rentista*.

Em suma, e segundo a avaliação crítica de Filgueiras e Gonçalves (2007) sobre as políticas econômicas e agrárias do primeiro mandato do governo de Lula da Silva (2003-2006), constata-se que nesse período desenvolveu-se um processo de adaptação passiva e regressiva do país ao sistema econômico internacional e ao sistema mundial de comércio, em particular. A maior competitividade internacional centrou-se nos produtos intensivos, em recursos naturais e, nos aspectos centrais, prolongou a doutrina neoliberal desenvolvida na década de 1990 por Fernando Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). As políticas voltadas para o agronegócio foram características da forma subalterna e marginal de entrada brasileira no mercado internacional. Assim, Carvalho Filho (2013) constatou que, adotando esse modelo econômico, a condição colocada foi a centralidade da pauta de exportação de *commodities* em vultosas quantidades a fim de equilibrar a balança comercial. Essa “estratégia retrógrada” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007) substanciou enormemente o poder político dos latifundiários e fez dos governos petistas, duplamente, aliados e reféns da bancada ruralista do Congresso e do Senado Federal e dos interesses agroexportadores do Ministério da Agricultura e do

Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. No âmbito do primeiro mandato foram aprovados a liberação do plantio de transgênicos na agricultura e um conjunto de medidas compensatórias para um câmbio valorizado. Além disso, no papel de protagonista político, o agronegócio efetivou uma política externa de negociações comerciais multilaterais no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) no atendimento de interesses dos setores sucroenergéticos e de produção de grãos e carnes.

Cabe ressaltar que o primeiro mandato do governo de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2006) foi um momento inicialmente histórico de esperança, por parte dos movimentos sócioterritoriais de realização efetiva da reforma agrária. Oliveira (2007; 2010b; 2011b) afirmou, porém, que a marca do primeiro mandato foi a efetivação da *não-reforma agrária*, isto é, a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado publicamente pelo ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto¹⁵⁷ em 21 de novembro de 2003, não realizou a pauta histórica dos movimentos sócioterritoriais da distribuição de terras (e desconcentração fundiária), mas justamente o oposto: a reforma agrária, tal como foi realizada, acoplou-se à expansão do agronegócio no Brasil.

Segundo Oliveira (2011b, p. 55-56)

A esperança foi desaparecendo com o não cumprimento das metas de assentamento de novas famílias e pela divulgação enganosa dos números das Relações de Beneficiários (RBs) emitidas, que somavam assentamentos com regularização fundiária, reconhecimento de assentamentos antigos, reassentamentos de atingidos por barragens, etc. O que já vinha se apontando era a não reforma agrária, ou melhor, a reforma agrária que o agronegócio queria. Assim, a política de reforma agrária do governo do PT no primeiro mandato foi marcada por dois princípios: não fazê-la nas

¹⁵⁷ Miguel Rosseto é ligado à tendência do PT Democracia Socialista (DS). A DS esteve à frente do Ministério do Desenvolvimento Agrário durante as duas gestões de Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff, com Miguel Rosseto (2003-2006; 2014), Guilherme Cassel (2006-2010), Afonso Florence (2011-2012) e Pepe Vargas (2012-2014). No início do segundo mandato Patrus Ananias, da corrente majoritária do PT, a CNB, assumiu o comando do MDA. A DS, na origem de inspiração trotskista, com seus representantes à frente do MDA foi reprodutora de uma visão da agricultura familiar e do empresariamento rural: "Temos que superar essa cultura do passado que trata a reforma agrária como algo diferente do que é: uma obrigação constitucional, um dever da sociedade brasileira, com regras e normas. Temos que nos livrar da agenda do passado e tirar o sentido de conflito da reforma agrária. Nós não entraremos no século XXI enquanto persistirem estruturas agrárias do século XVII no Brasil. As cidades não agüentam mais. Elas não respiram mais. O fato é que, por conta de uma ideologia que prega que "a cidade é moderna e o futuro e o campo são o atraso" um conjunto muito importante de políticas públicas voltadas para o campo não foram efetivadas. *Nós precisamos ter uma política agrícola que dê condições não apenas ao grande empresário rural, mas também ao pequeno empresário rural*" (ROSSETO, 2003, sem grifo no original).

áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela pudesse “ajudar” o agronegócio.

A partir das interpretações de Oliveira (2007b; 2010; 2011a; 2011b; 2016), Delgado (2012) e Carvalho Filho (2004) constatamos sete processos que evidenciavam a não-reforma agrária do primeiro governo Lula: o primeiro representava, segundo Oliveira (2007; 2016) os embates entre duas concepções de reforma agrária, uma que analisava a reforma agrária como política social compensatória e submetida ao Programa Fome Zero (interpretação da Secretaria Agrária petista, inclusive das tendências de esquerda do PT a partir de uma concepção etapista da história e também de pólos do sindicalismo, especialmente da secretaria rural da CUT, CONTAG, FETRAF) e uma outra interpretação da reforma agrária como política de desenvolvimento econômico, social e político visando a soberania alimentar do país (representada principalmente pelos movimentos socioterritoriais tais como o MST e a CPT). A derrota da segunda frente à primeira suscitou a exclusão dos movimentos socioterritoriais da Via Campesina na representação política no MDA/INCRA, a demissão do então presidente do INCRA, o geógrafo Marcelo Resende ligado à concepção de reforma agrária como um amplo processo de desconcentração fundiária, e o engavetamento do projeto de Plano de Reforma Agrária conduzido por Plínio de Arruda Sampaio que previa, dentre outras medidas o assentamento de 1 milhão de famílias (OLIVEIRA, 2007b; 2016; CARVALHO FILHO, 2004).

O segundo processo, ainda em sentido político-ideológico, foi a nova rodada de ascensão do discurso da ausência de necessidade histórica da reforma agrária devido ao processo de modernização do campo. A novidade, de acordo com Oliveira (2007b), foi que esse discurso se realizava, inclusive, no interior de parte dos movimentos sócioterritoriais comprometidos historicamente com o potencial transformador/revolucionário da luta pela terra, especialmente quando mobilizado como crítica e enfrentamento classista ao capitalismo rentista brasileiro.

O terceiro se referia ao reformismo gradual, moderado e conciliador com o agronegócio contido do II Plano Nacional de Reforma Agrária, fundamentado no argumento da reforma agrária que “combine qualidade e quantidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos” e no “planejamento das áreas reformadas (...) articulado com o das ações dirigidas à agricultura familiar e às comunidades tradicionais, criando sinergias e um dinamismo que possibilitaria a intensificação da

pluriatividade e o aumento da renda da família rural” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2003, p. 8). O II PNRA, concretizava a diminuição da proposta do número de famílias assentadas em comparação àquelas concretizadas em planos de governo anteriores (800 mil na campanha de 1994 e 1 milhão de famílias nas campanhas de 1989 e 1998), mesmo assim o governo apregoava a realização da maior reforma agrária da história do Brasil¹⁵⁸. Verifica-se também a vitória do argumento da reforma agrária como empresariamento no campo.

Pode-se enfatizar ainda, como quarto processo, certo recuo político dos movimentos sócioterritoriais que portavam a expectativa do cumprimento da meta apresentada pelo governo de 400 mil famílias assentadas, associado ainda às alianças políticas e certa aproximação das proposições sobre a reforma agrária do Partido dos Trabalhadores e do MST (OLIVEIRA, 2007b).

De acordo com Oliveira (2007b) há ainda mais três outros elementos fundamentais da não-reforma agrária do governo Lula: o crescimento exponencial da grilagem de terra na Amazônia e a estratégia da compra de terra pelo INCRA no Sudeste e Sul do país, a não revisão dos índices de produtividade¹⁵⁹ e a ampliação estatística nos dados divulgados pelo INCRA, no que se referia aos números de assentados da reforma agrária. Podemos verificar essa assertiva nos dados desagregados sobre desapropriação de terras, visto que foram incorporados mais de 32,2 milhões de hectares em área dos assentamentos para fins de reforma agrária, e destes apenas cerca de 2,4 milhões adviram de áreas desapropriadas, isto é, áreas novas incorporadas de fato ao programa de reforma agrária. E mais, das 261.840 famílias assentadas, somente 65.154 famílias foram aquelas instaladas em

¹⁵⁸ No II PNRA ficava explícito que “Suas metas representam a realização do maior plano de reforma agrária da história do Brasil. Até o final de 2006 serão 400 mil novas famílias assentadas; 130 mil famílias terão acesso a terra por meio do crédito fundiário e outras 500 mil adquirirão estabilidade na terra com a regularização fundiária. São mais de 1 milhão de famílias beneficiadas e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho gerados” (BRASIL, 2003c, p. 5).

¹⁵⁹ De acordo com Farah e Oliveira (2015) e Oliveira (2016) é uma farsa aventada a produtividade da terra no Brasil. O país possui 850 milhões de hectares de terra, e analisando-se o cadastro do Incra, mesmo com os índices de produtividade de 1975, há 175 milhões de hectares improdutivos das grandes propriedades fundiárias (de um total de 318 milhões de hectares registrados), na própria declaração daqueles que se dizem proprietários de terra. As grandes propriedades que são de cerca de 130,5 mil imóveis, 66 mil destes imóveis foram considerados improdutivos, não atendendo aos critérios de função social da terra. Em suma, mesmo com a não revisão dos índices de produtividade, que permanecem os mesmos desde a ditadura civil-militar, parte significativa das terras dos grandes proprietários não cumpre um dos aspectos centrais da função social da terra referendada na Constituição Federal de 1988 qual seja, a da sua produtividade.

terras advindas de processos de desapropriação. O gráfico e os mapas a seguir elucidam a dimensão estatística e territorial dos argumentos ora explicitados.

GRÁFICO 6: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (governo Lula I, 2003-2006)

Fonte: PRIETO, G (org.) a partir de SIPRA/INCRA (2014), IBGE (2006) e Atlas da Reforma Agrária no Brasil (2016, inédito)

MAPA 19: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Lula I (2003-2006)

MAPA 20: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Lula I (2003-2006)

1.6.2. O segundo governo Lula: a contrarreforma agrária (2007-2010)

O segundo mandato de Lula da Silva¹⁶⁰ (2007-2010), de acordo com Oliveira (2010b; 2011b), revelaria um aprofundamento da negação da reforma agrária, consoante aos governantes neoliberais da década anterior, debutou sem que sequer a metade das metas das 540 mil famílias assentadas do II Plano Nacional da Reforma Agrária fosse atingida¹⁶¹. Além disso, o governo não elaborou o III PNRA (até hoje não redigido). Assim, a estratégia oculta e difusa do primeiro mandato revelava sua real intenção no segundo mandato: iniciar a contrarreforma agrária. No contexto dos oito anos do governo de Luis Inácio Lula da Silva desenvolveu-se uma passagem econômica, territorial, social e política da não-reforma agrária para a contrarreforma agrária (OLIVEIRA, 2010b; 2011a; 2011b), exemplarmente observável pelo projeto de regularização de terras griladas na Amazônia com o Programa Terra Legal¹⁶². Tal programa constitui a face central da contrarreforma

¹⁶⁰ Lula ganhou as eleições de 2006 com coligação entre o PT, o PCdoB e o PRB novamente com José Alencar como vice. Lula obteve no primeiro turno 48,61% dos votos contra Geraldo Alckimin (PSDB, aliado com o PFL e o PPS), o qual obteve 41,64%. No segundo turno Lula atingiu a marca de 60,83% dos votos (mais de 58 milhões de votos) contra 39,17% do candidato psdbista.

¹⁶¹ Segundo argumentação de Oliveira (2009a), no II PNRA, a Meta 1 (novas famílias assentadas) englobava “apenas os novos assentamentos produto da desapropriação ou obtenção de terras públicas para assentar as famílias acampadas e/ou já inscritas (cadastradas) como possíveis beneficiárias da reforma agrária”. Esta primeira meta prévia era, segundo Oliveira (2007), o assentamento de 540 mil famílias até 2007. Esta foi a meta da reforma agrária acordada em 2003 com os movimentos sociais e ampliada para 640 mil até 2008. Oliveira (2010a) argumenta que o II PNRA se encerra em 2006, e o governo petista implementou somente 149.490 assentamentos novos, ficando a diferença (231.929) para a regularização, reordenação e reassentamentos fundiários para se atingir a meta de 400 mil assentamentos novos segundo constava no II PNRA.

¹⁶² O Programa Terra Legal tem como fundamentos jurídicas anteriores as MPs 422 (aprovada em 25 de março de 2008 e convertida na Lei nº 11.763 de 1º de março de 2008) e 458 (aprovada em 10 de fevereiro de 2009 e convertida na Lei nº 11.952 de 25 de junho de 2009). Argumentávamos em 2009, Prieto e Verdi (2009), que a MP 422 (denominada de PAG - Plano de Aceleração da Grilagem) atendia aos interesses expressos pela bancada ruralista do Congresso Nacional (e que a medida se baseava em um projeto de lei de autoria do deputado federal Asdrúbal Bentes, do PMDB-Pará, pertencente à referida bancada), possibilitaria a legalização da grilagem na Amazônia. Com o princípio de igualar grileiros e posseiros, a MP 458 estabelecia que poderiam ser regularizadas “posses” de até 15 módulos fiscais (1.500 hectares) e autorizava a União a licitar áreas excedentes às regularizáveis até o limite de 2.500 hectares, dando preferência de compra aos seus ocupantes. A MP 458 foi, portanto, mais uma faceta da contrarreforma agrária do governo de Luis Inácio Lula da Silva (OLIVEIRA, 2009), que juntamente com outras medidas anteriores, transfere a terra, patrimônio público, para grileiros e/ou grandes proprietários, colaborando para expansão do agronegócio no Brasil e com a especulação fundiária. A Lei nº 11.952 que instituiu o Programa Terra Legal foi questionado pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4269) proposta pela procuradora-geral da República Deborah Duprat e atualmente se encontra sob relatoria do ministro do STF Luis Edson Fachin. A contestação judicial afirma que a lei se caracteriza por uma apropriação privada de vastíssimo patrimônio público (cerca de 15 vezes a extensão do estado do Rio de Janeiro e corresponde a mais de 13% da Amazônia brasileira e argumenta que “em diversos pontos, a Lei nº 11.952 instituiu “privilegios injustificáveis em favor de grileiros que, no passado, se apropriaram ilicitamente de vastas extensões de terra pública. Estas grilagens freqüentemente envolveram

agrária, isto é, a tentativa de legalização de mais de 67 milhões de hectares na Amazônia Legal com a regularização fundiária (a legalização e legitimação de diversas estratégias de grilo) de aproximadamente 296 mil imóveis rurais em 436 municípios em terras federais¹⁶³ não destinadas para todos aqueles que ocuparam (em expressa maioria, grilaram) a partir de ocupação mansa e pacífica: aquela exercida sem oposição e de forma contínua anteriormente à dezembro de 2004, com a igualização jurídica de grileiros e posseiros, pela farsa do discurso da estrangeirização de terras no Brasil (OLIVEIRA, 2011a) e também pelas tentativas de redução do tempo de resgate dos títulos de dívida agrária, a fim de tornar mais atrativa a aquisição de terras por meio da compra e venda¹⁶⁴. Fundamentava-se assim uma política econômica ortodoxa e voltada para a transformação do Brasil em plataforma de valorização econômica, baseada nas determinações do capitalismo financeiro¹⁶⁵ e reproduzindo e ampliando o capitalismo rentista à brasileira¹⁶⁶.

emprego extremo de violência, uso de trabalho escravo e degradação, em grande escala, do meio ambiente” (PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, 2009, p. 3).

¹⁶³ As terras federais destinadas ao processo de tentativa de legalização da grilagem pelo Programa Terra Legal são as terras devolutas situadas na faixa de cem (100) quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias, de acordo com o art. 1º do Decreto-Lei no 1.164, de 1º de abril de 1971; terras dos Municípios de Humaitá (AM), São Gabriel da Cachoeira (AM), Caracaraí (RR), Porto Velho (RO), Ji-Paraná (RO), Vilhena (RO), Altamira (PA), Itaituba (PA), Marabá (PA) e Imperatriz (MA), no parágrafo único do art. 1º do Decreto-Lei no 2.375, de 24 de novembro de 1987; remanescentes de núcleos de colonização ou de projetos de reforma agrária que tiverem perdido a vocação agrícola e se destinem à utilização urbana; terras devolutas localizadas em faixa de fronteira; ou registradas em nome do Incra, ou por ele administradas (BRASIL, 2009).

¹⁶⁴ Em 17 de junho de 2004, a Presidência da República encaminhou à Câmara dos Deputados a Medida Provisória n. 192, que objetivava regular de forma mais “atrativa” o pagamento de imóveis rurais para a aquisição de compra e venda de propriedades rurais. Além disso, a Medida Provisória buscava acelerar o pagamento de títulos da dívida agrária. Era o Estado novamente estimulando o mercado de terras e a especulação fundiária. A medida não foi aprovada, dentre os motivos dessa não implementação compreende-se que tal medida gerou na Câmara dos Deputados a possível revisão da Medida Provisória n.2.183-56 (que alterou a redação de parte da Lei n. 8.629 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária), especialmente no termo em que se refere à impossibilidade de desapropriação de terras por dois anos quando ocorre uma ocupação do latifúndio e na possibilidade aventada de expropriação de terras e não de desapropriação (capitalista) com pagamento de indenização prévia, justa e a partir de títulos da dívida agrária. Essas discussões foram motivadas fundamentalmente pelas emendas propostas pelo deputado federal Adão Pretto (PT-RS), que constam na Emenda n.21 que “determina que os imóveis adquiridos com recursos comprovadamente desviados do erário serão expropriados sem qualquer indenização e destinados aos programas de reforma agrária” e pela Ementa n.29, “o artigo acrescentado revoga o parágrafo 6º da Lei n. 8.629/93, que proíbe a vistoria, avaliação e desapropriação do imóvel vistoriado”. Assim, foi mais coerente com os interesses da bancada ruralista e dos latifundiários a revogação da Medida Provisória como um todo.

¹⁶⁵ Segundo Paulani e Pato (2005) e Paulani (2008), para compreender o momento do capitalismo financeiro brasileiro seria fundamental compreender os fundamentos econômicos que nos prendem ao centro do sistema. Em outros termos, os fundamentos de um processo de periferização da economia brasileira. Assim, para Paulani e Pato (2005) seria essencial analisar mais do que o consentimento à dominação, como apontam as discussões no âmago da teoria da dependência de

Paulani (2008) argumentava que as afinidades do governo Lula no plano econômico se fundamentavam em uma política de caráter ortodoxo baseada nos interesses dos mercados internacionais de capitais (e realizada por frações de classes capitalistas e de proprietários de terra em âmbito nacional), quais sejam, elevada taxa de juros, mudança no mercado cambial com a consequente facilitação do envio de recursos para o exterior, melhoria dos ambientes de negócio (defesa dos direitos dos credores via nova Lei de Falências) e desregulamentação do mercado de trabalho (a famigerada “flexibilização das leis trabalhistas”, isto é, perda substancial de direitos, marcadamente pela Reforma da Previdência), e nas políticas compensatórias de renda¹⁶⁷ (as políticas agrárias e sociais efetivas são postas em segundo plano, como complementos às políticas de compensação de renda). A determinação econômica de base neoliberal é o fundamento e a ortodoxia da mundialização do capitalismo brasileiro baseado, inclusive, na bancarização de políticas sociais (como a política de redistribuição de renda concretizada no Bolsa Família e sua importância contraditória) e de profunda subsunção das determinações econômicas sobre a Política. Pode-se observar que os recursos investidos em reforma agrária com a criação de novos assentamentos diminuíram significativamente no segundo governo Lula conforme atesta o gráfico abaixo:

Cardoso e Faletto (1970), dentre outros, mas a instituída relação de produzir uma sujeição econômica e mesmo uma servidão ao capitalismo financeiro. Há nesse momento uma dependência não mais consentida, mas desejada, com um regime de acumulação sob dominação financeira internacional (CHESNAIS, 1998) confirmado pela doutrina neoliberal desencadeada na década de 1990, iniciada nos governos Collor-Itamar Franco, fundamentalmente desenvolvida no governo FHC e referendada e potencializada nos governos Lula e Dilma.

¹⁶⁶ Destaca-se que essa tese não se baseia na compreensão do conceito de rentismo tal como exposto em Paulani (2013). Consideram-se suas análises pertinentes e de validade para a compreensão de determinados processos do capital financeiro, e inclusive inserimos parte de suas contribuições para o entendimento da crítica da Economia Política do Partido dos Trabalhadores, mas a compreensão de capitalismo rentista aqui exposta baseia-se nos argumentos desenvolvidos sobretudo por Martins ([1979] 1996; 1994), Oliveira (1997; 2007; 2004; 2010a) e Paulino (2006; 2012). Essa argumentação será explicitada mais a frente.

¹⁶⁷ De acordo com Carvalho (2015), a maior arrecadação tributária e o menor grau de restrição externa, facilitados pela exportação de *commodities*, contribuíram para criar as bases para uma redistribuição de renda feita na margem, ou seja, evitando o conflito com as estruturas que reproduzem o poder da aliança de classe entre terra e capital. No Brasil, essa redistribuição fundou-se em políticas de transferência de renda e de reajustes maiores no valor real do salário mínimo, evitando, por exemplo, uma reforma tributária progressiva ou mudanças institucionais na macroeconomia (CARVALHO, 2015).

GRÁFICO 7: Gastos com assentamentos, em reais (2001–2011)

* Os valores foram corrigidos com IPCA-IBGE

Fonte: Magalhães (2011) a partir de dados do SIGABRASIL (Sistema Brasileiro da Execução Orçamentária)

Assim, durante os governos de Lula da Silva, as principais políticas agrárias não têm a reforma agrária como mote, muito menos um debate aprofundado sobre a função social da terra. Há, sobretudo, o incentivo à expansão da exportação de *commodities*, política voltada para atender o processo de formação de amplas reservas internacionais, fundamentais para a consolidação da internacionalização da economia e o processo de mundialização da agricultura brasileira, políticas de incentivo aos investimentos internos, organizados através da consolidação do complexo sucroenergético e o conjunto de medidas provisórias, consolidadas no Programa Terra Legal, que realizam a regularização fundiária da grilagem de terra, conforme analisou Oliveira (2011b). Esse é o movimento da contrarreforma agrária: o esvaziamento dos sentidos políticos e econômicos da questão agrária no segundo mandato do governo Lula (2007-2010) e aprofundado pelos governos de Dilma Rousseff (2011-2016).

A questão da propriedade da terra apresenta-se como um elo fundamental para a compreensão do capitalismo rentista à brasileira, visto que as políticas

desencadeadas ao longo do século XXI reproduzem a lógica de alianças políticas, econômicas e sociais entre terra e capital. No entendimento proposto por essa tese, é importante analisar também a questão da desapropriação de terras, especialmente porque a hipótese desse trabalho se fundamenta na compreensão de que tal mecanismo jurídico, longe de negar a propriedade, reforça-a. Instala-se, com isso, uma contradição, que é eminentemente negativa para o campesinato, pois quando ocorre um processo de desapropriação esse é recorrentemente favorável aos latifundiários, visto que a Constituição de 1988 dispôs que a indenização deverá ser justa, prévia e paga em títulos da dívida agrária (salvo as benfeitorias, que devem ser pagas em dinheiro). O processo para a efetivação do direito à terra aos camponeses é demorado¹⁶⁸ e conta ainda com a criminalização das lutas sociais consolidadas pelo Poder Judiciário, recorrentemente favorável aos interesses dos latifundiários¹⁶⁹. Além disso, a Constituição resguarda a propriedade produtiva e

¹⁶⁸ De acordo com a análise de Lerrer *et al.* (2012) sobre a questão da desapropriação de terras pelo Judiciário brasileiro, os processos de desapropriação se arrastam por anos pelas varas agrárias federais e os juízes não apreciam de forma célere a imissão prévia na posse dos imóveis, como garantido pela Lei Complementar 76 de 6 de julho de 1993 (que disciplina o rito especial das ações de desapropriação). Advogados dos camponeses sistematicamente se queixam da morosidade e demora nos processos de desapropriação pelo Poder Judiciário e de que os juízes deliberadamente suspendem e embargam processos de desapropriação a partir de múltiplos mecanismos jurídicos, na maioria das vezes, favoráveis aos latifundiários. Segundo dados levantados por Lerrer *et al.* (2012) na Procuradoria Geral do INCRA, em março de 2010, existiam aproximadamente 265 ações judiciais suspendendo processos administrativos de desapropriação em trâmite em todo país, no âmbito da Justiça Federal.

¹⁶⁹ Uma questão que revela o papel conservador do Judiciário brasileiro refere-se à interpretação dos juristas quanto à questão das ocupações de terra. A polêmica no campo jurídico referente à matéria é se propriedades ocupadas podem ser desapropriadas para fins de reforma agrária. Desde maio de 2000, a Medida Provisória n.2027-38, reeditada em 24 de agosto de 2001 (Medida Provisória 2.183-56), ambas na presidência de FHC, introduziram de acordo com Lerrer *et al.* (2012) alguns artigos que buscaram tornar ilegais e deslegitimar as ocupações de terra realizadas por movimentos camponeses e de trabalhadores rurais. Nota-se no artigo 2º parágrafo 6 da Medida Provisória 2.183-56: “O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações” (BRASIL, 2001, p. 538). Esse novo dispositivo de criminalização da luta pela reforma agrária impede a realização de processos de desapropriação. Assim, é interessante analisar como frações do Poder Judiciário interpretam essa lei. O Supremo Tribunal Federal (STF) compreendeu que há possibilidade de desapropriação desde que a ocupação tenha ocorrido posteriormente à vistoria que se realiza em pequena parte da propriedade e que esta seja incapaz de causar a improdutividade da mesma (LERRER *et al.*, 2012), vide, por exemplo, os Mandados de segurança do STF n.23.054, 24.764 e 24.133. Essa interpretação não é unânime, pois verifica-se, por exemplo, na análise do Mandado de Segurança n.25.119 que dá ganho de causa à família de “Alcides Inácio de Freitas e outro(a/s)” proprietária da Fazenda Monjolo no município de Turvelândia (GO). Mesmo tendo a Procuradoria Agrária do INCRA demonstrado que a ocupação “se realizou em menos 1%” da propriedade e que em nenhum momento ficou demonstrado nos autos que a propriedade em questão era considerada produtiva, o processo de desapropriação não foi aprovado pelo STF (Ministro Celso de Melo). O

baseia-se em critérios de função social da propriedade enfaticamente economicistas, conforme atestou Marés (2003; 2010). Entretanto, quando não se realizam processos de desapropriação, o latifúndio improdutivo permanece, mantendo-se a estrutura fundiária concentrada. Constata-se assim que, de qualquer maneira, os proprietários de terra têm seu direito à propriedade praticamente e absolutamente resguardado, ora na drenagem de tributos do Estado para o pagamento da renda da terra (a terra como sua reserva de valor), ora na manutenção da terra como reserva patrimonial.

É possível demonstrar esse processo na análise das formas de obtenção de terras para fins de reforma agrária. A reforma agrária efetiva advinda da desapropriação dos latifúndios improdutivos nos dois mandatos do governo Lula (2003-2010) foi menor que metade daquela alcançada pelos dois mandatos anteriores de Fernando Henrique Cardoso¹⁷⁰, conforme atesta o Gráfico 8 a seguir, a partir de dados do INCRA.

Supremo Tribunal de Justiça interpretou na súmula n.354 a Medida Provisória 2.183-56 da seguinte forma e sentenciou em 27 de julho de 2007: “a invasão do imóvel é causa de suspensão do processo expropriatório para fins de reforma agrária”.

¹⁷⁰ Reforça-se que as desapropriações de terra nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso foram frutos de pressão dos movimentos sócioterritoriais por reforma agrária, sobretudo a partir dos massacres de camponeses em Corumbiara (1995) e Eldorado do Carajás (1996) conforme já discutimos anteriormente. Nesse sentido, não foi produto de processo de conscientização política do PSDB sobre tal questão. A pressão realizada por movimentos sócioterritoriais e sindicais no campo na década de 1990 e início da década de 2000 obrigaram o Estado a realizar políticas efetivas de reforma agrária. Foi a força política do campesinato como classe social que impeliu o aparelho do Estado.

GRÁFICO 8: Área (ha) desapropriada para fins de reforma agrária, por governo (1985-2014)

Fonte: PRIETO, G (org.) a partir de SIPRA/INCRA (2014), IBGE (2006) e Atlas da Reforma Agrária no Brasil (2016, inédito)

A partir das análises de Oliveira (2010b) e Oliveira e Faria (2012), constatamos que o reconhecimento de assentamentos antigos, processo que já ocorria desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, suplantava a desapropriação. É fundamental ressaltar, ainda de acordo com estes autores, que o governo FHC iniciou a prática reproduzida pelas administrações petistas de incorporação do reconhecimento de assentamentos antigos como forma de ampliar os números da reforma agrária, buscando inflar a quantidade de assentados e assentamentos de reforma agrária. Assim, se constata que desde o segundo governo de FHC, o reconhecimento foi a principal forma de obtenção de terras.

Enfatiza-se que o reconhecimento de assentamento não altera a estrutura fundiária concentrada. De fato, somente ao se realizar a desapropriação para fins de reforma agrária, ou seja, a desapropriação de imóveis que não cumprem a função social da propriedade, o Estado pode realizar sua tarefa (na verdade, dever) constitucional de realização da reforma agrária *com* desconcentração fundiária. Esse instrumento de *ampliação estatística da reforma agrária* foi reproduzido no governo Lula. Para escamotear que o II PNRA não fora cumprido, Oliveira (2009a) e Oliveira e Faria (2012) demonstraram que das 400 mil famílias que deveriam ser assentadas

segundo o Plano¹⁷¹, somente no primeiro mandato de Lula, apenas menos de 150 mil advinham de assentamentos novos. No cômputo geral, a desapropriação é cerca de seis vezes menor que o reconhecimento nas formas de obtenção de terra para a construção de assentamentos para a reforma agrária.

GRÁFICO 9: Área (ha) total incorporada para fins de reforma agrária, por governo (1985-2014)

Fonte: PRIETO, G (org.) a partir de SIPRA/INCRA (2014), IBGE (2006) e Atlas da Reforma Agrária no Brasil (2016, inédito)

Assim, o total de famílias assentadas no segundo mandato de Lula foi de 98.200 famílias, sendo 32.253 delas em áreas desapropriadas para fins de reforma agrária. Dos mais de 16,5 milhões de hectares de área contabilizados como reforma agrária apenas cerca de 1,2 milhões de hectares foram terras desapropriadas.

¹⁷¹ Os dados oficiais demonstram que foram assentadas cerca de 380 mil famílias até 2006.

GRÁFICO 10: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (Lula II, 2007-2010)

Fonte: PRIETO, G (org.) a partir de SIPRA/INCRA (2014), IBGE (2006) e Atlas da Reforma Agrária no Brasil (2016, inédito)

Podemos verificar a territorialização dos dados nos mapas a seguir:

MAPA 21: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Lula II (2007-2010)

MAPA 22: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Lula II (2007-2010)

Enfim, é importante observar ainda que no período entre 2003 e 2010, conforme os dados da Estatística Cadastrais do Incra de 2010 a concentração fundiária no Brasil aumentou ao longo dos dois governos de Luis Inácio Lula da Silva:

TABELA 7: Evolução da concentração da propriedade da terra no Brasil, por imóveis (2003-2010)

Classificação Imóveis	2003			2010			Crescimento da área por setor 2010/2003
	Número	Área (há.)	Peso s/área total	Número	Área(há.)	Peso s/área total	
1. Minifúndio	2.736.052	38.973.371	9,3%	3.318.077	46.684.657	8,2%	19,7%
2. Pequena Propriedade	1.142.937	74.195.134	17,7%	1.338.300	88.789.805	15,5%	19,7%
3. Média Propriedade	297.220	88.100.414	21,1%	380.584	113.879.540	19,9%	29,3%
4. Grande Propriedade	112.463	214.843.865	51,3%	130.515	318.904.739	55,8%	48,4%
a) Improdutiva	58.331	133.774.802	31,9%	69.233	228.508.510	(40,0%)	71,0%
b) Produtiva	54.132	81.069.063	19,4%	61.282	90.396.229	(15,8%)	11,5%
5. Total- Brasil	4.290.482	418.456.641	100%	5.181.645	571.740.919	100%	36,6%

Fonte: Teixeira (2013), a partir de cadastro do INCRA – Classificação segundo dados declarados pelo proprietário e de acordo com a Lei Agrária/93.

1.6.3. O primeiro governo de Dilma Rousseff: a supressão da reforma agrária como questão política, a negação da questão agrária e os limites do assim chamado neodesenvolvimentismo (2011-2014)

O PT permaneceu à frente do poder político nacional com a vitória de Dilma Rousseff¹⁷². A manutenção do superávit primário e a política cambial sinalizadas imediatamente enfatizaram o argumento de que Rousseff empreendia um discurso desenvolvimentista, mas na prática conduzia medidas ortodoxas concretizadas em políticas monetárias, creditícia e fiscal restritivas (GONÇALVES, 2011). Havia, em um sentido geral analisado por Gonçalves (2011) e Oliveira (2011b), continuidade

¹⁷² Dilma Rousseff foi eleita em ampla coligação (PT, PMDB, PCdoB, PDT, PSB, PR, PSC, PRB, PTC e PTN) denominada *Para o Brasil seguir mudando*, tendo como vice o ex-deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer. Em disputa com José Serra (aliança entre PSDB, DEM, PPS, PMN, PTB e PTdoB), a ex-ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula obteve no primeiro turno 46,91% dos votos contra 32,61% do psdbista. No segundo turno, o resultado foi a vitória com 56,05% contra 43,95% dos votos válidos. Na avaliação crítica de Gonçalves (2011), Dilma Rousseff foi eleita em um arranjo político que envolveu articulações com o Congresso, as centrais sindicais, as oligarquias fundiárias, o capital bancário, o agronegócio, o núcleo duro do grande capital e os partidos que se tornaram empresas por cotas limitadas.

em perspectiva econômica com o governo Lula da Silva, mas com uma nova conjuntura com os desdobramentos da crise mundial de 2008.

No que tange às políticas para o campo, o governo Rousseff aprofundou o processo de contrarreforma agrária sob o signo do desenvolvimento capitalista mundializado no país e, como se fosse possível, a bandeira da reforma agrária foi suprimida do horizonte político (OLIVEIRA, 2011b). Já no plano de governo de Dilma Rousseff existiam propostas de subordinação da reforma agrária ao plano de erradicação dos miseráveis da sociedade brasileira, eufemisticamente denominados de "pobreza extrema". Novamente, tal qual no primeiro mandato de Lula, a reforma agrária estava implicada em uma outra política considerada estratégica pela equipe governamental. Entretanto, a reforma agrária não era somente negada a partir de políticas de redistribuição de renda ou da ampliação estatística do número de assentados (decisões políticas que se mantiveram no governo Rousseff). Houve efetivamente um prolongamento da contrarreforma agrária iniciada no segundo mandato de Lula com a demonstração peremptória de que a reforma agrária seria combatida como política.

Durante o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014), o INCRA passou a ter como principal prioridade fornecer assistência técnica aos assentamentos, ao invés da realização da desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Em nome dos supostos interesses dos assentados, a reforma agrária foi colocada em segundo plano, ou seja, o fundamental acesso à terra aos camponeses e a função social da terra foram sumariamente descartados. Carvalho Filho (2013) enfatizou que a argumentação governamental tomou por base teórica e ideológica a pobreza como sinônimo dos índices de baixa produtividade dos assentamentos e o suposto atraso tecnológico (e também histórico) dos camponeses como responsável pela situação de precariedade. Delinearam-se, assim, medidas políticas de bloqueio à obtenção de terras tendo em vista políticas de melhoria dos assentamentos (apelidados pelo ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria Geral da Presidência da República, de "favelas rurais"¹⁷³ [MARTINS, 2013]).

¹⁷³ No programa *Bom dia ministro* do dia 08 de fevereiro de 2013, Gilberto Carvalho afirmava: "Não adianta a gente cometer a irresponsabilidade de distribuir muita terra e não permitir que o agricultor encontre na terra uma maneira de sobreviver. No Brasil, há muitos assentamentos que se transformaram quase em favelas rurais. Foi com essa preocupação que a presidenta Dilma fez uma espécie de freio do processo para um 'repensamento' dessa questão da reforma agrária e, a partir daí, tomarmos um cuidado muito especial sobre o tipo de assentamento que a gente promove" (MARTINS, 2013).

Para a política de combate à “pobreza extrema”, uma das ações do governo foi a inscrição de assentados no Cadastro Único de Programas Sociais (que possibilita, por exemplo, o direito ao recebimento do benefício Bolsa Família). Outra decisão do governo Rousseff foi que, dentre os fatores para a escolha das áreas para reforma agrária, foram priorizadas aquelas com “densidade de população em situação de pobreza extrema” e a “existência de ações no âmbito do plano *Brasil sem Miséria*”. Contudo, nem mesmo essa reforma agrária se efetivou.

O discurso do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, no ano final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, mais precisamente abril de 2014, era de que existiria uma “alteração da conjuntura agrícola” na qual não havia mais “tanta terra improdutiva como no passado” e que o governo estaria mais exigente com as terras que seriam adquiridas para fins de reforma agrária (ROSSETTO, 2014). Além disso, para Rossetto (2014) não seria necessário realizar a revisão dos índices de produtividade das propriedades fundiárias (para a definição de um dos critérios fundamentais do cumprimento da função social da terra, a verificação de que a terra é produtiva), visto que “houve uma padronização nas grandes lavouras” e “as tecnologias aplicadas no campo homogeneizaram as taxas de produtividade num patamar elevado, o que diminui a capacidade de captar terras para a reforma agrária” (ROSSETTO, 2014). Entretanto, conforme os dados referentes ao Cadastro de terras do INCRA divulgado em 2010 e as Estatísticas Cadastrais de 2014, a argumentação de Rossetto não é justificável na realidade concreta do campo brasileiro¹⁷⁴. A argumentação de Rossetto e da equipe governamental se apresenta como posicionamento político-ideológico da ausência de necessidade de reforma agrária no século XXI, assentado em uma visão de negação de existência do campesinato como classe social e de estímulo de uma visão de subordinação da agricultura camponesa ao agronegócio. E, também, de defesa do rentismo.

¹⁷⁴ “Houve uma mudança na conjuntura agrícola. Pelas regras do nosso País, a capacidade de obtenção de terras para fins de reforma agrária flutua conforme o descumprimento da sua função social. Hoje, não existe mais tanta terra improdutiva como no passado. Por um lado, os assentamentos elevaram as taxas de emprego no campo, o que diminui a pressão por trabalho. De outro, tivemos um desempenho importante do setor agropecuário, que vem aumentando suas taxas de produtividade. Isso, evidentemente, reduz o estoque de terras disponíveis. O Incra melhorou sua capacidade operacional, faz mais de 800 vistorias por ano. Mas o retorno deste trabalho é menor que dez anos atrás. E por quê? Há menos áreas improdutivas e mais exigências para qualificar uma área para a reforma agrária. Muitas terras não oferecem condições de solo, clima e localização adequadas para a agricultura. É preciso assegurar a subsistência das famílias com um certo excedente, para que elas possam prosperar” (ROSSETTO, 2014).

Além disso, o discurso oficial do dirigente do MDA era da necessidade de acoplar os “agricultores familiares” à suposta produtividade e modernização tecnológica do agronegócio brasileiro para que fosse realizada a “reforma agrária possível” no século XXI, adequada à nova e *moderna* realidade brasileira, assegurando “produção” e “qualidade de vida” (ROSSETTO, 2014).

Segundo Carvalho Filho (2013), esse conjunto de discursos pseudo-modernizadores era falso, pois ignorava que a reforma agrária implicava em um conjunto de políticas que incluíam desconcentração fundiária (com efetivas políticas de desapropriação como obrigação constitucional), produção de alimentos, saúde e educação. A totalidade da reforma agrária perpassa assim pela modificação da estrutura fundiária.

Nessa trajetória, não causa estranhamento que o governo de Dilma Rousseff seja aquele que menos desapropriou imóveis rurais e terras para a realização da reforma agrária nos últimos 20 anos, conforme representado no Gráfico 11.

GRÁFICO 11: Quantidade de imóveis rurais desapropriados por decretos presidenciais (1985-2015)

Fonte: SINDPFA (2016), a partir de dados de SIPRA/INCRA (2015).

Pode-se afirmar ainda que a marca do primeiro governo de Dilma Rousseff (2011-2014) foi simultaneamente a inexistência da reforma agrária e uma negação

político-ideológica da questão agrária como uma questão política¹⁷⁵. Na análise comparativa entre os governos FHC, Lula e Dilma, de acordo com os dados compilados do INCRA pelo SINDPFA (2016), constata-se que este último responde por cerca de 3% do total de áreas decretadas, apenas 216 imóveis rurais decretados como improdutivos com capacidade para assentar pouco mais de 10 mil famílias até março de 2016.

ILUSTRAÇÃO 1: A desapropriação para fins de reforma agrária em dados comparativos (1995-2015)

Fonte: SINDPFA (2016), a partir de dados de SIPRA/INCRA (2015).

¹⁷⁵ Os decretos presidenciais para o estabelecimento de novos assentamentos foram somente 216 áreas no primeiro mandato da presidenta. Nos dois primeiros anos apenas 86 áreas. Em dezembro de 2013, após mais de um ano sem a realização de nenhum decreto de desapropriação foram anunciadas 100 novas áreas simultaneamente por certa mobilização dos movimentos sócioterritoriais e com o temor governamental da indisposição política com a não publicação de nenhum decreto de desapropriação de terras (algo que não acontecia desde a ditadura-civil militar). Em 2014, no último ano do primeiro mandato de Rousseff foram decretadas apenas 30 novas áreas destinadas a projetos de assentamento de reforma agrária.

Em movimento articulado, as aprovações do Novo Código Florestal (Lei n. 12.651 de 25 de maio de 2012), a paralisação na demarcação de terras indígenas – com a menor quantidade de terras indígenas demarcadas desde o fim da ditadura civil-militar (BUZATTO, 2015; RANGEL; LIEBGOTT, 2015; ZELIC, 2015) - e a instituição de megaprojetos de desenvolvimento, como as hidrelétricas na Amazônia brasileira (em que foram apontadas inúmeras irregularidades nos processos de licenciamento ambiental e a utilização de um instrumento instituído pela ditadura civil-militar, a Suspensão de Segurança), reforçaram os interesses do pacto de classes dominantes no Brasil balizado na aliança de classes (terra e capital) e na centralidade dos interesses do agronegócio mediado pelo governo do Partido dos Trabalhadores. O saldo desse processo foi que a reforma agrária ficou no esteio das políticas públicas, e a massa de camponeses sem acesso à terra de trabalho¹⁷⁶ teve bloqueada, pelo Estado, a reprodução de seu modo de vida e sua reprodução econômica, permanecendo em acampamentos à espera do direito à terra.

Ao analisarmos os dados do INCRA no que se refere à obtenção de terras em processos de desapropriação em cada governo, de 1964 à abril de 2014, constatamos que o governo de Dilma Rousseff respondeu por 0,3% do total de terras desapropriadas no Brasil.

¹⁷⁶ E os povos indígenas sem acesso ao território para a reprodução de seu modo comunitário de produção.

GRÁFICO 12: Total de área (ha) desapropriada no Brasil entre 1964 e 2014

Fonte: PRIETO, G. (org.), a partir de SIPRA – INCRA, 2014.

Ou seja, podemos observar na tabela abaixo, com os dados divulgados pelo INCRA em abril de 2014 que foram assentadas no primeiro mandato de Dilma 107.354 famílias e destas apenas 7.875 em terras desapropriadas. E dos menos de 3 milhões de hectares de área de reforma agrária apenas cerca de 344 mil hectares eram de fato terras desapropriadas.

GRÁFICO 13: Área (ha) de terras incorporadas à reforma agrária (Dilma I, 2011-2014)

Fonte: PRIETO, G (org.) a partir de SIPRA/INCRA (2014), IBGE (2006) e Atlas da Reforma Agrária no Brasil (2016, inédito)

MAPA 23: Áreas dos assentamentos por desapropriação, governo Dilma Roussef (2011-2014)

MAPA 24: Número de famílias assentadas em áreas desapropriadas, governo Dilma Roussef (2011-2014)

Assim, constata-se um primeiro mandato reprodutor do rentismo à brasileira que manteve firme a aliança de classes no Brasil. O discurso da modernização demonstrava a firme convicção governamental no acerto da ampla drenagem de investimentos públicos para o agronegócio¹⁷⁷. Dilma Rousseff foi a candidata que mais recursos recebeu do agronegócio brasileiro¹⁷⁸ para sua campanha à reeleição de 2014, com consistentes doações da JBS (R\$5 milhões), Seara (R\$1 milhão), Laticínios Bela Vista (R\$350 mil), Agropecuária Nova Guaxupé Ltda. (R\$ 15 mil) e Fazenda Lua Nova Ltda. (R\$15 mil).

1.6.4. O segundo governo Dilma Rousseff: o discurso da inexistência do latifúndio, a ausência de recursos financeiros para reforma agrária e o ajuste fiscal (2015-2016)

Após acirrada disputa eleitoral em 2014, Dilma Rousseff¹⁷⁹, em meio aos desdobramentos da crise mundial que atingia as regiões de produção do capital e se consolidava no Brasil, ao baixo crescimento econômico e ao acirramento ideológico do escrutínio, foi reconduzida ao segundo mandato.

A composição ministerial expressava uma nova tentativa de concialização de classe frente à essa conjuntura de abalo nas frações de classe no poder. Na equipe se encontravam representantes do agronegócio, forças políticas ligadas a partidos de expressão empresarial e fisiológica (figuras da assim chamada “base aliada”), quadros do Partido dos Trabalhadores e sujeitos conectados ao capital financeiro.

¹⁷⁷ Em discurso em Lucas do Rio Verde (MT) no dia 11 de fevereiro de 2014 na abertura da colheita da safra 2013/2014 Dilma Rousseff argumentava que: “Nós temos que considerar fundamental que o país tivesse política agrícola clara. Quando chegamos no governo, em 2003, lembro que a política agrícola tinha limitações fortes. Primeiro da disponibilidade de crédito, e a segunda no nível de juros. Sabe quanto era o total de recursos de crédito pra agricultura na safra de 2002/2003? O que foi realizado, vou falar, foram R\$ 27 bilhões. 27 hoje é quase todo o programa de armazenagem. Hoje, R\$ 27 bilhões mostra que não era compatível com as necessidades da agricultura desse país. Nessa safra, nós nos comprometemos com R\$ 136 bilhões. E dissemos o seguinte: se gastar mais, tem mais” (ROUSSEFF, 2014).

¹⁷⁸ Os outros dois candidatos - Aécio Neves, que recebeu R\$5 milhões da JBS, e Eduardo Campos, substituído após sua morte por Marina Silva, que recebeu R\$1 milhão da JBS e Cooperação - também foram amplamente contemplados pelo capitalismo rentista. O pacto das elites é suprapartidário e envolve a condução negociada e/ou direta da política. Os conteúdos dessa aliança se alteram em 2016 com o golpe parlamentar empreendido nesse ano.

¹⁷⁹ Dilma Rousseff (em aliança eleitoral do PT, PMDB, PSD, PP, PR, PDT, PROS, PRB e PCdoB), novamente com Michel Temer como candidato a vice-presidente, se elegeu no segundo turno do escrutínio com 51,64% dos votos em disputa com o candidato do PSDB Aécio Neves (em coligação com DEM, SD, PTB, PTdoB, PMN, PEN, PTN e PTC) que obteve 48, 36%. No primeiro turno a votação foi de 41,59% para Rousseff e 33,55% para Neves (a candidata Marina Silva obteve 21, 32% dos votos e apoiou o candidato do PSDB no segundo turno).

Nos termos de Secco (2016), se desenvolvia no segundo mandato de Rousseff a reprodução da estratégia lulista da conciliação permanente: pragmatismo político, reformismo-rentista e tentativa de liderança na condução do aparelho do Estado. A aposta era de novamente pactuar para poder governar.

Entre os ministros encontrava-se a ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), proprietária de terras e senadora eleita pelo PMDB tocaninense Katia Abreu. A ministra da Agricultura recém-empossada pela presidenta, em entrevista afirmou categoricamente: “não existem mais latifúndios no Brasil” e completou argumentando que não havia necessidade de uma reforma agrária de massa, mas apenas “pontual” e para aqueles que fossem “vocacionados” (BERGAMO, 2015). Além disso, em consonância com o discurso do primeiro mandato de Dilma Rousseff, Abreu afirmou que os assentamentos que eventualmente viessem a se realizar deveriam ser efetivados com infraestrutura e qualidade¹⁸⁰. A situação dos indígenas no discurso de Katia Abreu prometia ainda mais conflitos no campo, visto que a senadora ruralista considerava que os indígenas estavam “saindo das florestas”¹⁸¹ e “invadindo” as áreas de “produção do agronegócio”.

O discurso sobre a necessidade de uma reforma agrária que possibilitasse aos camponeses a viabilização da produção e os recursos necessários para que pudessem se reproduzir social e economicamente foi reiteradamente utilizado como um dos subterfúgios do governo Dilma Rousseff para a não realização da reforma agrária¹⁸². Na fala de Rousseff, a retomada da discussão sobre a necessidade de

¹⁸⁰ “O país não necessita acelerar a reforma agrária? Em massa, não. Ela tem de ser pontual, para os vocacionados. E se o governo tiver dinheiro não só para dar terra, mas garantir a estrutura e a qualidade dos assentamentos. Latifúndio não existe mais. Mas isso não acaba com a reforma. Há projetos de colonização maravilhosos que podem ser implementados. Agora, usar discurso velho, antigo, irreal, para justificar reforma agrária? A bancada [ruralista] vai trabalhar sempre, discutir, debater” (BERGAMO, 2015).

¹⁸¹ Acerca da questão indígena, a argumentação de Katia Abreu perpassava outros projetos que são amplamente defendidos pela bancada ruralista: a passagem da responsabilidade de demarcação de terras indígenas da Funai para o Congresso Nacional e a alteração constitucional para o pagamento aos latifundiários em processos de expropriação quando da demarcação de terras indígenas. Para Abreu, “os índios saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção. Não temos problema com terra indígena, a nossa implicância é com a legalidade. Se a presidenta entender que os pataxós estão com a terra pequena, arruma dinheiro da União, compra um pedaço de terra para eles e dá. Ótimo. Eu só não posso é tomar terra das pessoas para dar para outras” (BERGAMO, 2015).

¹⁸² Na argumentação do então ministro Miguel Rossetto a partir de pergunta do jornalista Rodrigo Martins: “E quantas famílias serão assentadas neste período [caso Dilma Rousseff fosse reeleita]? Não é possível prever, dependerá da existência de terras disponíveis para a reforma agrária. Mas as famílias assentadas estarão em outro patamar. Vivemos tempos de crescimento, de distribuição de

erradicação da pobreza rural associada à questão de uma reforma agrária moderna demonstra o lugar dos camponeses no entendimento do governo:

Nós queremos que a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária tenham produção e industrialização que agreguem valor. *O que está construído aqui é uma alternativa real para erradicação da pobreza rural.* Um tripé: cooperativismo, agroindustrialização e agroecologia. Demonstrando uma reforma agrária moderna direcionada para o crescimento, para o futuro (...). Queremos uma reforma agrária que crie condição de vida digna no campo, queremos que a tecnologia seja absorvida. Assistência técnica não é só ensinar a plantar, mas garantir, por exemplo, acesso à internet, para que os jovens possam viver em assentamentos da mesma forma como vivem no meio urbano. (ROUSSEFF, 2015, grifo nosso)

A resposta do então novo ministro do MDA Patrus Ananias à Katia Abreu se realizou prontamente. Em cerimônia de transmissão de cargo, ele argumentava que “ignorar ou negar a permanência da desigualdade e da injustiça é uma forma de perpetuá-las” (ANANIAS, 2015). O ministro continuava a argumentação afirmando que “não basta continuar derrubando as cercas do latifúndio; é preciso derrubar também as cercas que nos limitam a uma visão individualista e excludente do processo social” (ANANIAS, 2015). Reiterava que existiam “terras improdutivas” no Brasil passíveis de serem destinadas à reforma agrária e que “devemos estabelecer o princípio da função social da propriedade para nelas implantar corretamente, democraticamente, de acordo com a lei, as famílias e os trabalhadores que não têm terra” (ANANIAS, 2015). Assim, Ananias argumentava que aplicaria efetivamente a obrigação constitucional concretizada na Constituição Federal no que tange à desapropriação de terras que não cumpriam a função social da terra e o assentamento de 120 mil famílias em 4 anos (SINDFPA, 2016).

A expectativa de mudança de perspectiva do MDA sobre a reforma agrária foi novamente um ledor engano. Em março de 2015, os ministros Ananias (MDA) e Abreu (MAPA) afirmaram em reunião conjunta que “há muito mais convergências entre eu e o ministro Patrus Ananias do que divergências, que deverão ser mínimas” (ABREU, 2015b). Nos termos de Ananias (2015b): “nós temos pensamentos divergentes, mas os assuntos que nos unem são muito maiores, que é gerar renda, dar oportunidades para as pessoas ascenderem socialmente” (ANANIAS, 2015b). A

economia do agronegócio se encontrava reiteradamente assegurada pela conciliação e pelo pacto conservador no alvorecer de mais um governo petista.

Para a área econômica foi confirmado o nome de Joaquim Lévy¹⁸³ (em substituição a Guido Mantega) como ministro da Fazenda e manteve-se Alexandre Tombini para o Banco Central. Assim, a política econômica se consolidou com a ampliação do ajuste fiscal (ainda mais incisivo do que no primeiro mandato), com amplo corte no orçamento de gastos públicos e um pacote de medidas de austeridade. Os cortes orçamentários foram de cerca de R\$78 bilhões no ano de 2015.

De acordo com Belluzzo (2015) o segundo mandato de Rousseff se iniciou com uma submissão e uma nova subalternização política diante do capitalismo financeiro. As medidas de austeridade foram implementadas na contramão de uma campanha eleitoral em que Dilma Rousseff argumentava sobre a necessidade de investimento público e de estímulo à intervenção estatal no setor produtivo associado ao aumento do mercado consumidor e à ampliação de políticas sociais, o que foi marcado por uma política econômica estruturada no ajuste fiscal para o combate à estagnação econômica. A receita ortodoxa foi novamente a tentativa de antídoto para a conciliação política e para a estabilização monetária.

Belluzzo (2015) criticou essa nova rodada de implementação de política neoliberal de austeridade, observando que a economia brasileira sofria os efeitos da combinação entre o processo da crise mundial de 2008, das estratégias de reequilíbrio da economia com um superávit fiscal (e um ajuste ortodoxo fiscal), da ausência de estímulos ao investimento produtivo e do término do ciclo das *commodities* (ou seja, a queda do preço das mercadorias agrícolas e minerais e a redução das exportações mundiais do agronegócio em consequência da crise mundial de 2008, especialmente para os mercados chinês, europeu e estadunidense).

A justificativa para a não realização da reforma agrária passou a ser no segundo mandato de Rousseff de ordem financeira (OLIVEIRA, 2016), mantendo-se de forma coetânea os discursos sobre a reforma agrária possível, moderna e eficiente adequada à realidade contemporânea. Ressalta-se que correu de fato um

¹⁸³ Levy é doutor em Economia pela Universidade de Chicago, ex-diretor-superintendente do Banco Bradesco e menos de um mês após a saída do governo Dilma Rousseff assumiu o posto de diretor financeiro no BIRD.

amplo corte no Ministério do Desenvolvimento Agrário, em cerca de 60% do orçamento em 2015 e com praticamente metade dos recursos do ano anterior no ano de 2016 (SINDPFA, 2016). Além disso, de acordo com Sindpfa (2016), a dívida do MDA estava próxima a R\$1 bilhão e o Incra sofreu ainda mais com as medidas de austeridade não realizando o pagamento dos valores objetos de decisões judiciais e acumulando vultosas multas. Entretanto, nos três governos petistas anteriores, o preceito constitucional de reforma agrária foi muito aquém de uma real efetivação da reforma agrária, conforme destacamos anteriormente, e o imenso contingenciamento no orçamento do MDA revela uma visão política sobre o ministério e o lugar periférico das ações e intervenções estatais quanto à reforma agrária.

Para além da questão econômica há ao longo dos mandatos de Rousseff uma decisão política de paralisação do processo de desapropriação de terras improdutivas, conforme ressaltado em documentos formulados pela CPT (2016) e SINDPFA (2016), tanto antes quanto depois da crise econômica. No ano de 2015, o primeiro ano do segundo mandato da presidenta, não foi anunciada nenhuma nova área de assentamento, não foi publicado nenhum decreto de desapropriação para fins de reforma agrária. E a situação era ainda mais grave:

MDA e Incra deixaram expirar o prazo de validade de 29 decretos de áreas que haviam sido decretadas em 2013. Ou seja, o resultado do ano passado foi pior que zero, foi -29. Todos os recursos públicos investidos nas vistorias, nas avaliações e nos demais trâmites administrativos desses processos foram perdidos. Trabalho e recursos de anos jogados pelo ralo (SINDPFA, 2016).

Em outros termos, além de não realizar desapropriações o aparelho de Estado não efetivou a reforma agrária em áreas decretadas em 2013.

Além disso, desde o primeiro mandato de Rousseff, mais precisamente no ano de 2012, o Ministério da Casa Civil impôs um limite de R\$100 mil por família assentada. Esse teto orçamentário se substanciava em um mecanismo que atua diretamente sobre a arrecadação de terras, ou seja, a partir dessa medida o custo geral do assentamento de uma família não poderia ser superior ao limite estabelecido (TEIXEIRA, 2013; MAFORT, 2013). De acordo com Teixeira (2013, p. 5)

Com isso retornaram ao INCRA dezenas de processos de desapropriação que estavam para despacho com a presidenta. A insensatez do limite imposto não se deve à intenção meritória pela

redução dos impactos fiscais da desapropriação, mas à sua forma irrefletida. Até as cercas dos latifúndios sabem que os fatores que oneram o processo desapropriatório são os seus ralos imorais que irrigam os bolsos dos latifundiários. O pagamento de precatórios pelo INCRA, preponderantemente resultantes do pagamento indevidos de ‘juros compensatórios’, já constitui a segunda ação da autarquia em demanda de recursos. Em 2012, foram R\$374 milhões nessa ação. Para 2013, a proposta orçamentária prevê R\$634 milhões, ou seja, um incremento de 70% para pagamento de precatórios. Então, ao invés de propor mudança na MP 2.183/2001 para extinguir essa anomalia, entre outras, e assim reduzindo o custo da desapropriação para patamar bem abaixo dos R\$ 100 mil, a ilustre autoridade da Casa Civil estabeleceu corte arbitrário que inviabiliza em definitivo o instrumento da desapropriação. (TEIXEIRA, 2013, p. 5)

Essa medida inviabiliza o processo de desapropriação de terras mais férteis, melhor localizadas e próximas dos centros urbanos. A obrigação de desapropriação de terras improdutivas esbarra na aliança de classes e nos mecanismos que as mantem como reserva patrimonial. As terras destinadas para a reforma agrária são, em geral, aquelas de pior localização, menos férteis. Novamente, quando se realiza a reforma agrária é onde o agronegócio quer e possibilita que esta se realize.

De acordo com a análise de Mafort (2013) no governo Rousseff se estabeleceram duas opções políticas para a condução da política agrária: ou a integração da “agricultura familiar” ao agronegócio para algumas áreas selecionadas ou políticas assistenciais compensatórias para o combate à pobreza e à miséria.

Além disso, acompanhando a argumentação de Teixeira (2013) e Fidelis (2015), é fundamental ressaltar que a reforma agrária se transformou em um verdadeiro negócio para os grandes proprietários de terra no processo de indenização (os assim chamados juros compensatórios, dentre outros mecanismos) em processos de desapropriação.

Entretanto, o número de acampados chega a cerca de 130 mil famílias, os conflitos fundiários em 2015, de acordo com Oliveira (2016), “foram no total 1.217, ou a média de mais de três conflitos por dia, envolvendo mais de 816 mil pessoas, ou a média de 671 pessoas por conflito. Além disso, a absurda ocorrência de 50 assassinatos no campo, praticamente um a cada semana”.

De fato, conforme ressalta Oliveira (2016), as políticas conduzidas pelos governos petistas efetivaram um monstruoso aumento da concentração fundiária. De acordo com Oliveira (2016) em análise das Estatísticas Cadastrais do INCRA, ocorre um crescimento de 97,9 milhões de hectares de terras para os grandes proprietários de terra durante os governos petistas.

No final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o crescimento das grandes propriedades fundiárias entre 2010/2014 foi de 5,8 milhões de hectares, quando alcançou a área de 244,7 milhões, segundo as Estatísticas Cadastrais de 2014. Dessa forma, nos dois mandatos de Lula os latifúndios privados que já haviam aumentado 62,8% somou-se mais 2,5%, totalizando 66,7%, ou, mais 97,9 milhões de hectares para as grandes propriedades. O outro fato importante da concentração de terra no país ocorreu com a desagregação dos dados das Estatísticas Cadastrais das terras públicas. Neste novo cadastro uma nova e surpreendente mágica concentração, o aumento substantivo do estoque das terras públicas nas Estatísticas Cadastrais de 2014. Elas somavam 68 milhões de hectares em 2003, e, em 2010 chegaram a 80 milhões de hectares. Porém, em 2014, totalizaram 159,2 milhões de hectares, ou seja, praticamente o dobro de 2010.

Para Oliveira (2016) uma fração de funcionários do INCRA responsáveis pelo cadastro de terras, junto com a tendência interna da Democracia Socialista que capitaneou o MDA em boa parte dos governos petistas, são responsáveis diretos pelo processo de expansão do latifúndio e pela reprodução do rentismo à brasileira.

Em 1º de abril de 2016, Dilma Rousseff assinou 21 decretos de desapropriação de terras com fins de reforma agrária de aproximadamente 35,5 mil hectares no Palácio do Planalto junto a diversos movimentos sócioterritoriais. Em sua apresentação, Rousseff argumentava que “nós estamos falando de uma reforma agrária que coloque o agricultor familiar no centro do mundo, não estamos falando de uma reforma agrária qualquer” (ROUSSEFF, 2016). Além da reforma agrária, um conjunto de políticas sociais de demarcação de terras indígenas e quilombolas foi assinado pela presidenta. A conjuntura era de consolidação do golpe parlamentar, com semelhanças em processos desencadeados em Honduras e no Paraguai, que de fato se realizou no Congresso Nacional (17 de abril) e posteriormente no Senado Federal (12 de maio) com o afastamento da presidenta eleita.

Michel Temer, um dos articuladores do processo e vice-presidente, assumiu interinamente até o julgamento final do assim chamado processo de impeachment realizado no dia 31 de agosto de 2016. A conciliação de classe articulada pelo PT perdeu força para a condução política direta das elites e de seus representantes imediatos. A esquerda rentista foi golpeada, para que sem nenhuma conciliação ou concessão se acelere o processo de produção e reprodução do capital, capitaneado diretamente pela aliança terra e capital.

Assim, chegando à segunda década do século XXI e depois de mais de treze anos da conquista do poder político nacional pelo PT, nos parece fundamental

contribuir com a crítica da Economia Política do capitalismo rentista brasileiro na longa trajetória para discutirmos pormenorizadamente as especificidades e os fundamentos do rentismo à brasileira. Diante disso, para uma elaboração mais completa de tais questões, buscaremos analisar a gênese e os fundamentos da questão agrária brasileira na articulação entre grilagem de terras, produção do capital e formação da propriedade privada da terra como fundamentos repostos da formação territorial capitalista brasileira e suas especificidades, conforme apresentamos na Introdução. Antes, no entanto, faremos um aprofundamento teórico da discussão acerca do capitalismo rentista e dos pressupostos marxistas a fim de desenvolver tal compreensão. E analisaremos algumas vias de desenvolvimento capitalista para tecer comparações e diferenciar o capitalismo que se desenvolveu na Europa e no Brasil, verificando singularidades e universalidades do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo.

2. CAPITALISMO RENTISTA À BRASILEIRA: PRESSUPOSTOS MARXISTAS

*JUIZ – O Coronel pretendia plantar capim nas terras ocupadas pelos lavradores?
 PORFÍRIO – Pretendia não: pretendo. Se um homem não tem o direito de fazer o que precisa em
 suas terras, onde está o direito? Eu sei o que é justo. O que é bom pra mim, é bom pra todos, que eu
 sou um homem cristão*
 Nelson Xavier, *Mutirão em novo sol* (1963)

2.1. TERRITÓRIO COMO EXPRESSÃO CONCRETA DA LUTA DE CLASSES: DISCUSSÕES CONCEITUAIS PARA A COMPREENSÃO DO CAPITALISMO RENTISTA

Após desenvolvido o panorama da questão agrária nos últimos 40 anos, partimos para o esclarecimento dos pressupostos que consideramos fulcrais para compreender a formação da propriedade privada da terra no Brasil base do rentismo à brasileira. Os fundamentos dessa tese se substanciam no entendimento de que a lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no processo que se realiza de forma desigual e combinada e de que a forma rentista do capitalismo brasileiro se substancia na aliança entre o capitalista e o proprietário de terras. José de Souza Martins ([1979] 1996; 1981; 1994) discorreu amplamente sobre tal aliança entre terra e capital. Conforme salientou Oliveira (1997; 2007), a terra na sociedade brasileira é uma mercadoria especial, funcionando ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, há no Brasil um monopólio sobre a propriedade privada da terra através primordialmente da grilagem e da venda de terras griladas para realização da produção de capital. Diante disso, constata-se que a formação territorial capitalista brasileira é consequência do processo através do qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica da exploração (OLIVEIRA, 2007; OLIVEIRA e FARIA, 2009) vide, por exemplo, a Lei de Terras de 1850¹⁸⁴, o decreto-lei de 1931 do Governo Vargas¹⁸⁵, a grilagem legalizada na Amazônia durante a

¹⁸⁴ Martins (1997) argumentou que a Lei de Terras separou os direitos de posse e domínio. O referido autor afirmou que o Estado brasileiro, que dominava todas as terras, abriu mão desse direito e literalmente permitiu a grilagem dos proprietários particulares. Tal lei estabeleceu um regime que impediu o direito de propriedade da terra a quem não tivesse dinheiro acumulado para comprá-la, mesmo que a terra fosse pública ou devoluta.

¹⁸⁵ O referido Decreto-Lei n.19.924 de 27 de abril de 1931, promulgado por Getúlio Vargas, legalizou todas as concessões de terras (inúmeras delas griladas) e posses (grilos), da extensão que fosse, realizados durante o Período Imperial e a Primeira República.

ditadura civil-militar (1964-1985)¹⁸⁶ e o Programa Terra Legal de 2009, (programa de regularização fundiária de terras até 1.500 hectares na Amazônia Legal), exemplos de legalizações da grilagem de terras no Brasil. A violência, ou a barbárie moderna nos termos de Luxemburg ([1913] 1985) sobre a assim chamada economia natural (povos indígenas e diversas formas de comunidades tradicionais e de apropriação comunitária da terra) e a economia camponesa (posseiros e pequenos proprietários) tem sido o motor desse processo.

A terra é um bem natural e não pressupõe trabalho na sua constituição, fundamento que a estabelece como equivalente de capital. Nomeia-se renda ao rendimento que deriva da mera propriedade, ou seja, é rentista todo aquele que tem direito a uma parcela do valor socialmente produzido pelo fato de ser proprietário. Ou seja, há uma modalidade de apropriação de riquezas realizada por proprietários de terra que produzem nela ou não, mas que recebem tributos sociais pelo domínio da propriedade da terra - a renda da terra¹⁸⁷.

¹⁸⁶ De acordo com Oliveira (2011b), no período da ditadura civil-militar, a grilagem no Brasil, sobretudo na Amazônia, era realizada através de múltiplas estratégias corroboradas pelo Estado ditatorial. Oliveira (1997; 2011a) denominou esse período das ocupações ilegais de terras públicas de “grilagem legalizada”.

¹⁸⁷ A renda capitalista da terra é extraída quando o proprietário se apropria da mais valia dos trabalhadores empregados na produção em suas terras, ou seja, “ela é a sobra acima do lucro (...) é uma fração da mais valia.” (OLIVEIRA, 2007, p. 43). O aspecto central da renda da terra absoluta é a garantia de uma renda excedente acima do lucro médio para todos os proprietários de terra, inclusive aqueles que possuem terras com as piores características (OLIVEIRA, 2007). Esta renda excedente só é possível devido ao processo de monopolização da terra por uma parte da população (a classe dos proprietários de terra). Sendo assim, é fundamental ressaltar que a renda da terra absoluta consiste em um rendimento excedente pago pelo conjunto da sociedade para a retirada de um obstáculo que a propriedade privada impõe, sendo assim o preço que se paga para a utilização da terra monopolizada. No processo de produção capitalista no campo é formada também a renda da terra diferencial, que aparece em toda produtividade superior à das piores terras. O pagamento da renda da terra, nesse sentido, aparece como irracionalidade ao capital. Todavia, a propriedade da terra não é exatamente um empecilho ao capital, conforme ressalta Martins (1981), mas processo realizado pelas contradições no interior do modo capitalista de produção que se realiza de maneira desigual e contraditória e que se reproduz baseado na produção e reprodução de relações não-capitalistas de produção. Assim, enfatiza-se que como o preço mínimo dos produtos são definidos a partir da produtividade das piores terras, conforme argumentou Oliveira (2007) a partir das reflexões de Marx, quanto mais férteis e melhor localizadas forem as terras, maior será a renda da terra (renda diferencial I) e quanto mais investimentos forem feitos para melhorar a produtividade, também maior será a renda da terra apropriada pelo proprietário (renda diferencial II). Além disso, é possível extrair a renda da terra de monopólio em regiões específicas onde a terra possua características que permitam a produção de produtos com características particulares, produzíveis exclusivamente naquelas regiões. Ressalta-se, enfim, que a renda da terra absoluta só existe por que o Estado garante a propriedade privada da terra - o seu monopólio. Isso permite uma espécie de absolutização da propriedade privada e impõe à sociedade o pagamento, além do lucro médio do capitalista, da renda da terra. Esse processo de constituição da propriedade privada na formação territorial capitalista brasileira será produzido fundamentalmente a partir da grilagem, conforme desdobramos no capítulo 5.

Segundo Marx ([1867] 1985a; [1894] 1985c), a propriedade de terras por parte de uns, o que implica a não-propriedade por parte de outros, é o fundamento do modo capitalista de produção. O capital não pode existir sem a propriedade de terras, pois faltaria um elemento para a produção do capital. Três são suas dimensões de apropriação da renda da terra. A primeira refere-se à propriedade privada da terra em si como mercadoria sem produzir absolutamente nada. Como reserva de valor, a terra quando vendida, permite a seu proprietário a apropriação de uma fração da massa de mais valia global expressa no preço pago por ela. Por isso, sua gênese na circulação. Mas essa qualidade da renda da terra só pode ser realizada uma vez, quando a terra é vendida/comprada. No capitalismo rentista à brasileira, o que mais ocorre é a retenção da propriedade privada da terra, por isso a sua concentração. Neste caso prevalece a condição de reserva patrimonial, quando a propriedade privada da terra é tomada com garantia financeira para acesso ao mercado de capitais, através de sua hipoteca.

Em segundo lugar, o latifúndio possui na monopolização da terra (condição para a renda absoluta) e em terceiro lugar na diversidade natural dos tipos de solo (condição para a renda diferencial) um equivalente de capital que lhe permite embolsar uma parte maior de mais trabalho ou de mais valia. Estas formas de renda da terra têm suas gêneses na produção capitalista no campo. Assim, o capital cria uma forma particular de riquezas, o valor baseado no trabalho. Porém, existe “o valor dos agentes naturais” (terras agricultáveis, quedas d’água, minas, etc.) que não são produtos do trabalho, mas que são objetos de apropriação, tendo por isso valor de troca, entrando assim nos cálculos dos custos de produção. Explica-se, então, esse valor através da teoria da renda. A moderna renda da terra é uma criação específica do capital, a única criação que faz surgir um valor diferente de si mesmo, de sua própria produção. Desse modo, para Oliveira (2007) o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria e recria relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato, mas cria e recria, simultaneamente, a propriedade capitalista da terra. A propriedade privada da terra sob o capitalismo, para o referido autor, deve ser entendida como renda capitalizada.

Assim, compartilho coetâneo à Martins ([1979] 1996; 1981; 1994), Oliveira (1997; 2004; 2007; 2010a) e Paulino (2006; 2012) da compreensão do caráter rentista da formação brasileira e parto de uma consideração crítica sobre as teses

leninistas que concebem o desenvolvimento capitalista de maneira linear e sem maiores resistências do campesinato no processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no Brasil¹⁸⁸.

Segundo a análise de Martins (1980; 1981; 1989; 2012), a luta dos camponeses é um exemplo enfático da resistência ao processo de proletarização. Martins (2012) constatou que muitos camponeses, para reproduzirem sua condição camponesa, recorrem à atividades assalariadas - na maior parte dos casos em trabalhos temporários - ou se deslocam para terras livres ou presumivelmente livres para a reprodução de suas relações sociais e de produção. Oliveira (2001) argumentou que se deve analisar o campesinato na sua longa trajetória, e discutiu que, além de permanecer no campo e lutar pelo acesso à terra (o acesso à terra por aqueles que foram expropriados), o campesinato se reproduz e se expande, enfatizando assim um entendimento diferente sobre essa questão de um conjunto de intelectuais e partidos políticos, inclusive marxistas.

Martins (1981) criticou a comparação da situação brasileira com a realidade da Rússia do final século XIX, analisada por Lenin, pois

Lá, o campesinato resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado, ligado à terra. Era, como comprovava Lênin, um campesinato estamental, baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Lá, era um campesinato que não queria sair da terra, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo, libertá-lo da comuna, abrir-lhe os horizontes. *Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão.* (MARTINS, 1981, p.15-16, sem grifos no original).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira seguiu direção similar, ressaltando que um conjunto de intelectuais brasileiros (sobretudo José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, parte significativa dos seus orientandos, também Marcia Motta e Ligia Osório Silva, estas duas percorrendo outras trilhas) tem procurado compreender a permanência e a expansão do campesinato na agricultura no processo de desenvolvimento do capitalismo, estabelecendo análises que buscam uma compreensão aprofundada da criação e recriação das relações camponesas de

¹⁸⁸ A exposição das teses lenianas e algumas interpretações leninistas da questão agrária estão presentes no capítulo 3 desta tese.

produção, baseando-se em reflexões de autores como E.P. Thompson, Theodor Shanin, Alexander Chayanov e Rosa Luxemburg. Para Oliveira (2007, p. 11), o desenvolvimento das relações capitalistas de produção se realiza a partir de

(...) relações de produção capitalistas e não-capitalistas, combinadas ou não, em decorrência do processo contraditório intrínseco a esse desenvolvimento. O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de *dentro* do capitalismo e não de *fora* deste, como querem as duas correntes anteriores. O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações. Entendem esses autores que esse processo contraditório do desenvolvimento capitalista decorre do fato de que a produção do capital nunca é, ou seja, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital. Para que a relação capitalista ocorra é necessário que seus dois elementos centrais estejam constituídos, o capital produzido e os trabalhadores despojados dos meios de produção. Isto é, a *produção* do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência, o processo de *reprodução ampliada* do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento.

Esse argumento citado pode ser observado como um prolongamento de parte das interpretações de Rosa Luxemburg¹⁸⁹. Ao revelar que a produção do capital não pode ser compreendida como relação especificamente capitalista e ao argumentar acerca da permanência dos processos violentos de acumulação originária de capital, compreende-se que Oliveira (2004) estabeleceu diálogos com as contribuições de Luxemburg¹⁹⁰.

A barbárie capitalista substanciada nos conflitos no campo e no deslocamento da fronteira capitalista no Brasil demonstra a violência como conteúdo de legitimação política dos grandes proprietários de terra. O conflito, assim, é o motor

¹⁸⁹ A exposição mais detalhada das argumentações luxemburguianas será realizada no capítulo 3.

¹⁹⁰ Oliveira (2004) ressaltou essa aproximação: "(...) faço parte de uma concepção teórica de compreensão do desenvolvimento capitalista no campo (...) que compreende que o estudo da agricultura deve ser feito levando em conta que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que ao mesmo tempo em que esse movimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, o capitalismo produz também igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção. Entre os mais importantes pensadores dessa corrente estão *Rosa Luxemburg*, Theodor Shanin, Samir Amin e Kostas Vergopoulos (...)" (OLIVEIRA, 2004, p. 36, sem grifos no original).

do processo contraditório de expansão capitalista, no qual, em inúmeros casos, o papel do Estado em associação com às forças repressivas de proprietários de terras e empresas capitalistas substancia a violência da formação territorial brasileira. O movimento de expansão do capitalismo rentista reproduz-se a partir de mecanismos dialeticamente relacionados: a necessidade de expansão sobre territórios não-capitalistas e a busca por “mercados externos”¹⁹¹, tanto no movimento de expansão capitalista dos Estados nacionais quanto na expansão do comércio e das relações de troca no interior das unidades políticas nacionais (LUXEMBURG, [1913] 1985; [1925] 1971). A compreensão aprofundada do rentismo à brasileira é tarefa central para o entendimento da formação territorial capitalista brasileira e do desvendamento de seus conteúdos reproduzidos no século XXI. Afinal, o capitalismo produz conflitos e por onde atravessa gera resistência e escombros¹⁹².

O capital se move para reproduzir-se, mas para reproduzir-se é fundamental, lógica e historicamente, ser produzido, conforme argumentam Oliveira (1997) e Martins (1981). Ou seja, é necessário que o processo de reprodução social da classe burguesa se faça. E é dessa lógica contraditória que se opõem simultaneamente no território brasileiro grileiros e posseiros, colonizadores e colonos, os não índios da sociedade nacional e os indígenas, e dessas lutas se disputam as diferentes frações e territórios como expressão concreta. De certo por serem síntese de múltiplas determinações, da luta de classes e mesmo de possíveis diferentes modos de produção (o capitalista e os comunitários). Para a compreensão desse pressuposto, parte-se da constatação marxiana de que no capitalismo existem três classes sociais:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimento

¹⁹¹ Rosa Luxemburg enfatizou que: “vemos (...) que o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas. Essa relação não se esgota com a mera questão do mercado existente para o “produto excedente”, como a formulavam Sismondi e posteriormente os críticos da acumulação capitalista e os céticos que dela duvidavam. Em função de suas relações de valor e de suas relações de natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável e da mais valia às formas de produção não-capitalistas” (LUXEMBURG, [1913] 1985, p. 250).

¹⁹² Ressalta-se a atualidade e a pertinência das reflexões de Rosa Luxemburg no texto intitulado *Escombros*. Luxemburg, nesse pequeno escrito de 1914, portanto no início da Primeira Grande Guerra, afirmou “enquanto houver propriedade privada capitalista, exploração, riqueza e pobreza, as guerras são inevitáveis e cada uma espalha à sua volta morte e pestilência, extermínio e miséria (...) O capitalismo moderno uiva sua satânica canção de triunfo: somente ele pôde em poucas décadas acumular riquezas brilhantes e obras de civilização fulgurante para, em poucos meses, com os meios mais refinados, transformá-las num campo de escombros” (LUXEMBURG, [1914] 2011, p. 1-2).

são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista. (...) O que constitui uma classe? E é claro que isso se depreende obviamente da resposta a esta outra questão: o que faz com que assalariados, capitalistas e proprietários da terra se tornem os formadores das três classes sociais? À primeira vista, a identidade de rendimentos e as fontes de rendimento. São três grandes grupos sociais, cujos componentes, os indivíduos que os formam, vivem respectivamente de salário, lucro e renda fundiária, da valorização de sua força de trabalho, de seu capital e de sua propriedade fundiária. (MARX, [1894] 1985c, p. 317).

Ao analisar a fórmula trinitária, Marx ([1894] 1985c) afirmou que estamos diante de capital (lucro materializado em ganho empresarial mais juros), terra (renda fundiária) e trabalho (expresso na forma de salário) como um processo de produção social que compreende os “segredos da produção capitalista”. Salário, lucro e renda da terra não são nesse sentido um dado, uma coisa, mas referem-se às condições de distribuição do produto do valor. Além disso, força de trabalho, capital e propriedade fundiária indicam as condições de distribuição dos meios de produção.

Todavia, para uma compreensão ainda mais aprofundada das classes sociais, entende-se que é, sobretudo na dinâmica das lutas sociais (e de certo, territoriais), que podemos localizar concretamente a posição dos grandes grupos na produção e a constituição de uma consciência social que os identifique como classes. Sem dúvida, o duplo caráter dos termos propostos por Marx - distribuição e produção do valor - é um elemento importante para compreensão da lógica de existência das classes sociais. Todavia, para a compreensão da dinâmica das classes sociais é importante aprofundar outros aspectos no interior do materialismo histórico. Marques (2008), por exemplo, analisando a obra de E.P. Thompson considerou que a situação de classe ou condições materiais e a vivência e percepção desta situação são elementos fundamentais para compreender as lutas sociais, seus conteúdos, e a formação dos sujeitos políticos. Assim, a classe não pode ser compreendida como uma categoria-analítica que se aplica apenas aos grupos sociais como decorrência direta de sua posição no interior das relações de produção.

Nos termos de Thompson (1987a, p. 9-10)

Por classe entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo classe como uma “estrutura” nem

como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja experiência pode ser demonstrada) nas relações humanas. Ademais, a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluído que escapa a análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. (...) A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são travadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

Em sua análise sobre as classes sociais, Thompson (1987a) argumentou que a noção de classe é um processo ativo, um fazer-se [*making*] da ação humana e seus condicionantes, um processo de auto-fazer-se na experiência de identidade entre pertencentes do mesmo grupo e diferenças frente aos interesses e oposições de outros grupos sociais. Destacou, assim, o sentido da experiência produzida historicamente pela regularidade de resposta dos sujeitos sociais no decurso da luta. Mas, a classe porta uma consciência de si, produto da experiência, da identidade histórica e da luta. A divisão do trabalho e da sociedade em classes afirma sua existência (classe em si) e a consciência de classe (classe para si), seu posicionamento ideológico, produzindo diferentes territorializações e diferentes territorialidades a partir do auto-fazer-se das classes. Thompson (1977) afirmou ainda que “a meu juízo, foi dada excessiva atenção, freqüentemente de maneira anti-histórica, à ‘classe’, e muito pouca, ao contrário, à ‘luta de classes’”. (...) Uma classe não pode existir sem um tipo de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é ‘algo’ ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica”.

As três grandes classes sociais enunciadas por Marx portam assim a unidade contraditória desses fundamentos que compõem uma classe social, tanto em seu posicionamento na produção e distribuição de valor (MARX, [1894] 1985c), quanto em sua existência e consciência de classe nos termos propostos por Thompson

(1977; 1987a). Importante frisar também, a importância da análise da luta de classes.

Compreendemos, então, o campesinato como classe social que se recria no capitalismo, visto que o capital tanto remove ou dissolve relações sociais (e relações de produção) que bloqueiam sua produção e reprodução ampliada, quanto incorpora a ela aquelas persistentes relações que não necessitam ser substituídas para o seu processo de reprodução. Assim, o capital recria relações para a realização de seus processos de produção e/ou reprodução. Tais relações podem parecer as mesmas, mas são agora formas sociais prenes de novas determinações decorrentes da mediação do capital no movimento de sua reprodução ampliada (LUXEMBURG, [1913] 1985). No processo de desenvolvimento das relações capitalistas há a reprodução de relações especificamente capitalistas e há também a reprodução de relações camponesas de produção. E nos processos de territorialização, em luta, produzem frações do território em sua reprodução social como classe.

Almeida e Paulino (2010) analisaram, a partir da consciência de classe camponesa, a aparente ambigüidade desse sujeito social: ele é simultaneamente proprietário e trabalhador. Essa ambigüidade contraditória colocada pelas autoras, influenciadas pelos pressupostos thompsonianos, demonstra a luta dessa classe por valores considerados conservadores ligados à reprodução de sua condição de proprietário de terras; contudo, revela também a luta contra as diversas formas de drenagem da renda fundiária, que ocorre na circulação dos produtos de seu trabalho e contra a ameaça de expropriação. Essa última porta um germe real e concreto de lutas anticapitalistas, segundo Oliveira (2001, p. 189)

(...) os camponeses lutam teimosamente no Brasil em duas frentes: uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; e, em outra frente, lutam para permanecer na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas. Por esse motivo, a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Entendo que o século [XIX] foi, por excelência, uma época de formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. Assim, esses camponeses não são entraves ao desenvolvimento das forças produtivas, impedindo o desenvolvimento do capitalismo no campo; ao contrário, eles praticamente nunca tiveram acesso à terra, sendo pois desterrados, "sem terra", que lutam para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que têm surgido os movimentos sociais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência.

Assim, baseando-se nas reflexões propostas por Oliveira (2001), entende-se que o desenvolvimento do capitalismo no campo e seus processos de expansão ocorrem a partir de formas heterogêneas de reprodução do capital, e que a expansão homogênea, total e absoluta do capitalismo moderno, fundado no trabalho assalariado, não ocorre no campo brasileiro. Esse desenvolvimento desigual e contraditório produz a expansão do capitalismo no campo do Brasil a partir de determinadas culturas e produções, como o setor sucroenergético, de papel e celulose e de produção de laranja e suco de laranja, e na soja. Todavia, produz articulada e contraditoriamente a produção camponesa (OLIVEIRA, 2001; 2007). Nesse sentido, compreendemos o campesinato como uma classe social de dentro do capitalismo e não como um estamento ou classe pré-capitalista.

Analizando o percurso histórico do campesinato na sua longa marcha constata-se a violência como tônica no processo de luta e resistência dos camponeses-posseiros na formação da propriedade privada da terra no Brasil. A violência é marca constante do desenvolvimento e do processo de ocupação do país. Assim como os processos articulados de expropriação, exploração e resistência.

O campesinato luta no processo de constituição e reprodução de sua existência, buscando a conquista da terra de trabalho¹⁹³, e assim produz a sua própria recriação. Essa luta pode, portanto, caracterizar-se como anticapitalista.

Nesse sentido, compreendemos o conceito de território¹⁹⁴, a partir das análises de Oliveira (1997; 2004; 2010a) e dos intelectuais que buscam desdobrar

¹⁹³ Martins (1980, p. 58-60) argumentou que há no Brasil “uma clara oposição entre diferentes regimes de propriedade: de um lado, o regime que leva o conflito aos lavradores e trabalhadores rurais, que é o regime de propriedade capitalista; de outro, os regimes de propriedade que têm sido atacados pelo capital, que é o da propriedade familiar, como o dos pequenos lavradores do sul e de outras regiões; o da propriedade comunitária dos povos indígenas; e o da posse, difundidos em todo o país, sobretudo na chamada Amazônia Legal. (...) Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro”.

¹⁹⁴ Apesar de reconhecermos a importância das análises do território presentes em obras de Milton Santos (1994), Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), Maria Laura Silveira (2011), Maria Adélia A. de Souza (2005), Rogério Haesbaert (2006), Denise Elias (2013) e Marcos Saquet (2007), não é a partir dessas visões sociais de mundo que construímos a interpretação sobre o conceito aqui exposto. Não partilhamos o entendimento do *espaço geográfico como uso do território ou território usado*, de acordo com Santos (1994, p. 15): “Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida” e Souza

as reflexões propostas pelo autor (Marques (2008); Paulino (2012); Paulino e Almeida (2010); Bombardi (2007); Feliciano (2006; 2009); Malina (2013); e momentos da obra de Fernandes (1997; 2000) dentre outros): o território é síntese contraditória da totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas e simbólicas). Pois,

O processo de valorização é (...) compreendido como fruto do processo de transformação pelo qual a produção e a reprodução passam. Isso significa que sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais, a produção é produto contraditório de constituição do capital e a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada. (OLIVEIRA, 2010a p. 74-75).

(2005, p. 252) “o espaço geográfico, sinônimo de território usado [é] assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo do presente, este mundo dominado pela globalização, esta metáfora que incansavelmente torna míope a realidade da maioria dos habitantes da Terra”. Nem na compreensão da *fluidez dos territórios fundados em sistemas de objetos e sistemas de ação*, conforme Elias (2013, p. 14): “Com a expansão dos sistemas de objetos e dos sistemas de ação voltados a dotar o território de fluidez para os investimentos produtivos, os fatores locacionais clássicos são redimensionados. Ocorre, então, uma verdadeira dispersão espacial da produção, acirrando a divisão social e territorial do trabalho e as trocas intersetoriais, resultando uma nova geografia econômica (...) e uma nova organização espacial. Entre os principais vetores da reorganização do território brasileiro, destacam-se a descentralização industrial; a guerra dos lugares pelos investimentos produtivos; as especializações produtivas do território; a difusão dos novos agentes econômicos e a reestruturação produtiva da agropecuária. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro”. Também não partilhamos da compreensão do conceito de *território como processo desigual de homogeneização das técnicas*, como em Silveira (2011, p. 5): “Em outras palavras, um território é um conjunto sincrônico de divisões do trabalho, não sem a hegemonia daquela fundada na técnica e na organização de mais alto desempenho. (...) o território constitui, através dos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando também à fusão entre o local, o global invasor e o nacional que, na era da globalização, fica às vezes sem defesa. Essa interdependência está, sempre, a se renovar, atribuindo um caráter tenso à existência dinâmica do território”. Também nos distanciamos de Haesbaert (2006) e de sua *apreciação generalista e eclética sobre o conceito de território*: “Entendemos território em sentido amplo, percebemos que essa ‘necessidade territorial’ ou de controle e apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimento, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial e simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante re-significam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, etc.” (HAESBAERT, 2006, p. 340). O *imbricamento generalizador entre processos sociais e naturais e a análise buscando formas de taxonomia dos territórios*, tal como proposto em Saquet (2007, p. 57-58), não nos é também ponto de partida das reflexões: “O processo de produção do território é constituído pelo movimento histórico e por simultaneidades. Há um movimento constante que se materializa na vida cotidiana e no território, centrado na intersecção entre os tempos histórico e coexistente (multiescalar). No território há uma conjugação entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem (E-P-C-N). Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento, efetivam-se *na* e *com* a territorialidade cotidiana. É aí, neste nível, que se dá o acontecer de nossa vida e é nesta que se concretiza a territorialidade”.

Sendo assim, as relações sociais de valorização, produção e reprodução se concretizam a partir de processos e dinâmicas de desenvolvimento desigual e combinado. O território, então, não é palco ou receptáculo da dinâmica que acontece na sociedade, ou seja, o território não é exterior (reflexo de processos sociais e naturais) ou lugar de acontecimento e localização da sociedade e da natureza (extensão e posicionamento de situações sociais). Não é, também, um resultado das ações humanas e/ou dos processos naturais, tornando o território um fim, isto é a resultante de um processo.

Compreendemos o território como produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. O território constitui-se nas relações de poder, sendo uma condição do processo de humanização do homem e reprodução das classes sociais. Esse processo de reprodução produz territorializações que são conflitivas na medida em que a lógica de reprodução do capital simultaneamente necessita, submete e recria relações não-capitalistas de produção. Assim, nos processos de territorialização das classes sociais, lutas de classe no/pelo/a partir de frações do território são vividamente explicitadas em conflitos que se acirram nos movimentos de produção e reprodução do capital.

Nesse sentido, concordamos com Souza (2009) no argumento de que impõem-se na luta de classes a exigência de analisar o território como totalidade e buscar explicitar os processos determinantes nas relações sociais e como eles são capazes de gerar negações ou afirmações concretas ao fundamento (do poder) do capital.

Sendo assim, a formação da grande propriedade privada da terra tem sido resultado do processo de luta entre latifundiários e grandes empresas, nações indígenas e camponeses sem terra (FERNANDES, 2006), desencadeando permanentes conflitos que evidenciam a questão fundiária brasileira, opondo frações do território capitalista e outras frações do territórios em processo de territorialização.

Marcos (2006) por sua vez, expõe que se produzem, em um sentido geral, dois territórios que se estruturam com modelos sociais, econômicos, políticos e geográficos pungentemente opostos, sendo um a fração do território capitalista, do latifúndio grilado e da produção para o mercado externo, e outro a fração do território camponês, da resistência, da pequena unidade de produção familiar e da produção

de alimentos para o mercado interno. Esses sujeitos, seus modos de vida, temporalidades e espacialidades diferenciais aparecem territorializados no agronegócio e sua roupagem contemporânea de modernidade, sob o pressuposto da territorialização do agronegócio, e no campo em conflitos, sob a territorialização camponesa. Reafirma-se que as elites utilizam a violência (além dos mecanismos jurídicos de manutenção de seus patrimônios territoriais) como forma de reprodução da condição da barbárie moderna, modo de garantir seu patrimônio expresso na propriedade privada capitalista da terra (OLIVEIRA, 2003, p. 115).

Os meios que consolidam os latifundiários na dominação de terras públicas no Brasil se realizam, especialmente, pelo uso da violência - seja ela particular (contratação de pistoleiros e jagunços) ou pública (intervenção do aparato repressivo do Estado ao serviço do latifúndio) – e pelas políticas públicas que concedem incentivos fiscais para a criação de investimentos agrários (TRECCANI, 2001). Assim, enfatiza-se que a formação territorial capitalista brasileira é expressão concreta da luta de classes, que se revela nas tensões do processo de formação da propriedade privada e nas lutas e conflitos por frações do território.

Verifica-se que o território é produzido historicamente (nos termos de Moraes [2011a], em um “processo cumulativo”), sendo a cada momento o produto, o resultado e a possibilidade de concretização de múltiplas determinações, ou seja, é produzido continuamente em movimento. É também um modo possível de análise da história (visto o imbricamento filosófico das categorias de espaço e tempo, conforme argumentou Oliveira [1996a]¹⁹⁵), isto é, da constituição de conflitos, tensões, lutas, jogos e relações de poder, já que o território é uma expressão da relação sociedade/espaço/tempo, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais e as relações entre eles. Todo território (e suas expressões concretas em formação territorial e fração do território) tem uma história que explica sua conformação e estrutura atual decorrente de ações cumulativas que ocorreram no passado, mas uma história não com um fim em si, pois não é no estudo das particularidades históricas e na busca de seu caráter único que compreendo essa relação. É, sobretudo na busca dos fundamentos dos processos, reveladores de diversas determinações da formação dos mesmos, se objetiva nessa tese o movimento progressivo-regressivo de análise histórica do território.

¹⁹⁵ Para um aprofundamento dessas relações ver Oliveira (1996a).

Para entender as relações entre território e história a luz do materialismo histórico, buscamos analisar o processo de formação territorial e as dinâmicas territoriais que possibilitaram tal formação a partir das articulações entre as determinações econômicas, as injunções políticas e os processos sociais.

Nesse sentido, entendo formação territorial coetâneo às reflexões propostas por Moraes (2011a) e Oliveira (1997). Ao se analisar um objeto de cunho histórico retrospectivo - como a formação da propriedade privada da terra (associada à desapropriação capitalista da terra e produção realizada sob égide da grilagem) -, deve-se considerar o pressuposto de buscar os fundamentos dos arranjos territoriais contemporâneos, em processos que se materializaram no passado em frações do território capitalista e de outros territórios que não necessariamente possuíam unidade e integração. Toma-se o território capitalista atual como resultado cuja lógica é atribuída *post festum*: produtos da relação indissociável entre espaço/tempo e sociedade.

O Brasil é exemplo para a perspectiva de que as dinâmicas territoriais que presidiram sua formação e a compreensão dos arranjos sociais que produziram as relações entre sociedade/espaço necessitam ser profundamente destrinchadas. Segundo a análise de Moraes (2011a), o Brasil é um país de dimensões continentais e que não tem seu território capitalista plenamente construído, sua área de soberania excedendo seu efetivo espaço econômico, o que faz com que “o país conheça até a atualidade dinâmicas fronteiras de povoamento e situações de apropriação de meios naturais ‘originais’”. Compreende-se que a dinâmica territorial de expansão do capital necessita para a sua reprodução da constante utilização de situações de fronteira, o que repõe as estratégias de grilagem de terras.

Assim, parte-se então da constatação de que as sociedades latino-americanas ainda se encontram em estágio de fronteira¹⁹⁶ (MARTINS, 2012; OLIVEIRA, 1997; AILLÓN, 2011; PAULINO; ALMEIDA, 2010). A história do deslocamento da fronteira capitalista na América Latina tem demonstrado contraditoriamente a destruição de formas de sociabilidade e organizações territoriais, assim como tem revelado a resistência das populações presentes

¹⁹⁶ Martins (2012, p. 20) enfatiza, em clara relação com as reflexões de Rosa Luxemburg que analisaremos mais adiante que “o ciclo histórico ainda não acabou. O presente da sociedade brasileira continua determinado e regulado, em boa parte, pela dinâmica da expansão territorial e seus conflitos sociais e étnicos. A fronteira tem sido, entre nós, um sujeito político. O Brasil da Conquista ainda não está terminado, ainda é mal esboçado mapa do que seremos um dia”.

espaço-temporalmente da descoberta da América à contemporaneidade. A fronteira, ao mesmo tempo em que revela a permanência de relações sociais que não se delineiam na forma plena do capitalismo, demonstra a barbárie do processo de produção do capital e das diferentes formas de expansão do capital.

Martins (2012, p. 139) argumentou que “a distinção entre frente pioneira e frente de expansão é, na melhor das hipóteses, um instrumento auxiliar na descrição e compreensão dos fatos e acontecimentos da fronteira”. O autor definiu a fronteira essencialmente como o lugar da alteridade, ou seja, da dimensão conflitiva que marca o encontro contraditório e da diversidade contraditória da situação de fronteira. Sendo assim, a frente pioneira se define essencialmente pela presença do capital na produção de relações capitalistas, não ocorrendo o mesmo com a frente de expansão, que não se constitui pela precedência do que se define como relações especificamente capitalistas. As relações sociais e de produção na frente de expansão são predominantemente relações não capitalistas de produção mediadoras da reprodução do capital. Assim, ainda de acordo com Martins (2012), a frente de expansão tornou-se no fundo o mundo residual da expansão capitalista, o que está além do território capitalista cujas terras podem ser apropriadas pelo capital.

Analisando as obras de Pierre Monbeig e Leo Waibel, Martins (2012) enfatizou que os dois geógrafos demonstraram situações específicas que explicitam que nas frentes pioneiras analisadas o capital se torna proprietário de terras, recriando no território mecanismos e estratégias de reprodução ampliada do capital. Essa expansão territorial traz para a fronteira a infraestrutura da reprodução capitalista do capital, tais como mercado de produtos e força de trabalho, que regulam os mecanismos de contrato da sociedade moderna especificamente capitalista. O mercado se constitui na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação/produção do território. Outro aspecto fundamental é a alteração nas relações com a propriedade privada da terra na frente pioneira. A posse, as terras de uso comum e comunitário são substituídas pela lógica do mercado de terras fundamentalmente realizada por mecanismos de grilagem de terra e pela imposição da regulamentação e imposição de titulação da terra por meio da regulamentação de direitos de propriedade. Nesse sentido, a terra passa de um bem natural que estava à disposição do trabalho do posseiro, como valor de uso, se tornando uma mercadoria vinculada às relações de troca. Os mecanismos de

grilagem são elementos fulcrais para a consolidação desses direitos, conforme analisaremos nos capítulos 4 e 5. Nesse sentido, produz-se o novo na situação de fronteira:

A concepção de frente pioneira compreende implicitamente a idéia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas (MARTINS, 2012, p. 135-136).

Martins (2012) argumentou que, na frente de expansão, as relações sociais fundamentais não são determinadas pela produção propriamente capitalista, pois a apropriação das condições de trabalho, ou seja, da terra, não se realiza como empreendimento que expande relações especificamente capitalistas. Assim, a frente de expansão é expansão de relações mercantis, mas em uma concepção inversa à da expansão da produção capitalista “clássica”. A reprodução de relações não-capitalistas de produção tem precedido o avanço da frente pioneira (das relações capitalistas de fronteira) propriamente dita, diante disso, a expansão capitalista da fronteira no Brasil não se caracteriza pela ação do empreendedor que expande a reprodução capitalista no território novo.

Para Martins (2012), os pioneiros buscam estender as relações mercantis além dos limites dos territórios propriamente incorporados na reprodução capitalista do capital. Há, porém, um limite além do qual não é possível extrair renda capitalista da terra, visto que os espaços sobre os quais se move a frente de expansão são marcados pela ausência da propriedade privada moderna¹⁹⁷ constituídos, sobretudo, por direitos costumeiros de posse e domínio sem títulos de propriedade de camponeses e indígenas. A teoria da fronteira, para Martins (2012), é um desdobramento da teoria da expansão territorial do capital.

Assim, no processo de expansão das fronteiras, o território como expressão concreta da luta de classe, constitui e reconstitui as relações sociais anteriores. Isto

¹⁹⁷ De acordo com Martins (2012, p. 157) novos territórios são incorporados de modo capitalista “quando é possível extrair deles a renda capitalista da terra, ao menos a renda absoluta, isto é, quando é possível embutir nos preços dos produtos nela cultivados, além da renda territorial a taxa média de lucro”.

é, no movimento de expansão territorial do capital são acirradas as contradições no desenvolvimento das relações capitalistas e entre as frações do território. Entretanto, esse movimento não é universal e total, mas desigual e contraditório, portanto se realiza reproduzindo relações sociais e de produção que não são especificamente capitalistas.

Analisar, nesse sentido, a expansão territorial do capital, no entendimento da presente tese, deve ser associada à formação territorial, como processo de construção da lógica de desenvolvimento contraditório do capitalismo brasileiro e a constatação que a expansão da fronteira se realiza de forma mais expressiva como frente de expansão do que como frente pioneira. Esse processo demanda uma reflexão acerca da aliança entre terra e capital no capitalismo rentista no Brasil, o que realizaremos a seguir.

2.2. ALIANÇA ENTRE TERRA E CAPITAL NO CAPITALISMO RENTISTA À BRASILEIRA: A INVERSÃO DO MODELO “CLÁSSICO”

O advento da propriedade privada foi retratado particularmente, e com profundo detalhamento do papel do Estado e do aparato jurídico capitalista na Inglaterra, por Marx ([1867/1890] 1985a; [1853] 1977), Thompson (1987a; 1987b; 1998b; 2012) e Wood (2000). Tais autores constataam que, com os cercamentos [*enclosures*] dos campos ingleses, a terra se transfigura de um recurso de uso comum em um bem privado, ou seja, a “cerca” (ou a instituição da propriedade privada) tem o objetivo de excluir parte da sociedade do seu uso e simultaneamente servir de fundamento para a produção e reprodução das classes capitalistas. Esse processo é considerado na literatura marxista como um modelo clássico de formação da propriedade privada capitalista.

Martins ([1979] 1996), Oliveira (1997; 2007), Silva (2008), Holston (2013), Lima (2002), Secreto (1999), Marés (2003); Motta (2008; 2012), dentre outros, analisaram os mecanismos específicos de formação da propriedade privada da terra no caso brasileiro.

A partir da análise de tais autores, destaca-se, fundamentalmente, a centralidade da instituição da Lei de Terras em 1850 como mecanismo jurídico que consolidou a propriedade privada fundiária no Brasil. Os autores expõem os desdobramentos da referida lei, constatando inúmeros casos de legalização (e legitimação) de grilagem de terras no processo posterior à instauração de tal lei. A

partir, então, das interpretações realizadas pelos autores, pode-se depreender que o processo de apropriação privada da terra pública é um fundamento da formação territorial brasileira do período colonial à contemporaneidade, da terra como domínio público (sesmarias) ao seu estabelecimento como propriedade privada.

Entretanto, é fundamental constatar que já na Constituição Imperial de 1824 se encontravam os fundamentos da instituição do direito pleno a propriedade, conforme o artigo 179 inciso XXII da primeira constituição do Brasil independente, garantindo inclusive a indenização prévia e os mecanismos de produção do proprietário de terra como classe salvaguardando os latifundiários em casos de eventual desapropriação. Nota-se que a propriedade privada que se fundamenta em 1824 é privada e individual garantindo a plenitude de seu exercício sem nenhum limite imposto (MARÉS, 2003), ou seja, a terra que era doada pela Coroa Portuguesa, cedida aos “sesmeiros” com um conjunto de condicionalidades, imediatamente após a Independência é tornada propriedade privada plena.

Marés (1999, p. 55) argumenta que a concepção liberal burguesa do individualismo proprietário e do império da vontade individual se substancia na Constituição de 1824.

A cultura de Estado e o direito que com ela foi gerado, encarnava a concepção burguesa clássica de que não há estamentos intermediários entre o cidadão e o Estado acabando com as corporações, coletivos, grupos homogêneos, etc. É a cultura do individualismo e do império da vontade individual. O Estado, ele mesmo, passou a ser concebido como um indivíduo, uma pessoa de natureza especial, mas singular, mesmo que encarnasse ou tentasse encarnar a vontade de todos.

Assim, contribuindo com as análises possibilitadas por tal revisão bibliográfica, mas dando um passo além, compreendo que a apropriação privada das terras públicas não é somente um processo decorrente da instituição de leis que abrem brechas e possibilidades para mecanismos de grilagem. Os grileiros de terras produzem antecipadamente estratégias que são referendados pelo Estado e pelo Poder Judiciário nas legislações fundiárias de cada período histórico da formação territorial brasileira. As fronteiras entre legalidade e ilegalidade instituídas pelo Estado nos ordenamentos jurídicos são definidas no atendimento aos interesses de monopolização de terras pelos grileiros, visando efetivar seu processo de constituição como classe de proprietários de terra (titulados e confirmados na terra grilada, ou seja, legalizados e legitimados). Assim, o Estado produz, no

ordenamento jurídico, a legalização de estratégias de grilagem realizadas previamente, legitimando aqueles que produzem apropriações privadas de bens patrimoniais estatais. Ou seja, os grileiros-proprietários de terra produzem as políticas fundiárias a seu favor, fazendo do Estado instrumento essencial de seus processos de legitimação da propriedade privada grilada. Assim, a lei produzida atende aos seus interesses de legalização da apropriação privada de terra pública. Entretanto, novos grileiros (e também os antigos grileiros, agora proprietários de terra) partem para novas e outras estratégias de grilagem, agora sim, se valendo de brechas possibilitadas pela lei e preparando-se juridicamente para outras estratégias de legalização e legitimação das ilegalidades realizadas. Ou seja, as noções de legal e ilegal são transitórias no Estado brasileiro, atendendo fundamentalmente aos interesses dos grileiros-proprietários de terra.

Silva (2008) argumentou que uma das características da constituição da propriedade da terra no Brasil tem sido que a propriedade territorial se constituiu fundamentalmente a partir do patrimônio público, e a autora esclareceu, em suas reflexões, as condições da passagem das terras públicas para o domínio privado. Silva (2008) argumentou ainda sobre as articulações entre os proprietários de terra e o Estado, demonstrando que a Lei de Terras (1850) normatizou o processo de aquisição de domínio sobre as terras e que tal lei formou o arcabouço jurídico dentro do qual se constituiu a moderna propriedade fundiária. Esse processo de consolidação da propriedade privada é mediado pelo Estado e vinculado à consolidação do Estado nacional brasileiro.

Com a instituição do cativo da terra no Brasil, ou seja, na passagem da renda capitalizada no escravo para a renda territorial capitalizada, recriam-se as condições de sujeição do capital ao trabalho, engendrando os mecanismos sucessórios da coerção física e da coerção econômica articuladas ao imaginário da ascensão social pelo trabalho (MARTINS, [1979] 1996; 1997). Para Martins ([1979] 1996), se no regime sesmarial da terra livre o trabalho tinha que ser cativo, em um regime de trabalho livre a terra tem que ser cativa.

Ressalta-se que nesse processo o capital expande a produção capitalista no campo, mas gera também o latifúndio e a reprodução dos camponeses. Essa lógica de desenvolvimento é explicitada por uma característica que o capitalismo no Brasil configurou: o predomínio dos latifúndios não é um obstáculo para a reprodução capitalista (OLIVEIRA, 2010a), mas a possibilidade via especulação de se produzir

capital fora dos circuitos produtivos, demonstrando peremptoriamente sua faceta rentista.

A terra não é reprodutível, pois quanto maior for a demanda social pela sua utilização produtiva maior será seu processo de valorização. Tal valorização converte-se em renda, pois dela vai depender a disposição da classe dos proprietários de terra em atender às exigências sociais crescentes, a partir da ampliação dos cultivos ou da transferência de frações de terras ociosas para quem queira produzir (PAULINO; ALMEIDA, 2010).

Em países do capitalismo central, ao se realizarem reformas agrárias e/ou processos de distribuição de terra, se produziu uma ampliação daqueles que a detêm. Assim, diminuiu-se o poder de classe dos proprietários de terra na definição dos parâmetros de retorno econômico e buscou-se promover o uso produtivo da terra no campo e na cidade. Essa racionalidade capitalista convém com as demandas de expansão para a consolidação do mercado interno e para o desenvolvimento da prevalência do lucro em detrimento da renda (PAULINO; ALMEIDA, 2010)¹⁹⁸.

Contraditoriamente aos países capitalistas centrais, no Brasil não houver significativos conflitos entre proprietários de terra e burguesia, visto que a própria burguesia emerge do seio do latifúndio. De fato, o que ocorre é uma aliança dos interesses de classe. Paulino e Almeida (2010, p.12) enfatizam:

(...) no modelo clássico, a burguesia constitui-se como força contra-hegemônica às estruturas de poder remanescentes da ordem feudal, ao passo que no Brasil, constituído sob a égide do capitalismo comercial, parte relevante da riqueza sob controle dos agraristas envolvidos com a economia agroexportadora foi direcionada para as atividades urbano-industriais, a princípio justamente como estratégia para aumentar os ganhos da atividade agrícola. Com isso, alguns personificaram duas situações de classe: proprietários fundiários e, ao mesmo tempo, empreendedores urbano-industriais, burgueses enfim. É por isso que a consolidação da economia urbano-industrial prescindiu de intervenções profundas na estrutura de propriedade, a

¹⁹⁸ Visto que a renda da terra é um tributo social pago pelo conjunto da sociedade em função do monopólio da terra por parte da classe dos proprietários fundiários, a desapropriação capitalista da terra vai funcionar como a garantia dos latifundiários no acesso à renda da terra em possíveis processos de perda da propriedade. Com as modificações na estrutura fundiária realizadas em países do capitalismo central, a fração da mais valia abocanhada pelos proprietários de terra é menor do que em países que mantêm uma estrutura fundiária concentrada, como no caso brasileiro. Aqui, o pagamento da renda da terra é alto e produz um mercado fundiário bastante lucrativo (PAULINO, 2014). Além disso, a desapropriação não é uma forma de penalização, mas a possibilidade de acesso à alta remuneração da renda da terra paga em forma de indenização aos latifundiários desapropriados.

despeito do caráter inconciliável entre renda e lucro. Mas isso teve um preço, que a sociedade brasileira conhece tão bem: o da desigualdade, uma das mais pronunciadas do planeta.

O capitalismo rentista brasileiro fundamenta-se então nessa aliança da oligarquia latifundiária com a burguesia, através da qual a concentração fundiária e a manutenção dos seus mecanismos são os motores de sua existência e natureza capitalista específica. Essa distinção entre o *modelo clássico*¹⁹⁹ de separação entre proprietários de terra e capitalistas industriais e a forma à brasileira da aliança entre capital e proprietário de terra é fundamental para a compreensão das especificidades do capitalismo rentista produzido no Brasil. Reforça-se então a constatação de que a propriedade fundiária não pode ser entendida como um empecilho, um entrave, um bloqueio ou uma amarra à expansão das relações capitalistas de produção no campo, conforme argumenta criticamente Oliveira (2010), mas sim como uma contradição fundamental do modo capitalista de produção e suas formas de poder e controle da economia, da sociedade e da política. Essa distinção entre o modelo clássico e o modelo brasileiro foi esmiuçada por Martins (1994, p. 79-80, sem grifo no original):

Ao contrário do que ocorria com o *modelo clássico* da relação entre terra e capital, em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como um entrave à circulação e reprodução do capital, no modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação lícita e portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. O *modelo brasileiro inverteu o modelo clássico*. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando, conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado. Com a diferença, porém, de que a injeção de dinheiro no sistema de propriedade modernizou parcialmente o mundo do latifúndio, sem eliminá-lo.

Refletir sobre as diferentes formas de desenvolvimento do capitalismo no campo (o assim chamado modelo clássico, as divergências sobre a via russa, a via

¹⁹⁹ Importante assinalar a argumentação produzida por Marx n' *O Capital*: "A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica" (MARX, [1867] 1985, p. 263).

prussiana e as diversas formas da chamada via americana²⁰⁰), portanto, é condição necessária para a análise das especificidades do capitalismo brasileiro, visando a compreensão das suas particularidades.

Moura (1982) já argumentava que o cercamento [*enclosures*] dos campos é o capítulo mais tenso da gestação do capitalismo na Inglaterra. No que tange à propriedade privada da terra, não é fortuito que quaisquer outras situações concretas que envolvam processos similares constituam-se em pretexto para retomar essa análise e refletir sobre aproximações e rupturas entre o modelo tornado clássico na Inglaterra e o processo de constituição das classes sociais capitalistas em outras partes da Europa e nas colônias americanas, a fim de compreender mais esmiuçadamente o caso do Brasil.

Cabe ainda retomar a ressalva de Moura (1982), de que refletir sobre a questão dos cercamentos não é um mero fetiche de comparação com o “mais clássico dos casos”. Mas, compreende-se, nesse trabalho, como a condicionalidade de refletir sobre o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, que produz diferentes formações territoriais e diferentes regiões, em uma tentativa vigorosa e violenta de expansão das relações capitalistas e de sua lógica de reprodução, portando em si as contradições internas desse processo, a produção de resistência e formas específicas de realização da propriedade privada da terra e de reprodução de costumes e tradições no acesso à terra.

A formação da aliança entre capital e propriedade da terra, a fronteira em movimento e o processo de reprodução de relações não-capitalistas inseridas contraditoriamente no processo de produção e reprodução do capital são as premissas de leitura do capitalismo (rentista) gestado no Brasil. Destaca-se que, dialeticamente, cercamento e abertura de frentes de expansão são faces de um mesmo processo, sintetizados pela condição de constante migração e mobilização do campesinato brasileiro que, quando expropriado no processo de expansão do capital, ora migra para cidades, ora se reproduz no campo, em outras fronteiras e outras posses, reproduzindo seu modo de vida e suas relações sociais e de

²⁰⁰ Não realizamos nessa tese as distinções entre as interpretações sobre as formas de desenvolvimento do capitalismo no conjunto das Américas, problematizando as várias formas da assim chamada “via americana” do desenvolvimento capitalista, por exemplo, nas análises acerca da noção de escravismo colonial de Jacob Gorender, da formação do proto-campesinato segundo Ciro Flamarion Cardoso e sobre as vias coloniais americanas segundo Antonio Carlos Robert Moraes, por exemplo. Consideramos, entretanto, uma importante análise a ser desenvolvida.

produção como posseiros, buscando conquistar a terra como forma de reprodução de seu trabalho e modo de vida camponês.

Cabe lembrar também que a resistência na terra, mesmo que na condição de posseiro, meeiro, foreiro ou arrendatário, revela a permanência e reprodução do campesinato na história da formação territorial capitalista brasileira. A mobilidade de indígenas pelo território é outro traço da fronteira capitalista constantemente em movimento, mostrando que os indígenas buscam também escapar nas fronteiras para manutenção de sua sociedade. Nesse sentido, a destruição da “economia natural” e da “economia camponesa” não é *conditio sine qua non* do processo de produção e mesmo de reprodução do capital, apesar da forma marcante de extermínio e massacre da população.

O fundamento da diversidade de arranjos produtivos capitalistas deve, então, ser buscado na particularidade histórica de cada conjunto de lugares da economia-mundo (MORAES, 2011a), refletindo assim, na inserção desigual das regiões no modo de produção. Ressalta-se que as relações capitalistas de produção não surgiram simultaneamente em todas as partes do mundo. Tais relações capitalistas possuem uma origem geográfica delimitada em uma zona de gestação circunscrita aos limites da Europa Ocidental, conforma já afirmava o próprio Marx em seus escritos a partir de 1870. Diante disso, o caso inglês é visto como referência de um modelo clássico, sendo a Inglaterra o universo empírico para o estudo de Marx sobre os fundamentos do modo de produção nos assim chamados “capítulos históricos” d’O *capital*. Além disso, consideramos analisar outras vias de desenvolvimento do capitalismo na Europa (sobretudo a Inglaterra e suas colônias e territórios periferizados, a Rússia, a Prússia e a Renânia frações da atual Alemanha e breves apontamentos sobre os Estados Unidos) a partir dos aportes de autores que dialogaram com Marx e o próprio Marx para analisar as tensões entre a suposta universalidade do capitalismo e desigualdades e contradições dialéticas em seus processos de produção e reprodução.

3. UNIVERSAL OU DESIGUAL E CONTRADITÓRIO? AS ANÁLISES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A QUESTÃO AGRÁRIA EM MARX, NOS NARODNIKI RUSSOS, EM LENIN E EM LUXEMBURG

Se os porta-vozes dos “novos pilares sociais” negarem a possibilidade teórica da evolução indicada da comuna rural moderna, pergunte-lhes isto: a Rússia foi obrigada, como o Ocidente, à passar por um longo período de incubação da indústria mecânica para ter acesso à máquinas, barcos à vapor, ferrovias, etc.? Pergunte-lhes, ademais, como fizeram para introduzir entre si num piscar de olhos todo o mecanismo de trocas (bancos, sociedades por ações, etc.), cuja produção custou séculos ao Ocidente?

Karl Marx, *Primeiro esboço de correspondência para Vera Zasulitch* (1881)

O objetivo deste capítulo é realizar um exercício de análise sobre os fundamentos da acumulação originária do capital e da formação da propriedade privada capitalista da terra. Argumentamos, nos itens a seguir, que a produção dessa forma de propriedade é determinante para a produção e reprodução do capital, e assim reveladora do desenvolvimento do modo capitalista de produção.

Para empreender tal discussão, retornamos a partir de momentos das obras de Karl Marx, dos militantes narodniki revolucionários, de Vladimir I. Lenin e de Rosa Luxemburg e os comentadores de suas obras – as análises indissociáveis e contraditórias entre os processos de produção e reprodução do capitalismo e de formação das classes capitalistas, a acumulação originária de capital, a formação da propriedade privada a partir de seus fundamentos, as vias de desenvolvimento capitalista e as múltiplas formas de transição ao modo capitalista de produção. É importante destacar que se tratam de autores que dialogaram com a obra marxiana (além do próprio Marx) e que hoje são reconhecidos como intelectuais, militantes e pensadores com estudos considerados “clássicos”, e que, portanto estruturam as interpretações marxianas sobre a questão agrária e as linhas fundamentais de reflexão sobre o campo.

No processo de pesquisa para a presente seção, foi fundamental retomar e compreender, além dos argumentos internos aos textos desses autores, as dinâmicas territoriais nas quais estes estavam inseridos. Assim, discutimos brevemente as formações territoriais e o contexto da Renânia, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Prússia e da Rússia como momentos fundamentais da explicação das obras e dos autores trabalhados, a fim de articular as relações entre

a produção intelectual e a ação militante dos pensadores analisados que se debruçaram sobre as formas de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Tal retorno aos autores e argumentos que, a nosso ver, fundamentam a interpretação marxiana da questão agrária, visa consolidar teórica e metodologicamente a hipótese da presente tese de que há uma via à brasileira de realização do capitalismo que segue um desenvolvimento particular, mas articulado aos fundamentos gerais do modo capitalista de produção, em que as estratégias de formação da propriedade privada e da classe de proprietários de terra conforma especificidades na formação territorial capitalista brasileira. Retomar esses autores e argumentos envolve, assim, buscar uma totalidade contraditória que enfoca a relação dialética entre os fundamentos e as particularidades da formação territorial. Analisando esses autores, estabelecemos um posicionamento frente ao debate acerca da questão da universalidade ou do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, enfatizando a compreensão da dialética desse processo inclusive nas obras interpretadas.

Compreendemos que o desafio, nesse processo, é nos vincularmos ao pensamento desses autores situando nossa reflexão como tributária às suas interpretações, mas pontuando críticas e ressalvas, especialmente para não realizar a transposição das categorias, conceitos e noções, mas sim para atualizar os debates e compreender os fundamentos e as determinações do desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção.

3.1. A QUESTÃO AGRÁRIA, A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NOS PRIMEIROS ESCRITOS DE MARX

Nossa análise percorreu alguns momentos que consideramos reveladores da obra de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo. Partimos dos escritos sobre o “roubo de lenha” na Renânia e a discussão marxiana acerca da instituição da propriedade privada capitalista da terra. Compreendemos que esse momento revela as bases de uma virada do pensamento de Marx da Filosofia Política para a Crítica da Economia Política. Esse movimento se realizou a partir da reflexão sobre as dimensões jurídicas de estabelecimento da propriedade privada capitalista e revelam que a questão agrária esteve presente como reflexão fulcral para a realização da démarche marxiana que inverteu a dialética hegeliana e

instituiu a totalidade contraditória como fundamento do modo capitalista de produção.

Em seguida, problematizamos a assim chamada acumulação originária do capital na Inglaterra em paralelo com seu processo de expansão de relações capitalistas, verificando as transformações nas análises de Marx a partir das interpretações da periferia do capitalismo inglês e suas especificidades: Índia e China. Verificamos também as particularidades do capitalismo da Inglaterra demonstrando a barbárie do processo de acumulação do capital: a violência das expropriações e cercamentos, a perversidade de mecanismos jurídicos de subsunção do direito costumeiro, o escravismo e o colonialismo como práticas não-capitalistas fulcrais para o desenvolvimento do assim chamado “modelo” ou “via clássica” de transição/desenvolvimento do capitalismo. Além disso, o processo de periferização e as resistências camponesas na Escócia e na Irlanda revelam como, a partir das fronteiras, podemos verificar com ainda mais precisão a barbárie perpetrada na expansão contraditória do capitalismo.

Por fim, destacamos os diálogos de Marx com os narodniki revolucionários russos e a consolidação no pensamento marxiano das múltiplas vias de desenvolvimento do capitalismo. Marx evidencia nos seus escritos sobre a Rússia uma perspectiva não-eurocêntrica e não-etapista do desenvolvimento da sociedade, assim como a possibilidade de revoluções sociais realizadas nas formações territoriais periferizadas e o posicionamento da potencialidade do campesinato como classe revolucionária.

3.1.1. Renânia, um exemplo da instituição jurídica da propriedade privada capitalista no direito moderno e a criminalização do direito consuetudinário no campo

Neste item abordaremos um dos momentos fulcrais, no nosso entendimento, da obra de Marx no início da década de 1840: a sua análise sobre a instituição jurídica da propriedade privada capitalista da terra, presente na Dieta Renana. A partir da leitura dos artigos escritos por Marx em 1842 e 1843 e publicados na Gazeta Renana, argumenta-se aqui que a lei e o aparato jurídico construído pelo Estado visam garantir o direito à propriedade privada capitalista da terra, processo coetâneo e simultâneo à negação dos direitos costumeiros dos camponeses. A análise desse momento destacado por Marx revelou a expropriação dos

camponeses e a negação do direito costumeiro à terra como fundamentos do processo de produção da propriedade privada capitalista da terra, e consequentemente a produção também de uma classe capitalista de proprietários de terra e a sua relação com o Estado.

A Renânia apresentava na primeira metade do século XIX determinadas características geopolíticas marcantes, referentes à especificidade de seu liberalismo fruto da proximidade geográfica e política com a França e dos impactos da Revolução Francesa na burguesia renana. Assim, se desenvolveu nessa região uma burguesia moderna articulada aos princípios de igualdade civil e influenciada de diversas maneiras pelo Direito francês. Tal classe era fortemente avessa ao processo de prussianização da Renânia e favorável aos direitos universais dos indivíduos (DROZ, 1949). Ao mesmo tempo, se manifestava nas elites sociais, especificamente na nobreza renana, um movimento que se aproximava dos marcos de exaltação do passado germânico recorrendo-se à uma suposta superioridade das instituições, da organização política e dos estamentos sociais da Idade Média (DROZ, 1940). Ressalta-se que o movimento liberal prussiano objetivava a conquista do Estado com a intenção de desvelar (e resolver positivamente) a contradição entre o desejo de racionalidade da nascente elite econômica e a política retrógrada estatal capitaneada pelas classes oriundas do feudalismo germânico.

A partir de 1840, Frederico Guilherme IV ascendeu ao trono, e apesar de um primeiro momento de exaltação dos neohegelianos e da burguesia liberal, seu reinado pietista, romântico e reacionário prontamente esfacelou as esperanças depositadas no “liberalismo” do monarca (LÖWY, [1970] 2012). O rei manifestava sua ojeriza ao hegelianismo demonstrada no fechamento de revistas dessa tendência, bem como na expulsão de professores hegelianos das universidades (LÖWY, [1970] 2012). Esses acontecimentos símbolos da política reacionária do Estado prussiano serviram de politização radical do hegelianismo de esquerda em geral e, particularmente de Marx, que impossibilitado de seguir uma carreira universitária, em vista do autoritarismo estatal, encontrou como jornalista a possibilidade de ocupar-se com problemáticas propriamente políticas e sociais (GIANOTTI, 1978; LÖWY, [1970] 2012).

Desses tensionamentos políticos surgiu, assim, a Gazeta Renana (*Rheinische Zeitung*), jornal editado de janeiro de 1842 até abril de 1843, quando foi censurado pelo governo da Prússia. Marx foi o redator-chefe da publicação a partir de outubro

de 1842. Löwy ([1970] 2012) argumentou que a Gazeta Renana foi o resultado de uma relação de curta duração entre o hegelianismo de esquerda e a burguesia liberal, que apesar das divergências - que se realizaram como rompimento total a partir de 1843 - encontraram um terreno comum na oposição ao Estado prussiano de características burocráticas-feudais e na defesa das liberdades ameaçadas pelo absolutismo monárquico.

Dentre os diversos assuntos tratados por Marx na Gazeta Renana, um deles foi central em suas interpretações: tratava-se do conjunto de artigos que se referiam ao assim chamado roubo de lenha. Essa nova qualificação, “roubo”, consagrou dialeticamente uma nova concepção de propriedade e estabeleceu uma nova interpretação da propriedade como aquela de uso privado e exclusivo de um bem. De fato, a Prússia passava por um momento de transição em sua integração ao modo capitalista de produção: a economia de troca capitalista deslocava as formas de economia tradicionais, bem como os arranjos econômicos feudais, e se desenhava um novo arranjo político e jurídico que se enquadrava a esse novo momento (XIFARAS, 2002). Xifaras (2002) argumentou que a lei relativa aos crimes florestais na Prússia, aprovada em 17 de junho de 1821 pela Dieta Renana, previa em seu artigo I da 1ª Seção, no que se referia ao roubo de lenha, que estes se aplicariam aos seguintes casos:

À toda a lenha de floresta que não tenha sido ainda derrubada;

À toda lenha verde, não florestal, destinada à exploração;

À toda lenha acidentalmente quebrada ou derrubada em troncos inteiros e que ainda não esteja ajustada;

Às aparas de madeira que estejam na floresta ou em depósitos ainda não organizados. (XIFARAS, 2002, p. 10)²⁰¹

A partir de junho de 1842, a questão dos crimes florestais voltou a ser debatida no Parlamento Regional [*Landtag*], em um aprofundamento do processo de garantia de direitos da propriedade privada capitalista e criminalização dos direitos de uso costumeiro da terra e das florestas pelos camponeses. Assim, Marx discutiu a partir da Dieta Renana - a assembleia política deliberativa da província renana - as proposições acerca do processo de instituição da propriedade privada e o

²⁰¹ Tradução do autor. No original: “1. A tout bois de forêt n'étant pas encore abattu; 2. A tout bois vert, hors des forêts, destiné à l'exploitation; 3. A tout bois, cassé accidentellement ou renversé en troncs entiers dont l'ajustage n'a pas encore commencé; 4. Aux copeaux de bois d'œuvre, se trouvant dans la forêt ou aux dépôts de bois non encore aménagés” (XIFARAS, 2002, p.10).

estabelecimento de seu caráter pleno e sua natureza jurídica absoluta frente a outros direitos construídos pelo uso e pelo costume. Marx analisou a instituição jurídica da propriedade privada capitalista e as categorias que alijam o direito costumeiro e produzem, articuladamente, um novo arcabouço jurídico (e um outro vocabulário para antigas práticas) edificando, na esfera da lei, as noções de absolutização da forma capitalista de propriedade a partir da criminalização das práticas do campesinato. Nesse sentido, coleta, uso, costumes e hábitos de relação dos camponeses com a terra transfiguraram-se em *roubo* de lenhas, em *infrações* florestais e *delitos* agrários. Marx objetivava também nesse exercício de análise descortinar o caráter apócrifo e mistificado da produção da lei citando discursos e intervenções de deputados que paulatinamente instituíram, naturalizaram e normatizaram as práticas de uso comum das florestas renanas, transformadas em propriedade privada capitalista, como atividades ilegais, criminosas e passíveis de punição.

Dessa maneira, esses representantes do Legislativo (muitos deles proprietários de terra) criminalizaram as práticas costumeiras do campesinato renano no que tange à coleta de galhos e lenhas para o aquecimento das casas e dos estábulos de animais, a coleta de mirtilos, amoras e outras frutas silvestres para alimentação cotidiana, as retiradas de produtos florestais necessários à produção de vassouras e de artigos de higiene pessoal e também para a alimentação dos rebanhos, a coleta de galhos para a confecção de varas de pescar, a coleta de madeiras para a reparação de utensílios domésticos e agrários, a coleta de ripas para o conserto dos telhados das casas, a retirada de raízes para a produção de cestaria, a coleta de cogumelos para a alimentação, a coleta de flores para ornamentação da casa. Ou seja, o ato de coletar, extrair e retirar madeiras, lenhas, raízes e frutas foi instituído como crime, tanto quanto o corte da árvore, bem como era passível de condenação penal ultrapassar os limites instituídos como propriedade privada (LASCOUMES; ZANDER, 1982; BENSAÏD, 2007). Marx ([1842] 2007, p. 94) ironicamente afirmou que

Para se apropriar da lenha verde, é preciso retirá-la violentamente do conjunto orgânico do qual esta faz parte. Se isso é atentar contra a

integridade da árvore, tal ato atenta também contra o direito do proprietário da árvore.²⁰²

A instituição da plenitude da propriedade privada na Dieta Renana ensejava que as práticas costumeiras fossem transformadas em crimes passíveis de punição, entretanto os camponeses não percebiam sua prática (costume e uso da terra) como uma infração. O que era concretamente perceptível, para eles, eram as punições. A lei servia, assim, para garantir o direito à propriedade privada capitalista da terra e para a negação dos direitos costumeiros do campesinato. Marx ([1842] 2007, p.95, sem grifo no original) argumentou

Portanto, esse ponto de vista brutal, que identifica como diferentes ações apenas uma disposição comum e que abstrai toda diferenciação, não se abole em si mesmo? *Considerando indiferentemente como um roubo toda ação contra a propriedade, sem distinção, sem uma determinação mais ampla, não seria toda a propriedade privada um roubo? Eu não ofendo, conseqüentemente, seu direito à propriedade?* Se você nega a distinção entre tipos essencialmente diferentes do mesmo crime, você nega assim o crime como diferente do direito e você abole com isso o direito em si mesmo, pois todo crime possui um ponto em comum com o direito.²⁰³

As relações entre práticas criminais e o direito é uma reflexão dialética importante para a sustentação da argumentação marxiana na análise sobre a propriedade privada. A Dieta Renana, ao não distinguir os múltiplos usos das florestas e igualizar as formas de coleta e extração à derrubada de árvores, criminalizou todas as práticas como “delitos florestais” e “roubo de lenha”. A lei rejeitava toda forma de distinção entre as diversas práticas costumeiras que produziram formas históricas de direito tradicional camponês e de suas relações com a terra e florestas, ao mesmo tempo em que transformava todas as práticas em crimes garantindo o direito pleno do proprietário à terra. Marx constata assim que crime e direito relacionam-se profundamente em processos de negação aparente, mas de complementariedade pujante: toda regulamentação jurídica produz uma

²⁰² Tradução do autor. No original: “Pour s'approprier du bois vert, il faut l'arracher avec violence de l'ensemble organique auquel il appartient. Si cela est manifestement attenté à l'intégrité de l'arbre, l'acte attenté aussi manifestement au droit du propriétaire de l'arbre” (MARX, [1842] 2007, p.94).

²⁰³ Tradução do autor. No original: “D'ailleurs, ce point de vue brutal, qui ne retient pour différentes actions qu'une disposition commune et qui fait abstraction de toute différenciation, ne s'abolit-elle pas elle-même ? En considérant indifféremment comme vol toute atteinte à la propriété sans distinction, sans plus ample détermination, toute propriété privée ne serait-elle pas du vol ? Est-ce que je n'offense pas, par conséquent, son droit à la propriété ? Si vous niez la distinction entre des espèces essentiellement différentes du même crime, vous niez alors le crime comme différent du droit et vous abolissez donc le droit lui-même, car tout crime a une part commune avec le droit. ” (MARX, [1842] 2007, p. 95).

determinada práxis instituindo interdições, punições e garantias. Crime e direito são pares que se interligam e se regulam mutuamente. Entretanto, o direito capitalista prefigura no aparato jurídico a dominação política de determinadas classes ou frações de classes sociais. O crime exige a pena demonstrando ao infrator os efeitos condicionantes de seus atos. A medida da pena é mensurada a partir da medida do crime, sendo a propriedade privada - um dos pilares de sustentação do capitalismo - uma medida das mais pujantes, visto que “Essa é a racionalidade do proprietário de florestas: a disposição legal é o que me beneficia, pois o que me beneficia é bom”²⁰⁴ (MARX, [1842] 2007, p.98).

Marx reivindicou o direito costumeiro dos pobres em oposição aos privilégios das classes e estamentos nos modos feudal e escravocrata de produção e ao direito capitalista moderno que se instituía de forma a regular as relações entre as classes. Ele constata que o direito capitalista moderno subsume o direito costumeiro, transformando o costume em aspectos jurídicos e as práticas em aspectos legais ou ilegais, a depender dos interesses das elites. O costume passa, portanto, a ser regulado pelo direito do Estado. Marx afirmou que “os direitos costumeiros dos pobres são direitos contrários aos costumes do direito positivo”²⁰⁵ (MARX, [1842] 2007, p.102), ou seja, a legislação moderna materializava-se como forma legal excluindo outras formas de racionalidade dos direitos. Nesse sentido, são estabelecidas as fronteiras entre legalidade e ilegalidade; entre público e privado; entre os proprietários de terra e a burguesia como classes capitalistas juridicamente respaldadas e aqueles despossuídos, desapropriados, à margem da propriedade privada capitalista da terra ou como condição tendencial de não-proprietários das terras que usavam. Nesse sentido, as legislações assumiam sua parcialidade:

Essas legislações eram parciais por necessidade, pois todos os direitos costumeiros dos pobres repousavam no fato de que um tipo de propriedade possuía um caráter indeciso que, em última instância, não a conferia verdadeiramente uma característica de propriedade privada e nem mais uma característica de propriedade comum; ela

²⁰⁴ Tradução do autor. No original: “tel est le raisonnement du propriétaire de forêts pratique: cette disposition légale est tant qu’elle me profite, car ce qui me profite est bien” (MARX, [1842] 2007, p. 98).

²⁰⁵ Tradução do autor. No original: “(...) les droits coutumiers de la pauvreté sont des droits contraires à la coutume du droit positif”. (MARX, [1842] 2007, p.102)

aliava direito privado e direito público, como nós encontramos em todas as instituições medievais. (MARX, [1842] 2007, p.103)²⁰⁶

Assim, se institui uma forma jurídica que apartava outras formas de entendimento do mundo transformando a propriedade privada capitalista em uma pedra angular do Direito moderno produzido pelo Estado. Para além de uma suposta petrificação da forma da propriedade privada em contraposição à fluidez do direito consentudinário, tal como Marx ([1842] 2007) constatou, o que se verificou foi que as legislações eram fluidas para garantir as formas e estratégias de apropriação privada capitalista e produzir de modo cada vez mais amplo o direito à propriedade privada. O Direito vai servindo para transformar em legal aquilo que anteriormente é crime, infração ou delito, mas assegura, sobretudo, essa transmutação jurídica às classes dominantes e transformar em crime o que era direito costumeiro. E ainda produz, ao menos juridicamente, a noção de legitimidade das práticas de apropriação privada que favorecem a transfiguração de “grileiros” em “proprietários de terra”.

Marx constatou que eram suprimidas as formações “híbridas” e relacionadas ao uso nas formas de apropriação do campesinato pela aplicação do direito privado abstrato que advém do direito romano. Historicamente, na Renânia, mas também em diversas outras partes do mundo, os camponeses ocupavam frações do território que apresentavam um caráter “indeciso” (MARX, [1842] 2007), impreciso sobre quem eram seus proprietários (ou mesmo se havia um proprietário) e terras – ao menos consideradas – livres. É justamente nesses lugares onde não se desenvolveu plenamente o processo de acumulação do capital (LUXEMBURG, [1913] 1985) - ou nos termos de Martins (2012) nas chamadas frentes de expansão – que os camponeses satisfazem suas necessidades de produção econômica e reprodução social. Marx, em defesa dos direitos dos pobres, argumentou

(...) a compreensão, no entanto, omite a consideração de que certos objetos de propriedade não podem, pela sua natureza, adquirir, em nenhum caso, a característica de propriedade privada determinada precedentemente e recaem, pela essência elementar e existência contingente, do direito de ocupação; *tais objetos evidenciam, conseqüentemente, o direito de ocupação da classe que, excluída de todas as outras propriedades por esse direito, ocupa na sociedade*

²⁰⁶ Tradução do autor. No original: “Ces législations étaient partiales par nécessité, car tous les droits coutumiers des pauvres reposaient sur le fait que certain type de propriété avait un caractère indécis qui, en dernière instance, ne lui conférait pas franchement un caractère de propriété privée ni non plus un caractère de propriété commune ; elle alliait droit privé et droit public tel que nous le rencontrons dans toutes les institutions médiévales” (MARX, [1842] 2007, p. 103).

*civil a mesma posição que esses objetos ocupam na natureza.*²⁰⁷
(MARX, [1842] 2007, p.104, sem grifo no original)

Entre os múltiplos elementos interessantes do fragmento citado anteriormente, constatava-se que Marx compreendia que o direito de ocupação não podia ser reduzido à abstração-concreta da propriedade privada capitalista. Ele afirmava sobre a impossibilidade de privatização de todas as formas de propriedade, constatando que algumas não poderiam ser formalizadas como propriedade privada. Marx paulatinamente entenderá em seus escritos posteriores que o capitalismo funciona como sua própria medida produzindo como mercadoria problemas e soluções aparentes. As impossibilidades do capitalismo, suas crises permanentes, são superadas a partir de processos de expansão e novas rodadas de crescimento nos quais a apropriação de frações do territórios é *conditio sine qua non*. Retomaremos essa reflexão mais adiante na tese.

Além disso, Marx compreendeu as contradições entre Estado e sociedade civil, visto que o aparelho estatal não incorporava em seu aparato jurídico as formas tradicionais de relação com a terra. A modernização jurídica do Estado prefigurava um alijamento das relações de produção históricas do campesinato, pois mesmo quando determinados aspectos eram inseridos no corpus jurídico estes eram subsumidos ao ponto de serem transfigurados em normatizações capitalistas.

Ao retomar os discursos no Parlamento Regional renano, Marx argumentava que um deputado comentava que crianças de famílias pobres colhiam frutos para o complemento de ganhos familiares, prática tolerada pelos proprietários de terras desde tempos imemoriais e que constituía para tais crianças (e para o conjunto das famílias camponesas) um direito costumeiro. Todavia, outro legislador representante dos proprietários de terra enfatizava que, em sua região, os frutos seriam repassados para o comércio e expedidos aos borbotões para a Holanda. Realizava-se, então, a transformação do direito costumeiro dos pobres em monopólio dos ricos através de estratégias de estabelecimento dos marcos de plenitude da propriedade privada.

²⁰⁷ Tradução do autor. No original: "(...) l'entendement omit cependant de prendre en considération le fait que certains objets de propriété ne peuvent, par leur nature, acquérir, en aucun cas, le caractère de propriété privée déterminé précédemment et relèvent, à travers leur essence élémentaire et leur existence contingente, du droit d'occupation; ces objets relèvent, par conséquent, du droit d'occupation de la classe qui, exclue par ce droit de toute autre propriété, occupe dans la société civile, la même position que ces objets dans la nature" (MARX, [1842] 2007, p.104).

Os proprietários de terra e progressivamente a burguesia, por meios próprios e a partir dos legisladores que os representavam no bloco de poder que domina o Estado, não se contentavam em apenas impossibilitar determinadas classes de pertencer à esfera legal e considerada legítima da sociedade de direitos, mas elevavam sua própria classe à condição única de se valer das leis e, obviamente, a primazia política do funcionamento das engrenagens do Estado e aos privilégios sociais de garantia de direitos. Marx questionava os limites e o papel do Estado para tentar resolver, ou ao menos mitigar, a “desordem social” produzida pela lei, questionando a repressão aos camponeses, a transformação de práticas tradicionais em delitos de polícia e a punição como crime. Nos próprios artigos sobre as (questões materiais) da Dieta Renana, nota-se o quanto Marx tensionava constantemente com o aporte hegeliano e as (incoerências) do Estado moderno, ou, como ele iniciava uma trilha de crítica do papel do aparelho jurídico e ideológico estatal na produção e na reprodução das classes sociais capitalistas, que aprofundava seus abismos sociais (e regulamentava a luta de classes). O Estado, com seus executores, legisladores e juristas, se encontrava à serviço do interesse privado e não realizava, nem como horizonte de expectativa, o devir hegeliano de uma racionalidade superior (LÖWY, 1997; BENSAÏD, 2007).

O aparelho estatal começava a aparecer para Marx como uma soma de relações contratuais privadas e, no caso específico da Dieta Renana, ele observava o quanto as penas instituídas pelo Estado, que deveriam representar teoricamente os anseios da sociedade civil, se transformavam em compensações privadas para os proprietários de terra. Marx acompanhava, assim, nos artigos da Gazeta Renana, o definimento do Estado pelas contradições da sociedade moderna.

Diante disso, o Direito moderno se encontrava subordinado ao interesse privado e reproduzia múltiplas distinções entre grupos e indivíduos sob o auspício do Estado. Marx constatou, por exemplo, que os grandes e os pequenos proprietários de terras eram diferentes perante a lei, o que se evidenciava no processo de aplicação concreta da lei. Os grandes proprietários de terra gozavam de direitos e privilégios jurídicos, mesmo que em aparência a lei garantisse a todos suas liberdades individuais e oportunidades equânimes. Entretanto, tais liberdades estavam amplamente amparadas no direito de propriedade e consequentemente a sua extensão como patrimônio garantia poderes e privilégios. Tais proprietários se consolidavam em um cotidiano de práticas arbitrárias frente aos pequenos

proprietários de terra e também aos “não-proprietários”. O próprio Estado se submetia (e realizava) à lógica da classe social dos grandes proprietários de terra, assim, “O Estado tem a obrigação de rebaixar-se aos meios da propriedade privada, contrários à razão e ao direito”²⁰⁸ (MARX, [1842] 2007, p. 110).

Os interesses privados dos grandes proprietários de terra faziam com que o aparelho do Estado funcionasse de acordo com os objetivos de classe adaptando suas formas, leis, ações e aparato. Aqueles que eram acusados de “crime” de atentado à propriedade privada passavam pelo crivo e julgamento de tais proprietários e dos legisladores e juristas do Estado que estavam a serviço dessa classe. O Estado instituía a lei, mas a aplicação prática se realizava a critério e ao bel prazer dos proprietários de terra. Marx afirmava: “Fica evidente aqui que o interesse privado rebaixa o Estado ao nível dos meios do interesse privado”²⁰⁹ (MARX, [1842] 2007, p.110-111). Em suma, os proprietários eram transformados em Estado de si mesmos e o Estado em manifestação expressa de seus interesses. O Poder Legislativo não era mais que uma assembleia corporativa de interesses privados (BENSAÏD, 2007).

Marx constatava que os próprios funcionários públicos aplicavam as leis em favor dos proprietários de terra. Após a instituição da noção de “crimes florestais”, tais violações da propriedade privada eram reguladas a partir do pagamento das penas que eram reportadas diretamente aos proprietários de terra.

O crime torna-se uma loteria em que o proprietário de florestas, com sorte, pode ainda tirar alguma vantagem, como conseguir mais-valia. No entanto, é também possível que o proprietário de florestas, que já obtem o valor simples, faça um negócio graças à uma multa multiplicada por quatro, seis ou oito. Se ele adquire, para além do valor simples, uma indenização especial, a multa multiplicada por quatro, seis ou oito é, em todos os casos, um verdadeiro ganho. Se um membro da aristocracia fundiária crê que as multas devidas não representam garantias suficientes pois frequentemente são irrecuperáveis, elas não serão mais recuperáveis pelo fato de que é preciso recuperar o valor e a indenização.²¹⁰ (MARX, [1842] 2007, p.113).

²⁰⁸ Tradução do autor. No original: “l’État a l’obligation de s’abaisser aux moyens de la propriété privée contraires à la raison et au droit” (MARX, [1842] 2007, p. 110).

²⁰⁹ Tradução do autor. No original: “s’il devient clair ici que l’intérêt privé abaisse l’État au niveau des moyens de l’intérêt privé” (MARX, [1842] 2007, p.110-111).

²¹⁰ Tradução do autor. No original: “Le crime devient une loterie où le propriétaire de forêts, avec de la chance, peut encore tirer des lots gagnants. Il peut y avoir une plus-value, mais il est aussi possible que le propriétaire de forêts, qui déjà obtient la valeur simple, fasse une affaire grâce à une amende multipliée par quatre, six ou huit. S’il touche, encore, en plus de la valeur simple, une indemnité

Os proprietários de terra convertiam as formas de violação da propriedade privada em uma ocasião de acumulação de riqueza. O Estado garantia não somente a proteção integral da terra e da floresta, mas também do comércio de produtos agrícolas e florestais, sendo toda a forma de “delito” florestal, instituída pela lei, passível de pagamento de multas e sanções punitivas. Marx argumentava que era uma “ideia genial” a metamorfose da sanção do crime: de uma vitória do direito perpetrada contra o direito em uma vitória do interesse individual sobre os atentados perpetrados contra o interesse pessoal. Assim,

De fato, a pena enquanto tal, que é o reestabelecimento do direito, bem diferente do reembolso do valor e da compensação, isto é, do reestabelecimento da propriedade, se transforma de uma pena pública em uma composição privada. As multas não caem no caixa do Estado, mas no caixa privado do proprietário de florestas.²¹¹ (MARX, [1842] 2007, p.114).

Os proprietários de terra eram ao mesmo tempo senhores das terras, produtores das normatizações jurídicas, sujeitos privilegiados de proteção do funcionalismo público na execução seletiva das leis e também aqueles que recebiam diretamente o pagamento das penas instituídas pelo Estado. Marx verificou a transfiguração do direito público em direito patrimonial, elevado a máxima potência, e constatou assim como a terra passava a ser não só uma reserva de valor, mas também uma importante reserva patrimonial para os proprietários de terra. Nesse sentido, o reembolso do valor da lenha “roubada” e ainda mais o pagamento de uma indenização particular pela violação da propriedade demonstravam que o que se edificava não era apenas a garantia de direitos de instituição nova, mas de fato sua plenitude.

A lenha tem, assim, essa propriedade particular de que, desde que é roubada, ela confere ao seu proprietário qualidades de Estado que este não possuía anteriormente. Portanto, o proprietário de florestas não pode recuperar aquilo que lhe foi roubado. Se o Estado o restitui - e ele é muito bem restituído quando obtem o direito privado - o direito público sobre o malfeitor é o que deve ter sido roubado, e o

spéciale, l'amende multipliée par quatre, six ou huit fois est, en tout cas, un gain net. Si un membre de la noblesse terrienne croit que les amendes dues ne présentent pas des garanties suffisantes parce que fréquemment irrécouvrables, elles ne deviendront pas plus recouvrables du fait qu'il faille en plus recouvrer encore la valeur et l'indemnité” (MARX, [1842] 2007, p. 113).

²¹¹ Tradução do autor. No original: “En effet, la peine en tant que telle, qui est le rétablissement du droit, à bien distinguer du remboursement de la valeur et du dédommagement, c'est-à-dire du rétablissement de la propriété, se transforme d'une peine publique en une composition privée ; les amendes ne tombent pas dans la caisse de l'État, mais dans la caisse privée du propriétaire de forêts” (MARX, [1842] 2007, p.114).

Estado deve ter sido sua propriedade privada.²¹² (MARX, [1842] 2007, p.115).

Marx constatou que se realizava uma apropriação privada dos fundos públicos que se efetivava como uma lesa ao Estado a partir do recebimento das indenizações e multas retiradas, sobretudo, dos camponeses e pequenos proprietários. Marx notou elementos do processo de acumulação originária do capital a partir da convergência entre interesses privados que dominavam o território da Renânia. Assim, “*o ladrão de lenha roubou o proprietário de florestas, mas este utilizou o ladrão de lenha para roubar o Estado em si mesmo*”²¹³ (MARX, [1842] 2007, p.116, grifo do autor).

Além disso, se instituiu também como pena o trabalho forçado para aqueles que não podiam pagar as dívidas adquiridas com as indenizações. Tal trabalho se realizava diretamente nas terras dos proprietários.

O encadeamento das leis era realizado a partir de votações praticamente unânimes dos legisladores, e Marx ressaltava que, tomados como um todo, os artigos da Dieta Renana iam se encadeando para consolidar um *corpus jurídico* que determinava, a partir do estabelecimento da plenitude da propriedade privada e de sua absolutização frente aos outros direitos costumeiros, uma drenagem dos fundos estatais. O caráter público, seja do Direito, do Estado ou do funcionalismo estatal, era destruído como ideologia restando apenas a faceta privada do poder de classe dos burgueses e dos proprietários de terra.

Assim, de acordo com Marx, a Dieta Renana cumpriu perfeitamente sua tarefa. No que tangia à sua vocação ela representou interesses privados determinados como interesse final do Estado (dominado pelos interesses privados) que o produziu. O Parlamento Regional da Renânia foi o *lócus* de realização dos interesses privados. Apesar de que, em suas atribuições legais do cargo, os deputados devessem se encarregar de representar não somente os interesses privados, mas também aqueles das províncias aos quais eram os representantes

²¹² Tradução do autor. No original: “Le bois a donc cette propriété particulière que, dès qu’il est volé, il confère à son propriétaire des qualités d’État qu’il n’avait pas auparavant. Pourtant, le propriétaire de forêts ne peut récupérer que ce qui lui a été pris. Si l’État lui est restitué, et il lui est bien restitué ici lorsqu’il obtient outre le droit privé, le droit public sur le malfaiteur, c’est que l’État doit lui avoir été dérobé, c’est que l’État a dû être sa propriété privée” (MARX, [1842] 2007, p. 115).

²¹³ Tradução do autor. No original: “le voleur de bois a dérobé du bois au propriétaire de forêts, mais celui-ci a utilisé le voleur de bois pour dérober l’État lui-même” (MARX, [1842] 2007, p.116, grifo do autor).

eleitos, essa ideologia não se realiza(va) na prática do Estado moderno. Verificava-se, diante disso, que Marx se distanciava paulatinamente do hegeliano de esquerda quanto à crença no democratismo radical. Ele descobria, nas análises sobre o roubo de lenha, que os interesses privados das classes burguesas e de proprietários de terra “não tem pátria, província ou espírito geral ou local”. Ou mesmo, “romantismo ideal” ou “moralidade” (MARX, [1842] 2007, p.118-119). Pois, o objetivo último dos proprietários de terra era a garantia de abocanhamento da renda da terra, ou no caso das classes burguesas, a apropriação acelerada da massa de mais valia a partir da forma de lucro.

Na Sibéria como na França, a lenha ainda é lenha; na península de Camchaca como na Renânia, o proprietário de florestas ainda é proprietário de florestas. Se a lenha e o proprietário da lenha, enquanto tal, produz as leis, estas não possuirão outras diferenças que o lugar em que foram produzidas e a língua em que foram escritas.²¹⁴ (MARX [1842] 2007, p.119)

Os escritos de Marx do início da década de 1840 são então de suma importância para a análise dos fundamentos do desenvolvimento do capitalismo. No Prefácio da *Contribuição à crítica da Economia Política*, ele afirmou retomando aquele período:

O meu estudo universitário foi o da jurisprudência, o qual no entanto só prossegui como disciplina subordinada a par de filosofia e história. No ano de 1842-43, como redator da *Rheinische Zeitung*, vi-me pela primeira vez, perplexo, perante a dificuldade de ter também de dizer alguma coisa sobre o que se designa por interesses materiais. Os debates do *Landtag* Renano sobre roubo de lenha e parcelamento da propriedade fundiária, a polêmica oficial que *Herr von Schaper*, então *Oberpräsident* da província renana, abriu com a *Rheinische Zeitung* sobre a situação dos camponeses do Mosela, por fim as discussões sobre livre-cambismo e tarifas alfandegárias protecionistas deram-me os primeiros motivos para que me ocupasse com questões econômicas. (MARX, [1859] 2015, s/p)

Assim, as primeiras aproximações marxianas com a crítica da Economia Política se realizavam em germe e potência nos artigos jornalístico da Gazeta Renana e estavam diretamente associadas, como objetivei retomar, à formação da propriedade privada capitalista da terra (e das florestas) na Renânia e dos mecanismos jurídicos de estabelecimento da plenitude de direitos dos proprietários

²¹⁴ Tradução do autor. No original: “En Sibérie comme en France, le bois reste le bois ; au Kamtchatka comme en Rhénanie, le propriétaire de forêts reste le propriétaire de forêts. Si, par conséquent, le bois et le propriétaire du bois, en tant que tels, font les lois, ces lois n’auront d’autres différences que le lieu géographique où elles sont nées et la langue dans laquelle elles sont rétablis” (MARX [1842] 2007, p.119).

de terra e sua constituição formal e positivada nas leis como classe. Em contraposição aos direitos costumeiros dos camponeses, o direito moderno burguês conformava e reificava os interesses privados transformando o Estado para seu uso, as autoridades do Estado como criados, os órgãos do Estado como instituições a serviço do aparelhamento de classe (LÖWY, [1970] 2012).

As burguesias renana e prussiana, de uma maneira geral, se atrelavam ao Estado em associação expressa com os proprietários de terra. Esses escritos sobre o “roubo de lenha”, que vão muito além da questão do roubo em si, pressupõem a primeira *démarche* marxiana em direção aos fundamentos da crítica da Economia Política e à necessidade de uma revolução social que transformasse como um todo a sociedade. O percurso da via de desenvolvimento capitalista da Renânia com suas especificidades e processos gerais do capitalismo foi analisado, sobretudo ainda sob a influência expressa do hegelianismo e dos estudos de jurisprudência. Entretanto, lançavam os fundamentos da propriedade privada da terra como elemento central para a compreensão do capitalismo e do poder das classes burguesas.

Na reflexão sobre o percurso da via de desenvolvimento da Inglaterra, Marx em profunda tensão com os próprios escritos de Hegel e imerso nos fundamentos da crítica da Economia Política, e percorreu uma trajetória ainda mais desafiadora da análise da acumulação originária do capital.

Todavia, ressalta-se que esse momento da obra de Marx do início da década de 1840 é fundamental, pois revela que foi através da análise da instituição da propriedade privada da terra que ele começou a desvendar os mecanismos de apropriação capitalista e a edificação jurídica das práticas de uso e costume, configurando o estabelecimento de legalidades e ilegalidades. Esse momento é um dos fundamentos da história da propriedade pelo ponto de vista das origens marxianas da Crítica da Economia Política. Os escritos marxianos da Gazeta Renana revelavam que a propriedade privada da terra era interpretada por Marx como uma etapa fundamental para a produção e reprodução do capital. O aparato jurídico era por ele revelado como instrumento da acumulação originária do capital.

3.2. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INGLÊS OU O ASSIM CHAMADO MODELO “CLÁSSICO”: AS PARTICULARIDADES DA INGLATERRA NA FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA E NO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

3.2.1. A form(ul)ação do modelo clássico, a partir do seu avesso: Índia e China - de “revolução social” à barbárie imperial inglesa

Em 1849, Marx foi forçado a se instalar em Londres como exilado político até sua morte em 1883. Esse fato não pode ser tomado apenas como um dado biográfico ou uma informação geográfica da trajetória de vida do autor. Ao aportar na capital inglesa, Marx se posicionou no coração do maior império mundial e da verdadeiramente única economia industrial do mundo da época. De acordo com Anderson (2015), o exílio londrino o instigou a refletir densamente sobre as determinações lógicas do capitalismo, da história do desenvolvimento do capital, inicialmente a partir da experiência europeia e britânica mais detalhadamente, mas também, e de modo coetâneo, o instigou o desafio de análise das sociedades não-ocidentais e sobre os sentidos políticos, econômicos e sociais do colonialismo. O “Império que não via o sol se pôr”, formação territorial com relações sociais especificamente mais desenvolvidas do capitalismo no século XIX, colocou desafios às interpretações marxianas a partir do contato com organizações políticas (sindicatos, movimentos nacionalistas, etc.), refugiados e imigrantes de diversas partes da Europa e do mundo e com novas e outras obras, anuários e dados estatísticos, jornais e publicações diversas, relatos de viagem das colônias e trocas epistolares com diversos militantes e intelectuais. Foi sobretudo nas cadeiras da *British Library* que Marx fichou, anotou e comentou tais materiais e redigiu boa parte d’O capital.

Para os desafios da tese em tela, preocupa-me a investigação n’O capital da via de desenvolvimento capitalista e das mudanças de perspectiva que se realizavam na produção marxiana. Ao passo que durante os anos 1840 Marx apresentava uma perspectiva implicitamente unilateral, e de certo modo com características etnocêntricas, segundo as quais as sociedades não-ocidentais, “pré-capitalistas” e/ou camponesas seriam necessariamente absorvidas no capitalismo moderno pelo colonialismo e pelo mercado mundial, ao longo do tempo ele adotou uma perspectiva multilinear deixando aberta a questão do desenvolvimento das

sociedades das formações territoriais periféricas do capitalismo (ANDERSON, 2015). Concordamos com a interpretação de Anderson (2015) segundo a qual Marx desdobrou suas interpretações sobre a Índia, a Irlanda e a Rússia apontando para as contradições do processo de desenvolvimento do capitalismo, constatando não apenas a destruição das sociedades e territórios anteriores ao capitalismo, mas também resistências e possibilidades de recriações de relações sociais que não se desenvolveram na forma capitalista plena. Especificamente no caso russo, Marx constatou inclusive a possibilidade de realização de uma trajetória diferente em sua formação territorial, para além e diferentemente do desenvolvimento do capitalismo, tal como se realizou na Inglaterra e parte significativa da Europa Ocidental.

Ao longo d'O capital, Marx desenvolveu uma análise lógica e histórica da produção do capitalismo moderno. Na última seção do livro I da sua *Crítica da Economia Política*, Marx destacou minuciosamente os fundamentos do capitalismo ocidental emergidos de formações históricas pregressas. Nesse sentido, aparece uma questão fundamental para a presente tese na interpretação dos escritos marxianos: a via que se desenvolveu na Europa Ocidental, sobretudo na Inglaterra, seria realizada por todas as outras sociedades seguindo o mesmo percurso? Marx compreendia que havia uma determinação histórica universal para que o percurso de desenvolvimento de toda sociedade fosse idêntico ao analisado especificamente na Inglaterra? Enfim, o desenvolvimento do capitalismo no campo pode ser interpretado como um processo universal e totalizador ou seria possível observar que havia totalidades contraditórias e movimentos de transformação em regiões de predominância de reprodução do capital e regiões com a centralidade na produção do capital?

Constatamos uma polêmica recorrente que envolveu o prefácio d'O Capital, lido muitas vezes na mesma chave de interpretação do *Manifesto Comunista* e não da evolução na sua reflexão sobre sociedades e territórios periféricos pelo desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo. Da redação do *Manifesto* até a escrita d'O capital, Marx modificou suas reflexões sobre a universalidade da história do capitalismo.

Em 1848, Marx e Engels afirmavam que o mercado mundial aberto pela burguesia arrastaria todas as nações, inclusive as mais “bárbaras”, ao caminho unívoco do processo civilizatório:

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, constringe-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo a sua imagem e semelhança (MARX; ENGELS, [1848] 1998, p. 44).

Marx e Engels adotavam uma perspectiva histórico-universal total e simultaneamente classista, o que permitiu, de acordo com Coggiola (1998), superar o hegelianismo, especialmente quanto à questão do Estado. O trecho faz referência implícita, que se tornou mais evidente na análise do método de exposição de Marx e Engels, às incursões coloniais britânicas na Ásia, mormente à primeira guerra do ópio realizada pela Inglaterra contra a China entre 1839 e 1842. A avaliação de Marx e Engels ([1848] 1998) sugeria um caráter progressista do desenvolvimento das forças produtivas e, de certa maneira, avaliavam também que cedo ou tarde o resto do mundo marcharia na mesma trilha das nações industriais mais avançadas. Anderson (2015) enfatizava que Marx se colocava, mesmo que de forma implícita, adepto da tese de um modelo unilateral de desenvolvimento, segundo a qual as sociedades não-ocidentais quando integradas ao sistema capitalista mundial desenvolveriam rapidamente contradições similares aos países que já haviam passado pelo desenvolvimento industrial.

Entretanto, após a instalação de Marx em Londres essa visão de mundo vai progressivamente sendo superada devido aos seus estudos sobre sociedades não-ocidentais - Índia, China, Indonésia e Rússia -; movimentos nacionalistas na Polônia e na Irlanda; e as relações entre raça e classe nos Estados Unidos (ANDERSON, 2015). Ele foi correspondente do jornal estadunidense *New York Daily Tribune* entre 1851-1862 e seus artigos revelavam essa mudança.

A interpretação, por exemplo, sobre *A dominação britânica na Índia*, escrito em 10 de junho de 1853, demonstrava que Marx inicialmente notava o processo imperial que ocorria como uma “revolução social” levada a cabo pelos ingleses, sublinhando os aspectos benéficos dessa dominação, apesar das destruições terríveis que ensejavam e dos interesses capitalistas abjetos que os motivavam.

É verdade que a Inglaterra, ao provocar uma revolução social no Hindustão, estava guiada pelos interesses mais abjetos e agia de maneira estúpida para atingir seus objetivos. Mas essa não é a

questão. Se trata de saber: a humanidade pode cumprir seu destino sem uma revolução fundamental no estado social da Ásia? Se não, quaisquer que sejam os crimes da Inglaterra, ela foi um instrumento inconsciente da história ao provocar tal revolução.²¹⁵ (MARX, [1853a] 1977, p. 42)

Entretanto, Marx constatava também a possibilidade de um movimento de liberação nacional indiano, um levante realizado pelos próprios indianos. Dialogando com os argumentos de Anderson (2015), nota-se que Marx, já a partir de 1853, caminhava para uma interpretação mais dialetizada do processo de desenvolvimento do capitalismo em sociedades periferizadas pelo modo capitalista de produção. A sociedade indiana não era identificada apenas como um agente passivo, mas potencialmente como sujeitos ativos que resistiam, lutavam e produziam sua história e seus territórios mobilizando-se contra os movimentos de instituição dos fundamentos do capitalismo. Essa perspectiva se encontrava, entretanto, ainda em tensão no interior da argumentação marxiana. Assim, mesmo considerando que a história indiana era feita de constantes invasões realizadas sem resistência (o que fundamentou a perspectiva de que Marx veria as sociedades não-europeias como “povos sem história” ao longo de toda sua obra) no início do artigo *Os resultados eventuais da dominação britânica*, redigido em 22 de julho de 1853, Marx constatou também que:

Tudo que a burguesia inglesa será obrigada a fazer na Índia não emancipará a massa do povo nem melhorará substancialmente sua condição social, pois isso depende não apenas do desenvolvimento das forças produtivas, mas da sua apropriação pelo povo. (...) Os indianos não colherão os frutos dos elementos da nova sociedade semeados aqui e acolá entre eles pela burguesia inglesa, visto que na própria Inglaterra as classes dominantes não foram suplantadas pelo proletariado industrial, ou que os hindus mesmos são tenham ficado suficientemente fortes para rejeitar definitivamente o jugo inglês. De qualquer forma, nós certamente podemos esperar para ver, em uma época mais ou menos distante, a regeneração desse grande e interessante país (...) eles impressionaram os oficiais britânicos pela sua coragem, país que foi fonte das nossas línguas e religiões, e que apresenta o tipo de alemão antigo no *djat* e o tipo de grego antigo no brâmane.²¹⁶ (MARX, [1853b] 1977, p. 97-98)

²¹⁵ Tradução do autor. No original: “Il est vrai que l'Angleterre, en provoquant une révolution sociale en Hindoustan, était guidée par les intérêts plus abjects et agissait d'une façon stupide pour attendre ses buts. Mais la question n'est pas là. Il s'agit de savoir si l'humanité peut accomplir sa destinée sans une révolution fondamentale dans l'état social de l'Asie ? Sinon, quels que fussent les crimes de l'Angleterre, elle fut un instrument inconscient de l'histoire en provoquant cette révolution” (MARX, [1853a] 1977, p. 42).

²¹⁶ Tradução do autor. No original: “Tout ce que la bourgeoisie anglaise sera obligée de faire en Inde n'émancipera la masse du peuple ni n'améliorera substantiellement sa condition sociale, car ceci

Ou seja, era possível que os indianos se mobilizassem e enfrentassem a dominação britânica. Nesse momento, essa perspectiva estava no plano do possível. Aos poucos, Marx assumiu uma postura crítica em relação ao progresso intrínseco que se efetivaria no desenvolvimento das forças produtivas. A interpretação mais próxima de Marx sobre a China erodiu as ilusões da dialética do progresso da colonização inglesa. As guerras do ópio e as revoltas dos Taiping²¹⁷ entre 1850 e 1864 colocaram o autor frente à barbárie nua e crua da expansão capitalista e das estratégias aniquiladoras da acumulação originária. Marx ([1857c] 1977, p.130-131) enfatizou que

Os cidadãos inofensivos e comerciantes pacíficos do Cantão foram massacrados, suas casas arrasadas pela artilharia e seus direitos de humanidade violados sob o vão pretexto de que ‘vidas e bens ingleses estão em perigo pelos atos agressivos dos chineses’! O governo britânico e o povo britânico – ao menos aqueles que se importam com a questão – sabem o quanto essas acusações são falsas e soam vazias. (...) A imprensa inglesa fica em silêncio quanto à essas violações ultrajantes cotidianas cometidas por estrangeiros que vivem na China sob proteção britânica! Nós não ouvimos nada sobre o tráfico ilícito de ópio que alimenta todos os anos o Tesouro britânico às custas da vida humana e da moral. Nós não ouvimos nada sobre a corrupção constante dos funcionários subalternos, graças aos quais o Governo chinês é defraudado de renda legítima que ele recolhe na entrada e saída de mercadorias. Nós não ouvimos nada sobre os males infligidos ‘mesmo até a morte’ aos imigrantes empregados, abusados e reduzidos à condição de escravos, vendidos e dedicados à algo pior que a escravidão na costa do Peru e em Cuba. Nós não ouvimos nada sobre a violência brutal recorrentemente exercida contra a timidez natural dos

dépend non seulement du développement des forces productives, mais de leur appropriation par le peuple. (...) Les Indiens ne récolteront pas les fruits des éléments de la nouvelle société semés de-ci de-là parmi eux par la bourgeoisie anglaise, jusqu'à ce qu'en Angleterre elle-même les classes dominantes n'aient été supplantées par le prolétariat industriel, ou que les Hindous eux-mêmes ne soient devenus assez forts pour rejeter définitivement le joug anglais. En tous cas, nous pouvons certainement nous attendre à voir, à une époque plus ou moins éloignée, la régénération de ce grand et intéressant pays (...) ils ont étonné les officiers britanniques par leur courage, pays qui fut la source de nos langues, de nos religions, et qui présente le type de l'ancien Germain dans le djat et le type de l'ancien Grec dans le brahmane" (MARX, [1853b] 1977, p. 97-98)

²¹⁷ De acordo com Silva (2013, p. 45) “a chamada ‘Rebelião Taiping’ (1850-1864) foi um movimento revolucionário de base popular, dominado por ideias igualitárias taoístas, budistas e cristãs, mas, não obstante, com dimensões extremamente autoritárias. Ao mesmo tempo em que nas regiões que foi capaz de controlar por algum tempo, executava uma agenda social radical, abolindo a propriedade privada da terra (distribuída para uso), estabelecendo elementos de ‘igualdade entre os sexos’ e reduzindo taxas e impostos, procurava instituir uma estrutura política ‘teocraticamente organizada na base de uma pirâmide de unidades familiares’ (HOBBSAWM, 1982, p. 146). Pelo final do ano de 1853, o movimento abrangia cerca de um milhão de militantes ativos e controlava uma extensão territorial significativa no sul e no leste da China”.

chineses, ou do vício introduzido pelos estrangeiros nas portas abertas pelo comércio.²¹⁸

Marx destacou ao longo desse artigo denominado *As atrocidades inglesas na China*, produzido em 22 de março de 1857, os massacres, a destruição das habitações camponesas e a ampla desumanização dos chineses. A imprensa britânica cumpriu um papel importante em negligenciar e silenciar diante das estratégias ultrajantes de dominação do território e da circulação das mercadorias chinesas.

De fato, articulados com Anderson (2015) e com as reflexões de Silva (2013) e Augusto, Miranda e Figueira (2015) compreendemos que a análise das formações territoriais da Índia e da China na década de 1850 movimentou as interpretações marxianas para uma perspectiva cada vez mais incisivamente anticolonialista. Para além de certas posições anteriores de defesa do progresso do capitalismo e de certo etnocentrismo, Marx caminhava para uma interpretação antievolucionista, rejeitando aos poucos os determinismos nas análises das sociedades não-ocidentais. Em seus escritos sobre a revolta indiana de 1857-1859 conhecida como Revolta dos Sipaio (soldados)²¹⁹ - ou Revolta Indiana de 1857 -, um motim que desembocou em uma rebelião armada na Índia setentrional e central contra a Companhia Britânica das Índias Orientais, Marx descreveu a barbárie inglesa e apontou os horrores da guerra, mas observou a produção da história e da resistência indianas. Fundamental destacar que os sipaios eram soldados nativos do exército inglês na Índia,

²¹⁸ Tradução do autor. No original: "Les citoyens inoffensifs et les pacifiques commerçants de Canton ont été massacrés, leurs maisons rasées par l'artillerie, et les droits de l'humanité violés, sous le vain prétexte que «des vies et des biens anglais sont mis en danger par les actes agressifs des Chinois » ! Le Gouvernement britannique et le peuple britannique – ceux du moins qui se sont souciés d'examiner la question – savent combien ces charges sont fausses et sonnent creux. (...) La presse d'Angleterre garde le silence sur les violations outrageuses du traité journellement commises par les étrangers vivant en Chine sous la protection britannique ! Nous n'entendons rien du trafic illicite de l'opium qui alimente chaque année le Trésor britannique aux dépens de la vie humaine et de la morale. Nous n'entendons rien de la corruption constante des fonctionnaires subalternes, grâce à laquelle le Gouvernement chinois est fraudé du revenu légitime des droits qu'il perçoit sur les marchandises à l'entrée et à la sortie. Nous n'entendons rien des torts infligés « même jusqu'à ce que mort s'ensuive » aux émigrants embauchés, abusés et réduits à la condition d'esclaves, vendus et voués à un sort pire que l'esclavage sur la côte du Pérou et à Cuba. Nous n'entendons rien de la brutale violence souvent exercée contre le naturel timide des Chinois, ou du vice introduit par les étrangers dans les ports ouverts à leur commerce" Marx (MARX [1857c] 1977, p.130-131).

²¹⁹ A Revolta dos Sipaio teve inicialmente um caráter religioso: os soldados se rebelaram quanto ao uso de cartuchos de armas de fogo, os quais eram engraxados com gordura de vaca e de porco e que deveriam ser mordidos pelos soldados. Para hindus e muçulmanos, essa ação era inaceitável. Parte importante da historiografia nacionalista indiana considera tal revolta como a primeira guerra de independência indiana, sendo causada inicialmente por uma questão religiosa, mas em seguida tomando teor libertário (SLENES; PAVAN, 2012).

responsáveis pela desocupação de terras pelas comunidades locais em favor da Companhia britânica. Marx enfatizou em *A Revolta Indiana*, redigido em 4 de setembro de 1857, que

Os excessos cometidos pelos sipaios revoltados, na Índia, são verdadeiramente horríveis, medonhos, indescritíveis, como aqueles que se espera somente nas guerras de insurreição, de nacionalidades, de raças e sobretudo de religião. Em outras palavras, como aqueles que a respeitável Inglaterra tinha o costume de aplaudir quando eram perpetrados pelos vendeanos sobre *les bleus* [os franceses], pelas guerrilhas espanholas sobre os discentes franceses, pelos sérvios sobre seus vizinhos alemães e húngaros, pelos croatas sobre os rebeldes de Viena, pela guarda móvel de Cavaignac ou pelos dezembristas de Bonaparte sobre os filhos e filhas da França proletária. Por mais infame que seja a conduta dos sipaios, ela é apenas o reflexo concentrado da conduta da Inglaterra na Índia não somente durante a época de fundação do seu Império Oriental, mas mesmo durante os dez últimos anos da sua longa dominação. Para caracterizar essa dominação, basta dizer que a tortura constituía uma instituição orgânica da sua política fiscal. Há na história humana qualquer coisa que se pareça com a retribuição, e é uma regra da retribuição histórica que seus instrumentos sejam forjados não pelas ofensas, mas pelos ofensores. Os primeiros golpes dados à monarquia francesa vinham da nobreza e não dos camponeses. A revolta indiana não foi iniciada pelos *ryots* torturados, desonrados e despojados pelos britânicos, mas pelos sipaios vestidos, alimentados, bem tratados e mimados por eles.²²⁰ (MARX, [1857d] 1977, p.182-183)

Assim, verifica-se que Marx se defrontava com a barbárie, a violência como elemento mediador da instituição das relações sociais capitalistas que se reproduziam cotidianamente como aspecto econômico incorporado no processo. De acordo com Silva (2013) e Augusto, Miranda e Figueira (2015), a expansão territorial do capitalismo levou o espectro da revolução às sociedades “asiáticas”. Além disso, Marx ressaltava a contradição no interior do sistema colonial: aqueles soldados que

²²⁰ Tradução do autor. No original: “Les excès commis par les cipayes révoltés, en Inde, sont en vérité horribles, hideux, ineffables, tels qu’on peut s’y attendre seulement dans les guerres d’insurrection, de nationalités, de races, et surtout de religion ; en un mot, tels que ceux auxquels la respectable Angleterre avait coutume d’applaudir, quand ils étaient perpétrés par les Vendéens sur les « Bleus », par les guerillas espagnoles sur les mécréants français, par les Serbes sur leurs voisins allemands et hongrois, par les Croates sur les rebelles de Vienne, par la garde mobile de Cavaignac ou les décembristes de Bonaparte sur les fils et les filles de la France prolétarienne. Si infâme que soit la conduite des cipayes, elle n’est qu’un reflet concentré de la conduite de l’Angleterre en Inde non seulement durant l’époque de la fondation de son Empire Oriental, mais même durant les dix dernières années de sa longue domination. Pour caractériser cette domination, il suffit de dire que la torture formait une institution organique de sa politique fiscale. Il existe dans l’histoire humaine quelque chose que ressemble à la rétribution ; et c’est une règle de la rétribution historique que ses instruments soient forgés non par les offensés mais par les offenseurs. Les premiers coups portés à la monarchie française venaient de la noblesse et non des paysans. La révolte indienne n’a pas été commencée par les ryots, torturés, déshonorés et dépouillés par les Britanniques, mais par les cipayes, vêtus, nourris, choyés, gavés et gâtés par eux” (MARX, [1857d] 1977, p.182-183).

realizavam os processos de expropriação dos indianos eram aqueles que acendiam a centelha de um processo de insurgência - que era considerado, inclusive pela historiografia crítica indiana como fundamento do movimento de independência e anticolonialista indiano -, estabelecendo pontos de contato entre formas diversas de campesinato e movimentos revolucionários.

Augusto, Miranda e Figueira (2015) argumentaram ainda que os britânicos consideravam a revolta como um mero “motim militar”. Contudo, Marx afirmava se encontrar diante de uma “verdadeira rebelião nacional”. Nesse sentido, para além da suposta passividade dos indianos, Marx ([1857d] 1977, p.180) argumentava que não fazia sentido “falar sobre a apatia dos indianos ou mesmo sobre sua simpatia pela dominação britânica” e que seria “um quiproquó curioso esperar que uma rebelião indiana assumisse o caráter de uma revolução europeia”.

Constata-se, diante disso, que os fundamentos da universalidade do processo de desenvolvimento do capitalismo estavam sendo postos em xeque na argumentação marxiana ao longo da década de 1850. Abria-se, então, a brecha para uma reflexão sobre as vias de desenvolvimento do capitalismo colocando em paralelo os fundamentos do capital como relação social que se realizava de maneira contraditória em diferentes formações territoriais.

Tal como Sayer e Corrigan (1990) não compreendemos como essencialmente evolucionista a passagem redigida no Prefácio d’*O capital* de 1867 da primeira edição alemã, sobretudo, em se citando como um todo a passagem polêmica:

O que eu, nesta obra, me proponho a pesquisar é o modo de produção capitalista e as suas relações correspondentes de produção e circulação. Até agora, a sua localização clássica é a Inglaterra. Por isso ela serve de ilustração principal à minha explanação teórica. Caso o leitor alemão encolha, farisaicamente, os ombros ante a situação dos trabalhadores ingleses na indústria e na agricultura ou, então, caso otimisticamente se assossegue achando que na Alemanha as coisas estão longe de estar tão ruins, só posso gritar-lhe: *De te fabula narratur*.²²¹ Em si e para si, não se trata do grau mais elevado ou mais baixo do desenvolvimento dos antagonismos sociais que decorrem das leis naturais da produção capitalista. Aqui se trata dessas leis mesmo, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea. O país industrialmente mais desenvolvido mostra ao menos desenvolvido tão-somente a imagem do próprio futuro. (MARX, [1867] 1985a, p.12)

²²¹ Citação de Marx do Livro I das sátiras de Horácio, sendo uma possível tradução: “De ti fala a fábula!”.

Seguindo a trilha de Sayer e Corrigan (1990), compreendemos que Marx publicou na Alemanha em 1867 uma obra – O capital – com dados principalmente baseados e compilados do desenvolvimento capitalista da Inglaterra. Assim, o cidadão de Trier buscou dialogar com o leitor alemão e enfatizar a importância das informações contidas no texto para o entendimento da Alemanha, visto que o território alemão já se encontrava em processos de reprodução das relações capitalistas, assim como se desencadeava simultaneamente a produção de capital e de suas relações. Para Marx, o desenvolvimento do capitalismo alemão se realizaria forçosamente à maneira inglesa. Entretanto, tal afirmação não implicava de forma alguma a necessidade desse mesmo processo nas sociedades e territórios que ainda não haviam estabelecido o modo capitalista de produção (SAYER; CORRIGAN, 1990).

Marx participou diretamente da primeira edição d'O capital em francês, contribuindo com traduções e realizando profundas modificações na sua reflexão sobre a acumulação originária do capital e a questão da multiplicidade de formas de desenvolvimento da sociedade (ANDERSON, 2015). Por exemplo, o Prefácio é reescrito da seguinte forma:

Eu estudei nessa obra o modo de produção capitalista e as relações de produção e de troca que o correspondem. A Inglaterra é o lugar clássico dessa produção. É por isso que eu atribuo à esse país os fatos e exemplos principais que servem de ilustração ao desenvolvimento das minhas teorias. Se o leitor alemão der de ombros para a situação dos trabalhadores ingleses, industriais e agrícolas, ou se iludir com a ideia otimista de que as coisas estão longe de estarem tão mal na Alemanha, eu serei obrigado a gritar: *De te fabula narratur*. Não se trata aqui do desenvolvimento mais ou menos completo dos antagonismos sociais que engendram as leis naturais da produção capitalista, mas dessas leis mesmas, das tendências que se manifestam e se realizam com uma necessidade férrea. O país mais industrialmente desenvolvido apenas demonstra àqueles que o seguem na escala industrial a imagem no seu próprio destino.²²² (MARX [1872-1875] 2014, p. 50-51)

²²² Tradução do autor. No original: "J'étudié dans cet ouvrage le mode de production capitaliste et les rapports de production et d'échange qui lui correspondent. L'Angleterre est le lieu classique de cette production. Voilà pourquoi j'emprunte à ce pays les faits et les exemples principaux qui servent d'illustration au développement de mes théories. Si le lecteur allemand se permettait un mouvement d'épaules pharisaïque à propos de l'état des ouvriers anglais, industriels et agricoles, ou se berçait de l'idée optimiste que les choses sont loin d'aller aussi mal en Allemagne, je serai obligé de lui crier : De te fabula narratur. Il ne s'agit point ici du développement plus ou moins complet des antagonismes sociaux qu'engendrent les lois naturelles de la production capitaliste, mais de ces lois elles-mêmes, des tendances qui se manifestent et se réalisent avec une nécessité de fer. Le pays le plus développé industriellement ne fait que montrer à ceux qui le suivent sur l'échelle industrielle l'image de leur propre avenir" (MARX [1872-1875] 2014, p. 50-51).

Os países mais industrialmente desenvolvidos demonstravam para aqueles que seguiam a escala industrial capitalista os prognósticos de seu desenvolvimento. Marx não estava buscando ressaltar a reprodução da história, nem apenas as origens do capitalismo, mas alertar que o processo de industrialização era um dos fundamentos da barbárie capitalista. Além disso, os países que não seguiam o modelo da industrialização inglesa eram casos particulares que deixavam em aberto a possibilidade de diferentes vias de desenvolvimento.

E mais, o *Prefácio de 1867* é interpretado como se Marx não tivesse passado por uma profunda transformação nas interpretações sobre as sociedades não-europeias ao longo da década de 1850. As interpretações de Marx no Manifesto Comunista e parte de suas análises sobre a Índia (e também em outros momentos de sua obra) produziram, para alguns comentadores de sua obra, uma consideração unívoca e determinista de que Marx considerava o capitalismo como um processo histórico-universal, de que todos os povos não-europeus eram “povos sem história” presos no imobilismo e em relações arcaicas. Essa interpretação mecanicista tende a bloquear que observemos que o próprio Marx modificou suas interpretações ao longo de sua trajetória e obra, possibilitando que compreendamos múltiplas vias de relações sociais, políticas e econômicas realizadas pela sociedade.

Assim, discutiremos as particularidades do desenvolvimento clássico do capitalismo à inglesa a partir de Marx e de comentadores marxistas ou com afinidades com o marxismo, e posteriormente observaremos a ruptura incisiva realizado pelos escritos de Marx da década de 1870 e 1880 que constata inclusive outras vias, inclusive não capitalistas - como a russa - de desenvolvimento da sociedade.

3.2.2. A ferro e fogo, cercando e colonizando: a acumulação originária do capital na Inglaterra

As transformações sociais, econômicas e políticas entre o século XVIII e o século XIX é um período fulcral para o entendimento da particularidade do desenvolvimento do capitalismo inglês. Para refletir sobre essa temática, tensionamos o questionamento de Thompson ([1978] 2012, p. 95): “eram os capitalistas agrários e industriais grupos com interesses diferenciados no interior da mesma – e ampla – classe social ou eram classes sociais distintas?”. Partindo da questão thompsoniana compreendemos que no caso da formação territorial inglesa

a existência dos *landlords* resulta de sua transformação de senhor feudal em proprietário de terras. Assim, o cercamento [enclosures] dos campos ingleses é mais do que a simples expropriação dos camponeses, mas está sim, na essência da transformação de parte destes em proletários. Ela contém também o germe da formação da classe dos proprietários de terra, pelo saque estabelecido. A grilagem e a produção jurídica da formação da propriedade privada capitalista estão no centro da questão.

Todavia, além disso, há uma aliança de classes, no qual uma emergente burguesia associada (contraditoriamente) aos *ladlords*, se realizou no confronto direto com o campesinato, que simultaneamente efetivou guerras camponesas como resistência no território e tentativa de reprodução como classe capitalista a partir do direito costumeiro a posse de frações do território, migrações para o Novo Mundo como resistência camponesa em frações do território d'além-mar e a proletarização de parte dos despossuídos da terra como vendedores de força de trabalho.

Compreendemos, então, que essa reflexão remonta ao processo de revolução burguesa dos séculos XV à XVIII na Inglaterra, pois, nesse momento, os grandes proprietários de terra e os proprietários de capital como classes sociais distintas, ainda que não tão hermeticamente impermeáveis entre si a ponto de serem irreconciliáveis os seus antagonismos encontraram no campesinato que se apropriava da terra um obstáculo a reprodução capitalista. Thompson (2012) argumentava que o medo inspirado pela Revolução Francesa e o desafio posto por um proletariado doméstico insurgente, assim como as revoltas e processos revolucionários levados a cabo por camponeses ou camponeses expropriados criaram alianças e associações profundas, produzindo articulações entre a burguesia emergente e os *ladlords*. Não ocorria, entretanto, uma transfiguração imediata, uma espécie de simbiose mágica e instantânea entre essas duas classes sociais, o que gerava, de acordo com Thompson (2012), uma decepção lógica quanto ao mecanicismo de explicação do desenvolvimento do capitalismo inglês.

Para realizar tal reflexão, buscamos na obra de Marx, especialmente na seção VII do livro I d'O *capital*, no capítulo XXIV *A assim chamada acumulação primitiva*, a explicação para o desenvolvimento do capitalismo inglês e para a origem das quatro classes centrais para a compreensão da produção de capital: o capitalista, substanciado em um burguesia emergente, que se torna proprietário dos meios de produção e proprietário de dinheiro (e também de capital), aumentando

suas riquezas com a compra do trabalho alheio; o trabalhador livre, expropriado de todos seus meios de subsistência, restando-lhe apenas a alternativa de vender sua força de trabalho; o grande proprietário de terra que buscava a ampliação e domínio da apropriação das terras tendo em vista a extração da renda fundiária capitalista articulada a expulsão do campesinato; e o próprio campesinato em luta em meio ao processo de resistência e reprodução social na terra através da luta de classes (vide a multiplicidade de guerras camponesas na assim chamada Baixa Idade Média), sendo também a migração como alternativa para a reprodução como classe e a proletarianização como uma contingência imposta pelo processo de expropriação.

Diante dessa análise, verifica-se que o proletariado apresenta uma história e um território de origem: a formação da classe operária encontra seus fundamentos no campesinato, e a sua história de expropriação relaciona-se com as dinâmicas de transição do modo feudal de produção para o modo capitalista de produção – consequentemente, com a produção de capital. Para Marx ([1867/1890] 1985a, p.262),

(...) o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação entre produtor e meio de produção um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela.

No livro III d'O capital o autor reafirmou que a fórmula trinitária do capitalismo, ou seja, as três classes que formam o capitalismo (proprietários de meios de produção, proprietários de força de trabalho e proprietários de terra) se realizavam em processo de desenvolvimento desigual e dialético. O capital se conformava como uma totalidade contraditória, no qual a mais valia era o motor da sociedade capitalista e a luta de classes o motor da história que se concretizava em frações do território capitalista. Assim, apesar de sua tendência de realização plena, pois conforma um movimento totalizador, o capitalismo se efetiva dialeticamente, abrindo brechas para a reprodução de particularidades nas formações territoriais por onde atravessa. Tendencialmente universal, o capitalismo produz contradições, cria e se

realiza instituindo especificidades históricas e diferentes frações deste território a partir de sua lógica.

Löwy (2014) afirmou que Marx explicava a origem do capitalismo moderno a partir do conceito de acumulação originária do capital²²³. De acordo com a exposição de Marx n' *O capital*, a expropriação violenta dos camponeses pelos cercamentos [*enclosures*], o tráfico de escravos e a pilhagem brutal das colônias explicavam a formação do capital, ou seja, este media múltiplas escalas de análise para a compreensão da totalidade. O entesouramento acumulado na Europa, especialmente na Inglaterra, via colonização do Novo Mundo e escravização na África, está articulado à expropriação do campesinato na Inglaterra e nas ilhas britânicas, e à Revolução Industrial, não sendo possível entender esses processos de forma desarticulada. Marx considerava que os recursos diretamente apresados fora da Europa por formas de pilhagem, escravização e assassinato refluíam à metrópole e nesse processo transformavam-se em capital. Esse processo era realizado a ferro e fogo, instituindo a fórceps a produção de capital. Assim, relatou Marx ([1867/1890] 1985a, p.285, sem grifos no original):

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfileiramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos *idílicos* são momentos fundamentais da produção capitalista.

Constatam-se assim apontamentos fundamentais para a compreensão do desenvolvimento territorial desigual do capitalismo em sua *gênese* na Inglaterra, isto é, nas particularidades desse processo na Europa Ocidental, sobretudo na formação territorial inglesa, e em seus *fundamentos*, ou seja, as bases que se reproduziram como formas centrais para a produção do capital.

²²³ Escolhemos, nesta tese, utilizar a noção de acumulação originária do capital em detrimento daquela de acumulação primitiva do capital, mais próximos à tradução realizada pela edição em língua espanhola de *O capital*. A decisão não se realiza apenas por uma escolha semântica ou filológica. Parte-se da compreensão de que o termo *primitivo* remete a um processo que ocorre em determinado tempo histórico e social marcadamente no passado. Além disso, o termo *primitivo* nos parece relacionado à um processo que ocorre sobre e a partir de estados sociais e mentais supostamente mais próximo de uma condição genética, natural, da humanidade, ou dela sobreviventes, materializados em certa perspectiva evolucionista social. Ao adotar o termo acumulação *originária* do capital buscamos compreender um processo que, na origem, porta contradições, refletindo mais densamente os fundamentos de um processo desigual e contraditório de origem de capital, ou seja, em formas de produção do capital. Essa opção de método é inspirada fundamentalmente nas reflexões de Rosa Luxemburg n' *A acumulação do capital* e na *Introdução à economia política*.

Em síntese: para o processo de acumulação de capital, centralizado peremptoriamente na Europa Ocidental, o saque de riquezas naturais, o processo de escravização e extermínio de povos indígenas nas Américas e a consolidação de um comércio escravista na África foram a gênese de “processos idílicos” da consolidação do entesouramento que iria possibilitar a produção de capital na Europa.

A barbárie foi a marca desse processo em escala mundial, de caráter permanente e que acompanhou a totalidade das relações sociais capitalistas. O desenvolvimento inglês figurou exemplarmente essa interpretação. Para a formação do capitalismo na Inglaterra, em seus fundamentos, foi necessário um processo mundial de dominação territorial e colonização em porções da América, Ásia, África, também relações de dependência com países como Portugal, por exemplo, e transformações de territórios vizinhos em áreas periféricas para o seu desenvolvimento, como a Escócia e, sobremaneira, a Irlanda.

Os fundamentos da violência²²⁴ e da utilização de “fatores extra-econômicos” demonstravam que o capital não se produz da mesma forma como se reproduz. No processo de produção do capital, as formas essencialmente brutais do processo são postas em marcha, e sua realização sobre relações sociais e de produção não-capitalistas é central (LUXEMBURG, [1913] 1985; [1925] 2008). É fundamental analisar também o papel estruturalmente fulcral do Estado no arranjo desse processo de produção, o qual coaduna os marcos jurídicos de gênese da propriedade privada capitalista e de proteção constante à essa classe de proprietários de terra como uma classe capitalista (LUXEMBURG, [1913] 1985), conforme, inclusive, demonstrou Marx ao analisar a Renânia.

A reprodução de formas que não são especificamente capitalistas, todavia, é amplamente utilizada nas estratégias de dominação de territórios e de produção da propriedade privada. Marx constatou também as transformações do ordenamento jurídico produzido pelo Estado para a apropriação das terras de uso comum e as estratégias de violência privada dos grandes proprietários de terra para a

²²⁴ Sobre a questão da violência nos processos de acumulação originária de capital, Marx enfatiza que “Na história real, como se sabe, a conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência, desempenham o principal papel. Na suave Economia Política reinou desde sempre o idílio. Desde o início, o direito e o ‘trabalho’ têm sido os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se de cada vez, naturalmente, ‘este ano’. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva são tudo menos idílicos”. (MARX, [1867] 1985a, 261-262).

expropriação de camponeses e consolidação da propriedade privada capitalista da terra:

A propriedade comunal - inteiramente diferente da propriedade do Estado – era uma antiga instituição germânica, que continuou a viver sob a cobertura do feudalismo. Viu-se como a violenta usurpação da mesma, em geral acompanhada pela transformação da terra de lavoura em pastagem, começa no final do século XV e prossegue no século XVI. Mas então o processo efetivava-se como ato individual de violência, contra a qual a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. *O progresso do século XVIII consiste em a própria lei se tornar agora veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes proprietários empreguem paralelamente também seus pequenos e independentes métodos privados.* A forma parlamentar do roubo é a das *Bills for Inclosures of Commons* (leis para o cercamento da terra comunal), em outras palavras, decretos pelos quais os senhores fundiários fazem presente a si mesmos da terra do povo, como propriedade privada, decretos de expropriação do povo. (MARX, [1867/1890] 1985a, p.268-269, sem grifos no original).

E. P. Thompson enfatizou, a partir da obra de Marx, a existência de uma classe agrária que praticava tais roubos de terra do povo, chamada *rentier* ou empresarial, como uma classe capitalista. Os proprietários de terra e os *farmers* (grandes arrendatários) apresentavam um *nexus* capitalista muito poderoso e particular na Inglaterra. Thompson ([1978] 2012) se situou na interpretação de que a classe de proprietários de terra se constituiu como classe capitalista e não como um resquício de uma sociedade anterior, unicamente feudal ou semifeudal. O campesinato também se produz como classe simultaneamente como pequeno proprietário de terra e trabalhador direto nela.

Assim tal como Thompson ([1978] 2012), consideramos que as classes não existem como categorias abstratas ou derivações lógicas apenas, mas sim que estas existem à medida que os homens vêm a desempenhar papéis determinados por objetivos de classe, sentindo-se pertencentes às classes, definindo seus interesses tanto entre si mesmos como contra outras classes.

Dessa maneira, argumentamos que o processo de acumulação originária do capital e de produção de uma classe capitalista de proprietários de terra foi complexo e prolongado: dos grandes produtores de lã monásticos de Domesday, passando pelo enfraquecimento dos barões nas guerras, pelo crescimento do trabalho livre, pelo cercamento das pastagens, pelo confisco e redistribuição das terras da Igreja, pela pilhagem do Novo Mundo, pela drenagem dos pântanos para chegar, então, por meio da revolução, à consequente aceleração do cercamento dos

campos e à reclamação das terras devolutas (HILL, 1984; THOMPSON, [1978] 2012).

Assim, constata-se que desde o século XIV ocorreram diversos processos que evidenciam um caminho de implosões das bases do modo feudal de produção e consequentemente de acumulação originária do capital na Inglaterra. Hill (1984; [1972] 1987), Moore Jr ([1966] 2010), Federici ([2004] 2014) e Hobsbawn e Rudé ([1969] 1984) afirmaram que as fissuras na ordem feudal inglesa foram de diversas naturezas e escalas, entretanto, possuíam como aspecto central a crescente importância que ganhou o comércio, especialmente de lã, em direção aos Países Baixos e às cidades italianas.

A produção lanífera articulou-se diretamente, no último quartel do século XIV e ao longo do século XV, à terra e às relações dominiais nela baseadas que começaram a deixar de ser o elo de ligação entre os senhores e seus dependentes (MOORE JR, 2010). Ocorrem, nesse momento, transformações gradativas na sociedade e no território, fundamentadas em aspectos relacionados à servidão e à organização da comunidade aldeã (OLIVEIRA, 2007). Marx argumentava que

Na Inglaterra, a servidão tinha na última parte do século XIV de fato desaparecido. A grande maioria da população consistia naquela época, e mais ainda no século XV, de camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse a etiqueta feudal que ocultasse sua propriedade (MARX, [1867/1890] 1985a, p.263).

Marx ([1867] 1985) argumentava que, em termos genéticos, o prelúdio do revolucionamento das relações sociais instituídas pelo capitalismo remontava ao final do século XIV e início do século XV, quando uma “massa de proletários livres como pássaros” foi jogada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais. A transformação das terras de lavoura em pastagens de ovelhas foi um divisor de águas na história inglesa. As habitações dos camponeses e os *cottages* dos trabalhadores foram destruídos. Mesmo com a instituição de leis que buscavam limitar a quantidade de rebanho de ovelhas e a proibição da destruição de casas camponesas, de acordo com Marx ([1867/1890] 1985a) o sistema capitalista requeria uma posição servil da massa do povo, sua transformação em trabalhadores de aluguel e a de seus meios de trabalho em capital.

Tal destruição remontou, de acordo com Hill (1989), ao confisco das terras católicas pelo monarca protestante Henrique VIII em 1536 e 1539, momento em que surgem novos proprietários, que se efetivavam enquanto classe para estimular ainda

mais o impulso comercial inglês em detrimento de uma antiga aristocracia feudal. Marx ([1867/1890] 1985) constatava que o processo de expropriação violenta da massa do povo pela Reforma e o roubo colossal dos bens da Igreja foram mais uma etapa avassaladora da barbárie da formação da propriedade privada capitalista e do próprio capitalismo em sua origem.

No período feudal, a Igreja Católica era proprietária de um enorme contingente de terras.

A supressão dos conventos etc. lançou seus moradores na proletarianização. Os próprios bens da Igreja foram, em grande parte, dados a rapazes favoritos reais ou vendidos por um preço irrisório a arrendatários ou a habitantes das cidades especuladoras, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações. A propriedade legalmente garantida a camponeses empobrecidos de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada. (MARX, ([1867/1890] 1985a, p 266)

Ou seja, instituiu-se, no período, um dos momentos da transmutação da terra: dos seus significados militar, social e de possibilidade de exigência pelos senhores do pagamento de tributos e obrigações pessoais aos servos (para o qual era fulcral um grande número de dependentes²²⁵), para a terra como fonte de recompensa pecuniária obtida através de sua transformação em mercadoria. A terra se edificava também, nesse processo, como um meio de produção fundamental para a produção de mercadorias, sobremaneira a lã, para a exportação (HILL, 1984; MOORE JR., [1966] 2010).

No século XVI, os senhores de terra começaram a cercar as terras de percurso até o gado da vizinhança, a fim de reservar para si o uso exclusivo destas. Os senhores de terras também transformaram uma parte de suas terras lavráveis em pastagens para ovelhas e substituíram dos alqueives por cultivos de forrageiras de nabo e trevo, privando os camponeses do livre pastejo das terras. Mazoyer e Roudart ([1997-2002] 2010, p.382) argumentaram

Para fazer com que essa decisão unilateral [*sobre os cercamentos*] fosse respeitada, foi-lhes preciso tornar a reordenar suas próprias parcelas, frequentemente imbricadas nas parcelas dos pequenos agricultores, e depois cercá-las. Quase sempre, os senhores aproveitavam a ocasião para se apropriar das melhores terras, e muitos pequenos agricultores, marginalizados, acabaram sendo

²²⁵ Marx ([1867/1890] 1985, p.) constatava que “em todos os países da Europa, a produção feudal é caracterizada pela partilha do solo entre o maior número possível de súditos. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava no montante de sua renda, mas no número de seus súditos, e este dependia do número de camponeses economicamente autônomos”.

finalmente expulsos. Como as cercas não paravam nos limites da reserva dominial, muitos camponeses foram privados de suas terras através de todo tipo de estratégias: a não renovação dos contratos de arrendamentos com duração limitada, a retomada de terras nos casos de falecimento ou mutações, evicções abusivas etc.

A expansão da criação de ovelhas sobre terras nas quais se cultivavam cereais e sobre as terras comuns tornou a terra uma raridade, instituindo assim um processo de monopolização desse meio de produção. Os cercamentos foram, dessa maneira, processos de expropriação e usurpação de terras nas quais os camponeses gozavam de direitos consuetudinários ou que se situavam em campos aráveis abertos. Mobilizados pela expectativa de ganhos, seja pela venda de lã, seja pelo arrendamento das terras e, assim, aumentando seus rendimentos, os senhores de terra utilizaram uma sorte de métodos e práticas violentos para retirar dos camponeses os seus direitos de cultivo nos campos abertos, o costume de utilizar a terra para pastagem de gado, a coleta de lenha, madeira, galhos, raízes e frutas das florestas e outros direitos semelhantes. Ocorria, de fato, a transformação substancial das terras inglesas, anteriormente utilizadas pelo costume em propriedade privada.

Moore Jr. ([1966] 2010) constatou uma enorme movimentação no mercado inglês de terras que se iniciou por volta da década de 1580, conforme o próprio autor afirmou, utilizando a linguagem corriqueira da época, no qual “as ovelhas comiam os homens”. Os camponeses estavam sendo violentamente expulsos da terra: tanto suas faixas cultivadas e campos comuns foram transformados em pastagens, quanto suas pequenas posses foram cercadas. Mas, esse processo teve capítulos ainda mais brutais ao longo do século XVII e, sobretudo, com a Revolução Industrial entre os séculos XVIII e XIX.

Na argumentação de Marx, a usurpação das pastagens comuns permitiu aos arrendatários capitalistas multiplicarem o gado quase sem custos, visto que o mesmo fornecia maior quantidade de adubo para o cultivo do solo. Os contratos dos arrendatários duravam 99 anos e com a contínua queda do valor dos metais nobres, portanto do dinheiro, e com o auxílio de outros fatores, reduziram-se os salários. Esse processo gerou o aumento dos preços dos cereais, da lã e da carne, isto é, dos produtos agrícolas, inchando o capital monetário e contraindo a renda da terra, o que enriqueceu brutalmente esses arrendatários produtores e estimuladores da produção do capital. Marx enfatizava que o enriquecimento dos arrendatários

capitalistas se realizou com a mesma rapidez que o empobrecimento dos camponeses.

Além disso, os camponeses expropriados de suas terras, à força e brutalmente, não foram absorvidos nas cidades como força de trabalho na mesma velocidade com que foram removidos de sua base fundiária. Assim, durante os séculos XV e XVI, é criado um conjunto de leis contra a vadiagem na Inglaterra, enquadrando esses trabalhadores livres por meio de leis grotescas ordenando e disciplinando os corpos e os costumes aos novos hábitos urbanos e modos de viver na cidade (FEDERICI, [2004] 2014). Em termos marxianos, esse processo sanguinário se deu “por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura” (MARX, [1867/1890] 1985, p.277).

Hill (1984) constatou que na década de 1640 os camponeses se revoltaram contra os cercamentos dos campos, os tecelões contra a miséria resultante da depressão e os crentes contra o anti-Cristo, a fim de instalar o reino de Cristo na terra. A Revolução Inglesa ocorrida no período significou uma insurgência das classes sociais mais pobres e profundamente fragilizadas frente à barbárie dos fundamentos do desenvolvimento do capitalismo.

Cabe ressaltar que a Revolução Inglesa - como todas as revoluções - foi causada pela ruptura da velha ordem, e não pelos desejos de uma mudança profunda da burguesia ou dos líderes parlamentares. Todavia, o resultado do processo revolucionário foi o estabelecimento de condições muito mais favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo do que aquelas que prevaleceram até 1640 (HILL, 1984). A Revolução Inglesa, de fato, impediu arranjos que tornariam possíveis o desenvolvimento de um absolutismo monárquico e fundamentou uma aliança de classe - na verdade um compromisso social de classe - entre burguesia e proprietários de terra, permitindo o estabelecimento de um novo e mais pujante processo de acumulação originária do capital.

Em suma, a Revolução Inglesa trouxe os extratores de mais valia fundiários e capitalistas ao poder. Seguindo a hipótese apresentada por Hill (1984) e nas próprias discussões de Marx, consideramos que a Revolução foi possível devido ao desenvolvimento dos fundamentos capitalistas na Inglaterra, conforme apontamos, que já se desencadeavam no território pelo menos desde o século XIV.

De acordo com a interpretação de Hill (1984), na Inglaterra, por volta de 1640, a monarquia dos Stuart era incapaz de continuar governando de maneira tradicional:

com uma política externa precária em parte por falta de dinheiro, as medidas econômicas, às quais foi obrigada a recorrer, alienaram tanto seus aliados potenciais quanto seus inimigos. As forças sociais que acompanharam o capitalismo foram liberadas pela sua ascensão, sobretudo na agricultura, e não podiam mais ser contidas no quadro político que emergia a não ser por meio de repressões violentas.

A associação entre frações da classe média com a maior parte dos grandes proprietários produziu, conforme já apontamos, uma aliança no século XVI que desencadeou a ampliação da criação de ovelhas e os cercamentos dos campos. Hill (1984) constatou, portanto, que a natureza agrária do capitalismo na Inglaterra o diferencia daquela dos países continentais da Europa e dificulta o entendimento dos marxistas-estruturalistas (e certamente de diversas correntes não-marxistas) da primazia do desenvolvimento capitalista dos grandes proprietários de terra e do nascimento, no campo, de uma “burguesia rural”. Fundamental associar o quanto a resistência dos camponeses é par complementar desse processo.

Na Inglaterra do século XVI a classe dominante dos proprietários de terra era restrita e estava segura apenas enquanto estivesse unida. Entretanto, encontrava-se dividida por certas divergências econômicas no que tange à busca pela monopolização da terra e por questões de cunho religioso. Hill (1984) afirmou que a partir da primeira metade do século XVII os proprietários de terra dividiam-se quanto à política externa inglesa, quanto à crise econômica do setor têxtil, quanto ao sufrágio amplo nos burgos, dentre outros. O processo de estabelecimento de marcos de propriedade privada, no que se refere ao uso das florestas e das terras comuns, produziu enormes fissuras entre o povo e um setor da *gentry*²²⁶ contra os grandes aristocratas agrários (e fundiários).

A *gentry*, desprovida de cargos e postos de comando no aparelho de Estado na esfera do poder local, tensionava com a Coroa Inglesa e com as tentativas de instituição de um poder central e de uma burocracia mais forte (HILL, 1984). Os desgastes na Guerra Escocesa de 1639-1640 e a questão da tolerância religiosa aferventaram ainda mais os ânimos pré-revolucionários. Enquanto a *gentry*

²²⁶ O termo apresenta uma difícil tradução para o português brasileiro. Assim, tal como diversos tradutores e intelectuais, optamos por manter a nomenclatura em inglês. Na definição de Negro e Silva (2012), *gentry* era uma classe de proprietários que detinha cerca da metade das terras da Inglaterra, e que consequentemente determinava os padrões de poder local, como juizes de paz e responsáveis pelas milícias. Constituída por vigorosos capitalistas agrários, a *gentry* é uma peculiaridade inglesa - se não única, excepcional.

observava um enfraquecimento do Estado em arrecadar impostos e organizar um Exército, o que gerava a possibilidade de tomada do poder, diversos grupos heréticos camponeses ou camponeses expropriados, a partir da quebra da autoridade religiosa, buscavam, por meio de práticas messiânicas, reivindicar transformações profundas na sociedade (HILL, 1984; THOMPSON, 2012).

O estopim da Revolução Inglesa ocorreu com os tecelões de West Riding e de Fairfax, que marcharam em Yorkshire. Em Lancashire, foi o povo que insistiu na luta (HILL, 1984). A *gentry* assumiu uma postura de neutralidade e imobilismo frente ao processo que se desencadeava. A guerra foi ganha pela artilharia e pela moral disciplinada da cavalaria *yeomen*²²⁷ (HILL, 1984). No entanto, uma crise profunda se instalou quando a luta estava acabada, pois foi

Quando a organização democrática dos Levellers deu uma significação política perigosa àquilo que havia sido, até então, atividades espontâneas como aquelas das multidões de Londres, de amotinados antipapistas e anticercamentos, assim como os sectários mais extremistas tornavam perigosas as ideias religiosas radicais, algumas das quais – como a dos Ranters, dos Diggers e dos Quarckers – tinham significado político, assim como teológico, e pareciam aos conservadores como simplesmente irreligiosas. (HILL, 1984, p.13).

Hill (1984; 1987) implodiu a noção de consenso na Revolução Inglesa e demonstrou enfaticamente o poder das propostas radicais e revolucionárias que criticavam a organização política, social e econômica da Inglaterra. Essas propostas, muitas delas aventadas pelo campesinato em luta, giravam em torno, por exemplo, da abolição da propriedade privada e da instituição da propriedade comunal, do fim dos dízimos e das Igrejas organizadas, da soberania popular e da igualdade entre todos os homens, das eleições anuais para o Parlamento, do direito do povo à Resistência Armada contra um Parlamento despótico, da liderança feminina em cultos religiosos, além de tentarem a revolução dos costumes da época – pondo abaixo os preceitos da ética protestante, questionando o pecado em si e gozando publicamente os prazeres que antes destinavam-se apenas aos privilegiados.

Entretanto, as ansiedades sociais que os *levellers* e as seitas radicais despertavam acabaram por reunir as classes proprietárias que a partir das habilidades da nobreza produziram um compromisso entre nobreza, burguesia e proprietários fundiários. A Revolução Inglesa inaugurou a nova era de domínio da

²²⁷ Os *yeomen*, em uma tradução livre, porém com imprecisões, eram camponeses livres.

aliança de classe entre proprietários de terra e burgueses, os quais fundiram as suas táticas e interesses:

O roubo dos domínios do Estado até então realizados em proporções modestas, em escala colossal. Essas terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, mediante usurpação direta, anexadas à propriedades privadas. Tudo isso se realizou sem a observância da etiqueta legal. *O patrimônio do Estado apropriado tão fraudulentamente, junto com o roubo da Igreja, na medida em que não sumiram durante a revolução republicana, formam a base dos atuais domínios principescos da oligarquia inglesa.* Os capitalistas burgueses favoreceram a operação visando, entre outros motivos, transformar a base fundiária em puro artigo de comércio, expandir a área da grande operação agrícola, multiplicar sua oferta de proletários livres como os pássaros, provenientes do campo, etc. *Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabava de sair da casca do ovo e dos grandes manufactureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas* (MARX, [1867] 1985, p.266, sem grifos no original).

Marx constatava, portanto, dois processos que se realizaram no desenvolvimento do capitalismo inglês e que são fundamentos importantes da formação da propriedade privada e da consolidação capitalista da classe de proprietários de terra: primeiro, o processo de produção de capital, na realização da acumulação originária do capital, que se estabeleceu por meio da apropriação do patrimônio do Estado e da realização de estratégias de apropriação privada da terra para formação de domínios privados. Para tanto, os estratagemas não seguiram qualquer “etiqueta legal”, valendo-se inclusive do poder político para definir como e quando a legislação poderia servir a seu favor. Além disso, os proprietários de terra realizaram alianças de classe que convergiram para a associação com as mais variadas formas de burguesia, mas principalmente aquelas do capital bancário e burgueses industriais. Para que o abocanhamento da renda fundiária se realizasse, essa classe de rentistas se associou à outras classes para que sua condição de existência permanecesse ou para que, realizado o processo de fusão de classes, tivesse condições de barganhar em condições privilegiadas.

O segundo processo diz respeito à redefinição capitalista do “estatuto básico da propriedade privada”, tanto do modo e racionalidade de produção, quanto das relações produtivas (THOMPSON, 2012). A naturalização da propriedade e a instituição de uma “ética aquisitiva de terra” foram realizadas como esteios que prefiguram uma relação da terra como propriedade, transfigurando-se simultaneamente em renda, patrimônio e mercadoria. Esse novo entendimento, de

acordo com Thompson (2012), realizou-se não como um meio caminho entre “feudalismo” e “capitalismo”, nem um ajuste de interesses entre uma tenaz superestrutura feudal e uma embrionária base capitalista, mas sim como um arranjo precisamente afinado de fundamento do capitalismo, um verdadeiro equilíbrio de forças sociais, no qual os maiores beneficiários foram exatamente aqueles representados no Parlamento (direta ou indiretamente), ou seja, os homens de propriedade substancial, especialmente proprietários de terra.

A Revolução Inglesa do século XVII confirmou um título de propriedade já existente entre os senhores de terra, não apenas edificando uma “nova” propriedade, mas garantindo direitos plenos de propriedade às terras já apropriadas, um título que se encontrava ameaçado pelas exigências descontroladas da monarquia e das críticas dos camponeses contrários aos cercamentos. O título para usufruto da propriedade foi assegurado por mecanismos constitucionais com um papel decisivo do Estado na instituição das leis favoráveis aos grandes proprietários de terra e aos arrendatários capitalistas.

Hill (1984) argumentou que, por volta de 1660, ocorreram profundas transformações na política inglesa que tiveram como finalidade e consequência o processo de aceleração do desenvolvimento do capitalismo, tais como a abolição de posses feudais e da *Court of Wards* (respectivamente em 1646 e 1656, confirmadas em 1661), e a transformação de senhores em proprietários privados absolutos, visto que os senhores de terra foram liberados da incidência de impostos arbitrários sobre heranças e suas terras tornaram-se uma mercadoria que poderia ser comprada, vendida e hipotecada. Dessa maneira, “investimentos de capital a longo prazo na agricultura tornaram-se possíveis” (HILL, 1984, p.14).

Além disso, em 1661 foi instituído o Ato Confirmatório que excluiu definitivamente os foreiros [*copyholders*] da possibilidade de transformação de suas posses em propriedades. Em 1677, a possibilidade de expropriação se estendeu aos pequenos posseiros livres de terras alodiais, exceto na remota “possibilidade” de apresentarem títulos escritos de suas terras.

Os senhores de terra modificaram também, e em benefício próprio, as leis sobre os cereais, denominadas como *Corn Laws*, produzidas no princípio da Idade Média que limitavam a fome, a penúria e as especulações no período de elevação de preços. Mozayer e Roudart (2010) afirmam que as *Corn Laws*, a partir de 1660, foram utilizadas fundamentalmente para fins protecionistas: as importações foram

submetidas a direitos de aduana, e, a partir de 1815, conforme os autores enfatizam, as importações de cereais chegaram a ser proibidas sempre que o preço interno dos mesmos atingisse um certo limite inferior. Tal proibição permitiu a manutenção do preço interno dos cereais em alta e, simultaneamente, o aumento dos impostos agrícolas e das rendas fundiárias embolsadas pelos proprietários fundiários (MOZAYER; ROUDART, [1997-2002] 2010).

Os Atos de Navegação [*Navigation Acts*] (de 1650 e 1651, confirmados em 1660 e 1661) tornaram possível o sistema colonial fechado. A Guerra Holandesa de 1652-1654 foi a primeira aventura colonial da Inglaterra, à qual sucederem a Guerra Espanhola e em seguida a primeira investida sustentada pelo Estado para a obtenção de colônias na América (HILL, 1984).

Assim, a maioria dos obstáculos aos cercamentos foi removida e foram instaurados complementos fundamentais para o processo de acumulação originária centralizado na Inglaterra, tais como o colonialismo e também o escravismo. Isto preparou o território para a rápida expansão da agricultura capitalista. Hill (1984, p.17) argumentou que

A revolução agrária dos fins do século XVII e século XVIII contribuiu para a acumulação de capital, que tornou possível a Revolução Industrial, e para um significativo aumento de seus produtos no mercado interno. Uma força de trabalho menor produzia alimentos suficientes para uma classe sem terras à medida em que a força de trabalho excedente deixava o campo pela indústria.

A complexa interpenetração da riqueza agrária, mercantil e industrial foi analisada por Thompson (2012) a partir de “delicados mecanismos”, sejam eles econômicos (créditos e transações bancárias ou interesses dos proprietários de terra no carvão, transporte, madeira), sociais (casamentos preestabelecidos e estratégias de manutenção das riquezas familiares ou para a junção de patrimônios de famílias diversas) ou políticos (compra de influência política ou terra como um passo nessa direção). Assim, conforme analisaram Hill (1984) e Thompon (2012), no século XVIII os *landlords* a partir de estratégias de aliança de classe em torno da *gentry*, produzem o capitalismo mercantil e a indústria manufatureira ainda dispersa territorial e politicamente. O ascendente capitalismo no campo acarretou não apenas melhorias nas formas de arrendamento e cercamento dos campos, mas também mudanças de longo alcance nos negócios, moagem, transporte, comércio de exportação e importação. A *gentry* foi capaz de empregar uma classe profissional de

serviçais recrutada no baixo clero, como advogados do interior, cirurgiões, agrimensores, professores. Assim, durante o século XVIII, esta se consolidou como uma classe capitalista combinando em seu estilo de vida as características de uma cultura agrária e de uma cultura urbana, perceptíveis nos padrões arquitetônicos de construções, nos jornais lidos e nas universidades cursadas pelos filhos. Percebem-se, dessa maneira, os elementos que possibilitam uma fusão de classes que se realizava e a transformação de parte expressiva dos grandes proprietários de terra em burgueses.

Em meados do século XVIII se efetivou a transição de uma postura passiva da *gentry* para uma postura agressiva “tanto em sua capacidade de abastados fazendeiros donos de si mesmos quanto no estímulo, entre seus arrendatários, àquelas melhorias sobre as quais deviam estar fundadas suas esperanças de uma receita crescente”. Trata-se de um estilo profundamente capitalista de pensamento, tão “prazerosamente aquisitivo”, quanto meticuloso em relação à contabilidade (THOMPSON, 2012).

A classe de proprietários de terra, longe de ser fragmentária ou incompleta parecia, de acordo com Thompson (2012), ser incomumente capitalista plena, visto que a mistura capitalista-agrária inglesa foi, se não única, excepcional. Ela adveio, tal qual toda situação histórica real, de um equilíbrio de forças particular, pois era apenas uma dentre um número aparentemente infinito de mutações sociais que a história real forneceu, mas que manteve, todavia, uma afinidade genérica com as demais surgidas das conjunções comparáveis.

Entre 1750 e 1850, ocorreram os cercamentos parlamentares que transformaram cerca de seis milhões de ares, ou algo equivalente a um quarto da área ocupada de campos abertos, terras comuns, pastagens e terras desocupadas em propriedade privada (HOBSBAWN; RUDÉ, [1969] 1982). Três quartos dos 4.000 atos privados do Parlamento que revolucionaram a agricultura e o território inglês concentraram-se nas décadas de 1760 e 1770 e posteriormente no período das guerras napoleônicas (1793-1815). A barbárie se expressava também e novamente na dimensão jurídica.

O Estado apresentava, então, um papel decisivo mediando as diversas formas de acumulação originária do capital, a partir da violência concentrada e organizada da sociedade. Thompson, por exemplo, ao analisar em *Senhores e Caçadores* (1987b) a Lei Negra e sua importância na história jurídica no século

XVIII, constatou a importância do Estado nesse processo visando sobremaneira a preservação da propriedade privada e das liberdades jurídicas e econômicas na vida desses proprietários capitalistas. A Lei Negra tinha como base central a repressão de caçadores que reivindicavam usos costumeiros e que transpunham as florestas da Coroa inglesa para a retirada e abate de cervos, assim como para a coleta de lenha, galhos e diversos produtos florestais. A Lei se impunha, portanto, aos usos e tradições dos camponeses que até aquele momento utilizavam a floresta em livre uso aos bens para a reprodução de seu modo de vida e de suas tradições e costumes. Thompson (1987b) argumentou que a Lei Negra não era apenas um instrumento jurídico-formal de produção de legalidades e ilegalidades, mas também a produção ideológica da legalidade da propriedade privada sob o auspício do Estado. A Lei expressava, juridicamente, o direito à propriedade privada e à proteção dos proprietários como uma expressão da função do Estado, mesmo que condenando os camponeses à morte, considerados como infratores. Inicialmente a Lei Negra foi utilizada para a criminalização e perseguição dos caçadores, mas posteriormente foi aplicada para punir os camponeses que resistiam ao cercamento dos campos. Assim, o direito de uso comum, consuetudinário, foi juridicamente criminalizado.

O indivíduo sem prova legal dos seus direitos raramente era compensado. Aquele que conseguia prová-los recebia um pedaço de terra impróprio para prover a sua subsistência, sendo obrigado a arcar com uma parcela desproporcional nos altos custos do cercamento. Os cercamentos (deixando-se de lado todos os artifícios) representaram claramente um caso de roubo de classe, cometido de acordo com as regulamentações sobre a propriedade baixadas por um Parlamento de proprietários e advogados” (THOMPSON, 1987b, p. 44-45).

Nota-se que, na gênese do capitalismo na Inglaterra, o processo de titularização da propriedade privada funcionava como um *roubo de classe* (MARX, [1867] 1985a) realizado pela afirmação da lógica jurídica do individualismo agrário. Aqueles que conseguiam se manter na terra, transformando-se em proprietários, eram impelidos à arcar com altos custos do processo de “regularização fundiária” (que no caso do camponês inglês significava subsunção do uso e do costume à normatização da propriedade privada). No processo de expropriação na Inglaterra, os camponeses ficaram privados de seu meio de produção (a terra) e de reprodução de seus costumes, ocorrendo assim a dissociação entre o campesinato e a propriedade. Essa ação de cercamento destituiu uma relação direta entre o homem

e a terra, produzindo a corrosão das “relações consuetudinárias dos homens com os meios de produção agrícolas”, em que “a terra carrega sempre outras conotações – de status, segurança e direitos – mais profundas do que o simples valor da colheita” (THOMPSON, 1987b).

O ano de 1832 é um momento de inflexão na Inglaterra, pois são aprovadas as Leis de Reformas (*Representation of the People Act 1832, Reform Act 1832 ou Great Reform Act*) como antídoto para a assim chamada Velha Corrupção, fruto do arranjo de classes instituído a partir de 1688. Esse arranjo do final do século XVII e que perdurou ao longo do século XVIII inaugurou um período de relativa estase social no que diz respeito a um conflito de classes. Os principais beneficiários da época foram aqueles vigorosos capitalistas da *gentry*. Essa operação se desenvolveu em nível local, a partir da magistratura e dos favorecimentos dos funcionários de Estado, principalmente na aplicação favorável (“espantosamente descarada”) das leis aos proprietários de terra e em nível nacional a obsolescência das velhas restrições ao comércio, novos estímulos aos cercamentos e expansão imperial, por exemplo, que avançaram seus interesses (THOMPSON, 2012).

Coetâneos a tal processo, nesse período de estase social, estavam presentes o estabelecimento de profunda estrutura de corrupção, obstrução de canais de influência e o entricheiramento de uma elite em posição de poder. Uma distância política, social e econômica se desenvolveu e se aprofundou entre a maioria da baixa e média *gentry* (e grupos associados) e certos grandes magnatas agrários, comerciantes capitalistas e seus parasitas, que manipularam secularmente os órgãos estatais em prol de interesses privados (THOMPSON, 2012).

O exercício de poder no século XVIII não era apenas, de acordo com Thompson ([1978] 2012), um governo da aristocracia ou um parasitismo, uma espécie de maracutaia generalizada amorfa e sem estratégias de conformação e arranjos políticos. O Estado funcionou como aporte decisivo para a estase social que envolvia concessões para a *gentry* independente nos negócios da nação, para a Igreja em estratégias coloniais, para arranjos com as Forças Armadas através de concessões reais, e para negócios com a magistratura e pequenos privilégios sociais cotidianos. Essa aristocracia agrária, assim como exerceu ampla influência, também produziu profundos ressentimentos.

Alienou as irmãs, os primos e os tios daqueles que não lograram ascender, os oficiais que não foram promovidos, os clérigos que não

conseguiram protetores, os empreiteiros que não tiveram encomendas, os talentosos que foram preteridos, as esposas que foram menosprezadas. (THOMPSON, [1978] 2012, p. 103)

A inimizade entre a *gentry* e os proprietários de terra evaporou no ápice dos cercamentos e dos preços dos cereais. A aliança de classe entre riqueza agrária, comercial e manufatureira continuou nos níveis políticos, econômicos e sociais.

Em 1832 a burguesia industrial instituiu seu protagonismo liderando os ressentimentos, inclusive de parte da *gentry*, nas reformas realizadas. Nesse ano emblemático não se realizou a troca completa de frações de classe, mas modificaram-se as regras do jogo capitalista e forneceu-se um contexto de flexibilidade nas relações de classe no qual pode se estabelecer um verdadeiro ajuste de classe. A terra tornava-se mais um interesse capitalista associado à produção de algodão, construção de ferrovias, prospecção e produção de ferro e aço, carvão, indústria de navegação e finanças.

Os camponeses foram, assim, a partir de inúmeras levadas e em diferentes e contínuos momentos, impelidos a assalariarem-se para garantir sua sobrevivência. Não nos esqueçamos que esse processo de transformação das relações feudais na Europa foi atravessado por um grande número de guerras camponesas, conforme salientam Hobsbawm e Rudé ([1969] 1982), Hill ([1972] 1987), Faria (2004), Motta (2012) e Oliveira (2007).

[O] movimento de eliminação que transforma os meios de produção individuais e esparsos em meios de produção socialmente concentrados e que, por conseguinte, converte a propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, essa expropriação dolorosa e terrível do povo trabalhador, aí estão as origens, aí está a gênese do capital. (...) A propriedade privada, fundada no trabalho pessoal (...) é suplantada pela propriedade privada capitalista, fundada na exploração do trabalho de outrem, sobre o trabalho assalariado. (MARX, [1867] 1985a, p. 289)

Marx demonstrava como a expropriação dos camponeses de suas relações sociais e de produção assentadas no acesso à terra promoveu, de forma coetânea, a desintegração da indústria doméstica rural, fazendo surgir a indústria moderna e consigo o capitalista industrial. Neste processo, criou-se um mercado interno originado da dissolução da indústria doméstica. Marx ([1867] 1985a) ressaltava que a “expropriação e expulsão de *parte* do povo do campo” liberam esses trabalhadores de seus meios de subsistência e de seus materiais de trabalho para o capital industrial, e produzem também o mercado interno.

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é a base da pequena empresa, a pequena empresa uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. Na verdade, esse modo de produção existe também durante a escravidão, a servidão e outras relações de dependência. Mas ela só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada, onde o trabalhador é livre proprietário privado das condições de trabalho manipulada por ele mesmo, o camponês da terra que cultiva, o artesão dos instrumentos que maneja com simbiose. (MARX, [1867] 1985a, p. 292-293).

Marx constatava ainda os processos violentos de destruição, subordinação e resistência do campesinato que se desencadearam na Escócia e na Irlanda, analisando com acuidade a acumulação originária nesses territórios e as profundas relações com a Inglaterra que realizam transferências geográficas de renda da terra. Ambos os casos, cada qual à sua maneira, revelam movimentos de formação de territórios periféricos próximos do capitalismo inglês. Em tais formações territoriais se realiza o processo brutal de expropriação de parte dos camponeses da terra, a assim chamada *Clearing of Estates* (clarear propriedades, em termos marxianos, de fato “limpá-las de seres humanos”), processo de expulsão na Alta Escócia e na Irlanda “transformando os direitos costumeiros dos clãs celtas na Escócia em direito de propriedade “e como encontraram resistência por parte dos membros do clã, resolveram enxotá-los com violência direta”. Aqui cabe ressaltar a afirmação marxiana: “a violência é a parteira da história” (MARX, [1867/1890] 1985a), pois ela foi tanto uma potência econômica como o anúncio de reprodução contínua da barbárie do desenvolvimento capitalista.

O caso figurado pela duquesa de Sutherland²²⁸ exemplifica os conteúdos desse processo. Na formação da periferia próxima escocesa constatavam-se as “clareações” de Vossa Excelência Elisabeth Sutherland na interpretação marxiana:

Essa pessoa economicamente instruída decidiu, logo ao assumir o governo, empreender uma cura econômica radical e transformar todo o condado, cuja população já havia antes, mediante processos semelhantes, sido reduzida a 15 mil, em pastagens de ovelhas. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos.

²²⁸ A marquesa de Strafford, alçada à duquesa em 1833, nasceu na Escócia em 1765 e foi grande proprietária de terras, conforme veremos. Liderou, até o seu falecimento em 1836, expropriações, violência e demonstrações explícitas de seu poder de classe.

Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar. Dessa forma, essa madame se apropriou de 794 mil acres de terra, que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela destinou aproximadamente 6 mil acres de terras, 2 acres por família, na orla marítima. Os 6 mil acres tinham até então estado desertos e não haviam proporcionado nenhuma renda aos proprietários. A duquesa foi tão longe com seus nobres sentimentos a ponto de arrendar por 2 xelins e 6 pence, em média, o acre de terra às pessoas do clã que desde séculos tinham vertido seu sangue pela família. Ela dividiu toda a terra roubada ao clã em 29 grandes arrendamentos para a criação de ovelhas cada um habitado por uma única família, na maioria servos ingleses arrendatários. No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já tinham sido substituídos por 131 mil ovelhas. Aquela parte dos aborígenes que foi jogada na orla marítima procurou viver da pesca. Eles se tornaram anfíbios e viviam, como diz um escritor inglês, metade sobre a terra e metade na água e viviam, com tudo isso, apenas a metade de ambas. (MARX, [1867/1890] 1985a, p. 273)

A citação apresenta diversos elementos importantes: a brutalidade da expropriação, a expulsão e mesmo o extermínio da população dos clãs da terra realizado com o auxílio do aparato repressivo do Estado. As estratégias extra-econômicas fazem parte do desenrolar da instituição da propriedade privada. Além do aporte jurídico, os proprietários se tornam o Estado de si próprios e instituem nas terras que desejam adquirir as fronteiras entre o legal e o ilegal, se fazendo como força legítima e efetivando-se como os portadores da lei justificando em si as práticas violentas.

A conversão do latifúndio em arrendamentos capitalistas funcionou como fornecimento de matéria-prima essencial para o desenvolvimento da indústria e liberou um enorme contingente de camponeses que “criam asas” e “voam livres como pássaros” para as cidades compor a superpopulação excedente no espaço urbano, servindo como exército de reserva para o rebaixamento geral dos salários. Campo e cidade, periferia e centro, periferização e centralização se consolidam como a totalidade contraditória de realização de um processo contínuo de produção capitalista. O campo e a periferia são uma totalidade contraditória, percebidas como estoques territoriais para a expansão permanente do capitalismo.

A duquesa de Sutherland também arrendou, na zona litorânea, uma fração de suas terras apropriadas à força dos antigos membros do clã que trabalhavam na pesca. Marx constatou que quando os comerciantes de peixe se interessaram pela exploração capitalista na orla, realizou-se uma nova rodada de expropriação: ou seja, após a expropriação e a situação modificada de proprietários em arrendatários,

esses camponeses foram novamente expulsos. A sina migrante do campesinato novamente se colocava: ou o deslocamento para a cidade e a venda da propriedade da força de trabalho; ou uma nova rodada de busca por um pedaço de terra para a reprodução da família em terras que fossem novamente arrendadas; ou a tentativa de busca por uma nova terra livre em um lugar ainda não apropriado pelas relações capitalistas. Todavia, no caso das ilhas Britânicas, esses territórios estavam cada vez mais raros.

Marx ([1867/1890] 1985a) constatou o decréscimo da população irlandesa, em consequência da fome e da migração, esta inclusive como possibilidade de reprodução social de classe

A Irlanda revelou outros momentos de constituição de fração do território de predominância no processo de produção do capital e território periferizado pelo Império Britânico analisados por Marx ([1867/1890] 1985a). De acordo com Silva (2013), Marx não titubeou em verificar que a Irlanda do século XIX apresentou-se como um território com profundas características coloniais, um território fundamentado em relações coloniais. De fato, a partir do Estatuto da União de 1801²²⁹, a Irlanda é absorvida jurídica e politicamente como uma fração do território imperial britânico, formando o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda. Tal absorção aprofundou substancialmente a relação de controle político e de subordinação econômica da Irlanda à Inglaterra, malgrado a Irlanda não fosse plenamente uma colônia.

Assim, ao longo da primeira metade do século XIX, a Inglaterra realizou a subversão das condições de produção e reprodução da sociedade irlandesa. Os primeiros processos se desenvolveram à maneira da acumulação originária em território irlandês: confisco de terra, supressão da indústria doméstica por meio de decretos parlamentares e, finalmente, utilização do aparato repressivo e da violência direta para minar formas de resistência (SILVA, 2013; DE PAULA, 2015). Marx enfatiza as abomináveis “condições de sociedade” e as (im)possibilidades de reprodução dos proprietários camponeses de terra. O Império Britânico impõe ao poder político irlandês os termos em que se lhe permitirá ocupar a terra e viver nela.

²²⁹ O Estatuto da União de 1801, imposto pelos ingleses após a supressão da “Rebelião Irlandesa” de 1798, aboliu o parlamento irlandês separado (que havia adquirido autonomia legislativa desde o Ato de Renúncia de 1783) e criou uma nova entidade, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

Além dessas estratégias, verifica-se que ocorreu intensa exploração do solo da Irlanda pelos proprietários de terra, o que conduziu ao esgotamento do mesmo e favoreceu a difusão de uma praga que atacava a produção: o míldio-da-batateira. Esse parasita devastou praticamente a totalidade da agricultura de batatas, que era a base da alimentação do campesinato irlandês. Concentração fundiária, monocultura e suas pragas e parasitas e agricultura voltada para o mercado externo resultaram em uma terrível fome que exterminou aproximadamente 1 milhão de pessoas²³⁰. Além disso, com o monopólio de exportação de trigo abolido após a promulgação do *Importation Act* de 1846, os Estados Unidos puderam iniciar a exportar de seus grãos em direção à Inglaterra, precarizando as formas de reprodução do campesinato. E mais, os grandes proprietários de terra viram suas rendas decrescerem vertiginosamente com a abolição da *Corn Laws* e se voltaram para um processo de expulsão do campesinato da terra a fim de substituí-lo por ovelhas, gado e porcos para produzir carnes visando o mercado externo, principalmente inglês (BRILLET, 2014; BÉVANT, 2015).

Ressalta-se que os proprietários de terra, sustentados economicamente e politicamente pelo Estado inglês, se recusavam a estancar as exportações de alimentos ou reduzir o número de pastagens e de campos de forrageiras. De fato, conforme ressaltou Bévant (2015), os proprietários de terra se valiam da crise para expulsar e expropriar camponeses e se serviam da fome e da miséria para continuar a exportação de alimentos ao exterior por um preço elevado e realizar a expansão de suas propriedades frente aos camponeses pequenos proprietários e aos camponeses que se apossavam de terras livres. Assim, só restava aos camponeses morrer de fome, migrar para a América - caso possuíssem meios para o financiamento do deslocamento - ou se rebelar contra os opressores britânicos e lutar contra os grandes proprietários fundiários. Esse processo gerou um conjunto de resistências e lutas e revelou o tratamento reservado, inclusive, aos territórios

²³⁰ Marx ([1867/1890] 1985, p. 248) argumentava que “a população da Irlanda havia crescido até atingir, em 1841, 8.222.664 pessoas, mas passou a se contrair depois, contando, em 1851, 6.623.985, em 1861, 5.850.309, em 1866, 5,5 milhões, tendo então regredido mais ou menos a seu nível de 1801. O decréscimo começou com o ano da fome de 1846, de modo que a Irlanda, em menos de 20 anos, perdeu 5/16 de sua população. Sua emigração global de maio de 1851 a julho de 1865 foi de 1.591.487 de pessoas, sendo a emigração durante os últimos 5 anos, 1861-1865, de mais de meio milhão. O número de casas habitadas diminuiu, de 1851 a 1861, em 52.990. De 1851 a 1861 cresceu o número de arrendamentos acima de 30 acres em 109 mil, enquanto o número global de todos os arrendamentos decresceu em 120 mil, um decréscimo que é, portanto, exclusivamente devido à aniquilação de arrendamentos com menos de 15 acres, aliás, a sua centralização”.

periferizados próximos da área de centralização do modo capitalista de produção. Marx, em um discurso sobre a questão irlandesa pronunciado na associação educativa de trabalhadores alemães, argumentava que

Durante a Guerra de Independência americana, as rédeas foram um pouco afrouxadas. Durante a Revolução Francesa outras concessões foram acordadas. *A Irlanda se levantou tão rapidamente que seu povo ameaça superar os ingleses.* O governo inglês impulsionou para a rebelião e atingiu a União pela corrupção. A União porta um golpe mortal contra a indústria renascente. Em uma ocasião, Meagher disse: todos os ramos da indústria irlandesa foram destruídos, tudo o que nos resta é a fabricação de caixões. Se tornou uma necessidade vital ter um pedaço de terra. Os grandes proprietários fundiários arrendam suas terras para os especuladores; a terra passa assim por 4 à 5 intermediários antes de chegar ao camponês, e este coloca os preços desproporcionalmente elevados. A população rural vive de batatas e água; o trigo e a carne são enviados para a Inglaterra; a renda fora devorada em Londres, Paris e Florença. Em 1836, 7 milhões de libras esterlinas foram enviadas ao exterior aos proprietários ausentes. Os fertilizantes foram exportados com o produto e a renda, e o solo foi devastado. A fome apareceu aqui e acolá, mas com a praga da batata uma fome geral começou em 1846. Um milhão de pessoas morreu de fome. A praga da batata, que era resultado da devastação do solo, foi um produto da dominação britânica.²³¹ (MARX, [1867] 2012, s/p, sem grifo no original)

Fundamental constatar ainda que Marx discutiu, também, a necessidade de uma “revolução agrária” na Irlanda. A dominação inglesa em território irlandês funcionava como uma estratégia de manutenção do poder dos grandes proprietários de terra, a função dessa aliança de classe (burguesia industrial e proprietários de terra irlandeses) era evitar possíveis ameaças de insurgências camponesas (através de ampla repressão institucional, jurídica e de ação direta, em linguagem direta, à base da baioneta) subordinando ou expropriando o campesinato e manter a Irlanda

²³¹ Tradução do autor. No original: “Pendant la guerre d’indépendance américaine les rênes ont été un peu relâchées. Pendant la Révolution française d’autres concessions ont dû être accordées. L’Irlande se souleva si rapidement, que son peuple menaçait de dépasser les Anglais. Le gouvernement anglais les poussa à la rébellion et acheva l’Union par la corruption. L’Union porta un coup mortel à l’industrie renaissante. A une occasion Meagher dit : toutes les branches de l’industrie irlandaise ont été détruites, tout ce qu’on nous a laissé, c’est la fabrication des cercueils. Il devint une nécessité vitale d’avoir un lopin de terre. Les grands propriétaires fonciers louent leurs terres aux spéculateurs ; la terre passe ainsi entre 4 à 5 intermédiaires avant d’atteindre le paysan, et ceci met les prix disproportionnellement élevés. La population agraire vit de pommes de terre et d’eau ; le blé et la viande sont envoyés en Angleterre ; la rente était dévorée à Londres, Paris et Florence. En 1836, 7 millions de livres sterling ont été envoyés à l’extérieur aux propriétaires absents. Les fertilisants étaient exportés avec le produit et la rente, et le sol était épuisé. La famine éclatait ça et là, mais avec la maladie de la pomme de terre, une famine générale éclata en 1846. Un million de gens moururent de faim. La maladie de la pomme de terre qui résultait de l’épuisement du sol, a été un produit de la domination anglaise” (MARX, [1867] 2012, s/p).

como fornecedora de estoques de força de trabalho e matéria-prima barata para as indústrias inglesas, bem como a alimentação para a reprodução das imensas levas de camponeses transformados em proletários. Assim, essa aliança visava rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho achatando os salários e aumentando na indústria a possibilidade de maiores extrações de massas de mais valia. Diante disso, Silva (2013) enfatizou que os assim chamados parlamentos coloniais na Irlanda funcionavam como produtores da barbárie jurídica a partir da instituição de legislações que impediram a possibilidade de manutenção das terras nas mãos dos camponeses. Uma sorte de aparatos jurídicos foi criada, tais como restrições de direitos de herança da terra aos filhos dos camponeses, pesados e onerosos impostos e a instituição de um código penal que punia com a perda da terra quem praticasse traições à Coroa britânica, tal como professar a religião católica (prática religiosa da maioria da população irlandesa).

A Irlanda é a cidadela da aristocracia fundiária inglesa. A exploração desse país não constitui apenas uma das fontes principais da sua riqueza material, assim como da sua grande força moral. De fato, ela representa a dominação da Inglaterra sobre a Irlanda. A Irlanda é, portanto, o grande meio graças ao qual a aristocracia inglesa mantém sua dominação na própria Inglaterra. Por outro lado, se amanhã o exército e a polícia britânicos se retiraram da Irlanda, nós imediatamente teremos uma revolução agrária no país. A derrocada da aristocracia inglesa na Irlanda terá como consequência necessária a sua derrocada também na Inglaterra, de forma que nós teremos as condições necessárias para uma revolução proletária na Inglaterra. A destruição da aristocracia fundiária é uma operação infinitamente mais fácil de se realizar na Irlanda do que na Inglaterra, pois a questão agrária foi, até aqui, a única forma que a questão social tomou, visto que se trata de uma questão da própria existência, de vida ou morte, para a imensa maioria do povo irlandês, e também porque ela é inseparável da questão nacional. Toda essa abstração forma um caráter mais apaixonado e mais revolucionário nos irlandeses do que nos ingleses.²³² (MARX, [1870] 1973, p.141-142)

²³² Tradução do autor. No original: "L'Irlande est la citadelle de l'aristocratie foncière anglaise. L'exploitation de ce pays ne constitue pas seulement l'une des sources principales de sa richesse matérielle, en même temps que sa plus grande force morale. De fait, elle représente la domination de l'Angleterre sur l'Irlande. L'Irlande est donc le grand moyen grâce auquel l'aristocratie anglaise maintient sa domination en Angleterre même. D'autre part, si demain l'armée et la police anglaises se retiraient d'Irlande, nous aurions immédiatement une révolution agraire en Irlande. Le renversement de l'aristocratie anglaise en Irlande aurait pour conséquence nécessaire son renversement en Angleterre, de sorte que nous aurions les conditions préalables à une révolution prolétarienne en Angleterre. La destruction de l'aristocratie foncière est une opération infiniment plus facile à réaliser en Irlande qu'en Angleterre, parce que la question agraire a été jusqu'ici, en Irlande, la seule forme qu'ait revêtu la question sociale, parce qu'il s'agit d'une question d'existence même, de vie ou de mort, pour l'immense majorité du peuple irlandais, et aussi parce qu'elle est inséparable de la

Os camponeses não sofreram passivos e apáticos à fome e à miséria que se generalizava. Manifestações, marchas, além de ataques armados e assassinatos de proprietários de terra eram frequentes. Além disso, os mercados e portos nos quais os alimentos eram vendidos e exportados se transformaram em territórios de motim e luta. Os camponeses irlandeses se colocavam como antagônicos ao processo de desenvolvimento do capitalismo em sua formação territorial.

A análise marxiana da subordinação irlandesa, que não é total, é instigante e recoloca a questão das relações de indissociáveis entre os processos de centralização do capital e periferização dos territórios: “a Irlanda é apenas um distrito agrícola, separado por um largo fosso de água da Inglaterra, à qual fornece cereais, lã, gado, recrutas industriais e militares” (MARX, [1867/1890] 1985, p.252). Esse processo de transformação de terras de lavoura em pastagens, com vultosa concentração fundiária, estimulou a mecanização do campo, a transformação do campesinato em proletários rurais e um aniquilamento dos pequenos arrendatários, transformando parte significativa destes em arrendatários capitalistas. Mas a insurgência camponesa está no centro das resistências à expansão capitalista.

Assim, reflete-se que a condição inglesa de ser alçada como a forma clássica do capitalismo perpassou por esse processo primaz de separação, expulsão e expropriação da terra, consolidando a Inglaterra como a pioneira no desenvolvimento das chamadas formas especificamente capitalistas. Todavia, nem todas as formas de realização do capitalismo se baseiam nesses condicionantes do modelo refletido por Marx, sobretudo para Inglaterra e outras partes da Europa Ocidental. No trecho anteriormente citado, Marx inclusive colocou as relações de dependência que podiam existir na convivência entre capitalismo e formas de escravidão e servidão que geram outras formas de capitalismo. Essas outras formas, na interpretação do próprio Marx, foram ressaltadas por ele nos debates acerca da questão da Rússia²³³. Vejamos mais detalhadamente a potência dessas

question nationale. Tout cela abstraction faite du caractère plus passionné et plus révolutionnaire des Irlandais que des Anglais.” (MARX, [1870] 1973, p.141-142)

²³³ Löwy (2013), Tible (2013), Silva (2009) e Malagodi (2005) ressaltaram a importância dos “escritos tardios” de Marx sobre a Rússia, apesar de suas preocupações com o país terem se iniciado ainda na década de 1850. É sobretudo, porém, no final da década de 1860 que Marx e Engels entram em contato com revolucionários, especialmente os *narodniki*, russos e, nesse contato, inicia-se seu interesse mais aprofundado sobre as questões políticas e sociais russas, em particular a questão agrária e uma possível revolução advinda do campo. Silva (2008) argumenta que os *narodniki* foram um movimento marcadamente heterogêneo que se articulava em torno de uma aposta polêmica à época: a de que seria possível, “sem passar pelos horrores do capitalismo, abrir uma via

análises para uma compreensão mais aprofundada acerca das diversas vias de desenvolvimento do capitalismo.

3.3. RÚSSIA, UMA ABERTURA DA HISTÓRIA: CAMPESINATO, MÚLTIPLAS FORMAS DE DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE E PROPRIEDADE PRIVADA - O DIÁLOGO DO MARX TARDIO COM OS NARODNIKI

Marx refletiu e escreveu sobre a Rússia em diversos momentos de sua obra. Segundo Anderson (2015), dentre as sociedades não-ocidentais, a formação territorial russa foi aquela que recebeu a maior atenção e volume de materiais escritos, lidos e anotados pelo autor. A partir de 1869, Marx iniciou o processo de aprendizagem da língua russa e se interessou profundamente pelas análises realizadas pelos intelectuais narodniki revolucionários N. G. Tchernichevski²³⁴ e V. V. Bervi-Flerovski. Na primeira edição d'O capital em alemão, Marx redige uma nota crítica contra outro importante intelectual narodnik A. Herzen, a qual foi retirada na segunda edição²³⁵. Nota-se também que, nesse período, o jovem militante (também narodnik) N. F. Danielson pediu permissão para traduzir *O capital* para o russo, realizando com isso a primeira edição da obra em língua estrangeira, publicada em 1872. Marx, conforme salientam Shanin (1990) e Wada (1990), se estimulou com os contatos com os movimentos narodniki que ocorriam em solo russo. Verificava-se, assim, que as relações com a Rússia estavam inseridas em um contexto maior de grandes transformações do pensamento marxiano.

Shanin (1990) frisou que a Comuna de Paris de 1871 e sua dramática lição sobre um tipo de poder revolucionário não conhecido até então, o descobrimento da pré-história que ampliou a noção de tempo histórico, a ampliação do conhecimento sobre as sociedades rurais não-capitalistas inseridas no capitalismo e os estudos sobre a sociedade, o campesinato e a formação territorial russa ofereceriam para Marx um novo (e outro) ponto de vista sobre o desenvolvimento da sociedade. As

especificamente russa de transição ao comunismo, através do desenvolvimento de determinadas premissas históricas da sociedade russa. A comuna agrária russa ocupava um lugar central no alinhamento das diferentes perspectivas. A propriedade comum da terra, o hábito de deliberação coletiva, a vida comunitária, etc., característicos da comuna agrária, eram vistos como um ponto de partida viável para um desenvolvimento socialista na Rússia” (SILVA, 2008, p. 91). Os narodniki russos foram os primeiros a questionar a universalidade do modelo inglês para a explicação de todas as formas de desenvolvimento do capitalismo. Desdobramentos essa análise mais a frente.

²³⁴ Vide o Posfácio da segunda edição d'O capital em alemão de 1872 (MARX, [1867/1890] 1985a).

²³⁵ Vide a Nota 9 d'O capital na primeira edição de 1867 em alemão (MARX, 1867/1890] 1985^a).

leituras e contatos travados entre Marx e os narodniki revolucionários foi fundamental para um olhar marxiano sobre o campesinato e a questão agrária em formações em que se iniciava o processo de produção do capital. As reflexões que Tchernichevski realizou sobre os camponeses russos e sobre a resistência da comuna rural; a leitura voraz de obras de autores como Tkatchov e Vasil'chacov (também narodniki russos); Hauxthausen, Morgan e Maine; e o contato com as ações políticas dos diversos grupos revolucionários narodniki contribuíram, mormente, para uma virada metodológica no pensamento de Marx²³⁶ (SHANIN, 1990; WADA, 1990; LÖWY, 2013; ANDERSON, 2015).

Segundo Löwy (2013), os escritos de Marx sobre a questão russa significaram uma ruptura profunda com qualquer interpretação unilateral, evolucionista, “etapista” e eurocêntrica do materialismo histórico. A partir do início da década de 1870, Marx produziu em seus escritos - de forma ainda mais desenvolvida do que as análises sobre a Índia e a China - uma perspectiva dialética, policêntrica, que admite uma multiplicidade de formas de transformação histórica e que revelam, inclusive, a possibilidade de revoluções sociais começarem fora da Europa Ocidental, ou em outros termos, fora das formações territoriais no qual as relações especificamente capitalistas eram determinantes²³⁷.

Produz-se, assim, uma verdadeira abertura da história, realizada pela análise do campesinato russo e suas relações de reprodução social a partir das frações do território e de um entendimento das especificidades e contradições do desenvolvimento do capitalismo. Tratava-se, nesse sentido, de uma “virada”

²³⁶ É importante frisar, assim como Walicki (1984), que os narodniki russos tiveram importância fundamental para a compreensão de diferentes formas de expansão das relações capitalistas, visto que foram os primeiros pensadores a assinalar as características específicas dos países assim chamados de retardatários do desenvolvimento do capitalismo. Fundamental também destacar que os narodniki, ao refletirem sobre tais questões, se afastaram de uma teoria determinista ou mecanicista da modernização e do desenvolvimento do capitalismo e buscaram um caminho próprio para entender o movimento dos processos específicos da formação territorial russa. Segundo Guzmán e Molina (2005) o narodismo constituiu a primeira corrente a romper, decididamente, com uma perspectiva eurocêntrica de interpretação do processo histórico. No interior do narodismo russo coexistiram diversas orientações teóricas com diferentes práxis intelectuais e políticas que propugnaram e também militaram para que a Rússia adotasse um modelo de desenvolvimento econômico não-capitalista, no qual o campesinato aparecia como protagonista.

²³⁷ Em carta de 27 de setembro escrita por Marx e destinada à Friedrich Sorge, comunista alemão imigrado nos Estados Unidos sobre a guerra turco-russa de 1877, o autor afirmou que “Essa crise é uma viragem para a história da Europa. Rússia – tenho estudado a situação deste país baseado em fontes originais em língua russa, oficiais e não-oficiais – tem estado durante um longo tempo à beira da revolução. Todos os fatores para a revolução estão presentes lá (...) *desta vez a revolução começa no Oriente que até agora temos considerado como apoio invencível e reserva da contrarrevolução*”. (MARX [1877] 2016, s/p, sem grifo no original).

metodológica, política e estratégica que pode ser acompanhada em uma carta à redação da revista *Otechestvenye Zapiski* [Notas Patrióticas] em resposta ao artigo do escritor próximo aos narodniki Nicolai Michailovski²³⁸. Em 1877, Marx afirmava:

O capítulo sobre a acumulação primitiva visa exclusivamente traçar a rota pela qual, na Europa Ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal. Portanto, ele expõe o movimento histórico que, divorciando os produtores de seus meios de produção, converteu os primeiros em assalariados (proletários, no sentido moderno da palavra) e os detentores dos últimos em capitalistas. (...) Ora, como o meu crítico aplicou esse esboço histórico à Rússia? Tão somente assim: se a Rússia tende a tornar-se uma nação capitalista a exemplo das nações da Europa Ocidental – e durante os últimos anos ela se esforçou muito nesse sentido –, não será bem-sucedido sem ter transformado, de antemão, uma boa parte de seus camponeses em proletários; e, depois disso, uma vez levada ao âmago do regime capitalista, terá de suportar suas leis impiedosas como os demais povos profanos. Isso é tudo! Mas isso é pouco para o meu crítico. *Ele ainda tem necessidade de metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem.* (MARX, [1877] 2013, p. 68, sem grifo no original).

Marx ([1877] 2013) destacou que o processo descrito para a compreensão da Europa Ocidental não era uma marcha obrigatória ou uma série de etapas pré-determinadas da história. Não era, pois, uma teoria da história imposta para todos os povos e todas as regiões do mundo de maneira indeterminada. A história estava, portanto, aberta à múltiplas possibilidades. Nesse sentido, Marx nos auxilia a refletir, de modo ainda mais aprofundado, sobre as diferenças entre gênese e fundamento. A *gênese* do capitalismo na Europa Ocidental, e especialmente na Inglaterra, se tornou a chamada forma clássica. No entanto, não foi o que ocorreu em todos os processos de produção do capital em qualquer circunstância histórica. Sendo assim, o que nos interessa, apoiados em Marx, é compreender os *fundamentos* que podem

²³⁸ O texto *Carta ao editor de Otechestvenye Zapiski* foi escrito como refutação ao artigo *Karl Marx frente ao tribunal do senhor Zhukovski*, que Michailovski publicou em 1877 sob a assinatura “H.H.”. Em tal artigo, Michailovski rechaçou a interpretação grosseira, apressada e primária da teoria de Marx realizada por Zhukovski e, simultaneamente, questionou a aplicação da teoria de Marx à realidade russa. Michailovski inquiria o capítulo “A assim chamada acumulação primitiva” d’O capital e considerava que Marx expunha uma teoria histórico-filosófica do progresso universal. Assim, Michailovski afirmava que Marx considerava que os países seguiriam o mesmo processo de expropriação do campesinato tal como ocorreu na Inglaterra (LÖWY, 2013). E questionava também a maneira com que Marx havia tratado A. Herzen, um dos fundadores do socialismo russo – junto com Tchernichevski – na nota 9 da primeira edição alemã d’O capital. Vale ressaltar que na segunda edição d’O capital em alemão e na primeira edição em francês Marx suprime tal nota e no posfácio a segunda edição em alemão redige um vigoroso elogio a Tchernichevski.

ser depreendidos do processo de acumulação originária e do momento da produção do capital e da produção das classes sociais capitalistas que se formaram desse processo: a violência, ação, pressupostos e disputas de interesses no aparelho do Estado moderno; o surgimento das classes sociais no capitalismo; e a produção de mecanismos jurídicos que produziram a propriedade privada capitalista e suas especificidades.

Marx reforçou nesses escritos sobre a questão russa que não havia uma inevitabilidade histórica, mas uma *tendência*²³⁹ nos processos de acumulação originária do capital. Assim, seus esquemas sobre esse assunto são válidos para os países da Europa Ocidental de onde se forjou o capitalismo: originária das entranhas do feudalismo e fundamentada na ordem econômica, política e social da modernidade. O impacto das interpretações de Marx na análise sobre a Rússia pode ser compreendido, por exemplo, nas diferentes edições d'*O capital*, sobretudo na edição francesa²⁴⁰. Marx incluiu diversas passagens que revelavam o rechaço à ideia de uma fórmula geral que se aplicaria à todas as sociedades independentemente de sua formação territorial e suas especificidades sócio-históricas. Algumas dessas passagens contém elementos que justificam as argumentações de Shanin (1990), Wada (1990) e Anderson (2015) sobre as relações profundas entre a análise das comunas rurais e do campesinato na Rússia para o estabelecimento de uma análise não-etapista e não-eurocêntrica da história. Esses autores enfatizaram que a análise da acumulação originária do capital, articulada aos processos geopolíticos dos países periféricos, foi fundamental para o entendimento da formação do capitalismo na Europa Ocidental, especificamente na Inglaterra, mas não prefiguram uma interpretação unívoca do capitalismo.

²³⁹ Marx argumentou no Livro III d'*O capital* que tendência é um processo cuja realização absoluta passa a ser impedida, bloqueada, retardada e/ou enfraquecida por um conjunto de circunstâncias contrariantes. A tendência é uma noção que demonstra que o processo de produção, distribuição, circulação e consumo do capital e as formas de reprodução capitalista e distribuição da mais-valia não se realizam de forma absoluta, mas como possibilidade concreta. Essa noção auxilia na análise de uma teoria da história não-determinista em Marx. A partir da noção de tendência observamos que, para Marx, a história é um processo aberto, sem dúvida realizado pela expansão contínua do capitalismo, mas com possibilidades produzidas contraditoriamente por essa mesma expansão.

²⁴⁰ Wada (1983) notou essa importante mudança em diferentes edições da obra. Nas duas primeiras edições alemãs (1867 e 1873) e na primeira edição francesa (1872-1875), editada em fascículos). Anderson (2015) argumentou que a edição francesa contém diversas passagens adicionadas por Marx que não estão contidas na quarta edição em alemão e na esmagadora maioria das traduções d'*O capital*.

Marx argumentava, tanto na primeira quanto na segunda edição d'O capital em alemão (1867 e 1873, respectivamente), que

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres como os pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra que, por isso, tomamos como exemplo, mostra-se em sua forma clássica (MARX, [1867/1890] 1985a, p. 263)

No entanto, na primeira edição francesa (1875), este trecho foi modificado demonstrando uma outra interpretação por parte do autor:

Na história da acumulação originária, toda revolução serve de marco histórico para o avanço da classe capitalista em vias de formação, sobretudo aquela que despojada de grande parte dos seus meios de produção e de existência tradicionais, se lança ao improviso no mercado de trabalho. No entanto, a base de toda essa evolução é a expropriação dos agricultores. Esta só se realizou de forma radical na Inglaterra: esse país terá necessariamente o papel principal nesse esboço. Mas, todos os outros países da Europa ocidental percorrem o mesmo movimento, de acordo com as especificidades locais: ou se fecha em um círculo mais estreito, ou apresenta características menos pronunciadas, ou segue uma ordem de sucessão diferente.²⁴¹ (MARX [1872-1875] 2014, p. 279)

Marx transformou suas afirmações contidas n'O *capital* demonstrando, na edição francesa, que o processo descrito se atinha à Inglaterra e que tendencialmente se espalhava para a Europa Ocidental. Logo, essa mudança de uma determinação em fases sucessivas para uma tendência, inclusive com possíveis sucessões diferentes daquelas expostas sobre a Inglaterra, colocava outros caminhos para a análise da Rússia e de outras formações territoriais periféricas. Em suma, ao estudar e analisar as comunas camponesas russas e sua permanência, Marx implodiu a noção de um progresso unilinear levado à cabo

²⁴¹ Tradução do autor. No original: "Dans l'histoire de l'accumulation primitive, toute révolution fait époque qui sert de levier à l'avancement de la classe capitaliste en voie de formation, celles surtout qui, dépouillant de grandes masses de leurs moyens de production et d'existence traditionnels, les lancent à l'improvisé sur le marché du travail. Mais la base de toute cette évolution, c'est l'expropriation des cultivateurs. Elle ne s'est encore accomplie d'une manière radicale qu'en Angleterre : ce pays jouera donc nécessairement le premier rôle dans notre esquisse. Mais tous les autres pays de l'Europe occidentale parcourent le même mouvement, bien que selon le milieu il change de couleur locale, ou se resserre dans un cercle plus étroit, ou présente un caractère moins fortement prononcé, ou suive un ordre de succession différent" (MARX [1872-1875] 2014, p. 279).

pelo modo capitalista de produção. Sua interpretação caminhou para relações de coexistência e dependência entre formas sociais capitalistas e não-capitalistas. Mesmo os conceitos de cunho evolucionista, tais como “despotismo oriental” ou “modo de produção asiático”, foram superados pelas interpretações que se frutificaram ao longo das décadas de 1870 e 1880 (SHANIN, 1990; ANDERSON, 2015).

Entre 1879 e 1882, Marx realizou densas leituras, registros e anotações nos assim chamados *Cadernos Etnológicos* sobre sociedades não-ocidentais e (ditas) pré-capitalistas. De acordo com as interpretações de Hudis (2011), Marx mudou seu foco do mundo europeu para fixar suas análises na Ásia, na América Latina e no norte da África.

Shanin (1990) argumentou que em 1881 Marx passou três semanas refletindo sobre uma possível resposta para uma carta referente à comuna camponesa russa. Os esboços de tal carta concretizavam as novas interpretações marxianas sobre a questão agrária. Essa correspondência foi enviada à Marx por Vera Zasulich, militante revolucionária do movimento narodniki russo, famosa pelo atentado contra um alto funcionário do Império czarista e pertencente, à época, ao grupo Partilha Negra e futura coeditora da *Iskra* marxista. Os quatro esboços de resposta da carta que Marx enviou testemunham a intensidade do trabalho e pensamento subjacentes à tais reflexões. Marx apontou, por exemplo, que a comuna camponesa russa podia servir de ponto de partida para uma transformação socialista, transformação que poderia evitar o processo brutal de acumulação originária do capital.

Tible (2013) e Löwy (2013) constataram que, na troca de cartas entre Marx e Vera Zasulich, havia para a escrita das correspondências e dos rascunhos uma utilização constante da primeira edição francesa d'O capital. Esse fato não é um acaso: Marx utilizava essa versão em que já materializara, de forma mais desenvolvida e amadurecida, a multilinearidade do desenvolvimento da sociedade. A carta e os rascunhos de carta de Marx à Zasulich são, assim, outro momento de negação da “fatalidade histórica” do processo de separação radical entre o produtor e seus meios de produção. Vera Zasulich perguntou a Marx, na carta de 1881, sobre a possibilidade da comuna russa se organizar em um rumo socialista ou perecer e ser destruída no desenvolvimento das forças produtivas, tal como ocorreu na Inglaterra.

Nos rascunhos da sua resposta, Marx ressaltou que a ameaça de desagregação da comuna russa não é uma inevitabilidade histórica nem uma questão teórica, mas o produto da opressão estatal e da exploração por capitalistas intrusos que o Estado tornou poderosos em detrimento dos camponeses. Marx salientou, utilizando a edição francesa d’*O capital*, que

Ao tratar da gênese da produção capitalista, eu disse que, no fundo, ela é “a separação radical entre o produtor e seus meios de produção” e que “a base de toda essa evolução é a expropriação dos agricultores. Ela só se realizou de um modo radical na Inglaterra [...]. Mas todos os outros países da Europa Ocidental percorrem o mesmo processo”. *Portanto restringi expressamente a “fatalidade histórica” desse movimento aos países da Europa Ocidental. (...) Para expropriar os agricultores não é necessário escorraçá-los de sua terra, como se fez na Inglaterra e em outras partes; tampouco é necessário abolir a propriedade comum mediante um ucasse.* (MARX, [1881] 2013, p.88-96, sem grifos no original).

Quando Marx ressaltou o termo “fatalidade histórica” fez referência à carta de Vera Zasulich em que ela mencionou “(...) a teoria da necessidade histórica de que todos os países do mundo passem por todas as fases da produção capitalista” (ZASULITCH, [1881] 2013, p.80). Marx posicionou-se, principalmente a partir da década de 1870 e do aprofundamento de suas reflexões sobre a comuna russa, reiteradamente contrário à essa formulação etapista, ressaltando que existiam diferentes formas de produzir a história. Marx inclusive enfatizava que o desenvolvimento do capitalismo podia ser compatível com a permanência dos camponeses na terra.

A noção de *tendência* em Marx novamente apareceu no segundo esboço de correspondência para Zasulich. Ao refletir sobre a hipótese do desenvolvimento da propriedade privada capitalista da terra na Rússia e sobre a possibilidade de expropriação da grande maioria dos camponeses russos, Marx (2013, [1881] p.104) afirmou que “o precedente da Europa Ocidental não provaria absolutamente nada”. A comparação efetuada por Marx entre as condições da Europa Ocidental com o panorama russo oferece-nos uma evidência bastante convincente contra as suposições de que seus escritos estivessem deformados por uma concepção unilinear do desenvolvimento sócioeconômico²⁴². Aliás, mesmo quando se referiu ao

²⁴² É importante ressaltar também que o Prefácio de 1882 à edição russa do *Manifesto Comunista* é mais um indício que confirma a interpretação apresentada da história como um processo aberto e não como uma determinação mecânica do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo de forma homogênea em todas as partes do mundo. Além disso, é uma prova da ajuda de Marx e Engels aos narodniki quanto às interpretações acerca da questão agrária russa. Marx e Engels

contexto ocidental, Marx jamais afirmou que o modo de inserção e desdobramento do sistema capitalista figuraria em todas as nações como um retrato fiel ao “modelo” inglês. De acordo com a interpretação de Shanin (1990) acerca dessas cartas e esboços de 1881, pode-se constatar que para Marx

Uma vitória revolucionária oportuna poderia converter a comuna russa em um importante “veículo de regeneração social”. Um “ponto do qual a sociedade contemporânea poderia partir” e um marco de origem popular para “o trabalho cooperativo em grande escala” e para o uso da “maquinaria moderna”. Além disso, isso faria de alguns países eminentemente camponeses “nesse sentido, superiores às sociedades onde impera o capitalismo”. E por isso efetivamente “o precedente ocidental aqui não prova nada”. E também, “o fato não é um problema que deve ser resolvido, mas simplesmente um inimigo que deve ser derrotado (...) para se salvar a comuna russa é necessário uma Revolução Russa” (SHANIN, 1990, p.34).

Na interpretação de Shanin (1990) sobre os rascunhos da carta em questão estão contidos elementos centrais para o entendimento da virada metodológica e política marxiana: ele observou a possibilidade da comuna camponesa rural se transformar em veículo da regeneração social do território que se encontrava sob o domínio czarista, o estabelecimento da comuna camponesa como ponto de partida para a transformação social e a necessidade de uma Revolução Russa advinda do campo e protagonizada pelos camponeses. O argumento de que o precedente ocidental não prova nada na Rússia, assim, possibilitava uma interpretação não-etapista e não-evolucionista das sociedades que realizam outras formas de desenvolvimento do capitalismo.

As análises realizadas por Marx sobre a Rússia entre 1877 e 1882 demonstraram que foi a partir desse momento que o autor se distanciou da unilateralidade demonstrada em diversas passagens do *Manifesto Comunista*. Marx enfatizava em tais escritos a possibilidade de sociedades não-capitalistas “saltassem” diretamente ao socialismo partindo da organização e das formas históricas, sem passar necessariamente pelo capitalismo. A maior parte dos escritos

([1882] 2013, p. 125) afirmam que “O Manifesto Comunista tinha como tarefa a proclamação do desaparecimento próximo e inevitável da moderna propriedade burguesa. Mas na Rússia vemos que ao lado do florescimento acelerado da velhacaria capitalista e da propriedade burguesa que começa a desenvolver-se, mais da metade da terra é posse coletiva dos camponeses. O problema agora é: poderia a obchtchina russa (...) transformar-se diretamente na propriedade comunista? Ou, ao contrário, deveria antes passar pelo mesmo processo de dissolução que constitui a evolução histórica do Ocidente? Hoje em dia, a única resposta possível é a seguinte: se a revolução proletária constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma revolução comunista”.

sobre a Rússia no período enfatizavam a necessidade e a possibilidade de uma profunda transformação e mesmo uma *Revolução Russa* advinda do campo.

As mudanças na perspectiva marxiana foram realizadas em diálogo com os narodniki revolucionários russos que foram, inclusive, os primeiros a problematizar o capitalismo europeu e verificar o “desenvolvimento irregular” de sociedades como a russa. Entretanto, essa tradição foi silenciada, ocultada e esquecida. Veremos, no próximo item, a formação do socialismo russo e a análise sobre a via de desenvolvimento russo interpretada pelos narodniki.

3.4. O DESENVOLVIMENTO IRREGULAR DA RÚSSIA: PRÁXIS NARODNIKI, CAMPEPINATO E QUESTÃO AGRÁRIA

Ao longo do século XIX, sobretudo a partir de 1825, a Rússia czarista atravessou um conjunto de turbulências políticas, econômicas e sociais que colocaram em xeque as bases do Império e sua *estabilidade conservadora* (ENGELS, 2013 [1875]). A morte repentina do czar Alexandre I, que permaneceu no trono entre 1801 e 1825, e a instabilidade no processo de coroamento do novo soberano propiciaram as condições para a insurreição de nobres e militares. Organizados em sociedades secretas, os dezembristas, conforme ficaram conhecidos, reivindicaram mudanças no sistema político inspirando-se em ideias iluministas e na Revolução Francesa (KONDRATIEVA, 1989). A brutal repressão levada a cabo por Nicolau I (monarca entre 1825 e 1855, firmemente absolutista e autocrático), inicialmente centralizada nos insurgentes, rapidamente se espalhou para toda sociedade e marcou, simultaneamente, o fim das “revoltas de palácio” na Rússia. Esse foi o primeiro grande movimento contestatório contra o czarismo com participação ativa das elites e, nos termos da historiografia soviética, o surgimento da assim chamada “grande tradição revolucionária russa” demonstrada por um processo de ruptura com a ideologia do poder e o germe da radicalização das insurgências (AMACHER, 2013).

Após a repressão da revolta dezembrista e a interdição de toda a atividade e reflexão política pública, a *intelligentsia* russa buscou no idealismo alemão o refúgio à opressão imperial. Autores como J. G. Fichte, F. W. J. Schelling e G. W. F. Hegel e as noções de “vida ideal”, “Espírito absoluto” e “conhecimento total” figuraram cotidianamente nos discursos e nos escritos dos jovens ilustrados russos (VENTURI, 1972). No final da década de 1830, entretanto, os debates paulatinamente

convergir para o questionamento do destino nacional, do lugar da nação e do papel da Rússia no processo histórico do “desenvolvimento universal”. As respostas para essas questões dividiram as classes sociais ilustradas produzindo uma importante controvérsia (e uma verdadeira disputa ideológica) entre duas vertentes de interpretação sobre os rumos do desenvolvimento da Rússia: os *ocidentalistas* e os *eslavófilos* (VENTURI, 1972; FERNANDES, 1982; AMACHER, 2011). Os *ocidentalistas*²⁴³, fortemente influenciados pela filosofia hegeliana, argumentavam que para integrar a Rússia ao conjunto de “nações históricas” o país deveria se articular à via europeia de desenvolvimento. Eles faziam o elogio às reformas implementadas pelo czar Pedro, o Grande (1689-1725), como realizador de rupturas fundamentais com a Rússia atrasada, que propiciaram o alvorecer das potencialidades reprimidas no Império. O discurso dessa vertente filiava-se ao racionalismo ocidental e articulava “ocidentalização”, “progresso”, “liberdade” e “razão” interpretados como partes que conduziriam a Rússia na marcha rumo ao modelo de desenvolvimento europeu. Todavia, suas diretivas práticas limitavam-se, fundamentalmente, à valorização da atividade artística, filosófica e literária. Assim, na busca da compreensão dos destinos “históricos” da nação russa, diversos “ocidentalistas” buscaram o exílio na Europa Ocidental. A produção intelectual dos emigrados (V. G. Belinski e Bakunin; Herzen, sobretudo) foi, como veremos, decisiva nos modos de pensar e agir da *intelligentsia* e dos movimentos revolucionários na Rússia.

Já os *eslavófilos*²⁴⁴, tributários da obra de Schelling e do romantismo alemão, reivindicavam um desenvolvimento nacional próprio e uma via particular para a Rússia. Eles argumentavam sobre a superioridade dos princípios russos simbolizados pela “harmonia” e pela “unidade” das tradições em contraste com o Ocidente “decadente” e “materialista”. Os *eslavófilos* afirmavam que a comunidade camponesa e o *mir* eram exemplos da unidade harmoniosa entre os homens e a forma de vida autenticamente russa. A Rússia antiga, vista como um Grande *Mir*, era o exemplo de igualdade, coletividade e de forma direta de governo pelo povo-nação. Uma comunidade livre do arbítrio de vontades externas, unida no trabalho, nos ritos

²⁴³ Os principais *ocidentalistas* foram M. A. Bakunin, A. I. Herzen, V. G. Belinski, N. V. Stankevitch, V. P. Botkin, N. P. Ogarev e T. N. Granovski.

²⁴⁴ Os principais representantes dessa vertente foram A. S. Khomiakov, I. V. Kireevski, P. V. Kireevski, I. S. Aksakov, K. S. Aksakov e I. F. Samarin.

da Igreja católicas ortodoxa, nas festas religiosas e no respeito à autoridade (FERNANDES, 1982; AUNOBLE, 2008).

Conforme argumentavam Venturi (1972) e Amacher (2011), apesar da divergência de princípios, haviam diversos pontos em comum entre os ocidentalistas e os eslavófilos, sobretudo evidenciados pelo forte nacionalismo, pela euforia patriótica dos discursos e pela preocupação com os desafios impostos à realidade do país. Ambas as correntes almejavam uma Rússia forte e criticavam a servidão e a situação dos camponeses. Constatase, portanto, que foi a partir dessas tensões e convergências ideológicas que perspectivas de transformação social em relação à ordem estabelecida foram gestadas.

Na década de 1840, as ideias socialistas começaram a circular pela Rússia czarista apesar da incisiva censura, e deslocaram a primazia da filosofia idealista alemã. Coetaneamente à Europa, mas em condições bastante mais repressivas, o socialismo se desenvolveu na clandestinidade e seus partidários, inicialmente reunidos em pequenos grupos e círculos de leitura e agitação política, foram submetidos à forte repressão. O socialismo russo surgiu como um fio vermelho que mobilizou a *intelligentsia* ante a “falsa encruzilhada” (FERNANDES, 1982) dos ocidentalistas fascinados pelo progresso europeu. Eles criticavam o fatalismo histórico, os costumes e tradições czaristas, a formação econômico-social russa e as teorias dos eslavófilos imersos em um romantismo conservador, defensor de um resgate cristalizado e imobilizado do passado. De acordo com Shanin (1990b), o socialismo russo representado pelos narodniki desafiou articuladamente a fé eslavófila da especificidade inata (ou mesmo de uma supremacia intrínseca) da Rússia e de seu campesinato e criticou a confiança ocidentalista na propagação liberal do capitalismo ocidental europeu como futuro brilhante para a Rússia. Eles produziram uma interpretação original (ou vernácula, na instigante e provocadora interpretação de Shanin, 1990c) da transformação social, da revolução e seus destinos na Rússia. Ou, em termos do século XX, questionaram o lugar da periferia do capitalismo (e do processo de periferização de determinadas frações do território e regiões) as possibilidades de revolução em sociedades ditas atrasadas, subdesenvolvidas ou terceiro-mundistas e a construção da utopia revolucionária e pós-revolucionária nas regiões periferizadas pelo desenvolvimento do capitalismo.

As análises de Herzen (1851) e Tchernichevski (1990 [1859]; 2000 [1863]) são as fontes teóricas centrais para a radicalização do narodismo. Jovens

universitários, círculos clandestinos de leitura socialista e parte da nobreza ilustrada e inquieta com a Rússia czarista encontraram nesses autores referências para um engajamento social, para a mobilização política e para o estabelecimento de relações reais entre a intelligentsia e o povo, em especial as massas camponesas.

A obra de Alexandre Herzen (1812-1870) foi fundamental para a adaptação do socialismo à realidade russa (FERNANDES, 1982; WADA, 1990; VENTURI, 1972; AMACHER, 2011). Ele iniciou o curso de Física e Matemática na Universidade de Moscou em 1829 e rapidamente se interessou pela filosofia alemã, particularmente por Schelling, participando de círculos de leitura sobre questões sociais e políticas europeias e se aproximando das ideias de Saint-Simon e Fourier. Preso em 1834 e condenado ao exílio duas vezes (em 1834 e 1841), Herzen se aproximou dos ocidentalistas e se iniciou nas análises de Hegel e nas reflexões dos socialistas franceses, especialmente Proudhon. Emigrou para o Ocidente em 1847 dragado pelo idealismo e absorvido pela dialética hegeliana. Ao aportar em Paris, capital da “liberdade de pensamento”, dos “direitos do homem” e da “República”, ele se defrontou com a instituição da ordem burguesa em seu funcionamento real e desigual, com as contradições mais desenvolvidas do capitalismo da Europa Ocidental e com o esgarçamento dos valores democráticos e sociais. Herzen participou das jornadas de junho de 1848 e se deparou com a repressão aos movimentos populares. Circulando pela Alemanha, Hungria e Itália constatou a reprodução das mesmas desigualdades. Ao se instalar definitivamente em Londres, a partir de 1852, descreveu a miséria dos bairros proletários e a tragédia social disseminada pela cidade. A desesperança com a Europa, demonstrada em seus escritos a partir da década de 1850, propiciou outro olhar em relação à Rússia, principalmente sobre a comunidade camponesa (AMACHER, 2011). Em outras palavras, Herzen articulou sua perspectiva ocidentalista a certos elementos caros à interpretação eslavófila, produzindo um *détour* em ambas as reflexões. Herzen (1851) argumentava

Nós não profetizamos nada, mas nós não acreditamos mais que o destino da humanidade esteja restrito à Europa Ocidental. Se a Europa não se despertar para uma transformação social, outros países o farão. Há inclusive aqueles que já estão prontos para esse movimento, enquanto outros se preparam. (HERZEN, 1851, p.VIII)

Herzen argumentava também que a ausência de propriedade privada com redistribuição periódica da terra entre os camponeses seria um indício de socialismo

já desaparecido nos países ocidentais europeus²⁴⁵. A *obchtchina* poderia ser a base de construção do socialismo russo e a partir dela poderia surgir mais rapidamente, e menos dolorosamente, o socialismo, apoiado em princípios igualitários e coletivistas dos camponeses russos. Os valores morais da vida social presentes no seio do povo permitiram com que Herzen argumentasse sobre as possibilidades de realização do socialismo sem a necessidade de se passar pela via capitalista e burguesa. Ao contraste entre o Oeste, figurando o progresso, e o Leste, a imagem acabada do atraso, Herzen contrapôs “uma outra alternativa cujos sinais valorizavam as potencialidades revolucionárias do lado oriental: o ‘atraso’ da Rússia significaria também a sua ‘juventude’” (FERNANDES, 1982, p. 26).

Tchernichevski (1828-1889) foi outra referência maior para a compreensão do socialismo russo e sua reflexão foi fundamental para o processo de radicalização dos movimentos que almejavam a transformação da sociedade russa. Familiarizado com a filosofia alemã de Hegel e Schelling, influenciado pelas reflexões de Feuerbach e de Fourier, ele estudou Filosofia e História na Universidade de São Petersburgo (1846-1850) e foi posteriormente professor na instituição. Defendeu uma tese sobre *As relações estéticas da arte com a realidade*, na qual criticou a teoria da estética hegeliana. Entre 1853 e 1862 publicou diversos artigos no periódico *O Contemporâneo* (*Sovremennik*), considerado o diário mais radical da Rússia no período, nos quais se manifestava sobre os problemas econômicos e sociais russos com especial atenção para a comuna camponesa. Em 1859, em sua análise dos preconceitos filosóficos contra a propriedade comunal, Tchernichevski expressou a crítica ao excepcionalismo russo apregoado pelos eslavófilos e também se manifestou contrariamente àqueles inspirados na filosofia alemã que consideravam a propriedade privada como estágio superior do desenvolvimento histórico da sociedade.

Difícilmente encontraríamos um adversário da propriedade comunal que não repetiria junto aos demais que: “a propriedade comunal é uma forma primitiva da relação com a terra, enquanto que a propriedade privada da terra é uma segunda fase; como então não preferir a forma mais elevada à forma inferior?”. Para nós, entretanto,

²⁴⁵ Herzen enfatizava que: “a comuna rural russa subsiste desde tempos imemoriais e as formas são bastante parecidas entre todas as tribos eslavas. (...) a terra ainda pertence à comunidade e não aos seus membros em particular. Cada membro da comunidade possui o direito inviolável de adquirir a mesma quantidade de terra, essa terra lhe é dada como posse ao longo de sua vida ele não pode nem tem necessidade de transmiti-la por hereditariedade. Entretanto, seu filho em idade adulta tem o direito de reclamar na comuna uma parcela de terra em doação” (HERZEN, 1851, p. 172).

há algo estranho nessa argumentação. Muitos dos adversários da propriedade comunal são seguidores da nova filosofia alemã; alguns se alardeiam como schellinguanos, outros se apoiam na escola hegeliana. Então, o que nos intriga, acerca desses intelectuais, é como não compreenderam que enfatizando a natureza primitiva da propriedade, mostravam precisamente um aspecto que favorece a propriedade comunal, todos aqueles que estão familiarizados com a filosofia alemã entendem a continuidade das formas nos processos de desenvolvimento mundial. (...) por sua forma, a fase superior do desenvolvimento se assemelha a fonte do qual provém. (TCHERNICHEVSKI, [1859] 1990, p.234-235)

Para além da escolha entre propriedade comunal e propriedade privada, Tchernichevski argumentava sobre a permanência da comuna rural em sua forma e mesmo a continuidade de determinados conteúdos comunais em uma fase dita superior. Ele havia exposto tais reflexões durante os turbulentos anos de 1850 na Rússia, momento em que se instaurava uma profunda crise no Estado russo, estremecido por recorrentes, porém ainda pouco articuladas, insurreições camponesas, e abalado pela derrota na Guerra da Criméia (1853-1856) diante da Turquia. Em 1855, com a morte de Nicolau I e a ascensão ao trono do seu filho Alexandre II (governante entre 1855-1881), o czarismo relativamente enfraquecido politicamente introduziu certo afrouxamento do controle sobre a *intelligentsia*, ampliando as concessões para viagens e estudos no exterior, concedendo maior autonomia às universidades e permitindo a circulação de periódicos e revistas. Em 19 de fevereiro de 1861, o Império russo promulgou a abolição da servidão, a mais importante entre as reformas instauradas pelo czar. Alexandre II demonstrava desde 1856 a intenção de proclamar a emancipação dos servos afirmando aos nobres russos que a servidão não poderia durar eternamente, sendo preferível uma abolição pelo “alto”, realizada pelo Estado, do que por baixo, ou seja, obtida por meio de revoltas e levantes camponeses. Longe de demonstrar benevolência, o ato que outorgou a liberdade para mais de 23 milhões de servos e o reconhecimento de propriedade das comunas camponesas sobre cerca de metade das terras aráveis russas (FERNANDES, 1982; AUNOBLE, 2008) evidenciava os mecanismos perversos do reformismo conservador e as limitações para uma emancipação camponesa nos marcos do absolutismo. Em primeiro lugar, a libertação do campesinato da servidão foi executada pelos comitês provinciais que eram exclusivamente dominados pelos proprietários de terra e os embargos na execução da lei foram recorrentes (VENTURI, 1972; AMACHER, 2011). Em segundo lugar, foi imposto aos camponeses o pagamento de uma indenização parcelada, vultosa e

longeva (cerca de 49 anos), devida ao Estado, que a repassou à aristocracia agrária, tornando as comunas dependentes de mecanismos de exploração econômica (FAURÉ, 1979; FERNANDES, 1982).

O descontentamento camponês frente à forma com que foi implementada tal “libertação” se efetivou rapidamente em revoltas reclamando imediatamente, e sem indenizações, terra e liberdade. Tais insurreições camponesas foram severamente reprimidas. A *intelligentsia* também se mobilizou para criticar a reforma denunciando seu caráter insuficiente e conservador. Entre 1861 e 1862 foram difundidas profundas críticas através de periódicos, livros e brochuras ilegais, com Tchernichevski na linha de frente, que exprimiam a insatisfação com a reforma conduzida pelo Estado, denunciavam o conservadorismo das medidas e afirmavam que uma transformação política e social na Rússia seria inevitável.

A década de 1860 foi marcada, portanto, pelo surgimento da assim chamada era das proclamações revolucionárias (VENTURI, 1972): a questão das reais necessidades do povo se constituiu como inquietação central da *intelligentsia* russa que ansiava por transformações profundas. “Sem terra o povo não vive!”, “Não se pode deixar os camponeses sem terras, pois ela lhes pertence!” foram algumas das chamadas do jornal clandestino *O Sino [Kolokol]*, de inspiração narodnik, entre julho de 1861 e janeiro de 1862 (AMACHER, 2011). Terra e liberdade para os camponeses, aquisição de terra pelo campesinato sem o pagamento de indenizações, instauração de um poder autônomo constituído a partir da comuna camponesa e eleições democráticas e livres nos distritos rurais foram algumas das demandas que fermentaram corações e mentes na direção da articulação entre a *intelligentsia* e o povo. A empatia e o entusiasmo frente à resistência e às marcas socialistas do campesinato e sua organização, os elos ancestrais entre a terra e a natureza verificados na comuna rural, a obchtchina como a base para a construção do socialismo e a força do caráter, da moral e do comunitarismo camponês exerceram um fascínio na *intelligentsia*, sobretudo em jovens estudantes que ensejavam um caminho de melhor conhecer e “ir ao povo”. Em um misto inicial de certo idealismo articulado à firme esperança na construção do socialismo agrário, os narodniki começaram a radicalizar suas pautas políticas e realizar sua práxis.

3.4.1. Pensamento, ação e esquecimento de uma tradição revolucionária: os narodniki revolucionários na Rússia

A tradição revolucionária representada pelos narodniki - também conhecida como populismo²⁴⁶ -, originada na Rússia durante o século XIX é reconhecida como uma das mais importantes vertentes de reflexão, crítica e ação direta contra o absolutismo e a autocracia czaristas, defensores do campesinato como uma classe potencialmente revolucionária e o maior movimento socialista russo do período.

Inicialmente se impõem dois desafios para a realização da empreitada de compreensão dessa tradição: o primeiro envolve a crítica ao caráter impreciso do uso do termo *populismo* para a identificação da tradição narodnik e, articuladamente, uma definição da natureza específica e dos conteúdos revolucionários de seu ativismo político e de sua análise social. Já a segunda tarefa, ainda como prerrogativa para o desenvolvimento de uma análise contundente sobre o movimento (quanto à história, à mobilização prática das reflexões teóricas, à potência da ação direta e suas limitações), refere-se à compreensão das razões de seu esquecimento, mescla de deturpação, estereotipação e forte repressão aos militantes e sua práxis.

O termo populismo na Rússia imperial apresentava um caráter fortemente generalizador. Havia ampla heterogeneidade entre os diversos usos do verbete narodnik, que variavam desde um terrorista revolucionário até um proprietário de terras filantropo (SHANIN, 1990b), e diversas organizações que se reivindicavam como narodniki pertenciam aos mais variados tons do espectro político (VENTURI, 1972). Mesmo entre os grupos com características revolucionárias haviam profundas divergências quanto às formas de organização política, às práticas e táticas

²⁴⁶ A disseminação do termo “populismo” (*narodnitchestvo*, de *narod*, o povo), dentre outros motivos que serão desenvolvidos ao longo dessa análise, refere-se diretamente à crítica realizada pelos militantes bolcheviques, especialmente V. I. Lenin, a partir da década de 1890, quanto à amplitude da aliança de classe proposta pelos narodniki e devido à sua pujante capacidade de diálogo com os camponeses, ampla aceitação popular e primazia política na organização da luta no campo. Assim, em termos gerais, a denominação *narodnitchestvo* reivindicada pelos narodniki advinha de uma acepção de “povo” e de uma noção de “popular” que articulava as necessidades reais emanadas do povo - sobretudo do campesinato, ampla maioria da população russa na segunda metade do século XIX - com a profunda transformação política, social e econômica realizada pelo próprio povo. Ao passo que o termo *populismo* foi utilizado pelos bolcheviques como uma alcunha pejorativa que associava diretamente os termos “popular” e “populismo” a vulgar, proselitismo e reformismo ou, no limite da difamação bolchevique, tendencialmente um movimento ou conjunto de atitudes e práticas antirrevolucionários. Nesse sentido, optamos nessa reflexão pela utilização dos termos narodnik (e a forma de declinação do plural em russo, narodniki) ao invés de “populista”, e narodismo em detrimento de “populismo”.

desenvolvidas e à natureza histórica, política e filosófica do desenvolvimento da revolução na Rússia. O movimento narodnik não foi, portanto, um bloco monolítico. Ele apresentava diversas correntes e agrupamentos, especificidades em relação ao contexto histórico e ao lugar de organização dos grupos em particular²⁴⁷.

Na busca pelas características fundamentais dessa tradição socialista revolucionária, realizou-se um percurso de retomada dos autores que foram referências fecundas para o movimento, em uma trajetória que perpassou as análises de A. I. Herzen (*Sobre o desenvolvimento das ideias revolucionárias na Rússia, 1851*), considerado fonte original da tradição, com obras conhecidas e respeitadas pelos socialistas europeus; os escritos radicalmente revolucionários de N. G. Tchernichevski (*Crítica dos preconceitos filosóficos contra a propriedade comunal, 1859; As cartas sem direção, 1862 e O que fazer?, 1863*); os textos anarquistas sobre a revolta popular e o federalismo de M. A. Bakunin (*O Nosso Programa, redigido junto com N. I. Jukovski em 1868 e Estatismo e anarquia, 1873*); as brochuras e artigos de propaganda das ideias socialistas de P. L. Lavrov (*Avante!, 1873*); e as análises econômicas e filosóficas da necessidade de transformação da Rússia de N. K. Mikhailovski (*O que é o progresso?, 1869*) e N. F. Danielson (*Sobre a nossa economia nacional desde a Reforma, 1893*). Além disso, foi de fundamental importância analisar as polêmicas, diálogos, convergências e críticas desenvolvidas por meio de escritos, correspondências e esboços sobre a questão russa que envolveram K. Marx e F. Engels com militantes e intelectuais narodniki, tais como P. N. Tkatchov, V. I. Zaslitch, parte dos *narodovoltsy* (militantes do partido A Vontade do Povo) e os supracitados Mikhailovski e Danielson, entre 1874 e 1895. Outro momento fulcral correspondeu à leitura crítica dos programas dos partidos Terra e Liberdade (o primeiro *Programa de Terra e Liberdade, 1876*; o segundo *Programa de Terra e Liberdade, 1878* e o *Esboço de projeto de Estatuto de Terra e Liberdade, 1878*) e A Vontade do Povo (*Programa do Comitê Executivo, 1879-1880; O programa tático: o trabalho preparatório do Partido,*

²⁴⁷ Uma outra imprecisão, de natureza conceitual e geopolítica, refere-se às enormes diferenças entre os narodniki russos e o uso do termo populismo na América Latina. Fernandes (1982) constatou que enquanto os narodniki se caracterizavam como um movimento que se fazia em oposição ao Estado, dirigido ao campesinato, com intensa participação dos intelectuais e que propunha um programa revolucionário e socialista, o populismo latino-americano se realizou a partir do Estado, dirigido, sobretudo aos trabalhadores urbanos, capitaneado por caudilhos e baseado em um reformismo dentro dos quadros do capitalismo. Ressalta-se, assim, que a associação direta entre o assim chamado populismo revolucionário russo e o populismo latino-americano, além de um equívoco conceitual e geopolítico, é também um exemplo de profundo anacronismo.

1880; *Programa da Organização Operária d'A Vontade do Povo*, 1881; *Programa da Organização Militar-Revolucionária*, 1881 e o *Programa da Fração Terrorista do Partido A Vontade do Povo*, 1887), bem como alguns artigos de jornais clandestinos e relatos de memórias de militantes de movimentos como os tchaikovttsy (*Os tchaikovttsy – esboços de uma história, por um dentre eles, 1869-1872*, 1880) e de outros que compuseram diversas organizações políticas como P. A. Kropotkin²⁴⁸ (*Memórias de um revolucionário – em torno de uma vida*, 1898), V. I. Zasulitch (*O caso Netchaiev e Recordações do atentado contra Trepov*, ambos de 1919), E. N. Kovalskaia (*Autobiografia*, 1916), O. Loubatovitch (*O próximo e o distante. Recordações da vida dos revolucionários dos anos 1878-1881*, 1906) e V. N. Figner (*Memórias de uma revolucionária*, 1930)²⁴⁹.

Diante dessas referências realizamos nesse item uma primeira síntese teórica de tais reflexões, e assim, objetivamos analisar a formação do socialismo russo e três organizações que demonstravam a radicalização e as propostas revolucionárias dos narodniki e sua profunda relação com o campesinato e com a questão agrária, quais sejam: 1) os tchaikovtsky (1869-1873), disparadores da chamada “ida ao povo” em 1874, momento fundamental do reconhecimento prático dos problemas agrários russos; 2) Terra e Liberdade (*Zemlia i Volia*), primeiro partido revolucionário da Rússia, organizador da cultura socialista da agitação e da tomada de consciência

²⁴⁸ Piotr Kropotkin nasceu em 1842 em uma família de ricos aristocratas nobres e estava destinado à carreira militar. As cartas trocadas com o irmão Alexandre demonstram que já no início da década de 1860 as inquietações e necessidade de ação junto ao povo o mobilizaram a largar a vida aristocrática e o militarismo (KROPOTKIN, 1989 [1898]). Nesse período, ele estabeleceu os primeiros contatos com textos de militantes e intelectuais narodniki e interessou-se pela Geografia, realizando explorações científicas na Sibéria entre 1862 e 1866, que o puseram em contato com a realidade social e territorial russa e o mobilizaram a produzir suas primeiras reflexões geográficas de caráter abrangente e materialista (VENTURI, 1972). Sua indignação frente às condições sociais do povo russo e o estabelecimento de contatos com a Federação do Jura, seção anarquista suíça (expulsa) da Primeira Internacional em 1872, o fizeram se engajar no grupo revolucionário dos tchaikovtsky. Preso em 1874, ele escapou em 1876 e se refugiou na Suíça. Em 1877 conheceu Élisée Reclus e contribuiu enormemente com a *Géographie Universelle* do geógrafo anarquista francês. Durante a Primeira Guerra Mundial, Kropotkin foi criticado pelos anarquistas antimilitaristas devido a sua tomada de posição em favor dos Aliados. Em 1917 ele retornou à Rússia e participou ativamente dos movimentos libertários nos primeiros anos da Revolução Russa. Seu funeral em 1921 é considerado a última manifestação libertária pública e de massa na União Soviética, com a presença de mais de 20 mil pessoas, incluindo Emma Goldman e Alexander Berkman. Na Geografia, o pensamento de Kropotkin (além de E. Reclus) é considerado por Oliveira (2004) como a raiz materialista e dialética da formação da Geografia como ciência, muitas vezes negligenciado pela historiografia da história da Geografia.

²⁴⁹ As análises realizadas por Rubel (1947), Venturi (1972), Fauré (1978), Fernandes (1982), Walicki (1984), Shanin (1990b; 1990c), Wada (1990), Malagodi (2005), Aunoble (2008), Amacher (2011; 2013), Löwy (2013), Bâton (2013) e Anderson (2015) foram fontes complementares primordiais e efetivaram reflexões fundamentais sobre os narodniki, os movimentos revolucionários russos no século XIX e XX e as tensões e aproximações entre o socialismo russo, Marx e os marxismos.

conectada às organizações políticas no campo e com atividades entre 1876 e 1878 até o seu fracionamento interno; e 3) A Vontade do Povo (*Narodnaia Volia*) fração revolucionária resultado da partilha do partido Terra e Liberdade que revela a potência da ação direta e da reflexão narodnik acerca da multiplicidade de vias sociais de desenvolvimento e das especificidades do “capitalismo atrasado” dentro do marco mundial e histórico entre 1879 e 1881, permanecendo como a principal influência política russa até 1887 (SHANIN, 1990c).

Apesar das grandes diferenças de organização social e atividade política empreendida por esses movimentos e partidos, a vertente revolucionária dos narodniki apresentava algumas características fundamentais. A primeira delas era a *valorização da práxis* em uma verdadeira articulação entre os indivíduos ativos dos meios intelectuais com a comunidade de valores igualitários organizados pelos camponeses, buscando, assim, a reconciliação entre a política e a moral, a literatura e a ação histórica e entre a teoria e a prática (FERNANDES, 1982).

Tal práxis se realizou a partir de uma aproximação com o campesinato, com as demandas sociais camponesas, com o entendimento profundo da vida cotidiana no campo e com os dilemas da questão agrária russa, sobretudo após a abolição da servidão em 1861, visto que os narodniki compreendiam que os camponeses seriam a base para a transformação socialista da sociedade. Em suma, *o campesinato era compreendido como uma classe potencialmente revolucionária* (TERRA E LIBERDADE, 1979 [1878]; A VONTADE DO POVO, 1990 [1880]). Paulatinamente, os revolucionários realizaram também parte importante das agitações políticas nas grandes cidades junto ao operariado com a firme convicção de que o proletariado se originava do campesinato, que era expropriado devido às políticas levadas a cabo pelo Estado czarista. O proletariado russo tinha, portanto, alma camponesa e devido à sua experiência de expropriação compreendia a necessidade da guerra de classe dos trabalhadores russos (camponeses, operários e intelectuais) contra o Estado czarista.

Para os narodniki, a comuna camponesa (*obchtchina*) e o *mir* (a comunidade reunida em assembleia, que significava também em russo “paz” e “mundo”) demonstravam a sobrevivência e a resistência da organização social do “comunismo primitivo”, ou seja, as marcas transhistóricas de uma sociedade não classista. Dessa forma, *a comuna camponesa era prova da tradição coletivista da maioria do povo russo que permanecia viva mesmo com as recorrentes tentativas de sua supressão*

ou transformação capitalista pelo Estado. Apesar de não mais se estabelecer na totalidade do campo russo, em meados do século XIX sua presença era significativa e seria ponto de apoio estratégico para a organização revolucionária no presente e para o desenvolvimento do socialismo no futuro (VENTURI, 1972; SHANIN, 1990b). A permanência da distribuição igualitária de terras em função das necessidades dos camponeses, a propriedade comum das florestas, bosques e fontes d'água, a socialização de problemas e dificuldades cotidianas, a tomada de decisão coletiva em assembleias comunitárias e a própria moral camponesa eram algumas das marcas socialistas da *obchtchina* (TERRA E LIBERDADE, 1979 [1876]; TERRA E LIBERDADE, 1979 [1878]; A VONTADE DO POVO, 1990 [1880]).

Devido ao processo de desagregação da comuna camponesa e do *mir*, que se acentuavam com o estabelecimento das formas capitalistas, os revolucionários narodniki se dividiam entre os que compreendiam que havia urgência na transformação social (HERZEN, 1851) e política (TCHERNICHEVSKI, 2000 [1863]) radical (TERRA E LIBERDADE, [1979 1878]) com a interrupção imediata do desenvolvimento do capitalismo na Rússia (A VONTADE DO POVO, 1990 [1880]), sobretudo no campo (TKATCHOV, 1982 [1874]; DANIELSON, 1982 [1893]), e aqueles que afirmavam a necessidade da propaganda (OS TCHAIKOVTSY, 2013 [1880]; TERRA E LIBERDADE, 1979 [1876]), lenta, porém efetiva (PARTILHA NEGRA, 1972 [1880]) para uma revolução social com base camponesa (LAVROV, 1982 [1873]).

Os narodniki compreendiam que as especificidades internas da Rússia associadas à situação do país no contexto mundial prefiguravam que esta *seguia uma via de desenvolvimento diferente daquela trilhada pelo capitalismo na Europa Ocidental*. Nesse sentido, os narodniki rechaçavam os “custos sociais” do assim chamado progresso capitalista e consideravam que a única medida efetiva do progresso social era a igualdade e o incremento do nível de vida dos trabalhadores russos (SHANIN, 1990b). O desenvolvimento irregular da Rússia, apesar da condição de desvantagem frente às nações burguesas da Europa Ocidental, permitiria e efetivamente possibilitaria “saltos revolucionários” por meio dos quais o relativo atraso poderia ser convertido em verdadeira *vantagem revolucionária* (SHANIN, 1990b). Assim, conforme a práxis narodnik, uma revolução social contra a opressão czarista protagonizada pelo campesinato com participação de operários e de intelectuais seria um salto possível.

As formas de organização política internas também variavam conforme o contexto político, as condições históricas e o lugar de origem da fração do movimento narodnik. Todavia, pode-se constatar que tais estruturas de organização demonstravam um amadurecimento político das estratégias e da práxis dos militantes e a radicalização dos movimentos socialistas russos (e também da violência do Estado), que foram desde um idealismo radical espontâneo (OS TCHAIKOVTSY, 2013 [1880]) até a organização em partido clandestino (TERRA E LIBERDADE, 1979 [1876]), centralizado e hierarquizado (A VONTADE DO POVO, 1990 [1879-1880]); desde a propaganda pacífica, da educação metódica e lenta das massas (LAVROV, 1982 [1873]) até a ação direta na luta contra o terrorismo de Estado (FIGNER, 1930); desde a idealização do campesinato (BAKUNIN, 2003 [1873]) até a compreensão de seu papel revolucionário (TERRA E LIBERDADE, 1979 [1878]; A VONTADE DO POVO, 1990 [1880]).

A maioria, se não a quase totalidade, das ações revolucionárias das três organizações que analisamos se passaram na clandestinidade, prenhes de tensões em relação às possíveis prisões, assassinatos, julgamentos arbitrários, exílio compulsório ou trabalhos forçados: reuniões, ações políticas e assembleias se faziam em uma atmosfera de ausência total de liberdade política. Todas as organizações contavam com pequenos centros de edição e impressão clandestinos (quando se localizavam na Rússia) ou no exterior (principalmente em Londres, na Inglaterra, e em Genebra e Zurique, na Suíça) para a publicação de jornais, brochuras e livros censurados pelo Império destinados à realização de propaganda e circulação de ideias, que influenciaram vividamente a *intelligentsia*²⁵⁰. Uma outra estratégia importante de sensibilização envolveu a formulação de palavras de ordem que dialogassem diretamente com as classes e camadas sociais oprimidas e potencialmente insurgentes. “Ir ao povo”, “Terra e Liberdade” e “A Vontade do Povo”²⁵¹ eram mais do que lemas, pois eram, sobretudo, expressões que

²⁵⁰ Seguimos a compreensão do termo *intelligentsia* a partir das interpretações que Bâton (2013) estabelece: ele pode significar as pessoas que viviam do trabalho intelectual, mas também todos aqueles que dotados de certa cultura ou instrução entraram em contato com novas ideias e se implicavam na vida política, cultural e/ou econômica da sociedade.

²⁵¹ Em russo, o termo “volia”, que se encontrava presente nos nomes das duas organizações - Terra e Liberdade (*Zemlia i Volia*) e A Vontade do Povo (*Narodnaia Volia*) -, significava ao mesmo tempo “vontade” e “liberdade” no que se referia ao senso de liberdade interior, de auto-emancipação; diferentemente de “svoboda”, a liberdade exterior, política.

sintetizavam os anseios da revolução protagonizada pelos camponeses, operários e intelectuais russos.

A visão de mundo narodnik acentuava uma dimensão ética crítica à alienação do sujeito, mobilizando uma utopia revolucionária para analisar sociedades “como a Rússia” (SHANIN, 1990b). O salto revolucionário seria possível a partir do estabelecimento de determinadas bases. Nesse sentido, eles acentuavam a firme influência das ideias para a compreensão do desenvolvimento irregular russo, uma forma de desenvolvimento diferente daquela que se realizava na Europa Ocidental (HERZEN, 1851; TCHERNICHEVSKI, 1982 [1859]; LAVROV, 1982 [1873]; TKATCHOV, 1982 [1874]; FIGNER, 1930), bem como enfatizavam a importância da intelectualidade na liderança e catalisação da ação política na sociedade. Com o estabelecimento da ação armada como tática e a estrutura clandestina como forma de organização do grupo, particularmente realizada pelo partido A Vontade do Povo, mas característico em maior ou menor grau também de outros grupos revolucionários, se acentuou no interior dos agrupamentos políticos narodniki uma formação da personalidade (SHANIN, 1990b) para fundamentar valores como a modéstia, a integridade e a devoção à revolução.

Outra característica fundamental da tradição revolucionária narodnik é a *ampla participação feminina, ativa na militância, na organização e na direção efetiva das lutas* (BURNET-VIGNIEL, 1975 ; FAURÉ, 1978; 1979). Nas décadas de 1860 e 1870 foram efetivadas práticas originais em organizações conhecidas como niilistas (grupos de contestação não revolucionária de toda autoridade e das obrigações impostas ao indivíduo pela sociedade, pela família e pela religião) e posteriormente recorrentes junto ao narodismo revolucionário de liberação feminina da tutela familiar e da sociedade patriarcal. Constatava-se a participação ativa das mulheres na direção dos movimentos políticos, como por exemplo, na marcha ao povo (1874), nas comunas rurais criadas pelo partido Terra e Liberdade (1876-1877) e no assim chamado terrorismo político (1878-1887). Assim, a questão da emancipação feminina se radicalizava politicamente e articuladamente aos grupos e partidos narodniki. O entendimento dos revolucionários era de que a superação da opressão das mulheres perpassava pela transformação radical da sociedade. Tal como constatavam Fauré (1978) e Burnet-Vigniel (1975), as mulheres eram sujeitos centrais da organização e liderança do movimento revolucionário narodnik, tais como: Vera Zasulitch (1849-1919), Olga Loubatovitch (1853-1917), Sofia Bardina

(1853-1883), Elisabeth Kovalskaia (1852-1943), Sofia Perovskaia (1853-1881) e Vera Figner (1852-1942). A ampla participação feminina demonstrava um pendor antipatriarcal da tradição revolucionária narodnik, assim como a constatação política de que eram as mulheres, especialmente as camponesas, que sofriam mais brutalmente os múltiplos processos de exploração, como classe social e como gênero oprimido. Na vida cotidiana, as camponesas eram atingidas mais incisivamente pelos processos de expropriação da terra ou pelo aumento do tempo do trabalho para o pagamento de impostos aos proprietários de terra e/ou ao Estado czarista.

Finalmente, os narodniki compreendiam que *o Estado czarista era o principal inimigo do povo russo*, tanto como poder opressor, autoritário e autocrático quanto como um “parasita econômico” (A VONTADE DO POVO, 1990 [1879-1880]). Este se diferenciava dos Estados da Europa Ocidental devido a sua habilidade para manter o povo na opressão e por ser o representante maior das classes proprietárias. O Estado era assim a principal força capitalista da Rússia, sendo tanto explorador quanto defensor das classes exploradoras contemporâneas (SHANIN, 1990b). Os narodniki produziram uma contundente análise das dinâmicas históricas, sociais e territoriais das classes sociais e da luta de classes que demonstrava que os “trabalhadores russos” - camponeses, operários e intelectuais aliados a soldados radicalizados – deveriam combater simultaneamente a nobreza e a aristocracia agrária, mas fundamentalmente o Estado que desenvolvia o capitalismo e produzia uma nova classe de proprietários: a burguesia.

Nesse sentido, mesmo que apenas sumariamente apresentadas, são essas as características que consideramos centrais para um primeiro entendimento e caracterização do narodismo revolucionário. Tais princípios serão mobilizados posteriormente na discussão sobre a história, as estratégias e a práxis das organizações em tela.

Além disso, conforme já anunciamos, o segundo desafio introdutório refere-se à explicação de algumas das possíveis razões do esquecimento dessa tradição revolucionária. Em um primeiro nível, pode-se constatar, a partir de Venturi (1972), Amacher (2011) e Shanin (1990c), que os narodniki foram alvos da aplicação mecanicista da oposição entre um socialismo dito científico e considerado autêntico, e um socialismo tido por utópico, verificado como falacioso e idealista. Esses revolucionários foram identificados como “socialistas utópicos”, formuladores de

teorias românticas retrógradas, sobretudo por assumirem um posicionamento em defesa do campesinato e de seu papel central na transformação radical da sociedade e da compreensão de que a Rússia poderia desenvolver uma via de transição ao socialismo sem passar, tal como os países da Europa Ocidental, pelo estágio do capitalismo.

A práxis narodnik foi rotulada como atrasada, formuladora de ideais inatingíveis e com forte pendor “passadista”. G. V. Plekhanov foi responsável pela vulgarização desse discurso, realizando uma clivagem aparentemente irreconciliável entre o marxismo e o narodismo ancorado em *Do socialismo utópico ao socialismo científico* de F. Engels. Em obras como *O socialismo e a luta política* (1883) e *Nossas diferenças* (1885), em luta ideológica aberta contra os narodniki ele propagava, baseado na ideia do “socialismo científico” - mais precisamente em um marxismo de viés economicista e etapista com profundos elementos positivistas -, que a Rússia deveria passar pelo capitalismo, já que este era uma etapa preliminar do socialismo²⁵². Na realidade, de acordo com Plekhanov, o capitalismo já estaria amplamente disseminado na Rússia condenando o campesinato à expropriação e à proletarianização. A modernização da agricultura produziria cada vez mais generalizadamente a divisão entre camponeses pobres e camponeses ricos e instituiria, aceleradamente, características burguesas a todo campo russo. Sendo assim, a comuna rural russa já estaria condenada ao desaparecimento e não poderia servir de base à organização socialista futura. A sociedade já se encontrava, de acordo com Plekhanov, dividida em somente duas classes sociais: a burguesia e o proletariado e a tarefa dos revolucionários era apoiar a revolução proletária. Ele afirmava categoricamente também que seria impossível saltar a etapa capitalista e que a prerrogativa da transformação direta para o socialismo seria a prova do idealismo e do utopismo dos narodniki.

Em um segundo nível constatava-se o estabelecimento de relação direta entre os narodniki e o conservadorismo. V. I. Lenin, nas obras *Quem são os "amigos do povo" e como lutam contra os socialdemocratas?* (1894) e *O conteúdo econômico*

²⁵² Conforme constata Rubel (1947), Fernandes (1982), Shanin (1990b; 1990c), Wada (1990), Löwy (2013) e Anderson (2015) essa análise etapista não era a compreensão formulada por Marx em seus escritos tardios sobre a Rússia, principalmente a partir de 1877. Marx havia exposto nesse período uma perspectiva dialética, policêntrica e multilinear do processo de transformação histórica e do desenvolvimento desigual do capitalismo em diferentes regiões, o que se evidenciava nas reflexões marxianas, sobretudo após o seu contato com a práxis narodnik ao longo das décadas de 1870 e 1880, conforme já discutimos.

do populismo (1894), se valeu de tal estratégia de deturpação do conjunto de ideias e ações narodniki no contexto político das décadas de 1890 e 1900. Lenin utilizava o termo “populismo” para identificar toda a práxis narodniki com as correntes conservadoras e mais à direita de tal movimento. Essa estratégia se inseria no conjunto de disputas entre o Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR), ao qual pertencia, e o Partido Socialista Revolucionário (SR), que se reivindicava herdeiro da tradição revolucionária dos socialistas russos das décadas de 1870 e 1880.

Após a Revolução de Outubro de 1917 - mais especificamente a partir da bolchevização do processo revolucionário que se empreendeu na década de 1920 e se transfigurava em reação stalinista na década de 1930 - realizou-se uma operação de seleção na rica herança revolucionária russa das organizações e correntes políticas que eram autorizadas, ou seja, que detinham a legitimidade estatal-burocrática soviética e a chancela política como os “verdadeiros” herdeiros da Revolução Russa. A ruptura radical social e política fruto das múltiplas heranças revolucionárias de propaganda e ação direta foi ocultada, silenciada e ignorada (VENTURI, 1972). As citações de Lenin de crítica aos “populistas” foram utilizadas como arma e discurso de legitimação do dito utopismo, conservadorismo e idealismo de todo o movimento narodnik. O esquecimento forçado produz um borrão sobre as bases políticas que propiciaram e contribuíram diretamente com a reflexão teórica e a sensibilização prática do processo revolucionário russo.

Em um terceiro nível, constatava-se que o Estado czarista operou durante as décadas de 1860 e 1870, mas sobretudo a partir de 1880, uma profunda repressão aos militantes, às práticas e lutas narodniki, o que se revelou no massacre de seus representantes. O Império russo se utilizou do arbítrio no encarceramento e no julgamento, da censura política de reunião, organização e propaganda, das recorrentes torturas, das práticas de “execução civil” (cassação de direitos civis) e posterior confinamento forçado na Sibéria, de assassinatos e de condenações à morte, fazendo com que parte significativa dos principais representantes do narodismo revolucionário fosse exterminada. Em suma, sem herdeiros políticos diretos, com sua história política subjugada e mesmo ignorada, há um verdadeiro

desconhecimento sobre essa tradição nos movimentos sociais e no conjunto das Ciências Humanas²⁵³, inclusive na Geografia.

Compreende-se, assim, que analisar a práxis narodnik e sua tradição revolucionária de reflexão sobre o campesinato e a realidade do campo russo fundamenta a problemática do desenvolvimento do capitalismo em países ditos atrasados, isto é, as regiões e territórios periféricos do modo de produção. Os narodniki propunham uma via de desenvolvimento da sociedade, e especialmente do campo, verificando as características contraditórias do capitalismo tardio russo, constatando que era possível saltá-lo e construir uma via socialista russa em que o suposto “atraso” ou “retardo” social seria uma vantagem na produção de uma sociedade, de uma economia e de um território novos, mas conectado aos fundamentos socialistas autóctones ainda existentes²⁵⁴.

3.4.1.1. *Os tchaikovstsy e a “ida ao povo”: dos livros ao campo*

As agitações no campo russo e a revolta polonesa de 1863 em favor da independência da Polônia ocupada pelo czarismo, pelo fim completo da servidão e em luta por uma ampla reforma agrária foram apoiadas amplamente pelos narodniki e eram consideradas como os dois marcos políticos do fim do período reformista conservador de Alexandre II. Nesse momento, uma nova rodada de perseguições institucionalizadas e a instauração de uma atmosfera opressiva entraram em marcha no Império Russo, visando combater os levantes sociais de ampliação de direitos civis e políticos e as demandas por radicalização das reformas. A segunda metade

²⁵³ Shanin (1990c) ressaltou, porém, a ampla influência política - no que se referia à mobilização camponesa, à organização dos operários urbanos e à crítica da intelligentsia - que a tradição narodnik efetivou sobre as revoluções russas de 1905-1907 e o processo revolucionário entre 1917-1920 produzindo o rechaço à opressão czarista e a necessidade veemente da transformação a partir do processo revolucionário. Além disso, as diversas correntes revolucionárias narodniki foram apropriadas pelo bolchevismo consolidando um *ethos* revolucionário soviético que advém amplamente do narodismo. A base social, a formação política e a produção intelectual construída pelos revolucionários narodniki permaneceu como importante referência entre camponeses russos brutalmente reprimidos nos processos de nacionalização de terras perpetrado por Stálin ao longo da década de 1930.

²⁵⁴ Compreendemos que a análise da tradição revolucionária narodnik contribui significativamente com os debates e discussões teóricas e metodológicas da análise da questão agrária no Brasil e, certamente, à Geografia Agrária como subdisciplina, visto que existem afinidades eletivas (LÖWY, 1988), ou seja, relações dialéticas, movimentos de convergências e confluências ativas entre as preocupações que movimentaram os narodniki durante o século XIX e a busca por concretizar na Geografia Agrária Crítica brasileira uma compreensão geográfica da dinâmica contraditória do capitalismo e das relações entre teoria e prática, sociedade e território, resistência e recriação camponesa e reflexão e ação. A presente reflexão visa assim contribuir para iniciar o estabelecimento desse diálogo.

da década de 1860 marcou, assim, o retorno às atividades clandestinas entre os jovens radicais e às agitações cada vez mais numerosas nas universidades, principalmente em Kazan, São Petersburgo e Moscou (AUNOBLE, 2008; AMACHER, 2011; BÂTON, 2013). Em 1866 ocorreu a primeira tentativa fracassada de regicídio contra Alexandre II, demarcando um aprofundamento da repressão imperial que ficou conhecido como o período do “terror branco” (FAURÉ, 1979).

No final da década de 1860, frente à tal contexto, duas tendências revolucionárias se tornaram preponderantes:

A primeira, ardente e apaixonada, julgava necessário somente lançar a centelha no povo, que já estava preparado desde muito tempo para a revolta contra o injusto regime existente. A segunda, mais preocupada com a propaganda e a preparação, considerava o sofrimento e as injustiças que se revelavam em todos os lugares como fruto da inércia das massas populares, oprimida pelo parasitismo empreendido pelas classes superiores. Os primeiros procuravam agir através de revoltas, da organização de insurreições e conspirações. Aos segundos, todavia, um problema diferente se colocava: para eles tratava-se da necessidade de transformações mais profundas e de modificações no espírito, o que demandava mais tempo e energia. Então, seria preciso começar por um trabalho de preparação ou, como diriam os militantes, por formar quadros e, posteriormente, organizar o partido (OS TCHAIKOVTSY, 2013 [1880], p.39-40)

A primeira vertente era representada pelos *netchaievtsy* (partidários das ideias de S. G. Netchaiev) e os grupos de insurgentes ucranianos com forte presença a partir dos anos 1870; já a segunda tendência tinha como representantes os tchaikovtsy e o conjunto de propagandistas que se formaram a partir de 1869.

As oposições táticas, políticas e ideológicas entre esses dois grupos se aprofundaram devido principalmente às práticas difundidas por Netchaiev e seus companheiros. Defensores de uma tática revolucionária de engajamento total à revolução, Netchaiev defendia a perspectiva da centralização total e hierarquização da organização revolucionária. O autoritarismo brutal, a mistificação da imagem do revolucionário e o descolamento entre a teoria e a prática (com subjugo da reflexão crítica e estímulo à ação imediata da vanguarda revolucionária) serviram de contraexemplo determinante para outros grupos revolucionários, particularmente os tchaikovtsy.

Assim, a hostilidade às práticas dos *netchaievtsy* fundamentava alguns elementos marcantes da organização moral dos *tchaikovtsy*²⁵⁵, tais como valores de camaradagem, solidariedade e apoio mútuo (KROPOTKIN, 1989 [1898]). Para fazer parte do grupo não era necessária nenhuma formalidade, a organização não possuía um estatuto, nem um programa escrito. O objetivo fundamental era a propaganda das ideias socialistas. Para essa empreitada seria necessário se valer, inicialmente, o máximo possível de textos e livros legalmente impressos e difundi-los amplamente.

Conforme ressaltou Venturi (1972), essa aparente desorganização voluntária é na verdade um novo tipo de organização socialista. Havia entre os *tchaikovtsy* um núcleo dirigente que observava as regras da conspiração e clandestinidade das ações e intenções socialistas de maneira mais cuidadosa e articulada com os membros do grupo do que todas as organizações socialistas até então organizadas. Os *tchaikovtsy* não conseguiram produzir um programa, pois foram devastados por prisões e exílios forçados de seus militantes (VENTURI, 1972). A confrontação permanente das aspirações de transformação social, política e econômica produziu rapidamente um “espírito comum” que foi capaz de substituir uma normatização explícita (BÂTON, 2013; AMACHER, 2013). Foi justamente tal espírito comum na produção do agrupamento revolucionário que permitiu a ampliação do número de membros e a aproximação de outros grupos revolucionários com perspectivas e inquietações semelhantes. Ou seja, a ausência de um programa político enrijecido e de uma postura baseada na sensibilização e propaganda revolucionária, mais que pelo autoritarismo ou pela hierarquização da organização, possibilitou a ampliação do *narodismo*.

As divergências e confluências entre anarquismo e socialismo produziram as especificidades do movimento revolucionário russo no alvorecer da década de 1870. Certamente havia entre os membros dos *tchaikovtsy* aqueles que eram mais próximos do anarquismo federalista de Bakunin e que eram profundamente influenciados pelo seu chamado à “emancipação intelectual do povo” e à “libertação econômico-social do povo”. Nos primeiros quatro anos de ações dos *tchaikovtsy* (1869-1872) ecoava sobretudo a primeira das assertivas bakunianas: a busca pela

²⁵⁵ Alguns dos principais membros são: N. G. Tchaikovski (que dá nome ao grupo), M. A. Natanson, D. A. Klemenc, S. M. Kravčinskij, L. E. Šiško, S. L. Perovskaia, A. I. Kornilova, E. N. Kovalskaia, A. I. Jeliabov, N. A. Morozov, P. B. Axelrod, P. A. Kropotkin e G. A. Lopatin.

“emancipação intelectual, pois sem ela a liberdade política e social jamais será total e duradoura” (BAKUNIN; JUKOVSKI, 1982 [1868]). Era profundamente influente também a perspectiva de Bakunin e Jukovski (1982 [1868]) de que “a terra pertence à quem nela trabalha, à comuna rural. O capital e os instrumentos de trabalho pertencem aos operários, às associações operárias”. Mas na primeira fase dos tchaikovtsy essa era uma assertiva que ressoava teoricamente, não possuindo um sentido de realização da práxis. O socialismo de Lavrov era também bastante influente, sobretudo seu apelo à *intelligentsia* russa de renúncia aos privilégios de classe e dedicação à causa do povo (a fim de “quitar a dívida” das elites em relação ao povo), pois assim o pensamento crítico encontraria sua missão histórica (FERNANDES, 1982). Lavrov (1982 [1873], p.103-104) argumentava:

Nossa convicção primeira é que a reconstrução da sociedade russa deve ser realizada não só *em nome* do povo, não só *para* o povo, mas também *pelo* povo. (...) Quem deseja o bem do povo não deve preocupar-se apenas com a tomada do poder na crista de uma onda revolucionária, que conduza o povo a rumos somente compreendidos pelos líderes. Deve esforçar-se para despertar no próprio povo a capacidade de definir conscientemente o seu destino, para que ele possa quando chegar a hora, ser o verdadeiro e único responsável pelas mudanças sociais.

Entretanto, cabia à *intelligentsia* um trabalho inicial, intenso e rigoroso sobre si mesmo na construção da capacidade de agir de modo eficiente no meio do povo, conquistando sua confiança e criando as condições necessárias para a explicação ao povo das “suas necessidades” e de “sua força”.

Assim, entre 1869 e 1872, pode-se identificar a influência de Bakunin e Lavrov na primeira fase da organização dos tchaikovtsy, que ficou conhecida como “a causa do livro”. Os tchaikovtsy se mobilizaram na difusão em larga escala de obras impressas legalmente que poderiam servir de base para a produção de uma cultura social e política para os estudantes, os camponeses e os operários. Eles adquiriram meios financeiros nos grupos radicais e entre parte da *intelligentsia* liberal para por em ação tal plano. Constatava-se a difusão de obras de Tchernichevski, o primeiro tomo das obras completas de Lassale, e também textos de L. Blanc. Destacavam-se ainda os livros bastante influentes entre a juventude radical como *A situação da classe trabalhadora russa* de Bervi-Flerovski e *As cartas históricas* de Lavrov (OS TCHAIKOVTSY, 2013 [1880]). Além desses, ressaltava-se a publicação do primeiro volume d’*O capital* de Marx em 1871, no original em alemão, que suscitou vivo interesse (FIGNER, 1930) e inflamadas discussões

(MARX, 2013 [1877]; DANIELSON, 1982 [1893]). A tradução do livro para o russo, que foi a primeira tradução – e primeira publicação – estrangeira, realizada depois de sua aparição em 1867, se conclui em 1872 por dois emigrados russos, N. Danielson e G. Lopatin, este último membro do grupo dos tchaikovtsy. O *Capital* não foi censurado pelo czarismo que estimava que o texto “científico” e “denso” suscitaria pouco interesse na Rússia, autorizando assim a sua difusão.

Entretanto, a censura, as perseguições e as prisões fizeram com que na primavera de 1871 os tchaikovtsy analisassem que seria necessário abrir uma gráfica de edição de livros no exterior (precisamente em Genebra, na Suíça) e os transportar clandestinamente para Rússia, visando difundir outras obras de potencial crítico, como escritos e brochuras produzidas ou editadas pelos membros do grupo para a ampliação do processo de propaganda socialista. Foram realizadas edições populares sobre a história do campesinato francês, sobre a situação econômica do campo russo e opúsculos sobre importantes revoltas camponesas realizadas nos séculos XVII e XVIII (VENTURI, 1972; FAURÉ, 1979). Essa aproximação cada vez mais intensa com as demandas populares mobilizou o grupo na direção de uma propaganda direta com o povo (AMACHER, 2013). A “causa dos livros” se transformava na “causa dos trabalhadores”, produzindo assim um segundo momento da organização.

Uma influência central para o grupo nessa segunda fase foi Bervi (que redigia sob o pseudônimo de Flerovski) e sua obra *A situação da classe trabalhadora na Rússia*, de 1869. As primeiras palavras do livro sintetizavam a condição de miséria e sofrimento da classe trabalhadora russa: “Oh! Nossa vida é miserável! Pouca terra, muitos impostos; nós não sabemos mais o que fazer!” é o relato de uma camponesa da Rússia Central. De acordo com Bervi-Flerovski, o Estado tinha papel decisivo nesse processo de pauperização e exploração. Caberia, assim, aos intelectuais não somente compreender as razões da miséria da população russa, conhecendo-a em detalhes, estudando-a a fundo, mas também ajudar as massas no processo de tomada de consciência. Fundamentando-se na *obchitchina* e nas cooperativas seria possível a produção de outra sociedade. Entretanto, mais que a idealização do devir, era fundamental construir concretamente o caminho em direção ao socialismo junto aos camponeses e os proletários recém-expropriados do campo.

A partir de 1872 os tchaikovtsy se consolidaram como um dos principais núcleos organizacionais do narodismo revolucionário russo²⁵⁶ e foram os primeiros a se ligar aos operários das fábricas de São Petersburgo com um sólido trabalho de propaganda e sensibilização socialista. Os diálogos e ações junto ao proletariado e a “descoberta” de suas condições de trabalho e de moradia, bem como a exploração cotidiana da nascente burguesia russa, mobilizaram o grupo à compreensão do campo, em vista a entender as origens do operariado russo. Em numerosas cidades e, sobretudo no campo, os tchaikovtsy passaram para a propaganda direta, e em grupos relativamente pouco articulados criaram bibliotecas, gráficas clandestinas, escolas livres, cooperativas e oficinas. Nesse processo, muitos jovens buscaram aprender um ofício artesanal ou manual para conhecer e se integrar à vida do povo. Outros jovens radicais foram ao campo colocar em prática seus conhecimentos universitários e se tornam médicos, enfermeiros, parteiras e professores nas comunidades rurais. Assim, nos últimos meses de 1873, a palavra de ordem que estimulava a intelligentsia radical “ir ao povo!” começava a se concretizar.

De fato, a partir do momento em que os tchaikovtsy começaram a realizar a propaganda direta com os trabalhadores, passando de fato à práxis, o núcleo mais ativo de militantes foi rapidamente preso e condenado ao exílio e/ou à trabalhos forçados. Entretanto, a centelha de sua mobilização se espalhou para o conjunto da intelligentsia. O movimento ultrapassou dos círculos fechados de grupos políticos e ganhou proporções de massa. No início de 1874 milhares de jovens partiram para o interior da Rússia e foram ao povo, em um movimento que ficou conhecido como “verão louco”. A grande maioria destes estudantes que “marcham para o povo” o fez individualmente ou em pequenos grupos, realizando uma forma de “propaganda volante” e deslocando-se de um vilarejo e de uma comunidade para outra buscando estabelecer relações com os camponeses e auxiliar nas tarefas cotidianas. Os relatos dos que “foram ao povo” evidenciavam a amplitude do movimento, o impacto do contato direto com a realidade agrária, bem como as enormes dificuldades. A dureza do trabalho físico que consumia o cotidiano, a incompreensão pelos camponeses dos discursos altamente intelectualizados dos universitários, a tentativa

²⁵⁶ Há outro grupo muito importante e influente que evidencia a radicalização do narodismo, a partir de outra trajetória também interessante, mas que não cabe nos marcos dessa reflexão. Eles ficaram conhecidos como *dolgusincy* (nome herdado de uma de suas principais lideranças, A. V. Dolgušin) e passaram do nacionalismo da Sibéria para a necessidade de revolução da Rússia. Seus membros participaram ativamente da “ida ao povo” em 1874.

de ampla difusão de longos e volumosos livros para uma população em grande parte analfabeta, a inócua tática de se deslocar entre diversos lugares sem criar laços e vínculos com os camponeses, a idealização romântico-conservadora dos jovens frente ao campo e ao trabalho rural e as prisões e perseguições durante o verão de 1874 foram evidentes. O material de propaganda - livros, brochuras e escritos - foi utilizado como prova de violação e insurgência contra as leis do Estado czarista (KROPOTKIN, 1989 [1878]; KOVALSKAIA, 1978 [1916]). Cerca de três mil pessoas foram fichadas, interrogadas ou encarceradas pela polícia ao longo da ida ao povo. Apesar de não terem conseguido fomentar nenhuma ampla revolta camponesa, o reconhecimento da situação de pobreza e miséria do interior russo, o contato direto com o campesinato e suas demandas reais e os efeitos perversos do processo de libertação de servos ensejaram a necessidade de uma melhor organização para a luta e para a propaganda socialista e a constatação de que somente um processo revolucionário poderia modificar o rumo do desenvolvimento histórico da Rússia em sua mescla de czarismo e nascente capitalismo.

3.4.1.2. Terra e Liberdade: partido político revolucionário e necessidades urgentes do povo

Se para determinados autores a “ida ao povo” foi desencadeada mais como uma exigência interna (inclusive com certo caráter messiânico, conforme argumentava Stepniak-Kravtchinski ou nos termos de Lavrov como uma mobilização de pagamento da dívida histórica com o povo) do que como uma exigência política e social mais clara e amadurecida (BURNET-VIGNIEL, 1975), não resta dúvidas de que o “verão louco” de 1874 permitiu aos jovens difundir suas interpretações apreendidas (sobre o campo e no campo) sobre a situação do campesinato russo na imprensa e junto à intelligentsia, problematizar o papel e o lugar do intelectual (revolucionário) na Rússia czarista e estabelecer os fundamentos políticos de um agrupamento mais organizado e centralizado. Da idealização do povo (ou mesmo do seu total desconhecimento), inúmeros desses jovens que “foram ao povo” mobilizados pela experiência passaram à valorização da concretização da práxis e à

necessidade de urgente transformação social e política²⁵⁷. Nesse sentido foi criado o primeiro partido revolucionário russo: Terra e Liberdade.

O próprio nome do grupo - mais do que o nome de um componente da organização, tal como era realizado até aquele momento - portava em si as transformações que se objetivavam materializar, sintetizando o programa que mobilizava o partido e seu horizonte de realização da utopia concreta: terra e liberdade. Este foi um partido revolucionário, no senso que o termo adquire nas décadas seguintes, ou seja, um partido composto de homens e mulheres que se consagravam à causa e que objetivavam agrupar em seu entorno e a dirigir todas as outras forças revolucionárias (VENTURI, 1972). Haviam, no partido, diferentes frações e correntes internas com perspectivas políticas assemelhadas, mas não homogêneas e constantemente em tensão, além da presença do partido com militantes e organizações de base em diferentes regiões. Terra e Liberdade teve ainda programas políticos redigidos pelos seus membros (o primeiro de 1876 e o segundo de 1878) que se estabeleceram de acordo com a dinâmica interna do partido, a correlação de forças no interior da organização e as mudanças do contexto sócio-político, bem como uma proposta de estatuto em 1878.

O partido Terra e Liberdade partilhava, entre os seus diversos grupos internos, o espírito de sacrifício, as ligações entre a revolução camponesa e os movimentos urbanos do grupo dos tchaikovtsy, a análise do desenvolvimento histórico da Rússia a partir de autores como Herzen e Tchernichevski, as especificidades do território com suas diferentes etnias e questões nacionais internas do grupo dos dolgusincy, assim como certas exigências à ação direta. No entanto, tais tradições filosóficas e políticas deveriam realizar-se no presente da práxis do partido, superando em si mesma essas tradições. Esse conjunto de tradições e experiências anteriores serviram de lição, exemplo e referência crítica. Entretanto, introduziram-se novas e originais formas de organização, táticas e práxis que fizeram com que o partido Terra e Liberdade fosse considerado, por revolucionários tão diversos quanto Kropotkin (1989 [1878]), Lenin (2010 [1894]) e Figner (1930), como a principal organização política da Rússia na década de 1870.

²⁵⁷ Dentre eles destacam-se: V. K. Debagorij-Mokrievitch, J. V. Stefanovitch, L. A. Tikhomirov, L. G. Deutsch; G. V. Plekhanov, E. N. Kovalskaia, V. I. Zasutich, M. P. Kovalevskaja, S. L. Perovskaia, V. N. Figner, A. M. Makarevitch, M. A. Kolenkina, M. F. Frolenko, A. I. Jeliabov e A. D. Mikhailov.

Sua práxis voltava-se para as ações de propaganda e recrutamento de militantes junto ao povo de maneira direta e não volante, principalmente no campo, visto que o campesinato era compreendido como uma classe revolucionária; agitação em fábricas e usinas nas cidades; aproximações políticas com organizações antigovernamentais nas universidades, nas igrejas, no Exército e mesmo junto ao banditismo revolucionário; edição de periódicos clandestinos para a difusão de ideias; manifestações públicas e apoio à organização de greves; e, finalmente, a ação direta contra o Estado czarista, também chamado de terrorismo político (VENTURI, 1972; FAURÉ, 1979; AMACHER, 2011).

O contexto político do Império czarista e o horizonte de expectativa narodniki da necessidade da revolução russa enfatizam essa práxis. Assim, entre 1874 - após a ida ao povo - e 1876 as atividades de conspiração e organização política se realizaram em estrita clandestinidade após o encarceramento em massa e perseguições realizadas pela polícia. A amplitude da repressão foi tão intensa que Venturi (1972) afirmou que em 1875 as autoridades czaristas haviam pensado ter afastado os perigos das insurreições narodniki com a opressiva ação empreendida. Entretanto, desde 1874 os membros dos tchaikovtsy que conseguiram escapar da repressão se reagruparam para a realização de propaganda nas cidades junto aos operários de fábrica. Outro grupo, que se autodenominava “trogloditas”, buscou retomar as ações junto aos camponeses e se organizou a partir de membros que participaram da marcha ao povo e foram liberados da prisão, que, portanto conseguiram se esconder na Rússia ou retornaram clandestinos do exílio à Rússia entre 1875 e 1876. Assim, desse acumulado de experiências, trajetórias e organizações, no final do ano de 1876 foi fundado o Grupo revolucionário narodnik do Norte em São Petersburgo, núcleo central do partido Terra e Liberdade, que se ligava a grupos revolucionários narodniki do sul da Rússia, sobretudo organizações de insurgentes de Rostov e da Pequena Rússia (atual Ucrânia) em Karkov, Kiev e Odessa²⁵⁸.

²⁵⁸ Os militantes de São Petersburgo (ou do grupo narodnik do Norte) eram mais próximos do socialismo de inspiração lavroviana e também da tradição socialista francesa e eram partidários da propaganda e da cultura socialista da agitação, da auto-emancipação dos trabalhadores (camponeses e operários) e da tomada de consciência para a ação revolucionária a partir das massas (VENTURI, 1972). Alguns eram inclusive leitores e correspondentes de Marx e ficaram bastante impactados com a experiência da Comuna de Paris de 1871 (WADA, 1990). Os militantes de Kiev, Karkhov e Odessa (ou do grupo narodnik do Sul), principalmente, eram insurgentes bakuninistas e mais articulados ao anarquismo. Eles sustentavam que eram os sentimentos e as paixões que constituíam os esforços fundamentais da revolução. Defendiam também que a ação

Foi a partir do surgimento de Terra e Liberdade que o termo *narodnik* ganhou um contorno político cada vez mais conectado à revolução. Ser *narodnik*, para os militantes do partido, significava na interpretação teórica e prática não somente querer efetivar a revolução com e pelo povo, mas também de acordo com suas necessidades e expectativas reais. Era o povo ele mesmo, no momento em que estivesse preparado, o responsável por transformar a sociedade, a política, o território e a economia e realizar as formas de existência e as utopias que lhe correspondiam.

Assim, nos termos do primeiro programa de Terra e Liberdade constatavam-se as seguintes necessidades e demandas urgentes do povo:

- a) A passagem da terra para as mãos dos camponeses (nós estamos convencidos de que 2/3 da Rússia a possui seguindo os princípios da *obchtchina*) e sua repartição igualitária;
- b) a partilha do Império Russo em partes que correspondam às necessidades e desejos locais;
- c) a retomada de todas as funções sociais para as mãos da *obchtchina*, isto é, sua autonomia total. (TERRA E LIBERDADE, 1979 [1876], p.198)

Terra e liberdade aos camponeses era a primeira e maior reivindicação. O campesinato tinha direito inalienável à terra visto que a utilizava como bem comum e trabalhava diretamente nela. A terra era para eles condição para a reprodução da vida e da coletividade, não sendo uma propriedade privada capitalista.

O uso comum e o costume da partilha do *mir* eram observados como elementos importantes de um futuro socialista. O ideal político de Terra e Liberdade se estabeleceu no assim chamado autogoverno comunal, no qual cada associação comunal deveria definir as funções sociais assumidas pelo governo e as partes assumidas por cada uma delas. A tarefa do partido seria a de garantir que o Estado ficasse com a menor possível e uma verdadeira autonomia se realizasse no plano administrativo (TERRA E LIBERDADE, 1979 [1878]).

Além disso, a questão nacional e a autodeterminação dos territórios eram fundamentais para Terra e Liberdade. O partido era favorável aos processos de

imediate era necessária tendo em vista a criação das fagulhas do movimento revolucionário camponês (VENTURI, 1972). Outra corrente presente, mas com menor número de adeptos, era aquela dos discípulos de Tkatchov, ou os “jacobinos”, que objetivavam a construção de uma organização revolucionária centralizada para operar as transformações de “cima para baixo”, ou melhor, uma revolução realizada através do partido e de uma vanguarda e a instauração de um novo governo socialista que após o desenvolvimento da consciência do povo seria transmitido diretamente a ele.

independência e emancipação da Polônia, da Ucrânia e da Chechênia, conforme a vontade das respectivas populações.

O meio para atingir esses objetivos seria a revolução social realizada através da propaganda e do trabalho preparatório, que exigiria tempo e paciência, mas também pela agitação e pela organização das forças revolucionárias e o desenvolvimento dos “sentimentos revolucionários” através de insurgências cotidianas, organizações populares e greves.

Para essa mobilização foram criadas, entre 1876 e 1877, o que Terra e Liberdade denominava como “colônias” no campo russo, a fim de difundir a propaganda socialista e atrair militantes entre os camponeses. Essa nova experiência se diferenciava da propaganda volante levada a cabo pelos tchaikovtsy e por aqueles que foram ao povo em 1873 e 1874. Os revolucionários buscaram se integrar de fato à vida social, econômica e política do campo e da realidade camponesa. Para isso era necessário ser discreto, evitar ao máximo a propaganda impressa e ser mais hábil que a polícia na sua atuação revolucionária. Os narodniki se organizavam em redes de diálogo, auxílio mútuo nas tarefas e formação política e se tornaram professores, médicos, enfermeiros e trabalharam também como ferreiros, moleiros, artesãos e alguns diretamente com o trabalho no campo (agricultores, pastores, etc.).

No programa de 1878, após a experiência acumulada, a questão da terra e de uma revolução agrária de base camponesa se tornava ainda mais contundente:

Segundo as concepções jurídicas do povo, não é justo que a propriedade da terra seja de quem nela não trabalha. No entendimento popular, “a terra a Deus pertence” e cada lavrador tem o direito de possuir tanta terra quanto consiga cultivar pelo próprio trabalho. Devemos, portanto, exigir que toda terra seja entregue aos camponeses e que seja dividida igualitariamente. (TERRA E LIBERDADE, 1979 [1878], p.116).

Entretanto, uma evidência se tornou cada vez mais concreta: se com a experiência das “colônias” constatou-se que a presença dos narodniki era apreciada e exaltada pelos camponeses, a ausência de liberdade política e de estrutura de ação legal tornava praticamente impossível a organização e a mobilização real junto ao povo (FIGNER, 1930). Emergiram então as seguintes questões para o partido: o que fazer para garantir aos camponeses uma verdadeira liberdade? É possível transformar a ordem social sem lutar contra o Estado absolutista e opressivo? A experiência das colônias, de acordo com Vera Figner, militante de Terra e Liberdade

que atuou junto aos camponeses como enfermeira em Saratov, sintetizava essa reflexão, afirmando que o relativo fracasso da mobilização no campo:

Não foi resultado da inexperiência, ou do caráter muito teórico do programa, ou do desejo de inculcar nas massas ideias inacessíveis, ou mesmo da superestimação da força das massas; definitivamente não! Nós deixamos a cena, conscientes do valor, viabilidade, adequação e adesão do nosso programa junto ao povo, entretanto faltava toda e qualquer liberdade política para a ação. (FIGNER, 1930, p. 90)

A convicção da utilização da ação direta como estratégia de ação, realizada por meio de violência e instauração do terror aos altos representantes do Estado czarista, aristocratas agrários e burgueses que negam a liberdade política aos trabalhadores russos, atingiu seu estopim no atentado realizado por Vera Zasulich em janeiro de 1878 contra o general-governador de São Petersburgo após o fim do julgamento do processo político “dos 193”²⁵⁹. A questão da “desorganização do Estado” apenas esboçada como estratégia de ação no primeiro programa de 1876 tornou-se evidente no segundo programa de Terra e Liberdade de maio de 1878.

B. Da desorganização

a) estabelecimento de contatos e células de organização no seio das tropas militares, sobretudo junto aos oficiais;

²⁵⁹ Em março e outubro de 1877 ocorreram dois grandes julgamentos em São Petersburgo que suscitaram ampla repercussão, inclusive internacional: o primeiro ficou conhecido como o “processo dos 50” e o segundo foi denominado o “processo dos 193” e foi o maior processo político da Rússia czarista. A intenção do Estado czarista era utilizar os julgamentos como forma de divulgação dos “princípios subversivos” dos revolucionários para a opinião pública, todavia o resultado foi o oposto do esperado. No processo dos 50 foram julgados membros da Organização social-revolucionária panrussa (ou Grupo dos moscovitas) em audiências abertas ao público. Os discursos dos acusados foram permeados de princípios de justiça e igualdade e de denúncia das condições de exploração econômica dos camponeses após a “libertação dos servos” e a miséria dos operários de fábrica em São Petersburgo (AMACHER, 2011). Ao invés de estigmatizar os narodniki revolucionários ocorreu, na verdade, um aumento de seu prestígio. Já no processo dos 196 foram julgados principalmente aqueles que foram ao povo no verão louco de 1874 (militantes tchaikovsty, *dolgusincy*, insurgentes do Sul). O julgamento foi balançado pelos eventos de julho de 1877, mês em que o então general-governador de São Petersburgo agrediu violentamente um jovem ex-militante dos tchaikovtsy. Uma ampla manifestação dos prisioneiros foi brutalmente reprimida e a desmedida impressionou a opinião pública russa. Esse contexto tornou o julgamento desfavorável para o poder czarista, que fechou as portas dos tribunais ao público, mas permitiu o acompanhamento das sessões por alguns jornalistas que divulgavam em jornais clandestinos os discursos políticos dos acusados. Mais da metade dos julgados foi absolvida e uma parte significativa dos condenados foi deportada e/ou exilada. Em 24 de janeiro de 1878, no dia posterior ao final do julgamento, Vera Zasulich entrou sozinha no gabinete do general-governador Trepov e atingiu-o com um tiro de revólver. O atentado causou alvoroço na Rússia e no exterior e transformou Zasulich em símbolo da evolução dos narodniki em direção à tática ativa centrada em golpes armados (FERNANDES, 1982). Em 31 de março a jovem foi julgada, seu discurso político foi claro, abnegado e corajoso. Ela foi brilhantemente defendida por um advogado narodnik e absolvida pelo júri fortemente influenciado pela opinião pública hostil ao autoritarismo de Trepov, assim como pelos relatos do processo “dos 193” e os relatos de tortura e repressão no cárcere a que foram submetidos (ZASULITCH, 1978b [1919]).

- b) mobilização para a nossa causa daqueles que trabalhem nas mais variadas instituições governamentais;
- c) eliminação sistemática das pessoas mais perniciosas e mais influentes do Estado czarista;
- d) no dia do ajuste de contas final, liquidação total do governo e daqueles sobre o qual se apoiam ou puderam se apoiar o regime que repudiamos. (TERRA E LIBERDADE, 1979 [1878], p.202-203)

A interpretação cada vez mais recorrente entre grande parte dos militantes era de que terra e liberdade só se realizariam com uma transformação do Estado e do combate pela liberdade, inclusive com o uso da força. Tal transformação exigiria a substituição imediata do Estado czarista que instituiu o desenvolvimento do capitalismo e das “pragas da civilização burguesa” (TERRA E LIBERDADE, 1979 [1878]): propriedade privada capitalista da terra, destruição da comuna rural, instituição de profundas desigualdades sociais e diferenciações intra-classes, ampliação do trabalho alienado fabril, proletarianização da população e instauração de valores e cultura burguesa. A transformação radical deveria se realizar “o mais rápido possível”, pois “o desenvolvimento do capitalismo e a penetração crescente na vida do povo ameaçavam destruir a comuna rural” (TERRA E LIBERDADE, 1979 [1878]) e corroer as relações sociais comunitárias e coletivas do povo. Defender o campesinato envolvia, portanto, realizar a luta de classes contra os proprietários de terra e a nascente burguesia que se tornava cada vez mais pujante sob a sustentação do Estado. Em suma, os militantes de Terra e Liberdade compreendiam que lutavam contracorrente em uma correlação de forças desfavorável politicamente, mas que era essencial e urgente agir.

3.4.1.3. *A Vontade do Povo: desenvolvimento irregular, socialismo e revolução*

Após o atentado perpetrado por Vera Zasulich as ações diretas se multiplicaram na Rússia. Os revolucionários se utilizaram da resistência armada frente às perseguições e prisões perpetradas pelo Estado. Além disso, inúmeras tentativas (muitas delas bem sucedidas) de liberação de companheiros militantes presos se realizaram. Destacava-se também que os assassinatos políticos eram compreendidos como atos de represália ao Estado czarista e como única forma de defesa nas condições repressivas do contexto da época (FAURÉ, 1979; AMACHER, 2011). As mortes do chefe da polícia secreta em São Petersburgo (agosto de 1878), do general-governador da província de Kharkov (fevereiro de 1879) e um novo atentado realizado contra o czar Alexandre II (abril de 1879) colocaram para o

partido Terra e Liberdade a necessidade da discussão acerca da questão da ação direta. Em junho de 1879 se realizou na cidade de Voronej um congresso do partido para tratar especificamente dessa pauta. Dias antes, em Lipetsk, uma dezena de membros defensores da ação direta se reuniu e reafirmou a necessidade da luta política de confronto contra o Estado autocrático, redigindo, ainda como uma fração do Partido Terra e Liberdade, um estatuto que ficou conhecido como o Programa do Comitê Executivo. Durante o congresso foi firmado o compromisso de manter as atividades de mobilização no seio do povo e o aprofundamento da ação direta contra os representantes do Estado. Todavia, o dissenso entre as duas principais correntes se aprofundou rápida e significativamente no que tangia ao entendimento da organização, das práticas revolucionárias e à compreensão do desenvolvimento histórico da Rússia e seu devir. Em outras palavras, o desacordo quanto à práxis foi um vetor fundamental da cisão interna do partido.

Terra e Liberdade se fragmentou em dois grupos em 26 de agosto de 1879, sendo o estopim dessa fragmentação a condenação à morte do czar Alexandre II por parte dos militantes: de um lado o grupo A Vontade do Povo²⁶⁰, que possuía um programa concreto de combate político e de luta organizada contra o absolutismo czarista e que agrupava a maioria dos militantes e as principais forças revolucionárias do período; de outro, o grupo A Partilha Negra²⁶¹ (*Tcherny Peredel*, que significa em russo a repartição ou redistribuição igualitária de todas as terras), que objetivava retomar as bases do primeiro programa de Terra e Liberdade realizando um trabalho lento e sistemático de propaganda entre camponeses e operários e, assim, retomar as experiências das colônias de 1876-1877. Eles também refutavam a ação direta e a violência contra o Estado.

O contexto político, social e econômico do final da década de 1870 e início da década de 1880 e o verdadeiro Estado de sítio que se estabelecia no Império Russo, assim como a potência da práxis e da organização das ações empreendidas pelo partido A Vontade do Povo, produziram sua ampla aceitação entre a intelligentsia e

²⁶⁰ Os principais revolucionários foram: L. A. Tikhomirov, M. F. Frolenko, A. D. Mikhailov, N. A. Morozov, V. N. Figner, O. S. Liubatovitch, I. I. Grinevitski, M. A. Natanson, N. A. Sabline, G. M. Gelfman, S. L. Perovskaia, A. I. Jeliabov, N. I. Kibaltchitch-Doroshenko, T. M. Mikhailov e N. I. Ryssakov (os cinco últimos foram condenados à morte pelo regicídio de Alexandre II).

²⁶¹ Entre os principais representantes d'A Partilha Negra figuravam G. V. Plekhanov, V. I. Zasutich, P. B. Axelrod e L. G. Deutsch que em 1883 criaram a primeira organização marxista russa, em exílio em Genebra denominada A Libertação do Trabalho.

sua capilaridade política em diferentes regiões russas e entre várias frações de camponeses e proletários.

Os principais pontos de seu programa político eram: uma representação popular permanente eleita democraticamente pelo povo com amplos poderes para questões de alcance nacional; autogoverno local garantido mediante a eleição de todos os postos administrativos; autonomia política, econômica e administrativa das organizações de comunas camponesas; a reafirmação do pertencimento da terra aos camponeses e das usinas e fábricas ao povo trabalhador; a liberdade de consciência, de expressão, de imprensa, de reunião, de associação e propaganda eleitoral; o sufrágio universal sem limitação de classe; e a substituição de um Exército permanente por milícias territoriais (A VONTADE DO POVO, 1990 [1880]). Em janeiro de 1880 os *narodovoltsy* difundiram seu Programa do Comitê Executivo redigido a partir da reunião em Lipetsk no qual se apresentaram como socialistas (*sotsialisty*) e *narodniki*:

Estamos convencidos de que somente sobre uma base socialista a humanidade pode conseguir a liberdade, a igualdade e a fraternidade em sua existência, e assegurar o bem-estar material geral e o desenvolvimento pleno e completo do indivíduo (...) Somente a vontade do povo pode sancionar as formas sociais; de que o desenvolvimento do povo somente é estável quando avança independente e livre e quando cada ideia que se traduz em realidade passa primeiro através da consciência e da vontade do povo. O bem-estar popular e a vontade popular são os nossos princípios mais sagrados e compreendemos que estão indissociavelmente unidos. (A VONTADE DO POVO, 1990 [1879-1880], p.263-264)

Shanin (1990c) destacou também que os militantes revolucionários de A Vontade do Povo realizaram uma profunda crítica ao desenvolvimento do capitalismo, lendo e dialogando com K. Marx e as análises d'O capital, e foram muito além da constatação dos limites e dos efeitos destrutivos do estabelecimento das relações capitalistas na Rússia. Os *narodniki* revolucionários foram os primeiros a destacar a existência de vias sociais multilíneas, mas combinadas, de desenvolvimento da história, por eles denominada de “desenvolvimento irregular”, e sublinharam o caráter específico do capitalismo em países ditos atrasados. Assim, é possível compreender que os *narodovoltsy* verificaram as contradições do capitalismo na Rússia e em países “como a Rússia” e enfatizaram as especificidades da formação do capitalismo na periferia do capitalismo, nas regiões de predominância de processos de produção do capital, como parte integrante da

totalidade contraditória do modo capitalista de produção. Nesse sentido, compreenderam, por exemplo, o papel central do Estado no desenvolvimento do capitalismo russo de forma ainda mais determinante do que a proposta de transição capitalista estabelecida na Europa Ocidental.

Precisamente, consideramos que o Estado russo é específico não só como sistema de pura norma arbitrária e burocrática, mas também pela forma que fica para trás produzindo conflitos com as instituições econômicas e jurídicas, costumes e ideias da massa do povo. Nosso Estado é um exemplo da importância colossal negativa que pode ter um sistema político que perdeu suas conexões com as necessidades econômicas do povo. Na Europa, o progresso político precede o progresso sócioeconômico e as formas políticas - especialmente em "época de revolução" - foram utilizadas como meios para destacar a questão econômica e acelerar as transformações. Mas, em nosso país, o peso constante do sistema político impede a reorganização econômica, jurídica e política que seria a alternativa inevitável se este sistema caísse e a iniciativa revolucionária do povo pudesse se manifestar livremente. (KIBALTCHITCH-DOROSHENKO, 1990 [1881], p.273-274).

Assim, A Vontade do Povo constatava a influência desmoralizadora e destrutiva que o sistema político exercia sobre as instituições sociais e populares e a proteção que o Estado outorgava às classes proprietárias (de terra e de meios de produção) retirando "centenas de milhões do bolso do povo e entregando-os à nossa nascente burguesia" (KIBALCHICH-DOROSHENKO, 1990 [1881], p.274). A burguesia criada consciente e deliberadamente pelo Estado surgiria, assim, em parte como consequência das condições em que o czarismo fomentava a partir de impostos e pesadas tributações aos camponeses que seriam drenadas para o financiamento industrial nas cidades.

Essa ternura paternal do regime czarista em relação à burguesia é algo incontestável. Simplesmente se assinala o fato de que, em nosso país, o Estado não é uma criação da burguesia, como na Europa, mas que, pelo contrário, a burguesia é uma criação do Estado (A VONTADE DO POVO, 1990 [1879-1880], p.281).

Além disso, o Estado promovia, no campo, uma profunda diferenciação interna entre os camponeses, representada pelo estamento social denominado kulaks²⁶²:

²⁶² De acordo com Shanin (1990a), a origem do termo kulak remetia à uma classe social que se originava do campesinato e que enriquecia no processo de exploração econômica e financeira de outros camponeses. O termo kulak, na Rússia imperial, era sinônimo da palavra russa *miroed* que significa "devorador da comuna". A partir dos anos 1920 as autoridades soviéticas utilizaram o termo kulak como sinônimo de "camponeses ricos", definido simplesmente pelos índices de quantidade de

O camponês é humilhado e vilipendiado até o limite em que o Estado possa lhe subjugar. Economicamente é reduzido à uma condição de miséria; por um pedaço de pão, para satisfazer suas necessidades mais animais (contudo, inexoráveis) é obrigado a manter a mais amarga luta por sua existência. Todos os seus pensamentos devem estar dirigidos para conseguir rublos [*moeda russa*] com que possa pagar seus impostos, cumprir suas numerosas obrigações financeiras e alimentar-se à si e à sua família, e descansar preparando-se para um novo trabalho. E tudo isso, dia após dia; hoje e amanhã, toda a vida. Nenhum tempo para si mesmo, para o homem; nenhum tempo para pensar. Esta é a situação do indivíduo. Esta é também a situação do *mir*. Então, para que existem o *mir*, a *obchtchina*? Em que se ocupam? Realizar alistamentos militares, recolher impostos, recuperar quantidade de impostos não pagos: essa é a vida do *mir*. E, na medida que o campesinato perde sua individualidade em sua busca forçada por dinheiro, assim também a *obchtchina* perde sua identidade e se distorce, asfixiada pelo conjunto de obrigações exclusivamente fiscais e policiais. (A VONTADE DO POVO, 1990 [1879-1880], p. 279-280).

Os *narodovoltsy* constataram que o desenvolvimento do capitalismo perpassava necessariamente pelo Estado e estavam conscientes do poder estatal e de sua capacidade de estimular a formação de classes sociais capitalistas, verificando também as expressões econômicas de sua relativa autonomia de existência. Além disso, enfatizaram sua reprodução burocrática como característica importante do papel avassalador sobre o esgarçamento das relações sociais, políticas e territoriais camponesas. Constataram ainda não a destruição completa do campesinato, mas a necessidade de sujeição de sua renda camponesa operada pelo Estado em favor da burguesia e da aristocracia agrária. Essa sujeição instituía, simultaneamente, uma reorganização das relações camponesas com expropriações e deslocamento para cidades, mas também contraditoriamente a resistência e recriação dos camponeses, inclusive na luta revolucionária para a manutenção de seu modo de vida. Figner (1930) assim sintetiza a práxis de A Vontade do Povo:

A transmissão da terra, principal meio de produção, à comunidade camponesa e a substituição da soberania absoluta do czar pela soberania absoluta do povo, ou seja, o estabelecimento de um regime no qual a vontade livremente expressa do povo fosse o único regulador da vida social. (FIGNER, 1930, p.135)

As atividades de agitação e propaganda em todas as camadas da população a fim de popularizar a práxis de transformação política democrática como meio de revolução social foram realizadas. Camponeses, operários de fábricas e frações de

terras e cavalos possuídos, sendo estes os principais inimigos dos camponeses pobres (SHANIN, 1990a; AUNOBLE, 2008).

oficiais do Exército fizeram manifestações de apoio aos *narodovoltsy*. Entre 1879 e 1881 a ação direta se efetivava, sobretudo, na luta (sistemática, organizada e consistente teoricamente) contra o Estado com um objetivo determinado: atingir de maneira profunda o absolutismo para que não fosse possível a transmissão do poder à burguesia. A verdadeira e urgente reforma social na Rússia era a revolução. O regicídio de Alexandre II foi considerado a forma de disparar a centelha revolucionária. Após quatro atentados mal sucedidos entre 1879 e 1880, em 1º de março de 1881, com a condução de Sofia Perovskaia e Andrei Jeliabov, o czar foi assassinado.

O atentado foi simultaneamente o apogeu e o início do declínio de A Vontade do Povo. A aposta em uma insurgência revolucionária após o regicídio não se concretizou. O Estado russo mobilizou o conjunto de seu aparato repressivo na busca pelos *Pervomartovtsi* (em russo aqueles do 1º de março, ou seja, o grupo que assassinou o czar) e por todos os militantes de A Vontade do Povo. Além disso, realizou a prisão, morte e/ou exílio dos apoiadores dos *narodovoltsy* na intelligentsia, na imprensa oficial e clandestina, nas universidades, entre os camponeses e nos sindicatos. O czarismo russo reprimiu ainda mais brutalmente na década de 1880 os militantes e todos aqueles que tentaram reorganizar o partido até 1887, quando a última célula de A Vontade do Povo foi presa e condenada à prisão - dentre eles, o irmão mais velho de Lenin.

O narodismo revolucionário constituiu-se como uma tradição socialista crítica fundamental para a compreensão da mobilização política do campesinato e da questão agrária russa. Sua práxis e seus questionamentos auxiliam na reflexão sobre as diferentes determinações das relações entre terra e Estado, capitalismo e questão agrária em formações territoriais periféricas do capitalismo. O campesinato foi compreendido pelos narodniki como uma classe potencialmente revolucionária, o que de fato se confirmou tanto na experiência das revoluções russas de 1905 e 1917 quanto nos processos revolucionários protagonizados por camponeses na China em 1949, em Cuba em 1959, na guerra do Vietnã entre 1955 e 1975 e em diversos processos revolucionários ao longo dos séculos XX e XXI na América Latina, na África e na Ásia. A resistência e a recriação do campesinato, suas insurgências e a forma de organização da comunidade camponesa eram compreendidos pelos narodniki como demonstrações peremptórias do coletivismo,

do comunitarismo e mesmo do comunismo sobre o qual se assentariam as bases da superação do capitalismo e do czarismo.

Os narodniki revolucionários compreendiam também que a Rússia seguia uma via diferente de desenvolvimento daquela trilhada pelo capitalismo na Europa Ocidental e foram os primeiros a destacar firmemente o desenvolvimento territorial desigual do capital. A visão de mundo narodniki, em sua dimensão ética, produziu uma firme crítica dos processos de alienação do sujeito, mobilizando uma utopia revolucionária para analisar sociedades periferizadas e superar as determinações da autocracia czarista e do capitalismo tardio. A ampla presença feminina, ativa na militância, na organização e na direção das lutas demonstra ainda uma característica de mobilização antipatriarcal de tentativa de horizontalização das relações de gênero.

Tais revolucionários enfatizaram também o poder e a primazia do Estado verificando seu papel autoritário, não somente como o aparelho das classes proprietárias, mas como o instrumento central da assimetria de classes e produtor de desigualdades. A história e a práxis das três organizações narodniki revolucionárias analisadas - os tchaikovtsy, Terra e Liberdade e A Vontade do Povo - produziram reflexões no século XIX que consideramos que devem ser profundamente debatidas, visto que desenvolveram críticas potentes e visionárias sobre os desafios urgentes ainda presentes no século XXI. Lenin, entretanto, realizou uma profunda crítica aos fundamentos políticos dos narodniki, produzindo inclusive a alcunha de populistas, e as possibilidades de reprodução do campesinato como classe capitalista.

3.5. LENIN E AS VIAS DE DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO: A EXTINÇÃO DO CAMPESINATO E A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO

Em diversos momentos de sua obra, V. I. Lenin analisou a questão agrária. Sua interpretação sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e as necessidades da revolução na Rússia sempre foi firmemente crítica ao narodismo, divergente, portanto, dos diálogos, ressalvas e elogios que Marx fez aos militantes narodniki revolucionários, assim como das inúmeras reflexões realizadas por Rosa Luxemburg sobre a mesma questão.

Desde seus primeiros trabalhos escritos em 1893 - *Quem são os amigos do povo?* e *Os conteúdos econômicos do populismo* - essas perspectivas podem ser

amplamente observadas. Já nesse momento Lenin ([1893a] 2010; [1893b] 2010) argumentava que as novas transformações econômicas nas relações sociais camponesas e a expansão das relações mercantis capitalistas demonstrariam o processo de desagregação do campesinato russo.

De acordo com o autor, havia um dilema profundo na Rússia da virada do século XIX para o século XX: a liberdade política seria necessária para preparar uma revolução social fundada nas massas. Entretanto, seria impossível obtê-la sem um movimento das próprias massas (LIH, 2015). Para Lenin ([1893a] 2010; [1893b] 2010; [1899] 1982; [1907] 1969), o pensamento narodnik não teria dado uma resposta à esse dilema, pois insistia na revolução advinda do campo, sendo o campesinato a classe potencialmente revolucionária e portadora da utopia concreta da transformação²⁶³.

As chaves propostas pela análise leniniana envolvem, assim, uma determinada leitura da obra de Marx, fundamentada na compreensão da transformação capitalista da Rússia e a constatação de que novas classes sociais são produzidas pela expansão do capitalismo (LENIN, [1893] 2010; [1893] 2010b; [1899] 1982). Nesse processo, a primeira importante classe produzida seria a dos operários urbanos da indústria moderna. Os proletários fabris são, para Lenin, os líderes naturais do *narod*, pois são aqueles diretamente confrontados com a forma

²⁶³ Em itens anteriores destacamos as críticas realizadas por Lenin e também por Plekhanov quanto ao campesinato, a questão agrária, o desenvolvimento do capitalismo e a revolução na Rússia. Em *A que herança renunciamos?* verificamos uma síntese dessas críticas: “Por populismo entendemos um sistema de concepções, que compreende os três traços seguintes: 1) *Considerar o capitalismo na Rússia como uma decadência, uma regressão.* Daí a tendência e o desejo de “deter”, de “paralisar”, de “cessar a destruição” dos pilares pelo capitalismo e outros lamentos reacionários semelhantes; 2) *Considerar original o regime econômico russo em geral e o camponês com a sua comunidade, artel, etc, em particular.* Não se considerava necessário aplicar às relações econômicas russas os conceitos elaborados pela ciência moderna sobre as diferentes classes sociais e os seus conflitos. O campesinato da comunidade era considerado como algo superior e melhor em comparação com o capitalismo; era a idealização dos “pilares”. Negavam e dissimulavam as contradições que existiam entre os camponeses, que eram inerentes a qualquer economia mercantil e capitalista, negavam a relação destas contradições com a sua forma mais desenvolvida na indústria e na agricultura capitalistas; 3) *Ignorar as relações entre a “intelectualidade” e as instituições jurídico-políticas do país, por um lado, e os interesses materiais de determinadas classes sociais, por outro,* negação desta relação, a ausência de uma interpretação materialista destes factores sociais obrigava a ver neles uma força capaz de “empurrar a história por outra via” (Sr. V. V.), “desviar do caminho” (Sr. N.-on, Sr. Iujakov e outros), etc.” (LENIN, [1897] 2015, s/p). Enfatizamos novamente essa interpretação de Lenin sobre o campesinato e sobre os narodniki russos, visto que estes militantes revolucionários pontuavam o desenvolvimento territorial desigual do capitalismo e as especificidades, tanto do desenvolvimento capitalista na Rússia, quanto a possibilidade do processo revolucionário se estabelecer com a firme presença camponesa. Além disso, os narodniki argumentavam incisivamente sobre as relações sociais e a produção da fração do território camponês não como algo “original” da Rússia, mas como a potência da particularidade russa para a revolução social.

capitalista pura e com a situação real dos trabalhadores de toda a Rússia. Eles, portanto, são a síntese do processo de decomposição do campesinato, libertos do jugo pré-capitalista, feudal e/ou semifeudal e brutalmente explorados nos centros industriais urbanos, e com isso portam a centelha revolucionária e as condições materiais para a realização do devir do operariado. Em outras palavras, sua concentração nas fábricas e nas cidades facilitaria a organização do proletariado unindo a luta pela liberdade política e a necessidade da revolução social. Para Lenin, o proletariado urbano seria capaz de ler e escutar a mensagem marxista sobre as causas e os remédios da exploração capitalista e dirigir a massa dos trabalhadores urbanos e rurais (SILVA, 2012; LIH, 2015).

A segunda classe criada pela transformação capitalista é aquela dos trabalhadores explorados que permanecem no campo. Na interpretação de Lenin ([1893] 2010), a exploração capitalista é onipresente, não somente nas cidades, mas também no campo desagregando *todas* as relações sociais de produção e territórios. Esses trabalhadores rurais seriam, entretanto, incapazes de desempenhar um papel essencial de liderança de classe, mas poderiam adquirir a condição de importantes seguidores (e/ou aliados).

Dessa maneira, o capitalismo, para Lenin, seria incontornável na expulsão do campesinato, um caminho sem volta para a destruição dos camponeses, necessariamente desintegrados no processo histórico do desenvolvimento das forças produtivas, encorpando a massa de trabalhadores urbanos. A luta desse momento da história em diante consistiria em um acirramento, cada vez mais intenso, da contradição entre capital e trabalho nas cidades (e secundariamente no campo).

Assim, em *Quem são os amigos do Povo?*, Lenin ([1893a] 2010) argumentava que embora incipiente em diversos aspectos, estava se produzindo um desenvolvimento capitalista na Rússia. Para o revolucionário de Simbirsk, a reforma burguesa de 1861 aprofundou o caminho para tal desenvolvimento, e toda a história posterior russa estava marcada pela intensa expropriação do campesinato, pela sua diferenciação interna e pela nova cisão no campo entre burguesia agrária e proletariado agrário. Contudo, para que a contradição entre essas duas classes pudesse se desenvolver plenamente, seria necessário eliminar previamente os inúmeros vestígios do velho regime pré-capitalista (SILVA, 2012). Nos termos de Lenin ([1893a] 2010, p. 104-105),

Ao verem que toda a história da Rússia, desde a abolição da servidão, resume-se à ruína das massas e ao enriquecimento de uma minoria; ao constatarem a expropriação em larga escala de pequenos produtores na medida do progresso técnico geral; ao remarcarem que tais tendências opostas surgem e se reforçam na medida em que se desenvolve e se fortifica a economia mercantil, eles [o *Partido Socialdemocrata Russo (POSDR)*] não puderam negar que estavam de frente com uma organização burguesa (capitalista) de economia social, que necessariamente engendrava a expropriação e a opressão das massas. Tal convicção determinava diretamente o seu programa prático, que assim poderia ser resumido: participar da luta do proletariado contra a burguesia, da luta das classes despossuídas contra as classes possuidoras - luta que constitui o essencial da realidade econômica da Rússia, da pequena vila perdida nos grotões do país à fábrica mais moderna.²⁶⁴

Em decorrência da abolição da servidão na Rússia, se instituiu uma profunda diferenciação interna do campesinato que produziria constantes - e violentas - marchas de expropriações. Ocorreu, com isso, um acirramento desse processo devido ao progresso técnico (concretizado na expansão da maquinaria e da grande indústria), à tendência a concentração fundiária e ao desenvolvimento da economia de mercado. Diante disso, caberia à socialdemocracia russa, como partido revolucionário, a vanguarda e a direção da luta de classes entre proletariado e burguesia no campo e na cidade. Constatavam-se, assim, em *O conteúdo econômico do populismo*, as seguintes considerações:

O que o capitalismo possui de progressivo é justamente o fato de ter destruído as antigas condições precárias de vida, geradoras do embrutecimento, e que não permitiam aos produtores tomar as rédeas do seu destino. O desenvolvimento considerável das relações comerciais e das trocas mundiais, os contínuos deslocamentos de enormes massas populacionais, romperam os laços seculares do clã, da família, da comunidade territorial; eles fizeram nascer essa diversidade no desenvolvimento, essa 'variedade de talentos, essa riqueza de relações sociais', que possui um papel importante na história moderna do ocidente. Na Rússia, tal processo manifestou-se com toda a sua amplitude após a abolição da servidão, quando viu-se que as antigas formas de trabalho colapsaram com extrema

²⁶⁴ Tradução do autor. No original: "Voyant que toute histoire de la Russie, depuis l'abolition du servage, se résume dans la ruine des masses et dans l'enrichissement d'une minorité, constatant l'expropriation sur une large échelle des petits producteurs au fur et à mesure du progrès technique général, remarquant que ces tendances opposées surgissent et se renforcent dans la mesure où se développe et se fortifie l'économie marchande, ils [o *Partido Socialdemocrata Russo (POSDR)*] ne pouvaient pas ne pas conclure qu'ils étaient en présence d'une organisation bourgeoise (capitaliste) de l'économie sociale, qui engendrait *nécessairement* l'expropriation et l'oppression des masses. Cette conviction déterminait directement leur programme pratique, qui pouvait se résumer ainsi : participer à cette lutte du prolétariat contre la bourgeoisie, à la lutte des classes non possédantes contre les classes possédantes, lutte qui constitue l'essentiel de la réalité économique de la Russie, depuis le village perdu au fin fond du pays jusqu'à la fabrique la plus moderne." (LENIN, [1893] 2010a, p. 104-105)

rapidez, enquanto a compra e venda de força de trabalho passavam para o primeiro plano, arrancando o camponês da família e da semi-servidão, do bruto regime do campo, substituindo as formas semi-feudais de apropriação da mais-valia por formas puramente capitalistas.²⁶⁵ (LENIN, [1893b] 2010, p. 151-152).

Nesse trecho aparecem diversas considerações centrais das reflexões leninianas, assim como surge um ponto de apoio para os desdobramentos leninistas de análise da questão agrária e do desenvolvimento do capitalismo, especialmente no campo. A primeira envolvia a condição (supostamente) inexorável de arrasamento do campesinato e o caráter progressista do desenvolvimento do capitalismo ao desvencilhar os camponeses do “atraso”, do “embrutecimento” e da “opressão da família patriarcal”. O segundo elemento significativo era o estabelecimento das conexões entre o capitalismo russo e a assim chamada transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental. Lenin constatava, assim, que havia um momento genético, um marco de origem do surgimento do capitalismo na Rússia. A abolição da servidão servia como uma espécie de dilúvio capitalista na história, que decompunha, submetia e destruía as formas pregressas do capitalismo (feudais e semifeudais) transformadas em formas capitalistas puras (e acabadas). Sem dúvida, Lenin observava as contradições do processo de acumulação originária e produção do capital, mas observava também que a destruição do campesinato era uma etapa histórica *necessária* para a consolidação do mercado capitalista. A resistência camponesa e as organizações políticas no campo, geridas pelos camponeses, não se encontravam no arco de preocupações políticas de primeira grandeza no pensamento leniniano, suas ações eram sistematicamente pontuadas de dúvidas, questionamento de seu alcance e certa desconfiança política.

As demandas camponesas encontravam-se primordialmente submetidas aos desígnios do proletariado e aos interesses do partido-vanguarda. O campesinato

²⁶⁵ Tradução do autor. No original: “Le capitalisme a justement ceci de progressif qu’il a détruit les anciennes conditions étroites de la vie, génératrices d’abrutissement, et qui ne permettaient pas aux producteurs de prendre en main leur propre sort. Le développement considérable des relations commerciales et des échanges mondiaux, les déplacements continuels de masses énormes de population, ont rompu les liens séculaires du clan, de la famille, de la communauté territoriale ; ils ont fait naître cette diversité de développement, cette « variété de talents, cette richesse de rapports sociaux », qui joue un si grand rôle dans l’histoire moderne de l’Occident. En Russie, ce processus s’est manifesté dans toute son ampleur après l’abolition du servage, quand on vit les anciennes formes du travail avec une rapidité extrême, tandis que passaient au premier plan l’achat et la vente de la force de travail, qui arrachaient le paysan à la famille patriarcale à demi serve, au régime abrutissant des campagnes, et remplaçait les formes à demi-féodales d’appropriation de la plus-value par des formes purement capitalistes” (LENIN, [1893] 2010b, p. 151-152).

não se conformava como sujeito de direitos autônomo ou como classe específica com potencial revolucionário, mas como uma parcela submetida da classe trabalhadora que precisaria de administração, orientação e mesmo certa tutela. O campesinato, no limite, não possuiria uma autoconsciência das razões de sua condição socioeconômica. Conforme consta no panfleto *Aos pobres do campo*, de 1903:

Mas o camponês não sabe *por que é que* vive na miséria, passa fome e se arruína e como libertar-se desta miséria. Para saber isso é preciso antes de mais nada compreender de que decorrem toda a indigência e miséria tanto na cidade como no campo. Já falamos disto brevemente e vimos que os camponeses não possuidores e os operários rurais devem unir-se aos operários da cidade. Mas isto não chega. Além disso é preciso saber quem no campo seguirá os ricos, os proprietários, e quem seguirá os operários, os sociais-democratas. É preciso saber se são muitos os camponeses que, não pior do que os latifundiários, são capazes de adquirir capital e de viver do trabalho alheio. Se não esclarecermos isto a fundo, nenhum discurso sobre a miséria conduzirá a nada, e os pobres do campo não compreenderão *quem* é que no campo se deve unir entre si e com os operários da cidade e *como* fazer de modo a que seja uma união segura, de modo a que o camponês não seja enganado, além de pelo latifundiário, também pelo seu irmão — o camponês rico. (LENIN, [1903], 2016, s/p, grifos do autor)

Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de 1899, e posteriormente *n'O programa agrário da social democracia na Primeira Revolução Russa de 1905*, de 1907, Lenin desenvolveu outro conjunto de críticas às teses dos narodniki e argumentou que a antiga comuna russa estava se desintegrando e avançando para o desenvolvimento europeu “normal”. As particularidades expressas pelos narodniki sobre os camponeses e a propriedade camponesa da terra estavam em vias de extinção, pois as comunas russas não expressariam mais, com o desenvolvimento capitalista, relações sociais e econômicas de produção camponesa. Lenin²⁶⁶ ([1899] 1982, p. 6) refutava também os argumentos políticos narodniki afirmando que “as características fundamentais desse processo são idênticas na Europa ocidental e na Rússia, apesar de todas as particularidades econômicas e não-econômicas que se observam nesta última”.

²⁶⁶ Lenin destacou no Prefácio à primeira edição de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* o impacto que a leitura de *A questão agrária* de Karl Kautsky teve em suas reflexões: “este livro [referia-se *A questão agrária*] (que recebemos quando a maior parte da nossa obra já estava composta) constitui, depois do Livro Terceiro de *O capital*, o acontecimento mais notável na literatura econômica moderna. Kautsky analisou as ‘tendências fundamentais’ da evolução capitalista da agricultura e examinou os diversos fenômenos da agricultura contemporânea como ‘manifestações particulares de um único processo geral’”. (LENIN, [1899] 1982, p. 6).

Segundo Silva (2012), Lenin enfatizava n' *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* que ocorriam dois conjuntos de mudanças que sintetizariam sua interpretação do desenvolvimento do capitalismo no campo russo: a decomposição do campesinato, conforme já enfatizado; e o surgimento, no seu lugar, de novos tipos sociais associados à subordinação do capital comercial e usurário ao capital industrial.

Lenin pretendeu demonstrar que a concentração capitalista no setor agrícola tornou-se um fato irreversível, ao qual mesmo a Rússia não escaparia. O autor destacou a existência de um capitalismo agrário bem constituído no território, no qual as categorias sociais eram claramente antagônicas (SZUREK, 1977). O assim chamado antigo campesinato foi destruído completamente, deixando de existir, o que demonstraria a decomposição do próprio campesinato como classe específica. A explicação de Lenin se apoiava sobre dois critérios fundamentais e indissociáveis, quais sejam: o trabalho assalariado livre, principal fator do capitalismo agrário; e a concentração dos meios de produção, principalmente da maquinaria, para o proveito da burguesia agrária.

A partir da argumentação de Silva (2012) constata-se que a decomposição do campesinato distinguia-se de uma simples diferenciação social introduzida pelas reformas da década de 1860 no Império czarista (a principal delas, conforme já discutimos, a abolição da servidão), visto que provocavam a polarização das classes sociais no campo, fazendo emergir três categorias sociais²⁶⁷. Lenin ([1899] 1982) especificou que tais grupos se decompunham do assim chamado “campesinato médio”, que permanecia como uma categoria em transição, ou seja, em uma existência precária enquanto agricultores independentes e com posição de classe oscilante, pois sem o desenvolvimento pleno de uma agricultura mercantil este não se realizaria como uma burguesia rural e com isso seria, na maioria dos casos, forçado a se proletarizar e se transformar em operariado agrícola.

O proletário rural foi a segunda categoria produzida com o desenvolvimento do capitalismo no campo. Essa categoria envolveria o “campesinato pobre” e todos

²⁶⁷ Nas conclusões do capítulo II d' *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, Lenin enfatizou que “o conjunto de contradições existentes no interior do campesinato constitui o que chamamos de desintegração do campesinato. Empregando a palavra “descamponização”, os próprios camponeses fornecem uma definição extremamente precisa e relevante desse processo, que redunde na destruição radical do antigo campesinato patriarcal e na criação de novos tipos de população rural” (LENIN, [1899] 1982, p. 113).

aqueles que não possuíam terras. Lenin definiu o “representante típico” (LENIN, [1899] 1982, p. 116) desse proletariado: o assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil ou qualquer outro operário com um lote de terra. Ele estabeleceu também as características centrais dessa nova categoria: possuíam estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pequenas porções de terra; apresentavam um nível de vida extremamente baixo²⁶⁸; e a sua total decadência decorria na venda da sua força de trabalho e/ou no arrendamento de suas terras.

A “burguesia rural ou campesinato rico” seria a terceira categoria, que englobava os cultivadores independentes, os proprietários de estabelecimentos industriais-comerciais, de empresas comerciais, etc. Esse “campesinato” associava agricultura comercial com empresas industriais e comerciais, produzindo capitalistas no campo. Para Lenin, na maior parte desses casos, as dimensões da exploração da propriedade estavam acima das possibilidades da família, e por isso a formação de um contingente de operários agrícolas e também de diaristas é “condição indispensável da existência do campesinato rico” (LENIN, [1899] 1982, p. 115).

No percurso de tal exposição, a proletarização do campesinato era colocada como uma regra e uma “fatalidade histórica” do desenvolvimento do capitalismo. Tal entendimento de Lenin consolidou uma interpretação de que o campesinato é uma classe em extinção, que fatalmente se proletariza, mesmo que “possuindo algum lote de terra”, pois o campesinato russo, na verdade, é composto por “operários agrícolas possuidores de um lote de terras” que não conseguem extrair desta a renda necessária para a sua reprodução, dependendo assim de formas de ofício na agricultura ou fora dela (SILVA, 2007). A produção agrícola cobriria apenas parte de sua manutenção, o que geraria o baixo valor dos salários (LENIN, [1899] 1982).

²⁶⁸ Lenin enfatizava que estava realizando uma análise que partia da argumentação de que os camponeses pobres eram proletários rurais e afirmava que apenas os “populistas se obstinam em falar do campesinato como de algo anticapitalista, recusando-se a ver que a massa do ‘campesinato’ ocupa hoje um lugar perfeitamente determinado no conjunto do sistema de produção capitalista – o lugar de operários assalariados agrícolas e industriais” (LENIN, [1899] 1982, p. 117). Essa argumentação apresentava uma polêmica recheada de equívocos intencionais, fruto das disputas políticas na Rússia da virada do século XIX para o século XX e os confrontos entre quais seriam as classes revolucionárias e como se realizaria o próprio processo revolucionário. Os narodniki revolucionários ressaltavam o potencial anticapitalista do campesinato como classe que luta para reproduzir sua existência e revolucionar as relações sociais, políticas e econômicas a partir de suas características contraditórias: eram proprietários simultaneamente da força de trabalho e dos meios de produção. Os narodniki apontavam para o assim chamado *desenvolvimento irregular* da Rússia e desafiavam um pensamento ortodoxo, etapista e mecanicista de que a revolução adviria necessariamente e exclusivamente do proletariado.

Lenin ([1899] 1982) argumentava que o capitalismo dominava a agricultura de forma lenta e variada, não eliminando completamente os “restos da economia feudal”. A manutenção desses obstáculos vai se tornando um estorvo, sobretudo para o “camponês proletarizado”, preso à terra e às suas obrigações, como os impostos e a “caução solidária” (que obrigava todos os camponeses a responderem solidariamente pelo pagamento dos impostos da comunidade). Essa condição impediria também sua mobilidade em busca de melhores salários, a um ponto em que a condição do operário vinculado à terra era pior que a de outro já liberado. Shanin (1980) argumentou que o conceito de diferenciação interna do campesinato, empreendida por Lenin, é fundamental para a compreensão da transformação capitalista da agricultura camponesa e que determinou, em inúmeros casos, a sua modificação estrutural mais significativa. Para Shanin (1980) a argumentação lógica e o processo histórico demonstram a potência da diferenciação de classe para análise do campo. Todavia, sua operacionalização mecânica, baseada em uma interpretação unilateral do desenvolvimento do capitalismo – e incontestavelmente necessária - para a explicação do campesinato revela um dos limites do leninismo.

Já Szurek (1977) realizou uma crítica profunda à forma com que Lenin teria comprovado a decomposição do campesinato na Rússia e o surgimento de novas categorias sociais na agricultura. Para o autor, Lenin se apoiava quase exclusivamente sobre as estatísticas dos *zemstvos*²⁶⁹: em *Novas transformações econômicas na vida camponesa* [1893c], *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* [1899] e *n’O programa agrário da social democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907* [1907], Lenin apresentava um mesmo conjunto de dados estatísticos que comprovariam a existência e a proeminência dos trabalhadores assalariados na agricultura. Szurek (1977) refutou essas “provas cabais” argumentando sobre as diversas inconsistências na base e no tratamento estatístico e nos sentidos políticos das derivações realizadas por Lenin. Por exemplo, o marxista russo, adotando a estratificação econômica dos *zemstvos*, qualificou os diferentes tipos de exploração de grupos econômicos a partir do critério de área

²⁶⁹ De acordo com o Dicionário Político do *Marxists Internet Archive* (2016), os *zemstvos* eram “formas de autoadministração local sob a égide da nobreza nas províncias centrais da Rússia czarista, introduzida em 1864. A competência dos *zemstvos* era limitada às questões económicas puramente locais (organização dos hospitais, construção de estradas, estatísticas, seguros). A sua atividade desenvolvia-se sob o controlo dos governadores e do ministro do Interior, que podiam suspender as resoluções indesejáveis para o governo”.

semeada e simplificou os dados estatísticos reduzindo a classificação de extensão de área de propriedade de seis grupos para três; realizou, assim, uma redução da realidade social, utilizando um verborrágico vocabulário econômico com enormes implicações políticas classificando o campesinato em “pobres”, “médios” e “ricos”. Dessa forma, se encontram presentes os marcos de uma análise que opõe os camponeses entre si, não em relação às contradições sociais concretas do campo (a extensão da propriedade e as oposições entre a utilização da terra para a reprodução do trabalho familiar frente à apropriação da terra como fonte e meio de negócios capitalistas), mas em função de uma diferenciação de rendimentos.

Outra dimensão fundamental da crítica de Szurek (1977) envolve as variações que Lenin realizou sobre a definição de proletário rural para responder à permanência intempestiva do campesinato na Rússia, mesmo com as constantes expropriações. Lenin ([1899] 1982), em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, considerou como proletários agrícolas aqueles que trabalhavam para os proprietários de terra durante seis meses os homens e de 35 a 50 dias as mulheres, os camponeses que possuíam um cavalo ou mais ou também aqueles que detinham duas ou três vacas (ou mais). Assim, com esse subterfúgio, Lenin ([1899] 1982) estendeu os assalariados rurais à “metade do campo russo”. Além disso, a segunda variante adicionada ao termo proletário rural envolvia “o campesinato pobre”: dois terços da Rússia pertenceriam aos camponeses pobres, sendo o critério de definição do camponês pobre a sua própria condição de pobreza. Assim, “um camponês sem cavalo já se transformou em um não-proprietário, ou seja, é um proletário” (LENIN [1899] 1982) - tal era a redução da definição de classe social. A terceira variante foi a transformação do campesinato em uma pequena burguesia, potencialmente reacionária por sua condição de proprietária de terras. Nota-se diante disso que Lenin e os autores de fundamentação leninista passam por cima das diferenças entre a propriedade privada capitalista da terra e a propriedade privada camponesa da terra.

A partir dessas definições, consideramos que a análise do campesinato em Lenin, nos diversos momentos de sua obra, se reduz à uma estratificação social visando insidiosamente a confirmação de uma perspectiva teórica construída de antemão. Ou seja, a realidade camponesa é reduzida a critérios cada vez mais amplos, supostamente comprovados estatisticamente e de certa maneira descolados da realidade agrária russa a fim de comprovar a tese de sua destruição

com o desenvolvimento do capitalismo no campo. Constata-se, assim, o poder e a primazia do economicismo na interpretação leniniana e sua reprodução posterior nas diversas teses leninistas de interpretação do campo (amplamente difundidas no Brasil).

Mesmo nas próprias análises estatísticas apresentadas por Lenin, Szurek (1977) demonstrou a ampla predominância do trabalho familiar camponês em relação ao trabalho assalariado na Rússia, constatando uma contradição interna à reflexão do revolucionário russo. A fim de provar a predominância do assalariamento no campo, Lenin ([1899] 1982) ampliou a noção de trabalho livre para comprovar seu argumento. Szurek (1977, p. 148) demonstrou as inconsistências na análise:

Não se trata somente do trabalhador livre: trata-se do assalariado e da sua exploração. A maioria das explorações camponesas compreende, de fato, 'as explorações dos próprios assalariados agrícolas'. O leitor pensava encontrar-se de frente com uma leitura dicotômica da realidade (havia, de um lado, os empregadores e, de outro, os assalariados, e por fim 'os outros' em vias de decomposição), enquanto atualmente estes 'outros' transformaram-se em maioria do proletariado agrícola. Lenin retorna, em seguida, à pureza do esquema inicial. É uma confusão prenhe de consequências, tanto no plano da coerência teórica quanto no das implicações políticas. Se os assalariados agrícolas não são trabalhadores livres e são ainda um pouco 'camponeses', um pouco 'proprietários', como delimitar a especificidade do capitalismo agrário?²⁷⁰

Szurek (1977) enfatizou, assim, que a noção de capitalismo agrário de Lenin é uma teoria de viés mecanicista. Para justificar ainda mais amplamente a sua crítica, ele constatou que Lenin não forneceu, em nenhum momento, dados e informações sobre as lutas em que se opõem os proletários agrícolas e os capitalistas, enquanto frequentemente menciona o verdadeiro conflito do campesinato russo, aquele que opõe os camponeses aos grandes proprietários de terra.

Assim, desde suas obras iniciais, passando por *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* até a Revolução de Outubro de 1917, Lenin buscou "antecipar

²⁷⁰ Tradução do autor. No original: "Il ne s'agit plus seulement du travailleur libre : il s'agit du salarié et de son exploitation. La plupart des exploitations paysannes comprennent en effet « les exploitations des salariés agricoles eux-mêmes ». Autant le lecteur pensait se trouver en présence d'une réalité dichotomique (il y avait d'un côté les employeurs, de l'autre les salariés, et enfin « les autres » en voie de décomposition), autant maintenant ces autres deviennent la majorité du prolétariat agricole. Lénine reviendra par la suite à la pureté du schéma initial. C'est une confusion cependant lourde de conséquences, tant sur le plan de la cohérence théorique que des implications politiques. Si les salariés agricoles ne sont pas des travailleurs libres et qu'ils sont encore un peu « paysans », un peu « propriétaires », comment délimiter la spécificité du capitalisme agraire ?" (SZUREK, 1977, p. 148)

o futuro” e determinar a história ao crer em uma concentração capitalista da agricultura e em uma concentração do proletariado rural nesse setor. Pode-se verificar nessa argumentação cenas de um raciocínio explícito de evolucionismo e mecanicismo: já que o capitalismo se implantava na Rússia, este se assemelhava à agricultura inglesa – o modelo mais bem avançado à época de capitalismo agrário – que dividiu o campesinato em capitalistas rurais e operários agrícolas. Seria assim, necessário, portanto, que a formação territorial russa percorresse o mesmo caminho.

Lenin estava também convencido da superioridade da grande propriedade agrícola sobre a pequena propriedade camponesa e sobre os efeitos positivos do processo de mecanização da agricultura. Ele apresentava uma crença na necessidade voraz de industrialização do território, campo e cidade, para o avanço intenso do desenvolvimento das forças produtivas. A argumentação de Lenin destacava ainda que a desintegração do campesinato era condição para a transformação da economia mercantil, para uma crescente divisão social do trabalho produzindo ramos cada vez mais diferenciados e criando condições para a instalação de um modo de produção produtor de mercadorias (SILVA, 2009). Nesse sentido, os diversos ramos de produção tornavam-se mercados uns dos outros e a especialização crescente tendia a produzir a agricultura como um ramo da indústria.

Diferentemente dos narodniki, Lenin ([1899] 1982) enfatizava que a destruição do campesinato, baseada na separação dos produtores de seus meios de produção, levaria à formação de um mercado interno e que, separados dos produtores diretos, os meios de produção se concentrariam com os proprietários de meios de produção. Assim, o camponês expropriado teria que vender sua força de trabalho, transformando-a também em mercadoria. A necessidade de produção de mercadorias levaria então à necessidade de máquinas e insumos agrícolas, gerando um mercado de bens de capital. Portanto, nos termos de Lenin ([1899] 1982), o resultado do ingresso da agricultura comercial na comuna camponesa era o fim do campesinato como “grupo social minimamente homogêneo”.

Essa perspectiva se elucidava nas estratégias dos bolcheviques quando do processo revolucionário e tomada do Estado, no que se referia às tentativas sistemáticas de criação de grandes fazendas estatais até o processo de coletivização forçada de terras na União Soviética (política stalinista desencadeada a partir de 1929 como condição de uma “acumulação primitiva socialista” nos termos de Preobrajenski), visto que os *incômodos* camponeses continuavam a lutar e a

recriar suas relações sociais, econômicas e políticas de produção tanto no capitalismo quanto no socialismo soviético.

Lenin, então, separou acumulação do capital da acumulação primitiva do capital:

Impõe-se a distinção entre a acumulação do capital na base do capitalismo e a chamada acumulação primitiva, quando se desapossa violentamente o trabalhador dos meios de produção, se expulsa o camponês das suas terras, se roubam as terras comunais, e imperam o sistema colonial e o sistema das dívidas públicas, as tarifas alfandegárias protecionistas, etc. A "acumulação primitiva" cria, num polo, o proletário "livre", no outro, o detentor do dinheiro, o capitalista. (LENIN, [1914] 2016, s/p)

Essa distinção auxilia a compreensão dos argumentos aqui colocados. Lenin ([1914] 2016) observava que a acumulação originária se realizava nos primórdios do capitalismo, no momento de origem histórica de um determinado processo. Nesse sentido, o campesinato seria parte de uma etapa histórica que se superaria pelo desenvolvimento das forças produtivas e contradições capitalistas. Sua transformação em proletários rurais ou burgueses agrários estava colocada no processo de diferenciação interna do campesinato, estando fadados, como classe, ao desaparecimento no modo capitalista de produção e subordinados ao proletariado no modo socialista de produção.

Lenin destacou em diversos momentos de sua obra que o desenvolvimento do capitalismo conduzia à ruína da maioria dos camponeses trabalhadores, e que essa classe era, irremediavelmente, explorada pelos capitalistas, pelos proprietários de terra, por arrendatários e pelo mercado, e seriam levados inelutavelmente à miséria e a privação. Sob o modo capitalista de produção, os pequenos camponeses não poderiam contar com uma melhoria dessa perspectiva. Nesse sentido, evidenciava-se a razão vital da articulação dos interesses entre o proletariado e o campesinato, já que o essencial, de acordo com a interpretação de Lenin, era a luta entre o proletariado e a burguesia no campo e na cidade em *A ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato* ele afirmou:

Objetivamente, a marcha histórica das coisas colocou agora ao proletariado russo exatamente a tarefa da revolução democrática burguesa (todo o conteúdo da qual nós designamos, por uma questão de brevidade, pela palavra república); esta mesma tarefa se coloca a todo o povo, isto é, a toda a massa da pequena burguesia e do campesinato; sem esta revolução é inconcebível qualquer desenvolvimento minimamente amplo da organização de classe

independente para a revolução socialista. (LENIN, [1905] 1984, p. 164)

Além disso, conforme enfatizou Padilha (2009), o argumento político central era de que o campesinato deveria ser atraído para uma aliança com o proletariado, levando-se em consideração não exatamente seu potencial político ou revolucionário, mas a fim de minuar uma possível base de sustentação da burguesia na disputa pela condução do processo revolucionário. O campesinato era visto, em grande parte da obra de Lenin, como sujeito passivo e inúmeras vezes recebeu a pecha de classe antirrevolucionária ou mesmo tendencialmente contrarrevolucionária.

A liquidação por parte das classes revolucionárias (com direção do proletariado) da grande propriedade de terras e dos resquícios feudais seria possível pela via da nacionalização de todas as terras. Lenin ([1917] 2006) se guiava pelo argumento de que a nacionalização da terra contribuiria para um desenvolvimento rápido do capitalismo e para o acirramento da luta de classes no campo²⁷¹. Assim, após a vitória da revolução democrático-burguesa, esta se transformaria em revolução socialista. O socialismo tornaria indispensável a reorganização socialista no campo, a liquidação da propriedade privada da terra e sua passagem à organização e direção do Estado facilitando a solução dessa tarefa histórica (SZUREK, 1977). Lenin, assim, ponderava que uma reivindicação importante do campesinato russo deveria ser a nacionalização de terras.

No *Programa agrário da socialdemocracia russa de 1907-1908*, Lenin argumentou que a revolução burguesa na Rússia se fundamentava na questão agrária e determinava a peculiaridade nacional russa. Segundo a interpretação de

²⁷¹ Esse argumento se evidenciou na *Resolução sobre a questão agrária* de 30 de abril de 1917 (e divulgado em 13 de maio de 1917 pela publicação bolchevique Pravda): “A existência da propriedade latifundiária da terra na Rússia constitui o baluarte material do poder dos latifundiários feudais e uma garantia da possível restauração da monarquia. Esta propriedade da terra condena inexoravelmente a massa imensa da população da Rússia, o campesinato, à miséria, à vassalagem e ao embrutecimento, e todo o país ao atraso em todas as esferas da vida. (...) Quaisquer que sejam as utopias pequeno-burguesas com que todos os partidos e grupos populistas revestem a luta das massas camponesas contra a propriedade agrária feudal latifundiária e, em geral, contra todos os entraves feudais a toda a propriedade da terra e usufruto da terra na Rússia, esta luta exprime por si mesma a aspiração — plenamente democrático-burguesa, progressista em absoluto e necessária do ponto de vista económico — de quebrar resolutamente todos estes entraves. A nacionalização da terra, sendo uma medida burguesa, significa a liberdade da luta de classes e a liberdade do usufruto da terra, no grau mais elevado possível e concebível na sociedade capitalista, de todos os apêndices não burgueses. Além disso, a nacionalização da terra, como abolição da propriedade privada sobre a terra, representaria na prática um golpe tão poderoso na propriedade privada de todos os meios de produção em geral que o partido do proletariado deve prestar todo o seu concurso a essa transformação” (LENIN, [1917] 1977, s/p).

Silva (2012), Lenin percebia que os camponeses poderiam assumir um papel e um lugar de destaque na luta contra os restos da servidão, os resquícios feudais e a autocracia czarista, que os libertaria da opressão dos senhores de terra e simultaneamente de uma opressão da comuna camponesa e suas determinações. Essa perspectiva colocava a fração do território camponês como uma espécie de prisão de força de trabalho, grilhão violento de uma condição de barbárie feudal ou semifeudal.

A libertação desse grilhão se daria por meio do desenvolvimento do capitalismo na Rússia, que já se realizava no território. Lenin constatou duas vias “objetivamente possíveis” (SILVA, 2012) para esse desenvolvimento do capitalismo no campo, comparando a realidade russa com outras duas realidades.

O ponto crucial da luta reside nos latifúndios feudais, encarnação da mais marcante e o mais sólido vestígio da servidão na Rússia. O progresso da economia mercantil e do capitalismo encontra imperiosamente um fim para essas sobrevivências. Sobre essa relação não há, para a Rússia, que apenas uma via de desenvolvimento que pode ser trilhada de duas formas. Os vestígios da servidão podem desaparecer após uma reorganização dos domínios senhoriais ou da supressão dos latifúndios feudais, ou seja, por meio de reformas ou por meio de uma revolução. O desenvolvimento burguês pode continuar tendo à frente a grande propriedade senhorial que gradualmente torna-se mais burguesa e substitui os métodos feudais de exploração por métodos burgueses; ou pode continuar tendo à frente pequenas explorações camponesas que, pela via revolucionária, eliminam do organismo social essa excrescência que são os latifúndios feudais, para em seguida desenvolver-se livremente sem estes últimos pela via das fazendas capitalistas. (LENIN, [1907] 1967, p. 251)²⁷²

Na chamada via prussiana, a antiga propriedade agrária dominada pelos grandes proprietários de terra se adaptaria ao capitalismo, a partir de arranjos políticos, alianças de classe e mecanismos jurídicos. Esse ajuste seria realizado a partir de reformas com um caráter híbrido e interminável, resultando em um

²⁷² Tradução do autor. No original: “Le nœud de la lutte, ce sont les latifundia féodaux, incarnation de la plus marquante et appui le plus solide des vestiges du servage en Russie. Le progrès de l'économie marchande et du capitalisme met impérieusement un terme à ces survivances. Sous ce rapport il n'y a devant la Russie qu'une seule voie du développement bourgeois. Cependant, les formes de ce développement peuvent être de deux sortes. Les vestiges du servage peuvent disparaître à la suite d'une réorganisation des domaines seigneuriaux ou de la suppression des latifundia féodaux, c'est-à-dire au moyen de réformes ou au moyen d'une révolution. Le développement bourgeois peut se poursuivre avec à sa tête la grosse propriété seigneuriale qui devient graduellement plus bourgeoise et remplace les procédés féodaux d'exploitation par des procédés bourgeois ; il peut de même se poursuivre avec à sa tête de petites exploitations paysannes qui, par la voie révolutionnaire, éliminent de l'organisme social cette « excroissance » que sont les latifundia féodaux, pour se développer ensuite librement sans ces derniers en suivant la voie des fermes capitalistes.” (LENIN, [1907] 1967, p. 251)

desenvolvimento menos acelerado das forças produtivas e em uma democracia depauperada com elementos autoritários. De acordo com Coutinho (2005) e Silva (2009), nessa via de desenvolvimento capitalista, a burguesia abandonaria por completo a marcha histórica de ruptura revolucionária. A condução do processo de modernização seria realizada pelos grandes latifundiários que substituiriam progressivamente as formas de exploração feudais por “modernas” formas de exploração capitalistas (PADILHA, 2009). Nesse sentido, se estabeleceria um pacto conciliador entre as velhas elites proprietários de terra e a burguesia. Esse processo é conhecido como revoluções “pelo alto”, visto que ao invés de libertar os camponeses dos grilhões feudais, submete-os aos grilhões capitalistas²⁷³. A Rússia, caso seguisse esse modelo de dominação de tipo *junker*, se assemelharia ao desenvolvimento do capitalismo na Prússia.

No primeiro caso [*a via prussiana*], a exploração feudal lentamente se transforma em exploração burguesa à maneira dos junkers, encaminhando os camponeses por dezenas de anos para a mais dura expropriação e para a escravização, com exceção de uma pequena minoria de ‘Grossbauern’ (grandes camponeses). (...) o conteúdo essencial da evolução é a transformação da servidão em servitude e em exploração capitalista nas terras dos senhores feudais proprietários, junkers. (LENIN, [1907] 1967, p. 252)²⁷⁴

Na segunda via apresentada por Lenin, chamada de americana, um arranjo revolucionário suplantaria as grandes propriedades fundiárias e essa implosão se consolidaria em favor do campesinato, e não dos latifundiários. Ocorreria desse modo um desenvolvimento amplo das forças produtivas, associado a marcos de liberdade substancial. Esse desenvolvimento do capitalismo se realizaria a partir da massa livre dos *farmers* originários da economia camponesa, desvinculada da opressão e da exploração dos latifundiários. Lenin demonstrava que a sociedade camponesa apresentava uma base econômica para a realização de tal via:

No segundo caso [*a via americana*], o domínio senhorial não existe ou foi destruído pela revolução que confisca e divide as propriedades

²⁷³ Não concordamos nessa tese com a perspectiva de que se realizou no Brasil uma via prussiana (COUTINHO, 2005) ou mesmo uma adaptação, no caso dos países latino-americanos (incluindo a formação territorial brasileira), da via prussiana colonial (tal como MAZZEO, 1989). Além disso, refutamos a hipótese de uma revolução burguesa no campo brasileiro (AMAZONAS, 1960).

²⁷⁴ Tradução do autor. No original: “Dans le premier cas [*a via prussiana*] l’exploitation féodale se transforme lentement en exploitation bourgeoise à la manière des junkers, en vouant les paysans pour des dizaines d’années à la plus dure expropriation et à l’asservissement dégageant une faible minorité de « Grossbauern » (gros paysans). (...) le contenu essentiel de l’évolution est la transformation du servage en servitude et en exploitation capitaliste sur les terres des féodaux seigneurs terriens, junkers.” (LENIN, [1907] 1967, p. 252)

feudais. Dessa maneira, o camponês predomina, torna-se o agente exclusivo da agricultura e se transforma em fazendeiro capitalista. (...) é a transformação do camponês patriarcal em fazendeiro burguês. (LENIN [1907] 1967, p. 252)²⁷⁵

Lenin insistia, porém, que a luta dos camponeses contra os proprietários de terra não era uma luta da produção popular ou do princípio do trabalho contra a burguesia, mas sim uma disputa entre o tipo americano de evolução burguesa contra o tipo prussiano - também burguês - de desenvolvimento da história. Assim, de acordo com as determinações da análise leniniana, não haveria espaço de nenhum modo para a luta de classes camponesa e sua constituição enquanto classe capitalista, portadora de um potencial revolucionário, que não fosse, no limite, a revolução burguesa.

No *roteiro heroico* de Lenin (LIH, 2015) uma ideia constante dominou o posicionamento teórico e a prática política de Lenin sobre o campesinato ao longo de sua trajetória intelectual e política: para ele o desenvolvimento do capitalismo, incluída a Rússia czarista, conduziria inelutavelmente à transformação dos camponeses (médios e pobres, na verdade a massa do campesinato) em proletários agrícolas. Seria no entorno de uma luta de classes que opunha os operários agrícolas e os capitalistas agrários, portanto, que Lenin subordinava sua compreensão sobre o campo (SZUREK, 1977).

Importante ressaltar que após outubro de 1917 surgiram outras interpretações sobre a questão agrária e o campesinato. Os camponeses foram protagonistas das lutas no campo e na cidade, e a questão se colocou na pauta revolucionária de modo incisivo: como integrar os camponeses no momento pós-revolucionário?

Em 1917, no *Segundo Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de toda a Rússia* Lenin propôs a criação de organizações autônomas de assalariados agrícolas e a constituição de grandes propriedades agrícolas do Estado como a resposta possível dentro do seu esquema de interpretação da realidade no campo.

Consideramos que a revolução provou e mostrou como é importante que a questão da terra seja colocada com clareza. O desencadeamento da insurreição armada, da segunda revolução, a

²⁷⁵ Tradução do autor. No original: "Dans le seconde cas [*a via americana*], le domaine seigneurial n'existe pas ou bien il est détruit par la révolution qui confisque et fractionne les propriétés féodales. Dès lors, le paysan prédomine, devenant l'agent exclusif de l'agriculture et se transforme en fermier capitaliste. (...) c'est la transformation du paysan patriarcal en fermier bourgeois." (LENIN [1907] 1967, p. 252)

de Outubro, prova claramente que a terra deve ser entregue nas mãos dos camponeses (...) O governo da revolução operária e camponesa deve resolver, em primeiro lugar, a questão da terra.²⁷⁶ (LENIN, [1917] 1982, p. 403)

Mas Lenin, mesmo considerando os assim chamados camponeses pobres como aliados importantes, subordinava essa reflexão a crença de certa oscilação e tendência pequeno-burguesa dos camponeses médios e a necessidade de exterminação dos “camponeses ricos” conforme argumentam Szurek (1977) e Cassin *et al.*, 2012. Entre 1918 e 1921 Lenin conferiu centralidade às estratégias de incorporação dos camponeses médios como a chave para a modernização do campo. Após 1921, a perspectiva da integração camponesa mudou de perspectiva, ocorreu ampla regressão socioeconômica que afetou a Rússia a partir das políticas implantadas pelo “comunismo de guerra” pode ser avaliada pela destruição e paralisia industrial e pela catastrófica situação no campo, exigindo uma iniciativa política incisiva (PADILHA, 2009; LIH, 2015). Essa iniciativa foi proposta por Lenin sob o formato da Nova Política Econômica (NEP).

Em relação ao campo, a NEP direcionava suas ações amplamente ao campesinato e se tratava de realizar de fato uma aliança econômica entre o proletariado e os camponeses, restabelecendo certas liberdades de troca e comércio. Os camponeses poderiam vender uma pequena parte da produção para o Estado a preço fixo, o restante podia ser lançado no mercado. A terra ficava para usufruto da comuna organizada sob o trabalho familiar (PADILHA, 2009). Uma nova partilha da terra deveria ocorrer a cada nove anos. Dessa forma, com a implantação da NEP e de um conjunto de medidas, como a estatização das empresas, das minas, de transporte e bancos, a Rússia passou a conviver com pressupostos considerados capitalistas e com a economia tradicional.

Lenin permaneceu amplamente favorável à construção de propriedades estatais de produção, em forma de cooperativas, mas as políticas designadas na NEP possibilitavam aos camponeses um acesso à renda camponesa. A necessidade de produção e a realidade de que camponeses produzissem os alimentos necessários para a reprodução do campo e da cidade colocavam os

²⁷⁶ Destaca-se que após a tomada do poder em outubro de 1917 foi aplicado o Decreto da Terra que dispunha que: “A propriedade latifundiária da terra é abolida imediatamente sem qualquer indenização”. (LENIN, [1917] 1982, p. 404)

camponeses pobres e médios como amigos dos *soviets*. Todavia, as incertezas frente ao campesinato permaneceram até sua morte em 1924.

Acerca das teses levantadas por Lenin e partindo de outra análise do processo de reprodução capitalista, consideramos fundamental retomar o pensamento de Rosa Luxemburg como contraponto a tais perspectivas no caminho do entendimento das múltiplas vias de desenvolvimento da sociedade e do capitalismo e sobre a reprodução das relações não-capitalistas no modo capitalista de produção. Os argumentos de Luxemburg divergem das perspectivas apresentadas por Lenin e fundamentam parte substancial de nossa interpretação.

3.6. ROSA LUXEMBURG: A REPRODUÇÃO DE RELAÇÕES NÃO-CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Partindo em direção oposta à adotada por Lenin, Rosa Luxemburg constatou que as relações sociais se produziam baseadas na coexistência de relações sociais e econômicas de produção diferentes, ocorrendo um intercâmbio contraditório entre elas. Nesse sentido, sua análise do campesinato, como relação social e econômica não-capitalista, possui a potencialidade de verificação dos mecanismos específicos de funcionamento desse intercâmbio entre relações sociais de produção camponesa, como relação social e econômica não-capitalista reproduzida pelos processos de reprodução realizados pelo próprio capitalismo. Luxemburg ([1913] 1985) afirmou que

Considerada historicamente, a acumulação do capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalista e [o meio] não capitalista. (...) A acumulação não é simples relação interna entre os dois ramos da produção capitalista, mas, sobretudo uma relação entre o capital e o meio não capitalista (...) As complicadas relações daí resultantes, as diferenças de velocidade e de orientação seguidas pelos dois departamentos no decorrer da acumulação, suas relações materiais e a correlação existente entre os valores e as formas de produção não-capitalistas não podem ser expressas exatamente de forma esquemática. *O esquema marxista da acumulação é apenas a expressão teórica daquele momento em que a dominação do capital terá alcançado sua última barreira, sendo dessa maneira, uma ficção teórica* como sucede com o esquema de reprodução simples, que formula teoricamente o ponto de partida da produção capitalista. (LUXEMBURG, [1913] 1985, p. 286, sem grifo no original).

Luxemburg foi enfática na crítica à dominação completa do capital, à expansão capitalista até a última “barreira”. Ao mesmo tempo em que constatou que

o desenvolvimento ampliado de reprodução do capital era tendencialmente expansivo, Luxemburg argumentava que essa expansão era contraditória, reproduzindo relações não-capitalistas de produção.

Considero que a autora introduz uma tese crucial para as análises marxistas: o pré-requisito extra-econômico para a produção de capital, ou seja, a acumulação originária é um elemento inerente, constitutivo e contínuo das sociedades modernas e seu campo de ação se estende tendencialmente ao mundo inteiro. Diante disso, compreende-se que Luxemburg prolongou a análise de Marx, visto que a autora superou a historicidade da análise da acumulação do capital (como proposta por Lenin²⁷⁷) para uma compreensão da espacialidade do processo, constatando a lógica da territorialização do processo histórico de produção do capital e a continuidade de relações sociais não-capitalistas no bojo do capitalismo²⁷⁸. Consideramos, então, que para Luxemburg há uma permanência do processo de produção do capital, que se realiza de modo violento e contraditório. Essa interpretação é possível, pois a autora realizou uma leitura das dinâmicas territoriais

²⁷⁷ Segundo De Angelis (2012), a interpretação de Lenin em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* [1899] baseava-se na premissa histórica da acumulação originária do modo capitalista de produção como um processo que ocorria na gênese do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, Lenin argumentava que o desaparecimento dos camponeses e a expropriação de suas comunidades era uma condição para a criação de um mercado capitalista na Rússia. Lenin ([1899] 1982, p. 113) enfatizava que “o sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarianização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega os operários agrícolas (...) não há nenhum fenômeno econômico no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista”. De Angelis (2012) ressaltou que Lenin compreendia esse processo como inevitável e de certa forma positivo. Em síntese, a acumulação originária para Lenin era um processo histórico e que se referia à gênese da produção capitalista, ressaltando o caráter histórico específico desse processo.

²⁷⁸ Nos termos de Rosa Luxemburg: “(...) a acumulação capitalista depende dos meios de produção que são produzidos de modo não capitalista. Além do mais, basta lembrar o papel que representou para alimentação da grande massa europeia industrial da Europa o abastecimento camponês de cereais – e do cereal que fora produzido de modo não-capitalista – para perceber quanto a acumulação capitalista está vinculada efetivamente, no tocante aos respectivos elementos materiais, a círculos não-capitalistas. (...) Vemos, no entanto, que o capital, mesmo em sua plena maturidade, não pode prescindir da existência concomitante de camadas e sociedades não-capitalistas. (...) Em função de suas relações de valor e de suas relações de natureza material, o processo de acumulação do capital está vinculado por meio do capital constante, do capital variável, e da mais valia às formas de produção não-capitalista. Essas formas constituem o *meio histórico* em que se desenvolve o desenrolar desse processo”. (LUXEMBURG, [1913] 1985, p. 252, sem grifos no original). A autora, ao analisar a necessidade de frações do território e relações não-capitalistas de produção, desenvolveu uma interpretação que colocou o desenvolvimento territorial do capitalismo no centro de suas reflexões políticas, econômicas e filosóficas. A partir da totalidade dialética e baseada no materialismo histórico, compreendemos que Rosa Luxemburg produz importantes discursos sobre a dinâmica territorial da produção e reprodução do capital.

da acumulação (a questão da expansão da fronteira capitalista, a acumulação do capital como expressão territorial e a ação política das massas oprimidas como sujeitos potencialmente revolucionários frente à barbárie capitalista) possibilitando uma atualização de suas reflexões na realidade contemporânea, a partir de conteúdos, estratégias e resistências que apontou ao longo de sua obra e que se desenvolveram e se aprofundaram.

Löwy (1978) ressaltou que Luxemburg prolongou a obra de Marx no plano dos fatos e métodos econômicos, pois tomou a categoria de totalidade concreta e estruturada - “estruturada no sentido preciso que as relações ocultas e invisíveis entre os elementos do todo constituem leis de totalidade distintas das propriedades dos elementos” (LÖWY, 1978, p. 98) - como centralidade²⁷⁹. Tal categoria possibilitou que a autora compreendesse no *processo histórico* os movimentos contraditórios de produção e reprodução do capital, e assim vislumbrasse a dialética como motor de reflexão materialista da realidade.

Essa análise do processo histórico, no que tange aos movimentos de produção do capital e desenvolvimento das forças produtivas, relaciona-se diretamente com o processo de formação das classes sociais, com os processos de territorialização do capital, com a reprodução de relações não-capitalistas de produção no processo de produção e reprodução do capitalismo e com os sentidos da luta pelo socialismo nas primeiras décadas do século XX. Löwy (2000b) verificou que o pensamento de Luxemburg está atravessado por uma tensão entre duas concepções de dialética do progresso (e do desenvolvimento social). A primeira é uma dialética teleológica, fechada, e tendencialmente eurocêntrica. Uma parte de sua obra foi redigida a partir dessa concepção determinista da história (e do próprio socialismo) como resultado inevitável do desenvolvimento das forças produtivas, em

²⁷⁹ Essa interpretação de Löwy (1978) relacionava-se com as análises realizadas pelo autor da obra de Lukács. Lukács foi um importante leitor de Luxemburg e o pensamento dessa marxista ocupou um lugar central na sua obra entre 1917-1923 (LÖWY, 1977). Na análise das obras de Economia Política de Rosa Luxemburg, (o jovem) Lukács enfatizou o elo indissociável entre os problemas ideológicos e econômicos e entre consciência e ser. Lukács afirmou que “Rosa Luxemburg foi, a meu ver, a única discípula de Marx a prolongar realmente a obra de sua vida tanto nos sentidos dos fatos econômicos quanto no método econômico e, desse ponto de vista, a se colocar concretamente no nível atual do desenvolvimento social” (LUKÁCS, [1922] 2003, p. 52). No momento em que Lukács aderiu firmemente ao leninismo e às teorias leninistas de partido, ele rompeu com as questões de organização elaboradas por Luxemburg. É fundamental ressaltar que para Loureiro (1996) Lukács se distanciou do luxemburgismo no momento em que ele modificou sua leitura da concepção da ação revolucionária com as massas de trabalhadores e oprimidos no centro (a pedagogia revolucionária da ação nos termos de Löwy (1969; 2009)), para uma priorização do partido como protagonista (e vanguarda) da revolução.

contradição crescente com as relações capitalistas de produção. Esse referencial demonstra que Rosa Luxemburg é “filha de seu tempo” (conforme argumentou Loureiro (2005) sobre a famosa expressão hegeliana), pois sua produção se insere no contexto do marxismo ortodoxo da II Internacional²⁸⁰. Entretanto, existe nos seus textos uma outra dialética do progresso, crítica, não teleológica e fundamentalmente aberta: trata-se de pensar a história simultaneamente como progresso e como catástrofe, sem privilegiar algum desses dois aspectos, pois a saída do processo histórico não está pré-determinada. Löwy (2000b) afirmou que

Com sua expressão socialismo ou barbárie ela rompeu, da maneira mais radical, com toda teleologia determinista, proclamando o irreduzível fator contingente do processo histórico – o que possibilita uma teoria da história que reconheça enfim o lugar do fator subjetivo. (LÖWY, 2000b, p. 81)

Nesse sentido, para Rosa Luxemburg o socialismo e a tendência de expansão completa do capitalismo eram possibilidades históricas, mas só se realizariam efetivamente nas condições objetivas em que se realizasse a luta de classes, sendo fundamental a ação das massas no processo político²⁸¹. Löwy (1978) ressaltou que, a partir da palavra de ordem “socialismo ou barbárie” (inserida na

²⁸⁰ Há uma significativa quantidade de debates entorno da contextualização da II Internacional e da conceitualização dos marxismos no período de 1889 (data do Congresso Internacional de Trabalhadores realizado em Paris) até a dissolução em 1914 (com o início da Primeira Grande Guerra). Andreucci (1982, p. 24) argumentou que “Por marxismo da Segunda Internacional, entende-se em geral uma interpretação e elaboração do marxismo que reivindica um caráter científico para sua concepção da história, na medida em que indica nela o desenvolvimento segundo uma necessária sucessão de sistemas de produção econômica, conforme um processo evolutivo que só no limite considera a possibilidade de rupturas revolucionárias emergentes do desenvolvimento das condições objetivas”. Kautsky apareceu como uma síntese do marxismo ortodoxo na medida em que compreendia o marxismo como teoria da evolução social, demonstrando que os fenômenos sociais eram regidos por leis semelhantes às da natureza (LOUREIRO, 2004). Rosa Luxemburg, apesar de pertencer à II Internacional e se inscrever em parte na vertente do marxismo ortodoxo, viveu em tensão: como a realidade era entendida como totalidade, os problemas econômicos e ideológicos formavam uma unidade, uma totalidade concreta entre ser e consciência, sujeito e objeto, teoria e prática, o que se distanciou paulatinamente do determinismo e do cientificismo do marxismo ortodoxo.

²⁸¹ Rosa Luxemburg estava imersa nas tensões entre o determinismo do pensamento econômico tributário da II Internacional e a práxis política de viés emancipatório. Nessas tensões sua obra não se eximiu de equívocos. Não nos propomos a realizar uma leitura dogmática de uma marxista que constantemente se apresentou como não-dogmática e heterodoxa. Luxemburg privilegiou em suas análises o proletariado como classe revolucionária, mas abriu a brecha para compreendermos a ação política das massas, que em um agir autônomo, criaria espaços públicos populares na luta política, social e territorial. Observou que o capitalismo se expandia aniquilando formas sociais não-capitalistas e formas de comunismo primitivo, mas observava que essa luta se perfazia reproduzindo relações não-capitalistas, lutas e resistências. Assim, não concordamos com críticas que reduzem o pensamento de tal autora aos aspectos econômicos, criticando sua obra como economicista (ROSDOLSKY, [1968] 2001) e em uma análise política ressaltando-a como não-marxista (ARENDT, [1968] 2008).

brochura *A crise da social democracia* [1916]), Luxemburg rompeu com a concepção de origem burguesa, mas adotada pela II Internacional, da história como progresso inevitável do desenvolvimento econômico. Ao construir esse rompimento teórico, Luxemburg demonstrou que o socialismo só será possível com a ação dos oprimidos e que a barbárie capitalista não designa uma regressão ao passado, mas é a expressão especificamente moderna do capitalismo do ponto de vista do seu *ethos*, de sua ideologia, de sua estrutura e da sua territorialização (LÖWY, 2000b).

Segundo Löwy (2000a), Rosa Luxemburg foi a precursora de profunda crítica contra o imperialismo europeu, fundamentando um explícito posicionamento anti-imperialista, e uma das primeiras a rejeitar veementemente a necessidade de apropriação dos territórios, considerados primitivos e atrasados, pelo processo de periferação do desenvolvimento do capitalismo como *conditio sine qua non* do progresso da humanidade. Luxemburg assumiu, assim, o ponto de vista das vítimas da modernização capitalista, ou seja, daqueles que sofrem a barbárie imposta pelo processo de produção do capital, como camponeses e várias formas do assim chamado “comunismo primitivo”.

Duas constatações são decorrentes dessa consideração: Rosa Luxemburg evidenciou a unidade dialética contraditória da acumulação do capital na metrópole associada à profunda exploração nas regiões periféricas pelo capitalismo e revelou também conteúdos da divisão territorial e social do trabalho e da dependência do processo de desenvolvimento capitalista. Weber (1999) e Löwy (1978; 2000b), sob diferentes matizes, apontaram que as regiões e frações do territórios não-capitalistas ocuparam, na obra de Luxemburg, uma função necessária para o desenvolvimento das metrópoles. Compreendo, então, que é possível constatar, a partir do ponto de vista da totalidade dialética e marxista da obra luxemburguiana, leituras territorializadas da acumulação originária do capital como expressão da dinâmica territorial de um movimento inerente e contínuo do capitalismo e da palavra de ordem “socialismo ou barbárie” como dimensão metodológica para a compreensão do desenvolvimento territorial contraditório e desigual e da ação política das massas²⁸².

²⁸² Luxemburg desenvolveu a reflexão sobre “socialismo ou bárbarie” na brochura *A crise da social-democracia* (LUXEMBURG, [1916] 2011c) publicada em 1916 na Suíça sob o pseudônimo Junius. No momento da publicação da brochura Rosa estava presa na Alemanha devido a sua militância política profundamente contrária a Primeira Grande Guerra, a obra também é conhecida como “brochura Junius”.

Nesse sentido, Rosa Luxemburg, marxista de origem periferizada - mulher, judia e polonesa²⁸³ -, constatou que os esquemas de reprodução ampliada elaborados por Marx constituíam uma representação matemática das condições para a acumulação que somente tem validade no caso hipotético de que existissem duas classes sociais. Assim, Luxemburg argumentou que a produção capitalista deveria contar necessariamente com “terceiras partes” (ou elementos exteriores à produção especificamente capitalista), como camponeses, pequenos produtores independentes, etc., que pudessem converter-se em compradores de mercadorias. Consequentemente, a imposição de relações de troca entre a produção capitalista e a não-capitalista era condição necessária para o processo de acumulação do capital. Entretanto, esse movimento de expansão territorial do capital se encontrava conflitivamente com relações de produção não-capitalistas, e para superar as possíveis resistências ao desenvolvimento capitalista que surgissem desse encontro, o capital recorria à um conjunto de estratégias que reporiem a violência militar, econômica e política, tanto estatal quanto privada, como motor desse processo²⁸⁴.

²⁸³ Rosa Luxemburg nasceu em uma família judia em 1871 na cidade de Zamość na Polônia ocupada pela Rússia czarista. Ainda durante a escola secundária, já em Varsóvia, adentrou o movimento revolucionário clandestino. Em 1889 se exilou na Suíça e ingressou na Universidade de Zurique, uma das poucas instituições que admitia o ingresso de mulheres (WATERS, 1979; ETTINGER, 1989). Conclui seu doutorado em 1897 com a tese *O desenvolvimento industrial da Polônia*, depois de amplos estudos em Economia Política e Direito. Na Suíça, conheceu Leo Jogiches, companheiro afetivo e espécie de mentor intelectual da juventude. Juntos eles fundaram o Partido Social-Democrata do Reino da Polônia e Lituânia (SDKPiL). Os dirigentes do pequeno partido editaram em Paris um jornal polonês, intitulado *A Causa Operária*. Luxemburg foi encarregada da redação do jornal, e passou longos períodos na cidade durante a década de 1890 (SINGER, 1986; ANDRADE, 2008; LOUREIRO, 2011a). Luxemburg emigrou para a Alemanha em 1898, no auge dos debates com o revisionismo dentro do SPD, e tornou-se rapidamente conhecida pertencendo à ala esquerda do partido (SCHÜTRUMPF, 2006; DUNAYEVSKAYA, [1981] 1985). Após sua imersão na militância política e teórica dentro do SPD, a autora polemizou com o revisionismo teórico da social democracia, com o oportunismo de direita das direções sindicais da Alemanha, apoiou a experiência da Revolução Russa, porém foi duramente crítica ao bolchevismo e à concepção leninista de partido como vanguarda de revolucionários profissionais, separada da grande massa dos trabalhadores (LOUREIRO, 2011a; CLIFF, 1959; NETTL, [1969] 1974). Foi fundadora do Partido Comunista Alemão (KPD), sendo assassinada em 15 de janeiro de 1919 em meio à Revolução Alemã. Marxista antidogmática, para Luxemburg o marxismo era um método vivo que devia ser constantemente desenvolvido para apreender o processo histórico concreto, portanto não era um dogma e um sistema de verdades eternas e imóveis (LÖWY, 1978). A essência do marxismo se compõe na análise articulada dialética e materialista da história (uma filosofia da história) e da compreensão do desenvolvimento contraditório da economia capitalista.

²⁸⁴ Em *Introdução a economia política* ([1925] 2009), Rosa Luxemburg dedicou um lugar privilegiado ao entendimento do comunismo primitivo, ou seja, das relações comunitárias de produção, e da economia camponesa. Desdobrando, por exemplo, a violência do processo de expropriação e pilhagem de terras indígenas na América Espanhola, a autora ressaltou as estratégias de escravidão, roubo de terras, o aldeamento e os trabalhos forçados, a instituição dos marcos da propriedade capitalista e a pressão dos impostos sobre esses territórios e populações. Para compreender o

As relações e tensões do encontro conflitivo entre a fronteira de expansão capitalista e frações do territórios não capitalistas era uma derivação lógica e histórica do movimento de produção do capital. Nesse sentido, compreendemos que Rosa Luxemburg substancia teoricamente o argumento de que o conceito de território é a expressão concreta, pois síntese de múltiplas determinações, da luta de classes (OLIVEIRA, 2004; 2010a), e assim auxilia a compreensão sobre as dinâmicas territoriais do processo de acumulação do capital.

Vejamos um pouco mais minuciosamente algumas reflexões.

3.6.1. Rosa Luxemburg leitora (e prolongadora) de Marx: a busca pelos discursos marxistas e geográficos da obra luxemburguiana

Esse item versa sobre o marxismo em Rosa Luxemburg, especificamente sua análise heterodoxa e não-dogmática das condições históricas da acumulação capitalista presente na obra *Acumulação de capital* [1913]. Nosso esforço articula-se também ao movimento de compreensão da leitura de Rosa Luxemburg sobre a obra de Marx exposta em alguns outros textos selecionados²⁸⁵.

O pressuposto da argumentação realizada, qual seja de que é possível compreender leituras contraditórias sobre o desenvolvimento do capitalismo em Rosa Luxemburg, trazendo seu pensamento para a Geografia, não tem como fundamento torná-la "geógrafa", ou seja, imputar desafios e obrigações à sua obra que, de fato, não estavam diretamente no conjunto de suas ideias e de sua práxis. Certamente, também não é nossa intenção reduzir o pensamento de Rosa à resposta de questões do âmbito da ciência parcelar, visto que ela era uma marxista, socialista democrática, que buscava refletir sobre questões prementes de seu tempo: as contradições entre reforma ou revolução nos partidos e na teoria marxista, as formas de organização política nos processos revolucionários, a auto-emancipação das massas nas lutas políticas, as guerras imperialistas e o subjugo

processo de expansão das relações capitalistas de produção sobre o comunismo primitivo, Luxemburg analisou as antigas comunidades germânicas, a economia camponesa indiana, a comunidade camponesa russa, diversas organizações tribais africanas e asiáticas, e dedicou especial atenção às comunidades indígenas e camponesas latino-americanas.

²⁸⁵ Essas discussões podem ser verificadas, por exemplo, nos seguintes textos de Luxemburg: *Paralisia e progresso do marxismo* de 1903, *Karl Marx* de 1904 e *O segundo e o terceiro volumes d' O capital* de 1917-1918, complementado pela análise de diversos outros momentos de sua obra como *Reforma e Revolução* de 1899, *Greve de massas, partido e sindicatos* de 1906, *Rascunhos das Teses de Junius* de 1916, *A crise da social-democracia alemã* de 1916 e a *Revolução Russa* de 1918. Além dos textos redigidos como professora na Escola Central do SPD entre 1907 e 1913 reunidos no livro *À l'école du socialisme* (LUXEMBURG, [1907-1913] 2012).

das populações coloniais, oprimidas e periferizadas, as experiências imediatas da Revolução Russa de 1917, as relações complementares entre socialismo e democracia, dentre outros²⁸⁶.

Contudo, Moraes (2005a; 2005b) ressaltou que o estudo da história do pensamento geográfico ultrapassava em muito os discursos do campo disciplinar, tendo como meta explícita analisar temas geográficos presentes em outros tipos de representações discursivas (na literatura, nos discursos políticos e filosóficos e outras disciplinas acadêmicas). O pensamento geográfico abrangia, de acordo com Moraes (2005a), os vários significados históricos do rótulo Geografia (para além da Geografia como ciência moderna e da geografia acadêmica produzida a partir do século XIX): suas fontes, as concepções atuais, e também as reflexões oriundas de outras disciplinas que em uma ótica central ou marginal tocam nos temas, conceitos e conteúdos atualmente assumidos no campo disciplinar, e que portanto substanciam também importantes análises do trabalho geográfico. Por pensamento geográfico entende-se, então, “um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, em um momento determinado possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas” (MORAES, 2005a, p. 32). Ressaltamos que Moraes enfatizou que os escritos que tematizam o território, sua organização, gestão, transformação e contradições apresentam *caráter intrinsecamente geográfico* e compõem escopo importante de análise dos geógrafos. Assim, compreendemos que a análise do pensamento de Rosa Luxemburg - e de possíveis *discursos geográficos* presentes em suas reflexões, estudados já por alguns geógrafos, apresenta inúmeras possibilidades de interpretação da dinâmica territorial contemporânea, sobretudo sobre as frações do território e regiões periferizadas e as massas que sofrem e resistem à modernização como barbárie capitalista (LUXEMBURG, [1925] 2009), os verdadeiros herdeiros da “tradição dos oprimidos”, nos termos de Benjamin²⁸⁷. Se sua obra suscita tanto interesse, discussão e polêmica é porque,

²⁸⁶ Esse conjunto de reflexões auxilia na compreensão de que Rosa Luxemburg, tal como observaram Löwy (1978), Lukács ([1922] 2003), Dunayevskaya ([1981] 1985), Basso ([1967] 1976) e Loureiro (2004), toma a totalidade dialética fundada no materialismo histórico como método. Como marxista, Luxemburg prolonga as análises de Marx aprofundando, desdobrando e ora discordando das reflexões marxianas, com o objetivo de retomar Marx para a reflexão de novos e outros desafios no século XX.

²⁸⁷ A noção de tradição dos oprimidos encontra-se desenvolvida na tese VIII (*Sobre o conceito de história*) de Benjamin [1940]. A formulação da tese apresenta relações interessantes com o

através do prisma de um momento histórico determinado, esta coloca questões relativas à história moderna, à totalidade como método dialético, à compreensão do desenvolvimento territorial da acumulação do capital sob uma perspectiva “periférica” e ao horizonte democrático, socialista e revolucionário como possibilidade frente à barbárie capitalista moderna.

Nesse sentido verificamos que no começo do século XX, diversos autores, especialmente os de inspiração marxista, constataram mudanças históricas fundamentais no capitalismo, que havia passado para um estágio monopolista, de grande concentração industrial, integração bancária e de desenvolvimento do mercado mundial. Rosa Luxemburg analisou detalhadamente essa nova fase do desenvolvimento do capitalismo e realizou uma interpretação polêmica, controversa e absolutamente instigante na obra *Acumulação de capital*.

Diante do exposto, é fundamental recuperar a recepção da obra de Marx na produção de Rosa Luxemburg para verificar a importância específica de algumas análises, o estabelecimento dos limites de alguns esquemas de interpretação marxianos e os rompimentos políticos de Rosa que caminham de um marxismo dogmático para um marxismo heterodoxo.

3.6.2. Rosa Luxemburg leitora de Marx: a totalidade como método

De acordo com Schütrumpf (2006) foi no exílio em Zurique, Suíça (1889-1898), que Rosa Luxemburg tornou-se marxista, no início não totalmente livre de aspectos dogmáticos, dogmatismo este que se distanciou a partir dos múltiplos rompimentos ao longo de sua trajetória política. A ação política de Luxemburg, mobilizada pela indissociabilidade entre teoria e prática, na qual a teoria (a análise concreta da totalidade) estava a serviço da prática, possibilitou uma leitura da obra de Marx sempre em movimento. Em sua produção escrita o desenvolvimento de suas discussões assumiu a forma de polêmica: E. Bernstein, K. Kautsky e V. I. Lenin foram alguns dos alvos da crítica dialética marxista de Luxemburg.

Em Zurique, Luxemburg estudou Economia Política e militou tanto no movimento polonês quanto no suíço. Ressalta-se que naquela época a Suíça

pensamento filosófico e político de Rosa Luxemburg no que tange à crítica da inexorabilidade da história e do progresso e o potencial revolucionário das massas oprimidas. Benjamin ([1940] 2005, p. 83) enfatizou que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso. Então surgirá diante de nós nossa tarefa, a de instaurar o real estado de exceção; e graças a isso, nossa posição na luta contra o fascismo tornar-se-á melhor”.

concentrava grande número de exilados do império czarista, inclusive adeptos da socialdemocracia russa (muitos deles anteriormente narodniki) como Georges Plekhanov, Vera Zasulich e Paul Axelrod, com os quais Luxemburg travou importantes diálogos (SINGER, 1986; WATERS, 1979; BOUDET, 1972).

Em sua tese de doutorado, intitulada *O desenvolvimento industrial da Polônia*, Luxemburg efetuou uma análise histórico-econômica cujo tema central foi o desenvolvimento da indústria no reino da Polônia e sua dependência dos mercados orientais (russos e asiáticos). A autora se propôs a demonstrar que a indústria polonesa havia surgido e se desenvolvido velozmente em grande medida graças ao papel protecionista do Estado e suas políticas tarifárias e aduaneiras, que representavam os interesses das classes proprietárias do reino da Polônia e suas articulações com o imperialismo russo (KOWALICK, 1979). Kowalick (1979, p. 21) ressaltou ainda que os materiais empíricos obtidos nos estudos doutorais de Luxemburg enfatizavam o importante papel do Estado e dos mercados externos na formação das relações capitalistas na Polônia. Diante disso, somente mais tarde esta experiência histórica concreta se converteu na necessidade, por parte da autora, de uma aproximação teórica distinta entre o desenvolvimento do capitalismo e as condições da acumulação capitalista em geral.

Em 1898, depois de alguns meses na França, Rosa Luxemburg chegou à Alemanha no auge dos debates sobre o revisionismo dentro do Partido Social-Democrata Alemão, o SPD, o maior partido operário do ocidente (ETTINGER, 1989; LOUREIRO, 2011a; ANDRADE, 2008). A Alemanha da virada do século XIX era o centro da luta de classes, ou nas palavras de Loureiro (2011), o coração da revolução. No SPD, Luxemburg tornou-se rapidamente conhecida. Pertencia à ala esquerda do partido e logo se tornou uma de suas porta-vozes centrais (SCHÜTRUMPF, 2006; NETTL, 1974; FROLICH, [1965] 1991).

Após sua imersão na militância política e teórica dentro do SPD (sem nunca abandonar os debates em torno da política polonesa e da Social Democracia do Reino da Polônia e Lituânia - SDKPiL), Luxemburg polemizou com o revisionismo teórico da social-democracia.

Inserida nesse contexto, Rosa Luxemburg, mais precisamente entre setembro de 1901 e novembro de 1902, resenhou para o *Vorwärts* (jornal diário do SPD da Alemanha) os escritos do jovem Marx publicados por Franz Mehring. Segundo Loureiro (2004), não é possível dizer que a leitura dos escritos de juventude de Marx

tenha modificado profundamente sua leitura anterior do marxismo, entretanto reforçou a tendência ativista que nela já existia. Nas resenhas, Luxemburg expôs o percurso intelectual dos escritos de Marx da década de 1840 ressaltando dois fios condutores centrais: a busca da solução do conflito filosófico entre pensar e ser, ou seja, entre mundo material e processo de pensamento (LOUREIRO, 2004); e os múltiplos contatos com o mundo da prática, isto é, com as questões políticas e econômicas. Na análise de Luxemburg, Marx, diferentemente dos hegelianos de esquerda, saiu do campo das especulações filosóficas abstratas, pois analisou profundamente a situação social, o tempo histórico, as lutas de classes em que estava inserido. Assim, Marx segundo Rosa Luxemburg desdobrou a filosofia hegeliana, guardando o método dialético e superando o idealismo.

De certa forma, essas leituras possibilitaram que em *Reforma ou Revolução* (1899) Luxemburg compreendesse que era justamente a perspectiva revolucionária de Marx que possibilitou que ele analisasse as relações sociais invisíveis da Economia Política burguesa. Na interpretação de Löwy (1979, p. 96-97) sobre o marxismo de Rosa Luxemburg pode-se considerar que socialismo científico e ciência socialista não são senão dois momentos de um mesmo processo: o da atividade revolucionária crítico-prática.

Para Luxemburg, o marxismo era um método vivo que deveria ser constantemente desenvolvido para apreender o processo histórico concreto, portanto não seria um dogma e um sistema de verdades eternas e imóveis (LÖWY, 1979). A essência do marxismo se compunha na análise articulada dialética e materialista da história (uma filosofia da história) e da compreensão do desenvolvimento contraditório da economia e das relações sociais capitalistas na busca da totalidade como método do materialismo dialético.

A concepção materialista da história é um *método de pesquisa* com “pensamentos orientadores geniais” e “perspectivas infinitas de participação autônoma”, porém a teoria do materialismo histórico permanece como herança de Marx na qual ainda cabem um profundo desenvolvimento e prolongamento, de acordo com Luxemburg. A autora argumentou, então, que um dos desafios para a emancipação da classe trabalhadora era a “criação das armas intelectuais para sua própria libertação” (LUXEMBURG, [1903] 2011).

Ou seja, o pensamento de Rosa Luxemburg distanciava-se paulatinamente do dogmatismo da II Internacional²⁸⁸, pois concebia a revolução socialista como uma necessidade histórica objetiva, sendo a práxis uma condição política e filosófica da revolução capitaneada pelas massas oprimidas.

Nesse sentido, Rosa Luxemburg posicionava sua teoria da história como algo aberto e não linear, criticando duramente a tradição evolucionista e determinista da II Internacional baseada no desenvolvimento etapista das forças produtivas até o socialismo. A sociedade moderna, para Luxemburg, se fundava na barbárie capitalista. Assim, para ela, o capitalismo civilizado era igual à barbárie. O futuro se apresentava como o devir da luta de classes do presente. Dessa forma, Luxemburg estabeleceu uma profunda análise de Marx colocando sua interpretação como uma *Realpolitik revolucionária* (LUXEMBURG, [1904], 2011c; [1916] 2011c).

Diante disso, compreendemos tal como Lukács ([1922] 2003) que Luxemburg prolongou a obra de Marx tanto no plano dos fatos quanto no plano dos métodos econômicos, e tensionou com a “paralisia do marxismo”. Destarte, compreendemos que Rosa Luxemburg foi uma intelectual e militante marxista²⁸⁹ (HAUG, 2013; LOUREIRO, 2012; LÖWY, 1979) e se distinguiu do marxismo determinista da II Internacional devido à sua concepção dialética do desenvolvimento social, fundada no conceito de totalidade concreta.

Segundo Loureiro (2012, p. 106), a análise de Luxemburg “frisa sempre que o marxismo é uma doutrina na qual não se separam o conhecimento das leis objetivas que regem a sociedade e a política revolucionária”. Ou seja, constatava-se que havia na obra de Rosa uma unidade entre teoria e prática, uma dialética entre lógica e história, necessidade e liberdade que em termos políticos e filosóficos se exprimia no entrelaçamento entre esse conjunto de questões candentes do materialismo histórico.

Ao esmiuçar *O Capital*, Luxemburg (2009 [1917-1918]) deixou clara sua análise marxista não-dogmática, consistente no método dialético e original no sentido de prolongamento do pensamento marxiano:

²⁸⁸ Luxemburg estava profundamente inserida nos temas centrais da II Internacional, quais sejam: greve geral, as contradições entre revisionismo e revolucionarismo, as guerras imperialistas e o subjugado das populações coloniais e as experiências imediatas da Revolução Russa de 1917.

²⁸⁹ Assim, refutamos as interpretações de Rosa Luxemburg como veiculadora de uma democracia liberal, republicana e não-marxista, de acordo com Arendt (2008), e também a análise do pensamento antiautoritário e libertário de Luxemburg, inscrita em uma tradição anarquista.

A principal obra de Marx, assim como toda sua visão de mundo, não é nenhuma Bíblia com verdades de última instância, acabadas e válidas para sempre, mas um manancial inesgotável de sugestões para levar adiante o trabalho intelectual, continuar pesquisando e lutando pela verdade. (LUXEMBURG, [1917-1918] 2009, p. 136).

Para Rosa Luxemburg ([1917-1918] 2009), no primeiro volume d'*O Capital*, Marx desvendou a verdadeira raiz do enriquecimento capitalista e seus dois fatos econômicos decisivos:

o primeiro é que a *massa dos trabalhadores* é formada por proletários que precisam vender sua força de trabalho como mercadoria e o segundo é que essa mercadoria força de trabalho tem hoje um alto grau de produtividade que pode produzir, em certo tempo, um produto muito maior do que o necessário, nesse tempo para sua manutenção. (LUXEMBURG, [1917-1918] 2009, p. 137, grifo nosso).

Assim, Luxemburg (2009) verificou que no primeiro volume d'*O Capital* as relações sociais se realizavam fundamentalmente no local de trabalho; ou seja, em um dos território capitalista da origem do enriquecimento, da produção de mais valia e da exploração do trabalho pelo capital. Território no qual o capitalista individual é o “senhor” dominando a organização, a disciplina e o planejamento, e explorando o proletariado em vista a extração da mais valia de seu trabalho. Luxemburg afirmou que esse processo demonstrava, sobretudo, a reprodução (capitalista) do capital.

No segundo volume d'*O Capital*, Marx destrinchou o reino da troca de mercadorias, no qual o capitalista individual compreendia o quanto necessitava dos outros capitalistas e da sociedade para a circulação das mercadorias produzidas. Ou seja, era no mercado (espaço abstrato e caótico para o capitalista individual) que ocorria a transformação do capital-mercadoria em capital-monetário, ou nos termos de Luxemburg, o capitalista precisava de riqueza em dinheiro sonante para a ampliação incessante do capital da venda da mercadoria produzida pelo trabalhador assalariado com a mais valia que nela se encerrava. Assim, era do espaço abstrato e caótico (em aparência) do mercado que se produzia a totalidade concreta do modo capitalista de produção: a realização dos negócios individuais para a realização da mais valia em dinheiro para os capitalistas individuais e a realização (que é sempre crítica) da satisfação das necessidades e a subsistência tendencialmente a toda sociedade.

A constituição da totalidade concreta entre produção, distribuição, circulação e consumo se efetivava, segundo Luxemburg, por meio do sistema de crédito. A

aparência de independência dos capitalistas individuais se esvaia a partir das constatações de Luxemburg ([1913] 1985) de que havia uma produção ininterrupta de mercadorias possibilitada pela articulação monopolista entre os sistemas fabris e bancários.

Rosa Luxemburg analisou detalhadamente essa nova fase do desenvolvimento do capitalismo, caracterizado pelo antagonismo entre o modo de produção e troca, o modo de produção e o modo de apropriação e o capital e o trabalho. Luxemburg desenvolveu uma interpretação controversa (e seminal) de que o capitalismo necessita das organizações sociais não capitalistas como base do seu desenvolvimento, que opera por assimilação das mesmas condições que são as únicas que podem assegurar a sua existência.

No terceiro volume d' *O Capital*, Marx, segundo Luxemburg, questionou como ocorria a repartição do lucro finalmente convertido em dinheiro, ou seja, quem, quais e quantos dominavam “sua porção justa” na repartição da mais valia extraída da força de trabalho.

Assim, a interpretação do livro terceiro de Marx ([1897] 1985c), segundo Luxemburg ([1917-1918] 2009), era que o pensador alemão analisava o “processo efetivo de produção, enquanto unidade do processo de produção imediata e do processo de circulação”, unidade essa que, em sua realização “gera novas configurações” no processo de repartição e concorrência capitalista no abocanhamento das frações de mais valia. Essas novas configurações apresentam-se em termos econômicos, sociais, políticos e territoriais, pois os dois objetivos centrais do livro terceiro são compreender simultaneamente, tanto a questão da concorrência entre os capitalistas quanto a repartição da mais valia. Assim, Marx compreendeu o que “cabia” a cada classe dominante na distribuição da mais valia entre os capitalistas, produtores e proprietários²⁹⁰.

Luxemburg argumentou que o terceiro volume d' *O Capital*

Deve ser visto como a finalização da crítica do capitalismo de Marx. Sem ele não se pode entender a decisiva lei da taxa de lucro, nem a divisão da mais valia em lucro, juro e renda, nem o efeito da lei do

²⁹⁰ Grespan (2011, p. 12-13) em análise sobre tais considerações afirmou que “interessa saber como, depois de criada pela força de trabalho para o capital industrial – ou seja, o capital que emprega trabalho produtivo – será repartida a mais-valia. É que ela o será não só internamente, entre os capitalistas de cada ramo da produção, mas também entre estes ramos e, mais, entre eles e os do capital comercial, os do capital portador de juros e, por fim, o dos proprietários da terra”.

valor no interior da concorrência. (LUXEMBURG, [1903] 2011, p. 126).

Colocando o problema de forma mais precisa, nos termos de Luxemburg, para que o capitalista avance no seu processo de acumulação (capitalizando a mais valia, ampliando e realizando a reprodução do processo produtivo) é necessário que ele encontre os meios de produção, a força de trabalho e os segmentos de mercado, não apenas em geral, mas em progressão contínua. Assim, como é fundamental que ele abocanhe frações cada vez mais ampliadas da massa de mais valia geral para que na concorrência entre capitalistas o montante que permanece consigo seja tendencialmente cada vez maior, esse processo só pode ocorrer ampliando o mercado para territórios não-capitalistas²⁹¹, entretanto como veremos, de acordo com Rosa essa expansão do capitalismo não se realizava como totalizadora de sua presença em todos os ramos da economia, e nem em todas as frações do territórios.

3.6.3. Crítica à economia política da expansão permanente do capital: Rosa Luxemburg e a análise da produção não capitalista do capital (entre barbárie e resistências)

A *Introdução à Economia Política* (IEP) de Rosa Luxemburg, manuscrito inacabado publicado em 1925 por Paul Levi, advogado e executor testamentário de Luxemburg, é uma das obras mais polêmicas e de certo modo mais negligenciada dos escritos luxemburguianos. Löwy (1986) argumentou que a forma pouco habitual de abordar a Economia Política, enfatizando substancialmente o assim chamado comunismo primitivo, ou seja, o conjunto de relações sociais e valores humanísticos comunitários, coletivistas, camponeses e comunais, que ocuparam mais da metade da obra, era uma das principais razões pelas quais mesmo intelectuais, militantes progressistas e revolucionários e até biógrafos de Rosa ignoraram o trabalho.

²⁹¹ Luxemburg ([1913] 1985: 250-251) argumentou que “[...] enquanto processo histórico, a acumulação de capital depende, sob todos os aspectos, das camadas e sociedade não capitalistas. [...] A partir daí podem ser revisados os conceitos de mercado interno e externo, que tiveram papel exponencial na polêmica em torno do problema teórico da acumulação. O mercado interno e o mercado externo desempenham, sem dúvida, papel importante e inconfundível na evolução do desenvolvimento capitalista. [...] Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e lhe oferece elementos produtivos e força de trabalho. Desse ponto de vista econômico, a Alemanha e a Inglaterra constituem, em sua troca recíproca, uma para outra, mercados capitalistas internos, enquanto as trocas entre a indústria alemã e seus consumidores ou produtores camponeses alemães representam, para o capital alemão, relações de mercado externo”.

Singer (2008) argumentou que Rosa Luxemburg era uma discípula que ousava criticar Marx. Firmemente ancorada na obra marxiana, objetivava prolongar seu pensamento, sobretudo a partir da categoria de totalidade, concreta e estruturada, nos termos de Löwy (1978). Tal categoria possibilitou que Luxemburg compreendesse no *processo histórico* os movimentos contraditórios de produção e reprodução do capital, e assim vislumbasse a dialética como motor de reflexão materialista da realidade²⁹².

Singer (2009) verificou que, na busca pela compreensão da expansão do capitalismo, Luxemburg descobriu a múltipla convivência entre diferentes modos de produção, o que confrontou parte significativa do marxismo ortodoxo do século XX e do século XXI. Luxemburg ([1925] 2009, p. 394) argumentou que

Em cada país industrial europeu, a produção capitalista reprime sem cessar a pequena produção camponesa e artesanal. Ao mesmo tempo, ela integra todos os países atrasados da Europa, todos os países da América, da Ásia, da África, da Austrália, à economia mundial. Isso se passa de duas maneiras: pelo comércio mundial e pelas conquistas coloniais. Um e outro começaram juntos, desde a descoberta da América em fins do século XV, e depois se estenderam ao longo dos séculos seguintes. Eles alcançaram seu maior desenvolvimento sobretudo no século XIX e continuam a se estender. Ambos – o comércio mundial e as conquistas coloniais – agem lado a lado. *Eles colocam os países industriais capitalistas da Europa em contato com todos os tipos e formas de sociedade em outras partes do mundo, com formas de economia e de civilização mais antigas, economias escravistas rurais, economias feudais e sobretudo economias comunistas primitivas.* (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 394, sem grifo no original)²⁹³

²⁹² Importante frisar os alertas de Loureiro (2004) e Löwy (2010b). As múltiplas tarefas da ação revolucionária de Rosa Luxemburg militante, jornalista, polemista e professora, fizeram com que seu pensamento filosófico se encontrasse disperso em um conjunto vasto de panfletos, brochuras, livros, ensaios, artigos de jornais, cartas, notas de aula, anotações de intervenções públicas, etc. Rosa não produziu uma “teoria sistemática” a partir de “textos filosóficos”, conforme ponderou Löwy (2010b), de fato ela preocupou-se em dar respostas imediatas à conjuntura política em que estava inserida, segundo a precisa interpretação de Loureiro (2004). Mas isso não impediu, muito pelo contrário, estimulou e revigorou a produção de uma densa reflexão sobre a dialética histórica, a teoria econômica do imperialismo e da produção e reprodução do capital e uma teoria política da ação. Seu pensamento estava em constante movimento e apresentava uma impressionante atualidade. Ao longo do século XX diversas lutas políticas utilizaram a figura e as ideias de Rosa Luxemburg como arma, bandeira e escudo, como as lutas dos trabalhadores e estudantes em Maio de 1968, a esquerda antiburocrática da RDA e o movimento camponês sem terra no Brasil, para citar alguns exemplos.

²⁹³ Tradução do autor. No original: “À l'intérieur de chaque pays industriel européen, la production capitaliste refoule sans arrêt la petite production paysanne et artisanale. En même temps, elle intègre tous les pays arriérés d'Europe, tous les pays d'Amérique, d'Asie, d'Afrique, d'Australie, à l'économie mondiale. Cela se passe de deux façons : par le commerce mondial et par les conquêtes coloniales. L'un et l'autre ont commencé ensemble, dès la découverte de l'Amérique à la fin du XVe siècle, puis se sont étendus au cours des siècles suivants ; ils ont pris leur plus grand essor surtout au XIXe siècle

Além disso, em sua perspectiva - amplamente desenvolvida na *Acumulação do capital* (AKK) -, o capital precisava de territórios não capitalistas – “algo fora de si mesmo” – para acumular, ou nos termos de Luxemburg, “a acumulação capitalista depende dos meios de produção que são produzidos de modo não-capitalista” (LUXEMBURG, [1913] 1985, p. 245).

Para a autora o objetivo e mola propulsora da produção capitalista não era a mais valia em qualquer quantidade, em uma única apropriação, “mas a obtenção ilimitada de mais valia, em um crescimento incessante em quantidades sempre maiores”. Complementou que “é a produção de mais valia na sociedade capitalista que faz da reprodução das necessidades vitais desse [*modo de produção*] um moto contínuo” (LUXEMBURG, [1913] 1985, p. 12). Diante disso, sem a reprodução ampliada seria impensável, em especial, a troca e, com ela, o surgimento da sociedade de classes, inclusive o desenvolvimento histórico que resultava na forma econômica capitalista. Contudo, o capitalismo se realizava e se desenvolvia historicamente (e contraditoriamente) em meio social não-capitalista.

Assim, Rosa Luxemburg separou a produção da reprodução do capital, colocando a acumulação originária não como um momento específico e histórico do desenvolvimento do capitalismo, mas como um processo permanente e constitutivo da (re)produção contraditória do capital que se realiza como reprodução de relações não-capitalistas inseridas dialeticamente no capitalismo. Para que ocorra a produção do capital é fundamental a produção não-capitalista, sendo necessário, para Rosa Luxemburg, analisar como se formam as classes sociais, ou seja, como ocorre a reprodução social das classes sociais capitalistas. Do seio de sua teoria econômica, portanto, se desenvolveu uma teoria política heterodoxa da expansão do capitalismo.

Luxemburg constatou que havia um desenvolvimento desigual que podia ser interpretado como uma diversidade de processos produtivos, nos quais as relações de produção especificamente capitalistas se desenvolveram mais em algumas regiões e frações do territórios do que em outros. Tal combinação entre relações capitalistas e relações não-capitalistas de produção, longe de ser uma debilidade do

et ils continuent de s'étendre. Tous deux - le commerce mondial et les conquêtes coloniales - agissent la main dans la main. *Ils mettent les pays industriels capitalistes d'Europe en contact avec toutes sortes de formes de société dans d'autres parties du monde, avec des formes d'économie et de civilisation plus anciennes, économies esclavagistes rurales, économies féodales et surtout économies communistes primitives.*” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 394, sem grifo no original)

processo de acumulação, podia ser analisada como a forma própria de se realizar a produção do capital, e compreendemos ser essa uma das principais potências das análises de Rosa Luxemburg. Por conseguinte, o mercado interno, conceituado como espaço econômico organizado segundo relações de produção capitalistas, teria necessidade do mercado externo, espaço econômico organizado segundo relações de produção não-capitalistas, necessidade fundada no fornecimento, por este último, de matérias-primas, força de trabalho e consumidores ao mercado interno. Em suma, a reprodução ampliada do capital necessita de relações de produção não-capitalistas para efetivar permanentemente a produção do capital.

O capitalismo se caracteriza por uma formação territorial que se ampliou exponencialmente com as conquistas coloniais, e posteriormente imperialistas. É fundamental, nesse processo, a violência mediada pelo Estado capitalista sobre o comunismo primitivo, questão amplamente analisada na seção *As condições históricas da acumulação* d'A *acumulação de capital* e na *Introdução a economia política* (obra que analisaremos aqui mais detalhadamente).

De acordo com Luxemburg para além do argumento das formas e relações pré-capitalistas como remetentes de um passado distante, ela produziu argumentos que focalizaram as formas de resistência e recriação de relações sociais não-capitalistas (SINGER, 2009) inseridas dialeticamente no modo capitalista de produção. Nesse sentido, é fundamental compreender os argumentos marxistas heterodoxos enfatizados por Rosa Luxemburg na IEP para associá-los aos fundamentos das interpretações colocados na AKK²⁹⁴.

Verifica-se que entre as duas obras há continuidades de reflexão, desdobramentos de análise e mesmo partes inteiras que foram produzidas

²⁹⁴ As relações entre os escritos econômicos e a teoria política de Rosa Luxemburg tem sido analisadas por diferentes perspectivas dentro do marxismo. Michael Löwy enfatizou o romantismo revolucionário presente na IEP e na AKK (LÖWY, 1986), bem como o humanismo revolucionário presente no conjunto da obra de Rosa Luxemburg (LÖWY, 2000; 2009). Mandel (1971), no prefácio da 1ª edição francesa da IEP, verificou os questionamentos luxemburguianos sobre as formas de funcionamento do capitalismo na busca do entendimento econômico, mas, sobretudo político, dos limites absolutos da reprodução de tal modo de produção. Janouvier (2009), no primeiro tomo das *Œuvres complètes* de Rosa Luxemburg, ressaltou a escrita da história a contrapelo e a produção de uma filosofia da história sob uma perspectiva não-eurocêntrica. Hudis (2010) enfatizou a importância das análises de Luxemburg sobre as sociedades não-ocidentais e enfatizou a relevância política dos escritos econômicos sobre o conjunto de formações pré-capitalistas. Harvey (2005) buscou a partir da análise de Luxemburg compreender os processos contemporâneos de acumulação do capital, cunhando o conceito de acumulação por despossessão. As análises de Isabel Loureiro (2012; 2014) destacaram a resistência aos processos de acumulação originária de capital e a ação política das massas como elementos possíveis de derivação dos escritos econômicos de Rosa Luxemburg.

inicialmente para a IEP e alocadas na AKK. É importante que as obras sejam lidas buscando os paralelos, mas, sobretudo entendemos que a IEP se constitui como um fundamento para a análise da AKK. Compreender a potência de seus argumentos nesse manuscrito é condição para a análise potente de sua teoria econômica, mas consideramos também que este apresenta um interesse bem mais vasto desenvolvendo importantes interpretações que deixam evidente elementos essenciais de sua teoria política e sua filosofia da história.

Objetivamos, então, analisar os argumentos que consideramos centrais no interior da IEP, quais sejam: os processos de concentração e centralização do capital produzem a concentração e centralização em determinadas frações do territórios e estão associados diretamente à acumulação permanente de capital que se realiza como meio, condição e produto produzindo a periferização de determinados territórios e a tríade destruição *parcial*-resistência-reprodução dos modos comunitários de produção e do campesinato que se efetiva a partir de uma leitura original do assim chamado comunismo primitivo. Tal interpretação, em nosso entendimento, de certa maneira, supera as análises em torno do conceito de formação pré-capitalista para a reflexão do campesinato.

Assim, mesmo constatando que a IEP se trata de um manuscrito inacabado²⁹⁵, é evidente a centralidade que Rosa Luxemburg empreende, na sua

²⁹⁵ Frölich ([1939] 1991, p. 189-190, tradução do autor) a partir de uma carta de Rosa Luxemburg para o editor I. H. W. Dietz de 28 de julho de 1916 reconstitui o que seriam os dez capítulos da IEP: “1) O que é a economia política?; 2) O trabalho social; 3) Elementos de história econômica: a sociedade comunista primitiva; 4) Elementos de história econômica: o sistema econômico feudal; 5) Elementos de história econômica: a cidade da Idade Média e as corporações artesanais; 6) A produção de mercadorias; 7) O trabalho assalariado; 8) O lucro capitalista; 9) A crise; 10) As tendências da evolução capitalista”. No momento da publicação da IEP os capítulos que de fato compuseram a obra foram o primeiro, o terceiro, o sexto, o sétimo e o décimo anunciados. Uma diferença que destaca-se entre o plano e a obra de fato publicada postumamente refere-se ao desdobramento do capítulo sobre a sociedade comunista primitiva em duas partes, quais sejam: sua constituição e sua dissolução. A escolha romântica revolucionária do “comunismo primitivo” por Rosa Luxemburg não foi fruto do acaso, mas forma consciente de compreender um “estado de natureza” do passado que possa servir de referência crítica para a crítica da barbárie do presente capitalista (LÖWY, [1980] 2008). Mesmo que seja uma obra incompleta, a IEP apresenta uma conclusão que abre brechas para uma profunda reflexão sobre a relação de Rosa Luxemburg sobre a periferização do capitalismo e os “vencidos da história”. Os biógrafos de Rosa Luxemburg não sabem ao certo se ela não havia terminado toda a formulação proposta ou se a invasão de seu apartamento pelos corpos francos após sua prisão e assassinato em janeiro de 1919 fez com que parte desse material tenha sido destruído. Entretanto, alguns dos capítulos “ausentes” podem ser analisados ao menos como “esboços” em outros momentos de sua obra. No Tomo II das *Œuvres complètes*, que se refere aos escritos de Rosa Luxemburg realizados no período em que ministrava aulas na Escola do Partido, por exemplo, se encontram escritos sobre escravidão e as relações sociais na Antiguidade Clássica e Tardia e a história econômica das crises. Na AKK, Rosa Luxemburg retomou o “comunismo primitivo” e apresentou passagens sobre a economia e a cidade feudal.

análise, à compreensão do comunismo primitivo e suas relações sociais, econômicas e políticas (LÖWY, 1986). Além disso, sublinha-se o interesse pelas estratégias de expansão do capitalismo articuladas ao olhar atento de Luxemburg para com as vítimas da barbárie capitalista moderna.

O percurso da publicação se relaciona diretamente com a trajetória intelectual, política e pessoal de Rosa Luxemburg e é necessário apontar ao menos uma breve nota sobre os caminhos do texto. A IEP surgiu das atividades docentes da autora na Escola Central do SPD em Berlim. A escola foi aberta em 15 de novembro de 1906 e recebia cerca de 50 alunos por semestre, e Rosa Luxemburg nela se inseriu como professora a partir de 01 de outubro de 1907, onde ensinou, inicialmente, Economia Política e História Econômica (FRÖLICH, [1939] 1991). Ela substituiu Rudolf Hilferding e Anton Pannekoek que foram proibidos pela polícia prussiana de participar de atividades, proferir conferências e ministrar aulas ligadas à Política. A partir de 1911, ela ministrou outro curso sobre a história do socialismo substituindo Franz Mehring (MANDEL, 1971).

Já em 1908 Rosa ambicionava editar as conferências e manuscritos de aula realizadas na Escola do Partido. As atividades docentes e a militância política impossibilitaram a sistematização do material até 1912. Em janeiro daquele ano ela retomou a elaboração da IEP, mas encontrou dificuldades e limites nas explicações marxianas dos esquemas de reprodução do capital. Assim, o trabalho foi interrompido por todo um conjunto de questões que colocaram em xeque, a partir do próprio método marxiano, parte da teoria econômica e política de Marx.

A ideia deste trabalho me foi sugerida por uma introdução popular à economia política, que eu preparava há muito tempo para a mesma editora, mas que minha atividade na escola do partido e as necessidades da propaganda me impediram de realizar. Quando em janeiro último, após as eleições no *Reichstag*, eu me preparava para finalizar, ao menos em grandes linhas, esse trabalho de vulgarização das teorias econômicas de Marx, eu me deparei com uma dificuldade inesperada: eu não poderia expor de uma maneira suficientemente clara o processo de produção capitalista nas suas relações concretas e nos seus limites históricos objetivos. Examinando a coisa mais de perto, eu me dei conta de que não se tratava de uma simples questão de exposição, mas de um problema que, sob o ponto de vista teórico, toca o conteúdo do segundo livro d' *O Capital* de Marx e que, ao mesmo tempo, está intrinsecamente relacionado com a atual política imperialista e suas raízes econômicas. Se eu obtive êxito na minha tentativa de elaborar tal problema de uma maneira cientificamente exata, meu trabalho, além do seu interesse puramente teórico, será igualmente, me parece, de alguma utilidade

na nossa luta contra o imperialismo. (LUXEMBURG, [1913] 2004, p. 16)²⁹⁶

Independente das críticas à crítica desenvolvida por Luxemburg, todo o conjunto de capítulos da seção *As condições históricas da acumulação* se articula diretamente aos argumentos luxemburguianos levantados na IEP e representam uma viragem do marxismo ortodoxo da IIª Internacional. Viragem que se transformou em verdadeira ruptura a partir da publicação d'*A crise da social democracia*, em 1916 assinada sob o pseudônimo Junius e redigida na prisão em 1915.

Em 1914 surgiram outros empecilhos para a elaboração da IEP. À época, o SPD, maior partido de esquerda do mundo, apoiou a concessão dos créditos de guerra para a Primeira Guerra Mundial, e nesse momento Luxemburg aprofundou sua militância antimilitarista. Ela foi encarcerada em março de 1915 por “traição à pátria”, e em 1916 depois de cinco meses solta foi novamente presa, ficando na prisão até novembro de 1918. Nos tempos de cárcere, sobretudo entre 1916-1917, ela continuou a elaboração da IEP. Entre a saída da prisão e seu assassinato, em janeiro de 1919, Luxemburg encontrava-se plenamente envolvida na Revolução Alemã e na organização e militância spartakista. A obra, então, nunca veio a público com Rosa Luxemburg em vida, mas marcou uma análise da história à contrapelo seja da ortodoxia, seja do dogmatismo, seja do eurocentrismo.

Analizando a obra em tela, verifica-se que Luxemburg parte da Economia Política e da necessidade da sua crítica. De acordo com a autora, a Economia Política é uma ciência de importância notável para a compreensão da sociedade e de seus fundamentos políticos e econômicos. Entretanto, há uma enorme dificuldade e um desacordo fundamental entre os economistas políticos no que tange à uma questão seminal e basilar: a definição e o objeto dessa ciência - em suma, “Qual é

²⁹⁶ Tradução do autor. No original: “L'idée du travail ci-dessous m'a été suggérée par une introduction populaire à l'économie politique, que je préparais depuis longtemps pour la même maison d'éditions, mais que mon activité à l'école du parti et les nécessités de la propagande m'empêchaient de mettre au point. Lorsqu'au mois de janvier dernier, après les élections au Reichstag, je me préparai à achever, du moins dans ses grandes lignes, ce travail de vulgarisation des théories économiques de Marx, je me heurtai soudain à une difficulté inattendue. Je ne parvenais pas à exposer d'une façon suffisamment claire le processus de la production capitaliste, dans ses rapports concrets, ainsi que ses limites objectives historiques. En examinant la chose de plus près, je m'aperçus qu'il ne s'agissait pas là d'une simple question d'exposition, mais d'un problème qui, au point de vue théorique, touche au contenu du deuxième tome du Capital de Marx, et qui, en même temps, est en rapports étroits avec la politique impérialiste actuelle et ses racines économiques. Si j'ai réussi dans ma tentative de poser ce problème d'une façon scientifiquement exacte, mon travail, outre son intérêt purement théorique, sera également, il me semble, de quelque utilité dans notre lutte contre l'impérialisme.” (LUXEMBURG, [1913] 2004, p. 16)

exatamente o objeto dessa ciência?” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 103)²⁹⁷. Essa é a inquietação inicial das reflexões da IEP e que irá mobilizar um conjunto de interpretações heterodoxas no marxismo de Rosa Luxemburg.

Rosa Luxemburg se ocupou, no primeiro capítulo da IEP, de se posicionar diante desse "quiproquó". Seu primeiro exercício de exposição no livro consistiu em perfazer um conjunto de críticas contundentes aos economistas políticos burgueses e seus “enormes manuais de economia política”. Assim, no processo de retomada das explicações dos *savant bourgeois* ela constatou uma sorte de equívocos: i) a tautologia das explicações sobre o objeto da Economia Política, isto é, a ciência se explicando por si mesma, em um movimento de totalidade fechada, traço marcante da ciência burguesa; ii) a reificação das categorias e conceitos capitalistas na argumentação de seus manuais e nos seus posicionamentos políticos; iii) a ausência de clareza na colocação dos debates com o objetivo explícito de “confirmar” e reafirmar a transhistoricidade do capitalismo; e iv) a busca incessante desses economistas políticos burgueses por uma análise evolucionista da história, que se realizava em seus métodos de exposição. Tais *savants* “encontram” simultaneamente os fundamentos das relações sociais capitalistas em todos os períodos da história e o apogeu da história que se realiza com a advento do modo capitalista de produção.

Rosa Luxemburg, então, soava o alarme de incêndio de tais interpretações logo nas primeiras páginas da obra:

(...) nós veremos mais à frente que não é um acaso que os *savant bourgeois* utilizam uma linguagem obscura e confusa para falar da essência da economia política, o que, pelo contrário, traduz muito bem a sua própria confusão, a recusa tendenciosa e furiosa em realmente esclarecer a questão. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 106)²⁹⁸

Percorrendo outra trajetória, Luxemburg situou sua análise da Economia Política a partir dos fundamentos estabelecidos na obra de Marx. Logo em sua primeira referência ao cidadão de Trier ela retomou os sentidos do subtítulo d'O

²⁹⁷ Tradução do autor. No original: “Quel est au juste l'objet de cette science?” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 103)

²⁹⁸ Tradução do autor. No original: “(...) nous verrons plus tard que ce n'est pas un hasard si les *savant bourgeois* se servent d'une langue obscure et confuse pour parler de l'essence de l'économie politique que cela traduit au contraire aussi bien leur propre confusion que le refus tendancieux et acharné de clarifier réellement la question.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 106).

capital: Crítica da economia política, e encaminhou sua exposição reafirmando a importância da inversão da Economia Política que Marx realizou. Assim,

Dessa forma, Marx posiciona sua própria obra por fora da economia política, considerando-a como qualquer coisa realizada e finalizada, sobre a qual exerce, por sua vez, uma crítica. Uma ciência que para alguns é quase tão antiga quanto a história escrita da humanidade; que para outros está na sua primeira infância, balbuciando; e que para outros ainda já está ultrapassada e em tempo de ser enterrada pela crítica. Está claro que uma ciência como essa levanta um problema muito especial e complexo. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 107-108)²⁹⁹

Em sua primeira aproximação para uma definição do fundamento e do objeto da Economia Política, Rosa Luxemburg constatou que havia uma relação entre produtos, artigos, bens e/ou mercadorias socialmente necessários para a reprodução da vida, a produção desses bens mediatizados pelo trabalho humano, a sua repartição e distribuição e o consumo. E, evidentemente, a reprodução desse processo. É no conjunto desse processo articulado entre produção e reprodução que se realizava a Economia Política. Nesse sentido

(...) todo povo cria, constantemente, pelo seu próprio trabalho, uma quantidade de coisas necessárias para a vida – alimentos, vestimentas, habitação, utensílios, casas, adornos, armas, etc. – assim como materiais e ferramentas indispensáveis para a produção dos primeiros. A maneira como um povo executa todas essas obras, como divide os bens produzidos entre seus diferentes membros, como os consome e os produz novamente no eterno movimento circular da vida, todo esse conjunto constitui a economia do povo em questão, ou seja, uma ‘economia política’. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 112)³⁰⁰

Entretanto, com o progressivo desenvolvimento e expansão das relações capitalistas de produção não era possível analisar a Economia Política como uma totalidade fechada, nem como um conjunto decomposto de instituições e fenômenos

²⁹⁹ Tradução do autor. No original: “De cette façon, Marx place son propre ouvrage en dehors de l’économie politique, la considérant comme quelque chose d’achevé et de terminé, sur quoi il exerce à son tour une critique. Une science qui pour certains est presque aussi ancienne que l’histoire écrite de l’humanité, que d’autres, qu’elle n’en est encore qu’aux premiers balbutiements, d’autres encore qu’elle est déjà dépassée et qu’il est temps de l’enterrer par la critique : il est clair qu’une telle science soulève un problème assez spécial et complexe.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 107-108)

³⁰⁰ Tradução do autor. No original: “(...) tout peuple crée, constamment, par son propre travail, une quantité de choses nécessaires à la vie – nourriture, vêtements, habitations, ustensiles, ménagers, parures, armes, etc. – ainsi que des matières et des outils indispensables à la production des premiers. La manière dont un peuple exécute tous ces travaux, dont il répartit les biens produits parmi ses différents membres, dont il les consomme et les produit à nouveau dans l’éternel mouvement circulaire de la vie, tout cela ensemble constitue l’économie du peuple en question, c’est-à-dire une ‘économie politique’.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 112)

buscando neles em si, a gênese, a essência ou a totalidade da economia capitalista. Assim, Luxemburg desdobrou sua compreensão sobre a Economia Política constatando que:

Fala-se das necessidades de um povo, da satisfação dessas necessidades em uma economia que forma um todo e, nesse caso, da economia de um povo. A teoria da economia política deve ser a ciência que nos explica a essência da economia de um povo, ou seja, as leis segundo as quais um povo, pelo seu trabalho, cria a sua riqueza, a aumenta, a divide entre os indivíduos, a consome e a cria novamente. O objeto de estudo, portanto, deve ser a vida econômica de todo um povo, em oposição à economia privada ou particular, qualquer que seja o significado da última. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 116)³⁰¹

Mas Rosa Luxemburg ainda tensionou com tal definição e colocou no centro da discussão a seguinte questão: “Mas existe, de verdade, qualquer coisa que seja a economia de um povo?”³⁰². Nesse momento, a autora questionou e desnaturalizou os fundamentos e os sentidos da expressão “economia nacional”. Foi justamente nesse percurso que Rosa Luxemburg fundamentou parte de sua compreensão sobre a expansão do capitalismo, sobre o imperialismo e sobre o entendimento da *conditio sine qua non* do processo de mundialização do capitalismo (cada vez mais aprofundado nas primeiras décadas do século XX). Ao buscar compreender o imperialismo e a mundialização do capital, Rosa Luxemburg encontrou a barbárie como par dialético desse processo e, ao constatar que o processo de acumulação de capital se realizava de modo permanente, ela se defrontou com a barbárie se realizando violentamente sobre os oprimidos, sobre as classes sociais mais pauperizadas, sobre aqueles que se antepunham (e mesmo se contrapunham) ao processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo. Com o aparente esgotamento das formas de acumulação no centro (países e regiões centrais), em outros termos frações do território onde se realiza predominantemente a reprodução capitalista do capitalismo, compreendemos que Rosa Luxemburg observou que os fragmentos do território e regiões periferizadas (prenhes de relações sociais

³⁰¹ Tradução do autor. No original: “On nous parle des besoins d'un peuple, de la satisfaction de ces besoins dans une économie formant un tout et, en ce cas, de l'économie d'un peuple. La théorie de l'économie politique doit être la science qui nous explique l'essence de l'économie d'un peuple, c'est-à-dire les lois selon lesquelles un peuple, par son travail, crée sa richesse, l'augmente, la répartit entre les individus, la consomme et la crée à nouveau. L'objet de l'étude doit donc être la vie économique de tout un peuple, par opposition à l'économie privée ou particulière, quelle que soit la signification de cette dernière.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 116)

³⁰² Tradução do autor. No original: “Mais existe-t-il en réalité quelque chose qui soit l'économie d'un peuple?”

exteriorizadas ao capitalismo, mas fundamentais para a sua produção e reprodução) do modo de produção são fundamentais para a reposição do processo de produção do capital.

Diante disso, entendemos que Luxemburg não negligenciou em sua exposição que havia uma dialética territorial no processo de desenvolvimento das relações capitalistas, fruto de um desenvolvimento desigual e contraditório. Isto é, Rosa Luxemburg deu um salto e com isso superou seus contemporâneos ao realçar, mesmo que de maneira matizada, que a expansão do capitalismo ocorria contraditoriamente no tempo e no espaço. Certamente esse método de exposição acerca da mundialização desigual entre fragmentos do território está associado à crítica à ideologia do progresso que Rosa Luxemburg realizou em diversos momentos de sua obra, conforme expôs Löwy (1986), e que ficou evidente na análise minuciosa da IEP. Abordaremos essa questão mais adiante.

Podemos constatar que há na IEP uma reflexão densamente desenvolvida acerca da geopolítica do capitalismo. Tal reflexão se realiza como um momento fundamental da compreensão da interdependência do processo de mundialização do capital e como elemento fundante para um entendimento dialético do que se compreende como “economia nacional”. Ao desenvolver uma longa exposição sobre o desenvolvimento e expansão permanente do modo capitalista de produção, Luxemburg realizou uma contundente reflexão sobre o imperialismo e colocou no centro da discussão o papel ativo da análise do território e a interdependência cada vez mais intrincada entre diferentes regiões. A interpretação luxemburguiana se efetivou a partir da compreensão do desenvolvimento capitalista nas regiões em que há uma predominância do processo de produção do capital, enfatizando as classes sociais e povos que sofriam diretamente as consequências brutais da modernização capitalista. Luxemburg então partiu de uma compreensão sobre a constituição da economia das regiões de predominância do processo de reprodução do capital utilizando o caso da Alemanha como ponto de partida para analisar esse processo.

Ao estudar detalhadamente as exportações e importações alemãs na segunda década do século XX, Rosa Luxemburg constatou que a cada ano uma parte cada vez maior das mercadorias da Alemanha se destinava à outros países e continentes: produtos siderúrgicos para países vizinhos europeus, América do Sul e Austrália; couro e objetos de couro para todos os países europeus; vidraçaria, açúcar e luvas para a Inglaterra; artigos da indústria química para os Estados

Unidos, Inglaterra e Índia; carvão para Áustria, Bélgica, Holanda e Suíça; cabos elétricos para a Suécia, Inglaterra e Bélgica; e diversas mercadorias exportadas para países de todo o mundo como mercadorias em ouro, medicamentos, estradas de ferro.

Assim, verificando o fluxo de exportações da Alemanha a autora desenvolveu um borrador da constituição de uma centralidade econômica no capitalismo. Para além da aparência do processo, ou seja, mirando além do caráter econômico do processo de trocas internacionais, Rosa Luxemburg analisou as dinâmicas territoriais da constituição de processos de concentração e centralização econômica e territorial do capital e, dialeticamente, as determinações da produção das frações do território periferizadas do modo de produção.

Nesse processo, ela colocou na IEP uma questão fulcral, cara em sua trajetória de militante e intelectual internacionalista: “como é possível, frente à um desenvolvimento enorme das trocas, traçar os limites entre a ‘economia’ de um povo e aquela de um outro povo, falar de ‘economias nacionais’ como se se tratasse de domínios fechados que podem ser considerados em si mesmos?”³⁰³.

Para resolver esse enigma, Luxemburg colocou no centro da problemática a crescente mundialização do capitalismo com o acelerado processo de crescimento das trocas internacionais como possível solução para a produção e reprodução capitalistas. Ao mesmo tempo, Rosa Luxemburg refutou em sua análise um conjunto de interpretações dualistas e reducionistas para o entendimento da assim chamada economia nacional.

Em um primeiro momento a autora desconstruiu a interpretação dualista, realizada pelos economistas políticos burgueses, acerca da divisão entre países que produziam bens industriais (e realizavam um “excedente”) e países que praticavam a agricultura, pecuária e formas de extrativismo (que “faltavam” aos outros países). Ela, então, produziu uma crítica veemente à compreensão esquemática de Estados industriais e Estados agrários. Analisando as estatísticas de produção industrial e agrária dos Estados Unidos de meados do século XIX e início do século XX, Rosa Luxemburg constatou a pujança econômica estadunidense em ambos os ramos.

³⁰³ Tradução do autor. No original: “comment peut-on, face à un développement aussi énorme des échanges, tracer les limites entre l’“économie” d’un peuple et celle d’un autre peuple, parler d’autant d’“économie nationales” comme il s’agissait de domaines formant un tout et pouvant être considérés un eux-mêmes?” (LUXEMBURG [1925] 2009).

Nesse caso, ela questionou se era possível enquadrar os Estados Unidos em uma das rubricas dualistas dos esquemas da Economia Política vulgar. Rosa Luxemburg logo entendeu que não era possível. Os Estados Unidos era um país simultaneamente industrial e agrário, fruto de um desenvolvimento capitalista que atravessava agricultura e indústria produzindo relações simultaneamente opostas e complementares, sendo a veloz capacidade de metamorfose a característica central da Economia Política. Luxemburg afirmou então:

De um lado um Estado industrial, de outro um Estado agrário, tal é a ossatura rígida das relações econômicas mundiais a partir da qual opera o professor Bücher e a maior parte dos seus colegas. (...) O mundo não possui, como declara a sabedoria professoral, uma ossatura rígida; ele se move, vive, muda. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 124)³⁰⁴

Além disso, ela criticou as explicações reducionistas que alçavam a economia nacional como microcosmo perfeitamente acabado do conjunto de processos econômicos capitalistas. Essas interpretações foram consideradas equivocadas por Rosa Luxemburg na medida em que desconsideravam a questão da análise de um processo em suas múltiplas escalas.

Assim, reduzir a “economia nacional” ao todo das relações econômicas era problemático devido a três equívocos: i) desconsiderar ou colocar em segundo plano a escala da economia mundial e das relações de troca cada vez mais mundializadas como uma rodada do processo de acumulação do capital e de subordinação política, econômica e social das relações “pré-capitalistas” no processo de expansão capitalista; ii) não estabelecer as relações da economia nacional simultaneamente ao que ocorria em escala regional (ou em termos mais genéricos “intranacional”) e mundial. Esclarecendo esse ponto: a expansão do capitalismo e a realização de sua etapa imperialista se desenvolvia, em termos luxemburguianos, na busca constante por expansão de mercados externos. Esse processo ocorria tanto infranacionalmente, por exemplo, através de incisivas políticas nacionais de destruição de relações sociais autóctones e estabelecimento dos marcos da propriedade privada capitalista, quanto supranacionalmente com as principais potências capitalistas expandindo seus mercados externos para regiões em que não

³⁰⁴ Tradução do autor. No original: “D’un côté un État industriel, de l’autre un État agraire, telle est l’ossature rigide des relations économiques mondiales à partir de laquelle opèrent le professeur Bücher et la plupart de ses collègues. (...) Le monde n’a donc pas comme le déclare la sagesse professorale, une ossature rigide ; il se meut, il vit, il change.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 124)

estavam desenvolvidas ou plenamente desenvolvidas as relações capitalistas de produção. Ou seja, o imperialismo era um processo que se realizava a partir de diferentes escalas, não sendo apenas a expansão de relações capitalistas no interior de determinado Estado, nem apenas um processo de estabelecimento de subalternização e dependência econômica entre países; e finalmente iii) o anacronismo das explicações, ou “a grosseria das concepções históricas dos *savants*”, os quais “de fato, colocam livremente no mesmo saco, em nome de um esquema absurdo, o comércio internacional de etapas da economia e as mais diversas civilizações, todos separados por milênios!” ([1925] 2009, p. 121)³⁰⁵. Luxemburg argumentava que por detrás dos “áridos hieróglifos” do comércio mundial, desvelava-se toda uma rede de conexões econômicas que nada tinham a ver com a simples troca de mercadorias, mas que no limiar do século XX exportava-se e importava-se uma “mercadoria” desconhecida do rei Nabucodonosor - o capital.

Sendo assim, Rosa Luxemburg refutou a visão simplificadora e reducionista dos economistas burgueses (fisiocratas) que realizavam em suas interpretações uma oposição diametral entre agricultura e indústria, e criticou também o mecanicismo da análise das relações de trocas internacionais entre diferentes Estados a partir da divisão entre países que possuíam excedentes de mercadorias e países que possuíam “certas lacunas” de mercadorias, verificando então que as relações de troca não eram processos encerrados em relações de causa e efeito.

Nessa *démarche*, Rosa Luxemburg argumentou sobre os elementos centrais para a compreensão da economia nacional. Para tal análise ela retomou o caso das importações e exportações na Alemanha, especificamente no ano de 1913. Ela constatou que as relações comerciais alemães não eram fruto exclusivo das necessidades internas da população alemã, mas atendiam, sobretudo, ao desenvolvimento da indústria capitalista alemã.

A Alemanha, portanto, importa para poder exportar. Ela cria artificialmente ‘certas lacunas’ para, em seguida, transformar essas lacunas em ‘excedentes’. O ‘microcosmo’ alemão aparece, assim,

³⁰⁵ Tradução do autor. No original: “la grossièreté des conceptions historiques des savants”; e “tout à fait librement, il met dans le même sac, au nom d’un schéma absurde, le commerce international d’étapes de l’économie et de la civilisation les plus diverses et le tout séparé par des millénaires!” ([1925] 2009, p. 121).

desde o início como uma parcela de um todo maior, como uma oficina do mundo. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 127-128)³⁰⁶

Neste trecho anterior verificava-se a potência da análise multiescalar na interpretação de Rosa Luxemburg, visto que para compreender o desenvolvimento dos fluxos do comércio alemão era fundamental restabelecer e retomar a totalidade como centro da crítica à Economia Política, já que a Alemanha produzia artificialmente lacunas econômicas que eram transformadas em excedentes de capital. Ao se questionar, então, sobre o que seria a economia alemã, a autora ressaltou que a economia nacional se realizava a partir do arranjo das relações de troca entre os países. A economia nacional (no caso analisado por Luxemburg, a Alemanha) se realizava a partir das mediações entre o econômico e o político e era, sobretudo, resultado de um desenvolvimento desigual entre diferentes países e regiões. Prolongando tais reflexões, pode-se verificar que Rosa Luxemburg compreendeu que o território era o conceito para se entender o meio, condição e produto do desenvolvimento do capitalismo. O território, portanto, deve ser analisado como uma relação social contraditória. E é nesta démarche que, de certa forma, a autora também constatou as contradições do desenvolvimento do capitalismo em sua lógica desigual de produção e reprodução.

A geopolítica do capitalismo se efetivava, assim, na brutal desigualdade nas relações de trocas internacionais e era consequência direta, nos termos de Rosa Luxemburg, da opressão política do colonialismo.

Evidentemente, somente um país que possua, por exemplo, direitos econômicos sobre outros países poderia receber destes, permanentemente, mais produtos do que ele próprio lhes entrega. Tais direitos não tem nada a ver com trocas entre parceiros iguais. Esses direitos e relações de dependência existem efetivamente entre os países, mesmo que os teóricos professorais os ignorem. As relações entre isso que denominamos de metrópole e suas colônias representa essas relações de dependência, na sua forma mais simples. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 134)³⁰⁷

³⁰⁶ Tradução do autor. No original: "L'Allemagne importe donc pour pouvoir exporter. Elle se crée artificiellement "certaines lacunes", pour transformer ensuite ces lacunes en autant d'"excédent". Le "microcosme" allemand apparaît ainsi dès l'abord comme une parcelle d'un tout plus grand, comme un atelier du monde." (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 127-128)

³⁰⁷ Tradução do autor. No original: "Manifestement, seul un pays qui aurait, par exemple, des droits économiques sur d'autres pourrait de façon permanente recevoir d'eux plus de produits qu'il ne leur en donne lui-même. Ces droits n'ont rien à voir avec des échanges entre partenaires égaux. De tels droits et relations de dépendance existent effectivement entre les pays, bien que les théories professorales les ignorent. Les relations de ce que l'on appelle la métropole avec ses colonies représentent de telles relations de dépendance, sous leur forme la plus simple." (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 134)

Ao analisar detidamente o colonialismo britânico, Rosa Luxemburg verificou o processo de violenta subordinação política que este realizava ao redor do mundo. A drenagem de volumoso montante de capital que aportava na Inglaterra a partir das exportações de mercadorias da Índia, por exemplo, era um verdadeiro processo de acumulação originária do capital que estava diretamente relacionado à sujeição política daquele território.

A opressão política dos sobre as formações territoriais periferizadas coadunava-se, assim, com opressão econômica. O exemplo emblemático ao qual Rosa Luxemburg referiu-se foi as exportações colossais de matérias-primas do Império czarista russo rumo à Europa Ocidental.

Desde a crise da guerra da Criméia e sua modernização pelas reformas de Alexandre II, o aparelho de Estado russo se mantém em grande parte graças aos capitais estrangeiros, sobretudo franceses. Para pagar os investimentos desses capitais franceses, a Rússia deve vender, todos os anos, grandes quantidades de trigo, madeira, linho, cânhamo, gado e aves para a Inglaterra, a Alemanha e os Países Baixos. O enorme excedente de exportações russas representa, assim, o tributo de devedor ao seu credor, situação a qual corresponde para a França um grande excedente em importações. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 134-135)³⁰⁸

O endividamento brutal dos países revelava sua dupla faceta no estabelecimento de dependência econômica e política. Assim, Rosa Luxemburg demonstrava em sua exposição as múltiplas conexões de um processo que era simultaneamente político, econômico e social e não negligenciava a condição territorial desse processo, produzindo importantes contribuições para o entendimento da geopolítica capitalista e da produção desigual dos territórios.

O desenvolvimento da indústria capitalista na Europa revelava, sobremaneira, as nuances do método de exposição luxemburguiano, que colocava no centro do debate o desenvolvimento territorial desigual e contraditório. Vejamos detidamente.

Rosa Luxemburg iniciou sua análise retomando o contexto de surgimento das primeiras máquinas de fiar na Inglaterra em meados do século XVIII, a transição da indústria manufatureira para a indústria capitalista decorrente desse processo e a

³⁰⁸ Tradução do autor. No original: “Depuis la crise de la guerre de Crimée et sa modernisation par les réformes d’Alexandre II, l’appareil d’État russe ne se maintient pour une bonne part que grâce aux capitaux étrangers, essentiellement français. Pour payer les intérêts de ces capitaux français, la Russie doit vendre chaque année des masses de blé, de bois, de lin, de chanvre, de bétail et de volailles à l’Angleterre, à l’Allemagne, aux Pays-Bas. L’énorme excédent des exportations russes représente ainsi le tribut du débiteur à son créancier, situation à laquelle correspond pour la France un large excédent en importations.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 134-135)

reconstrução da situação social e econômica da burguesia industrial e do proletariado inglês ao longo do século XIX. Luxemburg revelou, com isso, o capital e seu negativo - a crise³⁰⁹ -, pois ao mesmo tempo em que o desenvolvimento da indústria algodoeira realizava um vultoso acúmulo de capital na Inglaterra, se estabelecia uma diferença abissal dos rendimentos entre os trabalhadores e os detentores dos meios de produção. Salário e lucro; trabalho e capital; proletários e burgueses, Luxemburg revelava os pares dialéticos que eram fundamentais para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo, mas sem se limitar ao epicentro do modo capitalista de produção e ao mecanicismo da transposição do processo de produção do capital em seu território original.

Rosa Luxemburg, em sua análise, foi muito mais além em termos espaço-temporais. Ela constatou que a expansão da indústria algodoeira inglesa, a plenos pulmões no século XIX, necessitava exponencialmente de matérias-primas que provinham sobremaneira da América do Norte. O Sul estadunidense se realizava então como fração do território da produção de matéria-prima inglesa. Para a produção da demanda de algodão inquirido pelas indústrias inglesas, os Estados Unidos importavam uma quantidade colossal de escravos advindos da África. Ela então inseria outros pares dialéticos para a análise do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo: cidade e campo; escravidão moderna e acumulação originária do capital; produção e reprodução do capital.

Esse processo de ampla importação de escravos acirrou nos Estados Unidos as contradições entre o Sul agroexportador, escravocrata e latifundiário e o Norte estadunidense realizador de uma economia capitalista “moderna”, que conformava uma “moderna” burguesia, que adotava também uma forma “moderna” de exploração - “l’esclavage salarial capitaliste”, nos termos de Rosa Luxemburg. Esse, entre outros fatores, sendo a abolição da escravatura um estopim fundamental, provocou a Guerra Civil Americana (1861-1865). Novos pares dialéticos foram colocados nesse processo, reveladores, sobretudo da expansão capitalista de países coloniais: trabalho escravo e trabalho livre; latifundiário e burguesia agrária; economia agroexportadora e economia industrial.

Com a ruína econômica dos estados do Sul estadunidense ocorreu uma profunda crise da indústria inglesa, gerando miséria, desemprego e fome. Foi nesse

³⁰⁹ Grespan (1998) produz uma reflexão profundamente consistente sobre a relação indissociável entre capital e crise.

contexto que uma parte dos trabalhadores ingleses vira na emigração uma forma de sobrevivência. O Estado australiano, por exemplo, após o extermínio massivo da população autóctone, se interessou pela migração de força de trabalho para o campo e para a cidade. As Américas se tornaram também a tábua de salvação do amplo exército industrial de reserva de Londres, Manchester e Liverpool e de diversos países da sul e do leste europeu.

Ou seja, se produz uma articulação direta entre diferentes regiões do mundo, e fundamentalmente, o processo de acumulação do capital se realiza a partir de uma condição territorial. O capitalismo ao se desenvolver necessita cada vez mais da expansão da fronteira de acumulação capitalista, em múltiplas escalas, mas contraditoriamente nesse processo de produção do capital produz seu outro que apesar de inserido na relação capitalista não é especificamente capitalista.

Mas a indústria algodoeira inglesa procurava em outras regiões o acesso à matéria-prima necessária para a plena potência de seu processo de produção, e foi nesse contexto que os ingleses voltaram seus interesses para Ásia e África. Na Índia, por exemplo, a substituição de culturas alimentares pelo algodão gerou uma extraordinária inflação e fome disseminada pela população³¹⁰. No Egito ocorreu uma profunda transformação nas relações de propriedade devido à expansão da indústria algodoeira para atender às necessidades da Inglaterra e, ao mesmo tempo, um intenso processo de modernização da economia egípcia. O roubo de terras e a transformação das terras camponesas em terras pertencentes à realeza (terras reais) realizavam concomitantemente a expulsão de milhares de camponeses e a destruição de suas relações sociais com a terra e transformam parte significativa do campesinato em trabalhadores dos latifúndios algodoeiros e em proletários urbanos para realizar atividades nos novos ramos da economia moderna egípcia. O resultado do violento processo de modernização do Egito foi um vultoso endividamento com a Inglaterra³¹¹.

³¹⁰ Nos termos de Luxemburg ([1925] 2009, p. 142, tradução do autor): “as plantações de algodão e outras culturas que alimentam a população há milênios e constituem a base da sua existência deve, em grandes extensões, ceder para o desejo de lucro dos especuladores. Restringe-se a cultura de arroz e, após alguns anos, em 1866, uma inflação extraordinária resulta em fome para mais de um milhão de pessoas no distrito de Orissa, no norte de Bengali”.

³¹¹ Nos termos de Luxemburg ([1925] 2009, p. 142, tradução do autor): “Resultado dessa era do algodão para o Egito: a ruína acelerada da economia camponesa, a queda repentina das finanças e, finalmente, a ocupação acelerada do Egito pelo exército inglês”.

Rosa Luxemburg continuou sua análise da geopolítica do capitalismo à luz da indústria algodoeira demonstrando os impactos na Rússia czarista da expansão da economia algodoeira. Ela evidenciava as transformações políticas do contexto da Guerra da Criméia (1853-1856) com a abolição da servidão, o conjunto de reformas liberais implementadas e o estabelecimento do livre-mercado e constatava que os ingleses foram os primeiros a adentrar no vasto mercado russo.

A China também não escapou dessa expansão imperialista inglesa da segunda metade do século XIX. Luxemburg comentou sobre as violentas guerras para a abertura do mercado chinês aos ingleses. Assim, esse processo de expansão mundial da economia capitalista produziu a abertura de mercados e incisivos processos de acumulação originária do capital, bem como o surgimento de indústrias nas formações territoriais periféricas. Surgia, assim, de fato, a possibilidade aberta de duas formas de internacionalismo: primeiro, o internacionalismo dos trabalhadores com a possibilidade de organização em escala mundial, vívido eco do Manifesto Comunista:

Em um século e meio, desde que a indústria moderna apareceu na Inglaterra, a economia mundial capitalista elevou-se, verdadeiramente, sobre os sofrimentos e convulsões de toda a humanidade. Ela atingiu, um após o outro, os setores da produção. Pelo vapor e pela eletricidade, pelo fogo e pela espada, ela penetrou nas regiões mais afastadas, fez cair todas as muralhas da China e, por meio das crises mundiais e das periódicas catástrofes coletivas, criou a solidariedade econômica da atual humanidade proletária. O proletariado italiano que, caçado pelo capitalismo da sua pátria, migra para a Argentina ou para o Canadá, lá encontra um novo jugo capitalista pronto, importado dos Estados Unidos ou da Inglaterra. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 145)³¹²

Mas também o internacionalismo da barbárie moderna e capitalista :

Nós esboçamos aqui, em grandes linhas, 140 anos de história de uma indústria moderna, uma história que se desenrola através dos cinco continentes que abarca milhões de vidas humanas, que estoura aqui em crise, ali em fome, se incendeia tanto em guerra quanto em revolução, e deixa por todo o seu caminho montanhas de

³¹² Tradução do autor. No original: "En un siècle et demi, depuis que l'industrie moderne a fait son apparition en Angleterre, l'économie mondiale capitaliste s'est vraiment élevée sur les souffrances et les convulsions de l'humanité entière. Elle a atteint un secteur de la production après l'autre. Par la vapeur et l'électricité, par le feu, et l'épée, elle a pénétré dans les contrées les plus reculées, elle a fait tomber toutes les murailles de Chine et, au travers des crises mondiales et des catastrophes collectives périodiques, elle a créé la solidarité économique de l'humanité prolétarienne actuelle. Le prolétariat italien qui, chassé par le capitalisme de sa patrie, émigre en Argentine ou au Canada, y trouve un nouveau joug capitaliste tout prêt, importé des Etats-Unis ou d'Angleterre." (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 145)

riqueza e abismos de miséria – um grande rio de suor e sangue do trabalho humano. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 144)³¹³

Ou seja, Rosa Luxemburg tomou a indústria algodoeira como ponto de partida para o desenvolvimento de uma argumentação que enfatizava a “segunda alma” do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas, apresentando uma brutal contra-face: expansão da escravidão moderna e sujeição do homem à condição de escravo; guerras; estabelecimento da propriedade capitalista da terra; destruição, desarticulação e/ou rearranjo das propriedades comunais, comunitárias ou coletivas da terra; estabelecimento de relações de mercado mediatizados pelo lucro; destruição e/ou transformação das relações sociais camponesas; proletarização e formação violenta das classes trabalhadoras do capitalismo a partir de camponeses e população autóctone; fome e miséria generalizada no campo e na cidade; amplo estado de emergência do proletariado que se realizava em condições degradantes de trabalho associado à longas jornadas e ao temor do desemprego; profundas modificações econômicas com a introdução do modo capitalista de produção que geraram especulação, inflação, endividamento, subalternização e dependência da economia dos países nos quais predominam a produção do capital associadas à um colapso político dos modos de produção “pré-capitalistas”.

Nesse sentido, a questão que Rosa Luxemburg perseguia era “como é possível uma economia capitalista?”. Apesar de parecer um enigma insolúvel e portador de uma aparente ausência de plano e organização, ela verificou a mundialização do capitalismo, o processo contínuo de acumulação capitalista, a ideologia da livre concorrência, a ampla formação de exército de reserva, a superexploração da força de trabalho, a ampla variação de preços e as crises que se consolidavam como estratégias permanentes de expansão do capital. Mas, de fato, a história do capitalismo se realizava a partir das suas constantes transformações: “As relações sociais não possuem formas rígidas e imutáveis. Elas passam, ao longo do tempo, por inúmeras transformações, são submetidas à contínua mudança

³¹³ Tradução do autor. No original: “Nous avons esquissé ici, à grands traits, 140 années d’histoire d’une industrie moderne, une histoire qui se déroule au travers des cinq continents qui brasse des millions de vies humaines, qui éclate ici en crise, là en famine, s’embrase tantôt en guerre, tantôt en révolution, et laisse partout sur son chemin des montagnes de richesses et de abîmes de misère – vaste fleuve de sueur et de sang du travail humain.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 144).

que abre o caminho para o progresso da civilização, para a evolução.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 392)³¹⁴.

Rosa Luxemburg realizou uma análise aberta da história ao refletir sobre o desenvolvimento capitalista em sua escala mundial e descortinou a barbárie cada vez mais internacionalizada. Ela observa a barbárie como um fator que tornava possível o capitalismo: a barbárie da expansão territorial do modo de produção era meio, condição e produto na marcha de sua mundialização. Buscaremos entender agora como Rosa Luxemburg compreendeu o processo de expansão do capitalismo sobre as frações dos territórios e regiões que produzem o capital com o desenvolvimento do capitalismo, e com isso apontar algumas razões de seu interesse pelo “comunismo primitivo”.

3.6.3.1. Os camponeses

Rosa Luxemburg estabeleceu como uma das centralidades da sua compreensão da expansão das relações capitalistas em escala mundial a questão da formação da propriedade privada, especialmente a formação da propriedade privada da terra. Nesse sentido, as relações sociais e econômicas do campesinato e seu processo de destruição, recriação e resistência atravessaram a análise em diversos momentos da IEP. No entanto, a questão que se coloca aqui é: haveria no pensamento de Rosa Luxemburg um suporte para a compreensão do campesinato para além de sua crítica incisiva, que se realizou na brochura sobre a Revolução Russa? Nesse texto Luxemburg se opusera ao processo de distribuição de terra realizada pelos bolcheviques afirmando que a formação da classe de pequenos proprietários criaria uma classe que se oporia ao socialismo³¹⁵. Seria essa sua única forma de refletir sobre o papel do campesinato?

³¹⁴ Tradução do autor. No original: “Les relations sociales n'ont pas des formes rigides et immuables. Elles passent au cours des temps par de nombreux changements, elles sont soumises à un bouleversement continuel qui fraie la voie au progrès de la civilisation, à l'évolution.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 392)

³¹⁵ Na brochura *A Revolução Russa*, redigida na prisão no final de 1918 e publicada por Paul Levi em 1921, Rosa Luxemburg critica a distribuição de terra aos camponeses. Inicialmente, ela argumentava que era desnecessária a confiscação de terras do pequeno camponês, já que no devir revolucionário o campesinato aprenderia na ação cotidiana as vantagens da exploração coletiva da terra. Assim, ela argumentava que a reforma agrária socialista deveria começar pelas grandes e médias propriedades. Luxemburg ([1918] 2002, p. 67-68, tradução do autor) valorizava a repartição da terra em pequenas propriedades como um primeiro (porém pequeno) passo para reforma agrária socialista, mas o processo de distribuição de terra pelos bolcheviques foi alvo de profunda crítica: “Que os camponeses apropriem-se de terras de acordo com a breve palavra de ordem de Lenin e seus amigos – ‘Vão e tomem a terra!’ – teve como consequência a passagem súbita e caótica da grande

Considero que a IEP aponta caminhos de outras formas possíveis de análise sobre o campesinato, muito além de sua posição conservadora. Ao analisar a economia camponesa, Rosa expõe uma reflexão ampla sobre alguns fundamentos das relações sociais do campesinato em sua constituição como classe social. O método de exposição luxemburguiano é original e revelador de sua relação com as classes sociais e povos oprimidos. A análise de Rosa Luxemburg visa compreender articuladamente as determinações da constituição social, política e econômica das classes e povos subalternizados, as suas lutas sociais e políticas e o processo de resistência ao desenvolvimento das relações especificamente capitalistas apresentados como verdadeira barbárie moderna. Luxemburg, todavia, não negligenciava o conjunto de limitações de suas relações sociais e organização política. Além disso, realizava também uma crítica mordaz à forma com que os economistas de inspiração liberal-burguesa retratam exclusivamente pela chave do economicismo os camponeses, as populações indígenas, os pastores nômades e semi-nômades, os aborígenes, ou seja, as relações exteriores ou mesmo não-capitalistas.

Em reveladora passagem da IEP, Luxemburg se colocava no lugar dos camponeses respondendo às possíveis questões que esses economistas liberais-burgueses colocariam para identificar suas relações econômicas de produção. Rosa Luxemburg delineava com profundidade os fundamentos da constituição do campesinato como classe social.

Assim, inicialmente a autora refletiu sobre a necessidade do trabalho e “os objetivos da economia” para os próprios camponeses e afirmava em nome do campesinato que

Para viver precisamos trabalhar, afinal as cotovias não caem assadas em nossas bocas. Se não trabalharmos, nós morreremos de fome. Nós trabalhamos então para nos manter, para nos alimentar,

propriedade fundiária para a propriedade camponesa. Não criou-se uma propriedade social, mas sim uma nova forma de propriedade privada, à saber a parcelização dos grandes domínios em pequenas e médias propriedades (...). Anteriormente, uma reforma socialista no campo encontraria, no pior dos casos, a oposição de uma pequena casta de grandes proprietários nobres e capitalistas e uma pequena minoria da burguesia rural. Entretanto, agora, após a ‘tomada das terras’, a coletivização socialista da agricultura conhece um novo inimigo: a massa de camponeses proprietários que defenderá, a qualquer custo, sua propriedade adquirida contra todos os princípios socialistas”. Weill (2008) argumentou que, apesar da crítica que Rosa Luxemburg reservava ao campesinato quanto ao conservadorismo encerrado em suas posições políticas, havia também certo apreço pelos valores coletivos que estes reproduziam em suas relações sociais.

para nos vestir e para ter um teto sobre nossas cabeças. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 148)³¹⁶

Ou seja, Rosa Luxemburg verificava a centralidade do trabalho como condição para a reprodução dos camponeses. O trabalho se realizava como mediação fundamental para a reprodução da vida camponesa, sendo a fome um horizonte negativo central da impossibilidade da manutenção da família.

Outra questão que seria colocada pelos *savants bourgeois* referia-se à produção camponesa e os sentidos do trabalho camponês. Rosa Luxemburg, transfigurada em camponesa, argumentava

Nós produzimos o que necessitamos, o que toda e qualquer família camponesa precisa para viver. Cultivamos o trigo e o centeio, a aveia e a cevada, plantamos batatas e criamos, de acordo com as necessidades, vacas, ovelhas, galinhas e patos. No inverno, as mulheres fiam, e nós homens, com o auxílio do machado, da serra e do martelo reparamos a casa. Chame como quiser, “economia agrícola” ou “artesanal”. Em todo caso, é preciso que façamos um pouco de tudo dentro de casa e no campo. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 148-149)³¹⁷

Rosa Luxemburg apresentava, assim, outra característica fundamental do campesinato: as relações diretas entre a produção camponesa de alimentos e a reprodução da família camponesa. A noção de “necessidade” se colocava como argumento central da economia camponesa, visto que a produção por “necessidade” do campesinato não se referia estritamente à produção da mercadoria capitalista como condição da mediação entre valor de uso e valor de troca.

A autora refletia também sobre a divisão sexual do trabalho. A participação do trabalho feminino em uma determinada comunidade camponesa era colocada em paralelo com diversas experiências de indígenas e camponeses

Os homens fazem evidentemente o que exige uma força masculina, as mulheres se ocupam da casa, das vacas e do galinheiro, as crianças ajudam aqui e acolá. Ou você acha que eu deveria enviar minha esposa para cortar lenha enquanto eu ordenho as vacas? (O

³¹⁶ Tradução do autor. No original: “Il faut bien que nous vivions et les alouettes ne nous tombent pas toutes rôties dans la bouche. Si nous ne travaillons pas nous mourrions de faim. Nous travaillons donc pour réussir à nous maintenir, pour manger à notre faim, pour nous habiller et avoir un toit au-dessus de nos têtes.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 148)

³¹⁷ Tradução do autor. No original: “Nous produisons ce dont nous avons besoin, ce dont toute famille paysanne a besoin pour vivre. Nous cultivons du blé et du seigle, de l’avoine et de l’orge, nous plantons des pommes de terre, nous élevons, selon le cas, des vaches et des moutons, des poules et des canards. En hiver, on file, ce qui est l’affaire des femmes, et nous les hommes, nous arrangeons à la hache, à la scie et au marteau, ce qu’il faut pour la maison. Appelez cela si vous voulez “économie agricole” ou “artisanale”, en tout cas il nous faut faire un peu de tout parce qu’on a besoin de toutes sortes de choses à la maison et au champ.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 148-149)

bom homem não sabe, mas acrescento por minha conta que, dentre muitos povos primitivos, por exemplo, entre certos índios do Brasil, é precisamente a mulher que vai à floresta coletar madeira, desenterrar raízes e colher os frutos, enquanto entre pastores na África e na Ásia os homens não somente cuidam do gado como também o ordenham. Pode-se observar também ainda hoje na Dalmácia que as mulheres carregam pesados fardos nas costas, enquanto que vigorosos homens andam ao lado de seus asnos, fumando cachimbo tranquilamente. Essa “divisão do trabalho” parece tão natural para eles, como parece natural ao nosso camponês cortar lenha enquanto sua esposa ordenha as vacas). (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 149)³¹⁸

E sobre o que significava riqueza, Rosa Luxemburg apontou as bases de um processo de produção não-capitalista mediatizado pelo trabalho camponês e a produção da riqueza relacionada diretamente à apropriação de terras:

E então, o que chamo de riqueza? Mas toda criança da comunidade sabe! É rico o camponês que tem um celeiro cheio, um estábulo preenchido, um imponente rebanho de ovelhas, um grande galinheiro; pobre é aquele que não tem farinha e que a água atravessa o teto quando chove. “De que depende o aumento da minha riqueza?” Que boa pergunta?! Se eu tivesse um pedaço maior de terra boa, eu seria naturalmente mais rico, e se no verão, Deus nos livre, há uma tempestade de granizo, nós seremos pobres em 24 horas. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 149)³¹⁹

Acerca da análise de Rosa Luxemburg sobre o campesinato é fundamental destacar que estão na IEP as tensões entre o evolucionismo e a assim chamada lei de bronze do desenvolvimento da história, traço marcante do marxismo da 2ª Internacional e certamente uma profunda e contundente crítica a esta ideologia do progresso linear (LÖWY, 2000). A ideologia burguesa de caráter positivista da evolução da sociedade em etapas tomou de assalto diversas correntes do

³¹⁸ Tradução do autor. No original: “Les hommes font évidemment ce qui exige une force masculine, les femmes s’occupent de la maison, des vaches et du poulailier, les enfants aident ici et là. Ou bien croyez-vous que je devrais envoyer ma femme couper le bois et traite moi-même la vache? (Le brave homme ne sait pas – ajoutons-nous pour notre part – que chez beaucoup de peuples primitifs, par exemple chez les Indiens du Brésil, c’est justement la femme qui va dans la forêt ramasser le bois, déterrer les racines et cueillir les fruits, tandis que chez les peuples de bergers en Afrique et en Asie, les hommes non seulement gardent les bétail, mais le traitent. On peut aussi voir aujourd’hui encore, en Dalmatie, la femme porter de lourds fardeaux sur le dos, tandis que l’homme vigoureux chemine à côté sur son âne, en fumant tranquillement sa pipe. Cette «division du travail» paraît alors aussi naturelle qu’il semble naturel à notre paysan d’abattre le bois tandis que sa femme trait les vaches).” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 149)

³¹⁹ Tradução do autor. No original: “Et puis: ce que j’appelle ma richesse? Mais tout enfant le comprend au village! Est riche le paysan dont les granges sont pleines, l’étable bien remplie, le troupeau de moutons imposants, le poulailier de grande taille; pauvre est celui qui manque de farine dès Pâques et chez qui l’eau passe à travers le toit quand il pleut. De quoi dépend «l’augmentation de ma richesse»? À quoi bon cette question? Si j’avais un plus grand lopin de bonne terre, je serais naturellement plus riche, et si en été, ce qu’à Dieu ne plaise, il tombe une forte grêle, nous serons tous pauvres au village en 24 heures.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 149)

movimento revolucionário na virada do século XIX para o século XX. A crença na inexorabilidade do socialismo como resultado lógico do desenvolvimento das forças produtivas permeou parte substancial dos escritos marxistas da 2ª Internacional. Além disso, havia o axioma da destruição completa das relações sociais “pré-capitalistas”, que transformaria rapidamente boa parte da população mundial em proletários.

Assim, um continente após o outro e em cada continente, um país após outro, uma raça após a outra passa inevitavelmente à dominação do capital. Milhões de pessoas são condenadas à proletarianização, à escravidão, à uma existência incerta, em suma à pauperização. A instauração da economia capitalista mundial implica a expansão, cada vez maior, da miséria, de uma carga insuportável de trabalho e de uma insegurança crescente da existência sobre a superfície terrestre, os quais correspondem [diretamente] à concentração de capital. A economia capitalista mundial implica ainda que a humanidade seja subjugada à trabalhos cada vez mais penosos, além de incalculáveis males e privações, ela é entregue à degeneração física e moral para servir à acumulação do capital. O modo de produção capitalista apresenta assim a particularidade de que o consumo humano, que era o objetivo de todas as economias anteriores, agora não é mais que um meio para o objetivo do capital: a acumulação capitalista. O crescimento do capital aparece como o princípio e o fim, um fim em si e o sentido de toda a produção. O absurdo dessas relações só aparece na medida em que a produção capitalista torna-se mundial. A economia (capitalista) mundializada sujeita a humanidade ao jugo de um terrível poder social cego: o capital. O objetivo fundamental de toda forma social de produção: a relação da sociedade com o trabalho, a satisfação das necessidades, aparece assim completamente invertida, já que a produção para o lucro e não mais para o homem torna-se a lei sobre toda a terra e o subconsumo, a insegurança permanente do consumo e em determinados momentos o não-consumo da maioria da humanidade torna-se a regra. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 396-397)³²⁰

³²⁰ Tradução do autor. No original: “Ainsi un continent après l'autre, et dans chaque continent, un pays après l'autre, une race après l'autre passent inéluctablement sous la domination du capital. D'innombrables millions d'hommes sont voués à la prolétarianisation, à l'esclavage, à une existence incertaine, bref à la paupérisation. L'instauration de l'économie capitaliste mondiale entraîne l'extension d'une misère toujours plus grande, d'une charge de travail insupportable et d'une insécurité croissante de l'existence sur la surface du globe, à laquelle correspond la concentration du capital. L'économie capitaliste mondiale implique que l'humanité entière s'attèle toujours plus à un dur travail et souffre de privation et de maux innombrables, qu'elle soit livrée à la dégénérescence physique et morale, pour servir l'accumulation du capital. Le mode de production capitaliste a cette particularité que la consommation humaine qui, dans toutes les économies antérieures, était le but, n'est plus qu'un moyen au service du but proprement dit : l'accumulation capitaliste. La croissance du capital apparaît comme le commencement et la fin, la fin en soi et le sens de toute la production. L'absurdité de tels rapports n'apparaît que dans la mesure où la production capitaliste devient mondiale. Ici, à l'échelle mondiale, l'absurdité de l'économie capitaliste atteint son expression dans le tableau d'une humanité entière gémissant sous le joug terrible d'une puissance sociale aveugle quelle a elle-même créée inconsciemment : le capital. Le but fondamental de toute forme sociale de production : l'entretien de la société par le travail, la satisfaction des besoins, apparaît ici complètement renversé et mis la tête en bas, puisque la production pour le profit et non plus pour l'homme devient la loi sur

Certamente o desenvolvimento espaço-temporal do capitalismo se realiza a partir de uma tendência de destruição das relações sociais, econômicas e políticas de modos de produção exteriores, alheios ou mesmo contraditórios à sua plena realização. Esse processo produz um efetivo desenvolvimento das forças produtivas e o assim chamado “progresso econômico”. Rosa Luxemburg, tal como Marx em suas análises sobre a Índia e Marx e Engels em diversos momentos do *Manifesto Comunista*, evidenciou esse processo.

Entretanto, a expansão do capitalismo é contraditória e não se realiza em etapas pré-determinadas. As consequências sociais nefastas do “progresso capitalista” em escala mundial (LÖWY, 1986; 2009) não são ocultadas no humanismo revolucionário de Rosa Luxemburg, tal como Marx compreendeu na expansão do capitalismo inglês na Irlanda, no capítulo XXXI d’*O Capital* e nos seus escritos sobre a Rússia. A resistência ao processo de proletarianização é uma marca fundamental do processo.

A história dos decênios de guerras coloniais durante o século XIX, as revoltas contra a França, a Itália, a Inglaterra e a Alemanha na África, contra a França, a Inglaterra, a Holanda e os Estados Unidos na Ásia e contra França e Espanha na América é a história da longa e tenaz resistência realizada pelas sociedades indígenas à eliminação e proletarianização pelo capital moderno, lutas nas quais o capital, inúmeras vezes, saiu vitorioso. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 395-396)³²¹

Além disso, destacamos outro elemento contraditório do capital e que pode ser apreendido da leitura da IEP. Compreendemos que o motor das relações sociais do capitalismo é mais do que a produção de mercadoria: o objetivo central da produção do capital é a permanência acelerada e contínua da produção de mais valia e sua realização como lucro, se possível, sob a forma do lucro extraordinário. A aventura da produção capitalista é apenas um momento, fundamental certamente, para que se realize a transição entre D e D’. O capitalismo, então, como um modo de produção de mais valia se desenvolve não somente destruindo ou dissolvendo o

toute la terre et que la sous-consommation, l'insécurité permanente de la consommation et par moments la non-consommation de l'énorme majorité de l'humanité deviennent la règle.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 396-397)

³²¹ Tradução do autor. No original: “L’histoire des décennies de guerres coloniales pendant tout le XIXe siècle, les soulèvements contre la France, l’Italie, l’Angleterre et l’Allemagne en Afrique, contre la France, l’Angleterre, la Hollande et les États-Unis en Asie, contre l’Espagne et la France en Afrique, c’est l’histoire de la longue et tenace résistance apportée par les vieilles sociétés indigènes à leur élimination et à leur prolétarianisation par le capital moderne, lutte d’où partout le capital est sorti vainqueur.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 395-396)

que é exterior, mas, sobretudo ressignificando e recriando formas, classes sociais e relações sociais transhistóricas a fim de sujeitá-las ao capital.

Analisando o campesinato, Luxemburg apontou brechas para verificarmos essa hipótese. Analisando o campesinato europeu, sobretudo da Europa Ocidental, a autora constata a condição social camponesa e seu subjugamento como classe no feudalismo aos senhores feudais. Ela observava que o campesinato feudal europeu era proprietário de terras e verificava as semelhanças e diferenças entre pequenos e grandes proprietários de terra no feudalismo.

Tanto o pequeno camponês na sua propriedade quanto o grande monarca no seu domínio sabem exatamente o que querem obter com suas produções. E não é difícil de compreender: eles querem satisfazer as suas necessidades em alimentos, bebidas, vestimentas e outras fundamentais à reprodução da vida. A diferença é que o camponês dorme sobre a palha seca e o grande proprietário fundiário sobre um macio lençol, o camponês bebe cerveja ou hidromel e o grande proprietário vinhos finos. A diferença reside na quantidade e na qualidade dos bens produzidos. (...) existem diferenças no processo de trabalho: o camponês trabalha ele mesmo e com os membros de sua família e ele detém o fruto de seu trabalho o quanto que possa fornecer seu acre de terra e sua parte de terra comunal, ou melhor - já que estamos falando do camponês medieval com taxas e corveia a pagar - na medida em que paga o senhor e a Igreja as obrigações feudais. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 153-154)³²²

Com o desenvolvimento do capitalismo o campesinato da Europa Ocidental passou a ter terras a perder e o processo de acumulação originária se realizava com a dissolução e/ou destruição de suas relações intrínsecas com a terra. Isto é, a transformação da propriedade camponesa em propriedade privada capitalista foi um momento fundamental no florescimento capitalista europeu. A instituição do modo capitalista de produção na Inglaterra, por exemplo, se realizou a partir de uma profunda revolução na agricultura com a formação do proletariado a partir do campesinato expropriado ou expulso de suas terras. A confiscação de bens da Igreja

³²² Tradução do autor. No original: "Le petit paysan dans sa ferme comme le grand monarque dans ses domaines savent exactement ce qu'ils veulent obtenir par la production. Il n'y a d'ailleurs rien de sorcier à le savoir: ils veulent tous deux satisfaire les besoins naturels de l'homme en nourriture et en boisson, en vêtements et autres commodités de la vie. La seule différence est que le paysan dort sans doute sur la paille et le grand propriétaire foncier sur un mol édredon, que le paysan boit à table de la bière ou de l'hydromel et le grand propriétaire des vins fins. La seule différence réside dans la quantité et la qualité des biens produits. (...) dans le processus du travail, il y a des différences: le paysan travaille lui-même avec les membres de sa famille et il n'a du fruit de son travail qu'autant que peut lui fournir son arpent de terre et sa part du terrain communal ou plutôt – puisque nous parlons du paysan médiéval taillable et corvéable – qu'autant que lui laissent le seigneur et l'Église après les impôts et les corvées." (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 153-154)

foi outro elemento que colocava o campesinato em uma situação profundamente desfavorável.

Na Inglaterra, o novo modo de produção foi introduzido por uma revolução na agricultura. O crescimento da indústria de lanifícios em Flandres criou uma grande demanda por lã e instou a nobreza feudal inglesa à transformação de grande parte das terras aráveis em pastagem para ovinos, expropriando os camponeses de suas terras. Uma massa de trabalhadores que nada possuía, tornados proletários, se encontra assim à disposição da nascente indústria capitalista. A Reforma segue a mesma direção, resultando no confisco dos bens da Igreja que foram em parte doados, em parte vendidos à baixíssimos preços à nobreza e à especuladores, e outra vez a população camponesa se viu igualmente [e] em grande parte expropriada. Os proprietários de manufaturas e os grandes proprietários capitalistas da terra encontram uma população pobre, proletarizada, que escapou das regulamentações feudais e das corporações e que após longo martírio de vida errante, duros trabalhos nas *workhouses*, cruéis perseguições da lei e da polícia, veem uma porta de saída na escravidão salarial ao serviço da nova classe de exploradores. As grandes revoluções técnicas, no interior das manufaturas, permitiram cada vez mais, ao lado ou no lugar do artesão qualificado, o emprego sem cessar do trabalhador assalariado sem qualificação. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 168)³²³

Na América Latina, entretanto, o processo se realizou de outra forma. Rosa Luxemburg evidenciou paralelos, complementariedades e algumas diferenças desse desenvolvimento desigual do capital. A autora argumentava que a conquista da América e a abertura de novas rotas de comércio para a África e para as Índias relacionava-se diretamente ao processo de surgimento dos Estados burocratizados e centralizados europeus, inicialmente Portugal e Espanha e posteriormente França, Inglaterra, Holanda e Bélgica. No decorrer do processo de colonização europeia, a população nativa não teve direito à terra, exceto em determinados casos específicos de reduções e aldeamentos indígenas ou nas formas de *encomiendas*. O massacre

³²³ Tradução do autor. No original: “En Angleterre, le nouveau mode de production fut introduit par une révolution dans l’agriculture. L’essor de l’industrie lainière dans les Flandres provoqua une grande demande de laine et incita la noblesse féodale anglaise à transformer une grande partie des terres arables en pacages à moutons, chassant les paysans de leurs fermes et de leurs terres. Une masse de travailleurs que ne possédant rien, de prolétaires, se trouva ainsi à la disposition de l’industrie capitaliste à ses débuts. La Réforme agit dans le même sens, en entraînant la confiscation des biens d’Église qui furent en partie donnés, en partie vendus à perte à la noblesse et aux spéculateurs et dont la population paysanne se vit également en grande partie chassée. Les manufacturiers et les propriétaires terriens capitalistes trouvèrent ainsi une population pauvre, prolétarisée, qui fuyait les réglementations féodales et corporatives et qui, après le long martyre d’une vie errante, le dur travail dans les *workhouses*, les persécutions cruelles de la loi et des sbires de la police, voyait un port de salut dans l’esclavage salarial au service de la nouvelle classe d’exploiteurs. Vinrent ensuite, dans les manufactures, les grandes révolutions techniques qui permirent de plus en plus, à côté ou à la place de l’artisan qualifié, l’emploi sans cesse croissant du prolétaire salarié sans qualification.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 168)

de indígenas, o saque de matérias-primas e o roubo de terras foram as bases fundamentais do processo de colonização. As formas de inserção dos autóctones foram o trabalho compulsório, a subordinação de suas relações sociais com a terra e o amplo processo de escravização. Analisando um conjunto de autores que produziram narrativas etnográficas e corográficas sobre a América Latina, Luxemburg citou o homem político e historiador Alonso de Zurita (1510-1570):

Não há um pedaço de terra, uma parcela sequer que não tenha sido declarada propriedade dos europeus, infringindo os interesses e direitos de propriedade dos indígenas que foram forçados a deixar seus territórios habitados desde tempos imemoriais (ZURITA *apud* LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 275).³²⁴

Ou seja, para manter seus modos comunitários de produção, as “comunidades primitivas” deveriam necessariamente migrar para fragmentos do território distantes dos interesses econômicos mais imediatos dos colonizadores europeus em uma condição de provisoriedade e ameaça constante, visto o caráter permanente do processo de expansão do capitalismo. Nesse sentido, os indígenas não tiveram reconhecido seu direito à terra, e Rosa Luxemburg entendeu esse processo.

Os escravos africanos também não se constituíram como proprietários de terra na América Latina. Amplamente importados para as Américas estes se realizavam na economia colonial como renda capitalizada pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entrava no processo de produção como mercadoria. Sua condição de sujeito era brutalmente reduzida e coisificada.

O proprietário desejava extrair do seu escravo um rendimento econômico que era medido pelo lucro médio e este deveria lhe equivaler pelo menos ao dinheiro que lhe daria se fosse aplicado em outro negócio. O empreendimento colonial, que necessariamente tinha que permitir acumulação de riqueza e sustentar essa forma de absorção de renda, deveria ser baseado na apropriação de vastas extensões de terra para mobilizar o trabalho escravo para produzir, atendendo às demandas da produção da metrópole e às formas de acumulação de capital assentadas no tráfico de escravos como motor dessa engrenagem de produção de capital. Ou seja, os escravos negros, somente quando conseguiam fugir e encontrar quilombos, podiam

³²⁴ Tradução do autor. No original: “Il n’y a pas une parcelle de sol, pas une ferme qui n’ait été déclarée propriété des Européens, sans égard pour l’atteinte ainsi portée aux intérêts et aux droits de propriété des indigènes que l’on force ainsi à quitter les territoires habités par eux depuis des temps immémoriaux.” (ZURITA *apud* LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 275).

se constituir eventualmente como camponeses, mas mesmo assim não eram detentores da propriedade da terra.

Mesmo com a experiência das *encomiendas* e dos aldeamentos indígenas não era possível afirmar que a formação do campesinato latino-americano advinha de uma condição de proprietário de terras tal como o camponês de boa parte da Europa Ocidental. Além disso, o processo de proletarização das sociedades latino-americanas era experiência recente que se aprofundava a partir da década de 1950. Depreende-se, assim, que na América Latina os camponeses conquistaram a terra, lutam para adquirir a terra ou ter reconhecido seu direito consuetudinário à terra e resistem aos processos de expropriação nas fronteiras possíveis, onde não se desenvolveu plenamente o capitalismo. Quanto aos indígenas lutam para retomar as terras que lhes foram subtraídas.

Essa diferença entre o campesinato europeu e o campesinato latino-americano - que não era obviamente o objeto de estudo de Rosa Luxemburg e se desenvolve apenas a partir das pistas deixadas em momentos esporádicos da obra - nos parece fundamental visto que diversas lutas revolucionárias foram e são travadas na América Latina protagonizadas pelos camponeses em torno da luta pela terra, pela reforma e revolução que parte ou atravessa o campo, com o objetivo de transformação social, política e econômica da sociedade. Muitas dessas lutas camponesas não negligencia(va)m a figura política e os escritos de Rosa Luxemburg. Sobretudo devido à sua teoria revolucionária do papel da ação revolucionária das massas e seu posicionamento antidogmático e não-eurocêntrico.

Outro argumento central refere-se à constatação de Rosa Luxemburg de que o proletariado se constitui como classe social a partir da dissolução ou destruição das condições históricas de reprodução de parte do campesinato como classe social. Ou seja, Rosa Luxemburg observou que a formação da propriedade privada capitalista da terra gerava um conjunto de empecilhos e impossibilidades para a reprodução do campesinato. Além disso, observava que a destruição das relações sociais de produção de populações autóctones auxiliava no incremento da massa de trabalhadores que possuíam apenas a força de trabalho como propriedade.

Assim, ao esboçar em filigranas o argumento de que as vítimas da modernização capitalistas e suas lutas e resistências pertenciam à uma mesma tradição dos oprimidos da qual o movimento operário era herdeiro no início do

século XX, Luxemburg posicionava-se de fato como uma marxista preocupada com a produção do capital e com os sujeitos em luta nas regiões produtoras de capital.

Rosa Luxemburg, portanto, realizou em IEP um argumento herético e heterodoxo no marxismo. Löwy (1986; [1980] 2008) captou com acuidade as pistas, no percurso de análise de Rosa, de uma face ocultada da tradição dos oprimidos, verificando que havia na IEP certa conexão entre as lutas e resistências anticolonialistas e anti-imperialistas como potencialmente lutas anticapitalistas. Rosa Luxemburg possibilitava a verificação da condição *periferizada* como possível movimento de transformação, recriação, resistência e, quando organizado em massas, um movimento revolucionário³²⁵.

A tradição dos oprimidos advinha de um longo percurso. Segundo Rosa Luxemburg retomava as lutas por liberdade dos escravos na Antiguidade, das quais a figura do escravo Spartakus se mantinha emblemática nas lutas dos primeiros cristãos, sujeitos importantes por reivindicarem formas primitivas de comunismo a partir de seus mártires religiosos, dos camponeses alemães em guerra entre 1524 e 1525 e em certo milenarismo contra a opressão representado na figura de Thomas Münzer. Certamente, para Luxemburg a resistência dos camponeses e populações indígenas se inscrevia nessa linhagem.

Tanto como um ideal de uma outra ordem social baseada na igualdade e fraternidade entre os homens, como o ideal de uma sociedade comunista, o socialismo remonta a milhares de anos. Entre os primeiros apóstolos do cristianismo e entre várias seitas religiosas na Idade Média, durante a Guerra dos Camponeses, por exemplo, a ideia socialista não cessou de fluir como a expressão mais radical de revolta contra a ordem existente. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 173-174)³²⁶

³²⁵ O século XX demonstrou a potência e a pertinência dessa argumentação. O papel do campesinato e dos indígenas nas revoluções socialistas e nas insurreições sociais foi central e decisivo. Além disso, os grandes movimentos revolucionários no século XX ocorreram, sobretudo, nas formações territoriais da assim chamada periferia do capitalismo: a Revolução Russa em 1917, a Guerra Civil Espanhola em 1936-1939; a Revolução Chinesa em 1949; a Revolução Cubana em 1959; a independência no Vietnã e a resistência vietcongue, os movimentos anticolonialistas e de independência na Argélia e no Congo; as lutas socialistas em Angola e Moçambique, as guerrilhas rurais na Nicarágua, em El Salvador e na Guatemala; as lutas por reforma agrária no Brasil a partir das Ligas Camponesas e depois pela Comissão Pastoral da Terra e pelo MST; o movimento dos seringueiros na Amazônia brasileira; o movimento zapatista em Chiapas em 1994; e, no século XXI, as lutas contra a privatização da água e do gás na Bolívia, as lutas contra processos de privatização de terras na Índia e no Sri Lanka, etc.

³²⁶ Tradução do autor. No original: “En tant qu’idéal d’un ordre social reposant sur l’égalité et la fraternité entre les hommes, en tant qu’idéal d’une société communiste, le socialisme datait de milliers d’années. Chez les premiers apôtres du christianisme, chez diverses sectes religieuses du Moyen

Assim, constata-se que Rosa Luxemburg desenvolveu uma interpretação que buscava recuperar as tradições dos oprimidos e com isso ela realizava uma profunda reflexão sobre o assim chamado comunismo primitivo. A autora não desconsiderava as populações de fora da Europa e de sua obra vertem discussões sobre a América Latina, a Ásia e África, sobre camponeses da Europa Oriental e Ocidental, sobre os aborígenes australianos. Verificaremos então, essas reflexões.

3.6.3.2. *Comunismo primitivo*

A partir de uma perspectiva original e profundamente desafiadora, Rosa Luxemburg prolongou e questionou a famosa resolução exposta no *Manifesto Comunista*: a história de todas as sociedades, até os nossos dias, é a história da luta de classes. Luxemburg foi fortemente influenciada pelas pistas deixadas pelo próprio *Manifesto* e pelas análises de Engels no prefácio à edição alemã de 1890. Além disso, constatava-se o forte impacto na IEP da análise de *Origem da família, da propriedade privada e do Estado* (de 1884) e a riqueza de interpretações acerca de um conjunto vastíssimo de relatos, livros, descrições etnográficas e corográficas de historiadores, etnólogos, antropólogos e homens de Estado como Georg Von Maurer, August von Haxthausen, Jean-Antoine Dubois, Maxime Kovalevski, Lewis Henry Morgan (principalmente), dentre outros. Compreendemos que, a partir desse caleidoscópio de referências, Rosa Luxemburg propôs outro ponto de vista na interpretação das assim chamadas formas e relações pré-capitalistas.

Para Löwy (1986), o ponto central da análise de Rosa Luxemburg sobre as comunidades pré-capitalistas e o comunismo primitivo foi a maneira crítica e original de conceber a evolução das formações sociais, que se fundamentava em uma veemente crítica à ideia forjada pela Economia Política burguesa (tais como os fisiocratas e os liberais) da transhistoricidade do capitalismo, sobretudo da propriedade privada. Ou seja, Rosa Luxemburg analisou as diversas formas de propriedade e de relações com a terra e o território em diversos períodos anteriores à instituição do modo capitalista de produção, demonstrando que o capitalismo (e sua lógica) era um momento recente da história. A sociedade se desenvolveu durante milhares de anos a partir de relações sociais não mediatizadas pela mercadoria, pelo valor, pelo lucro, pela propriedade privada capitalista da terra e dos

Âge, lors de la guerre des paysans, l'idée socialiste n'a cessé de jaillir comme expression la plus radicale de la révolte contre l'ordre existant." (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 173-174)

meios de produção, por formas indissociáveis de trabalho manual e trabalho intelectual, e mesmo pela não-divisão em classes sociais.

Assim, o interesse de Luxemburg pelo comunismo primitivo se colocava como um prisma de análise comparativo entre essas sociedades e suas relações sociais (sua organização social, estruturas políticas e modo de produção) e o caráter irracional, reificado e anárquico do capitalismo que produzia a oposição radical entre valor de uso e valor de troca³²⁷ (LÖWY, 1986). E, articuladamente, a diferenciação radical entre terra (e território) como condição de trabalho e reprodução da comunidade e terra como negócio de realização da extração da renda fundiária e do lucro extraordinário a partir da propriedade capitalista da terra.

Löwy (1986) constatou que a busca de referências no passado dito primitivo apresentava como fundamento o devir da constituição do socialismo moderno. Rosa Luxemburg, nesse sentido, realizava um movimento progressivo-regressivo na história buscando compreender em diferentes sociedades as sementes de relações comunistas fundamentais para as lutas, e de certo modo, para a constituição do socialismo na contemporaneidade. E, também, apontava os equívocos, as contradições e os limites dessas organizações comunitárias do passado verificando suas opressões internas e elementos que propiciavam desigualdade e exploração.

Todavia, compreendemos, coetâneos às interpretações de Löwy (1986; [1980] 2008), que a IEP aproximou Rosa Luxemburg de autores que expressavam o romantismo revolucionário e anticapitalista. Essa formação comunitária primitiva apresentava elementos que se opunham em seus fundamentos ao capitalismo e apresentavam relações sociais mais humanitárias do que a civilização industrial burguesa (LÖWY, 1986).

Löwy ([1980] 2008) argumentou que o romantismo se apresentava em uma importante corrente revolucionária, inclusive em parte dos escritos de Marx e em diversos autores marxistas. Para Löwy ([1980] 2008) a problemática do romantismo revolucionário se estabelecia na articulação entre o passado (pré-capitalista) e o

³²⁷ Mandel (1971, p. 2, tradução do autor) captou com acuidade essa comparação de Luxemburg na IEP: “A explicação das diferenças fundamentais entre uma economia fundada sobre a produção de valores de uso, destinada a satisfazer as necessidades dos produtores, e uma economia fundada sobre a produção de mercadorias ocupa a maior parte da obra. Rosa Luxemburg desenvolve as diferentes lógicas desses dois sistemas econômicos. No primeiro prevalece, inevitavelmente, a planificação, a organização consciente do trabalho; no segundo constata-se a concorrência, a ausência de organização planificada, a anarquia. As formas transitórias de uma à outra são dissecadas com grande atenção, principalmente as relações entre o trabalho gratuito fornecido por uma parte da sociedade ao benefício exclusivo da outra”.

futuro (socialista) mediado pela negação do presente capitalista. Para além da análise do romantismo como apenas uma corrente retrógrada, conservadora ou constatatadora do desencantamento do mundo, havia segundo Löwy ([1980] 2008, p. 12) uma linhagem sóciopolítica que articulava marxismo e romantismo, a partir da “nostalgia das sociedades pré-capitalistas e [pela] crítica ético-social ou cultural ao capitalismo”. Tal interpretação é uma chave essencial de análise dos escritos da IEP. O desenvolvimento capitalista demonstrava vivamente nos processos de destruição das relações comunitárias, na colonização capitalista europeia e no processo de mundialização do capital a violência intrínseca ao desenvolvimento das forças produtivas. Assim, compreendemos que para Rosa Luxemburg a análise sobre o comunismo primitivo e sua universalidade durante longo período, e nas mais diferentes regiões do mundo, representava uma das formas de revelar a necessidade de superação da barbárie permanente imposta pelo capitalismo³²⁸ e atar os fios que conectavam a história da humanidade do comunismo primitivo ao socialismo moderno. Essa retomada não se estabeleceu por uma forma de romantismo de retorno ao passado, nem na absolutização de suas características “positivas”, mas foi a forma encontrada por Rosa Luxemburg - a saída da história luxemburguiana - de desnaturalizar a essencialização do capitalismo como modo de produção transhistórico e eterno, evidenciar suas limitações e demonstrar, mesmo que sem uma preocupação direta, a resistência e a recriação de um vasto conjunto de relações não-capitalistas. Além de recente e apenas um parêntese na história, o capitalismo não era a única forma de relação social existente. Rosa Luxemburg enfatizou que

Quase todos os anos traziam conhecimentos até então desconhecidos sobre a situação econômica das mais antigas sociedades humanas, que nos leva a concluir que deveriam existir, no passado, períodos extremamente longos nos quais não havia ainda luta de classes, pois não havia nem distinção de classes sociais, nem distinção entre ricos e pobres, nem propriedade privada. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 182)³²⁹

³²⁸ Neusüss (1986) argumentou que Rosa Luxemburg não analisou o comunismo primitivo tão somente como uma formação social pretérita ao capitalismo, à dominação da natureza e mesmo à civilização, mas sim a marcha civilizatória do “progresso capitalista” como um processo de destruição, ampla brutalização da sociedade e mesmo uma naturalização do extermínio dos “retardatários da modernidade”. As forças produtivas eram simultaneamente forças destrutivas, constatou Neusüss (1986) a partir de Luxemburg: “o sopro pestilento da civilização capitalista” varria vastas relações sociais nos quatro continentes, sendo o militarismo um vetor essencial da acumulação de capital.

³²⁹ Tradução do autor. No original: “Presque chaque année apportait, sur l'état économique des plus anciennes sociétés humaines, des aperçus jusque-là inconnus ; ce qui amenait à conclure qu'il avait

Analisando, assim, as múltiplas formas de relações sociais comunistas primitivas ressalta-se, inicialmente, seu verdadeiro interesse pela *mark* (marca) germânica (no regime comunitário primitivo, um papel importante era desempenhado pela *comunidade rural*, que os germanos denominavam "*marca*"). A *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, como já observado pelas recorrentes citações a Engels, teve um impacto significativo na busca pela forma de organização interna desses camponeses germânicos. Luxemburg enfatizou também as interpretações de Georg Ludwig Von Maurer que, ao analisar um vasto conjunto de documentos e textos jurídicos sobre a história agrária e fundiária germânica na Idade Média na Alemanha, em países nórdicos e na Islândia, descobriu um elemento em comum entre esses territórios: a propriedade comum do solo, uma espécie de comunismo agrário que existiu nas colônias germânicas. Von Mauren constatou que "A propriedade comum do solo não nasceu na Idade Média, mas era a forma primitiva típica e geral das colônias germânicas na Europa desde a sua origem." (LUXEMBURG [1925] 2009, p. 184)³³⁰. Luxemburg se impressionou com outro aspecto das relações sociais dos antigos germânicos: "Não há Estado com leis escritas e restritas, não há divisão entre ricos e pobres, entre mestres e trabalhadores" (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 184)³³¹.

Também chamou a atenção de Luxemburg a ausência de propriedade individual do solo entre os germânicos e a repartição da terra entre tribos e famílias. Ela observava que apenas esporadicamente - em casos de escassez de terras cultiváveis - realizava-se uma apropriação mais individualizada do solo. A organização social e de produção da *mark* era mediada pelo igualitarismo da divisão dos campos de cultivo e pela propriedade comunal das florestas. A divisão do trabalho era realizada de forma equânime e as múltiplas tarefas essenciais para a manutenção da comunidade também eram repartidas. Além disso, as eleições eram realizadas de forma democrática e reguladas pela assembleia da comunidade. Enfim, de acordo com Rosa Luxemburg ([1925] 2009, p. 257-258)

dû y avoir dans le passé des périodes extrêmement longues où il n'y avait pas encore de luttes de classe, parce qu'il n'y avait ni distinction de classes sociales, ni distinction entre riches et pauvre, ni propriété privée." (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 182)

³³⁰ Tradução do autor. No original: "la propriété commune du sol n'était pas née à la fin du Moyen Âge, mais était la forme primitive typique et générale des colonies germaniques en Europe depuis leur origine" (LUXEMBURG [1925] 2009, p. 184).

³³¹ Tradução do autor. No original: "Pas d'État avec des lois écrites et contraignantes, pas de division entre riches et pauvres, entre maîtres et travailleurs" (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 184).

Não se pode imaginar nada mais simples e mais harmonioso do que esse sistema econômico dos antigos Mercados germânicos. Todo o mecanismo da vida social está como à céu aberto. Um plano rigoroso e uma organização robusta encerram aqui a atividade de cada um e integram-na como um elemento do todo. As necessidades imediatas da vida cotidiana e a igual satisfação delas para todos constituem o ponto de partida e de chegada dessa organização. Todos trabalham conjuntamente por todos e decidem tudo também conjuntamente. De onde vem e sobre o que se fundamenta essa organização e o poder do coletivo sobre o indivíduo? Do comunismo do solo, ou seja, da posse comum do meio de produção mais importante. Contudo, os traços típicos da organização econômica do comunismo agrário aparecem mais claramente se são estudados de maneira comparativa, em escala internacional, visando apreender a força mundial da produção em sua diversidade e flexibilidade internacionais.³³²

Todavia, após as primeiras pesquisas que desvendaram que as comunidades germânicas se estruturavam em torno da propriedade comum do solo frutificou-se a argumentação (dentre os intelectuais embebidos pelo modo capitalista de pensar) de que essas relações sociais, econômicas e políticas com a terra seriam fruto de uma excepcionalidade germânica, “une manifestation de l’esprit Germain”.

As análises do economista alemão von Hauxthausen sobre a história agrária da comunidade rural russa corroboravam, na compreensão de Luxemburg, para a superação das interpretações que confinavam à *mark* o caráter comunal das relações sociais e de produção.

Os camponeses russos não conhecem a propriedade privada dos campos, prados e florestas, os quais são considerados propriedade de toda a vila, que as famílias camponesas recebem em parcelas para uso temporário e que, assim como para os antigos germânicos, se dão por sorteio. (LUXEBURG, [1925] 2009, p. 187)³³³

³³² Tradução do autor. No original: “On ne peut imaginer rien de plus simple et de plus harmonieux que ce système économique des anciennes Marches germaniques. Tout le mécanisme de la vie sociale est comme à ciel ouvert. Un plan rigoureux, une organisation robuste enserrent ici l’activité de chacun et l’intègrent comme un élément du tout. Les besoins immédiats de la vie quotidienne et leur satisfaction égale pour tous, tel est le point de départ et l’aboutissement de cette organisation. Tous travaillent ensemble pour tous et décident ensemble de tout. D’où proviennent et sur quoi se fondent cette organisation et le pouvoir de la collectivité sur l’individu ? Du communisme du sol, c’est-à-dire de la possession en commun du plus important moyen de production. Cependant les traits typiques de l’organisation économique du communisme agraire apparaissent mieux si on les étudie de façon comparative à l’échelle internationale, pour la saisir ainsi comme force mondiale de la production dans sa diversité et sa souplesse internationales.” (LUXEBURG, [1925] 2009, p. 257-258)

³³³ Tradução do autor. No original: “Les paysans russes ne connaissent pas la propriété privée des champs, des prés et des forêts, que le village tout entier en est considéré comme propriétaire, que les familles paysannes ne reçoivent que des parcelles de champs pour une usage temporaire et que, tout comme chez les anciens Germains, cela se fait par tirage au sort.” (LUXEBURG, [1925] 2009, p. 187)

Entre os russos as descobertas de von Hauxthausen foram acolhidas, sobretudo, pelos eslavófilos, e diferencialmente entre as correntes conservadora e revolucionária. Estes últimos exaltaram a comunidade camponesa russa como ponto de partida para a revolução socialista, e os primeiros como a evidência da particularidade eslava para a modernização capitalista à maneira europeia na Rússia. Mas o que havia em comum entre as duas interpretações era que “Os dois lados opostos dos eslavófilos estavam inteiramente de acordo quanto à concepção da *comunidade agrária russa como um fenômeno especificamente eslavo*, que se explicava apenas pela característica própria ao povo eslavo.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 188-189)³³⁴.

Contudo, o desenvolvimento de pesquisas e interpretações sobre povos extra-europeus, resultado tanto de um conjunto de descrições etnográficas e corográficas de viajantes, cientistas e representantes do aparelho militar colonial e imperialista (representantes diretos como Sir Henry James Maine e Edward Horace Man ou de maneira inconsciente, mas reprodutora de uma consciência de classe colonizadora, como Walter Baldwin Spencer), quanto de uma tentativa de compreensão crítica de intelectuais progressistas (Ettore Ciccotti) e militantes engajados (Alexandre Kaufman e Friedrich Engels), produziram relatos que enfatizavam as importantes relações de interdependência com a terra em diversas comunidades ditas primitivas da África, da Ásia, da América Latina, do leste europeu e da Oceania. Uma sorte de relações comunais, comunitárias e camponesas foram ressaltadas nesses estudos, e assim o caráter aparentemente único, excepcional e/ou específico das comunidades germânicas ou eslavas ganhava outro contorno. Luxemburg então encaminhou um argumento contundente baseado em Marx e Engels e no trabalho de Lewis Henry Morgan (*Ancient Society, or Researches in the Line of Human Progress from Savagery, through Barbarism to Civilization*) de 1877

Enquanto Marx e Engels demonstraram, pela via da análise econômica do capitalismo, a inevitável passagem da sociedade para a economia comunista mundial em um futuro próximo e, com isso, fornecido às aspirações socialistas uma fundamentação científica sólida, Morgan forneceu para a obra de Marx e Engels, em uma certa medida, todo o seu poderoso embasamento, demonstrando que a sociedade democrática comunista engloba, sob formas primitivas,

³³⁴ Tradução do autor. No original: “Les deux pôles opposés de la slavophilie étaient cependant entièrement d'accord dans leur conception de *la communauté agraire russe comme phénomène spécifiquement slave*, qui ne s'expliquait que par le caractère propre au peuple slave.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 188-189)

todo o longo passado da história humana anterior à civilização atual. A nobre tradição do passado se conecta às aspirações revolucionárias do futuro, o círculo do conhecimento se fecha harmoniosamente e nessa perspectiva, o mundo atual da dominação de classe e da exploração, que pretendia ser o *nec plus ultra* da civilização, não é mais que uma minúscula etapa passageira da grande marcha da humanidade. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 206)³³⁵

Porém, ela desenvolveu um argumento ainda mais contundente do que Marx e Engels, e certamente muito mais crítico do que Morgan: o capitalismo era um interlúdio na história. Havia, segundo Rosa Luxemburg, profundas conexões entre as sociedades democráticas comunistas do passado e a ação revolucionária das massas no presente. Na luta de classes, a história estaria em aberto: socialismo ou barbárie. O comunismo era a utopia real do devir da sociedade e representava transhistoricamente uma profunda tradição dos oprimidos. Assim, existiam sociedades com profundos valores humanísticos, modos comunitários de produção e relações comunais e camponesas com a terra realizando-se em todos os continentes, em todos os períodos da história com características específicas de organização social, mas que apresentavam semelhanças em seus fundamentos.

Rosa Luxemburg constatou o papel do processo de colonização europeia (espanhóis, portugueses, franceses, ingleses, holandeses, belgas) pelo mundo, que efetivava uma brutal dissolução das relações dessas comunidades. Tal processo de realização da acumulação originária do capital, que se desenvolvia em caráter permanente e profundamente violento, submetia essas sociedade à um estado também em caráter permanente da barbárie capitalista. Além disso, a autora constatou a tendência do processo de inviabilização da reprodução social de indígenas e camponeses quando deles eram retirados seus meios de produção e a terra, elemento fundante de sua existência social.

De qualquer forma, o que é fatal para as relações sociais primitivas é a penetração da civilização europeia. Os conquistadores europeus

³³⁵ Tradução do autor. No original: “Tandis que *Marx* et *Engels* avaient, par la voie de l'analyse économique du capitalisme, démontré pour le proche avenir l'inévitable passage de la société à l'économie communiste mondiale et donné ainsi aux aspirations socialistes un fondement scientifique solide, *Morgan* a fourni dans une certaine mesure à l'œuvre de *Marx* et *Engels* tout son puissant soubassement, en démontrant que la société démocratique communiste englobe, quoique sous des formes primitives, tout le long passé de l'histoire humaine avant la civilisation actuelle. La noble tradition du lointain passé tendait ainsi la main aux aspirations révolutionnaires de l'avenir, le cercle de la connaissance se refermait harmonieusement et dans cette perspective, le monde actuel de la domination de classe, et de l'exploitation, qui prétendait être le *nec plus ultra* de la civilisation, le but suprême de l'histoire universelle, n'était plus qu'une minuscule étape passagère dans la grande marche en avant de l'humanité.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 206)

são os primeiros que visam não somente a escravização e a exploração econômica dos indígenas, mas também a apropriação dos meios de produção e do solo. Com isso, o capitalismo europeu priva a ordem social primitiva do seu fundamento. Pior que toda opressão e toda exploração é a anarquia total e um fenômeno especificamente europeu: a *insegurança da existência social*. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 307)³³⁶

Analisando o colonialismo europeu nas Américas, Rosa Luxemburg enfatizou que essa política pilhou com extrema violência as riquezas naturais, especiarias, metais e pedras preciosas e impôs a produção agroexportadora de matérias-primas baseada na expropriação de populações indígenas, na apropriação de terras, no trabalho escravo e na ampla drenagem de riquezas aos entrepostos comerciais europeus. Rosa Luxemburg argumentava ainda que esse processo de acumulação originária do capital se renovava constantemente, a partir da constante apropriação efetiva do solo e da imposição permanente da população.

Trata-se de acrescentar, aos métodos mais antigos de colonização que são ainda hoje utilizados e que portanto nunca deixaram de ser praticados, um novo método mais persistente e mais sistemático de exploração das populações coloniais para o enriquecimento da 'metrópole'. Dois fatores devem ser aí incluídos: de um lado a apropriação efetiva do solo, a mais importante fonte material da riqueza de cada país; e de outro a permanente imposição da população. Nesse esforço duplo, as potências coloniais europeias se chocam com um obstáculo bastante sólido: as relações de propriedade particulares dos autóctones opunham-se à pilhagem dos europeus com a mais tenaz resistência. Para arrancar o solo dos seus proprietários, era preciso primeiramente estabelecer quem era o proprietário. Para poder recolher impostos – e não apenas para estabelecê-los – era preciso impor-se sobre os resistentes. É aqui que os europeus se chocam, nas suas colônias, com relações que lhes são completamente estrangeiras e que invertem toda a sua concepção sobre o caráter sagrado da propriedade privada. Os ingleses no sul da Ásia e os franceses do norte da África passaram pela mesma experiência. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 189-190)³³⁷

³³⁶ Tradução do autor. No original: "A tous égards, ce qui est fatal aux relations sociales primitives, c'est la pénétration de la civilisation européenne. Les conquérants européens sont les premiers qui ne visent pas seulement l'asservissement et l'exploitation économique des indigènes, ils s'emparent des moyens de production et du sol. Ce faisant, le capitalisme européen prive l'ordre social primitif de son fondement. Pire que toute oppression et toute exploitation, c'est l'anarchie totale et un phénomène spécifiquement européen : *l'insécurité de l'existence sociale*." (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 307)

³³⁷ Tradução do autor. No original: "A ces méthodes plus anciennes de colonisation qui sont encore florissantes à l'occasion jusque de nos jours et n'ont jamais cessé d'être pratiquées, il s'agissait maintenant d'ajouter une nouvelle méthode plus persistante et plus systématique d'exploitation des populations coloniales pour l'enrichissement de la « métropole ». Deux facteurs devaient y pourvoir : d'une part l'appropriation effective du sol, source matérielle la plus importante de la richesse de chaque pays ; d'autre part, l'imposition permanente de la population. Dans ce double effort, les puissances coloniales européennes se heurtèrent à un obstacle remarquable autant que solide : les rapports de propriété particuliers des autochtones opposaient au pillage par les Européens la

Rosa Luxemburg, entretanto, apontou também um elemento fundamental: a resistência da população indígena e camponesa ao estabelecimento dos marcos da propriedade privada capitalista da terra. Essa resistência se associava às características fundamentais das assim chamadas comunidades primitivas que, segundo Löwy (1986; [1980] 2008), se opunham ao capitalismo e, sob diferentes aspectos, eram humanamente superiores à sociedade capitalista. Podemos constatar a potência dessa argumentação de Löwy no argumento luxemburguiano sobre as populações indígenas peruanas pré-colombianas.

Existia ali uma constituição comunista agrária muito antiga – predominante entre as tribos peruanas desde tempos imemoriais – que estava ainda cheia de vida e força no século XVI, quando da invasão espanhola. Uma associação fundamentada nos laços de parentesco, na família, era a única proprietária do solo em cada vila ou conjunto de vilas; os campos eram divididos em lotes e sorteados anualmente entre os membros da comunidade; as tarefas públicas eram regidas por uma assembleia que elegia o chefe da comunidade. *Assim, encontram-se, mesmo nesse distante país sul-americano, entre os indígenas, traços marcantes de um comunismo ainda mais preciso que na Europa: enormes casas coletivas onde viviam famílias inteiras, com sepulturas comuns. Fala-se dessas habitações coletivas onde abrigavam-se mais de 4 mil homens e mulheres. A residência principal dos imperadores Inca, a cidade de Cusco, era particularmente composta de muitas dessas habitações coletivas, as quais eram nomeadas de acordo com cada família.* (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 195-196)³³⁸

As relações comunitárias de produção da população autóctone das Américas foram consideradas por Rosa Luxemburg como um momento revelador das formas

résistance la plus tenace. Pour arracher le sol à ses propriétaires, il fallait d'abord établir qui en était propriétaire. Pour faire rentrer des impôts – et non seulement les établir – il fallait pouvoir saisir les imposés récalcitrants. Or c'est ici que les Européens se heurtèrent, dans leurs colonies, à des rapports qui leur étaient complètement étrangers et renversaient toutes leurs notions sur le caractère sacré de la propriété privée. Les Anglais en Asie du Sud et les Français en Afrique du Nord firent la même expérience.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 189-190)

³³⁸ Tradução do autor. No original: “On avait là une très ancienne constitution communiste agraire - prédominant chez les tribus péruviennes depuis des temps immémoriaux - qui était encore pleine de vie et de force au XVI^e siècle, lors de l'invasion espagnole. Une association fondée sur les liens de parenté, la famille, était le seul propriétaire du sol dans chaque village ou groupe de villages, les champs étaient répartis en lots et tirés au sort annuellement par les membres du village ; les affaires publiques étaient réglées par l'assemblée du village qui élisait le chef du village. *On trouva même dans ce lointain pays sud- américain, chez les Indiens, des traces vivantes d'un communisme plus poussé encore qu'en Europe* : d'énormes maisons collectives où des familles entières vivaient en commun, avec des tombes communes. On parle d'une de ces habitations collectives où logeaient plus de 4000 hommes et femmes. La résidence principale des empereurs Inca, la ville de Cuzco, se composait en particulier de plusieurs de ces habitations collectives qui portaient chacune le nom de la famille.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 195-196)

primitivas de comunismo agrário no Novo Mundo³³⁹. Para a autora, eram relações sociais mediatizadas por um verdadeiro humanismo.

É fundamental, assim, constatar que as relações comunais, camponesas e comunitárias com a terra apareciam como empecilhos para a constituição da plenitude das relações capitalistas, que o capital a partir de múltiplas formas desobstruía: expropriação direta ou sob o intermédio do Estado, guerras e extermínio em massa, endividamento, formas de arrendamento, instituição de vultosos tributos e impostos e estratégias fundiárias ilegais e/ou ilegítimas (grilagem, delimitações fundiárias, “confinamento” territorial) eram as mais usuais; as formas de sujeição da produção agrária camponesa e indígena eram as mais “modernas”. Entretanto, a plenitude da expansão completa das relações capitalistas seria uma *tendência* (em termos marxianos, conforme já apontamos) não uma determinação, uma lei de bronze imutável e incontornável. Sobretudo nas formações territoriais de predominância de produção do capital, as relações especificamente capitalistas se instituíam contraditoriamente, ora destruindo formas e relações sociais comunitárias e camponesas de produção, ora ressignificando essas relações. Mas, a resistência se constituía como mediação essencial nesse processo.

Consideramos que é possível depreender das análises sobre o comunismo primitivo uma tríade dialética de processos que se desenvolveram no movimento de acumulação permanente do capital que recolocava/implodia/superaria a noção de formação pré-capitalista: destruição (parcial), resistência e recriação das “comunidades primitivas” podem ser constatadas nas interpretações luxemburguianas. Apesar de Rosa Luxemburg ressaltar a destruição das relações pré-capitalistas como condição para o desenvolvimento do capitalismo, ela ao longo de toda a obra verificou as estratégias utilizadas pelo capital para dissolver as comunidades e se coloca ao lado das vítimas, confirmando também as lutas e a resistência, e apontando mesmo a recriação dessas formas.

Nesse sentido, recolocava-se a compreensão crítica acerca da consideração de que havia nos escritos de Rosa Luxemburg lugar somente para o progresso

³³⁹ Rosa Luxemburg produziu uma análise bastante extensa das populações indígenas nas Américas, principalmente na América Latina. Seu foco central se referia às interpretações sobre os indígenas do Império Inca no Peru. Ela ressaltou o igualitarismo na repartição de terras, territórios comunais de pertencimento de toda a comunidade e detalhou os limites de um *Império*, mesmo que fosse organizado de forma não-europeia ou “comunista primitivo”. Ela destacou outras populações indígenas, inclusive sociedades que habitavam o atual território brasileiro, tais como os bororos e os botocudos.

linear da história. A IEP reafirmava também a história como um processo aberto e apesar da profunda dissolução dos modos comunitários de produção, a incisiva resistência era uma marca indelével também da História, possibilitando formas de recriação e lutas anticoloniais e anti-imperialistas, inclusive como possíveis lutas anticapitalistas, conforme Löwy (1986) e Loureiro (2004) compreenderam. Rosa Luxemburg afirmou, por exemplo, que as formas de luta e resistência podiam se transformar em um “perigo” para a burguesia, visto que

Sob a luz da luta de classes, a mais recente descoberta da pesquisa científica – o comunismo primitivo – revelava seu aspecto perigoso. A burguesia, tocada no ponto sensível dos seus interesses de classe, pressentia um laço obscuro entre as velhas tradições comunistas que, nos países coloniais, opunham-se com uma resistência tenaz à busca pelo lucro e ao progresso de uma ‘europeização’ dos indígenas; assim como o novo evangelho trazido pela impetuosidade revolucionária às massas proletárias nos velhos países capitalistas. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 207-208, sem grifo no original)³⁴⁰

Nesse trecho constatava-se o argumento que enfatizava a resistência dos oprimidos como uma evidência relevante, verificando as relações e conexões entre as lutas dos proletários e das tradições comunitárias, comunais e camponesas dos países coloniais.

Assim, a fim de compreender as múltiplas formas de expansão do capitalismo e a complexidade desse processo, Rosa Luxemburg verificou a vastidão de estratégias europeias na colonização dos territórios. No processo de submissão política e econômica dos indianos, o Império Britânico se defrontou com inúmeras dinâmicas territoriais específicas na organização social de suas relações comunitárias de produção, todas alheias à dinâmica da propriedade privada capitalista. A ausência de uma delimitação precisa dos limites de propriedade gerou um conjunto de barreiras para a imposição fiscal em diferentes fragmentos do território indiano.

A cada passo, os ingleses iam de surpresa em surpresa: eles encontravam comunidades camponesas das mais variadas, grandes e pequenas, instaladas nos mesmos lugares há milênios, cultivando

³⁴⁰ Tradução do autor. No original: “Or à la lumière de ces luttes de classes brutales, la plus récente découverte de la recherche scientifique - le communisme primitif - révélait son aspect dangereux. La bourgeoisie, touchée au point sensible de ses intérêts de classe, flairait un lien obscur entre les vieilles traditions communistes qui, dans les pays coloniaux, opposaient la résistance tenace à la recherche du profit et aux progrès d'une « européanisation » des indigènes, et le nouvel évangile apporté par l'impétuosité révolutionnaire des masses prolétariennes dans les vieux pays capitalistes.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 207-208)

arroz e vivendo na calma e na ordem; entretanto, em nenhuma parte – que horror! – existia nessas comunidades um proprietário privado do solo. Mesmo que fossem às vias de fato, ninguém podia declarar sua a parcela de terra que cultivava, não podendo vendê-la, cercá-la ou hipotecá-la para pagar impostos. Todos os membros dessas comunidades, que às vezes englobavam famílias inteiras, grandes ou pequenas, eram obstinadamente e fielmente ligados uns aos outros, sendo que os laços sanguíneos eram tudo para eles. Assim, a propriedade individual nada significava. Para a sua grande surpresa, os ingleses descobriram, nas margens do rio Ganges e do rio Indo, modelos de comunismo agrário semelhantes aos costumes comunistas das velhas comunidades germânicas ou das comunas eslavas, o que é quase um golpe na propriedade privada. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 190)³⁴¹

Na sua exposição, Rosa Luxemburg analisou ainda as relações comuns da produção camponesa na Índia baseadas no trabalho familiar para a reprodução da unidade camponesa. Ela verificou também a resistência dos camponeses indianos ao processo de instituição da propriedade privada capitalista da terra, da formação dos latifúndios e os embates entre o antigo direito das comunidades e as novas regulamentações jurídicas capitalistas.

A antiguidade histórica, digna de considerações, dessas instituições comunistas deveria ser sensível aos ingleses, que estavam impressionados com a resistência tenaz que tais instituições impunham à sua engenhosidade fiscal e administrativa. Foi necessária uma luta de dezenas de anos, muitos atos de violência, desonestidade e intervenções sem escrúpulos contra os antigos direitos, e mesmo contra a própria noção de direitos desses povos, para conseguir provocar uma confusão irremediável em todas as suas relações de propriedade, uma insegurança geral e a ruína dos camponeses. Os antigos laços foram desfeitos, o isolamento pacífico do comunismo foi rompido e substituído por querelas, discórdias, desigualdade e exploração. Como resultado, de um lado estão enormes latifúndios, de outros milhões de produtores sem meios. A propriedade privada penetrou na Índia e, com ela, a febre tifóide, a

³⁴¹ Tradução do autor. No original: “A chaque pas, les Anglais allèrent de surprise en surprise : ils trouvèrent les communautés paysannes les plus variées, grandes et petites, installées là depuis des millénaires, cultivant le riz et vivant dans le calme et l'ordre, mais nulle part - ô horreur ! - n'existait dans ces villages de propriétaire privé du sol. Même si l'on en venait aux voies de fait, personne ne pouvait déclarer sienne la parcelle de terre qu'il cultivait, il ne pouvait ni la vendre, ni l'affermir, ni l'hypothéquer pour payer un arriéré d'impôts. Tous les membres de ces communes qui englobaient parfois de grandes familles entières et parfois quelques petites familles issues de la grande, étaient obstinément et fidèlement attachés les uns aux autres et les liens du sang étaient tout pour eux. En revanche, la propriété individuelle ne leur était rien. A leur grand étonnement, les Anglais découvrirent sur les bords du Gange et de l'Indus des modèles de communisme agraire tels que les mœurs communistes des vieilles communautés germaniques ou des communes villageoises slaves font en comparaison presque l'effet d'une chute dans la propriété privée.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 190)

fome, o escorbuto, tornaram-se hóspedes permanentes das planícies do Ganges. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 192-193)³⁴²

No processo de colonização francesa na Argélia, estes encontraram entre os árabes e os bérberes do norte da África relações de produção similares às aquelas observáveis na *mark* germânica, na comunidade rural eslava, nas populações nativas das Américas e entre os camponeses indianos. Os pastores nômades árabes africanos estabeleciam uma relação direta entre a propriedade do solo e a família.

Entre os nômades árabes criadores de gado, o solo era propriedade familiar. (...) Entre os kabyles (...) o poder das famílias era grande: estas eram solidariamente responsáveis pelos impostos, compravam juntas o gado a ser repartido entre elas para a alimentação; em todos os litígios relacionados com a propriedade do solo, o conselho de famílias era o árbitro supremo; para instalar-se entre os kabyles, era preciso ter uma autorização das famílias; o conselho de famílias dispunha de terras não cultivadas. Entretanto, a regra era a propriedade indivisível da família, o que não englobava o sentido europeu de propriedade (...). (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 193)³⁴³

Os franceses denunciavam inclusive os perigos do “espírito comunista” que as relações de propriedade comum da terra tinham entre os árabes da Argélia.

Em 1873, na Assembleia Nacional francesa, resolveu-se o infeliz destino dos árabes da Argélia por meio de uma lei que instaurava à força a propriedade privada. Não parou-se de repetir, nessa assembleia em que ainda vibravam a covardia e a fúria assassinas dos conquistadores da Comuna, que *a propriedade comum primitiva dos árabes deveria ser destruída à qualquer preço, ‘como uma forma*

³⁴² Tradução do autor. No original: “L’ancienneté historique, digne de considérations, de ces institutions communistes devait être sensible aux Anglais, étonnés d’autre part par la résistance tenace que ces institutions opposèrent à l’ingéniosité fiscale et administrative des Anglais. Il leur fallut une lutte de plusieurs décennies, de nombreux coups de force, des malhonnêtetés, des interventions sans scrupules contre d’anciens droits et contre les notions de droit en vigueur chez ce peuple, pour réussir à provoquer une confusion irrémédiable dans toutes les relations de propriété, une insécurité générale et la ruine des paysans. Les anciens liens furent brisés, l’isolement paisible du communisme à l’écart du monde fut rompu et remplacé par les querelles, la discorde, l’inégalité et l’exploitation. Il en résulta d’une part d’énormes latifundia, d’autre part des millions de fermiers sans moyens. La propriété privée fit son entrée aux Indes et avec elle, le typhus, la faim, le scorbut, devenus les hôtes permanents des plaines du Gange.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 192-193)

³⁴³ Tradução do autor. No original: “Chez les nomades arabes éleveurs de bétail, le sol était la propriété des familles. (...) Chez les Kabyles (...) la puissance des familles restait grande : elles étaient solidairement responsables pour les impôts, achetaient ensemble le bétail destiné à être réparti entre les ramifications de la famille comme nourriture ; dans tout litige concernant la propriété du sol, le conseil de famille était l’arbitre suprême ; pour s’installer au milieu des Kabyles, il fallait l’autorisation des familles ; le conseil des familles disposait même des terres non cultivées. Mais la règle était la propriété, indivise de la famille qui n’englobait pas, au sens européen actuel (...).” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 193)

que mantém nos espíritos as tendências comunistas’.
(LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 208, sem grifo no original)³⁴⁴

É fundamental destacar que novamente Rosa Luxemburg enfatizava a resistência dos sujeitos contra a poderosa imposição colonial por meio de novas relações de propriedade e de exploração capitalista através das insurgências quanto à imposição de pesados tributos e impostos e lutas contra a expropriação.

Essa era a situação da população na Argélia no momento em que a França a colonizou. Foi assim com a França no norte da África e com a Inglaterra nas Índias. Em todos os lugares, o poder colonial europeu chocou-se com a resistência tenaz dos antigos laços sociais e das instituições comunistas que protegiam o indivíduo das empresas de exploração capitalista europeia e sua política financeira. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 194)³⁴⁵

Como um primeiro esboço de sistematização da discussão, Luxemburg esclareceu que um dos objetivos centrais de sua argumentação era desconstruir o argumento do caráter eterno da propriedade privada e sua existência desde “o começo do mundo”.

Em meados do século XIX, uma grande quantidade de documentos fragilizou seriamente a velha noção do caráter eterno da propriedade privada e sua existência desde o começo do mundo, para em pouco tempo destruí-la completamente. Depois de perceber, no comunismo agrário, uma particularidade dos povos germânicos, em seguida dos eslavos, indígenas, árabes, kabyles, mexicanos, e também do maravilhoso Estado Inca, no Peru, e de muitos outros povos ‘específicos’, forçosamente conclui-se que esse comunismo comunitário não era uma ‘particularidade étnica’ de uma raça ou de um continente, mas sim a forma geral da sociedade humana em uma determinada etapa do desenvolvimento da civilização. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 196)³⁴⁶

³⁴⁴ Tradução do autor. No original: “Lorsqu’en 1873, à l’Assemblée nationale française, on règle le sort des malheureux Arabes d’Algérie par une loi instaurant de force la propriété privée, on ne cessa de répéter, dans cette assemblée où vibrait encore la lâcheté et la furie meurtrière des vainqueurs de la Commune, que la propriété commune primitive des Arabes devait à tous prix être détruite «comme forme qui entretient dans les esprits les tendances communiste».” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 208)

³⁴⁵ Tradução do autor. No original: “Telle était la situation de la population en Algérie lorsque les Français en firent leur colonie. Il en alla pour la France en Afrique du Nord comme pour l’Angleterre aux Indes. Partout, la puissance coloniale européenne se heurta à la résistance tenace des anciens liens sociaux et des institutions communistes qui protégeaient l’individu des entreprises de l’exploitation capitaliste européenne et de la politique de la finance européenne.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 194)

³⁴⁶ Tradução do autor. No original: “Vers le milieu du XIXe siècle, une abondante documentation fut ainsi mise à jour, ébranlant sérieusement la vieille notion du caractère éternel de la propriété privée et de son existence depuis le commencement du monde, pour bientôt la détruire complètement. Après avoir vu, dans le communisme agraire, une particularité des peuples germaniques, puis des peuples slaves, indiens, arabes, kabyles, mexicains, puis de l’État merveilleux des Incas du Pérou et de beaucoup d’autres types de peuples « spécifiques », on en arriva par force à la conclusion que ce

Entretanto, a citação anterior porta uma contradição interessante. Os editores das *Œuvres complètes* de Rosa Luxemburg ([1925] 2009) verificaram certo evolucionismo na formulação, o que ao certo não é de todo equivocado, mas consideramos que há outro senso importante nesse fragmento. Luxemburg observou as diversas formas de organização social e as múltiplas formas de desenvolvimento do capitalismo em diferentes partes do mundo. Ela constatou as particularidades das formações, mas verificou que desse conjunto de particularidades surgia um caráter geral profundamente desafiador: a existência de relações sociais mediadas pela terra, a partir de formas de organização comunitária exteriores aos marcos da “moderna” propriedade capitalista.

Tal proposição esclarece a crítica de Rosa Luxemburg aos *savants bourgeois* que não concebiam uma sociedade em que as relações sociais não fossem mediadas pela propriedade privada capitalista da terra. Assim, discordando frontalmente das interpretações de John Stuart Mill, Luxemburg ([1925] 2009, p. 198, sem grifo no original) argumentou

Que o solo possa simplesmente pertencer às comunidades camponesas que o cultivam por milênios; que possa existir um país, uma grande sociedade civilizada, em que o solo não seja um meio de exploração do trabalho alheio, mas somente a base da existência das pessoas que nele trabalham, isso não poderia jamais entrar na cabeça de um grande savant da burguesia inglesa. Tal limitação de horizonte intelectual provava apenas que a ciência oficial do século das luzes burguesas possuía uma visão e uma compreensão históricas infinitamente mais restritas que aquelas 2 mil anos mais antigas, dos romanos, em que generais como César, historiadores como Tácito, transmitiram-nos descrições extremamente preciosas de relações econômicas e sociais que existiam entre seus vizinhos germânicos, completamente diferentes das suas próprias relações.³⁴⁷

communisme villageois n'était pas une « particularité ethnique » d'une race ou d'un continent, mais la forme générale de la société humaine à une certaine étape du développement de la civilisation.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 196)

³⁴⁷ Tradução do autor. No original: “Que le sol pût tout simplement appartenir aux communautés paysannes qui le cultivaient depuis des millénaires, qu'il pût exister un pays, une grande société civilisée, où le sol n'était pas un moyen d'exploiter le travail d'autrui, mais seulement la base de l'existence des gens qui y travaillaient eux-mêmes, c'est ce qui ne pouvait absolument entrer dans le cerveau d'un grand savant de la bourgeoisie anglaise. Cette limitation, presque touchante, de l'horizon intellectuel aux bornes de l'économie capitaliste, prouvait seulement que la science officielle du siècle des lumières bourgeois avait une vision et une compréhension historiques infiniment plus restreintes que, près de 2000 ans auparavant, celles des Romains dont les généraux comme César, les historiens comme Tacite, nous ont transmis des vues et des descriptions extrêmement précieuses des relations économiques et sociales chez leurs voisins germaniques, pourtant complètement différentes des leurs.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 198)

Mas a autora não se furtou de apontar os limites políticos, econômicos e sociais do “comunismo primitivo”. Ela constatou o permanente estado de guerra entre as sociedades indígenas, o amplo processo de escravização entre populações indígenas e entre sociedades tribais africanas, formas de apropriação privada dos bens comunais por lideranças e chefes e o baixo desenvolvimento das forças produtivas das populações autóctones para atender, inclusive e, sobretudo, às necessidades da própria sociedade.

A desigualdade e a exploração são características das sociedades primitivas, resultado de um longo período de decomposição nas castas dominantes do Oriente ou da aristocracia yakoute; nos grandes clãs celtas escoceses ou na nobreza guerreira dos gregos e romanos; nos reinos germânicos na época das grandes migrações ou dos pequenos déspotas negros da África. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 301)³⁴⁸

A postura crítica em relação aos elementos de desigualdade e exploração no interior das populações nativas (um dos germes de sua própria dissolução) era utilizada como estratégia dos colonizadores europeus para efetivar o extermínio e a expropriação das comunidades. Os indícios das contradições internas dessas sociedades demonstravam um aspecto central da filosofia da história de Rosa Luxemburg: ela partia da totalidade dialética e da dimensão concreta da realidade para entender o que tornava possível a reprodução do capital e descobriu, nessa *démarche*, sua produção permanente baseada na acumulação, na expansão civilizatória do capital, na barbárie social, política e humana e na produção de uma história que buscava tornar “passado” o presente de múltiplas formas “pré” e “não”-capitalistas. Assim, ao verificar as condicionantes da dissolução do comunismo primitivo em múltiplas escalas, ela encontrou também a resistência e se deparou como uma nova linhagem de tradição dos oprimidos.

Rosa Luxemburg, todavia, apresentou na IEP uma postura pessimista em relação às possibilidades de resistência do comunismo primitivo ao processo de expansão capitalista. O proletariado seria a classe revolucionária herdeira das tradições dos oprimidos que tinha a tarefa histórica de efetivar a revolução socialista. De certa forma, ao desenvolver a centralidade de sua teoria política na ação

³⁴⁸ Tradução do autor. No original: “L'inégalité et l'exploitation, tels sont les caractères des sociétés primitives que nous rencontrons comme produits d'une longue époque de décomposition, qu'il s'agisse des castes dominantes en Orient ou de l'aristocratie yakoute, des « grands clans » celtes écossais ou de la noblesse guerrière des Grecs, des Romains, des Germains de l'époque des grandes migrations ou des petits despotes des royaumes noirs en Afrique.” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 301)

revolucionária das massas, produziram-se brechas para refletir sobre outros sujeitos revolucionários que entravam em cena, especialmente após a expansão da fronteira capitalista. As lutas anticapitalistas podiam aparecer no seio das lutas anticoloniais, mas essa era apenas uma possibilidade aventada por Luxemburg. O firme posicionamento da ação política das massas protagonizada pelo proletariado fazia com que Luxemburg amenizasse a ação das massas camponesas e indígenas. O papel da comunidade rural russa, suas lutas, formas de resistência e recriação potencialmente revolucionária, foram refutados. Ela desenvolveu, assim, um posicionamento diferente dos escritos tardios de Marx³⁴⁹. Rosa Luxemburg ([1925] 2009, p. 297) afirmou que

Com a comunidade russa, o destino movimentado do comunismo agrário primitivo se completa, o círculo se fecha. No início um produto natural da evolução social, garantia da melhora do progresso econômico e da prosperidade material e intelectual da sociedade, a comunidade agrária torna-se um instrumento do atraso político e econômico. O camponês russo, açoitado pelos membros da sua própria comunidade à serviço do absolutismo czarista, é a crítica histórica mais cruel dos limites estritos do comunismo primitivo e a expressão mais chocante do fato de que a forma social é também submetida à regra dialética: a razão torna-se absurdo, o benefício torna-se flagelo.³⁵⁰

Marx interpretou esse processo de outra forma. Os seus escritos tardios, produzidos principalmente a partir da década de 1870 e do aprofundamento de suas reflexões sobre a comuna russa (sobretudo nos diálogos e críticas estabelecidos com os *narodniki*), reiteradamente se mostraram contrários às formulações etapistas e evolucionistas da história. Marx ([1877] 2013) destacou que o processo descrito n' *O Capital* para a compreensão da Europa Ocidental não era uma marcha obrigatória e em etapas pré-determinadas da história. Não era, pois, uma teoria da história imposta à todos os povos e à todas as regiões do mundo de maneira

³⁴⁹ Hudis (2010) produziu uma interessante comparação entre K. Marx e R. Luxemburg nos seus estudos sobre a comunidade rural russa.

³⁵⁰ Tradução do autor. No original: "Avec la communauté villageoise russe, le destin mouvementé du communisme agraire primitif s'achève, le cercle se referme. A ses débuts, produit naturel de l'évolution sociale, garantie la meilleure du progrès économique et de la prospérité matérielle et intellectuelle de la société, la communauté agraire devient un instrument de l'arriération politique et économique. Le paysan russe fouetté de verges par les membres de sa propre communauté au service de l'absolutisme tsariste, c'est la plus cruelle critique historique des limites étroites du communisme primitif et l'expression la plus frappante du fait que la forme sociale est soumise elle aussi à la règle dialectique : la raison devient non-sens, le bienfait devient fléau. (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 297)

indeterminada. A história estava, portanto, aberta à múltiplas possibilidades, conforme discutiremos em itens anteriores.

Há, portanto, modos diferentes de observar a comuna rural russa entre Marx e Rosa Luxemburg, e as considerações de Marx nos parecem mais consistentes para a compreensão da permanência de relações sociais não-capitalistas e da participação revolucionária do campesinato como classe durante a Revolução Russa.

Segundo Rosa Luxemburg, o desenvolvimento do capitalismo produzia “a civilização atual e sua propriedade privada, sua dominação de classe, sua dominação masculina, seu Estado e seu casamento opressores”, mas essa era “uma curta etapa passageira” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 205-206)³⁵¹. A geopolítica da mundialização do capitalismo e da barbárie enseja a necessidade urgente do comunismo. Tal necessidade se realiza, sobretudo, pelo estado permanente de *incerteza da existência* que o capital universaliza. Mas tal universalização, longe de uniformizar os territórios, produz profundas desigualdades e bifurcações na história (BENSAÏD, 1995) que se tornam concretamente oportunidades para a ação revolucionária das massas oprimidas e expropriadas. Assim, a incerteza quanto ao futuro realiza no presente crítico as fagulhas potencialmente revolucionárias para a luta de classes e para a construção de um devir para além dos limites impostos pela ideologia capitalista. Os herdeiros da tradição dos oprimidos portam a tarefa histórica de retomar criticamente o passado, para que a tomada de consciência das massas seja tributária das relações sociais que portavam os elementos de uma sociedade comunista que se deseja construir e para que não se repitam os mesmos equívocos outrora cometidos.

Assim, retomar e prolongar Rosa Luxemburg nos parece fundamental para compreendermos a expansão permanente do capitalismo, a unidade e o desenvolvimento territorial desigual e contraditório do capital e a importância insurgência e insubordinada das lutas anti-coloniais, anti-imperialistas e anti-capitalistas que partem do campo e de formações territoriais periferizadas em oposição a lógica concentradora e centralizadora do capitalismo na barbárie da produção e reprodução do capital.

³⁵¹ Tradução do autor. No original: “la civilisation actuelle avec sa propriété privée, sa domination de classe, sa domination masculine, son État et son mariage contraignants”; e “une courte étape passagère” (LUXEMBURG, [1925] 2009, p. 205-206).

3.6.4. Rosa Luxemburg prolongadora de Marx: a acumulação originária como movimento inerente e contínuo do capitalismo

Retomando a AKK e sistematizando alguns pontos. *A Acumulação do capital*, além de ser a principal obra teórica de Rosa Luxemburg, é uma das mais significativas no campo da crítica à Economia Política (SINGER, 1986; LÖWY, 2000b). A autora revelou no prefácio do texto que sua elaboração foi o resultado de um desafio, pois, enquanto produzia uma versão popular da *IEP* surgiu para ela uma dificuldade inesperada, pois não conseguia expor com “clareza suficiente o processo global capitalista em suas relações concretas, nem suas limitações históricas objetivas” (LUXEMBURG, [1913] 1985, p. 3)

Nessa obra (assim como na *IEP*), Luxemburg desenvolveu uma análise a fim de compreender, dentre um conjunto de reflexões: as raízes econômicas da expansão do capitalismo e sua forma imperialista, as especificidades históricas dos assim chamados países periféricos no processo de produção e reprodução do capital em nível mundial, o processo de acumulação originária e a violência constitutiva desse movimento, a expropriação das terras do campesinato e territórios das comunidades indígenas, sobretudo nas colônias, assim como os mecanismos econômico-estatais de expansão do capitalismo (dívida pública, tributações, etc.), momento fulcral para a formação das classes capitalistas, mostrando o capitalismo europeu como um sistema usurpador que permitiu o enriquecimento das nações europeias às custas do resto do mundo.

Na sua perspectiva, o capital precisava de territórios não capitalistas – “algo fora de si mesmo” – para acumular, ou nos termos de Luxemburg “a acumulação capitalista depende dos meios de produção que são produzidos de modo não-capitalista” (LUXEMBURG, 1985, p. 245).

Segundo Luxemburg ([1913] 1985, p. 12), o objetivo e mola propulsora da produção capitalista não era a mais valia em qualquer quantidade, em uma única apropriação, “mas a obtenção ilimitada de mais valia, em um crescimento incessante em quantidades sempre maiores”. Ainda nos termos da autora, “é a produção de mais valia na sociedade capitalista que faz da reprodução das necessidades vitais desse [modo de produção] um moto contínuo”.

Luxemburg constatou que havia também um desenvolvimento desigual que podia ser interpretado, em uma primeira aproximação, como uma diversidade de

processos produtivos, nos quais as relações de produção especificamente capitalistas se desenvolveram contraditoriamente.

A autora demonstrou, com profundidade, a barbárie da expansão capitalista na destruição de formas comunais de vida das comunidades indígenas e camponesas. Assim, segundo Luxemburg ([1913] 1985, p. 308-309),

A acumulação de capital como um todo, como processo histórico concreto, apresenta, pois, dois aspectos distintos. Um deles desenvolve-se nos centros produtivos da mais valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas - e no mercado. Vista, sob esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico – cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados e cujas duas fases (no espaço fabril e no mercado) desenvolvem-se exclusivamente dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equivalentes. Nesse nível, a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como por meio da acumulação o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe. O outro aspecto da acumulação do capital é o que se verifica entre o capital e as formas de produção não-capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico. (...) [Assim] ambos os aspectos da reprodução do capital encontram-se interligados organicamente, resultando dessa união a trajetória histórica do capital.

Luxemburg compreendeu também que a revolução (especificamente desencadeada pelas massas) era a condição para a destruição da Economia Política burguesa que fundamentava o modo capitalista de produção. Harvey (2005), apoiado em Luxemburg, ressaltou a continuação desse processo até a contemporaneidade forjando o conceito de “acumulação por espoliação”³⁵².

³⁵² Na formulação do conceito de acumulação por espoliação ou despossessão [*accumulation by dispossession*], Harvey (2005) retomou de Luxemburg constatação de que o capitalismo necessitava perpetuamente de algo fora de si mesmo para estabilizar-se. Nesse sentido, Harvey argumentou que Luxemburg compreendeu que havia uma dialética no processo de acumulação do capital: o capitalismo utilizava, para sua expansão (ou seja, para a contínua abertura de novas fronteiras de expansão para a produção de capital, visando o desenvolvimento capitalista), tanto formações sociais não-capitalistas quanto setores da economia que ainda não tinham sido proletarizados. Há então uma relação dialética entre reprodução ampliada do capital e processos violentos de despossessão, a qual esclarece a compreensão da forma capitalista do imperialismo. Harvey (2005), então, constata que o novo imperialismo se produz a partir de novas frentes de produção do capital (privatizações, instituição da propriedade privada capitalista sobre territórios não-capitalistas, desenvolvimento e aperfeiçoamento de sistema de crédito, pilhagem de recursos naturais, destruição da natureza,

Conforme já mencionado anteriormente, Rosa Luxemburg argumentou que os esquemas de reprodução ampliada elaborados por Marx constituem uma representação matemática das condições da acumulação que somente teriam validade no caso hipotético da existência de duas classes sociais (capitalistas e proletários). Entretanto, a autora enfatizava que a produção capitalista deveria necessariamente existir com “terceiras pessoas” (ou outras classes sociais) como camponeses, pequenos produtores independentes, etc. que podiam se converter em compradores de mercadoria. Assim, a imposição de relações de troca entre a produção capitalista e a não-capitalista era necessária para a realização da mais valia. Contudo, essas relações de troca se encontravam com relações de produção não-capitalistas. Para superar a resistência ao avanço do capital que surgia desse choque, o capital recorria à violência estatal a partir de seu aparato repressivo.

Assim, Luxemburg introduziu uma tese crucial, que independente da validade de seu raciocínio e interpretação no que tangia aos esquemas de reprodução de Marx, era fundamental: o pré-requisito extraeconômico para a produção do capital, ou seja, a acumulação originária era um elemento inerente e contínuo das sociedades modernas e seu campo de ação se estendia tendencialmente ao mundo inteiro. Nesse sentido, nos parece que Luxemburg caminhou da historicidade da análise da acumulação do capital, segundo, por exemplo, a interpretação de Lenin, para a espacialidade do processo, ou seja, para a lógica da territorialização do processo de produção do capital. Em suma, havia uma permanência do processo de produção do capital que se realiza de modo violento e contraditório (DE ANGELIS, 2012; PRIETO, 2013).

Todavia, Löwy (2009) apontou uma característica importante da autora polonesa: seu marxismo não era determinista, pois se verificava que a história era um processo aberto, imprevisível, cujo sentido político dependia da ação dos oprimidos. Luxemburg defendia a ideia de que a consciência nascia na própria luta, na ação. Ou seja, o pensamento de Rosa Luxemburg colocava a centralidade da práxis e da ação revolucionária (e também da totalidade), intrinsecamente ligados à

etnobiopirataria, transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual, etc.). Entretanto, consideramos que a análise de Harvey apresenta uma centralização na análise no processo de reprodução do capital, negligenciando, de certa maneira, as especificidades dos sujeitos sociais em luta pela implantação e/ou defesa de relações sociais comunitárias, em comum, camponesas, compartilhadas, ou mesmo, coletivas que indicam possibilidade futura de se pensar o comunismo a partir de suas realidades objetivas e da produção do capital.

uma análise concreta da história da acumulação, produção e reprodução capitalista, e, compreendemos também, da dimensão territorial desse processo.

No pensamento de Rosa Luxemburg, as relações capitalistas de produção se desenvolviam na

(...) contradição dialética segundo a qual a acumulação para se estimular, tem necessidade de formações sociais não-capitalistas em torno de si (...) A acumulação capitalista tem necessidade de se mover em direção a formações sociais não capitalistas ao redor dela, ela se desenvolve por meio de trocas constantes com essas relações e não pode subsistir sem um contato com tal meio. (LUXEMBURG, [1913] 1985, p. 245).

Mattick (1977), ao analisar essa questão levantada por Luxemburg, sustentou que a autora situava a origem das dificuldades com que a acumulação acontecia na esfera da circulação do capital, na realização da mais valia e nos seus problemas subseqüentes, enquanto para Marx as dificuldades se manifestavam já na esfera da produção, estando ligados à valorização do capital. Assim, Luxemburg argumentava que uma parte da mais valia não podia ser realizada no quadro de um capitalismo como o que Marx descreveu. Apenas as trocas com territórios extra-capitalistas e sujeições de relações não-capitalista permitiam converter, segundo Luxemburg, a mais valia em capital adicional.

Portanto, nos termos de Luxemburg ([1913] 1985), a “economia natural” e a “economia camponesa” podiam criar dificuldades sérias às exigências do capital. Assim, o capitalismo, em diversas partes do mundo, procurava destruir os “entraves” para o seu desenvolvimento pleno sob todas as suas formas históricas com as quais vinha a deparar-se, em seu movimento de reprodução: luta contra a escravidão, contra o feudalismo, contra o comunismo primitivo e contra a economia camponesa. As raízes da acumulação originária repunham-se perversamente, tal como Marx ([1867] 1985a) as colocava, com aspectos diferentes em diferentes regiões e formações territoriais ([1877] 2013; [1881] 2013; [1882] 2013). Entretanto, o processo de acordo com Rosa Luxemburg não era apenas de destruição, mas também podia se realizar em mecanismos de sujeição social, política e econômica realizado pela reprodução capitalista de relações não capitalistas de produção.

É fundamental ressaltar que os críticos de Luxemburg ignoram parte decisiva da *Acumulação de capital* - a seção *As condições históricas da acumulação*. Não é nosso objetivo nessa tese verificar se as interpretações de Luxemburg dos esquemas de reprodução do livro segundo d'O *Capital* de Marx estão corretas ou

não. Importa-nos destacar, consoantes a Lukács de *História e consciência de classe*, que a hipótese metodologicamente isolante de uma sociedade capitalista composta apenas de proletários e capitalistas n' *O capital* era somente produto do método marxiano de exposição, antes de avançar para a questão mais abrangente que situava o problema em relação à totalidade da sociedade, movimento que Rosa realizou ao prolongar as análises de Marx.

Os críticos de Rosa ignoram também, ainda segundo a interpretação de Lukács ([1922] 2003), o fato de que o próprio Marx deu esse passo no livro primeiro d'*O Capital*, a propósito da assim chamada acumulação primitiva do capital (e também em fragmentos dos *Grundrisse*, mas sobretudo nos diálogos travados com os *narodniki* sobre a questão russa). Os críticos ocultaram o fato de que, justamente sobre essa questão, *O Capital* é um fragmento incompleto que se interrompe no momento em que esse problema deveria ser solucionado. Lukács concluiu sua interpretação argumentando que Rosa Luxemburg prolongava o fragmento de Marx e o completava “segundo seu espírito”.

Diante disso, Lukács argumentou que a categoria da totalidade, o domínio universal do todo sobre as partes, constituía a essência do método de Marx, sendo o método marxiano portador do princípio revolucionário na ciência, pois considerava todos os fenômenos parciais como elementos do todo, do processo dialético que era apreendido como unidade do pensamento e da história. Nos termos de Lukács ([1922] 2003, p. 106) “o método dialético em Marx visa ao conhecimento da sociedade como totalidade”, não determinando apenas o objeto, mas também o sujeito do conhecimento. Sob uma análise lukasiana, verifica-se que o autor ressaltava que após décadas de vulgarização do marxismo, a obra principal de Rosa Luxemburg, *A acumulação de capital*, retomava o duplo caráter das premissas do método dialético sobre a exigência da totalidade tanto no que se referia à análise do objeto determinado quanto como o sujeito que o determinava.

Ou seja, a análise de Rosa Luxemburg portava em si os movimentos fundamentais do marxismo. Luxemburg prolongou as análises marxianas retomando a centralidade da totalidade concreta e dos movimentos contraditórios de produção e reprodução do capital, vislumbrando a dialética como motor de reflexão materialista da realidade. Mulher, marxista, crítica, revolucionária, judia, polonesa, exilada, imigrante, inúmeras vezes encarcerada, não-dogmática, ortodoxa e periferizada: Luxemburg detinha a potência da vantagem epistemológica, nos termos de Jameson

(2012)³⁵³, para a compreensão da totalidade. E se valeu incrivelmente dela. Rosa evidenciou a unidade dialética da acumulação do capital e o desenvolvimento desigual e contraditório do modo capitalista de produção, demonstrando as diferenças entre produção e reprodução do capital. Revelou, assim, os termos da divisão territorial e social do trabalho e do processo de desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo. Assassinada em janeiro de 1919, no decorrer da revolução alemã, permanece até hoje uma figura fascinante, tanto por suas ideias políticas, quanto por sua coerência e integridade.

3.7. CRÍTICAS LUXEMBURGUISTAS ÀS TESES LENINISTAS

3.7.1. Limites do leninismo para a compreensão do campo brasileiro

De certo, as críticas desenvolvidas por José de Souza Martins (1981; [1979] 1996; 1989), inspirado nos pressupostos de Rosa Luxemburg³⁵⁴, são outras condições para o encaminhamento crítico das concepções economicistas e à conseqüente ação política proposta por parte dos marxistas, especialmente das colocadas por Kautsky e Lenin. Para Martins (1981; 1989) as interpretações leninistas (que se desenvolveram explicitamente em parte da esquerda brasileira, tanto nos partidos políticos e movimentos sócioterritoriais, quanto na intelectualidade) inviabilizariam, ou tornariam inócuas o apoio às lutas camponesas. Nesse sentido seria de certa forma, um equívoco histórico a compreensão da reprodução das relações camponesas, visto que o que seria determinante para a

³⁵³ De acordo com Jameson (2012, p. 87-88, tradução do autor) “Existe uma certa cegueira do centro que torna mais difícil a compreensão das condições em outros países e do significado dos seus atos culturais e políticos. (...) Para os países que sofrem com o peso das forças e abismos do mundo exterior, este torna-se muito mais claro para eles, e portanto esclarece onde se encontram em relação ao próprio centro. Assim, as margens possuem uma certa vantagem epistemológica em relação ao centro, e o seu mapeamento cognitivo é por vezes mais revelador, mais rico e mais interessante do que aquele produzido nos centros do poder”. O autor compreendeu que existia uma *vantagem epistemológica* no pensamento materialista e dialético produzido na assim chamada periferia do capitalismo, pois uma compreensão universalista do processo de expansão e de crise do capital ocorria pelas “pontas”, onde as contradições revelavam suas facetas mais cruéis. Para o autor, era justamente a condição sócio-histórica periférica que produzia uma vantagem subjetiva para analisar a totalidade, a partir de onde a contradição estava mais explícita.

³⁵⁴ Martins afirmou que “num plano mais geral, reputo como importante, a partir da retomada da constatação de que o capital é um processo, desenvolvida por Marx, a observação de que o próprio capital engendra e reproduz relações não capitalistas de produção. (...) Fiz dessa constatação uma hipótese que abrangesse não apenas relações pré-capitalistas, mas o que *o próprio Marx e, mais tarde, Rosa Luxemburg definiram como relações não-capitalistas*”. (MARTINS, [1979] 1996: 3, sem grifos no original).

transformação (e o revolucionamento) da sociedade seria o acirramento das contradições entre desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção protagonizados pelas lutas do proletariado no campo e na cidade.

Além disso, Martins (1989) constatou que o fim do campesinato já estaria decretado com o desenvolvimento das forças produtivas nessa forma de interpretação leninista. Martins (1981) constatou também, no debate marxista russo do final do século XIX sobre o assim chamado populismo (*narodniki* revolucionários) as origens da desqualificação e subordinação dos camponeses, presentes nas controvérsias políticas e acadêmicas do momento, pois aqueles compromissados com as lutas camponesas eram constantemente acusados de *populistas*. Martins (1981) partiu de outro caminho de compreensão da análise de Marx, fundamentado no desenvolvimento desigual e não em um desenvolvimento etapista e universal, a partir de um prisma evolucionista.

A concepção de desenvolvimento com a qual Marx trabalhava não era a do desenvolvimento igual, e sim a do desenvolvimento desigual. É o que permite entender transformações sociais profundas em sociedades, desse ponto de vista, atrasadas. (MARTINS, 1981, p.14).

Segundo a interpretação de Martins (1989), Lenin desenvolveu a noção de formação econômica e social proposta *em parte* das análises de Marx para situar a Rússia “atrasada” no âmbito dos processos da Europa industrializada e moderna. Lenin formulou uma interpretação que situou os proprietários comunitários e camponeses como um *momento de transição* rumo ao desenvolvimento capitalista. Constatava-se, então, a tese da *diferenciação interna do campesinato*, segundo a qual o desenvolvimento capitalista russo daria lugar ao proletariado e a uma burguesia, ambas de origem camponesa:

Lênin, nessa perspectiva, não podia entender que o campesinato constituía, também, uma classe da sociedade capitalista, cujas características atrasadas dependiam diretamente do próprio desenvolvimento desigual do capitalismo, dos obstáculos maiores que o capital encontrava no campo para se reproduzir segundo as regras da reprodução ampliada (MARTINS, 1989, p.109).

Refletindo acerca dos limites das teses leninistas, Martins (1989) citou reflexões de Marx acerca da questão do encontro conflitivo do desenvolvimento capitalista de produção com o campesinato na Irlanda e comparou a interpretação marxiana com as teses de Lênin (MARTINS, 1989). Segundo a interpretação de Martins sobre os escritos de Marx sobre a Irlanda, a luta dos arrendatários

irlandeses contra os grandes donos de terras ingleses era revolucionária e fatal para o capitalismo inglês³⁵⁵. Nesse sentido,

(...) a luta dos arrendatários pobres irlandeses contra os latifundistas ingleses era entendida como uma luta revolucionária e transformadora que feria no âmago a metrópole do capitalismo. Numa interpretação [aquela produzida por Lenin e de que como vimos Marx não compactuava plenamente], a luta camponesa cria obstáculos à luta operária. Na outra interpretação [a de Marx sobre a questão irlandesa], a luta camponesa é a única forma de viabilizar a luta operária. Num caso, o camponês é tido como o que cria obstáculos econômicos. No outro caso, é tido como o que cria possibilidades políticas. Estamos, portanto, diante de um problema de interpretação e não diante de um problema real das classes subalternas, de uma dificuldade real para sua participação na história (MARTINS, 1989, p.110).

Martins ([1979] 1996; 1989) se baseava em argumentações estabelecidas por Luxemburg ([1913] 1985), fundamentalmente na interpretação de produção capitalista de relações não-capitalistas, e recusava a noção de diferenciação do campesinato (especialmente para a análise do campo brasileiro). Para os que eram favoráveis a tais concepções, o campesinato seria um estamento social que conteria em si as duas classes sociais do futuro inevitavelmente capitalista: a burguesia agrária e o proletariado rural.

Conforme analisa Moita (2010), a partir de uma perspectiva evolucionista, os movimentos camponeses foram concebidos como pré-políticos. Para transformá-los em movimentos políticos seria necessária uma força de fora que os conduzisse (a vanguarda, o partido, os movimentos operários, a intelectualidade, etc.). Assim, para refutar tal concepção, Martins utilizou a visão de desenvolvimento histórico de Marx exposta fundamentalmente nos *Grundrisse* e refletiu que:

Não é demais lembrar que na análise de Marx o processo social se concretiza na tendência que ele oculta, mas também na aparência de imobilidade ou de avanço e recuo que ele manifesta. Isso, porque o processo histórico tem na sua essência a contradição que gera e confronta as classes entre si opostas, mas contém também a desigualdade dos ritmos de desenvolvimento histórico, sobretudo a desigualdade entre as relações sociais e a interpretação dessas relações por aqueles que as vivem (MARTINS, 1989, p.28).

As contradições do desenvolvimento histórico ao invés de produzir interpretações sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo, ao contrário, produzia interpretações eurocêntrica e lineares considerando o campesinato como

³⁵⁵ Martins (1989) ressaltou baseado nas formulações de Marx, que a Irlanda não estava em um pólo atrasado do capitalismo inglês, mas sim em um pólo antagônico.

uma classe em extinção e o desenvolvimento do capitalismo como um processo universal com ausência de particularidades e especificidades. Tais interpretações foram reproduzidas para a análise da questão agrária brasileira, fundamentadas em partes da obra de Lenin e Kautsky, especialmente a partir da década de 1950.

3.7.2. A noção de via prussiana e sua transposição para o Brasil

Silva (2009) e Quartim de Moraes (2007), ao analisarem a obra de Lenin, constataram que o marxista russo produziu em suas interpretações sobre a questão agrária o argumento de que o desenvolvimento das relações capitalistas de produção produzia o fim do feudalismo e de suas relações sociais de produção características. A preocupação de Lenin se fundamentava no objetivo de elucidar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, cujo nó eram os “latifúndios feudais”. Assim, de acordo com Lenin, o modo capitalista de produção emergia como modo de produção essencialmente novo, que reorganizava as relações sociais de produção no campo e na cidade sob seu comando, destruindo as relações camponesas de produção.

Essas interpretações foram vividamente reproduzidas para a compreensão da questão agrária brasileira. Diferentemente de Amazonas (1960) e Sodré (1979), em transposição mais direta, e de Roio (2014), Silva (2009), Moreira (1988) e Quartim de Moraes (2007), com concepções um pouco mais matizadas na explicação da pertinência das análises de Lenin para a compreensão do campo brasileiro, compreendemos que o marxista russo (e os intérpretes supracitados) seguiam um caminho de análise de certa maneira determinista e evolucionista das formas de expansão do capitalismo sobre as relações camponesas de produção, mesmo quando da interpretação sobre as diferentes formas de desenvolvimento capitalista expresso na via prussiana³⁵⁶ e a na via americana.

³⁵⁶ Ressalta-se que foi Karl Kautsky em *A Questão Agrária* que sistematizou uma teorização acerca da chamada via prussiana de desenvolvimento do capitalismo no campo. Uma das bases das análises de Kautsky foi a interpretação da “transformação por cima”, ou seja, sempre conservadora e sem a participação popular dos países que passaram por essa “via de desenvolvimento”. Nesse sentido, a obra de Kautsky foi considerada por Rosa Luxemburg como “reformista e eminentemente economicista”. Kautsky, em sua análise sobre o campesinato na Rússia, no começo do século XX, afirmou que seu fim estava próximo, pois o desenvolvimento do capitalismo no campo caminhava para a formação das duas classes sociais antagônicas: proletariado e burguesia. Na visão de Kautsky, os camponeses não teriam lugar como sujeitos políticos e seu fim estaria próximo devido ao acirramento dos antagonismos de classe entre proletários e capitalistas. Além disso, na reflexão kautskiana o camponês era desprovido de potencial revolucionário e mesmo de uma forma específica de fazer política. Não realizamos uma reflexão mais esmiuçada sobre tal obra, o que seria bastante

A via prussiana, nesse sentido, seria a base social do tipo de aliança conservadora que levaria a um andamento controlado do desenvolvimento do capitalismo, de modo a evitar a ruptura revolucionária. Na Alemanha, o desenvolvimento foi determinado por relações tradicionais, seguindo uma “senda reformista”, onde “se adaptou à rotina, à tradição, às possessões feudais – que se transformaram lentamente em fazendas de junkers”, conforme argumentamos em item anterior.

Um aspecto importante da interpretação de Lenin foi demonstrar que mesmo na Europa existiam *situações diversas* nas vias de desenvolvimento do capitalismo, sobretudo naquelas regiões que constituíam alvos do processo de produção do capital e do avanço das relações capitalistas, conforme constatou Moraes (2011a). Porém, mesmo Lenin enfatizando as diferenças do modelo clássico inglês, substanciando a análise de outras vias de desenvolvimento em sua gênese, por exemplo, uma via prussiana (ou *junker*)³⁵⁷ de expansão do capitalismo, os fundamentos a que chegava eram essencialmente os mesmos: a dissolução do campesinato e a expansão das relações capitalistas no campo que só seriam barradas pela realização de um processo revolucionário.

A particularidade dessa forma germânica se expressava, sobretudo na modernização das instituições do feudalismo, mais do que na sua completa destruição (mesmo que a tendência fosse a incorporação da economia camponesa em uma economia progressivamente capitalista): o não parcelamento da terra senhorial, a emergência da segunda servidão e o controle nobre dos aparatos estatais. Enfim, esse caminho sedimentou a manutenção e mesmo o reestabelecimento de vários traços da velha ordem feudal agora subordinadas à lógica do capitalismo, e os camponeses nessa interpretação seriam incorporados e sucumbiriam frente à política econômica de expansão do capitalismo.

Martins (1981), entretanto, já ressaltava os limites dessa interpretação que repunha a passividade do campesinato frente à política, como se o camponês ficasse alheio aos processos que se desencadeiavam a seu redor.

importante para um detalhamento de suas reflexões. Destaca-se novamente a pertinência de um aprofundamento das análises buscando aproximar as interpretações de Kautsky e Lenin, guardadas as devidas diferenças de interpretação.

³⁵⁷ Moraes (2011a), analisando a noção de via prussiana desenvolvida por Lenin, observou que tal via tinha o reino germânico da Prússia como exemplo paradigmático, sendo que tal processo se manifestou em várias partes do continente e caracterizou-se como o processo de desenvolvimento realizado em regiões centrais e orientais da Europa.

Com freqüência a relação entre campesinato e política repousa na pressuposição de que o campesinato é estranho à política e é melhor que assim permaneça. O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou aos proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado). A possibilidade do campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista (MARTINS, 1981, p.12).

Seguindo outro caminho crítico, mas acentuando as especificidades das análises do modelo clássico e da via prussiana, Moraes (2011a) constatou que, em termos históricos rigorosos, os dois modelos de gênese das sociedades capitalistas na Europa (o considerado “clássico” ou “inglês” e a via prussiana) pressupunham um passado feudal, o que as limitava ao solo europeu, onde se manifestaram em variadas combinações socioeconômicas relacionadas às peculiaridades regionais ou locais.

Todavia, essa constatação e ressalva fundamental de Moraes (2011a) sobre a especificidade dos modelos de desenvolvimento do capitalismo para a compreensão da realidade europeia e mesmo as ressalvas de Marx dos problemas de transposição de argumentos específicos à análise da realidade inglesa para compreensão da assim chamada periferia, por exemplo, da Rússia, não eram os pressupostos de parte dos marxistas brasileiros para analisar a questão agrária.

As formulações leninistas da via prussiana foram constantemente retomadas para a análise do campo brasileiro (como as presentes em João Amazonas e Nelson Werneck Sodré), assim como as teses de existência de relações feudais e semifeudais no campo brasileiro³⁵⁸ (como em Alberto Passos Guimarães e Ignácio Rangel), ou as teses que defendiam que o assalariamento no campo inevitavelmente levaria à extinção do campesinato (de acordo com Caio Prado Júnior e uma parte expressiva da intelectualidade e dos movimentos sociais marxistas).

Delgado (2005) ressaltou que, a partir da Revolução de 1930, especialmente no período compreendido entre 1950 e 1964, surgiu um conjunto de debates sobre a

³⁵⁸ Há um conjunto de autores identificados com o pensamento conservador que ressaltaram essa interpretação, como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Mais recentemente o assim chamado “feudalismo brasileiro” foi retomado na obra *O feudo* de Luiz Moniz Bandeira (2002).

questão agrária, de maneira mais sistemática, no pensamento econômico³⁵⁹. Nesse período as formulações leninistas apareceram no espectro de interpretação da questão agrária brasileira e se reproduziram a partir de então. Silva (2009) e Luis da Silva (2011) destacaram que o conceito de via prussiana foi utilizado explicitamente pela primeira vez por João Amazonas, nos debates preparatórios do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1960. Amazonas afirmava como eminentemente confusa e, de certa maneira alinhavada a uma perspectiva de direita, a “Declaração de março de 1958” e as teses do Partido Comunista. Conforme constatou Silva (2009), Amazonas apresentou como proposição para discussão no Congresso do PCB, uma proposição teórica que objetivava evidenciar que não havia vínculo necessário entre o desenvolvimento do capitalismo e a superação dos “restos feudais” e da dependência do país frente ao imperialismo. Segundo o dirigente comunista, ainda que defendessem certas posições progressistas, os setores ascendentes mais importantes da burguesia nacional conciliavam-se com o imperialismo. Quanto ao latifúndio, Amazonas apontou que o capitalismo no Brasil, seguindo o caminho prussiano de “transformação por cima”, desenvolveu-se no campo, conservando o latifúndio (AMAZONAS, 1960). Assim, realizando uma denúncia daquilo que afirmava serem “premissas e conclusões idealistas” no interior do PCB, João Amazonas apontou para um caminho no qual o capitalismo podia crescer sem, necessariamente, realizar a emergência de um regime político democrático e independente (SILVA, 2009; LUIS DA SILVA, 2011).

Caio Prado Junior, inserido nos debates do PCB, publicou *Contribuição para análise da questão agrária no Brasil* em 1960 e *Nova contribuição à questão agrária no Brasil* em 1962, nos quais ressaltou críticas às teses feudalistas para a explicação sobre o campo brasileiro. Delgado (2005, p. 2) frisou que Prado Junior centrou seus argumentos no expressivo “ataque às relações sociais fundiárias e de trabalho no meio rural brasileiro”. Prado Junior enfatizou como essas relações sociais impunham condições sub-humanas de vida para a maior parte da população rural brasileira. Sua constatação, entretanto, seguiu a linhagem de compreensão do fim do campesinato, acreditando na tendência ao assalariamento crescente da força

³⁵⁹ Nota-se que, antes do período compreendido, já haviam reflexões sobre a questão enfatizando aspectos políticos e sociais. Ressaltavam-se as análises de Tavares Bastos sobre a questão agrária e as reflexões de Joaquim Nabuco sobre abolição e acesso à terra dos futuros ex-escravos na segunda metade do século XX.

de trabalho rural, e por isso destacou a tese de defesa da legislação social trabalhista, tendo a reforma agrária um papel secundário. O autor enfatizou, sobretudo o processo de sindicalização dos “proletários agrícolas”, mas secundarizou a reforma agrária e, em decorrência disso, deixou em segundo plano o vínculo entre a luta pela terra e a luta pela democracia³⁶⁰.

Ainda no contexto dos debates preparatórios do V Congresso do PCB, Alberto Passos Guimarães também evidenciou se encontrar a par das reflexões de Lenin sobre as vias de desenvolvimento capitalista no campo (SILVA, 2009; LUIS DA SILVA, 2011). Guimarães observou o latifúndio brasileiro como uma espécie de “feudalismo agrário”, cuja transformação o capitalismo não realizou, mas a reforma agrária deveria fazê-lo (DELGADO, 2005). Nesse sentido, Guimarães identificou os possíveis caminhos de desenvolvimento do capitalismo no campo e defendia, em oposição “ao curso reformista que consiste nas transformações burguesas que se realizam sem alterar as bases do antigo regime”, o “caminho revolucionário”, que resultaria na “destruição dos laços com o feudalismo” e “das formas pré-capitalistas”, expressando “um desenvolvimento democrático apoiado no capitalismo de Estado e na propriedade camponesa” (DELGADO, 2005; SILVA, 2009; LUIS DA SILVA, 2011). Ainda que não usasse explicitamente a expressão via prussiana, Alberto Passos Guimarães estava claramente ancorado n’*O programa agrário da social democracia russa*, o texto leniniano que mais serviu aos que pensaram a realidade brasileira à luz daquela rota. Guimarães ([1963]) desdobrou esses argumentos em *Quatro séculos de latifúndio*, publicado em 1963.

Nelson Werneck Sodré produziu a *Formação histórica do Brasil* em 1962 [1990], e verificou que “as contradições entre forças produtivas e relações de produção” no Brasil forneciam a caracterização de uma via prussiana no capitalismo brasileiro.

a sociedade, ao longo do tempo, conheceu diversos regimes de produção: a comunidade primitiva, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo e o socialismo. O estudo do processo histórico da sociedade brasileira, objeto deste livro, mostra não só a vigência aqui, da descoberta aos nossos dias, de cada uma daquelas formas,

³⁶⁰ Prado Júnior não corroborava com a tese de existência de feudalismo no Brasil ou da existência de restos ou resquícios feudais ou semifeudais. Caio Prado Junior afirmava que no Brasil não apresentava nada que legitimamente se podia conceituar como ‘restos feudais’. Fundamentalmente destacava que para haver ‘restos’, haveria por força de preexistir a eles um sistema ‘feudal’ de que esses restos seriam as sobras remanescentes.

de cada um daqueles regimes de produção, salvo o ultimo (SODRÉ, [1962] 1990, p. 3-4)

Nesse sentido, para a compreensão do campo,

um desenvolvimento à moda prussiana, sob a ação e a influência do imperialismo, em fazer referência à forma específica de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, esta avança sem dúvida a penetração capitalista, mas os restos feudais vão sendo conservados e o monopólio da terra zelosamente defendido (SODRÉ, [1962] 1990, p. 355).

O autor se conectou diretamente aos argumentos de Lenin, haja visto o fato de a passagem ser dedicada às relações de propriedade no campo, exatamente o âmbito no qual o pensador russo vislumbrou a possibilidade de uma modalidade não clássica de desenvolvimento capitalista. Outros exemplos da “aplicação” da via prussiana podem ser encontrados em Carlos Nelson Coutinho, Antônio Carlos Mazzeo, José Chasin e Luiz Werneck Vianna. Na Geografia, as teses sobre a permanência de relações feudais e semifeudais e as discussões entorno do conceito de via prussiana ou da transposição de parte das teses leninistas são também costumazes. Oliveira (2004; 2010a) ressaltou que a corrente teórica que interpretava que houve feudalismo ou formas semifeudais de produção estava explicitada, por exemplo, na tese doutoral de Miguel Gimenes Benites (*Brasil central pecuária: conflitos e interesses*) orientada por Armem Mamigonian um intelectual que se ancora fortemente nas reflexões de Ignácio Rangel (autor que se fundamentava na tese da extinção do campesinato).

Entretanto, a influência do pensamento leninista, é ainda mais contundente, na interpretação da questão agrária brasileira nas análises do campesinato como resíduo social que desapareceria com o desenvolvimento das forças produtivas. Essas reflexões estão presentes explicitamente nas obras de Paulo Alentejano (2011), em parte da obra de Ruy Moreira (1988). Há também autores que argumentam que há o campesinato se encontra plenamente sujeitado e extinto como classe no capitalismo contemporânea, essa análise está presente, por exemplo, nos recentes trabalhos de Anselmo Alfredo (2008).

Porém, a corrente teórica da Geografia Agrária - na qual nos situamos - que analisa o processo contraditório (portanto heterogêneo) da generalização progressiva das relações de produção especificamente capitalistas constata que há um desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo. (OLIVEIRA, 2004; 2007; 2010a; TAVARES DOS SANTOS, 1981). No qual a reprodução de relações

não capitalistas de produção são reproduzidas no modo capitalista de produção - longe de ser uma debilidade do processo de acumulação do capital - pode ser analisada como a forma própria de se realizar a reprodução ampliada do capital, ou seja, a unidade dialética entre trabalho assalariado, expansão do latifúndio e territorialização do monopólio capitalista com relações de produção e territórios não-capitalistas: unidade camponesa, trabalho familiar camponês e resistências de modos comunitários de produção (OLIVEIRA, 2010). Compreendemos, portanto, que essa corrente de análise da Geografia Agrária é tributária do pensamento de Rosa Luxemburg. E possibilita uma reflexão sobre o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo e permite analisar as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seu caráter rentista.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

GUSTAVO FRANCISCO TEIXEIRA PRIETO

RENTISMO À BRASILEIRA, UMA VIA DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA:
GRILAGEM, PRODUÇÃO DO CAPITAL E FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE
PRIVADA DA TERRA

v. II

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2016

GUSTAVO FRANCISCO TEIXEIRA PRIETO

Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista:
grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra

v. II

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Área de concentração: Geografia Humana

Versão corrigida

De Acordo: _____
Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

São Paulo
2016

4. 500 ANOS DE GRILAGEM DE TERRAS: A FORMAÇÃO TERRITORIAL E A PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL

A verdade é que nunca soube quais foram os meus atos bons e quais foram os maus. Fiz coisas boas que me trouxeram prejuízo; fiz coisas ruins que deram lucro. E como sempre tive a intenção de possuir as terras de S. Bernardo, considereei legítimas as ações que me levaram a obtê-las.

Graciliano Ramos, *São Bernardo* (1934)

Nas reflexões sobre obras do Pensamento Social e Político Brasileiro constata-se que o tema da formação do Brasil é questão recorrente da interpretação de um conjunto extenso de importantes intelectuais. Essa “verdadeira obsessão pela formação brasileira” (ARANTES, 1997) se apresenta em um conjunto vasto de obras aparentadas com a tradição ensaística e que buscam, de certa forma, refletir sobre a sociedade brasileira e seu passado colonial. Assim, diversos autores, a fim de refletir sobre o Brasil, procuraram entender os entraves para a modernização das estruturas sociais, políticas e econômicas recorrendo à história para compreender os bloqueios e amarras do passado (e suas possíveis superações). Essas análises se realizaram a partir de perspectivas teóricas e metodológicas bastante diferentes que produziram interpretações divergentes sobre os mesmos processos, lendo-os ora como entraves, ora como sintomas de modernização. Há um número considerável de obras que revelam essas preocupações, já em seus títulos: *Formação do Brasil Contemporâneo* de Caio Padro Junior (1942), *Formação econômica do Brasil* de Celso Furtado (1958), *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido (1959), *Formação Política do Brasil* de Paula Beiguelman (1967), *Formação histórica do Brasil* de Nelson Werneck Sodré (1962) dentre outros. Conforme constataram Arantes (1997) e Ricupero (2008) existem também outras obras que revelam em seus subtítulos as intenções de refletir sobre esses sentidos da formação. Em Gilberto Freyre, por exemplo, observamos que em *Casa grande e senzala* (1933) há a intenção de refletir sobre a “*formação da família patriarcal brasileira*”, já Raymundo Faoro (1958) em *Donos do poder* argumentou que o trabalho era sobre “*a formação do patronato político brasileiro*”. *Raízes do Brasil* (1936) de Sergio Buarque de Holanda não escamoteou a intencionalidade de consolidar uma compreensão sobre a formação brasileira.

A Geografia não ficou de fora dessas discussões, mesmo que refletindo sobre a escala nacional e os sentidos da formação territorial em momento posterior³⁶¹. As obras de Milton Santos e Maria Laura Silveira *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI* (2001), Manuel Correia de Andrade *Formação territorial e econômica do Brasil* (2007), e de Ruy Moreira *Formação espacial brasileira* (2012), e ainda, *Bases para a formação territorial do Brasil* (1991) de Antonio Carlos Robert Moraes revelam a preocupação de parte dos geógrafos com esse processo³⁶².

Essa plêiade de títulos, de importantes intelectuais brasileiros, revela que não é mero acaso que a formação seja um tema recorrente, sobretudo em um país com passado colonial tal como o Brasil (RICUPERO, 2008). Ricupero (2008) argumentou que essas análises explicitavam as inquietações com o estabelecimento de um quadro social mais autônomo, nacional, que se contraporia à situação pregressa de subordinação colonial. Existem contundentes diferenças entre o conjunto de obras citadas anteriormente e não nos propomos a tarefa de esmiuçar as reflexões contidas em cada uma dessas produções, apesar de incorporar parte das contribuições desses intelectuais ao longo da tese. Todavia, cabe ressaltar que alguns processos de formação se completam e outros não se concluem. Enquanto, por exemplo, a formação da literatura se completa, conforme desenvolveu Candido ([1959] 2012), no qual Machado de Assis aparece como epítome desse processo, a formação da economia brasileira passa por um processo truncado, isso se tal construção não foi simplesmente interrompida (FURTADO, 1992)³⁶³.

³⁶¹ Aventam-se hipóteses para tal reflexão tardia, ainda não densamente aprofundadas. Um dos aspectos para o encontro tardio da Geografia brasileira com a questão da formação pode ser explicado pela influência da Geografia e dos geógrafos franceses sobre a Geografia produzida no Brasil, visto que essa influência colocava o conceito de região e a escala regional como foco central de análise com a finalidade de produção de monografias regionais. Outra hipótese é de que a escala nacional e o tema do Estado-nação eram preocupações dos órgãos estatais, tais como o IBGE, o que de certa forma colocava para o próprio Estado a reflexão sobre o Estado, a nação, a escala nacional e sua formação. Mesmo na atualidade, ainda são escassas as produções na Geografia sobre a formação territorial brasileira, e mesmo reflexões a partir da escala nacional e do Estado-nação.

³⁶² Moraes (2011a) argumentou que o conceito de formação territorial advém da Geografia alemã, especialmente discutida no âmbito de Geografia Política produzida por Ratzel. Com a dominação da Geografia regional francesa durante o século XX, o conceito entra em desuso. No Brasil, as discussões sobre o conceito (ou categoria para outros autores) em uma perspectiva teórico-metodológica marxista foram realizadas inicialmente por Milton Santos no artigo *Sociedade e espaço. A formação social como teoria e como método* de 1977, em uma interpretação fortemente de inspiração althusseriana. Em 1982, Ana Fani Alessandri Carlos e Sandra Lencioni refletiram sobre a “categoria formação” no artigo *A categoria “formação econômica da sociedade” na análise geográfica*, expondo sua pertinência para a reflexão no âmbito das reflexões geográficas.

³⁶³ Vide em perspectiva comparada as obras *Formação Econômica do Brasil* ([1958] 2007) e *Brasil: a construção interrompida* (1992), ambas de Celso Furtado.

Moraes (1994; 2011b) argumentou que, nos países de formação colonial, as dinâmicas territoriais adquiriram considerável potência para a compreensão da política, da sociedade e da economia. A colonização foi em si um processo de relação entre sociedade e espaço, no qual a sociedade europeia, com estratégias de produção capitalista, buscou frações do território para a realização dessa expansão. Assim, a apropriação de terras e a submissão de populações autóctones resultaram em uma colonização que se realizou na conquista territorial. Nesse sentido, as determinações coloniais permaneceram vigentes, mesmo na nova ordem política que se substanciou após o processo de emancipação política, visto que este foi construído sobre o arcabouço produzido no período colonial. A manutenção dos condicionantes da conquista territorial se consolidou, sobretudo em torno da manutenção de vastos fundos territoriais que funcionaram como instrumento de coesão entre elites bastante regionalizadas. O processo de legitimação da soberania sobre o território legal da ex-colônia funcionou como estratégia primordial na formação nacional de um Estado em construção³⁶⁴. O controle simultâneo da terra e do trabalho e a possibilidade de expansão territorial da nascente economia nacional garantiram a sacralização do princípio da manutenção da integridade do território nacional, o que se consolidou na garantia de proteção absoluta da propriedade privada (1824) e na legalização e legitimação da passagem de terras públicas para o domínio privado a partir da Lei de Terras (1850).

Nossa tarefa nesse capítulo é descortinar, a partir da Geografia, o processo de formação da propriedade privada da terra no Brasil, ou melhor, a formação da grilagem de terras brasileira. Buscamos compreender a formação da propriedade privada da terra a partir da Geografia Agrária, ancorados na interpretação de que os processos de produção e reprodução de relações não-capitalistas de produção se produzem e se reproduzem contraditoriamente no capitalismo. Esta posição envolve fundamentalmente analisar a propriedade privada e a grilagem de terras como *relação social*. O estudo da propriedade privada sob tais premissas tem como

³⁶⁴ Nos termos de Moraes (2011, p. 26-27) “a constituição do território nacional brasileiro se fez calcada nessa *herança espacial colonial*. É sobre o território da colônia - conjunto de formas pelas quais se estruturou um sistema produtivo e uma vida social dos portugueses em terras americanas – que começa a edificação do espaço nacional, após a emancipação política que cria o novo país. A primeira tarefa da nação recém-independente foi exatamente garantir a soberania sobre as diferentes regiões da antiga colônia. A unidade política nacional teve de ser estabelecida sobre as instituições e equipamentos e circuitos preexistentes. A herança colonial, no que importa à dimensão espacial, teve sua influência integral na nova situação. (...) O território colonial foi, assim, o suporte sobre o qual se iniciava a formação territorial do país emergente”.

fundamento a desnaturalização dos processos de concentração e apropriação da terra no sentido de desbravar o debate assaz polêmico da questão agrária, no que tange especialmente à formação da propriedade privada da terra. Essa mirada nos parece essencial visto que os fundamentos da sujeição da renda da terra em países de predominância de processos de produção do capital e de passado colonial, tais como o Brasil, substanciam o caráter rentista do capitalismo que se formou no país, o que repõe necessariamente entre suas contradições principais as formas da apropriação privada da terra. Isto quer dizer que, no Brasil, a concentração da propriedade privada da terra atua como processo de concentração da riqueza e, portanto, de capital (OLIVEIRA, 2007). Além disso, funciona como processo de concentração de poder e, portanto, da política. Nesse processo se desenvolve uma via de desenvolvimento capitalista que denominamos de rentismo à brasileira.

O capitalismo está em constante desenvolvimento, pois esta é sua forma específica de reprodução crescente e ampliada no tempo e no espaço. Martins (1981) ressaltou que a *tendência* do capital é a expansão progressiva em todos os ramos e em todos os setores da produção no campo e na cidade, na agricultura e na indústria. Essa reprodução só não poderá se realizar se diante dela se levantar um obstáculo que a impeça de circular e dominar livremente. A terra é esse obstáculo, que só é transposto por meio do pagamento do capitalista ao proprietário de terras. Ou seja, funciona, nos termos de Martins (1981), como uma licença para a exploração capitalista da terra. Apesar de não possuir valor, pois a terra é um bem natural, finito e que não é fruto do trabalho humano e muito menos de trabalho apropriado pelo capital, a terra é transformada pelo capital em mercadoria podendo assim ser comprada, vendida, arrendada ou mesmo alugada (MARTINS, 1981). Duas conclusões fundamentais foram apresentadas por Martins (1981) e que são essenciais para o desenvolvimento de nossa análise: a terra não é capital e há uma contraposição fulcral que antepõe terra e capital. Tais fundamentos pressupõem que a terra funciona como equivalente de capital.

A formação territorial brasileira derivou da forma através da qual o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de exploração (OLIVEIRA, 2010). A funcionalidade da propriedade fundiária como ferramenta singular (e originária) de confirmação pela via rentista se explicita. É essa a singularidade do Estado brasileiro que o distingue dos países centrais e que se expressa na aliança terra-capital (MARTINS, 1981). Tal aliança, de acordo com Paulino e Almeida (2010), resultou

em um deslocamento da potência dinamizadora da economia, da produção para a propriedade privada da terra. Reforça-se dessa forma o caráter rentista do capitalismo brasileiro, isto é, o rentismo substancia-se no lucro extraordinário que se pode extrair da terra. Tal lucro, conforme argumentaram Oliveira (2007) e Oliveira e Faria (2009), pode ser decorrente da venda da terra, visto que a terra se tornou no modo capitalista de produção um equivalente de mercadoria (MARTINS, [1979] 1996, OLIVEIRA, 2007; 2010a). Esse lucro advém também das diferentes formas de renda fundiária capitalista provenientes da terra dedicada à agricultura ou pecuária. Nesse caso, tem-se claro que este lucro extraordinário é decorrente da exploração do trabalho de quem não tem terra. Lucro este que pode se tornar ainda maior quando da superexploração do trabalho assalariado ou do trabalho análogo à escravidão (OLIVEIRA e FARIA, 2009).

Destaca-se ainda uma característica fulcral da concentração de riqueza. Esta se eleva ainda mais quando o assim chamado proprietário de terra apropria-se dela sem despendar dinheiro algum em sua apropriação, através do processo de grilagem: o grileiro cerca a terra pública e passa a auferir renda fundiária da mesma, podendo vendê-la ou ter acesso à incentivos fiscais, créditos, utilizá-la para arrendamentos, expropriar posseiros e indígenas, se valer da violência do Estado ou da violência privada de jagunços, pistoleiros e milícias rurais.

Analisando, então, a formação da propriedade privada no Brasil constata-se um movimento de relações entre propriedade privada e grilagem. O fundamento da referida formação é a grilagem de terra. A grilagem é uma denominação relativamente recente para a prática da apropriação ilegal de terras (MOTTA, 2005). A noção foi fartamente utilizada a partir dos projetos de colonização no Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás) e na expansão da cafeicultura do Oeste paulista e do norte e oeste do Paraná na primeira metade do século XX, quando a prática da falsificação de documentos de comprovação de direitos fundiários se explicitou como a forma prioritária de dominação de vastas extensões de terra pelos latifundiários (MOTTA, 2005; CHRISTILLINO, 2011a). O vocábulo resultou da técnica utilizada que consistia na utilização dos insetos (grilos) para a falsificação dos títulos (que continham algum tipo de “comprovação de propriedade” forjada). A ação desses insetos provoca o envelhecimento dos papéis e, dessa maneira, estes, transformados em documentos, são utilizados para “comprovar” a dominação da terra por meio de uma cadeia sucessória que teria sido consolidada ao longo da história. Todavia, o uso da

grilagem de terras, por meio de um conjunto diverso de estratégias, pode ser aplicado às fraudes presentes no acesso ilegal (ou legalizado pelo Estado) à terra ao longo da história territorial brasileira, antes e depois da primeira legalização de grilagem de terras no Brasil em 1850. O uso da grilagem para a produção da propriedade privada e da consolidação de proprietários de terra (com “comprovações de propriedade”) não é um dentre outros, mas a estratégia fundamental de incorporação ilegal e transmissão de patrimônio que permite a manutenção espaço-temporal de grilagens consolidadas como propriedade privada capitalista da terra. Dessa forma, a formação da propriedade privada capitalista da terra se consolidou fundamentada na grilagem. Buscaremos comprovar essa afirmação ao longo desse capítulo.

A discussão sobre a origem da propriedade está ligada, portanto à criação e recriação no tempo da cadeia sucessória³⁶⁵, que assegura a suposta legalidade daquela ocupação e da extensão daquela área e a manutenção de patrimônio. Mas buscamos refletir não sobre a origem da grilagem, mas fundamentalmente sobre os fundamentos que produzem territórios e “proprietários de terra” no processo de formação territorial brasileira.

Assim, nas trilhas de Motta (2005), compreendemos que a grilagem não é recente, mas constitui-se como um processo histórico e secular de ocupação ilegal da terra. Além disso, a grilagem deve ser compreendida no cerne da dinâmica e transmissão de patrimônio dos grandes fazendeiros: ou seja, grilar não é uma prática isolada, mas relaciona-se com os esforços dos latifundiários em expandir sua propriedade *ad infinitum*. Ressalta-se, ainda ancorados na análise de Motta (2005) que a grilagem não é somente um crime cometido contra proprietários de fato, como indígenas, camponeses-posseiros, quilombolas ou contra os bens patrimoniais do Estado, mas uma ação criminal cometida contra o conjunto da sociedade.

Holston (1993; 2013) argumentou que a marca característica da constituição da estrutura fundiária no Brasil é a “legalização da ilegalidade”. O sistema jurídico brasileiro não objetiva nem resolver os conflitos de maneira justa, nem decidir sobre seus méritos legais através de procedimentos judiciais. No Brasil, as leis sobre a

³⁶⁵ A partir das cadeias sucessórias é possível analisar o histórico de formação, partilhas, desmembramentos da propriedade, assim como verificar o conjunto de proprietários que já utilizaram aquela fração de território. É possível a partir da análise de cadeias sucessórias observar estratégias de grilagem, ou seja, de apropriações ilegais de terra “legalizadas”.

questão da terra nos seus próprios termos são confusas, ambíguas e funcionam como ordenamento jurídico de acomodação das diferentes frações de classe capitalistas: grandes proprietários de terra e capitalistas agrários e urbano-industriais (inúmeras vezes amalgamados na mesma figura jurídica). É possível então afirmar que as diversas estratégias de grilagem de terra não são somente fruto de incompetência e corrupção do aparelho do Estado, mas sobretudo a demonstração de força política de um conjunto de intenções subjacentes à construção e aplicação da lei pelo Estado. Essas intenções não estão voltadas para a resolução de conflitos fundiários, mas para a efetivação do processo de produção do capital, a partir da legalização de ilegalidades. Ou seja, as fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade são definidas nos marcos jurídicos do aparelho do Estado, que está dominado por diferentes frações de classe de proprietários de terra interessados em transformar suas apropriações privadas de terras públicas em patrimônio privado. Assim são estabelecidos os termos dos quais a grilagem é legalizada de maneira consistente e consciente. Nesse sentido, o ordenamento judicial é um instrumento de “desordem calculada”, através da qual, práticas ilegais produzem leis e soluções extraleais são introduzidas no processo judicial.

Portanto, a lei sobre a propriedade de terras no Brasil, longe de resolver os conflitos, é reprodutora desses.

Todavia, compreendemos que o processo se realiza através (e sobretudo) de uma estratégia, social e historicamente anterior e territorialmente central para a explicação das contradições na estrutura fundiária e na questão agrária brasileira. No Brasil, a ilegalidade é legitimada por estruturas jurídicas que servem para a confirmação de processos de apropriação ilegal de terras. Há, portanto, na história territorial brasileira, uma legitimação da ilegalidade. A grilagem de terras se realiza *a priori* e cabe às regulamentações jurídicas de legalização da grilagem confirmar um processo anterior de dominação de terras. A funcionalidade de um conjunto de leis sobre a questão fundiária é legitimar e legalizar práticas prévias de grilagem de terra, valendo-se de estratégias diversas para sua posterior legalização. *A posteriori* essas regulamentações jurídicas servem de escopo legal para novas e velhas estratégias de grilagem. A consolidação jurídica do grilo apresenta então um duplo caráter: produzir proprietários de terra, confirmando a apropriação privada de terras públicas e de produção de fazendas (equivalente de capital através de sua utilização como reserva de valor e/ou reserva patrimonial), e a reprodução do poder político e

econômico confirmando um direito à propriedade. Simultaneamente é bloqueado à camponeses, indígenas e quilombolas o acesso legal (ou jurídico) à terra.

Segundo Martins (1998), aqueles que reivindicam o reconhecimento jurídico da propriedade privada capitalista sistematicamente o fazem com base na violação dos direitos sobre a terra de quem nela trabalha e, muitas vezes, trabalhou por muitas gerações. Assim, o direito não é, ainda, revestido de legitimidade de seu reconhecimento pela outra parte, aquela que está sendo expropriada. Dessa forma, o legal e o legítimo se opõem produzindo e reproduzindo conflito. Para os posseiros, o título não representa legitimidade no processo de tomada de suas terras, para os “proprietário de terra” a legitimidade é instituída pelo título de propriedade e a legalidade pelo ordenamento jurídico produzida pelo aparelho do Estado.

Ressalta-se assim que o título de propriedade (o documento “legal” e/ou grilado) ganha suposta legitimidade sob o auspício de uma rede de funcionários do aparelho do Estado, dos cartórios e dos tribunais, produzindo conflitos e reproduzindo os camponeses como classe social que lutam para permanecer na terra, ou seja, lutam contra as práticas de despossessão da terra, supostamente legais. em determinadas frações do território (nos termos marxianos e thompsonianos, conforme já explicitados no capítulo 2). Fundamental destacar ainda que o suposto processo tendencial de fim do campesinato não se realizou/realiza no Brasil³⁶⁶. Assim, as disputas pela fração do território concretizam a luta de classe, e simultaneamente as lutas de classes produzem o território.

Na gênese desses papéis grilados, o favor político, a dádiva do Estado patrimonial, premia os afilhados, os cupinchas e os protegidos (MARTINS, 1998; 2012). A lógica do favor e do compadrio produz e reproduz a política da apropriação privada da coisa pública, produzindo conflitos, sendo que o litígio inúmeras vezes se completa com o despejo (MOURA, 1988; MARTINS, 1998; 2012). Este processo é garantido pela Justiça,

(...) tradicionalmente omissa e indiferente em relação aos costumes e ao direito costumeiro, só reconhece no posseiro, no lavrador em terra devoluta a condição de sujeito de contrato, juridicamente igual, portanto cidadão, no momento em que o priva dos direitos que ele supõe ter como base no consuetudinário, no momento em que reveste de legalidade o ato de sua expulsão da terra em que mora e trabalha, no momento em que desfaz o suposto contrato entre

³⁶⁶ De fato, estamos diante da impossibilidade de reprodução ampliada da família camponesa, face à pouca terra.

pretensão proprietário e o pretensão invasor. Aí se revela o caráter postiço da contratualidade das relações sociais em nossa sociedade e da própria modernidade. O contrato existe quando é do interesse de quem manda, de quem tem dinheiro e poder para invocar em seu favor as instituições jurídicas e judiciais. O que na origem e em outras sociedades é o instrumento por excelência da igualdade jurídica e da igualdade social, aqui se transfigura no seu oposto: o fictício contrato é o instrumento por excelência da desigualdade e da injustiça. (MARTINS, 1998, p. 675).

Argumenta-se então que a formação da propriedade privada da terra ocorreu como uma história territorial da grilagem e a formação da grilagem de terras é mecanismo central da formação territorial brasileira. A formação econômica, social e política brasileira se assenta sobre a grilagem de terra, sendo esse seu fundamento.

Isto é, a análise em tela coloca-se em diálogo com as produções de Marés (2003), Silva (2008), Motta (2011), Martins (1997; 2012), Oliveira e Faria (2009) e Oliveira (2007; 2010d) na constatação de que a característica central da constituição da propriedade da terra no Brasil é que a propriedade territorial se constituiu fundamentalmente a partir do patrimônio público (SILVA, 2008; MOTTA, 2008; 2012; OLIVEIRA, 2007). Os quatro marcos de legalização da grilagem de terras no Brasil impetrados em 1850, 1931, 1964-1985 (reiteradamente) e 2009 são processos de transferência do patrimônio público para o domínio privado e se articulam em quatro intenções: a primeira de consolidação do Estado nacional e dos interesses políticos das elites agrárias na manutenção da integridade do território; a segunda de consolidação e expansão da ocupação latifundiária do “sertão” (a produção de fazendas por grileiros) e o início da “marcha para o Oeste brasileiro”; a terceira é a consolidação da aliança econômica, social e política entre terra e capital e a expansão da dinâmica de frente de expansão para a Amazônia Legal (a transferência de patrimônio público para empresas capitalistas, a produção de grilagem legalizada pelo Estado ditatorial); e a quarta da mundialização da agricultura brasileira associada a assim chamada internacionalização da Amazônia. Constata-se uma dinâmica territorial de produção de frentes de expansão em fronteiras de relações contraditórias de reprodução de relações capitalistas sobre territórios e relações não capitalistas, concretizando contraditoriamente a diversidade da fronteira e o conflito marcado pela violência entre a expansão do modo capitalista de produção sobre modos comunitários de produção e a luta de classes.

Na discussão que se segue analisaremos, inicialmente, o movimento da primeira grande legalização da grilagem de terras no Brasil: a Lei de Terras de 1850. Para isso, realizamos uma revisão da criação da Lei de Sesmarias em Portugal que data de 1375 e verificamos as condições de sua instituição e seus desdobramentos jurídicos, econômicos e territoriais. Posteriormente, analisaremos sua aplicação no Brasil quando transposto o regime sesmarial para a América Portuguesa e a mudança de perspectiva quando estabelecida na colônia. Finalmente, explicamos o fim das sesmarias e a criação da propriedade privada absoluta no Brasil com a instituição da Constituição Imperial de 1824 e consolidada na Lei de Terras e a legalização das sesmarias e das grilagens de terra através das múltiplas estratégias desenvolvidas pelos grandes proprietários de terra no século XIX. O que nos move no texto em tela é demonstrar que os fundamentos da propriedade privada capitalista da terra se substanciam a partir do século XIX, momento em que se consolidam juridicamente as bases do rentismo à brasileira. Todavia, os fundamentos da grilagem atravessam a história brasileira travestida de propriedade, quando de fato antes de 1850 não são.

4.1. SESMARIAS, GRILOS E POSSES: AS ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DA TERRA COMO RESERVA PATRIMONIAL

A história territorial do Brasil tem origem em Portugal (LIMA, 2002; SILVA, 2008; MOTTA, 2010; HOLSTON, 2013; OLIVEIRA, 2013; MARÉS, 2003; MORAES, 2011b; NOVAIS, 1979; PRADO JUNIOR, [1942]; FAORO, [1958]) e foi a partir da questão agrária e fundiária portuguesa e de seu aparato jurídico sobre o uso da terra que iniciamos a exposição sobre o entendimento da presente tese acerca da formação territorial brasileira. A história das instituições territoriais portuguesas, dentre as quais a das sesmarias, foi o arcabouço jurídico-normativo no qual se ramificaram os marcos da constituição da formação territorial brasileira e as bases da colonização, e posteriormente, da nação (LIMA, 2002; MARÉS, 2003; MORAES, 2011b). Para a compreensão do sistema sesmarial brasileiro é fundamental retomar o contexto português de criação da Lei de Sesmarias em 1375 e a situação da Europa durante o século XIV, para entender esmiuçadamente os processos que levaram à produção desse ordenamento jurídico e sua utilização no Brasil, que conformaram um sesmarialismo colonial (SILVA, 2008) e estratégias de legalização (e legitimação) da grilagem de terras na colônia.

A Europa do século XIV esteve envolta em um conjunto de crises econômicas, sociais e políticas materializadas em surtos mortíferos de pestes e fome, guerras, depressões econômicas e monetárias e crise frumentária (PERROY, 1953; MELLO E SOUZA, 1996). Portugal, especificamente, vivia um período de profunda crise de abastecimento com despovoamento do campo. Nesse contexto crítico foi promulgada a Lei de Sesmarias em 1375 pelo rei D. Fernando I, lei que visava estimular a agricultura, obrigando o cultivo em terras abandonadas e, conforme analisa Motta (2012), coagir o proprietário de terras a cultivá-las sob pena de expropriação. Essa lei agrária tinha como foco central repor em cultivo terras antes trabalhadas, e nos termos da lei, se referia às terras virgens e em áreas despovoadas (MOTTA, 2012). Lima (2002) argumenta que a instituição régia da concessão de sesmarias expandia-se também para baldios e maninhos comunais, ou seja, para as terras comunais do município medieval português, assim vê-se que certas formas de dissolução do direito consuetudinário já ocorriam em Portugal mesmo antes dos cercamentos dos campos ingleses. O rei poderia conceder sesmarias nessas terras de uso comum. Essa forma jurídica implementada por D. Fernando I foi reproduzida, com algumas alterações, em cada nova “Ordenação do Reino”³⁶⁷. Outra característica da lei era a coação de um maior número de indivíduos aos trabalhos na lavoura, fixando inclusive salários máximos a fim de entravar o encarecimento da força de trabalho rural (SILVA, 2007).

Silva (2007, p. 44-45) enfatizou que a lei de sesmarias estava profundamente articulada à dois fenômenos típicos da Época Moderna: se por um lado expressava o processo de centralização monárquica, por outro era a consequência da queda dos rendimentos feudais. A autora destacou que as ordens monásticas, os militares e alguns senhores de terra argumentavam que seus rendimentos diminuía em virtude do abandono das terras por parte dos trabalhadores. Diante disso, Silva (2007) ressaltou que Portugal, tal como em outras frações do território europeu, encontrava-se em ampla convulsão social, contexto esse que era a tônica da Europa Ocidental no período que se convencionou denominar pela literatura marxista de

³⁶⁷ As doações de sesmarias eram regidas pelas Ordenações do Reino: as Afonsinas de 1446, as Manuelinas de 1511-1512 e as Filipinas de 1603. Tanto nas Ordenações Manuelinas quanto nas Filipinas a definição de sesmarias era a seguinte: “Sesmarias são propriamente as dadas de terras, casaes [casas de campo ou granjearias], ou pardieiros [casais tornados a ruína e mato, isto é, abandonadas], que foram, ou são de alguns Senhorios e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora não o são”. (Ordenações Manuelinas, livro IV, título. 67; Ordenações Filipinas, livro IV, título. 43; citado em LIMA, 2008, p. 24 e NOZOE, 2006, p. 2).

crise do feudalismo ou transição do feudalismo para o capitalismo (HOBBSAWN, 1977; ANDERSON, 1998).

Destaca-se que nas doações de sesmarias mencionava-se como condição da doação a obrigatoriedade do cultivo e que este não tinha um objetivo produtivista no sentido econômico (SECRETO, 2008), mas fundamentava-se no desenvolvimento de uma economia moral, nos termos estabelecidos por Thompson³⁶⁸ (1998a). A produção no Antigo Regime estava relacionada com o medo da fome e, portanto, com a geração de alimentos. Assim, a lei de sesmarias portuguesa, conforme argumentação de Secreto (2008) tinha por objetivo essa produção através da sujeição do camponês à gleba.

A lei de sesmarias seguia a orientação jurídico-econômica do século XIV, que era de coerção e violência e se estruturava em três eixos: a razão econômica de aproveitamento agrário (isto é, doação de sesmarias com a obrigatoriedade da produção agrícola), a razão fiscal no que tangia ao benefício de erário régio (o indivíduo ficava sujeito à tributação e à jurisdição da Coroa) e a razão territorial da condicionalidade da concessão de terras (posto que havia uma forma específica de concessão que se realizava na relação entre concessionário e Coroa: aquele que era concessionário, que recebia a doação sesmarial, não era proprietário, pois o proprietário jurídico de fato, que possuía o domínio eminente, no caso era a Coroa Portuguesa)³⁶⁹ (SILVA, 2007).

A lei constituía um todo complexo objetivando de forma central impedir a desagregação da economia do reino português, preservar o domínio produtivo dos senhores do campo, coagir o trabalhador rural e a partir da condicionalidade da

³⁶⁸ Thompson (1998a) argumentou que a produção de uma economia moral relacionava-se a uma cultura política que incluía costumes e tradições dos camponeses e da população mais pauperizada em seu relacionamento, com ou no mercado, especialmente com a produção e consumo de alimentos. Constatava-se na Lei de Sesmarias: “Todos os que tiverem herdades próprias, emprazadas, aforadas, ou por qualquer outro título que sobre as mesmas lhes dê direito, sejam constrangidos a lavrá-las e semeá-las” (PORTUGAL, 1375, p. 43).

³⁶⁹ Acerca dessa questão, Jones (1997) compreendeu que o Estado português, diante de uma situação de crise profunda, reintroduziu formalmente no direito de propriedade o instituto do confisco. Apesar de centrada na questão econômica e resolução da crise de abastecimento, de certa maneira, para o autor, a Lei de Sesmaria introduziu elementos de *certo cumprimento* da “função social da propriedade”. Todavia, segundo Silva (2007), a obrigatoriedade da produção agrícola de modo geral não foi cumprida em Portugal. A autora enfatizou ainda que a lei não foi feita para alterar as relações de propriedade no campo português, e sim com a intenção explícita de incentivar o cultivo das terras abandonadas. Assim, as sesmarias eram distribuídas sem modificar consideravelmente a estrutura fundiária portuguesa.

doação à produção agrícola com a possível expropriação da terra visando impedir o latifúndio improdutivo³⁷⁰ (RAU, 1982; SILVA, 2007).

A lei de sesmarias teve resultado limitado no que tangia ao cultivo de terras abandonadas, pois se manteve certa permanência de áreas incultas e a produção de alimentos não se elevou em percentuais tão incisivos (RAU, 1982). Aventavam-se algumas razões para tal quadro: o dinamismo da economia urbana frente à rural em Portugal, o campesinato português que pagava altos tributos e foros à Igreja, à Coroa e aos senhores de terra para a produção agrícola, a considerável diminuição da população e especialmente as oportunidades oferecidas frente à expansão ultramarina³⁷¹ (SILVA, 2007; MOTTA, 2012). Nesse sentido, Lima (2002) argumentou que o problema agrário português no século XV e XVI havia se deslocado, passando da desproporção entre população crescente e a população que produzia no campo para o despovoamento e o abandono da propriedade pela derrelição devido fundamentalmente às expansões ultramarinas.

Antes de ser utilizado como forma de colonização no ultramar, a Coroa portuguesa usou o modelo sesmarial também, e com bastante êxito econômico, fiscal e fundiário para a efetivação de seus interesses comerciais na colonização das ilhas atlânticas (na Ilha da Madeira e nos Açores), no povoamento de regiões fronteiriças durante a guerra com Castela e também em algumas frações dominadas no território africano, como Moçambique³⁷².

³⁷⁰ Constatava-se na Lei de Sesmarias de 1375 a seguinte normatização: “Se por negligência ou contumácia os proprietários não observarem o que fica determinado, não tratando de aproveitar por si ou por outrem as suas herdades, as Justiças territoriais, ou as pessoas que sobre isso tiverem intendência, as dêem a quem as lavre, e semeie por certo tempo, a pensão ou quota determinada. Se os senhores das herdades não quiserem estar por aquele arbitramento, e por qualquer maneira o embargarem por seu poderio, devem perdê-las para o comum, a que serão aplicadas para sempre; devendo arrecadar-se o seu rendimento a benefício comum, em cujo território forem situadas” (PORTUGAL, 1375, p. 43).

³⁷¹ A expansão ultramarina e a formação dos impérios coloniais foram contemporâneos do Absolutismo, no que se refere ao nível do político e a persistência da sociedade estamental fundada nos privilégios políticos, no que tangia ao nível do social. Economicamente, a política mercantilista fomentou o desenvolvimento interno e externo funcionando como elemento desagregador do feudalismo, mesmo que o feudalismo português fosse considerado um caso atípico (RAU, 1982; CHAUI, 2007; SILVA, 2007). O mercantilismo foi favorecido por um Estado centralizado que funcionava para assegurar à nobreza a manutenção de seus privilégios quando esta se via ameaçada pelo desaparecimento da servidão e pelo conjunto de revoltas camponesas marcantes na Europa. A unificação territorial e a centralização política foram fatores centrais para a efetivação de Portugal como um dos Estados líderes do processo de expansão ultramarina nos séculos XV e XVI (CHAUI, 2007).

³⁷² De acordo com Motta (2012, p. 19) não havia uma política consistente por parte de Portugal de ocupação de terras que incentivasse potenciais lavradores interessados em realizar produções

Holston (2013) argumentou que uma premissa fundamental do colonialismo português se baseava no fato de que o descobrimento ou conquista do emissário real incorporava terras ao patrimônio do rei. Holston (2013) enfatizou que tal incorporação constituiu o fundamento jurídico da política imperial de governar as colônias produzindo elites fundiárias locais submetidas à Coroa Portuguesa e estabelecia também os direitos do rei e a obrigação de redistribuir as terras conquistadas aos seus súditos para os propósitos associados de exploração econômica e cristianização. A Coroa assumiu esse último projeto em 1522, quando o papa ordenou o rei D. João III como grão-mestre da Ordem de Cristo, tornando-o responsável pela propagação da fé entre os povos descobertos durante as explorações marítimas europeias. Sendo assim, a Coroa portuguesa reivindicou o título original de todo o território do Brasil por conta do desembarque de Pedro Álvares Cabral em 1500, e sobre esse território fundamentou a distribuição de terras para empreendimentos comerciais e religiosos (HOLSTON, 2013). Para regulamentar essa distribuição, os portugueses realizaram o sistema de sesmarias.

Pode-se observar que quando o regime de concessão de sesmarias foi transplantado da metrópole para a colônia na América, baseado na doação gratuita de terras em abundância a quem possuísse os meios para cultivá-la, se estabeleceu de imediato uma fundamental modificação no ordenamento jurídico original: enquanto em Portugal o modelo sesmarial era um instrumento de concessão de terras com a condicionalidade da efetiva produção agrícola (premissa efetivamente muito pouco cumprida tanto em Portugal quanto no Brasil por diferentes motivos), no Brasil ele foi utilizado como regulação jurídica, econômica e política da relação entre colônia e metrópole (SILVA, 1997; SILVA, 2008; MOTTA 2012). Destacava-se, assim, a raiz de um conjunto de conflitos fundiários decorrentes dessa lei, pois ocorria a implantação de um instituto jurídico, criado em Portugal para promover o cultivo, que foi utilizado no Brasil para assegurar a colonização (MORAES, 1994; 2011b; MOTTA, 2008).

Nas terras coloniais, a questão não se resumia à necessidade de aproveitamento efetivo das terras, mas implicava fundamentalmente ocupar e explorar estas terras, ou seja, dominá-las como área colonial (MOTTA, 2004). Importante ressaltar ainda que a introdução das sesmarias no Brasil objetivava não

agrícolas nas regiões africanas, pois os territórios africanos eram reservatórios de mão de obra para a América (Magalhães, s/d *apud* Motta, 2012).

só ocupar o território, mas inseri-lo efetivamente dentro do processo internacional de acumulação de capital³⁷³, garantindo recursos minerais e agrícolas à Portugal (NOVAIS, 1979a; FREITAS *et al.*, 2009). As colônias, nesse sentido, faziam parte de um processo geral de acumulação originária do capital realizado na Europa Ocidental a partir da subordinação da colônia (o exclusivo comercial). Diante disso, Marés (2003, p. 57) argumentou que

As sesmarias em Portugal eram usadas para terras que já haviam sido lavradas e estavam abandonadas, quer dizer, eram terras que já tinham produzido e deveriam voltar a produzir alimentos locais. No Brasil não, o sentido da concessão de sesmarias era de ocupação, desbravamento, conquista, desrespeitando qualquer tipo de uso indígena, ou ocupação pré-existente. Na verdade a concessão tinha o sentido de reafirmar a posse das terras em nome do rei e da Coroa portuguesa, em disputa com a espanhola e outras nações europeias, e produzir bens de exportação.

Ressalta-se, novamente, que Portugal reivindicava o direito de conquista das terras no Brasil, visto que para a Coroa Portuguesa o Tratado de Tordesilhas (Tratado de Repartição do Mar-Oceano) assinado em junho de 1494 definia como linha de demarcação das possessões do Reino de Portugal e do Reino de Castela e Aragão (posteriormente Espanha) o meridiano à 370 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde. Portanto, o argumento jurídico era que essas “terras novas” já “pertenciam” à Portugal, através do direito de conquista, desde antes da expedição de Pedro Álvares Cabral em 1500³⁷⁴. O meridiano de Tordesilhas demarcado de polo a polo estabelecia uma nova escala nos processos de descobrimentos, expedições marítimas e, sobretudo nas formas de colonização empreendidos por portugueses e espanhóis (ver Mapa 25): surgia nesse momento oficialmente a escala mundial de colonização e domínio de territórios (FRIDMAN; RAMOS, 1991; CASTRO, 1995). Nesse sentido, a colonização da Época Moderna se apresentava, sobretudo como um desdobramento da expansão marítimo-comercial europeia que demarcava a abertura dos assim chamados “tempos modernos”.

Moraes (1994) compreendeu que a colonização era o resultado de uma conquista territorial, entendida como uma relação específica de uma sociedade que se expandia e pessoas, recursos e áreas dos lugares onde se exercitava essa

³⁷³ Esse processo de “europeização do mundo”, nos termos de Novais (1969), envolvia ocupação, exploração, povoamento e valorização de novas áreas, ou seja, a colonização realizada no Brasil promoveu a intervenção direta dos empresários europeus no âmbito da produção na colônia.

³⁷⁴ Segundo Baitz (2012) o Tratado de Tordesilhas pode ser considerado a primeira jurisprudência de instituição de grilagem de terra, mesmo antes do processo de colonização do Brasil.

expansão. Mais do que uma dominação formal e abstrata como normatização jurídica do processo de colonização, a colonização se efetivava com a instalação do conquistador, isto é, com a objetivação real da conquista na apropriação e domínio territorial (MORAES, 1994).

Portugal, durante a colonização nas Américas, ao passar de estabelecedor de entrepostos comerciais em pontos do território africano e asiático para produtor de uma atividade especificamente colonizadora, organizou uma produção que se ajustava às necessidades capitalistas europeias. Assim, as condições geográficas do mundo tropical permitiram a implementação de uma agricultura tropical complementar à agricultura temperada da Europa (MORAES, 2011b). A economia colonial, quando analisada no contexto da economia europeia de que fazia parte e que era seu centro dinâmico, aparecia como altamente especializada. Essa estratégia colonial se articulava aos interesses do capitalismo, concentrando assim, em um só golpe, a produção de alguns poucos produtos comerciáveis na colônia e fazendo com que as regiões coloniais se constituíssem em importantes centros consumidores de produtos manufaturados europeus através do exclusivo comercial. Novais (1984; 1979) verificou como dessa forma foram duplamente apropriados os lucros monopolistas.

Entretanto, não se podia esquecer, ou mesmo ignorar, a presença do homem livre pobre³⁷⁵ que produzia uma economia de reprodução da vida e de sua família no Brasil colonial, a terra como sinônimo de liberdade do cativo para a população quilombola, as lutas, resistência e fugas dos indígenas e mesmo a existência de uma economia de excedentes produzida no período por formas camponesas. Além desses, a presença do agregado sob o jugo de concessionários de sesmarias e de grileiros era presença marcante nas relações sociais e de produção na América portuguesa.

³⁷⁵ Franco (1997), Motta (2008) e Martins ([1979] 1996) foram alguns dos autores que ressaltaram a importância dos homens livres e pobres. Martins ([1979] 1996, p. 12) afirmou inclusive que “a presença quantitativa do homem livre na sociedade escravocrata, presença complementar e integrativa, não foi fator de sua desagregação”. O autor ressaltou as diferenças entre o homem livre na ordem escravocrata (o agregado), que tinha uma liberdade fundamentada na escravidão existente, e o trabalhador livre que substituiu o trabalho escravo quando da crise do cativo durante o século XIX. O trabalhador livre do regime de colonato teve o seu trabalho livre baseado na “separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava sua sujeição ao capital personificado no proprietário de terra” (MARTINS, [1996] 1979, p. 12). Franco (1997) realizou uma densa reflexão sobre os homens livres e pobres na ordem escravocrata ressaltando sua condição de agregados no momento de surgimento da propriedade privada capitalista da terra no Brasil, durante o século XIX na província de São Paulo.

Nota-se que o bloqueio à expansão dessas relações foi realizado pelo renascimento na época moderna do trabalho escravo. No Brasil colonial, a terra não funcionava como equivalente de capital, não só devido à sua abundância, mas fundamentalmente porque sua disponibilidade para explorações lucrativas dependia dos complexos arranjos monetários para conseguir escravos (HOLSTON, 2013). Diante disso, a forma de produção dos produtos coloniais dependia necessariamente da subordinação do funcionamento geral do sistema, ou seja, a produção deveria se organizar de modo a possibilitar aos empresários metropolitanos ampla margem de acumulação (MARTINS, [1979] 1996 ; HOLSTON, 2013).

A economia colonial, segundo Martins ([1979] 1996), não se definia apenas pela primazia da circulação, mas pelo fato de que o próprio trabalhador escravo entrava no processo como mercadoria, sendo nesse sentido *renda capitalizada*. Pois,

antes de ser o produto direto, ele tem que ser objeto de comércio. Por isso, tem que produzir lucro, já antes de começar a produzir mercadorias e não apenas depois. Pode-se, pois, dizer que, na economia colonial, o processo de constituição da força de trabalho é regulado antes de mais nada pelas regras de comércio. (...) Através do cativo, o capital organizava e definia o processo de trabalho, mas não instaurava um modo capitalista de coagir o trabalhador a ceder a sua força de trabalho em termos de uma troca aparentemente igual de salário-por-trabalho. Já que a sujeição da produção ao comércio impunha a extração de lucro antes que o trabalhador começasse a produzir, representando, pois, um adiantamento de capital, ele não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força de trabalho e sim diretamente como mercadoria; mas, não entrava também como capital, no sentido estrito, e sim como equivalente de capital, como renda capitalizada (MARTINS, 1979, p. 14-15).

Assim, as relações entre senhor e escravo no Brasil colonial se fundamentavam no monopólio da renda capitalizada (transfiguração do trabalho escravo). O proprietário desejava extrair do seu escravo um rendimento econômico que era medido pelo lucro médio, que devia equivaler pelo menos ao dinheiro que lhe daria se fosse aplicado em outro negócio (MARTINS, [1979] 1996). Martins ([1979] 1996, p. 16) constatou também que o regime escravista se apoiava em transferência compulsória de trabalho excedente, sob a forma de capital comercial. Do processo de circulação instituía-se a sujeição da produção ao comércio, mas esse processo não se realizava a partir de uma forma pré-capitalista de renda, pelo

contrário, tratava-se de forma capitalista de renda, “renda que se reveste na forma de lucro” para o fazendeiro.

Portanto, o empreendimento colonial, para necessariamente ser lucrativo e sustentar essa forma de absorção de renda, devia ser produzido baseado na apropriação de vastas extensões de terra para mobilizar o trabalho escravo para produzir, atendendo às demandas da produção da metrópole e às formas de acumulação de capital assentadas no tráfico de escravos como motor dessa engrenagem de produção de capital.

Nesse sentido, a apropriação do solo colonial foi organizada com base na legislação vigente nas metrópoles, adaptadas aos interesses supracitados da colonização na América. Necessariamente, para a efetivação de tais interesses, as potências europeias não reconheceram aos habitantes do Novo Mundo o direito de propriedade sobre as terras que ocupavam³⁷⁶. No processo de colonização as novas terras foram designadas para aqueles que chegavam, sendo a população autóctone alijada do processo (SILVA, 2007; MORAES, 1994; MORAES, 2011b). Essas populações apareceram para os colonizadores como atributos do lugar, ou melhor, componentes da “natureza do lugar” e a subordinação primeira no processo de dominação colonial foi exatamente dos *naturais* (MORAES, 1994). As terras dos

³⁷⁶ Fundamental ressaltar outros aspectos significativos nas diferenças entre o modelo sesmarial em Portugal e no Brasil. De acordo com Silva (2008), uma das características das terras coloniais que as distinguiam das terras europeias era o fato dessas terras serem consideradas “vagas”, não apropriadas e sem senhores ou donos de espécie alguma, habitadas por população indígena que não era considerada como “proprietária” do território que habitava. Essa característica produziu uma distorção de um dos sentidos centrais do sesmarialismo português quando aplicado no Brasil: a modificação da expressão *terras devolutas*. O sentido original do termo “devoluto” era “devolvido ao senhor original” (SILVA, 2008). Terra doada ou apropriada que não fosse aproveitada retornava ao senhor de origem, isto é, à Coroa Portuguesa. Na acepção estrita da noção de “terras devolutas” na Colônia seriam aquelas doadas de sesmarias e que não fossem aproveitadas, e por isso retornavam à Coroa. Todavia, com o estabelecimento da colonização portuguesa, as cartas de doação passaram a chamar toda e qualquer terra desocupada, não aproveitada e/ou vaga de devoluta; “assim consagrou-se no linguajar oficial e extraoficial devoluto como sinônimo de vago. Assim como a questão do domínio eminente, a utilização do termo ‘devoluto’ levou a grandes discussões, mesmo depois que a lei de 1850 redefiniu o significado do termo para poder aplicá-lo ao caso brasileiro; sobretudo questionava-se a competência do poder público em legislar sobre terrenos que não eram ‘propriamente’ devolutos.” (SILVA, 2008, p. 44). Ou seja, a questão da transformação da noção de “terras devolutas” é fundamental para a compreensão do surgimento de uma *mentalidade proprietária* durante o período colonial brasileiro, não só concretizada no escravo, mas paulatinamente também na terra. Apesar da propriedade da terra pertencer à Coroa Portuguesa, sendo aquele que recebia a sesmaria um concessionário da terra, desenhava-se já no período colonial uma mentalidade de proprietário, uma nascente consciência de classe, que vai desembocar nas discussões acerca da propriedade absoluta (Constituição Imperial de 1824) e da transformação da terra em mercadoria (na Lei de Terras em 1850). Finalmente, pode-se argumentar que se desenvolveu um sesmarialismo colonial (SILVA, 2008) com base no sesmarialismo português, mas que na colônia produzia especificidades e mudanças no seu sentido original.

povos indígenas que viviam na porção mais atlântica do Brasil foram sendo tomadas pela ocupação colonialista. Esta usurpação não aconteceu sem guerra, que constantemente os indígenas perderam (OLIVEIRA, 1996). Constatava-se inclusive que um conjunto de indígenas refugiou-se no interior do território a fim de salvaguardar seu modo comunitário de produção (MARTINS, 2012). Através do processo combinado de tomada das terras indígenas e escravidão ocorreu o desenvolvimento da produção (baseada em vastas extensões de terra) de cana-de-açúcar, mineração e posteriormente o cultivo do café (OLIVEIRA e FARIA, 2009).

De fato, a colonização através da agricultura tropical - como a utilizada de forma pioneira pelos portugueses - apareceu, conforme salientou Novais (1969; 1979), como a solução sob a qual se tornou possível valorizar economicamente as terras descobertas, baseando-se no trabalho escravo e na garantia da posse (pelo povoamento) do território³⁷⁷. Tal processo de colonização gerou a expulsão dos povos indígenas, como mencionamos. Fundamental ressaltar ainda que

(...) deve-se sucintamente afirmar que a área territorial do país tem suas origens nos modos pelos quais os povos indígenas, através do estabelecimento de relações comunitárias de produção, desenvolveram suas culturas. Dessa forma, o modo de se relacionar com a natureza das populações indígenas contém, simultânea e intrinsecamente, sua conservação e preservação. Trata-se de uma concepção de modo de vida que pressupõe muito mais a natureza como parte da vida, do que apenas a vida como parte da natureza, a natureza aparece como algo intrínseco ao indígena. Nele, portanto, não se separa a natureza da vida. (OLIVEIRA e FARIA, 2009, p. 3)

O violento processo de expropriação dos territórios indígenas e extermínio dessas populações no século XVI foi potencializado pelo regimento do governador geral Tomé de Souza em 1548, que dispunha sobre as diretrizes da empresa colonial. De acordo com Puntoni (1999), esse regimento dispunha sobre a organização das forças militares envolvidas na conquista e o controle dos domínios da Coroa com as atribuições específicas de realizar a segurança da colônia e do

³⁷⁷ Nos termos colocados por Novais (1969), a colonização se inseriu no processo de superação das barreiras que se antepuseram, no fim da Idade Média, ao desenvolvimento da economia mercantil e ao estabelecimento das camadas urbanas e burguesas na Europa. Ao mesmo tempo, a produção das fazendas na colônia, baseada na acumulação primitiva do capital a partir do tráfico de escravos e da apropriação de vastas extensões de terra, produziu as especificidades capitalistas da reprodução de relações não-capitalistas. Essas relações não-capitalistas, certamente, não se estabeleceram a partir de reproduções de relações feudais na colônia, mas justamente o oposto: era produto capitalista de sua expansão contraditória e da acumulação originária de capital que se baseia na sujeição e incorporação de práticas não-capitalistas para a reprodução capitalista. A condição da inserção da colônia no capitalismo foi então definida pelo escravo como renda capitalizada e sob a monopolização da terra como formas centrais das bases da formação territorial.

povoamento das novas terras. Além disso, tal regimento normatizava sobre as atribuições militares e de proteção da colônia, objetivando garantir o empreendimento econômico e a defesa do território colonial (no contexto de disputas entre as potências europeias que se desenhou no Atlântico Sul), o que era evidente pela garantia da fortificação das barras e dos portos de acesso às praças de comércio (PUNTONI, 1999). Contudo, uma das atribuições do governador, no que consta tal regimento, era que este deveria castigar as tribos rebeladas ou arredias, assim como impedir os distúrbios imanentes à violenta sociedade escravista em gestação (PUNTONI, 1999). O historiador ressaltou ainda que no bojo de tais perseguições, em 1569, se instituiu o *Alvará das armas* que tornava obrigatória aos homens livres a posse de armas de fogo e armas brancas, o que potencializava a violência direta contra os indígenas.

De certo, é fundamental retomar que o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena ao longo da história. Espaço e tempo do universo cultural das diversas nações indígenas foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital, conforme nos alertou Oliveira (2002).

O bandeirantismo teve papel importante nesse processo de gênese da formação territorial brasileira. Nos termos de Moraes (2011b), a mitologização da bandeira e do bandeirantismo consistia em exaltá-lo como movimento de formação colonial e nacional, valorizando sua impetuosidade de apropriação do território e sublimando a violência no extermínio e escravização dos povos indígenas. A bandeira aparecia como síntese da motivação expansionista fundante do Brasil. Assim, o processo de apropriação do território exprimiu-se em um tipo social específico, o bandeirante, ao qual corresponderia uma organização social também peculiar, a bandeira. Ao se conceber nessa transposição do processo (dominação territorial) ao tipo (ações dos bandeirantes) reafirmava-se até a atualidade as ações de grileiros e latifundiários como bandeirantes³⁷⁸.

³⁷⁸ A partir de dados levantados pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na última década, no Brasil, durante os oito anos do Governo Lula e os dois do Governo Dilma, foram assassinados 564 índios. No conflito entre fazendeiros-grileiros e kaiowas-guarani no Mato Grosso do Sul podia-se observar as estratégias do agrobandidismo brasileiro e a permanência de seu discurso bandeirante. O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (ACRISSUL) e da Frente Nacional da Pecuária (FENAPEC), Francisco Maia, ameaçou a população indígena em entrevista à *Folha de São Paulo* em 6 de junho de 2013: "Vai morrer mais gente (...) Vai ter mais sangue. Isso que aconteceu, de morrer um índio, pode ser pouco diante do que se anuncia. Estamos falando de um massacre iminente. Temos produtores que se recusam a sair de suas propriedades e estão armados". A ACRISUL realizou em Campo Grande no dia 07 de dezembro de 2014 o "Leilão da Resistência" evento cujos recursos foram destinados em "ações de combate às ocupações de terra

MAPA 25: Formação territorial e dinâmicas de expansão da fronteira no Brasil

Fonte: THÉRY; MELO (2009).

A partir do Mapa 25 pode-se observar os movimentos de expansão da empresa colonial a partir dos bandeirantes e o movimento da frente de expansão sobre o território colonial. As bases da formação territorial brasileira estão colocadas, pois é possível notar que as fronteiras do território brasileiro estão “desenhadas” nos

por indígenas” no Mato Grosso do Sul. O leilão arrecadou mais de R\$1 milhão e a verba arrecadada estava sendo empregada na formação de milícias, contratação de advogados, financiamento de campanha na mídia e compra de passagens para a ida de latifundiários à Brasília. Os deputados e senadores da bancada ruralista e o governador eleito do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja (PSDB), foram presenças entusiásticas do evento. Outros “leilões da resistência” estão marcados para ocorrerem no Pará, em Tocantins e no Rio Grande do Sul.

percursos realizados pelos bandeirantes que adentraram os sertões da América Portuguesa. Os objetivos dos bandeirantes podem ser identificados no mapa de Théry e Melo (2009) nas capturas de indígenas, na busca por minérios e nas expedições contratadas tanto para o aprisionamento e escravização indígena quanto para a procura de minerais metálicos, inúmeras vezes realizados em processos associados.

Assim, a colonização das “novas” terras, por meio da ocupação e da organização política da Coroa Portuguesa, começava se delinear a partir de dezembro de 1530 quando o Rei de Portugal Dom João III, ligado à dinastia burguesa de Avis, instituiu com a 3ª Carta Régia o regime sesmarial na colônia³⁷⁹. Em 1530, Martim Afonso de Souza recebeu três cartas régias: a primeira para tomar posse das terras que descobrisse em nome D’El Rey e para organizar o respectivo governo e a administração civil e militar; a segunda que lhe dava direito a exercer as funções de capitão-mor e governador das terras descobertas; e a terceira o nomeava “sesmeiro do rei”, que o autorizava a entregar terras legitimamente em sesmarias a quem desejasse e pudesse aproveitar. Nesse ínterim, a expedição de Martim Afonso de Sousa, que deixou Lisboa em 1531, distribuiu as primeiras sesmarias a colonos portugueses e o seu relatório a D. João III foi um documento fundamental para a implantação das capitanias hereditárias em terras brasileiras.

Portugal dividiu, entre 1534-1536, o território do Brasil em 15 possessões lineares – as capitanias - de 30 a 100 léguas de costa (cada légua tinha aproximadamente 6 quilômetros de extensão) que foram doadas a 12 donatários³⁸⁰.

³⁷⁹ Novais (1979) argumentou que a partir da instituição das donatarias se iniciavam na América portuguesa as concessões de terra. Os donatários, além da porção que se apropriavam, podiam e deviam ceder sesmarias em nome do rei. Essa política visava, especialmente, estimular a implantação da cultura canavieira e a instituição da manufatura do açúcar para o mercado europeu.

³⁸⁰ As capitanias, sua extensão e o respectivo donatário foram elencados por Andrade (2007, p. 43). Os lotes doados eram: 1) 1º do Maranhão com 50 léguas de costa doado ao navegador Aires da Cunha; 2) 2º do Maranhão com 75 léguas de costa doado a Fernandes Álvares de Andrade; 3) no Ceará com 40 léguas de costa doado ao fidalgo Antonio Cardoso de Barros; 4) no Rio Grande com 100 léguas de costa doado ao historiador e feitor da Casa da Índia João de Barros; 5) em Itamaracá com 30 léguas de costa a Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Souza; 6) em Nova Lusitânia ou Pernambuco doado a Duarte Coelho Pereira; 7) na Bahia de Todos os Santos com 50 léguas de costa doado a Francisco Pereira Coutinho; 8) em Ilhéus com 50 léguas de costa doado ao escrivão da Fazenda Jorge de Figueiredo Correia; 9) em Porto Seguro com 50 léguas de costa doado ao proprietário e navegador Pero do Campo Tourinho; 10) no Espírito Santo com 50 léguas de costa doado a Vasco Fernandes Coutinho; 11) em São Tomé ou Paraíba do Sul com 30 léguas de costa doado a Pero de Góes; 12) em São Vicente com dois lotes de 55 léguas de costa e 45 léguas de costa doadas a Martim Afonso de Sousa; 13) Santo Amaro com 10 léguas de costa, e entre os dois lotes de Martim Afonso de Sousa, doado também a Pero Lopes de Sousa; 14) Por fim, Santana com 40 léguas de costa, outra doação a Pero Lopes de Sousa.

Estes gozavam de poderes administrativos, legislativos e jurisdicionais, podendo conceder sesmarias (as concessões deveriam ser de 80% da capitania), fundar vilas, organizar a administração e desempenhar funções judiciais (ANDRADE, 2007; FREITAS *et. al.*, 2009). Essas capitanias eram particulares e hereditárias, pois pertenciam aos capitães-donatários e eram transmissíveis por herança aos sucessores legítimos (HOLANDA, [1936] 1995). Assim, nas sesmarias não havia a transferência do domínio das terras abandonadas não cultivadas a particulares, pois o sesmeiro não tinha o domínio da terra entregue a ele pela concessão da sesmaria. Cabia-lhe cultivar a terra e pagar o foro (a sexta parte dos frutos). Dessa forma, o Estado continuava controlando a terra, podendo, inclusive, revogar a sesmaria. Andrade (2007, p. 46-47, sem grifo no original) sistematizou as prerrogativas dos donatários

1. Julgar, no crime e no cível, os peões e homens livres, podendo condená-los até a morte natural, sem direito de apelação e, com relação as pessoas nobres, até dez anos de degredo ou cem cruzados de multa, ainda sem direito de apelação ou agravo. Essas pessoas de maior qualidade, poderiam ser condenadas à morte se cometessem heresia, sodomia, traição ou cunhagem de moeda falsa;
2. Construir vilas, no litoral ou no interior, de vez que cada uma tivesse um termo de, pelo menos, três léguas;
3. Nomear tabeliões;
4. Exercer todas as alcadias-mores com juro e direitos, foros e tributos;
5. Montar e autorizar que outros instalassem engenhos, moendas d'água e marinhas de sal;
6. *Separar para si porções de terras que tivessem dez léguas de costa, estendendo-se à vontade para o sertão, sem pagar nenhum tributo, além do dízimo da Ordem de Cristo;*
7. *Doar sesmarias a pessoas que fossem cristãs e tivessem condições de explorar as terras;*
8. Receber metade do dízimo do pescado pago pelo pescador;
9. Receber para si a redizima de todos os direitos que fossem pagos ao rei ou à Ordem de Cristo, assim como a vigésima parte do lucro líquido obtido pelo rei com a venda do pau-brasil que era monopólio da Coroa;
10. O direito de escravizar indígenas e até de exportá-los para Portugal, até o limite de 24 peças por ano;
11. O direito à sucessão hereditária pela ordem, beneficiando os descendentes, dentre os quais os homens tinham primazia sobre as mulheres e os legítimos sobre os ilegítimos;
12. O direito de responder por qualquer crime cometido perante a própria Corte e para onde seria chamado;
13. *Assumir o compromisso de defender a capitania e de mantê-la unida, ficando proibido de vendê-la, dividi-la ou doá-la a quem quer que fosse.*

As práticas de apropriação de territórios indígenas e de porções de terra maiores do que se poderia aproveitar foi prática recorrente no período de vigência das capitanias hereditárias.

Com o advento do Governo Geral em 1548, Tomé de Souza, o governador geral, passou a ter a prerrogativa de concessão de sesmarias. As sesmarias eram, a

partir de então, concedidas pelo Governador Geral. Segundo Marés (2003) e Nozoe (2006) não foram respeitadas as condições de concessão de sesmária de acordo com a capacidade produtiva do concessionário e muito menos o direito indígena sobre a terra, ou seja, foram reproduzidas as práticas realizadas pelos donatários. Marés (2003) verificou que os sesmeiros entregavam terras para si mesmo e seus próximos, familiares e amigos. Tomé de Souza, por exemplo, recebeu duas concessões de sesmária, verificando-se que a prática da grilagem se impunha como forma de apropriação de terras desde o século XVI – afinal, segundo a lei de sesmarias, não era permitida a concessão de mais de uma porção de terra para a mesma pessoa. Assim, enfatiza-se que,

Em 1565, portanto após sua substituição no governo geral, Tomé de Souza, que já detinha uma sesmária no rio Ipojuca com duas léguas pela costa e dez léguas para o sertão recebeu outra, com oito léguas de costa e cinco para o sertão na região do rio Real. (NOZOE, 2006, p. 592).

Pinto (2011) argumentou que as extensões das terras doadas pelas cartas de sesmária variavam desde o princípio da colonização. Analisando as doações de sesmarias no período colonial, havia dados de doações de gigantescas glebas de terra a uma só família. Pinto (2011), Motta (2012), Silva (2008) e Nozoe (2006), citando as análises de Felisbello Freire, mencionam as enormes extensões de terras doadas: “as concessões no norte abrangiam em geral uma maior extensão territorial do que no sul. Com exceção feita da donataria do Visconde de Asseca, as sesmarias no sul não excediam de três léguas, quando no norte, havemos as concessões de Garcia d’Ávila e seus parentes que se estendiam da Bahia até o Piauí” (FREIRE *apud* NOZOE, 2006, p. 592).

O preceito das Ordenações Filipinas de que não se dessem “maiores terras a huma pessoa que as que razoavelmente parecer (...) que poderão apoderar-se” (LIMA, 2002, p. 40), foi de certo sublimado ao longo do período colonial. Nas concessões de terras para a construção de engenhos e estabelecimentos semelhantes, verificou Lima (2002), que os pretendentes de concessões dessa natureza reclamavam terras o bastante para fazê-lo e ainda para a elevação de torres e fortificações necessárias a defesa contra o “gentio”. Foi essa uma estratégia importante de dominação de vastas áreas e para os sentidos econômicos da colonização que se iniciava. Fidalgos e homens de distinção recebiam do governador geral tratos enormes de terra, sesmarias que, depois, eram divididas

pelos concessionários, repartindo eles mesmos entre os povoadores, realizando eles mesmos concessões (ilegais) de sesmarias. Ou seja, mesmo que o regime de capitanias hereditárias tivesse instituído que o Governador Geral era o sesmeiro do rei, aquele responsável pelas doações, esses senhores de terra e escravos funcionavam eles próprios como “sesmeiros”. Nesse sentido, Marés (2003) entendeu que o termo sesmeiro apresentava uma virada semântica no sesmarialismo colonial, passando de autoridade pública responsável pela concessão de terras para titular de uma sesmaria.

Analisando o sesmarialismo colonial, Silva (2008) argumentou que neste podiam ser distinguidas duas fases: a primeira que foi até a última década do século XVII, na qual as características centrais eram a gratuidade e a condicionalidade da doação, na qual as Ordenações do Reino eram exclusivamente a legislação que dava o suporte jurídico para as doações; e a segunda fase a partir do final do século XVII (momento de descoberta de metais preciosos na colônia) na qual eram produzidas pela Coroa uma abundância de normatizações regulamentadoras e regimentais em forma de decreto, preceitos, forais, estatutos, resoluções, portarias, cartas-patente, cartas de lei, etc.

Na interpretação de Silva (2008) essas duas fases corresponderam em um sentido geral às formas como evoluíram as relações metrópole-colônia após a fase inicial da colonização: as possibilidades comerciais realizadas pela cana-de-açúcar, que demandavam grandes extensões de terra, fizeram com que a metrópole deliberadamente não realizasse uma fiscalização nas próprias exigências determinadas pelas obrigações sesmarias. Os agentes da Coroa usaram concessões reais para dividir o Brasil em vastas extensões de terra de 10, 20 e até 100 léguas quadradas (que correspondiam, respectivamente, a 36.000, 72.000 e 360.000 hectares, pois, uma légua quadrada equivalia a 3.600 hectares). Holston (2013) encontrou concessões ainda maiores em suas pesquisas. Todavia, a partir de meados do século XVII, e, sobretudo a partir de 1695³⁸¹, em face das dificuldades

³⁸¹ Segundo Mota (2012, p. 34) “as sesmarias eram concedidas, na América portuguesa, com cláusulas específicas para melhor direcionar o processo mercantil agroexportador, estabelecendo os limites da ocupação territorial, as formas e os meios de produção e os impostos devidos aos cofres públicos (consubstanciados como dízimo ao Mestrado de Cristo ou como foro cobrado pelo Estado a partir da Carta Régia de 27 de dezembro de 1695. Este foro foi reiterado pela Provisão de 20 de janeiro de 1699). Com uma carta de sesmaria em mãos, alguns súditos conseguiam reforçar o seu poder sobre seus adversários políticos frente à influência da elite local. Na prática cotidiana, esses sesmeiros não necessitavam da formalidade de um título para impor a coerção e a violência quando desejavam ampliar os seus domínios territoriais. Mas o prestígio social, advindo da propriedade de

financeiras do Reino, do adensamento da população colonial e da descoberta do ouro houve uma tentativa de retomada do processo de apropriação colonial da metrópole, já agora com a Coroa tendo que se defrontar com as questões de diversas formas de apropriação ilegal realizadas no período anterior.

A abundância de normatizações jurídicas, nos termos de Holston (2013), produziu uma confusão legal que se tornou uma estratégia de dominação da terra³⁸². A Coroa portuguesa adotou uma postura eminentemente burocrática e baseada em uma abordagem absolutamente formal para tratar da apropriação privada das terras da América Portuguesa, por meio de uma legislação, inicialmente transferida da metrópole e posteriormente editando leis para remediar a situação. Notava-se que o principal objetivo da Coroa não era resistir à apropriação privada da terra, nas chamadas “posses” (grilos, ressalta-se), mas sim tentar retomar o controle legal para si de suas terras, o que relaciona-se diretamente com o contexto histórico de descoberta de minerais metálicos e pedras preciosas na América Portuguesa. Durante o século XVIII foi produzido um conjunto enorme de ordenamentos jurídicos que em separado eram, nos termos de Holston (2013), razoavelmente claros e precisos, mas juntos produziam os mecanismos institucionais para a confirmação de enormes sesmarias ou para a manutenção de vastíssimas “posses”.

Segundo Lima (2002) e Secreto (2008), para os colonizadores era preferível assenhorar-se de um pedaço de terra e cultivá-lo do que recorrer ao rei, a fim de obter uma concessão sesmarial. Nesse sentido, os autores revelaram como estratégias econômicas da formação territorial brasileira se assentavam em práticas deliberadamente alheias às normatizações jurídicas produzidas no período. Secreto (2008) argumentou que mesmo os candidatos ao recebimento de sesmarias desejavam para si vastas extensões de terra. Seja na legalidade ou na ilegalidade jurídica, a forma de apropriação do território dos concessionários de terra, grileiros ou sesmeiros, se baseava em enormes fazendas. Nesse sentido, o lugar social de uma parte dos homens livres era de agregado ou de pequeno possessor, sujeito às

terras tituladas e escravos africanos ou indígenas, permitia-lhes ampliar exponencialmente seus poderes numa sociedade fortemente estratificada e regida pelo direito. As sesmarias funcionavam, portanto, como mecanismo de diferenciação social e manutenção do poder dos grandes proprietários rurais”.

³⁸² Lima (2002, p. 47) corrobora com tal interpretação: “Nos próprios quadros da época (...) a legislação e o processo das sesmarias se complicam, emaranham e confundem, sob a trama invencível da incongruência dos textos, da condição dos dispositivos, do defeituoso mecanismo das repartições e ofícios de governo, tudo reunido num amontoado constrangedor de dúvidas e tropeços”.

práticas violentas de grilagem no Brasil colonial. Ruy Cirne Lima sintetizou essa sanha de patrimonialização dos concessionários de terra:

As concessões de sesmarias, na maioria dos casos, restringiam-se, portanto, aos candidatos a latifúndios, que, afeitos ao poder, ou ávidos de domínios territoriais, jamais, no entanto, poderiam apoderar-se materialmente da terra que desejavam para si. (LIMA, 2002, p. 42).

Lima (2002) argumentou que a sesmaria se concretizava em imensas concessões de terra inacessíveis ao lavrador sem recursos, enquanto “*a posse ao menos nos seus primórdios*”, na pequena posse para a produção na terra, era criada pela necessidade. Na ausência de providências administrativas firmava-se o homem livre pobre na ocupação da terra para o trabalho, na reprodução de sua existência e de sua família e na consolidação de uma economia de excedentes. Entretanto, a pequena posse era asfixiada entre concessões sesmarias deliberadamente desordenadas, grilagem produzida nos meandros da burocracia colonial, relações de compadrio entre a justiça e os grileiros e produção voltada para o exclusivo colonial com a metrópole, no qual a mediação da violência permeiava todo o processo³⁸³. As afirmações de Lima (2002, p. 52) são esclarecedoras do momento, pois enquanto as sesmarias formavam as vultosas concessões de terra (“havia[m] [terras] de perder a Itália”), mais extensas ainda eram as “posses”, cujas divisas os “‘posseiros’ marcavam nas vertentes, ou onde bem lhes aprazia”.

As estratégias de apropriação ilegal no regime sesmarial foram vastas. **O uso do que contemporaneamente denominamos de "laranjas"** para a confirmação de sesmaria foi utilizado no período colonial (e reproduzida, obviamente, com alterações até os dias de hoje). É importante frisar, nas trilhas de Motta (2011) e Pinto (2011a), que a quantidade de terra doada estava associada ao prestígio e influência do peticionário que, alegando muitos cabedais, poderia receber uma área maior que a dos seus vizinhos e se valer de filhos, parentes e às vezes de agregados para a confirmação de sesmarias. Pinto (2011a) relatou o seguinte caso:

³⁸³ O uso da violência e os ajustes violentos não são esporádicos no processo de constituição da acumulação originária do capital, conforme explicitou Luxemburg ([1925] 1971; [1913] 1985). A violência é a mediação fundamental para a constituição das relações sociais que se produzem nos fundamentos do capitalismo. Analisando as relações sociais no campo brasileiro no século XIX, Franco (1997) entendeu como a violência é mediação fundamental das relações da vida cotidiana, se reproduzindo inclusive nas relações comunitárias de vizinhança, nas relações de cooperação e nas próprias disputas entre famílias. Durante o período colonial, as análises de Schwartz (1988) foram vigorosas ao frisar a mediação da violência realizada pelo empreendimento colonial, sobretudo nos engenhos de açúcar nordestinos e nas terras onde eram descobertos minerais metálicos passíveis de exportação para a metrópole.

O Coronel Ignácio Correia Pamplona que, em 1767, recebeu sete sesmarias nos sertões das nascentes do rio São Francisco, capitania de Minas Gerais, das quais duas foram de meia légua em quadra e cinco foram de três léguas de comprimento por uma de largo. Para burlar a legislação que só permitia uma doação, Pamplona requereu - e foi atendido - uma para si, cinco para seus filhos - alguns ainda crianças àquela data - e uma para seu genro. Na prática ele controlava todas as terras e, a essa altura, já era proprietário naquela região com, no mínimo, 67. 518 hectares de terra e, a essa altura, já era proprietário de duas sesmarias nas suas fazendas nos arredores da Vila de São José, Comarca do Rio da Morte. Em 1802, Pamplona conseguiu a confirmação régia de todas as doações do sertão, conforme se vê no Livro 31, fls. 76 a 78 verso, do Registro Geral de Mercês de D. Maria I. (PINTO, 2011, p. 30).

A grilagem de terra foi também realizada pela **associação entre uso da violência, extermínio e cooptação indígena e pela manutenção da integridade da propriedade a partir da instituição de morgadio**³⁸⁴. Nesse sentido, podia-se observar o poder de expansão do patrimônio territorial familiar da chamada Casa da Torre, que se estendeu da Bahia até o Piauí. Motta (2011), Bandeira (2002) e Pessoa (2003; 2007) recontaram esse processo de grilagem no Brasil colonial remontando a trajetória de vida de Garcia D'Ávila. O português chegou ao Brasil em 1519, juntamente com Tomé de Souza, que o nomeou "almoxarife dos mantimentos da cidade de Salvador". Seu enriquecimento adveio inicialmente da abertura de fazendas e criação de gado. Motta (2011) argumentou que em 1552 ele solicitou e recebeu a mercê de umas sesmarias de seis léguas em Tatuapara (Bahia), onde construiu uma Torre que deu o nome a sua *posse*. Posteriormente comprou oito léguas de Tomé de Souza (o grilo de Tomé de Souza, conforme analisou Nozoe (2006)) e era, ainda, senhor de terras em Itapuá, Jacuípe e Pojuca. Na segunda metade do XVI e início do XVII, Garcia expandiu seus currais ao norte de Salvador, tornando-se grande fornecedor de gado para a capital. Na expansão de seus domínios para o Sergipe, Pessoa (2007, p. 5-6) constatou as estratégias de apropriação de terras:

³⁸⁴ Segundo a análise de Motta (2011) sobre Rosa (1995), morgadio era um ato de regulamentação administrativo-jurídica de um patrimônio, no qual se transmitiam modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com o mundo dos antepassados, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos bens como a chefia da linhagem. Motta (2011) verificou a partir de Rosa (1995) também a relação entre propriedade e operacionalização de um passado como um elemento legitimador do direito à terra que consagrava, por sua vez, a indivisibilidade da propriedade e a escolha de um sucessor, em geral, o primogênito. Motta (2011), todavia frisou "que o sistema de morgadio estava assentado no usufruto, pois era isso que se transmitia, não a propriedade. Era a posse da terra ou os rendimentos fundiários que se configuravam como um indicador de distinção social e de sustentáculo de poder".

Garcia d'Ávila participou da conflituosa conquista de terras entre Sergipe e o São Francisco, na segunda metade dos quinhentos. A expansão dos seus currais chocou-se com as populações locais, que reagiram, levando a refregas entre 1550 e o início do século XVII. Desde os primeiros ensaios de conquista e colonização, duas posições grosso modo se alternavam: tentar ganhar os índios pela amizade ou combatê-los com vigor. Tais situações variavam de acordo com circunstâncias específicas. As distintas percepções das relações entre os colonos e os indígenas opunha os missionários católicos, os proprietários de terra e os representantes da Coroa.

Seus herdeiros e descendentes alargaram o patrimônio da Casa. Bandeira (2002) afirmou que por três séculos sucessivas gerações conquistaram os sertões, dominando, em um conjunto de doações de sesmarias cerca de 30 milhões de hectares de terras. Conforme enfatizaram Pessoa (2007) e Motta (2011) muitas dessas com extensão forjada, estabelecimento de “posses” e dizimação de povos indígenas. Eram assim “sesmarias” compreendendo áreas na Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí. Porém, um fato demonstrava a importância da apropriação de terras realizadas para a manutenção do poder colonial.

Em 1678, Isabel d'Ávila, sobrinha do Coronel, fugiu da Torre com Manuel Pais da Costa. Sua mãe, Catarina Fogaça e sua avó Leonor Pereira (irmã e mãe do Coronel) ordenaram a captura dos fugitivos. Acobertado por poderosos inimigos dos Ávila o casal conseguiu asilo no Convento dos Carmelitas de Salvador, onde contraiu núpcias. Abriu-se um rumoroso caso, que se arrastou por anos e que colocou os interesses mais particulares da Casa em choque com inimigos. Uma das situações mais delicadas era a da herança da jovem, que não interessava à família dividir; assim, as partes envolvidas disputaram judicialmente os bens. Acirrada demanda entre Pais da Costa e Catarina Fogaça se seguiu, culminando, em 1681, com a deserção de Isabel e seus descendentes e a instituição de um Morgado, em favor do Coronel Francisco Dias e sua esposa Leonor Pereira Marinho, irmã caçula de Isabel. Todos os bens da Casa da Torre foram vinculados ao casal, para que não fossem objeto de partilha futura. Observamos nesse incidente uma situação na qual a Casa, mesmo aspirando autonomia frente ao poder da Coroa, a ele recorreu quando se viu ameaçada por inimigos poderosos. Foram jogados vários lances judiciais, nos quais as autoridades locais influíram a favor de um dos dois lados (PESSOA, 2007, p. 8).

A manutenção do domínio das terras, dos escravos e dos bens era o objetivo da família. Segundo Motta (2011), naquele imenso território, os Garcia realizavam também uma dinâmica intensa de arrendamentos com quantidade substancial de agregados. A dominação realizada deveu-se a uma mescla de poder econômico associado à utilização das forças armadas para expulsões de eventuais posseiros

(pequenos camponeses, arrendatários e agregados), outros grileiros e de quilombolas e indígenas.

Nesse sentido, longe de leituras sobre as supostas características feudais ou semifeudais que seriam exemplificadas pela Casa da Torre (em GUIMARÃES [1963] 1989; VIANNA, 1987; BANDEIRA, 2002), compreendemos que esse enorme grilo afirmava a forma de colonização das áreas do assim chamado Novo Mundo, que guiava-se no sentido de se apropriar ilegalmente de terras propiciando a produção de produtos agrícolas que seriam drenados para a Europa Ocidental e promoveriam a acumulação originária de capital europeu, assentado nas relações sociais da sociedade escravocrata mediada pela renda capitalizada no escravo (MARTINS, [1979] 1996). Franco (1983) e Moraes (1994) argumentaram que o sistema colonial era parte construtiva da acumulação do capital realizada na Europa, visto que era fundamental conceber o desenvolvimento do capitalismo como mundial e investigar o engendramento de suas partes, das formas particulares que assumiram no movimento de diferenciação histórica das determinações capitalistas da acumulação. Ressaltamos que esse processo de produção de capital nas Américas e a realização da acumulação de capital na Europa podia ser definido como transferência territorial de renda fundiária, visto que a renda da terra transferida para Europa podia se metamorforsear em capital. Moraes (2011b) adotou também os pontos de vista de Franco (1983) (e expostos também em Moraes, 1994) para a crítica das teses feudalistas e semifeudais de produção nas Américas.

Assim, compreendemos que as economias coloniais obedeciam aos fluxos e às especializações exigidas pela metrópole, voltando-se prioritariamente para a montagem de unidades produtivas para atender às demandas metropolitanas. Esse processo não ocorreu sem resistências dos povos indígenas para a manutenção de seus modos comunitários de produção e dos escravos aquilombados e camponeses que se embrenhavam pelos sertões para a realização de uma economia de excedentes. Depreende-se também que não se verificava uma situação de feudalismo na colônia, pois a terra não pertencia às elites rurais coloniais, era sim de propriedade da Coroa Portuguesa. As terras concedidas, e também as griladas, voltavam-se, sobretudo, para o atendimento da produção capitalista na metrópole e definitivamente não faziam parte de outro modo de produção, mas essencialmente eram constitutivas do processo de produção de capital, que iniciava seu processo de criação de um mercado mundial, drenado pela metrópole portuguesa.

Silva (2008) argumentou que o caráter externo da acumulação de capital determinou uma das características internas da produção colonial: todo o crescimento do sistema, seja açucareiro seja da pecuária e posteriormente do café, se realizava por vastas apropriações de terra. Ou seja, a forma de domínio de terras do Brasil colonial se fazia articulada ao processo de acumulação do capital demandado pela Coroa portuguesa. Assim, o processo de formação territorial brasileira se articulava às demandas capitalistas das metrópoles europeias.

Outro fato importante para a instituição da grilagem no Brasil colonial envolveu **o poder político das famílias e as formas que as relações de parentesco exerceram para a reprodução de riqueza através do aparato jurídico**. Os cargos político-administrativos ficavam sob a responsabilidade dos chamados “homens bons”, e eram eles os principais articuladores para organizar expedições de aprisionamento de indígenas e para aqueles que ocupavam os cargos burocráticos que possibilitavam a aquisição das melhores terras (por meio de sesmarias ou na legalização das posses). Eram eles, também, os que tinham condições de exercer certos cargos administrativos que controlavam as finanças (FARIA, 2004). Nesse sentido, não é surpresa, de acordo com as considerações de Holston (2013), que tendo se apossado das melhores terras, as elites rurais trabalhassem durante o século XVIII não só para aumentar suas terras, mas também para dominar o sistema de distribuição de terras, evitando que outros a acessassem, mantendo seus grilos, legalizando-os e aumentando-os, sem dúvida, através de meios violentos. Essas elites agrárias dominavam a distribuição de terras se valendo da confusão legislativa a respeito das sesmarias e produzindo elas mesmas outras confusões. Os complexos meandros burocráticos instituíam uma espécie de regra: só os que já estivessem no poder poderiam manipulá-la.

Exemplificando essa dominação do poder jurídico das elites agrárias na colônia, Costa (1999) constatou que durante o século XVIII aproximadamente 1,7 mil brasileiros estudaram na Universidade de Coimbra. Assim,

(...) [as] elites proprietárias de terras mandavam seus filhos para a Universidade de Coimbra, em Portugal, para estudar direito, e eles voltavam para constituir o escalão superior das profissões políticas e jurídicas, tanto no Brasil pré como pós-Independência. Atuando como juízes, legisladores, políticos, administradores e chefes de Estado, essas elites comandavam as legislaturas, dominavam governos e tribunais locais, editavam leis para fomentar seus interesses, manipulavam regulamentações de herança, obtinham concessões adicionais de forma sub-reptícia usando parentes

distantes, arranjavam casamentos e invadiam terras devolutas ou disputadas. Resumindo, elas aprenderam como complicar o sistema jurídico em seu proveito. (HOLSTON, 2013, p. 166).

Ou seja, ainda no século XVIII, ocorreu a **utilização das leis para a realização de uma confusão jurídica que legitimava práticas de grilagem ao mesmo tempo que ocorreu o domínio de cargos no judiciário para a efetivação dos interesses das elites**. Holston (2013) afirmou que no período colonial o estatuto jurídico da ocupação de terras era eminentemente ambíguo, visto que as posses eram ilegais porque violavam o estipulado de que a terra só podia ser adquirida através de uma concessão real. Todavia, costumavam ser reconhecidas como legítimas as posses se estas fossem ativamente cultivadas por longo tempo com uma produção contínua e evidente. Assim, os posseiros-produtivos (grileiros), ou melhor, aqueles que grilavam com a certeza de que teriam por meio da justiça o atendimento de suas reivindicações, dispunham para si de certos “direitos consuetudinários” às avessas. Analisando os tribunais coloniais, Holston (2013) constatou que em geral estes determinavam que os direitos dos posseiros sobre terras cultivadas podiam ser legalizados se suas reivindicações fossem registradas e se os impostos fossem pagos em um período de tempo especificado. Essa decisão essencialmente convertia uma posse em uma sesmaria. Entretanto, Holston (2013) constatou também que para os posseiros de fato os custos com a legalização de suas posses eram proibitivos. Em consequência, uma decisão favorável tinha o efeito perverso de forçá-los a sair da terra (devido à impossibilidade de pagamento dos custos judiciais e dos impostos para o uso da terra); ou, em uma decisão negativa sobre a dominialidade da posse, os posseiros eram colocados em uma condição de ilegalidade sem ambiguidade. Por essa razão, os verdadeiros posseiros, e não os grileiros chamados de posseiros, raramente tentavam legalizar suas posses. Mas não foi somente de legalização de grilos inteiros (terras que nunca foram doadas em sesmaria e que são completamente legalizadas) que as elites coloniais se valiam da apropriação ilegal, pois aqueles que detinham sesmarias também poderiam ter suas concessões superestimadas e assim incorporar para seu domínio uma fração maior de terras.

Nesse sentido, se faz importante ressaltar que medir e demarcar sesmarias recebidas da Coroa portuguesa eram obrigações a serem cumpridas pelos sesmeiros, um ano após receberem suas cartas de sesmaria, expedidas pelas Secretarias de Governo das Capitanias. Dessa forma, Pinto (2011b) argumentou

que as **obrigatoriedades do cultivo, a confirmação e os procedimentos de medição/demarcação eram as três condições fundamentais para que o sesmeiro tivesse sua sesmaria plenamente legalizada**. Havia, entretanto, nessa última obrigatoriedade, um duplo de irregularidades, pois aqueles que recebiam sesmarias e desejavam se apossar de áreas maiores não realizavam o processo de medição/demarcação para não confirmarem a grilagem já realizada (ou seja, a apropriação de terras maiores do que aquelas concedidas em sesmaria). Entretanto, mesmo aqueles que demarcaram as terras não escapavam de irregularidades. Pinto (2011a; 2011b), Holston (2013) e Bontempi (1971), em análise sobre os procedimentos de medição e demarcação de terras do século XVI até pelo menos o final do século XVIII, observam que os sesmeiros tinham inúmeras vezes suas terras hiperflacionadas pela ausência de aparato técnico como bússolas e demais instrumentos de localização, pelas relações pessoais entre o concessionário da sesmaria e os medidores – também conhecidos como louvados (aqueles que de fato mediam e demarcavam a terra nos processos de medição para a realização dos Autos de medição e demarcação de sesmarias) e pela imprecisão na forma de medição com a anuência dos medidores.

Para a definição das demarcações, partia-se com as medições de um ponto escolhido do terreno onde se fixava o chamado marco do pião (ponto de referência no centro do terreno para a definição do tamanho da terra concedida). A escolha do local de fixação do marco do pião poderia gerar a apropriação de terras de vizinhos - proprietários e/ou posseiros - o que freqüentemente gerava conflitos e disputas fundiárias (PINTO, 2011b).

Segundo Pinto (2011b), as sesmarias eram definidas então pelo marco do pião e pelos marcos laterais, em decorrência do primeiro, fixados geralmente nos pontos cardeais. Os limites da terra concedida podiam ser demarcados com pedras, mas o mais comum era que fossem lavradas madeira de lei cuja durabilidade dificilmente passaria dos vinte anos. A possibilidade de apodrecerem e de serem mudadas de lugar era um fato gerador de indefinições e novas rodadas de conflitos. Bontempi (1971) relatou que as primeiras concessões de terra usavam disparos de flecha para a demarcação. Já Pinto (2011b) ressaltou que medidores de sesmaria do Brasil colonial demarcavam uma légua a partir do tempo que o fumo do cachimbo durava durante uma cavalgada. Motta (2012, p. 148) lembrou que analisando o processo de concessão de sesmarias e o processo de demarcação de terras

“mesmo que a determinação régia fosse cumprida, ela não era capaz de discriminar as terras doadas das ainda livres ou já concedidas a outrem”³⁸⁵.

Secreto e Mota (2011a) constataram que outra forma de tornar legal a ilegalidade era através da **doação de terras**. As autoras constataram que o ato de doar terras perdurou como uma estratégia utilizada pelas famílias da elite para garantir a manutenção do patrimônio rural. As escrituras de doações de terras tinham efeito de comprovação legal da posse. Uma posse “legitimamente titulada” significou, muitas vezes, a garantia da propriedade de terras em disputa. Durante o período colonial, era costume ceder toda ou parte da posse, jus ou domínio das ditas terras de determinado “senhor e possuidor” para erigir capelas ou servir de patrimônio às já existentes em nome de santos ou santas protetoras dos referidos doadores, os quais mandavam passar esses documentos de doação como se fossem escrituras públicas.

As doações de terras para ordens religiosas também era uma prática costumeira, principalmente nos casos em que não havia herdeiros legítimos. Nesse ato, muitas vezes irregular, guardava-se a memória das grandes famílias proprietárias, perpetuando assim o sistema de doações com um padrão de comportamento na sociedade colonial³⁸⁶ (SECRETO; MOTA, 2011a, p. 44).

Mas as doações não foram as únicas estratégias para a transmissão irregular das concessões de terra. Mota e Secreto (2011b) constataram que **a transmissão de patrimônio por meio da herança** foi outra forma de grilagem de terras.

A legislação colonial na América Portuguesa, em matéria hereditária, estabelecia um número substancial de restrições para a transmissão de propriedade. De acordo com as historiadoras, as Ordenações Filipinas (Livro IV) eram extremamente detalhistas ao definir como, quem e o que se podia testar, que parte do patrimônio podia ser testado, quais os herdeiros legítimos, etc. Todavia, os sesmeiros e/ou grileiros brasileiros produziram um conjunto de estratégias para a legalização de suas práticas, e as autoras, através de pesquisas empíricas realizadas relacionando o direito sucessório à transmissão irregular das

³⁸⁵ Nas concessões de sesmarias analisadas por Motta (2012), por exemplo na capitania de Maranhão e do Rio de Janeiro, se estabeleceu que os concessionários deveriam reservar em suas sesmarias caminhos públicos para acesso à fontes de água e de preservação de madeiras para a construção de naus, obrigatoriedade sistematicamente descumprida.

³⁸⁶ Mota e Secreto (2011b) esmiúçam a análise das doações para ordens religiosas na cidade do Rio de Janeiro, aprofundando os casos da doação da Fazenda da Barra de Guaratiba para a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a doação da Fazenda de Pedra de Guaratiba para os Carmelitas.

propriedades, comprovaram que mecanismos jurídicos como as doações, as meações, os dotes, as antecipações de heranças, possibilitaram a transmissão de patrimônio territorial. Revelaram também um **conjunto de estratégias matrimoniais entre as elites rurais, situações de endogamia social, processos de legitimação de filhos havidos em concubinato**, ou seja, brechas no sistema jurídico ultramarino que permitiram práticas de transmissão do patrimônio e manutenção das concessões de terra e dos grilos. Mota e Secreto (2011b) realizaram estudos de caso nas transmissões irregulares de terras por parte de famílias do Oeste Paulista e na capitania do Rio de Janeiro ao longo do século XIX.

Secreto e Motta (2011c) constataram também **práticas de grilagem de terra no acompanhamento do Juízo dos Feitos da Coroa e da Fazenda**. Para compreender esse mecanismo constatava-se que havia no Brasil um tribunal de apelação colonial, que era responsável por receber diversas formas de reclamações e garantir o patrimônio da Coroa portuguesa na colônia. O primeiro tribunal criado denominava-se Relação da Bahia (instalado em Salvador, naquele momento capital da colônia), em 7 de março de 1609. Este Tribunal era composto por dez desembargadores, sendo eles um juiz de chancelaria, três desembargadores de agravos e apelações, um ouvidor geral de causas cíveis, um juiz dos feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, um procurador dos feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, um promotor de justiça, um provedor dos defuntos e resíduos e dois desembargadores extravagantes (espécie de suplentes).

Cabral (2014) afirmou que a Relação da Bahia manteve-se como o único tribunal superior da colônia até 1751, quando foi criada a Relação do Rio de Janeiro. Passariam, então, as duas relações a dividir a jurisdição do Estado do Brasil, cabendo ao Rio de Janeiro todo o território ao sul da Bahia, compreendendo as comarcas do Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Rio das Mortes, Sabará, Rio das Velhas, Serro do Frio, Cuiabá, Goiás, Itacazes (Campos dos Goitacazes), Ilha de Santa Catarina, Paranaguá e Espírito Santo. A Relação do Rio de Janeiro foi transformada em Casa de Suplicação pelo alvará de 10 de maio de 1808, sua jurisdição passou a incluir também os agravos ordinários e as apelações do Pará, Maranhão, ilhas de Açores e Madeira, bem como os da Relação da Bahia, que até então eram remetidos para a Casa de Suplicação de Lisboa (CABRAL, 2014).

Para o acompanhamento das questões aqui propostas, cabe-nos observar mais especificamente o Juízo dos Feitos da Coroa e da Fazenda, que era uma

instituição composta por um juiz e por um procurador dos Feitos da Coroa. Segundo Secreto e Mota (2011c), cabia a esse Juiz defender a Coroa, a Fazenda e o Fisco e promover a “justiça” recebendo denúncias diversas, dentre elas denúncias sobre apropriação de terras. Secreto e Mota (2011c, p. 62-63, sem grifo no original) verificaram que em parte significativa dos documentos,

(...) os denunciante diziam, nos requerimentos que os terrenos haviam sido arrendados “mal e indevidamente sem ter autoridade ou domínio legítimo por ser o mesmo terreno pertencente ao Régio Patrimônio de V. Majestade que compreende todas as marinhãs em geral”, isto para o caso dos terrenos de marinha. Outro argumento era de que o próprio denunciante havia comprado o terreno em questão julgando que estava no patrimônio do vendedor quando, na verdade, as ditas terras pertenciam a Real Fazenda. *É interessante observar que, geralmente, fazia-se a denúncia de invasão de terrenos régios, que em muitos casos era o próprio denunciante que havia arrendado ao “intruso” e se solicitava de boa-fé, a graça de conceder Provisão ou Alvará de Mercê do mesmo terreno “à custa do poder e posse daquele intruso” e conforme determinava o Parágrafo 19 do Alvará de 23 de maio de 1775.*

Analisando casos no Rio de Janeiro as autoras encontraram a legalização de diversas apropriações de terras devolutas legitimadas pelo Juízo, cuja estratégia era apelar para essa instância jurídica e confirmar a apropriação ilegal. Como os custos para acessar a Justiça no período colonial era exorbitantes para posseiros, os processos de legitimação eram feitos, sobretudo para grileiros que se apossavam de terras.

Motta (2008; 2012) constatou que o poder praticado pelas elites revelava-se não somente através do domínio de terras realizado por vontades pessoais, mas fundamentalmente pelas relações de vínculos pessoais, como compadrio e clientela, que tinham tradições jurídicas ainda que informais e que atribuíam o arbítrio e a execução de sentenças sistematicamente favoráveis à uma estrutura concentradora de poder, materializado em domínio de terras e escravos.

Até 1822 o regime de concessão de terras no Brasil era fundamentado na concessão de sesmarias, seguido ou precedido do seu reconhecimento formal. O direito de propriedade recaía apenas sobre as benfeitorias. A ocupação da terra, todavia, estava fortemente circunscrita (MARTINS, [1979] 1996; 1997). Durante o período colonial brasileiro a terra não podia ser considerada como uma mercadoria, pelo contrário, era universalmente considerada como um recurso que se poderia explorar com exclusividade, mas não possuir e vender (GUIMARÃES, 2009; PIPES, 2001).

Sobre tal questão a análise de Martins (1980, p. 71) é fundamental, pois:

O regime de sesmarias era racialmente seletivo, contemplando os homens de condição e de sangue limpo, mais do que senhores de terras, senhores de escravos. A sesmaria não tinha os atributos da propriedade fundiária de hoje em nosso país. A efetiva ocupação da terra, com trabalho, constituía o requisito da apropriação, revertendo à Coroa o terreno que num certo prazo não fosse trabalhado. Num país em que a forma legítima de exploração do trabalho era a escravidão, e escravidão negra, os "bastardos", os que não tinham sangue limpo, os mestiços de brancos e índias, estavam destituídos do direito de herança, ao mesmo tempo em que excluídos da economia escravista. Foram esses os primeiros posseiros: eram obrigados a ocupar novos territórios porque não tinham lugar seguro e permanente nos territórios velhos. Eram os marginalizados da ordem escravista que, quando alcançados pelas fazendas e sesmarias dos brancos, transformavam-se em agregados para manter a sua posse enquanto conviesse ao fazendeiro, ou então iam para frente, abrir uma posse nova. A posse no regime de sesmarias tinha um cunho subversivo.

Martins (1980) argumentou ainda que até a extinção do regime de sesmarias, em 1822, a concessão real era o meio reconhecidamente legítimo de ocupação do território. A posse³⁸⁷, diferente da apropriação de extensas áreas, seja de sesmeiros titulados ou grileiros, era a forma que os homens livres e pobres tinham de sobreviver na ordem escravocrata e latifundiária do Brasil colonial. Lima (2002) também destacou que a forma de acesso dos pequenos lavradores à terra era através da posse. Essas posses também constituíram a forma de ocupação de

³⁸⁷ A constatação de Motta (2012) é bastante frutífera para a compreensão do termo *posse* no Brasil. Segundo a historiadora, os lavradores eram aqueles que não podiam se intitular sesmeiros, já que não haviam conseguido um documento de sesmarias (ressalta-se a racialização da concessão de sesmarias, de acordo com os argumentos de Martins (1980), para refletirmos sobre as barreiras sociais e limites daqueles que não obtinham o usufruto legal da terra). O termo *posseiro*, só existente na língua portuguesa falada no Brasil, começou a ser utilizado em meados do século XIX. A noção foi construída historicamente pela junção de dois fundamentos: a ação de tomar posse (presente em outras línguas latinas) e a referência às terras devolutas. Tal termo nasceu como um contraponto ao vocábulo *sesmeiro*, sendo *posseiro* o lavrador sem título, independente da extensão de suas terras (no Brasil até o século XIX). Fundamental ressaltar que durante o século XX (o que permaneceu no século XXI), o termo *posseiro* adquiriu uma politização classista identificado com a busca da reprodução das relações sociais e de produção do modo de vida camponês baseado no trabalho familiar e com o uso produtivo da terra. Os posseiros são verdadeiros protagonistas na luta pela terra de trabalho e se identificam com a migração histórica em busca da terra livre. Oliveira (2002) argumentou que esses posseiros negam o rumo da proletarianização e ocupam as áreas de fronteira para a manutenção de sua condição como camponeses. Suas terras ocupadas são alvos constantes de processos de grilagem, o que faz com que Oliveira (2002) argumente sobre a característica de migrantes e retirantes dos posseiros em busca da libertação da terra, de si e da família. Destaca-se, entretanto que em nenhum momento da história brasileira pode-se confundir posseiros e grileiros, esse processo de igualização desses sujeitos sociais é estratégia semântica, jurídica e ideológica, sobretudo, para a justificativa de mecanismos de grilagem ao longo da formação territorial brasileira.

escravos fugidos de adquirir liberdade e se apossar da terra: eram os quilombos, território negro livre no seio do latifúndio branco europeu (OLIVEIRA, 2002).

Oliveira e Faria (2009) argumentaram que, no período de vigência das sesmarias, as elites agrárias solidificaram em seu imaginário social que a abertura e ocupação de vastas extensões consistia no modo legítimo de obtenção do domínio sobre estas terras ocupadas ilegalmente. A prática da grilagem, portanto, apresentava sua gênese na colonização brasileira e se reproduziu de forma ainda mais incisiva a partir do século XIX através de legislações estatais. As sementes ideológicas da grilagem atravessam, assim, as regulações do direito e da vida privada, do período colonial à contemporaneidade.

A abundância relativa de terras e os objetivos da colonização determinaram a forma de adaptação de uma legislação concebida para a metrópole para ser aplicada à colônia e levaram ao estabelecimento de grandes unidades produtivas e grandes latifúndios improdutivos na forma de apropriação de vastas frações do território brasileiro. Apesar da cláusula explícita de cultivo – fornecer à administração colonial os poderes de retomar as terras incultas apropriadas –, a parte da legislação que coibia o latifúndio improdutivo nunca foi aplicada (SILVA, 1997). Mota (2012) compreendeu que, se no momento do requerimento das sesmarias, era exigido o cumprimento de um conjunto de normas, tais como a obrigatoriedade de medir, demarcar e cultivar as terras, com o desenvolvimento econômico da colônia a obrigação moral do cultivo foi perdendo cada vez mais a importância.

Para Mota (2012) o que se seguiu, na prática cotidiana, foi a alienabilidade dos domínios logo após as primeiras concessões. Mota (2012) sustentou que nesse período se construiu uma “mentalidade proprietária” por parte dos usufrutuários das sesmarias, o que de fato se confirmou juridicamente a partir de dois marcos: a Constituição de 1824 e a Lei de Terras de 1850. Durante o regime sesmarial, as elites concessionária e/ou grileiras desenvolveram a habilidade de usar a lei, o governo e a burocracia para criar “uma trama invencível” de regulamentação de terras (LIMA, 2002; HOLSTON, 2013). Esse “quiproquó” paralisou a adjudicação da Coroa dos conflitos de terra, permitindo de fato que as autoridades locais legislassem práticas ilegais para o seu interesse, de modo que a complicação legal não fosse apenas a estratégia de governo da metrópole e que se tornou uma verdadeira arma contra as imposições desse governo, além de uma maneira confiável de lesar seu patrimônio.

Ressalta-se que apesar de Martins (1980; 1998) enfatizar que o instrumento da expropriação de sesmarias teria ocorrido pela condicionalidade do cultivo de terras, pela confirmação e pela medição e demarcação das sesmarias ou mesmo pela concessão de mais de uma sesmaria, constatamos que os grileiros se utilizaram de um vasto arsenal de estratégias jurídicas, burocrática e de relações de compadrio para a legalização de um conjunto de apropriações ilegais de terra, conforme argumentou um conjunto de historiadores e sociólogos aqui citados. Silva (1997) e Motta (2012) afirmaram não ter encontrado quase nenhum retorno de terras para a Coroa portuguesa pelo não cumprimento das obrigações sesmarias durante o período colonial e Holston (2013) seguiu mesma trilha em suas análises. A utilização de "laranjas", os usos dos instrumentos jurídicos, as doações de terra, as formas de transmissão de patrimônio, as relações de compadrio entre o poder judiciário e sesmeiros e grileiros e as formas de inflacionamento das terras de sesmarias foram estratégias de grilagem que ocorreram abundantemente durante todo o período colonial, devido a certeza de que não seriam expropriados dos "seus" domínios.

Ressalta-se que a desapropriação de terra não era um instrumento que de fato existia naquele momento, o que existia era a expropriação daqueles que não cumprissem as condicionalidades da concessão. Conforme veremos, o instrumento jurídico da desapropriação foi produzido no bojo da instituição da propriedade privada absoluta da terra, e serviu para revelar a forma de proteção da propriedade privada. No período colonial, a expropriação era de fato o instrumento legal para impelir o concessionário de terra a produzir nela, pois como a terra não era uma mercadoria e não pertencia à quem recebia a concessão, aquele que teoricamente não produzisse na terra deveria devolvê-la à Coroa, que a entregaria à outro que quisesse nela produzir. Todavia, quando a propriedade capitalista foi institucionalizada, a expropriação não foi a forma jurídica adequada para a absolutização da propriedade que acabou criada. Surgiu em substituição a desapropriação capitalista da terra, forma real e par dialético da propriedade privada capitalista da terra.

Dessa forma, a partir de processos de grilagem constituídos ao longo do período colonial e base da formação territorial colonial brasileira, a Constituição Imperial de 1824 protegeu essas propriedades instituindo que a única forma de se contestá-la, e em apenas em casos bastante específicos, conforme veremos, era

através da desapropriação. Assim, se produz uma relação dialética entre a formação da propriedade privada capitalista da terra e a desapropriação capitalista da terra, que foram sintetizados na grilagem como base central da formação territorial brasileira. Nesse sentido, a legalização e legitimação das grilagens ocorridas no Brasil colonial era condição para a constituição da classe de proprietários de terra que fundamentalmente tinha a certeza de que acumulariam com a terra, mantendo-a como reserva patrimonial e/ou como reserva de valor, visto que mesmo sendo improdutivos, o pagamento da renda da terra seria garantido pelo Estado através do recebimento de prévias indenizações no caso de processo de desapropriação.

Desdobraremos essas questões ao longo dos subitens posteriores. Por hora vamos observar a gênese e os fundamentos dos imbricamentos entre o surgimento da propriedade privada, do instrumento da desapropriação de terras e da legalização e legitimação da propriedade privada no século XIX. Essa verdadeira *tríade rentista à brasileira* se reproduziu com especificidades ao longo da história territorial na constituição do Estado-nação e na incorporação capitalista de terra em um movimento eficaz de expansão da fronteira e de reprodução constitutiva de relações não-capitalistas de produção no processo de produção e reprodução do capital no Brasil.

Para concluir este tema é fundamental estabelecer uma ressalva. Entendemos que não foi a “herança colonial” que determinou toda a forma de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. Os Estados nacionais latino-americanos tiveram a possibilidade de romper com o passado e criar legislações modernas em seus processos de emancipação política. E de fato o fizeram: suas Constituições são exemplo de modernidade, o que não quer dizer que dessa modernidade tenha decorrido a democratização do acesso à terra, conforme observaram Nakatani *et al.*, (2012) e Secreto (2008). Os processos de legalização de grilagem foram articulados com as formas modernas de garantia da propriedade privada absoluta da terra e com a instituição da desapropriação capitalista da terra como mecanismo complementar de tal inviolabilidade e absolutização. Diversos autores responsabilizaram o latifúndio colonial pela sua persistência no período posterior (GUIMARÃES, [1963] 1989; HOLANDA, [1936] 1995; VIANA (1987)), mas concordamos com Lígia Osório Silva ao afirmar que: “a existência do latifúndio e da grande exploração agrícola não constituiriam sobrevivências do passado, mas foram continuamente recriados durante o século XIX” (SILVA, 2008) e posteriormente.

Para reforçarmos esse argumento, que foi retomado também por Silva e Secreto (1999), podemos lembrar que na segunda metade do século XIX só tinha passado ao domínio privado uma parte das terras públicas, e, portanto ainda grande parte do território seria efetivamente incorporado nos séculos XX e XXI. A constituição da propriedade privada capitalista foi produzida por Constituição, leis, decretos e normas no século XIX, produzindo a modernidade e reproduzindo de modo combinado e articulado relações arcaicas. Ou seja, também no âmbito jurídico se articularam as relações entre modernidade e atraso realçadas por José de Souza Martins em *O poder do atraso* (1994). Partamos para o entendimento mais esmiuçado desse processo.

4.2. CONSTITUIÇÃO DE 1824, OS FUNDAMENTOS DA PROPRIEDADE ABSOLUTA E A LEI DE TERRAS DE 1850, A PRIMEIRA LEGALIZAÇÃO DA GRILAGEM DE TERRAS NO BRASIL (TERRA COMO RESERVA DE VALOR E RESERVA PATRIMONIAL)

4.2.1. Propriedade privada capitalista e a desapropriação capitalista da terra: gênese e fundamentos no século XIX

Para a compreensão da instituição dos marcos jurídicos realizados pelo Estado capitalista para a consolidação da terra como reserva de valor e reserva patrimonial deve-se realizar a distinção entre posse e propriedade.

A posse é uma relação de fato entre o homem e a terra, e a propriedade uma relação jurídica criada pelo direito capitalista para garantir, à distância, e via titulação, o domínio sobre a terra (MARÉS, 2003; BALDEZ, 2000; FACHIN, 1988; TRECCANI, 2001). Baldez (2000) ressaltou que o conceito de propriedade privada foi elaborado meticulosamente atribuindo-se à propriedade as características definidoras da posse: o uso, a fruição e a disponibilidade da terra, de tal forma que os elementos fundantes da posse são absorvidos pelo conceito jurídico e abstrato da propriedade. Assim, os juristas articulados aos interesses dos burgueses e dos senhores de terra identificam na propriedade os elementos constitutivos da posse, transformando juridicamente a posse em não mais uma relação constitutiva e intrínseca do homem com seu exterior (no campo, a relação do posseiro com a

terra), mas ao contrário, um mero atributo da propriedade³⁸⁸ (MARÉS, 2003; 2010; BALDEZ, 2000; FACCHIN, 1988). Destaca-se que Marx ([1897] 1985c) argumentou que o proprietário de terras desempenha um papel de pressão capitalista no processo de produção, já que a propriedade privada é um pressuposto e uma condição da produção capitalista e aparece como personificação de uma das condições fundamentais de produção.

Esse processo foi levado a cabo, principalmente pelo Estado, a partir da Revolução Francesa, teoricamente construída para a garantia da igualdade, da liberdade e da propriedade privada (COSTA, 1990). Em outras palavras, a constituição do Estado moderno fundamentou-se na garantia da propriedade privada, sendo a liberdade garantida apenas aos homens livres que podiam ser proprietários e transferir livremente a propriedade. Já a igualdade foi estabelecida na relação entre homens livres sendo o contrato, ou seja, o estabelecimento da igualdade jurídica (escamoteadora da desigualdade econômica), o elemento socialmente válido na regulação jurídica da sociedade capitalista. As noções paradigmáticas de liberdade e igualdade têm sido fundamentais para a existência da propriedade³⁸⁹. Entretanto, no Brasil, esse processo não se realizou à essa maneira. Chegaremos a essa questão em breve.

Em *Teoria simplificada da posse*, Von Ilhering, conjuntamente a Savigny³⁹⁰ em *Tratado da posse*, de 1803, se tornaram os principais teóricos da propriedade

³⁸⁸ Marx ([1842] 1979) afirmou que, para a titulação da propriedade privada, os latifundiários se utilizaram de transformações ilegítimas de “posses” em propriedade se valendo do argumento jurídico do costume. A lei produz apenas concessões acidentais para os camponeses, que de fato tem o direito e o costume. Moura (2000) afirmou que as legislações fundiárias, ao transformarem o “costume” ilegítimo da grande “posse” adquirida através de mecanismos fraudulentos em propriedade, no processo de titulação, produzem litígio, expropriação e transformaram agregados e situantes em posseiros sem-terra. Na argumentação de Marx “no que diz respeito à lei civil, as legislações mais liberais se limitavam a formular e a elevar à um patamar universal direitos que já tinham existência. Onde não encontraram quaisquer direitos também nada criaram. Aboliram costumes particulares, e assim fazendo esqueceram que enquanto a violação de direitos tomou a forma de pretensões arbitrárias, o direito dos que não tinham propriedade configurou-se na forma de concessões acidentais. Este curso de ação era correto com relação àqueles que além do direito gozavam do costume, mais incorreto em relação àqueles que além do direito tinham somente costumes, sem ter direitos. Justo porque essas legislações converteram pressões arbitrárias em reivindicações legais, já que se algum conteúdo racional de direito se acreditava existir em tais pretensões, deveriam também ter convertido concessões acidentais em concessões necessárias” (MARX, [1842] 1979 *apud* MOURA, 2000, p. 143).

³⁸⁹ Um desdobramento dessas discussões sobre a Revolução Francesa e as questões da liberdade, igualdade e propriedade se encontra em Costa (1990), Adorno (1990) e Coggiola (1990).

³⁹⁰ De acordo com Stiehler (2012), Savigny argumentou que a origem da posse decorreu de uma situação fática que, ao ser protegida pelo Direito, acaba por se transformar em um direito. Nas interpretações de Stiehler (2012) sobre Savigny é fundamental que se compreenda a posse, a partir

em seu entendimento e adoção nos códigos civis modernos. Em seu trabalho, Von Ihering aproximou os conceitos de posse e propriedade da terra, com a finalidade explícita de legitimar o domínio de uma classe sobre a terra (SECRETO, 2008). Ihering se opôs à algumas concepções de Savigny, sobretudo, acerca do conceito de *corpus*. Para Ihering não havia a necessidade do poder de fato sobre a coisa para a ocorrência do elemento objetivo. Assim, para o jurista alemão era necessário compreender que: posse era *ter* a coisa em si e propriedade era o *direito sobre a coisa*. Nesse sentido, é possível ter a propriedade e não a coisa, e ter a coisa e não ser o proprietário (STIEHLER, 2012; SECRETO, 2008).

Quando Ihering caracterizou a propriedade de terras essa aparente diferença se desfez, pois segundo o jurista a posse era a exteriorização da propriedade, sua parte visível. O possuidor age em nome da coisa como se fosse o proprietário. Ao vislumbrar a posse, presumia-se a propriedade. Nesse sentido, introduzia o argumento da “posse indireta”, para justificar uma classe proprietária absenteísta que evidentemente não estava na propriedade, ou não tinha toda a extensão de terras em mãos, visto que essa se encontrava sob a posse de camponeses (SECRETO, 2008).

Baldez (2000) constatou que, durante o século XIX e baseado na inspiração formal dos princípios do Direito Romano, o Direito capitalista construiu um aparato jurídico de proteção da posse, o que significava a subsunção da posse à propriedade, ao direito à propriedade. Realizava-se um cercamento da posse, pois ao se igualar jurídica e formalmente posse e propriedade, protegia-se de forma absoluta a propriedade privada³⁹¹. Baldez (2000) destacou ainda que quando Ihering fora questionado se na proteção da posse não se estaria protegendo o

da constituição de dois elementos: o elemento objetivo (*corpus*), ou seja, a apreensão física direta da coisa, dentro da esfera de seu poder; e também o elemento subjetivo (*animus domini*), ou seja, vontade de ter a coisa como sua. Compreende-se na Teoria Geral do Direito que Savigny distingue a mera detenção da posse efetiva, por considerar a primeira como mera existência do elemento objetivo. Segundo a argumentação de Savigny, a ausência de um dos elementos citados – *corpus* ou *animus domini* - acarretou a inexistência de posse, respectivamente, pela ausência de relação de fato entre a pessoa e a coisa, ou pela caracterização de mera detenção sobre a coisa.

³⁹¹ Ao analisar a formação da propriedade privada na Inglaterra e na Irlanda, Marx ([1853] 1979a) argumentou sobre a rapina no processo de titulação de terras britânicas e contatou que os advogados cumpriram um papel servil (e fundamental) nessa formação, pois “se alguma vez foi certo que qualquer propriedade é rapina, isto é literalmente correto no que tange à propriedade da aristocracia britânica. Rapina de propriedade eclesiástica, rapina de terras comunais, transformações fraudulentas de propriedade, acompanhada de assassinatos, de [transformação] de propriedade feudal e patriarcal em propriedade privada: tais são os títulos de propriedade dos aristocratas britânicos. E que serviços cumpriu neste último processo uma classe servil de advogados (...) em cada ato e cada ato lei (...) em qualquer dos casos analisados interpretado era hostil ao povo” (MARX, [1853] 1979, p. 81).

ladrão, o jurista respondeu que melhor seria proteger a posse do ladrão do que correr o risco de perder a propriedade. Isto é, protegendo a “posse” (igualada à propriedade), protegia-se indissociavelmente o usurpador (aquele que conseguia legalizar e legitimar a propriedade a partir de apropriações ilegais - o grileiro) e garantia-se a propriedade privada capitalista da terra. Na produção do aparato legal, o Estado capitalista buscava generalizar e universalizar direitos subjetivos e obrigações, as relações contratuais e a propriedade, submetendo os sujeitos ao sistema proposto pelo poder de classe, sendo sujeito de direito somente aquele que era reconhecido pela ordem jurídica como tal (BALDEZ, 2000).

Assim, na legislação brasileira do século XIX, posse e propriedade irão confundir-se intencionalmente e esta aparente confusão relaciona-se intrinsecamente com a própria teorização sobre a propriedade privada, incluindo a da terra. Secreto (2008) enfatizou que esse argumento era fundamental na história fundiária, sobretudo para a compreensão da formação territorial brasileira e para a compreensão da história territorial da grilagem de terra como elemento central para o entendimento da formação da propriedade privada no Brasil³⁹².

A exclusão jurídica capitalista do camponês do acesso à terra realizou-se, nesse sentido, através de uma “positivação excludente” (FARIA, 2004), traduzida em uma legislação que tutelava os interesses das elites agrárias, mas também, na atuação de um poder judiciário impregnado da ideologia liberal que tinha como características a individualização do direito, a premência do direito privado sobre os interesses da coletividade. Estas práticas foram instituídas na instrumentalização do processo judicial, ao qual lhe cabia a exclusividade, por conta da jurisdição. O Poder Judiciário se comportava como representante soberano e ativo da lei, com a missão de assegurar a “paz social”, por intermédio da jurisdição da qual era titular, e garantir os interesses da classe proprietária de terra que dominava o aparato estatal (HOLSTON, 2013; JONES, 1997).

No Brasil, o processo de independência e a crise do regime escravocrata produziram preocupações dos proprietários de terra frente às questões relacionadas à consolidação da propriedade privada absoluta, à garantia dos fundos territoriais para possíveis apropriações e desenvolvimento econômico de seus interesses de

³⁹² Ressaltava-se, inclusive, baseado na argumentação de Secreto (2008), que atualmente, quando camponeses ocupavam terras, o titular dessa terra recorria à justiça com uma ação de restituição de posse baseada nesse argumento oitocentista de “posse indireta”.

classe e à manutenção das apropriações realizadas baseadas em mecanismos de grilagem no período colonial, que analisamos no item anterior.

A Constituição de 1824 instituiu em um só processo a propriedade privada absoluta, estabelecendo o primeiro elemento para a constituição da propriedade privada da terra e simultaneamente a desapropriação capitalista da terra que, para ser realizada, necessitava de pagamento prévio, ou seja, de uma indenização. A Constituição Imperial não normatizava administrativamente a regulamentação da aquisição da propriedade, todavia estabelecia juridicamente o arcabouço concreto de presunção jurídica para aqueles que já detivessem propriedade (por exemplo, a proteção à propriedade privada dos cativos³⁹³ e, de certa forma, a proteção aos que já detinham concessões legitimadas durante o período sesmarial, pois a mentalidade proprietária já se encaminhava para a consolidação desse “direito”). O estabelecimento de uma garantia absoluta da propriedade, produzida na ausência de regulamentação, reproduzia a grilagem como forma *per se* de aquisição de terras entre 1824 e 1850.

Assim, a partir da combinação entre a Constituição Federal de 1824 e da Lei de Terras em 1850 foram estruturados os processos de legalização e legitimação da grilagem de terras realizadas no período colonial, instituindo um novo conjunto de aparentes “confusões jurídicas” que propiciaram novas estratégias de apropriação ilegal da terra, conseqüentemente reproduzindo uma “coexistência estabilizada” (SCHWARZ, 2012), mediada pelo Estado imperial, entre a formação da propriedade privada e a grilagem de terra. Os efeitos desse processo foram a violência contra os camponeses-posseiros, indígenas e as constantes tentativas de expropriação.

A grilagem reafirmava-se, era um traço característico e constitutivo da formação da propriedade privada da terra no Brasil. Compreendê-la pelo enfoque da Geografia Agrária suscita identificar os fundamentos articulados entre as questões econômicas e agrárias a partir do método marxiano (materialista dialético) do movimento progressivo-regressivo, mirando a colonização e a política de sesmaria como base da grilagem (que permanece como traço constitutivo da concentração

³⁹³ Grinberg (2006), ao analisar os processos de reescravização (anulação de alforrias de escravos) na corte de apelação do Rio de Janeiro durante o século XIX, entendeu que o argumento jurídico mais citado era justamente o artigo 179 que protegia “o direito de propriedade em toda a sua plenitude”. Em qualquer derrota da tese de reescravização e vitória dos alforriados as intervenções eram ríspidas, pois a propriedade era considerada princípio inviolável e regulador das relações sociais.

fundiária brasileira) e o contexto social da legalização dessa estratégia no contexto do Brasil Imperial para a compreensão da permanência e reprodução dessas práticas ao longo dos séculos XX e XXI.

Novais (1977; 1984) analisou a independência brasileira como um momento de um longo processo de ruptura que envolveu a desagregação do sistema colonial e a montagem do Estado Nacional. Assim, analisar o curso da história envolve simultaneamente a continuidade (no nível dos eventos) e as rupturas (no nível das estruturas).

As importadas ideias liberais de liberdade, igualdade e propriedade privada não encontrariam uma estrutura socioeconômica correspondente no Brasil (COSTA, 1977; SCHWARZ, 2012). Seu sentido seria limitado: enquanto na Europa serviam para uma burguesia vigorosa, ligada ao desenvolvimento da manufatura e da indústria, em luta contra uma aristocracia em crise, no Brasil elas iriam ser defendidas pela aristocracia rural que se coadunava com o Estado. Uma estrutura econômica e social fundamentalmente agrária e escravista não possibilitou o surgimento de uma burguesia de tipo europeu (COSTA, 1977). O liberalismo no Brasil não significou a liquidação dos laços coloniais. Assim, não se pretendeu reformar a estrutura colonial de produção, pois não se tratava de mudar a estrutura da sociedade, mas de se modificar quem se apropriou do Estado e de seu aparato. Nesse sentido, procurou-se imediatamente após a emancipação política garantir a permanência da propriedade escrava, a manutenção dos fundos territoriais e instituir a propriedade privada absoluta, e posteriormente realizar sua regulamentação, para a manutenção da apropriação privada das terras realizadas durante o período colonial.

Assim, o nascente Estado brasileiro não atravessou processos de fragmentação à semelhança do que ocorreu no desenrolar de independência da América Espanhola. As elites brasileiras, fundamentalmente regionalizadas, pactuaram simultaneamente duas formas de manutenção de seu poder: a continuação da utilização do trabalho escravo como motor da produção e das relações sociais e simultaneamente a regulação da propriedade privada, garantida como absoluta e, posteriormente, institucionalizada como mercadoria - ou seja, a permanência de fundos territoriais a serem apropriados privadamente. Essa forma de ruptura incompleta à brasileira (NAKATANI *et al.*, 2012) vai consolidar a grilagem como um dos elementos de constituição do Estado nacional, forma mantida do

sistema colonial. A intocabilidade da propriedade produziu uma forma associada de garantia dessa absolutização de apropriação e monopolização de terras: a desapropriação capitalista da terra, que deveria ser paga de forma prévia.

A concepção de propriedade presente no texto da Constituição Imperial de 1824 revelava a instituição da propriedade privada e uma das formas centrais de consolidação capitalista que se materializava na desapropriação capitalista. Esta concepção de propriedade privada fundava-se nesse momento com a noção de um direito abstrato de caráter perpétuo, usufruído independentemente do exercício desse direito, sem possibilidade de perda pelo não-uso ou improdutividade (MARES, 2003; FACHIN, 1997; BERCOVICI, 2014). A temática incluída no Título 8º - “Das disposições gerais, e das garantias dos direitos civis, e políticos dos cidadãos brasileiros” -, em perspectiva liberal e simultaneamente oligárquica, dispunha:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte. (...)

XXII – É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público legalmente verificado exigir o uso e emprego da Propriedade do Cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. *A Lei marcará os casos em que terá que lograr esta única exceção, e dará as regras para se determinar a indenização.* (BRASIL, 1824, p. 27, sem grifo no original)

Tal concepção dialogava com o artigo 17 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que afirmava a propriedade como direito inviolável:

Art. 17. Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, *a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização.* (FRANÇA, 1789, sem grifo no original).

Pode-se verificar um diálogo com o Código Napoleônico, especialmente no artigo 544 daquela lei civil que era, segundo Marés (2010, p. 183), a primeira a dar estrutura jurídica ao capitalismo, em que se observava o preceito: “a propriedade é o direito de fazer e de dispor das coisas do modo mais absoluto, contanto que delas não se faça uso proibido pelas leis ou pelos regulamentos”.

Analizando o texto da Carta Imperial verificava-se que, garantida a propriedade em toda sua plenitude, instituía-se na propriedade em si a efetivação de seu caráter absoluto, oponível e excludente dos interesses e individuais alheios, conforme argumentou Marés (2003). O autor observou também que a plenitude de um direito significava a plenitude de seu exercício e que nenhum limite se imporia a

ele. A propriedade descrita na Constituição Imperial era privada e individual, a pública era exceção. No conceito geral se firmava a constatação peremptória de que o proprietário podia tudo em relação ao bem que possuía, pois bastando a presunção da liberdade contratual, os acordos valiam mesmo que o uso do bem seja destrutivo (MARÉS, 2003). Constatava-se que a primeira Constituição brasileira fundava o Estado nacional e era influenciada moderadamente pelos ideais revolucionários de 1789. Na análise sobre a questão da propriedade privada notava-se claramente essa influência. D. Pedro I outorgou a Constituição depois da dissolução da Assembleia Constituinte convocada em 1822. A carta outorgada conservou as linhas mestras do projeto constituinte, porém aparou as arestas consideradas radicais com vistas a conciliar o modelo liberal de exercício do poder político com a natureza patrimonial das instituições herdadas da administração colonial (PILATTI, 2013; SCHWARZ, 2012).

Marés (2003) afirmou que a nova concepção individualista do Direito, instituída pela Carta de 1824, enfatizava entre os poderes do proprietário o de não usar a terra, deixá-la improdutiva ou usá-la até o ponto de destruição do que antes nela existia. Assim,

Usar ou não usar a terra, fazê-la produzir ou deixá-la medrar para um futuro, dependia exclusivamente da vontade do proprietário, cuja única exceção era a possibilidade de desapropriação pelo Estado, para que viesse a ter um uso público. Como estava vedado ao Estado intervir na propriedade, porque era direito do proprietário deixá-la sem uso, o conceito de sesmaria, transferência gratuita e compulsória a terceiros que a quisesse fazer produzir, não cabia mais no Direito. O conceito era demasiado generoso para a limitada ideia capitalista. (MARÉS, 2003, p. 64).

Nesse sentido, caso o Estado necessitasse da propriedade, mesmo que abandonada ou improdutiva, deveria indenizar o proprietário. Ressaltou-se que enquanto a propriedade pública necessitava de um uso, de um emprego e destinação, a propriedade privada era independente, patrimônio disponível, intocável, ao arbítrio do proprietário em sua plenitude. Assim, observava-se que a constituição de uma classe de proprietários titulados (e também supostamente legitimados) e legalizados (com todas as garantias legais de uso da propriedade em sua plenitude), tornava-se premente.

Entretanto, entre 1822 e 1850, quando da promulgação da Lei de Terras, não se constituiu nenhuma legislação agrária que regulasse a ocupação de terras, tendo apenas os sesmeiros com sesmaria confirmada certa garantia de sua propriedade

absoluta. No final do período colonial e pós-Independência, a concessão de lotes, característica da política de terras coloniais, havia sido formalmente suspensa pela Resolução nº 76 do Reino de Consulta da Mesa do Desembargo do Paço de 17 de julho de 1822. Dessa forma, até 1850, quando a Lei de Terras foi decretada, a ocupação (posse e grilagem) tornou-se a forma primordial de obter terras (com exceção feita da compra e da herança). O desbravamento e a ocupação de novas áreas, pequenas e, sobretudo grandes, foram realizados, sem um instrumento jurídico que regularizasse a ocupação, o que de certo tornava os “pequenos posseiros” e os indígenas suscetíveis à mais violência e novas rodadas de expropriação.

4.2.2. Esbulhos dos aldeamentos indígenas e conflitos contra posseiros

Motta (1998; 2008) observou, a partir dos Relatórios de Presidentes de Província, um enorme conjunto de denúncias de novas invasões de propriedade e de terras devolutas, gerando dúvidas sobre a titularidade de pretensos proprietários entre 1822 e 1850, o que na interpretação da autora “consagrou uma história pretérita”.

Por exemplo, ao longo de década de 1830, acusações relativas às ocupações ilegais das terras indígenas culminariam em um discurso de desaparecimento dos índios, como se o fim de *parte* das comunidades não fosse o resultado trágico daqueles procedimentos. Carneiro da Cunha (2012), analisando a política indigenista do século XIX, afirmou que ocorreu um processo simultâneo nesse período: houve uma expansão das fronteiras do Império alargando territórios transitáveis e apropriáveis e uma restrição do acesso à terra nas regiões de povoamento mais antigo. Nesse contexto, os indígenas estavam em uma posição central, visto que as terras que ocupavam era território de interesse para a expansão desses dois vetores. No processo, os indígenas precisavam ser *legalmente* esbulhados. Para tanto, foram utilizados alguns argumentos, por exemplo, foi estabelecido um tipo de “índio errante”³⁹⁴, que não se apegava ao território e que não tinha noção de propriedade (CARNEIRO DA CUNHA, 2012). Analisando os Anais do Parlamento Brasileiro, esse discurso aparecia nas palavras de um deputado do Maranhão em 1826:

³⁹⁴ Ressalta-se que esses discursos de desaparecimento total dos indígenas e de índios errantes é reproduzido brutalmente na contemporaneidade.

Uma aldeia de duzentos a trezentos índios umas vezes se achava a vinte léguas acima e daí a poucos dias vinte léguas mais abaixo; chamar-se-ão estes *homens errantes*, proprietários de tais terrenos? *Poderá dizer-se que eles têm adquirido direito de propriedade? Por que razão não se aldeiam fixamente como nós?* (...) Eu quisera que me mostrasse a verba testamentária, pela qual nosso pai Adão lhes deixou aqueles terrenos em exclusiva propriedade. (Anais do Parlamento Brasileiro, Assembleia Geral Legislativa, Câmara dos Deputados, 1826, tomo III, Rio de Janeiro, Typ. Imperial, 1874, p. 189 *apud* CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 73, sem grifo no original).

Carneiro da Cunha (2012) refutou tais argumentos ressaltando que errantes ou não, os indígenas conservavam a memória, as relações sociais e a territorialização em seus territórios tradicionais. A autora demonstrou que em 1878, no Paraná, os índios de Guarapuava, para espanto do Estado Imperial, recusavam-se a aceitar as terras que lhes queriam dar e pretendiam recuperar as suas invadidas por duas fazendas.

Realizavam-se também políticas de intrusão e de pressão sobre os territórios indígenas. A partir de 1823 recomendava-se que se dessem terras aos soldados que serviram em estabelecimentos militares para a atração e pacificação de indígenas no Espírito Santo:

Muito convém aproveitar os colonos civilizados que forem concorrendo a pedir terras para se estabelecerem, pois que de sua vizinhança, trato, e comunicação resultam grandes benefícios à civilização de selvagens. Manda outrossim s. m. o imperador que o governo da província, além dos terrenos para o aldeamento dos índios, *continue a dar sesmarias a particulares que as pedirem*, na forma das leis. (Decisão de 28 de janeiro de 1824 *apud* CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 74, sem grifo no original).

Ressaltavam-se aspectos interessantes dessa Decisão de 1824, como além das tentativas da assimilação física e social dos indígenas que poderiam se realizar a partir do contato com os colonos, notava-se que mesmo findado o regime sesmarial em 1822, dois anos depois permaneceu, em determinadas províncias, a concessão de sesmaria como prática de regulamentação de terras no Império.

Outra forma de concretização dos interesses das frentes de expansão e consolidação das fronteiras de povoamento mais antigo era a liquidação de aldeamentos indígenas, que entre 1822 e 1850 ocorreu através de práticas de diminuição da quantidade de terras dos aldeamentos e da concessão de sesmarias em terras de aldeamentos.

Ao serem aldeados, geralmente, cada aldeia recebia terras³⁹⁵. No final do século XVI o Alvará de 23 de novembro de 1700 mandava demarcar uma légua em quadra para cada aldeia. Carneiro da Cunha (2012) constatou que, na primeira metade do século XIX, ocorreu uma redução do tamanho de terras cedidas para aldeias, sobretudo a partir da decisão da província da Bahia em 1836 de realizar uma relação entre o tamanho da terra cedida a partir do número de “famílias indígenas”: uma légua em quadra para os aldeamentos de mais de 120 famílias, meia légua em quadra para os aldeamentos de 120 a 60 famílias e um quarto de légua em quadra para as que tivessem entre 60 e 30 famílias.

Havia um grande interesse nas terras dos aldeamentos, já que alguns se estabeleciam próximos às cidades e missões, reduções que eram estratégicas para o estabelecimento econômico de fazendeiros para a realização de suas atividades produtivas ou especulativas. Foi especificamente em 1832 que, pela primeira vez, se legislou especificamente sobre a transferência de aldeias para novos estabelecimentos e a venda em hasta pública de suas terras.

Ressalta-se que as aldeias recebiam sesmarias, mas essas terras podiam ser arrendadas e aforadas com o argumento de que tais práticas podiam garantir o sustento indígena. Isso implicou na estratégia realizada por arrendatários e foreiros, sobretudo no século XIX, de pedir cartas de sesmarias dentro da terra das aldeias. O processo de liquidação dos aldeamentos se efetivou após a promulgação da Lei de Terras, o que veremos mais adiante.

Motta (2008) observou que, sobretudo a partir da década de 1830, houve graves conflitos acerca do estabelecimento dos limites das propriedades entre fazendeiros e um enorme contingente de conflitos entre posseiros e grileiros de terra. Nesse sentido, analisando o Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro, Motta (2008) constatou que Paulino Soares de Souza, o visconde do Uruguai, relatara em 1840 que a

o estado de incertezas e confusão em que está a principal propriedade da província, isto é, a propriedade territorial, não concorre menos para originar um sem-número de violência, de pleitos, de esforços, de represarias e de questões, muitas vezes decididas pelas vias de fato, que se procura desculpar ou com a

³⁹⁵ Carneiro da Cunha (2012) afirmou que o termo exato era *reduções*. Redução era o termo usado no século XVII para as reuniões de índios em missões jesuíticas. Portanto, seu sentido de subjugação se relacionava diretamente com as estratégias de confinamento territorial e esbulho de suas terras tradicionalmente ocupadas.

imparcialidade dos juízes do lugar, muitas vezes criaturas de um dos contendores, ou com a sua ignorância, ou com a morosidade, dispêndio e incerteza dos meios judiciais. (Relatório do Presidente de Província, março de 1840 *apud* MOTTA, 2008, p. 90)

Assim, a fiscalização sobre as terras dos particulares implicava o conhecimento das devolutas que, uma vez discriminadas, tornar-se-iam de fato da União, o que limitaria a ocupação de terras potencialmente livres, sem a gerência do governo. Era preciso, em suma, realizar o cadastro, sem ferir os interesses dos grandes proprietários, base política de sustentação do governo.

Costa (1999) ressaltou que a cada ano fazendeiros de café - que durante o século XIX se tornou o principal produto da economia brasileira - ocupavam novas e vultosas áreas e sentiam agudamente a necessidade de legalizar a propriedade da terra e de obter mão de obra, visto que o trabalho escravo estava sendo ameaçado pela forte oposição conduzida pela Inglaterra. A discussão sobre a regulamentação da propriedade privada e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre tornava-se cada vez mais urgente.

4.2.3. O primeiro projeto de Lei de Terras: Wakefield à brasileira

As questões da regulamentação da propriedade privada e das formas de aquisição de força de trabalho foram discutidas pela primeira vez no Conselho do Estado, em 1842, e um projeto de lei formulado por tal Conselho foi apresentado à Câmara dos Deputados no ano seguinte. O projeto foi fortemente influenciado tanto prática quanto ideologicamente pelo trabalho do teórico inglês da colonização Edward Gibbon Wakefield³⁹⁶ (1796-1862) e inspirava-se na suposição de que, em

³⁹⁶ Segundo Holston (2013), E. G. Wakefield desenvolveu suas teorias baseado nos esforços fracassados dos capitalistas britânicos em reter trabalhadores nos assentamentos de imigrantes que financiaram na Austrália. Nos domínios britânicos a terra era pública e até 1830 a política do *Colonial Office* tinha sido a de estabelecer cidadãos britânicos como pequenos ou grandes proprietários, doando terras em grande profusão ou deixando que os particulares delas se apropriassem sem medidas ou controles. O problema que inquietava os proprietários de terras e capitalistas era a possibilidade de o imigrante recém-chegado se tornar proprietário (SILVA, 2008). Assim, “importados a altos custos, esses trabalhadores logo conseguiram abandonar seus empregadores para se tornar produtores independentes em pequenas porções de terra baratas ou gratuitas e assim competir com os que haviam subsidiado sua imigração” (HOLSTON, 2013, p. 174). Esse processo gerou assim escassez de força de trabalho, sobre a qual Wakefield escreve em 1829 a *Letter from Sidney* e propôs encerrar as concessões gratuitas de terras, estabelecendo-se um preço suficientemente alto pelas terras desocupadas para torná-las inacessíveis aos imigrantes recém-chegados. Marx ([1867] 1985a) criticou incisivamente as proposições de Wakefield, constatando que seu grande mérito “não é ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas ter descoberto nas colônias a verdade sobre as condições capitalistas na metrópole” (MARX, [1867]1985a, p.296). Enfatiza-se que o objetivo de Wakefield era a tentativa de impedir a formação do campesinato nas colônias por meio da ação do Estado.

uma região onde o acesso à terra era fácil, seria impossível obter pessoas para trabalhar nas fazendas, a não ser que elas fossem compelidas pela escravidão. Costa (1999) enfatizou que, sob essa interpretação, a única maneira de obter trabalho livre seria a criação de obstáculos à propriedade rural daqueles que imigrassem, de modo que o trabalhador livre fosse forçado a trabalhar na fazenda. O Conselho de Estado do Brasil transformou essa inspiração em uma iniciativa legislativa. As influências dessas perspectivas foram constatadas por Silva (2008) em cinco dimensões:

Em primeiro lugar, a associação da questão da terra com a imigração. Como não se tratava de ceder terras aos imigrantes, a questão da regularização da propriedade da terra poderia constituir um projeto em separado. Segundo, a sugestão da proposta do Conselho de Estado de tornar mais “difícil a aquisição de terras”. Terceiro, a busca de um “preço justo” para as terras devolutas que o governo ficasse autorizado a vender pela disposição do artigo 1º do projeto. Quarto, porque na exposição do projeto em “naturalizar” doutrinas. E quinto, porque Wakefield foi nominalmente citado pelos deputados nos debates que ocorreram por ocasião da apresentação do projeto na Câmara. (SILVA, 2008, p. 110)

A leitura do projeto pode ser sintetizada a partir de quatro objetivos, seguindo a interpretação de Silva (2008), Carvalho, (1981), Mattos (1987), Costa (1999) e Holston (2013): 1) criação das condições nas quais o trabalho livre substituiria o trabalho escravo nas lavouras; 2) financiamento dessa substituição com fundos gerados pela venda de terras e legalização de títulos, cujo custo seria dividido entre todos os proprietários de terra; 3) o ordenamento do “caos” na ocupação de terras ao distinguir as posses públicas das privadas, desenvolvendo um sistema fundiário sob a autoridade do governo central; e 4) a criação de um imposto territorial³⁹⁷, baseado no tamanho da propriedade, para forçar o uso produtivo da terra e fornecer mais rendimentos para subsidiar a imigração.

Na observação dos argumentos contrários e favoráveis ao projeto de lei, conforme ressalta Costa (1999), revelam-se claramente as diferentes concepções de terra e de trabalho que existiam na época.

Os favoráveis ao projeto afirmavam que este eliminaria a disparidade existente entre o excesso de terra e a escassez de trabalho, que tinha segundo eles reduzido o preço da terra. A venda de terras públicas por um preço suficientemente

³⁹⁷ O projeto continha a premissa do pagamento de um imposto territorial de 1\$500 por meio quarto de légua em quadra e instituía que as terras em que o imposto não fosse quitado por três anos seguidos ou interrompidos deveriam ser devolvidas para a Coroa (CARVALHO, 1981, p. 41).

alto (*sufficient price*, explicitamente retirado dos termos de Wakefield), a criação de um Imposto Territorial e os custos com a demarcação e regularização de terras produziram os rendimentos para o financiamento da imigração e impediram o acesso à propriedade dos imigrantes recém-chegados. O argumento se desenvolvia também no sentido de que a venda a alto preço das terras públicas aumentaria o preço de todas as terras, tornando mais desejável o uso produtivo (COSTA, 1999), pois a necessidade de financiar despesas mais altas com a terra estimularia um uso mais intensivo e produtivo do solo, colocando um fim ao latifúndio improdutivo. Negligenciavam, é claro, o fato de que criariam um uso especulativo da terra. Os favoráveis argumentavam também que a lei acabaria com arrendatários que

moravam nas periferias das grandes fazendas à custa dos proprietários, trabalhando somente dois ou três dias por semana e passando o resto do tempo vadiando, caçando, pescando e, às vezes, até mesmo conspirando contra os proprietários. (COSTA, 1999, p. 179).

Afirmavam também que se encerrariam os conflitos e disputas em torno da propriedade, visto que a legalização dos títulos e a sujeição de todos aos registros de terra promoveriam a segurança e a garantia daqueles que eram proprietários (COSTA, 1999; HOLSTON, 2013). A lei era de fato favorável, sobretudo, aos interesses dos fazendeiros do café da Província do Rio de Janeiro³⁹⁸ (e também, de certa forma, aos interesses dos cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais³⁹⁹) na garantia do monopólio das terras mais férteis e do fechamento da fronteira para novas posses (MATTOS, 1987).

Os contrários à proposta de lei, segundo Costa (1999), acreditavam que a escravidão era a melhor forma de trabalho em uma sociedade baseada na *plantation* e eram pessimistas quanto à possibilidade de substituir escravos por imigrantes

³⁹⁸ Segundo Carvalho (1981), a defesa do projeto foi realizada principalmente por Rodrigues Torres, que pronunciou mais de 20 discursos seguido, e pelo deputado Bernardo de Souza Franco, paraense, que formulava parte significativa de suas intervenções em referência a Wakefield. Eusébio de Queirós e Paulino José Soares de Souza, ambos do Rio de Janeiro, também eram importantes defensores, assim como o cearense Manuel José de Albuquerque. Também participaram vários outros, com algumas restrições a pontos do projeto, inclusive Francisco Diogo Bernardes de Vasconcelos, irmão de Bernardo.

³⁹⁹ Os deputados de São Paulo e Minas Gerais, fazendeiros ou representantes dessas elites, não tinham os mesmos interesses e necessidades que os cafeicultores do Rio de Janeiro. Na possível falta de força de mão-de-obra com o eventual impedimento do tráfico de escravos, os cariocas e fluminenses seriam os principais afetados. Para paulistas e mineiros o problema da mão-de-obra ainda não era drástico nesse momento e, além disso, os custos de medição e revalidação de sesmarias e grilos seriam bem mais impactantes para eles que para os cafeicultores da Província do Rio de Janeiro.

livres. Os oponentes consideravam absurdo dificultar o acesso à terra em um país onde a maioria da terra ainda devia ser ocupada. Para estes, sobretudo deputados do Norte do Império, especialmente de Pernambuco (Urbano Sabino e Nunes Machado) e da Bahia (Manuel Galvão) a questão era essencialmente colonizar o país e não suprir os fazendeiros de trabalho. O projeto como foi construído, no entendimento dos contrários, impedia o processo de civilização do território brasileiro.

Uma objeção aglutinava o conjunto de interesses das elites agrárias: a contrariedade em relação à criação do imposto territorial. Os deputados criticavam também o plano de limitar o tamanho das “posses” no processo de titulação das propriedades⁴⁰⁰ e uma parte significativa, conforme constataram Silva (2008), Carvalho (1981) e Costa (1999), resistia até mesmo à exigência de fazer uma avaliação da terra, afirmando que o país não possuía especialistas para a realização de medições e demarcações de terra e que a obrigatoriedade de medir e demarcar seria muito dispendiosa e reduziria drasticamente a lucratividade da propriedade.

No projeto final, a instituição do imposto territorial foi modificada, mas conservava-se como possibilidade, já os demais pontos foram mantidos na lei que foi aprovada na Câmara dos Deputados. Segundo argumenta Silva (2008), o projeto foi aprovado na Câmara, mesmo com as objeções dos opositores, porque em princípio ninguém era contra a regulamentação da propriedade de terra. A preocupação com a questão da força de trabalho, mesmo pelos que se mantinham firmemente escravagistas, era uma preocupação pulsante; além disso, havia a certeza de que caso fosse aprovada no Senado, a lei não seria cumprida da forma como fora redigida (SILVA, 2008).

O projeto, entretanto, não se transformou em lei, ficando engavetado no Senado durante sete anos, momento em que os liberais eram maioria no Senado. Silva (2008) ressaltou algumas razões para tal engavetamento: a assim chamada

⁴⁰⁰ Analisando os debates ocorridos na Câmara dos Deputados em 1842, Carvalho (1981, p. 42) aprofundou a enorme controvérsia acerca da proposta de limitação das “posses” (grilos) legalizadas. O deputado paulista Alves dos Santos combateu energicamente a limitação do tamanho das posses argumentando que no sul do Império mais de dois terços eram posses, muitas de grande tamanho. Já o mineiro Luiz Carlos da Fonseca alegava que em Minas Gerais quase todas as terras tinham sido adquiridas por posse. Outro deputado mineiro, Penido, afirmava que o projeto ofendia os interesses e *direitos* dos mineiros e pedia na Câmara a legitimação de todas as “posses” adquiridas de “boa-fé e sem limitação de tamanho”. A forte oposição levou Rodrigues Torres, autor do projeto levado à Câmara, a introduzir emenda reconhecendo as “posses mansas e pacíficas” de mais de vinte anos, ou seja, as apropriações realizadas antes de 1822.

“urgência de mão-de-obra” não era, de fato, tão grande assim para parte significativa dos proprietários e o fato de os liberais ainda serem relativamente resistentes às medidas centralizadoras e de reforço da autoridade imperial, que estavam presentes na regulamentação da propriedade privada.

O projeto revelava, também, a existência hegemônica no governo de representantes da grande lavoura, seja diretamente por serem proprietários, seja indiretamente por entenderem o papel fundamental que essa questão representava para a consolidação do próprio Estado-nação (SILVA, 2008; COSTA, 1999; MOTTA, 2009). Nos termos de Carvalho (1981), o projeto revelava a clara tentativa de modernização conservadora, mas demonstrava a divisão entre grupos de “proprietários” cujos interesses não coincidiam exatamente sobre alguns pontos.

O projeto entrou novamente em discussão em 1850, quando os problemas relativos à substituição do trabalho escravo para o trabalho livre tornaram-se efetivamente urgentes, a continuidade de conflitos em torno da propriedade da terra era cada vez mais intensa e a necessidade de criação de um mercado de terras tornou-se uma demanda importante, na qual a garantia do título era fundamental. A ascensão novamente dos conservadores ao Senado foi, também, elemento significativo para a aprovação da Lei de Terras.

4.2.4. Lei de Terras: marco jurídico de legalização da grilagem na consolidação do Estado-nação

Analisando o Brasil na segunda metade do século XIX, Schwarz (2012) compreendeu a formação territorial do país como agrária e independente, dividida em latifúndios, cuja produção dependia do trabalho escravo e do mercado externo⁴⁰¹. O país inseria-se antagonicamente no universo do capital (que não tomou a forma “clássica” no Brasil) gerando uma combinação contraditória, reprodutora de relações capitalistas com explícitos fundamentos não-capitalistas. Esse panorama evidenciava as especificidades da formação territorial do Brasil, em que a presença de pressupostos liberais, como o raciocínio econômico burguês, a propriedade privada absoluta e a Independência, se *chocavam ideologicamente* com a escravidão e com a legalização da grilagem e seus defensores em diversos níveis

⁴⁰¹ Enfatiza-se que o emprego da noção mercado externo se coaduna com a interpretação de Luxemburg ([1913] 1985).

e escalas (SCHWARZ, 2012). Choque em nível da *aparência*, pois reprodutor de fundamentos de realização da acumulação originária de capital.

Diante disso, ocorreu um confronto de princípios antagônicos: no campo das ideias, adotava-se sofregamente o discurso da burguesia europeia contra arbítrios e a escravidão, mas na prática (sustentada pelo latifúndio) a mediação do favor⁴⁰², que prevalecia nas relações sociais entre “proprietários” e homens livres e “proprietários” e Estado produzia relações de dependência, reafirmava a exceção à regra, a cultura social e política interessada, as formas de compadrio e o uso e abuso do aparelho do Estado (SCHWARZ, 2012; MARTINS, 1998). Em outras palavras, o fato “impolítico e abominável” da escravidão e do poder crescente dos proprietários de terra no conjunto da vida política desmentia no Brasil as ideias liberais; mais insidiosamente o favor as absorvia e deslocava, originando um padrão particular da formação da sociedade, da política e do território⁴⁰³. Tais antagonismos foram se desfazendo, e os dualismos entre sociedade e ideias se aproximando e se recompondo a ponto de Schwarz (2012) entender que havia uma “coexistência estabilizada” no Brasil. Desse modo, o liberalismo tornou-se “penhor institucional” de uma variedade de prestígios interessados, legalizando ilegalidades e instituindo a lógica do favor como padrão de uma cultura política institucionalizadora do poder da classe de proprietários de terra. Ressalta-se, porém, que esse quiproquó implodiu devido à tênue efetivação dessa coexistência estabilizada: as relações baseadas no trabalho escravo e os antagonismos de classe que se efetivavam a partir do monopólio da terra eram descortinadas na violência do cativeiro do escravo e no cativeiro do domínio da terra que excluiu posseiros, indígenas, escravos e ex-escravos.

Nota-se que tal coexistência estabilizada revelava sua natureza contraditória na Lei de Terras aprovada em 1850. Segundo Motta (1998), a lei articulava-se aos marcos de uma modernização conservadora e parte do projeto político saquarema. Esse novo ordenamento jurídico procurou estabelecer critérios para uma nova reestruturação fundiária, impondo um conjunto de mecanismos no sentido de discriminar as terras públicas das privadas e de regularizar o acesso à terra. A

⁴⁰² Os vários mecanismos da lógica do favor como traço característico da formação social brasileira foram destrinchados por Franco (1997) e sob outro prisma por Moura (1988).

⁴⁰³ Schwarz (2012) analisou a originalidade nacional a partir da colonização em seu conjunto, que era internacional, e as modificações das ideias do liberalismo e do favor no âmbito do lugar.

criação da Lei de Terras se articulava ao processo de busca de novas soluções para os problemas colocados pela continuidade da expansão das fronteiras internas do território brasileiro e pelos desafios da modernização da sociedade, sobretudo para a constituição da propriedade privada capitalista absoluta de modo completo, processo que se relacionava com a expansão do modo capitalista de produção em escala internacional. Não foi por acaso que a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 foi promulgada 14 dias após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que abolia o tráfico de escravos⁴⁰⁴ (SILVA; 2008; COSTA, 1999).

Todavia, para Silva (2008), a promulgação da Lei de Terras não foi tão-somente o reflexo da Lei Eusébio de Queirós. A autora ressaltou que se demandava uma reformulação do escravo como mercadoria e renda capitalizada que deveria ser substituído pela terra em futuro próximo. Além disso, segundo Silva (2008), a substituição do trabalho escravo e a transição para o trabalho livre era processo que se colocava no horizonte, visto que a proibição do tráfico de escravos, capitaneada pela Inglaterra em nível mundial, logo se efetivaria no Brasil. Assim, articulava-se que a solução para essa transição era a imigração estrangeira, o que necessariamente demandava a regularização via titularização das terras.

A Lei promulgada em 1850 reiterou os principais pontos do projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados e enviado ao Senado em 1843, mas aparou algumas arestas que demonstram formas de conciliação entre as frações da classe de proprietários de terra. Silva (2008) ressaltou que a primeira conciliação se efetivava na retirada de qualquer menção à possibilidade de instituição de um imposto territorial. Além disso, alterava-se o limite das posses a serem legalizadas. No projeto de 1843, o máximo que os proprietários de terra conseguiram foi a cláusula de legalização dos grilos efetivados antes de 1822, mantidos e legitimados em sua totalidade. Na Lei de Terras, esta sim aprovada, deu-se um passo além: os grilos poderiam ser legalizados do tamanho que fossem, sem restrição de data de ocupação, e ainda se concedia terra devoluta contígua (SILVA, 2008).

A Lei de Terras, na letra fria da regulação do Direito Agrário, incorreu na tentativa de converter situações supostamente fáticas - a ocupação legal e garantida pela carta de sesmaria aos concessionários coloniais e as ações de grilagem estabelecidas como posses - em situações juridicamente doutrinadas pela

⁴⁰⁴ Silva (2008) constatou que os proprietários de terra já se preparavam para tal proibição. Entre 1840 e 1850 entraram no Brasil aproximadamente 500 mil escravos.

normatização da lei instaurada⁴⁰⁵. Todavia, esse argumento incorreu em imprecisão histórica e careceu de aprofundamento e substância jurídica. Pode-se auferir que através da Lei de Terras ocorreu a transformação completa da terra em mercadoria no Brasil, concluindo o processo iniciado na Constituição Imperial de 1824, quando a fez propriedade privada individual, inalienável e transferível a quem não a utilizasse. A Lei de Terras aprofundou, assim, a propriedade privada absoluta no país.

Os objetivos jurídicos da Lei de Terras eram: proibir a investidura de qualquer súdito, ou estrangeiro, ao domínio de terras devolutas, excetuando-se os casos de compra e venda⁴⁰⁶; outorgar títulos de domínio aos detentores de sesmarias confirmadas; outorgar títulos de domínio a portadores de quaisquer outros tipos de concessões de terras feitas na forma da lei então em vigor, uma vez comprovado o cumprimento das obrigações assumidas nos respectivos instrumentos; e assegurar a aquisição do domínio de terras devolutas através da legitimação de posse, desde que fosse “posse mansa e pacífica”, anterior e até a vigência da lei⁴⁰⁷.

A lei era detalhista, mas havia uma intencional e precária definição de “terras devolutas”, aquelas de propriedade pública. O termo “terras públicas” inclusive, conforme salientou Silva (2003), foi meticulosamente evitado nas discussões parlamentares em 1850. Ao invés de definir quais as terras eram públicas e que seriam reservadas para processos de colonização, a lei brasileira denominou que:

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

⁴⁰⁵ Mecanismos bastante similares ao que o agronegócio e seus representantes na bancada ruralista do Congresso Nacional e Senado Federal contemporaneamente denominam de garantia da “segurança jurídica” da propriedade.

⁴⁰⁶ O Artigo 1º da Lei de Terras instituía: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente” (BRASIL, 1850, p. 75).

⁴⁰⁷ Sobre tal aspecto, Oliveira e Faria (2009, p. 4) argumentaram que “todos os títulos de sesmarias concedidos ou os grilos das terras reais e ou imperiais, eufemisticamente chamadas de “posses mansas e pacíficas” puderam ser legalizadas por aqueles que as grilaram, porém, após a promulgação da lei, isto, em tese, não era mais possível, pois, somente a Coroa Imperial podia vender as terras devolutas em hasta pública”.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei. (BRASIL, 1850, p. 81).

A caracterização das terras devolutas se fazia fundamentada na negação, isto é, o que não era particular era, então, público. Assim, o Estado nacional que se consolidava consagrava a primazia do particular sobre o público, na medida em que as terras devolutas só poderiam ser reconhecidas e definidas após se saber quais eram pertencentes ao domínio privado. A Lei, então, denominou “terras devolutas” tanto as terras que estavam sob a posse de particulares (dados em sesmaria ou completamente grilados), quanto as terras vagas. O processo se aprofundou na medida em que o Decreto n. 1.318, de 30 de janeiro de 1854, que executou a Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, deixou a iniciativa de discriminação de terras nas mãos dos particulares. Observa-se nos artigos 22, 23 e 24 do capítulo III - Da Revalidação e Legitimação das Terras e Modo Prático de Extremar o Domínio Público do Particular:

Art. 22. Todo possuidor de terras, que tiver título legítimo da aquisição do seu domínio, quer as terras que fizerem parte dele, tenham sido originariamente adquiridas por posses de seus antecessores, quer por concessões de sesmarias não medidas, ou não confirmadas, nem cultivadas, se acha garantido em seu domínio, qualquer que for a sua extensão, por virtude do disposto no § 2º do art. 3º da Lei 601, de 18 de setembro de 1850, que exclui do domínio público e considera como não devolutas todas as terras, que se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo.

Art. 23. Estes possuidores, bem como os que tiverem terras havidas por sesmarias, e outras concessões do Governo Geral, ou Provincial, não incursas em comisso por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação, e cultura, não têm precisão de revalidação, nem de legitimação, nem de novos títulos para poderem gozar, hipotecar, ou alienar os terrenos, que se acham no seu domínio.

Art. 24. Estão sujeitas à legitimação:

§ 1º As posses que se acharem em poder do primeiro ocupante, não tendo outro título senão a sua ocupação.

§ 2º As que, posto se achem em poder de segundo ocupante, não tiverem sido por este adquiridas por título legítimo.

§ 3º As que, achando-se em poder do primeiro ocupante até a data da publicação do presente Regulamento, tiverem sido alienadas contra a proibição do art. 11 da Lei no 601, de 18 de setembro de 1850. (BRASIL, 1854, p. 28-29).

Assim, o Estado dependia da informação sobre a existência ou não de terras devolutas em determinado termo, comarca ou município para que os organismos competentes iniciassem a devida medição e demarcação (SILVA, 1997; 2008).

Oliveira e Faria (2009) constataram que a Lei legalizou os títulos de sesmarias e as posses quaisquer que fossem suas extensões, mas que tivessem cultivos, desde que medidas e demarcadas e levadas à registro em livros próprios nas freguesias (constando nos artigos 4º, 5º, 7º e 8º). A Lei de Terras foi regulamentada pelo Decreto nº 1.318 de 1854 que instituía também o Registro Paroquial ou do Vigário, o primeiro registro brasileiro de terras. Martins (1996) argumentou que os possuidores de títulos de sesmaria e os ocupantes de terra ficaram sujeitos à legislação de seus direitos, o que foi feito através do Registro do Vigário. Tal registro pressupunha que

Art. 97. Os Vigários de cada uma das Freguesias do Império são os encarregados de receber as declarações para o registro das terras, e os incumbidos de proceder a esse registro dentro de suas Freguesias, fazendo-o por si, ou por escreventes, que poderão nomear, o ter sob sua responsabilidade (BRASIL, 1854).

O decreto dispunha também sobre as informações que deveriam ser apresentadas no presente Regulamento:

Art. 100. As declarações das terras possuídas devem conter: o nome do possuidor; designação da Freguesia em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão, se for conhecida; e seus limites. (BRASIL, 1854)

Outro fato significativo era que os vigários não poderiam recusar o recebimento dos registros, mesmo que esses notoriamente incorressem em ilegalidade. Ou seja, o Registro do Vigário não impediu o surgimento de uma verdadeira indústria de falsificação de títulos de propriedade, mas pelo contrário, estimulou a adoção de novas estratégias de grilagem. Os títulos falsificados sempre datados de época anterior ao Registro (portanto supostamente anteriores a 1854) eram registrados em cartórios oficiais mediante suborno aos escrivãos e notários (MARTINS, [1979] 1996; CHRISTILLINO, 2011a; GARCIA, 2011). Veja-se, nos termos da Lei

Art. 102. Se os exemplares não contiverem as declarações necessárias, os Vigários poderão fazer aos apresentantes as observações convenientes a instruí-los do modo porque devem ser feitas essas declarações, no caso de que lhes pareçam não satisfazer elas ao disposto no art. 100, ou de conterem erros notórios; se porém as partes insistirem no registro de suas

declarações pelo modo porque se acharem feitas, os Vigários não poderão recusá-las. (BRASIL, 1854, p. 39)

Conforme entendeu Christillino (2011b), se por um lado o aparato jurídico inaugurado pela Lei de Terras tornava os registros obrigatórios, por outro garantia ao possuidor total autonomia ao realizar sua declaração, da forma que achasse mais conveniente. Essa prática revelava as diferenças de classe no século XIX, pois nos termos de Costa (1999) os grandes proprietários de terras encontraram formas de exercer a dominação do sistema jurídico, inclusive enviando seus filhos para estudarem Direito em Coimbra (e posteriormente nas Faculdades de Direito criadas no Brasil) e lá aprenderem as técnicas legais, que passaram a ser usadas de forma a apropriarem-se de vastas extensões de terra. Ressalta-se que estes já conheciam um conjunto de práticas de legalização da grilagem nos meandros burocráticos durante o período colonial, conforme já mencionamos. Enquanto isso, para o escravo e para o posseiro o desconhecimento de praxes jurídicas escusas ou a falta de recursos financeiros para cobrir despesas judiciais e de suborno das autoridades (MARTINS, [1979] 1996) levavam à expulsão, ao extermínio, à migração para outras áreas onde pudesse realizar a posse ou à condição de agregado fundamentado na lógica do favor e do trato nas propriedades dos fazendeiros (MOURA, 1988; FRANCO, 1997).

De acordo com artigo 8º da Lei de Terras, todos aqueles possuidores de terras que deixassem de proceder à medição nos prazos marcados pelo Império seriam

reputados caídos em comisso, e perderão por isso o direito que tenham a serem preenchidas das terras concedidas por seus títulos, ou por favor da presente Lei, conservando-o somente para serem mantidos na posse do terreno que ocuparem com efetiva cultura, havendo-se por devoluto o que se achar inculto (BRASIL, 1850, p.77).

Diante disso, Motta (2004), Silva (2008) e Martins ([1979] 1996; 1980) constataram que a maioria das concessões de sesmarias não foi acompanhada dos procedimentos para sua regularização, elemento que já ressaltamos. Neste sentido, ao longo do século XIX, era fato que as sesmarias estavam majoritariamente em comisso, pois os sesmeiros não haviam cumprido a determinação legal de medir e demarcar sua terra⁴⁰⁸. Motta (2004) verificou, entretanto, ao analisar litígios em torno

⁴⁰⁸ Silva (2008, p. 184) argumentou que o decreto de 1854 definiu os prazos para medição e demarcação das propriedades a serem reguladas. “Os prazos seriam marcados pelos presidentes de

da propriedade privada da terra nos oitocentos, que o documento de concessão de sesmarias era utilizado como marco zero para a legalização de sua ocupação. A autora observou que tais documentos eram recorrentemente apresentados como se eles expressassem, inequivocamente, a verdade absoluta sobre a área ocupada.

Essa constatação fundamental de Motta (2004), no que se refere à utilização de documentos de sesmarias como uma espécie de marco zero da propriedade privada no Brasil, revelava a interpretação turva e utilitarista que os latifundiários brasileiros faziam sobre a legislação agrária brasileira. O regime de propriedade absoluta no Brasil é posterior a 1824 e não tem quinhentos anos (não há quatro séculos de latifúndio, como ressaltava Guimarães ([1963] 1989), mas quinhentos anos de grilagem). Conforme já enfatizamos insistentemente, no regime sesmarial a terra não era propriedade do fazendeiro, mas era apenas uma concessão territorial (MARTINS, 1997; MARTINS, 1980; MOTTA, 2012; OLIVEIRA e FARIA, 2009 SILVA, 2008). O rei estabelecia que caso não fosse realizado um uso produtivo em um prazo determinado, a concessão prescrevia e as terras caíam em comisso, isto é, retornavam ao domínio da Coroa (MARTINS, 1997). Assim, o rei poderia conceder para outrem as terras, não existindo nenhum direito territorial específico ou inalienável ao primeiro ocupante - mesmo que, de fato, isso tenha acontecido pouco ou mesmo não acontecido.

Motta (2004) constatou também que quando o Estado, através do judiciário e do sistema cartorial, aceitava a carta de sesmaria como elemento fundante da legitimação da propriedade e regulava a favor do concessionário, independentemente das condicionalidades daquelas doações, demonstrava-nos que não era fundamental o cumprimento dos procedimentos legais para regularizar a ocupação, posto que a carta por si só traduziria simbolicamente a expressão do poder do sesmeiro. As relações entre grilagem, poder e propriedade da terra estavam, dessa forma, vivamente imbricadas. Assim,

Entende-se (...) como e porque os fazendeiros continuaram a utilizar o documento de sesmarias após o fim de sua concessão em 1822, e mesmo após a Lei de Terras de 1850 e seu regulamento, em 1854. Em muitos casos, os fazendeiros utilizaram-se das cartas de

província e podiam ser prorrogados por eles. Um aviso editado em 1857 pelo governo imperial estipulou que o prazo não poderia exceder a um ano. Na realidade esses prazos foram sendo prorrogados durante todo o período imperial e depois dele, pelo menos até o início década de 1930, enquanto durou a vigência da Lei de Terras". Esta foi substituída por outro marco nacional de legalização de grilagem.

sesmarias, ignorando inclusive a obrigatoriedade do Registro Paroquial de 1854/56, este último documento criado pelo citado regulamento. A utilização reiterada da carta como prova documental da “verdadeira” história - expressão de uma ocupação imemorial – é por si só emblemática (MOTTA, 2004, p. 3).

Verifica-se, coetâneo a Motta (2004) e Silva (2008), que a Lei de Terras é um marco jurídico nacionalizado da legalização da grilagem de terras no Brasil. A partir dela foi possível garantir a força de trabalho abundante e barata para as lavouras, a despeito da abolição eminente e inclusive da lei de proibição do tráfico de escravos também de 1850, pois tanto os imigrantes quanto os escravos libertos não teriam como acessá-la se não pela efetivação da compra da propriedade.

Martins ([1979] 1996, p. 59) argumentou que

a Lei de Terras de 1850 e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade da exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho. Importava menos a garantia de um monopólio de classe sobre a terra, do que a garantia de uma oferta compulsória de força de trabalho à grande lavoura. De fato, porém independentemente das intenções envolvidas, a criação de um instrumento legal e jurídico para efetivar esse monopólio, pondo o peso do Estado do lado do grande fazendeiro, dificultava o acesso à terra aos trabalhadores sem recurso.

Martins (1997) ressaltou ainda dois elementos fundamentais para compreender a base do direito de propriedade no Brasil, que permanece até hoje e que apresenta seus fundamentos na Lei de Terras: primeiro, como já mencionado, é que as terras devolutas não poderiam ser ocupadas por outro meio que não fosse através da compra; segundo, o Estado abria mão de seus direitos como proprietário eminente das terras particulares, ou seja, do domínio, em favor do particular, juntando em um único direito posse e propriedade.

De modo coetâneo, a Lei de Terras funcionou na formação territorial brasileira como um regulador central da manutenção da ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários⁴⁰⁹. Martins (1980, p. 73) constatou que

⁴⁰⁹ Destaca-se também que a Lei de Terra funcionava como uma intervenção estatal na economia e que tal processo ocorria em outras ex-colônias europeias que se tornavam independentes, fundamentalmente nas primeiras décadas do século XIX, e que tal intervenção substancia a formação de um mercado de terras nestes novos países e devia ser entendida como fazendo parte do processo

concretamente, a implantação da legislação territorial representou uma vitória dos grandes fazendeiros, já que essa não era a única categoria social a preocupar-se com a questão fundiária. De outro lado, havia os que advogavam um regime de terras livres que desse lugar, no Brasil, ao aparecimento de uma classe média de camponeses livres que quebrasse a estrutura social escravista e descaracterizasse os fazendeiros como senhores de escravos e terras, para fazê-los fundamentalmente burgueses e empresários. A fórmula consagrada na lei tinha, porém, o seu sentido naquela circunstância histórica. No mesmo ano de 1850 cessava o tráfico negreiro da África para o Brasil. A escravidão e o trabalho escravo estavam comprometidos. A própria Lei de Terras já define critérios para o estabelecimento regular de correntes migratórias de trabalhadores estrangeiros livres que, com o correr do tempo, substituíssem os escravos. Se, porém, as terras do país fossem livres, o estabelecimento de correntes migratórias de homens igualmente livres levaria, necessariamente, a que esses homens se estabelecessem como colonos nos territórios ainda não ocupados pelas grandes fazendas. Ao mesmo tempo, as fazendas ficariam despovoadas, sem possibilidade de expansão e de reposição de mão de obra. Por isso, a classe dominante instituiu no Brasil o cativo da terra, como forma de subjugar o trabalho dos homens livres que fossem atraídos para o país.

Silva (1997) argumentou que os grileiros de terra foram protegidos pela aplicação perversa da cláusula da Lei de Terras que garantia as “posses” (cultura efetiva e morada habitual). Diante disso, os grilos se multiplicaram e continuou o processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado, com o consentimento, mesmo que indireto dos poderes públicos, e sem que estes manifestassem grande preocupação com o uso antissocial das terras apropriadas. A lei não foi suficientemente clara em relação a proibição da posse. Afirmando que

Art. 4º Serão revalidadas as sesmarias, ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, que se acharem cultivadas, ou com princípios de cultura, e morada habitual do respectivo sesmeiro ou concessionário, ou de quem os represente, embora não tenha sido cumprida qualquer das outras condições, com que foram concedidas (BRASIL, 1850, p. 76).

Mesmo que o artigo 1º da Lei de Terras observasse que as terras devolutas só seriam adquiridas por meio da compra, alguns juristas supunham que “a cultura e morada habitual” garantiria a qualquer posseiro, em qualquer época as terras ocupadas. Essa cláusula era inclusive utilizada pelos grileiros para o não-cumprimento de demarcações e medições de suas terras. A combinação entre a afirmação legal de que o processo de medição e demarcação se iniciaria pelo

proprietário privado e a cláusula do artigo 4º da revalidação das terras com “cultura e morada habitual” ao invés de estancar a apropriação privada de terra pública deu fôlego para incisivos processos de grilagem de vastíssimas áreas.

Na revisão bibliográfica sobre os processos de grilagem na segunda metade do século XIX desencadeados pela promulgação da Lei de Terras e pela promulgação do decreto que a regulamentava em 1854, constatei que Ligia Osorio Silva (2008) é a autora que realizou o estudo mais sistemático acerca das apropriações ilegais de terras devolutas em nível nacional. A autora analisou uma enorme massa documental, quais sejam, relatórios dos presidentes de província, autos de inspeção de medição e demarcação de terras e relatórios dos Ministros da Agricultura do período. De modo detalhado estudou as seções dos relatórios dos presidentes de província que retratavam os encaminhamentos dos trabalhos das comissões de medição e demarcação de terra para possíveis titulações e demonstrou um conjunto vasto de estratégias de grilagem: ocupações ilegais em registros do vigário, cumplicidade de autoridades legais da província, imprecisões judiciais nos processos de titulação e falsificações de documentos. Márcia Motta (1998; 2011) analisou também o processo de grilagem em escala nacional, mas aprofundou seus estudos de caso na província do Rio de Janeiro. A historiadora afirmou que a grilagem era um legado da construção do Estado nacional brasileiro, instituindo a noção de grilagem para a compreensão da história agrária brasileira. James Holston (2013) enfatizou, em sua interpretação, um conjunto de legalizações de formas de ilegalidade realizadas a partir do século XIX como traço central da formação do Estado nacional. O antropólogo constatou que os grileiros produzem em escala nacional formas de aparência de legalidade, disfarçando as terras griladas com um manto de legalidade através de um conjunto de papéis fundamentais para a criação de cadeias dominiais, como recibos, permissões, levantamentos, títulos, páginas de registro, doações e transmissões de herança - todos falsificados. Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Camila Sales Faria (2009) analisaram os mecanismos jurídicos para a legalização jurídica de grilos para a formação da propriedade privada capitalista da terra, retomando processos que se iniciaram na colonização e se reproduziram no século XIX e posteriormente.

Verifiquei também um número considerável de estudos de caso em escala regional, mas que podem ser complementados, visto que os próprios autores afirmaram que ainda existem lacunas importantes para compreender a vastidão de

estratégias de legalização da grilagem durante o século XIX. Entretanto, na revisão bibliográfica realizada, já constatei um impactante espectro da indústria de falsificação de títulos no período do Segundo Reinado. No Rio Grande do Sul, Cristiano Christillino (2011a) ressaltou as irregularidades nas regiões de Serra, Planalto e Missões, analisando minuciosamente as grilagens nas concessões de terras devolutas e na regulamentação das sesmarias nos municípios de Estrela, Taquari e Cruz Alta, especialmente nas culturas de erva-mate e na apropriação de terras de usos comuns. Graciela Garcia (2005) analisou as ilegalidades nos Registros Paroquiais e as inúmeras estratégias realizadas para apropriação de terras devolutas na Campanha rio-grandense.

Reinaldo Nishikawa (2011) analisou os processos de colonização no Paraná e verificou que a estratégia de manutenção da grilagem realizou-se a partir da afirmação de que na província não haviam terras devolutas, demandando que o Estado imperial realizasse as colonizações em terras de proprietários privados ou na desapropriação por meio de pagamento para a efetivação da política de colônias.

Em estudo sobre a apropriação de terras comuns de posseiros e agregados, Margarida Maria Moura (1988) enfocou o processo de tomadas de terra no Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, observando o estabelecimento das bases de criação jurídica da propriedade privada no século XIX e reproduzidas no século XX. Francisco Pinto (2007) analisou também o processo de constituição da grilagem como um legado da história agrária na província de Minas Gerais, enfatizando a concentração de terras no período da mineração no século XVIII e posteriormente aprofundada ao longo do século XIX. Elione Guimarães (2009) relatou os processos de expropriação de camponeses ex-escravos (“as terras de preto”) para a constituição de grandes propriedades no Vale do Paraíba mineiro (sobretudo em Juiz de Fora – MG).

Maria Verónica Secreto (1998) enfocou suas interpretações na província de São Paulo e reconstituiu as estratégias de apropriação de terras devolutas no Oeste Paulista, enfatizando a fronteira em movimento para a constituição das fazendas de café durante o século XIX. Já Carlos Alberto Feliciano (2008; 2013) e Bernardo Mançano Fernandes (2013) investigaram os processos realizados na legalização da grilagem no Pontal do Paranapanema. Feliciano (2013) argumentou sobre como os senhores de terra utilizaram o registro paroquial para constituição de gigantescos grilos. Demonstrou que, depois desse procedimento, os grileiros parcelaram,

venderam, trocaram ao máximo essas terras, não permitindo saber de fato quem a comprou de boa ou má fé. Enfatizou, assim, que o conjunto de conflitos aprofundados e reproduzidos nos séculos XX e XXI foram gestados por estratégias de grilagem efetivadas nos mecanismos jurídicos realizados no século XIX. Já Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997) reconstituiu as estratégias violentas e os conflitos na tomada de terras de sitiantes e agregados no município de Guaratinguetá, ressaltando as relações de compadrio entre grileiros e proprietário de terra ao longo da segunda metade do século XIX. Warren Dean (1977) analisou o município de Rio Claro com o intuito de compreender a expansão da cafeicultura na região. Dean (1977) verificou o surgimento da especulação com a terra, utilizando em suas reflexões os Registros Paroquiais de Terra. O brasilianista concluiu que a origem do sistema das grandes lavouras em Rio Claro foi “a usurpação da terra e a eliminação ou marginalização dos lavradores existentes, por um grupo de pessoas que tinham acumulado capital nos negócios de exportação agrícola à época da colônia” (DEAN, 1977, p. 183).

No Pará, as estratégias analisadas por Mauricio Torres (2012) e Girolamo Treccani (2001) são interessantes para a verificação do processo de grilagem de terras na região amazônica. Analisando o Maranhão, Maristela Andrade (2008), e também Laís Sá (2007), observaram as bases no século XIX da constituição das terras de uso comum e os processos de expropriação e grilagem dessas terras na segunda metade do século XX.

Dione Cotrim (1991) estudou os camponeses de fundo de pasto no sertão nordestino da Bahia e de Pernambuco e constatou que o apossamento coletivo pastoril sofreu impactos desde 1850, quando o Estado criou referências jurídicas para regularização de terras. A lei de terras fortaleceu a legitimação jurídica de grilos pelos pecuaristas e estimulou a noção de propriedade da terra associada ao gado. Iniciou-se assim um processo gradual de tensão e dicotomia entre os grandes pecuaristas, que constituem grandes fazendas, e as comunidades pastoris caprinocultoras, instaladas em sítios camponeses. José Sousa Sobrinho (2012) analisou o processo de grilagem de terras e desenvolvimento do capitalismo nas frações do território camponês geraizeiro do Oeste da Bahia, pautadas pelo uso comum da terra, os fechos de gerais.

A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2012) enfatizou numerosos casos e estratégias de liquidação de aldeamentos indígenas como resultado da criação da Lei de Terras.

Iremos agora esmiuçar algumas dessas estratégias de apropriação de terras públicas que encontramos nos autores supracitados.

Silva (2008) verificou que a grilagem de terras devolutas permaneceu e se aprofundou depois da instituição da Lei de Terras. O máximo que o governo imperial conseguia fazer, *a posteriori*, com a grilagem já realizada, era cobrar dos grileiros uma indenização pelas terras ocupadas depois de 1854. O ministro da Agricultura em 1885 relatava que

Verifiquei que há muitas terras públicas possuídas por indivíduos, cujo título é a ocupação. Mandeí que lhes fosse dado o título legítimo, mediante a indenização legal. Deste modo, o Estado afiança o título de propriedade àquele que ocupa as terras de boa-fé, e converte-se o intruso em proprietário. (João Ferreira de Moura, Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, 1885 *apud* SILVA, 2008, p. 200).

Os proprietários de terra resistiram à processos de medição e demarcação de terras porque a lei propiciou um desestímulo financeiro à essa obrigatoriedade: eles tinham de bancar as despesas de demarcação e depois pagar alguns impostos sobre a terra legalizada. Somou-se a isso que os proprietários de terra sabiam que o Estado Imperial não conseguiria fiscalizar o processo de regularização como um todo e que a aplicação da lei dependia da ação da polícia e das milícias locais, que eram controladas por proprietários-grileiros. Além disso, Holston (2013) constatou que a legalização poderia impedir (pelo menos parcialmente) a incorporação *ad infinitum*, das quais de maneira geral dependia sua produção agrícola e sua lucratividade. Nesse sentido, Holston (2013) afirmou que medir e demarcar as terras seriam perigos que os proprietários muitas vezes não queriam correr. Assim, Holston (2013) entendeu que eles não desejavam que fossem aplicados os direitos de propriedade, nem que as terras públicas fossem diferenciadas das privadas, pois as condições de grilagem e de indiferenciação entre público e privado serviam melhor aos seus interesses expansionistas. A apropriação de terras devolutas e a expropriação do camponês-posseiro convinham a tais desígnios. Tais considerações de Holston (2013) podem ser compreendidas pela reflexão do engenheiro-chefe de medições na Província da Bahia

A população consiste (...) de posseiros de sesmarias e de pessoas que tem aberto sítios e grandes fazendas nas terras devolutas sem atender a coisa alguma, e julgaram-se senhores do terreno a ponto tal que alguns tem até por sua conta e risco assentado marcos e aberto rumos firmando seu direito de senhorio somente em terem sido os primeiros a n'elas fazerem benfeitorias. (João Bandeira de Melo, Fala dirigida à Assembleia Legislativa da província da Bahia, 1887, p. 141 *apud* SILVA, 2008, p. 214).

Denunciava-se também a cumplicidade das autoridades provinciais com a apropriação ilegal de terras devolutas e em diversas atividades produtivas na Província da Bahia

Estes fatos que relato V. EX. estão tendo lugar constantemente e até atualmente protegidos, ora pelo apoio ora pelo indiferentismo das autoridades, do que resulta vier-se aqui em um estado completamente anárquico o quem tem dado lugar a diversos homicídios. Os intrusos em terras devolutas dividem-se em duas classes: uns tiveram permissão da Presidência da Província, a qual tendo contratado com o major Alexandrino Saturnino do Rego a construção da estrada dos Lençóis, autorizou-os a estabelecer moradores na margem dessa estrada, outros tem tomado conta das terras devolutas de modo proprietário. (João Bandeira de Melo, Fala dirigida à Assembleia Legislativa da província da Bahia, 1887, p. 141 *apud* SILVA, 2008, p. 214).

No Rio Grande do Sul, Christillino (2011a) analisou a intensificação das grilagens em meio ao avanço da colonização imigrante e da exploração da erva-mate com intensa expansão de estâncias sobre áreas florestais públicas, sobre terras de posseiros ou terras de uso comum nos ervais localizados nas regiões da Serra, Planalto e Missões. Além disso, Christillino (2011a) apontou que os processos de grilagem de terra ocorreram de modo abundante na atividade pecuária. O historiador aprofundou em suas análises as denúncias das apropriações abusivas dos ervais públicos a partir de relatos à presidência da província desde a década de 1840. O autor relatou também os processos de legitimação de posses em Cruz Alta, onde foram realizados 86 processos para a obtenção do título de propriedade até 1880, dos quais 48 se referiam à posses em terras de mata. Estas 48 áreas legitimadas em terras florestais compreendiam 65.098 hectares, uma média de 1.356 hectares para cada posse - uma extensão que demonstrava o enorme descompasso entre a superfície que realmente poderia ser ocupada e aquela que foi apropriada das terras públicas. Christillino (2011a) enfatizou esse argumento comparando a pequena e a média propriedade produtiva com as grilagens legalizadas, verificando que a quantidade máxima possível para o uso produtivo na região de Cruz Alta na cultura de erva-mate era de 300 hectares. Christillino (2011a)

acompanhou de perto um conjunto de legalizações de grilagem de terras públicas e de uso comum e as ilegalidades presentes nos Registros Paroquiais. Além disso, de acordo com suas análises, foi promovido no Rio Grande do Sul um conjunto enorme de cadeias sucessórias falsas baseadas nas vastas práticas de grilagem nos oitocentos.

Tais processos dialogam com as considerações de Holston (2013) visto que para o autor os grileiros de terras ansiavam, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, de uma aparência de legalidade em seus processos de apropriação ilegal. Segundo Holston (2013), era sempre melhor para a efetivação e suposta legalização da apropriação realizada se valer das brechas possibilitadas pelos mecanismos abertos pela Lei de Terras e pelo Decreto de 1854. Para criar esses pontos de apoio, os grileiros abordavam a lei em seus pontos mais fracos, obedecendo apenas aos seus aspectos mais insignificantes, explorando cada ambiguidade de definição e praticando um arsenal de fraudes, tanto sutis quanto grosseiras, conforme Silva (2008), Secreto (1998), Motta (1998; 2011), Holston (2013), Feliciano (2013), Christillino (2011a) e outros constataram e provaram. Para envolver a terra em um emaranhado de transações supostamente legítimas, um grileiro poderia pagar impostos sobre sua posse, vender um pedaço dela, doar parte para uma organização religiosa, fragmentar a terra e reparti-la entre familiares e/ou agregados, fazer um levantamento da “propriedade” e registrá-la em juízo, usá-la como garantia para um empréstimo, deixar de herança, conceder a terra como dote, esbulhar indígenas, expropriar camponeses-posseiros ou, em uma enorme desfaçatez, se apoiar nos relatórios dos representantes legais provinciais (juizes, inspetores de terra ou presidentes de província) na prerrogativa de que não existia na prática e/ou de “fato” mais terras devolutas na província.

No Rio de Janeiro, por exemplo, na década de 1880, de acordo com Silva (2008), no Relatório do Presidente da Província constava a afirmação de que não haviam mais terras devolutas e, se o governo quisessem instalar colonos nessa província, deveria comprar as terras dos particulares, cujos títulos de propriedade, na imensa maioria, não haviam sido expedidos. As constatações de Silva (2008) revelam o poder dos latifúndios no processo de monopolização da terra, ressaltando, inclusive, que a única forma possível de saída da terra era a desapropriação. No Paraná, Nishikawa (2011) constatou exatamente o mesmo discurso no Relatório do Presidente da Província de 1856:

(...) para dar execução áquella lei [a implantação de projetos de colonização], já porque não era possível encontrar proprietarios habilitados, para receber, por salário ou parceria, famílias de colonos, *já por que a província não tem terras devolutas, onde as receba (...)* (apud NISHIKAWA, 2011, p. 104, sem grifo no original).

A alegada inexistência de terras devolutas no Paraná, tal como afirmado no relatório supracitado, parecia apontar para dois movimentos de grilagem de terras que começaram em Curitiba e Paranaguá e continuaram entre os fins do século XIX e início do século XX para “dentro dos sertões”, como relatou Nishikawa (2011).

Analisando o processo em Minas Gerais, especialmente no Vale do Jequitinhonha, Moura (1988) argumentou que com a privatização das terras realizada a partir da Lei de 1850, as terras de uso comum para pastagens e florestas de onde se retiravam lenhas e madeiras para feitura de móveis e vigas tornam-se passíveis de aquisição, pela mediação mercantil da compra e da venda. Na prática, constatou Moura (1988), a propriedade privada tornou-se antitética da posse, instituto provisório a ser transformado em propriedade. Em 1883, o Relatório do Presidente da Província chegou a argumentar que a pequena propriedade estava perdida em Minas Gerais, visto que as posses que se legalizavam e as apropriações de vastas extensões de terras devolutas seriam as normas daquela Província. O Relatório ressaltou a apropriação ilegal do Vale do Rio Doce:

São inúmeras as questões relativas ao domínio dos terrenos no Vale do Rio Doce. Posses estabelecidas depois da lei, transações sobre terrenos pertencentes ao Estado, ocupações actualmente feitas sem autorização e nem formalidade alguma constituem outras tantas resistências aos preceitos legais, e que ainda não foram de todo vencidas. (Antonio Gonçalves Chaves, Relatório do presidente da província de Minas Gerais, 1883, p. 33-34 apud SILVA, 2008, p. 218).

O Espírito Santo não fugiu à regra. No Relatório do Inspetor de Terras Joaquim Adolpho Pacca constatou-se a situação fundiária em que as ilegalidades advinham do período colonial e foram reproduzidas no século XIX. Em 1876, o inspetor especial afirmou:

Extinta a repartição de terras públicas nesta província, começaram os invasores de terrenos devolutos a sua obra; no princípio em pequena escala, receosos do cumprimento da lei e da punição com que a repartição tinha posto embargos em princípio. Experimentada a impunidade, mais tarde tal invasão tomou a proporção colossal e não era de estranhar, ver indivíduos, que com dificuldade podiam cultivar um lote, acharem-se de posse de 2, 3, 5, 6 e até 13 sesmarias, sendo assim comprometida as sábias previsões da lei no 601. (J. A. Pinto Pacca, Relatório apresentado à Sua Excia. senhor

inspetor-geral das Terras e Colonização pelo inspetor especial na província do Espírito Santo, em 30 de março de 1886, p. 4 *apud* SILVA, 2008, p. 16)

No Pontal do Paranapanema em São Paulo, Oliveira (1996), Fernandes (2002), Fernandes e Silva (2013) e Feliciano (2013) são autores que ressaltaram o processo de grilagem de terras iniciado pela falsificação de documentos no século XIX. Retomando essa trajetória, ressalta-se a figura de Antônio José Gouvêa como um importante protagonista inicial. Este estabeleceu os limites da fazenda que desejava legalizar, que se espalhava desde a barranca do Rio Paranapanema, seguindo por 10 léguas o rio Paraná acima e voltando-se para leste pelas vertentes do rio Pirapó, até encontrar-se de novo com o rio Paranapanema. O registro da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio foi declarado por Antonio Gouvêa no ano de 1856, através do frei Pacífico de Monte Falco, na paróquia de São João Baptista do Rio Verde (hoje Itaporanga). O registro contava que o grileiro possuía a posse desde 1848. (FERNANDES; SILVA; 2013; FELICIANO, 2013)

Exatamente no mesmo ano, 1856, outro grileiro, José Teodoro de Souza, obtém semelhante registro paroquial de posse da Fazenda Rio do Peixe ou Fazenda Boa Esperança do Aguapehy. De acordo com as divisas constantes do termo de posse, esta gleba era ainda mais extensa que a Pirapó-Santo Anastácio, pois tinha origem nas barrancas do rio Turvo, cujas nascentes estavam nos municípios de Agudos e Bauru, conforme constataram Feliciano (2013) e Fernandes e Silva (2013).

Entre 1880 e 1890, foram legitimados, nesse grilo-mãe (OLIVEIRA, 1996), oito imóveis. A área conhecida hoje no Pontal do Paranapanema seria integrante de uma antiga posse de terras denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio e também da Fazenda Boa Esperança do Aguapehy.

Entretanto, como comprovaram os geógrafos anteriormente citados, a partir dos grandes posseiros/grileiros começou o conflito dominial no Pontal do Paranapanema. As estratégias foram de permutas sobre propriedades que não existiam, pedidos de projetos de colonização oficial, vendas de parcelas e lotes, estratégias para supostamente criar a aparência de legalidade através de uma massa documental forjada. Sobre a tentativa de permuta, argumentou Carlos A. Feliciano

A tentativa de permuta foi realizada entre Manoel Goulart (Faz. Boa Esperança do Aguapei) e João Evangelista (Faz. Pirapó-Santo Anastácio), no ano de 1890. Mesmo com a contestação inicial de

familiares de João Evangelista e depois suspensa após acordo, fora julgada nula a ação de um ato que ambos não possuíam. *A artimanha criada por Manoel Goulart, na época, para “esquentar” os papéis de “suas terras” foi enviar, no ano de 1891, ao Ministério da Agricultura uma solicitação para alocar imigrantes em sua fazenda Pirapó-Santo Anastácio.* Como a política adota pelo governo federal era atrair grandes levas de imigrantes, a resposta encaminhada pelo órgão federal ao grileiro foi através do Aviso n. 24. (FELICIANO, 2013, p. 178, sem grifo no original)

Sobre a estratégia de possível legalização do grilo a partir da instituição de projetos de colonização:

Manuel Goulart necessitava do reconhecimento oficial de “suas” terras. Para tanto, encaminhou petição ao Ministério da Agricultura da época, solicitando permissão para receber colonos estrangeiros na Pirapó-Santo Anastácio. *Obtendo resposta favorável,* autorizando a contratação de imigrantes para sua fazenda, a partir de então, Goulart vendeu, trocou e doou terras. (FERNANDES; SILVA, 2013, p. 41, sem grifo no original)

Desde o início do século XX a justiça afirmava que havia “indícios” de irregularidades nas aquisições da Fazenda Pirapozinho-Santo Antônio, mas a partir desse grilo-mãe, outros grilos de grandes “proprietários” foram produzidos na primeira metade do século XX, estabelecendo-se uma cadeia sucessória completamente falsificada. Oliveira (1996) ressaltou que somente em 1958, de fato, depois da apuração da falsidade dos títulos, o governo do Estado ganhou a ação de devolução das terras e um conjunto de ações de desapropriação foi realizado por diferentes governos estaduais, que resultaram em um conjunto de assentamentos criados na região. Entretanto, Oliveira (1996) afirmou

Aqueles fazendeiros-grileiros que se dizem “proprietários” das terras griladas do Pontal, evidentemente ingressaram na justiça para contestar as ações do Estado e mais do que isso, *quando irremediavelmente perdiam, moviam ações para pedirem indenizações pelas benfeitorias.* Na verdade, tudo parece um conto de fadas, pois se a justiça reconhece que as terras não pertencem a esses fazendeiros, eles se tornaram grileiros, ou seja, utilizaram as terras sem sequer possuir uma autorização de seu proprietário (o Estado) logo, devem deixar estas terras que não lhe pertencem. E mais, *é o Estado que deve mover ações judiciais pedindo ressarcimento pelo uso indevido de seu patrimônio, ou seja, estes fazendeiros-grileiros deveriam pagar, no mínimo, renda pelo uso da terra.* (OLIVEIRA, 1996, p. 162, sem grifo no original).

Em suma, além de realizarem a formação da propriedade privada a partir da grilagem de terras, os fazendeiros-grileiros do Pontal do Paranapema cobram do Estado a indenização de desapropriação por terras griladas. Veremos que na

segunda metade do século XX e no século XXI tal estratégia não se realizou apenas no estado de São Paulo, mas é forma utilizada em outras unidades da federação.

No Pará, segundo Treccani (2001), foi o capital usurário comercial que determinava as regras da coexistência entre as diferentes classes sociais. Fundamentalmente a exploração da borracha marcou uma nova etapa de disputa entre os grandes proprietários de terra e os povos indígenas no século XIX. Além disso, os processos de expansão da “propriedade” proporcionaram a enorme concentração de terras, conforme o relato do presidente da provincial Sebastião do Rego Barros em 1854, analisado por Treccani (2009).

A situação dos povos indígenas se agravou a partir de 1861, quando a política indigenista deixou de ser executada pelo Ministério do Império e passou a ser de competência da “Repartição Geral das Terras Públicas”, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura. Segundo Treccani (2009), esta mudança foi prejudicial aos índios, pois seus interesses eram diametralmente opostos aos do ministério, que cuidava da política de terras e as terras em disputa na Amazônia eram, na grande maioria dos casos, terras indígenas.

Acerca do processo de titulação de terras no Pará no final do século XIX e início do século XX, Pinto (1986, p. 2) argumentou que

Em 1891, a titulação legal abrangia 13% dos 1.150.000 km² do Pará, passando para 30% em 1908 e 35% em 1912 (ou 400.000 km²), segundo dados apurados por Palma Muniz durante o período de mais intensa titulação. Mas em grande parte dessa área a titulação ainda era precária e ocorreria mais uma manipulação cartorial do que uma ocupação física. Mesmo esta se restringia a uma extração e coleta dos recursos oferecidos pela floresta. Sendo um mundo fechado que o extrativismo comandava, as árvores (que ofereciam látex, castanha, ouriço, amêndoas, cachos e óleos) e não propriamente o solo no qual estavam fincadas.

Ou seja, a formação da propriedade privada no estado do Pará se estabeleceu, sobretudo pela expropriação de população indígena.

Caminhando na mesma direção, Carneiro da Cunha (2012) denunciou o processo de liquidação das terras das aldeias indígenas após a Lei de Terras⁴¹⁰ em escala nacional. A autora ressaltou que na referida lei havia uma conveniência de se

⁴¹⁰ No Artigo 12 da Lei de Terras apareceu explicitamente a reserva de terras devolutas para a colonização indígena (e também para alguns assentamentos públicos e construção naval). Veja-se nas letras da lei: “O Governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias: 1º, para a colonização dos indígenas; 2º, para a fundação de povoações, abertura de estradas, e quaisquer outras servidões, e assento de estabelecimentos públicos; 3º, para a construção naval” (BRASIL, 1850, p. 77).

assentarem as assim chamadas “hordas selvagens”. Para seu aldeamento, estabelecimento de “reduções”, seriam reservadas áreas dentre as terras devolutas que seriam inalienáveis e destinadas a seu usufruto. A situação, todavia, foi entendida como transitória, já que dependendo de seu “estado de civilização”, o governo cederia aos índios o pleno gozo das terras. Motta (1998) afirmou que o reconhecimento do direito à terra ao indígena implicava em uma submissão às determinações do Estado, pois a ele cabia a definição do “estado de civilização” para o pleno gozo da terra. Aos índios considerados selvagens se concedia terras em usufruto e estes não teriam direito à propriedade enquanto não fossem “civilizados”. Assim, essas interpretações se expressavam no Decreto de 1854 de execução da Lei de Terras.

Art. 75. As terras reservadas para colonização de indígenas, e por eles distribuídas, são destinadas ao seu *usufruto*; e não poderão ser alienadas, enquanto o Governo Imperial, por ato especial, não lhes *conceder o pleno gozo delas, por assim o permitir o seu estado de civilização*. (BRASIL, 1854, p. 35, sem grifo no original).

O reconhecimento do direito dos índios à terra em usufruto para os “selvagens” e na forma de propriedade para os “civilizados” deveria desdobrar-se no sentido de delimitação e demarcação, mas não foi isso que ocorreu (CARNEIRO DA CUNHA, 2012; MOTTA, 2011; SILVA, 2008). Carneiro da Cunha (2012) constatou que, na verdade, essas definições jurídicas eram severamente burladas, e conforme constatamos no processo de formação territorial brasileira são vários os mecanismos de bloqueio no acesso à terra de indígenas, camponeses-posseiros, camponeses-agregados, escravos e ex-escravos: a resistência de fazendeiros em informar a existência de indígenas em suas “propriedades”, a ocupação ilegal de frações de território dos aldeamentos, a criação de obstáculos jurídicos à processos de medição e demarcação, relatórios de presidente de província que atestavam a inexistência de indígenas no território, a justificativa de assimilação do indígena e da indistinção entre indígenas e não-indígenas em processos de demarcação e delimitação de terras e as próprias estratégias criadas pelo Estado Imperial para a não-efetivação da política de demarcação de terras indígenas.

Ressalta-se que os aldeamentos existentes estabeleciam limites à expansão territorial dos fazendeiros, assim vários aldeamentos há muito tempo consolidados foram desaparecendo e sendo incorporados para a criação de cidades e para o aumento das grandes propriedades (MOTTA, 1998; CARNEIRO DA CUNHA, 2012).

Segundo Carneiro da Cunha (2013), a Lei de Terras inaugurou uma política agressiva em relação às terras das aldeias. Imediatamente após sua promulgação (cerca de um mês depois), uma decisão imperial mandou incorporar aos “Próprios Nacionais” as terras de aldeias de índios que “vivem dispersos e confundidos na massa da população civilizada” (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 78). Isto é, após ter durante mais de um século favorecido o estabelecimento de “estranhos” junto ou mesmo dentro das terras indígenas, o Estado Imperial utilizou o duplo critério da existência de população não indígena e de uma aparente assimilação para despojar as aldeias de suas terras⁴¹¹. Carneiro da Cunha (2012) enfatizou que, durante o período entre 1850 e 1865, foram extintos vários aldeamentos no Ceará, na Paraíba e em Pernambuco. Em Sergipe chegou-se ao ponto de extinguir a Diretoria Geral de Índios (em 6 de abril de 1853) com a alegação de que não havia quaisquer índios na Província. Nota-se que menos de dez anos antes havia sido nomeado um diretor-geral para todas as aldeias da província. Os interesses sobre as terras das aldeias indígenas para a expansão da grande propriedade podem ser acompanhados na análise de Carneiro da Cunha (2012) e o papel do Estado na efetivação da grilagem legalizada, pois mesmo que a Lei de Terras e o próprio Decreto de 1854 confirmassem o pleno gozo e direito dos indígenas, elas foram brutalmente liquidadas por um processo que se realizava paulatinamente efetivando o domínio, o aforamento e a venda de terras dos indígenas e terras devolutas para grileiros e posseiros.

A controvérsia relativa aos direitos sobre as terras das aldeias extintas excluíra portanto os índios e será travada entre municípios, províncias e Império. Durante algum tempo, parece prevalecer o entendimento de que se trata de terras devolutas do Império (Aviso 160 de 21/7/1856; Aviso 131 de 7/12/1858; ver também 18/11/1867). Em 1858 e 1862, por exemplo, declara-se expressamente que devem ser considerados nulos quaisquer aforamentos dessas terras pelas Câmaras Municipais (7/12/1858; 19/5/1862). Aos poucos, porém, o poder local ganha terreno: a partir de 1875, as Câmaras Municipais passam a poder vender aos foreiros as terras das aldeias extintas, e a poder “usá-las para fundação de vilas, povoações, ou mesmo logradouros públicos” (Decreto 2672 de 20/10/1875). Em 1887, as terras das aldeias extintas reverteram ao domínio das províncias e as Câmaras Municipais passam a poder aforá-las (Lei

⁴¹¹ Constata-se a permanência desse discurso oitocentista até a contemporaneidade em processos de demarcação de terras. A bancada ruralista do Congresso Nacional utiliza fartamente tal discurso para a formulação da PEC 215 que dá poderes ao Congresso para criação ou revogação nas demarcações de terras indígenas.

3348 de 20/10/1887, art. 8, par. 3; 12/12/1887 e 4/4/1888). (CARNEIRO DA CUNHA, 2012, p. 81).

Silva (2008) e Motta (1998) constataram que as modificações que ocorreram na Lei de Terras beneficiaram os grandes proprietários e a legalização da grilagem ao longo da segunda metade do século XIX à medida em que a data de validade das posses foi prorrogada até pelo menos as primeiras décadas do século XX, e que houve constantes alterações dos prazos para as revalidações de sesmarias e legitimações de “posses”. Além disso, o Estado nacional brasileiro se consolidou baseado na formação da propriedade privada e na garantia do Estado Imperial ao poder das classes proprietárias de terra. As grilagens de terras devolutas são a tônica do processo de incorporação do patrimônio público ao patrimônio privado. Os proprietários de terra encontraram assim duas chaves para o processo de consolidação de seus grilos e apropriação privada das terras brasileiras: mantiveram a imensidão do território passível de ser incorporado em novas frentes de legalização de grilagem para o futuro e realizaram a formação de sua propriedade privada construída na mentalidade nacional de que terra pública e devoluta era terra de ninguém, ou melhor, era terra passível de ser grilada.

Um terceiro fator importante é que os fazendeiros-grileiros descobriram a chave para a manutenção de lucratividade capitalista: a reprodução de estratégias de produção não-capitalistas para a reprodução de seu capital, passando da renda capitalizada concretizada no escravo para a renda capitalizada realizada na monopolização de terras devolutas e na legalização constante de grilagens em todo o território nacional.

Mas a história territorial da grilagem não cessou no século XIX, ela foi aprofundada e reforçada durante os séculos XX e XXI. Novas terras foram incorporadas para a formação territorial brasileira na “marcha para o oeste brasileiro”, e novamente se reforçou que a formação territorial se realizava através de processos de grilagem. É imprescindível retomar que a desapropriação de terras aparecia como uma forma de garantia da propriedade privada aos fazendeiros-grileiros, agora proprietários de terras legalizados e titulados. Observamos que o discurso já aparecia no século XIX e foi largamente utilizado no século XX e reforçado nas leis com a garantia de “prévias indenizações” em momentos de requisição do Estado para a efetivação de direitos de reforma agrária e construção de obras públicas.

Assim, o processo de incentivo à grilagem ganhou novo fôlego quando ocorreu a passagem das terras devolutas para o domínio dos estados, no âmbito da Constituição de 1891. A partir desse fato levou-se para o âmbito estadual a decisão à respeito das terras brasileiras. Silva (2008) constatou que havia uma clara benevolência dos estados em relação aos grileiros, o que fazia com que não ocorresse um processo de democratização da terra, incentivando o coronelismo e a manutenção da lógica do favor e do paternalismo. O processo de passagem das terras devolutas para o domínio privado permaneceu, então, como política no período republicano e se associava diretamente com os interesses dos latifundiários e/ou grileiros ao longo dos séculos XX e XXI. Os processos de legalização da grilagem permanecem como traço de uma reprodução jurídica da barbárie, violência e estrutura fundiária concentrada no campo. Esse processo iniciado em 1891 foi coroado com nova legalização de grilagens em 1931, sendo que este período de 40 anos foi um preparatório, uma apropriação prévia de grileiros com a certeza de que teriam seus grilos legalizados.

4.3. ANTESSALA DA LEGALIZAÇÃO DA GRILAGEM DE 1931: A PRIMEIRA REPÚBLICA

No item anterior verificamos os fundamentos jurídicos da propriedade privada capitalista da terra, em sua gênese, a partir da Constituição Imperial de 1824 e da Lei de Terras de 1850, e sua contraditória implementação ao longo da segunda metade do século XIX. Nosso enfoque buscou compreender as estratégias de legalização de grilagem prévias à instituição das Leis, já desencadeadas no período colonial, e sua revitalização desencadeada a partir de estratégias de usurpação de terras devolutas de modo institucionalizado pelo Estado Imperial, na busca por uma legitimação da grilagem pela via de documentos falsificados que garantiriam a propriedade. Constatamos que antigas estratégias de apropriações privadas de terras públicas baseadas na grilagem foram reproduzidas e modernizadas enquanto outras e novas estratégias foram criadas, sob o auspício conivente de mecanismos instituídos pelo próprio Estado. Além disso, a violência contra posseiros e colonos foi a tônica desse processo. A compreensão estabelecida pela análise foi de que o processo de consolidação da formação territorial brasileira pressupôs a regulamentação, delimitação e demarcação da propriedade privada capitalista que se instituiu a partir de mecanismos não-capitalistas de apropriação. A compra e

venda, como instrumento instituído pela legislação, foi amplamente suplantado pelas formas de apropriação ilegal e por um discurso de juristas que salvaguardavam as grilagens e a complacência do poder público no atendimento aos interesses da classe dos proprietários de terra.

Com a proclamação da República, em 1889, e a publicação da nova Constituição brasileira, em 1891, novos procedimentos de reordenamento agrário foram adotados, principalmente pelo fato de os estados assumirem o processo de estabelecimento de políticas públicas e de legislação sobre a questão fundiária. Almeida (1998) destacou que, de modo geral, os juristas não reconheceram os territórios etnicamente configurados e trataram como devolutas e desocupadas as terras, objeto da expansão no período republicano, desde suas primeiras décadas. As terras ocupadas por indígenas, ribeirinhos ou por comunidades quilombolas foram consideradas como disponíveis. Além disso, as terras dos camponeses-possesores e camponeses arrendatários, meeiros e moradores de favor sofreram as investidas de processos de legalização de ilegalidades e constantes investidas de expropriações e violência⁴¹². Nesse processo, o coronelismo se transformou na marca característica das relações políticas, sociais e econômicas da Primeira República e teria vida longa no Brasil dos séculos XX e XXI.

Silva (2008) argumentou que, com o fim da Monarquia e com o golpe militar que instituiu a República, novamente a classe dos proprietários de terra realizou uma participação política efetiva nos rumos e decisões da nação. Autores como Graham (1970), Silva (2008) e Silva e Secreto (1999) expuseram que no momento do golpe militar que instituiu a República e nas decisões das questões centrais do nascente período, a participação dos proprietários de terra foi decisiva. Ainda assim, tais pressupostos não se encontram efetivamente explicitados na bibliografia sobre o fim do Império, havendo pouca referência ao desagrado dos proprietários de terra com os rumos da política agrárias do Estado imperial que mobilizaram seu apoio à instituição da República. Graham (1970) e Silva e Secreto (1999) afirmaram

⁴¹² Fundamental ressaltar as lutas camponesas na Guerra de Canudos contra o poder dos latifundiários do sertão da Bahia, entre 1896 e 1897, e a Guerra do Contestado, uma guerra camponesa no Paraná e em Santa Catarina, entre 1912 e 1916 (OLIVEIRA, 1996; MARTINS, 1981). Consideramos importante aprofundar o entendimento dessas lutas camponesas e os seus impactos no período em comparação com as lutas camponesas na segunda metade do século XIX: a Guerra dos Marimbondos em Pernambuco de 1851 à 1852 e a Revolta dos Quebra-Quilos entre 1874 e 1876 que teve como protagonistas os pobres livres do campo (sertanejos, criadores de gados e posseiros) de oito províncias (sete no Nordeste). Esses movimentos tinham a pauta da questão da propriedade privada da terra e das estratégias de grilagem como motes das lutas.

enfaticamente que havia amplo desagrado dos proprietários, fundamentalmente, com a tentativa de modificações na estrutura fundiária planejada pelo governo imperial. Os autores ressaltaram que as ameaças de desapropriação das terras particulares nas bordas das ferrovias contribuíram decisivamente para a queda da monarquia⁴¹³.

Carvalho (1988) argumenta sobre as queixas dos funcionários do Estado imperial na dificuldade de implementação da Lei de Terras:

A leitura dos relatórios dos ministros do Império (até 1860) e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (de 1860 a 1889) são um contínuo reafirmar das frustrações dos ministros e dos funcionários das repartições encarregadas de implementar a lei frente aos obstáculos de várias naturezas que se lhes apresentavam. No que se refere especificamente a terras, os pontos mais importantes de lei eram o registro paroquial, a separação e medição das terras públicas, a revalidação de sesmarias e a legitimação de posses com a respectiva medição e demarcação. (CARVALHO, 1981, p. 47).

Entretanto, concordo com Silva (2008), e compreendo que a Lei de Terras foi sim parcialmente implementada. Porém, a realização da política fundiária se efetivou em amplas legalizações de posses, nas brechas possibilitadas pelas disposições jurídicas e pelas estratégias de compadrio e favor entre o Judiciário e os grileiros-proprietários. A Lei de Terras, em sua formulação e parcial implementação ao longo do século XIX, reforçava densamente o argumento do poder da classe de proprietários de terra no Brasil. Sobre o fim do Império, Silva (2008) argumentou que

Quando o regime monárquico chegou ao fim, deposto por um golpe militar, a situação da propriedade territorial continuava confusa. Mais uma vez os proprietários de terras tiveram uma participação destacada nos desdobramentos do episódio. Ainda assim, é raro encontrar-se na bibliografia sobre o fim do Império qualquer referência ao desagrado dos proprietários de terras com os rumos da política de terras do Estado imperial. Pelo que podemos constatar por meio das observações dos organismos encarregados da aplicação da lei de 1850, forçoso é admitir que o governo imperial não conseguiu atingir seu objetivo primordial que era a demarcação das terras devolutas e particulares. O artigo 2º da Lei de Terras que proibia a posse também não foi aplicado e o apossamento continuou (ou, na terminologia do Império "a invasão dos terrenos devolutos"). É também verdade que nos dispositivos da lei encontravam-se

⁴¹³ Esse argumento exposto por Graham (1970) e Silva e Secreto (1999) demanda uma análise mais aprofundada, visto que, segundo os autores, as preocupações dos proprietários de terra quanto à possível desapropriação de suas terras foi um motivo importante para a transição do Império para a República. Tal argumento corrobora com a hipótese da tese de doutorado em questão e de certa forma colocou outra leitura às análises sobre o fim do Império e nascimento da República, sendo uma contribuição importante a historiografia do período.

elementos que permitiam supor que os posseiros que efetivamente cultivavam seus terrenos estavam garantidos nas terras que ocupavam. Dada a complexidade da situação em pauta, entretanto, que envolvia uma extensa gama de interesses contraditórios, não nos parece que seria correto concluir-se simplesmente que a lei de 1850 não foi aplicada. Mesmo porque a história da lei de 1850 não se encerrou com a queda da Monarquia. (SILVA, 2008, p. 242-243)

Pode-se constatar que Silva (2008) entendeu que a Lei de Terras continuava regulando o acesso à terra no Brasil, mesmo após o fim do Império. As brechas possibilitadas pela Lei de Terras eram funcionais para a estratégia de apropriação privada de terras públicas, especialmente no que tangia às interpretações de juristas quanto à proibição da posse. Oliveira (2010) e Oliveira e Faria (2009), a partir das análises de Silva (2008), argumentaram que havia duas correntes que interpretaram de forma divergente as proposições presentes na Lei de 1850 e seu regulamento após a sua vigência. Em uma das coerentes a apropriação privada das terras devolutas aparecia como ilegalidade, isto porque a aquisição de terras só poderia ser feita por meio da compra, transformando, assim, os ocupantes de terras devolutas em transgressores da lei. Esta foi a posição oficial do governo imperial, até o final do Império (SILVA, 2008; OLIVEIRA; FARIA, 2009).

A outra corrente alegava que era legalmente impossível e socialmente indesejável a completa sustação da posse como meio de aquisição das terras devolutas, e assim, passou a paulatinamente disseminar esta convicção (OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA; FARIA, 2009; SILVA, 2008). Esta corrente propugnava a identificação do termo devoluto ao termo vago, o que em outras palavras afirmava que o Estado era um proprietário como outro qualquer diante das suas terras, sujeito, portanto à usucapião. Ou seja, Oliveira e Faria (2009, p. 7) concluíram que “a justiça social presente na posse voltada para a reprodução social da família passava a ser argumento de defesa para legitimar todas as terras ocupadas, quaisquer que fossem as suas dimensões”. De todo modo, o fato é que uma vez expedido um título de propriedade, o Estado só poderia recuperar terras e dar-lhes outro destino através da desapropriação. Como a lei de 1850 foi servindo ao longo dos anos para regularizar a situação dos grandes “posseiros” latifundiários, e transformá-los, portanto, em proprietários de pleno direito, a única forma de recuperar as terras improdutivas passou a ser a desapropriação. Mas esta via só começou a ser discutida seriamente nas décadas de 1950 e 1960 (SILVA, 2008).

Essa interpretação e argumentação da impossibilidade de sustação da posse

se reproduziu no Período Republicano como uma espécie de justificativa para grilar terras. Nesse momento, no final do século XIX e na primeira década do século XX, a expansão da economia cafeeira, as preocupações com a ocupação do território brasileiro (a questão da soberania nacional sobre os “espaços vazios”) e a assim chamada “Marcha para o Oeste” começaram a se transformar em políticas públicas, produzindo mais uma janela de oportunidades para a grilagem de terras públicas brasileiras.

Importante analisar o mapa produzido por Hervé Théry e Neli Melo (2009) sobre as produções agrícolas brasileiras e a ocupação econômica do território no século XIX para o desdobramento dos argumentos sumariamente expostos e para a compreensão das estratégias de apropriação das terras públicas nas primeiras décadas da República.

MAPA 26: Economia e território no século XIX

Fonte: Théry e Melo (2009)

O Mapa 26 demonstra a economia e o território no século XIX. Nota-se a presença da cafeicultura, sobretudo nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, observa-se que a expansão para o Oeste Paulista e norte do Paraná com terras muito férteis ainda não estava realizada. A pecuária extensiva como atividade produtiva se encontrava presente em todo o território nacional, a cultura da cana-de-açúcar se encontrava marcadamente no Nordeste (na Zona da Mata da Bahia ao Rio Grande do Norte e também no entorno da capital do Maranhão, São Luis) e partes do Sudeste (norte do estado do Rio de Janeiro na região de Campos dos Goitacazes, norte paulista e sul capixaba). As atividades extrativistas, como a cultura da borracha e as chamadas drogas do sertão, eram as formas produtivas marcantes na bacia do rio Amazonas. Além disso, observava-se o cultivo da erva-mate na região Sul, a cultura cacaueteira marcadamente no sul da Bahia e a extração de ouro e diamante se apresentavam em porções do Centro-Oeste, do estado de Minas Gerais e no interior da Bahia.

Evidencia-se no mapa que haviam imensas porções do território nacional consideradas como “espaços vazios” e possíveis territórios para a expansão nas regiões de maior povoamento. Além disso, a Primeira República foi o momento de estabelecimento e delimitação de fronteiras nacionais (nesse período foram confirmadas as fronteiras do Acre, as disputas por delimitação das fronteiras no Paraná e no Amapá).

Lima (2002) ressaltou que no recenseamento de 1920 existiam no Brasil 648.153 estabelecimentos rurais que compreendiam uma área de 175.104.675 hectares, o que representava cerca de 20% da superfície territorial brasileira. O jurista especifica alguns casos:

Desses 175.104.675 hectares, a Minas Gerais cabiam 27.390.536; ao Rio Grande do Sul, 18.578.923; e a São Paulo, 13.883.269. Em relação a superfície de cada um desses estados, essas cifras representavam, todavia, quanto a Minas e São Paulo, mais de 40 e 50% e, quanto ao Rio Grande, mais de 60% dos respectivos territórios (LIMA, 2002, p.109-110).

Na associação entre os dados expressos por Lima (2002) e o mapa de Théry (2009) constata-se que haviam vastas extensões de terras devolutas no Brasil, por exclusão ao menos 80% do território brasileiro, sabendo-se que a partir da argumentação exposta uma parte significativa desses 20% de terras apropriadas fora obtida por formas de grilagem.

Silva (2003; 2008) afirmou que, com a República e a passagem de terras devolutas para o domínio dos estados, agudizaram-se ainda mais os efeitos perversos da Lei de Terras, especialmente no que tange ao processo de grilagem com o agravante de que foram bastante escassas as iniciativas no sentido do estabelecimento de uma política de colonização ou assentamento que minimamente contrabalançasse a proliferação dos latifúndios improdutivos.

Motta e Mendonça (2002) enfatizaram que a República foi proclamada em nome da modernidade. E ainda em nome dessa modernidade seria necessário que o novo grupo no poder discriminasse as terras da nação, posto ser este o único caminho para se redefinir o próprio acesso à terra com vistas a reestruturar (ou não) o mapa fundiário no país (MOTTA; MENDONÇA, 2002). Para tanto, era preciso, fundamentalmente, definir a quem caberia a tarefa de controlar a incorporação de terras devolutas do país. Nos embates ocorridos entre as frações de classe de proprietários de terra no decorrer dos primeiros anos da República, as questões inerentes à responsabilidade sobre as terras devolutas se tornaram questões basilares para a consolidação dessa nova ordem.

Entretanto, uma modernização conservadora foi reposta no período da Primeira República, produzido mais uma vez na história brasileira uma ruptura incompleta na Política. As principais frações de classe dos proprietários de terras (elites agrárias de grandes proprietários, grileiros titulados e/ou grileiros desejosos de legalização) procuraram impor que a nova política fundiária fosse eminentemente descentralizadora, descentralização esta que favorecia seus interesses nas formas de aquisição de terras.

A Constituição de 1891 expressou o poder político das frações de classe de proprietários fundiários que se organizaram para obstaculizar qualquer política que significasse uma reformulação da estrutura fundiária vigente.

Motta e Mendonça (2002) argumentaram que, em um primeiro momento, havia a proposta de uma *via farmer* para o país, cujo exemplo recorrentemente lembrado era dos Estados Unidos. Essa proposta era defendida pelos liberais que compreendiam que o desenvolvimento nacional deveria partir da generalização da pequena propriedade. Já em um segundo e vitorioso momento os setores oligárquicos dominantes fariam abortar qualquer iniciativa de reformulação da estrutura fundiária, consolidando, justamente em nome da ruptura realizada, uma continuidade com o passado, apesar do conjunto de mudanças presentes no bojo da

alteração do regime político (MOTTA; MENDONÇA, 2002).

Secreto (1998) e Silva e Secreto (1999) analisaram que na região da expansão cafeeira de São Paulo e do Paraná, a Constituição Federal e as legislações estaduais⁴¹⁴, desencadearam novas ondas sucessivas de incorporação de mais terras, concretizando o avanço da fronteira, a partir de frentes de expansão, facilitando a ação dos “posseiros”-grileiros e toda uma gama de especuladores. Sanches (2008) argumentou que inexistia um sistema minimamente adequado de registro de propriedade imobiliária e, também, com a enorme facilidade a apropriação de terras às margens da lei ou com o utilitarismo de partes da lei, foi reproduzido um conjunto de subterfúgios de aparência de legalidade aos títulos de propriedade.

Os grileiros que atuaram sobremaneira na segunda metade do século XIX reproduziram no período republicano estratégias, cada vez mais sofisticadas, de falsificação de títulos de propriedade no intuito de revender as terras griladas. Em consequência desse processo, o preço das terras subiu vertiginosamente nessas regiões (DEAN, 1977; SILVA; SECRETO, 1999; MARTINS, [1979] 1996; GRANDE JÚNIOR, 2012). Martins ([1979] 1996) argumentou que o preço da terra aumentou até dez vezes no começo da febril formação de fazendas de café em São Paulo. Acerca de tal questão, o autor discorreu:

(...) a formação de fazendas transformou-se num novo e grande negócio. Além de produzir café, o fazendeiro passou a produzir, também, fazendas de café. A febril abertura de novas fazendas, depois da efetiva liberação da mão-de-obra, o deslocamento contínuo de fazendeiros de um lugar para outro em busca de novas terras, a rápida ocupação de regiões que ainda não haviam sido absorvidas pela economia de exportação, produziram muito depressa, já no começo do século, uma grande elevação no preço das terras. O que em 1880 era apenas especulação teórica, tendo em vista um substituto para as hipotecas feitas sobre os escravos, vinte anos depois era realidade: a terra havia alcançado alto preço, assumindo plenamente a equivalência de capital, sob a forma de renda territorial capitalizada. (...) a transformação da terra em propriedade privada, que pudesse ser comprada pelo fazendeiro, antes de se converter em renda territorial capitalizada, era objeto de outro empreendimento econômico – o do grileiro, às vezes verdadeiras, empresas. No processo de transformação do capital em renda capitalizada, o grileiro substitui o antigo traficante de escravos. (MARTINS, [1979] 1996, p. 68-69)

⁴¹⁴ De acordo com Silva (2008), o fundamento do conjunto de legislações estaduais aprovadas após a passagem das terras devolutas para o domínio dos estados foi a liberalidade em relação aos “posseiros”.

Silva e Secreto (1999) constataram, analisando o caso do município de Araraquara, em São Paulo, que, em termos reais, o preço aumentou sete vezes e meia entre 1885-1889 e 1890-1894. Assim, a valorização da terra, que era um dos objetivos da Lei de Terras de 1850, ocorreu de um modo perverso, não através da venda das terras nacionais, mas através da apropriação ilegal e posterior venda pelos particulares especuladores. As autoras ressaltam ainda que a expansão da fronteira incorporou novas terras ao patrimônio privado e as vendas se multiplicavam, complicando a já confusa situação dos títulos de propriedade. Todavia, ressalta-se que a falsificação de títulos com data anterior a 1854, apesar de estratégia disseminada, não era tarefa que podia ser considerada como “fácil”. A grilagem pela via de falsificação de documentos necessitava da conivência dos donos ou funcionários dos cartórios que também acabavam tendo participação no lucrativo negócio, e claro, essa documentação “legitimada” só podia ocorrer com a anuência dos chefes políticos do município. Constata-se então a eficiência do coronelismo brasileiro, o atraso travestido de modernidade no processo de apropriação e formação do território capitalista no país, pela classe dos grandes proprietários de terra: a grilagem produzindo simultaneamente os termos da classe em si e para si.

Sanches (2008) e Oliveira e Faria (2009) argumentaram que, antes da Constituição de 1891, o Governo Republicano Provisório, através do decreto n. 451-B, de 31 de maio de 1890, regulamentado pelo Decreto nº 955-A de 05 de novembro de 1890, criou o Registro Torrens que tinha o intuito de legalizar e sanear as numerosas “posses não fundadas em perfeito título de propriedade” (as estratégias semânticas para evitar os termos grilagem ou ilegalidade eram exímias nas normatizações jurídicas e estatais no Brasil). O Registro Torrens introduziu a garantia a quem efetivasse esta matrícula, ou seja, um título que correspondia ao de propriedade. O artigo 40 dispunha que: “Ninguém poderá produzir contra o registro contrato, ou ato, de data anterior a título, que não tenha sido também registrado. Este dispositivo isentaria o imóvel de qualquer dúvida sobre seu domínio” (BRASIL, 1891, p. 150). A tentativa de solução das apropriações ilegais de terras devolutas era novamente estabelecida pela via administrativa e eminentemente formal.

O projeto buscava consolidar um mercado de terras, instituindo a hipoteca sobre a terra e não sobre os frutos dela, e procurava regulamentar os títulos de domínio e aquisição da propriedade imóvel (MOTTA; MENDONÇA, 2002). Além

disso, tinha como objetivo definir os limites dos domínios territoriais o que, na argumentação subentendida da análise do projeto do Registro, minimizaria as recorrentes práticas de usurpação de terras devolutas e sua transformação em propriedade privada (SANCHEZ, 2008). Motta e Mendonça (2002) argumentaram que o Registro Torrens objetivava instituir uma forma de “modernização do Brasil” quanto à sua estrutura fundiária, na medida em que visava reorganizar o território capitalista definindo as terras privadas através da recriação da Inspetoria Geral das Terras e Colonização, instituição que havia sido criada no decreto de regulamentação da Lei de Terras em 1854. A proposta do Registro Torrens ainda trazia implícito em seu conteúdo certo interesse pela centralização das terras e verificação da origem dos títulos (artigo 25). Todavia, menos de um ano depois, o Estado optaria pela descentralização fundiária, consolidando os interesses dos grandes fazendeiros e transferindo para os governos estaduais a responsabilidade pelas terras devolutas.

Um dos fatores que incidiu sobre essa pouca repercussão do Registro Torrens foi, contraditoriamente, a não obrigatoriedade dos proprietários rurais em registrarem suas propriedades⁴¹⁵ (SILVA, 2008).

A partir da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891, o novo regime estadualizou as terras devolutas da União ao determinar no artigo 64 da Carta que:

Art. 64. Pertencem aos Estados as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Parágrafo único. Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados. (BRASIL, 1891, p. 28).

A Constituição de 1891 assegurava o direito de propriedade “em toda sua plenitude” e estabelecia que a desapropriação só poderia ocorrer “mediante prévia indenização”. A Carta expressou a vitória da classe dos proprietários e proprietários-grileiros de terra que defendiam a estadualização das terras devolutas.

⁴¹⁵ O Decreto n. 451-B, que instituiu o Registro Torrens dispunha no seu artigo 5: “O requerimento para registro deve ser dirigido ao juiz pelo proprietário, ou por quem tenha mandato, ou qualidade para o representar. No caso de condomínio, só se procederá ao registro a requerimento de todos os condôminos” (BRASIL, 1890, p. 143, sem grifo no original).

Art. 72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

§ 17. O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salva a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. As minas pertencem aos proprietários do solo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei a bem da exploração deste ramo de indústria. (BRASIL, 1891, p. 28).

Cada governo estadual ficou com a incumbência de discriminar as terras devolutas e decidir as formas de ocupação e uso do solo. A União ficava restrita à jurisdição da faixa de fronteira e da faixa de marinha. Oliveira e Faria (2009) enfatizaram que, sendo assim, a Lei de Terras continuava sua vigência, pois enquanto as unidades da federação não elaborassem o aparato jurídico para a normatização e regulamentação de revalidação de sesmarias, legitimação de posses e discriminação das terras devolutas, valia a Lei de 1850.

Nesse sentido, pode-se analisar brevemente o caso das grilagens de terra realizadas no estado do Mato Grosso, legalizadas e legitimadas, quando se institui sua legislação estadual. De acordo com Moreno (1999), desde 1892 os diversos governos do estado estimularam e favoreceram o acesso à vastas extensões de terra para latifundiários, capitalistas individuais ou grupos econômicos e empresas de agricultura e pecuária e de colonização.

Assim, Moreno (1999) constatou que a primeira lei de terras do estado do Mato Grosso (lei n. 20 de 1892) e o seu regulamento (Decreto n. 38 de 1893) garantiram a regularização das assim chamadas ocupações “consolidadas” - sesmarias e “posses” - até 15 de novembro de 1889. Para a regulamentação da “posse” bastava somente a apresentação de registro feito nas Intendências Municipais referendado por juízes comissários. Segundo Moreno (1999) o processo de legalização da grilagem instituído pela legislação fundiária estadual foi regulamentado da seguinte maneira: as “posses” com registro efetuado até 1854 foram tituladas do tamanho que fossem, já as “posses” realizadas entre 1854 e 1889 foram limitadas em até 450 hectares para a atividade extrativista, até 900 hectares para a lavoura e até 3.600 hectares para a pecuária. Moreno (1999) constatou que as áreas médias de propriedades regulamentadas e tituladas foram as seguintes: os grilos anteriores a 1854 possuíam uma extensão média de 15.000 hectares e os grilos entre 1854 e 1889 possuíam entre 450 hectares e 14.500 hectares.

Os prazos para a regulamentação da terra e para a legalização da grilagem no Mato Grosso foram constantemente estendidos ao longo da Primeira República (MORENO, 1999). Mas a complacência dos coronéis da política do Mato Grosso no período não se limitou à legalização de grilos no Período Imperial e colonial. A legislação estadual de terras mato-grossense de 1892 permitiu a incorporação de até 150 hectares de terras devolutas contíguas às terras já tituladas. Era o Estado patrocinando a incorporação de mais terras públicas ao patrimônio privado - uma verdadeira contra-reforma agrária para o latifúndio. Além disso, Moreno (1999, p. 70) constatou que “Entre 1899 e 1929 verificamos que, para 910 títulos definitivos que foram expedidos, registrou-se a soma de 650.877,50 ha de área legal e 4.294.216,00 ha de área em excesso. As propriedades foram tituladas com áreas médias superiores a 5.000 ha”.

O estado do Mato Grosso não foi uma exceção, mas sim a demonstração da regra de transferência de imensas extensões de terra do patrimônio público para a dominação privada. A partir da Constituição de 1891 a política de demarcação e controle das terras públicas esteve em mãos das oligarquias locais, aspecto fundamental para a compreensão da reafirmação do poder dos coronéis⁴¹⁶. Ou seja, após os primeiros anos de hegemonia militar e de certa indefinição política, as oligarquias se articularam a partir do Estado utilizando-o como um canal para a finalização de seus interesses. A descentralização foi utilizada como forma de legitimação, segundo o modelo preconizado pela Política dos Governadores do paulista Campos Sales⁴¹⁷. A Constituição de 1891 foi a demonstração de força

⁴¹⁶ Mendonça (1999) reforçou que foi no final do século XIX que os grandes proprietários de terra se organizaram articuladamente para a garantia e ampliação de seus interesses políticos. A partir da Primeira República se produziu o ruralismo como um movimento político de organização e institucionalização de interesses de algumas frações da classe dominante rural dotada de agências específicas de expressão e difusão, consistindo em uma das dimensões do próprio processo de construção do Estado no Brasil, visando o aparelhamento das instituições e efetivação de suas decisões políticas. O poder político dos coronéis, garantido pela nascente República, especialmente na questão fundiária produziu a lógica de reprodução das elites agrárias nas esferas municipais, estaduais e federais de poder (MENDONÇA, 1999). Ao longo dos séculos XX e XXI, para citar dois exemplos, verificou-se o poder dos ruralistas na questão dos bloqueios à reforma agrária na formulação da Constituição Federal de 1988, analisado minuciosamente por Silva (1989), e o poder político da bancada ruralista na produção das medidas provisórias 422 e 458 de legalização de grilagem de terras na Amazônia Legal, profundamente estudado por Oliveira (2009b; 2009c; 2011). Destaca-se ainda o aumento do tamanho da bancada ruralista nas eleições de 2014, tornando-se a bancada suprapartidária com o maior número de deputados e senadores e que teve atuação enfática no golpe parlamentar perpretado em 2016.

⁴¹⁷ Destaca-se que a Primeira República, apesar de seu republicanismo formal, estruturou-se de fato no autoritarismo tradicional (COSTA, 1988) consubstanciado na proeminência política dos grandes proprietários de terra, especialmente com a hegemonia dos fazendeiros de café paulistas e mineiros.

política no que tangia ao fortalecimento e hierarquização das lideranças locais através das funções mediadoras de um Estado oligárquico, estabelecendo uma via de mão dupla: o Estado apoia os coronéis, fortalecendo seus interesses político-privados, e os coronéis apoiavam com lealdade o Estado constituído oligarquicamente.

Saindo da esfera constitucional para a esfera civil, em 1916 foi promulgado o Código Civil (Lei n. 3.071 de 1º de janeiro de 1916), em formulação desde o final do século XIX, cuja fonte de inspiração era o Código Civil francês conhecido como Código Napoleônico. Na interpretação de Fachin (1994), o Código foi um anfitrião perfeito de

um retumbante silêncio sobre a vida e sobre o mundo; nele somente se especulou sobre os que têm e julgou-se o equilíbrio do patrimônio de quem se pôs, por força dessa titularidade material, numa relação reduzida a um conceito discutível de esfera jurídica. (FACHIN, 1994, p. 205)

Os três pilares do Código Civil de 1916 foram, de acordo com a análise de Fachin (2002), o contrato, como a expressão mais acabada da suposta autonomia da vontade; a família, como organização social essencial à base do sistema; e os modos de apropriação, nomeadamente a propriedade, como títulos explicativos da relação entre as pessoas sobre as coisas. Assim, a propriedade apareceu como conceito abstrato e absoluto, retomando os marcos do Código Napoleônico e as determinações jurídicas contidas nas Constituições de 1824 e 1891. O conceito de propriedade se corporificou no Código, especialmente no Título II “Da Propriedade” em seu capítulo I “Da propriedade em geral”:

Art. 524. A lei assegura ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor de seus bens, e de reavê-los do poder de quem quer que injustamente os possua. (...)

Assim, o sistema político da Primeira República se consolidou na chamada política dos governadores de centralização do poder pelos cafeicultores de São Paulo e Minas Gerais. Além disso, a seleção do corpo eleitoral foi delegada aos coronéis estaduais e municipais que controlavam as seções eleitorais, tornando-se de fato “grandes eleitores” em seus currais eleitorais, graças à inexistência da garantia do voto secreto que facilitava o chamado voto de cabresto (PILATTI, 2013). A seleção dos eleitos era realizada pelas elites dirigentes, capitaneada pelo presidente e pelos governadores, por meio das assim chamadas “comissões de verificação de poderes” dos legislativos. Pilatti (2013) enfatizou que cabia aos próprios parlamentares a decisão sobre o reconhecimento ou não da validade dos eleitos. Assim, controlados o eleitorado e a representação por meio de tais expedientes que representavam o poder dos grandes proprietários de terra, a “farsa eleitoral” garantia ao presidente o tratamento do alto dos assuntos da Administração estatal, o que de fato significou a reprodução do modelo agrário-exportador como pauta econômica central do período. Nesse sentido, verificava-se que era a vanguarda do atraso “modernizando” as estruturas políticas com base no tradicionalismo latifundiário.

Art. 525. É plena a propriedade, quando todos os seus direitos elementares se acham reunidos no do proprietário; limitada, quando tem ônus real, ou é resolúvel.

Art. 526. A propriedade do solo abrange a do que lhe está superior e inferior em toda a altura e em toda a profundidade, úteis ao seu exercício, não podendo, todavia, o proprietário oppor-se a trabalhos que sejam compreendidos a uma altura ou profundidade tais, que não tenha elle interesse algum em impedi-los.

Art. 527. O domínio presume-se exclusivo e ilimitado, até prova em contrário.

Art. 528. Os frutos e mais produtos da coisa pertencem, ainda quando separados, ao seu proprietário, salvo se, por motivo jurídico, especial, houverem de caber a outrem. (BRASIL, 1916)

Assim, os artigos anteriormente citados do Código reafirmaram a propriedade absoluta em sua plenitude e inviolabilidade, e inclusive, a propriedade do subsolo. Além disso, se garantiu os frutos da propriedade, mesmo que o proprietário estivesse à distância do imóvel. Verifica-se que as concepções de Von Ilhering foram decisivamente utilizadas para a permanência de propriedade privada da terra por proprietários absenteístas.

Na Seção VI sobre “a perda da propriedade imóvel”, encontravam-se as seguintes perspectivas sobre a desapropriação da propriedade, que se podia realizar exclusivamente por necessidade ou utilidade pública:

Art. 590. Também se perde a propriedade imóvel mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública.

§ 1º Consideram-se casos de necessidade pública:

- I. A defesa do território nacional.
- II. A segurança pública.
- III. Os socorros públicos, nos casos de calamidade.
- IV. A salubridade pública.

§ 2º Consideram-se casos de utilidade pública:

- I. A fundação de povoações e de estabelecimentos de assistência, educação ou instrução pública.
- II. A abertura, alargamento ou prolongamento de ruas, praças, canais, estradas de ferro e em geral, de quaisquer vias públicas.
- III. A construção de obras, ou estabelecimento, destinados ao bem geral de uma localidade, sua decoração e higiene.
- IV. A exploração de minas.

Art. 591. Em caso de perigo iminente, como guerra, ou comoção intestina (Constituição Federal, art. 80), poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, garantido ao proprietário o direito à indenização posterior.

Parágrafo único. Nos demais casos o proprietário será previamente indenizado, e, se recusar a indenização, consignar-se-lhe-á judicialmente o valor. (BRASIL, 1916)

Nota-se que o Código Civil de 1916, e certamente também a Constituição de 1891, não trazia qualquer referência à questão da função social da propriedade, diferente do conteúdo do artigo 153 da Constituição de Weimar de 1919 cuja redação em seu parágrafo 2º era: “A propriedade impõe obrigações. Seu uso deve constituir, ao mesmo tempo, um serviço para o mais alto interesse comum” (CONSTITUIÇÃO DE WEIMAR, 1917 *apud* BERCOVICI, 2003) e do artigo 27 da Constituição Mexicana de 1917⁴¹⁸. A desapropriação permaneceu no Código Civil de 1916 não como negação da propriedade, conforme afirmava uma corrente conversadora de juristas sobre a questão da desapropriação no Brasil, mas justamente o oposto: efetivava-se, nesse momento, o poder da classe de grandes proprietários de terra e o reforço do caráter individualista, privatista, inviolável e absoluto da propriedade privada capitalista. Além disso, garantia-se a indenização prévia como acesso à eventual renda territorial capitalizada paga pelo Estado, em caso de desapropriação da propriedade para uso público.

Oliveira e Faria (2009) afirmaram que mesmo que o ordenamento jurídico sistematicamente afirmasse o domínio eminente do Estado sobre as terras devolutas, inclusive reforçado no Código Civil de 1916, o “costume do regime jurídico da ocupação privada” permanecia e se reproduzia. Alguns juristas reforçavam essa possibilidade dos bens patrimoniais estatais serem passíveis de

⁴¹⁸ O artigo 27 da Constituição Mexicana (que se denominava oficialmente *Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, que reforma la de 5 de febrero de 1857* e também conhecida como *Constitución de Querétaro*, promulgada em 31 de janeiro de 1917) tinha clara inspiração social na Revolução Mexicana de 1910 liderada por camponeses e indígenas com objetivos de revolucionamento de estrutura fundiária, política, econômica e social no México. O referido artigo, produto de intensas discussões, era longo e detalhista, e iniciava garantido a propriedade privada e estabelecendo que a desapropriação de terra deveria se realizar associada à indenização (o que revelava que pelo menos parcialmente os interesses revolucionários de Emiliano Zapata de expropriação de terras dos latifundiários não se confirmaria constitucionalmente). Entretanto, o artigo colocava explicitamente a pauta da reforma agrária associada à função social da propriedade: “La Nación tendrá en todo tiempo el derecho de imponer a la propiedad privada las modalidades que dicte el interés público, así como el de regular el aprovechamiento de los elementos naturales susceptibles de apropiación, para hacer una distribución equitativa de la riqueza pública y para cuidar de su conservación. Con este objeto se dictarán las medidas necesarias para el fraccionamiento de los latifundios; para el desarrollo de la pequeña propiedad; para la creación de nuevos centros de población agrícola con las tierras y aguas que les sean indispensables; para el fomento de la agricultura y para evitar la destrucción de los elementos naturales y los daños que la propiedad pueda sufrir en perjuicio de la sociedad. Los pueblos, rancherías y comunidades que carezcan de tierras y aguas, o no las tengan en cantidad suficiente para las necesidades de su población, tendrán derecho a que se les dote de ellas, tomándolas de las propiedades inmediatas, respetando siempre la pequeña propiedad”. (MÉXICO, 1917, p. 14)

alienação, a partir de usucapião, visto que, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, ocorrera a gradual inserção da terra na esfera de circulação de capital, ao mesmo tempo em que foi se revelando fundamental a imprescindibilidade de um registro “minimamente seguro de propriedades de terras” (SANCHES, 2008; GRANDE JUNIOR, 2012), inclusive e, sobretudo, para aqueles que adquiririam terras a partir de dominação de terras devolutas. As determinações do capitalismo moderno exigiam, assim, a presunção jurídica de segurança oferecida pela propriedade como algo titulado, inclusive a necessidade da legalização das práticas ilegais. A titulação era/é a porta de entrada para um acúmulo de capital realizado através da terra, visto que esta era/é equivalente de capital.

Assim, a tríade se confirmava no início do século XX, quando se garantia a propriedade privada capitalista da terra de modo absoluto e inalienável, objetivava-se a desapropriação capitalista da terra como instrumento que garantisse a indenização prévia nos casos passíveis de tal ato e mantinha-se como prática regulamentada por um conjunto de juristas as formas de apropriação do patrimônio estatal, mesmo que proibidas por lei. Dessa forma, as relações dialéticas entre propriedade privada capitalista da terra, desapropriação e grilagem foram reproduzidas também no período republicano.

O Governo Provisório de 1931 coroou uma nova rodada de legalização da grilagem. Segundo Oliveira e Faria (2009) foram legalizados os títulos de propriedade de sesmaria e as posses de qualquer dimensão até a data do decreto. O decreto n. 19.924 de 27 de abril de 1931 reconhecia as concessões de terras processadas em períodos anteriores, porém, dispunha que a partir daquele momento havia a necessidade de transcrição como ato indispensável para a validade do título. Nos artigos 4º e 5º do Decreto lê-se

Art. 4. Toda concessão será publicada na folha oficial do Estado, com indicação minuciosa de suas condições e dos característicos da terra.

Art. 5. Os títulos expedidos pelo Estado e as certidões autênticas dos termos lavrados em suas repartições administrativas, referentes à concessão de terras devolutas, valerão, qualquer que seja o preço da concessão, para a transcrição no Registro de Imóveis, depois da publicação exigida pelo Art. 4. (BRASIL, 1931).

Segundo a análise de Grande Júnior (2012), se estabeleceu o “melhor dos mundos para os grandes fazendeiros”, que enfim podiam ter o direito sagrado de propriedade sobre a quantidade de terras que conseguiram apossar e nelas se

manter. Ressalta-se que ao menos, em tese, esse decreto poderia ser utilizado também por pequenos posseiros. Todavia, conforme expuseram algumas pesquisas empíricas realizadas sobre o período (que em nosso entendimento ainda foram pouco volumosas⁴¹⁹) os posseiros eram expulsos para fronteiras mais distantes e, nas regiões em valorização, enquanto não transcorrido o prazo de usucapião, os posseiros poderiam permanecer em contínuo estado de conflito. De acordo com as análises de Grande Junior (2012) e Sanches (2008), o usucapião não proveu significativamente a terra aos camponeses. Mas justamente o seu oposto, serviu para regularizar a propriedade de enormes latifúndios formados nos séculos anteriores e, pelo menos no Estado de São Paulo, de grandes fazendas de café abertas durante a República (GRANDE JUNIOR, 2012; SANCHES, 2012).

Abordando as terras devolutas e a questão agrária no período, Luiz Édson Fachin (1988, p. 83) afirmou:

Sob a égide do Estado liberal, do *laissez-faire*, *laissez-passer*, no chamado livre jogo, a balança sempre pedia aos interesses economicamente fortes e politicamente preponderantes. Nos anos 30 o debate no cenário nacional tinha seus contornos delineados pela crise do café e os efeitos da depressão. A esta postura sobreveio o período do intervencionismo, conjugando, de um lado, a repressão à chamada livre iniciativa e, de outro, respingos da conscientização a respeito dos problemas sociais advindos tanto da doutrina cristã da Igreja quanto da manifestação de revolucionárias ações e ideias no mundo da economia e da política.

A partir de 1931, Oliveira e Faria (2009) afirmaram que as legalizações sobre usucapião em terras devolutas apresentadas nas Constituições do século XX dispuseram sobre as posses com áreas limitadas (áreas que variam entre as Cartas Magnas), das derivadas dos registros de hipotecas, dos inventários e das transmissões inter-vivos. Assim, nota-se que a questão da (im)prescritibilidade das terras devolutas na Lei Imperial de Terras foi discutida nas primeiras décadas do século XX, após a promulgação do Código Civil de 1916, com a proibição formal do

⁴¹⁹ Na revisão bibliográfica sobre a Primeira República encontramos pesquisas empíricas que discutiam, sobretudo a expansão cafeeira em São Paulo e no Paraná e um estudo minucioso da legislação estadual de terras matogrossenses. Além disso, verificamos estudos que analisavam aspectos da decadência de tal economia no Rio de Janeiro. Algumas análises de cunho jurídico apresentavam as interpretações de juristas do período que possibilitavam algumas interpretações e elucubrações, mas existiam poucas análises da situação dos posseiros no Norte e no Nordeste e da questão indígena e políticas indigenistas do período. Não encontrei, até o momento, estudos que debatessem com profundidade a questão da pecuária no período. Assim, foi fundamental a continuidade da revisão bibliográfica para encontrarmos trabalhos que verificaram outros mecanismos de grilagem na Primeira República.

instituto do usucapião. Contudo, na prática permaneceram as apropriações e o discurso jurídico da legalidade de tais práticas. Com a Revolução de 1930 o novo governo demonstrou preocupação imediata com o problema do usucapião de bens públicos, mais peculiarmente do usucapião de terras devolutas, baixando o Decreto n. 22.785, em 31 de maio de 1933. Enquanto que o decreto n. 19.924 de 27 de abril de 1931 por sua vez, resolveu negativamente a questão, impedindo novas apropriações de terras devolutas, mas legalizando as já apropriadas produzindo uma segunda janela de legalização de grilagens na história da questão agrária brasileira.

Lima (2002) e Silva (2008) argumentaram que a partir do Decreto de 1931 se encerrou a vigência jurídica da Lei de Terras, visto que a obrigatoriedade da transcrição era indispensável para a validade dos títulos de terra. Todavia, a Lei de Terras permaneceu/permanece nos argumentos jurídicos em todos os momentos que se ressaltou a questão da propriedade fundiária. Silva (2008) enfatizou que a questão do usucapião não se encerrou, todavia, com a normatização jurídica de 1931, pois o decreto n. 22.785, de 31 de maio de 1933 estabeleceu novamente a proibição do usucapião, mas tal interpretação se alterou na Constituição de 1934. De certo, até 1933 se colocava legalmente a imprescritibilidade do usucapião dos bens patrimoniais do Estado, enfaticamente das terras devolutas, mas se estabeleceu que os consumados anteriormente ao decreto de 1931 se encontravam legalizados (SILVA, 2008). A possibilidade de usucapião e o surgimento do cumprimento do princípio de que o direito de propriedade "não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo" presentes na Constituição de 1934, e também, nas de 1937 e 1946, inaugurava o debate da assim chamada função social da propriedade. Este debate produziu novas interpretações jurídicas, sociais, econômicas, políticas e territoriais, que desembocaram em uma nova reflexão sobre tais processos, buscando as relações entre a propriedade privada, a desapropriação e a grilagem de terras, com o estabelecimento dessa nova noção no direito brasileiro.

4.4. UMA FUNÇÃO SOCIAL PARA A PROPRIEDADE PRIVADA DA TERRA: DA FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA À FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DO SÉCULO XX – GÊNESE E FUNDAMENTOS

4.4.1. Fundamentos da assim chamada função social da propriedade

As Constituições dos Estados-nação instituíram, a partir do século XIX, a perspectiva de que o Estado e a sociedade não podiam desconstituir a propriedade privada sem dar outra propriedade, em substituição, para a recomposição integral do patrimônio individual e particular, conforme argumentou Marés (2003). Tal interpretação se desenvolveu e ganhou novos contornos ao longo do século XX. A nova propriedade dada em troca, em geral, era/é representada em capital-dinheiro (mas posteriormente se transmutou em títulos da dívida agrária pelo pagamento da renda da terra e dinheiro para as benfeitorias) e o instituto de transferência se denominou desapropriação.

Marés (2003) argumentou que essa perspectiva de proteção, garantia e reprodução da propriedade privada como forma inviolável tem estado tão arraigada no sistema judiciário, inclusive o brasileiro, que a argumentação de parte dos juristas se estabeleceu na afirmativa de que não se podia/pode, inclusive, proteger florestas ou bens culturais imóveis sem pagar ao proprietário a “valorização” da floresta (que não plantou) ou a possibilidade da especulação imobiliária da cidade ou do bairro (que não produziu).

As formas jurídicas de reprodução da propriedade privada capitalista baseadas no latifúndio, em sua integridade e plenitude absoluta produziram, simultaneamente, mecanismos jurídicos de bloqueio ao acesso à terra de camponeses e trabalhadores sem terra (MARTINS, 1998; OLIVEIRA, 2007; FELICIANO, 2006; 2009), formas de criminalização das lutas sociais por terra (PAULINO; ALMEIDA, 2010; FERNANDES, 1999; OLIVEIRA, 1996) e território (FARIA, 2008; CARNEIRO DA CUNHA, 2012), dificuldades à tramitação de processos de demarcação de territórios indígenas (JULIÃO, 2013) e negação da garantia de vida e coletividade de comunidades tradicionais (SÁ, 2007; ALMEIDA, 2008; ANDRADE, 2008). Além disso, é responsável central do agravamento das questões ambientais, como o uso intensivo de agrotóxicos (BOMBARDI, 2011), o estímulo à utilização de organismos transgenicamente modificados (PORTO-GONÇALVES, 2006), desmatamento e flexibilização das leis e códigos ambientais e

florestais (PAULINO, 2013), dilapidação intensa de riquezas naturais e fertilidade do solo (SUERTEGARAY, 2004) e enorme consumo de água e monopolização de propriedades com abundância de água para a garantia de renda de monopólio (MALINA, 2013; PRIETO, 2011; THOMAZ JUNIOR, 2012).

Assim, o desenvolvimento capitalista transformou a terra em propriedade privada, passível de ser utilizada como reserva de valor que se realiza na venda da propriedade (OLIVEIRA, 2007; 2010a), afinal, a terra funciona como equivalente de capital na sociedade capitalista, e simultaneamente reproduziu sua condição de reserva patrimonial através do acesso à créditos públicos, sobretudo, e privados utilizando o patrimônio como garantia dos empréstimos (OLIVEIRA, 1997; 2007), incentivos fiscais estatais e a possibilidade associada de manutenção de prestígio social e controle político em escala local, regional e nacional. Diante disso, a terra transformada em propriedade privada promoveu o desenvolvimento capitalista, tanto em sua faceta produtiva, quanto na sua forma e conteúdo rentista.

As iniciativas de transformação da terra em propriedade privada capitalista objetivavam destituí-la da sua característica de sustentáculo da vida e reprodução da sociedade a partir de relações estabelecidas *com* a terra, transformando-a em *locus* de atendimento de demandas de abastecimento do mercado de consumo de alimentos, interno e externo (MARÉS, 2010; MARQUES, 2008) e a produção de *commodities* a baixos custos para o atendimento de uma agricultura cada vez mais mundializada (OLIVEIRA, 2014). As insurgências e lutas camponesas, a organização dos movimentos sociais e as lutas de indígenas e posseiros na América Latina têm demonstrado a face de oposição peremptória a essa mercantilização do mundo (e do lugar).

Diante desse panorama, que apresenta seus fundamentos na condição da formação territorial brasileira assentada na grilagem de terras, parece-me fundamental analisar mais detidamente a questão da desapropriação capitalista da terra, especialmente quando da instituição de uma função social da propriedade.

Com a instituição da propriedade privada capitalista no Brasil, representada nos preceitos jurídicos a partir da Constituição de 1824, o uso deixou de ser o fundamento da função social da terra. Ao contrário, o uso a partir do surgimento da propriedade privada decorreu do domínio, pois o proprietário tem o direito inerente de usar a propriedade (como e quando lhe convier) ou de dispô-la a uso alheio. Tais considerações são repostas em inúmeros decretos e regulamentações do

ordenamento jurídico brasileiro, retomado inclusive na Constituição de 1891 e no Código Civil de 1916. Mas a partir de 1934, se estabeleceu que o “direito de propriedade não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar”. Assim, colocava-se a questão: como e por que surgiu essa restrição à propriedade privada absoluta? Quais as determinações para o estabelecimento desse preceito jurídico?

Para possíveis construções de resposta a tais indagações, começemos pelas considerações de Marés (2010, p. 185, sem grifo no original):

O final do século XIX e o começo do XX são marcados por grandes comoções na Europa capitalista: a unificação da Alemanha, guerras, a Constituição de Weimar, a Revolução Russa, a preocupação social e política da Igreja Católica, e, na América, a Revolução Mexicana, a Constituição Mexicana. A União Soviética promove a abolição da propriedade privada, a República de Weimar corrige os Códigos e dispõe que a propriedade não é apenas direito, é também obrigação, a revolução camponesa do México faz aprovar um norma constitucional que interfere nas leis civis, garantido rigorosos critérios para a propriedade da terra. *O capitalismo estava assustado, com tantas e tão profundas divisões internas, era preciso regulamentar a propriedade, era necessário que Estado bulisse na ordem econômica e social, o liberalismo absoluto, pai e mãe da propriedade absoluta, tinha fracassado.*

Quando a propriedade privada da terra foi colocada em questão nos países capitalistas centrais não houve um aprofundamento sobre a discussão acerca da legitimidade da propriedade da terra, pois a legitimidade em termos capitalistas advinha da legalidade do título de propriedade. As questões acerca do uso da terra estavam colocadas sob a subsunção das determinações sociais e políticas, para a reprodução de um modo de vida que tinha/tem a terra como fundamento, ao uso produtivo capitalista, estritamente em aspectos econômicos. Assim operou-se a transmutação da função social da terra em função social da propriedade.

Diante disso, Marés (2010, p. 187) argumentou que foram incluídas nas legislações obrigações ao proprietário, ora respeitadas, ora não, estas que podem significar “tão somente o respeito ao patrimônio cultural das sociedades, preservando monumentos históricos, como a obrigação de produzir em terra fértil”.

O Estado do bem-estar social, que associou o capital com intervenções do Estado na economia, produziu uma crítica, em termos capitalistas, ao conceito liberal de absolutização da propriedade. Quando a forma de organização estatal capitalista se colocou como Estado do bem-estar social, durante as primeiras décadas do século XX, particularmente na Europa, mas também nos Estados

Unidos, foram coibidas algumas formas de transformação da terra em reserva de valor, especialmente dos latifúndios improdutivos, produzindo-se críticas à transformação da terra no ativo líquido que se tornara. Por outro lado, necessitando do barateamento dos preços dos bens da terra, que possibilitava a diminuição dos salários urbanos, foram sendo estabelecidas críticas à improdutividade das grandes propriedades (MARÉS, 2010).

Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não seguiu o modelo clássico, nem as formas de via prussiana estabelecidas em porções da Europa, muito menos a via *farmer* americana. No Brasil o capitalismo se formou na centralidade da terra produzida em vastas extensões griladas e na aliança política, econômica e social entre os capitalistas industriais (e também bancários e financeiros) e a classe dos grandes proprietários-grileiros de terra. Por isso, ressaltamos que o capitalismo brasileiro é mais rentista que produtivo.

Ou seja, especialmente na periferia do capitalismo, e de certo, sobremaneira no Brasil, a “palavra mágica” para a intervenção estatal na estrutura fundiária não foi, certamente, a que traria de volta o uso em detrimento da propriedade, ou mesmo a expropriação nas apropriações privadas de terras públicas (MARÉS, 2003). Tais mecanismos seriam perigosos para o capital ou mesmo contrários à sua lógica e sua aliança de classe no Brasil. Tem sido utilizado um eufemismo, que mantém a propriedade incólume e o uso como um direito subsumido à propriedade que o Estado capitalista irá intervir. O eufemismo mágico produzido foi a noção de *produtividade*⁴²⁰ (MARES, 2003; 2010) nas questões relacionadas à função social da propriedade.

Marés (2003) afirmou que, contrapondo-se ao direito de uso da terra, o sistema criou a obrigação de produzir. Obrigação consubstanciada na vaga ideia da Constituição da República de Weimar: a propriedade obriga. Marés (2010) questionou o sentido social de tal obrigação, observando que esta era/é eminentemente jurídica e econômica: a produção nos (e no caso brasileiro, especialmente, “dos”) latifúndios para a reprodução do capital. Realçava-se que

O que se tinha que exigir não era que o proprietário ou quem quer que fosse usasse a terra, mas que o proprietário, e só ele, a tornasse produtiva. O uso é um direito, a produtividade uma qualidade. Isto é, o proprietário teria a obrigação de dar esta qualidade à terra no

⁴²⁰ D. Tomás Balduino (1997) afirmou de modo categórico que o conceito de produtividade era/é “uma pedra do tamanho da serra do Mar na reforma agrária”.

exercício de seu direito de uso. *O sistema estava, com uma única cajadada, resolvendo dois problemas jurídicos: garantir a propriedade absoluta e o uso como direito, e, ao mesmo tempo, criando uma obrigação legal, a de produzir.* Já que o capitalismo precisava da terra para produzir matérias-primas ou alimentos, o Estado pagaria o preço ao proprietário inadimplente e o próprio capitalismo sairia fortalecido. Sempre há soluções mágicas quando há interesse econômico e sempre, nas soluções mágicas fundadas no interesse econômico privado, o povo paga a conta. (MARÉS, 2010, p. 190, sem grifo no original)

Entretanto, no caso brasileiro, houve/há uma permanência inquestionável de latifúndios improdutivos. Oliveira (2009) afirmou categoricamente que

Analisando-se a distribuição das grandes propriedades improdutivas do país, verifica-se que, em primeiro lugar, há no Brasil um total de 111.495 imóveis classificados como grande propriedade pelo INCRA (mais de 15 módulos fiscais) que ocupavam 209.245.470 hectares. Entre estes, em agosto de 2003, o cadastro do INCRA indicava a existência de 54.781 imóveis como improdutivos com uma área ocupada de 120.436.202 hectares. Entre os dados significativos sobre a terra improdutiva no Brasil cabe destacar a presença de pouco mais de dez mil imóveis (10.545) com área acima de 50 módulos fiscais, possuindo, praticamente, a metade das terras improdutivas (59,8 milhões de hectares), o que permite afirmar serem os latifúndios tipicamente improdutivos no Brasil. (OLIVEIRA, 2009, p. 31)

Oliveira (2009) argumentou que havia em agosto de 2003 420 milhões de hectares cadastrados nos INCRA representando um total de 4,2 milhões de imóveis. Deste total, Oliveira (2009) verificou que a área média das grandes propriedades era de 2.700 hectares, enquanto a pequena propriedade possuía 25 hectares de terra em média. Oliveira (2009; 2010c), ao analisar os dados referentes ao Cadastro do INCRA, constatou que a grande propriedade no Brasil é improdutiva. A terra, segundo Oliveira (2004; 2009), não é apropriada privadamente para ser posta para produzir, pois mesmo improdutiva permite ao seu proprietário a geração de riqueza através da apropriação da renda da terra. Ou seja, nem mesmo a função social da propriedade produzida nos termos capitalistas é cumprida no Brasil, sendo profundamente desrespeitada no capitalismo rentista à brasileira.

Assim, as pressões dos movimentos camponeses e dos posseiros vão no sentido da urgência da reforma agrária, das modificações estruturais na forma de constituição da propriedade privada capitalista no Brasil, da formação territorial brasileira produzida pela grilagem, da improdutividade das terras dos grandes proprietário e do poder oligárquico da classe de proprietários de terra. Tais movimentos e lutas, principalmente a partir da década de 1940, passaram a

questionar os fundamentos da aliança entre terra e capital no Brasil. Entretanto, tal aliança tinha uma cartada para a tentativa de conciliação jurídica da reforma agrária com a integridade patrimonial: a desapropriação efetivada em torno da função social da propriedade baseada no economicismo da noção de produtividade e das formas de indenização, reproduzindo em uma desapropriação capitalista da terra. Analisemos, para o desenvolvimento dessa hipótese, as Constituições Federais brasileiras no século XX.

4.4.2. Constituições de 1934 e 1937: a gênese da função social da propriedade, da “justa” indenização e da limitação do usucapião

Com a Constituição Federal de 1934, promulgada em 16 de julho, surgiu um novo instrumento jurídico, que não constava nas Constituições brasileiras de 1824 e 1891 e no Código Civil de 1916: reconhecia-se o direito individual de propriedade, entretanto exigia-se que esse direito não poderia ser exercido contra o interesse social ou coletivo. Esse novo elemento constitui-se na gênese do conceito jurídico de função social da propriedade.

Assim, constata-se que o artigo 113, inciso 3 confirmou os direitos de inviolabilidade de propriedade legalmente adquirida e juridicamente titularizada. Entretanto, na leitura do inciso 17, do mesmo artigo, encontra-se a garantia de que tal direito de propriedade “não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar”. Diante disso, a propriedade privada passou a ser condicionada à execução e cumprimento do interesse social. Vejamos:

Art. 113. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País *a inviolabilidade dos direitos* concernentes à liberdade, à subsistência, à segurança individual e à *propriedade*, nos termos seguintes: (...)

3) A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. (...)

17) *É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar. A desapropriação por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização.* Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior. (BRASIL, 1934, p. 29, sem itálico no original).

A questão da desapropriação apareceu na Carta com relevo jurídico diferente do que até aquele momento se encontrava instituído. Além da prévia indenização,

garantida aos proprietários desde a Constituição de 1824, surgiu associado a este um termo novo: a “justa indenização”. Di Pietro (1999, p. 161) argumentou que, com a “justa indenização”, buscava-se o “equilíbrio entre o interesse público e o privado”. Compensava-se a perda da propriedade com o recebimento do preço correspondente à mesma. Assim, o Estado devia apurar o montante considerado “necessário” para recompor integralmente o patrimônio, de forma que este não sofresse qualquer redução. A “justa indenização” é também exemplo do que na argumentação jurídica denomina-se de “conceito legal indeterminado” (TEIXEIRA DE SOUZA, 2009).

A indeterminação legal da “justa indenização” e o suposto equilíbrio de interesses públicos e privados nesse processo de pagamento favoreceram os latifundiários e suas estratégias de monopolização da terra, principalmente os latifundiários improdutivos, pois, na indeterminação legal da “justa indenização”, se atribui um preço para a terra com a finalidade da recuperação integral do patrimônio perdido. No âmbito do Poder Judiciário é praticamente uma norma os latifundiários que sofrem processos de desapropriação requererem uma indenização ainda maior, utilizando dentre outros artifícios a cláusula da justa indenização. Já o argumento do equilíbrio entre interesses privados e públicos no processo de pagamento da “justa indenização” demonstra que mesmo infringindo a Carta Magna, o latifundiário não perde a segurança econômica da propriedade, como reserva de valor, no processo desapropriatório. Infringir as normas constitucionais para esses latifundiários não é passível de punição, mas de retribuição estatal de um financiamento para a aquisição de uma nova propriedade. Ou seja, demonstra que a terra pode funcionar como reserva patrimonial, a garantia de que mesmo não produzindo na terra e/ou descumprindo a função, o pagamento de indenização “justa” será realizado. Nesse sentido, consideramos absolutamente equivocadas determinadas interpretações jurídicas e correntes teóricas que igualizam desapropriação e expropriação⁴²¹.

Na Constituição de 1934 autorizou-se também o usucapião agrário ou *pro labore*, cujos requisitos limitavam-no a dez hectares em benefício somente de

⁴²¹ É necessário aprofundar essa reflexão, na Teoria Geral do Direito, sobre as correntes que deliberadamente reúnem e confundem desapropriação e expropriação. Até o momento observamos dois exemplos: José dos Santos Carvalho Filho (2012) considerou que desapropriação é uma forma supressiva do direito de propriedade e argumentou que desapropriação e expropriação se fundamentam como o mesmo processo. Hely Meirelles (2002) também realizou uma igualização entre desapropriação e expropriação, e afirmou que não há diferença nos dois ritos jurídicos, e assim, entre os conceitos.

brasileiros não proprietários rurais ou urbanos que tornassem a terra produtiva por seu trabalho e nela tivessem morada. Esta interpretação resultou no seguinte dispositivo,

Art. 125 - Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio do solo, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. (BRASIL, 1934, p. 29)

Este artigo foi inserido na Constituição a partir de um conjunto de disputas políticas e ideológicas na formulação de sua redação final. Essa disputa ocorreu entre os interesses divergentes de importantes protagonistas da Revolução de 1930 e da Assembleia Constituinte de 1933: os tenentistas e as oligarquias. O tenentismo representava uma vertente de interesses políticos denominada por Camargo (2007) como “renovadora”. Esta se dispunha, ainda que difusamente, à tentativas de mudança da “ordem social”, mesmo que para isso precisasse sacrificar temporária ou definitivamente a democracia. A outra corrente denominada de “restauradora” por Camargo (2007) preocupava-se em garantir a legalidade constitucional e pretendia dotar os pactos oligárquicos anteriores de maior flexibilidade, inclusive para assegurar aos estados a autonomia perdida, cada vez mais controlados pelo governo central. Desses embates se produziu a Constituição que previa, por exemplo, no seu anteprojeto original apresentado na Assembleia Constituinte pelos “renovadores”, a seguinte possibilidade de

[Art. s/n] § 3.º Aquele que possuir terrenos rurais abertos à exploração há mais de 50 anos, em área superior a 2.000 hectares, e dentro de um ano não dividir, alienar ou arrendar a diversos lavradores, esses terrenos, quanto ao excedente da área limitada, receberá do Estado o respectivo valor em títulos de renda, por desapropriação para utilidade pública e social, afim de que sejam os mesmos divididos em lotes agrícolas de quinhentos hectares cada um, não podendo o adquirente comprar ao Estado mais de um lote e devendo os compradores explorar diretamente essas terras.

Art. [s/n] A legislação agrária estabelecerá como primeira providência no sentido de favorecer e disseminar a pequena propriedade, a concessão gratuita, pela União e pelos Estados, de pequenos lotes de terras devolutas, a título provisório, sendo que a prova da cultura efetiva direta por cinco anos dará aos ocupantes direito ao título definitivo com a garantia de impenhorabilidade, enquanto mantida a cultura. (BRASIL. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte, 1935, v. 4, p. 136 *apud* GRANDE JÚNIOR, 2012, p. 95).

Entretanto, os “restauradores”, sobretudo latifundiários, pregavam o “usucapião” ilimitado de terras, preconizando mais uma legalização de grilagem, constituindo assim a prova dos interesses oligárquicos. A redação do artigo, realizada pelas frações de classe de proprietários de terra, produziu a seguinte disposição:

Aquele que, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, nem reconhecimento de domínio alheio, possui um trecho de terra e a tornou produtiva pelo trabalho, adquire por isto mesmo a plena propriedade do solo, podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença.

“§ I Ficarão proprietários gratuitos das terras devolutas, onde têm benfeitorias, seus atuais posseiros, se forem nacionais.” (BRASIL. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte, 1935, v. 4, p. 136 e 137 *apud* GRANDE JÚNIOR, 2012, p. 96).

Esses dois artigos citados não foram aprovados, conforme já observamos na redação oficial do artigo 125 da Constituição de 1934, mas constata-se que houve inúmeros conflitos, ementas e pedidos de revogação de ambos os artigos, o que revelava a divergência de interesses. Mostrava-se também o fato de os proprietários de terra cientes de suas práticas ilegais recorrentes na apropriação privada de terras devolutas objetivarem sistematicamente tentativas de grilagem de terras públicas. Uma demonstração de força dos latifundiários se encontrava na questão das leis trabalhistas: a Constituição instituiu a criação da “Justiça do Trabalho” e de um conjunto de direitos trabalhistas para os trabalhadores urbanos. Para os trabalhadores rurais, decidiu-se que seus direitos seriam “objeto de regulamentação especial”, que lhes garantiria, tanto quanto possível, os direitos reconhecidos aos trabalhadores urbanos⁴²² (PELATTI, 2013). Pelatti (2013) argumentou sobre tal questão que o reformismo social da Revolução de 1930 deteve-se diante das porteiras do latifúndio. Somente em 1963, quase 20 anos depois, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural sob o auspício de João Goulart. Entretanto, um ano depois a ditadura civil-militar pouco efetivou de fato tais direitos.

Outra questão regulamentada pela Constituição de 1934 foi a faixa de fronteira. O dispositivo se apresentava assim:

⁴²² Observa-se na Constituição de 1934 no Artigo 121 as inúmeras contradições no que tange aos direitos dos trabalhadores rurais. Inicialmente a Constituição definiu que: “A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País” (BRASIL, 1934). Porém, no parágrafo 4 ressaltou que: “O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá, quanto possível, ao disposto neste artigo” (BRASIL, 1934).

Art. 166. Dentro de uma faixa de cem quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação e a abertura destas se efetuarão sem audiência do Conselho Superior da Segurança Nacional, estabelecendo este o predomínio de capitais e trabalhadores nacionais e determinando as ligações interiores necessárias à defesa das zonas servidas pelas estradas de penetração. (...)

§ 3º O Poder Executivo, tendo em vista as necessidades de ordem sanitária, aduaneira e da defesa nacional, regulamentará a utilização das terras públicas, em região de fronteira, pela União e pelos Estados, ficando subordinada à aprovação do Poder Legislativo a sua alienação. (BRASIL, 1934, p. 30)

Ou seja, a Constituição definiu que, dentro de uma faixa de cem quilômetros ao longo da fronteira, as terras eram devolutas, portanto públicas. Esse dispositivo não impediu que nesse período fossem realizadas grilagens em faixas de fronteira que se reproduziram vertiginosamente ao longo do século XX.

Essa Constituição, no entanto, teve vida curta. Após três anos, em 10 de novembro de 1937, produziu-se nova Carta. Constata-se que a Constituição de 1937 repôs em parte as questões agrárias e fundiárias estabelecidas na Constituição de 1934. Todavia, ressalta-se que a partir de 1937 instaurou-se o Estado Novo, ditadura baseada no autoritarismo que usou brutal de aparatos de repressão. Na análise da Carta Magna como um todo existem, assim, profundas alterações políticas.

Nas interpretações de Grande Júnior (2012) e Camargo (2007), a Constituição de 1937 concentrava boa parte do poder político no Executivo Federal, pois, mesmo que prevista a realização de eleições para o Parlamento, estas nunca de fato ocorreram. As eleições deveriam ser marcadas pelo Presidente da República depois de realizado o plebiscito para confirmação da Constituição (artigos. 178 e 187), o que também nunca ocorreu. Assim, enquanto não se reunisse o Parlamento Nacional, o Presidente da República detinha o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União (artigo. 180), situação que se prolongou por todo o Estado Novo (GRANDE JÚNIOR, 2012).

No que tange ao direito de propriedade e à questão da desapropriação, constata-se

Art. 122. A Constituição assegura aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

14) O direito de propriedade, salvo a desapropriação por necessidade ou utilidade pública, mediante indenização prévia. O

seu conteúdo e os seus limites serão os definidos nas leis que lhe regularém o exercício. (BRASIL, 1937, p. 31)

Observa-se que na Constituição de 1937 o direito à propriedade foi garantido, sendo que a expressão “interesse social ou coletivo” foi eliminada (marca indelével de um Estado autoritário), permanecendo a indicação da exceção apenas aos casos de necessidade e utilidade pública. Acerca da questão do usucapião ressalta-se

Art. 148. Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares, tornando-o produtivo com o seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio, mediante sentença declaratória devidamente transcrita. (BRASIL, 1937, p. 31)

No que tangia às faixas de fronteira, constata-se um aumento do tamanho das terras devolutas de 100 para 150 quilômetros.

Art. 165. Dentro de uma faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderá efetivar-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional, e a lei providenciará para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominem os capitais e trabalhadores de origem nacional. (BRASIL, 1937, p. 32)

Assim constata-se que, após 1930, as questões agrárias e fundiárias sob a administração de Getúlio Vargas não modificaram as bases das relações sociais e de propriedade da terra. Para modernizar-se, o Estado capitalista brasileiro se aliou com os grandes proprietários de terra. Um dos principais legados de Vargas, no que tangia à estrutura fundiária, foi o incentivo à ocupação e colonização de novas fronteiras agrícolas no Oeste brasileiro⁴²³, mantendo assim, o latifúndio intocado. Constata-se que a modernização foi novamente realizada com a vanguarda do atraso brasileiro: a produção dos interesses políticos da modernidade

⁴²³ De acordo com a análise de Secreto (2007), o governo Vargas tinha planos para os habitantes do campo. O principal deles era que ficassem onde estavam. Os trabalhadores rurais deveriam ser mantidos no seu “habitat” e as leis trabalhistas não os atingiriam senão em um futuro que não podia ser determinado. Assim, Secreto (2007, p. 116) destacou que “para fixar o trabalhador rural nos sertões de Goiás e Mato Grosso, o governo Vargas concebeu um amplo plano chamado de “Marcha para Oeste”. Mas a idéia de marchar para o interior logo se estendeu à região amazônica, que também ingressou no “imaginário oficial” entre os territórios internos a serem ocupados pelos homens do sertão, preferencialmente pelos nordestinos”. Os nordestinos eram a força de trabalho para a ocupação do Oeste, entretanto o discurso oficial atraiu também aqueles sediciosos de apropriação ilegal de terras. A apropriação de terras públicas na Amazônia Legal vai se reproduzir intensamente a partir do golpe militar de 1964 e se reproduz na assim chamada Nova República. O resultado desse processo pode ser constatado no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na Amazônia (a CPI da Grilagem na Amazônia). De acordo com o Relatório final da CPI, no estado do Amazonas estima-se que, de um total de 157 milhões de hectares, cerca de 55 milhões, portanto, aproximadamente um terço, foi e está sendo grilado. No estado do Pará ao menos 12 milhões de hectares já teriam sido grilados até 2001.

capitalista se arranjou com os interesses da reprodução da condição política de domínio dos latifundiários. O Brasil moderno que se expandia para o Oeste reproduzia, no centro e na periferia, da política, do território e da economia, modernidade e atraso.

4.4.3. Constituição de 1946: a gênese da desapropriação para fins de reforma agrária e a questão da justa indenização, prévia e em dinheiro

Para iniciar as reflexões acerca da Constituição de 1946, promulgada em 18 de setembro, especialmente no que tange às questões relacionadas à desapropriação de terras e sobre a função social da propriedade, é fundamental retomarmos o Decreto-Lei 3365 de 21 de junho de 1941 que dispôs:

Art. 1º A desapropriação por utilidade pública regular-se-á por esta lei, em todo o território nacional.

Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios. (...)

Art. 4º A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda. (BRASIL, 1941, p. 577).

O decreto-lei supracitado discorreu sobre a aquisição de propriedade por necessidade ou utilidade pública e efetivava-se, por exemplo, nas demandas estatais para a construção de obras públicas ou para questões de segurança nacional. Assim, foi sobre as bases dessa forma de desapropriação estruturada por Getúlio Vargas em 1941 que surgiu na Constituição de 1946 a possibilidade de desapropriação também por interesse social, com estruturas e rito processual semelhantes aos do Decreto-lei (FARIA SANTOS, 2008; BERCOVICI, 2014). Os artigos 141 e 147 são considerados, por um conjunto de juristas, os alicerces para a desapropriação para fins de reforma agrária (FARIA SANTOS, 2008; BERCOVICI, 2014; GRANDE JUNIOR, 2012). Na Constituição lia-se:

Art. 141. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

§ 3º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. (...)

§ 16. *É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.* Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito à indenização ulterior. (BRASIL, 1946, p. 32, sem itálico no original)

Ou seja, uma noção nova e complementar, no que tange à desapropriação de terras, é produzida na Constituição de 1946: além da obrigatoriedade da prévia e “justa” indenização, esta devia ser realizada “em dinheiro”. Segundo Pelatti (2013), Martins (1994), Camargo (2007) e Faria Santos (2008), essa condicionalidade constitucional para desapropriação inviabilizou financeiramente a possibilidade de reforma agrária (e também urbana). A norma legal desconsiderou a indenização pelo mecanismo de títulos da dívida pública e dessa forma o ordenamento jurídico transformava a questão agrária em um autêntico “negócio agrário” com base no pagamento prévio, justo e em dinheiro. Assim, confirmava-se juridicamente a terra como um equivalente de capital com alta rentabilidade, pois sem nada produzir, e não cumprindo a premissa do “bem estar social”, auferia-se, mesmo assim, renda capitalizada da terra materializada em capital-dinheiro antecipadamente e de maneira “justa”.

Constatava-se também, no artigo 147, a possibilidade de realização de reforma agrária a partir da justa distribuição da propriedade.

Art. 147. O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. (BRASIL, 1946, p. 32)

Diante disso, a desapropriação por interesse social foi/é uma das bases da desapropriação para fins de reforma agrária, que estabeleceu com esses contornos somente na sua regulamentação na década de 1960. Entretanto, o mecanismo jurídico da desapropriação presente na lei era bloqueado por outro mecanismo complementar - a indenização prévia, justa e em dinheiro. Fora reproduzida, pelo próprio aparelho do Estado, uma nova forma de proteção absoluta da propriedade, pois a desapropriação demandava para sua efetivação (ou seja, o retorno da terra para o patrimônio público) de vultosos investimentos. Inclusive, conforme estamos desenvolvendo, uma parte significativa dessas terras era resultado de apropriação privada ilegal e/ou legalizada de bens patrimoniais do Estado.

A desapropriação por interesse social nasceu, então, na Constituição de 1946, sendo efetivamente regulada pela Lei n. 4.132, de 10 de setembro de 1962, a partir de seu 1º artigo e explicitado no artigo 2º. Vejamos a regulamentação:

Art. 1º A desapropriação por interesse social será decretada para promover a justa distribuição da propriedade ou condicionar o seu uso ao bem estar social, na forma do art. 147 da Constituição Federal.

Art. 2º Considera-se de interesse social:

I - o aproveitamento de todo bem improdutivo ou explorado sem correspondência com as necessidades de habitação, trabalho e consumo dos centros de população a que deve ou possa suprir por seu destino econômico;

II - a instalação ou a intensificação das culturas nas áreas em cuja exploração não se obedeça a plano de zoneamento agrícola, (VETADO);

III - o estabelecimento e a manutenção de colônias ou cooperativas de povoamento e trabalho agrícola:

IV - a manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com a tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos residenciais de mais de 10 (dez) famílias;

V - a construção de casa populares;

VI - as terras e águas suscetíveis de valorização extraordinária, pela conclusão de obras e serviços públicos, notadamente de saneamento, portos, transporte, eletrificação armazenamento de água e irrigação, no caso em que não sejam ditas áreas socialmente aproveitadas;

VII - a proteção do solo e a preservação de cursos e mananciais de água e de reservas florestais. (BRASIL, 1962)

A introdução do conceito de desapropriação por interesse social ocorreu na Constituição de 1946 através de ementa apresentada pelo senador Ferreira de Souza⁴²⁴, que deu redação ao parágrafo 16 do artigo 141 em consonância com o artigo 147 (DI PIETRO, 1991). Esta ementa que foi aprovada, conforme constatamos

⁴²⁴ É elucidativo analisar a argumentação do Senador Ferreira de Souza (UDN-RN) sobre a ementa que produziu acerca da desapropriação por interesse social para a Comissão Constitucional. Em sua consideração para Comissão, visando a aprovação da ementa, Ferreira de Souza enfatiza que seria lógico que o ser humano possua “como seu, de forma absoluta, aqueles bens necessários à sua vida, à sua profissão, à sua manutenção e à de sua família, mesmo os que constituem economia para o futuro. Mas, além desse mínimo, a propriedade tem uma função social de modo que ou o seu proprietário a explora e mantém dando-lhe utilidade, concorrendo para o bem comum, ou ela não se justifica. A emenda não chega ao extremo de negar a propriedade, mas, superpondo o bem-comum ao bem individual, admite a expropriação das propriedades inúteis, das que poderiam ser cultivadas e não o são, daquelas cujo domínio absoluto chega a representar um acinte aos outros homens” (Discurso do Senador Ferreira de Souza *apud* DI PIETRO, 1991, p.) Para uma compreensão aprofundada da Constituinte de 1946 e do perfil dos deputados e senadores ver Braga (1998).

em citação anterior, estabelecia que o uso da propriedade se condicionava ao bem-estar social cabendo à lei a promoção da *justa distribuição da propriedade* e com oportunidade igualitária para todos.

Essa forma de desapropriação por interesse social adotou subsidiariamente o conjunto dos marcos legais da desapropriação regulada no Decreto-Lei 3.365 de 1941, por força do artigo 5º da Lei 4.132 de 1962, que dispôs: "No que esta lei for omissa aplicam-se as normas legais que regulam a desapropriação por utilidade pública, inclusive no tocante ao processo e à justa indenização devida ao proprietário" (BRASIL, 1962). Por sua vez, o artigo 2º do Decreto-Lei 3.365 de 1941, conforme citamos, dispunha que "mediante declaração de utilidade pública todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Distrito Federal e Territórios".

Oliveira (2007) enfatizou que, a partir dessas perspectivas, a articulação entre a *"desapropriação por interesse social"* e *"a justa distribuição da propriedade"* poderia produzir uma lei que efetivamente tivesse uma proposta de reforma agrária para o campo brasileiro. Entretanto, o autor argumentou que, até o início da década de 1960, nenhum dos projetos apresentados conseguiu tornar-se lei frente à maioria conservadora das elites latifundiárias no Congresso Nacional.

4.4.4. Reforma agrária e luta de classes: reformas de base, lutas camponesas e a questão da desapropriação na década de 1960

Constata-se que entre as décadas de 1940 e 1960 profundas modificações econômicas e sociais se realizaram na organização dos camponeses e dos trabalhadores rurais, sobretudo a partir das Ligas Camponesas. A pauta da reforma agrária e da criação de um estatuto para os trabalhadores rurais se apresentou como urgente e necessária para a democratização do acesso de camponeses e trabalhadores rurais à terra. Oliveira (2007), Bastos (1984) e Camargo (2007) ressaltaram que foi a partir das Ligas Camponesas, nas décadas de 1940 a 1960, que a luta pela reforma agrária se efetivou como uma questão em escala nacional. De acordo com Oliveira (2007, p. 106), as Ligas Camponesas "organizaram, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio" e paulatinamente se espalhavam para o conjunto do território nacional.

Entretanto, a urgência da realização da reforma agrária se inseria em um processo de crescente elevação do preço da terra que contribuiu para o processo de expropriação de posseiros e pequenos agricultores das áreas onde viviam, originando conflitos armados, caso de Porecatu, no Paraná, (MYSKIN, 2002), Trombas e Formoso, em Goiás⁴²⁵ (MAIA, 2005), e Porangatu, também em Goiás (SAMPAIO, 2003). Por outro lado, houve um aumento na união dos trabalhadores rurais e dos camponeses, o que lhes permitiu um peso crescente nas discussões políticas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1960 (MEDEIROS, 2003; BASTOS, 1984; OLIVEIRA, 2007).

Nota-se que, a partir da década de 1930, o processo de industrialização brasileira começou a ganhar efetiva impulsão e conforme constataram Almeida e Paulino (2010) os proprietários fundiários não foram banidos (total ou parcialmente) da partilha da massa de mais valia geral, como aconteceu com o desenvolvimento do capitalismo “clássico”, mas justamente o contrário: a classe dos proprietários de terra participou ativamente na condição de agente agroexportador suficientemente capitalizado para a integração no sistema produtivo urbano-industrial. Almeida e Paulino (2010) argumentaram também que ocorreu apenas uma mudança pontual de papéis, pois as oligarquias continuaram mantendo seu poder político de garantia da estrutura fundiária concentrada aliançadas aos nascentes capitalistas industriais

⁴²⁵ Acompanhar as ações e resistências dos posseiros de Trombas e Formoso, no norte de Goiás, contra grileiros é elucidativo para a compreensão das relações entre grilagem de terra e formação da propriedade privada capitalista no Brasil. Com o processo de marcha para o Oeste e a elevação do preço das terras, diversos grileiros atuaram em áreas ocupadas por posseiros e indígenas no Oeste paranaense, Mato Grosso, Goiás e Amazônia a partir das décadas de 1940 (já observamos que anteriormente também, mas agora nas áreas de frente de expansão de relações capitalistas). De acordo com Maia (2005), o processo de formação das primeiras posses em Goiás se realizou simultaneamente à um vertiginoso processo de aumento do preço das terras no estado. Tal processo desencadeou no início da década de 1950 as estratégias de grileiros na apropriação de territórios indígenas e terras dos camponeses em Goiás: “um advogado, um comerciante de uma cidade próxima e um juiz se apresentassem como donos dos imóveis de “Formoso”, “Bonito” e “Santa Tereza”, o que perfazia um total de 75.000 hectares de terra, onde em parte destas se encontravam os posseiros chegados à região na década de 40. O requerimento da propriedade estava construído sobre uma concessão de sesmaria datada de 1775, que através de uma cadeia dominial chegava aos requerentes. Esta cadeia dominial foi questionada já em 1954, quando o Tribunal de Justiça de Goiás considerou as terras requeridas como devolutas, fato que não impediu que o conflito continuasse, fruto da pouca disponibilidade do Estado em agir favoravelmente em relação aos posseiros, impedindo assim o processo de expropriação. A omissão do Estado em fazer cumprir o direito dos posseiros foi o primeiro passo para o início do conflito”. (MAIA, 2005, p. 4). Ressalta-se que, apesar de em 1963 os primeiros posseiros receberem a propriedade da terra quando o Estado deu ganho de causa para os camponeses, com o golpe militar de 1964 diversos posseiros foram presos, torturados e obrigados a deixar suas posses. A região foi tomada pela vigilância da ditadura civil-militar e foi submetida aos órgãos de controle repressivo do Estado ditatorial brasileiro, garantindo aos grileiros a apropriação das terras dos camponeses.

brasileiros.

As lutas sociais no campo colocaram em questão justamente o fundamento político dessa aliança de classes entre capitalistas industriais e proprietários de terra (nos termos de Bastos (1984) o bloco agrário-industrial da elite brasileira), que substanciava a exclusão política da classe camponesa, dos trabalhadores rurais e proletários urbanos. Essa exclusão se efetivava, sobretudo, na manutenção do monopólio da terra e dos privilégios dos grandes proprietários de terra (BASTOS, 1984).

Na década de 1950 e 1960 a grande mobilização em torno das reformas de base colocou no centro a reforma agrária e seu par contraditório, a estrutura fundiária concentrada, representada pelo latifúndio e seu poder político e jurídico. A reforma agrária, segundo Silva (1997), era vista como um processo social amplo e parte fundamental das transformações estruturais que poderiam liquidar a dominação latifundiária no campo, melhorar a renda dos camponeses, dar acesso à terra para a massa de camponeses posseiros, foreiros, rendeiros e meeiros e dar novo impulso ao processo de industrialização.

O governo de João Goulart apresentou, assim, um programa de “reformas de base”, a partir de 1961, quando chega à presidência, e sobretudo a partir de 1963⁴²⁶. A reforma agrária foi uma das reformas centrais e, segundo Natividade (2013), aquela que mais polarizou e aglutinou frações da classe dominante no Brasil. Dessa forma, o conjunto de frações de classe, representadas na aliança política entre terra e capital, se opôs veementemente à reforma agrária proposta pela assessoria técnica do Presidente Goulart.

A aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em março de 1963, que regulou as relações de trabalho no campo, que até então estiveram à margem da legislação trabalhista, contribuiu para o acirramento das disputas políticas. O Estatuto consistia em uma legislação que, além de estender alguns direitos trabalhistas ao campo, forneceu as bases para o sindicalismo rural (NATIVIDADE, 2012), o que representava uma clara ofensiva política, social e econômica aos

⁴²⁶ De acordo com Natividade (2012, p. 8) “Jango governou sob o regime parlamentarista até janeiro de 1963, quando este foi derrubado pelo eleitorado brasileiro. A partir de então, com seus atributos legais para ocupar o cargo de Presidente da República restituídos, intensificou suas ações em torno das Reformas de Base. A partir daí, intensificaram-se também, tanto as reações da classe dominante agrária quanto a de setores de partidos políticos como o PSD e a UDN, contra as ações do Executivo de Goulart e, as frações de classe que ainda davam algum tipo de apoio ao governo, passaram à oposição ferrenha”.

interesses dos grandes proprietários de terra.

Além disso, no governo de João Goulart foi criada a Superintendência da Política Agrária (SUPRA), um órgão governamental responsável pela política de reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 1997). A partir da SUPRA foram realizadas algumas desapropriações, principalmente de engenhos no Nordeste brasileiro.

A questão central em torno da reforma agrária por parte do governo de João Goulart foi a tentativa de modificação do Artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelecia a exigência de “indenização prévia, justa e em dinheiro” para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Assim, novamente se constatava como a questão da desapropriação era central para uma análise da formação territorial e política brasileira.

Silva (1997) e Natividade (2012) argumentaram que, no processo de elaboração do anteprojeto do governo para a realização de modificação constitucional, propôs-se que o dispositivo de “indenização prévia, justa e em dinheiro” fosse reformulado, determinando que as indenizações fossem feitas mediante títulos da dívida pública, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos. Essa proposta de mudança constitucional transformou-se em pomo de discórdia entre o Executivo e o Legislativo, e mobilizou frações da classe de capitalistas e da classe dos proprietários de terra no Congresso Nacional à firme oposição, à alteração constitucional e à efetivação da proposta de reforma agrária (NATIVIDADE, 2012; SILVA, 2003).

O governo de João Goulart justificou essa alteração alegando que o pagamento prévio em dinheiro exigiria recursos tão vultosos que tornaria praticamente inviável qualquer reforma agrária significativa. Assim, em 15 de abril de 1963, o deputado Bocaiúva Cunha apresentou à Câmara dos Deputados, em nome do governo, emenda constitucional que modificava o artigo 141 da Constituição Federal de 1946.

Essa emenda transformava a forma de indenização nos casos de desapropriação por interesse social que garantia ao imóvel desapropriado a indenização prévia, justa e em dinheiro (CAMARGO, 2007). Assim, o governo buscava desfazer a contradição presente na Constituição de 1946 entre o artigo 141 (que beneficiava o proprietário em caso de desapropriação que não distinguia a desapropriação por utilidade pública e a desapropriação por interesse social) e o artigo 147 (que determinava, em uma linha mais progressista, o condicionamento da

propriedade ao bem-estar social, podendo-se “promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos”).

A emenda constitucional propunha que, para promover o “bem-estar social”, as indenizações deveriam ser realizadas com títulos da dívida pública⁴²⁷. Oliveira (2007) constatou que a proposta da emenda constitucional apresentada pelo governo João Goulart ao Congresso Nacional acabou derrotada, em 7 de outubro de 1963, por 121 votos contra 17. Com a derrota no Congresso, João Goulart utilizou o instrumento legal do Decreto para aprovar e iniciar a implantação da reforma agrária (OLIVEIRA, 2007). João Goulart enviou Mensagem ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa de 1964 que sintetizava o conjunto das reformas de base (reforma agrária, reforma urbana, reforma fiscal, reforma bancária, reforma educacional, nacionalização de empresas) e explicitava a urgência de realização dessas. No que tange à reforma agrária, a centralidade da discussão acerca da função social da propriedade e certos questionamentos à forma capitalista de proteção absoluta da propriedade privada e da desapropriação capitalista da terra podem ser analisados na Mensagem:

No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje nos impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros, é, sem dúvida, a Reforma Agrária, (...) sinto-me no grave dever de propor ao exame do Congresso Nacional um conjunto de providências a meu ver indispensáveis e já agora inadiáveis, para serem, afinal, satisfeitas as reivindicações de 40 milhões de brasileiros.

Assim é que submeto à apreciação de Vossas Excelências, a quem cabe privativamente a reformulação da Constituição da República, a sugestão dos seguintes princípios básicos para a consecução da Reforma Agrária:

— A ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade.

— Poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar:

a) todas as propriedades não exploradas;

⁴²⁷ Segundo Neutzling (1997), a Igreja Católica colocava em sua Mensagem da Comissão Central da CNBB, em 30 de abril de 1963, apontamentos que enfatizavam a necessidade de a realização da indenização nos processos de desapropriação serem feitas em títulos da Dívida Pública. A Igreja Católica teve um papel contraditório durante a ditadura civil-militar: apesar de um apoio manifesto em algumas mensagens da CNBB, havia também a construção da Teologia da Libertação e das ações das pastorais, sobretudo da Pastoral da Terra, em favor de camponeses, posseiros e indígenas frente à violência de grileiros e/ou latifundiários.

b) as parcelas não exploradas de propriedade parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total.

— Nos casos de desapropriações, por interesse social, será sempre ressalvado ao proprietário o direito de escolher e demarcar, como de sua propriedade de uso lícito, área contígua com dimensão igual à explorada.(...)

Para a concretização da Reforma Agrária é também imprescindível reformar o § 16 do art. 141 e o art. 147 da Constituição Federal. Só por esse meio será possível empreender a reorganização democrática da economia brasileira, de modo que efetue a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse de todos e com o duplo propósito de alargar as bases da Nação, estendendo-se os benefícios da propriedade a todos os seus filhos, e multiplicar o número de proprietários, com o que será melhor defendido o instituto da propriedade.

Para alcançar esses altos objetivos seria recomendável, a meu ver, incorporarem-se à nossa Carta Magna, os seguintes preceitos:

— Ficam supressas, no texto do § 16 do art. 141 a palavra "prévia" e a expressão "em dinheiro".

— O art. 147 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:

— O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social.

— A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, segundo os critérios que a lei estabelecer. (BRASIL, 1964a, p. 51-54)

É fundamental acompanhar também um trecho do discurso proferido por João Goulart no Comício da Central do Brasil ("o Comício das reformas com Jango") em 13 de março de 1964, para mais de 200 mil pessoas, que revelava a centralidade da reforma agrária para a construção de justiça social no Brasil:

Essa Constituição é antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, injusta e desumana; *o povo quer que se amplie a democracia e que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facultado participar da vida política através do voto, podendo votar e ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações religiosas ou ideológicas.* (...) O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos. Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação de nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. *O que se pretende com o decreto que considera de*

interesse social para efeito de desapropriação as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra, que se apoderaram das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo, que custou 70 bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo. Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos de dívida pública e a longo prazo. Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. É negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo e os interesses da Nação, que a ela cabe assegurar, poderemos ter leis agrárias honestas e bem-intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas. (Discurso de João Goulart na Central do Brasil em 13 de março de 1964, sem grifos no original)

Assim, a partir do discurso de João Goulart, contata-se uma preocupação com a função social da terra, com as apropriações ilegais de terras públicas e com profundas modificações nas formas de realização dos processos de desapropriação de terras. João Goulart assinou, naquele mesmo dia, dois decretos: um que encampava refinarias particulares de petróleo e outro que declarava de interesse social, para fins de desapropriação, terras localizadas em um raio de 10 quilômetros de ferrovias e de rodovias federais, ou que tivessem sido beneficiadas por obras da União que foi ficou conhecido como Decreto da SUPRA (GRYNSZPAN, 2006).

Ao mesmo tempo em que crescia a ofensiva de Goulart para por em prática o projeto de reforma agrária e de uma forma de desapropriação que possibilitasse o projeto, crescia ainda mais a frente oposicionista, bloco representado pela aliança entre grandes proprietários de terra e capitalistas industriais, que irá se constituir na principal base de sustentação política da ditadura civil-militar de 1964.

A proposta de reforma agrária de João Goulart aglutinou frações das classes dominantes no Brasil e fez parte da complexa conjuntura que cercou a construção do golpe militar de 1964, demonstrando que a questão da desapropriação foi um fato de acirramento das disputas políticas que desencadearam no golpe⁴²⁸.

⁴²⁸ É interessante notar que em dois momentos históricos diferentes, quando a questão da desapropriação de terras surgiu na pauta política, ocorreram golpes militares: em 1889 e em 1964.

4.5. CERCAMENTO JURÍDICO, REPRESSIVO E MILITAR DA TERRA: A REALIZAÇÃO DA GRILAGEM LEGALIZADA E A INSTITUIÇÃO DOS TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA NA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

4.5.1. Os fundamentos de uma aliança econômica entre terra e capital na ditadura civil-militar

A terra ociosa aparece como irracionalidade à lógica capitalista. Porém, conforme argumentou Martins (1994), no desenvolvimento do capitalismo brasileiro a irracionalidade da grande propriedade fundiária se resolve contraditoriamente, através de um conjunto de mecanismos sociais, políticos e econômicos que aparecem na transmutação desse aparente entrave: a aliança entre terra e capital.

No desenvolvimento capitalista à brasileira, a grande propriedade capitalista foi/é produzida sob o auspício e condescendência do aparelho do Estado e do poder judiciário, conforme objetivamos demonstrar nos itens anteriores. Esse processo se aprofundou vertiginosamente na ditadura civil-militar, a partir de pelo menos cinco elementos associados: a grilagem legalizada de terras, uma contrarreforma agrária fundamentada no reforço ao caráter absoluto da propriedade privada capitalista, uma política de modernização conservadora da agricultura baseada em incentivos fiscais, o avanço da frente de expansão para a Amazônia e a venda de terras para estrangeiros (MARTINS, 1980; 1981; 1994; OLIVEIRA, 2007; 2011; MARÉS, 2003; PRIETO, 2012).

A ditadura civil-militar inverteu a luta por uma reforma agrária radical transformando a luta dos movimentos populares e de esquerda, as bandeiras do governo constitucional de João Goulart e as reivindicações das Ligas Camponesas, dos movimentos sindicais e do Partido Comunista em um documento consolidado em 30 de novembro de 1964 como Lei n. 4504, conhecido como Estatuto da Terra. Assim, Martins (1980; 1981) argumentou que o Estatuto da Terra apresentado como uma lei de reforma agrária era de fato um ordenamento jurídico que pressupunha o desenvolvimento rural baseado na racionalização capitalista da agricultura com o intuito de modernização dos latifúndios e sua transformação em empresas capitalistas.

Analisando esse processo de modernização conservadora a partir de Martins (1994) e Marés (2003), pode-se concluir que se consubstancia uma tendência a um ciclo na história política do Brasil com implicações claras para a formação territorial:

as grandes reformas sociais foram propostas por representantes do pensamento liberal (e certamente, pressionadas por revoltas, insurreições e movimentos populares), e, todavia, eram implementadas, na prática, por conservadores.

Esse jogo político, entretanto, apresentou uma constância: a centralidade da classe dos proprietários de terra na forma com que as reformas sociais foram efetivadas. Martins (1994, p. 74) afirmou que:

Não havia, na elite, uma classe antagônica suficientemente forte e consciente de seus interesses e de suas oposições, como uma burguesia moderna, oposta aos interesses do latifúndio, que pudesse levar adiante reformas sociais que não afetassem opções políticas e ideológicas fundamentais.

Assim, a burguesia urbano-industrial brasileira nasceu do seio do latifúndio, e essa aliança desde sua origem se repôs em momentos de (aparentes) rupturas políticas para a conservação de interesses, concessão paliativa de direitos, troca de favores, compadrio, clientela e controle do aparelho do Estado para a legalização de privilégios e ilegalidades. Diante disso, a aliança entre terra e capital no Brasil é demonstrada por diversas facetas. Analisando como essa aliança se consolidou, em um sentido econômico, constata-se, partindo das reflexões de Oliveira (2007) e Martins (1994), que o Estado, sobretudo a partir do período da ditadura civil-militar brasileira, utilizou, para a reprodução do capital, de ampla política de incentivos fiscais à grandes empresas que investissem, principalmente, em terras nas áreas de fronteira de expansão do capitalismo no campo. Esse processo produziu uma dupla perversidade: o aumento da concentração fundiária e a drenagem de recursos públicos para a manutenção de empresas capitalistas interessadas em rendimentos fartos e praticamente gratuitos. O Estado cedeu, então, parte de seus bens patrimoniais - vastas extensões de terras devolutas – à empresas capitalistas que aplicassem em incentivos fiscais a fundo perdido. A empresa capitalista moderna no Brasil se tornou latifundiária ou o latifúndio se modernizou e se tornou empresarial? Na verdade, o processo foi ainda mais complexo, pois se compreendeu que o capitalismo no Brasil se desenvolveu fundamentalmente a partir da reprodução de relações não-capitalistas de produção, e a formação territorial brasileira é expressão concreta, pois síntese das múltiplas determinações colocadas, da reprodução contraditória do capitalismo rentista.

Com isso, a ditadura civil-militar, dentre seus muitos legados, deixou também na formação territorial brasileira o comprometimento dos grandes capitalistas com a

propriedade fundiária, não mais somente através de alianças políticas, como antes de 1964, mas a partir de uma substantiva aliança social e econômica que entrelaçou interesses e consolidou uma estrutura fundiária essencialmente concentrada.

Até o momento, observamos como a aliança entre Estado e grandes proprietários de terra produziu sua condição de classe a partir da dominação de terras públicas, isto é, a grilagem como fundamento da propriedade privada da terra e como elemento central da formação territorial brasileira. Nessa aliança política, a desapropriação de terras é uma faceta que confirma a propriedade como abstração jurídica absoluta e simultaneamente como forma concreta excludente de parte significativa da população, pois obriga o Estado ao pagamento da renda da terra pela condição desta ter sido monopolizada em determinado período.

Com o Estatuto da Terra não se alterou de fato o conceito de propriedade privada da terra, apenas foram estabelecidos mecanismos novos de desapropriação que repuseram a propriedade absoluta. Apesar de seu conteúdo com formas jurídicas novas e a materialização de um discurso legal progressista, Oliveira (2007, p. 121) nos lembrou que “foi o próprio Ministro do Planejamento do então governo militar, Roberto Campos, quem garantiria aos congressistas latifundiários que a lei era para ser aprovada, mas não para ser colocada em prática”.

Partamos, então, para uma análise mais minuciosa sobre o Estatuto da Terra.

4.5.2. Estatuto da Terra e Constituições de 1967 e 1969: “a reforma agrária dos militares” e a institucionalização dos títulos da dívida agrária (TDA)

Com o golpe militar de 1º de abril de 1964 uma nova rodada de reordenamento das frações de classe no Brasil realizou-se. Esse rearranjo repôs a aliança política da burguesia industrial-urbana e dos grandes latifundiários em profunda associação ao Estado autoritário capitaneado pelos militares. De acordo com Martins (1994), o modelo econômico substanciado pelas elites brasileiras nos momentos de ruptura repôs as relações dialéticas entre atraso e modernidade no Brasil, visto que

(...) as grandes mudanças sociais e econômicas do Brasil contemporâneo não estão relacionadas com o surgimento de novos protagonistas sociais e políticos, portadores de um novo e radical projeto econômico. As mesmas elites responsáveis pelo patamar de atraso em que se situavam numa situação histórica anterior, protagonizaram as transformações sociais. (MARTINS, 1994, p. 58).

O processo de emancipação política consolidado em 1822, a produção da primeira Constituição de 1824, a proposta de Lei de Terras de 1843 e a sua consolidação jurídica em 1850, a abolição da escravidão de 1888, a transição do Império à República, a Revolução de 1930, a Constituição de 1946 após o fim da ditadura do Estado Novo, a política de reformas e transformações de Juscelino Kubitschek sintetizadas no *Plano 50 anos em 5* e o golpe militar de 1964 foram expressões fundamentais do papel político da classe dos proprietários de terra na modernização sem ruptura e da reprodução das elites no poder durante os séculos XIX e XX.

Martins (1994) enfatizou que o golpe de Estado de 1964 não teria sido possível sem a intervenção ideológica da classe de proprietários de terra disseminados pelo território nacional, que aglutinou a burguesia urbana (empresariado e industriais) à frações das classes médias, ao aparato militar e repressivo do Estado e à grupos conservadores do clero no entorno da crítica às reformas de base de João Goulart e aos atentados representados pelos comunistas, sindicalistas e movimentos camponeses aos “valores da tradição”: Deus, família e propriedade privada. Martins (1994, p. 78) entendeu essa movimentação ideológica como a inversão da expressão liberal que associou liberdade e igualdade revelando que, no Brasil, o discurso das oligarquias se assentava na “liberdade de ser desigual”. Assim, o que estava em jogo em 1964 era o rumo que o processo de modernização capitalista tomaria no Brasil, e dessa forma, os proprietários de terra se destacaram no protagonismo exercido para a reprodução de sua condição de classe e para participação ativa e efetiva no arranjo político das frações de classe que conduziram o Estado autoritário.

De certo existiam preocupações com o discurso de reformas de base proposto por João Goulart, e o temor das elites brasileiras e dos Estados Unidos com a possível mobilização comunista protagonizada pelos movimentos camponeses, sobretudo após a Revolução Cubana de 1959. Martins (1994) e Vazelesk (2010) afirmaram que as lutas camponesas entorno da pauta da reforma agrária e de uma transformação da estrutura fundiária concentrada inquietavam vividamente os grandes proprietários de terras em associação com os militares, desde a década de 1950 - vide, por exemplo, os confrontos em Francisco Beltrão no Paraná (1957) e os conflitos em Trombas e Formoso, no norte do atual estado de Goiás, entre 1955 e 1956, em que forças militares atuaram no sentido de reprimir as

mobilizações dos camponeses. Segundo Vazelesk (2010) e Martins (1994), a ampla presença, real ou imaginada, do Partido Comunista no campo brasileiro e na mobilização de classe de camponeses e de sindicatos rurais transformava, do ponto de vista de muitas lideranças militares, a questão agrária em um problema a ser equacionado. Equacionamento, evidentemente, às avessas das proposições das Ligas Camponesas e do Partido Comunista.

Silva (2006) argumentou que durante as décadas de 1950 e 1960 se efetivou uma ampla aglutinação política de classe com uma coesão raramente vista na história brasileira, coesão que se mobilizava para a manutenção dos interesses dos capitalistas urbano-industriais nacionais e multinacionais e das oligarquias fundiárias. Essa junção capitalista se materializou em diversas organizações, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que defendia uma via de industrialização que articulasse de modo mais contundente a burguesia nacional com os interesses multinacionais, a garantia dos interesses estadunidenses na economia brasileira e realização de forte oposição à nacionalistas, sindicalistas e comunistas (SILVA, 2006). O IBAD estava diretamente associado à Escola Superior de Guerra⁴²⁹ (ESG) e ao Conselho Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), criado em 1955. Em São Paulo, a burguesia industrial aglutinava-se em torno da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que detinha a presidência da CONCLAP. O CONCLAP, por sua vez, estava em associação com os proprietários de terra organizados na Sociedade Rural Brasileira (SRB) e que mantinha uma significativa força política. Nota-se, por exemplo, que em São Paulo, a SRB foi uma das principais articuladoras da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* em março de 1964, conforme argumentou Martins (1994), marcha que foi reproduzida em escala local e incentivada pelas lideranças latifundiárias em diversas regiões do país para o espraio da ideologia capitalista da propriedade privada, do conservadorismo, antirreformista e anticomunista.

⁴²⁹ Segundo Oliveira (1997), o IPES e o IBAD foram fartamente utilizados pelos golpistas para a derrubada do governo de João Goulart em explícita associação com a ESG. A ESG foi formada em 1949 e se amparava em diversos acordos militares bilaterais entre Brasil e Estados Unidos. Assim, Oliveira (1997) constatou que os militares brasileiros estavam associados à burguesia urbano-industrial e aos proprietários de terra em uma fronteira ideológica de combate ao comunismo, à esquerda e ao nacionalismo desenvolvimentista, e simultaneamente na expansão de processos de modernização capitalista (internacionalização da economia, exploração e pilhagem das riquezas nacionais, abertura de mercado para empresas multinacionais, etc.).

Em 1962, o conjunto de opositores ao governo Goulart recebeu mais um reforço com a criação do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais). O IPES foi produto da articulação do empresariado carioca e paulista e foi fundado em 2 de fevereiro de 1962 no Rio de Janeiro. A instituição foi paulatinamente aglutinadora das classes capitalistas de outras unidades da federação. O acirramento nos debates sobre a reforma de base, especialmente em 1963 e 1964, incitou nos membros do IPES o entendimento de que o país marchava inexoravelmente para o comunismo e que cabia aos "homens bons" a interrupção desse processo (CAMARGO, 2007). O IPES tinha uma preocupação especial com a formação da opinião pública e a disseminação ideológica da propaganda antirreformista e anticomunista (SILVA, 2006). Focado peremptoriamente em estratégias, o IPES tinha um fundamental braço de apoio no IBAD, que agia como unidade tática, respondendo por atividades secretas (SILVA, 2006). Os dois se complementavam na oposição ao assim chamado populismo, ao Executivo nacional-reformista e às forças sociais populares.

Martins (1994) e Silva (2006) enfatizaram que o IPES e o IBAD se dedicaram ao tema da reforma agrária a fim de realizar uma proposta de reforma distinta das defendidas pelas Ligas Camponesas ou pelos órgãos do governo Goulart e articulada ao programa político-econômico estadunidense denominado *Aliança para o progresso*⁴³⁰. Silva (2006) argumentou que a proposta de reforma agrária deveria ser produzida por especialistas e realizada após a tomada do poder pelas forças liberais no plano econômico, pró-estadunidense no plano das relações externas e "antipopulista" no plano social e político.

Ressalta-se que, imediatamente após o golpe militar, foi instituído o Grupo de Trabalhos sobre o Estatuto da Terra (GRET), sob a organização do Ministério do Planejamento, e que tinha o objetivo de propor um documento que servisse de base para a construção de anteprojeto de lei sobre a reforma agrária e demais emendas constitucionais. De acordo com Bruno (1995), o grupo era formado pela ala

⁴³⁰ É importante frisar que a reordenação da política externa estadunidense visava estimular os países latino-americanos a promoverem reformas nas suas estruturas agrárias. Esta mudança de orientação era amplamente influenciada pela Revolução Cubana e pelo temor de realização de novos processos revolucionários na América Latina (SILVA, 1997). De acordo com Silva (1997, p. 20) "os analistas americanos chegaram à conclusão de que o perigo de novas revoluções poderia ser evitado se os governantes latino-americanos se conscientizassem da necessidade de alterar a situação das massas camponesas, sendo que a reforma agrária era considerada o instrumento fundamental para atingir esse objetivo".

reformista do IPES, coordenada por Paulo de Assis Ribeiro, por alguns remanescentes da experiência de Revisão Agrária do Governo Carvalho Pinto em São Paulo em 1959, tendo como uma das figuras centrais José Gomes da Silva que participou do grupo de trabalho; além desses há vários representantes técnicos e políticos de diversos ministérios, também o ministro do Planejamento Roberto Campos e o ministro da Agricultura Oscar Thompson. Bruno (1995) destacou que o GRET contava ainda com a tutela direta do General Golbery do Couto e Silva (chefe do Serviço Nacional de Informação) e com a constante participação de Castello Branco.

Castello Branco, em discurso de 22 de maio de 1964, enfatizou a sua interpretação acerca da reforma agrária e, sobretudo, sobre o papel do Estatuto da Terra que, segundo o ditador-presidente, era

O instrumento legal para a efetiva realização da reforma agrária. Uma reforma agrária que, livre dos radicalismos demagógicos, atenda as reais aspirações do trabalhador rural e, também, o crescente aumento da produção nacional. Isto é, um conjunto de medidas que, a partir da modificação do regime de posse e uso da terra, vise a tornar mais numerosa a classe média rural, o que equivale a dizer que, promovendo a justiça social no campo, destinar-se-ão a aumentar o bem-estar do trabalhador rural e de sua família, contribuindo, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento econômico do País e a progressiva extinção dos erros há muito acumulados. (Discurso de Castello Branco em 22 de maio de 1964 p. 53)

Assim, de acordo com Dreifuss (1981), as diretrizes para a produção de uma lei sobre a reforma agrária, que se efetivou com a criação do Estatuto da Terra, foram baseadas nas recomendações feitas pelo IPES com participação direta de Castello Branco⁴³¹.

Nesse sentido, Bruno (1995) argumentou que as reformas, especialmente a reforma agrária, foram tratadas no governo Castello Branco a partir de um compromisso social diferente, ou melhor, na forma com que ditaduras tratam questões sociais. As reformas foram desvinculadas de suas origens sociais e ressignificadas como concessões do governo militar. Assim, o governo Castello Branco simultaneamente reprimia camponeses e sindicalistas no campo e intervinha em conflitos fundiários em favor de grileiros e/ou latifundiários, e além disso,

⁴³¹ Silva (2007) enfatizou que a agilidade na formulação da proposta de reforma agrária, encaminhada com especial dedicação por Roberto Campos, relacionava-se diretamente com a proposta planejada pelo IPES e concluída antes mesmo do golpe.

buscava pautar e controlar o que os trabalhadores deveriam discutir e reivindicar. Bruno (1995) destacou que, em relação à proposta de reforma agrária de João Goulart, “houve não apenas um recuo ou uma mudança de tom na luta pela reforma agrária, mas uma mudança de conteúdo: passou-se do ataque frontal ao latifúndio à defesa do Estatuto da Terra” (BRUNO, 1995, p. 12).

Imediatamente após o golpe, a ditadura iniciou seu processo de expurgos, expulsões e perseguições das lideranças políticas identificadas com um programa de reforma agrária mais radical. No dia 09 de abril de 1964 esse processo tornou-se ainda mais evidente com a promulgação do Ato Institucional n.1 (AI-1). Com esse Ato, o Congresso Nacional brasileiro teve parte significativa da oposição parlamentar expurgada, com mais de 40 deputados cassados - dentre eles Francisco Julião (PSB-PE) e Plínio de Arruda Sampaio (PDC-SP). Dessa forma, o Congresso passou a possuir ampla maioria de deputados filiados à partidos como a UDN e o PSD, claramente identificados com uma crítica veemente aos projetos de reforma agrária e as lutas no campo.

Marés (2003) constatou que o Estatuto da Terra mantinha íntegra a legitimidade contratual da propriedade privada, pois mesmo quando não é cumprida a função social da propriedade, isto é, quando o latifúndio não é útil à sociedade brasileira, sua legitimidade não é questionada. Além disso, quando se estabeleceu um processo de embargo à propriedade privada, se instituiu outro contrato entre o Estatuto e o latifundiário descumpridor da lei, denominado **desapropriação**. Dessa forma, o novo contrato, público e de compra e venda, no qual a manifestação livre de vontade do vendedor ficava restringida pelo interesse público, foi sumamente questionada por um conjunto enorme de juristas, que pode ser sintetizado na interpretação de Beznos (2006, p. 34), que afirmou que, no Estado de Direito, não é possível sustentar, *a priori*, a supremacia do interesse público sobre o privado, pois diante de uma lide de “interesses” ou “direitos”, sua utilização apenas poderia se dar pela interpretação do Poder Judiciário.

Marés (2003) enfatizou que no Estatuto da Terra reforçou-se que a desapropriação não era de forma alguma a negação do conceito liberal de propriedade⁴³², mas sua reafirmação, visto que

⁴³² Na análise de Gomes (2009) a “maioria esmagadora” da doutrina jurídica argumentava que a desapropriação era uma forma de restrição ao direito de propriedade, inclusive ressaltando que o ato desapropriatório era uma “odiosa restringenda” à plenitude da propriedade. Gomes (2009), Bercovici

A grande novidade do conceito liberal é a livre disposição do bem, mas o bem é sempre integrante de um patrimônio e o que está garantido com a desapropriação é, exatamente, a integridade do patrimônio. A desapropriação é entendida como a reparação de um dano patrimonial causado ao cidadão e, portanto, é uma reafirmação da plenitude do direito de propriedade. (MARÉS, 2003, p. 109).

É fundamental constatar que o Estatuto da Terra e a proposição jurídica materializada na lei de uma reforma agrária da ditadura civil-militar foi a estratégia utilizada pelo Estado autoritário para o apaziguamento jurídico das lutas camponesas, sendo implementado prioritariamente em regiões de conflito fundiário, realizando, simultaneamente, a tranquilização dos latifundiários de que a letra fria da lei seria produzida, aprovada e discutida no Congresso, mas não implementada. Nota-se que foi fundamental no início da ditadura civil-militar a aparência de que a forma de elaboração e produção das leis seguia o mesmo percurso do período democrático, porém diferente e melhor na perspectiva dos militares, pois se estava afastado do perigo de “bolchevização” da política brasileira⁴³³ e se estava apartando o “radicalismo demagógico” da produção da modernização capitalista brasileira. Nesse sentido, a partir da análise de Oliveira (2007) compreende-se que o Estatuto da Terra explicitou a contradição entre o projeto de Reforma Agrária e a sua não-realização. Portava consigo, assim, o caráter de farsa histórica baseada na defesa da propriedade privada, retórica institucionalizada da reforma agrária que se fundamentou na intencionalidade de desmobilização do campesinato e na ampla defesa da agricultura empresarial na forma do latifúndio.

Observa-se, então, a retórica institucionalizada na proposta da ditadura civil-militar (Mensagem n. 33 de 26 de outubro de 1964 que encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que dispôs sobre o Estatuto da Terra) como a “solução democrática para a realização da reforma agrária”. Nos termos da Mensagem ditatorial:

(2013), Marés (2003; 2010), Grande Júnior (2012), foram alguns dos juristas que seguiram direção oposta.

⁴³³ No Ato Institucional n. 1 de 09 de abril de 1964 pode ser constatada essa ideologia conservadora e autoritária: “(...) o presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País” (BRASIL, 1964e).

15. Assentes os males é forçoso examinar-se as soluções. Duas opções desde logo se apresentam para solucionar o problema: a opção socialista e a democrática.

Caracteriza-se a primeira pelo seguinte delineamento: a) visa à transferência, imediata ou progressiva, da propriedade da terra para o Estado; b) elimina a liberdade de iniciativa, determinando a cada trabalhador do campo a execução de tarefas pré-determinadas de acordo com um plano global do Estado; c) transforma os trabalhadores em simples usuários da terra que é de propriedade coletiva ou do Estado, suprimindo o estímulo da vantagem do aumento da produção.

16. A opção democrática baseia-se no estímulo à propriedade privada, no direito do agricultor proprietário aos frutos de seu trabalho e, naturalmente, ao aumento da produtividade, reintegra a propriedade em sua natural função social, condicionando seu aproveitamento ao bem-estar geral; cria, com base no conceito modular de área do estabelecimento rural, um sistema que permite a formação de propriedade, de tamanho econômico em relação ao conjunto familiar. (BRASIL, 1964b, p. 121)

Essa “opção democrática” de reforma agrária militar pode ser verificada pela ampla defesa da propriedade privada no Estatuto da Terra a partir de diversos prismas. Coetâneos a interpretação de Martins (1994) e Ribeiro (2010), compreendemos que apesar do teor social e baseada no fundamento de modernização da agricultura na vinculação entre a propriedade da terra e o cumprimento da função social, pode ser verificado um conjunto de brechas estratégicas com a finalidade de impedir, dificultar e obstar a reforma agrária e, conseqüentemente, bloquear que as possibilidades reais de efetivação de uma mudança na estrutura fundiária fosse realizada. Ribeiro (2010) enfatizou que havia um conjunto de definições obscuras e intencionalmente confusas na disposição da Lei. Ressalta-se, dentre outras, a definição do termo latifúndio:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se: (...)

V – “Latifúndio”, o imóvel rural que: a) exceda à dimensão máxima fixada na forma do artigo 46, § 1º, alínea b, desta Lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja deficiente ou inadequadamente explorado, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural; (BRASIL, 1964c, p. 127).

A finalidade desta elaboração obscura de instituto jurídico era exatamente dificultar a desapropriação de fazendas que, aparentemente, cumpriam os requisitos legais para tanto (RIBEIRO, 2010). Ressalta-se, assim, que o Estatuto da Terra

utilizava três definições de propriedade: minifúndio, latifúndio e empresa rural. A empresa rural encontrava-se isenta de processos de desapropriação, visto que, segundo o Estatuto, esta cumpria de modo indelével a função social da propriedade, o que não ocorreria com as duas primeiras. Os imóveis rurais com área inferior ao módulo rural são denominados minifúndios e deveriam ser lembrados por serem essencialmente antieconômicos⁴³⁴. Já os latifúndios deveriam ser redistribuídos podendo ser classificados como latifúndios por exploração ou latifúndios por dimensão. O latifúndio por exploração correspondia à propriedade com área entre um e 600 módulos rurais que não cumpria a sua função social e o latifúndio por dimensão todo imóvel com área superior a 600 módulos rurais, independentemente de cumprir ou não os demais requisitos da função social, já que acima deste limite a propriedade era considerada como um bem antissocial. Essa diferenciação aparentemente desfaz sua imprecisão e obscuridade conceitual, entretanto, na prática da reforma agrária dos militares (OLIVEIRA, 1996), vai reafirmar sua manutenção e reafirmação. Ao estabelecer a reforma agrária como desenvolvimento rural⁴³⁵, a ditadura civil-militar apoiou enfaticamente o processo de modernização das grandes propriedades com incentivos governamentais e créditos fartos. Além disso, enfatiza-se que a definição de latifúndio por dimensão foi praticamente abandonada, já que incentivos massivos para a sua transformação em empresas rurais foram realizados durante a ditadura civil-militar por um conjunto de programas de atração de grupos empresariais urbanos para o campo.

Havia também outro aspecto ressaltado por Bruno (2012) que constantemente passava despercebido e que consideramos relevante: alguns funcionários públicos e técnicos dos órgãos responsáveis pela reforma agrária na ditadura civil-militar sofreram constantemente de ameaças de expulsão caso continuassem a estudar o Estatuto da Terra, a falar e debater sobre reforma agrária, mesmo que nos marcos legais do Estatuto. Bruno (2012) enfatizou que seus nomes constaram em comissões de sindicância formadas para apurar questões administrativas quando na verdade eram políticas; foram boicotados no cotidiano de

⁴³⁴ Martins (1981) ressaltou que o Estatuto da Terra foi mais incisivo com o minifúndio do que com latifúndio, visto que pequenas propriedades deveriam se lembrar e se modernizar, enquanto os latifúndios, uma vez transformados em empresa rural, poderiam manter sua extensão territorial.

⁴³⁵ O artigo 18 da Mensagem de Castello Branco ao Congresso Nacional reafirmou essa interpretação: “Não se contenta o projeto em ser uma lei de reforma agrária. Visa também à modernização da política agrícola do País, tendo por isso mesmo objetivo mais amplo e ambicioso; é uma lei de Desenvolvimento Rural”. (BRASIL, 1964b, p. 122)

trabalho e excluídos de várias atividades. Ou seja, compreendemos que a formulação da lei e sua aplicação foram processos eminentemente desarticulados, o que reforçava ainda mais as interpretações sobre as razões da aprovação do Estatuto da Terra como parte de um processo de desmobilização do campesinato.

A defesa da propriedade privada pode ser observada também na relação entre os artigos 12 e 15 do Estatuto da Terra, nos quais ao mesmo tempo em que se afirmava que a propriedade privada deveria cumprir uma função social, sua utilização para fins de reforma agrária seria feita em caráter prioritário em regiões com conflitos fundiários

Art. 12. À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei. (...)

Art. 15. A implantação da Reforma Agrária em terras particulares será feita em caráter prioritário, quando se tratar de zonas críticas ou de tensão social. (BRASIL, 1964c, p. 130)

Além desse item presente no Estatuto da Terra, deve ser observada a Emenda Constitucional n. 10 de 09 de novembro de 1964, aprovada 21 dias antes da aprovação geral do Estatuto, a qual garantia a propriedade privada e modificava a forma de indenização por desapropriação, dispondo que

Art. 4º O § 16 do art. 141 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação: “§ 16. É garantido o direito de propriedade salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro, com a exceção prevista no § 1o do art. 147. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior”

Art. 5º Ao art. 147 da Constituição Federal são acrescentados os parágrafos seguintes: “§ 1o Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural e como pagamento do preço de terras públicas. (...)”

§ 3º A desapropriação de que trata o § 1o é da competência exclusiva da União e limitar-se-á às áreas incluídas nas zonas prioritárias, fixadas em decreto do Poder Executivo, só recaindo sobre propriedades rurais cuja forma de exploração contrarie o disposto neste artigo, conforme for definido em lei

§ 4º A indenização em títulos somente se fará quando se tratar de latifúndio, como tal conceituado em lei, excetuadas as benfeitorias necessárias e úteis, que serão sempre pagas em dinheiro. (BRASIL, 1964d, p. 34-35).

Ou seja, a propriedade privada estava garantida, porém alterava-se a forma de indenização no processo de desapropriação. Em breve debateremos minuciosamente essa questão.

O Estatuto da Terra explicitou no artigo 17 que a reforma agrária poderia se realizar por desapropriação por interesse social, doação, compra e venda e herança ou legado. A desapropriação por interesse social para a realização da reforma agrária é instrumento destacado ao longo da Lei 4.504, todavia, Martins (1981) ressaltou que esse instrumento era aplicado, sobretudo em áreas de conflito (conforme explicitado nos artigos 15 do Estatuto da Terra e no artigo 5 da Emenda Constitucional). Fundamental ressaltar que um dos itens que foi vetado considerava como uma das formas de realização da reforma agrária a “reversão à posse do Poder Público de terras de sua propriedade, indevidamente ocupadas e exploradas, a qualquer título, por terceiros” (BRASIL, 1964c, p. 131). A reversão à posse era/é um conceito jurídico que pressupõe a retomada por parte do Estado do bem patrimonial apropriado de modo ilegal. Obviamente, esse dispositivo rompia com o individualismo proprietário e com a proteção liberal absoluta da propriedade, isto é, significa a não garantia à absolutização do direito à propriedade e, portanto, não se enquadrava na lógica da aliança jurídica de interesses da desapropriação baseada na indenização.

Sobre a desapropriação, o Estatuto da Terra dispunha no artigo 18:

Art. 18. À desapropriação por interesse social tem por fim: a) condicionar o uso da terra à sua função social; b) promover a justa e adequada distribuição da propriedade; c) obrigar a exploração racional da terra; d) permitir a recuperação social e econômica de regiões; e) estimular pesquisas pioneiras, experimentação, demonstração e assistência técnica; f) efetuar obras de renovação, melhoria e valorização dos recursos naturais; g) incrementar a eletrificação e a industrialização no meio rural; h) facultar a criação de áreas de proteção à fauna, à flora ou a outros recursos naturais, a fim de preservá-los de atividades predatórias. (BRASIL, 1964c, p. 131)

E pressupunha também

Art. 19. A desapropriação far-se-á na forma prevista na Constituição Federal, obedecidas as normas constantes da presente Lei.

§ 2º Para efeito de desapropriação observar-se-ão os seguintes princípios: a) para a fixação da justa indenização, na forma do artigo 147, § 1º, da Constituição Federal, levar-se-ão em conta o valor declarado do imóvel para efeito do Imposto Territorial Rural, o valor constante do cadastro acrescido das benfeitorias com a correção monetária porventura cabível, apurada na forma da legislação específica, e o valor venal do mesmo; (...)

Art. 31. É o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária autorizado a: (...)

II - colocar os títulos da Dívida Agrária Nacional para os fins desta Lei; (BRASIL, 1964c, p. 131 - 135).

Para a realização dos processos de desapropriação eram/são utilizados títulos da dívida agrária⁴³⁶, usualmente denominados de TDAs. A ditadura civil-militar, portanto, removeu rapidamente o dispositivo do art. 147, da Constituição de 1946 (conforme pode ser observado no artigo 5º na Emenda Constitucional de 1964 efetivada pelo ditador-presidente Castello Branco), permitindo a desapropriação por interesse social, sem prévia indenização em dinheiro, mas com títulos da dívida pública. Constatou-se que, em poucos meses e a partir do Estado autoritário e de um Congresso dominado pelos representantes da burguesia industrial-urbana e das oligarquias fundiárias, se modificou constitucionalmente uma das principais cercas jurídicas para a efetivação da reforma agrária entre 1946 e 1964 e se instituíram duas outras: os títulos da dívida agrária, uma importante cerca econômica, e uma cerca política, pois se modificam as leis para não se alterar de fato nada.

Esse instrumento jurídico consolidado no Estatuto da Terra tinha como objetivo desapropriar proprietários específicos, que descumpriram elementos sociais essenciais ao exercício de seus direitos de propriedade. Na Emenda Constitucional à Constituição de 1946 de 9 de novembro de 1964 já se explicitava a modificação do pagamento justo, prévio e em dinheiro para o pagamento em títulos de dívida pública com correções monetárias.

Art. 5º Ao art. 147 da Constituição Federal são acrescentados os parágrafos seguintes: “§ 1º Para os fins previstos neste artigo, a União poderá promover desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento da prévia e justa indenização em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção

⁴³⁶ O TDA é título emitido *pro soluto*. Porta consigo aquilo que no Direito chama-se "incorporação". Assim, nos títulos materializa-se a própria indenização pela desapropriação. Em razão da autonomia cambial, equipara-se a bem móvel e como tal, circula no mercado. Quando entregue ao expropriado, o Estado, ao mesmo tempo que se exonera pela indenização, compromete-se em resgatá-lo de qualquer portador ou endossatário que o apresente, sem indagar como ou porque se deu a transferência. Os valores nominais dos TDAs são atualizados e reajustados mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional por meio de portarias publicadas no "Diário Oficial" da União (LINHARES, 2000).

monetária, segundo índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, resgatáveis no prazo máximo de vinte anos, em parcelas anuais sucessivas, assegurada a sua aceitação a qualquer tempo, como meio de pagamento de até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural e como pagamento do preço de terras públicas. (BRASIL, 1964d, p. 34-35).

Os TDAs são uma espécie *sui generis* dos títulos públicos e tem sua origem, como figura jurídica e político-administrativa, no Estatuto da Terra. Os TDAs foram referendados no artigo 184 parágrafo 4º da Constituição Federal de 1988 e no artigo 5 da Lei 8.629 de 1993 que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Estes são utilizados para viabilizar o pagamento das justas e prévias indenizações àqueles que tiveram suas propriedades desapropriadas, pela União Federal, por interesse social, nos casos de imóveis rurais, para fins de reforma agrária.

Assim, considero pertinente a análise realizada por Faria Santos (2008, p. 72) de que os TDAs funcionam como

O escopo de tal mitigação era a demonstração de uma sanção mínima ao latifúndio improdutivo, porém sem fazer com que este perdesse o seu poderio econômico de investimento, garantindo assim ao Estado possibilidade de realizar a reforma agrária e respaldá-la economicamente sob certo prazo. Era a forma de conciliar todas as tensões rurais dos anos 60 em uma forma que não desagradasse a ninguém, especialmente aos aliados de sempre.

Silva (1997) argumentou que desde a instituição do Estatuto da Terra ampliou-se o consenso em torno da noção de que fazer reforma agrária significava, antes de mais nada, redistribuir a propriedade da terra. A terra a ser redistribuída pode estar sob o domínio público (as chamadas terras devolutas) ou privado.

Neste último caso, antes de ser redistribuída segundo critérios estabelecidos pela legislação agrária pertinente, era preciso que a terra passasse (e se sujeitasse) formalmente ao domínio público, ou melhor, estatal, o que era feito através da desapropriação para uso social, prevista em todas as Constituições brasileiras, de formas diferentes. Diante disso, para Silva (1997), a desapropriação de terras particulares efetuada pelos poderes públicos era sem dúvida o aspecto que mais celeuma vinha provocando, pois atingia o direito de propriedade, princípio fundamental do Estado liberal moderno.

A prerrogativa dos títulos de dívida agrária é a de que os proprietários improdutivos, muitas vezes sem o título de propriedade e com terras adquiridas através de grilagem de terras públicas, recebam parte dos tributos do tesouro do

Estado⁴³⁷. A quantia em renda para o pagamento da indenização “justa” e “prévia” que os latifundiários recebem é inclusive adquirida a partir do dinheiro embolsado dos assentados que precisam “adquirir a terra através da compra”. A terra com finalidade especulativa cumpre sua sina rentista: o abocanhamento pelo proprietário de terra de parte da massa de mais valia geral extraída da produção do capital.

Quando uma propriedade é declarada para fins de reforma agrária tomam-se como referência os índices de produtividade, a desapropriação é paga em TDA e as benfeitorias em dinheiro. Considerando as diversas possibilidades de prazos (curtos e longos) para descontar os TDAs, a recorrência do aumento do preço da indenização aos latifundiários, as diversas formas de fraude nos processos de avaliação dos latifúndios e as diversas formas utilizadas para inflacionar as benfeitorias, a desapropriação tornou-se um negócio “lucrativo”⁴³⁸ para muitos latifundiários e/ou grileiros.

Os títulos da dívida agrária, em sua origem, são frutos do acerto entre a “modernidade” de exigência externa via Revolução Verde e credores internacionais com os “conservadores internos” que deram a sustentação interna à ditadura civil-militar. Ou seja, ocorreu a realização da “modernização conservadora” no aparato jurídico que acomodou a necessidade de prévia e justa indenização com o pagamento desta em títulos da dívida pública com correção monetária de modo a poder tomar a propriedade sem ter que desembolsar imediatamente o numerário correspondente (FARIA SANTOS, 2008). Para Castilho (1988), essa decisão foi uma

⁴³⁷ Essa afirmação é respaldada quando se analisa o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica (BRASIL, 2004), nas investigações de Fonseca (2005) acerca do pagamento de juros compensatórios para os latifundiários que tiveram suas terras desapropriadas pela União e reforçada pela reflexão da formação territorial brasileira que estamos realizando acerca da grilagem como fundamento da formação da propriedade privada no Brasil. Segundo o Relatório Final da referida CPI “em nível nacional a grilagem deve ultrapassar, com facilidade, a soma de 100 milhões de hectares” (BRASIL, 2001, p. 569). Fonseca (2005, p. 63) vai além afirmando que “estima-se que existam 200 milhões de hectares sob suspeita de serem griladas (...) há casos em que a terra é desapropriada e o suposto dono sequer sabe quanto o órgão expropriante se imitiu na posse – caso típico de terra com efeito meramente especulativo”.

⁴³⁸ O Livro Branco das Superindenizações (1999) analisou alguns casos e artifícios utilizados na elevação exponencial dos preços das terras desapropriadas e as ações judiciais que reafirmaram amplos pagamentos em títulos de dívida agrária. Assim sendo, os preços pagos após os processos judiciais atingem, em média, 5,01 vezes o valor inicialmente proposto pelo Incra. Nos cálculos judiciais foram incluídas, ao longo dos anos, alegadas perdas com produção agropecuária não realizada, cujos lucros cessantes eram atualizados monetariamente e capitalizados. Isso ocorreu a despeito de serem as terras desapropriadas pelo Incra, por definição, improdutivas. O mesmo aconteceu com as avaliações das benfeitorias dos imóveis desapropriados, sejam elas reprodutivas ou não, assim como com a absurda indenização da cobertura vegetal nativa. O direito novamente reafirmando a inexorabilidade da propriedade privada capitalista de terra.

solução doutrinariamente aceitável e politicamente bem comportada entre as frações de classe dominantes.

Os Títulos da Dívida Agrária também têm apoio legal como instrumentos de financiamento da reforma agrária, a partir da jurisprudência do artigo 105 do Estatuto da Terra⁴³⁹, e que permaneceu na Constituição Federal de 1988. Até 1992 os Títulos da Dívida Agrária eram emitidos pelo INCRA, e eram denominados de TDA-INCRA ou TDA-Cartular. A partir dessa data, passaram a ser emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essa secretaria, com base no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, passou a ter as atribuições de gestão, controle, lançamento, resgate e pagamento de juros dos TDAs. Esses títulos emitidos pelo Tesouro Nacional têm a denominação de TDA-E. São títulos escriturais registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP). O registro é feito pelo Tesouro e depois é depositado na Caixa Econômica Federal, a depositária dos títulos emitidos. Depois que o título entra no mercado, outras instituições, como o Banco do Brasil, passam a ser utilizadas como depositárias desses papéis, conforme expuseram Gasques e Verde (1999, p. 18)

O TDA pode ser negociado por meio de instituições financeiras especializadas que operam na Bolsa e, por isso, têm a liquidez (facilidade de comercialização) assegurada. A venda e a especulação de terras se tornam nesse panorama um grande negócio para os latifundiários, que podem comercializar suas terras improdutivas a preços muito superiores aos vigentes no mercado, com pagamento à vista ou em TDA que, inclusive, puderam ser investidos no processo de privatização das empresas estatais, conduzido primordialmente pelo governo FHC e mantido, a partir de outra aparência, nas administrações federais do Partido dos Trabalhadores.

⁴³⁹ Nota-se no artigo 105 do Estatuto da Terra que os TDAs renderão juros e que poderão ser utilizados para algumas finalidades específicas, assim, constata-se “§ 1º Os títulos de que trata este artigo vencerão juros de seis por cento a doze por cento ao ano, terão cláusula de garantia contra eventual desvalorização da moeda, em função dos índices fixados pelo Conselho Nacional de Economia, e poderão ser utilizados: a) em pagamento de até cinquenta por cento do Imposto Territorial Rural; b) em pagamento de preço de terras públicas; c) em caução para garantia de quaisquer contratos, obras e serviços celebrados com a União; d) como fiança em geral; e) em caução como garantia de empréstimos ou financiamentos em estabelecimentos da União, autarquias federais e sociedades de economia mista, em entidades ou fundos de aplicação às atividades rurais criadas para este fim; f) em depósito, para assegurar a execução em ações judiciais ou administrativas. (BRASIL, 1964c, p. 167).

Nos estudos para o II Plano Nacional da Reforma Agrária, a equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio desenvolveu o seguinte exemplo: um fazendeiro que teve sua terra desapropriada em 1994 e à época recebeu TDAs no valor equivalente a R\$ 100 mil, em 2000 teria títulos avaliados em cerca de R\$ 160 mil. Porém, se os TDAs estivessem atrelados ao mercado de terras, seis anos depois o fazendeiro teria títulos no valor de R\$ 40 mil.

Mesmo assim, um conjunto de juristas concebe a desapropriação como uma forma de sanção. Nesse sentido, Marés (2006) argumentou que os tribunais brasileiros tem admitido, sem muito questionamento, que as desapropriações por descumprimento da função da propriedade são uma sanção e como tal devem ser analisadas. Marés (2006) constatou que o descumprimento da função social da propriedade deve ser analisado a partir de dois aspectos interrelacionados:

O primeiro aspecto é a natureza da desapropriação: será ela uma sanção ou será uma faculdade do Poder Público para ordenar a propriedade da terra. Isto é: ela é sanção ou instrumento de política pública. O segundo, quase consequência do primeiro, é o valor que resta para ser indenizado pela desapropriação quando uma propriedade é nociva socialmente. (MARÉS, 2006, p. 66).

Marés (2006) discorreu amplamente sobre essa questão e ressaltou que os juristas e suas decisões nos tribunais brasileiros, ao considerarem a desapropriação como uma sanção, estão na verdade reproduzindo a “falácia ideológica” de absolutização da propriedade privada, visto que ao se reduzir a desapropriação à uma sanção fica descaracterizado o alcance antissocial da inadimplência em que incorre o proprietário de terra. Assim, caso a única consequência da infração à função social da propriedade for a troca do bem improdutivo por um patrimônio líquido, se permite que o latifundiário que descumpra a função social adquira outro bem, de igual magnitude, e continue inadimplente para com a sociedade. Dessa maneira, o proprietário de terra não cumpre a obrigação constitucional da função social da propriedade e é premiado com o recebimento da renda da terra em títulos da dívida agrária e o pagamento justo, prévio e em dinheiro das benfeitorias do latifúndio.

Marés (2006) considerou - diferentemente de parte significativa dos juristas, dos intelectuais do Direito e de boa parte das decisões dos tribunais brasileiros - que a desapropriação para fins de reforma agrária não deve ser considerada uma sanção, mas sim instrumento de política pública.

Assim, a reforma agrária é fruto da decisão política de desconcentração fundiária, produção de justiça social e de respeito às lutas dos camponeses pela reprodução de seu modo de vida, das suas relações sociais e de produção. A desapropriação é um dos instrumentos políticos desse processo, portanto não é sanção ao direito de propriedade, mas questionamento da forma como se adquiriu a propriedade e ao uso social que se está realizando com/na terra, em suma, uma forma de interpelação aos proprietários de terra sobre a origem da propriedade privada e do cumprimento da função social da terra. Entretanto, nas decisões judiciais, é referendada a inviolabilidade do latifúndio na afirmativa recorrente de que desapropriação é sanção aos proprietários de terra no seu livre direito de propriedade privada. Todavia, essa interpretação produzida por Marés (2006) e outros juristas brasileiros vai de encontro às normatizações da absolutização da propriedade e ao estabelecimento da propriedade privada capitalista como fundamento do modo capitalista de produção.

Assim, para a compreensão do rentismo à brasileira é fundamental, coetâneo a Marés (2003), que se produza uma função social à brasileira a partir do Estatuto da Terra, visto que a Lei de 1964 estabeleceu como única possibilidade do não cumprimento da função social a realização da desapropriação. Porém, essa possibilidade depende da vontade política do aparelho do Estado, e não se realiza como um dever público. Nota-se, a partir de Marés (2003), que a efetiva introdução do conceito jurídico de função social da propriedade retoma a absolutização da propriedade definida desde a Constituição de 1824, com outras nuances históricas, mas de reforço à propriedade, já que desapropriação não significa sanção ao latifundiário, nem objetiva na formação territorial brasileira seu extermínio, mas no máximo, a garantia da produtividade da terra. Nesse sentido, Marés (2003) ressaltou a diferença entre função social da propriedade, conforme inscrita nas legislações que tratam da questão da propriedade privada e da reforma agrária, e a função social da terra. Isto é,

Quando se diz que a função social é da terra (objeto do direito) e não da propriedade (o próprio direito) ou do proprietário (titular do direito), se está afirmando que a terra tem uma função social a cumprir independentemente do título de propriedade que possam lhe outorgar os seres humanos em sociedade. (MARÉS, 2003, p. 113)

Assim, o que de fato se empreendeu durante a ditadura civil-militar foi uma contrarreforma agrária que reproduziu o latifúndio e consolidou a aliança econômica

entre terra e capital, sobretudo a partir da grilagem legalizada produzida pelo Estado ditatorial, a instituição de títulos da dívida agrária que reproduziu mecanismos de acesso a renda da terra e uma função social da propriedade que se aliou aos interesses de absolutização da propriedade privada dos latifundiários.

4.5.3. Grilagem legalizada da ditadura civil-militar brasileira: a conivência estatal da apropriação privada de terras públicas e a demarcação da fronteira entre legal e ilegal pelos grileiros

A fronteira de expansão capitalista, a partir da década de 1960, volta-se para a Amazônia brasileira, e é especialmente na análise da região que se pode constatar como a grilagem legalizada de terras públicas a partir do Estado autoritário estruturou-se. Buscava-se a incorporação da Amazônia Legal para o processo de produção do capital na região e, simultaneamente para a reprodução capitalista dos empresários que adquiriram terras com a política de incentivos fiscais implantada pela ditadura civil-militar. A partir desse momento, o desenvolvimento capitalista brasileiro inverte completamente o "modelo clássico" e outras vias de desenvolvimento apregoadas como explicativas da realidade brasileira. O desenvolvimento rentista à brasileira se consolidou em uma forma de desenvolvimento capitalista que reproduz o latifúndio, econômica, social e politicamente.

Assim, é fundamental retomar que, entre 1964 e 1970, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) - que se tornou a partir do Estatuto da Terra o órgão oficial para a realização da reforma agrária em associação com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - desenvolveu um processo intenso de grilagens e venda de terras públicas para estrangeiros sob o auspício de um conjunto de funcionários públicos. Segundo Oliveira (1997 e 2011) esse processo pode ser verificado na Comissão Parlamentar de Inquérito instalada em 1968 para a apuração de denúncia sobre essa transferência de gigantescas frações do território nacional para o patrimônio privado. De acordo com as análises de Oliveira (2007, 2009c; 2011) sobre o relatório final da CPI, relatado pelo deputado federal Haroldo Veloso, foi comprovado o envolvimento de grileiros, juízes, funcionários do IBRA e de cartórios públicos na venda de mais de 20 milhões de hectares de terras a estrangeiros, sobretudo na Amazônia, via um conjunto de expedientes de apropriação da terra como a

presença de brasileiros como intermediários, compra com antigos proprietários ou posseiros, requisição de terras devolutas aos governos estaduais e grilagem de terras públicas. Essa tragédia da história brasileira fazia parte da política posta em prática pelos governos militares e por empresas nacionais e internacionais, visando explorar os recursos naturais do país. (OLIVEIRA, 2011c, p. 16)

Além disso, de acordo com Oliveira (1997, 2011a; 2011c), na ditadura civil-militar a estratégia de apropriação ilegal de terras públicas se efetivou através de diversas formas, uma das mais constantemente realizadas foi a tentativa de regularizar as terras por meio de “laranjas”, via falsas procurações. Assim, conseguia-se adquirir terras públicas federais ou estaduais com áreas maiores do que a Constituição permitia. A Constituição de 1967, produzida no Governo ditatorial, dispunha que

Art. 164. A lei federal disporá sobre as condições de legitimação da posse e de preferência à aquisição de até cem hectares de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e de sua família.

Parágrafo único. Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares. (BRASIL, 1967, p. 38)

Em 1969 foi produzida uma emenda constitucional que alterava a Constituição de 1967, porém confirmava essa limitação⁴⁴⁰. Todavia, esta não impediu as diversas práticas de grilagem, sobretudo na Amazônia brasileira, como por exemplo, o conjunto de práticas analisadas por Loureiro e Pinto (2005, p. 79):

a venda de uma mesma terra a diversos compradores; a revenda de títulos de terras públicas a terceiros como se elas tivessem sido postas legalmente à venda através de processos licitatórios; a falsificação e a demarcação da terra comprada por alguém numa extensão muito maior do que a que foi originalmente adquirida, com os devidos documentos ampliando-a; a confecção ou adulteração de títulos de propriedade e certidões diversas; a incorporação de terra pública a terras particulares; a venda de títulos de terra atribuídos a áreas que não correspondem aos mesmos; a venda de terra pública, inclusive indígena e em áreas de conservação ambiental, por particulares a terceiros; o remembramento de terras às margens das

⁴⁴⁰ A emenda constitucional reproduzia em seu artigo 171 o que já havia sido redigido no artigo 164 da Constituição de 1967: “A lei federal disporá sobre as condições de legitimação da posse e de preferência para aquisição, até cem hectares, de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e o de sua família. *Parágrafo único.* Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.”

grandes estradas federais, que em anos anteriores haviam sido distribuídas em pequenos lotes para fins de reforma agrária a agricultores e a posterior venda dos lotes, já lembrados, transformando-os em grandes fazendas de gado; e ainda, mais recentemente, a venda de terra pública pela internet como se os vendedores fossem seus reais proprietários, com base em documentação forjada.

Assim, verifica-se que a Amazônia Legal, que possui 508,8 milhões de hectares, passou por um conjunto de apropriações privadas da terra. A estratégia geopolítica da ocupação e exploração da Amazônia, denominada por Oliveira (1997) a partir das considerações de Ianni (1979), foi a contrarreforma agrária do Estado autoritário, que chamou de reforma agrária projetos de colonização na Amazônia Legal. Esse projeto foi levado a cabo pelo INCRA criado pelo Decreto-Lei n. 1.110 de 9 de julho de 1970. Tal decreto extinguiu o IBRA e o INDA e transferiu para o novo órgão todas as atribuições dos antigos institutos. No mesmo período foi criado o Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA). Pode-se sintetizar o discurso ideológico dos programas na seguinte assertiva: a ocupação dos assim chamados "vazios demográficos" da Amazônia com os excedentes populacionais nordestinos e "integrar" o norte do Brasil ao restante do território. Além disso, buscava-se produzir "enclaves econômicos" na Amazônia e criar colonização oficial ao longo das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e também pólos agropecuários, através do programas Polamazônia e parte do Polocentro e Polonoroeste. Oliveira (1997) enfatizou que todos os projetos foram financiados por grandes bancos e organismos financeiros internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial, entre outros.

Oliveira (1997, p. 89) argumentou que

O PIN, o INCRA e o PROTERRA formavam um esquema articulado nos bastidores do governo militar. Ou seja, criava o governo do General Médici um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra que previa a desapropriação através de pagamento com "Títulos da Dívida Agrária – TDA". Entretanto, agora, através do PROTERRA, passava esta desapropriação a ser feita "mediante prévia e justa indenização em dinheiro (alínea "a" do artigo 3). Estava estabelecido mais um elo da "contra-reforma agrária", ou seja, uma "reforma a favor dos latifundiários".

A proposta de integração da Amazônia se associava ao oferecimento de um conjunto de vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais que quisessem investir novos capitais nos

empreendimentos que viessem a se instalar na região (LOUREIRO; PINTO, 2005). Seu principal instrumento era os incentivos fiscais, reorientados legalmente em um conjunto de dispositivos jurídicos, sobretudo a partir de 1967, principalmente para a pecuária, a extração madeireira, a mineração, atividades que, simultaneamente, requerem grandes quantidades de terra e destinam-se à exploração de recursos naturais. Assim, a partir da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia, produziu-se uma política de concessão de incentivos fiscais aos empresários, principalmente das regiões mais ricas, para que deixassem de pagar 50% do imposto de renda, desde que o dinheiro fosse utilizado para financiar projetos de desenvolvimento na região, de cujo capital constituíram até 75%. Os investimentos orientaram-se de preferência para a agricultura e pecuária em vastas extensões de terra, de modo que um grande número de empresários e empresas, fundamentalmente do Sudeste, tornaram-se proprietários de terra e empresários rurais.

Ianni (1979) enfatizou que, para a realização desse processo brevemente apresentado, a grilagem não era uma entre outras modalidades de aquisição de terras. Ela era a mais importante, pois frequentemente se associava à processos de compra e venda de terras, ou melhor, sistematicamente a grilagem se mesclava com as outras modalidades de aquisição de terras, sendo que, muitas vezes, era impossível distingui-las. Nesse sentido, Ianni (1979, p. 167) afirmou que “a falsificação e a veracidade de documentos e evidências e testemunhas mesclam-se” pela associação entre “grileiros, empresários, advogados, funcionários e outros”. Oliveira (2011a; 2011c), ao analisar o cadastro do INCRA em 2003, verificou que existia mais de 67 milhões de hectares de terras devolutas na Amazônia. Entretanto, boa parte delas, apesar de serem terras públicas, foi cercada pelo poder dos grileiros-proprietários de terra que sempre definiram as fronteiras entre legalidade e ilegalidade não só na Amazônia, ou nas áreas de frente de expansão capitalista, mas no conjunto do território brasileiro.

Assim, verifica-se que na ditadura civil-militar produzia-se uma aliança de classes entre capitalistas e latifundiários que soldava um projeto político de cunho eminentemente oligárquico travestido de modernidade, de desenvolvimento do capitalismo. Além disso, se repôs na formação territorial brasileira a grilagem como um legado fundamental que produzia a suposta legalidade da propriedade privada capitalista da terra através de um conjunto amplo de expedientes de ilegalidades.

A denúncia dos expedientes de ampla apropriação ilegal de terras públicas

culminou com a introdução do artigo 51 nos Atos das Disposições Transitórias da Constituição de 1988. Aí se prevê a revisão por Comissão Mista do Congresso Nacional de “todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987”. Entretanto, até hoje o Congresso nada fez para providenciar essa revisão. (OLIVEIRA, 2009c)

Nesse sentido, partamos para a análise da Constituição Federal para compreender os bloqueios da assim chamada Nova República à reforma agrária, a absolutização da propriedade privada da terra e o reforço do caráter economicista da função social da propriedade posterior ao fim da ditadura civil-militar em 1985.

4.6. CONSTITUIÇÃO DE 1988: A REPRODUÇÃO JURÍDICA E CONSTITUCIONAL DO PODER POLÍTICO DA ALIANÇA ENTRE OS PROPRIETÁRIOS DE TERRA E OS PROPRIETÁRIOS DE CAPITAL

Em 1º de fevereiro de 1987 foram abertos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) com a atribuição de produzir uma nova Constituição Federal. Passados 21 anos de ditadura civil-militar sob imensa repressão, violência e autoritarismo e após a derrota da campanha para a realização de eleições diretas para presidente (as Diretas Já), se instalou no Congresso Nacional a ANC. Os trabalhos foram iniciados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro José Carlos Moreira Alves, que havia sido procurador-geral da República no governo do general Emílio Garrastazu Médici. Gomes (2013, p. 136) retomou a fala do ministro:

Ao instalar-se esta Assembleia Nacional Constituinte, chega-se ao termo final do período de transição com que, sem ruptura constitucional e por via de conciliação, se encerra ciclo revolucionário.

O discurso de Moreira Alves era revelador de como o Poder Judiciário brasileiro, inclusive em seus altos cargos, refletia sobre a história e a política no período entre 1964 e 1985. Simultaneamente auxilia a descortinar toda e qualquer aparência de neutralidade ou imparcialidade de parte significativa dos juristas brasileiros na ditadura civil-militar. Além disso, o discurso de Moreira Alves retratava a ditadura produzida pelos militares brasileiros e apoiada em perspectiva de classe, sobretudo pela burguesia nacional, pelos latifundiários e pelas empresas multinacionais como uma “revolução”.

O termo “conciliação”, conforme argumentou Gomes (2013) e Silva (1989), revelava as perspectivas do que o jurista (e também boa parte dos militares, a burguesia, o capital internacional e os latifundiários) esperavam da Carta Constitucional: conciliação, o que significava aceitar algumas reformas, mas manter o pacto político-territorial da aliança das classes dirigentes brasileiras. Conciliação a fim de escamotear as contradições de classe e as divergências nos projetos políticos das elites aliadas e dos camponeses, indígenas e proletários.

Nesse sentido a proposta inicial de reforma agrária apresentada pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), que contava com o apoio da CONTAG, CUT, MST, CNBB, CIMI, CPT, Pastoral Operária, Diocese de Goiás Velho, ABRA, IBASE; mais MIRAD, INCRA, entre outros, inquietou o conjunto de contrários à reforma agrária representados por UDR, CNA, OCB, TFP, SRB e parte significativa dos deputados constituintes eleitos (PILATTI, 1988; RIBAS, 2011). As principais propostas apresentadas pela CNRA eram a subordinação do direito de propriedade a uma obrigação social, o estabelecimento de limite máximo para a propriedade privada e a imissão imediata da União na posse do imóvel desapropriado. Apesar de algumas vitórias iniciais e apenas parciais no encaminhamento de discussões acerca do tema da reforma agrária ao longo do ano de 1987, no final desse mesmo ano se organizou um bloco suprapartidário conservador solidificado no assim chamado Centrão que se mostrou relativamente coeso dando demonstrações de força política para implementar modificações em plenário e passar por cima das decisões que se referiam a artigos, emendas, parágrafos e alíneas produzidos sob perspectiva crítica no que se refere, especialmente, à pauta da reforma agrária (limitações da extensão da propriedade privada, possibilidade de realização de desapropriação de terras em propriedade produtiva, a punição dos latifundiários improdutivos, etc.).

Silva (1989) enfatizou que a articulação política dos conservadores materializada especialmente nas intervenções políticas da União Democrática Ruralista⁴⁴¹, nas ações do presidente José Sarney e de organizações militares

⁴⁴¹ Ronaldo Caiado era presidente da UDR à época e tornou-se um articulador central contra a reforma agrária na Constituinte. A reportagem da revista Veja de 18 de junho de 1996 denominada “O trator da direita”, em capa que tinha como manchete “A força da UDR”, enfatizou que Caiado era “um jovem senhor goiano, médico e fazendeiro, descendente de uma oligarquia de políticos e latifundiários, ganhou projeção no país como líder de uma classe, a dos produtores rurais, geralmente mais inclinada a ouvir conselhos de gente mais velha. Aos 36 anos, Ronaldo Caiado, um homem de ternos bem cortados e um sorriso permanente que dissimula a insistência com que pode debruçar-se

(inclusive do ex-ditador-presidente João Figueiredo) consolidou na ANC um grupo de 311 deputados constituintes com o intuito de brecar o máximo possível, se não totalmente, incisos constitucionais que contrariassem os principais interesses dos grupos econômicos capitalistas (empresariado e industriais, sobretudo), do capital estrangeiro e dos latifundiários.

Essa organização pode ser observada nas discussões acerca da pauta da reforma agrária, da propriedade privada e da desapropriação de terras. Os artigos que se referem ao direito de propriedade (incisos XXIII à XXV do artigo 5º), quando foram remetidos ao plenário, entraram no chamado “buraco negro” da constituinte. Buraco negro significava um impasse na votação do projeto da Constituição. De acordo com o regime interno da ANC as emendas precisavam de 280 votos, ou seja, de maioria absoluta para serem aprovada. Caso nenhuma das propostas apresentadas em plenário sobre a matéria fosse aprovada, os trabalhos constitucionais seriam paralisados para a apresentação de nova proposta.

Dentre as múltiplas questões de divergências nas propostas apresentadas, uma das que gerava mais conflitos no que concerne a reforma agrária e que explicitava os posicionamentos ideológicos e as visões de mundo dos congressistas era a possibilidade ou não de desapropriação de terras produtivas. Além desse tema, fundamental para a reforma agrária, outro que produzia embates era como se realizaria o pagamento às terras que fossem desapropriadas. A proposta encaminhada pelo Centrão estabelecia inicialmente a indenização em dinheiro nos casos de desapropriação, e quando a proposta foi rejeitada na Câmara se produziu no acerto entre os deputados representantes das elites fundiárias a combinação entre indenização em dinheiro para o pagamento das benfeitorias e títulos da dívida pública para o pagamento das terras.

Gomes (2013) argumentou que as discussões em torno do direito de propriedade relacionadas ao tema da reforma agrária já eram polêmicas desde a discussão na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária (e

sobre uma questão qualquer, desloca-se pelo Brasil afora em jatos de carreira ou em monomotores emprestados por fazendeiros para pregar a seus colegas de classe. Ele fala de uma coisa simples: a necessidade, para os produtores rurais, de se unirem em torno da defesa de suas terras que julga ameaçadas. Caiado é hoje o cabeça de uma entidade chamada União Democrática Ruralista, a UDR, sintomaticamente nascida logo que o país tomou conhecimento, há pouco mais de um ano, dos primeiros estudos do governo para se promover uma redistribuição do solo nacional de forma a dar fatias de terra às 10 milhões de famílias de lavradores que não dispõem de um pedaço de chão do qual tirar seu sustento”.

mesmo antes, conforme observamos com a proposta apresentada pela CNRA). O clima de confronto, por exemplo, pode ser observado nos relatos de Gomes (2013, p. 168), segundo os quais o deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) afirmou em discussão relacionada à reforma agrária que “se faltam argumentos, eu tenho um aqui” e mostrava a bolsa que supostamente carregava um revólver.

Assim, o arranjo entre deputados conservadores e ruralistas reforçou a indenização como forma de pagamento do Estado de forma prévia e a preço justo. As benfeitorias construídas nos latifúndios deveriam ser liquidadas em dinheiro e a monopolização da terra paga em títulos da dívida agrária. Além disso, conforme constata Barrocal (2013), o decreto de desapropriação assinado pela presidência da República não garantia a posse imediata do terreno aos beneficiários, antes devia ser examinado pelo Poder Judiciário, a quem cabia a palavra final. Pode ser observado que a questão da desapropriação de terras e das indenizações se consubstanciou no artigo 184, que redação final consta da seguinte maneira:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. (BRASIL, 1988, p. 46).

Marés (2003) argumentou que esse artigo da Constituição, ao tratar da desapropriação de imóveis rurais que não estejam cumprindo sua função social, deixava claro que a função social era relativa ao bem, ou melhor, à propriedade, e não à terra. Dessa forma, se esclareceram os fundamentos da proteção à propriedade privada presentes no artigo 5, incisos XXII, XXIII e XXIV da Constituição Federal de 1988.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXII – é garantido o direito de propriedade;

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social;

XXIV – a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro, ressalvados os casos previstos nesta Constituição;

Nesse sentido, longe das alcunhas que possam se propugnar em relação à Constituição de 1988 como “cidadã”, “plurissocial” ou “Constituição coragem”, a Carta Magna promulgada reproduziu o pacto político-territorial das elites oligárquicas baseado em modificação sem alteração e produção de brechas constitucionais para a manutenção de privilégios, ilegalidades e poder político⁴⁴². Essa constatação pode ser melhor apresentada a partir da análise do artigo que se refere às propriedades⁴⁴³ que são passíveis de desapropriação.

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II – a propriedade produtiva.

⁴⁴² Uma importante objeção à essa interpretação que desenvolvemos, sobretudo em análise do tema da tese em questão, Marés (2003) constatou que em relação aos direitos indígenas, das populações quilombolas e do meio ambiente a Constituição Federal de 1988 apresentou uma série de avanços. O artigo 68 que dispõe sobre a questão da propriedade de terras de remanescentes de quilombo se estabeleceu assim “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p. 50). Sobre a questão das terras indígenas constata-se no artigo 231 o seguinte texto: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, p. 48). Entretanto, sobre esses três pontos ocorrem profundos combates realizados pela bancada ruralista do Congresso Nacional para modificações na forma de implementação e mesmo alteração constitucional dos direitos adquiridos.

⁴⁴³ De acordo com Medeiros (1994), verifica-se que o conceito de “latifúndio”, que marcou todo um conjunto de debate político da questão agrária brasileira, sobretudo do século XX, se tornou uma categoria jurídica através do Estatuto da Terra e foi banida do texto constitucional com a intenção política de obscurecer a luta de classes em torno da fixação dos conceitos na Constituição. Além disso, buscava-se realizar uma transformação no léxico político introduzindo-se um conjunto de novos termos para a tentativa de esconder velhas práticas. Não foi fortuito, portanto que nas décadas de 1990 e 2000 foram introduzidos no Brasil os conceitos de agronegócio (agribusiness), cadeia produtiva (filière) e segurança jurídica, buscando escamotear o latifúndio, a economia política rentista da classe dos proprietários de terra e a grilagem. Também as noções de agricultura familiar e produtor rural foram criadas a fim de situar o campesinato como categoria social complementar ao agronegócio.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.

Pela análise do artigo 185 constata-se que a propriedade produtiva se tornou insuscetível à desapropriação. A interpretação recorrente do Poder Judiciário sobre esse artigo se referenda na interpretação de que mesmo que não cumpra o conjunto de atributos que competem à função social da propriedade, sobre a propriedade produtiva não se aplica a desapropriação. E mais ainda, a Constituição passou a garantir “tratamento especial” à essa forma de propriedade. Na letra constitucional se inscreveu claramente a lógica do favor: o latifúndio que cumpre a lei e que não incorre em infração constitucional deverá ser premiado. Em decorrência desse processo, pode-se observar o quanto a desapropriação não é uma penalidade ao latifúndio, visto que aqueles que cumprem a lei recebem privilégios e aqueles que não cumprem são indenizados pelo Estado.

Além disso, Marés (2010) ressaltou que se estabeleceu uma confusão jurídica de cunho ideológico ao se proteger de modo absoluto a assim chamada propriedade produtiva, visto que a produtividade não se assentava apenas na produção de mercadorias, mas em um conjunto de requisitos, conforme observaremos no artigo 186 complementar ao artigo 85. Para a definição dos critérios de produtividade passaram a ser utilizados índices de produtividade, que atualmente se encontram defasados em mais de 40 anos. Oliveira (2007b, s/p) afirmou que

Os índices utilizados atualmente pelo Incra foram elaborados em 1980, baseados nos indicadores de produtividade das lavouras e dos rebanhos por hectares levando-se em conta o nível técnico da agropecuária, segundo os dados do censo agropecuário de 1975 do IBGE. Estes índices foram inclusive, utilizados durante o governo Sarney na implantação do I PNRA. Hoje eles estão completamente defasados, pois, por exemplo, no estado de São Paulo basta-se produzir 1.900 kg/ha de milho para que a propriedade seja considerada produtiva. Entretanto, a produtividade média do milho neste estado na safra de 2005/6, foi de 4.150 kg/ha. E por que até agora estes índices não foram atualizados? Não foram porque não interessa aos latifundiários, pois assim, seus imóveis mesmo com baixas produtividades escapam da desapropriação e da reforma agrária. Caso o Incra cumprisse a Constituição de 1988, mesmo com estes índices desatualizados, o Brasil tinha em 2003, um total de 54 mil grandes imóveis rurais ocupando 120 milhões de hectares considerados improdutivos. Portanto, passíveis de desapropriação por não cumprirem a função social. Em São Paulo há mais de 2,5 milhões de hectares improdutivos e, no Mato Grosso mais de 34 milhões de hectares.

Interessante retomar a pressão dos proprietários de terra e os confrontos de classe nas votações da ANC acerca da questão da possibilidade de desapropriação da propriedade produtiva. Gomes da Silva (1989, p. 181-186) relatou:

Os milhares de donos de terra que lotavam os hotéis de luxo de Brasília concentravam-se durante o dia no Plenário da liderança por onde todos tinham que forçosamente passar para atingir a sala de Mario Covas, local onde estavam acontecendo as reuniões finais.

O confronto pessoal e direto entre os trabalhadores rurais e os donos de terra ajudava a aumentar a tensão. Para enfrentar os 3.000 terratenentes da UDR, seus “agroboys” e “agrogirls” que haviam ocupado Brasília, a CONTAG conseguiu, à última hora, trazer uma pequena caravana do Estado do Rio de Janeiro, comandada pelo presidente da Federação, Eraldo Lírio de Azevedo, e mais trinta dirigentes sindicais das áreas mais próximas de Goiás e Minas Gerais. Desta vez foram esses trabalhadores que ocupavam o Plenário da Liderança, sob alguns protestos dos funcionários da Casa, mais acostumada a verem ali os bens trajados representantes da UDR⁴⁴⁴.

Silva (1989) argumentou que na votação sobre a retirada ou não da insuscetibilidade da desapropriação da propriedade produtiva o resultado foi favorável à retirada, sendo 267 votos a favor, 253 votos contra e 11 abstenções. Os conservadores perderam a votação, mas garantiram a partir da cláusula de maioria absoluta para a aprovação ou retirada de propostas (que tornava necessária a maioria absoluta de 280 votos) a manutenção da proteção absoluta à propriedade privada produtiva. De acordo com Silva (1989, p. 190) “estava sepultada a reforma agrária no Brasil”.

No que se refere ao significado jurídico da função social e o que deve ser cumprido para que esta se efetue, se encontra a seguinte resolução na Constituição Federal:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

⁴⁴⁴ Verifica-se que bem trajados por fora, mas representando o velho agrobandidismo que buscava resolver na base da bala o que considerava legal e ilegal. Na reunião de 23 de setembro de 1987 acerca das discussões sobre se a propriedade deveria cumprir uma “função social” ou uma “obrigação social”, o plenário se encontrava repleto de representantes da UDR. Gomes da Silva (1989) e Ribas (2011) afirmaram que foram apreendidas na galeria do plenário do Congresso Nacional mais de 50 armas, e no final a proposta da “função social” saiu vencedora.

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988, p. 46)

Analisando os requisitos prescritos no artigo 186 da Constituição, demonstra-se que é fundamental para que a propriedade cumpra sua função social e que tenha direito à proteção constitucional a realização simultânea de todos os termos. Assim, baseado nas análises de Bercovici (2013), Marés (2003) e Souza (2007), observa-se que o conjunto de requisitos constitucionais que tornam uma propriedade cumpridora da função social é constituída articuladamente de *fundamento econômico* (aproveitamento racional e adequado), *fundamento ambiental* ⁴⁴⁵ (utilização adequada dos recursos naturais e preservação do meio ambiente) e *fundamento social* (observância das normas que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e trabalhadores). Dessa forma, as propriedades que infrinjam a legislação ambiental e trabalhista e que não cumpram os requisitos de produtividade são passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária (MARÉS, 2003; BERCOVICI, 2013; SOUZA, 2007).

Analisando cada um dos requisitos estabelecidos pela Constituição de 1988 pode-se constatar que passados mais de 25 anos de sua promulgação vivencia-se um processo de combates e ataques à função social da propriedade no que se refere à reprodução violenta da institucionalização de proteção e absolutização dos interesses da classe dos grandes proprietários de terra e da propriedade privada capitalista. Assim, no que se refere ao conjunto de dispositivos constitucionais, verifica-se que se reduz à aspectos eminentemente economicistas nas decisões dos tribunais brasileiros, reproduzindo no Poder Judiciário os bloqueios à desapropriação de terras. E ainda mais, no processo de desapropriação de terras beneficiam-se amplamente os latifundiários com pagamentos exorbitantes de indenização, reproduzem-se processos de legalização da grilagem de terra ⁴⁴⁶ (e o recebimento de

⁴⁴⁵ O fundamento ambiental da função social da propriedade deve ser analisado em associação ao artigo 225 da Constituição Federal que versa especificamente sobre as questões ambientais.

⁴⁴⁶ Ressalta-se que a Constituição permite a apropriação de até 50 hectares de terras públicas: “**Art. 191.** Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como seu, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra, em zona rural, não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade. *Parágrafo único.* Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião” (BRASIL, 1988, p. 47).

indenizações por terras griladas) e a utilização da terra como reserva de valor e reserva patrimonial.

Com isso, verifica-se, na letra da lei, que a Constituição Federal de 1988 é mais retrógrada que o Estatuto da Terra produzido na ditadura civil-militar, visto que quando se produz, no Brasil, um ordenamento jurídico com a possibilidade real de ser implementado, as elites fundiárias mobilizaram seu conjunto de interesses para os bloqueios às possibilidades de rupturas radicais. Uma nota de fechamento das discussões no artigo 51 da Constituição dispõe que

Art. 51. Serão revistos pelo Congresso Nacional, através de Comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

§ 1º No tocante às vendas, a revisão será feita com base exclusivamente no critério de legalidade da operação.

§ 2º No caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, comprovada a ilegalidade, ou havendo interesse público, as terras reverterão ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 1988, p. 50)

Devido à imensa apropriação de terras públicas e por pressão dos movimentos sociais e do conjunto de denúncias realizadas, especialmente durante a ditadura civil-militar e nos primeiros anos da “Nova República”, se propôs na Constituição Federal este artigo, uma revisão das grilagens legalizadas ao longo do período entre 1962 e 1987. Todavia esse dispositivo constitucional nunca foi posto em prática. Os grileiros-proprietários de terra demonstram seu poder de classe na realização das leis e no bloqueio à aplicação da lei que se opõe ao pacto político-territorial substanciado no processo, ainda em realização, da formação territorial brasileira.

Em suma, verifica-se que na longa trajetória a formação da propriedade privada da terra assentada na grilagem de terra é a característica central da formação territorial brasileira. A reprodução da classe dos proprietários de terra em aliança com os proprietários de capital conforma, de fato, uma via de desenvolvimento capitalista fundada na extração da renda fundiária e na possibilidade de lucro extraordinário a partir da lógica e da história do capitalismo rentista no Brasil. As lutas de classe por frações do território realizadas pela tentativa

de conquistar a terra, altamente concentrada, monopolizada e grilada pelos latifundiários encontra na desapropriação de terra uma nova faceta rentista: a reprodução da classe dos proprietários de terra a partir do negócio capitalista da desapropriação.

5. DESAPROPRIAÇÃO E SUPERINDENIZAÇÕES: FACES DO RENTISMO À BRASILEIRA

A Hidra de Lerna, filha de Tífon, com suas nove cabeças, Hércules exterminou perto da fonte de Lerna. Tamanho era seu veneno que matava um homem com seu sopro, e, caso alguém passasse por ela enquanto dormia, ela soprava sobre seu rastro, e a pessoa morria com imenso sofrimento.

Higino

5.1. DESAPROPRIAÇÃO: UM GRANDE NEGÓCIO

Parto nesse capítulo final para uma reflexão acerca da desapropriação capitalista da terra como par complementar da propriedade privada capitalista a partir das assim chamadas superindenizações em processos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária dos imóveis rurais que não cumprem a função social da terra.

Objetiva-se demonstrar como os latifundiários se valem dos preceitos jurídicos em ações de desapropriação agrária, utilizando-se de um arsenal de mecanismos para que a indenização final fixada em decisão judicial julgada em ação desapropriatória extrapole, em diversos casos, o preço de mercado do imóvel (TRECCANI, 2001; COSTA NETO, 2002; MARÉS, 2003; FONSECA, 2006; LERREH *et al.*, 2012; SILVA, 2010; FIDELIS, 2014; 2015). Em outros termos, a desapropriação serve como uma forma de realização da terra como equivalente de capital, concretizando efetivamente suas funções capitalistas de reserva de valor e reserva de patrimônio, com o pagamento final da renda fundiária aos grandes proprietários de terra (em inúmeros casos grandes grileiros de terra) superior ao preço que atingiria em transações realizadas no mercado capitalista.

Além disso, para garantir a vultosa produção de capital a partir de processos de desapropriação, os latifundiários se servem de estratégias de corrupção, de extorsão de servidores do INCRA e de outros aparelhos do Estado, de funcionários de Cartórios, da leniência do Poder Judiciário, da representação direta ou indireta no Congresso Nacional e da utilização do poder político nos altos escalões do aparelho do Estado para a confirmação de superindenizações de grandes propriedades privadas que descumprem a obrigação constitucional da função social da terra. Efetiva-se, nesse processo, uma outra faceta perversa do capitalismo rentista à brasileira: a desapropriação não é uma penalização ao latifundiário (nem mesmo uma sanção, conforme advogam alguns juristas), mas a forma pura de extração de

renda da terra. É o conjunto da sociedade que paga aos proprietários de terra, através das indenizações, sua reprodução de classe.

Nos diversos casos aqui analisados⁴⁴⁷, constata-se que a terra foi adquirida a partir de grilagem, sendo a posterior desapropriação pelo Estado uma dupla usurpação dos recursos públicos. E mais, os latifundiários utilizam os meandros jurídicos, que em si estimulam a superindenização, para superprecificar a renda recebida a partir de mecanismos de atualizações monetárias para correção de expurgos inflacionários, o pagamento de juros moratórios e compensatórios, superfaturamentos de coberturas florísticas, equívocos deliberados em laudos periciais e decisões judiciais de caráter ideológico de defesa da propriedade privada capitalista da terra (BALDEZ, 2012; FONSECA, 2006; FIDELIS, 2014; 2015).

Assim, as superindenizações são pagas pelo Estado através de decisão judicial⁴⁴⁸ e se utiliza o discurso da reforma agrária e até mesmo da luta dos camponeses pelo acesso à terra como forma de extração da renda fundiária - enormes volumes de massa de mais valia global - pelos latifundiários. Observa-se, dessa forma, o quanto a reforma agrária vai sendo instrumentalizada pelas elites latifundiárias para a reprodução do seu poder político e econômico. Demonstra-se, diante disso, a permanência do processo de acumulação de capital nas formas de utilização da terra como reserva de valor e reserva patrimonial em uma aliança estrutural com o Estado capitalista. Novamente, inverte-se a realidade em favor do capital: instrumentaliza-se a reforma agrária na trágica forma de desapropriação capitalista da terra.

Esse pacto territorial, expressão concreta do rentismo à brasileira, encontrou junto aos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, mesmo em processos de desconcentração fundiária e concretização da luta pela reforma agrária, formas de

⁴⁴⁷ Nossas fontes de pesquisa foram decisões judiciais e processos administrativos do STF, STJ e outros Tribunais de Justiça, auditorias de Tribunais de Contas da União, documentos oficiais e notas técnicas do INCRA, relatórios de Comissão Parlamentar de Inquérito, investigações realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, relatórios de movimentos sócioterritoriais, órgãos públicos e organizações não-governamentais e reportagens jornalísticas que relataram processos de superindenizações em desapropriação de terras para fins de reforma agrária, indícios e/ou comprovação de grilagem de terras públicas e/ou devolutas e decisões judiciais de ações desapropriatórias.

⁴⁴⁸ Nos termos de Baldez (1989) o Poder Judiciário não é neutro, mesmo que em aparência não tenha comprometimento diante de autor e réu, visto que apesar de cumprir um rito processual se expressam em suas decisões jurídicas, a normatividade própria de uma sociedade de classes. Assim, “o juiz soberano ao dar a sentença, é o próprio Estado intervindo no concreto das relações sociais (materiais) pela via concreta da relação processual” (BALDEZ, 1989, p. 6).

garantia da reprodução social das classes burguesas e de proprietários de terras⁴⁴⁹. Abordando alguns desses casos evidencia-se a drenagem de recursos públicos para a reprodução dos latifundiários brasileiros e a permanência do processo de produção de capital no Brasil no final do século XX e no século XXI.

5.2. A REPRODUÇÃO LEGISLATIVA E JURÍDICA DAS SUPERINDENIZAÇÕES E O DUPLO CARÁTER DA DESAPROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA (GARANTIA ABSOLUTIZADA DA PROPRIEDADE PRIVADA E INSTRUMENTO DE ESPECULAÇÃO)

De acordo com Marés (2003) e Baldez (2012), juridicamente a desapropriação é um ato fundamentado pela Constituição Federal de 1988 de aquisição da propriedade pelo Poder Público. Conforme já analisamos, a Constituição, a partir do seu artigo 184, dispõe que são passíveis de processo de desapropriação para fins de reforma agrária os imóveis rurais que descumprirem a função social da terra. Já o artigo 186 enfatiza que as propriedades devem cumprir simultaneamente quatro aspectos: um aproveitamento racional e adequado relacionado diretamente à produtividade da terra; a utilização apropriada dos recursos naturais disponíveis, conciliada com a preservação da natureza; a consonância com as disposições que regulam as relações de trabalho; e uma exploração que propicie bem estar aos proprietários e aos trabalhadores (BRASIL, 1988). O direito de propriedade se encontra imbricado com a função social no preceito constitucional, portanto não é uma propriedade absoluta. De acordo com Marés (2003, p. 124-125):

⁴⁴⁹ Além disso, é fundamental ainda ressaltar coetâneo a Baldez (2012), antes de iniciarmos uma análise mais detalhada das superindenizações, que o instrumento de desapropriação para fins de reforma agrária apresenta uma outra faceta: dificultar, retardar e/ou impedir a reforma agrária. Como par dialético da propriedade privada, a desapropriação é mobilizada pelos proprietários de terra como mecanismo econômico para, quando for conveniente, ora se efetivar a desapropriação (e a extração da renda da terra substanciada em títulos da dívida agrária e dinheiro pelo capital fixo empregado e pelas riquezas naturais presentes na terra), ora bloquear a reforma agrária na produção de provas de suposta produtividade da terra (e a manutenção da terra como reserva patrimonial). A impossibilidade de desapropriação de terras produtivas na Constituição Federal de 1988, produziu uma brecha jurídica para que os latifúndios improdutivos entre o momento de definição do imóvel a ser vistoriado pelo INCRA e a vistoria em si ganhem tempo suficiente para a produção de uma atestação (por vezes forjada) de produtividade. Há ainda mecanismos de produção de contra-laudos para se justificar supostos erros de técnicos do INCRA e mesmo a corrupção de funcionários da autarquia agrária para se produzir parecer inverídico de produtividade da propriedade. E como já discutimos a criminalização da luta dos movimentos sócioterritoriais se substancia na MP n. 2186-56 de 2001 que impede por dois anos a vistoria de imóveis ocupados serve como proteção extremada à propriedade privada capitalista da terra.

A terra que não está aproveitada, tem aproveitamento inadequado, não preserva o meio ambiente, viola as relações trabalhistas ou não gera bem estar, não pode reivindicar proteção do sistema que atribuiu a obrigação descumprida. A propriedade que não cumpre sua função social é uma espécie de coisa de ninguém, desapropriável, mas também ocupável, por quem puder fazê-la útil à sociedade.

Assim, cabe uma explicitação detalhada do procedimento formal (administrativo e jurídico) de obtenção de terra para a efetivação da ação desapropriatória para fins de reforma agrária pela fração do aparelho do Estado, o INCRA, responsável pela indicação ou detecção de terras que descumpram a função social explicitada na Constituição Federal e regulamentada pela Lei n. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 (também denominada de Lei Agrária) e pela Lei Complementar n. 76 de 06 de julho de 1993⁴⁵⁰.

A detecção se realiza pelos servidores da autarquia agrária a partir de buscas locais, utilizando-se informações que constam em bancos de dados do INCRA (estatísticas cadastrais, informações fornecidas pelos proprietários, imagens de satélite, cartografia e georreferenciamento, etc.) em regiões prioritárias para a reforma agrária, sobretudo em imóveis rurais caracterizados como grandes propriedades com área superior a 15 módulos fiscais (INCRA, 2016). De acordo com a autarquia, leva-se em consideração também o histórico da região. A ação desapropriatória pode ser realizada também a partir de denúncia empreendida por entidades representativas dos camponeses, sendo o INCRA obrigado a vistoriar o imóvel no prazo máximo de 120 dias, conforme explicitado no Decreto n. 2.250 de 11 de junho de 1997:

Art. 1º As entidades estaduais representativas de trabalhadores rurais e agricultores poderão indicar ao órgão fundiário federal ou ao órgão colegiado de que trata o art. 2º, § 1º, da Medida Provisória nº 1.577, de 11 de junho de 1997, áreas passíveis de desapropriação para reforma agrária.

⁴⁵⁰ Acerca das leis agrárias complementares a Constituição Federal conforme enfatizado nos artigos 184, 185 e 186, Marés (2003, p. 115) argumenta que “Quando a Constituição foi escrita (...) os chamados ruralistas, nome gentil dado aos latifundiários, foram construindo dificuldades no texto constitucional para que ele não pudesse ser aplicado. Como não podiam desaproveitar claramente o texto cidadão, ardiloso e habilmente introduziram senões, imprecisões e exceções que, contando com a interpretação dos juízes e do próprio Poder Executivo, fariam do texto letra morta, transportando a esperança anunciada na Constituição para o velho enfrentamento diário das classes dominadas, onde a lei sempre é contra. (...) a primeira providência dos latifundiários chamados de ruralistas, foi introduzir um vírus de ineficácia em cada afirmação [constitucional]. Assim, onde a Constituição diz como se cumpre a função social, se lhe acrescenta que haverá de ter uma lei (outra lei, inferior) que estabeleça ‘graus e exigências’, com isso, dizem os Tribunais, já não se pode aplicar a Constituição sem uma lei menor que comande a sua execução”.

Parágrafo único. Formalizada a indicação de que trata o caput, o órgão fundiário procederá à vistoria no prazo de até 120 dias, sob pena de responsabilidade administrativa. (BRASIL, 1997, p. 405)

A vistoria realiza-se mediante processo administrativo, considerando na avaliação da propriedade as benfeitorias, reservas legais, áreas de preservação permanente, utilização dos pastos e a exploração da terra. Além disso, auferem-se aspectos relacionados à legislação trabalhista. Simultaneamente, os técnicos responsáveis pelo laudo pericial realizam um levantamento dos valores de mercado do imóvel (denominado de vistoria de avaliação) a partir de pesquisa sobre os negócios realizados na região e a apuração no mercado local de terras (INCRA, 2016). Finalmente é emitido o Laudo Agrônômico de Fiscalização, definindo se a propriedade objeto de vistoria é improdutiva ou não. O INCRA também avalia a viabilidade de implantação de assentamentos quando a propriedade é considerada descumpridora da função social⁴⁵¹.

Com a comprovação jurídica de descumprimento da função social da terra, ou seja, a partir da confirmação de “ilícito constitucional”, a Presidência da República instrumentaliza-se para a produção do decreto de desapropriação, o qual declara o imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária (INCRA, 2016). Com o decreto de desapropriação publicado, o INCRA perpetra junto ao Poder Judiciário uma ação de desapropriação, após ter depositado em juízo o montante da indenização e apresentar os títulos emitidos para pagamento da área desapropriada, em títulos da dívida agrária, e as benfeitorias, pagas em dinheiro (INCRA, 2016). Ressalta-se que as decisões do INCRA e os laudos periciais podem ser contestados tanto administrativamente quanto judicialmente pelo proprietário de terra.

Após o INCRA apresentar os títulos emitidos e realizar o depósito do dinheiro em juízo, a Justiça Federal imite a autarquia a posse do imóvel (também denominada imissão ou inversão de posse). Somente após a conclusão desse procedimento, o INCRA inicia o processo de seleção de famílias para a criação de assentamentos. Caso não haja contestação judicial - fato raríssimo, de acordo com o INCRA (2016) - o processo dura em média dez meses para se concretizar.

⁴⁵¹ De acordo com o INCRA (2016) essa avaliação se consubstancia no Estudo de Capacidade de Geração de Renda do Imóvel que deverá conter dados sobre a viabilidade econômica de geração de renda da área, a quantidade de famílias que o futuro assentamento poderá abrigar, a disponibilidade de água, as condições produtivas e um anteprojeto com organização territorial do futuro assentamento.

Entretanto, apesar desse procedimento formal explicitado pelo INCRA, verificamos um conjunto de mecanismos que conformam a desapropriação como um grande negócio capitalista. Articuladamente com um conjunto de estratégias de superprecificação das terras e valorização das benfeitorias realizadas pelos grandes proprietários de terra, o aparelho do Estado estimula, nos três Poderes, a proteção do latifundiário e dos latifúndios e as superindenizações em desapropriação para fins de reforma agrária.

Quanto ao Poder Executivo, verifica-se que a aplicação concreta da Constituição, no que tange a realização da reforma agrária e a desapropriação por interesse social das grandes propriedades privadas que não cumprem a função social da terra, é sistematicamente interpretada como política de governo e de caráter optativo, e não como obrigação constitucional, conforme argumenta Oliveira (2007; 2016). A criação de apenas dois Planos Nacionais de Reforma Agrária na história brasileira, em 1985 e 2003, que conforme verificamos não foram efetivamente cumpridos nem mesmo nas propostas apresentadas, evidenciam o lugar periférico da questão da reforma agrária e do suposto caráter optativo de realização de processos de desapropriação dos latifúndios que descumprem a função social da terra por parte do Poder Executivo. Além disso, a inexistência de proposta de criação de um III PNRA no horizonte político nacional contemporâneo confirma o quanto a desconcentração fundiária não é encarada como uma questão política por aqueles que gerem o aparelho estatal brasileiro.

O INCRA é a autarquia diretamente responsável pelo cadastro fundiário brasileiro, pela instrumentalização do Poder Executivo na decretação de áreas que descumprem a função social da terra e pela realização efetiva dos assentamentos de reforma agrária. O órgão é questionado pela demora na produção de laudos periciais das grandes propriedade improdutivas (SINDPFA, 2016); pelo enorme burocratismo nos processos administrativos, tornando a ação desapropriatória, essencial para a concretização da reforma agrária, um processo moroso (TERRA DE DIREITOS, 2006); acusado de processos de corrupção (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – AC, 2008; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PA, 2009; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MT, 2010), extorsão de assentados (MILANEZ, 2015; OLIVEIRA, 2015), grilagem de terras públicas e venda de terras devolutas (e da

própria autarquia) para latifundiários-grileiros por parte de seus funcionários⁴⁵² (IPAM, 2006; SPIGLIATTI, 2009; CÂNDIDO NETO; TORRES; GUERREIRO 2010; OLIVEIRA, 2010; 2016); e inflacionamento de indenizações em laudos periciais em vistorias em propriedades passíveis de ações desapropriatórias (BRASIL, 2002; BRASIL.TCU 2002; BRASIL.TCU, 2003). Funcionários do IBAMA também foram alvos de investigação em denúncias de esquemas de grilagem de terra, venda de terras públicas para latifundiários, superindenizações em laudos ambientais e devastações de unidades de conservação, assentamentos de reforma agrária e territórios indígenas⁴⁵³. Diversos outros órgãos federais e estaduais também se encontraram envolvidos em grilagem de terra e corrupção envolvendo

⁴⁵² A Operação Faroste da Polícia Federal em conjunto com o Ministério Público do Pará (MPF-PA), respectivamente prendeu e denunciou dois grupos por corrupção, formação de quadrilha e grilagem de terras públicas no oeste do Pará em 2004 e 2009 (18 e 12 pessoas respectivamente) envolvendo servidores do INCRA de Belém, inclusive o superintendente José Roberto de Oliveira Faro (e funcionários das áreas de cadastro de imóveis, um representante do Serviço Nacional de Cadastro Rural e outro da área de cartografia), servidores do Ministério Público Federal do Pará, advogados de escritório de regularização fundiária e grandes proprietários-grileiros de terra (sojeiros e madeireiros). O esquema envolvia a venda de cadastro de certidão de imóvel rural (BRASIL, 2004; IPAM, 2006; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL-PA, 2009; CÂNDIDO NETO, 2010). Além disso, as terras foram griladas a fim de legalizar planos de manejo florestal na região (GREENPEACE, 2015). A Operação Lacraia realizada pela PF e MPF-MT em 2009 foi desencadeada para desarticular uma quadrilha que praticou ao longo de mais de 10 anos, um vasto conjunto de fraudes cartorárias, grilagem de terras, crimes contra o sistema financeiro e corrupção de servidores públicos (MPF-MT, 2009). De acordo com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL-MT (2009) a grilagem de terras servia para garantir contratos de financiamentos junto à instituições financeiras. É a terra funcionando, a partir da grilagem de terras públicas e devolutas, como reserva patrimonial. Entre os 32 presos e acusados se encontraram funcionários do INCRA. A chefe do esquema de apropriação de terras públicas era Helena da Costa Jacarandá tabeliã do cartório de registros de imóveis de Barra do Garça (MT). Podemos citar ainda outras operações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal como a Operação Dupla Face desencadeada em 2008 no Mato Grosso do Sul envolvendo servidores do INCRA e da Receita Federal em processos de certificação de imóveis rurais junto a grileiros de terra desejosos de legalização da apropriação de terras públicas (OLIVEIRA, 2015); a Operação Tellus em 2010 também no Mato Grosso do Sul que registrou fraudes na desapropriação de lotes de reforma agrária envolvendo funcionários do INCRA de Dourados e Campo Grande; a operação Salmo 96:12 em 2013 no estado de Roraima que envolveu a denúncia de 62 pessoas (servidores do INCRA, IBAMA, ITERAIMA, entre outras autarquias e madeireiros) em esquema de grilagem de terras e desmatamento ilegal de madeiras; a Operação Ferro e Fogo 1 e 2 realizada em 2014 no Maranhão com 21 pedidos de prisão temporária, inclusive do superintendente do INCRA do estado envolvido em fraudes de liberação ambiental em áreas protegidas da Amazônia e a operação Terra Prometida realizada no estado do Mato Grosso em 2014 com funcionários corruptos do INCRA envolvidos em processos de ampla grilagem de terra a partir de processo de reconcentração de terras da União por grandes proprietários de terra (dois irmãos do ministro da Agricultura do governo Rousseff, Neri Geller, e o presidente do conselho de administração e sócio majoritário da Fiabril – *trading* de grãos - Marino José Franz que foi duas vezes prefeito de Lucas do Rio Verde- MT) coagindo, invadindo e expulsando posseiros e assentados da reforma agrária com a anuência de funcionários do INCRA (OLIVEIRA, 2015).

⁴⁵³ Vide por exemplo, a Operação Curupira que de acordo com STF em ação do MPF-MT era uma das maiores redes de corrupção ambiental na Amazônia, na área do desmatamento e transporte ilegal de madeira que atuava há 14 anos e era composta por servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), empresários madeireiros e despachantes especializados na extração e transporte ilegal de madeira (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2007).

desapropriações de terra. Ou seja, são importantes frações do aparelho do Estado que atuam na proteção dos latifundiários, no bloqueio da reforma agrária e no enriquecimento privado em processos de cercamento e venda de terras griladas. Em outros termos, é o avassalador processo de acumulação originária do capital operando a produção do capital, garantindo a reprodução da classe dos proprietários de terra e ampliando a concentração fundiária em estratégias de reprodução do rentismo à brasileira no século XXI.

As decisões judiciais estabelecidas pelo Poder Judiciário se articulam àquelas ações realizadas pelo Poder Executivo. Inúmeras vezes os pareceres que expressam a ideologia de proteção (quase) absoluta da propriedade privada salvaguardam os proprietários privados descumpridores da função social da terra⁴⁵⁴. Além disso, parte dos juristas, conforme enfatizam Lerrer *et al.* (2012) e Fidelis (2015), descumpra a determinação constitucional da celeridade de processos de desapropriação como rito especial e sumário, e postergam *ad infinitum* decisões

⁴⁵⁴ Rosim (2013) constatou em pesquisa sobre as decisões judiciais dos desembargadores do Tribunal Regional Federal da Terceira Região em processos de desapropriação para fins de reforma agrária que a ampla maioria dos casos julgados conformavam um “discurso da imunidade da propriedade produtiva à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, adotando-se, assim, a interpretação gramatical e isolada do artigo 185, II, CF, e desconsiderando sua interpretação sistemática” (ROSIM, 2013, p. 211). Ou seja, a Constituição Federal ao estabelecer em tal artigo a impossibilidade da desapropriação das terras produtivas sem definir o teor dessa produtividade é tomada isoladamente e como aspecto prioritário para a decisão judicial final, isto é, se a propriedade privada é, de fato, passível de desapropriação. Assim, o artigo 185 da Constituição Federal foi inserido no texto final da Carta Magna como um dos subterfúgios de proteção a propriedade privada capitalista da terra, visto que “o legislador constituinte plantou no bojo da reforma agrária o artifício da produtividade, consistente numa das vitórias mais desprezíveis do setor oligárquico, contrariando a democratização da terra e a eliminação das desigualdades rurais” (ROSIM, 2013, p. 113). Em nosso entendimento, tal artigo constitucional e a noção de produtividade firmados pela Constituição de 1988 dela decorrente na prática judicial funcionam como um fundamento ideológico essencial para o rentismo à brasileira na garantia da suposta impossibilidade de desapropriação da propriedade economicamente improdutiva. De acordo com Rosim (2013, p. 141) verifica-se nas decisões judiciais analisadas que “o cumprimento da função social pela propriedade restringe-se ao exame sobre sua produtividade econômica (grau de eficiência da exploração (GEE) e ao grau de utilização da terra (GUT)”. As normas ambientais, os aspectos sociais e trabalhistas quando são tratados nos pareceres (em diversos dos casos analisados por ROSIM (2013) não são nem citados), os são somente como fatores influentes na determinação da produtividade (que sistematicamente é o fator prevalecente). Se verifica então a primazia do econômico sobre os aspectos sociais, políticos e ambientais. E mais de acordo com Rosim (2013, p. 141) “a apreciação dos requisitos ambientais e sociais da função social é relegada a um segundo plano ou, no caso, não são nem citados nos julgados, como se a análise da produtividade econômica fosse suficiente à constatação da possibilidade ou não da desapropriação”. Assim, para a autora a propriedade economicamente produtiva, na prática concreta da esmagadora das decisões judiciais do TRF da Terceira Região, é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária. Fica evidente então a primazia ideológica referente à apuração dos efetivos índices de produtividade, em detrimento dos demais elementos componentes do conteúdo da função social, transcritos no artigo 186 da Carta Magna como aspecto de defesa ideológica da propriedade privada da terra.

judiciais, sendo comum que os processos se arrastem por anos e mesmo décadas nos tribunais⁴⁵⁵.

O Poder Legislativo, em diversas ações, especialmente aquelas concretizadas pela bancada ruralista, cumpre também um papel fundamental no estabelecimento de leis que ora impossibilitam e dificultam a desapropriação de terras para fins de reforma agrária⁴⁵⁶, ora buscam facilitar o acesso à extração da renda da terra e o aumento de pagamentos dos latifúndios desapropriados⁴⁵⁷.

⁴⁵⁵ Em nota técnica da Procuradoria Federal Especializada do INCRA de 2009 se encontra uma das obstaculizações perpetradas pelo Poder Judiciário em processos de desapropriação por parte do INCRA. O INCRA (2009) argumenta que o artigo 3º da Lei Complementar n. 76 de 1993 em que se pressupõe o prazo de dois anos após o decreto presidencial de desapropriação para fins de reforma agrária (BRASIL, 1993b) se encontra, em diversos casos, impossibilitado por decisão judicial. Ou seja, o prazo de dois anos penaliza o INCRA no processo de reivindicação da terra para programas de reforma agrária visto que a demora na ação desapropriatória ocorre devido a lentidão da avaliação judicial de ações movidas pelos latifundiários quanto as perícia realizadas pela autarquia que comprovariam o descumprimento da função social da terra ou do preço justo da indenização proposta pelo INCRA. Ou seja, devido as decisões judiciais e outros óbices intransponíveis, mobilizados por parte do Poder Judiciário, a autarquia agrária é impedida de propor a demanda expropriatória (INCRA, 2008). Além disso, analisando casos de processos de desapropriação de terras no estado de Pernambuco em 2009 a ONG Terra de Direitos enfatiza além da morosidade no processo de desapropriação e a verdadeira paralisia da reforma agrária por parte do Poder Judiciário, o tratamento desigual entre “as causas que versam sobre direitos humanos e àquelas que protegem exacerbadamente o direito individual à propriedade” (TERRA DE DIREITOS, 2009). Lerrer *et al.* (2012, p. 11) argumentam que “segundo a Procuradoria Geral do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até 20 de março de 2010, existiam aproximadamente 265 ações judiciais suspendendo processos administrativos de desapropriação em trâmite na autarquia em todo país, no âmbito da Justiça Federal (INCRA, 2010). O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [Incrá] havia determinado, há 14 anos, a desapropriação das fazendas que compõem a Usina Cambahyba. Mas só em agosto de 2012 a Justiça autorizou que a autarquia federal desse prosseguimento à desapropriação dos imóveis”

⁴⁵⁶ Por exemplo, o bloqueio ao debate acerca do conceito de trabalho escravo posterior a aprovação da Emenda Constitucional que determinava a expropriação de terras flagradas com trabalho análoga a escravidão; a aprovação do Novo Código Florestal que dentre outros motivos, amplia a possibilidade de desmatamento das propriedades e possibilitam que latifundiários escapem da possibilidade de desapropriação por descumprimento da função ambiental da terra e mesmo o permanente combate ao processo de revisão dos índices de produtividade fixados pelo INCRA em 1980 e mantidos inalterados até hoje.

⁴⁵⁷ Além disso percebe-se um combate as tentativas de modificação de pagamentos dos assim chamados juros compensatórios que conforme veremos ampliam em muito os pagamentos recebidos em processos de desapropriação. Vide, por exemplo, os combates da bancada ruralista a MP 700 que alteraria a prática firmada pela Súmula 618 do Supremo Tribunal Federal de 1984 de que para além do preço do imóvel desapropriado se incide juros compensatórios de 12% ao ano. Entretanto, a MP 700 recebeu crítica dos ruralistas temerosos de perda de recebimento de superextração de renda da terra, mas também dos movimentos sócioterritoriais que questionaram a possibilidade de ampliação do poder do mercado financeiro-imobiliário na condução direta das desapropriações de terra com o discurso de aumento de competitividade e celeridade nos processos: “a atualização desse marco legal aos novos modelos de execução de obras, possibilitando a inclusão de concessionários, autorizatários e contratados na condução do processo de desapropriação, vai ao encontro da nova formatação de contratos públicos garantindo maior celeridade e segurança aos processos” (BRASIL, 2015). Nos termos de Franzoni e Hoshino (2016) é a invenção jurídica da desapropriação como utilidade público-privada. Analisamos também no presente capítulo a Proposta de Emenda Constitucional n. 71 de 2011 que autoriza a desapropriação em dinheiro ou em TDA em terras indígenas.

Assim, conforme argumenta Marés (2003), o instrumento jurídico de desapropriação constitucionalizado serve como premiação aos grandes proprietários de terra e como normalidade do sistema. Isto é, a desapropriação capitalista da terra possui um duplo caráter: é articuladamente a expressão fundamental da garantia da propriedade privada capitalista da terra e o instrumento de especulação fundiária.

Baldez (2012, p. 201) argumenta que a “desapropriação é instrumento de intervenção administrativa vinculada e submissa à propriedade”. Além disso, o jurista afirma que a instituição da desapropriação capitalista da terra está imbricada com uma forma de direito produzida como defesa da propriedade privada capitalista da terra e da classe dos grandes proprietários de terra. É fundamental ainda observar que, segundo Baldez (1989; 2012), Marés (2003) e Fidelis (2015), a Constituição Federal de 1988, a partir do artigo 5º Inciso XXIV, referenda a interpretação de que o proprietário de terras desapropriado perde a propriedade do imóvel, mas não sua condição de proprietário. Na análise jurídica de Baldez (2012, p. 202) sobre a desapropriação, constatamos:

Modo originário de aquisição de bens, a desapropriação repercute no campo do direito privado mediante a perda da propriedade. Formal e relativamente ao bem objeto da desapropriação, ocorre assim, mas, na essência, a legislação constitui, no modo de produção capitalista, a garantia maior da propriedade individual. Isso por instituir-se na Constituição (artigo 5º, inciso XXIV) que a desapropriação só se consumará depois de pago ou depositado o justo preço, em suma, depois de substituído o valor do bem pelo valor indenizatório (que etimologicamente significa deixar sem danos); implica, portanto, uma troca de valores economicamente iguais.

Em outras palavras, o preceito constitucional salvaguarda, mesmo quando infringidos os termos da função social da terra, os latifundiários e sua reprodução econômica como classe social. A substituição da propriedade pelo preço pago em TDA (expressão financeira da renda da terra) e em dinheiro para as benfeitorias no processo de indenização possibilita a reposição integral da terra desapropriada e a proteção extremada, ou melhor *absolutizada*, da propriedade privada capitalista da terra, mesmo com o proprietário infringindo a Constituição. Marés (2003, p. 130) argumenta que o Poder Público Federal, o Poder Judiciário e a Doutrina conservadora produzem deliberadamente escolhas entre os dispositivos constitucionais reforçando aqueles que mantêm “incólume a estrutura do latifúndio, seguindo a tradição das sesmarias e do século XIX” e enfraquecendo aqueles que se opõem à propriedade privada capitalista absoluta.

Nesse sentido, verificamos que o direito ao recebimento de prévia e justa indenização assegurado ao proprietário de terras desapropriado no dispositivo constitucional, concretizado nos artigos 5º inciso XXIV e 184 da Constituição, é um mecanismo jurídico importante do arranjo que reproduz o capitalismo rentista à brasileira. A Lei n. 8.629 de 1993, portanto promulgada no governo de Itamar Franco, regulamentava os dispositivos referentes à reforma agrária e substanciava o entendimento jurídico da noção de “justa indenização”, aprofundando ainda mais a salvaguarda social, econômica e política da classe dos grandes proprietários de terra:

Art. 12. *Considera-se justa a indenização que permita ao desapropriado a reposição, em seu patrimônio, do valor do bem que perdeu por interesse social.*

§ 1º A identificação do valor do bem a ser indenizado será feita, preferencialmente, com base nos seguintes referenciais técnicos e mercadológicos, entre outros usualmente empregados:

I – valor das benfeitorias úteis e necessárias, descontada a depreciação conforme o estado de conservação;

II – valor da terra nua, observados os seguintes aspectos: a) localização do imóvel; b) capacidade potencial da terra; c) dimensão do imóvel.

§ 2º Os dados referentes ao preço das benfeitorias e do hectare da terra nua a serem indenizados serão levantados junto às Prefeituras Municipais, órgãos estaduais encarregados de avaliação imobiliária, quando houver, Tabelionatos e Cartórios de Registro de Imóveis, e através de pesquisa de mercado. (BRASIL, 1993a, p. 392-393, sem grifo no original)

Ou seja, a regulamentação promovida pela Lei Agrária de 1993 garantiu a reposição integral do valor do bem desapropriado pelo descumprimento constitucional de realização da função social da terra. Mesmo violada, a Constituição garantiu juridicamente a propriedade privada e a reprodução da classe dos proprietários privados. A justa indenização foi assim estabelecida na Lei Complementar n. 76 de 1993:

Art. 12. O juiz proferirá sentença na audiência de instrução e julgamento ou nos trinta dias subsequentes, indicando os fatos que motivaram o seu convencimento.

§ 1º *Ao fixar o valor da indenização, o juiz considerará, além dos laudos periciais, outros meios objetivos de convencimento, inclusive a pesquisa de mercado.*

§ 2º O valor da indenização corresponderá ao valor apurado na data da perícia, ou ao consignado pelo juiz, corrigido monetariamente até

a data de seu efetivo pagamento. (BRASIL, 1993b, p. 58, sem grifo no original)

O artigo 12 da Lei Agrária de 1993 foi modificado pela Medida Provisória n. 1.577 de 11 de junho de 1997 e dispunha que:

Art. 12. *Considera-se justa a indenização que reflita o preço atual de mercado do imóvel em sua totalidade, aí incluídas as terras e acessões naturais, matas e florestas e as benfeitorias indenizáveis, observados os seguintes aspectos:*

I - localização do imóvel;

II - aptidão agrícola;

III - dimensão do imóvel;

IV - área ocupada e anciandade das posses;

V - funcionalidade, tempo de uso e estado de conservação das benfeitorias.

§ 1º Verificado o preço atual de mercado da totalidade do imóvel, proceder-se-á à dedução do valor das benfeitorias indenizáveis a serem pagas em dinheiro, obtendo-se o preço da terra a ser indenizado em TDA.

§ 2º Integram o preço da terra as florestas naturais, matas nativas e qualquer outro tipo de vegetação natural, não podendo o preço apurado superar, em qualquer hipótese, o preço de mercado do imóvel.

§ 3º O Laudo de Avaliação será subscrito por Engenheiro Agrônomo com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, respondendo o subscritor, civil, penal e administrativamente, pela super-avaliação comprovada ou fraude na identificação das informações. (BRASIL, 1997, s/p, sem grifo no original)

Assim, o Poder Judiciário deveria utilizar o laudo pericial realizado pelo INCRA e verificar o preço de mercado da terra para fixar a indenização ao latifundiário. Nesse sentido, o juiz poderia fixar um outro valor para o pagamento da indenização prévia e colocada à disposição do proprietário expropriado no momento da assim chamada inversão da posse (FIDELIS, 2015). Além disso, Fidelis (2015) argumenta que a Lei Agrária alterada pela MP 1.577/1997 dispôs também que, a partir da data da perícia, ao preço apurado deveria incidir correção monetária e juros moratórios (aqueles referentes ao atraso de pagamento da dívida), até a data do efetivo pagamento, ou seja, estavam abertas as brechas jurídicas para um conjunto de requisições judiciais dos latifundiários para que na disputa sobre a definição da expressão monetária do valor da propriedade e do valor das benfeitorias se incidissem juros.

Em outras palavras, constatamos que a condição de proprietário de terras, mesmo desapropriado, estava salvaguardada pela reposição integral do patrimônio baseada no preço de mercado capitalista. Pagam-se ainda, para o proprietário, as assim chamada acessões naturais, ou seja, todos os elementos de riqueza natural (florestas naturais, matas nativas e demais vegetações) potencialmente transformados em recursos naturais, como uma espécie de “dívida” ao latifundiário descumpridor de prerrogativa constitucional. Além disso, todas as benfeitorias também deveriam ser pagas. O pagamento de todos os elementos da formação da renda da terra se encontrava devidamente prescrito juridicamente. Na forma da desapropriação capitalista da terra brasileira, o latifundiário em nada perde, justamente ao contrário: recebe sua reposição integral para, potencialmente, adquirir nova propriedade privada capitalista da terra.

Além disso, Fidelis (2015, p. 16) argumenta ao analisar o conjunto de leis que envolvem a desapropriação para fins de reforma agrária que o INCRA como “ente expropriante” é

(...) condenado ainda ao pagamento de outras verbas consideradas de caráter acessório, mas que por vezes seus valores, ao final do processo, acabam por representar um quantum superior ao valor do próprio bem, contribuindo para a formação de superindenizações, muito acima do real valor de mercado do bem expropriado, achincalhando ainda mais o pretendido caráter sancionatório dessa modalidade expropriatória, que nesses casos, mais se aproxima de uma premiação.

Nesse sentido, no procedimento formal jurídico - ou melhor, na letra fria e por vezes natimorta da lei - mesmo que garantida a justa e prévia indenização, analisando a Constituição Federal de 1988, a Lei Agrária de 1993, a Lei Complementar n. 76 de 1993 e algumas medidas provisórias posteriores, a desapropriação de terras não deveria permitir estratégias de acesso à indenização superior ao preço da terra nua, da cobertura florística e das benfeitorias. Em outros termos, estava assegurada a reposição da propriedade privada capitalista da terra referente ao preço de mercado. Todavia, a própria dimensão jurídica e política assegura, além da reposição total do patrimônio, também a ampla especulação imobiliária.

O poder político dos grandes proprietários de terra no estabelecimento das noções presentes na Constituição de 1988 e nas leis agrárias e fundiárias complementares ao longo das décadas posteriores garante a reprodução das

condições da drenagem de renda fundiária pelos grandes proprietários de terra, constantemente reafirmada pelos três entes federativos. A noção de justiça imbricada referenda a reflexão da reprodução da noção liberal de Direito capitalista de proteção, se não absoluta conforme impedida pela Constituição Federal de 1988 e reafirmada por determinadas decisões judiciais do STF e ações de determinados estados, torna-se recorrentemente a propriedade privada capitalista da terra *absolutizada* na prática jurídica, pois, está assegurada, nos meandros jurídicos, a reprodução dos proprietários de terra como classe capitalista a partir da proteção da propriedade privada capitalista.

Para Fidelis (2015, p. 12), “o Estado deve pagar ou indenizar, para utilizar o mesmo termo da Constituição, para fazer cessar uma ilicitude”. Há então um equívoco proposital na opção legislativa que determina o pagamento indenizatório no valor de mercado, tornando sem efetividade a “sanção preconizada pela Constituição” (FIDELIS, 2015, p. 13).

Ocorre que as superindenizações foram possibilitadas também por outros instrumentos. A Medida Provisória n. 2.183-56 de 24 de agosto de 2001 editada no governo Fernando Henrique Cardoso (e mantida pelos governos petistas) alterou o Decreto-Lei n. 3.365 de 21 de junho de 1941 e garantiu juridicamente aos proprietários de terra os assim chamados juros compensatórios para a compensação de suposta perda de renda (fundiária) do proprietário em processos de desapropriação de terras.

Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, **incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos.**

§ 1º Os juros compensatórios destinam-se, apenas, a compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário.

§ 2º Não serão devidos juros compensatórios quando o imóvel possuir graus de utilização da terra e de eficiência na exploração iguais a zero.

§ 3º O disposto no caput deste artigo aplica-se também às ações ordinárias de indenização por apossamento administrativo ou desapropriação indireta, bem assim às ações que visem à indenização por restrições decorrentes de atos do Poder Público, em especial aqueles destinados à proteção ambiental, incidindo os juros sobre o valor fixado na sentença.

§ 4º Nas ações referidas no § 3º, não será o Poder Público onerado por juros compensatórios relativos a período anterior à aquisição da propriedade ou posse titulada pelo autor da ação. (BRASIL, 2001b, p. 535, sem grifo no original)

Os juros compensatórios são mais um dos instrumentos responsáveis por ampla drenagem de recursos públicos. Tais juros são devidos pelo “ente expropriante” como forma de compensação de uma renda potencial, que na prática não era auferida (COSTA NETO, 2002; FONSECA, 2005; SILVA, 2010; FIDELIS, 2015), mas como parte constitutiva da propriedade privada capitalista da terra deve ser paga ao latifundiário desapropriado. Assim, a MP 2.183-56 referendou juridicamente a existência de juros compensatórios em processos de desapropriação para fins de reforma agrária que, na prática, já existiam há décadas, mas com valores maiores.

De acordo com Silva (2010) e Fidelis (2015), os juros compensatórios foram estabelecidos pelo STF na década de 1950 e funcionavam como correção monetária para a garantia da “justa indenização”, corrigindo a expressão monetária do preço pago pelo Estado ao proprietário de terras entre o momento de imissão de posse até o momento de pagamento efetivo da indenização.

Entretanto, esse mecanismo de compensação de renda futura não realizada (utilizado primordialmente como correção inflacionária) foi mantido mesmo após a CF 1988 em que a propriedade privada da terra não é absoluta, pois deve cumprir uma função social. Realiza-se, assim, o pagamento ao proprietário de terra que infringe a Constituição, incidindo juros compensatórios de 12% ao ano ao longo da tramitação jurídica até a decisão final. Tal pagamento se referenda em decisão judicial na Súmula 618 do STF de 1984 que afirma que: “na desapropriação, direta ou indireta, a taxa dos juros compensatórios é de 12% (doze por cento) ao ano” (STF, 1984).

Em outras palavras, se estabeleceu nas decisões judiciais (concretizadas na Súmula 12 do Supremo Tribunal de Justiça) que são cumulativos tanto os juros moratórios, “que se constituem em indenização pelo atraso no cumprimento da obrigação” (COSTA NETO, 2002, p. 102), quanto os juros compensatórios, que se referem aos “frutos do capital empregado”, ou seja, os juros compensatórios apresentam a finalidade de ressarcir o proprietário em razão da perda antecipada do bem (COSTA NETO, 2002, p. 102).

Assim, sobre o valor que se constitui na base para a incidência dos juros compensatórios no percentual de 12% ao ano, incide ainda a correção monetária que visa repor a inflação. Em outras palavras, a terra de um latifundiário que a mantém improdutiva ou não cumpre os outros termos da função social recebe mais um prêmio: juros que compensam a perda de uma renda da terra fictícia. Essa proteção *absolutizada* é referendada sistematicamente pelo STF e foi, inclusive, de fato legalizada pela MP 2.183-56 de 2001 que instituía 6% de juros compensatórios anuais. O Estado rentista brasileiro, administrado por Fernando Henrique Cardoso, sob o discurso de diminuir os “custos da reforma agrária” e os gastos com assentamentos, normatizou e normalizou a drenagem de massa de mais valia global pelos latifundiários. No entanto, o STF deu um passo a mais na proteção da reprodução do rentismo à brasileira e tornou inconstitucional parte da MP 2.183-56, referendando a manutenção do percentual de pagamento de 12% ao ano na ADI 2.332, relatada pelo Ministro do STF Moreira Alves em 2001 (STF, 2001). A avaliação mais consistente da drenagem direta de verba pública para a reprodução do rentismo à brasileira passou (novamente) ao largo das decisões da alta cúpula do Poder Judiciário. Ou seja, o que se realizou foi uma decisão ideológica de proteção da classe dos proprietários de terra.

Nesse sentido, Costa Neto (2002, p. 103) questionou:

Ora, mas se o imóvel é improdutivo, se não está cumprindo sua função social, o que haverá de ser compensado? Quais os frutos que o expropriado estaria deixando de perceber? Veja-se que a razão de ser dos juros compensatórios é absolutamente inexistente na desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, o que revela a ilegitimidade do pagamento de tal verba. Não há qualquer prejuízo a ser compensado, porquanto a terra improdutiva evidentemente não gera frutos. Trata-se, pois, tão só de odioso mecanismo para hiperbolizar artificialmente a justa indenização, em manifesta contrariedade ao art.184 da Constituição Federal. Consideramos, portanto, que não há justificativa plausível para o pagamento de juros compensatórios nas desapropriações por interesse social para reforma agrária, relativamente a imóveis improdutivos.

Segundo Silva (2010), o STF considerou exclusivamente um fundamento metajurídico, qual seja, a praxe do mercado em cobrar juros remuneratórios de 12% ao ano e passou a fixá-los nessa mesma taxa nos processos de desapropriação. Silva (2010) enfatiza que, em diversas decisões jurídicas finais, a taxa de 12% a.a. e a natureza da remuneração nunca foram amplamente debatidas.

De acordo com a argumentação de Fonseca (2005, p. 77), para cada pagamento de R\$ 100.000,00 de indenização ao latifundiário desapropriado, a parcela de R\$ 65.000,00 corresponde ao assim chamado dano abstrato, isto é, cerca de 2/3 da compensação “se realiza sem prova efetiva do prejuízo que é admitido na base de juros”

Diante disso, Silva (2010, s/p) argumenta que:

Atualmente o INCRA acredita que, em relação às desapropriações para fins de reforma agrária, dentre o total de recursos destinados ao pagamento de indenizações judiciais em desapropriação, aproximadamente 50% são gastos com juros compensatórios, 14% destinam-se aos juros moratórios, 4% ficam a cargo dos honorários advocatícios, ao passo que apenas 32% referem-se ao valor de mercado do imóvel (terra nua e benfeitorias). Estes dados referem-se à média das indenizações pagas, não sendo raros os casos concretos em que os juros compensatórios representam 60% do total pago pelo Poder Público ao expropriado, de modo que o capital referente à terra nua e às benfeitorias fica próximo dos 30%. Outros 10% destinam-se aos moratórios e honorários. Este último quadro, de certo modo comum, ocorre quando o processo de desapropriação dura aproximadamente 15 anos, pois a aplicação de juros compensatórios de 12% a.a. acarreta a agregação de uma parcela equivalente a 180% do preço do imóvel a título de juros compensatórios, ou seja, só a parcela de juros compensatórios corresponderá ao dobro do preço do imóvel. Isso significa que se o imóvel vale R\$ 3.000,00, o expropriante pagará R\$ 6.000,00 só a título de juros compensatórios, ficando outros R\$ 1.000,00 para honrar juros moratórios e honorários. Em suma, o Estado pagará R\$ 10.000,00 por um imóvel com preço de mercado de R\$ 3.000,00. É uma lucratividade de aproximadamente 233,4%. Nenhum imóvel rural improdutivo do território nacional teria esta valorização ao longo de 15 anos. Nem mesmo a aplicação do valor do imóvel no mercado financeiro geraria esta renda, pois a maior lucratividade sem riscos (v.g., fundo DI, que rende em média 9% a.a.) geraria para o investidor, no máximo, um lucro de 150% ao longo de todo o período.

Na análise da Procuradoria Federal Especializada do INCRA realizada em 2010, a desapropriação de terras drena mais de R\$ 1 bilhão em forma de juros do orçamento público para o pagamento de proprietários de terra:

O Tesouro Nacional gasta quase dois terços do dinheiro destinado à desapropriações de terras para a reforma agrária com o pagamento de juros. Uma amostra de 59 processos iniciados a partir de 1986 revela que 62% dos recursos gastos com indenizações foram usados para saldar dívidas de juros moratórios, compensatórios e remuneratórios com proprietários rurais. Levantamento inédito da Procuradoria Federal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostra que o chamado juro compensatório é o principal vilão dos cofres públicos. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1984, que deu razão aos donos de terras, fixou a taxa em 12% ao ano. A decisão do Supremo tem custado R\$

500 milhões anuais ao Tesouro Nacional, apontam advogados do Incra. Quando somados todos os débitos com juros em instituições federais, estaduais e municipais, o rombo chega a R\$ 1 bilhão, segundo estimativa do Incra (VALOR ECONÔMICO, 2010, s/p).

De acordo com Silva (2010), a incidência de juros compensatórios em processos de desapropriação, em época de economia estabilizada, ou seja, quando não há a justificativa de superinflação, é um fato relevante de “lesão ao patrimônio público”. E mais, a existência de juros compensatórios é prova cabal da anuência do Poder Judiciário com a proteção *absolutizada* ao latifúndio improdutivo e descumpridor da função social da terra.

Em 1999, foi realizado pelo Ministério de Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário e pelo INCRA o *Livro Branco das Superindenizações*, que continha informações sobre 70 processos de desapropriação, que em valores da época representavam cerca de R\$ 3 bilhões de indenizações estabelecidas pelo Poder Judiciário. O documento estabeleceu a seguinte conclusão:

O artifício da elevação exponencial dos preços das terras desapropriadas ocorre quase que invariavelmente por meio de ações judiciais, em processos que se arrastam por anos nas diversas instâncias do Poder Judiciário. Nos cálculos judiciais foram incluídas, ao longo dos anos, alegadas perdas com produção agropecuária não realizada, cujos lucros cessantes são atualizados monetariamente e capitalizados. Isso ocorre a despeito de serem as terras desapropriadas pelo Incra, por definição, improdutivas. O mesmo acontece com as avaliações das benfeitorias dos imóveis desapropriados, sejam elas reprodutivas ou não, assim como com a absurda indenização da cobertura vegetal nativa. Nas desapropriações que sofreram ação judicial, o custo dos remanescentes pagos como indenização imposta pelas sentenças alcançaram 14 vezes o valor do laudo inicial de Incra na região Sudeste. Na região Centro Oeste esta relação também é alta - chegando a 12 vezes. Desse modo, o custo das terras obtidas para a reforma agrária é basicamente determinado pelo sistema judicial, que acolhe ações em aproximadamente 50% de todas as desapropriações (BRASIL, 1999, p. 1).

Assim, esperamos que as reflexões propostas nesse capítulo da tese propiciem um entendimento mais aprofundado acerca da verdadeira drenagem de recursos públicos que ocorre no pagamento de indenização - forma monetária de realização da extração da renda da terra - aos latifundiários brasileiros. Diante disso, buscamos demonstrar alguns casos de desapropriação como um negócio capitalista e como uma forma de aprofundamento do poder da ação política dos latifundiários em uma das facetas do rentismo à brasileira. São utilizadas diversas estratégias para a desapropriação capitalista de terras que resultam em superindenizações:

desapropriação em terras griladas, superprecificação em processos de imóveis rurais tomados como urbanos, perícias forjadas, assentamentos em terras inviáveis para a reforma agrária, inflacionamento de cobertura florística, especulação imobiliária e financeira, pagamento de juros compensatórios, desapropriação fictícia e desapropriação de terras indígenas – as nove cabeças da Hidra da desapropriação. Realizamos tal organização com o intuito de tornar mais evidentes as múltiplas estratégias desse instrumento capitalista de obtenção de renda fundiária.

5.3. DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS GRILADAS

A grilagem de terra no Brasil se efetiva como um negócio que rende, juntamente com a revenda das terras em grande escala, a obtenção de financiamentos bancários para projetos agropecuários, a exploração madeireira, a obtenção de bônus pelo sequestro de carbono e o pagamento de dívidas previdenciárias e fiscais, conforme demonstrou extensamente o *Relatório Final da CPI da Investigação da Ocupação da Terra Pública na Região Amazônica*, também conhecida como CPI da Grilagem (BRASIL, 2002). Ressalta-se que concretamente as estratégias de grilagem, sobretudo na Amazônia brasileira, são efetivadas em fraudes nos títulos, fraudes nos processos, fraudes na demarcação da terra, fraude na localização e/ou fraude nos registros (IPAM, 2006).

Segundo o *Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil*, divulgado em 1999, em estimativa conservadora, cerca de 100 milhões de hectares seriam suspeitos de grilagem de terra no Brasil. Em 2005, o então presidente do INCRA Rolf Hockback afirmava que ao menos 200 milhões de hectares de terras brasileiras estavam apropriadas por latifundiários-grileiros, hipótese também corroborada por Teixeira (2013). Oliveira (2011), no entanto, vai além e argumenta, a partir de dados das Estatísticas Cadastrais do INCRA e dados do IBGE, que ao menos 300 milhões de hectares de terra foram (e continuam sendo) grilados. Diante disso, constata-se que mesmo após os processos de legalização da grilagem realizados pela Lei de Terras em 1850 e pelo Decreto-Lei n.19.924 de Getúlio Vargas de 1931, a formação territorial brasileira se realiza em um processo contínuo de produção da propriedade capitalista da terra assentado na apropriação ilegal de terras públicas com a criação de um conjunto de instrumentos jurídicos e legislativos que legalizam o grilo e

conformam a permanência do processo de produção do capital e a reprodução permanente do processo de acumulação originária.

Sendo assim, de acordo com o Relatório da CPI da Grilagem, a obtenção de indenização desapropriatória em terras griladas se substancia em um grande negócio. Observa-se no documento a seguinte afirmação:

Muitos grileiros conseguiram receber indenizações milionárias do INCRA, sem que se averiguasse a irregularidade dominial que incidia sobre a gleba, o que faria com que a indenização ficasse pelo menos bloqueada em juízo. Serviu de estímulo o fato dos TDAs, usados na desapropriação, conforme aludimos, terem podido ser usados para pagamento de dívidas previdenciárias. (BRASIL, 2002, p. 593).

Vejamos um caso de desapropriação de terras griladas no supracitado Relatório da CPI, referente à fazenda Vila Amazônia no município de Parintins (AM), totalizando 78.270 hectares em que constaram como desapropriados Antônio Cabral de Abreu e Luiz do Vale Miranda no final da década de 1980, durante as ações do I Plano Nacional de Reforma Agrária.

Em 19/11/1986, a Superintendência Regional do Extremo Norte do INCRA, pelo Ofício INCRA/SR (15)/N.514/86, solicitou aos Srs. Antônio Cabral de Abreu e Luiz do Vale Miranda a comprovação do domínio da área denominada *Vila Amazônia, localizada no Município de Parintins (AM), com área total de 78.270 ha* para fins de desapropriação da área por interesse social para execução de reforma agrária. Em 04/12/1986, uma comissão de Avaliação criada para vistoria e avaliação do imóvel apresentou relatório favorável à desapropriação. Em 05/12/1986 a executora do Projeto Fundiário Manaus do INCRA, por meio do Of. INCRA/PF-MAO/n. 004/86, indica à Superintendência do órgão a área denominada Vila Amazônia como prioritária para Reforma Agrária, sugerindo a sua desapropriação para futuro *assentamento de 1.308 famílias* e estabelecendo o valor indenizatório em CZ\$7.543.426,45. Em 25/09/1987, o Decreto n. 94.969, considera como área prioritária para Reforma Agrária o imóvel Vila Amazônia. O delegado regional, José Maia, informa ao secretário da SEREF que foi feito o depósito de Cz\$880.742,00 (referentes à indenização das benfeitorias). O advogado dos expropriados, Silvio Romero de Miranda Leão, propõe ao Ministro da Reforma Agrária a *conciliação amigável* fazendo uma contra proposta no valor de Cz\$ 313.120.000,00. Há documentos da Câmara Federal (ass. pelos Dep. Ézio Ferreira-PFL/AM, José Dutra-PMDB/AM, Fco. Benjamim-PFL/BA, José Lourenço-Líder do PFL, Amaral Netto-Líder do PDS e Bonifácio de Andrada-Vice Líder do PDS) e da Assembléia Legislativa do Amazonas (assinado por 15 Deputados) solicitando *celeridade consensual no processo expropriatório da Vila Amazônia*. Em 22/12/1987, o Secretário de Recursos Fundiários do INCRA, Antônio César Pinho Brasil, encaminha ao Ministro parecer favorável à proposta dos expropriados. Parecer este ratificado em 28/01/1988. Em 19/01/1988, através da Portaria 045, o então Ministro Jader

Barbalho, autoriza a celebração de acordo de indenização com os expropriados Antônio Cabral de Abreu e herdeiros Luiz do Vale Miranda, no valor de Cz\$313.120.000,00, os TDAs referentes ao pagamento deveriam ser emitidos em janeiro e fevereiro do mesmo ano e o resgate em três anos, sendo 50% no 2º ano; 30% no 3º ano; e 20% no 4º ano. A portaria 045 foi retificada pela portaria 084 de 02/02/1988. Em 03/02/1988, o então Ministro Jader Barbalho autorizou o Termo de Acordo, assinado posteriormente por todas as partes. *A proposta dos expropriados foi integralmente aceita, inclusive os prazos para resgate dos TDAs.* Isso remete a um processo anteriormente analisado referente à uma representação contra Jader Barbalho, onde um dos pontos colocados é o fato do então Ministro sempre pagar os TDAs antes do prazo máximo que a lei possibilita, 20 anos, facilitando sempre a situação dos expropriados. **Este caso, portanto, é mais uma evidência de que procedimentos foram adotados para favorecer os interesses de particulares em detrimento dos interesses da União, visto que pelos indicadores do processo os TDAs foram resgatados em 4 (quatro) anos, enquanto poderiam ter sido num período de 20 (vinte) anos.** Então foram detectadas por esta CPI graves irregularidades quanto à esta desapropriação. **Uma delas foi o superfaturamento do valor inicial sugerido pelo INCRA. O valor autorizado pelo Ministro Jader Barbalho foi cerca de 50 vezes maior que o original.** Outra, na área indenizada aos dois proprietários, já existiam mais de 800 proprietários que possuíam título definitivo das propriedades. Há ações de usucapião sobre 38 dos 78.000ha, com parecer favorável do juiz de Parintins. **Devido a esses problemas, o INCRA não chegou a assentar nem 1/3 da área.** Além disso, esse mesmo imóvel está registrado no Estado do Pará, com o mesmo, tendo **uma área equivalente a 293.000 ha.** Essa irregularidade foi detectada em 1977, pelo Subprocurador Geral da República, Gildo Corrêa Ferraz, o qual levou ao conhecimento da Justiça **o registro ilegal dos títulos definitivos.** No julgamento feito à época pelo Ministro Cunha Peixoto não ficou afastada a possibilidade da advocatária referente à Vila Amazônia. Nesse sentido, foram feitos encaminhamentos ao ITERAM junto com os precedentes jurisprudenciais, que davam respaldo à advocatária das ações demarcatórias, como poderá ser observado no item Cartórios deste relatório. **Cabe observar ainda que essas terras tornam-se ainda mais irregulares quando vários outros próprios possuem títulos definitivos sobre a mesma, expedidos inclusive pelo Governo do Estado do Pará e há ações demarcatórias da FUNAI.** Ou seja, **não contentes com o golpe aplicado no município de Parintins, os expropriados querem repetir a dose.** O que é pior é a Justiça do Amazonas ter dado aos proprietários ganho de causa. O processo encontra-se atualmente em Brasília, pois o INCRA recorreu da decisão. (BRASIL, 2002, p. 48-49, sem grifos no original)

Há um conjunto de irregularidades neste processo relatado: superindenização em terra grilada, pagamento acelerado de recursos públicos em títulos da dívida agrária aos supostos proprietários de terra, conluio entre o Poder Judiciário, as ações do MIRAD, deputados da bancada ruralista e grileiros.

A desapropriação em terras griladas no Estado do Amazonas não se restringe à Fazenda Vila Amazônia. No Livro Branco da Grilagem se substanciava a seguinte denúncia de casos de terras públicas griladas que foram desapropriadas pelo governo federal no estado do Amazonas durante o governo Sarney, no bojo do I PNRA:

Numa ação de usucapião, os imóveis Colosso, Cecy, República, Santa Haydee, Santa Cecília, Aracy, Amparo, Europa, Paládio, Caviana, Rio Branco I, Rio Branco II, Xingu, Boca do Maoco I, Boca do Maoco II, Jarecatá I e São Joaquim **tiveram, respectivamente, suas áreas aumentadas** da seguinte forma: de 8.364 hectares, para 23.500 hectares; de 4.360 hectares, para 10.550 hectares; 8.706 hectares, para 31.560 hectares; de 33.416 hectares, para 150.400 hectares; 20.416 hectares, para 89.500 hectares; de 10.119 hectares, para 10.600 hectares; de 10.105, para 16.500 hectares; de 7.379 hectares, para 37.850. O TFR anulou a sentença e determinou a remessa da ação para a Justiça Federal/AM. A anulação foi averbada em 25/10/77, no cartório de registro de imóveis da comarca de Lábrea. **Mesmo assim, esses imóveis foram desapropriados para fins de reforma agrária em 28/7/88** (BRASIL, 1999, p. 11, sem negrito e itálico no original).

Assim, de acordo com o Livro Branco da Grilagem, há uma associação direta entre a apropriação ilegal de terras públicas e a desapropriação capitalista da terra, objetivando o abocanhamento da renda fundiária e o duplo saque de patrimônio público.

O Relatório da CPI da Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica verificou, além da Fazenda Vila Amazônia, oito casos de desapropriação com fortes indícios de um arsenal de irregularidades no estado do Amazonas (podemos verificar na Tabela 8 abaixo):

TABELA 8: Áreas adquiridas em processos de desapropriação com indícios de grilagem de terra, alguns casos selecionados no Estado do Amazonas

DENOMINAÇÃO DO PROJETO	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	CAPACIDADE DE FAMÍLIAS ASSENTADAS
Aliança	Maués	2.348,42	75
Aquidaban	Manacapuru	2.214,89	87
Iporá	Rio Preto da Eva	27.809,74	907
Nova Residência	Careiro	2.373,05	28
Panelão	Careiro	3.633,25	280
Uatumã	Presidente Figueiredo	23.742,28	374
Vila Amazônia	Parintins	78.270,00	2.478
Santo Antônio Mourão	Eirunepé	21.525,00	200
Terruaã	Pauini	139.235,94	2.000

Fonte: BRASIL (2002, p.48)

São apropriações de terras com indícios de grilagem e de adulteração no registro cartorial; desapropriação de terras impróprias para a reforma agrária; ausência de amparo técnico para a realização de desapropriação, visto que havia laudos periciais do INCRA contrários ao processo desapropriatório; preço de indenização fixado em desacordo com os pareceres técnicos e laudos periciais (na imensa maioria com pagamento em quantias muitas vezes superiores ao fixados nos pareceres); pagamentos realizados muitas vezes antes do prazo estabelecido juridicamente em celeridade recorde, com ampla agilidade na tramitação processual nas instâncias jurídicas; e decisões judiciais finais emitidas em poucos dias (BRASIL, 2002).

As desapropriações realizadas durante a gestão de Jader Barbalho no MIRAD entre 1987 e 1989 foram diversas vezes citadas por Brasil (1999), Brasil (2001) e Brasil (2002) como responsáveis diretas pela drenagem de renda da terra concretizada em superindenizações pagas ao longo das décadas de 1990 e 2000, que em alguns casos tramitam na Justiça até hoje.

O relatório da CPI da Grilagem destacou outro caso de desapropriação de terras envolvendo 28 seringais, com fortes indícios de irregularidade na titulação e registro de terra configurando grilagem, todos no município de Pauini (AM),

totalizando 164.190,9 hectares, tendo como beneficiário Mustaf Said⁴⁵⁸ - o qual a CPI considerou como um dos maiores grileiros do Brasil - e relatou assim o processo desapropriatório:

Em 02/02/1988 a Delegacia Regional do MIRAD/AM, pelo Ofício DR/MIRAD/AM No 097/88, solicita ao Sr. Mustaf Said a comprovação do domínio de 25 Seringais localizados no Município de Pauini (AM), com área total de 140.572,5 ha. A desapropriação da área ou parte da mesma era para dar início ao "Projeto de Assentamento Extrativista", criado pela Portaria INCRA/627, de 30/07/87, na forma da legislação vigente. Em 29/02/1988, foi constituída uma comissão para vistoria e avaliação dos imóveis. O Sr. Mustaf Said e as firmas Indústrias Reunidas Vale do Juruá Ltda. e Said Irmãos & Cia. Ltda. apresentam os documentos solicitados. Realizada a vistoria, foi feita sugestão para desapropriação de 142.045,7529 ha, perfazendo um valor total de CZ\$ 806.158.604,34 (US\$ 6.459.086,64) - Cotação do Dólar em 30/04/88, de R\$ 124,81. Em 30/07/1988, o Sr. Mustaf Said, obteve através da promulgação do Decreto N° 96.441, datado em 28 de julho de 1988, assinado na época, pelo Presidente José Sarney e pelo Ministro Jader Barbalho, a desapropriação de 21 glebas perfazendo 139.865,96 ha., todas elas localizadas no Município de Pauini. *O processo INCRA N° 1.221/88 teve a inacreditável proeza de haver sido tramitado e concluído em pouco mais de 4 meses. Incluindo neste lapso de tempo a análise da documentação fundiária, a vistoria no terreno para verificar as benfeitorias e a área a ser avaliada, o laudo de avaliação, as correspondentes consultas à sede do INCRA em Brasília, etc., e finalmente, culminou com a promulgação do Decreto da Desapropriação. Todavia, chama a atenção que no transcurso do andamento do Processo foram oferecidos pelo Sr. Said diversos outros imóveis, diferentes aos que finalmente foram desapropriados, que por não apresentar a comprovação do domínio, através da cadeia dominial e título definitivo, foram descartados e/ou substituídos. Quase todos os imóveis desapropriados foram objeto, na década de 70, de ações de usucapião destinadas ao alargamento das áreas, finalmente anuladas pelo TFR. Isto demonstra que desta vez, o Sr. Said logrou, pela via "legal-comercial", obter um lucro fantástico, via "desapropriação amigável".* A justificativa para esta desapropriação era que "o projeto beneficiaria a 2000 famílias de seringueiros, castanheiros e ribeirinhos que exploram e vivem do extrativismo". A indenização foi fixada em Cz\$ 658.223.271,74, para o valor da terra nua, e Cz\$ 147.935.332,00 para as benfeitorias, totalizando Cz\$ 806.158.604,00, de conformidade com o Laudo de Avaliação. Isto, como citamos precedentemente, equivalente a 92.534 salários mínimos ou US\$ 5.293.923,06, valores da época. O qual transformado a moeda atual corresponderia a R\$ 16.748.654,00

⁴⁵⁸ De acordo com o Relatório da CPI da Grilagem: "As principais irregularidades detectadas nos procedimentos de titulação e registro de imóveis rurais, de maneira geral, nos diferentes Estados foram as seguintes, ressaltando que os casos envolvidos nestas irregularidades mais destacados e representativos da impunidade reinante até agora no Estado do Amazonas são: Falb Saraiva de Farias, APLUB AGRO FLORESTAL AMAZÔNIA S/A, Mustaf Said, Moss, Mabral, Manasa, Mali Emaoula, Adalberto Cordeiro e Silva, Mirtyl Levy; entre outros" (BRASIL, 2002, p. 36).

(Dezesseis milhões, setecentos e quarenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais), na conversão dos salários mínimos, e R\$ 11.381.934,45 (Onze milhões, trezentos e oitenta e um mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), na conversão do dólar. Foram desapropriados imóveis que abrangiam 21 glebas totalizando 139.235,94 ha, sendo que a maior parte dessas glebas está desconexa entre si, não conformando portanto uma área contínua. **Visto o exposto, sem sombra de dúvida, houve altos interesses, para que a tramitação desta desapropriação tivesse regime de urgência.** Finalmente, temos a deixar claro que o projeto de assentamento e desenvolvimento das atividades extrativistas nunca foi concretizado. Resultando portanto um desembolso inútil da União, em benefício do Sr. Mustaf Said. Em 23/11/90, foi solicitado pelo Superintendente Estadual do Incra/AM uma reanálise detalhada, inclusive com a instauração de uma Comissão de Inquérito Administrativo para apurar os fatos que levaram o INCRA/AM proceder a desapropriação. (BRASIL, 2002, p. 88-89, sem negrito e itálico no original)

Acerca das irregularidades apossadas no processo de grilagem de terras, é relatada pela CPI a tessitura de relações entre o latifundiário-grileiro Mustaf Said, servidores do INCRA, funcionários do MIRAD, juízes e oficiais de registro cartoriais. De acordo com a CPI da Grilagem, a multiplicação de terras em registros cartoriais ocorreu em esquema envolvendo dupla titulação em cartórios dos municípios de Lábrea (AM) e Pauini (AM), ampliando em até 200 vezes a extensão dos latifúndios de Mustaf Said. De acordo com o relatório da CPI:

O problema mais grave que esta CPI detectou foi, no caso do Estado do Amazonas, da emissão indiscriminada e sem nenhuma base administrativo- legal, de certidões declarando a autenticidade de Títulos Definitivos, alargando as áreas originais. **Cujo efeito ficou representado pela matrícula irregular de uma gleba de 485.000 ha. pelo seu pseudo proprietário Sr. Mustaf Said**, no Registro de Imóveis, cujas matrículas, feitas em duplicidade em Cartórios de duas Comarcas, haviam sido cancelados, pelo extinto Tribunal de Recursos, por ter sua origem em sentenças de ações de Usucapião, prolatadas pelo célebre Juiz Dr. Ruy Morato em 1973, cujo caso forma parte deste Relatório. **Produzindo assim, de maneira ilegal, a transferência de terras públicas a um particular tangenciando ou ludibriando a Lei** (BRASIL, 2002, p. 40, sem negrito no original).

Assim, analisando a cadeia dominial das propriedades griladas por Mustaf Said, observou-se que a desapropriação se operou sobre terra grilada envolvendo o processo de aquisição de terras em 1974 dos seringais São Pedro I e II por membros da família Said, supostamente expedido em título pelo Estado do Amazonas em 1898. A confirmação da grilagem ocorreu em 1974 em apenas dois meses e por usucapião das duas áreas que foram o início da ampliação ilegal de terras. Ainda segundo o Relatório da CPI:

Da análise da documentação de 48 imóveis que foram objeto do processo de desapropriação, com que foi beneficiado o Sr. Mustaf Said, exposto no item precedente, verificamos que tão somente 21 teriam origem em títulos definitivos outorgados pelo Governo do Amazonas. Sendo que, do total, 6 foram adquiridos por escrituras de compra e venda, 25 o foram pela compra dos direitos a herdeiros de diversos espólios e dos restantes 17, não há informação suficiente para justificar a origem. **E dos 21 imóveis desapropriados, 12 teriam título definitivo, e 9 seriam simples posse. Mais grave ainda, que 8 dos 21 imóveis desapropriados, não tem suas cadeias dominiais suficientemente estabelecidas.** Finalmente, vale salientar que o Sr. Mustaf Said chegou a ter matriculadas no seu nome mais de 3 milhões de hectares, de um total de pouco mais de 240 mil hectares que dispunham de documentação. Sendo que destas, uma parte preliminarmente merece reparo, por tratar-se de posses ou cujas cadeias dominiais não estão em ordem. (BRASIL, 2002, p. 104, sem negrito e itálico no original)

Sobre as ações de Jader Barbalho, que foi ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário de 22 de maio de 1987 à 29 de julho de 1989 e autorizou essa ampla drenagem de renda fundiária em superindenizações de terras griladas, é interessante analisar a reportagem da revista *Isto É* de 13 de junho de 2001, que tinha como título “O inferno de Jader”. Na reportagem foi relatado que:

Há menos de um mês, o advogado e subprocurador-geral da República aposentado Gildo Ferraz telefonou para um antigo cliente, o banqueiro e pecuarista Serafim Rodrigues de Moraes, para informar sobre um processo. A conversa foi gravada e seu conteúdo é explosivo. **Revela a ligação do presidente do Congresso Nacional, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), com a venda de Títulos da Dívida Agrária (TDAs) emitidos de forma fraudulenta.** O banqueiro e sua atual mulher, Vera Arantes Campos – uma ex-corretora da Bolsa de Valores de São Paulo –, contaram a Ferraz como desembolsaram no final de 1988 **US\$ 4 milhões na compra de TDAs para saldar débitos decorrentes da liquidação do Agrobanco**, controlado por Serafim Moraes. Depois de algumas semanas de negociação, o casal marcou encontro com o empresário Vicente de Paula Pedrosa da Silva, em um hotel no centro de São Paulo, para fechar o negócio. No restaurante do hotel, Vera preencheu e assinou um cheque da agência central do Bamerindus em São Paulo, na rua XV de Novembro, para pagar os títulos a Vicente de Paula. Ela o seguiu até o saguão do hotel, onde diz ter avistado Jader. Chamou Serafim a tempo de ele também presenciar o encontro de Vicente com o então ministro da Previdência Social do governo José Sarney. “Quem recebeu o cheque foi o chefe, o próprio Jader”, afirmou Serafim ao subprocurador Ferraz, como mostra a gravação que chegou a ISTOÉ na manhã da última terça-feira pelas mãos de um agente da Polícia Federal. (...) **Fazenda-fantasma** – A história contada por Serafim e Vera coloca o presidente do Senado [em 2001 Jader Barbalho detinha tal cargo] no olho do furacão que teve início com um decreto assinado pelo presidente José Sarney, a pedido do próprio Jader, na época

ministro da Reforma Agrária. **Trata-se da desapropriação da Fazenda Paraíso, uma propriedade em Viseu, no nordeste do Pará, que teria 58 mil hectares e pertenceria a Vicente de Paula.** Por essas terras, no começo de novembro de 1988, ele recebeu do governo federal **55,2 mil TDAs, que valeriam hoje R\$ 5,3 milhões.** Quatro meses depois, o superintendente em Belém do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Paulo Titan, *requereu o cancelamento da operação, o que causou o bloqueio dos TDAs.* **A essa altura, os títulos entregues a Vicente de Paula já haviam sido vendidos ao banqueiro Serafim, que os utilizou para saldar dívidas do Agrobanco com o Portus, fundo de previdência privada dos portuários.** “Fui pessoalmente entregar os títulos na sede do Portus, na Praça Mauá, no Rio de Janeiro. O Serafim é um dos raros casos de banqueiro em liquidação que quita todas as suas dívidas. **Ele saldou 100% dos débitos, inclusive com juros e correção**”, diz o advogado Oswaldo Chade, que trabalhou no processo de liquidação do Agrobanco. Juridicamente, ele pode até estar correto, mas o certo é que ao passar os TDAs comprados de Vicente de Paula para o Portus, o banqueiro Serafim jogou um mico no colo dos portuários, que hoje lutam na Justiça para se livrarem desse prejuízo. *O advogado não descarta a possibilidade de parte desses mesmos títulos ter sido usada para o pagamento de outros débitos do Agrobanco.* **Além de encontrar sérias irregularidades no processo de desapropriação, a Justiça constatou que a fazenda Paraíso simplesmente só existia no papel.** Em sentença proferida em 17 de abril de 2001, o juiz federal Eduardo Moraes da Rocha condenou a seis anos de prisão Vicente de Paula e o ex-deputado federal Antônio Brasil – homem de confiança do senador paraense e secretário de Política Fundiária na gestão de Jader na reforma agrária. “Antônio Brasil deveria pautar-se pela probidade no trato da coisa pública. Ao contrário, ele concorreu decisivamente para a fraude”, criticou o juiz Moraes. “A conduta de Vicente de Paula foi extremamente gravosa e reprovável. Mesmo sabendo das irregularidades, comercializou os títulos com terceiros.” (MEIRELES; PEDROSA; FILHO, 2001, s/p, sem itálico e negrito no original)

A reportagem demonstrou que a terra foi utilizada como reserva patrimonial e reserva de valor, ou seja, uma fazenda criada apenas para a especulação (uma “terra de papel”) recebeu enorme quantidade de recursos públicos (em TDAs) que foram utilizados para o pagamento de dívidas bancárias com um fundo de pensão. A reportagem de Fernando Rodrigues denominada “Jader Barbalho – o Brasil não merece” relatou o período em que Jader Barbalho permaneceu como ministro no MIRAD e os esquemas de supervalorização de títulos da dívida agrária por ele promovidos.

Jader Barbalho esteve à frente do MIRAD pelo curto período de um ano e nove meses, o que poderia ser considerado pouco tempo para realizações e empreendimentos que viessem representar uma evolução na, tão antiga quanto preocupante, questão agrária do País. Entretanto, sua permanência à frente do Ministério pode ser considerada tão intensamente desastrosa quanto rápida. **Suficiente**

para Jader promover desapropriações de terras com valor superestimados, emitir irregularmente Títulos da Dívida Agrária que somariam US\$ 700 milhões. Contando mais uma vez com a colaboração direta de Antonio Cesar Pinho Brasil, que o acompanha desde seu primeiro mandato como Governador do Pará, Jader Barbalho chegou a ser acusado de atos de improbidade administrativa na ação Popular nº 93.8452-6, de supervalorização na determinação de valores referentes a indenizações por desapropriações, além de chegar ao absurdo de desapropriar terras inexistentes. (RODRIGUES, 2001, s/p, sem negrito no original)

Na reportagem foi apresentado o caso de irregularidades em desapropriações no Polígono dos Castanhais, no estado do Pará. Segundo Brasil (2001), Rodrigues (2001) e Peixoto (2013), em 1988 o MIRAD - sob o comando de Barbalho - desapropriou de forma irregular frações do território dos castanhais com fortíssimos indícios de apropriação privada em terras públicas e emissão de vultosas indenizações baseada em emissão de TDAs.

Os castanhais não eram imóveis com título de propriedade. Constituíam-se de áreas aforadas a terceiros pelo Estado do Pará, seu verdadeiro proprietário, que poderia requerê-las de volta. Jader, no entanto, desapropriou-as como se fossem terras com título definitivo, desbaratando recursos da ordem de CZ\$ 2 bilhões. **Somente a família Mutran recebeu perto de CZ\$ 1,5 bilhão.** Tratava-se de mais uma das chamadas "negociações amigáveis" empreendidas por Jader. (*O Estado de S.Paulo*, 30/8/88). **São denúncias de falta de avaliação dos imóveis, superavaliação para fins de indenização até duas vezes superior ao valor real da terra, complementação espontânea e unilateral dos valores de emissão de Títulos de Dívida Agrária (TDA) e aquisição de terras inadequadas à reforma agrária, todas fundamentadas em documentos do Poder Judiciário e do Ministério Público.** Além disso, ao arrepio da Constituição Federal (Art. 184, *caput*), **os títulos teriam sido emitidos com prazo de resgate de dois a cinco anos, importando em um desembolso pela União, já em 1993, da ordem de US\$ 700 milhões** (Ação Popular 93.8452-6). (RODRIGUES, 2001, s/p, sem negrito no original)

Ou seja, sob o poder de Jader Barbalho no MIRAD foram realizados processos de desapropriação de terras públicas cedidas pelo estado do Pará (e também em outras áreas prioritárias de reforma agrária no I PNRA nos estados do Amazonas e Maranhão⁴⁵⁹) e/ou em terra públicas e terras aforadas, baseados em ausência de avaliações, superavaliações, aceleração do prazo de resgate dos TDAs e terras inadequadas para a realização da reforma agrária (RODRIGUES, 2001;

⁴⁵⁹ No estado do Maranhão, de acordo com a CPI da Grilagem há indícios de irregularidades no pagamento de superindenizações em processos de desapropriação das fazendas Buriti e fazenda Rio Bonito.

BRASIL, 2002). As terras irregularmente desapropriadas em favor de grandes proprietários se efetivaram em contraposição aos camponeses posseiros que ocupavam as terras devolutas. Assim, além da supracitada família Mutran, Almir Moraes – grileiro proprietário dos castanhais Pedra Branca (3.685 ha), Fortaleza I (7.200 ha), Fortaleza II (3.067 ha), Lagoa Bonita (3.570 ha) e José Leandro (3.600 ha) - foi desapropriado, inclusive, sobre territórios indígenas dos Suruí, Asurinís e Aikewar (PEIXOTO, 2014). Portanto, vê-se que a prática de desapropriação de terras griladas se efetivou como um rentável negócio para os latifundiários desapropriados. Além disso, as desapropriações são reveladoras das disputas pelas frações do território no campo e a utilização da terra como negócio em contraposição à terra como trabalho e os territórios utilizados por indígenas.

As desapropriações em terras griladas, no entanto, não se restringem à Amazônia Legal e ao período de atuação de Barbalho no MIRAD. No Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, conforme já enfatizamos no capítulo anterior, a partir das ocupações realizadas pelo MST na década de 1980 foi constatado um processo de grilagem de mais de 1 milhão de hectares. Além da retomada de terras da União pela força dos movimentos sociais camponeses na luta de classes com as ocupações de terra e a pressão política junto ao aparelho do Estado, ocorreram também ações de pagamento de indenização em processos desapropriatórios aos latifundiários-grileiros do governo federal na década de 1990 e 2000 (FELICIANO, 2009; FARIA; OLIVEIRA; HOLLANDA, 2012).

Já no estado do Paraná, a questão de ações desapropriatórias em terras de faixa de fronteira é também reveladora da grilagem de terras públicas e a posterior drenagem fundiária em superindenizações pagas pelo Estado. O caso da Fazenda Ocoí, localizada entre os municípios de Foz do Iguaçu e São Miguel do Iguaçu, é um dentre inúmeros casos reveladores desse processo. No *Livro Branco das Superindenizações* constata-se que o Ministério Público Federal verificou irregularidades na obtenção das terras pela Santos Guglielmi e Cia. Ltda. que se encontrava em faixa de fronteira.

Em linhas gerais, verifica-se que na década de 1950 as terras do Oeste e Sudoeste paranaense, situadas na região de fronteira com a Argentina e o Paraguai, foram apropriadas por migrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O governo do estado do Paraná realizou, no período, processo de colonização e titulação de terras sobre territórios indígenas, frações do território de camponeses

posseiros e em terras devolutas de propriedade da União. Conforme já destacamos, inúmeros conflitos decorreram da formação da propriedade privada capitalista da terra na região, o que advém de estratégias de legalização de enormes apropriações de terras públicas e remonta ao Brasil imperial, às concessões imperiais fundamentalmente da “Gleba Santa Cruz” da década de 1840, terra em disputa entre a empresa colonizadora União d’Oeste Ltda. e o governo do estado do Paraná, e se reproduziram com ampliações de conflitos entre grileiros, posseiros e indígenas com novos conteúdos na primeira metade do século XX com as expansões para o Oeste paranaense.

Entre 1947 e 1951 e 1956 e 1960, Moysés Lupion foi governador do estado em dois mandatos e concedeu títulos de propriedade na faixa de fronteira. Essa é uma questão fundamental do imbróglia jurídico, visto que na Constituição Federal de 1934 já se encontrava estabelecido que na “faixa, ao longo de 100 quilômetros, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação e a abertura destas poderiam se efetivar sem a audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional” (GARCIA, 2015) e em 1946 a Constituição Federal ampliou essa área para 150 km. A área de ratificação, conforme o Decreto-Lei n. de 18 de março de 1939, estabelecia que na faixa de 66 km a partir da fronteira somente a União poderia conceder até 10.000 hectares e no trecho entre 66 km e 150 km os estados só poderiam realizar titulações e/ou concessões de terra com a anuência do CSN⁴⁶⁰. Entretanto:

Terras devolutas estaduais e federais foram sistematicamente tituladas aos correligionários do governo estadual da época, aos laranjas dos mesmos e a fantasmas. Os títulos eram expedidos independentemente de as terras estarem ou não ocupadas. Quando habitadas por pequenos posseiros, estes foram sumariamente expulsos por jagunços e até mesmo pela polícia do Estado. O Poder Judiciário foi conivente, omitindo-se em face da aparente legalidade dos títulos ostentados por falsos proprietários. Os conflitos entre grileiros e posseiros ocasionaram mortes que até hoje não podem

⁴⁶⁰ Verifica-se no Decreto-Lei 1.164 de 1939: “Art. 1º As concessões de terras na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo da fronteira do território nacional com os países estrangeiros não se farão sem prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional” (BRASIL, 1939). Além disso, o artigo 11 estabelecia a primazia da titulação para posseiros em faixas de fronteira: “Art. 10. Na distribuição de lotes de terras a que se refere esta lei, ter-se-à em vista a preferência absoluta para os brasileiros que, não sendo proprietários rurais ou urbanos, se acharem na posse efetiva de trecho de terra até dez hectares, e efetivamente o cultivem. A concessão do lote será, neste caso, gratuita, e feita administrativamente, não dependendo de sentença declaratória” (BRASIL, 1939). E o artigo 11 vedava a concessão de mais de 2.000 hectares de terra: “Art. 11. Nenhuma concessão de terras na faixa da fronteira compreenderá mais de dois mil hectares” (BRASIL, 1939).

ser enumeradas devido a falta de registros oficiais. Em 1957, a maior parte das férteis terras do Oeste paranaense pertenciam à União e não podiam ser tituladas pelo Estado. Nasceu daí a cumplicidade entre o Poder Executivo estadual e os cartórios municipais, que autenticavam falsas procurações. (BRASIL, 1999, p. 17)

Na década de 1970, de acordo com Boreki (2010), o INCRA ratificou a posse de terra para antigos ocupantes, mas impediu a permanência dos detentores de “títulos podres”. Com o argumento de “retirada dos grileiros” de terras irregularmente ocupadas, o INCRA realizou ações de desapropriação, inserindo indenizações irrisórias em detrimento da anulação dos títulos (BOREKI, 2010). A partir desse fundamento jurídico, isto é, o (suposto) reconhecimento estatal da titularidade da terra, latifundiários-grileiros entraram na justiça para o recebimento de indenização pela “perda” da terra. O processo de desapropriação da Fazenda Ocoí se insere nessa disputa. Na ação desapropriatória do INCRA a justiça condenou em 3 de setembro de 1996 a autarquia a pagar indenização de R\$ 445,69 milhões (valores atualizados de 2001) pelos 12.500 hectares. A reavaliação da propriedade, que foi desapropriada em 1971, estipulava o preço em cerca de R\$ 12 milhões. A diferença entre essa quantia e aquela estabelecida pela condenação judicial atualizada para o ano de investigação do MDA era de R\$ 433,6 milhões, que segundo a análise do Livro Branco das Superindenizações possibilitaria aos antigos latifundiários-grileiros adquirir à época cerca de 37 propriedades idênticas à desapropriada na região⁴⁶¹ (BRASIL, 2001).

De acordo com a interpretação do Livro Branco das Superindenizações sobre a situação do Paraná, constatava-se que

No Paraná registram-se casos particularmente delicados no que diz respeito à indenizações de imóveis desapropriados. Os supostos proprietários de aproximadamente 300 imóveis localizados na região de fronteira, onde as terras são públicas por definição constitucional,

⁴⁶¹ Em 2002 após as investigações do Ministério Público Federal e as denúncias realizadas pelo Ministério da Política Fundiária e Desenvolvimento Agrário e o INCRA, o STF analisou o caso das superindenizações em faixa de fronteira, especificamente da Fazenda Ocoí. O voto do relator do processo o Ministro Celso de Melo foi o seguinte: “Ante o exposto, requer o autor o prosseguimento da reclamação, para que seja ela julgada, ao final, procedente, com o fim de cassar o v. acórdão prolatado pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região na citada Apelação Cível por ter ele exorbitado do r. decisum proferido por essa Excelsa Corte nos autos da Apelação Cível nº 9.621-PR, e *impeça definitivamente o pagamento da indenização expropriatória*, bem como de determinar aquela Corte Regional a realização de novo julgamento na referida apelação delta feita *considerando como certo e incontestável o fato de a terra desapropriada ser do domínio da União*” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2002, p. 113). Todavia, em 2007 a Procuradoria Geral da República da 4ª Região a partir do Grupo de Trabalho Bens Públicos e Desapropriações investigando processos de desapropriação em faixas de fronteira nos estados do Paraná e de Santa Catarina constatou que permanecia o pagamento de indenização para os proprietários-grileiros de terra.

reivindicam pesadas indenizações na Justiça. As propriedades somam 236 mil hectares. Em conjunto, os proprietários reivindicam, em valores atualizados, pouco menos de R\$ 3 bilhões. A ação dos procuradores do Incra e da Procuradoria da República, com pedidos de liminar, conseguiu impedir o saque de R\$ 2,85 bilhões e bloquear o depósito de outros R\$ 39,2 milhões. (BRASIL, 2001, p. 9)

Outros casos destacados na investigação realizada pelo MDA são as superindenizações em terras griladas em faixas de fronteira, como a Gleba Chopinzinho, Colônia "K", Colônia Cielito, Gleba Cinco Mil, Gleba Pindorama, Guairaca, Rio Azul/Piquerobi e a supracitada Fazenda Ocoí. Segundo Osvaldo Russo, que foi presidente do INCRA na gestão Itamar Franco e secretário agrário do PT:

A Gleba Chopinzinho (...) no município homônimo, foi totalmente grilada pelo governo do Paraná, com a participação dos cartórios. O governo estadual titulou uma área de 50 mil hectares em nome de 119 "fantasmas". Na época, as terras estavam ocupadas por 1.600 famílias de pequenos agricultores. Esses ocupantes eram os legítimos proprietários da área, já que haviam adquirido direitos de terceiros, que fizeram a transferência da terra. Nas Glebas Colônia "K", Colônia Cielito, Gleba Cinco Mil, Gleba Pindorama, Guairaça, Rio Azul/ Piquerobi e Ocoí, as fraudes nos dois cartórios em questão envolvem também os imóveis acima citados que foram desapropriados pelo INCRA em razão da titulação ilegal feita pelo Governo do estado do Paraná. Assim, todas as terras localizadas na faixa de fronteira no estado do Paraná, equivalentes a meio milhão de hectares, foram desapropriadas pelo INCRA, na década de 1970, diante da titulação ilegal promovida pelo governo estadual na década de 1950, no governo Lupion, com a conivência dos cartórios municipais. Em razão dessas desapropriações, o INCRA acabou sendo condenado a pagar indenizações absurdas (estimadas hoje em R\$ 30 bilhões). Além de criminoso, já que se referem a falsos títulos de propriedade obtidos de forma fraudulenta, este montante decorre de avaliações superestimadas por contadores e peritos judiciais que, em geral, se aproveitaram da situação para obter vantagem financeira com as indenizações indevidas. (RUSSO, 2015, s/p)

Ou seja, constata-se de fato uma economia política da grilagem de terra fundamental para a reprodução do rentismo à brasileira simultaneamente com a apropriação da renda fundiária, diversas vezes superprecificadas, associada inúmeras vezes com o recebimento de financiamento público, por exemplo, financiamentos estatais de atividades econômicas, editais públicos, transferências constitucionais, etc. (IPAM, 2006).

Podemos verificar a constante atualização nas formas de apropriação de terras públicas, na confluência entre modernidade e atraso, a partir da relação entre

grileiros, aparato repressivo do Estado, cartórios, empresários urbanos e políticos locais para a apropriação e legalização de terras públicas e a posterior desapropriação para fins de reforma agrária. Em 2009, a Operação Pluma realizada pela Polícia Federal e pelo Ministério Público do Mato Grosso relatou que

A Polícia Federal de Mato Grosso prendeu ontem 6 oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso que ofereciam apoio irrestrito a uma organização criminosa responsável por grilagem de terras da União e indígenas, confecção de títulos de domínio falsos, invasão de terras, expulsão de assentados, ameaças a fazendeiros ⁴⁶² [sic] e homicídios. Também foram presas mais 7 pessoas que davam suporte técnico para a quadrilha, em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Outras 5 pessoas que tiveram mandado de prisão temporária decretada por crime hediondo, de 30 dias, estão foragidas. Entre os policiais presos estão o ex-comandante da Polícia Militar de Mato Grosso, coronel Adailton Evaristo de Moraes Costa (janeiro a abril de 2007), coronel Elierson Metello de Siqueira, tenente Adalberto da Cunha e Oliveira, capitão Antônio de Moura Netto, capitão Robson Oliveira Curi, e major Wlamir Luis da Gama Figueiredo. Também entre os presos está o ex-prefeito de Porto Alegre do Norte (1.125 km a nordeste da Capital), Luiz Carlos Machado, o "Luiz Bang". As investigações da Polícia Federal, que resultaram na Operação Pluma, se restringem ao período de 2002 a 2005, na região do Araguaia. Durante o período, a quadrilha, liderada por Gilberto Luiz de Rezende, o "Gilbertão", e pelo irmão dele, Admilson Luiz de Rezende, provocou prejuízo de mais de R\$ 15 milhões aos cofres da União e a fazendeiros da região, que ameaçados pelos grileiros, com o apoio do braço armado do Estado, vendiam propriedades a preços irrisórios. A Justiça Federal decretou o sequestro e indisponibilidade dos bens dos irmãos Rezende, no valor de quase R\$ 13 milhões. De acordo com o superintendente da PF em Mato Grosso, Oslain Campos Santana, a organização criminosa tinha 3 frentes de atuação, e agia principalmente nos municípios de Vila Rica, Santa Cruz do Xingu, Confresa, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia. *Em uma delas, integrantes da quadrilha grilaram a Terra Indígena Marãiwatsede, ocupada pelos Xavante, lotearam e venderam os lotes. Cerca de 60% da área de 160 mil hectares da terra indígena foram desmatados pela quadrilha. Outra ação do grupo tratava de expulsar assentados mediante ameaça e violência física. Essas terras recebiam então títulos de domínio falsos, para obtenção de indenização do poder público pela desapropriação para fins de reforma agrária. Alguns títulos aumentavam em até 3 vezes o tamanho real da propriedade, ou a deslocavam para outra região, mais valorizada.* A terceira via de ação era feita com a participação efetiva do Polícia Militar de Mato Grosso. Consistia em amedrontar fazendeiros da região, com a finalidade de contratação de segurança privada. (VASQUES, 2009, s/p, sem negrito e itálico no original)

⁴⁶² De acordo com reportagem da CPT (2009, s/p) "o grupo também promovia temor entre pequenos e médios fazendeiros da região com objetivo de extorquir estes produtores para que vendessem seus imóveis a preço bem inferior ao praticado no mercado".

Destaca-se que cerca de 1/3 do território indígena do povo xavante (a Terra Indígena Marãiwatsédé) se encontrava grilada por 22 pseudo-proprietários. Do total de 32 fazendas griladas estabelecidas em 44,6 mil hectares, o Ministério Público Federal do Mato Grosso auferiu que 60% da área já havia sido desmatada em 2012. Entre os grileiros se encontravam prefeitos e vice-prefeitos, vereadores, empresários e um desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, tais como o ex-vice-prefeito de Alto da Boa Vista (MT), Antonio Mamede Jordão, grileiro da Fazenda Jordão com 6.193 hectares; o ex-prefeito do município de Alto Boa Vista (MT), Aldecides Milhomem de Cirqueira, que se apropriou de seis fazendas, num total de 2.200 hectares; o ex-desembargador do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, Manoel Ornellas de Almeida, cuja fazenda possui 886,8 hectares; o empresário e ex-vereador de Alto Taquari (MT) Admilson Luiz de Resende, cuja “propriedade” possuía 6.640 hectares. Além de Gilberto Luiz de Rezende, considerado o chefe da quadrilha de grileiros com apropriação ilegal de terras indígenas de 2.636 hectares (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL-MT, 2009).

Ou seja, o arranjo envolvia uma multiplicidade de formas de grilagem de terras: apropriação ilegal de territórios indígenas, a apropriação de terras públicas, processo de coação, expulsão, extorsão e ameaças de morte aos camponeses posseiros e, inclusive, o posterior negócio de desapropriação da terra grilada junto ao Poder Público.

A terra grilada, principalmente por Gilberto Luiz Resende, era entregue com títulos “legalizados” por funcionários de cartórios para empresários, profissionais liberais urbanos, políticos e latifundiários e eram posteriormente validados por servidores do INCRA em laudos periciais forjados que atestavam que a terra era passível de desapropriação para fins de reforma agrária (VASQUES, 2009; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL-MT, 2009). Assim, constata-se

O técnico agrimensor Josemar Pereira dos Santos é citado pelo MPF como responsável pelos mapas e memoriais descritivos usados nos desmembramentos das fazendas Suiá Missú e Bridão Brasileiro mediante deslocamento de títulos. “Nota-se que Josemar Pereira dos Santos foi o engenheiro agrônomo responsável pela indicação dos limites da Fazenda Bridão Brasileiro, conforme consta das matrículas 73 a 88 do 1º Serviço Registral da Comarca de Porto Alegre do Norte, informadas no laudo do Incra. A adulteração foi efetivada mediante concurso da cartorária Maria Elisabeth G. Carvalho”, apontou a procuradoria. **Em depoimento, um antigo proprietário de terras da região de Confresa, Abraão Alves Sobrinho, disse que a página 305 da perícia realizada pelo Incra, durante o**

processo de desapropriação da fazenda Bridão, revela que os documentos apresentados ao órgão eram de outra gleba. Segundo ele, Josemar fez o deslocamento da área para a Fazenda Bridão “para fins de gerar direito de posse ao então proprietário que receberia o dinheiro da desapropriação da terra” (RDNEWS, 2009)

Ou seja, a estratégia de grilagem realizada no caso das fazendas Suiá Missú e Bridão Brasileiro em Porto Alegre do Norte (MT) remete à fraudes no processo de titulação e localização para a realização do grilo.

Importante salientar também que outras operações da Polícia Federal em pareceria com o Ministério Público Federal demonstraram processos de grilagem de terra capitaneados por servidores de institutos estaduais de terra em ampla articulação com latifundiários-grileiros. Essas estratégias de grilagem em nível estadual possibilitam de certa forma uma espécie de “lavagem de terras”. Em outras palavras, ocorre uma titulação ilegal por meio de institutos estaduais de terra e a realização de um conjunto de negócios com esse título “legalizado” e “legitimado”. As terras griladas por vezes são apenas terras de papel e são utilizadas para a realização de pedidos de financiamentos públicos e bancários. Ou, quando são alvos de ações desapropriatórias, realizam-se como renda fundiária especulativa, como nos casos da Operação Vassalagem⁴⁶³ e da Operação Grilo⁴⁶⁴.

Cabe ressaltar também que o Programa Terra Legal e sua tentativa de legalização de 67 milhões de hectares na Amazônia Legal brasileira pode contribuir para a ampliação de estratégias futuras de dupla extração de renda fundiária a partir

⁴⁶³ A operação Vassalagem em Roraima realizada em dezembro de 2015 capitaneado por funcionários do Instituto de Terras de Roraima (ITERAIMA). A grilagem de 63 mil hectares de terra da União com ampla participação de servidores públicos (ex-diretores e funcionários do ITERAIMA), agrimensores, latifundiários, empresários urbanos e profissionais liberais prendeu preventivamente 79 pessoas inclusive membros da assim chamada “alta sociedade roraimense” (PERONICO, 2015; MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL-RR, 2015). Note-se que em maio de 2012 a Polícia Federal deflagrou a operação Salmo 96:12 que evidenciou a grilagem de 146 mil hectares de terra, autorização para desmatamento de 21 mil hectares e autorização para extração de 1,4 milhões de m3 de madeira (equivalentes a 56 mil caminhões) com anuência de servidores do INCRA, do IBAMA vinte madeireiros, quatro empresários do ramo de consultoria ambiental, um servidor do órgão fundiário estadual (ITERAIMA), um servidor público municipal e mais de cem “laranjas.

⁴⁶⁴ A Operação Grilo realizada em setembro de 2011 investigou um conjunto de irregularidades envolvendo processos de regularização fundiária de terras griladas no Norte de Minas Gerais para a exploração de minérios de ferro. A estratégia consistia na legitimação da posse de terras devolutas por laranjas envolvendo servidores do Iter-MG e funcionários de cartórios. A grilagem envolvia a titulação de grileiros que jamais tinham sido proprietários ou possuidores de terras na região. Em seguida, em uma outra operação fraudulenta, o agora proprietário vendia o referido título a pessoas físicas ou jurídicas intermedirárias que, ao final, negociavam a terra com grandes mineradoras a preços mais elevados. Funcionários do Iter-MG, ex-prefeitos, funcionários de cartórios estavam envolvidos com a apropriação de terras públicas (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MG, 2011).

de terra grilada legalizada e processos de desapropriação para fins de reforma agrária. Ou seja, o Estado ao invés de realizar a desconcentração fundiária e reforma agrária em terras públicas e terras devolutas de propriedade da União realiza a igualização jurídica e formal de grileiros e posseiros contribuindo para o aumento de conflitos no campo, assassinatos e regularização da apropriação ilegal de terras públicas na Amazônia brasileira.

Destaca-se que ações de combate à grilagem e à drenagem de fundos públicos estão sendo empreendidas por algumas frações do Poder Judiciário por meio de ações do GT Bens Públicos e Desapropriação da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, das investigações do Conselho Nacional de Justiça e das ações nos estados do Amazonas e Pará⁴⁶⁵. Fundamental, nesse sentido, destacar os termos da *Comissão de Estudo e Monitoramento das Questões Ligadas a Grilagem de Terras no Estado do Pará* que retoma algumas jurisprudências, tal como o *Relatório das Correções Extraordinárias nos Registros de Terras Rurais no Estado do Amazonas* realizado pela corregedora do TJ-AM Marinildes Costeira de Mendonça Lima em 2002, o qual enfatiza a origem pública da terra no Brasil:

O Provimento 13/2006 resgatou com muita propriedade um dos postulados clássicos do Direito Agrário: a origem pública do patrimônio fundiário: **“Considerando que no Brasil todas as terras são originalmente públicas**, já que havidas por direito de conquista à Coroa Portuguesa e com a independência passaram a pertencer à nação brasileira, assim, **qualquer pessoa que se intitule proprietário de terras no país, tem que provar que seu imóvel foi desmembrado validamente do patrimônio público, sendo os bens públicos imprescritíveis e insusceptíveis de usucapião”**. Esta decisão da Excelentíssima Desembargadora Corregedora do Interior do estado do Pará, se associa a uma posição doutrinária consolidada pela jurisprudência pátria que assim foi resumida pela Desembargadora MARINILDES COSTEIRA DE MENDONÇA LIMA, Corregedora do Tribunal de Justiça do Amazonas, que destaca que nosso ordenamento jurídico: “admite duas formas de aquisição: uma originária, decorrente de um título de propriedade outorgado ao particular pela entidade estatal (União Federal, Estados Membros ou Municípios), detentora do domínio pleno das terras devolutas onde se situa a gleba ou a

⁴⁶⁵ Segundo a argumentação de Treccani (2014): “Nos últimos anos, o Poder Judiciário dos estados da Amazônia adotou medidas de combate à grilagem. No Amazonas, foram cancelados registros de 48.478.357,558 ha;7 no Pará, o Provimento n. 13/2006 determinou o bloqueio das matrículas que desobedeceram aos limites constitucionais de concessão de terras públicas. Para auxiliar nas investigações, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA) criou a Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem,8 a qual comprovou a existência de cerca de 6 mil registros imobiliários com áreas superiores aos limites constitucionais, cuja soma chega a ser 474.681.399,01 ha, quase quatro vezes a superfície do Pará” (380,45%).

porção de terra requerida: outra, derivada, decorrente da transmissão da propriedade originariamente adquirida, por parcelamento ou divisão, ou ainda, por compra e venda, doação em pagamento, doação, permuta, arrematação ou adjudicação judicial, herança, etc. etc.”. Aceitar que um simples registro imobiliário irregular possa gerar uma presunção de direito de propriedade seria violar os princípios básicos da legislação brasileira (INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ, 2009, p. 5-6) .

Em suma, é a tríade da formação territorial brasileira - grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada capitalista – que se realiza concretamente nos processos de desapropriação supracitados para a extração maximizada da renda da terra. A síntese contraditória é a violência no campo, em que camponeses e indígenas são reiteradamente os alvos prioritários, e a permanência da barbárie de acumulação originária.

5.4. DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS ALVOS DE ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA E A SUPERPRECIFICAÇÃO DE IMÓVEIS RURAIS TOMADOS COMO URBANOS

Novamente nos casos que destacamos nesse item sobre as relações entre especulação imobiliária e superprecificação de terras rurais consideradas como urbanas em processos de desapropriações há denúncias consistentes sobre a apropriação prévia da terra por meio de grilagem.

Verificamos, por exemplo, que em fevereiro de 2002, o Tribunal de Contas da União (TCU) acolheu o pedido da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle do Congresso Nacional de investigação e ampla auditoria sobre a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), a fim de verificar um vasto conjunto de irregularidades e ilegalidades em processos de desapropriações, doações em pagamento e grilagem de terras envolvendo a companhia (BRASIL.TCU, 2002).

Ressalta-se, conforme argumenta Bertolini (2015), que a área em que se situa o Distrito Federal era constituída, antes da construção da capital federal, por 108 propriedades privadas pertencentes a 154 latifundiários. De acordo com Bertolini (2015), a situação fundiária teve como importante marco a Lei n. 2.874 de 19 de setembro de 1956 que dispôs sobre a transferência da capital brasileira e que referendou o decreto n. 480 de 30 de abril de 1955, expedido pelo Governador do estado de Goiás que declarou de utilidade e necessidade pública e de conveniência de interesse social a desapropriação de terras dos grandes proprietários que detinham frações do território. Entretanto, com a celeridade do processo de

mudança da capital para o Planalto Central, 51% das terras foi desapropriado por meio de ações conjuntas do Governo do estado de Goiás com a União. Em outras palavras,

*(...) devido à precariedade dos títulos dominiais de diversas propriedades, a desapropriação total do território do Distrito Federal não pôde ser concluída, restando áreas particulares imiscuídas às públicas, inclusive áreas de propriedade comum particular/pública, situação que deu origem à sérias dificuldades para verificação e localização das propriedades públicas, na maioria das áreas do DF. Essas dificuldades, aliadas às restrições de utilização de áreas do Plano Piloto, estimularam a proliferação de grande especulação imobiliária, lastreada, principalmente, na necessidade de moradia e no elevado poder aquisitivo da população local, e propiciaram o surgimento da figura do loteador clandestino, o **grileiro**, que constitui ilegalmente loteamentos (irregulares), tanto em áreas particulares quanto em áreas públicas, disponibilizando lotes por valores muito inferiores aos praticados pelo mercado em áreas legalizadas. (BRASIL.TCU, 2002, p. 75, sem negrito e itálico no original)*

As modalidades de grilagem de terras no Distrito Federal foram estabelecidas por um enorme conjunto de irregularidades. Segundo o TCU (2002, p. 75) caracterizaram-se em

deslocamento de títulos; forja de sucessores; apresentação de diversas petições de inventário para o mesmo de cujus; utilização de documentos vencidos de cadeias dominiais; cessão de direitos hereditários já inexistentes; aposição de escritos nas folhas em branco dos livros cartorários; aquisição de direitos hereditários inexistentes; e utilização do instituto do interdito possessório sobre terras públicas.

No Relatório do TCU foram constatadas diversos frações do território do Distrito Federal alvos de grilagem. Quanto à área urbana, o Relatório do TCU constatou

Próximo a Sobradinho foram instalados em terras da Terracap parte do Condomínio Império dos Nobres e o Condomínio RK (...). Na região do Lago Sul, encontram-se os condomínios próximos à ESAF, que se situam em áreas da Fazenda PAPUDA, desapropriada e de propriedade da Terracap, apesar de muitos acreditarem que se trata da Fazenda TABOQUINHA, vizinha à área. Há ainda o CONDOMÍNIO SOLAR DE BRASÍLIA, também localizado em área da Terracap e intensamente comercializado nos classificados de imóveis, grande parte envolvendo o método de grilagem com deslocamento de títulos particulares, mas também com parte envolvendo invasão clandestina de área pública decorrente da expansão dos condomínios instalados. Ainda no Lago Sul, próximo à Ermida Dom Bosco, o CONDOMÍNIO VILLAGES ALVORADA, que ocupa área pública da Fazenda PARANOÁ, de propriedade da Terracap, grilado por meio de direitos hereditários falsos combinado com deslocamento de títulos. Partindo-se em direção noroeste,

próximo à Floresta de Brasília, instalou-se o loteamento LAGO OESTE, em terras da UNIÃO na antiga Fazenda CONTAGEM SÃO JOÃO, área de proteção de mananciais de incogitável ocupação. Compartilhando a área também está parte do Condomínio Mansões Colorado, encravado na área de captação de águas da CAESB. Também área da UNIÃO, a Fazenda Sálvia apresenta ocupação urbana irregular pouco após a segunda entrada de Sobradinho. As ocupações em áreas da UNIÃO já foram, inclusive, levantadas pela SPU, conforme se observa nos croquis presentes no vol. 63, fls. 109/112. **Estas grilagens representam apenas uma ínfima amostra do que ocorre no Distrito Federal.** (BRASIL. TCU, 2002, p. 75-76, sem negrito no original)

O TCU verificou também um conjunto de solicitações de grileiros-proprietários de terra que pleitearam processos de desapropriação ou permuta de seus imóveis no Distrito Federal. Assim, o Relatório registrou que a Terracap procedia avaliações baseadas em critérios incompatíveis com as características concretas dos imóveis, tais como “baixa liquidez, ausência de benfeitorias adicionais e obrigações tributárias em atraso, produzindo expressivas indenizações aos proprietários de terra” (TCU, 2002). Além disso, se objetivava no processo de desapropriação uma aparência de legalidade às ações dos grileiros: a Terracap iniciava a desapropriação pela via judicial, concretizando-a, posteriormente, mediante o assim chamado acordo amigável.

De acordo com o TCU (2002, p. 73)

(...) para cumprir os compromissos financeiros decorrentes das desapropriações, a Terracap dava em pagamento imóveis de sua propriedade, os quais, além de serem sub-avaliados, eram ainda submetidos a um “desconto-padrão” de 8%, fato esse que, aliado à supervalorização do objeto da desapropriação, importava em ganhos expressivos para os particulares.

Entre as diversas irregularidades em processos de desapropriação no Distrito Federal confirmadas pelo TCU (2002) podemos citar a desapropriação de gleba de 338,98 hectares de propriedade da Vale do Simental Agropecuária Ltda., desmembrada da fazenda Santa Prisca em 08 de janeiro de 1991 por Cr\$ 11.566.000,00. Em 08 de agosto de 1994, a propriedade obteve a ação desapropriatória realizada a pedido do próprio proprietário, sendo desapropriado (com imóvel avaliado em R\$ 6.556.470,60) e obtendo segundo os cálculos do sistema de débitos do TCU no processo de avaliação pela Terracap uma valorização real do imóvel de 10.218,04%, “no Distrito Federal, em período de crise econômica, no intervalo de apenas 03 anos e 07 meses” (TCU, 2002, p. 73). Portanto, o imóvel foi desapropriado por cerca de 103 vezes o valor pelo qual tinha sido adquirido, sem

ter, segundo o TCU (2002, p.73), “sofrido qualquer alteração, sem que nele tivesse sido construída ou instalada qualquer benfeitoria ou descoberta qualquer mina ou utilização extraordinária”.

Como uma das formas de pagamento por parte da Terracap para a Empresa Vale do Simental Agropecuária Ltda. foi dado o lote n.05 do Setor de Postos e Motéis Norte. O preço do imóvel em 01 de dezembro de 1994 era de R\$ 409.998,00. A empresa foi novamente desapropriada em 1999 “sem que nada houvesse sido incorporado ao imóvel” por R\$ 3.600.000,00. Pelos cálculos do Sistema Débito do TCU, verifica-se que o valor da dação em pagamento correspondia, corrigidos os valores em termos reais da época em 25 de outubro de 1999, a R\$ 605.270,54. Ou seja, a área foi desapropriada por um valor quase seis vezes maior do que aquele dado em pagamento, “em período de estabilização econômica, no intervalo de apenas 04 anos e 08 meses” (TCU, 2002, p. 73).

Em suma, o que ocorreu de fato foi o pagamento de renda fundiária a partir de especulação imobiliária com ampla drenagem de fundos públicos a partir da reprodução do poder de classe de proprietários de terra com explícita anuência do Poder público distrital, funcionários da Terracap e com indícios de participação ativa do governador distrital Joaquim Roriz.

Verifica-se também que ocorreram processos de desapropriação de área do Projeto Integrado de Colonização (PIC) associado a processos de superindenização a partir de especulação imobiliária e em terras supostamente urbanas. O INCRA criou o PIC Alexandre Gusmão visando a implementação de exploração agrícola (TCU, 2002). Nesse processo, alienou as terras aos agricultores interessados, transferindo-lhes “todo o domínio, direito, ação e posse que tem sobre o imóvel, com as ressalvas constantes deste instrumento” (TCU, 2002, p. 74).

As ressalvas se constituíam na **obrigação de pagar as parcelas anuais advindas da alienação, com condição resolutiva, e à exploração exclusivamente agropecuária** o processo de desapropriação das parcelas 479/484, 495, 495-A, 495-B e 496 da gleba 4 do Projeto Integrado de Colonização Alexandre de Gusmão – PIC Alexandre Gusmão, do INCRA, que haviam sido alienadas aos senhores Tomaz Ikeda, Takeo Ikeda e outros. As desapropriações foram efetivadas pelo Decreto/DF nº 13.089, de 19/03/91, expedido pelo Governador do Distrito Federal, Sr. Joaquim Domingos Roriz, que declarou toda a área como de utilidade pública e declarou a urgência da desapropriação, ao fundamento da necessidade de instalar o Distrito Industrial de Taguatinga/Ceilândia e expandir o Setor de Materiais de Construção de Ceilândia, já planejados e

registrados anos antes. Segundo o Relatório de Auditoria, esses fundamentos se revelaram improcedentes. **O pagamento da desapropriação, feito pela Terracap, no caso da parcela 4-495B, ocorrido em 10/03/92, se deu com base em valor correspondente a, no mínimo, 44,60 vezes o valor de sua avaliação, e no caso das parcelas 4-495 e 4-495A, ocorrido em 18/03/94, com base em valor correspondente a, no mínimo, 23,21 vezes o valor total de suas avaliações.** (BRASIL. TCU, 2002, p. 74, sem negrito no original)

As inúmeras irregularidades detectadas no processo de desapropriação daqueles que alienavam terras foram as seguintes, segundo o TCU:

a) a desapropriação promovida pelo Governador do Distrito Federal, Sr. Joaquim Domingos Roriz, por meio do Decreto/DF no 13.089/91, que declarou toda a área como de utilidade pública para desapropriação e declarou a urgência da desapropriação, implicando no pagamento de indenizações pela Terracap, abrangia área muito maior do que a necessária para implantar o Setor Industrial de Taguatinga/Ceilândia, que incidia apenas sobre as parcelas 4-495A e 4-495B, além de não ser afetada pelo Setor de Materiais de Construção de Ceilândia.

b) O Eng. Dalmo Alexandre Costa, Gerente de Avaliação da Terracap, elaborou, em 14/06/91, Laudo de Avaliação atribuindo o valor total das propriedades, incluídas as benfeitorias, de Cr\$ 215.597.141,00 (vol. 28, fls. 16/27).

c) No decorrer do processo de desapropriação, o Sr. Assis Ikeda vendeu, em 07/08/91, por meio de uma operação triangular, a parcela 4-495-B ao Sr. Antônio César Rebelo de Aguiar, por Cr\$ 2.000.000,00. Este, em 01/10/91, pleiteou junto à Terracap uma indenização desapropriatória no valor de Cr\$ 2.328.658.600,00, correspondente a 1.164 vezes o valor supostamente pago a Assis Ikeda, havia menos de 2 meses, com a justificativa de que a área fora transformada em um loteamento urbano.

d) Em 13/02/92, o Conselho de Administração da Terracap aprovou o relatório apresentado pelo Sr. Humberto Ludovico de Almeida Filho, Presidente da Terracap, e autorizou a “indenização de acordo com o uso indicado pelo EIA/RIMA para cada uma das glebas”, fixando “para as glebas 495-A e 495-B abrangidas pela expansão do Setor Industrial o valor apurado na avaliação judicial e para as demais sobre as quais pesam restrições ambientais, 60% (sessenta por cento) do valor apurado na mesma avaliação.” (vol. 28, fl. 88), **o que propiciou o pagamento de indenização em valor muito superior ao anteriormente avaliado, uma vez que as terras foram avaliadas como urbanas, o que não era verdade, visto tratar-se de gleba rural comercializada pelo INCRA.**

e) A parcela 4-495-B, cujo valor de avaliação era de Cr\$ 18.318.770,00, em 14/06/91, correspondentes a Cr\$ 93.914.081,24, segundo os cálculos do Sistema Débito do TCU (vol. 29, fl. 190), em 10/03/92, foi indenizada, nesta última data, pelo valor de Cr\$ 4.188.370.544,00, por meio de imóveis dados em pagamento e dinheiro, valor 44,60 vezes superior ao avaliado inicialmente. Os

imóveis dados em pagamento receberam desconto de 8% em sua avaliação, sem respaldo legal.

f) Em 10/03/92, foram lavradas as Escrituras de Desapropriação e de Dação em Pagamento, assinadas pelos diretores Presidente e Comercial da Terracap, mas não foi encontrada, nos processos analisados, a homologação judicial do acordo ou qualquer decisão judicial.

g) De forma semelhante, em 28/09/93, o Sr. Wagner Sarkis, Diretor Comercial da Empresa Wagner Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., informou à Terracap que havia adquirido, em 25/05/93, 100% da parcela 4-495 e 63,1860% da parcela 4-495-A, de Takeo Ikeda e outros, pelo valor total de Cr\$ 55.000.000.000,00, dando em pagamento diversos imóveis que compõem o Garvey Apart Hotel. Informou ainda Sr. Wagner Sarkis que aceitaria o acordo amigável para venda à Terracap dessas parcelas, com base na avaliação feita em 01/08/92, constante de um laudo pericial de 02/10/92, limitados os valores das terras, proporcionalmente às suas áreas, a 60% e 100%, respectivamente, do valor pago pela parcela 4-495-B.

h) Em 18/03/94, foi assinado o Termo de Transação entre os diretores Presidente e Comercial da Terracap e os senhores Wagner Sarkis, pela Wagner Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., Tomaz Ikeda e esposa.

i) A parcela 4-495 valia, no máximo, Cr\$ 45.557.470,92 (= terra nua: Cr\$ 16.019.839,00 + benfeitorias: Cr\$ 29.537.631,92) e a parcela 4-495-A, no máximo, Cr\$ 18.449.340,00, totalizando Cr\$ 64.006.810,92, em 14/06/91, valor correspondente, segundo os cálculos do Sistema Débito do TCU, a CR\$ 148.606.347,86, em 18/03/94 (vol. 29, fl. 191). Porém, foram pagos, nesta última data, CR\$ 3.448.403.861,60, por meio de quitação de dívidas e imóveis dados em pagamento, valor 23,21 vezes superior ao avaliado inicialmente. Os imóveis dados em pagamento receberam desconto de 8% em sua avaliação, sem respaldo legal.

j) Em 25/03/94, o Juiz Ariel Rey Ortiz Oltan homologou, por sentença, a transação efetuada entre Terracap, Wagner Empreendimentos Imobiliários, Tomaz Ikeda e mulher, extinguindo a relação processual, com julgamento de mérito, porém sem expedir qualquer obrigação aos contratantes.

k) Perícia efetuada pela Terracap, em 26/07/02, a pedido da equipe de auditoria, constatou que as áreas estão sem a utilização planejada, existindo, tão-somente, rede de esgoto, sendo que suas ruas não passam de desmatamentos de capim, sem captação de água pluvial, meio fio ou sinalização, servindo de pastagem para os animais dos carroceiros que catam papelão, e existindo apenas três empresas efetivamente ocupando uma das quadras do Setor Industrial, o que demonstra a falta de interesse público e de urgência na desapropriação da área. Em conclusão, no tocante a esse ponto, a proposta da equipe de auditoria é no sentido de que o Tribunal, tendo em conta que se configurou a ocorrência de irregularidades de que resultaram prejuízos à Terracap e, via de consequência, à União, componha processos em apartado de tomadas de contas especiais, com vistas à citação dos responsáveis, para que,

solidariamente, apresentem alegações de defesa e/ou recolham aos cofres da Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, os valores decorrentes dos danos relacionados às desapropriações das parcelas da Gleba 4 do Núcleo Rural Alexandre Gusmão. (TCU, 2002, p. 74-75)

De acordo com Ramirez (2006) relatando o momento em que foi diretor da Divisão de Desapropriação do INCRA, suas proposições políticas envolviam o estímulo ao assentamento de camponeses e trabalhadores rurais na área do PIC Alexandre Gusmão no Distrito Federal. Todavia, “essa autorização contrariou os interesses de um ex-colega do Incra que intermediava a venda ilegal de lotes no Projeto Alexandre Gusmão” (RAMIREZ, 2006, p. 77). Constatase, assim, que uma parte dos próprios funcionários do INCRA incentivam as estratégias de apropriação ilegal de terras para fins de reforma agrária. E mais, as terras que deveriam ser destinadas aos camponeses são utilizadas para a realização de especulação e enriquecimento privado.

Um outro caso de superindenização e especulação imobiliária em imóvel rural avaliado como urbano ocorreu no município de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro. Nesse caso de fato com desapropriação para fins de reforma agrária. Segundo o Livro Branco das Superindenizações:

Situada no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, a Fazenda São Bernardino, parte do espólio de Giácomo Gavazzi, foi desapropriada. Por entender que o imóvel não era rural, mas urbano, o que implicaria na ausência do pressuposto constitucional necessário para a desapropriação para fins de reforma agrária, o juiz julgou improcedente o decreto desapropriatório. As duas partes interpuseram apelação contra a sentença, que foi julgada procedente pela unanimidade da 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Para efeito de indenização, foi adotado o valor proposto pelo laudo do perito judicial, incidindo sobre ele 10%, a título de honorários advocatícios. O Incra tentou embargar a execução, no que foi acolhido em parte, para deduzir do montante da indenização o depósito inicial, fixando-se o valor da execução em R\$ 14.986.546,68. (BRASIL, 2001, p. 20)

Assim, em 2011 a Procuradoria Federal Especializada do INCRA obteve liminar de suspensão de pagamento de (super)indenização de mais R\$ 260 milhões de reais pela ação movida pelos proprietários de terra que almejavam o pagamento pela área desapropriada em dinheiro, mediante precatórios, e não em TDA. Essa postulação se referia à decisão do perito em primeiro grau que avaliou a propriedade no ano de 1989, quando a área foi decretada como de interesse social para fins de reforma agrária. Todavia, a terra foi tomada como urbana e foi mensurado o

pagamento feito em metros quadrados, não em hectares. Somados os juros compensatórios, remuneratórios e correção monetária essa foi a maior indenização por desapropriação tramitada no estado do Rio de Janeiro pelos 161 hectares da Fazenda São Bernardino. Assim, constata-se que os Ministros do STJ afirmaram que o imóvel em questão era rural considerando sua destinação e não sua localização. Destaca-se, segundo a afirmação do Procurador Federal, que enfatizou a

desproporção dos fatos em que "apenas o pagamento de parte da indenização de uma pequena fazenda seria capaz de sugar praticamente metade dos recursos federais reservados para emissão de títulos da dívida agrária como o art. 10 da Lei no 12.381/2011, que destinou R\$ 27,6 milhões (vinte e sete milhões e seiscentos mil reais) para obtenção de terras em ações de desapropriação por interesse social." O valor da fazenda, cuja reavaliação foi pedida no recurso, não passaria de 1,3 milhão de reais, de acordo com a última planilha de preços referenciais da autarquia para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, se fossem levados em conta valores atuais e a melhor nota agrônômica. Porém, o montante poderá ser inferior porque o valor do imóvel remonta à 1986 e deve levar em conta a real qualidade das terras. (DUARTE, 2011, s/p)

Em 2008, no estado de Goiás, a Procuradoria Federal Especializada do INCRA conseguiu também suspender o pagamento de indenização no processo de desapropriação da Fazenda Nova Piratininga no município de Formosa, visto que o preço fixado em R\$ 37.052.000,00 para uma área de 1,6 mil hectares ao proprietário Maurício Brasilino Leite foi definido em decisão judicial a partir da consideração de que se tratava de terra urbana, o que superprecificou o processo desapropriatório. De acordo com o INCRA:

O Supremo Tribunal de Justiça acatou os argumentos dos procuradores federais Alisson Simeão e Josely Massuqueto da Coordenação Geral do INCRA, na ação rescisória (AR 3.971/GO), de que a propriedade para fins de reforma agrária tem por objeto apenas áreas rurais, e que a natureza do imóvel, se urbano ou rural, é definida pela sua destinação, e não pela localização geográfica. Os argumentos tem respaldo em interpretação anterior do próprio STJ, de que a definição de imóvel rural, em sede de desapropriação para fins de reforma agrária, é aferida pela sua destinação, não interessando que esteja localizada em área urbana. (INCRA, 2008, p. 1)

Em suma, consideramos importante ressaltar que o processo de desapropriação de interesse social para fins de reforma agrária mobiliza os proprietários de terra a buscar formas de especulação imobiliária para inflacionar a renda recebida, sendo a tentativa de afirmação de que a terra é urbana uma

estratégia para a superindenização.

5.5. DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS ADQUIRIDAS A PREÇO SIMBÓLICO E A PRODUÇÃO DE PERÍCIAS FORJADAS

No estado do Maranhão, Andrade (1998), Gaspar, Rego e Andrade (2008) e Asselin (2009) observaram que ocorreu um processo intenso de transferência de terras públicas para o patrimônio privado de grandes grupos econômicos, possibilitado, principalmente, pela Lei de Terras n. 2.979 de 17 de julho de 1969 (e regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de novembro de 1969), criada pelo então governador maranhense José Sarney (também conhecida como Lei de Terras Sarney). De acordo com Gaspar, Rego e Andrade (2008, p. 1):

Esta Lei determinava que as terras devolutas, existentes em grande porção do território estadual e ocupadas, na maioria, por camponeses e pequenos produtores rurais e extrativistas, passariam a ser vendidas, constituindo-se um mercado formal de terras, favorecendo a grandes e médios empreendimentos agropecuários.

Na interpretação de Asselin (2009, p. 152) sobre os inúmeros casos de violência e grilagem no estado do Maranhão, ele ressalta que a Lei de Terras Sarney de 1969 “facultava a venda de terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer cada um até três mil hectares”.

Andrade (1998) constatou que fazendas como Tucumã, Cacique, Flomasa, Varig e Faísa, dentre outras, foram praticamente doadas a conglomerados econômicos, tais como Büng-Born, Cacique, Pão-de-Açúcar, Varig, Bamerindus, Mesbla, Meira Lins, Bom Pastor, EIT e Santa Fé. Assim, após receberem terras públicas, essas empresas realizaram amplo desmatamento, inclusive com vultosos incentivos públicos, caso constatado por Andrade, Carneiro e Mesquita (1998) das Fazendas Promasa, Cacique/Tucumã, Ceres, Varig e Cikel.

As mobilizações dos camponeses maranhenses pela reforma agrária, a partir de ocupações de terra, organização política e diversas práticas territoriais empreendidas no entorno da Comissão Pastoral da Terra e outros movimentos sócioterritoriais foram instrumentalizadas por grandes proprietários de terra em ações de superindenizações (ANDRADE; CARNEIRO; MESQUITA, 1998). Assim, cerca de vinte anos depois das propriedades concedidas ou adquiridas por preço meramente simbólico, estas foram negociadas com o estado a partir de vultosas

indenizações.

Observemos esse negócio na Tabela 9 a seguir:

TABELA 9: Terras públicas alienadas a preços simbólicos a particulares e, posteriormente, desapropriadas pelo INCRA (valores atualizados)

Fazenda	Área (ha)	Proprietário	Preço de compra (R\$)	Data	Vendedor	Preço de venda (R\$)*	Data	Valorização (em %)
Tucumã	20.481,34	Grupo Cacique	67.532,00	17/08/78	COMARCO	4.744.265,00	04/10/95	6.925
Cacique	21.822,18	Grupo Cacique	52.501,00	10/10/79	COMTERMA	6.743.172,00	04/10/95	12.742
Flomasa	46.753,95	Grupo Edson Queiroz	537.020,00	19/08/74	COMARCO	4.943.911,00	24/04/95	820,61
Varig	18.799,20	Fundação Rubem Berta	1.111.761,00	31/01/90	ITERMA	4.061.621,00	15/04/96	265,33
Promasa	4.498,20	Grupo Meira Lins	7.428,00	14/09/79	COMARCO	1.849.649,00	28/08/95	24.801,03
Faísa	18.430,59	Grupo Wam**	108.812,00	16/11/77	COMARCO	1.483.772,00	23/10/96	1.317,97

Obs.: A avaliação do perito judicial para a Tucumã correspondeu à cifra de R\$ 26.667.265,00; para a Cacique R\$ 29.535.318,00 e para a Flomasa R\$ 34.874.767,00

* Indenização proposta pelo INCRA

** Transferida pela empresa farmacêutica MERCK (que explora recursos vegetais estratégicos no MA e no PA, como o jaborandi e a fava d'anta) ao Grupo Wam Assessoria e Consultoria Tributária em 30/11/1994

Nesse sentido, o Estado assentou camponeses e propôs, como constatou Andrade (1998), baixíssimos investimentos públicos e incentivos estatais (o oposto do que fez e faz com o agronegócio e com os conglomerados econômicos que adquiriram terras e crédito, sobretudo públicos) para que eles tornassem a terra produtiva. Retoma-se que a expectativa de rápida “produtividade” dos camponeses fundamenta-se em um critério substancialmente economicista.

No Maranhão também se apuraram, em 1997, mais dois esquemas de corrupção em processos de desapropriação, articulados com funcionários do INCRA e fraudulentas perícias em processos de superfaturamento no preço da terra adquirida. Os laudos da investigação demonstraram a compra de terras inapropriáveis para a produção e de difícil cultivo (fazenda Lagoa das Onças, no município de Morros) e o aumento do preço das terras realizado por um perito, de nome Graccho Bolívar, acusado de hiperflacionamento de terras. Nota-se que a fazenda Cacique, citada na reportagem a seguir, foi a mesma que constou na Tabela 9. A reportagem de Walter Rodrigues de 19 de outubro de 1997, denominada “Crise na Justiça do Maranhão”, demonstrou esse processo:

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, sediado em Brasília, encerrou na última sexta-feira (17/10), em São Luís,

correição extraordinária oficialmente instaurada no último dia 10, para apurar denúncias de escuta telefônica ilegal e de irregularidades em processos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. Segundo os promotores federais, há dois “esquemas de corrupção” nos processos de desapropriação de terras no Estado, um liderado pelo escritório de “assessoramento agrário” de Francisco (Chico) Dantas e o outro por Raimundo Alberto da Costa, mais conhecido como Betinho, ex-procurador regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ambos contariam com a colaboração de funcionários do Incra e de peritos designados pela Justiça para emissão de laudos de avaliação de terras. **Em cerca de 70% dos processos, funciona um mesmo perito judicial, Graccho Bolívar, embora seus laudos tenham sido recusados por um juiz e apontados como suspeitos em pelo menos dois processos.** Informações obtidas no Incra pelo Ministério Público Federal (MPF) atestam uma **extraordinária variação nos preços pagos pelo instituto por um hectare de terras, numa mesma região do Estado.** No Vale do Mearim, por exemplo, a fazenda Arizona foi avaliada em R\$ 38,52 o hectare, ao passo que a Fazenda Gameleira valeria R\$ 302 o hectare. “Caso típico” apontado pelos procuradores ocorreu no *município de Morros, com a fazenda Lagoa das Onças, do empresário Lázaro Ducanges*, que tomou a iniciativa de oferecê-la à desapropriação, em outubro de 1989. **Na época, laudos de peritos do Incra atestaram que a gleba de 26 mil hectares teria 11 mil inteiramente inaproveitáveis e o restante constituído de terras de cultivo difícil, porque sujeitas a inundações. O processo esteve parado durante seis anos, até que um novo laudo diminuiu a parte inaproveitável para apenas 50 hectares, avaliando a gleba em R\$ 1,2 milhão.** Outro caso investigado é o da *fazenda Cacique, de Santa Luzia*. Em dezembro de 1993, com sua área invadida pelos sem-terra, a Cacique concordou administrativamente com **a avaliação do Incra, em R\$ 3,4 milhões (valor corrigido)** — já aí um excelente negócio, porque as terras haviam sido adquiridas do Estado a preço simbólico, na década dos 70. **Quando a autarquia formalizou a ação de desapropriação, entretanto, o perito Graccho Bolívar avaliou os 42 mil hectares da fazenda em 13 vezes mais — R\$ 48 milhões.** “Não me interessa se a empresa aceitou ou não outro valor no âmbito administrativo, fiz o meu trabalho técnico e cabe ao juiz aceitar ou recusar o laudo”, defende-se Bolívar. O negócio não se concretizou porque o procurador Sérgio Araújo deu parecer contrário e o juiz Ney Bello destituiu o perito. **Segundo o MPF, outro indício de fraude é que os escritórios de Dantas e Betinho celebram com seus clientes contratos em que os honorários são fixados em 50% do valor das terras, “caso elas venham a ser desapropriadas pela União”.** Caracterizando, segundo os promotores, uma sociedade, baseada na expectativa de superfaturamento. (RODRIGUES, 1997, s/p, sem itálico e negrito no original)

Constata-se que os latifundiários, no processo de especulação com a terra, utilizavam escritórios de “assessoramento agrário” para a drenagem de recursos públicos, onde firmavam contrato para o recebimento de até 50% do valor pago pela

União como honorário pelo serviço de supervalorização prestado. A reforma agrária foi transformada pelos proprietários de terra em um balcão de negócios, assessorados por advogados e peritos judiciais. A lei, novamente, servindo à produção de ilegalidades na consolidação da formação territorial capitalista brasileira.

Na CPI da Grilagem também ocorreram denúncias de processos de desapropriação de terras no estado do Amazonas que remetem à doações de latifúndios. O município de Presidente Figueiredo teve 34% de sua área doada pelo governador Danilo Matos Areosa no início da década de 1970 a um grupo de 155 empresários paulistas que receberam títulos definitivos cujo o pretexto era a suposta atração de investimentos industriais e agrícolas para a região amazônica (BRASIL, 2002). Os lotes recebidos mediam cerca de 3 mil hectares e se localizavam às margens da BR-174 (Manaus - Boa Vista). Dentre as inúmeras ilegalidades no processo de doação de terra apontadas pelo Relatório da CPI da Grilagem, a principal delas se refere à inconstitucionalidade do processo, visto que o preceito da Constituição de 1969 dispunha que terras públicas doadas ou alienadas, de mais de 2.500 hectares, deveriam ser concedidas apenas com a anuência do Congresso Nacional, o que de fato não o foi, prefigurando-se em expressa ilegalidade.

Entre os que receberam terras em Presidente Figueiredo, em sua expressa maioria, não realizaram nenhuma benfeitoria ou posse efetiva da terra. Dentre essas pessoas, encontravam-se iminentes empresários e famílias paulistas, tais como Antônio Fleury de Carvalho, Monteiro de Carvalho, Toledo P. Ferraz, Paes de Almeida, Piva, Vergueiros e Costa Lima, José Kalil Filho, Celina Aparecida Casa Grande Telles, Walter e Irene Lot Papa. O fato que nos interessa é que o INCRA, em 27 de fevereiro de 1987, propôs uma ação de desapropriação por interesse social de 8 (oito) lotes, pertencentes aos seguintes proprietários:

PROPRIETÁRIOS	LOTES
1. José Roberto Israel	167
2. Rubens Paes de Barros	168
3. Joaquim Celidônio Gomes dos Reis Neto	169
4. Afonso Álvares Rubião	170
5. D. Ana Cecília da Cunha Celidônio	172
6. João Martins Felipe Castro de Oliveira	173
7. Nelson Adalberto Canepa	175
8. Gabriel de Castro Oliveira	176

Entretanto, uma parte dos lotes já havia sido revendida a terceiros e outorgada em títulos definitivos a outros proprietários em 1971, quais sejam:

PROPRIETÁRIOS	LOTES
José Martiniano Rodrigues Alves Filho	167
Rubens Paes de Barros	168
Caio Sérgio Paes de Barros	169
Afonso Álvares Rubião	170
José Roberto Castro de Oliveira	172
João Martins Felipe Castro Oliveira	173
Antônio Custódio de Oliveira Neto	175
Gabriel de Castro Oliveira	176

Constata-se que a realização de desapropriação de terras ocorreu em terras públicas irregularmente concedidas, ou seja, de fato griladas, para proprietários que não se apossaram das terras doadas e que inclusive já haviam vendido alguns dos lotes. Nos termos da CPI da Grilagem o processo decorreu da seguinte maneira:

Constituído de 8 lotes de 3.000 hectares perfazendo uma área total de 24.000 hectares, situados no município de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, esses títulos foram registrados no 2º Ofício da Comarca de Itacoatiara sob os nºs 4.426, 4.429, 4.185, 4.189, 4.180, 4.202, 4.434 do livro 3-E e M577 do livro 2-B do Cartório Único de Silves. Para fins de indenização, o INCRA ofereceu CZ\$ 354.844,00 (Trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e quarenta e quatro cruzados) representativo de 667 (Seiscentos e sessenta e sete) Títulos da Dívida Agrária (TDA's) e CZ\$ 365,00 em espécie, correspondentes a sobra de emissão dos TDA's em favor dos expropriados. *Valor esse estipulado em face da constatação, por meio de laudos de vistorias circunstanciados, efetuados por técnicos do MIRAD, da inexistência de qualquer implementação de benfeitorias nos imóveis por parte dos proprietários, sendo que os mesmos não o exploraram.* Em 05 de junho de 1987, o INCRA realizou o depósito junto à Caixa Econômica Federal. A partir de 1992, assume como advogado dos expropriados o sr. Silvio Romero de Miranda Leão. É feita a perícia para avaliação do valor da indenização, e o valor final, segundo o perito, era de Cr\$ 86.628.807.600,00, contra os Cz\$ 354.844,00 oferecidos inicialmente pelo INCRA. O depósito referente a indenizações foi feito em favor do Dr. Sílvio de Miranda Leão, todavia, foi verificado que “nos instrumentos de mandado de fls. 194 a 199 e 273 não contém autorização para que o depósito ou lançamento dos TDA's fique depositado em nome do outorgado”. Consta sim o nome do causídico DR. SÍLVIO ROMERO DE MIRANDA LEÃO e não Sílvio de Miranda Leão. Ou seja, o depósito foi efetivado, mas não foi retirado devido o impasse em relação ao nome do Procurador. **O Ministério Público Federal e o INCRA pronunciam-se contra o valor superfaturado das terras.** A Justiça Federal acatou “em parte”

os pedidos do Ministério Público e INCRA, e fixou a indenização em Cr\$ 74.525.435.520,00. Assim, foi expedido mandado obrigando o INCRA a fazer o depósito dos TDAs correspondentes à indenização já com a correção no prazo de dez dias, o que não é feito. **Com isso, o INCRA apelou e solicitou nova vistoria na área a ser desapropriada, tendo em vista o valor superfaturado e os erros no processo, o que não foi aceito pela Justiça Federal.** (BRASIL, 2002, p. 61-62)

Assim, percebe-se o quanto o Poder Judiciário expressa profundo apreço ideológico pela proteção *absolutizada* da propriedade privada capitalista da terra, mesmo realizada por meio de infração constitucional, garantindo a aliança entre terra e capital e a reprodução dos proprietários de terra que habitam a milhares de quilômetros de terra jamais posta à produção.

Em diálogo com o tema do item, verificamos também que as perícias forjadas se concretizam a partir de diversas estratégias a depender da forma mais eficaz de aumento da extração da renda fundiária, como ocorrido no processo de desapropriação da Fazenda Araguaia, de propriedade da Araguaia Companhia Industrial de Produtos Alimentícios S.A., no município de Formoso do Araguaia no estado de Tocantins. Essa ação desapropriatória evidenciou um vasto conjunto de irregularidades no laudo pericial realizado por técnico determinado pelo Poder Judiciário que receberia, como pagamento pela perícia realizada, 1% do valor da indenização fixada. Assim, verifica-se que o perito responsável quintuplicou o preço da área e listou amplo estoque de madeiras, inclusive espécies inexistentes na região (RECONDO, 2012). O caso foi citado no Livro Branco das Superindenizações:

A avaliação do imóvel, que pertencia à Araguaia Companhia Industrial de Produtos Alimentícios S.A., foi realizada por técnicos do Incra, que **apuraram o valor de R\$ 40 milhões. A condenação judicial de outubro de 1995 estipulou a indenização em R\$ 197,450 milhões, quintuplicando o valor considerado justo.** O processo judicial expropriatório, sob o no. 92.000391-5, tramita na 1ª Vara de Justiça Federal da Seção Judiciária de Palmas (TO), em fase de execução, tendo sido depositados, na Caixa Econômica Federal, R\$ 197.457.415,00 relativos à sentença judicial. Concomitantemente, o Incra, o Ministério Público Federal e a Advocacia Geral da União ingressaram com ação rescisória suspendendo o pagamento. A ação rescisória, sob os números 1997.01.00.015887-3 e 1997.01.00.007852-5, tramita no Tribunal Regional Federal da 1ª Região do Distrito Federal, aguardando manifestação das partes sobre o laudo pericial. **Por decisão do juiz, tramita uma ação penal por falsa perícia e estelionato contra os peritos que avaliaram o imóvel em 1989. Laudo elaborado pelo**

Ministério do Exército, que integra o processo, atesta que houve falsificação na perícia. (BRASIL, 2001, p. 7, sem negrito no original)

O Ministério Público Federal/TO e o INCRA entraram com processo no STJ para reduzir a superindenização. De acordo com a Medida Cautelar n. 20.585 - DF relatada pela Ministra Marga Tessler, juíza federal da TRF-4ª Região, ocorreu vistoria forjada que inflacionou o montante de indenização a ser paga à empresa proprietária de terras. No informativo do MPF (2015), consta que

A pedido do Ministério Público Federal (MPF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu suspender o pagamento, pela União, **de R\$ 266 milhões, correspondentes a parte de indenização pela desapropriação da Fazenda Araguaia**, no Tocantins. **Segundo o MPF, o pagamento é indevido porque foi calculado com base em perícia falsa, que afirmou existir na área cobertura vegetal de grande valor de mercado. Perícia solicitada pelo MPF comprovou que a cobertura vegetal não tem valor econômico e, por isso, não há obrigação, por parte da União, de recompor a perda.** A decisão é da ministra Marga Tessler, em medida cautelar proposta pela subprocuradora-geral da República Denise Vinci Tulio (MC 20.585/DF). O caso da desapropriação da Fazenda Araguaia começou em 1991 e está na Justiça desde 1997. A fazenda, com cerca de 24 mil hectares, seria destinada originalmente à reforma agrária. **O maior problema apontado pelo Ministério Público Federal é a fraude na perícia realizada em 1988 por perito oficial, que supervalorizou o valor da cobertura vegetal ao concluir que havia muitas espécies de madeira de lei na fazenda.** Segundo a ministra Marga Tessler, fica evidente a alegação do periculum in mora, sustentada pelo Ministério Público, pois o desembargador que analisou o caso no TRF da 1ª Região deferiu a liberação de todo o montante da indenização. **De acordo com Tessler, foram levantados os Títulos da Dívida Agrária (TDA's) referentes à terra nua, que somam R\$ 20 milhões a preço de 1995. Já houve levantamento de R\$ 1.647.219,66, restando o precatório de R\$ 197.457.415,99 de junho de 1995, que atualizado alcançaria aproximadamente R\$ 266 milhões.** “Está prestes a ser liberado esse astronômico valor, lastreado em perícia falsa, a título de indenização por cobertura vegetal”, finalizou a ministra ao deferir o efeito suspensivo ao pagamento. (PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA, 2015, sem negrito e itálico no original).

Ressalta-se que em 2005, atendendo à requisição do MPF, foi realizada uma nova perícia que constatou não haver diversas das espécies de madeira de lei listadas na primeira perícia. Além disso, de acordo com o novo laudo pericial realizado a pedido do MPF, as madeiras que de fato existiam não possuíam valor de mercado (MPF-TO, 2015). A simples atualização monetária da indenização realizada por perícia falsa (o perito foi acusado judicialmente, no entanto o crime prescreveu) segundo cálculos do MPF, equivaleria a R\$ 800.108.288,58. Desse total, R\$ 72 milhões seriam pela atualização monetária da terra nua, R\$ 529 milhões pela

cobertura vegetal, das benfeitorias, das instalações e das obras de tratamento de solo e R\$ 198 milhões seriam relativos aos juros de mora sobre o saldo remanescente a depositar. Além disso, a área da Fazenda Araguaia apresenta 80% dos seus 24.545 hectares em áreas inundáveis. A desapropriação de terras sem a viabilidade necessária para a produção dos assentados da reforma agrária é outra questão fundamental, que abordaremos a seguir.

5.6. DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS INVIÁVEIS PARA A REFORMA AGRÁRIA

Em 1999, em reportagem de Paulo Mota para o Jornal Folha de S. Paulo, a partir de levantamentos na Procuradoria da República no Ceará constatou-se que o INCRA adquiriu terras desapropriadas para fins de reforma agrária no estado, entre 1996 e 1999, em regiões de avançado processo de arenização. Essas terras foram superindenizadas em favor de proprietários de terra e políticos cearenses. Veja-se a reportagem "INCRA desapropria 'desertos' no Ceará", de Josias de Souza para a Folha de S. Paulo em 21 de novembro de 1999:

*O Incra desapropriou fazendas para reforma agrária em áreas em desertificação no Ceará, de 1996 a 1999, pagando valores muito acima dos de mercado. Parte das terras são inviáveis para assentar lavradores. Várias desapropriações beneficiaram políticos e fazendeiros, segundo a Procuradoria da República no Ceará. Levantamento feito pela Agência Folha revela que **24% das terras desapropriadas na atual gestão do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Ceará estão situadas em regiões em processo avançado de desertificação. Nas desapropriações, o valor pago pelo Incra foi até 62% maior do que o praticado no mercado. Mesmo assim, em alguns casos, os proprietários recorreram à Justiça para ampliar a indenização e conseguiram aumentar o valor em até 402%.** As irregularidades estão sendo apuradas em inquérito da procuradoria, que já promoveu três ações civis e três ações de improbidade contra o superintendente do Incra no Ceará, Luiz Vidal Filho, e outros dez funcionários da instituição. Vidal está no cargo desde março de 1996. De lá pra cá, o Incra já fez 166 desapropriações no Ceará, que consumiram R\$ 53,7 milhões. Auditorias do TCU (Tribunal de Contas da União) e do próprio Incra comprovaram parte das acusações que estão sendo apuradas no inquérito aberto pela procuradora da República, Nilce Rodrigues. Segundo a procuradora, o Incra, na gestão de Vidal, transformou-se em uma espécie de "corretora de imóveis", na qual o interesse dos proprietários de venderem suas fazendas prevaleceu sobre a utilidade dessas áreas para fins de reforma agrária. Isso caracterizaria uma infração de "desvio de finalidade". **"As terras no Ceará estão desvalorizadas devido à pobreza de seus solos, à falta de crédito nos bancos e à cobrança de ITR (Imposto Territorial Rural). O Incra virou o melhor comprador dessas terras", disse Nilce Rodrigues.** "São*

áreas que dificilmente alguém compraria." (SOUZA, 1999, sem itálico e negrito no original)

Além disso, constatam-se as articulações entre as elites políticas do Ceará e funcionários corruptos do INCRA (que foram investigados pelo Tribunal de Contas da União) para a realização de desapropriações e instalação de assentamentos de reforma agrária em áreas arenizadas. Além disso, observa-se o abocanhamento de vultosas indenizações.

A fazenda Nazário, em Crateús, por exemplo, foi desapropriada em 1996 por R\$ 204.860,52, com a meta de assentar 70 famílias. Em outubro passado, havia apenas nove famílias assentadas na área. Outras 95 famílias passaram pela fazenda, mas não resistiram. Antes da desapropriação, técnicos do Incra alertaram que a fazenda era imprestável para reforma agrária. A Agência Folha teve acesso ao balanço de 93 assentamentos em áreas desapropriadas na gestão Vidal. **As áreas têm capacidade para assentar 5.439 famílias, mas sobram 1.202 vagas, porque não há famílias interessadas. Outras 1.872 famílias se cadastraram para essas áreas, mas desistiram frente às dificuldades.** Luiz Vidal Filho foi indicado para a Superintendência do Incra no Ceará pelo deputado Pinheiro Landim (PMDB). **Das áreas desapropriadas em sua gestão, 32 pertenciam a deputados, prefeitos e ex-deputados de partidos da base aliada do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB, PFL, PMDB e PPB) e até do PPS.** Duas das dez fazendas mais caras desapropriadas pertencem ao grupo Edson Queiroz, presidido por Yolanda Queiroz, sogra do governador Tasso Jereissati (PSDB) e tia do senador Luiz Pontes (PSDB-CE). Yolanda e Jereissati são rompidos politicamente. A desapropriação da fazenda Atrás dos Morros, em Granja, sintetiza, segundo a procuradoria, o esquema de irregularidades praticado na gestão Vidal. Pertencente ao ex-governador e atual deputado estadual Francisco Aguiar (PPS), a fazenda, de 711 hectares, foi vistoriada por três equipes do Incra antes de ser desapropriada. A primeira afirmou em laudo que a desapropriação era inviável, porque a fazenda era "composta de terras extremamente pobres, não detentora de recursos hídricos, e, ademais, inexistente tensão social e interesse por parte dos rurícolas em ocupar a área". A segunda equipe reafirmou o diagnóstico e pediu o arquivamento do processo de desapropriação. Vidal insistiu na desapropriação e mandou para a área uma terceira equipe, que, mesmo sem ter atribuições técnicas para fazer vistoria, recomendou a desapropriação da fazenda. Outra evidência de que a fazenda era inviável para reforma agrária é o fato de que a Justiça avaliou que seria necessário um investimento de R\$ 210 mil para tornar produtiva a fazenda -cujo valor para desapropriação foi de R\$ 91.472,80. **Apesar de ter sido o próprio Aguiar que procurou o Incra para oferecer a fazenda, ele recorreu à Justiça depois da desapropriação para elevar o valor da indenização. O perito da Justiça Federal avaliou o imóvel em R\$ 107.149,17. A procuradoria afirma que o preço de mercado é de R\$ 70 mil. O caso da fazenda Atrás dos Morros não é exceção.** A procuradoria apurou que a maioria das áreas desapropriadas foram ofertadas pelos proprietários, sem que houvesse necessidade social

de terras para assentamento nas localidades. **A fazenda Damião, de 13.942 hectares, em Santa Quitéria, foi desapropriada por R\$ 2 milhões. O valor pago por cada hectare de terra nua foi de R\$ 73. A Empresa de Assistência Técnica e Rural do Ceará diz que o valor de mercado do hectare nas vizinhanças da fazenda Damião fica em torno de R\$ 45. O Incra ainda pagou R\$ 1.003.375,80 por benfeitorias na propriedade, algumas inúteis para reforma agrária, como uma pista de pouso. Parte dessas benfeitorias foi construída com verbas subsidiadas pela Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). A fazenda Saco Verde, em Irauçuba, foi desapropriada por R\$ 1 milhão. O detalhe é que Santa Quitéria e Irauçuba sofrem um processo de desertificação que já atinge mais de 50% de seus territórios. O Ministério do Meio Ambiente considera a região como um dos epicentros da desertificação no país. (SOUZA, 1999, sem negrito no original)**

Analisando os dados citados, observa-se que o órgão que deveria garantir a norma constitucional de realização da reforma agrária beneficiou expressamente os latifundiários que não obteriam no mercado de terras preços tão elevados pelas suas propriedades. Além disso, em um dos casos foram hiperflacionadas as benfeitorias construídas com recurso público. A drenagem, portanto, foi dupla, pois se adquiriu verba pública para a construção de uma pista de pouso em território privado e posteriormente se pagou com recurso público a obra privada em terra pública.

5.7. SUPERINDENIZAÇÃO DE BENFEITORIAS, INDENIZAÇÃO DE “COBERTURA FLORÍSTICA” E ARTICULAÇÕES DO PÚBLICO E PRIVADO PARA GARANTIA DE VULTOSAS INDENIZAÇÕES

É importante observar que uma parte dos proprietários de terras improdutivas no Rio Grande do Norte escrevia para o INCRA na década de 1990 pedindo a desapropriação de suas terras. Após a perícia realizada pelos servidores do INCRA, a comprovação de descumprimento da função social da terra e o decreto presidencial estabelecendo a área de interesse social para fins de reforma agrária, os latifundiários recorriam aos Tribunais para o aumento do valor pago pelas indenizações.

A Folha obteve evidências documentais do interesse de grandes fazendeiros improdutivos pelo Programa Nacional de Reforma Agrária. Em cartas ao Incra, oferecem as próprias terras para desapropriação. São atendidos. Numa das cartas, o fazendeiro Anderson Abreu Júnior ofertou à superintendência do Incra em Natal (RN), em 8 de abril de 1996, três fazendas. Diz o texto: "Dirijo-me a V. Sa. para comunicar-lhe a minha disposição em aceitar a desapropriação dos imóveis Brinco de Ouro, Serra Verde e Boa

Vista, medindo 3.838 hectares, localizados no município de João Câmara [RN]". Em despacho do mesmo dia, o Incra determinou a constituição do processo de desapropriação. Num expediente do dia seguinte, a autarquia disse ao fazendeiro que suas terras seriam vistoriadas. Todos os documentos têm tipo idêntico de letra. Foram redigidos na mesma máquina, no Incra potiguar. Dali a seis meses, a iniciativa do fazendeiro começaria a converter-se em cifrões. **O Incra ofereceu-lhe R\$ 1,43 milhão - R\$ 988 mil em dinheiro (benfeitorias) e R\$ 442 mil em títulos da dívida agrária (terra nua). Na Justiça, foi elevado a R\$ 2,5 milhões. Ao vistoriar a fazenda, peritos do Incra classificaram parte das terras como "ótimas ou boas".** (...) A temperatura média anual na região de João Câmara, onde estão localizadas as fazendas, é de 26°C. O município tem de 150 a 200 dias por ano de seca. (...) **Numa das fazendas oferecidas ao Incra por Abreu Júnior, a Brinco de Ouro, pagaram-se R\$ 491 mil por suposta plantação de 800 hectares de caju. Assentaram-se na propriedade 82 famílias. A cada uma coube sete hectares de caju, o que perfaz uma área cultivada inferior àquela atestada pelo Incra: 574 hectares.** Levando em conta as condições da plantação, avaliou-se que a indenização não deveria ter excedido a R\$ 77,8 mil. **Relatório do TCU contabiliza prejuízo ao erário de R\$ 414 mil.** A generosidade dos avaliadores do Incra faz com que as desapropriações sejam "recebidas com festa", segundo sentença do juiz Magnus Augusto Costa Delgado, da 2ª Vara Federal de Natal. Ouvido na última quarta, disse: **"O governo hoje é um pai para os proprietários desapropriados.** Aqui no Rio Grande do Norte não tem mais o que desapropriar. Se o governo usasse o dinheiro em outras formas de ajuda aos sem-terra, talvez fosse melhor". O diagnóstico é corroborado pelo juiz federal Walter Nunes da Silva, que, em sentença de maio de 2000, disse: **"Sabe-se que o valor de um imóvel rural é inferior em 10% a 20% ao da avaliação". O TCU revisitou dez processos de desapropriação efetivados no Rio Grande do Norte entre 1996 e 2001. Identificou em todos erros "acintosos". Nada menos que 96% dos dados das perícias têm "baixo grau de confiabilidade".** (FOLHA DE S. PAULO, 2004, sem itálico e negrito no original)

As estratégias de inflacionamento se realizaram tanto no aumento do pagamento em TDAs quanto no pagamento de benfeitorias. A participação de alguns funcionários do INCRA, de peritos que forjavam laudos e também de juízes foram efetivadas segundo confirmado pela Auditoria do TCU. Ainda na mesma reportagem sobre as superindenizações no Rio Grande do Norte, se observa que

Só nas benfeitorias indenizadas pelo Incra houve sobrepreço de R\$ 942 mil. "Nos dez processos analisados, os peritos da autarquia não erraram para menos nos cálculos". O que afasta a hipótese de mera "incompetência" e açula suspeitas de "má-fé". Concluiu-se que "há um total descaso com o dinheiro público". **Para um total de R\$ 3,8 milhões pagos em indenizações, o prejuízo do Tesouro foi estimado em "mais de R\$ 1 milhão".** Sugeriram-se a intervenção do Ministério Público e a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos envolvidos. O interesse dos fazendeiros pela desapropriação das

terras restou "fartamente comprovado". **Identificou-se a interferência direta dos proprietários em sete dos dez processos pesquisados. A despeito da concordância, o Incra ajuizou ações judiciais em 100% dos casos. Na Justiça, todas as avaliações, já superfaturadas, tiveram acréscimos médios de 67,29%. Relatório oficial do Ministério do Desenvolvimento Agrário informa que os fazendeiros foram defendidos por procuradores aposentados do Incra em 49 de 140 processos de desapropriação analisados no Rio Grande do Norte. Só em honorários, o governo despendeu R\$ 1,3 milhão. Perícias judiciais, desfavoráveis ao Tesouro, custaram R\$ 151 mil.** A despeito das evidências de superfaturamento, são nulas as chances de o governo reaver o dinheiro malversado. A maioria dos casos não está sujeita a revisões. Os processos transitaram em julgado, como se diz em linguagem jurídica. (FOLHA DE S. PAULO, 2004 - sem negrito no original)

Ressalta-se que a questão não é somente descaso com o dinheiro público, mas a forma especulativa de realização da drenagem de recursos. Trata-se não do famigerado "custo da reforma agrária", mas sim de como essas terras são adquiridas e como, porque e quais são os principais beneficiários da drenagem de recursos públicos. Objetiva-se, com o discurso dos altos custos da reforma agrária, a criminalização das lutas no campo e o argumento conservador de crítica à reforma agrária. O caminho de interpretação aqui intencionado é oposto desse. Deve-se questionar como os proprietários adquiriram essas terras e criminalizar as práticas dos latifundiários improdutivos na forma corrupta com que desapropriam as terras monopolizadas.

Ainda no Rio Grande do Norte o TCU constatou que as perícias forjaram os laudos atestando a presença de "cobertura florística" que em diversos casos inexistia nas áreas desapropriadas:

No Rio Grande do Norte, em 41 desapropriações a partir de [19]97, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) comprou 45,3 milhões de hectares de matas. Custaram ao erário R\$ 13,7 milhões. A cifra foi somada aos valores atribuídos à terra nua e às benfeitorias. **Corresponde a 23,8% dos R\$ 57,7 milhões gastos na indenização total das áreas em que as matas estariam assentadas. Laudos periciais anexados aos 41 processos de expropriação atestam a presença das supostas matas. São chamadas de "cobertura florística". Não há nas perícias fotos ou imagens de satélite capazes de comprovar a existência real das árvores.** (...) Numa *única fazenda, chamada Iguatu*, identificaram-se 4.300 hectares de mata. Renderia ao proprietário, segundo a previsão hipotética dos peritos, R\$ 4,386 milhões em dez anos. Significa dizer que o fazendeiro obteria, em uma década, R\$ 438,6 mil anuais com a venda de madeira. Para que esse valor se consumasse, 36 hectares de mata teriam de ser devastados mensalmente na fazenda Iguatu. Utilizando caminhões com

capacidade para transportar 25,8 m³ de madeira, cem carretas saíam da propriedade, durante 522 semanas, abarrotadas de mourões, lenha para carvão e madeira para serraria. Ao final do processo de desapropriação da Iguatu, o Incra terminou desembolsando R\$ 2,4 milhões pela mata. **O que conferiu à transação a aparência de um negócio fantástico. Visitando-se o processo, não se encontra nenhuma prova efetiva da existência da cobertura florestal.** (...) A indenização por matas não é fenômeno restrito ao Rio Grande do Norte. Ocorre em todo o país. Sob FHC, editou-se medida provisória proibindo que fossem avaliadas separadamente. Passaram a compor a avaliação geral das propriedades. **Porém, em recursos à Justiça, vários expropriados vêm conseguindo ressuscitar a avaliação em separado das matas.** (FOLHA DE S. PAULO, 2004 - sem itálico e negrito no original)

Observa-se que o INCRA pagou gigantesca quantia em dinheiro, visto que a cobertura florística apareceu nos autos dos processos como “benfeitoria” e no pagamento da terra nua em TDAs por madeiras inexistentes ou que não seriam exploradas pelos camponeses assentados. No caso da desapropriação de terras da fazenda Xoá, em João Câmara (RN), de acordo com a Auditoria-Piloto realizada no INCRA/RN pelo TCU (2003)

No caso da floresta de eucalipto da fazenda Xoá, foram encontrados nos autos dois valores para essa benfeitoria. Os dados disponíveis no processo mostram, com segurança, que o menor deles se aproximava do valor de mercado. Mas, o outro valor, que era quase três vezes maior, foi utilizado pelos peritos na elaboração do laudo final, gerando uma perda de R\$ 200 mil. Cinco outras coberturas vegetais (dois cajueiros e três plantações de sisal) foram superavaliadas, gerando um débito estimado de R\$ 201 mil; os pagamentos indevidos a título de 'áreas desmatadas' somaram R\$ 78 mil; e os pagamentos indevidos por cercas externas geraram um prejuízo de R\$ 49 mil. (BRASIL, TCU, 2003).

De acordo com o TCU, entre 1996 e 2001 todas as classificações agrônômicas realizadas pelo INCRA no município de João Câmara (RN) foram inadequadas e empreendidas a partir de expedientes irregulares.

O Livro Branco das Superindenizações demonstrou que o pagamento da cobertura vegetal nativa, ou cobertura florística, constitui-se como um dos principais artifícios usados para elevar o valor das indenizações.

Para tanto, os peritos calculavam o preço da terra nua (chegando ao “preço justo da indenização”) e a ele acrescentavam o suposto preço da vegetação. Diversos são os casos citados, como a superindenização da Fazenda Sítio Novo/Roncador, com 24.750 hectares, de propriedade de Waldir Cavalcante Medrado e situada no município de Iguatu, no estado da Bahia, com superprecificação

devido à suposta cobertura florística. No estado de Minas Gerais, o Livro Branco das Superindenizações constatou:

A Fazenda Morrinhos/Mucambo Firme, de Waldemar Lafetá Rabelo, situada no município de Montes Claros (MG), com 561,4400 hectares, foi avaliada em R\$ 219.787,21 e as suas benfeitorias em R\$ 53.328,34, totalizando R\$ 273.115,55. A sentença proferida acolheu, em parte, o laudo do perito oficial, ao fixar a indenização em R\$ 1.116.360,12, sendo R\$ 312.290,48 pela terra nua; R\$ 76.951,95 pelas benfeitorias; e R\$ 727.117,69 pela cobertura florística. Esta decisão excluiu da desapropriação uma área de jazida mineral, com 6 hectares, no valor R\$ 2.240.000,00. O prazo para apelação está em curso. Os valores contidos na sentença importam em uma majoração de aproximadamente 420%, num aumento total de R\$ 843.244,55, sendo que com os juros compensatórios e moratórios e honorários advocatícios (fixados em 20% sobre a diferença) este valor eleva-se para R\$ 1.460.643,00. (BRASIL, 2001, p. 15)

Ou seja, a cobertura florística é utilizada como estratégia para o aumento exponencial das indenizações.

Esse processo também se realiza na desapropriação de área ambiental para criação de Unidades de Conservação Ambiental. A CPI das Indenizações Ambientais instituída pela Assembleia Legislativa do estado de São Paulo apurou a drenagem de recursos públicos em processos de desapropriação de terras de um conjunto de proprietários:

A CPI apurou ainda que, no período de 1992 até 2001, o Estado de São Paulo expediu precatórios no montante total de R\$ 5.587.514.003,97 (cinco bilhões, quinhentos e oitenta e sete milhões, quinhentos e quatorze mil, três reais e noventa e sete centavos). Deste montante, apenas 1,8% do total corresponde a condenações em processos de indenização por desapropriação indireta ambiental. Porém, apesar do pequeno universo de processos, o valor das condenações correspondeu a exatamente 59,94%, ou seja, quase 60% (sessenta por cento) do valor total de precatórios que o Estado de São Paulo foi obrigado a pagar neste período. Em outras palavras, as ações imobiliárias ambientais, que numericamente foram praticamente desprezíveis se comparadas ao total de processos em que o Estado de São Paulo foi réu nesse período, consumiram mais da metade de todo o dinheiro que foi pago pelo Estado em virtude de condenações judiciais. Nesta CPI, o Ministério Público Estadual apresentou dados demonstrando que essa indústria da indenização gerou um prejuízo de aproximadamente cinquenta bilhões de reais aos cofres públicos estaduais. (VICENTIN, 2012, p. 12).

Para citar apenas um caso, o governo do estado de São Paulo chegou a ser condenado a pagar R\$ 1,5 bilhão para a empresa Agropastoril e Mineração Pirambeiras⁴⁶⁶.

A inércia jurídica provocou uma dor de cabeça para o governo paulista que terá de desembolsar R\$ 1,5 bilhão para quitar de uma só vez uma dívida judicial. Na semana passada, o Estado foi condenado pelo Tribunal de Justiça a pagar a indenização bilionária à empresa Agropastoril e Mineração Pirambeiras Ltda. O caso que tramita a mais de 30 anos envolve o precatório nº 468/92, da chamada indústria das indenizações ambientais. Na década de 90, esse fato provocou a criação de uma CPI na Assembleia Legislativa. A partir de julho de 1962, o governo paulista editou uma série de decretos e leis para a criação de novos parques estaduais, estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, visando a preservação da fauna e flora, bem como a proteção de encostas e mananciais, em diversas regiões. O meio para colocar as iniciativas em prática foi desapropriar de vários imóveis. No caso julgado pelo Tribunal de Justiça, a empresa Agropastoril e Mineração Pirambeiras Ltda. era dona de um imóvel de mais de 6 mil hectares, que vai de Mogi das Cruzes até o pé da Serra do Mar, em Bertioga. O mega terreno foi desapropriado nos anos 70 para a criação de um parque estadual. Desde lá se discute o valor a ser pago aos proprietários. A execução da dívida já tem quase 20 anos. No recurso apresentado à corte paulista, o Estado queria rediscutir a forma de avaliação do imóvel expropriado. Ao ser lido no processo de desapropriação, o Estado paulista deu margem para que os proprietários dessas áreas, sentindo-se prejudicados diante do interesse público, transformaram-se em autores de ações judiciais contra a Fazenda Pública Estadual, com o objetivo de se ressarcirem dos prejuízos causados. A inércia levou o Estado a somar uma dívida astronômica que agora está sendo executada. A decisão que condenou o Erário paulista, por maioria de votos, é da 6ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça. A corte paulista foi chamada a dizer qual o preço justo a ser pago depois de tantos anos, num período que o país conviveu com várias moedas e expurgos inflacionários. Para o tribunal paulista, os juros moratórios e compensatórios devem incidir sobre o valor do principal da dívida, o que levou do precatórios a quase quadruplicar. No entendimento da turma julgadora, no caso de ação de desapropriação, os juros não podem ser excluídos do cálculo, sob pena de afronta à coisa julgada. A Agropastoril e Mineração Pirambeiras Ltda. entrou com ação de desapropriação indireta contra o Estado de São Paulo em virtude da área de sua propriedade ter sido atingida pelo Parque Estadual da Serra do Mar. Na Justiça, a empresa conseguiu demonstrar que a origem de seu título é legítima, possibilitando a ela ser proprietária do imóvel e condenado a

⁴⁶⁶ O Estado conseguiu reduzir o montante de renda fundiária a ser paga, entretanto o processo ainda se encontra em tramitação. “A ação ajuizada pela empresa Agro Pastoril e Mineração Pirambeiras Ltda. (Proc. nº 0003857-29.2009.8.26.0361), onde foi proferida sentença que fixou como devida pelo Estado a diferença de R\$ 1.071.207.592,80, em outubro de 2008. Em Apelação, o Estado conseguiu reduzir o valor da indenização para R\$ 506.591.278,04, válido para dezembro de 2013. Ainda há Recursos Especial e Extraordinário interpostos pelo Estado e pendentes de envio aos Tribunais Superiores”. (DOU, 2016, p. 24)

Fazenda do Estado a pagar o valor da indenização. A ação entrou na fase de execução do título da dívida. O governo paulista já depositou mais de R\$ 383,3 milhões até fevereiro de 2009, que foram quitados em 37 prestações. O pagamento foi fruto de um acordo entre as partes, pelo qual a empresa credora não renunciou o direito de pleitear outros direitos. Na fase de execução, a empresa contestou o valor depositado, alegando que sobre o montante original deveriam incidir correção monetária e juros moratórios e compensatórios. Em outubro de 2008, sustentou que o valor da indenização era de R\$ 1,071 bilhão. A corte paulista deu razão a reclamação da empresa e condenou erário paulista a pagar a dívida. (PORFÍRIO, 2012, sem negrito e itálico no original)

Em suma, as estratégias para as superavaliações e manutenção das condições de reprodução de classe são diversas e presentes em múltiplas escalas.

5.8. A MAIOR INDENIZAÇÃO POR DESAPROPRIAÇÃO DA HISTÓRIA BRASILEIRA, RELAÇÕES ENTRE GRILAGEM DE TERRA E O CAPITAL BANCÁRIO

A reportagem de Eduardo Scorsese para a Folha de S. Paulo de 22 de abril de 2008 é reveladora do quanto a especulação em desapropriação de terras pode drenar de recursos públicos. No ano de 2008 começou a ser pago o valor superior à R\$ 371 milhões por 17,2 mil hectares de terra, alvo de especulação no município de Cujubim (RO). Os mecanismos de drenagem de recursos públicos são intrincados e revelam os diversos sujeitos sociais, empresas e bancos interessados no processo.

A cinco horas de Porto Velho (RO), escondido num ponto da floresta amazônica acessível por meio de trilhas, está um pedaço de terra que nunca produziu nada legalmente e **cujá indenização pela desapropriação custará R\$ 371,5 milhões aos cofres públicos. Trata-se do mais alto valor a ser desembolsado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) por um único pedaço de terra. Ele equivale a um terço da quantia reservada pelo governo no ano passado para a aquisição de terras visando a reforma agrária.** A indenização resulta de uma disputa judicial de duas décadas entre a União e um casal de pecuaristas, *num processo marcado por suspeitas de especulação e falsificação de documentos, além de trapalhadas topográficas oficiais.* **Na área, de 17,2 mil hectares, chamada de Seringais Serra e Repartimento e encravada no município de Cujubim,** o cenário de mata nativa dos anos 80 dá lugar hoje a uma pastagem a se perder de vista. Lá, invasores se dizem criadores de gado. O pagamento da primeira das dez parcelas da indenização foi agendado pela Justiça Federal de Rondônia para as próximas semanas. **Antes disso, porém, o casal de pecuaristas vendeu parte de seus direitos no processo, o que lhe proporcionou milhões de reais antecipados e criou um grupo paralelo de interessados na ação. Entre eles estão dois bancos, o suíço**

UBS Pactual e o alemão Deutsche Bank, o ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira, uma universidade de Cuiabá e duas lojas de tintas, uma em Rondonópolis (MT) e outra em Presidente Prudente (SP). Os principais beneficiados com a conclusão do processo foram Wilson e Carmela Telles, casal de 76 anos e que, em meio ao processo, trocou Presidente Prudente por Londrina (PR). Em troca dos R\$ 246,2 milhões a que tem direito no processo, o casal já recebeu dos bancos o montante de R\$ 142,6 milhões. "O dinheiro vai ficar para os meus seis filhos", disse Wilson à Folha, por telefone. Em setembro de 1988, o casal entrou na Justiça Federal de Rondônia com uma "ação ordinária de indenização" contra o então Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. **Eles alegaram ser os legítimos proprietários da Seringais Serra e Repartimento, usada seis anos antes pelo presidente João Baptista Figueiredo como parte de um projeto de assentamento para antigos seringueiros,** conhecidos como os "soldados da borracha". O acesso complicado, apenas por barco nos anos 80, inviabilizou o projeto. Os poucos seringueiros que se instalaram lá logo abandonaram a área, comprada pelos Telles em 1986, quatro anos após a criação do projeto de assentamento. **"Esse caso é emblemático para o Incra, não apenas pelo valor mas também por saber que é uma área que foi comprada exclusivamente para fins de especulação. Porque o proprietário que agora está sendo indenizado jamais produziu qualquer coisa nessa área"**, disse *Gilda Diniz dos Santos, procuradora-geral do Incra*. Nesses 20 anos, o Incra acumulou derrotas no TRF (Tribunal Regional Federal), no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no STF (Supremo Tribunal Federal) e, devido à morosidade judicial, viu a criação de dois fatores extras no processo, ambos desfavoráveis à União. O primeiro deles foi o **acúmulo dos juros compensatórios. Hoje, os juros (R\$ 279,1 milhões) representam 75% da indenização. O segundo foi o fato de o casal, em troca de dinheiro adiantado, ter cedido a terceiros parte de seus direitos.** "[A decisão da Justiça] foi a coisa mais lícita que poderia ter acontecido. Foi mais do que isso [justiça]. Uma questão de Deus lá em cima. Houve realmente o esbulho, fiquei sem nada, tomaram tudo o que eu tinha", declarou Wilson Telles. Os recursos do Incra e do casal Telles se sucederam até o início deste ano, quando, vencidas todas as etapas do processo, a União depositou em juízo o valor referente à primeira das dez parcelas da indenização. A Justiça tem até dezembro para autorizar o pagamento. (SCORCESE, 2008 - sem itálico e negrito no original)

Esse caso revela emblematicamente um conjunto de processos que envolvem especulação e aumento dos preços de indenizações. O caso dos Seringais Serra e Repartimento auxilia as reflexões sobre os juros compensatórios e sobre o mercado de dinheiro adiantado por títulos que ainda não foram concedidos. Além disso, Scorcece (2008) apontou irregularidades na forma de aquisição da propriedade e a questão relaciona-se diretamente com os juros compensatórios.

5.9. O PAGAMENTO DE JUROS COMPENSATÓRIOS E A PRODUÇÃO DE UM MERCADO SECUNDÁRIO DE TDAS

Segundo a análise de Fonseca (2006), um dos fatores para a compreensão do caráter altamente especulativo do mercado de terras deve-se ao seu atrelamento a um mercado secundário de títulos utilizados no pagamento da indenização de terras para reforma agrária.

Um julgamento do Superior Tribunal de Justiça de 2004, relatado por Fonseca (2005), possibilitou aos latifundiários uma compensação suplementar mediante juros compensatórios na desapropriação para reforma agrária que foi assim justificada: *“a indenização é feita em títulos públicos resgatáveis em até 20 anos, afastando-se, portanto, da regra geral que estabelece indenização em dinheiro, o que representa nítida feição sancionatória do expropriado”* (FONSECA, 2005, p. 66, sem grifo no original).

Dessa forma, através da Súmula 69, que afirma que “na desapropriação direta, os juros compensatórios são devidos desde a antecipada imissão na posse e, na desapropriação indireta, a partir da efetiva ocupação do imóvel”, o STJ mandou pagar os juros compensatórios a partir da imissão na posse sem pormenorizar o caráter improdutivo do imóvel e sua infração constitucional, nem a quem tivesse dado motivo ao retardamento. Na dúvida, conforme estabelecido por essa jurisprudência, a data do decreto de desapropriação é a que vale. Conforme observou Fonseca (2005), as súmulas do Supremo Tribunal Federal estabeleceram que em casos de indenização de terras produtivas atribui-se ao Estado a penalização da demora de execução do processo.

Segundo a jurisprudência do STJ, não importa que o desapropriador tenha depositado oferta justa ao inaugurar o processo, confirmada em decisão de primeiro grau e mantido o seu valor pelas instâncias superiores, depois de sucessivos recursos do desapropriado, dando este, com sua atitude, causa à demora no pagamento (FONSECA, 2005). Mesmo assim, o STJ mandou pagar os assim chamados juros compensatórios. Essa irracionalidade representa uma dupla premiação ao desapropriado: além do recebimento da indenização, ele utiliza a máquina judiciária para aumentar o montante que será recebido e também a fim de obter mais ganhos na forma de juros compensatórios e correção monetária com a demora de realização do processo no âmbito do Poder Judiciário. A face perversa desse processo foi que o latifundiário improdutivo se valeu dos meandros e

mecanismos da Justiça para obter recursos e simultaneamente bloquear com a morosidade do judiciário o acesso dos camponeses à terra.

A regra geral de indenização em dinheiro não se aplica às desapropriações por interesse social desde a Emenda Constitucional de 1964, confirmada no Estatuto da Terra. O pagamento em títulos públicos foi a forma adotada pela Constituição Federal de 1988 para viabilizar a reforma agrária. A desapropriação pela ausência de exploração da terra é assim também opção vantajosa ao latifundiário. Compensar essa desapropriação com juros compensatórios é premiar com ainda mais recurso o latifúndio improdutivo.

O pagamento da indenização em Títulos da Dívida Agrária transformou o mercado de terras rurais improdutivas e que infringem os outros termos da função social da terra em um mercado secundário. Da terra improdutiva o proprietário lucra com a especulação. Com os TDAs o proprietário participa de um mercado legal, seguro e transparente, sem custos de manutenção. Assim, Fonseca (2005, p. 76-77) argumenta que

- Quando o proprietário recebe a indenização do INCRA, adquire um certo número de Títulos da Dívida Agrária, de acordo com o volume da indenização. Mas ele pode já ter vendido o seu direito à indenização. Recebidos os títulos da STN, logo em seguida ele os transfere. O percentual do deságio tende a ser maior, quanto mais longe do vencimento a negociação se der.
- Se a desapropriação foi um bom negócio para o expropriado, que obteve ganho pela avaliação judicial bastante superior a uma operação normal de mercado, a negociação do título já agrega esse ganho, neste incluído o montante dos juros compensatórios, reduzindo o impacto da perda – se esta efetivamente houve – decorrente do deságio.
- Em casos de indenizações superdimensionadas, a tendência é o proprietário transferir parte dos títulos, logo após a sua emissão, para quitar eventuais favores do processo de captura.
- A negociação mais cedo ou mais tarde, aumentando ou diminuindo a taxa de deságio, pode decorrer simplesmente do perfil do proprietário ou investidor - conservador, moderado ou agressivo – que pode contemplar outras opções de investimentos.
- Talvez o adquirente, envolvido em negócios escusos, deseja transformar os seus ganhos em ativo bom. Assim, ele estará disposto a pagar um preço mais próximo do de face, reduzindo a taxa de deságio.

De acordo com a análise de Fonseca (2005), a produção de grandes negócios com os TDAs é de fato constatável visto, por exemplo, a possível drenagem de R\$ 1 bilhão com valores de 2003 para os casos de desapropriação analisados pelo TCU.

Dentre 865 desapropriações realizadas pelo INCRA, entre janeiro de 2000 e junho de 2003, o TCU fez auditoria em 10 desapropriações, 1,15% do total, correspondentes a R\$ 3,8 milhões de indenização. A auditoria apurou fraudes com perda contra a Fazenda Pública estimadas em R\$ 942,5 mil. Isso sugere que as perdas, no universo das desapropriações realizadas naquele período, podem superar R\$ 1 bilhão. (FONSECA, 2005, p. 77)

Na CPI da Grilagem de 2002 verifica-se também que os TDAs são utilizados para o pagamento de dívidas com o INSS⁴⁶⁷:

O pagamento de dívidas do INSS com terras merece das autoridades previdenciárias todo cuidado, posto que se está trocando um crédito líquido por bem imóvel e a avaliação do negócio fundiário escapa às atribuições precípua do órgão previdenciário, razão por que não conta ele com corpo técnico capaz de avaliar corretamente imóveis rurais. O repasse desses imóveis para reforma agrária foi estimulado a partir de 15 de abril de 1997, quando foi assinado Protocolo de Cooperação entre o então Ministério Extraordinário de Política Fundiária e o Ministério da Previdência e Assistência Social, tendo como objetivo “estabelecer os procedimentos necessários para se destinar ao Programa de Reforma Agrária os imóveis rurais oferecidos em dação em pagamento, os arrematados ou adjudicados, bem como aqueles já incorporados ao patrimônio do INSS. Os grileiros procuram, ainda, ser desapropriados para que, com os TDAs, possam pagar dívidas com o INSS, conforme autorizou o art. 1º da Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1988. A terra grilada é usada para pagamento de dívidas fiscais, em nível federal e estadual. (BRASIL, 2002, p. 591)

Assim, constata-se a utilização dos TDAs como um ativo financeiro realizado a partir de processos de desapropriação capitalista da terra. A extração da renda fundiária é transmutada em capital financeiro, é o conjunto da sociedade pagando a produção de múltiplas formas de rentismo.

⁴⁶⁷ Além disso, compreendemos que uma análise interessante e importante de se realizar refere-se à utilização de TDAs para a compra de empresas públicas que foram privatizadas nos governos de FHC, o que poderia ampliar a noção da utilização da apropriação de terras e superindenizações como forma de mais um saque aos fundos públicos.

5.10. DESAPROPRIAÇÃO COMO REFORMA AGRÁRIA ÀS AVESSAS: A NEGAÇÃO DOS DIREITOS DOS POSSEIROS, A REAFIRMAÇÃO DO LATIFÚNDIO E A “DESAPROPRIAÇÃO FICTÍCIA”

A aliança entre terra e capital, como a realizada pela ditadura civil-militar com a entrega de terras públicas para o empresariado urbano, empresas multinacionais e capital financeiro, se reproduz com novos conteúdos no final do século XX e no século XXI. Entre as múltiplas formas de atualização para novas rodadas de acumulação de capital e sua produção verificam-se, para além de uma contrarreforma agrária, estratégias de reforma agrária às avessas, conforme explicitado pela criação do Projeto Agrícola Campos Lindos no município de mesmo nome no estado de Tocantins.

Com o Decreto 438 de 08 de maio de 1997, o governo do estado tocaninense desapropriou por utilidade pública a Fazenda Santa Catarina, uma área de 105 mil hectares, alegando improdutividade. Entretanto, cerca de 160 famílias de camponeses posseiros ocupavam produtivamente a área há mais de 40 anos (CPT, 2015). A Fazenda Santa Catarina era de propriedade da família Soares Gil e Cruz, que expulsou os indígenas Xerentes da região (ALMEIDA, 2014).

O então governador José Siqueira Campos, que foi um dos criadores do estado do Tocantins, estabeleceu o PA Campos Lindos e as atividades se iniciaram em 1999 sem licenciamento ambiental, situação que permanece até hoje. As terras foram repassadas em 48 lotes para latifundiários, políticos, empresários, militares, por um preço médio de R\$ 8,00 por hectare (CPT, 2015). Adquiriram terra no projeto agrícola a atual senadora, ex-presidente da CNA e ex-ministra da Agricultura Kátia Abreu (PMDB); o irmão da senadora Luiz Alfredo Feresin de Abreu; o ex-ministro da Agricultura do governo Itamar Franco Dejandir Dalpasquale; o ex-governador de Santa Catarina Casildo Maldaner; e o brigadeiro e ex-presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) Adyr da Silva. Para tanto, o governador teria usado o então Instituto de Terras do Tocantins (Intertins) em uma tentativa de legalizar a posse dos novos proprietários, em detrimento das famílias que ali viviam (CPT, 2015; ALMEIDA, 2014).

Já em 2000, o Naturatins, o IBAMA e o Ministério Público Federal apuraram denúncias de amplo desmatamento e queimadas, inclusive com a condenação a pagamento de multas. Desde de 2005 o município é o maior produtor de soja do Tocantins, assim como é o município tocaninense com a maior quantidade de

trabalhadores resgatados em situação análoga à escravidão, com o segundo menor IDH do estado.

Foi em uma fazenda do projeto que se deu o primeiro resgate de trabalho escravo do estado do Tocantins. Entre 2003 e 2013, foram identificados oito casos em Campos Lindos, seis deles em atividades ligadas à soja. Apenas três foram fiscalizados, com o resgate de 29 trabalhadores. O município de Campos Lindos é o maior produtor de soja do Tocantins e possui o segundo pior IDH do estado. A situação vivenciada pelas famílias impactadas pela soja torna seus filhos extremamente vulneráveis ao trabalho escravo. (CPT, 2015)

Uma outra forma de reforma agrária às avessas envolve a estratégia de desapropriação de terras que já pertenciam à União.

A quadrilha atuava no Mato Grosso havia mais de dez anos. Fazendeiros e funcionários do INCRA conseguiram desviar quase R\$ 15 milhões, fraudando processos de desapropriação de fazendas para reforma agrária. Eles escolhiam áreas de terras que já pertenciam à união, simulavam a desapropriação junto ao poder judiciário e ficavam com o dinheiro dado pelo governo federal. Muitos lotes eram de floresta amazônica. "Significa que aqueles que são responsáveis pela reforma agrária, estavam praticando na verdade um crime contra a política de reforma agrária no país, lesando os trabalhadores rurais, lesando os cofres públicos e promovendo uma devastação ambiental enorme na Floresta Amazônica", declara Mário Lúcio Avelar, procurador da República. (...) Em Cuiabá, o fazendeiro Laíde Afonso concordou em colaborar com o Ministério Público nas investigações e pediu o benefício da delação premiada. Duas pessoas ainda estão foragidas, entre elas, o prefeito eleito de Itaúba, cidade a 600 quilômetros de Cuiabá, onde foram identificadas a maioria das fraudes. Raimundo Zanon, do Partido Progressista, foi diplomado na quinta-feira e os agentes federais pensaram que ele tinha foro privilegiado, o que facilitou a fuga. (G1, 2008).

Dentre as estratégias encontravam-se a fraude de laudos e o deslocamento de títulos de terras em processos de desapropriação para fins reforma agrária, sobretudo no norte do estado do Mato Grosso. Terras devolutas, que portanto já estavam incorporadas ao patrimônio da União, eram alvo de simulações de processos de desapropriação junto ao Poder Judiciário, sendo primordialmente escolhidas áreas na floresta Amazônica para a retirada de madeira. Latifundiários e servidores do INCRA realizavam, dessa forma, "desapropriações fictícias de terra" em que, de fato, o que há de concreto é a produção do capital.

5.11. GRILAGEM DE TERRAS INDÍGENAS E TENTATIVA DE INSTITUIÇÃO DE NOVOS PROCESSOS DE DESAPROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA

Na ocupação de terras na fronteira amazônica norte mato-grossense por projetos incentivados e financiados pela SUDAM, Oliveira (1997) constatou o processo de ampla grilagem das terras indígenas. Para Oliveira (1997, p. 279) “a maioria dos povos indígenas tiveram suas terras griladas e tomadas à força pelos grupos econômicos e especuladores” com incisivos processos de genocídio e etnocídio de povos Tapayuna, Panará, Kayabi, Xavante, Tapirapé, Carajás, entre outros. A partir da utilização de documentos falsos, tais como certidões que, supostamente, confirmavam a inexistência de indígenas e/ou posseiros, ocorreu um amplo processo de apropriação de terras com explícita anuência do poder político mato-grossense. Com o auxílio da figura do “procurador”, em inúmeros casos com atestações e procurações falsas, os latifundiários-grileiros obtiveram gigantescas áreas contíguas e imensos latifúndios configurando inclusive infrações constitucionais, visto que as gigantescas terras somavam área superior àquela permitida pelas Constituições de 1946, 1967 e 1988.

Oliveira (1997) constatou, inclusive, um processo de tentativa de indenização de fazendeiros do Alto Xingu que alegavam ser de sua propriedade terras referentes ao Parque Nacional do Xingu. Dentre as irregularidades do processo, Oliveira (1997) constatou o laudo técnico forjado que objetivava provar que na área atual do Parque Nacional do Xingu não haviam indígenas, quando de sua criação. Além de parte do Poder Judiciário não impedir a apropriação privada de terras indígenas, Oliveira (1997) constatou a partir de documentação comprobatória citada abaixo que o próprio aparelho do Estado vendeu em 1964 terras dentro do Parque Nacional, depois da sua criação em 1961.

É evidente que este processo mostra o lado perverso da tomada das terras indígenas no Brasil, mas também, deixa claro que a justiça brasileira, de uma forma geral, não tem atuado no sentido impedir a apropriação privada das terras indígenas, garantindo assim as mesmas, a seus legítimos donos. Quando isso ocorre, trata-se de um golpe de sorte. Como ocorreu nesse processo envolvendo o Parque Nacional do Xingu:

“Saque contra a União

Governo e fazendeiros do Mato Grosso pedem indenização de US\$102 bilhões por desapropriação de áreas indígenas.

Podem chegar a US\$ 102 bilhões - pouco mais de um terço do PIB brasileiro - as 54 ações contra a União no Supremo Tribunal Federal,

todas elas reivindicando indenização por desapropriações em áreas indígenas. Como há pelo menos mais 16 ações que ainda não chegaram ao STF, conclui-se que a soma seria suficiente para pagar toda a dívida externa do Brasil. **A União já perdeu duas ações, no valor de 6 milhões, pois os autores, de posse de títulos de terra concedidos pelo Estado de Mato Grosso, conseguiram provar que nunca existiram índios por lá - nem mesmo no Parque do Xingu.** Com essa jurisprudência, todas as demais ações teriam o mesmo destino, não fosse a Procuradoria-Geral da República. **Ela iniciou o combate a uma indústria de desapropriação indireta provando a óbvia falsidade dos laudos periciais, que instruem os processos.**

O argumento utilizado em toda as ações é similar. *Alega-se que a União se apossou indevidamente de terras devolutas do Estado ao demarcar as reservas indígenas, e, portanto, deve uma indenização ao próprio Estado ou a quem dele tenha adquirido tais terras.* Como a Constituição, desde 1934, diz que as terras devolutas onde haja índios são propriedade da União, elas só poderiam ser do Estado (e, portanto, vendidas a particulares) se provada a inexistência de posse imemorial indígena sobre as áreas em questão. Essa prova é dada por um laudo pericial pedido pela Justiça a peritos por ela indicados, e determina a condenação da União a pagar ou não a indenização pedida.

Na primeira ação julgada, impetrada por Oswaldo Daunt, envolvendo 9.758 hectares em pleno Parque do Xingu, o laudo pericial declara que não há vestígios de índios na gleba. Citando o etnógrafo alemão Von Den Steinen (que visitou a área no século XIX), chega a dizer que, na verdade, todos os índios da região estavam entre os paralelos 13 e 14. Fora, portanto, do parque, criado em 1961. Segundo o perito Air Praeiro, os índios do Xingu teriam sido todos transferidos para dentro do parque após sua criação. **Isso significa que a União não era dona das terras, pois não havia índios.** Logo, o Estado podia vendê-las, e a União deve uma indenização. O mesmo argumento está em todas as outras ações relativas ao Xingu e às demais áreas indígenas. O azar dos autores da ação foi que o procurador da República, encarregado do caso, sabe alemão. E foi diretamente à fonte - o livro *Durch Central Brasilien* -, de Von Den Steinen. Descobriu que as informações do etnógrafo foram adulteradas. Na verdade, Steinen localiza índios desde 13°57'2" latitude sul (o que ainda ampliaria o limite do Xingu). Além disso, o procurador tem uma prova adicional: um mapa do Departamento da Aeronáutica Civil (DAC), de 1954, localiza índios entre os paralelos 14 e 9. O procurador, portanto, desmente o laudo pericial e suspeita das intenções dos que negaram a existência dos índios. As irregularidades dos laudos, entretanto, ultrapassam a falsidade de informações.

Há outras irregularidades. Ao estudar as ações, o procurador descobriu, por exemplo, que na de nº 265, também no Xingu, o lote sobre o qual se pleiteava indenização fora vendido pelo Estado em 64. Ou seja, depois da criação do parque. Além disso, a Procuradoria teve acesso a mapas oficiais do próprio Estado do Mato Grosso. *Eles indicam que o Estado não só vendeu as terras do Parque do Xingu após sua criação, como o fez várias vezes. Os*

mapas indicam que há vários títulos para um mesmo pedaço de terra. No Xingu, há casos em que o Estado chegou a vender um terceiro andar do parque. Aliás, trabalho do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira informa que, em 54, logo após o início do movimento para a criação do parque, justamente porque havia índios lá, já 3/4 da área pretendida pelo Xingu estava vendida ou em processo de venda - pela primeira vez. A superposição de títulos significa que os autores das ações contra a União sequer podem afirmar-se como legítimos proprietários das terras em questão." (SENHOR, 1987: 42/44)

Esse processo certamente vai tornar-se clássico. A questão, a saber, é o que acontecerá aos falsários.

"A Polícia Federal estará encerrando ainda neste mês de janeiro o inquérito policial instaurado a pedido da Procuradoria da República para apurar as *Irregularidades de laudos periciais assinados pelos peritos Air Praeiro Alves, Ainabil Machado Lobo e Jurandir Brito da Silva no escândalo que ficou conhecido como a "indústria da desapropriação"*. O procurador-geral da República calcula que podem chegar a 102 bilhões de dólares o total das ações contra a União no STF, soma essa suficiente para pagar toda a dívida do Brasil. O procurador Ferreira Mendes vem provando a óbvia falsidade dos laudos. Investigando as demais ações ele descobriu que a grande maioria delas tinha como advogado dos autores o Sr. Armando Conceição, que hoje defende o estado de Mato Grosso contra a União em ações indenizatórias pela criação dos Parques Indígenas do Xingu e Aripuanã, o que o levou a pedir inquérito policial contra o advogado. Sabe-se que o procurador Oderly Souza, que cuidava do caso, foi substituído. **Ele disse ainda que o Estado de MT vendeu as terras do Xingu várias vezes. A maioria das ações contra a União, inclusive as do Estado deu entrada no final do governo Wilmar Peres, sucessor de Júlio Campos incentivando a que particulares como "Chiquinho" Scarpa, milionário paulista, pleiteia-se indenização sobre 78.981 hectares em terras compradas em 1975, 14 anos após a criação do Parque. (...) "Coincidentemente, os laudos que negavam a existência de índios eram assinados, alternadamente, pelos peritos Air Praeiro Alves, Ainabil Machado Lobo e Jurandir Brito da Silva."** (JORNAL DO DIA - 24/01/88 -CIMI-RESENHA INDÍGENA ANO 02- Nº 10/88) (OLIVEIRA, 1997, p. 280-282, negrito do autor e itálico meu)

De fato, como constatou Oliveira (1997), o processo torna-se "clássico" e o mais trágico é que existe no Congresso Nacional uma tentativa de legalização jurídica do pagamento de indenização para a realização de desapropriação - e não mais de expropriação, como dispõe a Constituição de 1988 - da apropriação privada de terras indígenas.

A Proposta de Emenda à Constituição n. 71 de 14 de julho de 2011 foi empreendida pelo senador ruralista Paulo Bauer (PSDB-SC) e acolhida pela Comissão de Constituição, e objetiva alterar o § 6º do art. 231 da Constituição

Federal. No referido parágrafo a Constituição Federal dispõe:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito à indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. (BRASIL, 1988, p. 49)

O texto original da PEC 71-2001 propunha o acréscimo do artigo 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias a fim de permitir a indenização de possuidores de supostos títulos dominiais expedidos até o dia 5 de outubro de 1988 relativos à terras declaradas como indígenas.

Art. 1º O § 6º do art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 231.** (...)”

§ 6ª São anulados e extintos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar. (...)”

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 67-A: (...)”

“**Art. 67-A.** A União indenizará os possuidores de títulos de domínio que os indiquem como proprietários de áreas declaradas tradicionalmente indígenas e que tenham sido regularmente expedidos pelo Poder Público até 5 de outubro de 1988, respondendo pelo valor da terra nua e pelas benfeitorias úteis e necessárias realizadas em boa-fé”.

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2011a, p. 1)

Ou seja, propunha-se indenizar todos os grileiros de terras indígenas a partir de pagamentos da terra nua (ou seja, de renda da terra). A nova gramática dos latifundiários se concretiza na necessidade de segurança jurídica, apresenta-se reiteradamente a tentativa de proteção *absolutizada* a propriedade privada, mas dando um passo além no rentismo à brasileira e na barbárie jurídica nacional, constatando-se, de fato, a proteção *absolutizada* do grilo. No corpo do texto inicial da PEC 71/2001 se encontra a justificativa do Senador Paulo Bauer:

O escopo central da proposição que ora apresentamos consiste em assegurar aos atuais possuidores das áreas sob demarcação alguma espécie de indenização, sem, por outro lado desguarnecer os direitos dos indígenas à terra – medida que goza de bom senso e equilíbrio. (...) Os títulos dominiais emitidos até o dia 5 de outubro de 1988 precisam, portanto, ser protegidos pelo legislador e respeitados pelo administrador, tendo em vista a limitação da retroatividade do ato presidencial declaratório de terras indígenas. É preciso, em síntese, conciliar os interesses em conflito, aplicando-se o princípio da proporcionalidade. Se, por um aspecto, o constituinte originário procurou assegurar às comunidades indígenas a posse das terras indispensáveis ao seu bem-estar e à sua reprodução física e cultural, por outro estatuiu o *direito de propriedade, a segurança das relações jurídicas e o respeito ao ato jurídico perfeito* como pilares do Estado democrático de direito. Destarte, deve-se garantir aos possuidores de títulos de domínio **regularmente expedidos** até a data da promulgação da Carta de 1988 o direito de receber indenização pela terra nua e eventuais benfeitorias úteis e necessárias realizadas de boa-fé. (BRASIL, 2011a, p. 2-3, com grifos no original)

Ora, a intenção da PEC 71/2011 é de pagamento da renda da terra e do capital fixo estabelecido em terras griladas. Note-se que o texto inicial ainda argumenta sobre a necessidade de “respeito ao ato jurídico perfeito” justificando a grilagem de terra - crime imprescritível contra o patrimônio público da União - como “normalidade jurídica”.

Encaminhada para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, a PEC 71/2011 recebeu parecer favorável de constitucionalidade em 01 de setembro de 2011 pelo relator Senador Luiz Henrique (PMDB-SC), em agilíssima tramitação (menos de dois meses) na defesa explícita da grilagem, uma forma peremptória de reprodução da classe dos proprietários de terra. No parecer sobre a PEC, explicitado na Emenda n.1 pela CCJ como conclusão do Parecer n.39 de 2015 se encontra a seguinte afirmação do Senador Luiz Henrique:

Trata-se, indiscutivelmente, de medida louvável, porquanto poderá promover uma drástica diminuição dos conflitos no campo, ao garantir tanto os direitos dos índios como os dos possuidores de títulos de domínio regularmente expedidos pelo Poder Público até 5 de outubro de 1988. Ora, a data da promulgação da Constituição é o marco temporal para o reconhecimento, aos índios, dos direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupavam naquela data, razão pela qual os proprietários de terras com títulos legitimados antes da Constituição Federal **não podem ser prejudicados em seu direito de propriedade, deixando de receber a devida indenização pela terra nua e pelas benfeitorias nas áreas atingidas por demarcações de reservas indígenas.** (BRASIL, 2011b, p. 3, sem grifo no original)

A inversão da realidade do conflito no campo se estabelece na argumentação

do Senador Luiz Henrique. Os latifundiários grileiros de terra indígena, ao invés de serem os sujeitos que se apropriaram privadamente de terras tradicionalmente ocupadas, tornam-se aqueles que foram “atingidos” pela demarcação de terras. A saída para por fim aos conflitos no campo, no que tange à questão dos territórios indígenas nos termos da bancada ruralista, é o pagamento pela desapropriação.

Verificamos também na argumentação da matéria, nos termos do autor da PEC, o Senador Paulo Bauer, a constante tentativa discursiva e supostamente jurídica da igualização de grileiros e posseiros, a insistente necessidade de indenização da terra nua (o pagamento de renda fundiária) e benfeitorias dos grileiros “produtores rurais” e a justificativa reiterada de que se o próprio Estado “titulou” proprietários de terra mesmo em infração às Constituições, este deve “reparar” os latifundiários.

Em 2015, com o falecimento do Senador Luiz Henrique, então relator da PEC-71/2001, a matéria foi repassada primeiramente para a Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) e finalmente para o Senador Blairo Maggi (PR-MT), que produziu o relatório final. Em seu Parecer substanciado na Emenda n.06 de 02 de setembro de 2015, publicado como Parecer n.671 de 2005, o latifundiário afirmou:

Inicialmente, consideramos relevante salientar que, se por um lado o constituinte considerou pertinente assegurar aos índios o reconhecimento das terras que tradicionalmente ocupam e por eles “habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”, na forma do disposto no § 1º do art. 231 da Constituição Federal, por outro lado, como imperativo voltado a alcançar a tão almejada pacificação social, para a qual a segurança jurídica é um dos seus requisitos essenciais, não se furtou de assinalar um marco temporal para a demarcação de tais áreas, ao estabelecer, no art. 67 do ADCT, um prazo peremptório de cinco anos, a partir da promulgação da Constituição Federal, para que a União concluísse essa tarefa. Isso quer dizer, em outras palavras, que não se pode admitir que a sociedade brasileira carregue nas costas, indefinidamente, essa sombra da insegurança jurídica de tornar possível a demarcação de terras como tradicionalmente ocupadas pelos índios, em qualquer tempo, sob o argumento de que tal condição tenha ocorrido em 5 de outubro de 1988, ainda que constatada posteriormente. (BRASIL, 2015, p. 1-2)

A Constituição Federal de 1988 vai sendo interpretada ao bel prazer do Parlamento Brasileiro. O direito indígena de reconhecimento de suas terras tradicionalmente ocupadas torna-se, nos termos de Maggi, um fardo que a

sociedade carrega nas costas, o suposto fardo da “insegurança jurídica”. Os latifundiários que grilaram terras indígenas e se apropriaram de terras a partir do argumento de “pacificação social no campo” perpetram vultosa drenagem de recurso público para proteger as supostas propriedades privadas.

A partir das Emendas n. 2, 4 e 5 de autoria do Senador Humberto Costa (PT-CE) e n. 3 da Senadora Simone Tebet (PMDB-MS), o Senador Blairo Maggi redigiu a Emenda 6, a qual foi encaminhada para votação no dia 08 de setembro de 2015 com articulação direta realizada pelos senadores do estado do Mato Grosso do Sul: o Senador cassado Delcídio Amaral (então do PT), Waldemir Moka (PMDB) e Simone Tebet (PMDB). Os dois turnos de votação aconteceram no mesmo dia e se encerraram em menos de 20 minutos. No dia da votação, o Senador Roberto Requião (PMDB-PR) propôs incluir no texto final do relator Blairo Maggi (PR-MT) a possibilidade de indenização também por Títulos da Dívida Agrária (TDA), caso seja do interesse do beneficiado, além do pagamento em dinheiro.

A redação final foi aprovada por unanimidade em Plenário (como Parecer n. 696 de 2015) e dispõe:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 6º do art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 231 (...)

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ação contra a União, salvo quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé e, nas hipóteses ressalvadas expressamente nesta Constituição, quanto ao valor da terra nua e às benfeitorias.

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 67-A:

Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 71, de 2011, nos termos da Emenda nº 6 – CCJ (Substitutivo).

“Art. 67-A. A União responderá, nos termos da lei civil, pelos danos causados aos detentores de boa-fé de títulos de domínio regularmente expedidos pelo Poder Público relativos a áreas

declaradas, a qualquer tempo, como tradicionalmente ocupadas pelos índios e homologadas a partir de 5 de outubro de 2013.

Parágrafo único. Serão indenizados previamente em dinheiro, ou em Títulos da Dívida Agrária, se for do interesse do beneficiário da indenização, e de forma justa os danos decorrentes da responsabilidade a que se refere o caput deste artigo, cujos cálculos serão realizados com base no valor da terra nua e das benfeitorias necessárias e úteis realizadas, mas não serão reparados se a posse atual for injusta e de má-fé.

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2015b, p. 2-3)

O CIMI e o Instituto Sócioambiental publicaram algumas das falas de entusiastas da Proposta aprovada pelo Senado:

“O presidente da CNA, João Martins, entende que a medida traz segurança jurídica ao produtor rural e, também, às comunidades indígenas, facilitando o fim dos conflitos e estabelecendo o diálogo entre as partes”, publicou o site da CNA.

“A proposta é muito mais alinhada com o que a Constituição estabeleceu e com a realidade de alguns estados que não têm terras devolutas, mas tituladas. O projeto avança, distensionando o campo”, argumentou Delcídio.

“Ao invés de expropriação, será desapropriação. Estamos falando de gente que tem o título da terra. Não estamos falando de grileiro nem de invasor. Que fique claro. Num primeiro momento, tenho certeza que a Câmara vai receber e sentir que pela primeira vez o governo tem uma ferramenta para indenização. Tenho certeza que essa PEC caminha para resolver de forma real o problema, uma ferramenta para promover a justiça entre povos indígenas e produtores rurais”, finalizou Waldemir Moka. (SOUZA, 2015, s/p)

A PEC 71/2011 foi entregue ao Congresso Nacional no dia 15 de setembro de 2015 e se encontra atualmente aguardando a criação de Comissão Temporária pela mesa diretora, transformando-se na PEC 132/2015. O agrobandidismo brasileiro apresenta diversas facetas, frutos do mesmo processo de grilagem de terra, produção do capital e formação da propriedade privada da terra que simultaneamente massacra os indígenas, como os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul dentre tantos outros genocídios contemporâneos, e instrumentaliza, a partir de leis no Congresso Nacional e no Senado Federal, a drenagem de recursos públicos com o argumento de garantir a paz no campo.

5.12. RENTISMO À BRASILEIRA E DESAPROPRIAÇÃO CAPITALISTA DA TERRA

De fato, concordamos com a análise de Martins (2002) de que o latifundiário não está interessado na terra, mas sim na renda da terra. A terra não é utilizada no Brasil pelos grandes proprietários de terra, não é de fato produtiva e é em sua maioria descumpridora dos termos da função social. O caráter especulativo na extração da renda da terra está no centro da questão. A desapropriação de terra em sua formulação capitalista e em seu caráter de proteção absolutizada e especulativa transformou-se em um grande negócio. As indenizações em processos de desapropriação constituem-se em verdadeira premiação para aqueles que infringem a Constituição. Além disso, a partir da grilagem de terras esses latifundiários realizam um duplo saque do aparelho de Estado e de toda a sociedade, visto que a União paga, em TDAs, pela desapropriação da terra nua, que foi apropriada privadamente por meios ilegais.

Nesse capítulo foram apresentadas as nove cabeças dessa Hidra rentista que é a desapropriação capitalista concretizada sobretudo em superindenizações. Entretanto, todos os casos escolhidos para a exposição demonstram que há ampla convergência e servem, em sua totalidade, para a reprodução da classe de proprietários de terra.

Assim, a reforma agrária não pode ser confundida com a desapropriação, apesar da desapropriação ser um instrumento fundamental para a reforma agrária e para a desconcentração fundiária. O que argumenta-se aqui é que essa forma de desapropriação, tal como está estabelecida na jurisprudência e mediada pela proteção absolutizada dos proprietários de terra e da grilagem de terra, se fundamenta na manutenção da produção do capital e na permanência do processo de acumulação originária do capital. A expansão de relações capitalistas de produção e a reprodução de relações não-capitalistas de produção, nesse processo, são marcas indelévels do rentismo à brasileira, sendo essa a via de desenvolvimento capitalista que produz e reproduz sua especificidade assentada na forma com que foi produzida a propriedade privada da terra.

Nesse sentido, concordamos com o argumento de Martins (2002) de que a reforma agrária, além de distribuir terras, funciona também como redução dos custos sociais da renda fundiária. Para Martins (2002, p. 204) “redistribuir a terra em nome de um programa de reforma agrária significa atenuar e, no limite, até suprimir a

renda territorial como mediação econômica que faz da propriedade da terra um meio de extorsão de um tributo de toda a sociedade”. A luta pela reforma agrária revela a questão agrária como o centro da questão política brasileira, pois evidencia a aliança entre as classes burguesas e as classes de proprietários de terra no Brasil e a luta pelas frações do território como expressão concreta da luta de classes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “ordem reina em Berlim!” Esbirros estúpidos! A sua “ordem” está construída sobre areia. Amanhã a revolução “se levantará de novo ruidosamente”, proclamando ao som da trompa:

“Eu era, eu sou, eu serei!”

Rosa Luxemburg, *A ordem reina em Berlim* (1919)

Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.

Machado de Assis, *Quincas Borba* (1892)

Com uma formação territorial fundamentada na apropriação privada da terra pública, em que o Estado e a jurisprudência amparam e sustentam a legalização e legitimação da grilagem previamente realizada, funcionando como respaldo da reprodução da classe dos proprietários fundiários e proteção absolutizada da propriedade privada, o Brasil atravessa mais de cinco séculos de grilagem. Da apropriação maior de léguas do que as permitidas, do não cumprimento das obrigações sesmarias, das estratégias de manutenção da terra concedida através do morgadio na América Portuguesa à venda de terras griladas pela Internet com títulos forjados de maneira *high tech*, com a anuência de uma outrora esquerda que defendia radicalmente a reforma agrária e que agora considera senhores de engenho e usineiros como heróis e nomeia ministros da agricultura que afirmam que não há mais latifúndio no Brasil, a formação da propriedade privada da terra é questão política central em um país que produz e reproduz modernidade e atraso com sinais trocados e inversões dialéticas aos borbotões.

Constatamos contemporaneamente que mais de 300 milhões de hectares das terras brasileiras apresentam fortes indícios de apropriação ilegal do patrimônio público, cerca de 98 milhões de hectares foram incorporados pelos latifundiários ao longo dos últimos 14 anos, o plano de concessões de créditos para a safra 2015/2016 planeja distribuir mais de R\$ 200 bilhões para a economia do agronegócio, mais de 175 milhões de hectares de terra são considerados improdutivos, o Brasil apresenta um dos índices de GINI de concentração fundiária (0,820) mais monstruosos do mundo. A bancada ruralista, com uma composição atual de 216 deputados federais e 17 senadores, representa de forma política e ideológica a expressão concreta da concentração de poder dos latifundiários e apregoa, ainda mais incisivamente após o golpe institucional de 2016 respaldado ardorosamente pelos seus representantes, a revisão das demarcações de terras indígenas e quilombolas e as desapropriações para fins de reforma agrária.

A ordem reina no Brasil.

Simultaneamente, em 2015 os conflitos no campo envolveram 816 mil pessoas, o número de assassinatos no campo cresceu e aumentaram também os conflitos por terra. Bem como se acirraram os índices de conflitos trabalhistas, por água e o número de trabalhadores resgatados de situação análoga à escravidão recrudesceu. E mais, 2015 foi o ano em que nenhum decreto de desapropriação de terra foi expedido pela Presidência da República, a paralisação da demarcação de terras indígenas foi uma marca indelével da avassaladora expansão da fronteira capitalista, assim como a bancada ruralista do Congresso Nacional segue firme no objetivo de ampliação da extração da renda fundiária, a partir de propostas de alterações constitucionais com a finalidade de garantir o pagamento de indenização pela apropriação privada aos latifundiários grileiros e impedir e rever demarcações das terras indígenas⁴⁶⁸.

A barbárie como fundamento do rentismo à brasileira se expressa demonstrando a violência como reposição brutal da estrutura fundiária concentrada e do pacto territorial de classe que atravessa a história brasileira.

Ao vencedor, as batatas.

Os conteúdos rentistas do capitalismo no Brasil fundamentam a questão agrária como uma questão política, fio vermelho da formação territorial brasileira que se associa diretamente aos mecanismos jurídicos de legalização e legitimação da grilagem de terra e estão articulados com incisivos processos de combate à função social da terra. O processo de acumulação originária do capital no século XXI se reproduz com especificidades que demonstram peremptoriamente a barbárie moderna do desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no Brasil.

A questão da formação da propriedade privada da terra e a grilagem de terras públicas (devolutas ou não) se substancia como base do controle da formação territorial brasileira e condição da reprodução das classes burguesas. A grilagem funciona como expressão concreta da concentração de riqueza, visto que não se despende nenhum *quantum* de dinheiro inicial para o processo de apropriação de terra. Ou seja, grilar a terra pública possibilita uma extração ainda mais intensa de

⁴⁶⁸ Para citar apenas um caso elucidativo da permanência do massacre dos modos comunitários de produção no Brasil contemporâneo, destacamos que a taxa de assassinatos de indígenas Guarani é de cem por cem mil habitantes, aproximadamente quatro vezes maior do que a média nacional.

renda da terra. Grilar terra tem inclusive um novo jargão, moderno, pomposo e fleumático, de certo: segurança jurídica.

O bloqueio à reforma agrária e a luta histórica das elites pela sua impossibilidade e/ou realização precária é forma de obstar o acesso à terra pelos camponeses, visto que a terra mesmo sem nenhuma produção, nenhuma benfeitoria, nenhum trabalho humano concretizado pode enriquecer o proprietário. A terra como equivalente de capital, apropriada privadamente em vastas extensões, funciona como renda capitalizada e renda especulativa, e drena vultosa massa de mais valia global extraída do conjunto da sociedade, especialmente dos proprietários de força de trabalho, e produz no Brasil uma classe de grandes proprietários de terra rentistas, que se reproduz cotidianamente como classe capitalista e é dirigente, em aliança (social, política e econômica) de classe com a burguesia, do capitalismo brasileiro. Burguesia essa que nasce do seio do latifúndio e que além de proprietária de capital também é proprietária de terra, possibilidade aberta pelo Estado brasileiro que capitaneado pelas classes rentistas atualiza e moderniza suas formas de ampliação dos latifúndios e empecilhos à reforma agrária.

Para além do discurso da modernização do latifúndio, fundamentado na economia do agronegócio - a aliança dos proprietários fundiários com o capitalismo financeiro que mundializa o capital e territorializa a barbárie -, o que está em questão no Brasil é a extração da renda fundiária. Para isso, a reposição ideológica das teses da vocação agrícola do Estado nacional, da necessidade de aproveitamento da vantagem comparativa do Brasil e do país como celeiro mundial reproduzem no século XXI o misto de neomalthusianismo e neoliberalismo, funcionais para o discurso econômico das elites rentistas ciosas de manter o butim que as reproduzem cotidianamente: a estrutura fundiária monstruosamente concentrada.

Nesse pacto territorial, mais que patrimonialista, pois rentista, o campesinato brasileiro que se formou ao longo da história é, principalmente, um campesinato sem terras e também migrante, que se realiza a partir da posse como insurgência do uso da terra e da atividade produtiva para a reprodução social como classe. Os homens brancos livres pobres, o camponês agregado, o camponês negro dos mocambos e quilombos e um conjunto amplo de categorias regionais de camponeses posseiros nas brechas dos latifúndios grilados e nos estoques territoriais como classe incômoda resistiram. E resistem e se reproduzem. Um campesinato que, inclusive,

se desloca pelo território em busca da manutenção de sua condição de classe e desafia os esquematismos que apregoam seu fim iminente, sua derrocada final.

O campesinato em luta para conquistar a terra desafia a lógica de intelectuais, militantes e partidos políticos, inclusive de esquerda, cuja visão de mundo centrada no progresso evolucionista do desenvolvimento das forças produtivas e da história estabelece a contradição capital/trabalho como única possível no modo capitalista da produção. As lutas de classe em regiões em que o processo de produção do capital se coloca como um dos movimentos centrais nos desafia a pensar as contradições (também) em outros termos: capital-renda fundiária/trabalho-renda camponesa.

Além disso, é importante reafirmar que a formação territorial brasileira não se completou e permanece em aberto devido à reprodução do processo de expansão permanente do capital. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou a via (do rentismo à) brasileira de desenvolvimento do capitalismo, se fundamentou nas múltiplas estratégias de apropriação privada da terra ao longo da formação territorial como prática cotidiana de produção do capital e consolidou uma mentalidade individualista proprietária, um modo capitalista de pensar a terra como estoque e reserva de valor. Um verdadeiro “mercado externo” que resolve contraditoriamente as impossibilidades de reprodução especificamente capitalistas, colocando a necessidade de realização de lucro extraordinário e extração maximizada da renda da terra na reprodução de relações não capitalistas de produção. Campesinato, grilagem de terras e trabalho análogo à escravidão são reproduzidos na sociedade capitalista moderna e industrializada que necessita produzir capital para reproduzir as classes que formaram o território brasileiro.

Não custa lembrar que aqueles que buscam a assim chamada segurança jurídica no presente são os herdeiros políticos, no campo de experiência de classe no passado, que lutaram pela garantia da plenitude da propriedade privada na Constituição de 1824, para a produção da Lei de Terra de 1850 e a confirmação do cativeiro da terra e sua sistemática postergação; batalharam pela transferência das terras para o domínio estadual na Constituição de 1894 e do Decreto n. 19.931 de 1931 instituído por Vargas, marcos de referência de legalização dos seus grilos e proteção absolutizada de suas propriedades privadas confirmadas e tituladas. Bem como foram os responsáveis diretos pelos golpes de Estado que produziram Império e República, além de aliados da ditadura empresarial-latifundiária militar e forjaram a

transição liberal-democrática e o golpe institucional em 2016. Assim, os latifundiários confirmam, às avessas e negativamente, a epítome de Goethe ressignificada na práxis por Rosa Luxemburg: “no princípio era a ação”. No Brasil, tal princípio é a ação de grilar, legitimar e legalizar o grilo. A mentalidade proprietária de dominação da classe dos proprietários de terra sob o poder e a custódia da pistola, das milícias privadas, do aparato repressivo do Estado e do voto sujeita os camponeses e sua renda camponesa, expropria os indígenas e impõe ao conjunto da sociedade os custos do rentismo.

Com o Programa Terra Legal, o governo de Lula da Silva instituiu mais um ordenamento jurídico que corre simultaneamente alheio e atrelado à uma jurisprudência que produz nas brechas intencionalmente estabelecidas pelos legisladores sua suposta legalidade e possibilita a transferência de mais de 67 milhões de hectares de terra para os grileiros na Amazônia Legal. A “reforma agrária dos militares”, cujo mote ideológico foi “terra sem homens da Amazônia para os homens sem terra no Nordeste” e que de fato foi a concessão de terras públicas e devolutas da União e ocupadas por indígenas e posseiros para empresários urbanos e industriais do Centro Sul e empresas multinacionais do capitalismo industrial e financeiro, aprofundou a grilagem de terra e a violência no campo.

Tais concessões de vultosas extensões de terra, muitas delas infringindo a Constituição ditatorial de 1967 e que jamais foram revistas pelo Congresso Nacional e pelo Poder Executivo, mesmo com dispositivos constitucionais aprovados desde 1988 que ora permaneceram improdutivas, ora foram vendidas, loteadas e desmembradas ora serviram de drenagem de recursos públicos no recebimento de verbas públicas para empreendimentos agrícolas que nunca saíram do papel, ora foram desapropriadas para fins de reforma agrária em uma sorte de ilegalidades e superindenizações, e que serviram para a expansão do capitalismo brasileiro e para mais uma rodada de acumulação de capital, são agora potencialmente entregues aos latifundiários-grileiros e seus “laranjas”. A continuação do processo de apropriação privada com a construção de rodovias na Amazônia e expansão da fronteira agrícola reproduziram a centralidade do grilo, que se realiza à montante e à jusante da legislação fundiária, devido a tendência capitalista pelo lucro extraordinário e extração maximizada da renda da terra. Em suma, é o Estado redistribuindo a terra pública para os latifundiários na proteção absoluta da grilagem

de terra no rentismo à brasileira e possibilitando reiteradamente a reprodução de classe. A reforma agrária é feita às avessas.

Em outros termos, a função das leis que regulamentam a terra no Brasil assume o caráter de legitimação da grilagem, e não de negação da apropriação do patrimônio público. Elas não impedem, mas estimulam, pois sua intenção de partida não é bloquear, mas normatizar (e normalizar) o grilo abrindo as brechas para novas apropriações privadas. Essa mentalidade proprietária se reproduz no Poder Judiciário que funciona como um dos bastiões de defesa da propriedade privada e é garantidor, em decisões judiciais finais, de indenizações desapropriatórias que fundamentam a premiação do latifundiário que realiza infrações constitucionais. A desapropriação de terras, assim, é par complementar da propriedade privada garantindo a extração de renda da terra a partir de superindenizações e de um conjunto de proteções realizadas pelo aparelho do Estado em todas as suas esferas e em todos os entes federativos. As cabeças da Hidra rentista figuradas nas estratégias de superindenização demonstram a atualização e modernização constante das formas de sublimar a lei, dando um sentido rentista para a noção de justiça.

Assim, compreendemos que existe um pacto territorial das elites no capitalismo brasileiro possibilitado pela reprodução da aliança de classe que fundamenta o rentismo à brasileira. Grilagem de terra, produção do capital e formação da propriedade privada e dos proprietários de terra, em nossa perspectiva, é a tríade da principal questão política brasileira. Compreender a formação territorial como relação social exige constatar que as frações de território são expressões concretas da luta de classes e é sob essa interpretação que a reforma agrária demonstra sua atualidade e necessidade.

Nesse sentido, ressalta-se enfaticamente que o rentismo à brasileira se realiza com e a partir do Estado e que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil desloca e inverte o modelo clássico da análise produzida por Marx n' *O capital* sobre a Inglaterra e se diferencia das vias prussianas e americana retratadas por Lenin. O desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no Brasil se distingue das formas das vias capitalistas da Europa e dos Estados Unidos. Alguns dos fundamentos marxistas (dos assim chamados clássicos da questão agrária) da interpretação que estabelecemos podem ser analisados pelos indícios e rastros deixados por Marx na sua reflexão nas décadas de 1870 e 1880, especialmente

sobre a Rússia e o campesinato russo, pelas análises dos narodniki revolucionários e sua problematização do desenvolvimento irregular e a acumulação originária do capital e a necessidade da reprodução de relações não capitalistas de produção produzidas e reproduzidas no capitalismo. A expansão do capitalismo se desenvolve de maneira contraditória, se realizando de forma desigual em diferentes regiões e frações do território. Assim, mais do que uma “revolução pelo alto” ou uma “revolução passiva” nas transposições da via prussiana para o Brasil na qual latifundiários são *junkers* e os camponeses estão fadados à extinção; ou a transposição da Inglaterra para o Brasil na qual os latifundiários são *landlords* e versões tropicais da Duquesa de Sutherland e os camponeses se transfiguram em arrendatários (semi-)capitalistas, proletários agrícolas ou resquícios no campo com a tentativa constante de “descobrir” e “entender” os traços feudais e semifeudais do Brasil; argumentamos que a via brasileira de desenvolvimento capitalista apresenta suas especificidades na formação da propriedade privada da terra realizada a partir da grilagem. Entretanto, compreendemos que tal desenvolvimento acompanha determinados processos gerais da reprodução do capitalismo, mas não a sua totalidade.

Assim, verificamos que não há incompatibilidade entre a reprodução da estrutura fundiária concentrada, a reprodução da classe de proprietários de terra e o capitalismo moderno. Há sim uma dialética forjada à brasileira baseada na transformação da renda capitalizada no escravo para a renda capitalizada na terra, no bloqueio deliberado à reforma agrária e a efetivação do latifúndio como expressão concreta da formação territorial brasileira.

Diante disso e para dar novos e outros elementos para a situação dramática do campo brasileiro, anuncia-se um novo tempo de urgências e catástrofes, no qual o campo de experiência (a memória histórica das lutas e os processos de constituição dos fundamentos da reprodução social das classes sociais) e o horizonte de expectativa (a produção de utopias e o devir da história) se associam num presente de expectativas rebaixadas e declinantes.

O esvaziamento da política promovido inclusive por partidos políticos outrora do espectro da esquerda tem buscado apresentar como supostas alternativas a institucionalização estatizada da conciliação de classe e a salvaguarda da aliança de classe como oportunidade única frente à inexorabilidade da mundialização do capital. A aceleração cada vez mais intensa do tempo da reprodução do capital e da

expansão da barbárie capitalista na produção capitalista travestida de desenvolvimento se normaliza e se naturaliza. A indiferença diante do horror é marca de uma sociedade fundada no individualismo proprietário.

Entretanto, essa ordem se constrói sobre a areia.

As lutas dos movimentos sócioterritoriais no campo e dos camponeses posseiros pela reforma agrária inquieta o nó górdio do rentismo à brasileira. Cabe às massas, no exercício direto do poder popular, o protagonismo e a subversão da ordem. Na longa marcha do campesinato pela conquista da terra se produz concretamente uma utopia em movimento mobilizadora da autoemancipação de classe. Em momentos nebulosos esses sujeitos são portadores, na práxis, de uma centelha da transformação.

Encerro essa tese com a estimulante e assombrosamente atual palavra de ordem que é a expressão e síntese política das formulações de Rosa Luxemburg: socialismo ou barbárie.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007.
- ABRUCIO, F.; DURAND, M. R. L. Gabinetes presidenciais e provimento do alto escalão burocrático: o Ministério da Fazenda na experiência democrática brasileira. In: **Anais do XXII Encontro anual da ANPOCS**, 1998, Caxambu. XXII Encontro anual da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 1998.
- ADORNO, S. Nos limites do Direito, nas armadilhas da tradição: a revolução descolonizadora na América Latina. COGGIOLA, O. (org.). **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo: Nova Stella: EDUSP; Brasília, DF: CNPq, 1990, p. 181-194.
- AFONSO DA SILVA, R. **Dilemas da transição: um estudo crítico da obra de Lenin de 1917-1923**. 2008, Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008a.
- AFONSO DA SILVA, R. Marx e a questão russa. **Cadernos Cemarx**, v. 5, p. 89-102, 2008b.
- AFONSO DA SILVA, R. **Colonialismo e nacionalismo nos escritos de Marx sobre a Irlanda**. 2013, Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- AILLÓN, V. Bolívia: Rosa Luxemburg en el proceso de cambio. In: SCHÜTRUMPF, J. (org.). **Rosa Luxemburg o el precio de la libertad**. Berlim/Quito: Dietz Verlag/Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2011, p. 123-135.
- ALENCASTRO, L. F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALENCASTRO, L. F. Le versant brésilien de l'Atlantique-Sud : 1550-1850. **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, Paris, ano 61, vol. 2, 2006, p. 339-382.
- ALENTEJANO, P. R. R. Questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da Geografia. **Terra Livre**, São Paulo, v. 36, 2011, p. 116-142.
- ALMEIDA, A. W. B. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
- ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- AMACHER, K. **La Russie 1598-1917. Révoltes et mouvements révolutionnaires**. Gollion: Infolio, 2011.

AMACHER, K. Les tchaïkovtsy ou la quête de la “vrai liberté”. In: OS TCHAIKOVTSY. **Les tchaïkovtsy**. Esquisse d’une histoire (par l’un d’entre eux). 1869-1872. [1880]. Rennes: Pontcerq, 2013.

AMAZONAS, J. Uma linha confusa e de direita. **Novos Rumos**, 10 a 16 jun. 1960, p. 10.

AMIN, S; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. [1974]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANDERSON, K. **Rosa Luxemburg, féministe et révolutionnaire**. In: WEILL, C.; BADIA, G. **Rosa Luxemburg aujourd’hui**. Paris: PUV, 1986.

ANDERSON, K. **Marx aux antipodes**. Nations, ethnicité et sociétés non occidentales. Paris: Syllepse, 2015.

ANDERSON, P. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo: In SADER, E; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense. 1998.

ANDERSON, P. O Brasil de Lula. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 91, nov. 2011, p. 23-52.

ANDRADE, J. Rosa Luxemburg e a crítica ao revisionismo de direita no interior da social-democracia alemã. **Revista Pensamento Plural**, v. 2, p. 11-37, 2008.

ANDRADE, J. **O marxismo e a questão feminina**: as articulações entre gênero e classe no âmbito do feminismo revolucionário. 2011, Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ANDRADE, M. C. **Formação territorial e econômica do Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2007.

ANDRADE, M. CARNEIRO, M. ; MESQUITA, B. As ações de reforma agrária no Maranhão. In: SCHMIDT, B. (org.). **I Censo Nacional de Reforma Agrária**. 1ªed.Brasília, DF: INCRA-UNB, 1998.

ANDRADE, M. **Terra de Índio**: identidade étnica e conflito em terras de uso comum. São Luís: EDUFMA, 2008.

ANDREUCCI, F. A difusão e vulgarização do marxismo. In: HOBBSBAWN, E. J. **História do Marxismo**. v. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

A PARTILHA NEGRA. Programme. 1880. In : HÁLEVY, É. **Histoire du socialisme européen**. Paris : Gallimard, 1974.

ARANTES, P. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, O. B. F.; ARANTES, P. E. **Sentidos da formação**: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ARANTES, P. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.

ARANTES, P. Precisamos de algo politicamente revelador e contundente. In: LOUREIRO, I. (org.). **Socialismo ou barbárie**: Rosa Luxemburgo no Brasil. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008, p. 107-126.

ARANTES, P. 1964, o ano que não terminou. In: TELES, E.; SAFATLE, V. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 205-236.

ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARAÚJO, G. N. **Trabalhadores e povo**: discursos do PT de Quixadá (1980-1992). 2012, Dissertação (Mestrado em História das Culturas) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2012.

ARAÚJO, M. O PT nas Comissões. **Boletim Nacional** n. 27, São Paulo, maio 1987, p. 7.

ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. [1968]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSELIN, V. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz, MA: Ética, 2009.

AUGUSTO, A.; MIRANDA, F.; CORRÊA, H. O modo de produção asiático e os povos não-históricos em Marx. **Anais...** In: XI Congresso Brasileiro de História Econômica e 12a Conferência Internacional de História de Empresas, 2015, Vitória – ES, UFES, 2015.

AUNOBLE, E. **“Le communisme, tout de suite!”**: Le mouvement des communes en Ukraine soviétiques. Paris: Les nuits rouges, 2008.

A VONTADE DO POVO. El programa táctico: el trabajo preparatorio del partido. [1880]. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardío y la vía rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990.

A VONTADE DO POVO. Programa da fração terrorista do Partido A Vontade do Povo. [1887]. In: FERNANDES, R. (org.). **Dilemas do socialismo**: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

A VONTADE DO POVO. Programa de la organización militar-revolucionária (Extractos). [1881]. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardío y la vía rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990.

A VONTADE DO POVO. Programa de la organización obrera de La Voluntad del Pueblo. [1881]. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardío y la vía rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990.

A VONTADE DO POVO. Programa del Comité Ejecutivo. [1879-1880]. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardío y la vía rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madrid: Editorial Revolución, 1990.

AZEVEDO, D. B.; RABAT, M. N. **Parlamento mutilado**: deputados federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BADIA, G. **Le spartakisme** : les dernières années de Rosa Luxembourg et de Karl Liebknecht : 1914-1919, Paris: l'Arche, 1967.

BAITZ, R. **Uma aventura pelos elementos formais da Propriedade**: nas tramas da relativização, mobilidade e abstração, à procura da contra-propriedade. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

BAKUNIN, M. **Étatisme et anarchie**. [1873]. Paris: Tops H. Trinquier, 2003.

BAKUNIN, M.; JUKOVSKI, N. O nosso programa Terra e Liberdade. [1868]. In: FERNANDES, R. (org.). **Dilemas do socialismo**: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BALBACHEVSKY, E; HOLZHACKER, D. Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. **Opinião Pública**, Campinas, n. 2, p. 242-253, 2004.

BALDEZ, M. **Sobre o papel do direito na sociedade capitalista** – Ocupações coletivas: direito insurgente. Petrópolis: Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 1989.

BALDEZ, M. A terra no campo: a questão agrária. In: MOLINA, M. *et al.* **Introdução crítica ao Direito Agrário**. Brasília: UNB, 2000, p. 95-106.

BALDEZ, M. Desapropriação. In: CALDART, R. et al. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 198-203.

BANDEIRA, L. A. M. **O Feudo. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila**: da conquista dos sertões à Independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BARCELONA, P. **El individualismo propietario**. Madrid: Trotta, 1996.

BASSO, L. **El pensamiento político de Rosa Luxemburg**. [1967]. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

BASTOS, E. R. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BÂTON, T. Aller au peuple. In: OS TCHAIKOVTSY. **Les tchaïkovtsy**. Esquisse d'une histoire (par l'un d'entre eux). 1869-1872. [1880]. Rennes: Pontcerq, 2013.

BAUTISTA LUCCA, J. Origem e transformação do enraizamento sindical do Partido Justicialista (Argentina) e do Partido dos Trabalhadores (Brasil). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5 jan.-jul. 2011, p. 287-320.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. [1940]. In: LÖWY, M. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

BENSAÏD, D. **Les dépossédés**. Karl Marx, les voleurs de bois et le droit des pauvres. Paris: La fabrique, 2007.

BERBEL, M. R. **O Partido dos Trabalhadores**: tradição e ruptura na esquerda brasileira (1978-1980). 1991. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

BERCOVICI, G. **Entre o estado total e o estado social**: atualidade do debate sobre direito, Estado e economia na República de Weimar. Tese (Livre-Docência) – Departamento de Direito Econômico e Financeiro da Faculdade de Direito da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BERCOVICI, G. “O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece”: a persistência da estrutura administrativa de 1967. In: TELES, E.; SAFATLE, V. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 77-90.

BERCOVICI, G. Reformas de Base e Superação do Subdesenvolvimento. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 942, p. 217-236, 2014.

BERTOLINI, V. **Para onde vai o rural do DF?** Análise de processos sócio espaciais ocorridos nas áreas rurais do Distrito Federal - de 1960 à 2000. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2015.

BÉVANT, Y. **La Grande Famine en Irlande, 1845-1850** : Histoire et représentations d'un désastre humanitaire. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014.

BEZERRA, C. P. **Do poder popular ao modo petista de governar**: mudanças no significado da participação para o Partido dos Trabalhadores. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BEZNOS, C. **Aspectos jurídicos da indenização na desapropriação**. Belo Horizonte: Forum, 2006.

BITTAR, J. Doações. **Boletim Nacional do PT**, n. 57 e 58, ago/set. 1991, p. 6.

BITTAR, J. (org.) **O modo petista de governar**. Cadernos de Teoria e Debate, São Paulo, Diretório Regional do PT/SP, 1992.

BOITO JUNIOR, A. A burguesia no Governo Lula. **Crítica Marxista**. São Paulo, v. 21, p. 52-77, 2005.

BOMBARDI, L. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim Data Luta**, Presidente Prudente, v. 45, pp. 1-21, 2011.

BOMBARDI, L. Reforma Agrária e Campesinato: luta de classes e territorialização camponesa em São Paulo. **Reforma Agrária**, v. 34, p. 91-118, 2007.

BOMBARDI, L. M. Contribuição à Historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. **Agrária**. v. 8, p. 1-20, 2010.

BOMBARDI, L. M. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

BOMBARDI, L. O Papel da Geografia Agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **Geosp**, São Paulo, v. 14, p. 107-117, 2003.

BOND, P. **A pilhagem na África**: a economia da exploração. [2006]. Rio de Janeiro, Instituto Comafica, 2007.

BONTEMPI, S. **O bairro da Penha**: Penha de França – Sesmaria de Nossa Senhora. São Paulo: Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Cultura, 1981.

BORGES NETO, J. M. Um governo contraditório. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 7-27, 2003.

BOUDET, Y. Rosa Luxemburg et le marxisme anti-autoritaire. **L'Homme et la société**. Théorie et sociologie marxiste, Paris, n. 24-25, p. 249-263, 1972.

BOUQUET, C. Bientôt on comptera des dizaines de millions de paysans sans terre en Afrique subsaharienne. **Hérodote**, Paris, n. 156. p. 143-160.

BRANDÃO, G. **A esquerda positiva**. As duas almas do Partido Comunista—1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRAGA, S. S. **Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998.

BRILLET, P. **La Grande Famine en Irlande : 1845-1851**. Paris: Ellipses, 2014.

BRUNO, R. A. L. Guardiões da Reforma Agrária. Servidores públicos e técnicos em defesa de uma reforma agrária durante a ditadura militar do Brasil. **Revista Tempos Históricos**, v. 1, pp. 71-97, 2012.

BRUNO, R. A. L. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Seropédica, v. 4, pp. 5-31, 1995.

BURNET-VIGNIEL M.-C. Bardina: Itinéraire d'une populiste, 1853-1883. **Cahiers du monde russe et soviétique**, Paris, v. 16, n. 3-4, jul-dez 1975, p. 323-352.

CABRAL, D. Relação da Bahia. **Memória da Administração Pública Brasileira**. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2826>>. Acesso em: 20 jul. 2014

CAMARGO, A. A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: GOMES, A. M. C. *et al.* **História Geral da Civilização Brasileira - O**

Brasil republicano, v. 10: Sociedade e política (1930-1964). 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pp.147-272.

CAMPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). **O Novo Rural Brasileiro: Rendas das Famílias Rurais**. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004, v. 5, p. 17-37.

CAMPOS, J. F. S. Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 2, p. 2-22, 2013.

CANO, W. **Introdução à economia**. São Paulo: Edunesp, 2012.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, F. H. Prefácio. In: GRAZIANO NETO, Francisco. **A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil**. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1970.

CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2011.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimentismo em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo/Campinas: Unesp/IE-Unicamp, 2002.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CARVALHO, J. M. A modernização frustrada: a política de terras no Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 1, mar. 1981, pp. 39-57.

CARVALHO FILHO, J. J. Reforma agrária: de eleições a eleições. **Estudos avançados**, São Paulo, vol. 11, n. 31, 1997, p. 99-109.

CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CASALDÁLIGA, P. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971.(mimeogr.)

CASSIN, M. *et al.* Lênin e a Questão Agrária na Rússia no final do século XIX e início do século XX. **Anais...** Campinas, 2012. VII Colóquio Internacional Marx e Engels, CEMARX, Unicamp, 2012.

CASTILHO, M. O justo preço. In: SILVEIRA, D. *et al.* **O direito agrário em debate**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1988.

CASTRO, T. Do infante a Tordesilhas - Sistemática Geopolítica. **Revista do Instituto Geográfico Histórico Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 81, 1995.

CHAUI, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

CHAUMET, J.-M. Nourrir la Chine : géopolitique d'un défi alimentaire. **Hérodote**, Paris, n. 156, p. 99-121.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996a.

CHESNAIS, F. Contribution au débat sur le cours du capitalisme à la fin du XXème siècle. In: **Actualiser l'économie de Marx, actuel Marx confrontation**. Paris: Presse Universitaire de France, 1996b.

CHIOVETTI, S. Mudanças políticas na Amazônia: O PT e as Administrações Municipais. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 2, 1997, p. 111-124.

CHRISTILLINO, C. L. Sendo senhor: eu grilo. A desconstrução das cadeias sucessórias. In: MOTTA, M.; SECRETO, M. V. (org.). **Direito às avessas**: por uma história social da propriedade. 1 ed. Niterói; Guarapuava: EDUFF; Unicentro, 2011a, v. 01, p. 193-214.

CHRISTILLINO, C. L. Ação de esbulho. In: GUIMARÃES, E.; MOTTA, M. (org.). **Propriedades e disputas**: fontes para a história dos oitocentos. Niterói; Guarapuava: EDUFF; Unicentro, 2011b, v. 01, p. 87-90.

CHRISTILLINO, C. L. Ação ordinária e sumária. In: GUIMARÃES, E.; MOTTA, M. (org.). **Propriedades e disputas**: fontes para a história dos oitocentos. Niterói; Guarapuava: EDUFF; Unicentro, 2011c, v. 01, p. 91-95.

CHRISTILLINO, C. L. Manutenção de posse. In: GUIMARÃES, E.; MOTTA, M. (org.). **Propriedades e disputas**: fontes para a história dos oitocentos. Niterói; Guarapuava: EDUFF; Unicentro, 2011d, v. 01, p. 137-140.

CHRISTILLINO, C. L. A Lei de Terras e a afirmação da grilagem no Rio Grande do Sul. **Saeculum (UFPB)**, v. 01, p. 103-118, 2013.

CLIFF, T. **Rosa Luxemburg**. 1959. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/cliff/luxemburg/index.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

CODATO, A. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

COELHO, E. **Uma esquerda para o capital**: crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). 2005, Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

COELHO, F. Experiências de Pesquisa: reflexões sobre o MST e a construção de representações sobre os presidentes brasileiros (1984-2006). **Revista Eletrônica História em Reflexão** (UFGD), v. 7, p. 1-18, 2013.

COGGIOLA, O. 150 anos do Manifesto Comunista. In: MARX, K. **Manifesto Comunista**. [1848]. São Paulo: Boitempo, 1998, p. 9-33.

COGGIOLA, O. (org.). **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo: Nova Stella: EDUSP; Brasília, DF: CNPq, 1990.

COGGIOLA, O. A Política da História: o atual debate sobre a Revolução Francesa. COGGIOLA, O. (org.). **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo: Nova Stella: EDUSP; Brasília, DF: CNPq, 1990, p. 47-54.

COMPARATO, B. K. A ação política do MST. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.4, p. 105-118, 2001.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA, SINDICATO DOS ECONOMISTAS E CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO. (org.). **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

COSTA, E. V. A invenção do Iluminismo. COGGIOLA, O. (org.). **A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina**. São Paulo: Nova Stella: EDUSP; Brasília, DF: CNPq, 1990, p. 31-46.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, E. V. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, C. G. (org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 64-125.

COSTA, E. V. Apresentação. In: SECCO, L. **História do PT**. 1978-2010. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.

COSTA, S. H. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

COSTA NETO, N. O princípio constitucional da justa indenização na desapropriação para fins de reforma agrária. **Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 91-108, jan./mar. 2002.

COTRIM, D. V. **O pastoreio comunitário em Uauá: uma expressão da subordinação do trabalho ao capital**. 1991. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1991.

COUTO, C. Mudança e crise: o PT no governo em São Paulo. **Lua Nova. Revista**

de Cultura e Política, São Paulo, n.33, p. 145-164, 1994.

COUTO, C.; ABRUCIO, F. O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 15, n.2, p. 269-301, 2003.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

COVOLAN, F. C.; GONZALEZ, E. T. Q. Sesmarias, Lei de Terras de 1850 e a cidadania - sistema legal x sistema social. In: **Anais do XVII Congresso Nacional do Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.

CUNHA, C. N. "Pintou uma chance legal". O programa "Terra Legal" no interior dos Projetos Integrados de Colonização e do Polígono desapropriado de Altamira, no Pará. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 10/11, 2009, p. 20-56.

CYR, F. **Rebelle devant les extrêmes** : Paul Levi, une biographie politique. Tese (Doutorado em História) - Faculté des études supérieures et postdoctorales, Université de Montreal, Montreal, 2011.

DALLARI, P. Constituinte segundo tempo, hora de virar o jogo! **Boletim Nacional** n. 30, São Paulo, ago. 1987, p. 6-7.

DANIELSON, N. Sobre a nossa economia nacional desde a Reforma. [1893]. In: FERNANDES, R. (org.). **Dilemas do socialismo**: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DASGUPTA, S. Rosa Luxemburg's Response to and Critique of Creativity and Culture. In: **Papers of the Speakers The 15th International Rosa Luxemburg Conference**, Tokyo, 2007, p. 1-11.

DE ANGELIS, M. Marx y la acumulación primitiva. El carácter continuo de los "cercamientos" capitalistas. **Theomai**. n. 26, jul-dez 2012.

DEAN, W. Latifundia and land policy in nineteenth century Brazil. **Hispanic American Historical Review**, v. 51, n. 4, 1971.

DEAN, W. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEL ROIO, M. T. A Ruptura Institucional de 1964 e o Sentido da Democracia. **Aurora**, Marília, v. 7, n. 2, jan/jun 2014, pp. 11-16

DELGADO, G. C. Questão Agrária no Brasil: 1950-2003. In: JACCOUD, L. (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília, DF: IPEA, 2005, p. 51-90.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS, 2012.

DE PAULA, P. G. Os escritos de Marx sobre a Irlanda nos anos 1860 e sua relevância para a compreensão do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política e História Econômica**, v. 33, p. 90-122, 2015.

DI PIETRO, M. S. **Direito Administrativo.** 11 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DREIFUSS, R. **1964: A conquista do Estado (ação política, poder e golpe de classe).** Petrópolis: Vozes, 1981.

DROZ, J. **L’Allemagne et la Révolution Française.** Paris: PUF, 1949.

DUCANGE, J.-N. Rosa Luxemburg, l’intégrité d’une oeuvre. **Contretemps**, Paris, n. 8, v. 1, 2010, p.17-28.

DUCANGE, J. **La Révolution française et la social-démocratie.** Transmissions et usages politiques de l’histoire en Allemagne et Autriche 1889-1934. Rennes: PUR, 2012.

DUNAYEVSKAYA, R. **Rosa Luxemburgo, la liberación femenina y la filosofía marxista de la Revolución.** [1981]. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1985.

ELEY, G. **Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000.** [2002]. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

ELIAS, D. Globalização, agricultura e urbanização no Brasil. **Acta Geográfica (UFRR)**, v. 1, p. 13-32, 2013.

ENGELS, F. **L’origine de la famille, de la propriété privée et de l’État.** [1884]. Paris: Les Éditions Sociales, 1952.

ENGELS, F. Literatura de refugiados. [1875]. In: LÖWY, M. (org.) **Lutas de classes na Rússia.** São Paulo: Boitempo, 2013.

ESTÉBANEZ, J. **Tendencia y problemática actual de la Geografía.** Madrid: Ance, 1982.

ETTINGER, E. **Rosa Luxemburgo, uma vida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

FACHIN, L. E. A desapropriação como instrumento de reforma. **Arquivos do Ministério da Justiça**, Brasília, v. 39, n.166, p. 18-25, 1985.

FACHIN, L. E. **A função social da posse e a propriedade contemporânea: uma perspectiva da usucapião imobiliária rural.** Porto Alegre: Fabris, 1988.

FACHIN, L. E. Estado, posse e propriedade: do espaço privado à função social. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, v. 6, n.11, p. 43-54, 1997.

FACHIN, L. E. O direito que foi privado: a defesa do pacto civilizatório emancipador e dos ataques a bombordo e a boreste. **Revista da Faculdade de Direito**. Curitiba, ano 27, vol. 27, 1992/1993, p. 49-60.

FACHIN, L. E. O estatuto da terra no Brasil: trinta anos ou cinco séculos? . **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo, v. 25, n.1, p. 127-135, 1995.

FACHIN, L. E. **Teoria crítica do direito civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patrimônio político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2008.

FARIA SANTOS, J. **Reforma Agrária e Preço Justo: a indenização na desapropriação para fins de reforma agrária e a possibilidade de ruptura no individualismo proprietário**. 2008, Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FARIA, C. S. **A integração precária e a resistência indígena na periferia da metrópole**. São Paulo: FFLCH Edições, 2011.

FARIA, C. S. OLIVEIRA, A. U.; HOLLANDA, T. P. Relatório técnico do trabalho de campo no Pontal do Paranapanema e São Félix do Xingu/PA. Registros públicos e recuperação de terras públicas. **Série Pensando o Direito**, n.48, 2013, p. 14-43.

FARIA, S. S. **A Colônia Brasileira: Economia e Diversidade**. São Paulo: Moderna, 2004.

FAURÉ, C. (org.). **Quatre femmes terroristes contre le tsar**. Vera Zassoultich, Olga Loubatovitch, Elisabeth Kovalskaïa, Vera Figner. Paris: François Maspero, 1978.

FAURÉ, Christine (org.). **Terre, terreur, liberté**. Paris: François Maspero, 1979.

FELICIANO, C. A. "Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos fundiários. **Revista NERA (UNESP)**, v. 01, p. 48-60, 2007.

FEDERICI, S. **Caliban et la Sorcière**. Femmes, corps et accumulation primitive. [2004] Marselha/Genebra: Sononevero; Entremonde, 2014.

FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde - A Reforma Agrária no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

FELICIANO, C. A. O conflito como elemento chave na construção da região do Pontal do Paranapanema. **Acta Geográfica (UFRR)**, v. 1, 2013.

FELICIANO, C. A. **Território em disputa: terras (re)tomadas (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema)**. 2009, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERLINI, V. L. A. Estruturas agrárias e relações de Poder em sociedades escravistas: perspectivas de pesquisa e de critérios de organização Empresarial no Período Colonial. **Revista de História**. São Paulo, v. 22, 1994, p. 35-47.

FERNANDES, B. M. 20 anos do MST e a perspectiva de reforma agrária no governo Lula. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M (org.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Editora Casa Amarela; Editora Paz e Terra, 2004, p. 273-294.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. A judicialização da reforma agrária. **Geousp**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 35-39, 1997.

FERNANDES, B. M. A reforma agrária que Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial/Flacso Brasil, 2013, p. 191-206.

FERNANDES, B. M. Reconceitualizando a reforma agrária. **Boletim Dataluta**, p. 2-5, 10 jul. 2010.

FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária**, v. 34, p. 77-94, 2007.

FERNANDES, B. M.; STÉDILE, J. P. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

FERNANDES, R. (org.). **Dilemas do socialismo**: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FERREIRA, B. *et al.* Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária – embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). **Políticas Sociais**: acompanhamento e análise, n. 17, 2009, p. 155-226.

FIDELIS, J. **A justa indenização nas desapropriações agrárias e como se formam as superindenizações**. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

FIDELIS, J. Desapropriação para fins de reforma agrária e justo preço: como se formam as superindenizações. **Revista INCRA**, Brasília, n. 1, v. 1, 2015, p. 7-22.

FIGNER, V. **Mémoires d'une révolutionnaire**. [1930] Paris : Denoël Gonthier, 1973.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Partido dos Trabalhadores: trajetórias. Das origens à vitória de Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

FRANCO, M. S. C. A organização social do trabalho no período colonial. In: PINHEIRO, P. S. (org.) **Trabalho escravo, economia e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4 ed. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FREITAS, E. O. A Cerca Jurídica da Terra. **Confluências**, Niterói, v. 7, p. 34-41, 2006.

FREITAS, L. *et. al.* A ocupação territorial brasileira como imperativo da expansão do capital comercial português e como consequência das contradições intermercantilistas: O caso do regime sesmarial brasileiro e a função do direito na sociedade do Brasil-colônia. In: **Anais do VI Encontro Internacional Marx-Engels, 2009**, Campinas: CEMARX, 2009, p. 1-7.

FRIDMAN, F.; RAMOS, C. A. F. A história da propriedade da terra no Brasil. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n.5, p. 63-74, 1991.

FRÖLICH, P. **Rosa Luxemburg, sa vie et son oeuvre**. [1939]. Paris: L'Harmattan, 1991.

FUMES, R. C. P.; OLIVEIRA, L. R. O. O MST na era Collor. In: **ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, 19., 2009, São Paulo: USP, 2009. p. 1-24.

FURTADO, C. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALLISSOT, R. Rosa Luxemburg et la colonization. **L'Homme et la société**. Économie et tiers-monde, n. 33-34, 1974. p. 133-151.

GALLO, M. **Une femme rebelle** : Vie et mort de Rosa Luxemburg . Paris: Presses de la Renaissance, 1992.

GARCIA, C. **Partido dos Trabalhadores**: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem. 2008. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

GARCIA, G. B. Registros Paroquiais de terra. In: GUIMARÃES, E.; MOTTA, M. (org.). **Propriedades e disputas**: fontes para a história dos oitocentos. Niterói; Guarapuava: EDUFF; Unicentro, 2011, p. 65-70.

GARCIA, G. B. **Terra, trabalho e propriedade**: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890). 2010, Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GARCIA, M. A. Nosso Projeto de Constituição. **Boletim Nacional**, n. 27, São Paulo, mai. 1987, p. 8.

GASPAR, R.; REGO, J.; ANDRADE, M. **Mobilização e justiça ambiental**: Resistência camponesa e as transformações agrárias no Médio Mearim e Leste Maranhense. São Luiz, UFMA, 2008.

GASQUES J.; VERDE, C. **O financiamento da Reforma Agrária**. Brasília: IPEA, 1999.

GENOÍNO, J. A Constituinte que não queremos. **Boletim Nacional**, n. 15, São Paulo, dez. 1985, p. 3.

GEORGE, P. Problèmes, doctrines et méthode. In: GEORGE, P. *et al.* **La Géographie Active**. Paris: PUF, 1964. p. 1-41.

GIANNOTTI, J. A. Marx (1818-1883). In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. [1844]. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GOMES, M. E. (coord.). **A Constituição de 1988, 25 anos** - a construção da democracia e liberdade de expressão: o Brasil antes, durante e depois da Constituinte. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

GRAHAM, R. Landowners and the overthrow of the Empire. **Luso-Brazilian Review**, v. 7, n. 2, 1970.

GRANDE JUNIOR, C. **Usucapião quarentenária sobre terras do estado**: fundamentos jurídicos, atualidade e repercussão na questão agrária brasileira. 2012, Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. Por uma reforma agrária não essencialmente agrícola. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, p. 8-11, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Revista Debates Ambientais, CEDEC, São Paulo/SP, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, José *et al.* **O Novo Rural Brasileiro**. Uma análise nacional regional. Vol. 1. Campinas: EMBRAPA Meio Ambiente/IE-Unicamp, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J; GROSSI, M. Famílias pluriativas na agricultura brasileira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 26-52, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J; GROSSI, M. O novo rural brasileiro. In: GRAZIANO DA SILVA, J. (org.). **Ocupações rurais não-agrícolas**: oficina de atualização temática. Londrina/PR: IAPAR, 2001, v. 1, p. 25-39.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A tragédia da terra**: o fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: IGLU/FUNEP/UNESP, 1991.

GRESPLAN, J. As formas da mais-valia. **Crítica Marxista**. v. 33, p. 9-30, 2011.

GRESPLAN, J. **O negativo do capital**. O conceito de crise na Crítica de Marx à Economia Política. São Paulo: HUCITEC, 1998.

GRINBERG, A. (org.). **Rosa, la vie**. Lettres de Rosa Luxemburg. Ivry-sur-Seine: L'Atelier, 2009.

GRINBERG, K. Re-escravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, S.; MENDONÇA, J. (org.). **Direitos e Justiças**: ensaios de história social. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

GRYNSZPAN, M. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, M. M. (org.). **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 57-77.

GUÉRIN, D. **Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária**. [1971]. São Paulo: Perspectiva, 1982.

GUILLERM A. **Le Luxemburgisme aujourd'hui**. Rosa Luxemburg et les conseils ouvriers. Paris: La Digitale, 1996.

GUIMARÃES, A. P. As três frentes da luta de classes no campo brasileiro, **Novos Rumos**, 22-28 jul. 1960.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GUIMARÃES, E. S. **Terra de Preto**: usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EDUFF, 2009.

GUIMARÃES, J. A estratégia da pinça. Revista Teoria e Debate, n. 12, 30 nov. 1990. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/politica/estrategia-da-pinca?page=full> Acesso em: 11 mar. 2016.

GUSMÁN, E.; MOLINA, M. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, D. **Espacios del capital**. Hacia una geografía crítica. [2001]. Madrid: Akal, 2007.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. [2003]. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HAUG, F. **Rosa Luxemburg y el arte de la política**. Cádiz: Tierra de Nadie, 2013.

HERZEN, A. **Du développement des idées révolutionnaires en Russie**. Paris: A. Frank, 1851.

HILL, C. Uma revolução burguesa?. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 4, n. 7, 1984.

HILL, C. **O mundo de ponta-cabeça**. Ideias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

HOBSEBAWN, E. Do feudalismo para o capitalismo. In: SWEEZY, P. *et al.* **A transição do feudalismo para o capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 201-208.

HOBSBAWN, E.; RUDÉ, G. **Capitão Swing**. [1969]. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

HOLANDA, S. B. As etapas dos descobrimentos portugueses. In HOLANDA, S. B. (org.). **História Geral da Civilização Brasileira - A Época Colonial**. São Paulo: Difel, 1976. p. 26-34.

HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HUDIS, P. Accumulation, Imperialism, and Pre-Capitalist Formations. Luxemburg and Marx on the non-Western World. **Socialist Studies/Études Socialistes**, n. 6 vol. 2, p. 75-91, Fall 2010.

IANNI, O. **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

IASI, M. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ITO, N. The Mass Strike in Rosa Luxemburg's Thought. **Internacional Conference Labor and Social Struggles**. Chicago: Chicago Socialists, 2010.

ITURRIZA, R. Venezuela: Rosa Luxemburg, cuando la palabra alumbra. In: SCHÜTRUMPF, J. (org.). **Rosa Luxemburg o el precio de la libertad**. Berlim/Quito: Dietz Verlag/Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, p. 136-141, 2011.

JAMESON, F. Imagining a space that is outside – an interview. **The Minnesota Review**, n. 78, p. 83-94, 2012.

JANOUVER, L. Rosa Luxemburg, histoire dans l'autre sens. In: **Introduction à l'économie politique** – Œuvres complètes. Tome I. [1925] Marseille/Toulouse : Agone/Smolny, 2009.

JONES, A. S. **A política fundiária do regime militar**: legitimação privilegiada e grilagem especializada (do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra). 1997, Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

JONES, A. S. Reforma Agrária e Direito de Propriedade. In: MOLINA, M. C. *et al.* (orgs.) **Introdução Crítica ao Direito Agrário**. São Paulo: Imprensa Oficial São Paulo, 2000.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Análise geral das amostras da pesquisa de campo: Determinantes da renda e efeitos da pluriatividade. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados, vol. 15, n. 43, 2001, p. 37-50.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. [1898]. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KECK, M. E. **PT - A lógica da diferença**. [1991]O partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas

Sociais, 2011.

KLEIN, N. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. [2007]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KIBALTCHTCH-DOROSHENKO, N. La revolución política y la cuestión económica. In : SHANIN, T. (org.) **El Marx tardío y la vía rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madrid: Editorial Revolución, 1990.

KOHAN, N. **Rosa Luxemburgo: La flor más roja del socialismo**. Querétaro: Ocean Press, 2012.

KONDRATIEVA, T. Le pouvoir du précédent dans l'histoire : l'impact de la Révolution française en Russie. **Revue des études slaves**, t. 61, v. 1-2, 1989, p. 201-215.

KOVALSKAIA, E. Autobiographie. [1916]. In : FAURÉ, C. (org.) **Quatre femmes terroristes contre le tsar**. Paris: François Maspero, 1978.

KROPOTKIN, P. **La Conquête du pain**. [1892]. préface d'Elisée Reclus. Antony: Tops H. Trinquier, 2002.

KROPOTKIN, P. **Mémoire d'un révolutionnaire**. Autour d'une vie. [1898]. Paris: Editions Scala, 1989.

KUCINSKI, B. O partido tardio dos trabalhadores. In: D'INCAO, M. A. (Org.). **O Brasil não é mais aquele...** Mudanças sociais após a redemocratização. 1ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001, v. 1, p. 181-199.

LASCOUMES, P.; ZANDER, H. **Marx, du “vol de bois” à la critique du droit**. Paris: PUF, 1982.

LAURAT, L. **La acumulación del capital según Rosa Luxemburgo**. [1931]. Madrid: Ediciones Hoy, 1969.

LAVROV, P. Avante! [1873]. In: FERNANDES, R. (org.). **Dilemas do socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LE BLANC, P. Lénine et R. Luxemburg sur l'organisation révolutionnaire (le débat de 1904 et ses suites). **Cahiers d'étude et de recherche**, n. 14, 1990.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEIBOVICI, M. Révolution et démocratie : Rosa Luxemburg. **Revue Française de Science Politique**, a. 41, n.1, p. 59-80, 1991.

LENIN, V. I. **Ce que sont les “Amis du peuple”**. [1893a]. Montreuil-sous-Bois, França: Éditions Science Marxistes, 2010a.

LENIN, V. I. **Le contenu économique du populisme**. [1893b]. Montreuil-sous-Bois, França: Éditions Science Marxistes, 2010b.

LENIN, V.I. **Los nuevos cambios económicos en la vida campesina** (A propósito del libro de V. E. Pontnikov la hacienda campesina en sur de Rússia). [1893c] LENIN, V. Obras completas. Tomo I. Buenos Aires: Editorial Cartago, 1969, p. 13-84.

LENIN, V. I. **A que herança renunciemos?** [1897]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1897/heranca/index.htm>. Acesso em: 18 set. 2015.

LENIN, V. I. **Aos Pobres do Campo**. Explicação aos camponeses daquilo que querem os sociais-democratas. [1903]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1903/03/pobres.htm> Acesso em: 19 set. 2015.

LENIN, V. I. Programme agraire de la social-démocratie dans la première Révolution Russe de 1905-1907. [1907]. In: LENIN, V. **ŒUVRES**. Tome 13. Juin 1907-Avril 1908. Paris : Editions Sociale ; Moscou : Éditions du Progrès, 1967.

LENIN, V. I. **Resolução Sobre a Questão Agrária de 13 de Maio (30 de Abril) de 1917**. [1917a] Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/05/13.htm> Acesso em: 25 set. 2015.

LENIN, V. I. Deuxième congrès des Soviets des députés ouvriers et soldats de Russie. [1917b] In: LENIN, V. **ŒUVRES**. Tome 26.. Paris : Editions Sociale ; Moscou : Éditions du Progrès, 1982.

LENIN, V. **Ce que sont les “Amis du peuple” et Le contenu économique du populisme**. [1893a;b]. Montreuil-sous-bois: Éditions Science Marxiste, 2010.

LENIN, V. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo**. [1917]. São Paulo: Alfa Ômega, 1986.

LENIN, V. I. **Discurso de Abertura do I Congresso da Internacional Comunista em 2 de março de 1919**. [1919]. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/MCLuxembCAP1.htm> Acesso em: 14 jul. 2014.

LENIN, V. I. **Discurso de Abertura do I Congresso da Internacional Comunista em 2 de março de 1919**. 2014. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/MCLuxembCAP1.htm> Acesso em: 14 jul. 2014.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. [1899]. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LENIN, V. I. **O programa agrário da social-democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. Goiânia: Alternativa, 2002.

LIMA, R. R. A. **Via Prussiana, revolução passiva e revolução pelo alto**: estudo de uma hipótese marxista sobre a particularidade do caminho brasileiro ao capitalismo.

2003. 167f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília. 2003.

LINHARES, A. Da admissibilidade dos títulos da dívida agrária dados em garantia da execução fiscal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 5, n. 43, 1 jul. 2000. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/1348>>. Acesso em: 02 mar. 2012.

LOPES, W. O PT na década de 90: construindo um programa neonacional-desenvolvimentista. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18 n. 33, p. 23-34, jul./dez. 2014.

LOUBATOVITCH, O. Le proche et le lointain. Souvenirs de la vie des révolutionnaires des années 1878-1881. [1906]. In: FAURÉ, C. (org.) **Quatre femmes terroristes contre le tsar**. Paris: François Maspero, 1978.

LOUREIRO, I. Lukács e Rosa Luxemburg. In: ANTUNES, R.; REGO, W. L. (org.). **Lukács, um Galileu no século XX**. São Paulo: Boitempo, 1996, p. 54-61.

LOUREIRO, I. **Rosa Luxemburg**: os dilemas da ação revolucionária. São Paulo: Unesp/Perseu Abramo, 2004.

LOUREIRO, I. Michael e Rosa. In: PESCHANSKY, A; JINKINGS, I. **As utopias de Michael Löwy**: reflexões sobre um marxista insubordinado. São Paulo: Boitempo, 2005.

LOUREIRO, I. Rosa Luxemburg e os movimentos sociais contemporâneos: o caso do MST. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 26, p. 105-116, 2008.

LOUREIRO, I. (org.) **Socialismo ou barbárie** – Rosa Luxemburgo no Brasil. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009.

LOUREIRO, I. L'actualité brésilienne de Rosa Luxemburg. **Contretemps**, Paris, n. 8, v. 1, 2010, p. 47-58.

LOUREIRO, I. **Rosa Luxemburg**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011a.

LOUREIRO, I. Nota biográfica (1871-1919). In: LOUREIRO, I. (org.) **Rosa Luxemburgo**. Textos Escolhidos. Vol. 1. São Paulo: Unesp, 2011b.

LOUREIRO, I. (org.). **Rosa Luxemburgo**. Textos Escolhidos. Vol. 1. São Paulo: Unesp, 2011c.

LOUREIRO, I. (org.). **Rosa Luxemburgo**. Textos Escolhidos. Vol. 2. São Paulo: Unesp, 2011d.

LOUREIRO, I. (org.). **Rosa Luxemburgo**. Cartas. Vol. 3. São Paulo: Unesp, 2011e.

LOUREIRO, I. Rosa Luxemburgo no principio era a ação. In: ALMEIDA, J.; BADEN, W.(org). **Pensamento Alemão no século XX**. Vol. II. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

LOUREIRO, I. **Resistências à acumulação primitiva: o caso do MST**. Disponível em: <http://www.centrovictormeyer.org.br>. Acesso em: 30 mai. 2013.

LOUREIRO, V. R.; PINTO, J. N. A. A Questão Fundiária na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, p. 77-98, 2005.

LÖWY, M. Le marxisme révolutionnaire de Rosa Luxemburg. **Partisans**. Rosa Luxemburg vivante, Paris, n. 45, dez./jan., p. 60-66, 1969.

LÖWY, M. **Método dialético e Teoria Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LÖWY, M. Lukács et Rosa Luxemburg: la théorie du parti. **L'Homme et la société**. Inédits de Lukács et textes de Lukács, n. 43-44, 1977, p. 77-85.

LÖWY, M. Le communisme primitif dans les écrits économiques de Rosa Luxemburg. In: WEILL, C.; BADIA, G. **Rosa Luxemburg aujourd'hui**. Paris: PUV, 1986.

LÖWY, M. **Rédemption et utopie**. Paris: PUF, 1988.

LÖWY, M. Barbárie e modernidade no século XX. In: LÖWY, M; Bensaïd, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

LÖWY, M. Por um marxismo crítico. In: LÖWY, M; Bensaïd, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

LÖWY, M. A dialética marxista do progresso. In: LÖWY, M; Bensaïd, D. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000.

LÖWY, M. Cristianismo da libertação e marxismo: de 1960 aos nossos dias. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 411-438.

LÖWY, M. Marxismo e romantismo revolucionário. [1980] In: _____. **Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin**. São Paulo: Perspectiva, 2008.

LÖWY, M. A atualidade latino-americana de Rosa Luxemburgo. In: LOUREIRO, I. (org.) **Socialismo ou barbárie – Rosa Luxemburgo no Brasil**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009.

LÖWY, M. L'étincelle s'allume dans l'action. La philosophie de la praxis dans la pensée de Rosa Luxemburg. **Contretemps**, Paris, n. 8, v. 1, 2010, p. 37 – 46.

LÖWY, M. Rosa Luxemburg, un marxisme pour le XXIème siècle. **Contretemps**, Paris, n. 8, v. 1, 2010, p. 59-64.

LÖWY, M. (org.). **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

LÖWY, M. **Rosa Luxemburg, un marxisme por le XXIe siècle**. 2012. Disponível em: <<http://www.npa2009.org/content/rosa-luxemburg-un-marxisme-pour-le-xxie-siècle-michael-löwy>>.

LÖWY, M. **Teoria da revolução no jovem Marx** [1970]. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÖWY, M. Une conquête démocratique du pouvoir par l'action collective de la majorité populaire. **L'Humanité**. 25 out. 2013. Disponível em: <http://www.humanite.fr/debats/une-conquete-democratique-du-pouvoir-par-l-action-551911>. Acesso em: 02 jul. 2014.

LÖWY, M. Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do progresso. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. [1922]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUXEMBURG, R. **Camarada e Amante**: cartas de Rosa Luxemburgo a Leo Jogiches. [1891-1904]. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

LUXEMBURG, R. **Le socialisme en France (1898-1912)**. – Œuvres complètes. Tome III. Marseille/Toulouse: Agone/Smolny, 2013.

LUXEMBURG, R. **Vive la lutte!** Correspondance 1891-1914. Paris: François Maspero, 1975.

LUXEMBURG, R. **Réforme social ou révolution?** [1899]. Paris: François Maspero, 1969.

LUXEMBURG, R. Greve de massas, partidos e sindicatos. [1906]. In: LOUREIRO, I. (org.). **Rosa Luxemburgo**. Textos Escolhidos. Vol. 1. São Paulo: Unesp, 2011a. p.263-350.

LUXEMBURG, R. **À l'école du socialisme** – Œuvres complètes [1907-1913]. Tome II. Marseille/Toulouse : Agone/Smolny, 2012.

LUXEMBURG, R. **La brochure de Junius, la guerre et l'Internationale [1907-1916]** – Œuvres complètes. Tome IV. Marseille/Toulouse: Agone/Smolny, 2014.

LUXEMBURG, R. L'histoire de l'économie politique. [1912]. In : LUXEMBURG, R. **À l'école du socialisme** - Œuvres complètes. Tome II. Marseille/Toulouse : Agone/Smolny, 2012.

LUXEMBURG, R. **A acumulação de capital**. Contribuição ao estudo econômico do imperialismo. [1913]. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

LUXEMBURG, R. Sur l'esclavage. [1913]. In : LUXEMBURG, R. **À l'école du socialisme** - Œuvres complètes. Tome II. Marseille/Toulouse : Agone/Smolny, 2012.

LUXEMBURG, R. Rascunhos das Teses de Junius. [1916]. In: LOUREIRO, I. (org.). **Rosa Luxemburgo**. Textos Escolhidos. Vol. 2. São Paulo: Unesp, 2011b. 9-14.

LUXEMBURG, R. A crise da social-democracia. [1916]. In: LOUREIRO, I. (org.). **Rosa Luxemburgo**. Textos Escolhidos. Vol. 2. São Paulo: Unesp, 2011c. p. 15-144.

LUXEMBURG, R. O segundo e o terceiro volumes d'O capital. [1917]. **Crítica Marxista**, n.29, p. 135-143, 2009.

LUXEMBURG, R. **La révolution russe**. [1918]. Paris: François Maspero, 1964.

LUXEMBURG, R. A revolução russa. [1918]. In: LOUREIRO, I. (org.). **Rosa Luxemburgo**. Textos Escolhidos. Vol. 2. São Paulo: Unesp, 2011d. p. 175- 212.

LUXEMBURG, R. **Anticrítica**. [1918]. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

LUXEMBURG, R. **La révolution russe**. [1918]. Paris: François Maspero, 1964.

LUXEMBURG, R. **Introduction à l'économie politique**. [1925] Paris: Anthropos, 1971.

LUXEMBURG, R. **Introduction à l'économie politique** – Œuvres complètes. Tome I. [1925] Marseille/Toulouse : Agone/Smolny, 2009.

MACHADO, L. O. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 54, n.2, p. 27-55, 1994.

MAFORT, K. **A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária para as mulheres da Via Campesina**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013.

MAIA, C. L. Movimentos sociais na fronteira - um estudo de caso: Trombas e Formoso 1950/1960. In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional da ANPUH** - História: Guerra e Paz. Londrina: Editorial Mídia, 2005. v. 1. p. 1-8.

MAIA, C. L. **Os Donos da Terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da Fronteira** – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. 2008, Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MALAGODI, E. Marx e os camponeses russos. Raízes. **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 24, p. 104-109, 2005.

MALINA, L. L. **A territorialização do monopólio no setor de papel e celulose: a atuação da Veracel Celulose no extremo sul da Bahia**. 2013, Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MANDEL, E. Préface. In: LUXEMBURG, R. **Introduction à l'économie politique**. Paris: Anthropos, 1971.

MARCELINO, W. B. (org.). **Discursos selecionados do Presidente João Goulart**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MARCOS, V. Tempo de semear: novos caminhos para um novo campo no Brasil do século XXI. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (orgs.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 203-220

MARCUSE, H. **Contra-revolução e revolta**. [1972]. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARÉS, C. F. Da tirania à tolerância. In: NOVAES, A. **A outra margem do Ocidente**. São Paulo Companhia das Letras, 1999, p. 53-82.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

MARÉS, C. F. Desapropriação sanção por descumprimento da função social?. **Revista de Direito Agrário**, v. 19, p. 65-76, 2006.

MARÉS, C. F. Função Social da Propriedade. In: SONDA, C.; TRAUCZYNSKI, S. C. (org.). **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. Curitiba: ITCG, 2010, p. 181-198.

MARQUES, M. I. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 11, p. 57-67, 2008.

MARQUES, M. I. M. O novo significado da questão agrária. In: **Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Belém: Açaí, 2011. v. 1, p. 1 – 16.

MARTINEZ, P. H. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado: 1980-2005. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (org.). **História do marxismo no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, v. 6, p. 239-288.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MARTINS, J. S. **O cativo da Terra**. [1979]. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J. S. **Expropriação e Violência** (A questão política no campo). 1 ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, J. S. **O Poder do Atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, J. S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, L. (org.) **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 659-726.

MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, L. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, G.;

SCHMITTER, P.; WHITEHEAD, L. (orgs.). **Transições do regime autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988.

MARX, K. Débats sur la loi relative au vol de bois. [1842]. In: BENSAÏD, D. Les dépossédés. Karl Marx, les voleurs de bois et le droit des pauvres. Paris: La fabrique, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. [1844]. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, K. La domination britanniques en Inde. [1853a]. MARX, K.; ENGELS, M. **Textes sur le colonialisme**. Moscou: Éditions du Progrès, 1977, p. 35-43

MARX, K. Les résultats éventuels de la domination britannique en Inde [1853b]. MARX, K.; ENGELS, M. **Textes sur le colonialisme**. Moscou: Éditions du Progrès, 1977, p. 92-99.

MARX, K. Les atrocités anglaises en Chine [1853c]. MARX, K.; ENGELS, M. **Textes sur le colonialisme**. Moscou: Éditions du Progrès, 1977, p. 92-99.

MARX, K. La révolte indienne [1853d]. MARX, K.; ENGELS, M. **Textes sur le colonialisme**. Moscou: Éditions du Progrès, 1977, p. 92-99.

MARX, K. **Elementos fundamentales para la critica de la economia política: Borrador 1857-1858**. Vol. I. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, 2007.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. [1859]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm> Acesso em: 19 dez. 2015.

MARX, K. **O capital**. [1867/1890; 1885; 1894]. Col. Os Economistas – São Paulo: Nova Cultural, 1985. Tomos: I, II, III, IV e V.

MARX, K. **Le capital**. [1872-1875]. Paris: Flammarion, 2014. Livro I.

MARX, K; ENGELS, F. **Lutas de classes na Rússia**. [1875-1894]. Organizado por Michael Löwy. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Carta à redação da Otechestvenye Zapiski. [1877]. In: LÖWY, M. (org.) **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Primeiro ao quarto esboços e carta a Vera Ivanovna Zaslitch. [1881]. In: LÖWY, M. (org.) **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. [1848]. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **Le parti de classe**. Tome 1: théorie et activité. [1843-1850]. Paris: François Maspero Éditeur, 1973.

MARX, K.; ENGELS, F. **Imperio y colonia: escritos sobre Irlanda**. Cidade do México: Cuadernos de pasado y presente, 1979.

MATTEI, L. Trabalhadores: política agrária - terra arrasada. **Teoria e Debate**, São Paulo, v. 12, p. 21-26, 1990.

MATTEI, L. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 301-325, 2012.

MATTICK, P. **Integração capitalista e ruptura operária**. s/l: A Regra do Jogo, 1977.

MATTOS, I. R. Do Império à República. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 163-171.

MAURICE, P. Rosa Luxemburg et Karl Liebknecht, un mythe paradoxal en RDA. **Sens Publique**. Montreal. n. 10, v. 4. out-dez. 2006.

MAZZEO, A. C. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil**. História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (coleção Brasil Urgente), 2003.

MEDEIROS, L. S. Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. **Riad Cadernos Temáticos**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 01-64, 1994.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2002.

MEIRELLES, H. **Aula Magna Proferida pelo Presidente do Banco Central**. Transcrita. São Paulo, Fundação Álvares Penteado, 2004.

MELLO E SOUZA, L. Notas sobre as revoltas e as revoluções da Europa Moderna. **Revista de História**, (USP), São Paulo, v. 1, p. 9-17, 1996.

MENASCHE, R. Risco à mesa: alimentos transgênicos, no meu prato não?. **Campos**, Curitiba, v. 5, n.1, p. 111-129, 2004.

MENDONÇA, S. R. A Sociedade Nacional de Agricultura e a Institucionalização de Interesses Agrários no Brasil. **Revista do Mestrado de História**, Vassouras, v. II, p. 21-58, 1999.

MENDONÇA, S. R. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENEGOZZO, H. **Partido dos Trabalhadores**: bibliografia comentada (1978-2002). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

MENEGUELLO, R. **PT - A formação de um Partido** (1979-1982). São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MERCADANTE, A. **As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil**: análise do Governo Lula (2003-2010). Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MESZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MIRANDA, M. Colonização e reforma agrária. **Boletim de Geografia**, Maringá, ano 5, n. 1, 1987, p. 31-43.

MIGLIOLI, J. Rosa Luxemburgo: acumulação de capital e mercados externos. In: MIGLIOLI, J. **Acumulação de capital e demanda efetiva**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIKHAILOVSKI, M. O que é o progresso? [1869]. In: FERNANDES, R. (org.). **Dilemas do socialismo**: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982a.

MIKHAILOVSKI, N. K. O dilema do marxista russo. In: FERNANDES, R. C. (org.). **Dilemas do socialismo**: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982b.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A ação territorial de uma Igreja Radical**: Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral Da Terra no Estado da Paraíba. 2008, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MOITA, G. **As críticas de José de Souza Martins aos mediadores de esquerda dos movimentos sociais agrários**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

MOORE JR., B. **As origens da ditadura e da democracia**. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno. [1966] Lisboa: Edições 70, 2010.

MORAES, A. C. R. Território. **Orientação**, São Paulo, n.5, IGEOG/USP, 1984, p.91.

MORAES, A. C. R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 166-176, 1991.

MORAES, A. C. R. Dimensão territorial nas formações latino-americanas. **Revista do Departamento de Geografia**, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 7, p. 81-86, 1994.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil**: o território colonial no “longo” século XVI. São Paulo: Annablume, 2011b.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil**: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011a.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005a.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005b.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil:** classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira. [1984] 2a. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

MOREIRA, R. **A formação espacial brasileira:** uma contribuição crítica à geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

MOREIRA, R. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, n. 6, 1988, pp.19-64.

MORENO, G. O processo histórico de acesso à terra em Mato Grosso. **Revista Geosul** (UFSC), Florianópolis, v. 14, p. 13-35, 1999.

MOTA, C. G. (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Difel, 1977

MOTA, M. S.; SECRETO, M. V. Por última vontade: doação e propriedade no oitocentos. In: MOTTA, M.; SECRETO, M. V. (org.). **Direito às Avelãs:** por uma história social da propriedade. Guarapuava/Niterói: Unicentro/EdUFF, 2011, p. 156-190.

MOTA, M. S. Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América Portuguesa. **Saeculum (UFPB)**, v. 1, p. 29-44, 2012.

MOTA, M. S.; MACHADO, M. M. Legislações e Terras. In: MOTTA, M.; GUIMARÃES, E. (Orgs.). **Propriedades e Disputas:** fontes para a história do oitocentos. Guarapuava; Niterói: UNICENTRO; EDUFF, 2011, p. 253-263.

MOTA, M. S.; SECRETO, M. V. Escritura de doações de terras. In: MOTTA, M.; GUIMARÃES, E. (Orgs.). **Propriedades e Disputas:** fontes para a história do oitocentos. Guarapuava; Niterói: UNICENTRO; EDUFF, 2011, p. 43-47

MOTA, M. S.; SECRETO, M. V. Juízo dos Feitos da Coroa e Fazenda. In: MOTTA, M.; GUIMARÃES, E. (orgs.). **Propriedades e Disputas:** fontes para a história do oitocentos. Guarapuava; Niterói: UNICENTRO; EDUFF, 2011, p. 61-63.

MOTTA, M. M. Terra, nação e tradições inventadas. In: MENDONÇA, S.; MOTTA, M. M. (orgs.). **Terra e poder: as dimensões da história**. Niterói: EDUFF, 1998.

MOTTA, M. M. A grilagem como legado. In: MOTTA, M. M.; PIÑERO, T. L. (orgs.). **Voluntariado e universo rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001, p. 75-99.

MOTTA, M. M. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. **Justiça & História**, Rio Grande do Sul, v. 4, n.7, p. 61-83, 2004.

MOTTA, M. M. **Nas Fronteiras do Poder**. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. 2a edição revista e ampliada. Niterói: EDUFF, 2008.

MOTTA, M. **O Direito à Terra no Brasil**. A gestação do conflito (1795/1824). São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, M. Tierra, Poder y Privilegio. Los mayorazgos coloniales y el ejemplo de la Casa da Torre (siglo XVIII). In: ÁLVAREZ, M.; GARCÍA, A. (org.). **Campos y**

campesinos en la Españã Moderna. León: Fundación Espanõla de Histõria Moderna, 2012, p. 1413-1423.

MOTTA, M. M.; GUIMARÃES, E. (orgs.) **Propriedades e Disputas:** fontes para a histõria do oitocentos. Guarapuava; Niterói: UNICENTRO; EDUFF, 2011.

MOTTA, M. M.; MENDONÇA, S. Continuidade nas rupturas: legislação agrária e trabalhadores rurais no início da República. **Revista da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UnB**, Brasília, v. VI, p. 127-147, 2002.

MOTTA, M. M.; SECRETO, M. V. (orgs.). **O direito às avessas:** por uma histõria social da propriedade. Guarapuava: Unicentro, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

MOURA, M. M. **Camponeses.** São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, M. M. Invasão, expulsão e sucessão. **Anuário Antropológico**, São Paulo, v. 82, p. 82-97, 1982.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MOZAYER, M.; ROUDART, L. **Histórias das agriculturas no mundo:** do neolítico à crise contemporânea. [1997-2002]. São Paulo: Unesp; Brasília, DF: Nead, 2010.

MYSKIW, A. M. **Colonos, Posseiros e Grileiros:** conflitos de terra no Oeste Paranaense. 2002, Dissertação (Mestrado em Histõria) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002

NAKATANI, P. *et al.* Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, v. 110, p. 213-240, 2012.

NATHER, M. **A reforma do Estado e as cidades:** a experiência de Ribeirão Preto (SP) nos anos de 1990/2000. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

NATIVIDADE, M. M. **A questão agrária no Brasil (1961-1964):** uma arena de lutas de classe e intraclasse. 2013, Dissertação (Mestrado em Histõria) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

NATIVIDADE, M. M. A questão agrária no Brasil entre 1961-1964: uma arena de luta de classe e intraclasse. **Anais do VII Simpósio Nacional Estado e Poder - Sociedade Civil.** Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

NEGRO, A. L.; SILVA, A (orgs.) **E. P. Thompson. As particularidades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

NEGT, O. O marxismo de Rosa Luxemburgo. In: HOBBSBAWM, E. (org.). **Histõria do marxismo:** o marxismo da Segunda Internacional (2ª parte) – Volume III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 11-51.

NETTL, J. P. **Rosa Luxemburg.** Édition abrégée par l’auteur. Paris: Spartacus, 2012.

NEUSÜSS, C. Patriarcat et organisation du parti. Rosa Luxemburg critique des idées de ses comilitants masculins. In: WEILL, C.; BADIA, G. **Rosa Luxemburg aujourd'hui**. Paris: PUV, 1986.

NEUTZLING, I. A Igreja e as ocupações de terra. Uma reflexão ético-teológica sobre as ocupações de terra. **Revista Convergência**, set. 1997, ano XXXII, n. 305.

NISHIKAWA, R. B. Ser imigrante, estar colono: o processo de transformação dos imigrantes em colonos na Província do Paraná. **Antíteses**, v. 4, n. 7, p. 99-126, jan./jun. 2011.

NOVAIS, F. A. Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 17, p. 1-14, 1974.

NOVAIS, F. A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. MOTA, C. G. (org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Difel, 1977, p. 47-63.

NOVAIS, F. A. Passagens para o novo mundo. **Estudos CEBRAP**, São Paulo v. 9, p. 2-8, 1984.

NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

NOZOE, N. H. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Revista ANPEC**, Brasília, v. 7, p. 587-605, 2006.

NUNES, F. **Benevides: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Corifeu, 2009.

NUNES, P. **O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: construção e trajetória do partido no Estado (1980/2000)**. 2003, Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

NUNOMURA, E. **O mensalão impresso, o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de Folha e Veja**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, A. U. Espaço e Tempo: compreensão materialista dialética. In: SANTOS, M. (org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996a.

OLIVEIRA, A. U. O marxismo, a questão agrária e os conflitos pela terra no Pontal do Paranapanema. In: COGGIOLA, O. (org.). **Marx e Engels na história**. São Paulo: Humanitas, 1996b.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996c.

OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense: grilagem, corrupção e violência**. 1997. 2v. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, A. U. 150 anos do manifesto e a luta pela Terra no Brasil. In: COGGIOLA, O. (org.). **Manifesto Comunista ontem & hoje**. São Paulo: Xamã, 1999.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, IEA/USP São Paulo, v. 15, n.43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 19, v.2, n. 21. p.113-156. Jul./Dez. 2003a.

OLIVEIRA, A. U. O Programa Fome Zero e o Ronco da Cuíca. **Revista ADUSP**, São Paulo, v. mai 03, n.29, p. 20-27, 2003b.

OLIVEIRA, A. U. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (orgs.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, p. 29-70.

OLIVEIRA, A. U. "Quem sabe faz a hora não espera acontecer": o MST como movimento socioterritorial moderno. **Revista USP**, São Paulo, v. 64, p. 156-172, 2005.

OLIVEIRA, A. U. A "Não Reforma Agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. **Reforma Agrária**, v. 33, p. 165-201, 2006a.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/LABUR, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A Amazônia e a reforma agrária de novo no banco dos réus. **ABRA**, 2008. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/10artigodomes.pdf>>

OLIVEIRA, A. U. A política de reforma agrária no Brasil. In: REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (org.). **Direitos Humanos no Brasil 2009**. 1 ed. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009a, p. 27-37.

OLIVEIRA, A. U. MP 458 sela a contra-reforma agrária do governo Lula. **Correio da Cidadania**. 04 de Maio de 2009b. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3236>

OLIVEIRA, A. U. Grilagem de terras: a raposa e o galinheiro. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, p. 24-25, 01 mar. 2009c.

OLIVEIRA, A. U. O governo Lula assumiu a contra reforma agrária: a violência do agrobandidismo continua. **CPT**, 2009d. Disponível em: <<http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=3164&eid=277>>.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010a.

OLIVEIRA, A. U. A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA, SINDICATO DOS ECONOMISTAS; CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO (orgs.). **Os anos Lula** - contribuições para um balanço crítico. Rio de Janeiro: Garamond, 2010b, p. 287-328.

OLIVEIRA, A. U. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil – um retorno aos dossiês. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 12, p. 3-113, 2011a.

OLIVEIRA, A. U. Os posseiros voltam a assumir o protagonismo da luta camponesa pela terra no Brasil. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (org.). **Conflitos no Campo Brasil - 2010**. Goiânia: CPT, 2011b, v. 1, p. 55-62.

OLIVEIRA, A. U. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (org.). A questão Agrária no Brasil - O debate na década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013, v. 6, p. 55-80.

OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da Agricultura Brasileira. In: VI CIETA - VI Congreso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014, São Paulo. **Anais do VI CIETA**. São Paulo: FFLCH Edições, 2014. v. 1. p. 1-24.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **GEOSP**: espaço e tempo, v. 19, p. 228-244, 2015.

OLIVEIRA, A. U. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie continua. **Conflitos no Campo Brasil**, 2015, p. 28-42, 2016.

OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C. S. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. In: **Anais do 12º Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina en Transformación. Montevideo: Universidad de La República, 2009, p. 01-15.

OLIVEIRA, A. U.; FARIA, C. S. Terra, reforma agrária e combate à pobreza. **Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos**, 2012, Belo Horizonte. Entre escalas, poderes, ações, Geografias. São Paulo: AGB, 2012. v. 1. p. 1-10.

OLIVEIRA, F. A herança do marajá superkitsch. **Novos Estudos CEBRAP**, nº34, nov. 1992, p. 8-14.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (orgs.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 21-27.

OLIVEIRA, I. **Trabalho e política**: as origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis: Vozes, 1988.

ORTIZ, H. S. **O banquete dos ausentes**: a Lei de Terras e a formação do latifúndio no norte do Rio Grande do Sul (Soledade, 1850 - 1889). 2006, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

OS TCHAIKOVTSY. **Les tchaikovtsy**. Esquisse d'une histoire (par l'un d'entre eux). 1869-1872. [1880]. Rennes: Pontcerq, 2013.

PADILHA, T. **Entre o semear e a próxima colheita**: uma análise dos escritos de Lenin sobre a questão agrário-camponesa. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2009.

PASSONI, I. Houve retrocesso nas desapropriações urbanas. Entrevista. **PT na Luta da Constituinte**, n. 4, Brasília, 10 out. 1987, p. 4.

PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento**: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAULA, E. SILVA, M. Sindicalismo Rural, Política e Ambientalismo na Amazônia. In: SHERER, E.; OLIVEIRA, J. A. (org.). **Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006, p. 109-131.

PAULANI, L; PATO, C. Investimentos e Servidão Financeira: o Brasil no último quarto de século. In: PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento**: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PAULANI, L. **Brasil Delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, L. Acumulação Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 77, p. 25-39, 2013.

PAULINO, E. T. A mudança do Código Florestal Brasileiro: em jogo a função social da propriedade. **Campo - Território**, v. 7, p. 40-64, 2013.

PAULINO, E. T. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 9, n. 8, p. 52-73, 2006.

PAULINO, E. T. Capitalismo rentista e luta pela terra. **Revista NERA**, Presidente Prudente v. 15, p. 19-40, 2012.

PAULINO, E. T. Monopólio fundiário, mercado de terras e vulnerabilização do campesinato no Paraná. In: VI Congresso Iberoamericano de Estudos Territoriais e Ambientais, 2014, São Paulo. **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudos Territoriais e Ambientais**. São Paulo: USP, 2014. v. 1. p. 2104-2117.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PAULINO E.; ALMEIDA, R. **Terra e território**: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEET, R. O desenvolvimento da Geografia Radical nos Estados Unidos. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982, p. 225-254.

PERREAULT, T. Dispossession by accumulation? Mining, water and the nature of enclosure on the Bolivian Altiplano. **Antipode** v. 45, n. 5, p. 1050–1069, nov. 2013.

PERROY, E. As crises do século XIV – As origens duma economia contraída. **Revista de História** (USP), v. 7, n. 16, 1953.

PEREIRA, A. Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n^{os}. 31/32, 2014, p. 1-17.

PESSOA, A. E. S. **As ruínas da tradição**: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila. Família e Propriedade no Nordeste Colonial. 2003, Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003

PÉTIT, I. Introduction. In: LUXEMBURG, R. **Réforme sociale ou révolution?** Paris: Édition Maspero, 1969.

PETIT, P. **A Esperança Equilibrista**: A Trajetória do PT no Pará. São Paulo; Belém: Boitempo, UFPA, 1996.

PICCOLO, M. A trajetória de Fernando Collor rumo à Presidência: estratégias eleitorais televisivas. In: PICCOLO, M.; OMRAN, M. (org.). **Imprensa, cinema e história**: novos objetos e métodos da investigação histórica. 1 ed. São Luís: Eduema, 2015, v. 1, p. 321-335.

PILATTI, A. **Marchas de uma contramarcha**: transição, UDR e Constituinte. 1988. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Departamento de Ciências Jurídicas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

PILATTI, A. Constituintes, Golpes e Constituições - os caminhos e descaminhos da formação constitucional do Brasil desde o período colonial. In: GOMES, M. E. (coord.). **A Constituição de 1988, 25 anos**: a construção da democracia e liberdade de expressão - o Brasil antes e depois da Constituinte. 1 ed. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013, p. 26-133.

PINTO, F. E. Autos de medição e demarcação de sesmarias. In: MOTTA, M.; GUIMARÃES, E. (org.). **Propriedades e Disputas**: fontes para a história do oitocentos. Niterói: Eduff, 2011, v. 1, p. 19-24.

PINTO, F. E. Cartas de sesmaria. In: MOTTA, M.; GUIMARÃES, E. (org.). **Propriedades e Disputas**: fontes para a história do oitocentos. Niterói: Eduff, 2011, v. 1, p. 29-34.

PINTO, F. E. Propriedade e conflito nos sertões de Minas. In: MOTTA, M. M. M.; SECRETO, M. V. (org.). **O Direito às Aversas**: por uma história social da propriedade. Niterói: Eduff, 2011, v. 1, p. 73-101.

PINTO, L. F. O Estado nacional: padrao da Amazônia. In: **Pará, Desenvolvimento**: A face social dos grandes projetos. Belém: IDESP, jul/dez 1986.

PIPES, R. **Propriedade e Liberdade**. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 2001.

PLEKHANOV, G. Nos controverses. 1884. In: PLEKHANOV, G. **Œuvres philosophiques**. Moscou: Éd. du Progrès, 1983, 67-320.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A afirmação dos latifúndios empresariais monocultores de exportação e expropriação: as marcas da geografia da violência no campo brasileiro em 2008. **CPT**, 2009. Disponível em: www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=3157&eid= Acesso em: 20 nov. 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Contribuição ao estudo da geografia da violência no campo brasileiro. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (orgs.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Annablume, 2006b. p. 239-274

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. Brasiliense: São Paulo, 1979.

PRIETO, G. Rosa Luxemburg leitora (e prolongadora) de Marx: totalidade e dialética em *Acumulação do capital*. In: V Colóquio Marx e os Marxismos, 2013, **Anais do V Colóquio Marx e os Marxismos**, São Paulo – SP, LEMARX, 2013. v. 1. 1-20.

PRIETO, G. F. T. Rentismo à brasileira: concentração fundiária e contra-reforma agrária no campo do século XXI. In: VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014, São Paulo. **Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales**. São Paulo: FFLCH - USP, 2014. v. 1.

PRIETO, G. F. T. Rosa Luxemburg e a questão agrária: notas introdutórias sobre território, política e economia. In: **Anais do X Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Campinas - SP. Dourados - MS: UNICAMP/UFGD, 2013. v. 1. p. 5416-5428.

PRIETO, G. F. T.; VERDI, E. F. A manutenção constitucional da barbárie: uma contribuição a análise da MP-458. In: **Anais do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária / V Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, 2009, Niterói – RJ: UFF, 2009, p. 01-12.

PUNTONI, P. A Arte da Guerra no Brasil: Tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América portuguesa, 1550-1700. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 52, p. 189-204, 1999.

QUARTIM DE MORAES, J. Nelson Werneck Sodré: a fundamentação marxista do programa nacional-democrático. In: SILVA, J. (org.). **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru: Edusc, 2001, p. 25-39.

QUARTIM DE MORAES, J. O programa nacional-democrático: fundamentos e permanência. **História do marxismo no Brasil**, v. IV Visões do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 151-209.

QUEIROZ, R. S. **Caipiras negros no Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. São Paulo: EDUSP, 2006.

QUINTANS, M; LOPES, A. Judiciário e Constituição Federal de 1988: interpretações sobre o direito à propriedade privada face à Reforma Agrária e ao direito ao território quilombola. **Revista IDEAS**, v. 4, p. 225-264, 2010.

LERREH, D. *et al.* **A questão agrária no judiciário brasileiro**: estudo comparativo entre o reconhecimento de territórios quilombolas e as desapropriações de terras para fins de Reforma Agrária nas varas agrárias federais. Belo Horizonte: EdUFMG, 2012.

RAMIREZ, J. Lembrando casos do INCRA. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória Incra 35 Anos**. Brasília: MDA; INCRA, 2006, p. 62-86.

RAU, V. **Sesmarias medievais portuguesas**. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

REIS FILHO, D. A. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J. (Org.). **As esquerdas no Brasil**. Revolução e democracia, 1964.... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 503-540.

RIBAS, L. O. UDR E TFP: a força bruta que enterrou a reforma agrária na constituinte de 1987. **Em Debate** (UFSC), v. 5, 2011.

RIBEIRO, A. M. Princípio da função social na legislação agrária Brasileira: ruptura formal com a concepção individualista de propriedade e os reflexos para a questão agrária. Jornada internacional de políticas públicas, 2010, São Luís/MA. **Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2010.

RIBEIRO, R. J. **A Sociedade Contra o Social**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

RICUPERO, B. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

RODRIGUES, F. C. **MST**: formação política e reforma agrária nos anos de 1980. 2013, Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RODRIGUES, L. M. A composição social das lideranças do PT. In: _____. **Partidos e sindicatos**: escritos de sociologia política [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 1-26.

ROSA, M. L. **O Morgadio em Portugal**. Séculos XIV-XV. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

ROSDOLSKY, R. Observações metodológicas à crítica de Rosa Luxemburg aos esquemas de reprodução de Marx. In: _____. [1968]. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ, 2001.

ROSIM, D. **O instituto da desapropriação à luz da função social da propriedade rural**. 2013 Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

RUBEL, M. Karl Marx et le socialisme populiste russe. **La Revue Socialiste**, Paris, n. 11, mai-jun, 1947, p. 15-45.

SÁ, L. **O Pão da Terra**. São Luis: EDUFMA/PPGCS, 2007.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAFATLE, V. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, E.; SAFATLE, V. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 237-252.

SALAMA, P. O Brasil na encruzilhada. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 47-66, jun. 2003.

SALLUM JÚNIOR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 11, n.2, p. 26-51, 1999.

SAMPAIO, J. F. R. **A história da resistência dos posseiros de Porangatu, GO (1940-1964)**. 2003, Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SAMPAIO, P. A. A participação popular na Constituinte. **Boletim Nacional** n. 26, São Paulo, abr. 1987, p. 11.

SANCHES, A. T. **A questão de terras no início da República**: o Registro Torrens e sua (in)aplicação. 2008, Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994, p. 15-20.

SANTOS, R. A trajetória de um certo Mané: Manoel Conceição Santos. **Revista Espaço Acadêmico** (UEM), v. 96, p. 1-10, 2009.

SAQUET, M. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul** (UFSC), v. 22, p. 55-76, 2007.

SARMENTO, D. A Assembleia Constituinte de 1987/1988 e a experiência Constitucional Brasileira sob a Carta de 1988. **Revista de Direito do Estado**, Rio de Janeiro, n.30, p. 9 - 41, 2009.

SAYER, D; CORRIGAN, P. El último Marx: continuidad, contradicción y aprendizaje. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardío y la vía rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990b., p. 101-122.

SCHÜTRUMPF, J. **Rosa Luxemburg ou o preço da liberdade**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SCHWARTZ, S. **Segredos Internos** — Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras/CNPq, 1988.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SECCO, L. **História do PT – 1978-2010**. 2 ed. Cotia: Ateliê, 2011.

SECRETO, M. V. A ocupação dos 'espaços vazios' no governo Vargas: do Discurso do Rio Amazonas à saga dos Soldados da Borracha. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 40, p. 115-135, 2007.

SECRETO, M. V. Legislação sobre terras no Brasil do oitocentos: definindo a propriedade. **Raízes**. Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 26, p. 10-20, 2008.

SECRETO, M. V. **Fronteiras em movimento**. História Comparada Argentina e Brasil no século XIX. 1 ed. Niterói: EDUFF, 2012.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em discussões marxistas. **Estudos Cebrap**. Trabalho e dominação, n.26. São Paulo; Petrópolis: Vozes, 1980.

SHANIN, T. **La clase incomoda**: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925). Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SHANIN, T. (org.) **El Marx tardío y la vía rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990a.

SHANIN, T. El último Marx: dioses y artesanos. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardío y la vía rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990b.

SHANIN, T. El Marxismo y las tradiciones revolucionarias vernáculas. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardío y la vía rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990c.

SHIRAISHI, N. J. (org.) **Inventário de Leis, Decretos e Regulamentos de terras do Maranhão (1850-1996)**, Belém: UFPA/NAEA/PLADES, 1998.

SILVA, B. Cem anos de abolição, e a opressão continua. Entrevista. **PT na Luta da Constituinte**, n. 7, Brasília, mar. 1988, p. 4.

SILVA, C. L. **Veja: O indispensável** partido neoliberal (1989 a 2002). 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SILVA, D. L. Juros em desapropriação. A verdade sobre a jurisprudência do STF. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 15, n. 2424, 19 fev. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/14374>>.

SILVA, F. M. G. **Sociedade e política na modernização tardia**: uma leitura comparada dos estudos agrários de Lênin e Max Weber. 2009, Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, J. G. **Buraco Negro**: a reforma agrária na Constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SILVA, L. O. As Leis Agrárias e o Latifúndio Improdutivo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 15-25, 1997.

SILVA, L. O. Introdução ao texto de Ellen Meiksins Wood, As Origens Agrárias do Capitalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. n.10, p. 9-11, 2000.

SILVA, L. O. Na Terra, as raízes do atraso. **Revista HISTÓRIA VIVA**, São Paulo, v.1, p. 72-77, nov. 2003.

SILVA, L. O. Desenvolvimentismo e intervencionismo militar. **Idéias**, Campinas, v. 12/13, n.1, p. 11-40, 2006.

SILVA, L. O. Feudalismo, capital mercantil, colonização. In: QUARTIM DE MORAES, J; DEL ROIO, M. (orgs.). **História do Marxismo no Brasil** – Visões do Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 11-67.

SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio** – Efeitos da Lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

SILVA, L. O. Lenin: a questão agrária na Rússia. São Paulo: **Crítica Marxista**, n. 35, 2012, pp. 111-129

SILVA, L. O.; SECRETO, M. V. Terras Públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, n.12, 1999, p. 109-141.

SILVA, N. E. **Um governo na Floresta**: política, mito e história no Acre contemporâneo. São Paulo: Baraúna, 2010.

SILVA, V. L. Via prussiana e revolução passiva no pensamento de Carlos Nelson Coutinho: transposição ajustada ou decalque? **Projeto História** (PUCSP), v. 41, p. 615-629, 2011.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**, v. XV, p. 4-12, 2011.

SILVEIRA, M. L.; SANTOS, M. **O Brasil**: Território e Sociedade no início do século XXI. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIMONI DOS SANTOS, C. R. Territórios não-capitalistas e reprodução do capital: o papel de Rosa Luxemburgo. **Mercator**, Fortaleza, v. 09, p. 27-38, 2010.

SIMONI DOS SANTOS, C. R. Sobre limites e fronteiras: a reprodutibilidade do estoque territorial para os fins da acumulação capitalista. **Confin**s, Paris, v. 12, p. s/p-s/p, 2011.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EdUSP, 2002.

SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 85, p. 83-99, 2009.

SINGER, A. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos CEBRAP**, v.88, p. 89-111, 2010.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, P. Apresentação. In: LUXEMBURG, R. **A acumulação de capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SINGER, P. Uma discípula de Marx que ousava criticar Marx. In: LOUREIRO, I. **Socialismo ou barbárie** – Rosa Luxemburgo no Brasil. São Paulo: São Paulo, Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2009.

SISCÚ, J. **Dez anos que abalaram o Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

SLENES, R. PAVAN, P. **A Revolta dos Cipaíes e o colonialismo britânico na Índia**. Campinas: Unicamp, 2012.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, J. G. A Questão Indígena: Acumulação por Espoliação e Monopolização do Território (A economia política do agronegócio). **Prim@ Facie**, v. 12, p. 01-42, 2014.

SOUZA, J. G. Limites do território. **AGRÁRIA** (São Paulo), v. 10, p. 99-130, 2009.

SOUZA, L. M. Das marcas do passado à primeira transição do PT. **Perseu: História, Memória e Política**, São Paulo, v. 1, p. 12-28, 2008.

SOUZA, M. R. **Regime jurídico da propriedade produtiva no Direito brasileiro**. 2007, Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2007.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

STIEHLER, J. Posse no atual código civil: alguns redimensionamentos necessários ao político do direito. **Revista da Associação dos Magistrados do Brasil**. São Paulo, v. 11, ano X. p. 10-16, 2008.

STORLØKKEN, T. Mulheres em tempos sombrios: Rosa Luxemburg e Hannah Arendt. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 23, 2006, p. 111-128.

SUERTEGARAY, D. Agronegócio e desertificação no Brasil. **Ciência Hoje**, São Paulo, v. 35, n. 211, p. 50-53, 2004.

SZUREK, J.-C. Les paysans chez Lénine : « classe » ou « strate » ?. **L'Homme et la société**, Paris, n. 45-46, 1977, pp. 141-168.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. A reprodução subordinada do campesinato. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 2(2), p. 109-117, 1981.

TCHERNICHEVSKI, N. Cartas sin dirección. [1862]. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardio y la via rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990.

TCHERNICHEVSKI, N. Critica de los prejuicios filosóficos contra la propiedad comunal. [1859]. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardio y la via rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990.

TCHERNICHEVSKI, N. **Que faire?** Les hommes nouveaux. [1863]. Paris: Éditions des Syrtes, 2000.

TEIXEIRA, G. Os rumos atuais da reforma agrária. **Boletim DataLuta**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, jan. de 2013, n. 61, p. 1-3

TEIXEIRA, R. A. **Dependência, desenvolvimento e dominância financeira: a economia brasileira e o capitalismo mundial**. 2007. Tese (Doutorado em Teoria Econômica) - Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

TEIXEIRA, R. PINTO, E. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso), v. 21, p. 909-941, 2012.

TELES, E. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: TELES, E.; SAFATLE, V. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 299-318.

TERRA E LIBERDADE. 1876-1877. Premier programme de Terre et Liberté. [1876]. In : FAURÉ, C. (org.). **Terre, terreur, liberté**. Paris: François Maspero, 1979.

TERRA E LIBERDADE. 1878. Second programme de Terre et Liberté [1878]. In : FAURÉ, C. (org.). **Terre, terreur, liberté**. Paris: François Maspero, 1979.

TERRA E LIBERDADE. Printemps 1878. Documents pour l'élaboration des statuts de Terre et Liberté. [1878]. In : FAURÉ, C. (org.). **Terre, terreur, liberté**. Paris: François Maspero, 1979.

THOMAZ JÚNIOR, A. Dinâmica territorial do agrohídronegócio e os desdobramentos para o trabalho. **Okara: Geografia em Debate** (UFPB), v. 6, p. 7-31, 2012.

THOMPSON, E. P. **Algumas Observações Sobre Classe e Falsa Consciência**, 1977. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/thompson/1977/mes/classe.htm>

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operaria inglesa I** – a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. A economia moral revisitada. In: _____. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b.

THOMPSON, E. P. As particularidades dos ingleses. [1978]. In: NEGRO, A. L.; SILVA, A (orgs.) **E. P. Thompson. As particularidades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012, p. 75-180.

TIBLE, J. **Marx selvagem**. São Paulo: Annablume, 2013.

TKATCHOV. Carta aberta ao Sr. F. Engels. [1874]. In: FERNANDES, R. (org.). **Dilemas do socialismo**: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TOLENTINO, T. L. T. Trajetórias em cacos: fragmentos para uma história da luta pela terra no Brasil nos anos 1964-1985. **Temporalidades**. Belo Horizonte, v. 5, n. 3, p. 81-106, set./dez. 2013.

TORRES, M. **Terra Privada, Vida Devoluta**: ordenamento fundiário e destinação de terras públicas no oeste do Pará. 2012, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TRAGTENBERG, M. Rosa Luxemburgo e a crítica dos fenômenos burocráticos. In: LOUREIRO, I.; VIGENANI, T. (orgs.) **Rosa Luxemburgo**: a recusa da alienação. São Paulo: Unesp; FAPESP, 1991.

TRECCANI, G. D. O Título de Posse e a Legitimação de Posse como formas de aquisição da propriedade. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Pará**, v. 20, p. 121-158, 2009.

TRECCANI, G. D. **Violência e grilagem**: instrumentos de aquisição da propriedade da terra no Pará. 1 ed. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

TRINCADO, E. Rosa Luxemburgo. **Documentos de Trabajo de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales**, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, n. 19, p. 1-39, 2001.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Edusp - Hucitec, 1991.

VENTURI, F. **Les intellectuels, le peuple et la révolution**. Histoire du populisme russe au XIX^e siècle. Paris: Gallimard, 1972, 2v.

VENTURI, G. PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 5, p. 197-214, 2010.

VERDI, E. F. **O início da Geografia Radical**: uma aproximação a partir de Harvey e Smith. 2012. Monografia (Trabalho de Graduação Individual em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

VIANNA, F. J. O. **Instituições Políticas Brasileiras**. 2v. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: EDUFF, 1987.

VIANNA, L. W. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VICENTIN, A. A criação de Unidades de Conservação e espaços territoriais especialmente protegidos no Estado de São Paulo: aspectos de regularização fundiária e ocupação irregular. **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 76, jul./dez 2012.

VOIGT, L. **A formação do PT**: esboço de reconstrução histórica. 1990 (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

WADA, H. Marx y la Rusia revolucionaria. In: SHANIN, T. (org.) **El Marx tardío y la vía rusa**. Marx y la periferia del capitalismo. Madri: Editorial Revolución, 1990.

WALICKI, A. Socialismo russo e populismo. In: HOBBSBAWM, E. **História do marxismo III**: O marxismo na época da Segunda Internacional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 53-75.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 2003, n. 21, p. 42-62.

WATERS, M. A. Introducción. In: _____. (org.). **Rosa Luxemburgo**: obras escogidas. Tomo I. Bogotá: Pluma, 1979.

WEBER, F. Implicaciones políticas de la teoría del derrumbe de Rosa Luxemburg. In: TRÍAS, J.; MONEREO, M. (orgs.) **Rosa Luxemburg**: actualidad y classicismo. Madrid: El Viejo Topo, 1999.

WEFFORT, F. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964. **Revista de Cultura Contemporânea**, São Paulo, Cedec, n. 1, p. 15-25, 1978.

WEFFORT, F. Entrevista. **Boletim Nacional do PT**. São Paulo, n. 13, set./out. 1985.

WEILL, C. **Rosa Luxemburg par delà l'icône**: auto-administration, autonomie, autogestion. 2009. Disponível em: <<https://npa2009.org/content/rosa-luxemburg-par-delà-licône-auto-administration-autonomie-autogestion-claudie-weill-contr>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

WEILL, C. **Rosa Luxemburg, ombre et lumière**. Pantin: Le temps des cerises, 2008.

WOLF, E. **Las luchas campesinas del siglo XX**. México D.F.: Siglo XXI, 1972.

WOOD, E. M. As origens agrárias do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, n. 10, São Paulo: Boitempo, p. 12-30, 2000.

WOOD, E. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014

XIFARAS, M. Marx, justice et jurisprudence une lecture des “vols de bois”. *Revue Française d'Histoire des Idées Politiques*, Paris, n 15, vol. 1, 2002, p. 63 – 112.

ZASULITCH, V. Enfance et jeunesse. [1919]. In : FAURÉ, C. (org.) **Quatre femmes terroristes contre le tsar**. Paris: François Maspero, 1978a.

ZASULITCH, V. Souvenirs de l'attentat contre Trepov. [1919]. In : FAURÉ, C. (org.) **Quatre femmes terroristes contre le tsar**. Paris: François Maspero, 1978b.

DOCUMENTOS

ANDRADE, M. P. **Maranhão**: anti-reforma agrária, devastação e concentração fundiária. Brasília; São Luis: NEAD, 1998.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Brazil. Corumbiara and Eldorado de Carajás**: Rural violence, police brutality and impunity. Brasília, Anistia Internacional, 1998.

ATLAS DA REFORMA AGRÁRIA, 2016, inédito.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Gestão da dívida mobiliária e gestão do mercado aberto**. Brasília - DF: Bacen, 2012.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **I Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília – DF, 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz, produção e qualidade de vida. Brasília – DF, 2003.

BRASIL. Procuradoria Geral da República. **Ação de Inconstitucionalidade impugnando a constitucionalidade dos artigos 4º, § 2º (interpretação conforme a Constituição), 13, 15 § 1º (interpretação conforme a Constituição), e 15 §§ 4º e 5º, todos da Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009**. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_pdfs/adi_grilagem.pdf/view>.

BRASIL. **Código Civil (1916)**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Rio de Janeiro, 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>.

BRASIL. **Constituição (1824)**. Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Rio de Janeiro, 1824

BRASIL. **Constituição (1891)**. Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Rio de Janeiro, 1891

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da Republica dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, 1934

BRASIL. **Constituição (1937)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro, 1946.

BRASIL. **Constituição (1946)**. Emenda Constitucional nº 10, de 9 de novembro de 1964. [BRASIL, 1964d]

BRASIL. **Constituição (1967)**. Ato Institucional nº 9, de 25 de abril de 1969. Brasília – DF, 1969.

BRASIL. **Constituição (1967)**. Constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967. Brasília – DF, 1967.

BRASIL. **Constituição (1967)**. Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Brasília – DF, 1969.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Brasília – DF, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854**. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Rio de Janeiro, 1854.

BRASIL. **Decreto n. 451-B, de 31 de maio de 1890**. Estabelece o registro e transmissão de imóveis pelo Sistema Torrens. Rio de Janeiro, 1890.

BRASIL. **Decreto n. 55.761, de 16 de Fevereiro de 1965**. Declara de interesse social, para fins de desapropriação área de terras e complexos industriais, situados no Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55761-16-fevereiro-1965-396084-norma-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto n. 68.443, de 29 de março de 1971**. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóveis rurais de propriedade particular, situados em polígono compreendido na zona prioritária, fixada para fins de reforma agrária, no Decreto número 67.557, de 12 de novembro de 1970, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68443.htm>.

BRASIL. **Decreto n. 91.766, de 10 de outubro 1985.** Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto n. 2.250, de 11 de junho de 1997.** Dispõe sobre a vistoria em imóvel rural destinado a reforma agrária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2250.htm>

BRASIL. **Decreto-Lei n.1.164, de 18 de março de 1939.** Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa da fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1164-18-marco-1939-349147-publicacaooriginal-1-pe.html>>

BRASIL. **Exposição de motivos.** Medida provisória n.700, de 8 dez. 2015. EM Interministerial no 00212/2015/MP/MJ/MCidades/MI. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Exm/Exm-MP-700-15.pdf>.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra. Brasília – DF, 1964 [BRASIL, 1964c]

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Rio de Janeiro, 1850.

BRASIL. **Lei n.2.874, de 19 de setembro de 1956.** Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2874.htm>

BRASIL. **Lei n.8.629, de 25 de fevereiro de 1993.** Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. [1993a] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8629.htm>

BRASIL. **Lei Complementar n.76, de 6 de julho de 1993.** Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. [1993b] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp76.htm>

BRASIL. Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar/INCRA. **Livro Branco das Superindenizações.** Brasília - DF, 1999.

BRASIL. Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar/INCRA. **Livro Branco da Grilagem.** Brasília – DF, 2001.

BRASIL. **Mandado de Segurança 25.119 Distrito Federal,** de 9 de maio de 2013. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília – DF, 2013

BRASIL. **Medida provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001.** Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs

4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Brasília – DF, 2001.

BRASIL. **Medida provisória n.1.577, de 11 de junho de 1997.** Altera a redação dos arts. 2º, 6º, 7º, 11 e 12 da Lei no 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, acresce dispositivo à Lei no 8.437, de 30 de junho de 1992, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1577.htm>

BRASIL. **Medida Provisória n.113, de 26 de março de 2003.** Estabelece normas para a comercialização da produção de soja da safra de 2003 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/113.htm>

BRASIL. **Medida Provisória n.131, de 25 de setembro de 2003.** Estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/131.htm>

BRASIL. **Medida provisória n.422, de 25 de março de 2008.** Dá nova redação ao inciso II do § 2o-B do art. 17 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição, e institui normas para licitações e contratos da administração pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/422.htm>

BRASIL. **Medida provisória nº 458, de 11 de fevereiro de 2009.** Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências. Brasília – DF, 2009.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória Incra 35 Anos.** Brasília: MDA; INCRA, 2006.

BRASIL. **Mensagem ao Congresso Nacional.** Remetida pelo Presidente da República na abertura da sessão legislativa de 1964. Brasília - DF: Presidência da República. Casa Civil. Secretaria de Administração. Diretoria de Gestão de Pessoas. Coordenação Geral de Documentação e Informação. Coordenação de Biblioteca. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/joao-goulart/mensagens-presidenciais/mensagem-ao-congresso-nacional-na-abertura-na-sessao-legislativa-de-1964/view>>. Acesso em: 09 set. 2014. [BRASIL, 1964a]

BRASIL. **Mensagem n. 33, de 26 de outubro de 1964.** Encaminha ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que dispõe sobre o Estatuto da Terra. Brasília – DF, 1964. [BRASIL, 1964b]

BRASIL. **Nota Técnica.** Medida Provisória nº 192, de 2004. Consultoria Legislativa. Brasília – DF, 2004.

BRASIL. **Parecer [s/n], de 2013.** Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.71, de 2011, que "altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores

de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas". Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=162546&tp=1>

BRASIL. **Parecer n. 696, de 2015**. Redação, para o segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição no 71, de 2011, nos termos da Emenda no 6 – CCJ (Substitutivo). Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=177851&tp=1>

BRASIL. **Parecer n. 695, de 2015**. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=177850&tp=1>

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria n. 62, de 27 de março de 2001**. Trata de critérios para realização de vistoria de imóveis rurais. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/institucional/legislacao--portarias/portarias-de-2001/portaria_mda62_270301.pdf

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria n. 6, de 31 de janeiro de 2013**. Diário Oficial da União, n.23, seção 1, p.87, 1 fev. 2013. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_24138255_PORTARIA_N_6_DE_31_DE_JANEIRO_D_E_2013.aspx

BRASIL. **Projeto Fome Zero**: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Instituto Cidadania, 2001.

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n.71, de 2011**. Altera o (parágrafo) 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta o art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=93669&tp=1>

BRASIL. **Proposta de Emenda à Constituição n.132, de 2015**. Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a áreas declaradas como indígenas e homologadas a partir de 5 de outubro de 2013. Senado Federal. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1724712>

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à investigar a ocupação de terras públicas na região amazônica**. Relator: Deputado Sérgio Carvalho. Brasília – DF, 2002.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria, processo 014.577/2003, grupo I - classe V, 5 vol. Apenso: TC-019.778/2004-9**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional do Rio Grande do Norte, 2003.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Decisão do Tribunal que determinou a realização de auditoria com vistas a identificar responsáveis, pela prática de atos de gestão ruinosos ou de liberalidades que tenham causado dano ao patrimônio da União. Constatação de danos ao patrimônio da União.** Diário Oficial da União, n.249, p.73, de 26 de dez. 2002. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/12/2002&jornal=1&pagina=73&totalArquivos=96>>

BRASIL. **Votação Aberta: Emenda 6/CCJ à PEC 71/2011, com alteração do Relator (1º turno - Substitutivo).** Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=177774&tp=1>>

BRASIL. **Votação Aberta: Emenda 6/CCJ à PEC 71/2011, com alteração do Relator (2º turno - Substitutivo).** Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=177779&tp=1>>

BRASIL. Súmula n. 354. **Revista de Súmulas do Superior Tribunal de Justiça**, ano 6, n. 31, out. 2012, pp. 51-84. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/eletronica/stj-revista-sumulas-2012_31_capSumula354.pdf>.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF - **Súmula 618.** Conteúdo Jurídico, Brasília – DF: 14 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=237.2026&seo=1>>.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. STJ - **Súmula 69.** Conteúdo Jurídico, Brasília – DF: 16 ago. 2007. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=237.2423&seo=1>>.

CARDOSO, F. H. **Mãos à obra, Brasil: proposta de governo.** 1994. Centro Edelstein, 2008.

CASTELLO BRANCO, H. A. **Discursos.** 22 de maio de 1964. Secretaria de Imprensa.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório Final Violações de Direitos no Campo 1946 a 1988.** Brasília, 2014.

COMPARATO, F. K. **Muda Brasil: uma Constituição para o desenvolvimento democrático.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FONSECA, A. **Juros compensatórios ou juros de dano: discussão das Súmulas 618, 416, 345 e 164 do STF (exposição de motivos para provocar o cancelamento das súmulas 618, 416, 345 e 164).** Brasília, 2005

FRANÇA. **La Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen.** (1789). Disponível em: <http://www.elysee.fr/la-presidence/la-declaration-des-droits-de-l-homme-et-du-citoyen/> Acesso em: 10 fev. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira**. Brasília: MMA (Série Estudos. V.8), 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária 2014**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Sistema de Informações de Projeto de Reforma Agrária 2014**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRÁRIA. Obtenção de terras. Portal do Incra, 2016. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras>

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ. Ministério Público Federal. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Advocacia Geral da União. **Pedido de Providências**. O presente pedido tem como objetivo dar conhecimento da situação lastimável verificada pela Comissão de Estudo e Monitoramento das Questões Ligas a Grilagem de Terras no Estado do Pará nos cartórios de registro de imóveis das comarcas do interior do Estado do Pará, e solicitar providências em relação ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em relação ao cancelamento administrativo das matrículas de registros de imóveis nulas de pleno direito, a qual o referido Tribunal em manifestações recentes, tem se negado fazê-lo. Belém, 30 abr. 2009.

LULA DA SILVA, L. Carta ao povo brasileiro. [2002a]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores / Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

LULA DA SILVA. Compromisso com a soberania, o emprego e a segurança do povo brasileiro. [2002b]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores / Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

MÉXICO. **Constitución (1917)**. Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, que reforma la de 5 de febrero de 1857. Instituto de Investigaciones Jurídicas. Cidade do México – DF, 1917.

MINISTERIO DA AGRICULTURA. Plano agrícola e pecuário 2016-2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/pap>>

PALOCCI, A. Apresentação. Vida digna no campo. In: PARTIDO DOS TRABALHADORES. [2002]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores / Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PORTUGAL. **Lei de 26 de junho de 1375**. Obriga a prática da lavoura e o semeio da terra pelos proprietários, arrendatários, foreiros e outros, e dá outras providências. Portugal, 1375.

SÃO PAULO (Estado). Comissão da Verdade debate violações aos direitos humanos no campo. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, v.123, n.236,

17 dez. 2013. Disponível em:
<<http://www.escavador.com/diarios/DOESP/legislativo/2013-12-17>>

SINDICATO NACIONAL DOS PERITOS FEDERAIS AGRARIOS. 2015: decreto zero. **Portal do SindPFA**, 24 fev. 2016. Disponível em:
<http://sindpfa.org.br/subpaginas/detalhe_noticias.aspx?IDNOT=593>

SUPRA. SUPERINTENDÊNCIA POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA. SUPRA, 1964. Início. Delegacia em Santos, 1964.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **PT na luta da Constituinte**, n. 10, Brasília, out. 1988.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. A Tese de “Santo André-Lins”. [1979a]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em:
<http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. Carta de Princípios. [1979b]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em:
<http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Declaração Política. [1979c]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em:
<http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plataforma Política. [1979d]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em:
<http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Comissão Nacional Provisória. [1979e]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em:
<http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Manifesto do Partido dos Trabalhadores. [1980a]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em:
<http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa do Partido dos Trabalhadores [1980b]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em:
<http://csbh.fpabramo.org.br>

LULA DA SILVA, L. Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores. [1981]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Desemprego. [1981]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta Eleitoral. Carta-Compromisso dos candidatos proporcionais e majoritários do Partido dos Trabalhadores. [1982]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plataforma Eleitoral Nacional: Trabalho, Terra e Liberdade. [1982b]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Teses para a atuação do PT. [1984]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Contra o continuísmo e o pacto social. [1985]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plano de ação política e organizativa do Partido dos Trabalhadores para o Período 1986/87/88. [1986]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Brasil, urgente! Lula Presidente! Carta aberta ao Povo Brasileiro. [1987]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. As bases do PAG (Plano de Ação de Governo). [1989a]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Brasil Urgente! Lula Presidente! Caderno Temático – Questão Agrária. [1989b]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. O Socialismo Petista.[1990]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo.** São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Socialismo. [1991]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Conjuntura. [1991b]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. O momento político. [1993] **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDOS DOS TRABALHADORES. 1994 Lula Presidente! Uma revolução democrática no Brasil. Bases do Programa de Governo. [1994a]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. 1994 Lula Presidente! O Nordeste e a Integração Nacional sem medo de ser feliz. Base de uma Proposta para o Nordeste. [1994b]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Conjuntura Nacional. [1995a]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resolução sobre os Petistas e o Comunidade Solidária. [1995b]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. O PT e os movimentos sociais. [1995c]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções Políticas. [1997]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. O fim de um ciclo. [1998a]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Diretrizes de Governo. Caderno de Agricultura. Terra, defesa da agricultura e erradicação da fome. [1998b]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções do II Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. O Programa da Revolução Democrática para a construção de um Brasil livre, justo e solidário. [1999]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções. XII ENCONTRO NACIONAL. [2001]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores / Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Concepção e Diretrizes do Programa de Governo do PT para o Brasil. A ruptura necessária. [2002a]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Programa de Governo Coligação Lula Presidente. Um Brasil para Todos Crescimento, Emprego e Inclusão Social. [2002b]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Vida digna no campo. Desenvolvimento rural, política agrícola, agrária e de Segurança Alimentar. PROGRAMA de Governo Coligação Lula Presidente.[2002c]. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. São Paulo: Partido dos Trabalhadores; Fundação Perseu Abramo, 2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br>

RODRIGUEZ, J. R. (Coord.). Registros públicos e recuperação de terras públicas. **Série Pensando o Direito**, n.48, 2013.

REPORTAGENS

ALBANO, M. Ex-ministro é acusado de crime ambiental. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 abr. 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0904200106.htm>

ALMEIDA, M. Suposto esquema de grilagem compromete 80 famílias do Tocantins. **G1 Tocantins**, 7 fev. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2014/02/suposto-esquema-de-grilagem-compromete-80-familias-do-tocantins.html>

ALMEIDA, R. Dantas nas terras dos Carajás. **Carta Maior**, 22 jun. 2012. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Dantas-nas-terras-dos-Carajas/4/25386>>

ANTUNES, R. A devastação do trabalho na contrarrevolução de Temer. . **Le Monde Diplomatique Brasil**, 03 out. 2016. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=2182>

ARAÚJO, T. B. A máquina da desigualdade. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 08 nov. 2007. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=61>

ARAUJO NETO, B. Presidente do Incra defende reforma com terra do Estado. Entrevista à Cari Rodrigues. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 jun. 1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/6/05/brasil/4.html>>

ARQUIVO VEJA. O trator da direita. A UDR aparece na arena da política com as boiadas dos fazendeiros e entra na briga de uma reforma agrária que agoniza. **Veja On-line**, São Paulo, 18 jun. 1986. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/arquivo/180686.html>. Acesso em: 03 jan. 2014.

ARRUDA, R. Grileiros dominam quase 12% das terras do país. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2005. Disponível em: <<http://gvces.com.br/grileiros-dominam-quase-12-das-terras-do-pais?locale=pt-br>>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. **Manifesto da ABRA sobre a Medida Provisória 458 /2009**. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados IEA-USP, 13 de março de 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES DO BRASIL. TRF1: Tribunal corrige valor de indenização por desapropriação imobiliária.

FRANZONI, J; HOSHINO, T. Parceiros da desapropriação: a MP 700 e a invenção da utilidade público-privada. Observa SP, São Paulo, 02 mar. 2016. Disponível em:<<https://observasp.wordpress.com/2016/03/02/parceiros-da-desapropriacao-a-mp-700-e-a-invencao-da-utilidade-publico-privada>>

BALDUINO, D. T. Dificuldades na Questão Agrária, **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jun. 1997, p. 1-3

BARROCAL, A. Constituição e PMDB seguram reforma agrária. Carta de 1988 completa 25 anos de visão mercantil pró-fazendeiros. Obra do peemedemismo, que enfim recebe a líder ruralista Kátia Abreu. **Carta Capital**, São Paulo, 5 out. 2013. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/politica/constituicao-e-pmdb-atrasam-reforma-agraria-1723.html>>. Acesso em: 20 out. 2014

BASTOS, M. Suspeita de grilagem atinge 5,5 milhões de hectares no Piauí. **Jornal O DIA**, 27 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.portalodia.com/noticias/politica/suspeita-de-grilagem-atinge-55-milhoes-de-hectares-no-piaui-115154.html>>

BELLUZZO, L. G. Dilma capitulou e ajuste é 'desatino', diz Belluzzo. Entrevista à Flavia Lima. **Valor Econômico**, 16 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3862690/dilma-capitulou-e-ajuste-e-desatino-diz-belluzzo>>

BERGAMO, M. Não existe mais latifúndio no Brasil, diz nova ministra da Agricultura. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 jan. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>>

BERGAMO, M.; CAMAROTTI, G. Sangue em Eldorado. **Veja**, São Paulo, 1996. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/em_dia/carajas_capa.html>

BOREKI, V. Era Lupin gera ação bilionária no campo. **Gazeta do Povo**, 13 abr. 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/era-lupin-gera-acao-bilionaria-no-campo-060b5rqrebyg60dly04mkgw9a>>

BOSCO, J. H.; AZEREDO, F. Reforma agrária às avessas beneficia Kátia Abreu. **Canal Rural**, 1 jun. 2015. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/reportagem-especial/reforma-agraria-avessas-beneficia-katia-abreu-56736>>.

BRASIL, K. Operação Faroeste: PF prende chefe do Incra acusado de grilagem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 dez. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0812200415.htm>>

BUARQUE, C. O começo do novo século. **Teoria e Debate**, série Rumos do PT, n.41, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/debate-rumos-do-pt-o-comeco-do-novo-seculo>>.

CABRERA, A. Uma reforma agrária sem caráter ideológico. Entrevista à Ronaldo Brasiense e Gecy Belmonte. **Jornal do Brasil**, 22 abr. 1990. Disponível em: <<https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19900422&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>

CALIXTO, J.; CALIXTO JR, J. A problemática das desapropriações na região oeste do estado do Paraná: 1- Histórico das Desapropriações 2 – Terras Devolutas; Faixa de Fronteira. Decisão proferida nos autos de Ação De Desapropriação de Imóvel Rural, por Interesse Social, para Fins de Reforma Agrária - No 1999.70.02.003887-0/PR. s/d. Disponível em: <http://calixtoadvogados.com.br/downloads/desapropriacoes_oeste_do_pr.pdf>

CAMARANTE, A.; CARVALHO, D. Dilma é a que menos desapropria desde Collor. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 06 jan. 2013, Caderno Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/01/1210631-dilma-e-a-que-menos-desapropria-desde-collor.shtml>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

CARDOSO, F.; BAUMER, J. Colonização agrícola do Norte produz novos empresários. **Portal Povos Indígenas no Brasil (ISA)**, 4 abr. 2004. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=32683>>

CARTA ABERTA EM DEFESA DA AMAZÔNIA. Brasília, 14 de abril de 2008, mimeogr.

CARVALHO FILHO, J. J. O governo Lula fracassou na reforma agrária. **Jornal O Globo**, 20 jan. 2006. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/396296/noticia.htm?sequence=1>>

CEDEFES. Por mudanças no processo de desapropriação. **Portal do CEDEFES**, 25 mai 2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Balanço da questão agrária no Brasil em 2015. **Portal da CPT**, 5 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/destaque/3044-balanco-da-questao-agraria-no-brasil-em-2015>>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Nota pública: Ameaça de despejo de famílias em Campos Lindos, TO. **CPT**, 7 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes-2/noticias-2/12-conflitos/1913-nota-publica-ameaca-de-despejo-de-familias-em-campos-lindos-to>>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Policias são presos por grilagem de terra em três estados. **CPT Nordeste II**, 30 nov. 2001. Disponível em: <<http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias-do-campo/2058-policiais-sao-presos-por-grilagem-de-terra-em-tres-estados.html>>

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/PERNAMBUCO. Entrevista com Dom Ladislau Biernaski sobre questão agrária. Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=News&file=print&sid=2263>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

CONCEIÇÃO, M. Entrevista à Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo. **Fundação Perseu Abramo**, n.61, mar. 2005. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/edicoes-anteriores/memoria-manoel-conceicao>>

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO. Indenização a proprietários rurais por Terra Indígena é aprovada no Senado. **Portal do CIMI**, 9 de set. 2015. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8329>>

CORREIO DA CIDADANIA. **MP 458 é prêmio ao crime de apropriação ilegal da Amazônia**. Entrevista com Arioaldo Umbelino de Oliveira. Disponível em: <<http://www.correiodacidade.com.br/content/view/2993/9/>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

D'INCAO, M. C. Reforma agrária: Um retrocesso programático. **Teoria e Debate**, n.17, fev. 1992. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/reforma-agraria-um-retrocesso-programatico>>.

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS. Massacre de Eldorado dos Carajás: 20 anos de impunidade e violência no campo. **Anistia Internacional**, 15 abr. 2016.

Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/massacre-de-eldorado-dos-carajas-20-anos-de-impunidade-e-violencia-campo/>>

DELGADO, G. C. Pacto de poder com os donos da terra. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2 jul. 2013. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1460>>

DIRCEU, J. Colônia ou nação soberana? **Teoria e Debate**, série Rumos do PT, n. 42, ago. 1999. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=debates/rumos-do-pt&page=0%2C0#node-body-opniao>>.

DIRCEU, J. O país do pacote. Entrevista à Ricardo de Azevedo e Rose Spina. **Teoria e Debate**, n.36, out. 1997. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/o-pais-do-pacote>>.

DUARTE, A. AGU consegue, no TRF-2, a suspensão da execução de dívida em processo de desapropriação que pode alcançar mais de 260 milhões de reais. **Advocacia Geral da União**, 26 de mai. 2011. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/content/imprimir/id_conteudo/158588>

EPOCA NEGÓCIOS (Redação). Patrus Ananias contradiz Katia Abreu e defende reforma agrária. **Época Negócios**, 6 jan. 2015. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2015/01/patrus-ananias-contradiz-katia-abreu-e-defende-reforma-agraria.html>>

FARAH, T. Concentração de terra cresce e latifúndios equivalem a três Sergipe. **Portal do MST**, 9 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/01/09/concentracao-de-terra-cresce-e-latifundios-equivalem-a-tres-sergipe.html>>

FOLHA DE SÃO PAULO. Fazendeiros oferecem suas terras ao INCRA. Donos de áreas improdutivas recebem dinheiro em troca de desapropriações, em ações que prejudicam o erário. **Folha de S. Paulo**, 8 nov. 2004, Caderno Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0811200405.htm>>. Acesso em: 05 set. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Leia a íntegra do primeiro discurso de Lula como presidente eleito. **Folha de S. Paulo**, 27 out. 2010, Caderno Poder. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u41590.shtml>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

G1 (Redação). Safra recorde é 'vitória' do agronegócio do Brasil, diz Dilma. **G1**, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/02/safra-recorde-e-vitoria-do-agronegocio-do-brasil-diz-dilma.html>>

G1. Funcionários do Incra e fazendeiros são presos por fraude. **Jornal da Globo**, 19 dez. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornaldaglobo/0,,MUL930384-16021,00-FUNCIONARIOS+DO+INCRA+E+FAZENDEIROS+SAO+PRESOS+POR+FRAUDE.html>>

GALHARDO, R. Petista histórico adere a greve de fome e preocupa time de Dilma. **Último Segundo**, São Paulo, 14 jun. 2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/eleicoes/petista-historico-adere-a-greve-de-fome-e-preocupa-time-de-dilma/n1237666419181.html>>

GARCIA, Amanda. Evolução histórica da faixa de fronteira. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 20, n. 4462, 19 set. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/42661>>

GENOINO, J. Esquerda sem projeto. **Teoria e Debate**, série Rumos do PT, n.40, mar. 1999. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/debate-rumos-do-pt-esquerda-sem-projeto>>.

GENRO, T. Entre a ortodoxia e o democratismo. **Teoria e Debate**, série Rumos do PT, n. 42, ago. 1999. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=debates/rumos-do-pt&page=0%2C2#node-body-opniao>>.

GERMER, C. Bases do programa agrário. **Teoria e Debate**, n.24, mar. 1994. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/bases-do-programa-agrario>>.

GILBERTO MELO. Correção monetária sobre TDAs e o obscurantismo da jurisprudência do STJ. **Gilberto Melo**, 28 out. 2015. Disponível em: <<http://gilbertomelo.com.br/correcao-monetaria-sobre-tdas-e-o-obscurantismo-da-jurisprudencia-do-stj/>>

GLOBO RURAL (Redação). Bancada ruralista oficializa apoio ao impeachment de Dilma. **Globo Rural**, 16 mar. 2016. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2016/03/bancada-ruralista-oficializa-apoio-ao-impeachment-de-dilma.html>>

GOIS, C. Lula diz que usineiros estão virando heróis nacionais. **Jornal O Globo**, 20 mar. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/lula-diz-que-usineiros-estao-virando-herois-nacionais-4207718>>

GONÇALVES, R. "Pobre Brasil! Durante muito tempo ficaremos sem transformações estruturais". Entrevista à Patrícia Fachin. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n.356, abr. 2011. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3747&secao=356>

GRAIEB, C. Vai ser preciso segurar. Marxistas, leninistas e trotskistas que compõem o coração radical do PT se preparam para cobrar sua fatura caso Lula seja eleito. **Veja**, São Paulo, 23 out. 2002. Seção Eleições, 2002.

GRYNSZPAN, M. No caminho do golpe, a luta pela terra. **História Viva**, São Paulo, mar. 2014, Dossiê Lições de 1964. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/no_caminho_do_golpe_a_luta_pel_a_terra.html>. Acesso em: 05 set. 2014.

HELENA, H.; ARABE, C. H. O PT e a crise. **Teoria e Debate**, série Rumos do PT, n.41, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/debate-rumos-do-pt-o-pt-e-crise>>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA. Informativo Incra Sede, ano III, n.76, 23 de mai. de 2008.

ISTO E DINHEIRO. Roberto Rodrigues: empreendedor do ano - Agronegócio. **Isto É Dinheiro**, 13 dez. 2006. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro-temp/482/negocios/roberto_rodrigues.htm>.

IZIQUE, C. O Brasil não é só agrícola. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, mai. 2012. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/08/22/o-brasil-rural-nao-e-so-agr%C3%ADcola/>>

JABUR, A. A indenização da terra nua nas demarcações de terras indígenas: modelos e teses em discussão. Tese de conclusão do 26o Curso de Ingresso e Vitaliciamento, Manaus, 2014. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-demarcacao/docs/doc_artigos/alexandre-jabur>

JORNAL SEM TERRA. São Paulo, dez. 2002, ano XXI, n. 226

JORNAL SEM TERRA. São Paulo, fev./mar. 2003, ano XXI, n. 227.

JORNAL SEM TERRA. São Paulo, novembro de 2002, ano XXI, n. 225

KOTSCHO, R. Agrosocial: terra da cana faz parceria com excluídos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 6 nov. 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/agrofolh/fa0611200118.htm>>

LARA, M. Bancada ruralista quer derrubar MP 700. **Canal Rural**, 20 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.canalrural.com.br/noticias/noticias/bancada-ruralista-quer-derrubar-700-60150>>

LIMA, J. G. Nem todos que *lulam* são PT. O eleitorado cativo do PT é de cerca de 23 milhões. O de Lula pode ser bem mais que o dobro. **Veja**, São Paulo, 23 out. 2002. Seção Eleições 2002.

MAGALHAES, J. C. Gasto com reforma agrária é o mais baixo em dez anos. **Portal do ITCG**, 8 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=259>>

MARINHO, L. Unidade ou unicidade?. **Teoria e Debate**, série Rumos do PT, n.40, mar. 1999. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/debate-rumos-do-pt-unidade-ou-unicidade>>.

MARTINS, D. Governo "repensa" processo de assentamentos, diz Gilberto Carvalho. **Valor Econômico**, 8 fev. 2013. Disponível em:

<<http://www.valor.com.br/politica/3001046/governo-repensa-processo-de-assentamentos-diz-gilberto-carvalho>>

MEIRELES, A.; PEDROSA, M.; SIMAS FILHO, M. O inferno de Jader. **Isto É**, São Paulo, 13 jun. 2001. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/paginar/38084_O+INFERNO+DE+JADER/2> Acesso em: 10 fev. 2014.

MERCADANTE, A. Além da Resistência. **Teoria e Debate**, série Rumos do PT, n.41, jun. 1999. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/debate-rumos-do-pt-alem-da-resistencia>>.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Kátia Abreu e Patrus Ananias: convergência e colaboração. **Portal do Ministério da Agricultura - Notícias**, 3 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2015/03/katia-abreu-e-patrus-ananias--convergencia-e-colaboracao>>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Justiça Federal concede liminar e bloqueia terras griladas em Sena Madureira. **Portal do MP do Acre**, Rio Branco, 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.prac.mpf.mp.br/noticias/justica-concede-liminar-sobre-terras-griladas>>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF e MP/AC acionam grileiros na Justiça Federal. **Notícias MPF**, s/d. Disponível em: <<http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/combate-a-corrupcao/mpf-ac-e-mpe-acionam-grileiros-na-justica-federal>>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/PA acusa grupo de ajudar grileiros. **Portal do MPF**, 16 jan. 2009. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/mpf-pa-acusa-grupo-de-ajudar-grileiros>.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/PA acusa grupo de ajudar grileiros. **Notícias MPF**, s/d. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_criminal/mpf-pa-acusa-grupo-de-ajudar-grileiros>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/RR e PF deflagram operação de combate a grilagem e desmatamento ilegal. **Portal do MP de Roraima**, 23 de mai. de 2012. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/rr/sala-de-imprensa/noticias-rr/23-05-12-mpf-rr-e-policia-federal-deflagram-operacao-de-combate-a-grilagem-e-desmatamento-ilegal>>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/TO constata violência contra posseiros e grilagem de terras no norte do Tocantins. **Portal do MPF**, 27 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.prto.mpf.mp.br/news/mpf-to-constata-violencia-contra-posseiros-e-grilagem-de-terras-no-norte-do-tocantins>>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Operação Castanheira combate grilagem de terras e crimes ambientais no Pará. **Portal do MP do Pará**, 27 de ago. 2014.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ex-prefeito de Janaúba (MG) é denunciado por falsificação de documento público. **Portal do MP em Minas Gerais**. 21 set. 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Pará. MPF acusa grupo de ajudar grileiros no Pará. Portal do MPF, 16 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2009/noticias/mpf-acusa-grupo-de-ajudar-grileiros-no-para>>

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. STJ suspende pagamento milionário por desapropriação da Fazenda Araguaia. **MPF Notícias**, 3 mar. 2015. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_geral/mpf-consegue-suspensao-de-pagamento-milionario-por-desapropriacao-da-fazenda-araguaia>

MILANEZ, F. Grilagem de terra e saque de recursos: a máquina de matar na Amazônia. **Carta Capital**, 24 mai. 2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/grilagem-de-terra-e-saque-de-recursos-a-maquina-de-matar-na-amazonia-9464.html>

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Justiça decide que mais uma área da Araupel pertence à União. **Portal do MST**, 22 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/12/22/justica-decide-que-mais-uma-area-da-araupel-pertence-a-uniao.html>>

O GLOBO (Redação). Lula quer vender etanol em visita à Escandinávia. **Jornal O Globo**, 7 set. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/lula-quer-vender-etanol-em-visita-escandinavia-4155912>>

ODILLA, F. Seria mais difícil governar de PT tivesse feito a carta, diz Lula. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 out. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0510200802.htm>>.

OJEDA, I. Deputados federais e ex-ministro entram na atualização semestral da "lista suja" do trabalho escravo. **Repórter Brasil**, 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/06/deputados-federais-e-ex-ministro-entram-na-atualizacao-semestral-da-lista-suja-do-trabalho-escravo/>>.

OLIVEIRA, A. U. "Me engana que eu gosto": a não atualização dos índices de produtividade da terra no governo Lula. **Radioagência NP**, 23 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.radioagencianp.com.br/node/2119>>. Acesso em: 20 out. 2014.

OLIVEIRA, A. U. Por que os índices de produtividade não foram atualizados? **Centro de Mídia Independente Brasil**, 16 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2007/04/379191.shtml>>.

OLIVEIRA, A. U. Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros, **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, set. 2011, p.16-17

OLIVEIRA, F. Adeus às oligarquias? **Teoria e Debate**, n.52, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/adeus-oligarquias>>

OLIVEIRA, S. L. Procedimento de desapropriação para fins de reforma agrária. **Jus Navigandi**, mar. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/37324/procedimento-de-desapropriacao-para-fins-de-reforma-agraria>>

PEIXOTO, P.; ANDRADE, P. Congresso petista: Dirceu é criticado por radicais do PT. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 nov. 1999. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2511199914.htm>>

PEREZ, F. Brasil tem 300 milhões de hectares cercados, diz professor da USP. **Portal Vermelho**, 11 de jul. 2011. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/158481.html>>

PERONICO, E. Vassalagem: operação da PF só fisciou 'peixe pequeno'. Falta agarrar os 'tubarões'. **Blog do Expedito Peronico**. 17 de dez. 2015. Disponível em: <<http://peronico.com.br/politica/vassalagem-operacao-da-pf-so-fisciou-peixe-pequeno-falta-agarrar-os-tubaroes/>>

PILATTI, A. "A Constituição de 1988 ainda não esgotou seu potencial de liberação da vida e promoção da igualdade". **Instituto Humanitas Unisinos**. Entrevista. 23 set. 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/523915-os-desafios-e-os-avancos-durante-a-assembleia-constituente>>.

PINTO, A. C; MENDES, A. PF prende 30 por fraudes na regularização de terras para reforma agrária em Mato Grosso. **Jornal O Globo**, 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/pf-prende-30-por-fraudes-na-regularizacao-de-terras-para-reforma-agraria-em-mato-grosso-14676791>>

PINTO, L. F. No Pará, uma reforma agrária bem original. **O Liberal**, Belém, 10 out. 1986.

PINTO, L. F. Reforma agrária: ano zero. Lúcio Flávio Pinto, 8 jan. 2016. Disponível em: <<https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2016/01/08/reforma-agraria-ano-zero/>>

POLICIA FEDERAL. Operação Salmo 96:12 prende servidores federais. Agência de Notícias da PF, 23 de mai. 2012. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2012/maio/operacao-salmo-96-12-prende-servidores-federais>>

PONT, R. E agora PT?. **Teoria e Debate**, n.34, mar. 1997. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/e-agora-pt>>.

PORFIRIO, F. Governo paulista terá que pagar indenização bilionária. **Brasil 24/7**, 3 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/62885/Governo-paulista-ter%C3%A1-que-pagar-indeniza%C3%A7%C3%A3o-bilion%C3%A1ria.htm>>.

PORTAL BRASIL. Dilma: tenho certeza que o agronegócio é um exemplo para o país. **Portal Brasil**, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/02/dilma-tenho-certeza-que-o-agronegocio-e-um-exemplo-para-o-pais>>

RD NEWS (Redação). Operação Pluma. Engenheira e técnico davam suporte a grileiros, diz MPF. **RDNEWS - Notícias e Bastidores da Política em Mato Grosso**, 11 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/imprime.php?cid=15641&sid=35>>

RODRIGUES, A. PF investiga esquema bilionário de fraudes com terras públicas. **Agência Brasil**, 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-11/pf-investiga-esquema-bilionario-de-fraudes-com-terras-publicas>>

RODRIGUES, W. Crise na justiça federal do Maranhão. Grampo opõe Flávio Dino e Ney Bello a Leomar Amorim e Roberto Velloso. **Colunão**, 19 out. 1997. Disponível em <www.walter-rodrigues.jor.br/crise.jfma.97.doc>. Acesso em: 09 dez. 2013.

ROSSETO, M. A reforma agrária possível. Entrevista à Rodrigo Martins. **Carta Capital**, 27 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-reforma-possivel-6459.html>>

ROSSETO, M. Brasil: entrevista do ministro da Reforma Agrária. **Correio Brasiliense**, 10 mar. 2003. Disponível em: <http://resistir.info/brasil/miguel_rossetto.html>

ROUSSEF, D. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura de Atos para a Reforma Agrária e Comunidades Quilombolas - Brasília/DF. **Portal Planalto**, Brasília, 1 de abr. 2016. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-cerimonia-de-assinatura-de-atos-para-a-reforma-agraria-e-comunidades-quilombolas-brasilia-df>>

RUSSO, O. Não à ratificação de títulos na faixa de fronteira. **Brasil Popular**, 23 set. 2015. Disponível em: <http://www.brpopulard.com.br/desc_artigos.php?id=139>

SAMPAIO, P. A. As duas novas reformas agrárias. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 5 dez. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0512200920.htm>>.

SAMPAIO, P. A. Cenários para o Brasil e as perspectivas do PT. **Teoria e Debate**, série Rumos do PT, n. 42, ago. 1999. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=debates/rumos-do-pt&page=0%2C1#node-body-opniao>>.

SASSINE, V. Dilma é a presidente que menos demarcou terras indígenas, diz relatório do CIMI. **Jornal O Globo**, 17 jul. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/dilma-a-presidente-que-menos-demarcou-terras-indigenas-diz-relatorio-do-cimi-13286490>>

SCOLESE, E. Justiça manda INCRA pagar R\$372 mi por desapropriação. Valor é o mais alto já desembolsado pelo órgão por um único pedaço de terra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 abr. 2008, Caderno Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2204200809.htm>>. Acesso em: 09 dez. 2013.

SECCO, A.; VALENTE, R. A quarta tentativa. Lula abrandou o discurso, o PT fala em alianças e o eleitor se diz simpático à ideias associadas à partidos de esquerda. **Veja**, São Paulo, 4 jul. 2001. Brasil Sucessão.

SECCO, L. "Maior erro do PT foi seguir estratégia lulista de conciliação permanente". Entrevista à Redação. **El País Brasil**, São Paulo, 10 jun. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/10/politica/1433892923_403874.html

SILVA, J. G. Entrevista à Renato Simões. **Teoria e Debate**, Fundação Perseu Abramo, abr. 2006. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-entrevista-jose-gomes-da-silva>

SILVA, L. I. L. Um novo contrato social. Entrevista à Ricardo de Azevedo e Rose Spina. **Teoria e Debate**, n.51, jul. 2002. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/luiz-inacio-lula-da-silva-um-novo-contrato-social-0>.

SINDSEF. Reforma agrária: o mito dos cem decretos. **Portal do SINDSEF**, s/d. Disponível em: <http://sindsef-sp.org.br/portal/node/12274>

SINGER, A. Uma virada em três tempos. **Teoria e Debate**, n.50, mar. 2002. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/nacional/uma-virada-em-tres-tempos>

SOLANO, P. Ex-ministro é autuado por escravidão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 mai. 2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0705200918.htm>

SOUZA, J. Madeira comprada pelo INCRA cerca 4 vezes litoral do Brasil. Órgão comprou 45,3 milhões de hectares em 41 desapropriações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 nov. 2004, Caderno Brasil. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0811200402.htm>. Acesso em: 10 dez. 2013.

SOUZA, L. Terras improdutivas vão para os Calheiros. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 out. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0110200708.htm>

SOUZA, O. B. Indenização a proprietários rurais por terra indígena é aprovada no Senado. **Instituto Socioambiental**, 9 set. 2015. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/indenizacao-a-proprietarios-rurais-por-terra-indigena-e-aprovada-no-senado>

SPIGLIATTI, S. PF prende 9 por grilagem de terra em MG, MT e GO. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 3 jul. 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,pf-prende-9-por-grilagem-de-terra-em-mg-mt-e-go,397259>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Acusado de crimes ambientais apurados na Operação Curupira II pede relaxamento de prisão preventiva. Notícias STF, 29 out. 2007. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=75415>

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Empresa pede ao STF que encerre CPI da grilagem de terras. Notícias STF, 02 ago. 2001. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=57618>

TEIXEIRA, G. Crise do Incra reflete a 'periferização política da reforma agrária'. Entrevista. **Instituto Humanitas Unisinos**, 3 ago. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/512057- crise-do-incra-reflete-a-periferizacao-politica-da-reforma-agraria-entrevista-especial-com-gerson-teixeira>

TEIXEIRA, G. Depois da estagnação na reforma agrária, indicação de Kátia Abreu reforça opção do governo Dilma pelo agronegócio. Entrevista à Ricardo Machado e João Vitor Santos. **Instituto Humanitas Unisinos**, 26 jan. 2015. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/539201-depois-da-estagnacao-na-reforma-agraria-indicacao-de-katia-abreu-reforca-opcao-do-governo-dilma-pelo-agronegocio-entrevista-especial-com-gerson-teixeira>

TEIXEIRA, G. Os rumos da "Reforma Agrária". **Portal da CPT**, 17 jan. 2013. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/artigos/1417-os- rumos-da-reforma-agraria>

TEMER, M. PT pra quê?. **Teoria e Debate**, série Rumos do PT, n.41, jun. 1999. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/politica/debate-rumos-do-pt-pt-pra-que>.

TERRA DE DIREITOS. Obstáculos da reforma agrária vão do administrativo ao judicial. **Portal Terra de Direitos**, 11 ago. 2009. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/2009/08/11/obstaculos-da-reforma-agraria-vao-do-administrativo-ao-judicial/>

TRECCANI, G. D. Concentração fundiária e grilagem no Pará (Dossiê Amazônia). **Le Monde Diplomatique Brasil**, 6 jan. 2014. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1571>

VALOR ECONÔMICO. Desapropriações de terras custam R\$ 1 bi em juros. **Valor Econômico**, 25 mai. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/valor-economico-desapropriacoes-de-terras-custam-r-1-bi-em-juros>

VANN, B. Brasil: as nomeações de Lula apontam para a mais rigorosa austeridade. **World Socialist Website**, 31 dez. 2002. Disponível em: <https://www.wsws.org/pt/2002/dec2002/por1-d31.shtml>

VASQUES, N. 6 PMs davam apoio à organização. **Gazeta Digital**, 4 jul. 2009. Disponível em: <http://www2.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/9/og/1/materia/214934/t/6-pms-davam-apoio-a-organizacao->

VEIGA, J. E. Corrigir o foco da política agrícola. **Teoria e Debate**, n.24, mar. 1994. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/corrigir-o-foco-da-politica-agricola>.

VEJA. À espera do novo presidente. Carta ao Leitor. **Veja**, São Paulo, 23 out. 2002, p. 9.

VEJA. Reforma agrária em profundidade: frases. Veja On-line, São Paulo, s/d. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/reforma_agraria/frases.html>

VELOSO, T. Código Florestal ajudará desapropriação de terras por crime ambiental. Valor Econômico. 30 nov. 2012. Disponível em: <http://www.valor.com.br/brasil/2924742/codigo-florestal-ajudara-desapropriacao-de-terras-por-crime-ambiental>

VIOLATO, L. Operação Lacreia: justiça acata pedido de prisão de envolvidos em esquema de venda de imóveis rurais. **Portal do MPF**. 20 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.prmt.mpf.mp.br/noticias/Operacao%20Lacreia%20Justica%20acata%20pedido%20de%20prisao%20de%20envolvidos%20em%20esquema%20de%20venda%20de%20imoveis%20rurais#.V29bd1d1fVr>>